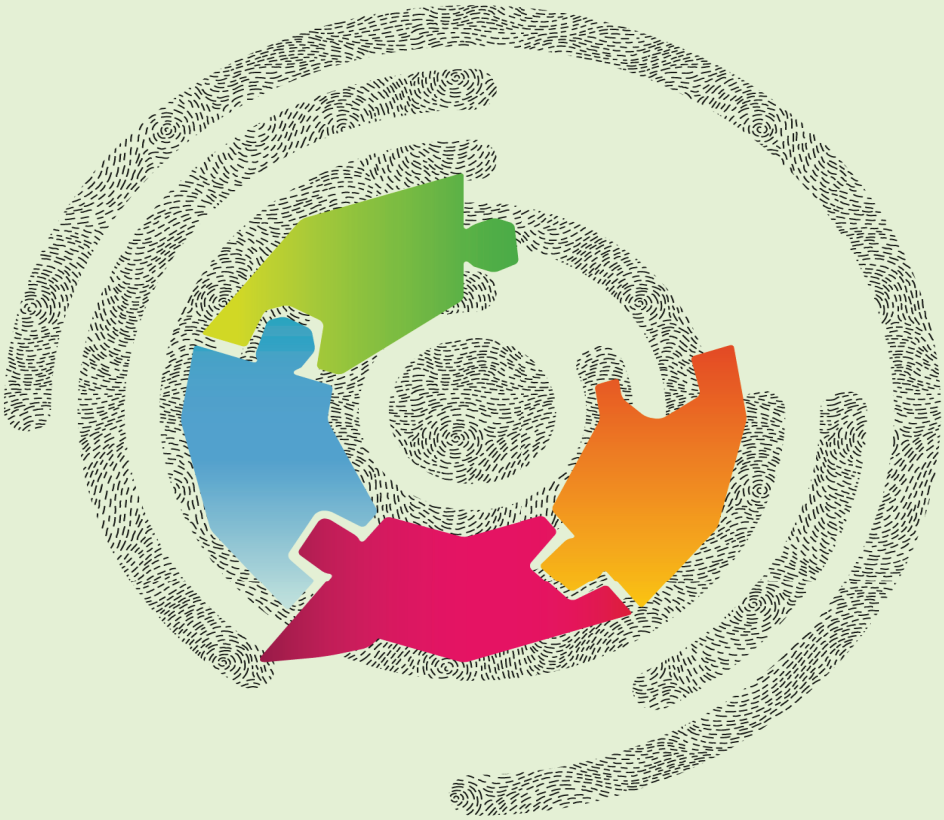
Actas

Proceedings

Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul

International Colloquium Epistemologies of the South: South-South, South-North and North-South global learnings

Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cunha (eds)



Volume 1

Democratizar a democracia / Democratizing democracy

Junho - June 2015

PROPRIEDADE E EDIÇÃO / PROPERTY AND EDITION

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra
www.ces.uc.pt
Colégio de S. Jerónimo, Apartados 3087
3000-995 Coimbra – Portugal
Tel: +351 239 855573/ + 351 239 855589

ISBN: 978-989-95840-5-1

Capa e projecto gráfico / Cover and graphic design

Cristiana Ralha

Coimbra, Junho, 2015

POR VONTADE DO AUTOR E DA AUTORA, ESTE TEXTO NÃO OBSERVA AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

COMISSÃO CIENTÍFICA DO COLÓQUIO / SCIENTIFIC COMMITTEE

Boaventura de Sousa Santos
José Manuel Mendes
Maria Paula Meneses
Élida Lauris
Sara Araújo

COMISSÃO ORGANIZADORA DO COLÓQUIO / ORGANISING COMMITTEE

Alice Cruz
Aline Mendonça
André Brito Correia (Coord. do Programa Cultural / Cultural Programme Coord.)
Antoni Aguiló
Bruno Sena Martins
Catarina Gomes
Cristiano Gianolla
Dhruv Pande
Élida Lauris (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Francisco Freitas
José Luis Exeni
Luciane Lucas dos Santos
Mara Bicas
Maurício Hashizume
Raúl Llasag
Rita Kacia Oliveira (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Sara Araújo (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Teresa Cunha

Foto / Photo
Rodrigo Reis

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Este livro, em quatro volumes, resulta de um esforço colectivo que envolveu várias instituições e muitas pessoas a quem queremos prestar o nosso profundo agradecimento.

Universidade de Coimbra

Colégio das Artes da Universidade

Departamento de Arquitetura da Faculdade

Escola da Noite / Teatro da

Faculdade de Economia da

Faculdade de Letras da

NES - Núcleo de Estudantes

RUC – Radio Universidade de

Este livro de Actas foi elaborado no âmbito do projecto de investigação "ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo", coordenado por Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal. O projecto é financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação, 7º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

INSTITUTIONAL ACKNOWLEDGMENTS

These Proceedings, in four volumes, would not have been possible without the kind support and help of many individuals and organizations. I would like to extend our sincere thanks to all of them.

University of Coimbra

College of Arts of the University of

Department of Architecture of the Faculty

Escola da Noite / Teatro da

Faculty of Economics of the

Faculty of Arts and Humanities

Machado de Castro National

NES - Sociology Student Body

RUC – Radio Universidade de

This book of proceedings was elaborated as part of research project "ALICE – Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences", coordinated by Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra – Portugal. The project is financed by the European Research Council (ERC), 7th Framework Programme of the European Union (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

Concerto de Rap , 12 de Julho 2015
Rap Concert, July 12th 2015

Concerto de Rap , 12 de Julho 2015
Rap Concert, July 12th 2015

Foto / Photo
Rodrigo Reis

Sessão de Abertura , 10 de Julho 2015
Opening Session, July 10 2015

Recital de Piano, 10 de Julho 2015
Piano Recital, July 10th 2015

Democratizar a democracia

A democracia representativa é, actualmente, o sistema político mais difundido e legitimado no mundo. Durante as últimas décadas, formou-se um amplo consenso sobre a democracia representativa (eleições livres, sufrágio universal, liberdade de pensamento, etc.) como a melhor e mais perfeita forma de governo, tornando-se esta visão ideológica um valor absoluto e quase inquestionável. Esta área temática inclui o estudo de formas de democracia alternativas ao modelo democrático dominante em que o voto não é o princípio nem o fim da democracia: formas participativas, deliberativas e comunitárias exercidas a nível local e nacional que interpelam directamente a democracia representativa. O objectivo da área é desvelar a diversidade democrática do mundo, e explorar o potencial destas experiências de participação e de deliberação na

Democratizing democracy

Representative democracy is currently the most widespread and legitimized political system in the world. The last decades have established, through broad consensus, representative democracy (free elections, universal suffrage, freedom of thought, etc.) as the best and most perfect form of government, recognizing this ideological vision as an absolute and almost unquestionable value. This thematic field includes the study of models of democracy alternative to the dominant democratic model where voting is not the beginning or the end of democracy: participatory, deliberative and communitarian forms exercised at local and national level that directly interpellate representative democracy. The aim of the field is the unveiling of the world's democratic diversity, and exploring the potential of these participation and deliberation experiences towards creating new and more demanding forms of articulation and policy decisions.

INTRODUÇÃO

Num mundo onde as contradições, as desigualdades e as violências atingem níveis de intensidade inéditos, o ritmo e a profusão com que se apresentam produtos e resultados, em todas as áreas e disciplinas da ciência eurocêntrica, parecem ser a garantia da sua capacidade de ler a realidade, formular os problemas e conceber as necessárias soluções. Por outras palavras, pode-se dizer que a ciência assim concebida e praticada é uma narrativa de transgressão infinita dos limites, ou seja, é uma meta-narrativa sobre a sua inexistência para ela. Ao invés, todas as soluções geradas fora do seu controlo, da sua linguagem, e do seu domínio são apresentadas como precárias, subordinadas, incertas, transitórias, improdutivas, ilusórias e, portanto, ontologicamente leves e evanescentes. É este terreno de atribuídas obscuridades ao que está fora dela, para além dela, e que pensa contra ela, que a ciência eurocêntrica chama ignorância. Neste contraste hipertrófico e performativo joga o combate estrutural sobre o seu poder na busca e na definição do que é a verdade transitada no julgado das suas respostas totalitárias. Ainda que rodeada da avassaladora evidência de conhecimentos híbridos ou hibridados, de outras racionalidades densas e persistentes, das suas ambiguidades e incertezas, a narrativa científica

INTRODUCTION

In a world where contradictions, inequalities and violence have reached unprecedented levels of intensity, the pace and profusion of outputs in all fields and disciplines of Eurocentric science, are deemed as its ability to read reality, formulate problems and design appropriate solutions. In other words, one can say that science conceived and practiced, as such, is a narrative of the endless transgression of limits, that is to say, it is a meta-narrative of the absence of limits to science. In contrast, all solutions generated outside of its control, language, and domain are presented as precarious, contingent, uncertain, transient, unproductive, deceptive and therefore ontologically shallow and ephemeral. It is this land of attributed obscurities to what is outside of science, beyond science, and believed against science, that Eurocentric science calls ignorance. Amidst this hypertrophic and performative contrast the structural struggle on its power comes to stage in the quest and definition of what is the truth, transited in the trial of its totalitarian answers. Although surrounded by the overwhelming evidence of hybrid or hybridized knowledges, of other dense and persistent rationales, of its ambiguities and uncertainties, modern scientific Eurocentric narrative presents itself as triumphalist and continuously reinvents itself as

moderna eurocêntrica apresenta-se triunfalista e vai-se reinventando como a fonte e o fim do conhecimento que importa. Contudo, como diz Boaventura de Sousa Santos, encontramo-nos num tempo em que as perguntas que as sociedades nos colocam são fortes e as respostas formuladas pelo paradigma eurocêntrico são fracas[2], pelo que, da suspeita da sua indolência e finitude, é necessário e urgente uma busca epistemológica mais exigente e mais crítica. É neste contexto que as Epistemologias do Su.[3] são o aparelho conceptual que, além de reconhecerem a diversidade dos conhecimentos presentes e disponíveis no mundo, nos alertam que é preciso ir para o sul e aprender com o sul, esse sul não- imperial que é a metáfora, tanto do sofrimento humano, como da sua capacidade de subsistir, resistir e construir.

As gramáticas produzidas na conjugação dos três modos hegemónicos de dominação contemporânea, capitalista, patriarcal e colonial, conjugam dois mecanismos de desqualificação ontológica: o primeiro desiguala e, no limite, nega a alteridade como possibilidade existencial. O segundo pensa essas entidades desiguais e exóticas como espumas cuja densidade permite imaginar que não ocupam espaço nem tempo: estão vazias. É um vazio que é simultaneamente um abismo. E este abismo é uma das semióticas privilegiadas da construção da opressão pois permite mapear, atribuir significado e determinar o que está disponível para ser ocupado, ser redimido da sua falta de resiliência e cinestesia próprias dos entes espessos e consistentes. Boaventura de Sousa Santos, define o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal[4], aquele que nas suas múltiplas versões e epifanias divide a realidade social entre aquilo que existe e o inexistente e que não admite a co-presença de racionalidades diversas, igualmente relevantes e inteligíveis do mesmo lado da linha[5], Boaventura de Sousa Santos lança no campo teórico da sociologia uma poderosa ferramenta crítica. Ao problematizar as relações entre modernismo, pós-modernismo e pós-colonialismo[6] Santos deixa aberto o caminho para colocar em evidência duas coisas. A primeira é a produção de ausências praticada contra a imensidão de experiências e saberes que estão além e para lá da linha abissal. Em segundo lugar, oferece instrumentos robustos para reconhecer essa energia formidável de auto-determinação, dissensão e de criação que o eurocentrismo não colonizou, não mercadorizou, nem patriarcalizou na totalidade. Assim sendo, cria a obrigação intelectual de realizar reflexões de retaguarda[7] que acompanham as lutas

the source and the end of knowledge that matters. However, as says Boaventura de Sousa Santos, we find ourselves at a time when the questions that societies place us are strong and the answers given by the Eurocentric paradigm are weak[1]. Therefore, in the extent of the suspicion of its indolence and finitude, a more demanding and more critical epistemological quest is necessary and urgent. In this context, Epistemologies of the South.[2] are the conceptual framework that, in addition to recognizing the diversity of the existent and available knowledges in the world, warn us that it is necessary to go to the South and learn from the South, the non-imperial South which is the metaphor, both for human suffering, as for the ability to survive, endure and build.

Grammars produced on combining the three modes of contemporary hegemonic domination, capitalist, patriarchal and colonial, combine two mechanisms of ontological disqualification: the first unequals and, ultimately, denies the otherness as an existential possibility. The second perceives these entities as unequal and exotic, such as foams whose density induces the belief that they do not take up space nor time: they are empty. It is a void that is at the same time an abyss. And this abyss is one of the privileged semiotics for the construction of oppression because it allows mapping, assigning meaning and determining what is available to be occupied, to be redeemed from its own lack of resilience and kinesthetic, distinctive of dense and consistent entities. Boaventura de Sousa Santos, defines modern Western thinking as an abyssal thinking[3], one that in its many versions and epiphanies divides social reality between what exists and the non-existent and that does not allow the co-presence of different rationalities equally relevant and intelligible on the same side of the line[4], Boaventura de Sousa Santos casts onto theoretical sociology a powerful critical tool. To discuss the relationship between modernism, postmodernism and post-colonialism[5] Santos leaves opens the path for the assertion of two things. The first is the production of absences practiced against a multitude of experiences and knowledges that are beyond and outside the abyssal line. Secondly, it offers robust tools to recognize this formidable power of self-determination, dissension and creation that Eurocentrism has not colonized, marketed or patriarchized in full. Therefore, it establishes the intellectual obligation to make rear-guard reflections [6]that accompany the social struggles and challenge the hierarchy created by West-

sociais e desafiam a hierarquia criada pela ciência de matriz ocidental.

Contudo esta não é a história toda. Nas várias tradições que contribuíram para a constituição da modernidade ocidental não têm faltado também interrogações, perplexidades, dúvidas por responder, perguntas por colocar. Ainda que apareça como uma narrativa subalterna, esta energia dissidente existe e deve ser mobilizada para melhor compreender o que realmente está em causa quanto à laboriosa tensão entre conhecimentos e ignorâncias no pensamento hegemónico moderno da ciência. Boaventura de Sousa Santos tem vindo a dialogar de maneira intensa com essas instâncias epistemológicas de contradição e rebeldia que demonstram que existe uma Europa não imperial que é preciso trazer para o debate.

> Partilhando o mesmo esquecimento e marginalização a que foi sujeita a douta ignorância de Nicolau de Cusa, a aposta de Pascal pode, tal como a douta ignorância, servir de ponte ou de abertura para outras filosofias não ocidentais e para outras práticas de interpelação e de transformação social que não as que vieram a ser sufragadas pelo pensamento ortopédico e pela razão indolente. Aliás, entre a douta ignorância e a aposta há uma afinidade básica. Ambas assumem a incerteza e a precariedade do saber como uma condição que, sendo um constrangimento e uma fraqueza, é também uma força e uma oportunidade. Ambas se debatem com a "desproporção" entre o finito e o infinito e ambas procuram elevar ao limite máximo as potencialidades do que é possível pensar e fazer dentro dos limites do finito.[8]

Por um lado, a douta ignorância é a consciência deliberada de que nunca poderemos conhecer a dimensão da nossa ignorância porque ela é infinita e, como tal, não saberemos o quão ignorantes somos quanto às coisas sobre as quais sabemos ou procuramos saber alguma coisa. Neste sentido, a humildade cognitiva é uma posição de privilégio em que cada um dos sujeitos do conhecimento se deve colocar perante a finitude radical daquilo que sabe. Por outro lado, a aposta de Blaise Pascal é a metáfora de uma racionalidade que se sabe limitada mas que não se imobiliza perante o desconhecido e as incertezas por ela mesmo geradas. Ainda que não seja

ern matrix science.

However this is not the whole story. In the various traditions that contributed to the creation of Western modernity there have been many interrogations, perplexities, unanswered doubts, and questions to be put. Although it appears as a subordinate narrative, this dissident energy exists and must be mobilized to better understand what is really at issue as in what regards to the laborious tension between knowledges and ignorances in modern hegemonic thinking of science. Boaventura de Sousa Santos has dialogued intensively with these epistemological instances of contradiction and defiance that demonstrate that there is a non-imperial Europe that must be brought to the debate.

> Sharing the same forgetfulness and marginalization as Nicholas of Cusa's learned ignorance, Pascal's wager can also serve as a bridge to other, nonwestern philosophies and to other practices of social interpretation and transformation than those eventually sanctioned by orthopedic thinking. Actually, there is a basic affinity between learned ignorance and Pascal's wager. They both assume the uncertainty and precariousness of knowledge as a condition, which being a constraint and a weakness, is also a strength and an opportunity. They both struggle with the 'disproportion' between the finite and the infinite and try to push to the maximum limit the potentialities of what is possible to think and make within the limits of the finite.[7]

On the one hand, the learned ignorance is the deliberate awareness that we can never know the extent of our ignorance because it is infinite and, as such, we will not know how ignorant we are about the things that we know or seek to know something. In this sense, cognitive humility is a privileged position in which each of the subjects of knowledge should be placed before the radical finitude of what they know. On the other hand, the Blaise Pascal's wager is the metaphor of a rationality, which is recognized as limited, but that does not halt neither before the unknown nor before the uncertainties generated by itself. Although it is not able to anticipate and control the

capaz de antecipar e controlar os resultados da sua escolha, ela enuncia e define as razões pelas quais faz a opção por um outro mundo possível mesmo que o nosso infinito seja a incerteza infinita a respeito da possibilidade ou não de um outro mundo melhor[9]. O mundo da utopia, gerado nas emergências emanadas pelas dinâmicas sociais e políticas subalternas, é uma representação de um lugar diferente e com possibilidades diversas; não é um mundo diferente do das circunstâncias históricas, mas um modo diverso de considerar o mundo.

A procura e a construção de um pensamento pós-abissal permite tornar perceptível a profundidade com que se estabeleceu e naturalizou a invisibilidade e a irrelevância das práticas, subjectividades, racionalidades e tecnologias da maioria das pessoas do mundo. Por outro lado, o pensamento pós-abissal permite assegurar uma ecologia de saberes que resgata essa complexidade em diálogos cruzados pela horizontalidade e uma dinâmica de tradução intercultural que permite comensurabilidades sem desqualificar identidades.

Ao longo de séculos, a hegemonia política, económica e cultural europeia e ocidental liquidou todas as possibilidades de aprendizagem recíproca com outras regiões, culturas e tradições do mundo. Impediu que se contextualizasse o conhecimento científico e se dialogasse criticamente com epistemologias e modos de vida distintos dos ocidentais, muitos deles respeitadores da natureza e do ser humano como um todo espiritual, religioso e político. Hoje a Europa está numa encruzilhada. Uma encruzilhada que obriga a desconstruir um passado erigido no mito de uma exceção e emerge como uma oportunidade para se pensar novas possibilidades de transformação e de emancipação globais. Por assim dizer, o mundo no seu conjunto está hoje mais livre e mais disponível para refletir sobre as diferentes formas, espaços e processos de conhecimento e de acção que compõem a sua finita capacidade de conhecer. Foi esta a oportunidade e o desafio a que este colóquio se dedicou.

O Colóquio Internacional Epistemologias do Sul propôs-se buscar nas fontes teóricas e analíticas de Boaventura de Sousa Santos a co-presença de racionalidades heterogéneas, até divergentes, mas que podem articular-se em ecologias dinâmicas fazendo devir novos campos de saber e identificando limites e ignorâncias. Foi na força pós-abissal que a busca cognitiva deste colóquio encontrou as suas razões para privilegiar o que se tem pensado, escrito, discutido e tematizado pelos

results of its choice, it enunciates and defines the reasons why it chooses another possible world even if our infinite is the infinite uncertainty regarding the possibility of another and better world[8]. The world of utopia, generated in emergencies issued by the social dynamics and subordinate policies, is a representation of a different place and with diverse possibilities; it is not different from the world of historical circumstances, but a different way of looking at the world.

The demand and the construction of a post-abyssal thinking allow making apparent how deeply is settled naturalized invisibility and irrelevance of practices, subjectivities, rationalities and technologies of most people in the world. On the other hand, post-abyssal thinking ensures an ecology of knowledges that rescues this complexity in dialogues crossed by horizontality and a dynamic of intercultural translation that enable commensurabilities without disqualifying identities.

Over centuries, European and Western political, economic and cultural hegemony has eliminated all possibilities of reciprocal learning involving other regions, cultures and traditions in the world. It has prevented any contextualisation of scientific knowledge or critical dialogue with non-Western epistemologies and ways of life, many of which respect nature and human beings as a spiritual, religious and political whole. Today Europe stands at a crossroads, requiring it to deconstruct a past that was built on the myth of exception and to emerge with the opportunity to formulate new possibilities for global transformation and emancipation. In other words, the world as a whole is nowadays more free and open to reflection on the different forms, areas and processes of knowledge and action that represent its finite capacity ability to perceive. This is the opportunity and the challenge to which this colloquium aimed to respond.

The International Colloquium Epistemologies of the South proposed to seek within the theoretical and analytical sources of Boaventura de Sousa Santos the co-presence of heterogeneous, even divergent, rationalities, but that can be articulated in dynamic ecologies bringing about new fields of knowledge and identifying limits and mutual ignorances. It was in the post-abyssal vigour that the cognitive quest of this colloquium found its reasons for favouring what has been thought, written,

suis onde os impérios dos nortes se desgastaram e se confrontaram com aquilo e aquelas/es que activamente resistiram a ser apagadas/os.

Ao longo de três anos, a equipa ALICE levou a cabo diversas actividades de investigação, formação, reflexão, escrita e de intervenção social nos vários países dos diferentes continentes do Sul global onde o projecto se desenvolve. O dinamismo provindo de todas as experiências, estudos, reflexões e aprendizagens feitas abriram o caminho para a criação de um espaço maior e mais exigente de diálogo, de debate. Tornou-se evidente que esse lugar teria que ter a capacidade de juntar pessoas de todo o mundo interessadas em discutir a imensa diversidade de temas e problemas científicos, sociais, e políticos que as Epistemologias do Sul suscitam. Contudo, esse lugar de debate ficaria incompleto se não fosse, ele mesmo, também um tempo de encontro, de comunidade, de troca, de inovação, de criatividades ditas e expressas em várias línguas e linguagens. Foi neste contexto que o Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte, Norte-Sul foi organizado e realizado na Universidade de Coimbra entre os dias 10 e 12 de Julho de 2014.

Este colóquio partiu de duas ideias. A primeira é que a eventual crise final da hegemonia europeia e ocidental abre a possibilidade para novos caminhos de transformação e emancipação sociais construídos a partir de aprendizagens mais plurais e recíprocas. A segunda é que esta possibilidade só se concretizará a partir de epistemologias muito distintas das que fundaram e legitimaram a hegemonia europeia e ocidental. Tais epistemologias são as Epistemologias do Sul, ou seja, um conjunto de iniciativas de produção e de validação de conhecimento e de saber a partir das experiências da vasta maioria da população do mundo que sofreu as injustiças sistemáticas causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

O Colóquio foi estruturado em torno de quatro eixos temáticos para os quais foram convocados a participação e contributos de intelectuais e ativistas do Sul e Norte globais. Sem que a ordem seguinte represente qualquer hierarquia, estes eixos temáticos foram os seguintes:

discussed and themed by Souths where the empires of the Norths are worn and opposed by those who actively resisted annihilation.

Over three years, the ALICE team carried out various research activities, training, reflection, writing and social intervention in various countries from the different continents of the global South where the project develops. The way for the creation of a space for a greater and more demanding dialogue and debate was paved by the dynamism stemmed from all the experiences, studies, reflections and learnings. It became apparent that this space would have to have the ability to bring together people from around the world interested in discussing the enormous diversity of themes and scientific, social and political issues raised by the Epistemologies of South. However this space of debate would be incomplete if it was not, itself, also a time for encounters, community, exchange, innovation and creativity, spoken and expressed in several idioms and languages. In this context, the International Colloquium Epistemologies of the South: South-South, South-North and North-South global learnings was organized and held at the University of Coimbra between July 10 and 12, 2014.

The colloquium was based on two ideas. Firstly, that the possible final crisis in European and Western hegemony provides an opportunity to open up new paths for social transformation and emancipation, constructed on the basis of more plural and reciprocal forms of learning. Secondly, that this possibility will only be realised on the basis of epistemologies that are very different from those, which have formed the foundations and legitimisation for European and Western hegemony. They are the epistemologies of the South or, in other words, a set of initiatives for the production and validation of knowledge and understanding based on the experience of the vast majority of the world's population, which has endured the systematic injustices caused by capitalism, colonialism and patriarchy.

The colloquium was structured around four themes for which were called for participation and contributions of scholars and activists of the global South and North. Without this order representing any hierarchy, these themes were as follows:

- Democratizar a democracia: novas formas de "democracia de alta intensidade" e articulações entre diferentes formas de deliberação democrática num horizonte de interculturalidade e demodiversidade.
- Constitucionalismo transformador, interculturalidade e reforma do Estado: constitucionalismo experimental e pós -colonial, com origem em lutas populares, que rompe com os pressupostos de unidade, uniformidade e homogeneidade do Estado moderno eurocêntrico.
- Outras economias: outras racionalidades de produzir, trocar e viver, formas de organização económica não capitalistas, no horizonte de uma economia plural centrada numa nova relação entre seres humanos e entre estes e a natureza.
- Direitos humanos e outras gramáticas de dignidade: direitos e deveres entre humanos e entre humanos e não-humanos, partindo de uma perspetiva intercultural que vai para além dicotomias convencionais entre universalismo e relativismo cultural, entre coletivismo e individualismo, entre sociedade e natureza.

O programa científico do colóquio internacional Epistemologias do Sul. Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte, Norte-Norte do projecto ALICE foi construído para ser uma experimentação do mandato cognitivo e político expresso nas seguintes palavras de Boaventura de Sousa Santos: *o conhecimento ocidental é apenas uma pequena parte da imensa diversidade de conhecimentos presentes e disponíveis no mundo e, por isso, não precisamos de um pensamento alternativo mas de um pensamento alternativo de alternativas*. Acreditamos que a partir destas premissas é possível uma reflexão mais profunda e capacitadora sobre as experiências emancipatórias no Sul e no Norte Globais protagonizadas por movimentos sociais, intelectuais, intelectuais-ativistas, colectivos, grupos, comunidades e nações.

Com uma estrutura diversificada e policêntrica no espaço e no tempo, o Colóquio contou com uma conferência inaugural proferida por Boaventura de Sousa Santos (PT), um sessão de abertura com a presença de José Manuel Mendes (PT), Arturo

- Democratising democracy: new forms of "high intensity democracy" and links between different forms of democratic decision-making within the horizons of interculturality and demodiversity.
- Transformative constitutionalism, interculturality and the reform of the state: experimental and post-colonial constitutionalism based on popular struggles, marking a break with presuppositions concerning the unity, uniformity and homogeneity of the modern Eurocentric state.
- Other economies: other rationalities of production, exchange and living, forms of non-capitalist economic organisation, within the horizons of a plural economy based on a new relationship between human beings and between humans and nature.
- Human rights and other grammars of human dignity: rights and obligations involving humans and between humans and non-human life, from an intercultural perspective which extends beyond the conventional dichotomies of universalism and cultural relativism, between collectivism and individualism, between society and nature

The scientific programme of International Colloquium Epistemologies of the South: South-South, South-North and North-South global learnings, of the ALICE project was built to be a trial of cognitive and political mandate expressed in the following words of Boaventura de Sousa Santos: *Western knowledge is only a small part of the vast diversity of and knowledges present and available in the world and therefore we do not need an alternative thinking but an alternative thinking of alternatives*. We believe that on the basis of these premises it will be possible to engage in a deeper and more empowering form of reflection on the emancipatory experiences of the global South and the global North, led by social movements and intellectual activists, collectives, groups, communities and nations.

With a diverse and polycentric structure, in space and time, the Colloquium featured an inaugural lecture by Boaventura de Sousa Santos, an opening session with the presence of José Manuel Mendes (PT), Arturo Escobar (CO), Gurminder Bham-

Escobar (CO), Gurminder Bhambra (UK) e Juan José Tamayo (SP); quatro sessões plenárias com as e os seguintes convidadas/os: Alberto Acosta (EC), Albie Sachs (ZA), Arzu Merali (UK), César Rodriguez Garavito (CO), Flávia Piovesan (BR), Jean-Louis Laville (FR) Juan Carlos Monedero (SP), Leonardo Avritzer (BR), Meena Menon (IN), Mireille Fanon (FR), Nelson Maldonado Torres (PR/US), Nina Pacari (EC) and Peter DeSouza (IN). Na sessão plenária sobre 'Outras Economias' foi homenageado Paul Singer (BR) pela sua obra sobre a Economia Solidária no Brasil.

Foram realizadas 92 sessões paralelas para apresentação de comunicações, 10 para apresentação de posters e ainda uma oficina interativa de ludopedagogia, nas quais foram apresentados (427 trabalhos escritos e 46 posters, num universo de 625 participantes provenientes de 28 países e 4 continentes diferentes[10]. A mesa redonda final 'Vozes do Mundo' contou com a participação de José Castiano (MZ), Nilma Gomes (BR), Houria Bouteldja (FR) e Mário Vitória (PT). Estas actividades tiveram lugar no Teatro Académico de Gil Vicente e nas Faculdades de Letras, Economia o Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, e o Colégio das Artes da Universidade de Coimbra. Além de uma mostra e apresentação de livros de participantes no Foyer do TAGV, o programa percorreu vários espaços da cidade de Coimbra com eventos abertos como o Museu Machado de Castro com uma exposição de pintura de Mário Vitória e um recital de piano com António Pinho Vargas seguido de um jantar colectivo. Na baixa histórica da cidade, da rua Visconde da Luz até ao Largo da Portagem uma performance teatral, 'Périplo pela cidade', com Camaleão, Associação Cultural e Marionet; no Pátio da Inquisição o 'BAILEquanto – um convívio imprevisto' com Berta Teixeira, David Santos, Eurico Lopes e Flávia Gusmão; e, na Praça do Comércio, um concerto de Rap, 'Há palavras que nascem para a porrada', com Capicua, Chullage, Hezbó MC e LBC Soldjah, cujas músicas foram construídas a partir de motes e tópicos do projeto ALICE, adensadas pela escrita e interpretação destes rappers, acompanhadas pela projecção de frases do livro de Boaventura de Sousa Santos enquanto Queni N.S.L.Oeste, Rap Global. Não é possível deixar de referir todos os contributos de uma vasta equipa que foram decisivos para a coesão e a qualidade de todas as etapas deste Colóquio Internacional: a preciosa colaboração da Direcção do CES; a coordenação e execução geral pelas Investigadoras Coordenadoras do ALICE, Élida Lauris e Sara Araújo, e a Secretária

bra (UK), Juan José Tamayo (SP) and four plenary sessions with the following guest speakers: Alberto Acosta (EC), Albie Sachs (ZA), Arzu Merali (UK), César Rodriguez Garavito (CO), Flávia Piovesan (BR), Jean-Louis Laville (FR) Juan Carlos Monedero (SP), Leonardo Avritzer (BR), Meena Menon (IN), Mireille Fanon (FR), Nelson Maldonado Torres (PR/US), Nina Pacari (EC) and Peter DeSouza (IN). During the plenary session on 'Other Economies' Paul Singer (BR) was honoured for his work on Solidarity Economy in Brazil.

Out of the 625 participants from 28 countries and 4 different continents[9], 427 papers and 46 posters were presented in 92 parallel sessions for paper presentations, 10 parallel sessions for poster presentations and a Ludopedagogy workshop. The final round table 'Voices of the World' counted on the participation of José Castiano (MZ), Nilma Gomes (BR), Houria Bouteldja (FR) and Mário Vitória (PT). These activities took place in Gil Vicente Academic Theatre, the Faculty of Arts and Humanities, Faculty of Economics, the Department of Architecture and the College of Arts of the University of Coimbra In addition to a Book Salon where participants were able to exhibit and present their own books at the TAGV Foyer, the programme covered several areas of the city of Coimbra with public events, such as the Machado de Castro Museum with a painting exhibition by Mário Vitória and a piano recital with António Pinho Vargas, which was followed by a collective dinner. In the city's historic downtown, from Rua Visconde da Luz to Largo da Portagem a theatrical performance, 'Performance Tour of the City', with Camaleão, Associação Cultural and Marionet; at Pátio da Inquisição the 'BAILEquanto - an unsuspected recreation' with Berta Teixeira, David Santos, Eurico Lopes and Flávia Gusmão; and, at Praça do Comércio, a rap concert, 'Some words were born to clash' with Capicua, Chullage, Hezbó MC and LBC Soldjah that built the songs from motes and topics of the ALICE project , strengthened by the writing and interpretation of these rappers along with phrases from Boaventura de Sousa Santos' book, (while Queni N.S.L.Oeste) Global Rap. We cannot fail to mention the decisive contributions of a vast team that made the cohesion and quality of this International Colloquium possible: the precious collaboration of the CES Executive Board; the general coordination and execution by the ALICE Coordinating Researchers, Élida Lauris and Sara Araujo, and the Executive Secretary, Rita Kacia Oliveira; the indispensable assistance of Inês Elias, Lassalete Paiva, Margarida

Executiva, Rita Kacia Oliveira; a assistência indispensável de Inês Elias, Lassalete Paiva, Margarida Gomes e Pedro Dias da Silva; o notável trabalho criativo da Cristiana Ralha; o inestimável apoio das estudantes estagiárias do ITAP, Ana Albuquerque, Patrícia Duarte e Raquel Silva; o generoso grupo de estudantes voluntárias/os do Núcleo de Estudantes de Sociologia; o trabalho das/os 94 investigadoras/es e estudantes do CES[1] na moderação das sessões paralelas e profissionais de vários sectores como José Manuel Pinheiro (produtor de espectáculos); Pedro Rodrigues (Escola da Noite - Teatro da Cerca de S. Bernardo); Fernando Matos de Oliveira e Alexandra Vieira (Teatro Académico Gil Vicente); João Diogo (designer); Carlos Nolasco, Eduardo Basto e Rodrigo Reis (fotógrafo) e Nuno Nina Martins (responsável pela produção gráfica).

Este livro de Actas do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul. Aprendizagens Globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Norte é a conclusão do intenso trabalho levado a cabo durante dois anos para que tudo se tornasse uma realidade. Este livro e este colóquio mostram como todo o trabalho é produtivo e de como são abundantes os seus resultados mensuráveis e também as sinergias criadas, as redes, as trocas, os laços e as perspectivas de futuro que foram lançadas e criadas. Para estas Actas foram submetidos 243 trabalhos científicos que obedeceram a uma estrita avaliação por pares feita por uma equipa de excelência composta por investigadoras/es ALICE: Aline Mendonça (BR), Antoní Aguilló (SP), Bruno Sena Martins (PT), Catarina Gomes (PT), Dhruv Pande (IN), Élida Lauris (BR), Fernando Carneiro (BR), José Luis Exeni (BO), Julia Suárez-Krabbe (CO), Luciana Jacob (BR), Luciane Lucas dos Santos (BR), Orlando Aragón Andrade (MX), Sara Araújo (PT) e Teresa Cunha (PT). Foram aprovados para publicação 176 textos que constituem o presente livro.

Esta obra, pela sua complexidade e dimensão apresenta-se em quatro volumes. Cada um dos volumes é consagrado a um eixo temático do Colóquio e apresenta os trabalhos aprovados por ordem de inclusão no programa do evento. Assim, o Volume 1 é dedicado a 'Democratizar a Democracia'; o Volume 2 ao Constitucionalismo Transformador, Interculturalidade e reforma do Estado; o Volume 3 a Outras Economias e o Volume 4 a Direitos Humanos e outras gramáticas da dignidade humana.

Reconhecendo e celebrando a diversidade e a abundância de conhecimentos, e de saberes do Colóquio Epistemologias do Sul. Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-

Gomes and Pedro Dias da Silva; the remarkable creative work of Cristiana Ralha; the invaluable support of ITAP trainee students Ana Albuquerque, Patrícia Duarte and Raquel Silva; the generous group of volunteers from the Sociology Student Body of the Faculty of Economics [Núcleo de Estudantes de Sociologia]; the effort of 94 CES researchers and PhD. Students[13] in moderating the parallel sessions and professionals from various sectors such as José Manuel Pinheiro (Cultural Progamme Producer); Pedro Rodrigues (Escola da Noite - Cerca de S. Bernardo Theatre); Fernando Matos de Oliveira and Alexandra Vieira (Gil Vicente Academic Theatre); João Diogo (Designer); Carlos Nolasco, Eduardo Basto e Rodrigo Reis (Photografer) and Nina Nuno Martins (Graphics).

This book of Proceedings of the International Colloquium Epistemologies of the South: South-South, South-North and North-South global learnings, is the culmination of two years of intense work which allowed all to fall into place and become reality. This book and this colloquium are proof that all work is productive and how its measurable results are plentiful. Moreover, they are the image of all the synergies, networks, exchanges, ties and future prospects that were released and created. 243 papers were submitted to these Proceedings, and followed a strict peer review by a team of prominent ALICE researchers: Aline Mendonça (BR), Antoní Aguilló (SP), Bruno Sena Martins (PT), Catarina Gomes (PT), Dhruv Pande (IN), Élida Lauris (BR), Fernando Carneiro (BR), José Luis Exeni (BO), Julia Suárez-Krabbe (CO), Luciana Jacob (BR), Luciane Lucas dos Santos (BR), Orlando Aragón Andrade (MX), Sara Araújo (PT) and Teresa Cunha (PT). This book is the outcome of the 176 papers approved for publication.

This publication, due to its complexity and size, is presented in four volumes. Each volume is devoted to one of the Colloquium's themes, and the papers are presented in conformity to the colloquium's programme. Thus, Volume 1 is devoted to 'Democratizing Democracy'; Volume 2 to Transformative constitutionalism, interculturality and State reform; Volume 3 to Other economies and Volume 4 to Human Rights and other grammars of human dignity.

Recognizing and celebrating the diversity and abundance of knowledges of the International Colloquium Epistemologies of the South: South-South, South-North and

Norte, Norte-Norte, ficam estas Actas obra como seu testemunho que, como não poderia deixar de ser, foram pensadas e escritas de muitas maneiras e a várias mãos.

O norte é sorte
O sul és tu
O oeste é peste
O leste és tu
O centro estaria dentro
Se o norte não fosse morte
Se o sul não fosses tu
Se o oeste não fosse peste
Se o leste não fosses tu
Se o centro fosse embora [11]

North-South global learnings, these Proceedings stand as its testimony, and, as it should be, they were thought and written in many ways and by many hands.

the north is luck
the south is you
the west is plague
the east is you
the centre would be in
if the north were not death
if the south were not you
if the west were not plague
if the east were not you
if the centre were to leave [11]

Notas

1 Cf. Santos, Boaventura de Sousa (2014), Epistemologies of the South. Justice against epistemicide. Boulder – London: Paradigm Publishers, p. 20

2 Ibid.

3 Cf. Santos, 2009: 23.

4 Ibid. 24.

5 Cf. Santos, Boaventura de Sousa (2006), A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. Porto: Edições Almedina.

6 Cf. Santos, 2009.

7 Cf. Santos, Boaventura de Sousa (2008), 'A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal'. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 80, pp. 11 - 43; p. 33.

8 Ibid. 34.

9 África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, México, Moçambique, Peru, Porto Rico, Portugal, Reino Unido, Roménia, Suíça, Turquia e Uruguai.

10 Aline Mendonça dos Santos, Alison Neilson, Allene Carvalho Lage, Ana Cordeiro Santos, Ana Oliveira, Ana Raquel Matos, André Brito Correia, Antoni Aguiló, Antonio Carlos Wolkmer, António Olaio, António Sousa Ribeiro, Bruna Muriel Huertas Fuscaldo, Bruno Sena Martins, Carlos Fortuna, Carlos Nolasco, Carolina Peixoto, Catarina Laranjeiro, Catarina Martins, Cecília MacDowell dos Santos, Cesar Baldi, Claudia Maisa Antunes Lins, Claudia Pato Carvalho, Claudino Ferreira, Conceição Gomes, Cristiano Gianolla, Daniel Francisco, David Slater, Dhruv Pande, Diana Andringa, Élida Lauris, Elísio Estanque, Eva Maria Garcia Chueca, Fabian Cevallos, Fábio André Diniz Merladet, Fabrice Schurmans, Felipe Milanez, Fernando Carneiro, Flávia Carlet, Francisco Freitas, Giovanna Micarelli, Giovanni Allegretti, Gonçalo Canto Moniz, Graça Capinha, Hermes Augusto Costa, Iolanda Vasile, Isabel Caldeira, Ivan Augusto Baraldi, Joana Sousa Ribeiro, João Arriscado Nunes, João Paulo Dias, João Pedroso, José Castiano, José Luis Exeni, José Manuel Mendes, José Manuel Pureza, Julia Garraio, Julia Suárez-Krabbe, Katia Cardoso, Lia Zóttola, Lino João de Oliveira Neves, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Madalena Duarte, Manuel Carvalho da Silva, Margarida Calafate Ribeiro, Margarida Gomes, Maria Alice Nunes Costa, Maria Clara Keating, Maria João Guia, Maria Paula Meneses, Marina Mello, Marina Henriques, Maurício Hashizume, Mauro Serapioni, Mónica Lopes, Orlando Aragón Andrade, Paula Casaleiro, Paula Duarte Lopes, Paula Fernando, Pedro Araújo, Said Jamal, Sara Araújo, Sílvia Ferreira, Sílvia Portugal, Silvia Rodríguez Maeso, Sofia José Santos, Stefania Barca, Teresa Cunha, Teresa Maneca Lima, Tiago Castela, Tiago Miguel Knob, Tiago Ribeiro, Virgínia Ferreira, Vivian Urquidi, Ximena Peredo

11 Santos, Boaventura de Sousa (2010), Rap Global Queni N.S.L. Oeste. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, p.91.

Notes

1 Cf. Santos, Boaventura de Sousa (2014), Epistemologies of the South. Justice against epistemicide. Boulder – London: Paradigm Publishers, p. 20

2 Ibid.

3 Cf. Santos, 2009: 23.

4 Ibid. 24.

5 Cf. Santos, Boaventura de Sousa (2006), A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. Porto: Edições Almedina.

6 Cf. Santos, 2009.

7 Cf. Santos, Boaventura de Sousa (2008), 'A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal'. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 80, pp. 11 - 43; p. 33.

8 Ibid. 34.

9 South Africa, Germany, Argentina, Australia, Austria, Belgium, Bolivia, Brazil, Canada, Chile, Colombia, Denmark, Ecuador, Spain, United States, France, Holland, Italy, Mexico, Mozambique, Peru, Puerto Rico, Portugal, United Kingdom, Romania, Switzerland, Turkey and Uruguay.

10 Aline Mendonça dos Santos, Alison Neilson, Allene Carvalho Lage, Ana Cordeiro Santos, Ana Oliveira, Ana Raquel Matos, André Brito Correia, Antoni Aguiló, Antonio Carlos Wolkmer, António Olaio, António Sousa Ribeiro, Bruna Muriel Huertas Fuscaldo, Bruno Sena Martins, Carlos Fortuna, Carlos Nolasco, Carolina Peixoto, Catarina Laranjeiro, Catarina Martins, Cecília MacDowell dos Santos, Cesar Baldi, Claudia Maisa Antunes Lins, Claudia Pato Carvalho, Claudino Ferreira, Conceição Gomes, Cristiano Gianolla, Daniel Francisco, David Slater, Dhruv Pande, Diana Andringa, Élida Lauris, Elísio Estanque, Eva Maria Garcia Chueca, Fabian Cevallos, Fábio André Diniz Merladet, Fabrice Schurmans, Felipe Milanez, Fernando Carneiro, Flávia Carlet, Francisco Freitas, Giovanna Micarelli, Giovanni Allegretti, Gonçalo Canto Moniz, Graça Capinha, Hermes Augusto Costa, Iolanda Vasile, Isabel Caldeira, Ivan Augusto Baraldi, Joana Sousa Ribeiro, João Arriscado Nunes, João Paulo Dias, João Pedroso, José Castiano, José Luis Exeni, José Manuel Mendes, José Manuel Pureza, Julia Garraio, Julia Suárez-Krabbe, Katia Cardoso, Lia Zóttola, Lino João de Oliveira Neves, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Madalena Duarte, Manuel Carvalho da Silva, Margarida Calafate Ribeiro, Margarida Gomes, Maria Alice Nunes Costa, Maria Clara Keating, Maria João Guia, Maria Paula Meneses, Marina Mello, Marina Henriques, Maurício Hashizume, Mauro Serapioni, Mónica Lopes, Orlando Aragón Andrade, Paula Casaleiro, Paula Duarte Lopes, Paula Fernando, Pedro Araújo, Said Jamal, Sara Araújo, Sílvia Ferreira, Sílvia Portugal, Silvia Rodríguez Maeso, Sofia José Santos, Stefania Barca, Teresa Cunha, Teresa Maneca Lima, Tiago Castela, Tiago Miguel Knob, Tiago Ribeiro, Virgínia Ferreira, Vivian Urquidi, Ximena Peredo

11 Santos, Boaventura de Sousa (2010), Rap Global Queni N.S.L. Oeste. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, p.91.

TEXTOS / TEXTS[1]

1 Os textos inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s)/da(s) seu(s)/sua(s) autor(es)/autora(s)

Political and Economic Alternatives from the South: Learning from Black and Indigenous Communities in Colombia

Bernd Reiter[1]

Abstract

Representative democracy and capitalist market organization are in crisis – but what are the alternatives? Instead of elaborating theoretical answers to these pressing questions, this article introduces two empirical examples, both from Colombia, of two communities organizing outside of the parliamentary and capitalist paradigms. The Palenqueros of San Basilio de Palenque, a small village of the Caribbean department of Bolivar, are descendants of runaway slaves, or *Maroons*, who were never captured by the Spanish conquerors. They have maintained an unparalleled dense system of civic associations, going back to military platoons and based on same-age associations, called *kuagros*. Today, the *kuagros* assure life-long solidarity, dense community ties, and intense political participation. The *Wintukua*, also known as *Arhuacos*, are a large group of indigenous people, living in a reservation of the Sierra Nevada de Santa Marta. They make all collective decisions in public assemblies, open to everybody, including children. Their leaders, the *Mamos*, are not elected and they wield no political power. Instead, they give advice and live exemplary lives while undergoing life-long training. The 50,000 Wintukua practice a direct and deliberative form of democracy.

Keywords: deliberative democracy, direct democracy, participation, civil society, Colombia, San Basilio de Palenque, Arhuacos

Resumo

A democracia representativa e o capitalismo estão em crise - mas quais são as alternativas? Em vez de elaborar respostas teóricas para estas questões prementes, este artigo apresenta dois exemplos empíricos, ambos da Colômbia, de duas comunidades que se organizam fora dos paradigmas parlamentares e capitalistas. Os palenqueros de San Basílio de Palenque, uma pequena cidade do departamento caribenho de Bolívar, são descendentes de escravos fugidos, ou *quilombolas*, que nunca foram capturados pelos conquistadores espanhóis. Eles mantêm um sistema denso de associações cívicas, oriundos de pelotões militares e baseados em grupos da mesma idade, chamado *kuagros*. Hoje, os *kuagros* asseguram solidariedade ao longo da vida, um sentido de comunidade muito denso e laços de participação política intensa. Os *Wintukua*, também conhecidos como *Arhuacos*, são um grupo de indígenas, que vivem numa reserva da Serra Nevada de Santa Marta. Eles tomam todas as decisões de forma coletivas em assembleias públicas, abertas a todo e todas, incluso crianças. Seus líderes, os *Mamos*, não são eleitos e eles exercem nenhum poder político. Em vez disso, dão conselho e vivem vidas exemplares enquanto são treinados ao longo da vida. Os 50.000 Wintukua praticam uma forma direta e deliberativa da democracia.

Palavras-Chave: Democracia deliberativa, democracia direta, participação, sociedade civil, Colômbia, San Basilio de Palenque, Arhuacos

Resumé

La democracia representativa y el capitalismo están en crisis - pero ¿cuáles son las alternativas? En lugar de elaborar respuestas teóricas a estas cuestiones urgentes, en este artículo se presentan dos ejemplos empíricos, ambos da Colombia, de dos comunidades que se organizan fuera de los paradigmas parlamentares y capitalistas. Los palenqueros de San Basilio de Palenque, una pequeña localidad en el departamento caribeño de Bolívar, son descendientes de esclavos fugitivos o *cimarrones*, que nunca fueron capturados por los conquistadores españoles. Ellos mantienen un sistema denso de asociaciones cívicas, que vienen de su tradición militar y esta basada en grupos de la misma edad, llamados *kuagros*. Hoy en día, los *kuagros* garantizan una solidaridad de toda la vida, un sentido de comunidad muy denso e intensos lazos de participación política. Los *Wintukua*, también conocido como *Arhuacos*, son un grupo de indígenas que viven en una reserva de la Sierra Nevada de Santa Marta. Ellos toman todas las decisiones colectivas en asambleas públicas, abiertas a todas y todos, inclusive a los niños. Sus líderes, los *mamos*, no son elegidos y no ejercen poder político. En vez de esto, ofrecen consejos y viven vidas ejemplares. Ellos son preparados durante toda la vida. Los 50,000 Wintukua practican una forma directa y deliberativa de la democracia.

Palabras-clave: democracia deliberativa, democracia directa, participación, sociedad civil, Colombia, San

1 Bernd Reiter é professor de ciências políticas na Universidade do Sul da Flórida. Suas publicações incluem The Dialectics of Citizenship (2013) e Bridging Scholarship and Activism (2015). Contato e comentários: breiter@usf.edu.

Introduction: Moving from Crisis to Solution

In this paper, I will not detain myself much with developing the diagnosis from which this analysis starts. I will simply state it: There are two sorts of universal crises today and the two are related. One is the crisis of political representation. Most elected representatives do not really represent us. It becomes more and more clear, at least to me, that political representation is not the core of democracy. It is in fact opposed to it. (Pitkin, 2004) The core of democracy is the self-rule, that is: for the many to rule the many or, put differently, for the many to rule themselves. (Castoriadis, 1990) The other crisis is economic. There is no end to competition. Given the tendency of decreasing market returns and the nature of positional, or relational, goods, more and more people compete harder and harder over limited resources. (Hirsch, 1976) Under the current capitalist model, the only possible end to this scenario is a less and less attractive world and life. While each of these problems is serious in itself, their interaction makes them even more pernicious, as political equality is threatened by extreme economic inequality and political inequality has been used to advance economic privilege. (Frank, 2011)

If the diagnosis is clear, the cure is not. Given our collective experience, being able to look back at some 2,500 years of experience with democracy, a few cures can be ruled out, in my opinion: capitalism as the main and only way to (not) organize markets does not provide a solution to these two central problems. It is part of the problem. State socialism or state communism, instead of delivering more freedom and happiness, brought about the opposite. It, too, cannot be the solution.

The current crisis of democracy and of markets is accompanied by a crisis of ideas, which finds expression in a lack of attractive alternatives and viable utopias able to guide our thoughts and actions. To achieve any goal, we first need to know where we are heading. This also implies a rethinking of what it means to be radical today, as the dogmatic left has captivated this label so that anything not falling within a Marxist framework is deemed bourgeois, liberal, and not truly radical. It is high time to think outside the available socialist – capitalist boxes. (Santos, 2014)

To advance towards viable alternatives to capitalist market organization requires a rethinking of political community and its connection to political powers and decision-making, which automatically requires a rethinking of political representation. Rethinking politics in this way, however, requires a “thinking outside of the box” where “the box” increasingly is academic discipline. Following the classic work of Daly and Cobb, “The change will imply correction and expansion, a more empirical and historical attitude, less pretension to be a “science”, and the will to subordinate the market to purposes it is not equipped to set forth.” (Daly and Cobb, 1989:8) In the words of the pioneer Hazel Henderson:

> Understanding the real world in which we live requires us to recognize

> patterns and to abstract reality into mental models. The map is not the territory, as we have been reminded by many epistemologists. The danger is that we routinize our perception through these models, forgetting the need for constant updating and course-correcting as conditions change around us. Thus our mental models are memes that crystallize into habits, dogmas and outdated theories such as those in conventional economics and finance. (Henderson, 2011:61)

Instead of searching for theoretical solutions to the aforementioned crises, this article instead gears its gaze at empirical solutions – all the while understanding that any empirical reality is based on specific ontological, epistemological and hence theoretical and conceptual grounds. By analyzing empirical phenomena, I thus aim at unveiling the abstract model upon which different realities are constructed. In this, I broadly follow Arturo Escobar, who has argued: "One must then resist the desire to formulate alternatives at an abstract, macro level; one must also resist the idea that the articulation of alternatives will take place in intellectual and academic circles, without meaning by this that academic knowledge has no role in the politics of alternative thinking." (Escobar, 2012:222) My search, similar to his, is for alternative practices and their broader (theoretical) implications.

I follow Cornelius Castoriadis (1998) in my focus on institutions. Institutions are ossified and codified ways of doing things. Behavior thus creates institutions – but to some extent, institutions can also reflect back and influence behavior. Most institutions thus can only provide incentives for certain behavior – they are no guarantee for it and a gap will remain, separating behavior from institutions. Despite this gap, it is only through institutions, rules, and laws that we can organize collectives – and it is precisely the specific ways how different collectives organize that is of interest here. When taking a concern for agency seriously, while still seeking to achieve economic and political equality, political institutions must achieve all of these simultaneously:

a. protect freedom and agency;

b. ensure political equality; and

c. provide equal economic opportunity and avoid extreme economic inequality.

While this might sound utopian, I contend that there are many empirical examples from which we can learn and take different aspects, or components, towards achieving all three goals simultaneously. The hegemonic idea that the capitalist, representative democracy is the only possible way to organize large communities is not only a lie; it is an agenda, advanced by all those that profit daily from their own elitism and unearned privilege. One of the central tasks of social scientists today, in my mind, is to dismantle this lie and to describe different

solutions to the central problem of humankind: how to organize our collective life in a fairer, just, and more sustainable way. Systematic analysis must follow this description and aim at proposing partial solutions and possible ways how to combine different institutions in innovative ways.

The contribution to this effort I seek to advance here is to help break down hegemonic models and propose counterhegemonic ones, better suited to our current collective needs. Instead of elaborating these new models theoretically, in this article, I want to present two empirical cases, both offering rich insights and very practical institutions able to achieve some, if not all, of the goals outlined above. While practical in nature, both empirical examples have far-ranging theoretical implications.

Palenque de San Basilio, Colombia: First free republic of the Americas

San Basilio de Palenque, a Maroon community located in the department of Bolívar, Colombia, established an early form of citizenship, much like the kind of citizenship created in Europe in the free cities during the 9th century (Weber, 1968). The information we have on the different Palenques of the Montes de Maria region tells us that in the colonial era, they had political autonomy. This autonomy included legal, fiscal, legislative, military, and executive sovereignty. (Arrázola, 1970) Central to this achievement was an institution central to Palenquero life until this day, the *kuagro*.

Explains Nina Friedemann (1979):

> command of a war chief. In 1693 Domingo Padilla was captain of Matuderé and founder of Tabacal in the Sierrea of Luruaco and Francisco Arara was his war chief; Domingo Criollo was captain of Palenque de San Miguel and Pedro Mina was the war chief of that same palenque. This with a a total of six hundred men organized into “escuadras” [squads] who, as in the case of San Miguel, were composed of eight to ten Mina blacks each. In these teams, who conducted ambushes, his warriors had their faces painted white and red (Arrázola, 1970:194). (Friedemann, 1979: s/p)

In 1691, the Spanish Crown granted the following rights to the four Palenques of Montes de Maria: liberty; demarcation of their territory; legal and tax treatment equal to the free population; and self-government (Arrázola, 1970). Thus, after winning the war against the Spaniards, Palenque became a free city-republic and the kuagro fulfilled political and administrative functions. With independence, Palenque became integrated into the national territory, loosing its political autonomy and, as a result, the kuagro changed into a predominantly social and cultural institution. Explains a young Palenquero in an interview in February 2014, 2014:

> We have established an organizational model where we start joining around the age of 8. The persons belonging to a kuagro are all contemporaries. Within this structure, we find our friends and marriage and we organize cultural events. We also collaborate with funerals. All our lives in the Palenquera community we live in kuagros. (Interview, Palenque, 2/14, 2014)

Palenque, with its 4,000 residents and perhaps the same amount of Palenqueros living elsewhere, has, according to a local informant, "hundreds of kuagros." The exact number is difficult to determine. All interviewees confirm that any and all Palenqueros, man and woman, with rare exceptions, belong to a kuagro, even those not living in Palenque. Assuming a total population of some 8,000 and an average number of 20 members per kuagro, the information obtained is not surprising. There are most likely hundreds of active kuagros among Palenqueros and Palenqueras.

A young Palenquero explains that today, kuagros are for "social events, parties like birthdays or weddings, or financial support when a person dies or is sick." (Interview, Palenque, 2/14, 2014). Hence, one of the central functions of kuagros is solidarity - a solidarity that goes beyond death. Explains Nina Friedemann:

> The spirit of belonging, participation, and solidarity of the palenqueros reaches beyond parties and beyond life. When someone dies, their cuagro members, both male and female, accompany and contribute to the expenses incurred for the funeral ceremony of the nine nights. The same applies if the deceased is an infant. Cuagro members of the child's parents assist promptly. If it is someone who lives in Cartagena, Barranquilla and even towns like La Guajira and Rocha, San Pablo, Maria La Baja, San Cayetano or Gallo where there are palenquero colonies, the cuagros travel to the place of the wake. (Friedemann, 1979: n/p, my translation)

The kuagro is *the* central associational form of Palenque, but its function has changed to the extent that political autonomy was gradually removed from Palenque. From a military institution it first morphed into a political institution and then, after the loss of political autonomy, its main function became social, cultural, and recreational. (Friedemann, 1979)

From the kuagro, other initiatives of social organization and self-management have arisen. Palenqueros have created 20 to 30 thematic community juntas, where they gather to perform specific actions. Explains Professor Carlos Arturo Cassiani, Palenquero and public school teacher in Palenque:

> Well, we're seeing the juntas as a form of organization where different people come together mostly for economic purposes, that is: people who

> belong to different kuagros converge and form a junta (interview conducted in Palenque, on February 14, 2014).

Palenqueros created such a large number of community organizations that it is difficult, for the outside observer, to understand and capture the associative diversity of Palenque. Through interviews, it became clear that there are at least three types of juntas in the Palenque today:

1. Community action boards and municipal councils as part of land management process in the country (*ordenamiento territorial*);
2. Thematic juntas that are traditional to Palenque, especially to raise money; and
3. The directive junta (*junta directiva*) working with the community council, which in the daily life of the community is often referred to simply as "la junta," and which today plays a major role because of its interaction with the municipal council.

This is because the new law of 1991, which allows for the formation of community councils in black communities, was promptly implemented in Palenque. Thus, in addition to Kuagros and juntas, there is a community council, which has a distinct form of internal organization. An interviewee explains:

> Here in Palenque have embraced the community council and we did not find it strange, because Palenque has administered its territory for more than 300 years. (Interview conducted in Palenque, on February 14, 2014)

And:

> In 2002 the first junta was chosen; in 2006 a second junta was chosen and in 2009 the third junta was chosen. In December we chose another one, because the period is for 3 years. Basically we have a very similar organizational structure to that of the state. Sometimes people who come from other community councils wonder why we have such a large *junta directiva*. It is because each member is responsible for one aspect of the community. We have counselors for education, for identity and culture, recreation and sport, and we have councils for women, youth, public services, and for land and the environment. Each of the counselors responds to the internal dynamics we have here as a community. (Interview conducted in Palenque, on February 14, 2014)

The kuagro of San Basílio de Palenque is a centennial institution, brought to Colombia by African slaves. It served as a military institution at first, when African and then Colombians of African descent, fought for their freedom, creating free republics in the Montes de Maria,

on the outskirts of the city of Cartagena de Indias. Thus, the kuagro was born as an offensive institution allowing for an effective military organization and the conquest of free territories. Once these republics achieved their freedom, the kuagro took on a defensive function and we can compare it with the militias that arose in the free cities of Southern Europe (Weber, 1968). Both the European city militias and the kuagro not only ensured that every free citizen had an obligation to the community; it established an active and very engaged citizenry and promoted strong community bonds among all citizens – Max Weber's widely cited "Verbandscharakter." It could not be different, because the survival of the community dependent on each member, as did the victory against slave raids and assaults by former overlords. Thus, citizenship in the Americas was founded in the free republics of Maroons, Cimarrones, and Quilombolas.

Today, despite the many laws recognizing ethnic diversity and protecting multiculturalism and popular participation in Colombia, Palenque cannot apply its ancestral form of social organization and achieve what indigenous groups have been granted: political autonomy and self-rule. The impossibility to apply the kuagro politically has resulted in its transformation into social and cultural institution. Nevertheless, Palenque continues in its quest for political autonomy, using the spaces they are allowed by the Colombian State. By doing so, Palenque affirms its long republican tradition. Palenqueros are actively engaged in hundreds of kuagros, dozens of juntas and a community council with 12 members, each one responsible for a specific area - all, apparently, based on the long tradition of the kuagro. To them, participation truly is a "habit of the heart" and strong civic engagement is everybody's reality. Furthermore, citizenship, to them, is not a set of rights and entitlements, but, similar to the classic and medieval European models, mostly a matter of responsibilities, where rights are collectively constructed and defended through mutual obligations and responsibilities.

The Wintukua: Guardians of the Earth

The Colombian government recognizes 84 indigenous or native groups, with a total population of 1,378,884 (DANE, 2012). Each group presents an interesting case of alternative ways to organize political, economic, social and cultural life. Indigenous people in Colombia have a long history of struggle and resistance that began with the Spanish conquest and continues to the present. The Cacique Turmequé wrote a letter of protest to the King of Spain in 1584, which states:

> [...] I can certify to Your Majesty that is true that there are no Indians more pursued, harassed, molested and poor, as the ones who have been put under your royal crown [...] The wretched Indians do not know where to turn to seek redress of grievances because these are the facts. They can only cry to heaven and mourn their misfortune, because of the wrongs done to them, taking advantage of their wives and daughters, a particularly

> terrible cruelty done to those who are your people. (Sánchez Gutiérrez and Molina Echeverri, 2010: 392f, my translation)

Native Colombians thus can look back at an accumulated experience of struggle, which started in the 16th century and continues today. Their struggle is not only for physical survival, but for the cultural survival as a people. Thus, the focus of their struggle, since colonial times, has been for land, autonomy and culture.

With the independence of Gran Colombia, the situation for the natives did not improve. Independence, however, brought an important document that is used to this day, called "Order of the Liberator," by Simón Bolívar, who in 1820 ordered the return of Indian lands occupied by settlers:

> Wishing to correct abuses introduced in Cundinamarca on most of the natural peoples against their liberties and considering that this part of the population of the Republic deserves paternal care of the Government for having been the most vexed, oppressed, and degraded during Spanish despotism, with the presence of the provisions contained in canonic and civil law, has thought proper to decree:
>
> *Article 1.* All of the lands that were previously held as reservations will be returned to the natural people, no matter who the current holders. (Sánchez Gutiérrez and Molina Echeverri, 2010: Attachments, my translation)

Despite many laws and regulations, the Spaniards and their descendants, now Colombian citizens, failed to meet the desire of Bolivar and gradually invaded Indian reservations, distributing their land among white and mestizo settlers. The Roman Catholic Church played a central role in the submission and pacification of the Indians, as they established missions in the reservations.

Under the law, Indians were treated as minors and were put under the tutelage of missionaries who were responsible for them. This law also arranged "how the primitives (*salvajes*) should be governed and brought into civilized life." (Sánchez Gutiérrez and Molina Echeverri, 2010:17, my translation). De jure and de facto, until the new constitution of 1991, Colombian indigenous peoples were considered minors, falling under the guidance of their governmental or ecclesiastical tutors. (Yrigoyen Fajardo, 2009) Laws such as law 89 of 1890 and Law 55 of 1905 aimed at breaking up reservations and annihilate the Indians Cabildos, their governments.

An important step in the history of indigenous resistance is linked to the name Manuel Quintín Lame (1883-1967), "who promoted a survey between 1914 and 1918 in the department

of Cauca." (Gutiérrez Sánchez Echeverri and Molina, 2010:17, my translation) Lame also formulated a program that today serves as a reference, the Lame Manifesto. It demands:

1. The recovery of the reservations;
2. The extension of the reservations;
3. The strengthening the Cabildos;
4. The non-payment of land property taxes (*terraje*);
5. The dissemination of knowledge about indigenous laws and their fair application;
6. The defense of indigenous history, language, and customs;
7. The training of indigenous teachers.

Other highlights of indigenous struggles in Colombia are the formation of the CRIC - Regional Indigenous Council of Cauca, in 1971, and the formation of the National Indigenous Organization, now called the National Authority for Indigenous Government of Colombia (ONIC), in 1982. With the constitution of 1991, finally, native Colombian peoples did, at least on paper, gain legal recognition and the right to political autonomy. The 1991 constitution demands the recognition and protection of ethnic and cultural diversity; recognition of the autonomy of indigenous groups and their own forms of government; reaffirming the inalienable character of indigenous territories and protection of the commons; protection of natural resources; and the creation of indigenous territorial entities within the territorial organization of the nation.

Wintukua Politics

The 1991 Constitution of Colombia states in Article 330: "indigenous territories will be governed by councils formed and regulated according to the customs of their communities." It recognizes the customary law of indigenous groups, such as the Wintukua, who are also known as Arhuacos, a group of some 50,000 people, of the Sierra Nevada de Santa Marta. In Colombia, most indigenous groups are organized into Cabildos, or town halls - a colonial Spanish form of municipal organization. In Spain and among the white and mixed settlers, these open assemblies succumbed to feudalism, but they survived and gained new strength of expression among indigenous people and Maroons. Enrique Gutiérrez Sánchez and Hernán Molina Echeverri explain (2010):

> In the Andean region political authority rests in the cabildos. Each reservation has its own cabildo, and council members are elected periodically by members of the community. The role of the cabildo is to

> organize the work, divide the communal lands, settle internal disputes and represent the reservation to the white authorities. The cabildo was an institution imposed by the Spaniards onto the indigenous communities in the seventeenth and eighteenth century, but it adapted to our interests and traditions. It has been one of the main instruments for the defense of indigenous communities and is key for defending the land of the reservations and to recover the land stolen by big landowners. Experience has shown - both in the northern Cauca and throughout the country - that cabildos are our best weapon to organize, to recover the lands that have been taken from us and to maintain and develop our community life. (Echeverri and Molina Sánchez Gutiérrez, 2010: 215)

Parallel to the cabildo, the Wintukua have another internal structure of sacred and wise people, who have great authority: the Mamos. According to Romero Infante and Guzman Barrios, the Wintukua "administer themselves through a dual system of traditional authorities or Mamos and civil authorities or cabildos, secretaries, commissioners, prosecutors and counselors. The cabildos are selected by the Mamos in special councils and decisions are made in assembly considering the advice and words of the Mamos." (Romero Infante and Guzman Barrios, 2007:55)

This dual power system was evident during my stay in Colombia, as on May 17, 2014, the Wintukua chose a new cabildo governor, Mr. José María Arroyo. The process of choosing him followed the traditional model. First, Mamos agreed on who should be the new governor. 70 Mamos Wintukuas in multiple meetings and after several spiritual consultations, deliberated up to the point where everyone agreed with the candidate. This process took several weeks. Then, the candidate was presented to the general assembly. In the first phase, there was no voting, but a deliberative process that lasted until all 70 Mamos agreed. Then there was a general meeting, open to all.

Margarita Villafaña explains:

> We live apart, in families, but weekly, or monthly, depending on the need, we meet to make decisions. In these assemblies in the villages, everyone has a voice, including women, youth and children. When we have to make major decisions that affect everyone, we hold a general meeting with all the people. (Interview in Santa Marta, June 1, 2014)

Thus, among the Wintukua, two basic principles are of central importance: the deliberative process among the leaders, in this case to choose a new cabildo governor. And second the general public assembly of the Wintukua people, where the decision of the 70 Mamos is presented to the people. On this occasion, the attending Wintukuas decided whether to accept the candidate suggested by Mamos or not and they listened to the rendering of

accounts of the outgoing governor, as well as to the proposals of the incoming team.

Moisés Villafaña explains:

> First, each village holds assemblies to discuss. Then they communicate their decisions to the authorities. Then all the Mamos gather and finally the Mamos take their decision to the general assembly for discussion, where the final decision is made. (Interview in Santa Marta, June 1, 2014)

To my question "how many times does the general assembly meet?" the Wintukua representatives explained: "as often as necessary - whenever there is a decision to take or a project to be approved." They also explained that each investment and proposed intervention project must be approved by an internal deliberative process, followed by a process of discussion and approval at a general assembly.

Hence, the political system of the Wintukua is characterized by deliberation and by public assembly. Assemblies are held frequently, always when there is need. Public meetings are open to all, men, women, youth, and children and they are held at different levels: in the villages or special village meeting places, among Mamos, and at the national level, involving all. Wintukua democracy thus is deliberative and direct.

The Mamos

Mamos are the spiritual leaders of the Wintukua. They are priests, guides and counselors. They are leaders, but they are not representatives. They are counselors, but they wield no political power.

To become a Mamo, a person has to be prepared from youth. The future Mamos have to go through times of seclusion and meditation. Their lives have to follow strict behavioral and dietary codes. They do not eat meat or salt. They must live exemplary lives. At the same time, Mamos are connected to the sacred sites of the Sierra. They serve as interpreters and conduits of these sites, as they interpret them for others. Each Mamo is responsible for a different site. According to Miguel Rocha Vivas (2010),

> The *mamu-*, mama or mamo, are priests, doctors, and community leaders who have different specializations and titles, depending on their place of origin, community, descent, preparation, religious prestige, and so on. In that sense, the mamas are the bearers par excellence of original words, major words that when written in Latin characters have led to the kinds of texts that are called myths, stories, songs, and what we call traditional literature and wisdom, or *oralituras*, referencing their origin and preeminently oral transmission. (Rocha Vivas, 2010:503f)

Like the European classical and medieval republics, Wintukua citizenship is characterized not by rights, but first and foremost by duties and responsibilities. These responsibilities, for the Wintukua, reach well beyond their own community, because according to their belief, they are responsible for the whole world. That is because the Sierra Nevada contains the whole world. The Mamo Vicencio Torres Márquez, in his complaint letter to the president of the republic, from July 7, 1968, expressed a conviction that I heard a lot during my research:

> This place is the heart of all human beings who exist everywhere in the world. (Sánchez Gutiérrez and Molina Echeverri, 2010:76)

In the same letter, this important Mamo explains:

> This is what our law, our religion, and our customs are: we have to protect and assist all these sites and fulfill our duties through our hidden and traditional science. That's our obligation. (Sánchez Gutiérrez and Molina Echeverri, 2010:70)

The Mamos are, in the words of Moises Villafaña, spiritual guides, counselors, astrologers, and sages. They do not command – they give advice. For internal issues, they also have the responsibility to judge civil and criminal cases not involving non-Indians. For the Wintukua, crime and other anti-social behavior is the result of a spiritual problem. It is part of the responsibility of Mamos to identify the root of this problem and address it.

Moisés Villafaña explains:

> For us, the conflict comes from a spiritual disease and we must heal this disease. If it is not repaired, it will continue to spread. For us, unlike the Western system, the emphasis is not on punishment, but on the repair, which may also involve community work or work for the victim. (Interview in Santa Marta, June 1, 2014)

The Sierra Nevada and the sacred sites it contains, in this way, work as a whole and as a living organism. Nature is not, as in the "Western" thought, a mere substrate of life. For the Wintukua, Kaggaba, Kankuamo, and Wiwa, similar to other first people of the Americas, nature is life. And it is a well-arranged life, where every place has rules and specific functions. Each site contains a law. That is the law of the Wintukua, Kaggaba, Wiwa, and Kankuama. To read, understand, and interpret this law is the central work of the Mamos and they are prepared for this during all their life. Furthermore, social and political life is not separate from the spiritual life and from nature. If something happens in the life of an individual it affects the community and has a spiritual and natural roots. For life to flow well, there must

be balance between all these realms. Re-establishing a broken balance involves all levels affected by an imbalance. The healing process begins on the spiritual level, which, in turn, is anchored in nature, because nature is spirit and it contains the law.

Among the peoples of the Sierra Nevada de Santa Marta, the individual is closely connected to the community, or better: everything is connected. Sacred sites are interconnected - and if one is destroyed, the circle is broken and the system does not work anymore. The interconnection between the sacred sites is called the "black line." There can be no harmony or health if the black line is interrupted. No health or welfare in the Sierra or in the world. The welfare of the people is dependent on their environment - both personal and natural. A Wintukua informant explains:

> Public Health: refers, in our worldview, to the work that the Mamos conduct in their Kankurwa and the kadukwu in order to maintain the balance of all beings who dwell on it based on the four elements fire, air, water and land ... In short, territoriality involves health, water, wind, and all the elements surrounding nature. (Romero Infante and Guzman Barrios, 2007:56, my translation)

The lives of the Wintukua and other peoples of the Sierra Nevada de Santa Marta is a life of severe responsibilities. They feel responsible not just for the welfare of the Sierra - but the world. This sense of responsibility is reflected in their active and participatory citizenship. They gather in assemblies, choose representatives to communicate with the outside world, and follow the advice of their Mamos who are leaders, judges, counselors, but *not* representatives. They bear an even heavier responsibility to the world because the re-establishment of broken balance is their responsibility.

The Wintukua choose executive leaders such as Sheriffs (*cabos*), commissioners, and governors - but they only do so to enter in dialogue with the outside world. Their internal political life is arranged by assemblies - both locally and at the level of the nation as a whole. In this, there are no representatives, as there is in the world of the whites and mestizos. The legislative process is conducted not through representatives, but directly, through open, public assemblies.

The life of these communities is a life of the word, of discourse, dialogue, and deliberation. Decisions affecting the community are taken together in deliberative processes that only end when consensus is reached - no matter how long it takes. At the same time, collective decisions are guided by the wise who give advice and provide living examples – but wield no tangible political power.

The political life of the natives of the Sierra Nevada de Santa Marta thus is an active political life, full of responsibilities, where the most prominent members carry more severe

responsibilities. It is a life of deliberative and consensual politics, where every word is important. And it is a life where the political is connected to the religious and the cultural, as it is from the cultural and religious life that the rules and norms of individual and collective behavior come from.

Hence, Wintukua politics could not be more different from the political life of the white world. Instead of voting, Wintukua have deliberation and consensus. Instead of rights, they have responsibilities. Instead of capitalism and profit, they have community and collective ownership of land. Instead of the analytical and ontological separation of the world into sacred and profane worlds they have one world where the sacred influences the profane, where the spiritual world is connected to the material world and where everyone is anchored in the natural world.

If we believe such authors as Bernard Manin (1987), who argues that the legitimacy of democracy is not in the ballot, but in deliberation - then we can see that the Wintukua have a much more advanced democracy than the white and mestizo people around them. That should also be the conclusion when we consider the argument of Jane Mansbridge (1980), who explains that modern democracy is an adverse, cynical democracy that replaced the common interest by selfish interest. Other authors who criticize modern democracy in this way include Jean Jacques Rousseau (2003), Hanna Pitkin (2004), Hannah Arendt (1965, 1973) and Cornelios Castoriadis (1990, 1998, 2001).

Instead of a minimalist and elitist democracy, which is the democracy of “civilized” Colombia - the Wintukua practice deep democracy, which includes everyone and is based on a strong and active citizenship – similar to the citizenship of ancient Athens, the free city republics of medieval Europe and the Maroon republics founded on Colombian territory around the year 1600 (Arrázola, 1970). The Wintukuas, like the Maroons, have given continuity to the Spanish tradition of the Cabildo, an open and democratic form of self-government, while the Spaniards and their descendants fell into feudalism, elitism, and cynicism. Thus, if you are really searching for Colombia democracy, you can find among its indigenous and black people.

Conclusion

Both examples presented here point to the possibilities of active citizenship and to the centrality of civicness. They both provide evidence that active, participatory, and direct democracy is a lived reality today and they allow us to glimpse at how leadership can look like. They also point to the limits of western, liberal political systems. The participation in the presidential election for Colombia’s new president, held on May 25 of 2014, had a participation of 40 percent of the electorate. In Colombia, inequality is rampant. Poverty, violence, pollution, and corruption amount. In contrast, in Palenque and in the Koqui,

Malayo, Arhuaco reservation, even children participate in open assemblies. The land is owned collectively and the community does not allow a concentration of riches in few hands. Instead of insisting on unearned rights, both groups construct their rights through active engagement and shared responsibility. As such, the empirical examples are relevant far beyond their localities for they point to possibilities. Deliberative democracy is not only a possibility; it is a reality. Political leadership can be instituted much differently than it is among Western, representative democracies. Citizenship can be active and engaged. Rights can be constructed and upheld through collective practice. The Wintukua live in a remote, hilly, area. They have few roads and no electricity in most settlements and still, they are able to come together frequently to make collective decisions. The Palenqueros, while poor, discriminated against, and marginalized, are able to offer a lesson on civicness and political participation not just to Colombia, but to the world.

References

Arendt, Hannah (1973), *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich.

Arendt, Hannah (1965), *On Revolution*. New York: Penguin.

Arrázola, Roberto (1970), *Palenque, primer pueblo libre de América. Historia de las sublevaciones de los esclavos de Cartagena*. Cartagena: Ediciones Hernández.

Castoriadis, Cornelius (2001), "The Retreat from Autonomy: Post-modernism as Generalised Conformism," *Democracy & Nature*, 7(1), 17-26.

Castoriadis, Cornelius (1990), "What Democracy?" in: *Figures of the Unthinkable*. Open Manuscript.

Castoriadis, Cornelius (1998), *The Imaginary Institution of Society*. Cambridge: MIT Press.

Daly, Herman and John Cobb (1989), *For the Common Good*. Boston: Beacon Press.

Escobar, Arturo (2012), *Encountering Development*. Princeton: Princeton University Press.

Frank, Robert (2011), *The Darwin Economy*. Princeton: Princeton University Press.

Friedemann, Nina S. de y Cross, Richard (1979), *Ma Ngombe. Guerreros y ganaderos en Palenque*. Bogotá: Carlos Valencia Editores. Disponível em *http://www.lablaa.org/blaavirtual/antropologia/magnom/indice.htm*

Henderson, Hazel (2011), "Real Economies and the Illusions of Abstraction." *CADMUS*. 1(3), (October), 60-65.

Hirsch, Fred (1976), *Social Limits to Growth*. Cambridge: Harvard University Press.

Organización Indígena Gonawindua Tayrona (2010), Jaba y Jate: Espacios Sagrados del

Territorio Ancestral de Santa Marta. Santa Marta: Duvan Silvera.

Manin, Bernard (1987), "On Legitimacy and Political Deliberation." *Political Theory*. 15(3), 338-368.

Mansbridge, Jane (1980), *Beyond Adversary Democracy*. Chicago: Chicago University Press.

Pitkin, Hanna Fenichel (2004), "Representation and Democracy: Uneasy Alliance." *Scandinavian Political Studies*. 27(3), 335-342.

Romero Infante, Jaime Alberto y Joaquin Alberto Guzman Barrios (2007), "Administración ambiental del pueblo Wintukua, un ejemplo de colaboración Universidad El Bosque - Resguardo Indígena." *Cuadernos Latinoamericanos de Administración*. II(4), (Enero-Junio), 50-64.

Rousseau, Jean Jacques (2003 [1762]), *The Social Contract*. Judith Masters and Roger Masters (trans.). New York: St. Martins Press.

Sánchez Gutiérrez, Enrique y Hernán Molina Echeverri (org.) (2010), *Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo*. Bogotá: Ministerio de Cultura.

Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemolgies of the South*. Boulder: Paradigm.

Rocha Vivas, Miguel (org.) (2010), *Antes el Amanecer: Antología de las Literaturas Indígenas de los Andes y la Sierra Nevada de Santa Marta*. Bogotá: Ministerio de Cultura.

Weber, Max (1968), *Economy and Society*. New York: Bedminster Press.

Yrigoyen Fajardo, Raquel (2009), "De la tutela indígena a la libre determinación del desarrollo, la participación, la consulta y el consentimiento." *El Otro Derecho*, 40(jun), 11-48.

Etnodiversidade: política de reconhecimento à luz do Ubuntu

Edna Raquel Hogemann[1]
Flora Strozenberg[2]
Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite[3]

Resumo

Propõe um estudo das conexões principais entre o conceito africano de ubuntu – palavra que vem das línguas dos povos Bantus; na África do Sul nas línguas Zulu e Xhosa – e um modelo mais includente de democracia. Procura aprofundar a compreensão do respeito à etnodiversidade como base de uma democracia ampliada. Identifica procedimentos da hermenêutica diatópica, entendida por Boaventura de Sousa Santos como forma fundamental de realizar a tradução entre saberes – notadamente aqueles produzidos em "regiões" do Norte e do Sul - e proposta por Raimon Panikkar como metodologia de diálogo intercultural. Desenvolve um exercício de hermenêutica diatópica promovendo a aproximação entre a filosofia político-jurídica ocidental e a concepção de ubuntu, apontado na máxima Zulu *umuntu ngumuntu ngabantu* (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas). Sublinha a relevância da acolhida dessa noção axial por parte de Nelson Mandela, associando-a a seus esforços no sentido de se concretizarem experiências democráticas na África do Sul. Com base no trabalho de tradução aqui proposto, busca definir algumas políticas de reconhecimento na perspectiva de responder ao desafio contemporâneo de democratizar a democracia.

Palavras-chave: Democracia; alteridade; Ubuntu; tradução; etnodiversidade.

Abstract

Proposes a study of the main connections between the African concept of ubuntu - a word that comes from the Bantu languages of the peoples; in South Africa in Zulu and Xhosa languages - and a more inclusive model of democracy. Seeks to deepen the understanding of respect for etnodiversity as the basis for an expanded democracy. Identifies procedures diatopical hermeneutics, understood by Boaventura de Sousa Santos as a key way to translate between knowledge - especially those produced in "regions" North and South - and Raimon Panikkar as proposed by intercultural dialogue methodology. Develops an exercise of hermeneutics diatopical promoting closer relations between the Western political and legal philosophy and the concept of ubuntu, aimed at maximum Zulu umuntu ngumuntu ngabantu (a person is a person through other people). Stresses the importance of welcoming this axial notion by Nelson Mandela, associating it with its efforts to realize democratic experiences in South Africa. Based on the work of translation proposed here seeks to define some recognition policies as preparation of respond to the contemporary challenge of democratizing democracy.

Keywords: Democracy; otherness; Ubuntu; translation; etnodiversity.

1 Doutora em Direito. Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e professora permanente do Programa de Pós Graduação de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Estácio de Sá (UNESA), no Rio de Janeiro/Brasil.

2 Doutora em Direito. Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

3 Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Introdução

No presente trabalho são expostas as distinções conceptuais de fundo pelas quais se articula o pensamento de Panikkar, entendido por Boaventura de Sousa Santos como forma fundamental de realizar a tradução entre saberes – em particular, aqueles produzidos em "regiões" do Norte e do Sul -, cuja compreensão facilita a aproximação entre a filosofia político-jurídica ocidental e a concepção africana de ubuntu. A relevância desta consiste no fato de chamar a atenção para o desarmamento cultural e o diálogo intercultural e inter-religioso, como condições necessárias para a solução dos grandes problemas da humanidade e para a urgente construção de um mundo de paz, democratizando a democracia ocidental a partir das experiências africanas.

Pretende-se aqui tratar não de algum tema específico pensado por Panikkar (2002), mas sim dos conceitos-ferramenta por tradução dos quais esse autor tem elaborado os seus textos, conceitos esses que definem menos o conteúdo de pensamento que a forma de pensar, menos as idéias sobre a realidade que os pressupostos filosóficos, notadamente, os antropológicos e epistemológicos.

Parte-se do pressuposto segundo o qual, nesse mundo globalizado e multicultural, as questões do diálogo intercultural e da hermenêutica diatópica sejam relevantes para os pesquisadores e operadores do Direito, particularmente os que se ocupam dos Direitos Humanos e das questões que envolvem o afazer democrático entre os povos.

Tem-se em vista que o direito à identidade cultural, cuja efetividde depende da execução rigorosa de políticas de reconhecimento, em vez de concentrar na igualdade, parece fundar-se no desejo das comunidades e dos indivíduos de ser diferentes e ser tratados de forma diferente. Não falta quem argumente que o direito a uma identidade cultural parece particularizar e distinguir, e não buscar a igualdade (a que corresponderia, no modo de ver de um sem-número de jusfilósofos, a exemplo de Pérez Luño e Manuel Atienza, o objetivo legítimo dos direitos humanos). Contudo, faz-se oportuno lembrar que a igualdade e a não-discriminação entendidas como princípios básicos dos direitos humanos também pressupõem o reconhecimento da etnodiversidade e do direito à diferença (Donders, 2005).

Minha humanidade em você... Ubuntu.

Ubuntu é uma antiga expressão religiosa africana que significa ou que dá a entender que a lealdade expande e faz coerente a relação entre as pessoas. Sua origem vem de uma regra ética das línguas zulu e xhosa e, apesar de não datada, corresponde a um estado mental e de ser que prevalece entre os nativos do sul do continente africano até os dias de hoje, segundo o qual *umuntu ngumuntu ngabantu*, que em Zulu significa "uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas". Desse modo, cada ser humano só é humano por pertencer a um coletivo

humano; a humanidade de uma pessoa é determinada pela alteridade com os outros, por meio de sua humanidade para com os outros seres humanos; a existência de uma pessoa se dá por meio da existência dos outros em relação intrínseca consigo mesma, mas o valor de sua humanidade está inteiramente relacionado à forma como ela esteia proativamente a humanidade e a dignidade dos demais seres humanos; a humanidade de uma pessoa é, assim, definida por seu compromisso ético com seu próximo, seja ele quem for: homem, mulher, criança, jovem, velho.

Há várias possíveis traduções para Ubuntu; no entanto e de alguma forma, nenhuma delas se adequa à vida nas grandes metrópoles, onde a maioria das pessoas vive em seu próprio mundinho, olhando apenas a si mesmo e visando somente a seus próprios interesses. Mas vale a pena pensar que há um potencial em todos para além de seus mesquinhos egoísmos que somente revelam inconsciência.

Para Dalene Swanson (2013), a máxima de que "é preciso uma aldeia inteira para criar uma criança" reflete nitidamente o espírito e a intenção do Ubuntu. Isso porque a força da comunidade deriva do apoio comunitário, e a dignidade e a identidade são alcançadas por meio da ajuda mútua, da empatia, da generosidade e do pacto comunitário. Importa esclarecer que, se como o apartheid ameaçava carcomer esse *way of life* africano tradicional, em alguns casos, ele por ironia o fortaleceu ao galvanizar o apoio coletivo e ao criar solidariedade entre os que integram a comunidade dos oprimidos. Que não se perca de vista o fato de que a industrialização, a urbanização e a globalização crescentes ameaçam corromper essa prática secular.

O religioso sul-africano Desmond Tutu, ativista dos Direitos Humanos que lutou contra o apartheid nos anos 80, assim se expressa:

> Uma pessoa com ubuntu está aberta e disponível aos outros, após os outros, não se sente ameaçada quando os outros são capazes e são bons em alguma coisa, porque está confiante, porque sabe que pertence a um todo maior, que diminui quando os outros são humilhados ou menosprezados, quando os outros são torturados ou oprimidos.

O ubuntu, a fórmula expressa de uma filosofia coletiva ética entre os povos sul-africanos há séculos na África, ao longo desse tempo veio recebendo novas conotações e pode-se dizer que se configurou como um dos princípios fundamentais da nova república, vinculada à idéia de um verdadeiro "renascimento africano".

Esse conceito filosófico fundamental serviu de base para a Comissão da Verdade e Reconciliação, na África do Sul, presidida por Desmond Tutu, quando da transição democrática, após o fim do apartheid.

Cultivar o Ubuntu significa para Mandela e esse líder religioso recuperar com todo o vigor

a interação com pares e não pares, a qual admite bidirecionalidade e reciprocidade entre os participantes de uma extensa comunidade etnicamente diversificada (nessas diferenças étnicas também residindo a sua força). O desenvolvimento de habilidades de interação social assegura uma verdadeira educação das capacidades para a relação interpessoal, orientada no sentido de favorecer e afiançar o respeito pelo outro em seus êxitos e fracassos, as redes de amizades, a responsabilidade e o autocontrole social, a aptidão para a negociação, os valores solidários de ajuda e cooperação, assim como o repúdio ao racismo e à discriminação. Contempla ainda a conquista de um estilo cognitivo – próprio a uma ética da alteridade – para dirimir os problemas interpessoais, solucionando os conflitos de interação e o desenvolvimento da autoestima.

No entanto, é importante sublinhar que o conceito de Ubuntu não tem a ver diretamente seja com política, seja com religião, na medida em que é uma noção, uma ideia, um modo de viver, que não encontra correspondência estrita no Ocidente. Tal conceito perpassa e toma forma em todas as áreas da vida, desde as relações mais íntimas e pessoais (família, amizades, etc) até a liderança, pois para conseguir liderar qualquer grupo social a partir de valores ubuntu, é essencial que seu líder seja um líder ubuntu.

O ubuntu também é a expressão viva de uma alternativa ecopolítica e antítese do materialismo capitalista, pois se posiciona contra essa interpretação ideológica da realidade através de uma filosofia nativa espiritual que está em maior consonância com a Terra, suas criaturas e suas formas vivas, e isso diz respeito a toda a humanidade em toda parte. (Swanson, 2013)

O diálogo intercultural baseado na hermenêutica diatópica e o Ubuntu

A hermenêutica diatópica foi defendida por Raimon Panikkar (2002) como metodologia de diálogo intercultural. Pautar-se por essa metodologia é muito mais que a mera aplicação de uma técnica de interpretação. Importa o conhecimento com a operacionalização entre distinções conceptuais, que o sustentam e legitimam, tais como conceito/símbolo, logos/mythos, alius/alter, multiculturalismo/interculturalidade. A explicitação e articulação adequada desses pares conceptuais, entre outros, formam o marco categorial pressuposto pela hermenêutica diatópica.

Diversos são os grupos de pesquisa que aproximam a questão dos Direitos Humanos do chamado multiculturalismo crítico. Dentre esses grupos, o de Boaventura de Souza Santos é um dos que se reportam à hermenêutica diatópica e ao conceito de equivalentes homeomórficos, propostos por Raimon Panikkar (2002). O pressuposto inicial e fundamental reside em que a utilização desses conceitos não se reduz a uma simples técnica de interpretação, mas sim que esse marco teórico é produto de uma determinada filosofia hermenêutica, cujo foco principal é o diálogo intercultural. Panikkar é um dos expoentes dessa corrente filosófica, que se autodenomina “filosofia intercultural”.

A partir desse pressuposto instrumental fundamental, Santos (2001, 2008) consegue identificar três fontes de tensões dialéticas que afetam sobremaneira não somente as relações intersubjetivas na modernidade ocidental em todo o seu espectro social, como também a política de direitos humanos, desde o final do século passado.

A primeira dentre elas corresponderia à tensão dialética entre o que o autor denomina "regulação social e emancipação social", ou seja, o estabelecimento de limites e o transcender dos limites no sentido dos avanços no campo social. Desde o final do século XX, essa tensão teria perdido o seu potencial criativo, na medida em que "a emancipação deixou de ser o outro da regulação para se tornar no duplo da regulação" (Santos, 2001:1). Se desde o início do século XX até seus meados as mobilizações emancipatórias foram consequências diretas das crises de regulação e tiveram como resultado o fortalecimento das políticas emancipatórias, nos dias atuais tanto a crise do Estado – seja enquanto regulador ou como Welfare State —, como as crises de emancipação social — simbolizadas, para Santos (2001), pela crise da revolução social e do socialismo tomados como padrão da transformação social radical — são simultâneas e alimentam-se uma da outra. De igual sorte, a política dos direitos humanos, que foi ao mesmo tempo uma política reguladora e uma política emancipadora, está enredada nessa crise dúplice, ao mesmo tempo em que é sinal do desejo de ultrapassá-la.

A segunda tensão dialética está situada na relação entre o Estado e a sociedade civil. Segundo Santos, o Estado da modernidade, ainda que se apresente de modo minimalista, é, virtualmente, um Estado maximalista, na medida em que a sociedade civil, configurada como o outro do Estado, se auto-reproduz por meio de leis e regulações originadas do próprio aparelho estatal, e para essas não parecem existir limites, desde que o processo de produção legislativa respeite as regras democráticas colocadas pelo Estado. Aqui também Santos aponta a questão dos direitos humanos como o cerne da tensão:

> [...]enquanto a primeira geração de direitos humanos (os direitos cívicos e políticos) foi concebida como uma luta da sociedade civil contra o Estado, considerado como o principal violador potencial dos direitos humanos, a segunda e terceira gerações (direitos econômicos e sociais e direitos culturais, da qualidade de vida, etc) pressupõem que o Estado é o principal garante dos direitos humanos. (Santos:2001: 2)

Finalmente, Santos considera que a terceira tensão dialética sobrevém do atrito entre o Estado-nação e o fenômeno designado por globalização. O modelo político praticado na modernidade ocidental é aquele caracterizado por uma unidade básica referencial, os Estados-nação soberanos, que convivem num sistema internacional interestatal, formado por Estados igualmente soberanos. Santos observa, no entanto, que esse sistema interestatal sempre foi idealizado de certo modo anárquico, regulado por uma legalidade muito indelével,

e “mesmo o internacionalismo da classe operária sempre foi mais uma aspiração do que uma realidade” (2001:3).

Hoje, com a intensificação da globalização que leva a um esgotamento do modelo do Estado-nação, a questão que se coloca é a de perquirir se ambas, regulação social e emancipação social, caminham no sentido dessa mesma escala global. Em que medida esse processo há que se dar e quais os lastros fundamentais a dar sustentação a esse mesmo movimento? Se, por um lado, já se começa, com toda a evidência, a se falar de sociedade civil global, governo global e equidade global e que o baluarte de tal processo é necessariamente o reconhecimento mundial da política dos direitos humanos, por outro vértice tem-se o conflito de um fato que surge como uma provocação ao pensamento. Em suma: tanto as violações dos direitos humanos como as lutas em defesa deles continuam a compreender uma decisiva dimensão que não se apresenta ainda supranacional, e, em contrapartida, como bem o aponta Santos (2001), as posições adotadas em relação aos direitos humanos seguem sendo produto de ethos específicos. Esses, paulatinamente, demonstram sua incapacidade em construir respostas aos novos desafios postos na busca por definir políticas de reconhecimento na perspectiva de responder ao anseio contemporâneo de democratizar a democracia.

Convém, a propósito, salientar a riqueza de sentidos contida naquele dizer zulu onde é possível desvelarmos a noção de ubuntu: a possibilidade de se constituírem espaços de fortalecimento de pessoas pensadas como seres-em-comum e a de se efetuarem, por força da individuação coletiva, pactos de coexistência entre diferenças (presume-se que estas podem ser individuais, religiosas, étinicas). Tais pactos não seriam necessariamente universais, nem tampouco ideologicamente “multiculturalistas”. Nesses elementos residem a base da construção de uma democracia mais includente, sempre zelosa pelo respeito à alteridade.

Esses espaços onde as pessoas se individuariam num perene devir, consideradas em sua pertença a um coletivo (que entendemos corresponder a uma ampla comunidade de valores), comportam um sentido próximo ao da palavra grega éthos, que é possível identificarmos no pensamento pré-socrático, notadamente em Heráclito: éthos anthropou daimon (a morada do homem, o extraordinário). Caberia aqui, nestes tempos de individualismo exacerbado e não raro predatório, recuperar o vigor da ética como o estudo da condição de possibilidade de o ser humano se abrir ao outro, num aí onde se pode cumprir.

É possível vislumbrar no referido dizer zulu um incitamento à recusa da apartação social, que provavelmente agradaria a um pensador da altura de Lévinas (1997:156), preocupado com tudo que possa significar um bloqueio do despertar para o humano:“É evidente que há no homem a possibilidade de não despertar para o outro; há a possibilidade do mal. O mal é a ordem do ser simplesmente – e, ao contrário, ir na direção do outro é a abertura do humano no ser, um ‘outramente que ser’.”

Inexiste, em nossa opinião, possibilidade de se construir (ou reconstruir) uma democracia

sem um pensar ético mais consistente. O que é possível constatarmos na liderança política de Nelson Mandela, que com o termo ubuntu, no modo de ver do Presidente Barack Obama, legou a todos nós o seu maior presente:

> [...] seu reconhecimento de que todos nós estamos unidos em maneiras que podem ser invisíveis a olho nu, que há uma unidade para a humanidade para que sejamos nós mesmos compartilhando-nos com outros, e cuidando dos que nos rodeiam.

Ultrapassando um rio de história envenenada

Faz-se indispensável repensarmos o legado da recomposição racial proposta por Mandela, a sua extraordinária lição no sentido de que a reconciliação dos sulafricanos não poderia corresponder meramente a uma questão de ignorar um passado cruel, mas sim a um modo de promover uma amplíssima inclusão.

E coube a este implementar políticas de reconhecimento da etnodiversidade, baseadas nos princípios do amor, da estima (e autoestima) e do acesso igualitário a determinados direitos humanos, já defendidos por Honneth (1995), a serem agasalhados em uma nova Constituição. Era imperativo tentar conter certas tensões em uma estrutura constitucional viável e particularmente flexível.

Diante de um mundo culturalmente fragmentado e afetado por tantas restrições para o pleno exercício da cidadania, Mandela procurou responder à necessidade de se adotar uma nova forma de política, muito bem sublinhada pelo antropólogo Clifford Geertz (2011:215):

> [...] uma política que não encare a afirmação étnica, religiosa, racial, linguística ou regional como uma irracionalidade arcaica e ingênita, a ser suprimida ou ultrapassada, como uma loucura censurada ou uma escuridão desconhecida, mas que a veja, como a qualquer outro problema social – a desigualdade, digamos, ou o abuso de poder –, como uma realidade a ser enfrentada e modulada, com a qual de algum modo é preciso lidar e chegar a um acordo.

Não há fórmulas ideais ou receitas para se lograr êxito na promoção dessa política, nem tampouco políticas de reconhecimento dotadas de pretensão universal ou da virtude da infalibilidade.

Tratava-se, no caso da África do Sul, de fazer frente aos estragos incomensuráveis produzidos pelo regime do apartheid, num lugar brutalmente dilacerado onde cada identidade cultural (e étnica) – anteriormente desprezada – se apresenta como um domínio de diferenças que

se confrontam nos níveis mais diversos, desde a família, ou uma simples aldeia, até uma área rural marcada por fricções interétnicas ou uma metrópole moderna (Hall, 2011). Ao indiferentismo ético que regia o apartheid era necessário contrapor a força condensada no ubuntu.

E essa compreensão que decerto norteou Mandela em sua gestão como presidente da África do Sul, foi por este retomada em um pronunciamento com que encerrou a XIV Conferência Internacional de AIDS, realizada em Barcelona, a 12 de julho de 2002: "Na África, temos um conceito conhecido como ubuntu, baseado no reconhecimento de que somos pessoas somente por causa das outras pessoas" (Mandela: 2013:92).

É legitimo sempre insistir no fato de que o intenso desenvolvimento da etnologia, tornado mais visível desde meados do século passado, desfez, de uma vez por todas, a convicção que prevalecia na comunidade científica de que a civilização européia era superior a qualquer outro sistema de sociedade. E essa tomada de consciência deve estar de novo presente em todo esforço de se formularem políticas de reconhecimento da etnodiversidade (Santos, 2008), que podem muito bem acolher o pressuposto de Fraser (2007): a necessidade de conjugá-las, de uma forma harmoniosa, com as chamadas políticas de redistribuição, para se alcançar patamar mais elevado de justiça social.

Etnocentrismo e etnocídio são obstáculos que devem ser vencidos se quisermos coexistir, com as nossas diferenças culturais, num mundo de paz e efetiva equidade. E sempre a nos individuarmos através dos demais seres humanos.

Afirmar que etnocentrismo e etnocídio estão obrigatoriamente ligados só é válido - com as imprescindíveis ressalvas – para a cultura ocidental, não por esta revelar uma "essência" etnocida, mas sim pela forma com que uma sociedade com Estado se estabelece. E pode-se mesmo concluir: essa forma certamente alcançou um nível elevado de expressão com a sociedade sulafricana assentada no apartheid desde 1948.

Já na sua formação propriamente moderna o Estado impõe regras – as regras são aquilo que formam esse organismo jurídico-político. E ele procura basear-se nos valores da "maioria", buscando uma unidade social, um padrão cultural mais homogêneo para a sociedade. O Estado é o centro e tudo deve convergir para este. Formar cidadãos constitui-se em processo conectado às exigências do Estado; conforme argumenta Clastres (2011), o que se encontra à margem dessa unidade "artificial" é alcançado pelos braços do Estado e deixa de existir como diferença. Partindo dessa premissa, é possível concluir que a sociedade ocidental não é a chave para se entender o etnocídio, mas sim as sociedades com Estado (o exemplo do que se passou em Ruanda está bem ao alcance de nossa memória recente).

Contudo, vale frisar, na esteira da reflexão de Clastres (2011), que as sociedades como Estado não praticam o etnocídio de forma idêntica (algumas, como a brasileira, se revelam até mais moderadas). É o sistema econômico que interfere na intensidade do etnocídio, e o sistema

capitalista com sua busca incansável por produção e crescimento faz, de maneira constante, com que a sociedade ocidental seja especialmente cruel no sentido de aniquilar identidades culturais.

E esse caminho sombrio pode ser superado ou revertido com todo o empenho. Um empenho em que não irão faltar as luzes daquele pensar ético sintetizado na palavra ubuntu.

Referencias Bibliograficas

Clastres, Pierre (2011), "Do etnocídio", in Clastres, Pierre, *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 75-87.

Donders, Yvonne (2005), "Para um direito à identidade cultural na legislação internacional dos direitos humanos", in Monica Alende Serra (Org.), *Diversidade cultural e o desenvolvimento urbano*. São Paulo: Iluminuras, 123-142.

Fraser, Nancy (2007), "Reconhecimento sem ética?", *Lua Nova*, 70, 101-138.

Galeano, Eduardo (2012), *Los hijos de los días*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Geertz, Clifford (2011), "O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século". in *Nova luz sobre a antropologia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,191-228.

Hall, Stuart (2011), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Honneth, Axel (1995), *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Translated by Joel Anderson. Cambridge: Polity Press.

Lévinas, Emmanuel (1997), *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes.

Mandela, Nelson (2013), *Apontamentos para o futuro: palavras de sabedoria*. Tradução de Nina Bandeira. Rio de Janeiro: Rocco.

Panikkar, Raimon (2002), *Pace e interculturalità: una reflessione filosófica*. Milano: Jaca Book, Consultado a 29.01.2013, em http://www.raimon-panikkar.org/spagnolo/opere.html.

Pivatto, Pergentino Stefano (2000), "Ética da alteridade.", in Manfredo Araújo de Oliveira, (Org.). *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis:Vozes: 79-97.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), "As tensões da modernidade", in *Biblioteca de las alternativas, Fórum Social Mundial 2001*. Consultado a 25.01.2013, em http://www.forumsocialmundial.org.br/portugues/biblioteca/textos/2001012100_Boaventura_de_Sousa_Santos.rtf.

Santos, Boaventura de Sousa (2008), "Para uma concepção intercultural dos direitos humanos", in Boaventura de Sousa Santos, *A gramática do tempo: para uma nova cultura*

política. São Paulo: Cortez, 433-470 [2ª ed.].

Swanson, Dalene (2013), *Doing Democracy*. Consultado a 29.01.2013, em http://doingdemocracy.ning.com/profile/DaleneSwanson.

Nordeste Brasileiro - Colonialidade e Preconceito No Hemisfério Sul?

Dina Maria Martins Ferreira[1]

Resumo

Em reportagem, do jornal *Folha de S. Paulo*, de circulação nacional, anuncia-se o set cinematográfico "Roliúde Nordestina, localizado no nordeste brasileiro, região conhecida pelo senso comum com de subdesenvolvimento. A fotojornalismo respalda o questionamento se o aportuguesamento da expressão Hollywood para Roliúde seria o suficiente para unir culturas e territórios. Nossa discussão problematiza se a estilização da linguagem desencadeia o processo de descolonialidade ou se reafirma a colonialidade dentro de um estado-nação. Em nossa proposta indagamos se "Roliúde Nordestina" constitui uma unidade híbrida identitária em que noções de cultura, interculturalidade, territorialidade e teorias (des)coloniais interagem no percurso analítico como pedras argumentativas do jogo do poder.

Palavras-chave: cultura, interculturalidade, territorialização, colonialidade, identity.

Abstract

In a report, at the Brazilian newspaper *Folha de S. Paulo* with a national movement, it announces the opening of a film set named "Roliúde Northeast", located in Northeastern Brazil, a region known by common sense with region of underdevelopment. We question if the English expression Hollywood transformed phonetically in Portuguese Roliúde is enough to put together cultures and territories, and if the stylization of language triggers the process of 'descoloniality' or reaffirms the 'coloniality' within a nation-state. In our proposal we ask if "Roliúde Northeast" identity is a hybrid unit where notions of culture, intercultural, territoriality and (des-)coloniality theories interact in the analytical path as argumentative stones of power game.

Keywords: culture, interculturality, territorialization, coloniality, identity.

---

1 Professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará e membro-pesquisadora do Centre d'Études sur les Actuels et le Quotidian, Sorbonne V; 2º pós-doutorado pela Sorbonne V e Unicamp (2010); 1º pós-doutorado, Unicamp (2002-2003); autora de vários livros: *As vestimentas do rei, o sujeito acadêmico* (2014), *Imagens, o que fazem e significam* (2010); *Discurso feminino e identidade social* (2009), entre outros; autora de capítulos de livros artigos em revistas nacionais e internacionais

Considerações iniciais

Em reportagem, da Folha de São Paulo, caderno Ilustrada, de 27 de maio de 2007:1, Cabaceiras, na Paraíba, estado da região nordeste do Brasil, é citada como a Roliúde brasileira, cidade que abriga um set cinematográfico que tem o letreiro "Roliúde Nordestina". Como assinala a reportagem é um "letreiro de 80 metros de comprimento por cinco de altura [...], a 10 mil km da Hollywood norte-americana".

Figura 1 – "Roliúde Nordestina"
Fonte: Lalo de Almeida/Folha Imagem, Jornal Folha de S.Paulo, 2007:1

Como se pode observar, a fotojornalismo, tanto pelo plano icônico quanto pelo linguístico, respalda o questionamento sobre a força política da designação frente uma culturalidade descolonizadora e/ou outra que reforça a ainda colonialidade de um Estado-Nação, no caso o império americano. A expressão 'Roliúde Nordestina' configura duas nações – americana e brasileira –, especifica dois tipos de territórios – Los Angeles e Cabaceiras –, narra histórias diferentes – glamourosa e sertaneja –, instala simbologias diferentes – riqueza e pobreza ou desenvolvimento e subdesenvolvimento. Uma proposta designativa que alia dois territórios culturais, narrativas históricas diferentes constitui uma unidade híbrida identitária? Ou determinada designação busca em referenciais territoriais diferentes uma prática cultural que performatiza interculturalidades que se relacionam hierarquicamente (colonialidade), reafirmando um jogo de linguagem que se movimenta no tabuleiro do poder hegemônico?

Os percursos conceituais presentes no texto constroem uma rede argumentativa e não necessariamente uma unidade epistemológica. A multiplicidade epistemológica visa a dois focos de pensamento: um de Boaventura de Sousa Santos (2010) e sua proposta de ecologia do saber, em que várias áreas, conceitos e teorias se mesclam em prol de pensamentos que não se fazem excludentes entre si; e outro de Derrida (1999) que demonstra ser o uso da linguagem um fluxo contínuo de significantes que não se esgotam, porquanto a natureza da linguagem é ecológica – novo e antigo se misturam no movimento bustrofédico ininterrupto

da escritura. Desta feita, é na ecologia – de saberes (teorias e conceitos) e da linguagem (uso) – que se estrutura o status epistemológico de cada autor e respectivos conceitos, que se curvam diante dos sentidos cotidianos (da mídia), impedindo um olhar de incompatibilidades. O que, à primeira vista, possa parecer costuras múltiplas, nada mais é uma posição ideológica diante do saber e da vida.

1. Cultura nacional

Ao adentramos na questão da cultura, vamos às culturas nacionais, em que a Roliúde Nordestina se apresenta com o feito de 20 filmes, em contrapartida a Hollywood, riquíssima indústria cinematográfica com mais de mil produções ao ano. Teríamos, então, duas culturas nacionais com performativos sócio-econômicos bastantes díspares, o que nos leva a Stuart Hall (2000) que chamaria cultura nacional de uma "comunidade imaginada" (pelo menos a que se refere a "Roliúde"). Para fundamentar o caminho de 'histórias' formadoras de identidade nacional de uma comunidade imaginada, alguns pontos são explicativos:

a. trata-se de uma narrativa "tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular" (Hall, 2000:52);

b. inventa-se uma tradição, que, segundo Hobsbawn e Ranger (*apud* Hall 2000:54), seria um "conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição; e

c. passa a existir um mito fundacional.

Cultura, portanto, seria construção narrativa, cujos processos designativos são permeados de contingências. Daí entender o que se chama de "comunidade imaginada", ou seja, histórias contadas e recontadas por subjetividades. Bhabha (1998:238) nos lembra que as contingências históricas seriam os fundamentos da necessidade de elaborar estratégias legitimizadoras de "minorias dentro das divisões geopolíticas", minorias aqui entendidas como comunidades em busca de seu perfilamento identitário. Não estaria aí a tentativa do set em Cabaceiras, uma minoria cinematográfica, legitimar sua identidade buscando o famoso glamour do tapete vermelho que habita a indústria do cinema americano? Pela nominalização Roliúde – Hollywood com a letra "R" letra conhecida pelo senso comum como a correspondente oral mais próxima ao "H" inglês –, que se junta ao determinante territorial Nordestina, pode-se dizer que a expressão 'Roliúde Nordestina' é uma estratégia designativa para que determinado lugar busque legitimação identitária, e que talvez, sem tal recurso, não o conseguisse. Como o próprio fundador do set em Cabaceiras, o escritor e pesquisador Wills Leal, diz: "Apesar das analogias, a palavra "roliúde" é apenas marketing (que faz questão de grafar 'marquete')"(Jornal Folha de S. Paulo, 2007:1).

No entanto, a questão da rearticulação sígnica é mais complexa, não se restringindo apenas à adaptação fonética e ao recurso de marketing. Segundo Bhabha (1998:240), cultura "é a marca do espaço *conflituoso* mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação

cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social" (grifo nosso). Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada, já que uma visão de cultura se faz pela "produção *irregular* e *incompleta* de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social" (cf. *supra*) (grifos nossos). O set cinematográfico em Cabaceiras necessita de sobrevivência sócio-econômica cuja culturalidade passaria a ser entendida como fenômeno transnacional (Bhabha, 1998), ou seja, extrapolaria as fronteiras da culturalidade brasileira em busca da estudinense, para composição de uma pretensa unidade transnacional:

> Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas [...] e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. [...] O discurso natural(izado), unificador, da "nação", dos "povos" ou da tradução "popular" autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (Bhabha 1998:241).

Como se pode perceber o símbolo da cinematografia hollywoodiana não pode sofrer transferência imediata para o local do set em Cabaceiras, porquanto as particularidades e diferenças territoriais e históricas aí se manifestam. O poder hegemônico do set americano provoca ruptura identitária no set brasileiro, mesmo que compartilhem a práxis cinematográfica.

1.1 Territorialização e historialização

O primeiro ponto na questão de territorialização é que não estamos delineando um espaço geográfico encravado em linhas, porquanto territorialidade é uma questão para além da geografia de atlas. Territorialidade e seu processo de territorialização trazem à tona a identidade de pertencimento, já que são constituídos por representações sociais, políticas, econômicas e culturais. Haesbaert (2006:40) nos oferece um tratamento de território pela vertente cultural ou como chama de "simbólico-cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido". Ou melhor, a dimensão simbólica habita um espaço social organizando-se pela historialização e geograficidade, quesitos da territorialidade. Na historialização, os territórios Hollywood e Cabaceiras se juntam pela prática cinematográfica, sem negar suas especificidades, e, na geograficidade, se aliam segundo Leal (Jornal *Folha de S. Paulo*, 2007:1), porquanto "o Estado americano tem muitas semelhanças com o município paraibano: Califórnia e Cabaceiras têm cenários desérticos, luminosidade, variedade de sets e mão-de-obra barata". Apesar da justificativa de que a

territorialização se permeia por equivalência, não se pode esquecer a fala de Ana Bárbara Ramos, na mesma reportagem: “Hollywood não é só um cenário. Há estúdios, dinheiro circulando. Cabaceiras não é isso, é um set de locação” (cf. *supra*).

Ratificando a impossibilidade de equivalência territorial entre Hollywood e Roliúde Nordestina, em um mundo hierarquizado pelo capitalismo, não podemos esquecer a vertente econômica, que alimenta o imaginário-cultural, pois, como diz o Haesbaert (2006:40), “na dimensão espacial das relações econômicas, o território [é visto] como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”.

Pelo conceito de território simbólico, estaríamos, então, em espaço de performativos valorativos, que constrói a pertença identitária (Vattimo, s/d:11). E nesse universo, as narrativas históricas se fazem presentes, tanto pela historicidade quanto pela historialidade. No âmbito da historicidade, há um motivo para que o pertencimento se manifeste, além da(s) história(s) em que o motivo se circunscreve. No âmbito da historialidade, o efeito identitário da narrativa histórica provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a uma região. A história seria, então, “um processo objetivo no qual estamos inseridos [...] um modo de estarmos conscientes dessa pertença” (cf. *supra*) Enquanto o motivo trabalha pragmaticamente com o instante político do processo designativo, a pertença é um movimento mais denso, pois aciona símbolos socioculturais.

Na fotojornalismo, o motivo da historicidade de ‘Roliúde Nordestina’ se inscreve: (1) o sentido do determinante ‘Nordestina’ indica o local do set e o reafirma, pela história e memória – presença da carroça puxada por boi, chão batido de terra, criança vestida para o campo – território rural da seca e da pobreza; e (2) o sentido de ‘Roliúde’, que, mesmo sofrendo adaptação fonética, faz alusão ao letreiro Hollywood em Los Angeles, inclusive pela colocação de os ambos letreiros estarem em cima de uma colina. Por essa dinâmica referencial chega-se ao motivo da história do letreiro em Cariri da Paraíba. No entanto, a pertença da historialidade se esgarça, pois o efeito identitário do set em Cabaceiras não atinge o espaço da verossimilhança de uma Hollywood: carroça, boi, terra batida não alcança as calçadas da fama que subjazem ao letreiro de Los Angeles. Os contextos territoriais que envolvem os dois letreiros não se aliam nem pela geograficidade e nem pelo simbolismo que habita o imaginário coletivo.

Se observamos as imagens contextualizadoras dos territórios e letreiros (figuras 2, 3, 4 e 5, a seguir), podemos reafirmar a ruptura identitária que se processa. Como lembra Raesbaert (2006), não há como desvincular o território geográfico do território econômico no momento de uma contemporaneidade em que o poder econômico comanda múltiplas simbologias. E por tal comando hegemônico, os territórios simbólicos se separam, impedindo a constituição de um sentido identitário:

Figura 2 - Letreiro em Cabaceiras[2]

Figura 3 - Centro da cidade de Cabaceiras

Figura 4 - Letreiro em Los Angeles[3]

Figura 5 - Cercanias de Los Angeles, letreiro ao fundo na colina

Tais espaços são justificados pela historicidade, o motivo da designação, – letreiro do glamour mais a aridez do Nordeste para divulgar a fundação de um set cinematográfico em Cariri. No entanto, esses mesmos espaços se rompem pela historialidade, efeito de pertença: provoca separação devido à impossibilidade veridictória de se agregar a história do Nordeste com a da glamourosidade da indústria hollywoodiana.

1.2 Interculturalidade

Para entendermos como a *práxis* da interculturalidade se manifesta na construção designativa da identidade, fazemos uma interrelação entre pólos da cinematografia: Bollywood, Hollywood e Roliúde.

Bollywood é o nome dado à indústria de cinema de língua hindi, a maior indústria do cinema indiano, em termos de lucros e popularidade em nível nacional e internacional. O nome Bollywood surge da fusão de Bombaim (antigo nome de Mumbai, cidade onde se concentra esta indústria) e de Hollywood (nome dado à indústria cinematográfica americana). As línguas hindi, urdu e inglês são extremamente comuns em Bollywood. A difusão e riquesa de Bollywood é tão vasta que o nome Bollywood é muitas vezes usado para designar todo cinema indiano, mesmo que haja outras ramificações, tais como Kollywood, Dollywood, Mollywood.

2 Imagens de Cabeceira se encontram na reportagem do jornal online *Folha de S. Paulo*, do mesmo dia da reportagem.

3 Todas as outras imagens retiradas da internet. Disponível em: http://pt.wikpedi.org; último acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

Bollywood constitui sua referência e sentido por dois territórios geográficos – antiga Mumbai, Bombaim mais Hollywood – que partilham vetores econômicos comuns, pois tanto Bollywood quanto Hollywood são indústrias cinematográficas de renome, dinheiro, glamour, sucesso. Mas mesmo que partilhem o valor de glamour, a cinematografia indiana foi a Hollywood em busca de sua identidade. As marcas morfológicas do léxico Bollywood, o "B" de Bombaim + (H)ollywood, mesmo que a competitividade econômica se iguale, o fator simbólico da linguagem ainda nos remete a uma posição hegemônica de Hollywood em relação a Bollywood:

Figura 6 - Set cinematográfico, Bollywood, Mumbai, India.

Figura 7 - Set cinematográfico da Universal, Hollywood, LA.USA

Se há equivalência econômica entre Hollywood e Bollywood, mesmo com a hierarquia simbólica ainda presente, Cariri se separa bruscamente dos outros set, por ser apresentado midiaticamente pela pobreza:

Figura 8 - Set cinematográfico em Cabaceiras, Cariri, Paraíba, BR

2. Epistemologias do Sul e teorias (des)coloniais

Não se pode negar o sucesso do recurso de marketing do uso de "Roliúde Nordestina", mas este mesmo é o caminho perigoso que pode reforçar ideologias que ainda rondam determinados territórios, no caso o Hemisfério Sul. Para refletir sobre o perigo de tais ideologias vamos adentrar em conceitos que esclarecem a proposta de epistemologias do sul (Santos, 2010) .

Entende-se epistemologias do Sul como uma metafóra, não restrita à noção de *episteme* como 'ciência da ciência', neutra, incontestável e não situada no mundo sociocultural. Ou seja, se levarmos em conta o sentido de epistemologia como "toda a noção ou ideia, refletida

ou não sobre as condições do que conta como conhecimento válido" (Santos & Meneses, 2010:15) e de que não há epistemologia neutra, já que é construída por sujeitos localizados na história, as noções de 'epistemologia do Sul' e de 'epistemologia do Norte', melhor se delineiam – coincidente à sua produção geográfica e ao percurso político-econômico de sua história:

> concepção do sul sobrepõe em parte com o sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções, como , por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do norte global (Europa e América do Norte) (cf. *supra*).

Em outras palavras, o Sul representaria o "lado dos oprimidos pelas diferentes formas de dominação colonial e capitalista" (cf. *supra*) e o Norte o lado dos dominadores. Mas valem ressalvas para que não coloquemos o local e o conhecimento como sobrepostos rigidamente e até de forma totalizante: (1) no geográfico Norte, podem residir pensadores do Sul, designados como tal pela biodata e pela temática de pesquisa condizente com o Sul, mas que, de alguma forma, não deixam de ratificar as epistemologias do Norte; (2) da mesma forma que pensadores com biodata do Norte podem clamar e interferir em prol das epistemologias do Sul. Enfim essa agregação entre sujeito pensador, epistemologias e local de onde se pensa não tem uma aderência fatual e sim metafórica, haja vista a relação entre oprimidos e opressores. O que se quer com esta metáfora é expressar que "epistemologia dominante [...], [é] uma epistemologia contextual que [se] assenta numa dupla diferença: a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo" (cf. *supra*) e não uma epistemologia universalizante.

2.1 Colonialidade: poder, ser e saber

Com o fim das administrações coloniais e a independência dos Estados-nação "os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana" passando do "colonialismo global" para um período de "colonialidade global" (Grosfoguel, 2010). De acordo com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009:73) a colonialidade refere-se ao poder racista/etnicista engendrado a partir do colonialismo, mas que o transcende, uma vez que seus modos de dominação ultrapassam a dimensão da jurisdição territorial. Esse modo de dominação cunhado por Quijano (cf. *supra*) como colonialidade do poder é responsável pelo expurgo de determinados grupos vulneráveis: "discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades". Baseando-se no conceito de colonialidade do poder, desenvolvida pelo como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, Maldonado-Torres (2010:241) analisa o caráter preferencial da violência como colonizador do ser que se traduz, por meio da colonialidade, na relação

entre o racismo, a exploração capitalista, o monopólio do saber, o domínio sexual e a história colonial moderna. Nas palavras de Maldonado-Torres (cf. *supra*),

> a colonialidade faz referência à raça e, consequentemente, ao espaço e à experiência. Os espaços pós-modernos podem ser definidos de uma forma pós-colonial, isto é, para além das restrições da relação entre império e colônias, mas isso não significa que, quer a raça, quer a colonialidade se tenham visto o seu poder reduzido. Sendo verdade que, até certo ponto, poderia existir um Império sem colônias, não existe Império sem raça ou colonialidade. O império (se é que existe) opera dentro da lógica global ou da marca d'água da raça e colonialidade (cf. *supra*).

Diríamos, inclusive, que o poder opressor da colonialidade opera não apenas no espaço Estado-Nação, mas também em microespaços, tais como universidades e correspondentes produções epistemológicas, além de até apagar fronteiras em prol do domínio global. Desse modo, a colonialidade do poder se manifesta constituindo espaços epistemológicos hegemônicos. Temos aí uma outra manifestação da colonialidade, a colonialidade do saber, que determina quem o monopólio do conhecimento, a predominância do saber pelo ditames do eurocentrismo.

2.2 Conhecimento de fronteira

Contra a opressão e subordinações epistêmicas e aceitação de que determinada teoria é a condutora da verdade universalista, Grosfoguel (2010:457) aponta para um conhecimento de fronteira, próprio dos estudos descoloniais que representaria, "uma resposta crítica aos fundamentalismo, sejam eles hegemônicos ou marginais" (cf. *supra*). Se pudéssemos resumir tão larga e complexa proposta de produção epistêmica, levantam-se várias prerrogativas: não termos um cânone fechado, aceitarmos o pluriversal, não haver um universal abstrato, e nos abrirmos a um diálogo crítico do Sul Global. Já temos alguns trabalhos no hemisfério Sul (mais especificadamente Brasil) cuja epistemologia não obedece aos ditames canônicos do eurocentrismo.Vale também o esclarecimento do próprio Grosfoguel (cf. *supra*) quando afirma que o pensamento crítico de fronteira não é fundamentalista, mas sim uma

> resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial (...). O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica.

O pensamento de fronteira não nega ou exclui um passado eurocêntrico, mas se propõe a um 're-agir', ativar corpos-políticos que falam como sujeitos concretos, com suas etnias, diferenças, mostrando que a categorização de 'subalterno' não significa um corpo calado.

2.3 Descolonialidade do saber e conscientização política

Dussel (2010:342) afirma sobre a fluidez e o hibridismo que habita em cada sujeito epistemológico (e também no sujeito leigo que se utiliza do "marquete" para sobreviver identitariamente), ou seja,

> As histórias não indicam apenas o tempo dos acontecimento, mas também o seu lugar geopolítico. A modernidade tem origem, segundo a interpretação corrente (...) num 'lugar' e num 'tempo'. O 'deslocamento' geopolítico desse 'lugar' e desse 'tempo irá significar igualmente um deslocamento 'filosófico, temático e paradigmático (e encarar a modernidade com 'novos olhos' exige colocar-se fora da Europa germano-latina e vê-la como observador externo ('comprometido', evidentemente, mas não como 'ponto zero' da observação) (cf. *supra*).

Considerações finais

Diante das prerrogativas apresentadas de um colonialismo ainda existente em territórios do Hemisfério Sul, podemos verificar que em "Roliúde Nordestina" tanto podemos prever um pensamento abissal, que impede a "copresença dos dois lados da linha" (Santos, 2010:33), no caso uma interculturalidade híbrida constitutiva de uma unidade identitária. Já o pensamento pós-abissal aceitaria esta unidade identitária, pois "parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável(...)"(cf. *supra*), tal como o clamor dos zapatistas – *Luchar por um mundo donde otros mundos sean posibles*[4], acreditando que "existir é ser chamado a existência em nome de uma alteridade" (Bhabha, 1998:110), ou seja, as duas linhas Sul (Nordeste) e Norte (Hollywood) ou Norte (Hollywood) e Sul (Nordeste) convivendo na validação de epistemologias, ou uma Epistemologia de Fronteira, em que o subalterno responderia conscientemente ao projeto imperialista.

Outro caminho que justificaria a presença de um colonialismo, estaria em uma leitura linguageira da ordem da derrisão. O leitor se indagaria e talvez riria, pois "não há comicidade fora do que é propriamente humano" (Bérgson, 1983:12), e como tal, exclui o sujeito nordestino, senão brasileiro, da possibilidade de glamour. Os elementos compósitos da imagem do set cinematográfico de Cabaceiras mostra "composição de derrisão [...] traços físicos, práticas presumidas, pretexto para formulações deselegantes, jogos de contraposição

4 Frase do movimento zapatista em homenagem a seu líder mexicano Emiliano Zapata, que reflete o "conhecimento de fronteira". Trata-se de um recurso para explicar o sentido que queremos dar à descolonialização do poder e à do saber. Ou seja, o movimento zapatista pregava o fim da marginalização dos indígenas, descendentes dos maias, e buscava a inclusão do índios no sistema democrático mexicano e não a queda do sistema.

[que] ferem a manutenção da existência" (Martins Ferreira, 2006:147). E Courtine (apud Gregolin, 2003:24) complementa a violência irônica formadora da derrisão, pois ela vem "qualificar e desqualificar os conteúdos, medir seu impacto, soldar seus efeitos".

Sob outra perspectiva, a convivência de diferenças entre Roliúde e Hollywood, na imagem midiática, como diz Goody (*apud* Palhares-Burke, 2000:37), "não criou propriamente o evento, mas provocou sem dúvida, uma espécie de *contágio*" (grifo nosso) territorial e simbólico. Trata-se de uma simbolização que atua no universo do marketing, sem dúvida, tanto que justifica ser tal imagem notícia jornalística. E como notícia jornalística pode estar no topos de uma equivalência intercultural, ou no do poder hegemônico do colonialismo que detém glamour e riqueza.

Mas, de tantas suposições que o poder da linguagem nos permite e dos perigos ideológicos na sua constituição, podemos entender que a identidade de Roliúde Nordestina se 'excedeu' e como tal ficou no "entre lugar" (Bhabha, 1998). Se "cultura é concebida como um conjunto de crenças e de modelos conceituais da sociedade que molda as práticas cotidianas" (Kincheloe & Steinberg, 1999:12), parece que a cultura 'roliudiana' reflete as práticas cotidianas de um 'entre-lugar' identitário, pois não conseguiu constituir um 'lugar' identitário de hibridez territorial e simbólica. Se apenas apenas alcançou um contágio simbólico, a adaptação fonética – R+olywood – perde força e cai no "entre-lugar" de dois territórios, de duas culturas, de dois símbolos, e pela duplicidade no excedente: o "entre-lugar" é o lugar dos sujeitos que "são os excedentes da soma das partes das diferenças" (Bhabha, 1998:20), um lugar do "*além* [que] significa distância espacial, [que] marca um progresso, [e que] promete o futuro; no entanto, [...] – o próprio ato de ir *além* – são incognoscíveis, irrepresentáveis, sem um retorno ao "presente" que, no processo de repetição, torna-se desconexo e deslocado (cf. *supra*). E, como tal, Roliúde, como uma unidade de descompassos, ao ir além em busca de um espaço distante, o poder hegemônico hollywoodiano, ou se excede ao se propor a ser uma Hollywood Nordestina ou Hollywood é a parte excedente da identidade a que se propõe. E nesse caminhar, sem dúvida, não estamos pleiteando uma "escada como espaço liminar" (cf. *supra*) em que as polaridades entre superior e inferior se estabelecem como fixas. A hibridez cultural e/ou colonialidade entre Hollywood e Roliúde não deixa de ter sido construída, mesmo que no momento da notícia jornalística o processo identitário tenha refletivo desconexão e deslocamento.

Referências Bibliográficas

Bergson, Henri (1983), *O riso. Ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bhabha, Homi (1998), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Courtine, Jean-Jacques (2003), "Os deslizamentos do espetáculo político", *in* Marisa Gregolin (org.) *Discurso e mídia – A cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 21-34.

Derrida, Jacques (1999), *Gramatologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Dussel, Enrique (2010), "Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade.", *in* Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. (orgs.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 341-395.

Grosfoguel, Ramón (2010), "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.", *in* Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. (orgs.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 455-489.

Hall, Stuart (2000), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Haesbaert, Rogério (2006), *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" a multiterritorialidade*. São Paulo: Bertrand Brasil.

Jornal Folha de São Paulo (2007), *Roliúde Nordestina*, Caderno Ilustrada, 27 de maio,1.

Kincheloe. Joe L. e Steinberg, Sheila L. (1999), *Repensar el multiculturalismo*. Madri/Espanha: Ediciones Octaedro, S.L.

Maldonado-Torres, Nelson (2010), "A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade." *in* Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. (orgs.), *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 396-455.

Martins Ferreira, Dina M. (2006), *Não pense, veja – O espetáculo da linguagem no palco do Fome Zero*. São Paulo: Annablume/FAPESP.

Palhares-Burke, Maria Lucia (2000), *As muitas faces da história. Nove entrevistas.* São Paulo:Editora UNESP.

Quijano, Anibal (2010), "Colonialidade do poder e classificação social.", *in* Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. (orgs.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 84-127.

Santos, Boaventura dos Sousa (2010), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.", *in* Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. (orgs.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 31-83.

Santos, Boaventura dos Sousa e Meneses, Maria Paula (2010), "Introdução.", *in* Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 15-27.

Vattimo, Gianni (s/d), *O fim da Modernidade – Niillismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Rio de Janeiro: Presença.

Genealogías artísticas transnacionales y disenso: Espacios artísticos auto-gestionados en el Caribe insular.[1]

Carlos Garrido Castellano[2]

Resumen

Este texto, resultado de varios años de trabajo de campo en países del Caribe, pretende cuestionar la capacidad de empoderamiento que la experiencia artística del Sur conserva pese a los designios del mercado y a los criterios excluyentes del nacionalismo. Para ello, analizaremos la actividad llevada a cabo por organizaciones artísticas auto-gestionadas caribeñas. Operando dentro del sistema artístico transnacional en el que se desenvuelve la creatividad caribeña actual, estos espacios han resultado fundamentales a la hora de producir solidaridades alternativas que desafían y modifican los vínculos coloniales y neocoloniales. Igualmente, estas iniciativas han sido claves a la hora de generar espacios de diálogo y disenso, problematizando el papel del arte en la esfera pública.

Palabras Clave: Arte contemporáneo; Caribe; Ciudadanía; Espacios de arte autogestionados; Participación [en arte]

Abstract

This text, result of several years of fieldwork in Caribbean countries, aims to assess the capacity of empowerment that South artistic experience keeps despite the incidence of international art market and the exclusive criteria of nationalism. In order to do that, I will analyze the activity developed by artists-managed institutions. Operating within the transnational art system in which contemporary Caribbean creativity is located, those spaces have been essential in order to produce alternative solidarities that defy and modify colonial and neocolonial linkages. Similarly, those initiatives have had a decisive impact in creating spaces of dialogue and dissent, challenging the role of art and artists in the public sphere. This paper seeks to address the capacity of contemporary art to build practices of coexistence within the present.

Keywords: Artist-managed Spaces; Caribbean; Citizenship; Contemporary Art; Participation [in art]

---

1 Lo presentado aquí es el resultado de varias estancias de investigación en Cuba (Centro Wifredo Lam, Universidad de La Habana), República Dominicana (Museo Nacional de Arte Moderno de Santo Domingo), Jamaica (National Gallery of Jamaica) y Estados Unidos (Duke University). Quisiéramos agradecer a todas las instituciones anteriormente mencionadas su disponibilidad y colaboración, sin las cuales este texto no sería posible.

2 Os seus interesses de investigação centram-se na cultura visual, nas políticas curatoriais e na arte contemporânea nos contextos atlânticos pós-coloniais. Tem pesquisa de campo de longa duração realizada em vários países das Caraíbas e nos EUA. Tem colaborado com revistas como *Third Text*, *Travessia*, *Small Axe* ou *Cultural Dynamics*. É autor de dois livros sobre arte das Caraíbas. Leccionou em várias universidades Europeias e Americanas. Comissariou varias exposições e coordenou conferências sobre arte contemporânea e pensamento crítico das Caraíbas. É membro de AICA Caraíbas Sul. Centro de Estudos Comparatistas, Universidade de Lisboa

Introducción. Cambiando de preguntas en lo postcolonial.

A finales del siglo XX la producción artística caribeña conoce un fenómeno de expansión sin precedentes. La celebración de exposiciones regionales, nacionales y monográficas dentro y fuera de la región y la participación cada vez más frecuente de artistas caribeños en grandes eventos internacionales se unirá a la creación de un tejido curatorial y institucional que vendrá protagonizado por hitos inexistentes hasta el momento como la Bienal de La Habana[3] o la Bienal del Caribe de Santo Domingo[4] (República Dominicana). En ese marco, la identidad, las migraciones y las relaciones de poder coloniales y postcoloniales ocupan el primer plano de muchas exposiciones regionales[5], centran gran parte de los discursos. Como consecuencia de ello, pronto se generará un marco en el que la necesidad de conseguir mayor interacción con espacios expositivos y representativos del *mainstream* supondrá un referente de enorme fuerza.

Ese panorama estará, pues, sujeto a las contradicciones ligadas a la expansión del contexto en el que los artistas de la región trabajan. A partir de los ochenta los intercambios dentro de un panorama artístico internacional se convierten en norma, lo cual no supone el abandono de escenarios regionales o nacionales. Por el contrario, a partir de este momento encontramos una continuidad entre ámbitos "locales" y "transnacionales", en la que las delimitaciones, sistemas normativos y pautas de unos y otros se entrelazan sin llegar a unirse por completo[6].

La globalidad artística contemporánea se ha construido en base a categorías que se pretenden absolutas y que esconden clasificaciones, lineamientos y desigualdades estrechamente ligadas a los procesos de dominación coloniales y postcoloniales (Mignolo y Vasquez, 2013). En el ámbito del Caribe, así ocurre con la diferencia y con la identidad, criterios que predominarían en las miradas sobre las prácticas creativas de la región a lo largo de buena parte de los años noventa. Dichos criterios, impuestos y forzados en muchos casos, serán

3 La Bienal de La Habana surge en 1984 como la primera bienal artística del Tercer Mundo. En clara contraposición con los modelos de Venecia o Kassel, se trata de uno de los foros artísticos más antiguos a nivel mundial. Sobre su historia véase (Weiss, Camnitzer, Fusco, Kapur y Lauer, 2011; Camnitzer, 2003; Weiss, 2011; Llanes, 2012)

4 La Bienal del Caribe, originalmente "Bienal de Pintura del Caribe y Centroamérica", constituye un proyecto estrechamente ligado al espíritu de conmemoración del Quinto Centenario. Surgida como un proyecto de la UNESCO, el Museo de Arte Moderno de Santo Domingo (República Dominicana) se hará cargo de su primera edición en 1992. Posteriormente, el evento será renovado, pasando a abarcar múltiples manifestaciones creativas, y no sólo pintura. Después de una interrupción de casi una década, en 2010 el evento reaparecería, convertido en Trienal del Caribe. Véase (De Tolentino, 1992; Gil, 2005).

5 La exposición regional se mantendrá como una constante hasta nuestros días, pese a la creciente indiferenciación geográfica que parece caracterizar al arte actual. Así, a partir de 2010 podemos encontrar varias exposiciones de gran envergadura, originadas tanto dentro de la región como en Estados Unidos o Europa, que surgen ligadas a la exploración y a la definición de una realidad caribeña y que entienden la región como un marco de trabajo. La principal referencia en ese punto será Caribbean: Crossroads of the World (2012), la exposición de arte caribeño de mayor tamaño celebrada hasta el momento, organizada en Nueva York por el Queens Museum, el Brooklyn Museum y el Museo del Barrio. Una valoración de este fenómeno en (Stephens, 2013).

6 El carácter transnacional de las políticas culturales caribeñas y la influencia de modelos alternativos de globalización, basados, por ejemplo, en la utilización de prácticas vernáculas como espacio de interacción alternativo, ha sido analizado desde la región caribeña recientemente a partir múltiples puntos de vista. Véase (Crichlow y Northover, 2009; Wainwright, 2012; Duany, 2011).

presentados sin embargo como elemento central de muchas prácticas expositivas de arte caribeño (Mosquera y Fisher, 2004; Mosquera, 1996). Así, el Caribe deja de ser "desconocido" para el Norte a cambio de representarse a sí mismo en muestras regionales que parten de la necesidad de definir puntos comunes que permitan aprehender el conjunto de la región. Frente a dicha visión, paralelamente surge otra, construida desde la propia realidad caribeña, basada en la búsqueda de solidaridades Sur-Sur y en el fomento de prácticas creativas críticas y renovadoras. Así, numerosos centros artísticos de casi todo el Caribe insular buscarán lazos de unión con otros territorios[7], conectando a los artistas de la región a un circuito internacional sujeto a las reglas del mercado, pero también a las clasificaciones y delimitaciones nacionales. Igualmente, numerosos artistas emprenderán una aventura arriesgada que les llevará, a menudo por cuenta propia, a establecer un espacio de diálogo con otros creadores del resto del globo.

El fresco trazado anteriormente esboza un panorama en gran medida ligado a fenómenos individuales, al éxito o al fracaso de personas concretas. Dado que los nombres de artistas cubanos, jamaicanos, puertorriqueños o haitianos encuentran un hueco en Venecia, Londres o Nueva York, parecería que ya no hay razón para mantener una crítica basada en la exclusión y en la infrarrepresentación de la región en el contexto artístico internacional. De acuerdo con esa lógica, la posibilidad de identificación identitaria con la comunidad nacional y de integración en el circuito internacional regula un panorama en el que la interacción con otros contextos se produce ligada a la noción de diferencia. Así, el artista del Sur parece condenado a expresar por siempre su diferencia, a "presentar siempre su pasaporte", al decir de Gerardo Mosquera (2010), o a quedar desconectado. La creciente transnacionalización de la escena artística, en la que los artistas se presentan sin "los apellidos" de su origen, no puede esconder la continuidad de desigualdades y malentendidos.

Situándose en este punto, este texto trata de complicar ese fresco a través de un análisis de la producción artística caribeña ligada a espacios artísticos autogestionados[8]. Nuestra hipótesis central consiste en afirmar que la influencia de estos espacios no sólo se reduce a la producción de un escenario artístico alternativo, dominado por solidaridades que trascienden los vínculos Sur-Sur y Sur-Norte; de una manera más amplia, podemos concebir la labor de los espacios artísticos autogestionados estrechamente ligada a una reformulación de las preocupaciones, de las preguntas, que centran la historia del arte contemporáneo caribeño (Stephens, 2013; Cozier, 2011). A través de una puesta en práctica crítica de posicionamientos ligados a la democratización de la experiencia artística[9], a la revisión del rol de las audiencias,

7 América Latina y África aparecen como referencias principales, si bien en algunos casos, como en el de la bienal habanera, se establecerá un vínculo estable y duradero con países como India. Véase (Garrido Castellano y González, 2011; Garrido Castellano y Brébion, 2012).

8 No existe una traducción exacta del término común en inglés "artist-managed space". A falta de dicha traducción, utilizaremos aquí "espacios artísticos autogestionados" o "espacios de arte gestionados por artistas".

9 Es preciso, en este caso, tener en cuenta la advertencia que Claire Bishop (2012) y Grant Kester (2004, 2011) hacen—si bien desde perspectivas diferentes—respecto al "relational art" de Bourriaud (2002). Para ambos autores, los proyectos de arte participativo, o aquellos basados en lo comunitario, corren el riesgo de ser percibidos como acciones sociales, lo que implica el perder de vista su dimensión estética, algo que hace que sean imposibles de ser evaluados. De ahí que aboguen por

la configuración de lazos Sur-Sur, una historia diferente del arte atlántico y caribeño emerge si prestamos atención a los entrecruzamientos que se generan a partir de estos espacios. Esos entrecruzamientos han estado casi totalmente ausentes en las referencias generales a proyectos participativos y procesos de creatividad colectiva en el marco de la crítica artística caribeña. Dicho olvido, lejos de ser una cuestión puntual, evidencia la persistencia de criterios que privilegian la creatividad individual y nociones de autoría basadas en posiciones derivativas. Prestar atención a la constitución de sujetos colectivos y prácticas artísticas participativas supondrá, por tanto, no sólo considerar prácticas que suelen quedar al margen del "canon artístico" caribeño, sino también, al mismo tiempo, prestar atención a la capacidad generadora, transformadora de espacios de la creatividad artística de las diásporas africanas (Boyce Davies, 2003, 2013). Desde esa óptica, podemos ver cómo los modelos alternativos de institucionalismo planteados por los espacios que analizaremos desafían directamente lo que Kobena Mercer (1994) llamara "*the burden of representation*", el constreñimiento ligado a la necesidad de responder a una imagen propia determinada externamente, aceptando dicha imagen como parte de "las reglas del juego" de los intercambios globales.

Desde esa óptica, este trabajo pretende valorar el funcionamiento de varios espacios artísticos autogestionados a la luz de la espectacularización y la globalización de las prácticas artísticas caribeñas manifiesta en la actividad de museos y centros "oficiales" que operan tanto dentro como fuera de la región, y que definen y "clasifican" el sentido de la innovación de dichas prácticas. Prestar atención a espacios que pretenden situarse al margen de esa lógica y, por tanto, proponer nuevos espacios, nuevas alianzas y nuevas maneras de interactuar en una esfera pública, implicará reconocer la presencia de relaciones sociales de poder en la definición de criterios ligados a la contemporaneidad, la originalidad y la accesibilidad en el seno de la propia acción de definir la singularidad y la homogeneidad de la inserción en un marco transnacional de las prácticas artísticas caribeñas (Santos, 2002).

Varios elementos de interés pueden abordarse a partir de esa perspectiva; en este caso, nos centraremos brevemente en dos: la relación entre *spectatorship*, diálogo y disenso; y la capacidad para desafiar los límites del debate cultural nacional y para insertar capacidades de acción "locales" en un marco transnacional, lo que implicará la ruptura con las genealogías de la modernidad artística caribeña a través de un doble proceso de descolonización de las tradiciones representacionales y de puesta en práctica de alianzas alternativas.

Así, es preciso recordar que el proceso de exposición y expansión del arte caribeño vino aparejado en la década de los noventa de otro, no menos importante, de creación y consolidación institucional. Las instituciones de arte caribeñas tendrán entre sus objetivos la promoción artística en cada país, así como la definición de un espacio expositivo capaz de dar respuesta al desarrollo creativo nacional. No siempre, por otro lado, será fácil responder

prestar atención siempre a una dimensión estética junto a la "dimensión ética" presente en estos proyectos como el único modo de poder acceder a ellos de manera crítica. Este artículo pretende leer el arte caribeño a partir de una posición cercana a dicha toma de postura.

al contexto local; en muchos casos, la evolución artística precederá a la institucional. Desde luego, no se trata de un proceso uniforme ni cualitativa ni cuantitativamente. Las diferencias existentes en la región derivarán, además, en cronologías diversas. En primer lugar, la creación de museos nacionales jugará un papel destacado en todos los territorios caribeños, si bien no siempre la institución traerá aparejada las mismas funciones. Además, encontramos una enorme disparidad en lo que respecta al número de instituciones, tanto públicas como privadas, lo que hará que algunas regiones caribeñas accedan en menor medida, y más tardíamente, a la expansión que conoce la producción artística del Caribe en los noventa. Por otro lado, la fundación de instituciones no puede reducirse a los noventa. En el caso del Caribe hispanófono contamos con una amplia trayectoria, que se remonta siglos atrás; por su parte, el sistema de *National Galleries* del Caribe anglófono se implementará de forma paralela a la consecución de las independencias; en el caso del Caribe francés, encontraremos un panorama doble, marcado por las instituciones dependientes de la metrópoli y aquéllas que se vinculan al contexto caribeño. Haití, por su parte, será uno de los principales centros históricos de desarrollo artístico, ejerciendo una influencia decisiva en las relaciones entre el Caribe y la Modernidad artística europeo en la primera mitad del siglo XX. Finalmente, el Caribe holandés tendrá un desarrollo mucho más lento, debido a la fecha tardía con que los territorios neerlandófonos consiguen cierta independencia con respecto a Holanda.

En contadas ocasiones se ha tratado de establecer el vínculo entre prácticas creativas, instituciones y políticas culturales. Las miradas al arte caribeño han oscilado entre la crítica de los discursos desde una perspectiva temática a la revisión histórica, basada en la conceptualización generacional y evolutiva del fenómeno artístico[10]. Sin embargo, las maniobras y los diálogos entre arte e instituciones pocas veces han sido objeto de una revisión; si tenemos en cuenta el Caribe como una totalidad, esa carencia es aún mayor. Como consecuencia de ello, el arte caribeño ha sido abordado en función de los discursos, de las temáticas o de las técnicas, pero pocas veces como producto cultural[11].

En ese sentido, los espacios gestionados por artistas surgen como respuesta a la situación anteriormente descrita, a las limitaciones del sistema artístico de los países caribeños. En primer lugar, suponen una contestación al desorden institucional presente en muchos países caribeños[12]. Así, en muchos casos ofrecerán una plataforma que permitirá a creadores de varias generaciones disponer de un espacio de taller, donde producir obra nueva, o donde

10 Existen algunas excepciones de gran interés. Véase, por ejemplo, (Bailey, Cummins, Lapp y Thompson, 2012; Rodríguez y Martínez, 2008; Tancons, 2009).

11 Es absolutamente necesario relacionar prácticas, políticas institucionales y posicionamientos teóricos, constituyen caminos que son transitados en varias direcciones. Así, por ejemplo, la actividad independiente de colectivos artísticos puede ser acogida por el museo, que a su vez implicará a nuevos actores en el proceso. Por el contrario, la realización de una exposición internacional por un centro de arte servirá de plataforma para la aparición de múltiples proyectos paralelos.

12 Dicho desorden se manifiesta, por ejemplo, en la desigualdad de los presupuestos y de los programas anuales, o en la frecuente cancelación o atraso de eventos bienales o trienales. También supondrán una alternativa a modelos de organización basados en el mercado y el coleccionismo, donde prácticas menos "comercializables" difícilmente encuentran cabida. Así, por ejemplo, en Puerto Rico se crea en 2007 CIRCA Art Fair, la primera feria de arte de dimensiones regionales. Al mismo tiempo aparecen múltiples espacios autogestionados que servirán de lugares de experimentación a un buen número de jóvenes creadores que no consiguen entrar en el panorama de galerías que origina la feria.

exponer regularmente[13]. En otros casos, existirá una función pedagógica que busque contrastar las limitaciones de modelos de enseñanza más centrados en lo académico[14]. Habrá, asimismo, ocasiones en que los centros de arte autogestionados funcionen como punto de encuentro para crítica, espectadores y artistas, rompiendo con la rigidez y los protocolos de los museos nacionales[15]. Finalmente, en otras ocasiones dichos espacios funcionarán como vías de renovación artística, dando cabida a propuestas que con dificultad encontrarían acogida en los museos nacionales[16].

Resultaría tentador, por tanto, ubicar la actividad de estos espacios en un afuera institucional, en una posición paralela a la que ocupan las instituciones gubernamentales y los espacios privados de galerías de arte y coleccionistas. Así, frente a las prácticas artísticas orientadas hacia el mercado, que busca producir y explotar internacionalmente la región como algo exótico, y la consecución de notoriedad a nivel nacional, los espacios autogestionados aparecerían ligados a la idea de lo comunitario, a la ampliación de audiencias y a la gestión cultural en ámbitos locales. En gran medida, la labor de estos espacios coincide con la imagen trazada en este párrafo. Así, es posible afirmar que lo colectivo ha estado, sin lugar a duda, detrás de la expansión que las prácticas visuales de la región han experimentado a fines del siglo XX. En ese sentido, los procesos de interconexión e inserción de artistas caribeños dentro de una escena artística global resultan incomprensibles si no prestamos atención a cómo la actividad creativa se entremezcla con maneras colectivas de conseguir una implicación cultural y política. Esas maneras, por otro lado, llevan implícita una búsqueda de modelos alternativos e insurgentes de participación dentro del seno de la sociedad civil.

Resulta llamativo cómo el arte participativo y las experiencias comunitarias a menudo se enmarcan en un contexto reivindicativo que, pese a ello, no implica una comparación con iniciativas sociales, sino con referentes artísticos. Al faltar esa conexión, resulta imposible medir el impacto real de los proyectos artísticos. Como señala Claire Bishop (2012:19)

> The point of comparison and reference for participatory projects always returns to contemporary art, despite the fact that they are perceived to be worthwhile precisely because they are non-artistic. The aspiration is always to move beyond art, but never to the point of comparison with comparable projects in the social domain.

13 Muchos de los proyectos dirigidos por artistas contemplan un presupuesto destinado a *workshop*, en el que diferentes creadores y críticos americanos y africanos son acogidos en residencia.

14 Resulta significativo que las dos "canteras" más importantes del arte cubano de finales de la década de los 90 y la primera década del siglo XXI sean proyectos pedagógico-creativos dirigidos por artistas: la Cátedra de Arte y Conducta, coordinada por Tania Bruguera, y "Desde una pragmática pedagógica (DUPP)", coordinada por René Francisco Rodríguez.

15 En algunas ocasiones estos espacios ejercerán en solitario esta función al no existir museos o centros de arte públicos o privados. Es el caso de Guadalupe, donde L´Artocarpe, una organización situada en Le Moule, ha organizado una red de artistas locales que se benefician de la difusión del espacio y de todas las actividades organizadas. Igual ocurre en Curaçao con el Instituto Buena Bista (IBB)

16 El fenómeno de la plástica artística cubana de la década de los 80, considerada como una "segunda edad de oro" del arte en el país, resulta incomprensible si no se entiende como un proceso anti-institucional, donde espacios privados como casas o parques ocuparían el lugar de territorios de debate. Véase (Navarro, 2001; Camnitzer, 2003).

Así, los espacios de arte autogestionados parten—no sólo en el Caribe—de la voluntad de modificar o mejorar la relación entre las personas que aparecen vinculadas a la experiencia artística (Kester, 2011). Ahora bien; como veremos a continuación, esa relación, que pasa por incorporar de manera creciente comunidades situadas fuera del ámbito tradicional del arte contemporáneo, no está exenta de contradicciones.

Spectatorship, diálogo y disenso

El resultado de iniciativas colectivas autogestionadas por artistas en el Caribe ha sido medido a menudo a través de una consideración exclusiva del principio ético de democratización de la experiencia artística y del empoderamiento de las audiencias. Las noticias de dichas iniciativas normalmente destacan la dimensión comunitaria de los proyectos de performance, arte público o arte participativo, oponiéndolas al elitismo de los museos públicos y privados dominados por una lógica económica y política de representación. En contraste, bajo esa lógica gran parte del análisis de los proyectos de arte colectivo aparece motivada por una lógica consecuente totalmente distinta a la primera. En ese sentido, dicha lógica se basaría en un desplazamiento mecánico entre las aspiraciones artísticas altruistas, que proporcionarían la fuerza a la comunidad para unirse y enriquecer su vida, y formas democráticas de empoderamiento estético.

Nuestra perspectiva de la producción cultural caribeña, y de los espacios de arte autogestionados en particular, busca separarse de esa interpretación, entendiendo que el empoderamiento es algo que no se deriva directamente de lo colectivo y, en consecuencia, algo que no puede darse por supuesto. Más bien, el verdadero potencial de estos espacios se manifiesta a través de su funcionamiento como escenarios de disenso, que buscan no tanto forzar coincidencias cuanto generar una arena donde el debate crítico sea posible. Su labor se encuentra cerca, por tanto, de la búsqueda de un "sentido común polémico", alejado del consenso, que planteara Jacques Rancière (2013), siendo esa faceta la que confiere a estos proyectos su capacidad emancipadora, pero también de la amplia literatura caribeña sobre la definición de "performances" alternativas de ciudadanía desde subjetividades subalternas en contextos públicos y privados (Sheller, 2012; Cooper, 2004; Beckles y Sheperd, 1993).

Los espacios artísticos autogestionados funcionan a menudo como entornos donde formas de ciudadanía más democráticas pueden ser puestas en práctica. Varios ejemplos pueden ser mencionados aquí: en el Caribe francófono, las agrupaciones de artistas funcionan como lugar de reunión. Así, frente a la ausencia de instituciones públicas o privadas, en países como Haití o Guadalupe han sido espacios creativos fundados y dirigidos por artistas los que han permitido la existencia de un marco de discusión y encuentro[17]. Esa función implica,

17 El caso de Haití resulta especialmente significativo. Allí, un colectivo artístico, los artistas de la Grand Rue, han creado una bienal artística, la Ghetto Biennale, que pese a la situación del país no ha dejado de funcionar hasta el momento presente. Se trata, además, de un evento que busca separarse radicalmente del formato tradicional de bienal: los artistas participantes no pueden traer materiales ni objetos consigo, sino que deben producir toda su obra en territorio haitiano, en cooperación con comunidades locales.

además, la llegada de voces críticas procedentes de otros países, que interactuarán con las comunidades artísticas basadas en las islas. De ahí que se produzca un proceso de transmisión de ideas y de conocimiento que *a priori* rompe con el elitismo de algunas prácticas culturales ligadas a las élites locales. La invitación de artistas, curadores o teóricos extranjeros servirá, así, como un fenómeno aglutinador y expansivo de voluntades, de capacidades, de personas en muchos casos consideradas *locales* y en gran medida alejadas de las "corrientes críticas internacionales". Lo importante aquí es que esos encuentros, lejos de estar preestablecidos, implican la participación de voces e historias heterogéneas y desiguales, donde las limitaciones sociales y raciales presentes en la participación en esferas públicas y culturales nacionales caribeñas son puestas de manifiesto.

Por supuesto, lo anterior no implica que el arte materialice un marco legal más nuevo y más justo en el que sea posible un empoderamiento total de individuos y colectivos infrarrepresentados y marginalizados. Identificar a las multitudes que encontramos en la documentación fotográfica de las acciones que se llevan a cabo en los espacios autogestionados con un panorama de integración plena y ciudadanía participativa sería romantizar el *agency* del arte contemporáneo. En proyectos basados en la colaboración y en la implicación de varias personas, resulta tentador identificar arte y política. ¿Cómo resulta, entonces, posible diferenciar ambos términos? ¿Bajo qué criterios podemos analizar el funcionamiento de estos espacios? Una posible respuesta a estas preguntas consiste, como hemos visto, en considerar dichos espacios como lugares donde el arte se convierte en un territorio donde las posibilidades, pero también las limitaciones, de modelos divergentes de ciudadanía pueden ponerse a prueba.

Genealogías transnacionales de la modernidad artística caribeña

La apertura de espacios de arte gestionados por artistas durante la década de los noventa y los primeros dos mil actuará como un catalizador de innovación formal y discursiva, planteando genealogías y alianzas alternativas a las establecidas por el mercado y las políticas culturales nacionales. La promoción de espacios autogestionados constituirá una arena de debate que propiciará la emergencia de artistas jóvenes y propuestas estéticas que difícilmente podrían caber en el programa oficial de los museos de arte contemporáneo. Esa arena ofrecerá, por tanto, la posibilidad de materialización de una práctica artística experimental difícilmente asimilable dentro del sistema mercantilizado, basado en la diferencia, que en cierto modo ha capturado la externalización de la producción visual caribeña.

En consecuencia, los espacios de arte caribeños dirigidos por artistas no sólo plantean configuraciones espaciales novedosas o aproximaciones más activas a "comunidades en riesgo"; construyen, más bien, todo un entendimiento alternativo de lo público, en el que la participación, el *spectatorship* y la capacidad de actuación son negociados y reformulados. La frecuencia de las alianzas entre centros autogestionados de varios países caribeños extenderá

y potenciará estos valores, permitiendo influencias e intercambios que difícilmente ocurrirían dentro del marco "oficial" del arte contemporáneo de la región.

En un momento marcado por la proliferación de bienales, centros artísticos o exposiciones de arte regionales, resulta interesante constatar cómo muchos de los artistas caribeños que integran dichos circuitos tienen su origen en experimentos surgidos estrechamente ligados a espacios de arte autogestionados. Dicha conexión no sólo resulta visible en un momento inicial, sino que en muchos casos se mantendrá e intensificará, coexistiendo con carreras artísticas "internacionales" de éxito. Por otro lado, la participación de artistas ligados a la gestión en eventos artísticos regionales e internacionales servirá de motor de actualización para los escenarios artísticos de las islas caribeñas de menor actividad cultural, que tendrán la oportunidad de participar de las alianzas que dichos espacios proponen. Dicha vinculación tendrá una repercusión central a la vuelta de estos artistas a sus países de origen, que implicarán una realización de las experiencias y los experimentos vinculados a eventos regionales e internacionales que desafiará de manera directa las restricciones y las categorizaciones locales/nacionales.

Nos encontramos, por tanto, ante un modelo alternativo de regionalización y de internacionalización, un modelo que, en primer lugar, desafía la colonialidad presente en el mantenimiento de la metrópolis como el principal destino, el principal elemento redistribuidor de prácticas culturales. Resulta de enorme interés comprobar cómo el funcionamiento de espacios autogestionados está detrás de la creación de conexiones con contextos como los de Sudáfrica, Colombia, Venezuela o Senegal, en los que los artistas de la región encuentran un debate crítico y una problemática similar a la que tienen en sus lugares de origen. Surge, así, un modelo de internacionalización que desafía el carácter "local" que suele atribuirse a prácticas enraizadas en espacios concretos de la realidad caribeña. Lo importante aquí es que no sólo serán algunos artistas y algunas obras las que se muevan, sino que, a través de la creación de redes, los espacios autogestionados proporcionarán una posibilidad de ruptura con las genealogías artísticas basadas en lo nacional. En todo caso, cualquier análisis de la actividad llevada a cabo por estos centros deberá tener en cuenta que dichos intercambios e influencias no configuran un terreno radicalmente opuesto al del mercado, ni suplantan por completo sus mecanismos.

Conclusiones

Los espacios artísticos que surgen en diferentes países del Caribe a finales del siglo XX resultan indispensables para entender el desarrollo artístico de la región y su conexión con otras latitudes. Son, además, un factor de internacionalización, que mediante la creación de redes desafiarán la primacía de las relaciones culturales entre (ex)colonia y metrópoli. La inserción de las prácticas artísticas caribeñas en escenarios del Sur,

como los del continente africano y los de América Latina, resultará clave aquí, pues permitirá a los artistas caribeños participar en diálogos estrechamente vinculados a las necesidades que se derivan de las limitaciones de los sistemas artísticos nacionales. Por otro lado, la voluntad de experimentación convierte a los espacios autogestionados en una cantera inagotable que proporcionará experiencia y apoyo a jóvenes creadores que en muchas ocasiones se han convertido en referentes a nivel internacional. Finalmente, mediante el énfasis puesto en la participación y en el empoderamiento de audiencias, los espacios artísticos gestionados por artistas producirán una decisiva transformación en las audiencias y los públicos del arte, rompiendo con el elitismo que en algunos países todavía caracteriza a muchas prácticas culturales.

Dicho esto, resulta necesario considerar que estos espacios no son un contexto donde surjan formaciones políticas o solidaridades estables; por el contrario, su principal impacto se deriva de su capacidad para generar nuevas maneras de mirar. Estas, como hemos visto, no pueden ser medidas a partir de una exaltación de lo participativo, ni en términos de una oposición radical a la lógica "oficial" del arte. Por el contrario, lo que se produce es una fluctuación entre diferentes maneras de concebir la experiencia cultural, una fluctuación que posibilita, pero no asegura, la creación de espacios de insurgencia. Esos espacios proporcionan mejores oportunidades para exponer y generar, redes más amplias y más descentradas, pero también formas más democráticas de participación y experiencias no dirigidas hacia el mercado. Sin embargo, debemos ser cautos a la hora de identificar todo lo anterior con una mejora social. Como hemos analizado a lo largo de este artículo, el alcance de estos proyectos tiene su base en las maneras sutiles en que proveen espacios y posibilidades de empoderamiento, representación y disenso. Es sólo a partir de estas condiciones artísticas, que pasan por una democratización y una descolonización de la mirada, que la práctica de los espacios artísticos autogestionados cobra sentido como alternativa crítica.

Referencias

Bailey, David A.; Cummins, Alissandra; Lapp, Axel y Thompson, Allison (org.) (2012), *Curating in the Caribbean*. Amsterdam: The Green Box.

Beckles, Hilary y Sheperd, Verene (org.) (1993), *Caribbean Freedom: Economy and Society from Emancipation to the Present: A Student Reader*. Princeton: M. Wiener Publishers.

Bishop, Claire (2012), *Artificial Hells. Participatory Art and the Politics of Spectatorship*. London, New York: Verso.

Bourriaud, Nicolas (2002), *Relational Art*. París: Les Presses du reel.

Boyce Davies, Carole (org.) (2003), *Decolonizing the Academy: African Diaspora Studies*. Miami: Florida International University.

Boyce Davies, Carole (2013), *Caribbean Spaces: Escape from Twilight Zones*. Illinois: University of Illinois Press.

Camnitzer, Luis (2003), *New Art of Cuba*. Austin: University of Texas Press.

Cooper, Carolyn (2004), *Sound Clash: Jamaican Popular Culture at Large*. New York: Palgrave.

Cozier, Christopher (2011), "Notes on Wrestling with the Image", in Christopher Cozier y Tatiana Flores (org.), *Wrestling with the Image: Caribbean Interventions.* Washington DC: The World Bank, 6-15.

Crichlow, Michaeline y Northover, Patricia (2009), *Globalization and the Post-creole Imagination*. Notes on Fleeing the Plantation. Durham: Duke University Press.

De Tolentino, Marianne (1992), "Historia y prehistoria de la primera bienal de pintura del Caribe", in AA.VV. (org.), *Primera Bienal de Pintura del Caribe y Centroamérica*. Santo Domingo: MAM, 19-25.

Duany, Jorge (2011), *Blurred Borders. Transnational Migration between the Hispanic Caribbean and the United States*. Durham: University of North Carolina Press.

Garrido Castellano, Carlos y González, Margarita (2011), "Horizontes compartidos. India en las bienales de La Habana", *Periférica. Revista para el análisis de la cultura y el territorio*, 12, 142-158.

Garrido Castellano, Carlos y Brébion, Dominique (eds.) (2012), *De los últimos creadores de mapas. Pensamiento crítico y exposiciones colectivas de arte caribeño*. Madrid: La Discreta.

Gil, Laura (2005), "Historia de la Bienal", en AA.VV. (eds.) *XXIII Bienal Nacional de Artes Visuales. Catálogo de Exposición*. Santo Domingo: Museo de Arte Moderno, 15-17.

Kester, Grant (2004), *Conversation Pieces. Community and Communication in Modern Art*. Berkeley: University of California Press.

Kester, Grant (2011), *The One and the Many. Contemporary Collaborative Art in a Global Context*. Durham: Duke University Press.

Llanes, Llilian (2012), *Memorias: Bienales de La Habana, 1984-2006*. La Habana: ArteCubano, Consejo Nacional de Artes Plásticas.

Mercer, Kobena (1994), *Welcome to the Jungle. New Positions in Black Cultural Studies*. New York: Routledge.

Mignolo, Walter y Vázquez, Rolando (2013), "Decolonial AestheSis: Colonial Wounds/ Decolonial Healings." *Social Text. Periscope*. Consultado el 05.02.2015 en http://

socialtextjournal.org/periscope_article/decolonial-aesthesis-colonial-woundsdecolonial-healings/

Mosquera, Gerardo (ed.) (1996), *Beyond the Fantastic: Contemporary Art Criticism from Latin America*. London: InIVA.

Mosquera, Gerardo (2010), "Islas infinitas. Sobre arte, globalización y culturas", en Gerardo Mosquera (ed.), *Caminar con el diablo. Textos sobre arte, internacionalismo y culturas*. Madrid: Exit Books, 27-45.

Mosquera, Gerardo y Fisher, Jean (eds.) (2004), *Over Here. International Perspectives on Art and Culture*. New York: MIT Press.

Navarro, Desiderio (2001), "In Media Res Publicas. Sobre los intelectuales y la crítica social en la esfera pública cubana", en Rafael Hernández y Rafael Rojas (eds.), *Ensayo cubano del siglo XX*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 689-708.

Rancière, Jacques (2013), *The Politics of Aesthetics*. London: Bloomsbury.

Rodríguez, Ileana y Martínez, Josebe (org.) (2008), *Postcolonialidades históricas: (in) visibilidades hispanoamericanas/ colonialismos ibéricos*. Barcelona: Anthropos.

Santos, Boaventura de Sousa de (2002), "The Processes of Globalization", *Eurozine*, Consultado el 05.02.2015 en http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-en.html

Sheller, Mimi (2012), *Citizenship from Below: Erotic Agency and Caribbean Freedom.* Durham: Duke University Press.

Stephens, Michelle (2013), "What Is an Island?:Caribbean Studies and the Contemporary Visual Artist", *Small Axe*, 17(2), 8-26.

Tancons, Claire (2009), "Carnival and The Artistic Contract: Spring in Gwangju", *Nka: Journal of Contemporary African Art*, 25, 106-119.

Wainwright, Leon (2012), *Timed Out. Art and the Transnational Caribbean*. Manchester: Manchester University Press.

Weiss, Rachel (2011), *To and From Utopia in the New Cuban Art*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Weiss, Rachel; Camnitzer, Luis; Fusco, Coco; Kapur, Geeta; y Lauer, Mirko (2011), *Making Art Global, Part I: The Third Havana Biennial: 1989*. London: Afterall Editions.

Para descolonizar os Estudos para a Paz: o contributo de Boaventura de Sousa Santos e o resgate do sentido crítico do pensamento sobre a paz

Joana Ricarte[1]

Resumo

No artigo "Margem crítica e legitimação nos Estudos para a Paz", Pureza e Cravo sugerem que a recuperação da abordagem crítica dos Estudos para a Paz - cooptados pelo sistema de saber-poder hegemônico - pode ser conseguida através de uma radicalização de sua margem crítica, que passa pelo reconhecimento da "parcialidade e imperfeição dos conceitos que subjazem à modernidade ocidental" e consequente abertura epistemológica da disciplina para as heterogeneidades e pluralidades, o que os autores chamam de descolonização do conhecimento da disciplina (Pureza e Cravo, 2005: 17-18). Como operacionalizar essa descolonização epistemológica e consequente resgate do seu sentido crítico e emancipador original? Este trabalho propõe uma releitura da obra e conceitos de Boaventura de Sousa Santos como um dos caminhos possíveis de reestruturação do conhecimento crítico sobre a paz.

Palavras-chave: Estudos para a Paz; modernidade; conhecimento hegemônico; descolonização; Epistemologias do Sul.

Abstract

In the article "Critical Edge and Legitimation in Peace Studies", Pureza and Cravo suggest that recovering the critical lineage of Peace Studies – that came to be co-opted by regulatory structures of the international system – can be done through a radicalization of its critical approach and consequent epistemological decolonization of the discipline. This means that it should assume the "biases and flaws of the concepts underlying Western modernity" and open up as a result to heterogeneity and to plurality (Pureza and Cravo, 2005: 17-18). How is it possible to operate this epistemological decolonization and consequent recovering of the original critical and emancipatory approach of Peace Studies? This paper proposes a re-reading of Boaventura de Sousa Santos' work and concepts as one of the possible paths one should walk in order to restructure critical knowledge of peace.

Keywords: Peace Studies; modernity; hegemonic knowledge; decolonization; South Epistemologies.

1 Licenciada em História pela Universidade de Brasília e mestre em Relações Internacionais com especialização em Estudos da Paz e Segurança pela Universidade de Coimbra. Atualmente é doutoranda em Política Internacional e Resolução de Conflitos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Seus interesses principais de investigação são o conflito israelo-palestiniano, teoria das Relações Internacionais, Estudos para a Paz e construções teóricas da paz. Email: joanaricarte@ces.uc.pt.

Introdução

Os Estudos para a Paz nascem de uma proposta de contestação dos pressupostos da estreita e intelectualmente pobre agenda hegemônica das Relações Internacionais, sendo frequentemente referidos no quadro do que ficou conhecido como o "quarto debate". Ou seja, são construídos historicamente como um conhecimento crítico, alternativo à ciência normal – "ciência que canoniza o futuro em função do passado, fechada às inovações" (Pureza e Cravo, 2005:17). Contudo, a promessa transformadora da disciplina descaracterizou-se na década de noventa com a cooptação de suas propostas pelo sistema de saber-poder hegemônico, estabilizando-a como ciência normal que acaba por "legitimar os exercícios de engenharia social e política desenhados pela nebulosa da governação global liberal" (Pureza, 2011:17). Em outras palavras, os pressupostos teóricos avançados pela disciplina de Estudos para a Paz foram assimilados e aplicados, passando a verdadeiras normas sociais aceites e reproduzidas pela comunidade (Santos, 1978), inserindo a disciplina no chamado *policy-oriented mainstream*. A investigação para a paz colocou-se, assim, ao serviço da universalização dos modelos institucionais e políticos produzidos pela modernidade ocidental, provando não ter conseguido ainda fugir a esse domínio (Santos, 2004:16). [1]

De acordo com Robbie Shilliam no livro *International Relations and non-Western Thought*, este pensamento ocidental desenvolveu-se com base em observações e comparações com tradições não-Europeias. Contudo, como aponta o autor, o campo da investigação comparativa tende a desenvolver um conhecimento baseado em valorações que criam hierarquias de saberes, gerando uma relação de superioridade e, em contraposição, inferioridade, entre o "eu" e o "outro" (Shilliam, 2011). A principal consequência deste processo para a academia, e para a produção de conhecimento em geral, é que, havendo um conhecimento correto, melhor, superior, outras opções deixam de ser relevantes e, dessa forma, a atribuição de quem pode pensar e produzir conhecimentos válidos acerca da existência humana passa a ser monopólio da tradição acadêmica dominante.[2] Daí advém as analogias com o colonialismo sendo, assim, necessário enveredar no debate acerca da modernidade ocidental por si só para explicar porquê que o conhecimento sobre a paz precisa de ser descolonizado, visto que é produzido maioritariamente na academia ocidental, por autores ocidentais e foi cooptado como conhecimento normativo que opera de uma perspectiva "de cima para baixo".

De fato, no âmbito maior das Relações Internacionais já existem várias propostas críticas alternativas que almejam o objetivo de descolonização epistemológica através deste embate com a concepção ocidental de modernidade (Maldonado-Torres, 2008; Jabri, 2013; Gruffydd Jones, 2006; Seth, 2013). No artigo "Margem crítica e legitimação nos Estudos para a Paz",

2 Para um exemplo prático da negação e marginalização dos conhecimentos não-Ocidentais, ver o artigo "Permission to Narrate", escrito por Edward Said em 1984 acerca do silenciamento do povo palestiniano, que não tinha direito à voz internacionalmente sequer para representar seus próprios interesses, visto não serem reconhecidos como detentores de uma identidade nacional pelos padrões Ocidentais.

Pureza e Cravo apontam a necessidade de radicalização da margem crítica dos Estudos da Paz - que passa pelo reconhecimento da "parcialidade e imperfeição dos conceitos que subjazem à modernidade ocidental" - como forma de descolonizar a disciplina e proporcionar sua abertura epistemológica para as heterogeneidades e pluralidades (Pureza e Cravo, 2005:17-18). Esta leitura está também presente em diversos trabalhos inovadores do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que dedica parte importante da sua carreira acadêmica à construção de novos paradigmas científicos que quebrem com a hegemonia totalizadora e universalista, dando espaço para vozes discordantes, pluralidades e emancipação social.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é contribuir para o resgate do potencial crítico dos Estudos para a Paz, buscando recuperar a sua proposta transformadora e emancipatória original através de uma releitura da obra de Boaventura de Sousa Santos. As Epistemologias do Sul (Santos e Menezes, 2009) lançam um desafio para os investigadores pois propõem mais do que a descolonização da política, abrindo caminho para a *descolonização do conhecimento*. Reconhecendo que o pensamento e a prática dominantes sobre a paz são desenvolvidos de uma perspectiva do centro para a periferia, o que implica a imposição de um modelo de paz com base nas normas, valores e cultura ocidentais, argumenta-se que a potencialidade principal das Epistemologias do Sul para os Estudos para a Paz reside na sua proposta multicultural com o reconhecimento de que há uma Ecologia de Saberes e uma diversidade de experiências que ultrapassam em muito a experiência ocidental e o conhecimento formal produzido no âmbito exclusivo da academia. Em termos práticos, isto significa o reconhecimento e o diálogo com um conjunto de ideias e pensamentos que implicam uma outra forma - diversa, multicultural e co-constitutiva - de pensar e produzir o conhecimento científico. Implica buscar conhecimentos sobre a paz produzidos num contexto não-ocidental, implica uma produção compartilhada de conhecimento, implica uma "extensão ao contrário".

Esta proposta será desenvolvida em quatro capítulos principais. O primeiro analisa o desenvolvimento dos Estudos para a Paz, buscando as lacunas que se foram formando e os problemas que enfrenta hoje de forma a elucidar, a partir de uma abordagem historiográfica, o que é o seu sentido crítico e emancipatório original, e como se deu a sua cooptação, colocando em relevo a atualidade e relevância deste trabalho, provando a necessidade urgente de debates no sentido da descolonização epistemológica da disciplina. O segundo capítulo busca dialogar com alternativas que efetivamente já foram produzidas no âmbito maior das Relações Internacionais acerca da proposta de descolonização da disciplina, estabelecendo pontes que serão muito úteis para elucidar a utilidade do pensamento de Boaventura de Sousa Santos para os Estudos para a Paz. O terceiro capítulo explora o pensamento do sociólogo e seus contributos para as teorias críticas em geral, com foco na construção epistemológica que dá origem aos conceitos formulados pelo autor. Por fim, o quarto capítulo operacionaliza esses conceitos no âmbito próprio dos Estudos para a Paz, tentando colmatar algumas das lacunas deste conhecimento com propostas teóricas e

metodológicas de Boaventura de Sousa Santos contribuindo, assim, para o pensamento e prática da paz.

Cooptação e perda de margem crítica: o problema dos Estudos para a Paz

O nascimento da disciplina Estudos da Paz se dá a partir da contestação das correntes de pensamento dominantes das Relações Internacionais, para as quais a História passara a ser analisada em função dos conflitos da humanidade. Utilizando como principais balizas temporais as guerras, essa historiografia da conflitualidade passa a definir os conflitos como grandes momentos históricos e, dessa forma, coloca-os como os principais objetos de investigação, naturalizando a ideia da guerra (Maldonado-Torres, 2008). Sob essa perspectiva, a paz que se discutia era uma pax imposta, a paz do dominador do sistema. Servia, então, como forma de legitimar o *status quo*, visto que se desenvolve uma história conceptual dual da *paz e da segurança*, na qual esta passa a ser uma forma de imposição daquela (Richmond, 2008).

Foi neste contexto que surgiram os Estudos para a Paz que, tentando resgatar a história que foi silenciada com as práticas discursivas anteriores - a história da paz - busca destacar o objeto de pesquisa que havia sido negligenciado. Com o entendimento de que havia uma falsa oposição entre paz e conflito, defende que a ausência do conflito não garante a presença da paz e que deve-se distinguir a conflitualidade da conflitualidade violenta. Dessa forma, passa-se a desenvolver o conceito de paz imperfeita, que estabelece que a conflitualidade está presente – e, como força motriz da mudança, é inclusive desejável - e deve-se evitar que ela tenha viés violento. Para além de esse conceito nos permitir escrever a historiografia quotidiana da paz - e não da guerra -, ele nos permite matizar a paz e a guerra. Assim, partindo do pressuposto de que uma sociedade nunca está totalmente em guerra e nem totalmente em paz, passa-se a olhar para a paz não como oposição às guerras e conflitos mas, sim, como oposição à violência em suas diversas formas e dimensões[3].

A evolução do pensamento científico sobre a paz e suas condicionantes tem se dado muitas vezes em função das crises internas acerca dos pressupostos epistemológicos e metodológicos da disciplina (Wiberg, 2005:23). A história da afirmação do campo de estudos – e das suas crises - é, também, a história da sua evolução científica (Pureza, 2011:5) e, portanto, devemos estar atentos à necessidade política de legitimação e sobrevivência do programa de investigação quando formos contar esta história - que é, muitas vezes, uma história de ação e reação a determinado pensamento que pretende contestar.

Inicialmente, como forma de oposição ao paradigma Realista das Relações Internacionais, a chamada Escola Norte-Americana, institucionalizada pelo *Journal of Peace Research* e pelo *Peace Research Institute*, tenta dar um modelo de interpretação dos fenômenos da paz e

3 Para definições amplas do conceito de violência, suas dimensões e práticas, ver Johan Galtung (1967), "Violence, Peace and Peace Research", Journal of Peace Research, 168-183.

da guerra afastado da *power politics* sem passar pela ideia de anarquia, ou seja, sem uma componente valorativa no início, com análises quantitativas e conceito de paz muito pouco aprofundado, visando apenas as causas dos conflitos e como evitá-los (Guzmán, 2005).

A alternativa a esta escola Norte-Americana aparece em meados da década de 60 rompendo com o positivismo ao enfatizar a função normativa da disciplina, que deveria ser socialmente produtiva. Assim, a teoria seria uma forma de moldar a realidade, tendo uma forte componente prática como objetivo da produção acadêmica. Esta fase rompe com o senso comum da guerra como inevitável e coloca a paz em foco estabelecendo a promoção da paz como fim último da investigação. Um dos principais autores desde período, Johan Galtung, desenvolve dois conceitos ainda muito importantes para a investigação nos dias de hoje: a *paz negativa*(mente definida) e a *paz positiva*(mente definida). A primeira seria a ausência de violência direta (guerra) e a segunda a ausência de violência estrutural (não há um sujeito agindo diretamente de forma violenta, antes, esta violência está inserida nas estruturas da sociedade em forma de injustiças sociais) (Galtung, 1969:171-183). O grande contributo dessa escola é que - ao contrário da Norte-Americana, que visava reduzir o fenômeno da guerra - ela contestava o status quo, com uma proposta radical mas inovadora de, não apenas promover a paz mas, também, destruir as estruturas de poder e exploração que mantêm as violências estruturais e culturais. No entanto, a obsessão com a violência marca esse período, principalmente nos estudos de Galtung que, para definir a paz acaba por priorizar como objeto de pesquisa a sua antítese, a violência – ou as violências.

De acordo com Hakan Wiberg, com a consolidação da investigação e seu plano de ação, seguem três importantes crises para a constituição da disciplina, bem como para a evolução de seus conceitos. A primeira, parte e consequência do exposto no parágrafo anterior, na década de 70, teve a ver com a agenda da investigação para a paz que, como já dito, desloca seu eixo de uma investigação das causas da guerra para uma investigação crítica da exploração, da dominação, da dependência, do imperialismo, etc. A segunda crise, na década de 80, foi uma crise de identidade, visto que a amplitude de possibilidades de objetos de análise acaba por gerar um "buraco negro" na disciplina, já que quase qualquer problema social poderia ter um lugar legítimo na investigação para a paz, tornando essa amplitude de agenda improdutiva e impossível de desenvolver. A última crise foi decorrente do fim da Guerra Fria, na década de 90, devido a incapacidade de se prever este acontecimento ou ao menos de prever suas razões (Wiberg, 2005:24-26). A partir daí, passa a haver também uma cooptação dos Estudos para a Paz por parte da Comunidade Internacional, que precisa de um modelo para intervir e, assim, assimila e aplica os conhecimentos desenvolvidos em prol de uma agenda neoliberal baseada na diplomacia preventiva e nas ações de *peacemaking, peacekeeping* e *peacebuilding*, institucionalizadas na Agenda para a Paz da ONU, em 1992.

Dessa forma, passa-se a inserir os Estudos da Paz no *policy-oriented mainstream*, tornando a disciplina em uma justificativa do status quo e não na sua contestação. Isto levou a uma nova discussão acerca da disciplina e do caminho que esta deveria seguir a partir de então

e representou ser um dos maiores desafios que a disciplina precisa ultrapassar. A cooptação da disciplina, que dá hoje suporte a políticas de normalização política e econômica global (Pureza, 2011:5), levou ao enfraquecimento do seu potencial crítico e emancipador original. É, pois, necessário descolonizar o pensamento e a prática sobre a paz, operando uma abertura epistemológica da disciplina para as heterogeneidades e pluralidades através do reconhecimento e diálogo com experiências e saberes diversos que estão à margem do pensamento moderno ocidental.

Relações Internacionais e a modernidade

Reconhecendo a existência e pertinência do conhecimento produzido fora do eixo epistemológico dominante nas Relações Internacionais, Robbie Shilliam questiona no livro *Non-Western Thought and International Relations* porquê que o "mundo não-ocidental" tem sido uma presença definitiva na academia das Relações Internacionais e, no entanto, essa mesma academia tem consistentemente hesitado em colocar o pensamento não-ocidental no cerne de seus debates. O autor reconhece que as Relações Internacionais sempre foram focadas no Ocidente, especialmente depois do 11 de Setembro, e entretanto, paradoxalmente, há imensa investigação cuja atenção incide em atores não-ocidentais e no formato de estruturas políticas e culturais não-ocidentais (Shilliam, 2011).

Ou seja, as experiências não-Ocidentais são muitas vezes tratadas como estudos de caso mas não são consideradas espaços de produção de conhecimento legítimo. E isso mostra justamente quão insidioso é o impacto da epistemologia colonial na Academia Ocidental. Shilliam coloca esta questão através de uma pergunta provocativa que exemplifica muito bem essa perversidade mesmo dentro dos estudos que se pretendem críticos.

> Porque que é que as recentes respostas críticas à "guerra ao terror" nas RI pode tão facilmente, mas curiosamente, evitar as perspectivas não-Ocidentais desta "guerra" e, em vez disso, utiliza seus efeitos mortíferos para defender os escritos de vários intelectuais europeus tais quais Schmitt, Foucault e Abamben? (Shilliam, 2011:23).

O que parece ser ainda muito incipiente é o diálogo dessas investigações com as interpretações que os sujeitos, sociedades ou instituições não-ocidentais fazem das suas próprias circunstâncias. Isto só pode ser feito através da assimilação de metodologias empíricas que possibilitem a interação e a co-construção de conhecimentos, sejam eles populares, tradicionais, culturais ou acadêmicos. Entretanto, isto deve ser feito de um ponto de vista que permita o estatuto de legitimidade para tradições e figuras do pensamento não-ocidental. Dessa forma, de acordo com Maldonado-Torres, o desafio mais importante para as Relações Internacionais neste sentido é procurar uma forma de comprometer-se com – ao invés de ignorar – o pensamento político não-ocidental de uma forma que não vinculada

à ideologias coloniais que retiram a significância do mundo não-ocidental para o estudo da modernidade que, segundo o autor, é agora, e talvez tenha sempre sido, integralmente global (Maldonado-Torres, 2008).

Neste sentido, ambos os autores trazem experiências, que demonstram ser precedentes na história das Relações Internacionais, de desafios à disciplina com perspectivas não-ocidentais, através de pontos de vista locais, transculturais, interculturais e multiculturais. Mostram, assim, um potencial imenso de reestruturação do conhecimento e de aplicação empírica de conceitos visto que destacam diferentes significados possíveis – relativamente aos apresentados pelo cânone ocidental - para diversas categorias-chave das Relações Internacionais como soberania, ordem, justiça, mudança e democracia.

Não obstante, Shilliam alerta para as dificuldades de se embarcar nesta investigação do pensamento não-ocidental, argumentando que uma orientação – ou talvez reorientação – no sentido do pensamento não-ocidental é inevitável mas deve ser feita com base no reconhecimento de que todo o conhecimento é co-constituído e até o conhecimento hegemônico sofreu e sofre influências dos sujeitos que domina (Shilliam, 2011). Entretanto, o autor propõe dois procedimentos que nos permitem operacionalizar este deslocamento epistemológico, que serão apresentados com mais detalhes nos capítulos seguintes. O primeiro é a travelling theory e o segundo é a tradução. Estas ferramentas metodológicas pressupõem, e dessa forma vão de encontro com o proposto por Boaventura de Sousa Santos, que o investigador desloque-se do seu próprio contexto de forma a adquirir uma perspectiva crítica de outros contextos e experiências através de um conhecimento etnográfico que é, em si, uma prática – uma produção – de inter-relacionamentos.

O contributo de Boaventura de Sousa Santos: a crítica à razão hegemônica

A obra de Boaventura de Sousa Santos vai ao encontro das propostas anteriores visto que discute os desafios presentes na contemporaneidade, assim como as perspectivas que a realidade atual aponta. Sua produção intelectual tem como foco discutir a contemporaneidade a partir de um ponto de vista que procura apresentar uma necessidade de construção de novos paradigmas científicos, a fim de explicar a relação entre o local e o global numa perspectiva multiculturalista e emancipatória.

Em 1988, Boaventura de Sousa Santos traçou uma crítica ao paradigma científico dominante na obra "Um discurso sobre as ciências" (Santos, 1988). O autor identifica neste modelo de racionalidade características que devem ser contestadas, visto ser redutor e excludente. Assim, avança para uma concepção de um novo modelo de racionalidade - holístico, interdisciplinar e transdisciplinar -, uma racionalidade cosmopolita. Essa proposta é materializada em diversas reflexões teóricas e epistemológicas do autor com o intuito de "reinventar a emancipação social" (Santos, 2007). A busca por alternativas à hegemonia universalista e globalizante (neoliberal) passaria pelo reconhecimento de que a experiência social é mais ampla e variada

do que a tradição ocidental considera e que a diversidade é desperdiçada, o que legitima argumentos como a falta de alternativas. Assim, argumenta que não adianta buscar a ciência social como conhecemos para dar visibilidade às alternativas porque ela mesma se encarrega de escondê-las e desacreditá-las. Dessa forma, faz-se necessário mais do que propor um outro tipo de ciência social: precisa-se propor outro modelo de racionalidade (Santos, 2002:1-3).

O objetivo de muitos trabalhos do autor é traçar uma crítica à razão indolente (hegemônica), contrapondo-a à razão cosmopolita, fundada na *sociologia das ausências*, na *sociologia das emergências* e no *trabalho de tradução*. Para o autor,

> a razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico quanto científico, produzido no Ocidente nos últimos 200 anos [e] não houve nenhuma reestruturação do conhecimento (...) porque a indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros (Santos, 2002:4).

A indolência da razão é estruturada pelas razões impotente, arrogante, metonímica e proléptica, sendo suas características menos estudadas – e, portanto, mais exploradas pela obra do autor - a sua reinvindicação como única forma de racionalidade, o que leva a ignorar outras - a razão metonímica - e a concepção de futuro como uma superação linear, automática e infinita do presente - a razão proléptica (Santos, 2002:4).

Obcecada pela ideia de totalidade sob a forma da ordem, a razão metonímica admite apenas uma lógica - única e homogênea -, levando a dicotomias que qualificam e deslegitimam outras lógicas, gerando hierarquias de saber e relações assimétricas de poder. Ou seja, em contraposição a uma cultura científica, está a cultura literária; ao conhecimento científico, o conhecimento tradicional; ao homem, a mulher; ao branco, o negro; ao Norte, o Sul; ao Ocidente, o Oriente (Santos, 2010:91-93); à segurança, a paz.

A maior consequência desse processo é a afirmação exaustiva, exclusiva e completa da razão metonímica, que não é capaz de aceitar que a compreensão de mundo excede em muito a compreensão Ocidental de mundo. Dessa forma, nenhuma parte pode ser pensada fora da sua relação com a totalidade, fora da dicotomia, o que leva a uma compreensão do mundo não só parcial como seletiva. A imposição da razão metonímica é tratada pelo autor, em outras palavras, como uma *violência estrutural* e *cultural* (Galtung, 1969), visto gerar estruturas de desigualdade e dominação, intrínsecas a este modelo dicotômico que não pressupõe a inteligibilidade de uma das partes sem que haja a outra - o Norte, por exemplo, não é inteligível sem o Sul.

A proposta do autor para colmatar esta lacuna é uma das bases que permitirá o desenvolvimento posterior da ideia de "*Epistemologias do Sul*" (Santos e Meneses, 2009),

que será muito útil para o quarto capítulo deste trabalho. A *Sociologia das Ausências* consiste em um procedimento com o intuito de dilatar o presente, proliferando as totalidades e reconhecendo as heterogeneidades, visto que as partes que compõe a totalidade têm vida própria fora desta. Dessa forma, o autor afirma que "o que não existe, na verdade, é ativamente produzido como não-existente: como alternativa não-credível ao que existe" (Santos, 2002:12). O objetivo da *Sociologia das Ausências* é transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças, transformando-se, então, em uma alternativa epistemológica ao que é hegemônico, universalista e totalizador.

Para questionar a lógica ignorante da monocultura do saber e do rigor científico, é necessário identificar outros saberes e outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica. Dessa forma, a *Sociologia das Ausências* visa substituir a monocultura do saber científico por uma *Ecologia de Saberes*, superando universalismos e a ideia hierárquica das dicotomias (Santos, 2002:16). Espera-se, assim, revelar a diversidade e multiplicidade de práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. Ou seja, pretende-se incluir as realidades ausentes, as produzidas como não-existentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização.

A outra faceta pouco estudada da indolência da razão que é abordada pelo autor é a razão proléptica. Esta não pensa o futuro porque julga saber tudo a respeito dele, ou seja, concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear. Isto significa uma concepção de história e tempo como uma via de mão única cujo sentido é o infinito progresso. Dessa forma, a crítica da razão proléptica tem por objetivo contrair o futuro, como uma das formas de expandir o presente contraído pela razão metonímica. A *Sociologia das Emergências* consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através da investigação de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas (Santos, 2002:21).

> Enquanto a *Sociologia das Ausências* amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica, a *Sociologia das Emergências* amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. (...) É um conhecimento que avança na medida em que identifica credivelmente saberes emergentes ou práticas emergentes (Santos, 2010:109).

A significação desses exercícios intelectuais na razão cosmopolita se dá através de um *trabalho de tradução*. Sob pena de criar uma teoria geral da negação das teorias gerais, Santos propõe um procedimento que permitiria criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis quanto as possíveis, reveladas pelas *sociologia das ausências*

e *sociologia das emergências*. Dessa forma, não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea (Santos, 2002: 30-33).

O *trabalho de tradução* entre saberes tem o intuito de significar as práticas sociais e a relação entre seus agentes, criando inteligibilidade recíproca entre formas de organização e objetivos de ação. É simultaneamente um trabalho intelectual e um trabalho político – mas é, também, um trabalho emocional porque pressupõe inconformismo com um dado conhecimento ou prática. É um procedimento transgressivo porque sai do eixo das ciências sociais convencionais. Por fim, parte do que o autor chama de universalismo negativo, que é a concepção de uma teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral (Santos, 2002:38-43).

Em suma, para haver uma mudança profunda na estruturação dos conhecimentos, "é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles. Em suma, é necessário desafiar a razão indolente" (Santos, 2010:89). Isso deve ser feito a partir da proposta de contraposição a uma razão cosmopolita, que deve reconhecer que a compreensão de mundo excede muito a compreensão ocidental do mundo; que a compreensão do mundo – e como ela cria e legitima o poder social – tem muito a ver com concepções do tempo e da temporalidade e; que a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente (totalidade) e, por outro, expandir o futuro (concepção linear do tempo e planificação da história). Assim, para que a crítica resulte, a racionalidade cosmopolita, ainda em fase de transição, tem que expandir o presente e contrair o futuro, ou seja, tem que evitar o desperdício da experiência social presente no mundo de hoje. O autor propõe que isso seja feito através de três processos: a sociologia das ausências, que deve expandir o presente; a sociologia das emergências, que contrai o futuro e; em vez de uma teoria geral, um trabalho de tradução. O exercício da *Sociologia das Ausências* e da *Sociologia das Emergências* é contra-factual pois confronta o senso comum científico tradicional através de um exercício de imaginação sociológica. Isso é feito com um trabalho de desconstrução – pelas críticas à razão hegemônica – e de reconstrução – as *Ecologias de Saberes*.

Ecologias de Saberes e Epistemologias do Sul: a descolonização dos Estudos para a Paz e o deslocamento de seu eixo epistemológico para o sul

As construções teóricas radicais sobre a paz constituem formas de conhecimento subjugado (Skelly, 2002:58). Como foi percebido pelos pioneiros dos Estudos para a Paz, a ciência normal serve a dominação e, por isso, é tão importante o resgate do sentido crítico original da disciplina, que visava justamente contrapor esse tipo de abordagens. De acordo com Oliver Richmond, resgatar o potencial crítico dos estudos para a paz é uma questão de fidelidade aos próprios fundadores da disciplina (Richmond, 2008:441). Dessa forma, o desafio contemporâneo dos Estudos para a Paz consiste em desenvolver uma ontologia e

uma metodologia emancipadoras e em assumir seu caráter normativo e atividade política prática, ou seja, ser uma ciência comprometida (Pureza, 2011:18).

Ora, isto pode ser feito através do trabalho já desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos e analisado na seção anterior. A *Sociologia das Ausências* e a *Sociologia das Emergências* nada mais são do que um estudo ontológico e epistemológico, conforme proposto por Pureza. Ao assumir a contração do tempo presente e a necessidade de sua expansão, este primeiro exercício é capaz de dar visibilidade às vozes dos que são marginalizados, reconhecendo que esta marginalização é uma construção que convém aos interesses do sistema de saber-poder hegemônico. Em outras palavras, a *Sociologia das Ausências* identifica as pluralidades de saberes e silêncios, denunciando as desigualdades geradas pelas dicotomias totalizadoras. Esta proposta nos ajuda a pensar a paz fora do plano dos binômios – como a paz contraposta à guerra e a paz contraposta à segurança – o que, como sugerido pelo sociólogo, leva a interpretações valorativas que geram sempre relações hierárquicas e de desigualdades. É o que acontece nos discursos de securitização, que propõem ações muitas vezes inseridas em um quadro de excepcionalismo, justificadas pela necessidade de manutenção da paz. A construção teórica da paz por si só, como proposto por Celestino del Arenal, enquanto estado caracterizador das relações sociais (Arenal, 1986:24), pode ser feita a partir dessa leitura e do reconhecimento da *ecologia de saberes*.

O segundo exercício, da *Sociologia das Emergências*, serve para pensar o futuro e é o estudo das alternativas. Esse pensamento faz-se mais atual do que nunca nos dias de hoje, com a construção de um saber hegemônico que prega a ausência de alternativas como seu dogma principal. Dessa forma, a proposta de Santos é emancipatória e crítica do futuro pois não o tem como dado adquirido e imutável. Permite-nos pensar – e aprofundar o pensamento sobre - as *violências* em todas as suas facetas pois não considera que a estrutura seja imutável e que o tempo histórico nos leve para um caminho determinado rumo a um progresso desenvolvimentista. É, dessa forma, um conhecimento anti-absolutista e anti-universalista, que reflete a amplitude de agenda possível nos Estudos para a Paz[4].

Contudo, para operacionalizar a proposta acima, faz-se necessário recorrer a saberes que estão fora do eixo hegemônico, da imposição de conhecimentos do centro para a periferia, do Ocidente para o Oriente, do norte para o sul. As *epistemologias do sul* são o

> conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo de saberes chamamos ecologias de saberes (Santos e Meneses, 2009).

4 De acordo com Pureza, "o resgate do potencial transformador dos estudos para a paz passa, hoje e cada vez mais, pela abertura de sua agenda às "novíssimas guerras" do quotidiano, do espaço doméstico ao espaço urbano e deste aos espaços mais amplos, numa lógica de articulação em continuum ou em espiral impossível de quebrar analiticamente e, por isso, determinando um colapso de quaisquer escalas exclusivas de análise" (Pureza, 2011:19).

Este conceito visa introduzir – mas mais do que isso, dialogar de forma horizontal com - os saberes locais "a partir do sul e com o sul" (Santos e Meneses, 2009), de forma a quebrar o ciclo de dominação que se perpetua ainda hoje de forma velada através do eixo da colonização epistêmica[5]. Aliado a um *trabalho de tradução*, as *Epistemologias do Sul* tornam possível a descolonização da disciplina e a amplitude de conhecimentos que fez deste um saber emancipatório e crítico na sua origem. Esta perspectiva é também compartilhada por Shilliam que aponta que tanto na Grécia antiga quanto no pensamento Islâmico, a ação de teorizar estava fortemente associada com a viagem e o deslocamento do próprio contexto, de forma a adquirir uma perspectiva crítica de outro contexto. Isto porque o conhecimento etnográfico não é produzido como uma relação direta entre o observador e o observado. É um conhecimento co-constituído e é em si uma prática de inter-relacionamentos.

E para dar sentido a isto, e claramente na mesma linha de pensamento de Santos, de acordo com Shilliam, se as ideias viajam então elas requerem tradução. Para o autor "tradução é também um ato gerador de produção de conhecimento ao invés de simplesmente um ato técnico de produção de uma fidelidade filológica de significado através de léxicos discretos" (Shilliam, 2011:20). É importante ressaltar, contudo, que as ideias não viajam sozinhas e que a tradução entre culturas não só é possível como é um ato quotidiano. Cabe ao investigador, portanto, questionar-se acerca das motivações ou necessidades que o levam a utilizar a tradução cultural. Ao invés de assumir a tradução como sendo um trabalho predominantemente "cerebral", é necessário perceber que esta funciona de forma constitutiva na reforma ou transformação das sociedades e culturas. Shilliam argumenta, também, que traduzir a modernidade não é simplesmente um ato de assimilação de significados e práticas, e também não é apenas um ato de resistência. Ao contrário, a dominação, a resistência, a apropriação e a transformação devem ser percebidas como congenitamente atreladas no momento de produção de conhecimento. "Nós devemos reconhecer a história determinante do impacto/dominação cultural e políticio colonial/quase-colonial no pensamento moderno" (Shilliam, 2011:21). Em outras palavras, devemos nos lembrar de que o conhecimento acerca da modernidade tem sido produzido num contexto colonial. O autor também alerta para a necessidade de, não obstante, sermos sensíveis à natureza diversificada das experiências de imperialismo e colonialismo. E, por fim, devemos também nos aperceber de que estes contextos são simultâneos e que, portanto, o conhecimento não-Ocidental é constitutivo do pensamento global acerca da modernidade.

Conclusão

Para os investigadores da área de Relações Internacionais, e mais especificamente para aqueles que desejam debruçar-se sobre o pensamento e a prática acerca da paz, há já

5 O autor argumenta que nos últimos dois séculos têm dominado uma epistemologia que elimina da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento. Essa teoria parte do pressuposto de que não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras; e de que a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais.

uma implicação prática presente no debate que advém da triangulação entre Boaventura de Sousa Santos, Robbie Shilliam e Nelson Maldonado-Torres: mais do que ir ao campo, é necessário questionar-se acerca do conhecimento que é efetivamente produzido nesses outros contextos, tanto na academia quanto o conhecimento cosmopolita e popular, e é igualmente necessário dialogar com esses outros conhecimentos.

Também em termos práticos, este conjunto de ideias e pensamentos de Boaventura de Sousa Santos implicam uma outra forma de pensar e produzir conhecimento científico. Metodologicamente falando, a percepção de que o conhecimento é co-constituído através das relações e interações que advém da pesquisa de campo levam a que a investigação tenha um potencial muito maior de descoberta e aprendizagem do que a tradicional abordagem do teste de teorias ou de análises exclusivamente de política comparada. Os métodos de pesquisa para as Epistemologias do Sul incluem uma imersão completa, ao invés de uma entrevista guiada por um questionário rígido, uma conversa semi-estruturada cujo sucesso está garantido quando passa da sala para a cozinha. Isso permite que descubra-se muito mais do que o que se está à procura e que o aprendizado dessas experiências seja potencializado através de uma produção compartilhada de conhecimento.

Apesar de a academia crítica ir ao "campo", é muito raro encontrar trabalhos nos quais os investigadores utilizam as perspectivas locais, sejam elas populares, culturais ou acadêmicas. No campo de estudo acerca do conflito israelo-palestiniano, por exemplo, as vozes "locais" que se fazem ouvir são as de acadêmicos, ativistas, poetas, escritores que fugiram ao conflito e estão, por vezes, há décadas no exílio, trabalhando e produzindo em instituições de prestígio Ocidentais. Bons exemplos são o intelectual e ativista Edward Said, o historiador Rashid Khalidi (que atualmente ocupa a cátedra Edward Said na Universidade de Columbia), a escritora e ativista dos direitos humanos Susan Abulhawa (palestino-americana autora do romance *Mornings in Jenin*, que narra a história de quatro gerações de uma família palestiniana, em língua inglesa), o poeta Mourid Barghouti (autor de *I saw Ramallah* que esteve mais de quarenta anos no exílio), dentre outros.

A descolonização dos Estudos para a Paz deve passar, portanto, por este reconhecimento, de que tanto fala Boaventura de Sousa Santos, de que existem outras perspectivas, saberes e práticas para além das reconhecidas pela modernidade ocidental e para além das reconhecidas pela academia. Independentemente da cooptação normativa dos conceitos críticos ou não, este processo faz-se essencial para que se possa abrir a disciplina para diversos saberes que podem mostrar-se muito úteis para o pensamento e a prática da paz em cada um dos contextos locais individualmente.

Referências Bibliográficas

Arenal, Celestino del (1986), "La investigación para la paz", *Cursos de Derecho Internacional de Vitoria-Gasteiz.*

Galtung, Johan (1969), "Violence, Peace and Peace Research", *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.

Gruffydd Jones, Branwen (ed.) (2006), *Decolonizing International Relations*. Londres: Rowman and Littlefield Publishers.

Jabri, Vivienne (2013), *The Postcolonial Subject: claiming politics/governing others in late modernity*. Nova Iorque: Routledge.

Maldonado-Torres, Nelson (2008), *Against War: views from the underside of modernity.* Londres: Duke University Press.

Guzmán, Vincent (2005), "Filosofia e investigação para a paz", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 43-62.

Pureza, José Manuel; Cravo, Teresa (2005), "Margem critica e legitimação nos estudos para a paz", *Revista Critica de Ciências Sociais*, 71, 77-96.

Pureza, José Manuel (2011), "O desafio crítico dos Estudos para a Paz", *RI: Relações Internacionais*, 32, 5-22.

Richmond, Oliver (2008), "Reclaiming Peace in International Relations", *Journal of International Studies*, 36(3), Outubro, 439-470.

Said, Edward (1984), "Permission to Narrate", *Journal of Palestine Studies*, 13 (3), 27-48.

Santos, Boaventura de Sousa (1978), "Da sociologia da ciência à política científica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1, 11-56.

Santos, Boaventura de Sousa (1988), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 62, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), "Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro", *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Consultado a 16.06.2013, em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13038/1/Margem%20cr%C3%ADtica%20e%20legitimação%20nos%20estudos%20para%20a%20paz.pdf.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Bomtempo Editorial.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*.

São Paulo: Cortez.

Seth, Sanjay (org.) (2013), *Postcolonial theory and International Relations: a critical introduction*. Nova Iorque: Routledge.

Shilliam, Robbie (org.) (2011), *International Relations and non-Western Thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity*. Nova Iorque: Routledge.

Skelly, James (2002), "A constructivist approach to peace studies", *Peace Review*, 14(1), 57-60.

Wigberg, Hakan. (2005), "Investigação para a paz: passado, presente e futuro", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 21-42.

Democracia e Policentrismo do Poder – Uma Análise da Proposta de Democracia Cosmopolita frente à Organização Institucional Brasileira[1]

Murilo Gaspardo[2]

Resumo

Democracia e Policentrismo do Poder – Uma Análise da Proposta de Democracia Cosmopolita frente à Organização Institucional Brasileira. A partir dos diagnósticos de déficit democrático e de efetividade das instituições representativas e das organizações de governança global, bem como das especificidades da condição semiperiférica do Estado brasileiro, desenvolveu-se uma análise sobre o potencial (e os limites) de o projeto de democracia cosmopolita oferecer respostas a tais questões, por meio da contraposição do modelo cosmopolita, de caráter transterritorial, ao modelo representativo, de base territorial, considerando-se as suas diferenças e seus pontos de intersecção nas dimensões temática, espacial, temporal, organizacional e procedimental.

Palavras-chave: Déficit democrático. Democracia cosmopolita. Democracia representativa. Globalização. Policentrismo do poder.

Abstract

Democracy and Polycentrism of Power – An Analysis about the Cosmopolitan Democracy Proposal before the Brazilian Institutional Organization. Considering the diagnosis of democratic deficit and effectiveness of representative institutions and global governance organizations, as well as the specifics of semi-peripheral condition of the Brazilian state, it was developed an analysis about the potential (and limitations) of the cosmopolitan democracy project offering answers to these questions, by contrast the cosmopolitan model of transterritorial character and the representative model of territorial basis, considering their differences and their points of intersection in thematic, spatial, temporal, organizational and procedural dimensions.

Keywords: Cosmopolitan democracy. Democratic deficit. Globalization. Polycentrism of power. Representative democracy.

---

1 Este artigo, baseado na tese de doutorado do autor, defendida em 2013, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi originalmente apresentado na forma de comunicação oral no "Colóquio Internacional Epistemologias do Sul", organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Coimbra – Portugal, entre os dias 10 e 12 de julho de 2014. A participação do autor no evento contou com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (São Paulo Research Foundation) (FAPESP) – Processo 2014/07992 – 1.

2 Professor de Ciência Política e Teoria do Estado do Curso de Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Campus de Franca – SP – Brasil. Doutor (2013) e Mestre (2009) em Direito do Estado, e Bacharel em Direito (2005) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: murilogaspardo@franca.unesp.br.

Introdução

Há dois diagnósticos muito comuns sobre a democracia contemporânea: instituições representativas enfrentam crise de legitimidade explicada, em grande medida, pela incapacidade de o Estado responder satisfatoriamente às demandas da população diante da globalização e do policentrismo do poder; como resposta, observa-se uma tentativa de aprofundamento dos mecanismos de governança global e regional, por meio de instituições como a ONU e a União Europeia, as quais, todavia, também apresentam déficit democrático e de efetividade. Neste contexto, o "projeto de democracia cosmopolita" busca oferecer um modelo teórico-explicativo e prescrições de reformas institucionais.

Entretanto, não se pode atribuir à globalização toda a explicação sobre o déficit democrático das instituições representativas, pois alguns limites existem desde que foram concebidas e há vícios inerentes à condição histórica de cada Estado.

A partir desses pressupostos, analisaremos o potencial (e os limites) de o projeto de democracia cosmopolita responder ao déficit democrático existente no Brasil, destacando-se o contexto da crise econômica mundial iniciada em 2008. Trata-se, pois, de se contrapor o modelo cosmopolita, de caráter transterritorial, ao modelo representativo, de base territorial, considerando-se as especificidades de um Estado semiperiférico e as diferenças e os pontos de intersecção dos modelos nas dimensões temática, espacial, temporal, organizacional e procedimental.

1. Globalização e Déficit Democrático das Instituições Representativas Brasileiras

A democracia representativa apresenta limites e paradoxos desde os seus primórdios, por exemplo: a formação da opinião pública conduzida pela mídia, distorcendo a vontade dos indivíduos conforme os interesses dos controladores dos meios de comunicação de massa; o voto clientelista, pautado por interesses, troca de favores, e não por razões programáticas; a representação de interesses parciais; processos decisórios não democratizados, como os pertinentes à definição da política econômica, dominados pelos tecnocratas; influência do dinheiro na política, seja por meio do financiamento das campanhas eleitorais, das ações de propaganda ou da corrupção; e não submissão do poder econômico à democracia (Bobbio, 2006:36, 46 - 48).[3]

Por sua vez, as instituições representativas brasileiras apresentam um déficit democrático decorrente de sua condição de Estado semiperiférico e de outras razões de caráter histórico-cultural. Em primeiro lugar, a soberania brasileira sempre esteve bloqueada pelo poder dos

3 Sobre este assunto, ver também Santos, 2002:46.

Estados capitalistas centrais, os quais concentram as decisões econômicas e as impõem aos Estados periféricos e semiperiféricos desde o início do processo de colonização (Stuchi, 2007: 173 ss.). Por outro lado, também sempre existiram bloqueios internos à soberania, exercidos pelos detentores do poder econômico nacional (Bercovici, 2009), bem como a apropriação do Estado pelos mais diversos interesses privados, como o do "estamento burocrático" (Faoro, 1979), dos partidos e dos políticos. Acrescentando-se a isto outros elementos histórico-culturais, como o clientelismo, o populismo e o personalismo, percebe-se claramente que nunca houve clara distinção entre o público e o privado (Holanda, 1971). A desigualdade, a exclusão, a baixa integração social e a histórica ausência do Estado brasileiro na garantia de direitos completam um quadro explicativo da deslegitimação do Estado e da própria democracia. Portanto, o Estado brasileiro nunca se constitui em verdadeira esfera pública (Casanova, 2000, Neves, 2008, Nogueira, 2008) e há explicações para o déficit democrático de suas instituições representativas que não devem ser buscadas na globalização, mas no próprio paradigma da democracia representativa de base territorial[4].

Isso não significa que seja possível compreender os desafios da democracia brasileira contemporânea e elaborar propostas de reformas institucionais a partir de análises restritas ao paradigma democrático-representativo de base territorial (Held, 2006:291 – 292), pois a globalização e policentrismo do poder potencializaram antigos fatores do déficit democrático das instituições representativas e acrescentaram novos.

Por exemplo, a exclusão e a desigualdade social, que comprometem a legitimidade dos governos e provocam apatia política em virtude da insegurança existencial, não são novidades na história brasileira e até foram atenuadas nas últimas duas décadas. Porém, o medo e a incerteza delas decorrentes são utilizados como instrumentos de perpetuação da ordem global vigente, e o Estado não é capaz de enfrentá-las isoladamente (Bauman, 2000:179 – 182, Faria, 2010:129 – 130, Müller, 2005:2 – 3, 6 - 7).

É verdade que essa crise de impotência da política não decorre naturalmente da globalização econômica, pois foi construída política e ideologicamente pelo neoliberalismo, o qual obteve êxito na hegemonia da ideia de ausência de alternativas, o que bloqueia a capacidade de formulação de outras formas de organização político-social. Além disso, o atual processo de globalização representa uma continuidade das relações políticas imperialistas entre os Estados do "Norte" e do "Sul"[5], e uma estruturação social em classes (profundamente

4 Para uma análise sobre esses problemas na América Latina como um todo e sua relação com a subserviência das elites latino-americanas aos interesses colonialistas ou neocolonialistas, cf. Monedero, 2005:58, 2007:37 – 39. O autor afirma que, na América Latina, a soberania pode ser considerada muito mais um mito do que uma realidade, inclusive porque nunca se pretendeu uma democratização radical da riqueza e de todas as estruturas de poder, de maneira que a democracia nunca foi capaz de garantir nem direitos civis nem direitos sociais.

5 Uma abordagem fundamental dentro do campo das teorias contra-hegemônicas sobre a globalização, que explicam a continuidade do atual processo em relação às práticas coloniais europeias, é desenvolvida por Quijano (2010:73), que diferencia os conceitos de colonialidade e colonialismo. Enquanto o colonialismo remete a uma estrutura de dominação e exploração direta de um Estado sobre a autoridade política e os recursos de outro povo, a colonialidade, que foi constituída dentro daquele, ainda persiste e integra o "padrão mundial do poder capitalista". A novidade dessa perspectiva de "colonialidade do poder", como explica Grosfoguel (2010:414) "é o modo como a ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador que estrutura

desiguais) dos Estados periféricos, comprometendo (ou até mesmo anulando) o exercício da soberania popular. Entretanto, com este novo modelo, mais internacionalizado, de acumulação de capital, que confere grande poder ao mercado internacional, especialmente ao setor financeiro (Monedero, 2011:7 – 8, 10, 12, 18, 2005:57), não é possível identificar o Estado como o único responsável pela mediação dos conflitos sociais ou agente capaz de executar transformações na estrutura socioeconômica, nem mesmo de caráter exclusivamente reformista.

Fenômenos que afetam significativamente a vida dos cidadãos são influenciados ou determinados por fatores não controlados pelo Estado, que passa a dividir a mediação política com outros atores; a ordem jurídica estatal concorre com outras ordens normativas; e a temporalidade dos processos políticos estatais revela-se incompatível com outras temporalidades importantes, como a instantaneidade do mercado financeiro. Portanto, há um descompasso entre a economia que se globalizou e a política que permanece local, ou seja, não há participação democrática em instâncias decisórias fundamentais (Castells, 2005:101, Faria, 2009, 2010:141 – 142, Santos, 1999:120).

Isso não significa que o Estado deixou de ser um espaço fundamental de conflitos entre sujeitos dominantes e dominados (Monedero, 2005:61), mas não pode ser tomado como a categoria analítica exclusiva para a compreensão dos problemas da democracia, nem como o único campo de lutas políticas pela construção de formas alternativas de democratização.

De maneira semelhante, grande parte do descrédito dos brasileiros com o sistema representativo-partidário deve-se a fatores como corrupção e ineficiência do Estado. Além disso, em nossas experiências democráticas, partidos políticos, em geral, nunca foram exemplos de rigor programático. Todavia, devido à globalização e a seu componente ideológico (neoliberalismo), houve um alinhamento ao centro dos principais partidos brasileiros e uma drástica redução das alternativas programáticas, que variam muito mais em grau (de intervenção do Estado na economia, por exemplo), do que em sua substância, prostrando-se diante da "vontade do mercado" – não há debate entre projetos alternativos de sociedade[6].

Assim, não há sentido em se tentar compreender o déficit democrático das instituições representativas brasileiras com olhos voltados para um passado glorioso que nunca existiu (Dowbor, 2001:5 – 7). Por outro lado, o déficit democrático evidenciado na maneira como as instituições da União Europeia atuaram diante da crise econômica mundial iniciada em 2008 (Castells, 2011, Santos, 2011) não autoriza uma aposta acrítica nos projetos transterritoriais de organização política – cujo principal paradigma é a UE – como solução para os problemas da democracia brasileira. Em terceiro lugar, as especificidades dos contextos histórico-políticos europeu e latino-americano demonstram que seria um equívoco, muitas vezes praticado em nossa história, p mero transplante de modelos estrangeiros para a realidade

todas as múltiplas hierarquias do sistema mundo".

6 Sobre a crise programática e o alinhamento ideológico dos partidos políticos por influência da globalização e do neoliberalismo, cf. Bauman, 2000:78 – 84, Giddens, 2007:81, Ianni, 1997:25, Mouffe, 2003:17 – 18, Nogueira, 2008:10.

pátria. Finalmente, embora este trabalho tenha um foco político-institucional, é preciso ao menos consignar a questão da possível incompatibilidade entre democracia e capitalismo, pois, como pondera Monedero (2012:73 – 74), a explicação para a atual perda de sentido da democracia também deve ser procurada na persistência ou ampliação das desigualdades entre o Norte e o Sul, no desemprego estrutural, na crise ambiental, nas mais diversas formas de exclusão e marginalização – enfim, problemas diretamente relacionados com a posição de cada sujeito no sistema econômico (nacional e internacional).

É a partir desses pressupostos que passamos a tratar do modelo de democracia cosmopolita.

2. O Modelo de Democracia Cosmopolita

O modelo de democracia cosmopolita de Held, McGrew e Archibugi insere-se entre as teorias globalistas que enfatizam a dimensão político-institucional[7] e defendem um sistema de governança global de múltiplos níveis, regido pelo princípio da subsidiariedade e pela ampla participação de todos os potencialmente afetados nos processos decisórios. Filosoficamente, funda-se nas ideias de cosmopolitismo de Kant, retomadas no final da década de setenta do século XX, desenvolvendo-se como proposta institucional no final dos anos oitenta e início dos anos noventa. Seus objetivos não se limitam ao discurso acadêmico, pretendendo fornecer argumentos para transformações no mundo real (Hayden, 2004:88 - 92)[8].

O pressuposto do modelo cosmopolita é o duplo diagnóstico de erosão da autonomia do Estado-nação, em virtude da globalização, e déficit democrático e regulatório de governança global e nacional. Diante disso, propõe-se um projeto democrático com o objetivo de formular alternativas que permitam o desenvolvimento da democracia através de Estados, regiões e redes globais. Não se trata de um modelo politicamente neutro, pois pretende beneficiar os excluídos das decisões globais, vinculando-se a uma teoria da justiça social. Para tanto, defende uma cidadania cosmopolita, ou seja, não vinculada ao pertencimento a uma comunidade territorial, mas à compreensão de que todo ser humano é igual e merece o mesmo tratamento jurídico-político, inclusive o direito à participação em todas as instâncias em que são tomadas decisões que afetem seus interesses, assegurada por um direito global[9].

7 Outra linha de análise trata do "vínculo simbólico-afetivo" dos cidadãos com a unidade política, ou seja, da coesão social que fundamenta as instituições democráticas, sejam nacionais, regionais ou globais (Cf. Engelken, 2011).

8 Os parágrafos desenvolvidos a seguir baseiam-se nos seguintes trabalhos: Archibugi, 1995, 2000, 2002, 2004, 2005, 2010, 2011, Habermas, 2001, Held, 1995, 2001, 2003, 2006, 2007a, 2007b, Held e Mcgrew, 2007, Hurrel, 1999, Mcgrew, 2003, 2004, Reis, 2006.

9 Perspectivas teóricas bastante distintas da analisada neste trabalho, como a de Grosfoguel (2010:424, 431 – 435), compartilham do diagnóstico de limitação do Estado-nação para a promoção de "transformações políticas e sociais radicais", de maneira que as organizações políticas da periferia, para serem eficazes em seus propósitos, "precisam de ter um âmbito global", exigindo-se articulações locais e globais dos movimentos sociais. Propõe-se, contudo, uma conceituação "transmoderna" de democracia, a fim de que ela seja "descolonizada da democracia liberal", a qual "é uma forma racializada e centrada no capitalismo". Trata-se de um modelo orientado pelas ideias de autogestão e de expansão das prática democráticas para todas as instâncias de regulação da vida social. Embora esta proposta também trate da "formação de instituições globais", a ênfase não se encontra na democratização das instituições de ação política global controladas pelos países do norte (ONU, FMI etc.), mas sim na criação de "agências colectivas da periferia" e em uma "luta de poder descolonial e global, com vista a uma transformação da matriz global e colonial de poder e, por consequência, uma transformação do sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno".

O substrato fático dessa ideia é a atuação de atores da sociedade civil na esfera global, os quais constituiriam uma "sociedade civil global".

As principais propostas de reforma institucional do modelo são: ampliação dos direitos dos imigrantes; promoção do pleno cumprimento da Carta da ONU e democratização de suas estruturas (Assembleia Geral, Conselho de Segurança etc.); estabelecimento de um consistente conjunto de direitos civis, políticos, sociais e econômicos; criação de uma segunda Assembleia Geral da ONU para representação dos povos, independentemente de seus governos; criação de Parlamentos Regionais onde não existem e ampliação do papel dos existentes; realização de referendos nacionais, regionais e globais sobre interesses comuns relevantes e controvertidos, e organização de autoridades regionais; fortalecimento dos órgãos Judiciários regionais e globais e ampliação de sua capacidade de impor decisões; ampliação dos mecanismos de responsabilização e transparência nas organizações internacionais; estabelecimento de instrumentos de transparência e prestação de contas de organizações da sociedade civil.

O projeto de democracia cosmopolita sofre críticas tanto em relação à sua correção analítica como às suas prescrições[10]. Pondera-se, por exemplo, que as mobilizações globais de atores sociais não estatais não são suficientes para a constituição de uma "sociedade civil global" (equivalente ao conceito de sociedade civil no âmbito nacional), e que o discurso dos direitos humanos (fundamento ético do projeto) estaria a serviço de um imperialismo cultural. Todavia, os defensores do modelo respondem que a existência da sociedade civil (enquanto identidade cultural e convergência de projetos) não constitui condição para a cidadania cosmopolita, pois as próprias instituições podem dar origem ao povo, e que a defesa dos direitos humanos não implica desrespeito às diferenças de cada povo, as quais devem ser mediadas por instituições democráticas.

Ainda da perspectiva analítica, pondera-se que sua concepção de política é equivocada, pois recusaria a presença do antagonismo como sua parte constitutiva essencial e supervalorizaria o consenso e a racionalidade. Responde-se que força e interesse são importantes, mas não são os únicos elementos que movem a política.

Concordamos que a força e o interesse não são os únicos elementos que movem a política, porém a não atribuição de centralidade ao conflito pelo modelo de democracia cosmopolita constitui, certamente, um fator central de limitação de seu potencial analítico e prescritivo.

10 Cf. Costa, 2003, Mouffe, 2006, Neves, 2008 e Zolo, 2006. Registra-se, também, a proposta do "cosmopolitismo subalterno ou cosmopolitismo dos oprimidos", de Santos (2003:27 – 34), compreendido como o "feixe de projectos e lutas", de caráter plural, mas que tem como núcleo comum o combate à exclusão social e à "globalização hegemônica", não com o intuito de amenizar as consequências negativas ou regular o capitalismo global, mas sim de construir projetos alternativos. Trata-se, pois, de uma "forma político-cultural de globalização contra-hegemónica". Como todos os movimentos e lutas que integram esse campo estão inevitavelmente inseridos "num mundo largamente governado pelo capital global", não atuam de forma revolucionária, mas como uma "rebelião", e seus resultados são verificados pela capacidade de dificultarem a ação do capitalismo global e de escaparem da cooptação pelo sistema. Um grande exemplo de projeto de cosmopolitismo subalterno analisado pelo autor é o movimento zapatista. Cf. também a análise do movimento "altermundialista" desenvolvida por Löwy (2011:341 – 345) e Monedero (2011:18 – 23, 2005:64).

Como ressalta Monedero (2012:70, 75 – 79), os conflitos de interesses pertencem à essência da política, são a razão de sua existência e persistirão enquanto houver desigualdades. Assim, o esforço do liberalismo para transformar a política em um campo neutro, substituindo-se os antagonismos por uma gestão administrativa eficiente dos interesses gerais ("despolitização da política"), serve ao propósito de inviabilizar transformações radicais nos sistemas político e econômico (os quais poderiam apenas ser reformados), conservando-se as relações de dominação e de submissão das instâncias de decisão coletiva à tecnocracia e à economia (sobretudo a financeira). Não é possível, pois, formular propostas de engenharia institucional de caráter emancipatório sem considerar o conflito como elemento central, ou seja, sem ampliar a politização.

Já no plano prescritivo, pondera-se que o modelo cosmopolita não seria desejável, dentre outras razões, porque limitaria a soberania dos Estados e a autonomia dos cidadãos, favoreceria a ampliação do controle das potências mundiais sobre os demais povos, e a participação das organizações não-governamentais nos processos decisórios seria tão ou menos representativa do que os instrumentos atuais, não se atingindo o objetivo de democratização da governança global[11]. Os autores cosmopolitas, por sua vez, respondem que: a compreensão vigente de soberania não tem servido para impedir que os países mais poderosos utilizem a força para fazer prevalecer seus interesses, mas tem sido útil para governos autoritários oprimirem seus cidadãos; a ação das organizações não-governamentais encontra uma legitimidade substancial, e o projeto cosmopolita considera a necessidade de criação de instrumentos de transparência e responsabilização das organizações não-governamentais, bem como outras formas de representatividade global e regional.

Finalmente, questiona-se a viabilidade do projeto de democracia cosmopolita, em virtude, por exemplo, de obstáculos de caráter estrutural (desigualdade socioeconômica e política entre os Estados) e institucional (vinculação da política ao território dos Estados, inviabilidade da centralização e da racionalização de decisões em âmbito global e inadequação da reprodução das instituições da democracia representativa na esfera global). Respondendo a esses questionamentos, os autores cosmopolitas afirmam que existem condições estruturais favoráveis à concretização do projeto cosmopolita (como a interação entre Estados decorrente da globalização) e as instituições democráticas, no âmbito global, não podem e não devem simplesmente reproduzir as formas conhecidas do âmbito nacional, propondo-se a construção de instituições inovadoras.

11 Inclusive, a própria substituição da ideia de governo (exercício do poder de forma impositiva e conflitual) pela de governança (forma consensual e pacífica de coordenação dos interesses coletivos, tecnificação da política etc.) é considerada, pelo pensamento contra-hegemônico, uma estratégia para ocultar os conflitos e a dominação inerentes ao modelo capitalista (Monedero, 2011:211, 2012:82 – 83).

3. Democracia Cosmopolita X Democracia Representativa: Temática, Espaço, Tempo, Atores, Estrutura Organizacional e Procedimentos

O modelo de democracia representativa apresentava, originalmente, como sua temática, ou seja, como conjunto de problemas que o inspiraram e que pretendia resolver, a limitação e o controle do poder do Estado, tendo em vista a garantia das liberdades individuais e das condições institucionais para o funcionamento do mercado. Posteriormente, foram incorporadas questões como a garantia de direitos sociais e a regulação da economia. Já a democracia cosmopolita, embora seja abrangente, tem como motivação principal a democratização das organizações internacionais, com o propósito de enfrentar problemas como a segurança internacional, a sustentabilidade ambiental, a proteção dos direitos humanos e a regulação do mercado financeiro internacional. Observa-se, portanto, que a elaboração e execução de políticas públicas sociais e urbanas, que são questões bastante relevantes no Brasil, devem ser discutidas no âmbito das instituições representativas, pois não integram a temática da democracia cosmopolita. Por outro lado, o Estado nacional não é capaz de enfrentar satisfatoriamente os temas destacados pelo projeto cosmopolita, pois extrapolam suas fronteiras e âmbitos de jurisdição, de maneira que sua mediação só pode ser realizada por organizações globais democratizadas. Há, todavia, um ponto de intersecção entre as temáticas dos dois modelos: a mediação dos conflitos distributivos e o financiamento das políticas públicas. Se a definição e a execução das políticas sociais, inclusive as de caráter distributivo, são problemas pertinentes às instituições representativas, seu financiamento depende do desempenho da economia nacional, que, por sua vez, está integrado às condições da economia global, e os próprios instrumentos tributários do são cada vez mais limitados pela interferência de atores externos. Assim, o enfrentamento de tais questões depende tanto das instituições representativas nacionais como de instituições regionais e globais democratizadas, ou seja, de um sistema de governança de múltiplos níveis, reconhecendo-se, mais uma vez, as dificuldades de se submeter o poder econômico à democracia.

No aspecto espacial, os modelos de democracia cosmopolita e representativa apresentam diferenças relevantes. Esta foi forjada para operar no âmbito do Estado nacional e a partir de seus paradigmas, notadamente os limites espaciais e de jurisdição estabelecidos pelo território estatal, e a atribuição dos direitos de cidadania ao seu povo. Já o modelo de democracia cosmopolita foi concebido a partir de uma concepção transterritorial de política, para operar no âmbito global: seu objetivo é o desenvolvimento da democracia através dos Estados, das regiões e das redes globais; os limites de jurisdição das decisões tomadas pelas

instituições democráticas devem variar conforme o âmbito em que estiverem instaladas e os interesses envolvidos, dentro de um sistema de governança de múltiplos níveis; o exercício da cidadania independe da nacionalidade. Portanto, o modelo cosmopolita propõe uma ruptura com o modelo representativo fundado no território do Estado e na cidadania nacional.

No contexto atual, ainda não existem elementos suficientes para atribuir a condição de paradigma analítico ao modelo cosmopolita, pois, embora seja possível demonstrar que a política e a esfera pública tornaram-se transterritoriais e policêntricas, e que a sociedade civil assume uma importância crescente na esfera global, não se pode afirmar que exista um "povo global". No entanto, é possível pensar o modelo de democracia cosmopolita como um novo paradigma normativo para a cidadania e a democracia, não obstante os limites assinalados, tendo em vista o desenvolvimento de projetos de arquitetura jurídico-institucional.

No que se refere à dimensão temporal, observa-se que as instituições representativas, pela própria natureza de seus procedimentos, operam em tempo diferido: eleições, deliberações parlamentares, decisões governamentais, enfim, a formação de consensos (ou maiorias) exige debates e tempo para reflexão e negociações, bem como projetos políticos construídos a partir de perspectiva de longo prazo. Todavia, as tecnologias e a globalização aceleraram radicalmente o tempo dos processos sociais: a economia global, especialmente o mercado financeiro internacional, passou a funcionar em tempo real, e as perspectivas de longo prazo cederam lugar à instantaneidade e à fluidez. Consequentemente, a democracia representativa não consegue desempenhar satisfatoriamente a mediação dos processos sociais. Já os autores cosmopolitas estudados não enfrentaram esse problema e não propõe alternativas. O princípio da subsidiariedade e a governança em múltiplos níveis, com a aproximação dos interessados dos processos decisórios fornecem uma pista, mas não resolvem todos a questão. Por exemplo, qual seria o tempo de tomada e execução das decisões da "Assembleia dos Povos"?

A necessidade de "gerar instrumentos de regulação social mais ágeis, flexíveis e participativos" (Dowbor, 2001:14) parece evidente. Mas como fazer isso? A resposta estaria nas tecnologias das comunicações? Seria possível conferir aos processos políticos a agilidade e a flexibilidade necessárias para compatibilizar sua temporalidade com a da economia globalizada e da sociedade em rede? Ou agilidade e flexibilidade não são compatíveis com os processos políticos democráticos? O projeto de democracia cosmopolita não estaria apenas transferindo para a escala global a lentidão e a rigidez das instituições representativas de base territorial?

Ora, a política democrática não pode prescindir da reflexão, da discussão e do contexto coletivo, portanto, do tempo diferido, de maneira que talvez não seja possível acelerar os processos democráticos e compatibilizar sua velocidade com a da economia. Uma "democracia instantânea" (representativa ou cosmopolita) é, portanto, inconcebível[12]. Assim, o aspecto temporal do déficit democrático das instituições representativas deverá ser

12 Cf. Giovine, 2001:69. Santos (1999:109, 116) assinala a necessidade de uma "reconstrução ou reinvenção de um espaço-tempo que favoreça e promova a deliberação democrática", por exemplo, a adoção do "imposto Tobin".

enfrentado indiretamente.

Passemos, pois, a comparar os atores, a estrutura organizacional e os procedimentos da democracia representativa e da democracia cosmopolita.

Os atores principais do modelo de democracia representativa são o Estado, os representantes eleitos, os partidos políticos e os cidadãos-eleitores. Embora exista algum grau de descentralização, como nos Estados Federais, basicamente, a estrutura organizacional das instituições representativas é centralizada e hierárquica. Os procedimentos básicos das instituições representativas são as eleições dos representantes e as deliberações no Parlamento (e do Governo), conforme a regra da maioria, em um sistema de competição política e com as garantias necessárias para a expressão da contestação pública (Dahl, 1997). Tais procedimentos são caracterizados pela rigidez e pela exigência de vínculos sociais estáveis de cidadania e representação.

Já o modelo cosmopolita propõe a criação de mecanismos institucionais que permitam a participação de todos os cidadãos do mundo nas decisões globais, por meio do princípio da subsidiariedade e de uma estrutura organizacional de governança em múltiplos níveis, não havendo detalhamento dos procedimentos democráticos a serem adotados por instituições globais e regionais. Embora os defensores desse modelo afirmem que não é viável nem desejável a reprodução na esfera internacional das instituições da democracia representativa nacional, suas propostas concretas não são claras quanto aos mecanismos de participação e há certo apego às formas institucionais clássicas.

O desapego a tais formas é, pois, um grande desafio para as reformas institucionais propostas pelo modelo cosmopolita, devido à sua inadequação às características da sociedade contemporânea e à inviabilidade de reproduzi-los na escala global (Dallari, 2010:250, 307, Ladeurs, 2003:23 – 24). Há grandes dificuldades no exercício dessa criatividade institucional, mas, como observa Archibugi (2004:445), tal feito já foi realizado com o desenvolvimento da forma representativa de democracia, após as Revoluções Americana e Francesa, quando só era conhecida a democracia direta ateniense, preservando-se o princípio majoritário e a igualdade jurídica.

Para tanto, é necessário eliminar a rigidez formal dos instrumentos forjados para manifestação da vontade do povo (Dallari, 2010:311), inclusive superando-se a limitação da democracia a seus aspectos representativo e eleitoral (Ito, 2004:35 – 36), o que não significa que tais institutos devam ou possam ser abandonados (Müller, 2010:87 – 90).

Esta é a proposta de Ladeurs (2003:20 – 21) para compatibilizar democracia e globalização. No centro das ideias do autor encontra-se a superação da compreensão dos procedimentos democráticos de forma limitada às categorias tradicionais hierárquicas clássicas de Estado e soberania popular, e da participação como sinônimo de eleição de representantes ou democracia direta. Diante disso, Ladeurs defende uma forma não-hierárquica de democracia,

de acordo com a qual, mais importante do que decisões tomadas em comum por meio da soberania organizada de forma centralizada, é a criação de instrumentos para controle e aprendizado mútuos entre as diferentes redes existentes na sociedade. Tais instrumentos devem ser diversificados, espalhados, com formatos flexíveis e abertos à participação de todos os cidadãos, constituindo uma "rede de redes" de monitoramento recíproco. A formação de consensos sociais expressa-se predominantemente na existência de controles recíprocos por meio de redes de relações justapostas, e não de valores compartilhados ou de procedimentos decisórios. Já a participação passa a ter em seu centro não mais o voto para eleição de representantes ou em referendos, plebiscitos etc., mas sim o direito de intervir nas diversas redes em que os cidadãos tenham interesses, assegurando-se, de diferentes formas, a inclusão de todos. Em um sistema como esse, o Estado teria uma função descentralizada de manutenção da capacidade de produção e inovação das redes, fornecendo-lhes recursos diversificados para tanto, e de observação de seus resultados. Especialmente no âmbito transnacional, o autor ressalta a necessidade de se institucionalizar a transparência e prestação de contas para o enfrentamento dos problemas globais, além de se criar agências capazes de fornecer conhecimentos necessários para a tomada de decisões e que sejam o mais independente possível de influências políticas[13]. Esse modelo oferece uma perspectiva interessante, porém, também apresenta uma limitação fundamental: a não incorporação do conflito como elemento central de orientação de qualquer projeto de engenharia institucional, ou seja, a despolitização da política.

4. Considerações Finais

Retomando a questão inicialmente proposta, ponderamos que o projeto de democracia cosmopolita desenvolvido por David Held, Anthony McGrew e Daniele Archibugi não seria suficiente para explicar (plano analítico) nem para suprir (plano prescritivo) o déficit democrático das instituições representativas brasileiras decorrente da globalização e do policentrismo do poder, mas se revela uma condição necessária para tanto, pois a sociedade contemporânea exige mudanças institucionais profundas, e não somente a realização de uma "reforma eleitoral" (escolha entre o sistema proporcional ou o majoritário-distrital, financiamento de campanha, organização dos partidos políticos etc.) ou do "aparelho do Estado" (Administração burocrática, gerencial, governança pública etc.). É a própria compreensão de Estado e democracia que está em questão. Contudo, para que a contribuição do modelo de democracia cosmopolita seja ampliada, é preciso incorporar o conflito como elemento central das propostas de reforma institucional.

Avançar neste processo, tanto em termos de discussão teórica como de prática política, é

13 De outra perspectiva teórica e ideológica, Santos e Avritzer (2002:46) também ponderam que "a redução do procedimentalismo a um processo de eleições de elites parece um postulado ad hoc da teoria hegemônica da democracia, postulado esse incapaz de dar uma solução convincente para duas questões principais: a questão de saber se as eleições esgotam os procedimentos de autorização por parte dos cidadãos e a questão de saber se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação da diferença".

tarefa urgente, pois, como ressalta Dowbor (2001:14) "a recuperação da nossa capacidade de governo, no sentido amplo de controle da sociedade sobre as dinâmicas que gera, já não é mais um luxo de quem gosta de política. Trata-se de uma questão de sobrevivência".

Há, inclusive, razões para esperanças, pois, como explica Archibugi (2002:26, 36), democracia e cosmopolitismo caminharam separados durante muito tempo, mas se aproximaram com os avanços tecnológicos e com a globalização. Por outro lado, a dimensão e o caráter difuso dos problemas que enfrentamos revelam que não estamos diante de tarefa fácil, até porque, não existe um "inimigo visível e determinado", como os monarcas absolutistas da época das Revoluções Liberais.

Sem desconsiderar os limites históricos impostos à democratização do poder econômico, a dimensão essencial de disputa, de luta, de força e poder que caracterizam a prática política, e todas as demais dificuldades apresentadas ao longo deste trabalho, sobretudo aqueles específicas dos Estados periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, é preciso continuar a acreditar na capacidade do direito, da razão humana e da ação articulada das diferentes forças sociais, especialmente dos atores mais excluídos, no sentido da concretização dos direitos humanos e da democratização das mais diferentes instâncias sociais, a fim de se caminhar na realização do projeto ainda vivo, necessário e em permanente construção de emancipação humana.

Referências bibliográficas

Archibugi, Daniele (2011), "Cosmopolitan Democracy: Paths and Agents", *Working Paper IRPPS – CNR*, 34, 1 – 20. Disponível em: http://www.danielearchibugi.org/downloads/papers/Archibugi_and_Held_Paths_and_Ways.pdf. Acesso em: 15 out. 2012.

Archibugi, Daniele (2004), "Cosmopolitan Democracy and its Critics: a Review", *European Journal of International Relations*, 10(3), 437 – 473, set. 2004. Disponível em: http://www.danielearchibugi.org/downloads/papers/CD_and_critics_A_review.pdf. Acesso em: 15 out. 2012.

Archibugi, Daniele (2000), "Cosmopolitical Democracy", *New Left Review*, 40(4), 137 – 150.Consultado a 15/10/2012 em http://www.danielearchibugi.org/downloads/papers/Cosmopolitical_democracy.PDF. Acesso em:.

Archibugi, Daniele (2002), "Demos and Cosmopolis", *New Left Review,* 42(13), 24 – 38. Consultado a 15/10/2012, em http://www.danielearchibugi.org/downloads/papers/Archibugi_Demos_and_Cosmopolis_NLR_13.pdf.

Archibugi, Daniele (1995), "From the United Nations to Cosmopolitan Democracy", *in* HELD, David, ARCHIBUGI, Daniele, *Cosmopolitan Democracy – An Agenda for a New World Order*. Oxford: Polity, 121 – 162.

Archibugi, Daniele (2005), "Notes on Democracy in the European Union", *The European Union Review*, 10(1), 75 – 86. Consultado a 15/10/2012, em http://www.danielearchibugi.org/downloads/papers/Notes_on_Democracy_in_the_European_Union.pdf.

Archibugi, Daniele (2010), "The Hope for a Global Democracy", *in* Archibugi, Daniele et al. (org.), "Global Democracy: A Symposium on a New Political Hope", *New Political Science*, 32(1), 84 – 91. Consultado a 15/10/2012, em http://www.danielearchibugi.org/downloads/papers/new%20political%20science.pdf.

Bauman, Zygmunt (2000), Em Busca da Política, trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar.

Bercovici, Gilberto (2009), "Constituição, Direitos Humanos e Justiça", *in* Bittar**,** Eduardo Carlos Bianca (org.), *Direitos Humanos no Século XXI: Cenários de Tensão.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 188 – 193.

Bobbio, Norberto (2006), *O Futuro da Democracia*, trad. Marco Aurélio Nogueira, 10. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Casanova, Pablo Gonzáles (2000), "Globalidade, Neoliberalismo e Democracia", trad. Lúcia Endlich Orth, *in* Gentili, Pablo (org.), *Globalização Excludente: Desigualdade, Exclusão e Democracia na Nova Ordem Mundial*, 4ª ed.. Petrópolis: Vozes, 46 – 62.

Castells, Manuel (2005), "A Crise da Democracia, Governança Global e a Emergência de uma Sociedade Civil Global", *in Por uma Governança Global Democrática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 95 – 128.

Castells, Manuel (2011), "Castells Sugere o Fim do Euro" (entrevista), trad. Daniela Frabasile, *in Outras Palavras*, 18 nov. 2011. Disponível em http://www.outraspalavras.net/2011/11/18/castells-sugere-o-fim-do-euro.

Dahl, Robert Alan (1997), *Poliarquia: Participação e Oposição*, trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp.

Costa, Sérgio (2003), "Democracia Cosmopolita: Déficits Conceituais e Equívocos Políticos", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53), 19 – 32.

Dallari, Dalmo de Abreu (2010), *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 29ª ed.. São Paulo: Saraiva.

Dowbor, Ladislau (2001), "Tecnologia, Globalização e Governabilidade", *in* Dowbor, Ladislau (org.), *A Reprodução Social*. São Paulo. Consultado a 19/04/2011, em http://dowbor.org/2003/05/tecnologia-globalizacao-e-governabilidade.html/.

Engelken, Marcos (2011), "Sobre la cohesión del demos posnacional: el proyecto cosmopolita de Jürgen Habermas y algunas precisiones de Chantal Mouffe", *in* Güel, Pedro Ibarra, Oriol, Mercê Cortina (org.). *Recuperando la Radicalidad - Un encuentro en torno al Análisis Político*

Crítico, Barcelona: Hacer, 85 - 99.

Faoro, Raymundo (1979), *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, v. 2. 6.ª ed.. Porto Alegre: Globo.

Faria, José Eduardo (2009), *A Nova Pauta das Escolas de Governo: Policentrismo Decisório e Pluralismo Jurídico*. Consultado a 27/04/2011, em http://www.fundap.sp.gov.br/.../Apresentação%20-%20José%20Eduardo%20Faria%2009_06.pdf - Similares.

Faria, José Eduardo (2010), "Democracia e Governabilidade: os Direitos Humanos à Luz da Globalização Econômica", in FARIA, José Eduardo. Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas. São Paulo: Malheiros, 127 – 160.

Giddens, Anthony (2007), Mundo em Descontrole, trad. Maria Luiza X. de A. Borges, 6ª ed.. Rio de Janeiro: Record.

Giovine, Alfonso (2001), Democrazia Diretta e Sistema Politico, Padova: CEDAM.

Grosfoguel, Ramón (2010), "Para descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e a Colonialidade Global" in Santos, Boaventura de Sousa, Meneses, Maria Paula (org.), in Epistemologias do Sul, 2ª ed., Coimbra: Almedina, p. 405 – 439.

Habermas, Jürgen (2001), A Constelação Pós-Nacional: Ensaios Políticos, Trad. Márcio Selegmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi.

Hayden, Patrick (2004), "Kant, Held e os Imperativos da Política Cosmopolita". Impulso, 15(38), 83 – 94.

Held, David (1995), "Democracy and the New International Order", in Held, David, Archibugi, Daniele, Cosmopolitan Democracy: an Agenda for a New World Order. Oxford, UK: Polity, 96 – 120.

Held, David (2001), Globalization, Cosmopolitanism and Democracy (Entrevista realizada por Montserrat Guibernau). Cambridge, UK. Consultado a 15/10/2012, em http://www.polity.co.uk/global/globalization-cosmopolitanism-and-democracy.asp.

Held, David (2003), "Cosmopolitanism: Taming Globalization", *in* Held, David, McGrew, Anthony, *The Global Transformations Reader: an Introduction to the Globalizations Debate*, 2ª ed.. Cambridge, UK: Polity, 514 – 528.

Held, David (2006), *Models of Democracy*, 3ª ed.. Stanford: Stanford University.

Held, David (2007a), "Cosmopolitanism: Ideas, Realities and Deficits", *in* Held, David, McGrew, Anthony, *Governing Globalization – Power, Authority and Global Governance*. Cambridge, UK: Polity, 305 – 324.

Held, David (2007b), "Democratic Accountability and Political Effectiveness from Cosmopolitan Perspective", *in* Held, David, Mathais, Koenig-Archibugi, *Global Governance and Public Accountability*. Malden: Mass Blackwell, 240 – 267.

Held, David, McGrew, Anthony (2007), "Introduction", *in* Held, David, McGrew, Anthony, *Governing Globalization – Power, Authority and Global Governance,* Cambridge, UK: Polity, 1 – 19.

Holanda, Sérgio Buarque de (1971), *Raízes do Brasil*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio.

Hurrel, Andrew (1999), "Sociedade Internacional e Governança Global", *Lua Nova*, 46, 55 – 75.

Ianni, Octávio (1997), "A Política Mudou de Lugar", *in* Dowbor, Ladislau, Ianni, Octávio, Resende, Paulo-Edgar, *Desafios da Globalização.* Petrópolis: Vozes, 17 – 27.

Ito, Joichi (2004), "Emergent Democracy", *in Extreme Democracy*, 15 – 36. Disponível em: http://www.extremedemocracy.com/chapters/Chapter%20One-Ito.pdf. Acesso em: 24 set. 2012.

Ladeurs, Karl-Heinz (2003), *Globalisation and the Conversion of Democracy to Polycentric Networks: Can Democracy Survive the End of the Nation State?* San Domenico: European University Institute.

Löwy, Michael (2011), La globalización contrahegemónica: del internacionalismo del Mayo del 68 hasta el altermundialismo del siglo XXI, *in* Güel, Pedro Ibarra, Oriol, Mercê Cortina (org.). *Recuperando la Radicalidad - Un encuentro en torno al Análisis Político Crítico*, Barcelona: Hacer, 339 – 345.

McGrew, Anthony (2003), "Models of Transnational Democracy", *in* Held, David, McGrew, Anthony, *The Global Transformations Reader: an Introduction to the Globalizations Debate*, 2ª ed.. Cambridge, UK: Polity, 500 – 513.

Monedero, Juan Carlos (2007), "En donde Está el Peligro...La Crisis de La Representación y la Construcción de Alternativas em America Latina", *Cuadernos del Cendes,* 24 (64), Caracas: Universidad Central de Venezuela, 23 – 58.

Monedero, Juan Carlos (2012), "¿Aristodemocracia? – Frente al pesimismo de la nostalgia, el optimismo de la desobediência", *Nueva Sociedad*, 240, 68 – 86.

Monedero, Juan Carlos (2011), "Democracia y Estado in América Latina: Por una Imprudente Reinvención de la Política", *Policy Papers* 1/2011, Madrid: ICEI. Disponível em: http://eprints.ucm.es/12435/1/PP01-11.pdf. Acesso em: 12 fev. 2015.

Monedero, Juan Carlos (2005), "Estudio Introductorio – Conciencia de frontera: la teoría crítica posmoderna de Boaventura de Sousa Santos", in Santos, Boaventura de Sousa, El

milénio huérfano. Ensayos para una nueva cultura política, Madrid: Trota, 1 – 67.

Mouffe, Chantal (2003), "Democracia, Cidadania e a Questão do Pluralismo", Política e Sociedade, 3, 11 – 26.

Mouffe, Chantal (2006), On the Political. London: Routledge.

Muller, Friedrich (2005), "Democracia e Exclusão Social em face da Globalização", Revista Jurídica da Presidência, 7(72), 1 – 10.

Muller, Friedrich (2010), Quem é o Povo? A Questão Fundamental da Democracia, trad. Peter Naumann. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Neves, Marcelo da Costa Pinto (2008), Entre Têmis e Leviatã: uma Relação Difícil - o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas, 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Nogueira, Marco Aurélio (2008), Da Frustração à Reposição da Confiança na Política. São Paulo: Fundap.

Quijano, Aníbal (2010), "Colonialidade do Poder e Classificação Social" in Santos, Boaventura de Sousa, Meneses, Maria Paula (org.), in Epistemologias do Sul, 2ª ed., Coimbra: Almedina, 73 - 116.

Reis, Rossana Rocha (2006), "O Lugar da Democracia na Sociedade Civil Global e a Questão da Cidadania Cosmopolita", Perspectivas, 30, p. 15 – 32.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), "Reinventar a Democracia: entre o Pré-Contratualismo e o Pós-Contratualismo", in Oliveira, Francisco, Paoli, Maria Célia (org.). Os Sentidos da Democracia – Políticas do Dissenso e Hegemonia Global, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 83 – 129.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), Democratizar a Democracia – os Caminhos da Democracia Participativa, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura de Sousa (2003), "Poderá o Direito Ser Emancipatório", Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, 3 – 76.

Santos, Boaventura de Sousa (2011), "As Lições da Europa", Folha de São Paulo, 21 nov. 2011, A3.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo, (2002), "Para Ampliar o Cânone Democrático", in Santos, Boaventura de Sousa (2002), Democratizar a Democracia – os Caminhos da Democracia Participativa, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 39 – 82.

Stuchi, Carolina Gabas (2007), A Inadequação entre Idéia e Realidade na Periferia: os Limites da Teoria Geral do Estado para a Compreensão do Estado Brasileiro. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Zolo, Danilo (2006), “Teoria e Crítica do Estado de Direito”, *in* Costa, Pietro, Zolo, Danilo, *O Estado de Direito: História, Teoria, Crítica*, trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 62 – 84.

Além das fronteiras: identidades bolivianas em La Paz e São Paulo

Francione Oliviera Carvalho[1]
Sandra Regina Chaves Nunes[2]

Resumo

Esta comunicação compartilhada parte do diálogo e da interdisciplinaridade para refletir sobre um objeto comum de estudo: a interculturalidade na Bolívia. Nesse contexto, investigamos como a interculturalidade se apresenta e se reconstrói tanto em território nacional a partir do Projeto Música e Cidadania, com enfoque na Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos, em La Paz, e sua experimentação musical como uma forma de transformação e resgate da tradição. Como em território brasileiro a partir dos imigrantes bolivianos matriculados na rede municipal de educação de São Paulo, que ao atravessar fronteiras impõe a necessidade de reconhecermos a pluralidade dos saberes e experiências no ambiente escolar. Pensando a arte e a educação como um combate as hierarquias de saberes e epistemologias reducionistas, que defendem uma escala de poderes e valores entre as tradições culturais e científicas. Os projetos desenvolvidos defendem a urgência e a necessidade de se pensar a cultura e a política a partir da valorização da diversidade humana e a democracia a partir da participação ativa na construção dos conhecimentos. Assim, acreditamos que ao pensar estas questões a partir de uma sociedade pós-colonial e pluricultural como a boliviana, podemos encontrar impasses, mas também perceber alternativas de atuação política autônoma e original.

Palavras-Chave: Bolívia, São Paulo, arte e cidadania, educação, interculturalidade.

Abstract

This shared communication starts from dialogue and from interdisciplinarity to make reflections over a common study object: the interculturality in Bolivia. Within this context we have investigated how the interculturality presents itself and rebuilds itself as much as inside the national Bolivian territory, from the Música e Cidadania Project focusing on Experimental Orchestra of Native Instruments, in La Paz as its musical experimentation as a transforming way and reclamation of tradition. As in the Brazilian national territory from Bolivian immigrants enrolled at the municipal educational system in São Paulo, which through barriers imposes the necessity to recognize the plurality of knowledge and experiences inside the school environment. Thinking art and education as a way to fight against knowledge hierarchy and reductionist epistemologies, which defend a scale of value between cultural and scientific traditions. The works developed defend the urgency and necessity to think culture and politics from the human and democratic valorization and democracy from the active participation of knowledge building. Therefore we believe that when we think these questions from a post-colonial and pluricultural society, as the Bolivian society is, it is possible to find deadlocks, but also to perceive alternate routes for original autonomous political action.

Keywords: Bolivia, Sao Paulo, citizenship and art, education, interculturality.

Resumen

Esta comunicación compartida parte del diálogo y de la interdisciplinariedad para que se reflexione sobre un objeto común de estudio: la interculturalidad em Bolívia. En ese contexto, investigamos cómo la interculturalidad se presenta y se reconstruye tanto en el território nacional a partir del Proyecto Música y Cidadanía, con el enfoque en la Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos, de La Paz, y su experimentación musical como una forma de cambio y rescate de la tradición. Como en território brasileño, a partir de los inmigrantes bolivianos matriculados en la red municipal de educación de São Paulo, que al atravesar fronteras impone la necesidad de que se reconozca la pluralidad de los saberes y experiencias en el ambiente escolar. El arte y la educación son pensados como un combate a las hierarquías de los saberes y epistemologias reductoras, que defienden una escala de poderes y valores entre las tradiciones culturales y científicas. Los projectos desarrollados defienden la urgência y la necessidad de se pensar la cultura y la política a partir de la valorización de la diversidad humana y la democracía a partir de la participación activa en la construcción de los conocimientos. Así, creemos que al pensar estas cuestiones a partir de una sociedad póscolonial y pluricultural como la boliviana, podemos encontrar embarazos, pero también percibir alternativas de atuación política autónoma y original.

Palabras-Clave: Bolívia, São Paulo, arte y ciudadanía, educación, interculturalidad.

---

1 Francione Oliviera Carvalho: Doutor e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Realizou pesquisa de Pós-Doutoramento no Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da Universidade de São Paulo sob a supervisão da Profª Drª Zilda Gricoli Iokoi onde investigou a presença de alunos bolivianos na Rede Municipal de São Paulo. Pesquisa interculturalidade, imigração e mediação cultural. Autor de materiais didáticos para o ensino de Arte e investigações que privilegiam projetos de arte e a cultura no Ensino Fundamental. Atualmente é professor das Licenciaturas em História e Pedagógia do Centro Universitário Estácio Radial, na cidade de São Paulo e pesquisador do Diversitas/USP.

2 Sandra Regina Chaves Nunes: Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (1987), mestrado (1996) e doutorado (2002) em Comunicação e Semiótica: Literatura, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutorado em Teoria Literária pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), sob supervisão da Prof. Dra. Eneida Maria de Souza. Pós-doutorado em Humanidades, Direitos e outras legitimidades pela Universidade de São Paulo (2013-14), sob supervisão da Profa. Dra. Zilda Iokói. Autora do ensaio biográfico sobre Murilo Rubião, em www.murilorubiao.com.br. Pesquisadora do Diversitas/USP e Professora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, do Diversitas/USP. Professora de Literatura, da Fundação Armando Álvares Penteado e de Comunicação e Expressão da Fatec.

Introdução

A interculturalidade marcará a produção da América do Sul a partir da discussão sobre descolonização e despatriarcalização, conceitos chaves para o debate político e de autonomia da região. Dentro deste contexto, vemos que nos últimos anos, prevalece nos estudos culturais e educacionais a denominação intercultural ao multicultural. Compreendendo *interculturalidade* como diálogo dinâmico que aponta para uma relação de interpenetração cultural entre grupos diferentes. Assim, a cultura, a educação e a arte, não sendo fenômenos estáticos, se modificam e sofrem influências muito diversas. Os processos de hibridização cultural são cada vez mais intensos, ao mesmo tempo em que é cada vez mais forte a preocupação da academia com o estudo destas realidades.

O interculturalismo na educação e na arte provoca alterações maiores que apenas a inclusão de novos conteúdos ou temas. Sendo a cultura um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, onde os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações, às imagens se apresentam de forma cifrada, já possuindo um significado e uma apreciação valorativa é fundamental percebermos a interculturalidade como conjunto de práticas sociais ligadas a "estar com o outro", ou "estar entre muitos" e que tal como a mediação cultural "implica em gerar diálogos, trocas, modos de perceber diferenciados, ampliação de repertórios pessoais e culturais, ciente de que há múltiplos aspectos a serem levados em conta (Carvalho, 2011).

A partir dessa compreensão investigamos como a interculturalidade se apresenta e se reconstrói tanto em território nacional boliviano a partir da Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos, em La Paz, como em território brasileiro a partir dos imigrantes bolivianos matriculados na rede municipal de educação de São Paulo.

No Brasil os *Parâmetros Curriculares Nacionais,* publicado em 1997, ao eleger a Pluralidade Cultural como tema transversal é o marco da discussão intercultural na escola brasileira. Em seguida, vemos em 1998 a publicação do *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* e a promulgação da *Lei 10.639/03* que trouxe a obrigatoriedade do ensino sistemático de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e em 2008 a Lei *11.645* que problematiza a História e Culturas Indígenas.

Já na Bolívia, a interculturalidade se tornará central na atuação política de Evo Morales, atual presidente da Bolívia, primeiro presidente de ascendência indígena a chegar ao governo do país. No seu discurso de pose em 22 de janeiro de 2006, afirma que um das suas primeiras ações seria a criação de uma Assembleia Constituinte que levasse em consideração as históricas reivindicações indígenas por reconhecimento e autonomia politica.

Em 2006, a Assembleia Constituinte iniciou seu trabalho, um ano depois apresenta ao Congresso Nacional o texto criado a partir da colaboração dos diversos grupos representativos

da sociedade boliviana; em janeiro de 2009, um referendo aprova o texto final; e, em 7 de fevereiro de 2009, a Nova Constituição Política do Estado foi promulgada.

Com a aprovação da Constituinte, uma nova legislação procura firmar a Bolívia como um Estado de direito plurinacional, comunitário, democrático e intercultural. É nesse contexto, que uma nova visão sobre educação, arte e cidadania começa a se estruturar no território boliviano a partir do fortalecimento dos grupos sociais e das representações indígenas. A Nova Constituição da Bolívia (2008) afirma que a educação é intracultural, intercultural e plurilíngue em todo o sistema educativo a fim de promover a descolonização da educação, o resgate e a afirmação da cultura dos diversos povos bolivianos, valorizando-os frente à cultura eurocêntrica.

Descolonizar o processo educacional significa liberá-lo, ou emancipá-lo, do monismo ocidentalista que reduz todas as possibilidades de saber e enunciação da verdade à dinâmica cultural de um centro. Esse movimento traz consigo igualmente a descolonização da crítica tal como defende Boaventura de Sousa Santos (2013), pois não compactua com a ideia de que o conhecimento pertence exclusivamente ao letrado, que teria por papel iluminar criticamente o Outro. A ideia do "saber único" termina recalcando uma parte importante da realidade porque há práticas sociais baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, conhecimentos camponeses, conhecimentos urbanos, mas que não são avaliados como importantes ou rigorosos. Muitas vezes, o conhecimento posto à margem do capital e, portanto, não legitimado pela ideologia cientificista da verdade, associa-se ao trabalho manual e culturalmente desqualificado.

A crítica é um modo de aprender a ler a realidade sem a qual se afigura inócua toda a educação. Assim, a enunciação crítica está no cerne da aprendizagem pensada a partir da descolonização da educação, pois questiona a vigência do pensamento único e as explicações monoculturais do mundo, ou seja, uma civilização pensada no singular. É dentro deste contexto crítico que se insere a Orquestra de Instrumentos Nativos, desenvolvido por Cergio Prudencio na Bolívia e a discussão intercultural promovida na Rede Municipal de Educação de São Paulo a partir do trabalho desenvolvido nas EMEFs Anália Franco e Infante Dom Henrique com os alunos estrangeiros.

Música e Cidadania

"Pode-se falar sobre dinheiro em alexandrinos?" A pergunta de Bertold Brechet refere-se ao questionamento da estrutura do teatro aristotélico como forma artística possível para um mundo que passa a ser – e deve ser visto – como outro. Tempos Modernos – ou melhor Tempos Outros - pedem a dissolução da estruturação rigorosa, do encadeamento causal e da lógica linear. Não só se faz necessária a construção de uma estrutura dialógica, mas também se torna importante a ampliação para o palco, e outras esferas do teatro, a função de narrar. Essa necessidade relaciona-se, na teoria brechtiniana, ao que se atribui como papel da arte: a

desautomatização. Caberá ao palco a ativação do público para que este assuma uma postura questionadora, potencializando, assim, o desejo de transformação.

A proposta de ruptura e renovação fez-se como um brado em todo o momento modernista. Desejava-se que a nova arte fizesse tábula rasa do passado para o surgimento de organizações sociais questionadoras da moral burguesa e da coisificação capitalista.

Caberia a Arte, como bem enfatizou o formalista russo Victor Chklovski (Shnaiderman, 1976), devolver a sensação de vida ao mundo, permitindo que se reconhecesse os objetos, já que essa seria, então, a função primeira de sua existência. Caberia a Arte, ainda, rememorar o que os automatismos cotidianos fizeram com que apagássemos. Dessa maneira, surge como uma forma nova de se olhar as cores esquecidas do universo, seja pelo azul de Chagall ou pelo vermelho de Kandinsky.

Num contexto de Arte Moderna e de estruturação das propostas estéticas, o grupo formalista via nas formas artísticas a possibilidade do homem "re-conhecer" o mundo, e com isto constantemente "re-conhecer" sua própria condição. As vanguardas modernistas enfatizaram o papel do artista e da arte como agentes para as transformações sociais e como propiciadores da ruptura com uma visão alienada e hierarquizada da existência.

No ensaio sobre o Direito à Literatura (Candido, 2011), Antonio Candido vê esta forma artística como um bem incompressível, pois se define como uma "manifestação universal de todos os homens em todos os tempos." Sua explanação retoma o ponto de vista do sociólogo francês Padre Louis-Joseph Lebret, fundador do movimento Economia e Humanismo, que distingue os bens compressíveis – cosméticos, enfeites, roupas extras – dos incompressíveis – o alimento, a casa, a roupa. Ainda que a fronteira entre ambos seja difícil de traçar, pode-se entender como bens incompressíveis não só os asseguradores da sobrevivência física, mas também os que permitem a garantia da integridade espiritual. Esse texto de Candido dialoga com o pensamento dos artistas modernistas sobre a capacidade artística de permitir ao receptor a saída do lugar convencional, e também, sobre a Arte e a Cultura como um Direito Humano Universal.

O projeto Música e Cidadania desenvolvido na Universidade de São Paulo investiga as experiências venezuelanas, bolivianas e brasileiras com orquestras e a formação musical de jovens, como possibilidade de se construir formas alternativas de sociabilidade. A hipótese norteadora desta pesquisa constituiu-se pela afirmação de que O Sistema, na Venezuela, a Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos, na Bolívia e a Orquestra Sinfônica de Heliopólis, no Brasil, podem ser considerados, por dar acesso à linguagem musical - ou artística, projetos promotores de uma consciência individual e ampliadores da visão sobre a existência, sobre as alternativas de inclusão e de transformação social. Podem, ainda, ser vistos como uma possibilidade de questionamento de uma razão indolente, já que pretendem conduzir por trajetórias que levem a um conhecimento emancipatório e contra-hegemônico.

"Toco com tanta intensidade que deixo os meus pais malucos"

A frase, de uma menina venezuelana chamada Genesis, ilustra o grau de engajamento no projeto. A imagem da Arte – ou mais especificamente da Música – como transformadora do cotidiano ressoa também na afirmação de Lennor Acosta.

"Segurar uma clarineta é melhor do que segurar uma arma".

Criado em um dos bairros mais violentos de Caracas, Acosta foi preso várias vezes, era usuário de crack, maconha e cocaína. Após o seu envio a Los Chorros, uma instituição para recuperação de menores, entra para o Sistema, para tocar clarineta. Lennor Acosta torna-se músico da Orquestra Jovem Simon Bolívar e assume a coordenação musical do Núcleo Los Chorros (Martins, 2009).

O Sistema foi criado em 1975, por José Antonio Abreu, maestro e economista, e possui, hoje, em toda Venezuela, 250 000 estudantes, todos majoritariamente vindos de comunidades carentes. O projeto de Abreu forma artistas que rompem as fronteiras venezuelanas para tocar em grandes orquestras pelo mundo.

Com proposta similar - oferecer formação musical e artística para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social –, mas sem a dimensão do Sistema, o Instituto Baccarelli, localizado em Heliópolis, criou, entre outros projetos, a Sinfônica de Heliópolis.

Isaac Karabtchevsky, regente da Sinfônica de Heliópolis, enfatiza, ao tratar do Sistema, a ideia da música como transformadora da vida de uma comunidade:

> Numa dessas andanças, estive, a convite de meu amigo José Abreu, responsável pela formação das orquestras sinfônicas juvenis da Venezuela, dirigindo a Orquestra Simon Bolivar, cujo titular é outro grande amigo, o maestro Gustavo Dudamel. Durante minha estada por lá, vi coisas absolutamente fantásticas, como, ao visitar uma favela, aflorarem dos casebres meninas e meninos empunhando suas caixas de violino, clarinetes e flautas. Pensei: 'meu Deus, preciso dedicar parte de meu tempo a esse trabalho'. Foi isso que me fez aceitar o convite formulado por Silvio Baccarelli e pelos irmãos Venturelli para assumir a direção artística do Instituto.[3]

Para Karabtchevsky,

> Dentre todas as artes, não há nenhuma que se aposse do ser humano com maior envolvimento do que a música. A lógica desse fato repousa na própria pulsação, nosso ritmo cardíaco, sessenta ou mais batidas por minuto, e que simboliza o pulsar dos instrumentos de percussão. A melodia nasce com as cantigas de adormecer e, a partir daí, nos acompanha pelo resto de nossas

3 Entrevista concedida à Sandra Regina Chaves Nunes em 20.11.2012.

> vidas. Não conheço um brasileiro que seja insensível a esse processo. Daí o êxito sem precedentes das 140 orquestras venezuelanas, todas jovens e na maioria carentes, e as centenas que estão se formando pelo resto do continente. Esses jovens trazem consigo suas famílias, realizando assim um grande movimento de inclusão social.[4]

Dos projetos musicais, a proposta do maestro boliviano Cergio Prudencio parece ser a mais irreverente e inovadora. Em 1979, estrutura-se, por meio da Universidade Maior San Andrés, o projeto de formar uma orquestra com instrumentos autóctones como uma ideia artística e um ato criador. Pode-se dizer:

> que é uma ideia artística a partir do instante em que o princípio do projeto incide na criatividade para que se possa suscitar o material básico (instrumentos, tradições da prática musical etc.), nos diversos parâmetros da grande estrutura da música (timbre, forma, registro, relações harmônicas etc) (Prudencio, 2010:26).

Essa orientação do projeto coaduna-se com uma imposição histórica em que a arte deve expressar conteúdos vinculados à realidade presente.

> A transformação da arte, em sua natural interação de conteúdo-forma, forma-conteúdo, nos conduz ao que se poderia chamar de uma arte nova. Expressar novos conteúdos é expressar novas formas, necessariamente, e expressar conteúdos novos em formas novas é criar uma arte nova (Prudencio, 2010:25).

Nesse sentido o projeto de uma Orquestra de Instrumentos Nativos "constitui-se por um objetivo artístico antes de tudo". Assim pretendia-se que surgisse uma forma musical nova, uma concepção tímbrica nova, assim como um novo conceito harmônico e contrapontístico e um novo conceito instrumental-orquestral. Em outro sentido – social mais que artístico – pensou-se um projeto cultural "orientado para a necessidade de se trabalhar em busca de expressões novas, e, como tais, relacionadas ao nosso ser social. (Prudencio, 2010)

Para Cergio Prudencio:

> ao processo histórico continental, como o que começou na América Latina para a libertação de seus povos, corresponde à transformação das formas e conteúdos da arte. À nova sociedade que se vislumbra, ao homem novo que luta pela revolução, corresponde também uma arte nova; porque ao lutar por uma mudança qualitativa na base e na superestrutura da sociedade, o conceito de arte (como todos os conceitos sociais) muda

4 Entrevista concedida à Sandra Regina Chaves Nunes em 20.11.2012.

> em função do sistema econômico-social a que se aspira chegar. [...] Só se pode transformar o que já existe; só nossa tradição poderá alimentar uma nova linguagem artística sem que a mudança signifique um divórcio entre o objeto, a realidade e a personalidade cultural do homem (Prudencio, 2010:26).

Ainda que se constituisse como um projeto artistico, em um primeiro plano, segundo o maestro boliviano esse projeto não estava isolado de um processo histórico latinoamericano de libertação de seus povos. Para Prudencio uma nova sociedade necessariamente pede formas artísticas novas, e essas devem vir da tradição andina:

> as pretendidas transformações conceituais na nossa arte, só serão factíveis a partir de um conhecimento científico das características encontradas nas práticas artísticas tradicionais. Só se pode transformar o que já existe; só nossa tradição poderá alimentar uma nova linguagem artística sem que a mudança signifique um divórcio entre o objeto, a realidade e a personalidade cultural do homem (Prudencio, 2010:31).

A proposta de uma arte nova não está a service do distanciamento da tradição musical andina e, menos ainda, dos que se inserem nessa tradição. O que pretende Prudencio, com sua Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos, é a aproximação de uma tradição que se aproxima mais das tradições culturais bolivianas, pautanndo-se no princípio artistico de deslocamento e desautomatização da escuta.

A ópera Nomis Ravilob, de 2012, propõe uma aproximação de Simón Bolívar em um tempo ambivalente, múltiplo, e ao mesmo tempo nos leva a uma aproximação da dimensão espiritual da América Latina. Nessa ópera as forças ancestrais de tempos roubados innvocam o libertador para mostrar-lhe um destino circular, para convocá-lo a rever e prestar contas de suas omissões. Num jogo de espelhos e desdobramentos temporais a história latinoamericana surge em uma versão que contrasta e se contrapõe a história hegemônica.

As transformações conceituais almejadas por Prudencio na concepção artística boliviana pressupunham um conhecimento científico das características das práticas artísticas tradicionais.

> Só se pode transformar o que já existe; só nossa tradição poderá alimentar uma nova linguagem artística sem que a mudança signifique um divórcio entre o objeto, a realidade e a personalidade cultural do homem (Prudencio, 2010:27).

A proposta da OEIN pode ser lida como uma proposta contra-hegemônica, como uma

"transição paradigmática" (Chauí, 2013) para que se construa alternativas de sociabilidade "no sentido mais lato, incluindo as dimensões econômica, social, política e cultural" (Santos, 2000).

Música e Cidadania converge para as pesquisas que derivam de Fronteiras em Movimento, pois o grupo participante desse grande projeto, pertencente às diferentes áreas do conhecimento, pretende oferecer material empírico e analítico necessários ao novo enquadramento cultural, social e econômico capaz de promover metas do coexistir entre os diferentes sem torná-los desiguais, deslocados ou desconectados, conforme definido por Nestor Canclini (1997). O Sistema, a Sinfônica de Heliópolis e a Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos impulsionam a reflexão sobre o que representa a música e a sua capacidade de ampliar determinadas fronteiras, possibilitando não só uma desautomatização da visão acerca de si mesmo, mas também do outro. Os projetos venezuelano, brasileiro e boliviano, por meio do ensino de música, criação de orquestras e composição musical, parecem surgir como uma tentativa de propor alternativas para um contexto de exclusão e violência. A música, como uma forma artística, deve ser pensada não como um objeto estético que por si só transforma, mas como uma linguagem que experimentada pode propiciar uma transformação.[5]

Ao se estudar ações que envolvam a arte, como forma de transformação de uma determinada realidade, torna-se possível a transposição do conhecimento, para a criação de políticas culturais relacionadas à inserção de sujeitos em um novo contexto. Torna-se possível, também, a reflexão sobre o que é a política pública de cultura propriamente e a sua possibilidade de transformação social. As artes não podem ficar aprisionadas, assim cabe às ações culturais tira-las de conceitos e lugares restritos.

Além das fronteiras: bolivianos em São Paulo

Segundo dados da Polícia Federal e do Museu da Imigração de São Paulo, a comunidade boliviana é a segunda que mais cresce na cidade de São Paulo. A imigração boliviana como diversos estudos apontam não é algo novo no Brasil. O ponto de partida foi a década de 1950 devido a um programa entre Brasil e Bolívia que beneficiava estudantes bolivianos que vinham para o território brasileiro em busca de qualificação acadêmica. Entretanto é a partir a década de 1970 que a migração boliviana e de outros países da América do Sul torna-se uma constante, intensificada, no caso da Bolívia, a partir de 1985.

A impressão de que a imigração boliviana é algo recente ocorre porque nos últimos anos ela se acelerou. Segundo o último Censo, entre 2000 e 2010 o número de bolivianos na cidade de São Paulo cresceu 173%. O Consulado da Bolívia estima que a população total no Brasil seja em torno de 350 mil imigrantes, sendo 75% residentes na região metropolitana de São Paulo.

5 Para as informações sobre o Projeto do Diversitas Fronteiras em Movimento teve-se por base o texto do projeto Fronteiras em Movimento e o projeto da Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades.

A imigração boliviana no território brasileiro caracteriza-se por uma forte concentração em poucos lugares. Souchard (2012) afirma que no caso de São Paulo a distribuição dos migrantes é desigual, mas que atinge todas as áreas do perímetro urbano do município, alcançando a região metropolitana de São Paulo, principalmente em Guarulhos, Osasco e Diadema. Do total de bolivianos que vivem na região metropolitana de São Paulo, 19,5% estão na região central da capital nos bairros do Bom Retiro, Pari, Canindé, Belém e Brás. Nessas áreas, eles dividem espaço com outros grupos, como coreanos, judeus, poloneses e outros migrantes da América do Sul. O que não acontece nas outras regiões, Souchard (2012) ainda aponta que em Guarulhos e na região sul da capital eles representam quase 100% do total de imigrantes e possuem pouco tempo de residência, contrário da região central onde possuem maior tempo de presença acumulada.

Ao olharmos especificamente para a educação, alguns dados comprovam a forte presença da comunidade boliviana no sistema educativo paulista. A Secretaria Estadual de São Paulo divulgou que em 2013, 7,1 mil estudantes nascidos em outros países se matricularam em escolas estaduais, sendo os bolivianos a maioria entre os alunos, totalizando 58% do total. Já na rede municipal de ensino paulistana, segundo dados oficiais de 2013 há 3.319 alunos estrangeiros matriculados nas escolas municipais, sendo 66% de bolivianos, o que corresponde a 2.190 alunos. Entretanto, estes dados não levam em consideração os alunos de origem boliviana mas nascidos no Brasil, que se totalizados, aumentariam enormemente estes números.

É importante lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente e diversos acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro garantem o direito à educação ao estudante vindo de outro país, independentemente de sua situação no país. Na região central de São Paulo onde estão os bairros do Brás, do Pari e do Bom Retiro há 35 escolas públicas, sendo 29 pertencentes a rede estadual de ensino e 8 da rede municipal. Sendo que esta investigação privilegiou as escolas administradas pela Prefeitura de São Paulo que atendem alunos do ciclo fundamental.

Após o contato com as instituições decidiu-se no recorte de duas escolas, sendo uma delas não pertencente a sondagem inicial por estar um pouco mais distante da área inicialmente levantada, isso ocorreu devido ao nome desta instituição aparecer nas entrevistas iniciais com os diretores como exemplo de escola que enfrentava questões específicas devido ao número excessivo de alunos de origem boliviana. Assim, a EMEF Anália Franco Bastos adentra ao corpus da pesquisa junto com a EMEF Infante Dom Henrique.

Inicialmente procurou-se fazer um levantamento exato do número de alunos estrangeiros matriculados nestas instituições. Entretanto, esse trabalho não foi necessário porque as próprias instituições tinham finalizado recentemente este diagnóstico. A partir de entrevistas com os gestores, professores, alunos e inserção no cotidiano escolar procura-se perceber: Como é a convivência no espaço escolar, como ocorrem o reconhecimento identitário e as

negociações culturais, como a escola afirma ou desconstrói discursos e ações presentes em outras esferas culturais e quais estratégias devem ser criadas para uma escola ser considerada inclusiva, democrática e intercultural.

A EMEF Anália Franco Bastos foi criada em 1992 a partir de um antigo convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Federação Espírita de São Paulo para atender as crianças provenientes das favelas do Benfica, Vila Maria e Nelson Cruz. Inicialmente instalada na Casa Transitória Fabiano de Cristo, em 2008, a escola muda para o endereço atual na região do Belém e começa a receber um número cada vez maior de famílias bolivianas, que totalizam hoje 40% dos alunos matriculados na instituição.

Já a EMEF Infante Dom Henrique, localizada no Canindé foi criada em 1960, e tal como a EMEF Anália Franco Bastos atende uma comunidade escolar que convive com situações de vulnerabilidade. A escola é vizinha de uma favela e de diversos equipamentos sociais que atendem principalmente moradores de rua e que acolhem migrantes nacionais e internacionais. Um ponto a destacar é que EMEF Infante Dom Henrique é próxima a Praça Kantuta, importante centro de socilialização da comunidade boliviana em São Paulo. Porém, o número total de alunos de origem estrangeira na instituição é menor que da escolar anterior, totalizando 12,5% dos alunos matriculados.

O que se percebe na EMEF Infante Dom Henrique quanto na EMEF Anália Franco Bastos é a vontade de não fechar os olhos para as demandas que a presença dos alunos estrangeiros traz para o cotidiano escolar, e isso se dá, principalmente pela atuação dos gestores das instituições que colocam o tema na pauta da formação dos professores, dos eventos escolares e abrem a escola para o diálogo com toda a comunidade.

Fig. 1 Grupo Folclórico Kantuta Bolívia se apresentando na Festa Junina de 2013 na EMEF Anália Franco Bastos em São Paulo.
Foto de Francione Oliveira Carvalho.

Fig. 2. Encontro quinzenal que acontece na EMEF Infante Dom Henrique com os alunos estrangeiros para discutir ações e necessidades do grupo.
Foto de Francione Oliveira Carvalho

O nome do educador Paulo Freire surge nas falas dos diretores das duas escolas em diversos momentos e parece marcar a atuação profissional de ambos. Freire acreditava que o poder pedagógico e educativo deveria ser democratizado, e não algo definido apenas "entre os muros da escola". Para o educador, a democratização do poder de participação e decisão significa a defesa de uma democracia radical, na qual a população tem de estar presente na história, e não simplesmente estar nela representada (Freire, 1996).

Na escola tal transformação envolve a participação de todos os agentes educativos, por meio de diálogo igualitário, em busca de construção de consensos. O importante é que o diálogo busque formas de superar os obstáculos à aprendizagem e uma abertura que possibilite conhecer, aprender e construir conhecimentos coletivos que leve em consideração todas identidades culturais presentes na comunidade escolar.

Promover mudanças sociais e culturais no entorno em que se insere a escola e nas suas relações com a comunidade é de fundamental importância, já que, no contexto atual, a aprendizagem não depende apenas do que passa em aula, mas está conectado ao que ocorre em casa, na rua, ao que veiculam os meios de comunicação. Informação e formação advêm de diferentes locais, fazendo desaparecer as fronteiras entre o interior e o exterior da escola e a hierarquia dos saberes.

Nesse contexto, a diversidade cultural e a imigração possibilitam significativas possibilidades de aprendizagem mútua, e a arte e a cultura estratégias de mediação e reconhecimento cultural, tecendo fios e desfazendo os nós que muitas vezes teimam em aprisionar o olhar e o conhecimento.

É importante afirmar que os imigrantes, ao contrário do que pensa o senso comum, estão cada vez mais organizados e abertos a uma discussão política que leve em conta a diversidade. A 7°

Marcha do Imigrante, ocorrida em São Paulo no início de dezembro de 2013 trouxe um tema muito claro: “Nova Lei de Migração Justa e Humana para o fim da discriminação”. Ela aponta a necessidade de uma política municipal de imigração que supere o tratamento securitário da imigração para uma abordagem que foque nos direitos humanos dos imigrantes.

As atuais políticas públicas e a atuação dos agentes públicos terminam por causar a criminalização do imigrante, especialmente o pobre. Neste contexto, na marcha muitos cartazes recomendavam a substituição da Polícia Federal como o órgão de acolhimento dos migrantes e que a garantia efetiva de direitos pressupõe imensas lutas sociais, que deve ser encampada por diversos setores da sociedade para ser bem sucedida. Ao mesmo tempo, que a inserção sociocultural dos imigrantes deve ocorrer a partir da perspectiva do interculturalismo e da diversidade cultural.

Fig. 3. 7° Marcha do Imigrante, 2013, São Paulo.
Foto de Francione Oliveira Carvalho.

Nesse contexto, uma das demandas mais significativas dos diversos grupos de imigrantes é a necessidade de uma escola inclusive, intercultural e preparada para lidar com a diversidade. A escola intercultural é aquela que irá trabalhar com as diferenças individuais e de grupo, respeitando os valores da democracia, da liberdade e da igualdade dos indivíduos, estudando como as diferentes culturas entrecruzam-se uma nas outras e possibilitam novos encontros. Entretanto, é importante pensarmos que o primeiro encontro necessário é o da escola com a comunidade.

Considerações finais

A escola enquanto instituição social é um dos espaços privilegiados de formação em que a

aprendizagem dos saberes deve estar relacionada ao cotidiano dos alunos, desde o aspecto local ao global. Assim, a escola, além de possibilitar aos alunos a apropriação dos conteúdos de maneira crítica e construtiva, precisa valorizar a cultura e a arte de sua própria comunidade, contribuindo para o exercício de cidadania.

A interculturalidade na educação exige que se repensem o conceito de cultura, as relações étnicas, sociais, pedagógicas, os procedimentos de ensino e principalmente os objetivos educacionais das escolas. A reflexão sobre a prática se torna uma exigência fundamental para os professores. Todas as estratégias que compõem o seu dia a dia passam por uma análise que tem por fim perceber como as culturas e as identidades são abordadas no cotidiano escolar.

Tanto o projeto Orquestra de Instrumentos Nativos, desenvolvido em La Paz por Cergio Prudencio como as ações de inclusão e reconhecimento cultural desenvolvios nas EMEF Anália Franco e Infante Dom Henrique em São Paulo nascem sob o signo de um contexto que pede uma razão operante em oposição à indolente, emancipando o conhecimento e consequentemente propiciando a descoberta, invenção e promoção de alternativas progressistas.

Pensando a arte e a educação como um combate as hierarquias de saberes e epistemologias reducionistas, que defendem uma escala de poderes e valores entre as tradições culturais e científicas. Os projetos desenvolvidos defendem a urgência e a necessidade de se pensar a cultura e a política a partir da valorização da diversidade humana e a democracia a partir da participação ativa na construção dos conhecimentos.

Referências bibliográficas

Bolívia (2008), *Nueva Constituición Política del Estado*. República de Bolívia.

Canclini, Nestor Garcia (1997), *Culturas híbridas,* tradução Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. Universidade de S. Paulo: Edusp.

Candido, Antonio (2011), *O Direito à Literatura. Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

Carvalho, Francione Oliveira (2011), *Fronteiras Instáveis: inautenticidade intercultural na escola de Foz do Iguaçu.* Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

Chauí, Marilena (2013), *"Saudação a Boaventura de Sousa Santos"*, in Boaventura de Sousa Santos; Marilena Chaui, *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 23-40.

Freire, Paulo (1996), *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São

Paulo: Terra e Paz.

Martins, Sérgio (2009), *"O milagre venezuelano. No meio do caos e da pobreza do país de Hugo Chávez, o Sistema oferece perspectivas mais amplas a crianças e jovens que aprendem música erudita"*, Revista Veja, de 22 de setembro. Consultado a 01.02.2012, em http://veja.abril.com.br/220709/milagre-venezuelano-p-128.shtml.

Prudencio, Cergio (2010), *Hay que caminar sonando*. La Paz: Fundación Oto Arte.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.* São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento, in* Boaventura de Sousa Santos; Marilena Chaui, *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 41-133.

Schanaiderman, Boris (1976), *Teoria da Literatura Formalistas Russos*. Porto Alegre: Ed. Globo.

Souchaud, Sylvain (2012), *A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?*, *in* Rosana Baeninger (org.), *Imigração Boliviana no Brasil.* Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa., 75-93.

Planejamento urbano e participação cidadã: partilha de experiências entre São Carlos (Brasil) e Coimbra (Portugal)

Celso Maran de Oliveira[1]
Dulce Lopes[2]
Pedro Luciano Colenci[3]
Isabel Cristina Nunes de Sousa[4]

Resumo

A apresentação proposta visa dar conta dos resultados preliminares de um projeto que se encontra em curso e que tende estabelecer paralelos entre a regulação e prática da participação cidadã no planejamento urbano em duas cidades com características demográficas e socioeconômicas próximas (São Carlos e Coimbra). O objetivo deste estudo é fazer um cruzamento entre modelos de participação cidadã no planejamento urbano, para, a partir daí, gerar novas formas ou espaços de conhecimento, e renovadas propostas que venham a permitir uma maior democratização do espaço público e a dignificação de todos os que o integram e para ele contribuem.

Palavras-chave: Democracia, Gestão das cidades, Participação popular, Planejamento urbano, Políticas públicas.

Abstract

The proposal aims to describe the presentation of the preliminary results of a project that is underway, which tends to draw parallels between the regulation and practice of citizen participation in urban planning in two cities with characteristics demographic and socioeconomic nearby (São Carlos – Brazil and Coimbra - Portugal). The aim of this study is precisely to make a cross between models of citizen participation in urban planning, for, from there, generating new forms or knowledge spaces, and renewed proposals that will allow greater democratization of public space and the dignity of all who integrate and contribute to it.

Keywords: Democracy, Management of cities, Popular Participation, Public policies, Urban Planning.

1 Professor do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador líder do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos;

2 Professora Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos;

3 Doutorando em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos;

4 Bacharela em Gestão e Análise Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos.

Introdução

As cidades não estão preparadas para o exacerbado contingente de pessoas, pela ocupação desenfreada dos espaços urbanos que, em escala mundial, já ultrapassou a metade da população. Os processos de transformação dos espaços urbanos atualmente afetam todo sistema do município e alteram rápida e profundamente a vida social. Em Portugal, três quintos (61%) da população portuguesa residia, em 2011, em lugares urbanos com mais de dois mil habitantes (INE, 2011). No Brasil, em específico, essa situação é ainda mais grave, porque a população urbana, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) já chega a 85%, devendo ser elevada nos próximos anos, fato que demonstra a necessidade de se pautar o assunto dentre os mais importantes do país.

Diante deste cenário, no processo de planejamento urbano nada pode ser mais prejudicial do que a instabilidade, a inconstância e o imediatismo, fatores que, ao promoverem a morosidade ou descontinuidade da ação planejada, criam irremediável descrédito das instituições públicas. Mudar sim, mas sob controle dos fatores de planeamento e administração dos conflitos; com abertura de vistas, mas sem demonstrar fragilidade.

A força e a consistência de ação da Administração não se demonstram, porém, pelo seu fechamento ao exterior, sobretudo aos destinatários da sua ação (os cidadãos e demais interessados na tarefa de planeamento). Pelo contrário, a capacidade de adotar e impor políticas de planejamento pela Administração passa em grande medida pela promoção de uma maior abertura desta, acalentando o diálogo e, com base neste, construindo políticas e elaborando planos nos quais se reveem todos aqueles que por eles são tocados.

Reforça-se a necessidade de se estabelecer uma integração construtiva entre a formação cívica dos cidadãos e a sua intervenção participativa no planejamento e nas esferas de decisão política, isto é, daqueles que têm a responsabilidade de orientar e regular a vida das cidades. Esta é uma consideração vital na existência e desenvolvimento das sociedades democráticas, visto que o planejamento urbano tem a responsabilidade de respeitar a dignidade da pessoa e garantir circunstâncias urbanas favoráveis ao seu desenvolvimento, devendo esse ser um de seus objetivos principais.

Portanto, nenhuma opção de planejamento adotada deve ser considerada adequada se não forem tomadas em linha de conta: a inclusão participativa e cidadã dos munícipes nas questões políticas, sociais, econômicas e ambientais, e as alternativas de comunicação para ouvir os cidadãos como uma contribuição e uma retroação válida e indispensável à consecução da ação de planejar. Assim sendo, urge considerar-se planejamento como diretriz legal e não apenas como engessador de ações produtivas.

Desta forma, cabem aos responsáveis pelo planejamento urbano, estabelecer canais, ferramentas e filtros para a participação democrática e contributiva dos cidadãos, não

apenas nas fases de elaboração do plano, mas em todas as etapas de sua aplicação, como um processo sempre presente e vivo.

No entanto, ressalta-se a necessidade de considerar as peculiaridades, idiossincrasias e identidades únicas de uma região no processo de elaboração de um planejamento, com observações que considerem fortemente sua realidade, mais do que formulações teóricas e retóricas.

O presente texto visa trabalhar o conceito de democracia participativa no planejamento e gestão urbana. Somando-se a isso, faz um cruzamento entre modelos de participação cidadã no planejamento urbano, tendo como foco a cidade de Coimbra em Portugal e São Carlos no Brasil, para, a partir daí, gerar novas formas ou espaços de conhecimento e renovadas propostas que venham a permitir uma maior democratização do espaço público e a dignificação de todos os que o integram e para ele contribuem.

Fundamentos teóricos da pesquisa

No Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988 descentralizou-se o poder governamental, aumentando a responsabilidade dos municípios, pois foi adotada uma maior autonomia e independência para a gestão local, reforçou-se o plano diretor enquanto instrumento principal do planejamento urbano, e preconizou a gestão democrática em todas as etapas a ele referentes. A partir desse processo, houve rompimento do modelo clássico da democracia representativa pura, com a inserção da concepção de democracia participativa, e com o estabelecimento dos diversos institutos jurídicos que viabilizam sua prática, como o plebiscito, o referendo, e a iniciativa popular. (*apud* Tenório e Costa, 1999).

Similar opção relativa ao planejamento urbanístico em Portugal já havia sido tomada pela Constituição de 1976, em especial após a quarta revisão constitucional resultante da Lei n.º 1/97, de 20 de setembro. Nesta deu-se um "verdadeiro salto qualitativo na constituição do urbanismo" (Correia, 2008), tendo sido vertidas para o texto constitucional várias disposições dedicadas ao urbanismo e ao ordenamento do território, incluindo-se a garantia de participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de outros instrumentos de planeamento físico do território (65.º, n.º 5).

O ato de participar é, assim, uma forma, e uma forma nobre, de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Magna Carta.

Silva (2000) afirma que o Estado de Direito como Estado Liberal de Direito ou como Estado Social de Direito nem sempre caracteriza Estado Democrático, visto que este se funda no princípio da soberania popular, em que esta:

> impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação que não se exaure, como veremos, na simples formação das

> instituições representativas, que constituem um estágio da evolução do Estado Democrático, mas não o seu completo desenvolvimento. (Crosa, 1946:117).

Desdobrando o princípio de Estado de Direito, nele encontramos, como subprincípio concretizador, o princípio da proteção jurídica e das garantias processuais, isto é a "existência de uma proteção jurídico-judiciária individual sem lacunas, que demanda, entre outras dimensões de relevância, um procedimento administrativo justo, que inclui o direito de participação do particular nos procedimentos em que se está interessado" (Canotilho, 2003).

O Estado Democrático de Direito consiste na criação de um conceito novo, que supera as experiências do Estado de Direito e do Estado Social, chamado de "Estado de legitimidade justa", e que instaure um processo de efetiva incorporação da população nos mecanismos do controle das decisões, com real participação nos rendimentos da produção (Silva, 2012).

Assim, a participação é decisiva para o fortalecimento e a consolidação das instituições democráticas, possibilitando à população o direito de se articular e se integrar à gestão política, garantindo o exercício da cidadania que, conforme Amorim (2007), citando Marshall (1967) define, cidadania constitui a participação integral do indivíduo na comunidade política e distingue três tipos de direitos: os direitos civis, aqueles direitos que asseguram as liberdades individuais; os direitos políticos, aqueles que garantem a participação dos cidadãos no exercício do poder político; e os direitos sociais, aqueles que asseguram o acesso a um mínimo de bem-estar material. O argumento do autor segue a seguinte lógica: garantidos os direitos civis, as pessoas lutariam por direitos políticos e, consequentemente, conquistariam direitos sociais.

Assim, conforme Dantas (1991), citado por Tenório e Costa (1999), a participação envolve uma conduta ativa dos cidadãos nas decisões e ações públicas, na vida da comunidade e nos assuntos de interesse das coletividades de que sejam integrantes.

Voltando-se para a participação popular no que concerne ao direito urbanístico, no Brasil destaca-se a Lei Complementar 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade) que, de acordo com Lima (2012) possibilitou efetivamente a participação social como "fundamento normativo da política urbana", além de garantir ampla discussão com a sociedade e o esclarecimento de informações para a compreensão dos parâmetros norteadores do planejamento local durante o processo de elaboração e implementação do Plano Diretor.

Em Portugal, idêntico relevo à participação popular no direito urbanístico tem vindo a resultar da legislação reforçada sobre planejamento urbano. Recentemente, a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (que revogou anterior Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, aprovada pela Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, e que estabelece as Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo), veio reconduzir a anterior

opção legislativa, ao considerar como princípio fundamental nestas áreas a participação dos cidadãos e a concertação e contratualização entre interesses públicos e privados [artigo 3.º, n.º 1, alíneas g e h]. Acrescenta, no artigo 49.º, de modo a operacionalizar este princípio que o

> procedimento de elaboração, alteração ou revisão dos programas e planos territoriais assegura aos particulares as garantias gerais que a lei lhes confere, nomeadamente, a informação e os meios de participação pública efetiva, bem como o direito de apresentação de observações e sugestões à entidade responsável pela sua elaboração e de consulta do respetivo processo, nos termos da lei.

Contudo, mesmo com o pressuposto da participação da população na elaboração dos planos diretores (tanto no Brasil como em Portugal), a promoção efetiva da inclusão popular na tomada de decisões a respeito do planejamento e da formulação e implementação das medidas dele resultantes, ainda é um desafio.

Os motivos de tal dificuldade são apontados por Lima (2012), como: boa parte da população está desvinculada de associações, que atuam de forma efetiva na busca por direitos; falta de qualificação técnica dos representantes da sociedade civil no trato com a máquina estatal; com isso, os sujeitos têm comprometidas a autonomia e a qualidade da participação, gerando profundas assimetrias no plano do conhecimento, podendo levar a um "desequilíbrio de poder que gera a reprodução de mecanismos de dominação e exclusão em espaços que, pelo menos em tese, deveriam ser democráticos".

É um fato que a Governança Participativa cria mecanismos para o desenvolvimento participativo de uma cidade; no entanto, a operacionalização destes não pode deixar de passar pela criação de redes de atores locais com o objetivo de reunir conhecimentos e experiências na concepção de politicas públicas que solucionam, de fato, problemas locais.

Consideramos imprescindível que as pessoas passem a participar da formação do processo decisório no domínio das normas urbanísticas locais, favorecendo ainda o próprio cumprimento, de maneira espontânea, das normas urbanísticas. Esse fato é apontado por Moreira Neto (2000), em que as decisões públicas compartilhadas com os seus destinatários são cumpridas com mais empenho e com menos resistência. Assim como destaca Habermas (1997), o cidadão não se sentirá simplesmente um destinatário da norma jurídica, mas um partícipe na elaboração legislativa, no caso em específico as normas de planejamento urbanístico.

Ambos os municípios (São Carlos e Coimbra) encontram previsão de participação popular nas políticas urbanísticas. Porém, não se pode conceber que se criem pseudo mecanismos de participação popular simplesmente para uma caracterização legislativa. Este trabalho estará

atento aos modelos implementados, classificando-os como não-participativos, pseudo-participativos ou participativos e sugerindo formas para garantir, ou mesmo ampliar, a participação popular de um modo real e efetivo nas cidades brasileiras e portuguesas.

A escolha das duas cidades se deu, além de suas semelhanças estruturais, também pelo fato de serem cidades que contam com instrumentos de participação popular implementados, porém com base em disposições legais diferentes. Ambos se preocupam – e sobremaneira – com a revisão de seus planos diretores, ainda que em fases diferentes: em Coimbra, a revisão do Plano, depois de um longo percurso, acabou de ser concluída (em 7 de maio de 2014 foi a revisão aprovada pela Assembleia Municipal de Coimbra, aguardando-se a sua publicação) e em São Carlos a revisão encontra-se no seu início. Através de um processo comparativo de análise dos dois modelos (brasileiro e português) será possível contribuir para a verificação de suas eventuais eficácias.

Desta forma, foram analisados através da aplicação de questionários à equipe técnica, responsável pela elaboração e revisão dos planos; e ao chamado núcleo gestor, que foi criado especificamente para orientar, deliberar e realizar todos os trabalhos de revisão do plano diretor.

Metodologia e resultados preliminares

Nas duas cidades (São Carlos e Coimbra) houve a elaboração do questionário para o setor público e sociedade civil, adaptando a ferramenta C.L.E.A.R. (Lowndes *et al*., 2006), tendo sido aplicados ao núcleo gestor de ambos os municípios, e às equipes técnicas. Ao final, é aplicada a escada de participação popular (Souza, 2002; Arnstein, 1969; Pettit, 2003), tomando-se por base os níveis: coerção, manipulação, informação, consulta, cooptação, parceria, delegação de poder, e auto-gestão; para se chegar à classificação dos processos em participativos, pseudo-participativos ou não participativos.

A aplicação do questionário à equipe que elaborou os trabalhos técnicos para revisão do plano diretor da cidade de São Carlos pretendeu verificar se a população foi ouvida no momento de elaboração desses trabalhos técnicos, principalmente com a realização de reuniões com a população, assim como determina a legislação brasileira.

Em relação a esse ponto, a equipe técnica reconheceu que não promoveu reuniões com a população do município de São Carlos. A justificativa foi que respeitou o contrato (uma vez que se trata de uma equipa externa), e este não contempla a realização de reuniões com a população. Com isso, percebe-se o não envolvimento da população nesse importante momento de formulação de políticas públicas.

A equipe técnica se restringiu a realizar seu trabalho de forma isolada dos anseios da população, e somente depois de concluídos houve apresentação para o Conselho Municipal

de Desenvolvimento Urbano (COMDUSC), em somente uma reunião, ocorrida em agosto de 2011, onde apresentou a primeira etapa da revisão do plano diretor. Nessa reunião estavam presentes somente os chamados conselheiros (COMDUSC), em sua maioria, e após apresentação pela equipe técnica os mesmos não apresentaram sugestões. A população em geral nem mesmo foi chamada para esse momento.

A aplicação do questionário para o Núcleo Gestor de revisão do plano diretor de São Carlos ocorreu após este receber os trabalhos da equipe técnica, e ter realizado uma reunião com a população para apresentação de parte dos trabalhos técnicos (macrozoneamento).

Inicialmente, o Núcleo Gestor considera mediana a participação política do município de São Carlos-SP quando comparada à participação nacional. Desse modo, atualmente, o Núcleo leva em consideração apenas os argumentos técnicos, pois entendem que estes imprimem uma visão mais geral, contrariamente à opinião dos particulares que imprimem uma visão individualista. Embora suas opiniões tenham se dividido quando perguntado se o Núcleo considera coincidentes as opiniões dos cidadãos com as dos técnicos.

Foi arguido que as opiniões dos cidadãos são compreendidas e levadas em consideração pelos decisores em algumas situações. E da mesma maneira (mediano) quando o poder público informa aos cidadãos as decisões tomadas e a maneira como a opinião pública serviu de base para tanto, além do nível de compreensão e aceitação popular de tais decisões. O Núcleo entende que o protesto feito pela população é a forma mais eficiente de influenciar as decisões municipais, embora reconheçam que o contato com um político local seja a forma que os decisores estejam mais propensos a aceitar. Sendo assim, o poder público não considera que outras formas de participação, salvo através de protestos e intervenção junto ao político eleito, sejam meios eficazes para influenciar os decisores.

Outro fator importante observado, foi que houve demonstração de o setor voluntariado da comunidade estar parcialmente ativo, e que esse Núcleo reconhece a grande influência que a sociedade civil organizada pode desempenhar sobre as decisões municipais.

Reconheceu-se que a abertura de reuniões para o público como uma forma de envolver os cidadãos nos processos de tomadas de decisões. No entanto, o município não possui uma estratégia para viabilizar o envolvimento da população, por se tratar de iniciativa mais fragmentada; e nem mesmo existe um incentivo municipal para a participação dos cidadãos.

Os esforços que estão sendo tomados para o poder público melhorar sua comunicação com a população, bem como para informar suas decisões são: divulgação pela mídia e apresentação pública em reuniões. Consideram que relatórios de ponderação e publicação de resultados na mídia são procedimentos para assegurar que a voz do cidadão seja considerada na tomada de decisões.

A percepção dos pesquisadores após a aplicação dos questionários, e entrevistas orais com

os membros do Núcleo Gestor e equipe técnica, é de que existe interesse e vontade desses na efetiva participação da população local na tomada de decisões para revisão do plano diretor da cidade de São Carlos. Embora tenham chegado até o presente momento sem que os canais de participação tenham sido abertos para a população atuar. A fase de elaboração das diretrizes para a revisão do plano diretor não se pode considerar, por isso, como realmente participativo, nem mesmo no momento inicial onde as reuniões com a população deverão se intensificar.

Na pesquisa realizada até então na cidade de Coimbra, ao chamado núcleo gestor e equipe técnica, chega-se, igualmente, a resultados preliminares.

A equipe técnica que elaborou os planos de revisão do plano diretor considera que existe um espírito comunitário que apoia a ação da comunidade próximo ao nível forte, tendo classificado como 4, em uma escala de 1 (fraco) a 5 (forte). E da mesma maneira quando perguntado se as pessoas têm um senso/sentido de responsabilidade para com a comunidade. As opiniões dos cidadãos divergem dos técnicos e membros eleitos quando o interesse privado se sobrepõe ao interesse público. Diferentemente de São Carlos, na cidade de Coimbra foram realizadas em torno de 100 (cem) reuniões com a população, com ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa, e a população participante apresentou propostas à equipe técnica.

Em relação ao questionário aplicado ao chamado Núcleo Gestor em Coimbra, foi apontado que a forma de participação cidadã que tem maior propensão para influenciar as decisões municipais, e que os decisores estão mais propensos a aceitar é o contato com um político local, demonstrando que a democracia representativa está muito presente.

A participação política foi considerada mais alta que a média nacional. Tendo sido o setor de voluntariado da comunidade considerado próximo da nota máxima do ativo. Porém, a medição da forma como organizações voluntárias e comunitárias procuram influenciar as decisões em nível municipal, foi classificada como mediana.

A região, conta com estratégias de envolvimento da população para incentivar sua participação, tais como: convida para fazer comentários abertos sobre serviços; abre reuniões para o público; permite que o público participe das reuniões; realizam reuniões públicas; coloca documentos para consulta; organiza fóruns; cria grupos focais. Essa participação é voluntária, porque não houve oferta de incentivos, como modo de atrair a população.

Apontou-se que as opiniões dos cidadãos divergem dos técnicos e membros eleitos, quando o interesse privado se sobrepõe ao interesse público. Mas os decisores compreendem e levam em conta as opiniões dos cidadãos em um nível alto, tendo sido atribuído grau 4, em uma escala que vai de 1 (pouco) a 5 (muito). E o grau em que o poder público explica aos cidadãos as razões da decisão e as maneiras em que as visões dos cidadãos foram levadas em conta também é alto (nível 4). Mas quando perguntado o nível que os cidadãos compreendem e

aceitam as decisões tomadas pelos municípios foi atribuída nota média.

Sendo assim, ao aplicarmos a "escada de participação popular" as ações até o presente momento no município de São Carlos podem ser classificadas como 'Informação', porque o poder público disponibilizou informações sobre as intervenções planejadas, mais ou menos completas, dependendo dos interesses em jogo. O nível 'Informação' não significa que o processo tenha sido participativo, sendo chamado de pseudoparticipação (Souza, 2002).

E em Coimbra, o nível a que se chegou, na escada acima descrita, pode ser considerado de 'Consulta', aliás correspondendo ao modelo base para a participação eleito pelo legislador português. Na 'Consulta', o Município permite e promove o acesso à informação e à participação população, porém sem garantia de que as opiniões da população serão incorporadas e, portanto, sem que estas tenham a garantia de que possam influenciar a tomada de decisão política. Normalmente os argumentos técnicos – relacionados com o tipo e natureza da tarefa de planeamento –, são muitas vezes invocados para justificar a não incorporação das sugestões da população, ainda que as mesmas tenham de ser ponderadas e o seu não acolhimento expressa e publicamente fundamentado (num Relatório de Ponderação, que constitui uma peça formal do Plano Diretor). Ainda, assim, da mesma maneira que a Informação, a 'Consulta' não passa de uma forma mais avançada de pseudoparticipação, por continuar a não garantir acesso dos cidadãos aos momentos relevantes de definição das políticas e decisões de planejamento.

Referências bibliográficas

Amorim, Maria Salete (2007), "Cidadania e Participação Democrática", *in* Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, *Florianópolis.* Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007.

Arnstein, Sherry (1969), "A Ladder of Citizen Participation," *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224.

Canotilho, José Joaquim Gomes (2003), *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, [7.ª ed.],

Correia, Fernando Alves (2008), *Manual de Direito do Urbanismo*. Coimbra: Almedina.

Crosa, Emilio (1946), *Lo Stato Democratico*. Turim: UTET.

Dantas, José Lucena (1991), *O direito da participação social na Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

Habermas, Jürgen (1997), *Direito e Democracia: entre faticidade e validade.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), "Home". Página consultada a

07.06.2014, em http://www.ibge.gov.br/home.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2011), "Retrato Territorial de Portugal – 2011". Consultada a 07.06.2014, em www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look.

Lima, Antônia Jesuíta de (2012), "Planos diretores e os dilemas da governança urbana", *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 11(2), 362-375.

Lowndes, Vivien; Pratchett, Lawrence; Stoker, Gerry (2006), "CLEAR: An auditing tool for citizen participation at the local level". Consultada a 04.02.2014, em http://www.governanceinstitute.edu.au/magma/media/upload/media/484_clear_sept061.pdf.

Marshall, Thomas H. (1967), *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moreira Neto, Diogo de Figueiredo (2000), *Mutações do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar.

Pettit, Philip (2003), "Democracia e Contestabilidade", *in* Luiz Moreira e Jean Christophe Merle (org.), *Brasil*. *Direito e Legitimidade*. São Paulo: Landy, 370-384.

Tenório, Fernando G.; Costa, Frederico L. (1999), "Bases conceituais e metodológicas para o estudo da participação cidadã na gestão pública: entre práticas e representações sociais." *Cadernos EBAP, RIO DE JANEIRO/FGV*, 93,1-39.

Silva, José Afonso da (2012), *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, [35ª ed.].

Silva, José Afonso da (2000), "Estado Democrático de Direito", *Revista do IAB* – 34(93), 1-2.

Souza, Marcelo José Lopes de (2002), *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

A Democracia Hídrica No Plano Internacional Sul-América e Brasil

Celso Maran de Oliveira[1]
Cláudia Elisabeth Pozzi[2]
Laura C. L. Bueno Ferrati[3]
Fernanda Soares Cardoso[4]

Resumo

A compreensão do direito à água como direito fundamental vem a agregar novos significados às multifacetadas relações entre Estado, direito e sociedade, agora reorientadas ao acesso, uso, gestão e participação responsável sobre os recursos naturais numa perspectiva de solidariedade e autodeterminação. O reconhecimento do direito democrático à água enreda-se como paradoxo e desafio à globalização: novos sujeitos de direitos no exercício de uma cidadania ativa a autodeterminar o uso e a cogestão dos recursos hídricos como política de Estado. Redesenha-se o sujeito de direitos como um sujeito-cidadão, dotado de poder decisório já não mais exclusivo do Estado, em que o ativismo dos sujeitos toma corpo, não somente como destinatários, mas também corresponsáveis pela gestão do meio ambiente, no direito-dever de cuidar e administrar o ambiente da vida, de participar da vida política e econômica da sociedade na expressão jurídica de um pluralismo que se opõe à centralidade estatal na regulação e produção de normas e direitos. Cria-se um novo campo teórico-epistemológico que exige repensar conceitos consagrados – público, privado, bens, sujeitos de direitos, cidadania e soberania – para um direito transfronteiriço que inter-relaciona indivíduos e Estados, privado e público, local e global, responsabilidade e solidariedade, em que se visibilizam as ambiguidades epistemológicas e práticas sobre o conceito de água. A problemática ínsita à democracia hídrica – acesso e cogestão individual e comunitária – desenrola-se no campo dos direitos, da cidadania e nos envieses dos interesses econômicos sobre o controle e exploração destes recursos frequentemente subjugados ao império da lei do mercado.

Palavras-chave: Democracia hídrica, Direito à água, Gestão da água, Recursos hídricos, Participação popular.

Resumen

La comprensión del derecho al agua como un derecho fundamental viene a añadir nuevos significados a las multifacéticas relaciones entre estado, derecho y sociedad, ahora redirigido al acceso, uso, gestión y participación responsable de los recursos naturales en una perspectiva de la solidaridad y la autodeterminación. El reconocimiento de la derecha democrática para recoger el agua como paradoja y reto de la globalización: nuevo tema de los derechos en el ejercicio de una ciudadanía activa que ciertamente tiene previsto conceder la autodeterminación dentro del agua y uso de cogestión recursos como política de estado. Redibuja el tema de los derechos como un ciudadano del compañero, dotado con poder de decisión ya no exclusiva al estado, en el que el activismo de los sujetos toma cuerpo, no sólo como beneficiarios, pero también una corresponsabilidad para la gestión del medio ambiente, en el derecho-deber de cuidar y administrar el entorno de la vida, para participar en la vida económica y política de la sociedad en la expresión jurídica de un pluralismo que se opone a la regulación del estado y centralidad de las normas de producción y derechos. Crea un nuevo campo teórico epistemológico que requiere repensar conceptos consagrados – públicas, privadas, bienes, sujetos de derechos, ciudadanía y soberanía – a una transnacional ley interfaz individuos y Estados, privada y pública, local y global, responsabilidad y solidaridad, en que aspecto las ambigüedades epistemológicas y prácticas sobre el concepto de agua. La democracia de agua contenida problemático – acceso individual y comunitario y cogestión – ocurre en el campo de los derechos de ciudadanía y bieses nos intereses económicos sobre el control y la explotación de estos recursos a menudo sometidos al imperio de la ley en el mercado.

Palabras clave: Agua de la democracia, Derecho al agua, Gestión del agua, Recursos hídricos, Participación popular.

Abstract

The realization of the right to water as a fundamental right is to add new meanings to the multifaceted relations between state and society right now reoriented to access, use, management and responsible participation on natural resources in the interests of solidarity and self-determination. The recognition of the democratic right to water is entangled as paradox and challenge to globalization: new subjects in the exercise of rights to self-determination of an active co-management and use of water resources as a state policy citizenship. Redraws the subject of rights as a citizen-subject, endowed with no longer exclusive decision-making power of the state in which the subject of activism takes shape, not only as recipients but also share responsibility for environmental management, in entitled- duty to care for and manage the environment of life, to participate in political and economic life of society in the legal expression of a pluralism that opposes state regulation and centrality in production standards and rights. It creates a new theoretical-epistemological field that requires rethinking concepts embodied - public, private, property, subjects of rights, citizenship and sovereignty - to one that interrelates individuals and states, public and private, local and global, cross-border liability law and solidarity, in which visibilizam epistemological ambiguities about the concept and practices of water. The problems inherent to water democracy - access and individual and community co-management - takes place in the field of rights, citizenship and envieses economic interests over the control and exploitation of these resources often subjugated to the rule of law of the market.

Keywords: Water democracy, Right to water, Water management, Water resources, Popular participation.

1 Professor do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador líder do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos.
2 Pesquisadora do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos.
3 Graduanda do Curso de Gestão e Análise Ambiental do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos.Universidade Federal de São Carlos.
4 Graduanda do Curso de Gestão e Análise Ambiental do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Novos Direitos.Universidade Federal de São Carlos.

Introdução

A ideia que envolve a democracia hídrica tem por contraponto os padrões sociojurídicos e político-econômicos das sociedades reguladas pelo capital transnacional e oligopólios, que desenham uma geopolítica regulada pela superexploração dos recursos humanos e naturais, com linhas de exclusão e extrema pobreza ao lado de extrema riqueza e inclusão, no âmbito do diálogo Norte/Sul, pois a grande maioria dos países e regiões que suportam a escassez econômica do acesso à água doce situa-se no hemisfério sul, no continente americano, africano e asiático.

Nas últimas décadas, a publicização da água como um interesse de toda a sociedade, local e global, no âmbito dos direitos fundamentais traz consigo a questão de democratizar o uso e a gestão equilibrada da água, coadunando as normas internacionais com os mecanismos internos de cada país. Os modos de uso e gestão dos recursos hídricos pelos diversos países tornam-se um dos aspectos mais relevantes no cenário mundial para a segurança da humanidade em que se presencia uma séria crise hídrica que se reflete no acesso a esses recursos e nas políticas de Estado sobre a água.

A questão do bem ambiental no contexto dos direitos de titularidade coletiva internacionalizada (Lafer, 1998) dá-se num novo campo teórico epistemológico que exige redefinições de conceitos jurídicos consagrados – público, privado, bens, sujeitos de direitos e soberania – para um direito transfronteiriço que inter-relaciona indivíduos e Estados, o privado e o público, o local e o global, a responsabilidade e a solidariedade.

Visibilizam-se as ambiguidades técnicas sobre o conceito de água. Um bem público de uso comum do povo (Derani, 2008; Machado, 2009; Milaré, 2009), dotado de expressão econômica e mercancia, sobre o qual se agrega, nas últimas décadas, a esfera de proteção jurídica transindividual, um direito de todos que representa o patrimônio do planeta, elemento vital e indissociável da dignidade humana.

A compreensão contemporânea do direito à água desdobra-se em variados eixos articulados que vão desde o direito ao acesso à água potável, inclusão social e limitações jurídicas a seu livre uso por parte dos Estados, das empresas e dos cidadãos em geral. A internacionalização do direito à água representa uma interdependência do todos – Estado, sociedade e pessoas – frente a esse direito de todos. O aparelhamento político dos tratados e convenções internacionais refunda os parâmetros jurídicos e constrói mecanismos de proteção na ordem global, em que as concepções jurídico-estatais privatistas cedem espaço aos direitos humanos fundamentais (Arnaud, 2004) e aos valores constitucionais intrínsecos de proteção à natureza a impor deveres às pessoas em garantia aos fatores bióticos e abióticos que estruturam a vida (Canotilho e Leite, 2012).

A Declaração Universal dos Direitos da Água (ONU, 1992) e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente (1992) são os marcos regulatórios da democracia hídrica, ocasionando um

movimento de constitucionalização da cogestão pública e comunitária da água no direito interno dos países signatários, como é o caso da Constituição do Equador e da Constituição Federal de 1988 do Brasil, o qual, posteriormente, elabora a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) com base num modelo de gestão descentralizado, participativo e integrado de tomada de decisão compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil, usuários e comunidades (Farias, 2009).

Ao redor do mundo, a água causa grandes conflitos e inquietações entre os países e regiões que proclamam água em abundância (*water seft-sufficiency*) e os que denunciam a escassez e precariedade de acesso a estes recursos naturais (*water scarcity*), que afeta todos os continentes. O relatório do Human Development Report (2006) aponta que cerca de 1,2 bilhões de pessoas vivem em áreas de escassez física e 500 milhões de pessoas estão se aproximando desta situação, sendo que 1,6 bilhões de pessoas vivenciam a escassez de água por não possuírem infraestrutura de acesso à água de rios e aquíferos (Oliveira e Amarante Junior, 2009). Esses fatores, associados à sobrevalorização da água privatizada acabam por gerar o dever de repartir com a sociedade o comprometimento solidário da gestão dos recursos hídricos, sendo um ideal que deve cada vez mais ser compartilhado entre o Poder Público e a sociedade (Santos e Peixoto Filho, 2010).

Os usos e administração dos recursos hídricos clarificam os impasses da globalização e das insuficiências dos Estados em atender às novas compreensões e questões ligadas ao ambiente, que reconfiguram os figurinos tradicionais por formas que envolvem um pluralismo nos processos decisórios com a participação democrática, a autorregulação e empoderamento dos cidadãos amparado em sistemas de direito ambiental mundiais de governança ambiental internacional (Canotilho, 2010), pela qual se harmonizam as normas ambientais com a circulação de mercadorias, a liberdade de estabelecer o livre comércio de produtos e serviços, a diversidade regional e o desenvolvimento, como no caso política europeia ambiental (Aragão, 2012).

A gestão participativa das águas mostra-se como um dos elementos mais significativos destes deslocamentos e interações – local e global, Estado e cidadão, monopólio estatal decisório e pluralismo participativo – sendo a complexidade que envolve a gestão dos recursos hídricos relacionada à ressignificação das políticas econômicas dos Estados na contemporaneidade.

1. Água como um Direito Humano Fundamental: Recorte Norte/Sul

A Declaração do Milênio das Nações Unidas (Nova York, 2000) torna-se um marco histórico para os compromissos relativos à redução da pobreza em seus múltiplos aspectos, a pobreza econômica, a fome, a pobreza educacional, a saúde, o saneamento e o acesso insuficiente à água, e prevê que se reduza para metade, até 2015, a proporção da população que não dispõe de um acesso sustentável à água potável segura e ao saneamento básico. Sobretudo porque o direito fundamental à água insere-se num contexto que envolve o recorte norte e

sul, rico e pobre, especialmente quando a falta de uma efetiva participação democrática ao acesso e gestão da água mostra-se um dos principais obstáculos para a redução da pobreza e a implantação de direitos humanos sociais e ambientais.

Assim, a questão da democracia hídrica perpassa as problemáticas das linhas globais de exclusão e apropriação dos recursos naturais pela iniciativa privada, tanto nos países mais ricos, quanto nas sociedades "anteriormente sujeitas ao colonialismo europeu" em que o Estado "se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados" e poderosos grupos não-estatais passam a controlar a "vida e o bem-estar de vastas populações, quer seja o controlo dos cuidados de saúde, da terra, da água potável, das sementes, das florestas ou da qualidade ambiental (Santos, 2005).

2. Direito Humano à Gestão Democrática da Água: Internacionalização dos Direitos Ambientais

Nesses envieses, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente (1992) reconhece que a melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação democrática, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. Igualmente encontramos a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (2002), com o reconhecimento que o desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva de longo prazo e participação ampla na formulação de políticas, tomada de decisões e implementação em todos os níveis. No relatório da Conferência Rio+20 - O futuro que queremos, reforça-se o reconhecimento dos povos em serem atores de suas vidas e de seu futuro, por meio da participação em processos decisórios, na medida em que o desenvolvimento sustentável exige ações concretas e urgentes. Ele só pode ser alcançado com uma ampla aliança de pessoas, governos, sociedade civil e setor privado, todos trabalhando juntos para garantir o futuro que queremos para as gerações presentes e futuras.

Para tanto, a exigência de intensa cooperação/parceria internacional, regional e local torna-se de grande relevo, muito especialmente quanto às bacias hidrográficas compartilhadas, transformando as políticas locais em transfronteiriças. Na América do Sul, existe cooperação na Bacia do Prata (compartilhada por cinco países) e na Bacia Amazônica (compartilhada por nove países), com ações conjuntas de monitoramento para controle da qualidade da água, impacto dos usos do solo na contaminação e degradação dos recursos hídricos e realização de programas de capacitação conjunta de gestores de recursos hídricos (Tundisi, 2008).

Nada obstante, é de se reconhecer em recentes democracias existem obstáculos institucionais, sociais, econômicos, culturais e políticos para a adequada realização da democracia participativa da água, mesmo sendo essa questão um dos problemas socioambientais mais relevantes da contemporaneidade. Para nós, latino-americanos, discutir democracia, e ainda mais democracia hídrica, é algo novo, a exigir da sociedade e do Estado formas de agir transformadoras, com planejamento e gestão dos recursos hídricos de forma integrada,

participativa e descentralizada.

3. A Democracia Hídrica na Sul-América: modelos de gestão popular

Neste cenário de recentes democracias, identificam-se três modelos de participação popular na gestão das águas na América Latina (AVINA, 2011). O primeiro faz parte da tradição histórica latino-americana do cooperativismo e do associacionismo em geral, que ocorre através da organização e associação com o objetivo de fornecer serviço de água para a comunidade.

As organizações comunitárias de serviços de água e saneamento são criadas por grupos de pessoas vizinhas, em que todos enfrentam o mesmo problema de falta de água tratada e saneamento básico.

Esse modelo democrático hídrico existe há mais de quarenta anos na América Latina. Um ponto marcante dessa forma de governança democrática da água é o fato de ser composto por um grupo de vizinhos comprometidos em resolver o problema de acesso à água em suas comunidades, e que buscam apoio financeiro e técnico de organizações não governamentais, mas também do próprio governo estatal. Há contribuição direta da população reivindicante, com o fornecimento de mão de obra, ou mesmo doações.

Através do mecanismo de associação de grupos que apresentam necessidades e problemas comuns, e dessa força mobilizadora, com atuação organizada, alcançam efetivar o direito humano fundamental – acesso à água (Resolução ONU 64/292).

Essa gestão comunitária está presente nas sociedades de forma totalmente institucionalizada, garantida por lei. Exemplificando, a Constituição do Equador prevê que a gestão da água será exclusivamente pública ou comunitária. O Estado fortalecerá a gestão e funcionamento das iniciativas comunitárias em torno da gestão da água e a prestação dos serviços públicos, através do incentivo de alianças entre o público e comunitário para a prestação de serviços.

O segundo modelo democrático ocorre através da articulação e mobilização social em nível local, onde há participação direta das pessoas da comunidade. Mas essa atuação não ocorre de forma isolada, ou seja, sem a participação estatal. Às vezes a população se organiza, sem uma personificação jurídica como no modelo anterior, mas alcançam todos os objetivos. Neste modelo de mobilização há envolvimento direto da população, como o ocorrido no programa de cisternas no semiárido brasileiro, onde os próprios beneficiados executaram as obras, propiciando o acesso à água a milhares de pessoas.

O terceiro modelo ocorre na forma de mobilização de organizações sociais, externado por intermédio de petições judiciais com o fim de buscar a paralisação das agressões ambientais, e a busca por indenizações pelos danos suportados. Isso pode ocorrer através da conciliação de diversos interessados em prol de um objetivo comum, e forçando o poder estatal a buscar melhores políticas públicas ambientais.

No Brasil é possível por meios judiciais de defesa e proteção do meio ambiente. Vemos um número cada vez maior de demandas judiciais ambientais, por intermédio de ações civis públicas e ações populares. Dentre as pessoas que podem propô-la, notamos um intenso movimento das associações ambientais, agindo isolada ou conjuntamente (em forma de litisconsórcio ativo), representando seu papel democrático representativo. Além disso, ainda é possível propor ações populares, reflexo direto do exercício da cidadania, onde um cidadão pode sozinho defender interesses de toda uma coletividade.

4. A Democracia Hídrica no Brasil: ONG Veredas

No Brasil, com a Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil (Lei nº 9.433/97) preconizando a democratização dos recursos hídricos, tem-se verificado que o país vem se transformando nas últimas décadas de um "país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população" em um "dos países com o maior número de práticas participativas" (Avritzer, 2008), muito especialmente, após a Constituição Federal de 1988 e as formas dos orçamentos participativos, conselhos de políticas e planos diretores municipais. Mas não podemos por esse fato deixar de colocar nas agendas do dia essa importante forma de conduzir governabilidade, especialmente em se tratando dos recursos hídricos.

Com formatos inovadores e emancipatórios de articulação cidadã-comunitária-estatal na gestão da água, as ações de entidades associativas, cooperativas e cidadãos caminham lado a lado com a mobilização popular em processos decisórios sobre o acesso à água, inclusive com crescente judicialização de demandas ambientais (Bolter e Naujorks, 2011; Wolkmer e Paulistsch, 2013), dá-se – no âmbito da política nacional – com a institucionalização dos comitês de Bacia Hidrográfica, dos conselhos estaduais e Nacional de Recursos Hídricos. Há sempre previsão de participação direta dos usuários e sociedade civil organizada nessas instâncias de tomada de decisão.

A participação na gestão das águas conecta ao exercício da cidadania tem reconfigurado concepções relativas ao bem ambiental (água) integrado à vida das pessoas, das cidades e do campo como um direito humano fundamental.

Como estudo de caso, as ações para a conscientização e participação política na gestão da água na Microbacia Santa Maria do Leme, na região Sudeste, interior do Estado de São Paulo, em São Carlos. A Microbacia conta com a atuação da sociedade civil Associação Veredas – caminho das nascentes, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 2010.

A perspectiva das pessoas que se mobilizaram na criação dessa OSCIP é ter os córregos da Microbacia do Santa Maria do Leme despoluídos, com margens preservadas, ecossistemas protegidos (flora e fauna) e caminhos ecológicos integrando as áreas dos córregos para acesso da população.

A Microbacia é considerada pelo Plano Diretor de São Carlos área de expansão urbana, sendo que parte da bacia está em área urbana e parte em zona de transição urbano-rural. Diante de intensas pressões para ocupação do solo na região, enfrenta diversos desafios ambientais, devido a poluição ambiental na parte urbana da Microbacia; erosão e poluição por resíduos sólidos; transbordamentos, com afetação da população do entorno.

O município de São Carlos-SP é uma cidade que não tem políticas ambientais para preservação ambiental de seus córregos urbanos. Em regra acaba retificando, canalizando, e até mesmo procede a tamponamento. Um dos poucos casos de preservação de córrego urbano, mantendo as margens verdes, não retificadas e acessíveis à população é o trecho de aproximadamente 400m, do Córrego Santa Maria do Leme. Isso devido a iniciativas da sociedade civil organizada através da OSCIP Veredas, que diante da inação do poder público municipal, tem envidado esforços para proteger e preservar os recursos hídricos existentes na região da Microbacia, para as presentes e futuras gerações.

Diante do não estabelecimento de políticas conservacionistas pela municipalidade, em preservar esse importante recurso natural, a Veredas tem desenvolvido ações de:

a. educação ambiental, com ações educativas com escolas do Ensino Fundamental, Médio e Instituições de Ensino Superior (públicas e privadas), e com promoção de eventos culturais;

b. parcerias com universidades e centros de pesquisa para desenvolvimento de projetos, como o corrido com a UFSCAR;

c. mutirões de limpeza, despoluição dos córregos, preservação das margens, preservação dos ecossistemas – flora e fauna. A atuação direta da OSCIP Veredas o Bosque Santa Marta (com cerca de 2,7 ha, fragmento de floresta estacional semidecídua do domínio da Mata Atlântica, com vegetação do núcleo central compõe-se de espécies nativas arbóreas e arbustivas) encontra-se em bom estado de preservação, ocorrendo a sucessão natural das espécies.

As intervenções diretas da sociedade civil organizada (OSCIP Veredas) na Microbacia do Santa Maria do Leme ainda ocorreram no chamado Bosque Cambuí, área pública municipal de 4 ha ao norte da cidade. Sua arborização e urbanização teve início nos anos 1992/93, por iniciativa dos moradores vizinhos à área. A mobilização dos moradores prosseguiu nos anos 1995/96 com a construção do campo de futebol e de áreas para recreação. O Projeto “Recuperação da Mata Ciliar dos Mananciais Urbanos Santa Maria do Leme e Cambuí”, foi implementado em janeiro e fevereiro de 1999. Três grandes plantios marcaram o reflorestamento da área, sendo dois deles para reposição das perdas ocasionadas por incêndios. Foram superadas diversas dificuldades, tais como: presença de animais soltos, estiagens prolongadas,

incêndios devastadores, proliferação de pragas (formigas, cupins, espécies invasoras como as gramíneas do tipo colonião, capim-gordura e braquiária), processos erosivos. Para o desenvolvimento do bosque foi firmada parceria entre a sociedade civil organizada e a municipalidade na manutenção, e um grande envolvimento das diretorias da OSCIP Veredas, e muita solidariedade e cidadania dos moradores da região.

d) participação em conselhos municipais. Os resultados ambientais são alcançados além das intervenções diretas como reflorestamento, projetos de educação ambiental e cultural, ainda em um intensa atuação junto aos órgãos políticos da cidade de São Carlos, como o ocorrido através da denúncia para o Ministério Público após vistoria e constatação de lançamento de esgoto doméstico em área abrangida pela Microbacia do Santa Maria do Leme. E a OSCIP Veredas apresentou, ainda, reivindicações para o poder público no sentido de inserção de medidas protetivas e urbanização sustentável para a Bacia do Santa Maria do Leme, previstas na Revisão do Plano Diretor em curso.

Considerações finais

Ao redor do mundo inúmeras práticas com formatos inovadores e emancipatórios de articulação cidadã-comunitária-estatal na gestão da água. Na América Latina as ações de entidades associativas, cooperativas caminham lado a lado com a mobilização popular em processos decisórios sobre o acesso à água e a crescente judicialização de demandas ambientais (Bolter e Naujorks, 2011; Wolkmer e Paulistsch, 2013).

Na Europa, após a Convenção de Aarhus (1998), o acesso às informações sobre o ambiente torna-se um direito fundamental, bem como a participação dos cidadãos na elaboração de planos e programas e o acesso à justiça no domínio do ambiente que proporcionaram novas relações de cooperação entre os níveis local, comunitário e dos Estados-membros para a gestão da água. Paradoxalmente, muitos dos países signatários dos tratados e convenções internacionais, mesmo com regulação interna sobre a participação dos cidadãos na gestão da água, os interesses de grandes empreendimentos multinacionais de privatização e exploração da água instala situações de conflito e exclusões a esse direito em suas múltiplas dimensões.

É o caso das disputas de privatização de recursos hídricos traz uma nova geração de atores econômicos que controlam os meios de subsistência básica das pessoas, como a água, as sementes, a energia, a saúde e a segurança (Santos, 2005) que sobrelevam a importância do enquadramento desta problemática internacionalizada junto à concepção da democracia hídrica – acesso e cogestão comunitária – que se desenrola no campo dos direitos, da cidadania e nos envieses dos interesses econômicos sobre o controle e exploração destes recursos no império da lei do mercado, haja vista os projetos de represamento para grandes hidrelétricas que deslocam comunidades inteiras de sua região de origem e desequilibram os ecossistemas, como recentemente ocorre no Brasil com a construção da Usina de Belo Monte, no Estado do Pará.

Essas realidades clarificam as ambiguidades com que os bens ambientais são tratados no local e no global, nas políticas de Estado e na legislação, em arranjos que apontam avanços e retrocessos nas transformações das relações de poder econômico sobre o uso e a gestão democrática das águas em que todas as pessoas têm o direito humano fundamental de participar da formulação das políticas públicas de desenvolvimento e no plano mais específico dos direitos humanos relativamente ao acesso pleno e equitativo da informação sobre a água, ao saneamento e ao meio ambiente, segundo preconiza o Relatório das Nações Unidas sobre as Obrigações de Direitos Humanos Relacionadas com o Acesso à Água Potável e o Saneamento, de 2010 (ONU, 2010):

> 45. Uma característica que define o quadro de direitos humanos é seu potencial para capacitar as pessoas, fazer frente às desigualdades existentes e transformar as relações de poder a fim de produzir mudanças reais e sustentáveis, em especial para os mais marginalizados, com uma responsabilização reforçada. As normas de direitos humanos requerem a formulação participativa de políticas públicas e planos de desenvolvimento e a institucionalização dos processos democráticos. Todas as pessoas têm o direito de participar nos processos de tomada de decisões que possam afetar os seus direitos, e na Observação geral número 15 do Comitê de Direitos Econômicos, sociais e culturais afirma que todas as pessoas devem ter pleno e igual acesso à informação sobre água, saneamento e meio ambiente (E/C.12/2002/11, parágrafos 12 4), 48 e 55).
>
> 46. A fim de dar pleno significado ao conceito de "participação" e colocá-lo em prática é de vital importância que os Estados vão além de processos de participação ad hoc e em determinados projetos e tratem de incentivar uma cultura de participação e transparência mais essencial e sustentável. A participação ativa, livre e significativa deveria internalizar-se nas instituições democráticas e na cultura política. É claro, os direitos humanos são um fim em si; embora alguns estudos têm demonstrado a importância fundamental da transparência e liberdade de informação para reduzir a corrupção na prestação de serviços básicos.

Ao aparelhamento jurídico dos Estados e empoderamento das pessoas em suas esferas de atuação democrática sobre a gestão da água em nível local, regional e mundial, faz-se necessária uma pedagogia ligada à "cultura da água" em contraponto à "cultura do desperdício", no dizer do sociólogo Boaventura de Souza Santos[5], um novo conceito de segurança humana e solidariedade pautado pela democracia da água a equilibrar e reorganizar a sociedade civil frente aos mecanismos de exploração e exclusão orientados exclusivamente pela ótica dos mercados.

5 Entrevista concedida a Micael Vier B. publicada pela Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação, em **27** de janeiro de 2012, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506202-acesso-aaguadesencadearaasgrandesguerrasdoseculo>. Acesso em: 20 dez. 2013.

Embora a OSCIP Veredas tenha se esforçado para preservação e conscientização ambiental na Microbacia, tais como: conservação do Bosque Santa Marta, construção do Bosque Cambuí, conservação de trecho do córrego, estes esforços são insuficientes se olharmos o total da área de abrangência da Microbacia Santa Maria do Leme. Mas é inegável o importante papel desempenhado pela sociedade civil organizada, que assumiu a responsabilidade pela proteção dos recursos hídricos em seu ambiente construído, agindo muitas vezes de modo totalmente isolado do poder público, em uma verdadeira democratização das cidades, em especial o meio ambiente.

Referências Bibliográficas

Aragão, Maria Alexandra de Sousa (2012), "Direito Constitucional do Ambiente na União Europeia", *in* Canotilho, José Joaquim Gomes; Leite, José Rubens Morato (orgs.). *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 12-56.

Arnaud, André-Jean (2004), *Entre modernité et mondialisation. Leçons d'histoire de la philosophie du droit de l'etat*. Paris: LGDJ.

AVINA (2011), "Modelos de Gobernabilidad Democrática para el Acceso al Agua en América Latina". Consultado a 03.11.2013, em http://avina.net/esp/wp-content/uploads/2011/11/agua.pdf

Avritzer, Leonardo (2008), "Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático, Opinião Pública", vol.14, nº1, jun. Versão eletrônica, consultada a 18.04.2014, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762008000100002&script=sci_arttext.

Bolter, Serli Genz; Naujorks, Carlos José (2011), "Movimento ambientalista: novos movimentos sociais e judicialização dos conflitos ambientais", *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, 1(2), 111-129.

Canotilho, José Joaquim Gomes (2010), "Estado Constitucional Ecológico e Democracia Sustentada", *in* Boratti, Larissa Verri; Leite, José Rubens Morato; Ferreira, Helini Savini, *Estado de Direito Ambiental. Tendências.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Canotilho, José Joaquim Gomes; Leite, José Rubens Morato (orgs.) (2012), *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva.

Derani, Cristiane (2008), *Direito ambiental econômico*. São Paulo: Saraiva.

Farias, Talden (2009), *Introdução ao Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey.

Human Development Report (2006), "Beyond Scarcity: Power, Poverty and the Global Water Crisis, UNDP". Consultado a 20.04.2014, em http://hdr.undp.org/sites/default/files/

hdr_2006_summary_en.pdf.

Lafer, Celso (1998), *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lei nº 9.433/97 de 08 de janeiro de 1997. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/1/1997, Página 470. Brasília.

Machado, Paulo Afonso Leme (2009), *Direito Ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

Milaré, Édis. (2009), *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Oliveira, Celso Maran; Amarante Junior, Ozelito Possidônio (2009), *Direito Internacional das Águas Doces*. São Carlos: RiMa.

ONU (2010), *Obligaciones de derechos humanos relacionadas con el acceso al agua potable y el saneamiento*, Asamblea General, A/65/254. Consultado a 12.05.2014, em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/65/254&referer=http://direitoshumanos.gddc.pt/7/VIIPAG7_9.htm&Lang=S.

Santos, Boaventura de Sousa (2005), "A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44 Outubro. Versão eletrônica, consultada a 12.05.2014, em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/governacao_neoliberal_RCCS72.PDF.

Santos, Ronaldo Alencar dos; Peixoto Filho, José Reinaldo Coelho (2010), "O papel da democracia participativa no novo modelo de gestão integrada de recursos hídricos", *in Seminário de Pesquisa do CCSA*, XVI, 2010, Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte: UFRN, 16 Versão eletrônica, consultada a 30.10.2013, em https://www.google.com.br/

A Sociedade Civil Organizada:
um contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização em Luanda

Carolina Mendes[1]

Resumo

No final da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), aquando um período de reflexão sobre a implementação e concretização dos ODM e na constituição de uma nova Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015, que incide nos direitos humanos e na luta contra a pobreza, emerge a necessidade de destacar casos *Botoom-up* que poderão enriquecer o debate e ação. Esta comunicação tem por objetivo abordar uma parte das conclusões de um estudo de mestrado sobre as dinâmicas de ação da Associação das Escolas Comunitárias (AEC), uma ONG angolana que atua desde 2005 na área da educação comunitária e, partilhar o seu exemplo de inovação educacional, devidamente contextualizado, que poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável da escolarização das comunidades mais carenciadas na periferia de Luanda-Angola. Através de um estudo interpretativo com características etnográficas, conclui-se que a ação educativa da AEC apresenta-se como uma resposta complementar e sustentável ao trabalho desenvolvido pelo Governo. É um estudo que foca uma problemática atual, que reflete sobre as iniciativas educativas de uma comunidade ativa, devidamente organizada e evidencia uma das possibilidades de emancipação social.

Palavras-Chave: Luta contra a Pobreza; Sociedade Civil; Educação Comunitária; Desenvolvimento Sustentável; Projetos Educativos Locais.

Abstract

At the end of the Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014), during a period of reflection upon the implementation and achievement of the MDGs and the establishment of a new Post-2015 Development Agenda, which focuses on human rights and on the fight against poverty, arises the need to highlight Bottom-up cases that can enrich the debate and action. This communication intends to address some of the findings of a master study on the dynamics of action of the Association of Community Schools (ACS), an Angolan NGO active since 2005 in the area of community education, and to share its example of educational innovation, duly contextualized, which may contribute to the sustainable development of education of the poorest communities on the outskirts of Luanda-Angola. Through an interpretative study with ethnographic characteristics, it was concluded that the educational activity of the ACS is a complementary and sustainable response to the effort developed by the Government. It is a study that focuses on a current problem, that reflects upon the educational initiatives of an active community, duly organized, and that shows one of the potentials of social emancipation.

Keywords: Fight against Poverty; Civil Society; Community Education; Sustainable Development; Local Education Projects.

1 Carolina Mendes – Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa; Especialista em Administração e Gestão Educacional; Investigadora no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e doutoranda e membro colaborador do Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (CEDH) da Universidade Católica do Porto. carolina.babo@gmail.com

1. Em tempos de reflexão sobre o desenvolvimento Pós-2015

Num mundo cada vez mais globalizado, os problemas que surgem a nível local e nacional, muitas vezes, acabam por estar relacionados com os problemas e dificuldades que se fazem sentir a nível internacional, assim como os problemas internacionais ou globais têm consequências específicas a nível local. Assim sendo, é urgente desenvolver uma lente de análise que considere esta dinâmica cíclica entre o internacional, o nacional, e o local, para além de se registarem casos *botoom-up* que poderão enriquecer o debate e serem vinculativos nas futuras tomadas de decisão.

É precisamente este ano que a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) se encontra em fase de conclusão. Esta fundamenta-se na visão de um mundo onde todos tenham a oportunidade de beneficiar da educação e de aprender os valores, comportamentos e modos de vida exigidos para um futuro sustentável e para uma transformação positiva da sociedade. Para tal, deverá haver uma preocupação global em se desenvolver uma real educação para todos, sublinhando a obrigação que os governos possuem em assegurar os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) e as metas de Educação Para Todos, recorrendo a parcerias não só entre países, mas também entre instituições, nomeadamente as ONG, pois estas continuam a possuir um conhecimento estruturado do contexto local. Pretende-se uma visão da educação como um direito humano fundamental, uma educação de qualidade para todos, baseada em valores, princípios e práticas necessárias para responder, eficazmente, às atuais e futuras mudanças, contribuindo não só para a criação de sociedades resilientes como o desenvolvimento de competências necessárias para encontrar soluções baseadas no conhecimento e cultura local. Estas são as ideias que se foram trabalhando ao longo desta década, que estiveram na base de diversos encontros, debates, projetos, investigações, leis e cujos resultados se assomam no atual debate da nova agenda para o desenvolvimento pós-2015.

Em véspera de terminar a data em que os ODM deveriam ser atingidos – 2015, reflete-se sobre as políticas de desenvolvimento a adotar para os próximos 15 anos, a nova Agenda para o Desenvolvimento, que resulta de vários processos de consulta por todo o mundo. Angola por sua vez, ao refletir sobre as áreas prioritárias desta agenda afirma que há a necessidade de dar continuidade à agenda dos ODM, no sentido de se manter a preocupação com bens e serviços básicos dando atenção à (…) educação e sua inter-relação com as outras áreas de foco para que possa haver uma sinergia de desenvolvimento" (ODM, 15).

É considerando este contexto de reflexão atual que esta comunicação pretende trazer para o debate, não só a realidade educativa angolana como a tutela e as respetivas políticas, ao querer responder aos compromissos internacionais, assume que a sua resposta é insuficiente perante as necessidades educativas nacionais e locais, mas também, analisar estas necessidades e entender como é que a comunidade, devidamente organizada, tem

vindo a estruturar uma resposta complementar ao da tutela. Correia & Pimenta (2007:4) creem que a educação "(…) não deve acontecer ao sabor das conjunturas ou por decisão unilateral de alguma das entidades influenciadoras do processo, mas antes de forma programada, alicerçada na realidade local, participada e mobilizadora (…)", assim, é observando a própria comunidade, o seu poder de iniciativa e analisando as suas dinâmicas de ação que esta reflexão propõe determinadas inferências que contribuirão para um melhor entendimento da realidade educativa angolana e, possivelmente poderá inspirar uma nova postura nacional de governança na educação a favor do desenvolvimento sustentável da escolarização e da própria comunidade. Posto isto, esta comunicação pretende assim (1) perceber a genealogia da AEC e o crescimento/ampliação do processo de escolarização e de alfabetização que dinamiza, e (2) perceber em que medida é que a ação da AEC contribui para o desenvolvimento sustentável da escolarização de base em Angola.

2. A Sociedade Civil Angolana como Motor de Mudança Nacional

O conceito de sociedade civil, inerente a um paradigma ocidental, impõe uma situação paradoxal em contextos africanos subsaarianos, uma vez que há uma "(…) aparente ausência de condições suscetíveis de gerar e nutrir valores comummente relacionados com o conceito, como liberdade, democracia, respeito, reconhecimento, tolerância, cidadania, solidariedade, informação e opinião (…)" (Abreu, 2006:76). No entanto, África já tem evidenciado lutas baseadas na democracia popular e na comunidade moral, o que mostra alguma evolução na sua capacidade de intervenção e poder social.

Nos países em vias de desenvolvimento, como refere Henriques (1999), principalmente nos africanos, a adoção do conceito de sociedade civil é uma resposta corretiva para o estado omnipresente. A adoção deste conceito é, essencialmente, realizada pelo exterior, uma vez que as instituições doadoras agem de acordo com a convicção de que, o reforçar a sociedade civil é importante para o desenvolvimento do país, pois é imprescindível para afetar e consolidar os fundos doados, considerando tal item fundamental para que um projeto ou uma organização sejam apoiados ou financiados. Desta feita, quando se fala em sociedade civil em África são comuns os discursos que se enquadram em duas perspetivas (ADRA, 2005). A primeira é a perspetiva que se preocupa com as suas fraquezas e põe em causa, frequentemente, a sua existência - normalmente é a perspetiva mais partilhada por autores não-africanos. A segunda perspetiva é endógena, é a que privilegia e faz valer as forças e o potencial para a mudança das sociedades civis africanas e a sua contribuição para a constituição de um espaço público independente ao estado.

Acompanhando a visão diacrónica elaborada por Abreu (2006), verifica-se que o conceito de sociedade civil ganhou visibilidade em Angola após a passagem da Primeira para a Segunda República, associado à ideia de autonomia em relação ao estado, ao governo e ao sistema político-partidário, envolvendo diversas organizações, igrejas, ONG, sindicatos, associações

culturais, cívicas e profissionais. A referência ao conceito surge aquando da mutação para um sistema multipartidário, quando surge a liberdade de imprensa, a liberdade associativa quer a nível cultural, quer religioso, ou o direito à greve. Factos que contribuíram para que se reunissem as condições ideais para o emergir de novos atores sociais. Segundo Pestana (2003), o surgimento destas associações cívicas, culturais, recreativas e ONG originaram-se aquando a crise que a guerra civil proporcionou e passam a atuar no sentido de defender a paz, a liberdade, os direitos humanos e o desenvolvimento do país. Após o fim da Guerra Civil (em 2002) estas organizações ampliaram-se de forma organizada e com o intuito de representar a voz do povo, procurando a identidade e a legitimidade de uma cidadania ativa num ambiente democrático e participativo.

Segundo uma estimativa do PNUD, a atuação deste tipo de instituições beneficia cerca de duzentos e cinquenta milhões de pessoas nos países em vias de desenvolvimento. Em Angola, fornecendo serviços e promovendo o desenvolvimento comunitário, ao abordar e agir de acordo com uma enorme diversidade de temas, estas organizações locais conquistam o reconhecimento das instituições do plano internacional e tornam-se num dos mais significativos apoios ao Governo. Cabe ao estado, tal como refere Abreu (2007), ouvir as opiniões dos representantes destas instituições, assim como, instituir práticas e métodos de trabalho para garantir uma ampla e crescente participação a diversos níveis, bem como deixar emergir as aspirações locais que venham contribuir para o desenvolvimento dos objetivos e políticas nacionais. Em muitos países, as ONG são criadas espontaneamente como associações civis de base e, como refere Vieira (2006), contribuem para a formulação das políticas públicas, para fiscalizar projetos, bem como identificar injustiças desenvolvidas pelo governo. Posto isto, o mérito da sociedade civil em Angola, constituída por ONG e outras associações, pretende-se que se centre essencialmente numa posição de parceria com o governo, uma estratégia de desenvolvimento que propende a minorar os efeitos perversos da globalização. Neste sentido, Marvellous Mhloyi (cit. por Zau, 2009) defende que as pessoas do Sul de África estão cansadas de serem atores passivos nas políticas de desenvolvimento a que são sujeitas. Elas querem fazer parte da implementação dos projetos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das populações. Torna-se, portanto essencial desenvolver políticas hegemónicas e colaborativas onde o governo e a sociedade civil atuem juntos no sentido de reunir as condições modelares para um desenvolvimento sustentável angolano e não um mero processo de doação ou de caridade.

3. A LUTA CONTRA A POBREZA E A PARTICULAR REALIDADE COMUNITÁRIA NAS PERIFERIAS

O Bairro Hoji-ya-Henda, onde decorreu a presente investigação, é um bairro periférico da cidade de Luanda e, tal como a sua capital, padece igualmente de um enorme crescimento demográfico. Este fato contribui para haja uma deterioração da qualidade de vida dos seus habitantes, não só no que refere às dificuldades de mobilidade, devido ao excesso

de trânsito, como a nível social, pois cada um tenta sobreviver, por vezes, em condições precárias. Assim sendo e, por consequência, o contexto do bairro é fértil em histórias de suborno tanto na vida social como nas escolas, caracterizadas pelo aproveitamento do bem comum em benefício próprio, evidentes em diferentes áreas sociais e que afetam, direta e indiretamente, os habitantes deste bairro. No entanto, trata-se de uma comunidade empreendedora que procura satisfazer as suas próprias necessidades e participa no seu desenvolvimento económico, encontrando no mercado informal o sustento das suas famílias, assim como o dinheiro para pagar as propinas da escola dos seus filhos, bem característico das cidades africanas, onde o sector informal produz, emprega, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência da esmagadora maioria das respetivas populações.

Num relatório local, desenvolvido pela comuna do bairro Hoji-Ya-Henda (Comissão de Moradores, 2004), no município do Cazenga, um dos dez municípios da província de Luanda, foram identificados diversos problemas relacionados com a educação. Entre eles, estavam as grandes dificuldades educativas, consequência das fracas capacidades monetárias dos pais, a falta de professores qualificados, o número insuficiente de escolas públicas, o elevado índice de abandono escolar e/ou a exclusão escolar por não terem registo de nascimento ou por serem portadoras de deficiência. Além destes, havia a considerar a corrupção, o assédio sexual e o absentismo dos professores. Estes foram os motivos que impulsionaram a propagação das *escolas explicação* (situadas em quintais da comunidade) a ganharem expressão nos meios rurais e periféricos, devido ao seu carácter de gestão comunitária e mais tarde transformadas em escolas comunitárias com maior qualidade educativa, parecendo assim, numa primeira instância, a solução mais eficaz para todos estes problemas.

A literatura internacional denomina este tipo de escolas de diversas formas - *Escolas Comunitárias* ou *Escolas de Base*[2]. São estas escolas que continuam a surgir na periferia de Luanda como uma alternativa educativa mais acessível. São espaços cedidos e geridos pela comunidade, onde o valor e modalidades de pagamento de propinas são negociados localmente, onde são poucas as exigências para matricular os filhos, por exemplo, não é obrigatório a apresentação de cédula e o horário é flexível e negociado. Têm como função principal escolarizar as crianças que não conseguem integrar-se na escola oficial ou nos dispendiosos colégios privados, chegam a acolher alunos que desistem da escola pública e apoiam pedagogicamente os alunos repetentes e/ou com grandes dificuldades. Não obstante, qual será o papel destas escolas do ensino informal em comunidades mais vulneráveis? Zoran Roca (2000:128) refletiu sobre as necessidades e os potenciais que existem no contexto angolano para a introdução do ensino básico informal das "crianças de rua" em Angola, e afirma que "(…) a política de implementação da educação para todos deveria ser redefinida de maneira a libertar o sistema formal da responsabilidade com a qual não pode arcar. Deveria ser dado apoio a alternativas complementares, tais como a educação informal ou não convencional, (…) tal educação deveria ser confiada às ONG (…)". Segundo este autor, é

2 Marchand (2000) nos seus estudos refere que todas elas são escolas criadas por iniciativa das comunidades, a nível informal do bairro ou da aldeia.

essencial uma maior atenção a situações de exclusão educacional em Angola, consequência da pobreza que não tem sido oficialmente reconhecida e desenvolver uma verdadeira educação para todos possibilitando a instrução básica. Por sua vez, Lopes (2007:91) reflete sobre a participação da comunidade tanto na educação, como no desenvolvimento local e estuda as escolas comunitárias da Guiné-Bissau como um outro bom exemplo e afirma (…) que o envolvimento da comunidade local permite minorar os impactos negativos da pobreza no país e simultaneamente participar no cumprimento das metas internacionais de uma política de Educação para Todos (…)". Na mesma linha de pensamento, Gasses (2009) analisa estratégias de luta contra o analfabetismo no Mali e sugere, precisamente, as escolas comunitárias como uma das estratégias mais viáveis, pois estas escolas, fruto de parcerias entre as ONG e outros parceiros, poderão ser reconhecidas de "utilidade pública" pelo próprio governo, como já acontece no Mali.

À procura de soluções concretas, em 2004, à semelhança do que aconteceu noutros países, a Aliança para a Promoção do Desenvolvimento da Comuna do Hoji-ya-henda (APDCH), uma plataforma de ONG angolanas, sediada no bairro do Cazenga, promoveu um programa de habilitação e formação de professores informais das escolas explicação, com o intuito de melhorar a qualidade de ensino destas unidades. Deste grupo emergiu uma equipa responsável apenas pela área humanitária e educativa, designada de Associação das Escolas Comunitárias (AECCE) que adotou os estatutos de uma organização não-governamental e que atua essencialmente na área da educação comunitária, com maior qualidade educativa. É composta por 52 escolas, 342 educadores comunitários e 34.676 alunos.

James Tooley (2009) no seu livro *The Beautiful Tree* onde aborda a educação privada para os mais pobres dentre os pobres, refere que orçamentos vultuosos dos governos, doações bilionárias de países ricos e ONG multinacionais têm resultado pior dos que as escolinhas que funcionam em casebre da favela, com professores da própria comunidade e que se financiam exclusivamente de dois dólares por mês de cada aluno. Ora, nesta fase de alargamento da resposta educativa pública em Angola, coloca-se a questão: não serão as escolas comunitárias, caracterizadas pela parceria que têm com o governo e pelo ensino não formal/informal, uma resposta alternativa/complementar ao ensino público? Isto porque, dentro das suas limitações, estas escolas comunitárias conseguem reunir as condições para acolher as crianças de famílias mais carenciadas, integrando-as social e economicamente, pelo que evitam o analfabetismo e o rumo, por parte de muitas crianças, à dura vida das ruas. Não serão estas escolas comunitárias organizadas em rede pela AEC e parceira do governo, um contributo para o desenvolvimento e sustentabilidade da escolarização em Angola?

4. Da insustentabilidade da educação pública à resposta sustentável da sociedade civil

Num meio socialmente agreste caracterizado pelo excesso de população, de trânsito e de

histórias de corrupção, como é o caso do bairro do Hoji-Ya-Henda, a educação pública é insustentável. As infraestruturas educativas públicas são poucas e as que existem são demasiado débeis, para não falar na ausência dos livros, que apesar de serem gratuitos para o ensino de base, acabam por não chegar às escolas, pois são encaminhados para o mercado informal. Existem poucos professores e os que existem têm pouca e/ou desadequada formação, não são assíduos às aulas e, por vezes, dedicam-se a práticas pouco condizentes com a função da escola. O sistema de educação de base é caracterizado pela falta de organização, com turmas numerosas (cerca de sessenta alunos) o que não contribui para uma educação de qualidade. As causas de abandono em grande escala continuam a ser: a falta de motivação e de hábitos de frequência da escola, quer por parte dos alunos quer dos professores, questões de género, religião, questões de VHI-Sida e a falta de dinheiro para conseguir corresponder às exigências da corrupção silenciosa que caracteriza o meio. Um dos fatores que contribui, em larga escala, para a exclusão escolar é a ausência da cédula pessoal para as respetivas matrículas. Nestes bairros desenvolve-se uma educação sem qualidade, existem grandes dificuldades em alcançar o ODM relativo à educação e emergem diversos obstáculos em concretizar o processo de desconcentração e descentralização, não só devido às dificuldades de formação de recursos humanos locais e condições monetárias, como devido à não interiorização por parte da comunidade desta recente medida política.

Os grandes obstáculos que a AEC enfrenta, ao desenvolver a sua resposta educativa, são: a falta de condições físicas das escolas e a ausência de livros e manuais escolares; a falta de formação e de dinheiro para os subsídios dos professores; a manutenção dos professores na rede de escolas associadas; a fraca participação de alguns elementos que representam algumas das escolas associadas; a falta de pagamento das propinas, por parte dos encarregados de educação, pois estes fazem parte de uma comunidade realmente carente; a dificuldade em encontrar espaços para se constituírem salas de aula, mais perto da comunidade, que não têm qualquer oferta educativa acessível e, por último, a falta de um Centro de Recursos onde os professores possam ter formação, reunir e preparar as suas aulas podendo consultar uma pequena biblioteca.

Apesar dos obstáculos que enfrenta diariamente, as intenções da AEC centram-se, essencialmente, em: oferecer uma segunda oportunidade de acesso ao ensino de crianças que, por diversas razões, nunca estudaram ou nunca conseguiram frequentar uma escola; continuar a educar a sua população e contribuir para o respetivo aumento da escolaridade; melhorar a organização da associação; continuar a apostar na formação dos seus professores, não só para constituir o seu corpo docente, assim como, para fornecer professores ao sistema de educação público; continuar a integrar crianças nas suas escolas, nem que para tal, a AEC tenha de providenciar as cédulas dos seus alunos; divulgar o seu trabalho, não só para que a comunidade o conheça e procure os seus serviços, assim como, para que o próprio governo se familiarize com esta alternativa e se inspire em algumas estratégias ou resultados obtidos pela AEC, de modo a formular novas políticas públicas educativas; por último, a AEC

pretende manter a parceria que possui com o Ministério da Educação (ME) e cumprir as suas orientações, no sentido, de melhorar a qualidade da sua resposta educativa.

O crescimento e ampliação desta resposta educativa que a AEC oferece às comunidades mais vulneráveis, assenta na organização das suas escolas em rede o que evidencia uma realidade própria baseada numa comunidade pessoal (Wellman aput Portugal, 2007) uma forma específica de relação social, um conjunto de laços de companheirismo e entreajuda – laços de comunidade que vão mais além das unidades geográficas de vizinhança, tornando o trabalho da associação mais seguro e organizado, com elementos mais autónomos no desempenho das suas funções e a trabalhar para um mesmo objetivo. Além disso, o crescimento e ampliação desta resposta educativa comunitária também se deve às estratégias adotadas pela organização, sendo elas: um igual enquadramento para todas as escolas (regras, estatutos, direitos e deveres); o recrutamento dos professores realizado por uma comissão de avaliação organizada para o efeito e constituída por diretores de escola e professores com mais experiência; a aposta na motivação dos professores oferecendo um subsídio, este valor depende não só do volume de trabalho, mas também do valor que cada escola associada consegue angariar das propinas; o enquadramento de todas as crianças, independentemente, de terem ou não a cédula pessoal. Quando a criança não tem cédula, a AEC em conjunto com o Ministério da Justiça, conseguem os documentos para elaborar a matrícula e constituir o processo escolar individual para que o aluno seja, posteriormente, encaminhado para o sistema público depois da sexta classe; a divulgação dos seus serviços para que a comunidade conheça a resposta educativa alternativa de qualidade a que podem ter acesso, conseguindo assim mais alunos, professores, apoios e mais escolas. A AEC assume um sistema financeiro de auto-sustento designado de *kixikila* (tirar onde há mais e colocar onde há menos) e que permite a gestão do dinheiro de uma forma equitativa pelas escolas associadas e não depende de financiamentos externos, que não são certos; oferece uma resposta educativa controlada pelo ME, o que garante a qualidade da mesma, por exemplo, os professores não podem faltar e as escolas associadas têm que seguir o currículo nacional; tem uma postura de proximidade com as famílias e a preocupação em mostrar ao encarregado de educação as vantagens que as crianças obtêm no seu dia-a-dia ao frequentar a escola; desenvolve práticas de voluntariado e solidariedade que contribuem para a contextualização, sustentabilidade e ampliação da sua resposta educativa. Além disto, os professores recém-enquadrados na AEC são sujeitos a um período de formação (uma espécie de estágio). Ao longo da sua atividade letiva, vão frequentando seminários e encontros de *refrescamento*, onde se desenvolve a partilha de experiências e formação contínua com o intuito de rentabilizar os conhecimentos adquiridos. Além disso, a AEC desenvolve vários cursos de formação e oferece bolsas aos professores para os frequentar. A formação acontece devido às parcerias que a AEC estabelece com o ME e outras empresas do ramo educacional. Por consequência, os próprios parceiros da AEC, na sua ação, acabam por constituir uma rede de parceiros que auxiliam a AEC nesta missão educativa, ainda que indiretamente.

5. Inovação educacional comunitária como resposta complementar

A AEC contribui para a sustentabilidade da escolarização de base porque se apresenta como um exemplo de inovação educacional contextualizado baseado nas escolas comunitárias e na sua organização em rede como comunidade pessoal. Assim sendo, as escolas comunitárias em Angola surgem da dinâmica social ativa ligada inicialmente ao sistema informal, mas que, após um longo e árduo trabalho educacional popular de base, acabam por estabelecer parceria com a tutela, que por sua vez mantém uma função reguladora. As escolas comunitárias, para além de permitirem o desenvolvimento de uma educação mais participativa, ao instigarem um processo de conscientização comunitária, contribuem para a superação da falta de escolas nas comunidades mais carenciadas, enquanto o estado não reúne as condições necessárias para que todos tenham acesso ao primeiro e segundo níveis de escolarização, assim como a alfabetização. Segundo diversos autores (Abrantes, Minayo, Ribeiro e Sposito, Montenegro, Ferreira de Souza, Bandeira, entre outros) as escolas comunitárias surgem devido à crise da escola pública. Uma crise que se manifesta em três instâncias, tal como tem vindo acontecer em Angola, a insuficiência de escolas públicas, a ineficiência do ensino desenvolvido e a fraca distribuição espacial da rede pública de ensino. Perante tal realidade, a sociedade civil ativa, atenta e organizada inova e procura estabelecer parcerias com o estado. A tutela, por sua vez, responde com medidas políticas de desconcentração e de descentralização, o que contribui para que se reúnam as condições favoráveis para que as ONG e as OSC assumam cada vez mais as atividades e responsabilidades em lidar com os problemas inerentes a populações mais carenciadas no sentido de serem parceiros na resolução de problemas, nomeadamente, o da educação.

São as relações com o terceiro sector que "(…) parecem poder constituir-se como alternativas credíveis para uma reinvenção solidária do Estado (…)" (Fischman, 2002:90) e que parecem contribuir para que sejam repostos os valores de justiça, equidade, cidadania, igualdade, cooperação, solidariedade e participação do domínio público, valores que legitimam os princípios da comunidade e que fundamentam as políticas educativas atuais em função de um bem comum local. No sentido de buscar outras lógicas de governança em Angola, este estudo esteve atento a diferentes experiências políticas educativas caracterizadas pela participação das comunidades, "(…) alguns podem argumentar que tais políticas são pontuais e de acção restrita, não podendo ser tomadas como "modelos" para acção do Estado. Entretanto, talvez exactamente aí resida o mérito das propostas alternativas: a não existência de modelos" (Moraes, 2009:163) contribuindo para a inovação educativa baseadas não em modelos pré-estabelecidos ou resultantes de uma contaminação política educativa exterior, mas fundamentada nos discursos e na ação participativa das comunidades.

A resposta educativa da associação é um contributo para a sustentabilidade da escolarização, também porque desenvolve uma verdadeira educação para todos, uma vez que: integra todas as crianças no ensino sem quaisquer exigências, quer crianças não escolarizadas quer crianças

que frequentam a escola pública, mas que apresentam dificuldades de aprendizagem; a associação oferece um serviço educativo de maior qualidade e, devidamente estruturado, em parceria e desenvolve a educação/alfabetização para adultos em zonas mais problemáticas. A AEC desenvolve uma escolarização de base sustentável, pois a sua resposta caracteriza-se pela solidariedade e pela proximidade com a comunidade, apesar de não receber o pagamento das propinas, por exemplo, este facto não impede a criança de frequentar a escola, além disso a AEC trata das cédulas individuais dos seus alunos quando necessário e, rege-se por um sistema monetário designado kixikila. Além disso a AEC promove estilos de vida intencionais pois satisfaz as necessidades de hoje em equilíbrio com as futuras gerações: dá o exemplo e pretende educar todos os cidadãos, desenvolvendo comportamentos solidários, quer nos professores quer nos alunos, desenvolve campanhas de consciencialização de crianças no que se refere aos seus direitos e deveres, e que estas, por sua vez, são responsáveis por consciencializar outras crianças. A AEC vê a escolarização como um fator muito importante no combate à pobreza, pois é com a escolarização ou alfabetização dos cidadãos que obterão as bases para um melhor desempenho profissional e melhores condições de vida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Cesaltina (2006), *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Dissertação de Doutoramento, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Abreu, Cesaltina (2007). O "Estado" do Estado em Angola. In *XVII Simpósio Electrónico Internacional intitulado Africa – Y la problemática del desarrollo, em Novembro de 2007.* Centro de Estudios Internacionales para el desarrollo.

Correia, Maria & Pimenta, Carlos (2007). *Ordenamento estratégico da educação. Centro de estudos africanos da Universidade do Porto (CEAUP),* 1-26. Consultado a 23/01/2010, em http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/WP_2007_02.pdf

Fischman, Gustavo (2002), Intelectuais, burros ou superprofessores? Os educadores populares em tempos de ajuste estrutural. *Currículo sem Fronteiras*, *2* (2), 79-106. Consultado a 3/03/2010, em www.curriculosemfronteiras.org

Gasses, Stéphanie (2009), "Inclusão versus exclusão escolar: as estratégias de luta contra o analfabetismo no Mali", *Revista Teias,* 10(19), 1-17.

Henriques, Castro (1999), *O que há de novo na sociedade civil.* Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

Lopes, Catarina (2007), *Participação das populações locais no desenvolvimento da educação – Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá. Guiné-Bissau 2004-2006.* Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, Portugal.

Marchand, J. (2000), *Les écoles communautaires – Mali, Senegal, Togo*. Paris: Institut International de Planification de l'éducation. UNESCO

Moraes, Salete (2009), (Re)Discutindo a acção do estado na formulação e implementação das políticas educacionais. *Revista Educação*, *32,* 2, 159-164.

Pestana, Nelson (2003), *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. CEA Ocasional Paper Series, nº7. Lisboa: ISCTE.

Portugal, Sílvia (2007), *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica.* Oficina do CES – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nº 271.

Roca, Zoran (2000), *As "Crianças de Rua" em Angola. Um estudo das necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Tooley, James (2009), *The Beautiful Tree: a personal journey into how the world's poorest people are educating themselves*. New Delhi: Penguin; Washington.

Vieira, Lis (2006). So*ciedade Civil e Espaço Global.* Recuperado em Março, 03 de 2009 de http://www.lisztvieira.pro.br/artigos_descricao.asp?cod=6

Zau, Filipe (2009). Educar para formar e desenvolver. *Jornal de Angola.*

Modernização das Tradições como Desafio Epistemológico da Filosofia Africana

David Silvestre Chabai Mudzenguerere[1]

Resumo

A resposta à questão ‹‹*a partir de que base emancipar/desenvolver o Continente Africano?*›› — que levantou muito debate entre filósofos africanos nas últimas quatro décadas — significou assumir-se que o desenvolvimento da África passa necessariamente pelo domínio da ciência e da técnica (modernidade), não implicando a marginalização das tradições. Mas quando algumas vozes africanas (como Marcien Towa e Axelle Kabou) entendem que a mentalidade tradicional e a sua concepção do mundo são as verdadeiras causas do infortúnio africano e, por isso, era preciso matar as tradições e assimilar a modernidade para que a África avançasse, isso equivale dizer que existem elementos tradicionais africanos que impedem o desenvolvimento. Com esta comunicação pretendo defender que para que as tradições africanas realmente estejam na mesma esteira com a modernidade, como motor do desenvolvimento de África, é necessário que sejam reexaminadas e reajustadas nos seus rituais mantendo o seu valor/espírito. Vale dizer, analisar o que a tradição ainda mantém de valor, de construtivo, e o que pode ser suprimido (contra-valor) ou substituído em termos de rituais para que ela (tradição) persista sem impedir o desenvolvimento, na sua ampla vertente. Este é o processo que chamamos de *modernizar as tradições*, como missão/desafio da Filosofia Africana.

Palavras-chave: Filosofia africana**,** Tradições, Modernidade.

Abstract

The answer to the question ‹‹*from what base African continent can be developed/ emancipated*?›› - that raised great debate between African philosophers in last four decades-meant to be assumed that development of Africa passes necessarily by field of science and technique (modernity), not implying the marginalization of the traditions. But when some African voices (like Marcien Towa and Axelle Kabou) understand that the traditional mentality and his conception of the world are the real causes of African misery, by that was necessary to destroy the traditions and assimilate modernity for Africa to move forward, that is to say that there are elements of African traditions that impede the development. With this paper I intend to defend that the African traditions are really on the same mat with modernity, as an engine of development in Africa, they must be reviewed and adjusted in their rituals maintaining its value/spirit. That is to say, to analyse what the tradition still has as a value, constructive, and what can be deleted (against value), or replaced in terms of rituals for it (tradition) persists without impeding development in its broad aspect. We name this process to modernize the traditions, mission/challenge of African philosophy.

Keywords: African Philosophy, Traditions, Modernity.

---

1 Nasceu a 18 de Outubro de 1977, na cidade de Chimoio – Moçambique. É Licenciado em Ensino de Filosofia e Mestre em Educação/Ensino de Filosofia e doutorando no Programa de Doutoramento em Filosofia da Universidade Pedagógica de Moçambique (UP) e Assistente universitário na mesma Universidade. Tem artigos publicados na Revista CEPE da UP acessíveis em *online* e em Jornais locais (Quelimane) e várias palestras proferidas sobre ética, política, educação e filosofia africana. Lecciona as Disciplinas de Filosofia Africana e Filosofia Política.

Introdução

A suspeita, por parte dos intelectuais africanos, da dupla acepção do termo "cultura" que a história moderna tratou de diferenciar, - no contexto euro-ocidental ela está ao serviço da civilização, da ciência e do progresso, em suma, do desenvolvimento; em contrapartida, no contexto africano, falar de "cultura", evoca-se as tradições, os hábitos e os costumes que devem ser adaptados ao desenvolvimento-, remeteu os intelectuais do Sul a um fervoroso debate crítico e à diversidade de posicionamentos quanto às razões de um percurso desequilibrado entre o Norte e o Sul, no qual o Sul é sempre o atrasado, o periférico, o dependente, mesmo com mais de quatro décadas após as independências. E a questão de fundo era: a partir de que pressupostos emancipar ou desenvolver a África e os Africanos?. Esta questão, de autoconsciência, revelou que não basta assumir o instrumento ocidental de desenvolvimento, a saber a ciência e a técnica; é preciso também "destradicionalizar" a tradição africana para que supere os seus fechamentos em direcção ao desenvolvimento. Pois, a tradição não tem que ser um corpo fechado, mas aberto. E neste sentido, não se opõe à modernidade (ciência e técnica); ela pode ser transportada no projecto da modernidade e portanto da autenticidade africana como unidade no esforço da construção de um modelo comum do *muntu*.

A presente comunicação que tem como problema a *modernização das tradições como desafio epistemológico da Filosofia africana* resulta da compreensão de que se a tradição tem de ser o fundamento de todo o projecto do futuro e consequentemente da historicidade do *muntu,* numa relação co-relativa com a modernidade, então faz sentido que desafiemos a Filosofia africana, em termos epistemológicos, com a necessidade de *Modernizar as tradições,* que significa, segundo José P. Castiano (2013), no seu projecto "Cultura e Desenvolvimento", compreender primeiro o teor da "justificação" e/ou "valor" no substrato das práticas "tradicionais"; em seguida, estabelecer as conexões necessárias e causais entre a justificação e as próprias práticas para, num terceiro passo, e à luz dos desafios de hoje, propor a adaptação/mudança das práticas tradicionais que estejam numa posição retrógrada em relação ao desenvolvimento humano e económico de hoje, a exemplo da tradição *Ritos de Iniciação* que aqui analisamos.

Estruturalmente, apresentamos, inicialmente, como o Ocidente moderno construiu a dupla acepção do termo cultura implicando o atraso e dependência quase que eternos do Sul ao Norte; seguido dos posicionamentos básicos dos filósofos africanos quanto a com que base construir o desenvolvimento/liberdade (económica) da África e dos Africanos, e finalmente o exemplo de modernização da tradição como processo imprescindível, junto da ciência e técnica, ao Sul para o seu desenvolvimento.

1. Da dupla acepção do termo "Cultura" à questão do dualismo "modernidade-tradição"

"Cultura" é um termo que é usado, a partir da expansão colonial europeia moderna, segundo duas acepções que a história moderna tratou de diferenciar: uma "euro-ocidental" e outra que podemos considerar "afro-ameríndia". Segundo Castiano (2013), quando se refere ao contexto da acepção euro-ocidental, o termo "cultura" é muitas vezes usado permutativamente como "civilização". Nesta acepção euro-ocidental, por exemplo, falar de um "homem de cultura" significa o mesmo que uma "pessoa civilizada"; em termos do saber, um homem de cultura é aquele que é educado formalmente e tem o domínio científico acima da média; em termos éticos, refere-se a alguém que se comporta segundo as conveniências sociais duma classe burguesa ou que pertence ao grupo da nobreza feudal; sob o ponto de vista político, é um cidadão iluminado que saiu da menoridade na qual ele estava amarrado "por culpa própria", segundo Kant em *Was ist Iluminismus?.* Não é, assim, por acaso que, no caso alemão, o *Kultusministerium* (traduzido directamente: Ministério da Cultura) refere-se ao ministério que se ocupa da educação, da ciência e da tecnologia; em fim, do ensino "superior" e investigação!?! A *Bildung* humboldtiana é uma formação humanística do Homem; ou seja, cujo objectivo é "cultivar a humanidade" no homem, ou simplesmente o "cidadão-mundo", para usar termos emprestados de Martha Nussbaum (1997); neste sentido, trata-se sobretudo duma formação para o espírito e cultura da época (*Zeitgeist*) em termos de valores supremos que se julga orientarem a sociedade moderna, representada pela "elite da corte". Considera-se que o homem moderno deve beneficiar-se de uma formação superior em termos do saber e de valores para viver num mundo civilizado. Ele deve ser *salonfähig,* ou seja, uma expressão alemã para designar capacidade e competência do homem moderno de estar e ser em salões onde se faz política e cultura.

A contrastar com esta acepção euro-ocidental, conhecemos uma acepção que é "reservada" historicamente para os casos da África e dos ameríndios, produto da alteridade intrínseca às aventuras europeias ao encontro ("descoberta") do "outro" na modernidade. Pois, como sustenta Enrique Dussel, o ano de 1492 marca a data simbólica não das "descobertas" do Oriente, América e África, mas sim do "encobrimento do Outro". Este Outro é um não-civilizado, inculto, atrasado, portanto, "selvagem". A "cultura" destes povos (africanos, asiáticos e ameríndios) se torna, aos olhos da antropologia e etnografia coloniais, reduzida a "hábitos e costumes" ou simplesmente a moralidade reduzida a "tabus". A Europa outorga-se a si mesma a "missão histórica" (Marx) de civilizar estes "povos atrasados", sem história. A expansão colonial decorre assim sob o manto de uma "missão civilizadora" para a qual se convoca a cruz (Igrejas) ao lado da espada (poder real). Na bagagem que enche os navios, não só se trazem armas mas também a bíblia, a religião, enfim, a "civilização", a cultura messiânica. Os viajantes não são somente marinheiros em nome do *El Rei,* aventureiros à caça de fortunas fáceis, mas embarcam também missionários para captarem, melhor capturarem, a "alma" dos negros.

É assim que as aventuras etnográficas – e os estudos antropológicos adjacentes, que nascem e se instituem em *sociedades geográficas,* criadas nas capitais europeias com o propósito de se dedicarem ao estudo dos povos não-civilizados, – se impõem como o pressuposto fundamental para poder aconselhar (hoje diríamos "assessorar") a marcha da conquista e administração dos territórios coloniais ora "descobertos". Como deixaria implícito o missionário belga Placid Tempels em *Bantu Philosophy*, o conhecimento da alma, da essência dos povos bantus – que ele pensa ser a "força vital" – deveria ter precedência à dominação territorial e política; isto equivale o mesmo dizer que antes de "civilizar" o negro à imagem e semelhança do Ocidente, dever-se-ia proceder a inventariação dos hábitos e dos costumes destes povos, enfim da moralidade e da sua cultura.

É, pois, neste contexto que a segunda acepção afro-ameríndia do termo "cultura" se aliena da sua "original" euro-ocidental de "civilização" para assumir, no contexto africano, a significação de "tradição", "hábitos e costumes" locais. De uma tradição iluminista do termo cultura, que aliás não desaparece quando aplicada ao Ocidente, passa-se para uma tradição *tradicionalista* de cultura, esta aplicável *apenas* para os povos do Sul. Hoje herdamos esta dicotomia de cultura enquanto conceito: no contexto euro-ocidental ela está ao serviço da civilização, da ciência e do progresso, enfim, do desenvolvimento; em contrapartida, no contexto africano, falar de "cultura", evocamos as tradições, os hábitos e os costumes que devem ser adaptados ao desenvolvimento ou "superados" para criar espaços para a modernização das sociedades africanas; em alguns casos até apela-se ao seu abandono como condição para se aderir ao desenvolvimento.

O evidente nesta dupla acepção do termo "cultura", conforme abordamos acima na visão de Castiano (2013), é que, no contexto euro-ocidental, "cultura" carrega consigo, na sua essência, o sentido de evolução, de progresso, de liberdade de ser diferente e melhor do que já se é, de desenvolvimento, a tendência contínua de insatisfação com e superação do estágio actual do Homem, em todas as suas vertentes, à maneira do *Ser-para-si* sartriano, a partir do domínio técno-científico; enquanto que, no contexto afro-ameríndio, "cultura" é essencialmente um *modus vivendi* estático, sem nenhum sentido de melhorar a condição humana, ou seja sem sentido de desenvolvimento, e "quase incompatível" com a ciência e técnica – "chave única" para a melhoria da condição humana, para a civilização. Razão por que o Ocidente se deu a missão de garantir a historicidade dos afro-ameríndios, com todas as consequências nefastas que esse processo acarretou.

É, pois, a suspeita nesta dualidade conceitual de "cultura" que os intelectuais do contexto afro-ameríndio desencadearam o debate que se segue, no sentido de apurar o seu verdadeiro sentido por forma a galvanizar o desenvolvimento dos do Sul como superação/libertação das amarras histórico-culturais para um contexto cada vez mais humano. Esse debate significou, sobretudo para os intelectuais africanos, não só analisar criticamente a relação Norte-Sul, como também a relação Sul-Sul como autocrítica que identifica o forte e o frágil do contexto

Sul em busca de pressupostos favoráveis ao desenvolvimento almejado. É o que se segue.

2. A partir de que pressupostos desenvolver a África?

Mais de quatro décadas de uma cultura encarcerada deixam a África ainda a ser mal vista. Num momento em que o fordismo se estende no mundo inteiro, África parece rebuscar a sua autenticidade cultural, e dar início a sua descida ao desenvolvimento, por causa de uma definição errónea que tem do Ocidente. A dura realidade da pobreza ignorada e da miséria dos homens remete os pensadores africanos a reflectir sobre as razões desse estacionamento e, sobretudo, a partir de que pressupostos desenvolver a África. Da tradição? Da modernidade? Ou de ambas? E se de ambas, até que ponto a tradição e a modernidade são compatíveis?

As diferentes posições perante esta questão vão dividir os seus pensadores em três grupos, segundo NGOENHA (1994:116):

a. Existe na África um conceito de liberdade pensado inteiramente na linha de identidade dos valores africanos. Libertar-se aqui significa destacar-se do Ocidente, para encontrar a África no seu ser, nas suas fontes espirituais e na sua trajectória histórica, a África com as suas próprias religiões, a sua própria visão da política, da economia, da vida social e da cultura.

Fodé Diawará representa essa acepção ao entender que a civilização negra é fundamentalmente inconciliável com a industrialização. O homem primitivo representa o modelo mais avançado da mais avançada humanidade que já alcançou a perfeita conciliação consigo mesma, com os outros e com a existência cósmica. Pois, segundo Diawará, o homem primitivo já superou efectivamente as tendências instintivas que impõem, na competição desregrada, por força brutal, a desigualdade e a opressão. O homem tecnológico ocidental representa o desejo da forma fatal da humanidade. Por isso, o fundo da civilização negra é fundamentalmente incompatível com a industrialização, a mentalidade primitiva está para lá da mentalidade técnica, como o grupo primitivo tropical não está na origem da sociedade industrial, uma vez que estes dois tipos de sociedades nem sequer pertencem ao mesmo ciclo de evolução da espécie humana (cf. Diawará, 1972:210).

b. Existe também um conceito de libertação que exige romper com o mito de uma África edílica e virgem, para se integrar na única lógica libertadora de hoje: a racionalidade filosófica e científica. Aqui libertar-se é deixar o mundo da segurança mítica da África tradicional, para dominar as novas armas da construção do mundo: a ciência, a técnica e uma prática racional da política e da vida social.

Por exemplo, para Axelle Kabou (cf. 1991:120-121), o conflito tradição-modernidade é falso, porque ao invés de postular uma mentalidade progressista e aberta, ele emana uma insensibilidade, vedando a dinamização dos valores da modernidade. Num momento em

que o fordismo se estende no mundo inteiro, África parece rebuscar a sua autenticidade cultural, e dar início a sua descida ao desenvolvimento, por causa de uma definição errónea que tem do Ocidente. Kabou (cf. *Idem*:101-103) acha que é urgente redefinir as categorias segregacionistas apresentadas pelos africanos e serrar as barreiras culturais que se encontram por detrás de alguns africanos que crêem na sua africanidade.

Marcian Towa (cf. 1981:40-52), completamente de acordo com Kabou e afirma que não existe uma medida exacta de separação entre o Ocidente e a África. A África somente necessita de *poder* para encontrar a sua autenticidade que é a humanidade e dignidade. E para adquirir o *poder* e a *liberdade*, os africanos necessitam de um amplo domínio e controlo da ciência e técnica que são frutos da racionalidade, necessitam de uma conversão à racionalidade moderna. De tal forma que o mundo tradicional africano tem que ser abandonado. A mentalidade tradicional e a sua concepção do mundo são as verdadeiras causas do infortúnio africano. Daí que há necessidade de se introduzir, em África, a ciência e a técnica, condições de vitória europeia. O domínio destas condições vai dotar os africanos de pressupostos da autonomia espiritual.

c. Existe também uma linha de libertação que rompe com o primado da política e das ideologias materialistas, ou mesmo com o primado da ciência e da técnica. Este conceito põe em causa uma dinâmica antropológica global. Não se trata simplesmente da submissão política e da fraqueza científica, mas do que Engelbert Mveng chamou a pauperização antropológica, estenuamento de todas as energias do homem e das suas esperanças mais fundamentais.

Aqui todas as dimensões externas ao homem, como a técno-científica, a económica, a cultural até a política, são subordinadas à dimensão intrínseca do próprio homem- à questão ético-humana do homem.

Assim, para Njoh-Mouelle, a questão do desenvolvimento humano é um factor eminentemente ético. Já que o ser do homem é um conjunto de valores resultantes da sua própria iniciativa livre. Esses valores, para além da generosidade, implicam uma abertura que transborda os limites do egoísmo e dos interesses pessoais ou ao bem total. E para alcançar a abertura universal, é necessário obter dois níveis de liberdade: estar livre da natureza para recriá-la, humanizá-la; e estar livre da nossa própria natureza dos interesses e instintos que tendem a incurelar-nos à nossa mundivisão limitada e individualista. Só assim surgirá a segunda natureza fruto da liberdade, processo do qual Mouelle chamou *da mediocridade à excelência* (cf. Njoh-Mouelle, 1980:189-194).

Njoh-Mouelle parte de uma reflexão sobre a dura realidade da pobreza ignorada e da miséria dos homens, a partir das quais idealiza o tipo de homem a se realizar no movimento de mudança. Portanto, a sua concepção de desenvolvimento fundamenta-se no que é plenamente humano: o homem enquanto um ser a libertar-se de todas as formas de

servidão que travam o seu florescimento. É a partir dessa base que se pode avaliar os valores tradicionais em seus aspectos positivos ou negativos para o desenvolvimento económico e social, a sua mediação de realização.

Severino E. Ngoenha (1994:28), por sua vez, entende que

> [...] se é preciso libertar o homem africano e permitir-lhe reencontrar a sua capacidade criativa, então o projecto dessa libertação e de autodeterminação do homem africano passará necessariamente pelo domínio da ciência e da técnica. Foi certamente a falta destas que deixou a África à mercê do imperialismo ocidental.

Mas assimilação da ciência e da técnica (modernidade) não deve implicar a marginalização da tradição. Pois, a tradição representa o momento de autonomia em relação aos outros homens, a tradição significa ser si mesmos, e ser si mesmos não pode ser abandonado; é sempre actual, e deve sê-lo sempre, se não se quer cair na incoerência e no não sentido. Concretamente a tradição é o momento no qual a África é ela mesma, é origem de criação e de cultura, de religião e de técnica, quando directamente dialoga com a natureza, elabora instituições e símbolos. É somente neste sentido que a tradição pode representar o momento da autenticidade africana (cf. Ngoenha, 1993:100).

A tradição que se deve combater é aquela que leva à morte e à alienação do *muntu,* aquela fechada em si mesma (por ex: simular magicamente a morte de um parente para usá-lo invisivelmente como trabalhador na machamba ou na pesca; recolher das casas vizinhas dinheiro ou géneros alimentícios por uma serpente ou ratos fictícios), não se ensina abertamente como outras tradições. Essa (tradição) é a combater, porque, a tradição não é e nem deve ser um corpo fechado, mas aberto. E neste sentido, ela não é inimiga da modernidade, não se opõe à modernidade; ela pode ser transportada no projecto da modernidade e portanto da autenticidade africana. Neste projecto, torna-se modelo da cultura, de unidade no esforço da construção de um modelo comum do *muntu*. Ela não está simplesmente na origem, mas está também a fim de oferecer modelos utópicos para o agir actual. A tradição é fundamento de todo o projecto de futuro e consequentemente da historicidade do *muntu.* Esta é a linha orientadora na qual se deve retomar o discurso filosófico.

É neste contexto que, não podendo ser nós mesmos intelectuais africanos a praticar um epistemecídio das nossas culturas que nem sequer são passadas, pois, vivem hoje nas aldeias e cidades através de homens concretos, solicitamos, com Castiano (2013), a Filosofia africana para um trabalho de "purificação"/modernização das tradições africanas por forma a que de facto estejam elas à altura de promover o desenvolvimento da África e dos africanos, ao lado da ciência e da técnica.

3. Como modernizar a Tradição? O exemplo de OTXETHELIWA (Ritos de Iniciação)

Os ritos de iniciação são resultado do conhecimento e reconhecimento dos nossos antepassados africanos do que é o género; conhecimento e reconhecimento de que o que faz um indivíduo ser homem ou mulher não é o sexo. Não basta ter sexo feminino ou masculino para ser mulher ou homem, senão não precisaríamos de iniciação nos rapazes como nas meninas. O ser homem ou mulher são valores adquiridos na sociedade. Dai a importância dos ritos de iniciação, que é facilitar a passagem da fase da infância para a fase da vida adulta. Existem dois tipos de iniciação (cf. Cipire, 1996): *masculina* que consiste na realização da circuncisão e formação de homens "fortes" para as dificuldades da vida e chefes de família; e a *feminina* que consiste na formação de mulheres dóceis, obedientes, que mesmo humilhadas e desumanamente tratadas pelo marido continuam a sorrir. Estas cerimónias variam de cultura para cultura, em Moçambique. Aqui tratamos da cultura *Lomué-Zambézia.*

3.1. Da descrição

Segundo Manuel Victor Salimo, na iniciação masculina, os rapazes são acompanhados a uma mata longe da população, com os seus padrinhos, sob autorização do régulo da mesma região. E, em um acampamento, inicia-se a circuncisão a sangue frio, acompanhada com danças e batuques tradicionais, para evitar a aproximação de pessoas estranhas e audição dos gritos dos em circuncisão. Toda mulher que passar nas proximidades do acampamento é violada sexualmente pelo grupo. A ablação do prepúcio representa o ritual de separação entre a anterior vida desprezível da criança, vida da qual o iniciando emerge após a sua mutilação e a nova vida adulta. São submetidos a duros e constantes testes físicos (vestidos de calções e de tronco nu, independentemente das condições climatéricas), testes psicológicos e espirituais que os fazem renascer juntos como irmãos e parece haver consenso de todos de que esta é a forma mais eficaz de educar, de transformar crianças em homens. São instruídos: a respeitar aos da sua idade e aos adultos; como namorar, manter relações sexuais, tolerar problemas no lar, o direito de ser respeitado por sua mulher como chefe da família; como realizar as cerimónias fúnebres; construção de instrumentos musicais e como utilizá-los; canções e músicas tradicionais e outras formas de convivência social. São ensinados a não manter relações sexuais com mulheres da sua tribo e linhagem, mulher menstruada ou amamentando. Antes ou depois de manter relações sexuais com uma menina que iniciou períodos menstruais deve tomar remédios (*xilove*), para evitar o emagrecimento ou hérnia.

Segundo Elias Ciscato (cf. s/d:73-74), durante todo o período em que o rapaz está na iniciação, os pais são vedados de manter relações sexuais, descabelar e cortar os pentelhos porque pode implicar a morte do seu filho. Terminado o período que dura 60 a 90 dias, toda a roupa usada no ritual é queimada assim como o acampamento, *inthesso.* No dia do regresso às casas, os rapazes recebem instruções finais, e são chamados pelo seu novo nome. São

recomendados a fazer a sua estreia sexual nos primeiros três dias após o regresso, senão tornam-se impotentes sexuais ou mesmo estéreis. Reina sempre incerteza entre os pais de se o filho vai voltar ou morreu, porque em cada acampamento de ritos de iniciação morre sempre algum iniciando cujo funeral é usado para ensinar aos restantes como se realiza um funeral. O regresso dos rapazes é grupal e num ambiente festivo. Os pais organizam uma recepção festiva, comemorando o crescimento dos filhos.

Para as raparigas, de forma geral, é com a primeira menstruação que começam os ritos de iniciação. Segundo Esménia Armando Martinho,

> elas são conduzidas a uma palhota longe da população e de difícil acesso, onde a madrinha permanece com a inicianda que recebe instruções das matronas (*namalamula*) de tudo que uma mulher deve saber, na sua vida social, económica, cultural e no relacionamento com o outro sexo. Aprende a saber comportar-se, fazer incisão no clítoris e alargamento dos lábios valvulares, a fazer tatuagens nas ancas, no abdómen, nas nádegas, na cara e nas coxas para torná-la melhor esposa com catalisadores da sensibilidade sexual e a mexer-se na cama (*Onhula*) para agradar sexualmente o seu marido, a saber manter higiene do corpo, vestir a roupa, pôr missangas e prestar trabalhos caseiros.

No local, realizam-se danças e cantos com significados educativos para a rapariga iniciada, dadas pelas *Namalamulas.* São instruídas que: a mulher deve sempre limpar o sémen derramado pelo marido pelas mãos depois das relações sexuais, nunca devendo utilizar qualquer pano; mostrar sempre gratidão ao marido quando este lhe oferecer algum presente, despindo e facilitando-lhe o coito; nunca dormir na mesma cama e nem esconder ao marido o estado de menstruação; nunca salgar a comida ou caril para o marido enquanto menstruada, senão depois e após ter mantido sexo uma ou duas vezes. Quando não cumpridos estes mandamentos, a mulher adoece, podendo mesmo morrer. Assim pode acontecer ao marido, se este vir o sangue da menstruação.

3.2. Da análise crítica pelos Sagazes

Perante este tipo de educação, aproximamos a algumas pessoas adultas, não escolarizadas, mas distintas na comunidade pela sua capacidade de analisar, interpretar e formular juízos próprios sobre esses processos iniciáticos. O senhor Francisco Ossene Ragú entende que “mais do que representar o ritual de separação entre a anterior vida desprezível da criança e a nova vida adulta, a ablação do prepúcio é por questão de higiene do homem” e a senhora Alima António Macuede disse que “sexo não circuncidado cheira e pode conter bactérias infecciosas ao útero criando corrimentos, por isso não é desejável pelas mulheres”. E pela mesma razão de higiene, afirma Macuede, é que “se proíbe relações sexuais enquanto a mulher estiver de período e que o homem veja penso sujo, e não tanto porque causa hérnia

ou cólica permanente". Os senhores Ragú e Inácio Saide Nivara entendem que a circuncisão era a sangue frio por falta de melhores condições para isso e nalgum momento implicava a morte do iniciando. Mas isso é superável hoje apenas com o acompanhamento de um técnico de medicina convencional. Nivara pensa que "a iniciação tem momentos duros exactamente para corrigir comportamentos indesejados verificados nalguns meninos ou meninas na comunidade antes da iniciação". Macuede reitera que sim, "são castigado/as e maltratado/as para se arrependerem e prometerem mudança no regresso à comunidade". Mas os padrinhos são para pedir a moderação desses momentos duros. A proibição de relações sexuais enquanto a mulher amamenta (primeiros seis meses) é pela necessidade da mulher recompor as suas forças pós-parto e para acompanhar o crescimento do recém-nascido antes de nova gravidez. Mas esse tempo todo constitui risco de o homem arranjar outra mulher para a sua satisfação, pondo abaixo as razões das mulheres tanto se prepararem sexualmente para reter o homem fiel ao lar. Nivara reconhece que a iniciação feminina forma uma mulher humilde ou submissa ao homem, mas entende que isso é fundamental na vida conjugal. Pois, para que haja harmonia conjugal tem que haver dos dois um que baixe a voz para evitar brigas; e a mulher é tida como a mais capaz de paciência e apaziguar os ânimos. Nada a mulher pode fazer que o marido não permita (estudar, ir à festa, etc.). Muitos lares de então perduravam pela paciência e responsabilidade da mulher em suportar o casamento, fora do qual não era valorizada. Para Macuede, os pais são vedados de manter relações sexuais durante sobretudo até a cicatrização da circuncisão para transmitir energias positivas ao filho ora submetido em situação de risco. A prática do sexo tem influência directa e negativa na vida dos filhos em casos de doença e de risco. Segundo os nossos sagazes, a queima da roupa usada na iniciação significa esquecimento da vida dura levada na iniciação e início da vida adulta. Para Nivara e Ragú, a não estreia sexual nos primeiros três dias após o regresso não torna realmente o rapaz iniciado impotente sexual ou estéril, é apenas uma forma de incentivar os novos homens a praticarem o aprendido.

3.3. Das conclusões

Os nossos sagazes foram unânimes em afirmar que, apesar de existir a educação formal, essa educação tradicional continua até hoje importante, a considerar por alguns conteúdos aí transmitidos não existirem nos currículos formais e que ajudam o(a) jovem a orientar-se e a gerir a sua vida adulta. É o caso da sexualidade e do respeito entre os homens na sociedade. Para além de que, disse Macuede, "ainda há muitas regiões, na Zambézia, em que jovens desistem da escola, por várias razões, dedicam-se à agricultura e metem-se na vida adulta, cuja base são mesmo os ritos de iniciação".

Os sagazes reconhecem que, de facto, alguns conteúdos de iniciação têm que ser revistos porque já ultrapassados em relação ao tipo de sociedade de hoje. Segundo Ragú, para uma sociedade fechada e rotineira (casamento e machamba), como era a passada, aquela

educação era prática. Mas para uma sociedade aberta, como a de hoje em dia, há que melhorar alguns conteúdos.

Segundo Macuede, os actuais conteúdos de iniciação formam um homem machista e arrogante perante a opinião e pessoa da mulher, tida como ao serviço do homem. É verdade que a paciência da mulher garantiu por muito a estabilidade dos casamentos, havia poucos divórcios. Mas a mulher merece ter outro tratamento. Para Ragú,

> a situação a que são expostos os rapazes em nome de futuros homens fortes: circuncisão a sangue frio e com meios não esterilizados, exposição a várias situações causadoras de doenças não se justificam hoje que temos a medicina convencional por perto para evitar mortes e sofrimentos. Por outro lado, a mulher é um ser que pensa e por isso deve ser ouvida e dada oportunidade para expressar a sua criatividade contribuindo para o crescimento da família.

Portanto, disseram os sagazes, a educação para o machismo e submissão da mulher ao homem, a insegurança sanitária devem ser eliminados na iniciação, através de uma capacitação dos instrutores/as desse processo educativo, em todas as comunidades, para os valores exigidos pela sociedade actual: diálogo e direitos iguais entre o homem e a mulher, e contratação de um técnico de medicina para uma circuncisão segura.

Pelo que podemos concluir que os ritos de iniciação são resultado do conhecimento e reconhecimento dos nossos antepassados (moçambicanos) de que o que faz um indivíduo ser homem ou mulher não é o sexo. Não basta ter sexo feminino ou masculino para ser mulher ou homem. O ser homem ou mulher são valores adquiridos na sociedade. Os *Otxetheliwa* são um pacote completo de uma educação para a vida; veiculam muitos valores humanos que complementariam a educação formal para a autenticidade do *muntu*. Por isso continuam sempre actuais, conforme já diz Castiano (2013).

Nesta esteira, se a educação é, segundo Ngoenha (cf. 1993:9), um sistema de valores: *educação à liberdade, à democracia, à solidariedade, à tolerância, ao diálogo, à iniciativa, ao trabalho, à abnegação que a sociedade quererá transmitir aos seus futuros cidadãos*, há mesmo que rever os aspectos supracitados pelos sagazes, porque fora dos cânones da ética e dignidade humanas fundamentais para a felicidade do homem e da mulher. Muitas famílias não têm um projecto de formação profissional para as suas filhas senão que elas sejam casadas e o marido é providente de tudo. Preparar assim a mulher faz com que a sociedade e as famílias moçambicanas não aproveitem melhor a inteligência, criatividade e contributo da mulher para o seu desenvolvimento social e económico.

Têm razão os nossos sagazes ao proporem a segurança sanitária nessas cerimónias, e nós acrescentamos a não-violência e/ou humilhação dos iniciandos pelos seus mestre. Pois, garantir isso é também uma forma de educar os futuros homens a valorizarem os direitos

humanos básicos na sociedade. E por que não dosificar esse pacote educacional e administrá-lo em função da exigência de cada ciclo vital, ao invés de descarregar todo(a) o(a) adulto(a) num(a) adolescente?

Referências bibliográficas

Castiano, José P. (2013), *Cultura e Desenvolvimento: Modernização das Tradições.* Maputo: Universidade Pedagógica-CEMEC.

Cipire, Felizardo (1996), *Educação Tradicional em Moçambique*. 2ª Ed. Maputo: Publicação Emedil.

Ciscato, Elias (s/d), *Ao Serviço deste Homem, Apontamentos de Iniciação Cultural*. Edições Paulista-Africa.

Diawará, F. (1972), *Le Manifeste de l'Homme Primitif*. Paris: Grasset.

Kabou, A. (1991), *Et si l'Afrique Refusait le Développement?*. Paris: L'Harmattan.

Ngoenha, S. N. (1993), *Filosofia Africana: Das independencias* às *Liberdades*. Maputo: Ed. Paulinas.

Ngoenha, S. N. (1994), *O Retorno do Bom Selvagem.* Porto: Edições Salesianas.

Njoh-Mouelle, E. (1980), *Developper la Richesse Humeine*. Paris: Présence Africaine.

Nussbaum, Martha C. (1997); *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education.* Cambridge, Massachusetts and London: Havard University Press.

Towa, M. (1981), *Propositions sur l'Identité culturelle.* Paris: Présence Africaine.

Fontes Orais.

Macuede, Alima António, 49 anos, entrevista em Quelimane, dia 14 de Maio de 2014, pelas 17.30 horas.

Martinho, Esménia Armando, 33 anos, entrevista em Quelimane, dia 26 de Abril de 2014, pelas 16.00 horas

Nivara, Inácio Saíde, 67 anos, entrevista em Pebane, dia 8 de Maio de 2014, pelas 15.00 horas.

Ragú, Francisco Ossene, 65 anos, entrevista em Quelimane, dia 11 de Maio de 2014, pelas 9:30 horas.

Salimo, Manuel Victor, 52 anos, entrevista em Quelimane, dia 26 de Abril de 2014, pelas 8:15 horas.

Salão, Salãozinho e Feira de Ensino e Popularização da ciência: experiências democráticas em uma universidade do Sul do Brasil

Jorge Paiva da Silva[1]
Bruna Bertoglio Lorenzoni[2]
Vanise Baptista[3]

Resumo

O Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul se constitui como espaço público para estudantes da educação superior comunicar à sociedade seus trabalhos de Iniciação Científica. Em seu desdobramento, criaram-se o Salãozinho e a Feira de Ensino e Popularização da Ciência, ampliando a participação da comunidade universitária com a sociedade. Admitimos que, por essa participação, democratiza-se o conhecimento. Tal pioneirismo resultou em inovação da avaliação em pesquisa na universidade, além da aproximação da universidade à sociedade. Uma reflexão sobre a democracia na universidade é necessária, em que pese questionar a criação de espaços públicos de participação, como o Salão, o Salãozinho e a Fepop, para a construção da cidadania democrática na dialética com a avaliação de políticas de Estado.

Palavras-chave: Salão de Iniciação Científica; Salão UFRGS Jovem; Feira de Ensino e Popularização da Ciência; Avaliação; Democracia

Abstract

The Salon of Scientific Initiation of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul is a public space for undergraduate students of higher education show their works of scientific initiation. It has developed two other research events, the UFRGS Youth Salon and The Teaching and Popularization of Science Fair, widening the university community participation along with the society. This participation, we admit that knowledge is democratized. It can be said that the result is an innovative pioneering for research evaluation, getting the university closer to the society. Thinking of the university democracy is necessary for asking such public spaces for participation, as the three events here may help constructing the democratic citizenship through a dialectic sense to the political evaluation of the State.

Keywords: The Salon of Scientific Initiation; the UFRGS Youth Salon; the Teaching and Popularization of Science Fair; Evaluation; Democracy.

---

1 Jorge Paiva da Silva:Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É membro do Grupo de Pesquisa Inovação e Avaliação na Universidade, UFRGS. Membro da Comissão Organizadora do Salão de Iniciação Científica.
2 Bruna Bertoglio Lorenzoni: Mestranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro da Comissão Executiva do Salão UFRGS Jovem.
3 Vanise Baptista: Mestranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro da Comissão Executiva da Feira de Ensino e Popularização da Ciência

Introdução

Nosso interesse recai para o eixo da pesquisa da universidade pública no Brasil, uma das funções precípuas da tríade ensino-pesquisa-extensão, garantida na Constituição Federal de 1988. Contudo, no início deste século XXI, discussões e reflexões sobre a universidade e suas funções continuam em pauta, com críticas ao presente e questionamentos sobre o seu futuro.

De fato, as mudanças e as profundas transformações da pesquisa acadêmica, em escala mundial, nacional e regional têm sido decisivas ao desenvolvimento dos países, sobretudo econômico, conforme Santos e Almeida-Filho (2008). De certa maneira, temos acompanhado, na prática, enquanto técnicos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública, e, na teoria, como estudantes dos cursos de mestrado em Educação e Educação em Ciências, bem como participantes do grupo de pesquisa "Inovação e Avaliação na Universidade" (InovAval).

Neste local, portanto, nosso lugar de trabalhar, viver, também é nosso lócus de estudo. Tratamos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde nos esforçamos para realizar três eventos, que tiram da rotina a instituição por uma semana, chamando a sociedade para conferir as atividades desenvolvidas na pesquisa. São realizados, simultaneamente, o Salão de Iniciação Científica (SIC), Salão UFRGS Jovem (Salãozinho) e Feira de Ensino e Popularização da Ciência (FEPOP). Em nossos estudos, ainda na fase de coleta de campo, uma questão nos intriga: *A partir das percepções e perspectivas dos atores universitários, que movimentos inovadores estão sendo construídos ao participarem do SIC, Salãozinho e FEPOP da UFRGS?*

Buscamos apresentar aqui uma reflexão com o referencial teórico levantado. Estamos elaborando as questões pertinentes. Inicialmente vamos descrever os eventos de modo muito sucinto. Em seguida, apresentamos também algumas razões pelas quais as perguntas estão a ser estruturadas de acordo com as categorias *a priori*. À luz do tema participação, através desses eventos, pretendemos avançar na investigação dessa participação dos atores universitários, no momento em que universidade abre espaços para a sociedade visitar e, também, participar.

O caso do Salão de Iniciação Científica

A UFRGS completou 80 anos em 2014. Para o contexto brasileiro, uma das mais antigas universidades. Conforme Franco (1997), trata-se de ser a mais antiga e complexa universidade do Rio Grande do Sul. A materialização histórica da pesquisa ocorreu de forma não sistemática, conduzida espontaneamente para uma cultura de pesquisa por processos históricos de políticas de ações concretas e estruturação de grupos de pesquisa.

No cotidiano da universidade, a integração de estudantes de graduação na pesquisa acadêmica surgiu de forma espontânea por iniciativa de professores pesquisadores e por gestores. Por volta de 1970, com a Reforma Universitária, a departamentalização reestruturou a organização das novas unidades acadêmicas. E assim permanece até hoje.

A Iniciação Científica (IC) passou a ter um caráter mais sistemático em 1985. Gerou um programa de bolsas institucional, mostrando-se um caminho compartilhado de formação à pesquisa científica entre estudantes e professores. Para além da pós-graduação, criou-se uma pró-reitoria de pesquisa (hoje, PROPESQ) na estrutura administrativa em 1995, no intuito de generalizar a atividade de pesquisa em todos os níveis de ensino, em todas as áreas do conhecimento. Para Feldens (1996), pela IC pode haver uma nova concepção de organização, construção e socialização do conhecimento, incluindo possibilidades a novas reflexões sobre as relações de poder entre estudantes e professores, entre universidade e sociedade.

O Programa de IC da UFRGS estruturou de forma pioneira a apresentação dos trabalhos dos estudantes, através do SIC, em 1989. Desde então, estruturado e organizado pela Propesq, vem se legitimando como evento institucional de importância não somente para avaliação institucional de acompanhamento dos trabalhos de IC de graduandos, mas também de participação de graduandos de instituições externas, da educação superior da rede pública e privada, a participar da avaliação educativa, assim como de professores e técnicos que o organiza ao longo do calendário acadêmico.

Até 2013, por um lado, no SIC ocorreram avaliações de acompanhamento dos trabalhos por todas as áreas do conhecimento. As bancas examinadoras dos trabalhos foram constituídas por professores das respectivas áreas. Os trabalhos foram julgados em audiência pública, organizados por sessões temáticas, o que possibilitou aproximação dos atores a conheceram a produção científica sendo realizada, dentro e fora da universidade.

Por outro lado, ao longo do evento, outra avaliação foi desenvolvida, a avaliação externa pelos consultores do CNPq. Pela perspectiva da avaliação externa, ocorrem as políticas de garantia da qualidade, "através do fornecimento de informações da qualidade acadêmica para o público e do retorno dos resultados frente ao financiamento público dado pelo Estado." (Polidori *et al.*, 2011:80). No ano de 2012, uma população de quase seis mil pessoas puderam conferir os 2.445 trabalhos de pesquisa de estudantes de todas as áreas do conhecimento.

Salãozinho: o caso do Salão UFRGS Jovem

Inicialmente por visitas ao Salão, a participação das escolas de ensino fundamental e médio foi um projeto de visitação, a partir de 2002, pelo incentivo do Colégio de Aplicação da própria Universidade. Sensibilizados por essa prática, a integração de jovens com as apresentações dos trabalhos nas diversas áreas do conhecimento ampliou a vontade e o interesse de alunos e professores da rede de educação básica em divulgar trabalhos com pesquisa. Assim, o

conhecimento deles é trazido para dentro da Universidade, dando início ao Salão UFRGS Jovem, a partir de 2006.

Sendo afetivamente chamado de Salãozinho, abraça o cuidado a crianças e adolescentes no trato de seus trabalhos em pesquisa, orientados por seus professores. A proposta reuniu escolas de educação básica e de educação profissional técnica de nível médio, cujos estudantes podem protagonizar o evento expondo trabalhos para a comunidade acadêmica e geral, tornando-se uma atividade de cunho científico, tecnológico e cultural.

No Salãozinho, os jovens estudantes apresentaram seus trabalhos por um pôster impresso, devendo também apresentá-los oralmente, acompanhados de seus professores orientadores. O julgamento foi feito por uma comissão avaliadora por professores e pós-graduandos da UFRGS. Tornou-se um evento de referência para participação de jovens das escolas do entorno. Dos 104 trabalhos apresentados em 2006, passaram para 563, em 2013.

O caso da Feira de Ensino e Popularização da Ciência (FEPOP)

Os centros de pesquisa, os museus as instituições públicas de Ensino Superior receberam incentivo entre 2007-2010 para ações de popularização da ciência e tecnologia que estimulassem a inclusão social. Notamos um importante período para falar de inclusão social, relacionando a dívidas históricas, desigualdades e acessos.

Esse despertar trouxe à UFRGS, com o apoio financeiro do governo brasileiro, o Programa Ciência na Sociedade Ciência na Escola, em 2009. Buscou, de certa forma, enquadrá-lo como política institucional, oferecendo à sociedade uma educação não formal, a partir dos diversos enfoques dados aos projetos que difundissem a ciência e, ainda, oportunizar a qualificação de novos comunicadores da ciência através de duas bolsas, Bolsas de Iniciação à Popularização da Ciência (BIPOP), voltadas ao desenvolvimento social (divulgação) e Bolsas de Iniciação ao Ensino de Ciências (BIENC), voltadas ao desenvolvimento no ensino (formação).

Na UFRGS, o Programa contou com 37 projetos em 2009, o que se manteve sem oscilações nos dois anos seguintes, tendo um aumento em 2012 e 2013, recebendo 45 e 53 projetos de base científica, respectivamente, com potencial de difusão e popularização da ciência desenvolvidas nas diferentes áreas do conhecimento. Contudo, salientamos que, dentre as grandes áreas do conhecimento, somente algumas tiveram uma participação mais expressiva entre estudantes e professores. Houve uma diferença expressiva na participação nos projeto. O número de projetos com desejo de atuar com o desenvolvimento social (BIPOP) foi maior do que a oportunidade ofertada ao ensino (BIENC).

A FEPOP, em sua terceira edição, teve o objetivo de divulgar e expor os projetos de pesquisa desenvolvidos na universidade, voltados à popularização e à difusão da ciência e tecnologia, tendo um caráter obrigatório para os envolvidos com seus projetos, obedecendo algumas

fases para que o trabalho possa ser apresentado. Bolsistas e orientadores apresentaram seus projetos das ações desenvolvidas. Uma comissão avaliadora formada por professores da UFRGS avaliou as apresentações, tendo em vista a qualidade das ações voltadas à abordagem relacionada à popularização da ciência.

A FEPOP, ao longo dos seus três anos, houve 115 apresentações, ligando-se a uma proposta de evento em conjunto com o Salãozinho, a partir de 2012.

Limites e possibilidades de participação de estudantes, professores e técnicos

Nesse tempo vivido, imersos em questões críticas, de conflitos e tensões com o instituído, encontramos nele a possibilidade de viver o instituinte, a inconformidade com o silenciado, o não ouvido, as experiências invisíveis, com o perigo de não viver com dignidade e que uma nova epistemologia, a epistemologia neoliberal, vem afetando a universidade para ajustá-la aos trilhos internacionais da globalização econômica.

Instigados por isso, encaminhamos algumas reflexões, sendo conscientes de que seja um recorte muito pequeno de uma análise muita mais ampla, complexa e profunda do que estamos a viver, quando discutimos a democratização da universidade no Brasil e América Latina.

Através de leitura e análise de documentos primários, pensamos compreendê-los no processo histórico. Pelas entrevistas semiestruturadas, buscamos colher experiências político-sociais qualitativas dos sujeitos que participaram desses eventos, recortando um período de estudo de 2011 a 2013. Por nossa experiência, enquanto gestores na área da pesquisa, tal estudo qualitativo encara um desafio que os descreve, mas também explicitamos práticas que acreditamos evidenciar tensões, contradições, na quais a democracia institucional representativa se desconecta para uma democratização participativa (Leite, 2005). Para além dos números, é preciso desvelar, sob um ponto de vista metodológico, limites e possibilidades de participação de estudantes, professores e técnicos, não os reduzindo, em sua sociabilidade, historicidade e praxidade (Severino, 2011), mas que possam contribuir como um estudo de caso, inovando pelas questões pedagógicas até então não discutidas. Muito se fala sobre produção de pesquisa na universidade, mas pensamos aqui desenvolver uma reflexão sobre o espaço social da instituição para momentos de trocas de experiências entre as áreas do conhecimento e a prestação de contas, tendo em vista a avaliação interna e externa.

Os eventos como elo entre universidade e sociedade

Na vasta trama processual social da Educação Superior brasileira, toda instituição que se beneficie do programa de bolsas para iniciação científica do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), precisa promover um seminário final para apresentação de trabalhos. É prerrogativa do Estado hoje, ao investir em cotas de bolsas de IC, obrigar as IES a realizarem um seminário final de apresentação dos trabalhos de Iniciação Científica (IC). Não pretendemos, mesmo assim, identificar a UFRGS como modelo institucional participante de bolsa, reduzindo a discussão para a política de financiamento de bolsas de IC. Embora o CNPq tenha um papel de impacto nos investimentos de cotas de bolsa de IC, importa ainda mencionar duas observações. Por investir recursos públicos em pesquisa, o CNPq assume um papel destacado no SIC como agente externo avaliador.

Convém lembrar, ainda, ao escavar o processo histórico do evento, constatamos que o CNPq o tomou como modelo, para seminário final de prestação de contas da produção de pesquisa, isto é, o evento SIC foi criado pela comunidade universitária da UFRGS. No seu desdobramento, acolheu a sugestão das escolas do ensino básico e criou o Salãozinho, tendo início a outra vinculação, a FEPOP.

Emerge, pois, como questão a ser examinada, em momento específico e historicamente determinado, desafiando conhecê-la na perspectiva de um espaço social que diz ser um congresso científico, mas não é somente isso. Diz ser um evento de avaliação, mas tem a perspectiva de avaliação interna e externa. Diz ser uma prestação de contas institucional, mas também tem a ideia de avaliação educativa. Precisa avaliar os trabalhos dos estudantes da UFRGS, mas também quer avaliar os trabalhos de estudantes de outras IES. Ao longo do processo para a realização do evento, torna-se referência de formação científica, ao cabo do qual se transforma em produção institucional e aproveitamento curricular.

Através da temática participação nos eventos, em tensão dialética congruente com o instituído pelas normas institucionais, formulamos a hipótese de que movimentos inovadores se instituem em outras dimensões de participação, muitas vezes esquecidas, ocultadas, ou não valorizadas, possivelmente constituindo brechas a uma disputa entre paradigmas do conhecimento. Conforme Leite *et al*. (2011), os paradigmas emergentes clamam por uma pedagogia que procure outras razões para conhecer para além da racionalidade cognitivo instrumental. “Os paradigmas reguladores, da neutralidade da ciência, separam o sujeito do seu objeto de conhecimento e parecem insuficientes para dar conta do humano das relações que constituem o espaço pedagógico.” (Leite *et al*., 2011:20).

Em estudos sobre a “Iniciação Científica na formação de estudantes universitários”, Bridi e Pereira (2004) apontaram a necessidade de propostas alternativas para que a Iniciação Científica seja uma prática mais democratizada, no sentido de que a grade curricular tenha espaço para a vivência dos benefícios da pesquisa.

Além disso, a interação política e social nas atividades de reuniões de comissões, a participação nos seminários temáticos de formação científica e nas organizações de publicização do conhecimento, as relações entre orientador e orientando, junto a grupos de pesquisa, são

algumas outras experiências que estão vinculadas ao processo dos eventos.

Assim, a participação se tornou uma possibilidade de estudos para um debate acadêmico aprofundado sobre tais eventos, que exigem qualificação de estudo, em seu tempo e espaço social na universidade. Diante dos vários sentidos que a participação assume e que pode confundir e banalizar seu uso, a participação aqui pode esconder intenções, sem explicitar o vínculo da participação com a prática de democracia em ato. Como compromisso social, de acordo com Gohn (2011), importa saber a construção histórica da participação entre os diferentes atores universitários.

Leite (2005) reforça que a vinculação deve ser clara entre participação e democracia, na perspectiva de uma concepção de democracia forte, que pode ser entendida como a revitalização da cidadania através da ação com autovigilância, autolegislação e participação. É uma forma de democracia que convive com a representatividade, mas dela se desconecta para assumir princípios e valores que reforçam autonomias.

A participação é uma dimensão do princípio da comunidade no paradigma proposto por Santos (2010), o paradigma *conhecimento prudente para uma vida decente*. Trata-se de um paradigma assente em experiências democráticas e que busca democratizar a democracia. Na perspectiva dialética de concepção não-hegemônica de democracia, é preciso colocar no debate democrático outros arranjos participativos, outras experiências.

Através do projeto *democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*, experiências de participação democrática em diversos países do Sul global, analisadas como estudo de caso, Santos (2002) relata inovações de participação política para além da noção hegemônica de democracia, dentro de um sistema democrático institucionalizado. O reconhecimento da pluralidade humana ocorre por dois critérios, uma nova gramática social e cultural e um entendimento de inovação social articulada com inovação institucional. O que está em causa é um ideal participativo e inclusivo como parte de projeto de democratização.

A pesquisa tem um espaço de democracia?

Tal categoria temática é a mais desafiadora. Propõe que os atores universitários opinem e revelem fragmentos pelos quais podemos analisar, interpretar e dialetizar com o referencial teórico. Colocamos a hipótese de que o Salãozinho crie um espaço democrático multidisciplinar, observando uma busca de integração e interlocução com a sociedade, especialmente com as escolas da educação básica e técnica.

Pelas avaliações da participação na Feira, temos a percepção de tensões existentes pelo número pouco expressivo que aponta para isso. Outra hipótese parece sujeitar o evento ao acompanhamento das metas estáveis de produtividade institucional. Práticas inovadoras na universidade devem romper com as certezas, comprometendo-se com novas articulações

sociais, conforme Leite (2005). Nesse sentido, captamos a ideia de que o Programa Ciência na Sociedade Ciência na Escola e a Fepop podem ser potencialidades a energias emancipatórias que estão cada vez mais fechadas na universidade, numa espécie de um silêncio forçoso. Uma das razões a que nos leva a crer isso é por terem saído das metas atuais do governo zeloso por outras metas a cumprir, além de avaliações dos próprios professores interessados em novas bolsas, fomentos, visibilidade e, principalmente, pontuação em currículo, identificações claras de um capitalismo acadêmico, conforme Leite *et al.* (2011).

Dentro das pretensões da política institucional, buscam-se excelência e inovação para a pesquisa acadêmica. Consubstanciado ao Regimento Geral e ao Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Gestão 2012-2016 (Decisão do Conselho Universitário, nº 237/2013) declara os eventos como ações para atingir metas do ideário de "excelência acadêmica e inovação".

> A UFRGS, uma Universidade pública, gratuita, academicamente qualificada, plural e comprometida com o Brasil contemporâneo, acompanhando um crescente processo de internacionalização, procura orientar suas ações administrativas em consonância com os anseios da comunidade de docentes, técnico-administrativos e estudantes, com responsabilidade social. Tem-se observado um avanço crescente na qualidade acadêmica, reconhecida nas avaliações nacionais e internacionais, acompanhado de um fortalecimento dos laços da UFRGS com a sociedade em geral." (UFRGS, [s.d.]:2)

Em nossa problematização, conforme Leite e Genro (2012), questionamos se a qualidade da "excelência e inovação" se mira aos serviços com competência para atingir metas às avaliações externas somente, ou se trata de incluir também espaços para reflexão, democratização do conhecimento, ao debate político, humanizando a formação do sujeito, bem como politizando-o na avaliação interna. Assim, questionamos esse processo de internacionalização, o valor da excelência e inovação, e a avaliação externa do Estado regulador na divulgação dos preceitos documentados pelo poder instituído.

O Salão, o Salãozinho e a Fepop, enquanto eventos de avaliação institucional, parecem carregar um potencial para outras leituras sobre a participação dos estudantes, professores e técnicos, enquanto sujeitos protagônicos de uma democracia desconectada da democracia representativa a que são submetidos. Esses eventos têm um valor de prestação de contas à sociedade, mas há também que considerar que a sociedade também entra no jogo democrático de participação. A aproximação da universidade com a sociedade, em que pese a construção do conhecimento em conjunto, através desses eventos da pesquisa acadêmica, promove uma ação com responsabilidade social.

Ainda estamos na fase da pesquisa de campo. Diante de nosso objetivo geral, que é

identificar fragmentos de inovação nas percepções e perspectivas dos atores universitários na participação dos eventos do SIC, Salãozinho e Fepop, temos um desafio importante de colocar a concepção de inovação pedagógica, aos pressupostos não hegemônicos do que está instituído, mas tão somente a busca de aproximações com o formato de uma avaliação institucional participativa (Leite, 2005), dentro de características próximas das experiências de uma democracia participativa na universidade (Santos; Almeida-Filho, 2008).

Temos apenas a certeza de que essas experiências devem ser mais conhecidas, discutidas e aprofundadas por um viés alternativo ao que ora ser apresenta nas instâncias institucionais e estatais. Já ouvimos, muitas vezes, de que são eventos não criados pela comunidade, mas pelo Estado, pelo valor pago às bolsas, sem levar em conta as centenas participações de estudantes voluntários à pesquisa e voluntários à organização dos eventos. São eventos que promovem formação científica pública e gratuita ao longo do calendário acadêmico. Portanto, não se restringem a um período. A relevância do estudo indica um potencial de ampliar o conhecimento dessas experiências em outro patamar de participação em iniciação e difusão científica, sob pena de permanecerem marginalizadas porque colonizadas a um tipo de conhecimento, a cognitivo instrumental, de acordo com Santos (2011), na própria universidade.

Bibliografia

Brasil (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: DF, Senado.

Bridi, Jamile Cristina Ajub; Pereira, Elisabete Monteiro de Aguiar (2004), *A iniciação científica na formação do universitário*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Feldens, Maria Furtado (1996), "Socialização para a pesquisa e a docência na universidade: possibilidades e implicações da iniciação científica*", in*: UFRGS. Pró-Reitoria Adjunta de Pesquisa. *O jovem pesquisador e o futuro da ciência*. Porto Alegre: UFRGS, 40-47.

Franco, Maria Eestela Dal Pai (1997), "Produção de pesquisa e cultura: uma questão político-educacional", *in*: *Universidade, pesquisa e inovação*: *o Rio Grande do Sul em perspectiva*. Passo Fundo: Ediupf; Porto Alegre: Edipucrs, 19-46.

Gohn, Maria da Glória (2011), *Universidade: compromisso social e participação em projetos sociais*. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 9 ago/dez, 111-126.

Leite, Denise (2005), *Reformas Universitárias*: *Avaliação Institucional Participativa*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Leite, Denise; Genro, Maria Elly; Braga, Ana Maria (2011), "Inovações pedagógicas e demandas ao docente na universidade", *in* Denise Leite; Maria Elly Genro; Ana Maria Braga *Inovação e pedagogia universitária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 19-48.

Leite, Denise; Genro, Maria Elly Herz (2012), "Quo vadis? Avaliação e Internacionalização da Educação Superior na América Latina", *in*: CLACSO, *Políticas de evaluación universitaria en América Latina: perspectivas críticas*. Buenos Aires: Investigaciones Gino Germani, 15-98.

POLIDORI, M. M. *et al.*, (2011), "Qualidade e avaliação da educação superior", *in*: Denise Leite; Ana Maria e Souza Braga. *Inovação e avaliação na universidade.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 79-104.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2011), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa; Filho, Naomar de Almeida (2008), *A Universidade no Século XXI*: *Para uma Universidade Nova*. Coimbra, Portugal.

Severino, Joaquim Aantonio (2011), "Formação e atuação dos professores: dos seus fundamentos éticos*", in*: Severino, Francisca Eleodora Ética e formação de professores: *política, responsabilidade e autoridade em questão*. Cortez editora, São Paulo, 2011.

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (s/d), *A Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (1994), *Estatuto*. Porto Alegre.

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (1995), *Regimento Geral*. Porto Alegre.

Cooperoeste: uma resposta ao desenvolvimento excludente

Jocilaine Mezomo[1]
Hieda Maria Pagliosa Corona[2]

Resumo

Diferente do modelo capitalista, a economia solidária é uma alternativa para pensar o desenvolvimento, a partir de uma nova alternativa de gestão e organização da produção e de relações sociais. Nesse contexto, esse trabalho, consiste em relatar, o processo de constituição da Cooperoeste, mantenedora de uma indústria de leite - que foi criada e é administrada por famílias assentadas da Reforma Agrária, localizada na cidade de São Miguel D`Oeste – Santa Catarina, Brasil. Trata-se da organização de 130 famílias, assentadas através do MST (Movimento dos Sem Terra), que em 1985, percebem a produção de leite como possibilidade de geração de trabalho e de renda. Inicialmente com a produção de 300 litros de leite por dia, com o objetivo de agregar maior valor à produção, garantir renda e promover o seu desenvolvimento econômico e social. Atualmente a cooperativa produz aproximadamente 12 milhões de litros de leite e gera cerca de 230 empregos diretos.

Palavras-chave: cooperativa, autogestão, economia solidária.

Abstract

Contrary to the capitalist model, the solidarity economy is an alternative to think about development, from a new alternative management and organization of production and social relations. In this context, this work has the purpose of reporting the constitution process of Cooperoeste, maintainer of a milk industry - which was created and it is managed by settled families of Agrarian Reform, located in the city of São Miguel D`Oeste - Santa Catarina, Brazil. It is the organization of 130 families settled by the MST (Landless Movement), who in 1985, realized the production of milk as possibility of generating employment and income. Initially with the production of 300 liters of milk per day, the families had the aim of adding greater value to production, ensuring income and promoting their economic and social development. Nowadays the cooperative produces about 12 million liters of milk and generates about 230 direct jobs.

Keywords: cooperative, self-management, solidarity economy.

1 Formada em Administração, Mestre em Desenvolvimento Regional, professora nas Faculdades Mater Dei e UNISEP.
2 Socióloga, Dra. em Meio Ambiente e Desenvolvimento, professora e pesquisadora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Introdução

O presente trabalho traz uma reflexão sobre o desenvolvimento no contexto capitalista e as forças de resistência a esse modelo que se apresentam como alternativas. O desenvolvimento capitalista, através da industrialização, priorizou em larga escala o aumento da riqueza para poucos, que lucram direta ou indiretamente com o trabalho de outros. Além disso, extrapolou fronteiras humanas e naturais, com a extrema desigualdade, exploração do trabalho e da natureza. A urbanização como o lócus da industrialização subalterniza o homem do campo e o rural como espaço de vida e de trabalho, pressionando para que lá domine o agronegócio e a gestão empresarial, no intento de convencer a todos que o sistema capitalista produtivista seria a opção de desenvolvimento para todos. No entanto, o desemprego e a exclusão são consequências negativas desse processo. Alimenta a desigualdade de recursos e poder, em função da concorrência exigida pelo sistema, atua na exploração da natureza de forma insustentável, consumindo os recursos naturais para atender a demanda crescente de produção (Neto, Campos e Shigunov, 2009).

Diante deste quadro de relativo apagamento das formas sociais e econômicas alternativas, é que se busca evidenciar novas formas da ação humana que visem transformações na sociedade e que se direcionem para a adoção de novas práticas de gestão e relações sociais. Mesmo que a busca pela lucratividade seja um dos objetivos das organizações no contexto capitalista, ela deve estar pautada em outros valores e princípios, incluindo uma gestão alinhada à qualidade dos produtos e serviços e as pessoas, com foco no desenvolvimento que vise à integração, participação e igualdade dos agentes envolvidos.

Nesse contexto, o presente trabalho[3], tem como principal objetivo apresentar o processo de constituição e de desenvolvimento da Cooperoeste, mantenedora de uma indústria de leite, que tem suas bases fundamentadas na economia solidária. A pesquisa é de base qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, sendo que a coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa documental (estatutos, atas) e de entrevista semiestruturada realizada com membros do conselho diretor, que participaram ativamente do processo de constituição da mesma, e dos chefes de setores da cooperativa. Com intuito de manter o anonimato dos respondentes, os mesmos foram identificados como CD1, CD2, CD3 sucessivamente.

O artigo está estruturado da seguinte forma, inicialmente uma reflexão sobre a economia solidária como alternativa ao capitalismo, seguida de considerações sobre o movimento social sem terra – MST que deu origem ao assentamento e a Cooperoeste. Na sequência então relata-se sobre a surgimento e desenvolvimento da Cooperoeste. E por fim as considerações finais do trabalho.

3 Recorte da dissertação defendida em março de 2013, intitulada "A sustentabilidade na Cooperoeste: os desafios da autogestão".

A contribuição da Economia solidária como alternativa ao capitalismo

A economia solidária compreende um modelo de desenvolvimento que vem tomando forma em todo o mundo, sendo motivo de estudos e debates para melhor entendimento de sua proposta diante do cenário mundial. Singer (2000) relata que a economia solidária é um fenômeno percebido como uma construção, em processo contínuo, a partir da organização de trabalhadores. A questão é a busca por alternativas para um modo de desenvolvimento, que vá além dos princípios capitalistas, tais como: o trabalho assalariado; a divisão do trabalho; a propriedade privada dos meios de produção e; o acúmulo de capital (Marx, 1996) e supere os danos por ele gerado, como exemplo: a desigualdade de recursos e poder, em função da concorrência, a sociabilidade empobrecida e a exploração da natureza de forma insustentável. Percebe-se que esta racionalidade instrumental centrada no econômico como fundamento para o desenvolvimento, criou condições que proporcionam a interpretação clara de sua insustentabilidade, como defendem Neto, Campos e Shigunov (2009).

Um dos principais aspectos é que a economia solidária visa reconhecer a dimensão social, como destaca Lévesque (2007), priorizando as pessoas sobre o capital e o interesse coletivo, atuando com base nos valores da solidariedade, da cooperação, da ajuda mútua, da equidade e da justiça social. Assim, a economia solidária está sendo reconhecida neste conjunto de transformações como um modelo que vem reconstituindo principalmente os aspectos sociais, tendo em vista que a preocupação fundamental é com o desenvolvimento solidário, que abarca, entre outros, os indivíduos que estão distantes do cenário produtivo, reinserindo-os na economia.

Para Gaiger (2003) a Economia Solidária constrói relações sociais de produção diferente da forma assalariada e as práticas de autogestão, contrárias a heterogestão do modelo hegemônico, aliada a cooperação caracterizam uma singularidade nos empreendimentos. Destaca-se, portanto, o predomínio da propriedade social dos meios de produção; o controle do empreendedorismo; o poder de decisão que pertence aos trabalhadores ou associados; os direitos determinados de forma igualitária para todos; a gestão por conta dos trabalhadores que organizam o processo produtivo e atuam nas ações do empreendimento; as estratégias econômicas e a definição sobre as sobras financeiras que passam pela decisão da maioria. Nessa perspectiva, a cooperação resulta em uma “nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos” (Gaiger, 2003:192).

Essas iniciativas econômicas representam uma opção prudente para os segmentos sociais de baixa renda que integram o cenário de “desocupação estrutural e empobrecimento”. Tais atitudes estão se transformando em alternativas de trabalho e de renda e representam uma forma de manifestação de ideais das lutas e movimentos sociais que se apropriam deste debate entendendo a economia solidária como uma maneira de se desenvolver diante do

cenário imponente do capitalismo. Para Gaiger "representa *in limine* a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes" (Gaiger, 2003:184).

Leite (2009) especifica que as práticas de economia solidária se revelam nas experiências de comércio justo; na criação ou manutenção de empregos; na produção e comercialização coletivas; na moradia coletiva, na poupança e no crédito solidário; nos serviços coletivos de saúde; na proteção coletiva do meio-ambiente; na segurança alimentar; no apoio à criação de atividades individuais ou coletivas; na criação de novos serviços; enfim, em todas formas alternativas de trocas que não sejam financeiras.

A economia solidária ganhou força no Brasil a partir da década de 1980, com maior impulso na metade dos anos de 1990, como resultado dos movimentos sociais, que reagiram a crise do desemprego em grande escala, motivada pela abertura do mercado interno às importações (Singer e Souza 2000). Dessa forma, a cooperação assume um papel importante que alavanca e alimenta indícios de possibilidade para uma nova racionalidade econômica que se propõe a ir além dos resultados financeiros. "As práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente" (Gaiger, 2003:191), destacando a integração social, com o uso dos meios de produção e o acesso aos resultados econômicos pela coletividade. Gaiger (2003) explica que a cooperação no processo de gestão e do trabalho, ao invés de criar barreiras aos imperativos de eficiência, atua orientada pela racionalização do processo produtivo com resultados mais concretos e benéficos a todos, quando comparado aos resultados do trabalho na empresa capitalista.

Nesse sentido, como diz Boaventura de Sousa Santos (2009), faz-se necessário reconhecer que para ultrapassar a dominação epistêmica e cultural do capitalismo, com seus tentáculos globais, é preciso reconhecer que há outras possibilidades de construção e manifestação de conhecimentos e que há diversidade de situar-se e de viver no mundo. Defende em sua proposta, que a perspectiva pós-colonial de oposição visa a identificar a "pluralidade de projetos coletivos articulados de modo não hierárquicos por procedimentos de tradução que substituem a formulação de uma teoria geral de transformação social" (Santos e Meneses 2009:13). Por isso, a importância de identificar na realidade, em especial nas experiências "do sul" a diversidade de formas sociais que vá para além do pretenso modelo único e universal euro/norte americano centrado.

É preciso um "conjunto de intervenções epistemológicas [...] que valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos" (ecologias de saberes no sentido do exercício da auto-reflexividade) (Santos e Menezes 2009:57). É preciso, ainda, renovar a crítica para reconceitualizar a teoria da emancipação, saindo da formulação de uma teoria geral (moderna ocidental), para captar a lógica dos

protagonistas das ações coletivas transformadoras, sem perder as exigências éticas e políticas (hermenêutica diatópica). Para isso, deve-se observar as propostas emancipatórias de transformação social oriundas dos movimentos por uma globalização contra-hegemônica, a partir de um "procedimento de tradução dos projetos parciais de emancipação" (Santos, 2004:35), pensando-a fora de conceitos como progresso, desenvolvimento e modernização oriundos da lógica historicista (etapistas).

É preciso como diz Leff, portanto, dessujeitar, visando à construção de um desenvolvimento alternativo, baseado em nova racionalidade produtiva, que seja endógeno, autodeterminado e que vise o desenvolvimento sustentável. Para isso, faz-se necessário, entre outros aspectos, a ação dos cidadãos para participar na produção das condições de sua existência e de seus projetos de vida e induzir a participação direta das comunidades num processo de democratização (Leff, 2001).

No contexto destas reflexões é que a pesquisa realizada junto a uma Cooperativa que nasceu de um processo vigoroso dos movimentos sociais brasileiros na década de 1980, nesse caso dos "sem terra", que se articulavam em torno da luta pelo acesso a terra e a condições de vida dignas. Eram os excluídos e ou aqueles que resistiam ao processo de modernização, com predomínio da lógica capitalista e da racionalidade instrumental em torno do lucro e da acumulação de capital e poder. Dentre elas, o assentamento de família e o estabelecimento de estratégias que, levando em conta os saberes e práticas destes agricultores, visassem novas organizações produtivas, como é o caso da Cooperoeste.

Movimento Social dos Sem Terra (MST)

A proposta do movimento dos "sem terra" representa uma tendência contrária ao processo mais geral de desenvolvimento, vinculado à industrialização e urbanização, quando o "natural" era o êxodo rural, unilinear do campo em direção as cidades, em busca de melhores oportunidades para as famílias, como explica Furtado (1998). O movimento dos "sem terra" pode ser descrito como certa incapacidade da urbanização em absorver a mão de obra excedente que resulta, consequentemente, no desemprego e na exclusão social. As manifestações de luta pela terra congregam historicamente no Brasil grande força social, com capacidade de mobilização orientada pelos seus objetivos principais, os quais se concentram na discussão sobre acesso a terra e o investimento em pequenas propriedades familiares, para torná-las produtivas e garantir a sobrevivência dos agricultores.

De acordo com Fernandes (2008), na década de 1990, no Brasil, o crescimento dos movimentos sociais dos agricultores familiares e dos "sem terra", aumentou as disputas de terra, caracterizadas pelos conflitos com grandes latifundiários (terras improdutivas) e pressionou por políticas públicas, que atendessem as reinvindicações por terra, trabalho e renda. Concomitante a esse processo, ocorre no país a consolidação do agronegócio, como o

setor moderno e dinâmico da economia, agregando os sistemas agrícola, industrial, pecuário, tecnológico, entre outros. Nesse contexto, acontece a criação de assentamentos rurais liderados pelo MST, o qual demonstra a preocupação em criar condições para a reprodução social e econômica dos assentados, entre as estratégias destaca-se a de agregar valor aos produtos oriundos do programa Reforma Agrária. É a partir da formação de cooperativas voltadas a agroindustrialização é que os assentamentos se articulam e se unem para adquirir força e entrar no mercado.

O MST representa um movimento social estruturado, abordando estratégias coletivas de organização, como é o caso dos assentamentos que permitem a construção de experiências e de cooperação coletivas. Suas lutas, segundo o movimento, são pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Em busca dos seus objetivos o movimento articula-se no sentido de obter mudança social. Para promover essa mudança Vendramini (2003), explica que o MST atua na organização constante dos trabalhadores, na construção de grandes frentes de batalha, na união das relações com demais organizações e movimentos sociais, sindicatos, além de partidos políticos. O movimento cria características próprias e discute a questão agrária como um problema de territorialidade e se posiciona claramente contra os proprietários de grandes áreas e de riquezas e a favor da reforma agrária.

A emergência da Cooperoeste

Trata-se de uma organização que teve início com 130 famílias, que no dia 26 de outubro de 1985 foram assentadas na região do extremo oeste de Santa Catarina. Essas famílias eram de origens diversas tanto étnicas: italianos, alemães, caboclos; como da condição de trabalhadores: arrendatários, diaristas, parceiros, ex-proprietários, entre outros.

> (...) a origem nossa, que é dos arrendatário, parte diarista e éramos pessoas que trabalhavam de dia pra comer de noite. Sem terra né e aí quando nós fomos a luta pela terra nós tínhamos um sonho. O sonho de conquistar a terra, terra que é nossa terra que Deus deu e Deus não deu a terra assim com o nome, é do Paulo, ou é do André, ele deu para humanidade trabalha e essa terra conquistada veio junto com sonho e é o sonho que é avança na educação, na saúde. É avançar nos direitos do ser humano e aí, além disso, também a forma de trabalhar o coletivo (Entrevistado CD5).

Após estarem instaladas nas suas áreas, as famílias mantinham uma relação direta com a terra tendo como atividade principal o plantio de grãos como meio para garantir sua subsistência. Através do diálogo entre as famílias foi se discutindo possíveis maneiras de atuação que contribuíssem para fortalecer o grupo, por meio do trabalho e do esforço mútuo das famílias assentadas. A partir dessas reflexões fundou-se a Associação 25 de Maio, cuja finalidade era intermediar a comercialização dos produtos gerados no assentamento, buscando um melhor

preço tanto para a venda dos produtos como para a compra dos insumos. Mas esse processo não teve êxito, pois as famílias comprometiam a venda dos produtos antes mesmo de colocá-los a disposição para comercialização na Associação.

Com o passar do tempo, observando as cadeias produtivas da região essas famílias foram se inserindo na produção de leite, tendo em vista que era uma atividade que se adaptava as condições das terras adquiridas. "Foi assim um desafio muito grande que fez com que nós se uníssemos na produção e tinha leite, soja, o milho o suíno e aí fez com que nos aqui estudássemos a questão da produção leite" (Entrevistado CD5). Além disso, seria uma atividade alternativa, entre o plantio de subsistência e a atividade financeira, que garantia uma renda mensal para as famílias.

Segundo Testa *et al*. (1996), a bovinocultura de leite constituía-se uma das atividades que poderia compensar os pequenos produtores que não puderam atuar em outras atividades como na suinocultura, por exemplo, em função da falta de estrutura física e financeira, especialmente nessa região. Essa possibilidade se dá em função da atividade leiteira: ter grande poder de absorção de mão de obra, o que se torna favorável as pequenas propriedades de caráter familiar; agregar valor a produção com pouco uso de recursos financeiros; possibilitar o uso de terras impróprias para outros cultivos; ser considerada ecologicamente limpa "em comparação à suinocultura e aos grãos tradicionais produzidos na região" (Testa *et al*. 1996:95). Assim, conclui-se que a bovinocultura possui uma grande abrangência no sentido social, beneficiando as pequenas propriedades familiares, sendo uma alternativa importante aos agricultores, tendo em vista a expansão do mercado leiteiro, com grande possibilidade de oferta de trabalho e de renda para as famílias assentadas.

No início a produção era vendida a uma cooperativa sediada na região. Com o passar do tempo esses agricultores perceberam que o valor pago por litro ao produtor era relativamente baixo, desproporcional ao que era cobrado do consumidor. Outro problema enfrentado era a "cota-extra" que tinha relação direta com a produção do leite, o agricultor cooperado precisava manter uma cota de produção de leite durante o ano todo, se essa cota não fosse atingida os preços eram reduzidos e, consequentemente, causavam prejuízos aos produtores, correndo o risco de serem excluídos da cooperativa.

Diante dessa realidade, o MST promovia discussão nos assentamentos auxiliando na criação de alternativas de ação, que integrasse as famílias e ao mesmo tempo gerasse uma renda mensal para elas. Nesse sentido é que houve a motivação para organizar um movimento capaz de absorver a produção de leite dos assentamentos dos municípios de São José do Cedro, Anchieta e de São Miguel D' Oeste, o que de fato ocorreu. A produção passou a ser concentrada na Associação 25 de maio, uma pequena estrutura localizada em um dos assentamentos de São Miguel D' Oeste. Assim surge a pequena indústria de beneficiamento de leite e produção de queijo para vender no mercado local e concorrer com as indústrias que já atuavam no mesmo segmento. O objetivo era que as famílias assentadas agregassem

maior valor à produção, garantissem maior renda e ainda promovessem o desenvolvimento econômico e social.

> A história da cooperativa surgiu da necessidade do povo e eu acho engraçado assim que a cooperativa só acontece a partir de uma necessidade dos pequenos agricultores assentados e até na época por sermos assentados e sermos da reforma agrária a gente era bem mal visto aqui na região. Só fomos vistos com outros olhos depois que surgiu a Cooperoeste e a sociedade rural viu que nós éramos pessoas que queriam trabalhar e queriam produzir e fizeram a coisa acontecer. Então a gente vê isso como uma história muito bonita né (Entrevistado CD4).

Para isso, a estrutura que era da Associação precisava de novos investimentos destinados a reforma e a compra de equipamentos. A obtenção de crédito foi um grande desafio, pois essas famílias de agricultores, membros do movimento social dos "sem terra", estavam excluídas e não tinham credibilidade para adquirir financiamentos, como mostra o depoimento a seguir de um dos pioneiros da cooperativa.

> (...) tivemos muita é, muita discriminação eu diria assim ó, a nossa cooperativa, por ser de famílias carentes e a origem do movimento sem terra, a gente é muito discriminado e inclusive os órgãos públicos na verdade os próprios bancos não confiavam. (...) lá no meu acampamento a primeira experiência que nós tivemos na fábrica lá, nós esperamos dois anos para que o Banco do Brasil aprovasse um creditozinho pra nós começar a indústria. Onde surgiu a marca Terra Viva foi lá no assentamento com uma pequena industriazinha de leite tipo C e queijo (Entrevistado CD1).

Em 1° de abril de 1996, foi constituída a Cooperoeste, sendo a primeira indústria de leite tipo C dos produtos Terra Viva no Estado de Santa Catarina: a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda, industrializando em torno de 300 litros de leite por dia. Destaca-se que a Terra Viva é uma marca criada pela Cooperativa Central que congrega as cooperativas do Movimento "Sem Terra", a qual a Cooperoeste é filiada. A Cooperoeste paga royalties pelo uso da marca, que tem como estratégia se fixar no mercado, além disso, essa marca traz uma história de luta dos movimentos sociais na qual a Cooperoeste também está integrada (COOPEROESTE, 2011).

Em 1998, a cooperativa inicia a construção de uma nova sede, visualizando uma boa oportunidade de negócios, diante do aumento considerável da produção de leite nos assentamentos e da necessidade de buscar um espaço maior, pois a estrutura da época já não comportava a industrialização. Outro aspecto é que a agroindústria foi transferida

para a cidade, o que justifica-se segundo os depoimentos, pela facilidade do escoamento e da logística da produção. Assim, a nova sede foi construída no município de São Miguel D` Oeste, no estado de Santa Catarina.

A dificuldade enfrentada pelas famílias, bem como a falta de recursos financeiros da cooperativa foram marcantes nos relatos coletados durante a pesquisa de campo. As etapas de fundar e construir uma cooperativa solidária foram um marco para essa nova fase, que consolidou a agroindustrialização do leite, na qual os agricultores depositaram toda sua confiança e idealizaram o sonho de ter a cooperativa. Em todos os depoimentos, percebe-se fortes indícios de solidariedade no grupo, que se revela com demonstrações de confiança, participação e igualdade. Todos compartilhavam dos mesmos princípios. Conforme Gaiger (2003) os resultados obtidos dessa integração estão além de ganhos econômicos.

> Não tem como contar a história da Cooperoeste sem contar os primeiros dias aí quando nós viemos roçar carpir, limpar e fazendo essa parte aqui, os colonos vinham aqui catar plásticos porque aqui era meio que jogado, tinha um lotezinho aqui. A gente trazia comida de casa para ter o que comer alguma coisa aqui durante o dia. Não tem como a gente esquecer que quando foi começado aqui de nos tocar de passar o chapéu e ajuntar R$ 5,00 de um, de outro para legalizar a Cooperativa. Então a história se você vai olhar iniciou do nada, mas foi o cinco reais do fulano do ciclano, que tirou muitas vezes daquele dinheirinho que podia ser do filho, que também naquela época há 16 anos atrás muitas famílias estavam em dificuldade. Mas também tinha o coração de tirar o único dinheiro do bolso e quantos desses que eu posso testemunhar lá dentro do assentamento de tirar o único dinheirinho para contribuir com a liderança que saia porque sabia que eles iam para alguma coisa muito maior que era manter nós lá na roça (Entrevistado CD5).

A produção de leite no Brasil em 2011 foi de mais de 32 bilhões de litros. O Estado que mais produz leite no país é Minas Gerais, em 2011 foi responsável por 27,3% da produção nacional, seguido pelo Rio Grande do Sul com 12,1%, pelo Paraná com 11,9% e Santa Catarina em quinto lugar com 7,9% da produção nacional. Fazendo uma análise nos três estados que representam o Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), foram produzidos em 2011 quase 11 bilhões de litros de leite (Embrapa, 2012).

Desses três estados destacam-se as mesorregiões, Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul que juntas representam mais de 52% da produção total da Região Sul. Se comparado a produção nacional essas três regiões interestaduais correspondem a 30% da produção nacional de leite ou cerca de 10 bilhões de litros (Embrapa 2012). Tendo em vista essas informações verifica-se que a Cooperoeste está inserida, na maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina. Atualmente a Cooperoeste atua na industrialização

de leite longa vida integral, semidesnatado e desnatado além de creme de leite, bebidas lácteas, achocolatados, e pepino em conserva.

Esse crescimento favorece as atividades da cooperativa, é a segunda maior empresa em arrecadação de impostos do município (com mais de R$ 9.000.000,00 milhões). Atualmente sua produção mensal é de aproximadamente 12 milhões de litros/leite com capacidade para produzir 15 milhões de litros. Gera cerca de 230 empregos diretos e seus associados estão dispersos em dezesseis assentamentos da região, totalizando 700 sócios, com uma média de 300 famílias assentadas.

Na Ata Constitutiva de fundação feita durante a Assembleia Geral, formalizou-se a constituição da Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Limitada - Cooperoeste nela constando os nomes dos 256 agricultores fundadores desse empreendimento. Nessa oportunidade foi discutido e estabelecido o Estatuto Social que compõe as diretrizes para a autogestão da indústria. Estabelece a participação dos associados, esclarece sobre o capital empregado, a forma de realização das assembleias, bem como da atuação da administração e do conselho fiscal. Especifica sobre o processo de realização de eleições, das reservas e das sobras e dos livros para efetuar os registros das informações como as atas entre outros. Consta ainda a importância dada a integração com outras cooperativas e com órgãos públicos através de convênios, e de apoiar as iniciativas vinculadas a promoção da reforma agrária, visando alcançar os objetivos propostos em seu estatuto.

Para ingressar na cooperativa, a condição inicial é a de ser assentado, ser produtor de leite da Cooperoeste nos últimos seis meses ou estar integrado a outros programas da cooperativa (plantio de milho para sementes, plantio de pepinos para conservas, plantio de melancia). Integram-se também associações e cooperativas que se encontram situadas na mesma área de atuação e comprovarem a possibilidade de contribuir para os objetivos da organização.

Considerações finais

A modernização que combina mudanças tecnológicas, racionalidade instrumental e relações sociais embaladas pela promessa de felicidade e bem estar geral, trazia consigo o compromisso de extinguir a fome e promulgar a ordem e a paz no mundo. Afirmou-se a partir do distanciamento com as formas tradicionais que preservavam os costumes, as crenças, a cultura vinculada ao forte apego aos laços sociais. Apoiada nos pilares da racionalidade científica e no capitalismo, produziu um modelo de desenvolvimento considerado insustentável tanto social (desigualdade) como econômico (concentração de riqueza) e ambiental (destruição dos recursos naturais anulando capacidade de resiliência).

Nesse sentido, é que se destacam as alternativas de organizações e de gestão de empreendimentos que se posicionam como alternativas ao sistema hegemônico, demostrando que é possível um modelo de gestão diferenciado, sustentável, integrador, que

preserve a justiça e a igualdade entre seus membros, como mostram os relatos da experiência vivenciada pelos integrantes da Coooperoeste. Através dos depoimentos percebe-se que a organização de um grupo de sem terras, orientado por um movimento que luta por justiça agrária e social, com base na solidariedade e, principalmente, na propriedade coletiva dos bens e dos resultados da produção é um poderoso reforço para o enfrentamento das contradições oriundas do desenvolvimento capitalista.

Apesar de enfrentar muitas dificuldades, a economia solidária demonstra resistência diante do modelo econômico predominante, arraigada na solidariedade entre os seus membros, apontando para uma atividade econômica e relações sociais mais justa, com base na autogestão, em que as decisões e os benefícios sejam compartilhados. Os resultados gerados por esses empreendimentos motivam e aprofundam o debate sobre a nova racionalidade de pensar e de criar outras possibilidades para o desenvolvimento que vá além do econômico e integre os aspectos da justiça social em busca das emancipações humanas e da preservação dos recursos naturais.

Para tanto, operar sob a ótica da tradução (Santos) é buscar nas experiências locais aquilo que pode se comportar concretamente para a superação do hegemônico, o que pode ser revelado em grande medida pela pesquisa na Cooperoeste. Observa-se que nela está presente os fundamentos do desenvolvimento cooperativo solidário, há uma estreita relação social com características de solidariedade e de afetividade entre seus membros e um ajuste entre as necessidades individuais aos ganhos coletivos.

Há, no entanto, diversas dificuldades encontradas nesse embate que, no caso da Cooperoeste, pode ser identificada desde o seu início, pelos relatos o obstáculo vem desde as dificuldades em congregar o grupo de associados, discutir e trocar experiências na escolha das atividades a serem desenvolvidas, conseguir recursos financeiros para iniciar os trabalhos, entre outras. Atualmente se manter no mercado é um dos principais desafios, pois conciliar as pressões do mercado capitalista com a lógica solidária não tem sido fácil. Uma de suas estratégias de inserção diferenciada é manter marca “Terra Viva” como forma de vincular sua origem e seus objetivos, num processo de resistência as forças opressoras do modelo capitalista de exclusão do agricultor de base familiar. Através da força do associativismo é que os resultados foram sendo alcançados e a inserção social conquistada. A superação da miséria, através da geração de renda, pela agroindustrialização do leite, tem sido uma alternativa viável de desenvolvimento deste grupo que fora marginalizado pelas consequências do modelo econômico hegemônico e colocado à margem de qualquer perspectiva de vida, de justiça social nos anos de 1970/80.

A nova racionalidade se situa na troca de conhecimento e na diversidade epistêmica e cultural, as quais podem representar a mola impulsionadora desta alternativa de desenvolvimento solidário. A experiência da Cooperoeste remete a afirmar que ela é uma alternativa para o desenvolvimento e os desafios para superação de suas dificuldades estão vinculados,

principalmente, a dar continuidade e aprofundar a conjugação dos saberes individuais em ganhos coletivos, e preparar as novas gerações para assumirem a sucessão dos gestores desse empreendimento.

Referências

COOPEROESTE (2011), "Conheça nossa história". Consultado a 02.06.2011, em http://www.terravivasc.com.br/história.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMPBRAPA (2012), "Conjuntura do Mercado Lácteo". 5(44). Consultado a 10.11.2012, em http://www.cileite.com.br/sites/default/files/2012_10_Produ%C3%A7%C3%A3o_Leite.pdf.

Fernandes, Bernardo Mançano (2008), "O MST e as reformas agrárias do Brasil". UNESPE. *Observatório Social de América Latina*, 24,73-85.

Furtado, Celso (1998), *O capitalismo Global*. [4° Ed.] São Paulo: Paz e Terra.

Gaiger, Luíz Inácio (2003), "A Economia Solidária diante do modo de Produção Capitalista", *Caderno CRH*, Salvador 39,181-211. Consultado a 29.06.2011 em http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf.

Instituto Brasileiro de geografia e estatística, IBGE (2010), *Dados 2010*. Consultado a 09.10.2012 em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=421720.

Leff, Enrique (2001), *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes.

Leite, Marcia de Paula, (2009), "A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades". *Revista brasasileira Ciências Sociais.* [online],24(69),31-51.

Lévesque, Benoit (2007), "Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável". *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 49-60 Consultado a 29.06.2012 em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902007000200006.pdf.

Marx Karl (1996), *O Capital: Crítica a economia política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital*. Volume II, (Trad. Regis e Flávio R. Kothe). São Paulo: Nova Cultura, Cap. (XIII a XXV).

Neto, Alexandre S.; Campos, Lucila M. De S.; Shigunov, Tatiana (2009), *Fundamentos da gestão Ambiental*. Rio de Janeiro. Ciência Moderna.

Santos, Boaventura Sousa (2004), *Do pós-moderno ao pós colonial. E para além de um outro.*

Conferência De abertura do VIII Congresso Luso-Afro_Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (ogs), (2009), *Epistemologias do Sul*. Gráfica de Coimbra, Coimbra.

Singer, Paul (2000), *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. [4 ed.] São Paulo: Contexto.

Singer, Paul. Souza; André Ricardo (2000), *Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto.

Testa, Vilson Marcos *et al*. (1996), *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI.

Vendramini, Celia Regina. (2003), "Assentamentos do MST e identidade coletiva", in *26ª Reunião Anual da ANPEd*, GT 9. Poços de Caldas - MG.

Contra cultura e democracia radical: Copa do Mundo, exceção e resistência na pátria das chuteiras

Anditya Soares de Moura Costa Matos[1]
Joyce Karine de Sá Souza[2]

Resumo

Este artigo analisa a situação de exceção política, jurídica e econômica instaurada no Brasil para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, quando se suspendem diversas garantias do ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de garantir a exploração econômica monopolística do evento pela FIFA. Os marcos teóricos do trabalho radicam-se no pensamento de Hardt e Negri, que propõem uma democracia radical, bem como na caracterização do capitalismo atual com base nas teorias de David Harvey (acumulação por espoliação) e Naomi Klein (capitalismo de desastre). Na sequência, o cenário político-jurídico autoritário instaurado no Brasil graças à Copa é brevemente apresentando por meio da análise de parte da legislação de exceção aprovada para garantir o evento, terminando o trabalho com algumas indicações a respeito das resistências que podem surgir nesse contexto.

Palavras-chave: Copa do Mundo. Brasil. Estado de exceção. Capitalismo. Resistências.

Abstract

This paper intends to analyze the situation of political, legal and economic exception established in Brazil for the accomplishment of the 2014 World Cup, when many guarantees foreseen in Brazilian legal system were suspended with the purpose of guaranteeing FIFA's monopolistic economic exploitation. The work's theoretical framework has its basis in Hardt and Negri's thought, which proposes a radical democracy; it is also based in David Harvey (accumulation by dispossession) and Naomi Klein's (disaster capitalism) theories concerning the characterization of contemporary capitalism. Subsequently, the authoritarian political-legal scenario established in Brazil is briefly presented through the analysis of part of the exceptional legislation approved to ensure the event, concluding the discussion with some clarifications regarding the resistance which may arise in this context.

Keywords: World Cup. Brazil. State of exception. Capitalism. Resistances.

---

1 Possui Graduação em Direito (2002), Mestrado em Filosofia do Direito (2004) e Doutorado em Direito e Justiça (2009) pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil). Cursa o Doutoramento em Filosofia na Universidade de Coimbra. Atualmente é Professor Adjunto III de Filosofia do Direito e disciplinas afins na Faculdade de Direito da UFMG (Graduação e Corpo Permanente da Pós-Graduação. Diretor da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. *E-mail*: anditya s@ufmg.br UFMG

2 Mestra e doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil). Professora no curso de Direito da Nova Faculdade (Contagem/Brasil). Sua pesquisa é orientada à investigação de temas como estado de exceção, contrapoderes e resistências, produção biopolítica da multidão na contemporaneidade, democracia e sociedade do espetáculo. *E-mail*: joykssouza@gmail.com UFMG

O principal preconceito a ser vencido quando nos propomos a pensar a Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014 como uma manifestação do estado de exceção é a tacanha divisão entre ditadura e democracia. Para muitos, em especial aqueles preocupados em legitimar as ações do governo, não há qualquer relação entre essas duas realidades. Trata-se de um hábito de pensamento superficial que só consegue entender o mundo por meio de dualismos que, aliás, são os mesmos que no discurso oficial separam os bons manifestantes e os baderneiros, os cidadãos que se deixam capturar pelos mecanismos partidários e os "irresponsáveis" que, negando a lógica representativa e hierárquica, apostam em formas radicais de democracia (ex.: assembléias populares horizontais).

Para pessoas que só conseguem pensar de maneira dual é ofensivo afirmar que vivemos sob um estado de exceção. Segundo afirmam, estamos em um Estado Democrático de Direito (assim, com reluzentes maiúsculas). O próprio fato de se poder escrever um texto como este provaria isso. Se não estamos vivendo um regime claramente opressor – sustentam essas pessoas – em que militares governam, as portas dos parlamentos estão fechadas e as liberdades civis são restringidas, seria incabível falar em exceção. "Democracia ou ditadura, não há terceiro termo, e você deve escolher! Se disser que vivemos sob a exceção, certamente você é um adversário da democracia e um defensor enrustido da ditadura!" Eis o estranho modo de raciocinar de muitos dos defensores da "democracia" brasileira, o que lembra o *slogan* preferido da nossa ditadura militar – "Brasil: ame-o ou deixe-o".

Essa tendência dogmática do pensamento objetiva demonizar os movimentos sociais contestatórios e instaurar um discurso da lei e da ordem sem críticas e questionamentos. Para confrontá-la devemos nos lembrar que o estado de exceção não é uma forma de Estado (como o Estado liberal, o Estado socialista etc.), mas uma situação, sendo mais correto falar em situação ou estágio de exceção. O estado de exceção designa uma espécie de zona movediça e incerta que se instaura entre a ditadura e a democracia. Segundo o filósofo italiano Giorgio Agamben (2003), a exceção habita o corpo da democracia, conformando hoje uma técnica habitual de governo que se caracteriza por suspender a normalidade político-jurídica. As teorias tradicionais do estado de exceção entendiam-no como um instrumento necessário ao enfrentamento de crises naturais, políticas ou econômicas que não poderiam ser resolvidas mediante os instrumentos normais do sistema, muito lentos, ineficientes e burocráticos. Assim, diante de uma ameaça séria e iminente – uma guerra, por exemplo –, os poderes estatais se unificavam nas mãos dos órgãos executivos, que tinham então plena autonomia para enfrentar a crise. Todavia, esse antigo "estado de exceção constitucional" contava com uma série de limitações, em especial o tempo de duração e a extensão dos poderes do ditador. Por isso mesmo ele não pôde sobreviver em um tempo no qual a emergência passou a ser cotidiana. Hoje existem novos e amplos espaços para estados de exceção não declarados, inconstitucionais e permanentes (Matos, 2012).

Para compreender isso temos que entender o atual ciclo em que o capitalismo se encontra.

O geógrafo britânico David Harvey (2012) fala de uma reprodução ampliada do capital em que as cidades deixam de ser apenas o lugar das lutas de classe para se tornarem seu objeto. Luta-se não só *nas* cidades, mas *pelas* cidades. Nelas o capital passa a se comportar segundo uma lógica de acumulação por espoliação, que se define por concentrar e redirecionar as riquezas públicas para um pequeno grupo de indivíduos e empresas. Tal processo reflete uma tendência mais geral do capital detectada pela jornalista canadense Naomi Klein (2007). Segundo ela, o capitalismo se aproveita da comoção gerada por desastres naturais e artificiais para se desenvolver. Na verdade, o capitalismo não só se aproveita, mas precisa desesperadamente de tais situações emergenciais para, de um lado, impedir qualquer controle de suas ações e, por outro, efetivar maciças transferências de riquezas dos setores públicos e comuns para a nova classe plutocrata que domina o mundo.[3] Foi assim com o furacão Katrina em New Orleans e com os tsunamis na Ásia. Os megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, são outros ótimos exemplos.

As atuais mudanças autoritárias no espaço público brasileiro – bem como as arbitrariedades que as acompanham – dificilmente seriam concebíveis em uma verdadeira democracia fora do contexto excepcional da Copa do Mundo da FIFA, signo perfeito do capitalismo de desastre (Klein) combinado com a lógica da reprodução por espoliação (Harvey). Sob o argumento da constante emergência e sem qualquer consulta popular, a Copa foi imposta à sociedade brasileira, que vai desembolsar cerca de R$ 34 bilhões em recursos públicos para garantir o espetáculo, dos quais cerca de R$ 10 bilhões serão destinados exclusivamente à FIFA, configurando o maior faturamento que a entidade já teve em sua história. A Tabela abaixo mostra o lucro comparado na FIFA nas últimas duas Copas e a de 2014 no Brasil (Rede Jubileu Sul Brasil, 2013:30):

Copa	Direitos de TV	*Marketing*	Outros	Total
Alemanha 2006	1.362	585	398	2.345
África do Sul 2010	2.408	1.072	175	3.655
Brasil 2014 (projeção)	3.200	1.600	200	5.000

Tabela 1: Faturamentos comparados da FIFA (em U$ milhões)

É importante frisar que praticamente todos esses R$ 34 bilhões vêm dos cofres públicos brasileiros, ao contrário do que foi prometido pelo governo em 2007 (Rede Jubileu Sul Brasil, 2013:11). Confira-se a tabela demonstrativa abaixo copiada, produzida pela Rede Jubileu Sul com base em pesquisas próprias e tendo em vista a matriz de responsabilidades confeccionada

3 "*This lies at the heart of our plutonomy thesis: that the rich are the dominant source of income, wealth and demand in plutonomy countries such as the UK, US, Canada and Australia, countries that have an economically liberal approach to wealth creation.* [...] *we believe that the rich are going to keep getting richer in coming years, as capitalists (the rich) get an even bigger share of GDP as a result, principally, of globalization. We expect the global pool of labor in developing economies to keep wage inflation in check, and profit margins rising – good for the wealth of capitalists, relatively bad for developed market unskilled/outsource-able labor. This bodes well for companies selling to or servicing the rich. We expect our Plutonomy basket of stocks – which has performed well relative to the S&P 500 index over the last 20 years – to continue performing well in future*" (CITIGROUP, 2006:11).

pelo governo brasileiro em setembro de 2013 (Rede Jubileu Sul Brasil, 2013:20):

Áreas de gastos	Financiamento federal	Investimento federal	Investimento governo local	Investimento privado	Total
Mobilidade urbana	4.315,8	-	2.711,7	-	7.027,5
Obras de entorno	62,1	17,6	916,8	-	996,5
Estádios	3.919,8	520,2	3.952,2	133,3	8.525,4
Aeroportos	5.780,0	2.662,8	-	-	8.442,8
Portos	-	581,0	6,3	-	587,3
Telecomunicações	-	404,0	-	-	404,0
Segurança	-	1.879,1	-	-	1.879,1
Turismo	3.137,3	489,2	17,5	-	3.644,0
Estruturas temporárias	-	-	1.408,8	-	1.408,8
Isenções fiscais para FIFA e parceiros	-	558,8	-	-	558,8
Outros	-	512,2	-	-	512,2
Matriz consolidada	17.215,0	7.624,9	9.013,2	133,3	33.986,4

Tabela 2: Previsão de gastos para a Copa (em R$ milhões)

Os números constantes da Tabela acima são impressionantes e se analisados com base em outras variáveis demonstram com efetividade que as prioridades dos governos brasileiros, tanto federal quanto estaduais, não são com a criação de qualquer legado positivo da Copa para os brasileiros. Caso se faça uma comparação entre os gastos previstos para cada uma das doze cidades-sede da Copa no Brasil, tendo como variáveis a receita corrente líquida e a dívida consolidada líquida de cada uma delas, percebe-se que na cidade de Natal 25% da receita anual será destinada exclusivamente aos gastos da Copa. Em Recife será gasto com a Copa valor superior à sua dívida líquida, ou seja, o poder público municipal de Recife poderia ter saldado toda sua dívida se não preferisse financiar a Copa.[4] Outro exemplo: a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte previu em seu orçamento de 2013 destinar R$ 220,5 milhões para escolas e unidades de educação infantil. Todavia, o repasse real não passou de 14% dessa previsão, tendo faltado cerca de R$ 190 milhões.[5] Não é coincidência que um valor muito próximo a este – R$ 183 milhões – tenha sido destinado à preparação da Copa em Belo Horizonte,[6] restando claro que o dinheiro faltante na educação infantil municipal recebeu destino bem diverso daquele originalmente planejado.

Esses três exemplos nos levam a questionar se a melhor destinação a R$ 34 bilhões em um país pleno de problemas sociais como o Brasil realmente deveria ter sido a Copa do Mundo da FIFA. Com cerca de R$ 25 bilhões – que é o montante de gastos oficialmente divulgado

4 Os dados referentes a Natal e a Recife encontram-se em Rede Jubileu Sul Brasil, 2013:20.
5 PPAG BH 2013.
6 Portal da Transparência – 3º quadrimestre de 2013.

pela matriz de responsabilidades do governo em setembro de 2013 – seria possível colocar 3,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros de 4 a 17 anos nas escolas. Da mesma maneira, esse dinheiro poderia ter sido investido no precário sistema de saúde pública do Brasil, que para atingir o número de leitos recomendado pela ONU teria que injetar na área cerca de R$ 188 bilhões. Uma terceira opção seria investir o dinheiro da Copa em melhorias no transporte público. A adoção de passe livre para estudantes e do vale transporte social custariam cerca de R$ 15 bilhões, ou seja, menos da metade do valor destinado à Copa do Mundo.[7]

Para possibilitar essa verdadeira inversão de prioridades e valores, o Estado brasileiro deu à luz várias normas jurídicas excepcionais. O primeiro exemplo é a Lei Geral da Copa (Lei Federal nº 12.663/2012), que além de referendar o monopólio da exploração comercial do evento por parte da FIFA, cria tribunais de exceção e suspende vários direitos e garantias dos cidadãos brasileiros (meia entrada real para estudantes e idosos, direito de ir e vir no entorno dos estádios etc.).

Não é segredo que todas as medidas excepcionais efetivadas no país para a realização da Copa, desde a edição da Lei Geral da Copa até à mobilização de extensas camadas das forças de segurança nacionais (inclusive e principalmente as militares)[8] são justificadas com base no interesse público que, por sua vez, representaria uma expressão da soberania. Ora, a soberania nada mais é do que a *unidade intrínseca* de qualquer ordenamento jurídico, o que torna problemática a justificativa ideológica da exceção soberana, revelando não apenas a ilusão da soberania político-jurídica, mas também o jugo da soberania econômica que verdadeiramente governa o país.

Se "soberania" só pode significar que as normas de certo ordenamento encontram validade unitária, se dirigindo todas a um escoadouro comum, é fácil perceber que megaeventos excepcionais como a Copa de 2014 destroem tal modelo ao criar instâncias de validação externas ao Estado brasileiro que sequer são jurídicas, mas antes econômicas. Com efeito, muitas normas jurídicas brasileiras estão ou serão suspensas nos espaços da exceção futebolística, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), a Lei Geral de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993), o Estatuto do Torcedor (Lei Federal nº 10.671/2003) e o Estatuto do

7 Todas essas projeções de investimento público se encontram em Rede Jubileu Sul Brasil, 2013: 24 ss.

8 Para comprovar esse fato, basta ler com olhos críticos a Portaria nº 2.221, de 20 de agosto de 2012: "Considerando que a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, publicou o Decreto de 14 de janeiro de 2010 e o Decreto de 26 de julho de 2011, instituindo o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA, bem como o Decreto nº 7.682, de 28 de fevereiro de 2012, o qual altera o art. 5º do Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, relacionando como Grandes Eventos: a Jornada Mundial da Juventude de 2013; a Copa das Confederações FIFA de 2013; a Copa do Mundo FIFA de 2014; os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; e outros eventos designados pelo Presidente da República. Neste contexto, o Ministério da Defesa está autorizado a realizar o planejamento para o emprego temporário das Forças Armadas para atuar: nas áreas de Defesa Aeroespacial, de Controle do Espaço Aéreo, de Defesa de Áreas Marítima, Fluvial e Portuária, de Segurança e Defesa Cibernéticas, de Preparo e Emprego, de Comando e Controle, de Defesa Contra Terrorismo, de Fiscalização de Explosivos, de Forças de Contingência e de Defesa Contra Agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos ou Nucleares; em ações complementares, quando for o caso; e em outras atribuições constitucionais das Forças Armadas, em todas as cidades-sede, durante os Grandes Eventos."

Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003), todas elas inaplicáveis nos territórios controlados pela exceção econômica. Seria uma tarefa sem fim enumerar como tais normas serão suspensas, às vezes de maneira sutil, outras de modo claro e aberto. Valham, contudo, alguns rápidos exemplos.

No art. 12, a Lei Geral da Copa (LGC) estabelece várias restrições à liberdade de expressão, definindo a FIFA como titular exclusiva dos direitos relativos às imagens, aos sons e a outras formas de divulgação da Copa, incluindo aí o direito de explorar, negociar, autorizar e proibir suas transmissões ou retransmissões. Já no seu art. 27, a LGC admite a possibilidade da chamada venda casada, prática vedada pelo art. 39 do Código de Defesa do Consumidor,[9] o qual está suspenso no que se relaciona à Copa. A demonstrar para que lado pende a balança da soberania, o art. 22 da LGC prevê que, caso o Brasil não consiga fazer cumprir todas as exigências da FIFA, a União Federal responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, a seus representantes legais, empregados ou consultores. Outro exemplo significativo de exceção é a suspensão do polêmico dispositivo do Estatuto do Torcedor que proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios brasileiros.

Mas não apenas regras específicas serão suspensas; inclusive princípios constitucionais, tais como o da livre iniciativa, o da propriedade (dos pobres, obviamente), o da garantia do direito de greve e o da proteção ao trabalho serão objeto de severas restrições, tendo em vista as exigências monopolísticas da FIFA no que diz respeito à comercialização de bens e serviços em seus territórios.[10] Isso explica o imenso número de desapropriações em curso ou já realizadas nos entornos dos estádios e zonas protegidas para a FIFA, com o que um verdadeiro projeto de "higienização" urbana é posto em prática sob a justificativa emergencial da Copa. Com efeito, a Copa da exceção exigiu a remoção de cerca de 250 mil pessoas pobres sem qualquer procedimento democrático, além de criar um clima de enfrentamento entre os governos e vastas parcelas da população. Isso se traduziu na tentativa de criminalizar os movimentos sociais orquestrada pelo poder político e prenunciada pela massiva brutalidade policial de junho de 2013. A tabela abaixo apresenta uma estimativa das remoções devido às obras da Copa (Rede Jubileu Sul Brasil, 2013:25):

9 Art. 27 da LGC: "Os critérios para cancelamento, devolução e reembolso de Ingressos, assim como para alocação, realocação, marcação, remarcação e cancelamento de assentos nos locais dos Eventos serão definidos pela FIFA, a qual poderá inclusive dispor sobre a possibilidade: [...] II - da venda de Ingresso de forma avulsa, da venda em conjunto com pacotes turísticos ou de hospitalidade". Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor: "É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos".

10 Art. 11 da LGC: "A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso. § 1º. Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição. § 2º. A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal".

Cidade	Número de pessoas removidas
São Paulo	89.200
Rio de Janeiro	38.297
Porto Alegre	32.000
Salvador	24.000
Fortaleza	20.000
Belo Horizonte	14.000
Recife	12.000
Curitiba	6.000
Natal	4.000
Manaus	3.600
Cuiabá	3.200
Brasília	2.000
Total	**248.297**

Tabela 3: Remoções de pessoas para obras da Copa do Mundo

Nesse sentido, é de se notar que a LGC ainda possibilita a maximização da atuação penal do Estado, importante elemento mantenedor da ilusão da soberania política que, contudo, no Brasil é apenas econômica, como o demonstram com total clareza os tipos penais constantes da LGC, todos eles preocupados em garantir à FIFA que ninguém questionará seu monopólio de exploração no que diz respeito à Copa do Mundo. A situação de exceção é inegável quando se toma conhecimento da criação de novos crimes e de verdadeiros juízos de exceção, que durarão enquanto durar a Copa.[11] Nesse mesmo sentido caminha a privatização excepcional das forças policiais e militares brasileiras, que servirão não à população, mas aos promotores da Copa, devendo se submeter às suas diretrizes. O art. 13 da LGC determina o credenciamento de todos os envolvidos com os eventos da Copa, o que significa que mesmo agentes de segurança, policiais e militares que trabalharem nos jogos deverão ser etiquetados e agir sob inspeção da FIFA.[12]

11 Eis os crimes previstos na LGC: "Art. 30. Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa. Art. 31. Importar, exportar, vender, distribuir, oferecer ou expor à venda, ocultar ou manter em estoque Símbolos Oficiais ou produtos resultantes da reprodução, imitação, falsificação ou modificação não autorizadas de Símbolos Oficiais para fins comerciais ou de publicidade: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa. Art. 32. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação direta ou indireta com os Eventos ou Símbolos Oficiais, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela FIFA: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa. Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, vincular o uso de Ingressos, convites ou qualquer espécie de autorização de acesso aos Eventos a ações de publicidade ou atividade comerciais, com o intuito de obter vantagem econômica. Art. 33. Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional, não autorizados pela FIFA ou por pessoa por ela indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais da ocorrência dos Eventos, com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa. Art. 34. Nos crimes previstos neste Capítulo, somente se procede mediante representação da FIFA. Art. 35. Na fixação da pena de multa prevista neste Capítulo e nos arts. 41-B a 41-G da Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003, quando os delitos forem relacionados às Competições, o limite a que se refere o § 1o do art. 49 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), pode ser acrescido ou reduzido em até 10 (dez) vezes, de acordo com as condições financeiras do autor da infração e da vantagem indevidamente auferida. Art. 36. Os tipos penais previstos neste Capítulo terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2014."

12 Art. 13 da LGC: "O credenciamento para acesso aos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de

Os dispositivos citados da LGC são apenas alguns exemplos da exceção econômica ocasionada pela Copa. Não se deve esquecer a Lei nº 12.462/2011, que institui o regime diferenciado de contratações públicas, "flexibilizando" e, na prática, impedindo qualquer tipo de controle efetivo dos gastos públicos com a infraestrutura da Copa.[13] Tal Lei torna impossível a aplicação dos já precários freios e métodos de controle previstos na Lei Geral de Licitações, literalmente jogada no lixo durante a época em que é mais necessária. E isso considerando que a própria Lei Federal nº 8.666/1993 abunda em dispositivos excepcionais e emergenciais que conferem grande espaço à discricionariedade (e ao abuso) dos gestores públicos brasileiros. É o que já foi chamado, em outro contexto, de exceção da exceção (Matos, 2013:86 ss.). No Brasil da Copa, as exceções "normais" da legislação ordinária já não são suficientes, sendo necessário abrir novos espaços para o poder econômico soberano. Apenas para listar alguns dos mecanismos de exceção da Lei nº 12.462/2011, tem-se que ela delega ao Poder Executivo, sem qualquer controle prévio, a eleição do regime de contratação a ser aplicado, se normal ou excepcional (art. 1º e art. 65), institui a presunção de sigilo dos custos das obras (art. 6º, §3º) e dispensa a publicação de gastos públicos no Diário Oficial (art. 15º, §2º). Por seu turno, a Lei Federal nº 12.350/2010 isenta a FIFA, suas subsidiárias, parceiras e prestadoras de serviço do pagamento de qualquer tributo ao Estado brasileiro, representando uma renúncia fiscal de mais de R$ 1 bilhão.

Todos esses elementos – suspensão da normalidade jurídica, criação de leis especiais para garantir interesses econômicos da FIFA, aplicação de recursos públicos em prol de entidades privadas, tratamento da cidade como mercadoria a ser higienizada e total incapacidade dos governos de dialogar com os movimentos sociais – indicam, para além de qualquer dúvida razoável, que vivemos em um estado de exceção no qual "democracia" é apenas uma palavra, não uma vivência. Para iniciar a crítica dessa situação e a construção de alternativas verdadeiramente democráticas, a primeira tarefa é chamar as coisas pelos seus verdadeiros nomes, evitando assim que uma mentira mil vezes repetida se torne verdade. Ao invés de um Estado Democrático de Direito, a Copa da exceção nos mostra que sobrevivemos sob um Estado Plutocrático de Direito Privado. A partir dessa conscientização, a segunda tarefa

Competição ou por ocasião dos Eventos, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa, será realizado exclusivamente pela FIFA, conforme termos e condições por ela estabelecidas". No item 11.3 do Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo de 2014 da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça consta o seguinte: "O conceito de credenciamento para a Copa do Mundo de 2014 será desenvolvido pelo Comitê Organizador Local (COL), respeitadas as exigências da FIFA, para assegurar a preparação e a execução dos eventos. O credenciamento deve garantir que todos os indivíduos envolvidos na operação sejam corretamente identificados e possuam direito de acesso para exercer as suas funções e cumprir suas atribuições".

13 "O Regime Diferenciado de Contratações Públicas é aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização: I - dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica (APO); e II - da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação – FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, definidos pelo Grupo Executivo – GECOPA 2014 do Comitê Gestor instituído para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA 2014, restringindo-se, no caso de obras públicas, às constantes da matriz de responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios; III - de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais referidos nos incisos I e II. IV - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS" (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).

parece óbvia para todos aqueles que fazem parte dos 99%.

Não há uma receita única para afrontar o capitalismo em rede, tal como o demonstra Hardt e Negri (2004). Na verdade, devemos que trabalhar em várias frentes, já que as resistências têm que se dar também em rede, pois é assim que se organiza o poder global (Castells, 2012). Movimentos como o *Occupy*, nos Estados Unidos, os *Indignados* espanhóis, as manifestações de junho de 2013, no Brasil, e o movimento zapatista, no México, são horizontais, o que é positivo, assim como o fato de não terem uma única bandeira, o que dificulta sua cooptação pelo poder político. Cada vez mais ganha força a ideia de uma democracia radical cujo objetivo é diminuir a distância entre governantes e governados, questionando-se assim estruturas de poder arcaicas que paradoxalmente escondem uma nova forma de poder, que é a econômico-financeira (Hardt e Negri, 2004). Nesse sentido, a ideia de contracultura se refere a um modo de contestação que enfrenta a ordem posta, o *status quo* dominante, e revela um caráter profundamente radical que não se limita e, na verdade, é estranho às formas tradicionais de enfrentamento de uma determinada estrutura política, jurídica e econômica vigente (Pereira, 1983:20).

O movimento desencadeado contra a realização da Copa do Mundo no Brasil fortaleceu o contexto contracultural já existente. Várias Assembleias Populares Horizontais se solidificaram como focos de resistência e comunicação, agindo em rede e procurando desenvolver estratégias de luta contra a cultura da *pátria das chuteiras*. Afinal, não há um pensamento contracultural sem que haja uma cultura contestada que se pretende subverter. A Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, os *Ocupa* que se espalharam por várias cidades brasileiras, a Assembleia do Largo São Francisco de Paula no Rio de Janeiro, o Movimento Ocupe Estelita em Recife são alguns exemplos de organização popular, contracultural, horizontal, cooperativa e direta que fortaleceram o movimento de contestação contra a Copa do Mundo FIFA.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, nos encontramos face à erosão do velho contrato social, aquele que definia papéis com base na oposição entre sociedade e Estado. Assim, a busca de novas formas de sociabilidade se torna necessária para que se "abra o caminho a novas possibilidades democráticas" (Santos, 2002: 43). Para tanto, é necessário ir além do pensamento de alternativas e estruturar um "pensamento alternativo de alternativas" (Santos, 2002:44). O conhecimento e a ação devem ser orientados a uma reinvenção da deliberação democrática, ou seja, o conhecimento-como-emancipação deve se traduzir em ações-com-clinamen, investindo "os átomos de criatividade e de movimento espontâneo" (Santos, 2002: 45).

Trazer essa discussão à tona com a Copa é importante porque ajuda a criar um novo tipo de participação, que não se concentra em partidos ou outras estruturas que aceitam o jogo do capital, mas na tentativa – e não sabemos exatamente como, temos que viver isso para descobrir – de aproximar as pessoas do poder. O poder não precisa estar separado

da sociedade, como ocorre no mundo do Estado e do capital. Quando as pessoas vão para as ruas denunciar a representação política, as hierarquias sociais tradicionais e o poder do dinheiro, elas acabam realizando uma tarefa crítica mais revolucionária do que se imagina. O poder político-econômico capitalista corre grandes riscos quando se percebe que ele não é necessário nem eterno.

Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio (2003), *Stato di eccezione*. Torino: Bollati Boringhieri.

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – ANCOP (2013), "Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil". Consultada a 17.05.2013, em www.portalpopulardacopa.org.br.

Castells, Manuel (2012), *Networks of outrage and hope*: social movements in the internet age. Berkeley: University of California.

Citigroup Global Markets (2006), *Revisiting plutonomy: the rich getting richer*. Consultada a 17.05.2013, em http://delong.typepad.com/plutonomy-2.pdf.

Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990). Diário Oficial da União de 12.9.1990. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990). Diário Oficial da União de 16.7.1990. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003). Diário Oficial da União de 3.10.2003. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Estatuto do Torcedor (Lei Federal nº 10.671/2003). Diário Oficial da União de 16.05.2003. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Hardt, Michael; Negri, Antonio (2004), *Multitude*: *war and democracy in the age of the empire*. New York: Penguin.

Harvey, David (2012), *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso.

Klein, Naomi (2007), *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Picador.

Lei Federal nº 12.350/2010. Diário Oficial da União de 21.12.2010. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Lei Federal nº 12.462/2011. Diário Oficial da União de 05.08.2011. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Lei Geral de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993). Diário Oficial da União de 22.6.1993. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Lei Geral da Copa (Lei Federal nº 12.663/2012). Diário Oficial da União de 6.6.2012. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Matos, Andityas Soares de Moura Costa. (2012), "NÓMOS PANTOKRÁTOR? apocalipse, exceção, violência", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 105, 277-342. Versão eletrônica, consultada a 17.05.2013, em http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2012v105p277.

Matos, Andityas Soares de Moura Costa (2013), "Exception of the exception: Carl Schmitt and the limits of law", in Andityas Soares de Moura Costa Matos (org.) *Power, law and violence: critical essays on Hans Kelsen and Carl Schmitt*, Saarbrücken: Lambert: 86-97.

Pereira, Carlos Alberto M. (1983), *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense.

Portaria nº 2.221, de 20 de agosto de 2012. Diário Oficial da União de 21.8.2012. Ministério da Defesa. Brasília.

Rede Jubileu Sul Brasil (2013), "Copa para que(m)? Quem vai pagar a conta?". Consultada a 17.05.2013, em http://www.jubileusul.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cartilha-gastos-da-Copa-final.pdf.

Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/2011). Diário Oficial da União de 5.8.2011. Presidência da República. Casa Civil. Brasília.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Reinventar a democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares.

Assembleias populares e participação política no Brasil: a experiência da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte

Andityas Soares de Moura Costa Matos[1]
Joyce Karine de Sá Souza[2]

Resumo

Após os protestos no Brasil em 2013, conhecidos também como Jornadas de Junho, uma série de assembleias populares horizontais surgiu desses movimentos resistindo e se consolidando enquanto celebração do espaço público brasileiro. Sem vínculo partidário e movidas no sentido de deliberação e articulação em assuntos de interesse primordial para a convivência coletiva, as assembleias populares se constituem enquanto espaço para debate e diálogo horizontal e autônomo em que há oportunidade igual de participação para todos. A comunicação proposta pretende abordar a experiência da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, umas das cidades que receberá a Copa do Mundo FIFA 2014 e foi marcada pelas Jornadas de Junho no Brasil. Analisaremos quais suas motivações, como se organiza, como são as reuniões e como são consolidadas as ações deliberadas no seio dessa assembleia.

Palavras-chave: Jornadas de Junho 2013. Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte. Brasil. Participação política. Espaço urbano.

Abstract

After the 2013 protests in Brazil, also known as the June Journeys, a series of horizontal popular assemblies, which are resisting and consolidating as the promotion of the Brazilian public space, emerged from these movements. Non-partisan and directed towards deliberation and arrangement in matters of primary interest to the collective, the popular assemblies are constituted as a ambit of debate and horizontal and autonomous dialogue in which there are equal opportunity of participation for all. This paper intends to address the experience of the Horizontal Popular Assembly of Belo Horizonte, one of the cities that received the 2014 FIFA World Cup and was marked by the Brazilian June Journeys. We will analyze what its motivation is, how it is organized, how the meetings are and how the deliberate actions within this assembly are consolidated.

Keywords: June Journeys. Horizontal Popular Assembly of Belo Horizonte. Brazil. Political participation. Urban space.

---

1 Possui Graduação em Direito (2002), Mestrado em Filosofia do Direito (2004) e Doutorado em Direito e Justiça (2009) pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil). Cursa o Doutoramento em Filosofia na Universidade de Coimbra. Atualmente é Professor Adjunto III de Filosofia do Direito e disciplinas afins na Faculdade de Direito da UFMG (Graduação e Corpo Permanente da Pós-Graduação. Diretor da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. *E-mail*: andityas@ufmg.br UFMG

2 Mestra e doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil). Professora no curso de Direito da Nova Faculdade (Contagem/Brasil). Sua pesquisa é orientada à investigação de temas como estado de exceção, contrapoderes e resistências, produção biopolítica da multidão na contemporaneidade, democracia e sociedade do espetáculo. E-mail: joykssouza@gmail.com UFMG

Em junho de 2013 ocorreu no Brasil uma série de manifestações de rua que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Houve uma tomada dos espaços urbanos e as cidades se tornaram o campo de tensões nos quais se desenvolveram demandas que versaram acerca dos paradoxos da política brasileira atual no contexto de um Estado Democrático. O que se iniciou como uma mobilização que contestava o aumento das tarifas do transporte público, despontado pelo Movimento Passe Livre (MPL), culminou com milhares de brasileiros indo às ruas e reivindicando a efetividade de diversos direitos sociais e políticos, desde o direito à saúde e à educação até um direito à cidade e a um transporte público gratuito.

O pluralismo das demandas foi um desafio para aqueles que tentavam interpretar as manifestações na lógica engessada de uma homogeneidade de discurso que se pauta pela organização centralizada em um líder e pelos procedimentos de participação política tradicionais como, por exemplo, através do direito a votar e ser votado e de instrumentos institucionais de reivindicação das demandas sociais. Os movimentos urbanos que se articularam diante da exploração do trabalho, da concentração de renda que favorece determinadas classes dominantes, da depreciação e privatização da coisa pública (Sakamoto, 2013), desenvolveram atos políticos diversos para atuar em várias frentes.

Desse modo, a consagração de uma cidadania que logra seu ápice com a constitucionalização de direitos fica opaca diante da impossibilidade da tutela jurídica e dos instrumentos políticos hegemônicos em responder efetivamente à realização desses direitos. A sensação de uma experiência democrática através de dispositivos constitucionais já não consegue se realizar de forma plena, além do mais, o Estado Democrático de Direito é, por definição, um *status* de determinado grupo a quem os outros são obrigados a reconhecer de forma, inclusive, coercitiva. E foi nesse sentido que a resposta estatal às manifestações se deu de forma violenta, justamente por não conseguir reconhecer ou absorver a ação política direta que tomou as ruas em face do envelhecido léxico político do *status quo*. O controle das manifestações através de ações policiais demonstrou como o Estado brasileiro não conseguiu manter diálogo com as vozes que ecoavam das ruas. A repressão policial e o controle estatal das movimentações de rua foram aumentando gradualmente na medida em que o poder dominante não conseguia parar as manifestações, afinal, o instrumento pelo qual o Estado opera é a polícia ou, como prefere Foucault, “a polícia é o golpe de Estado permanente” (Foucault, 2008:457).

As Jornadas de Junho se desenvolveram em um processo descentralizado e sem liderança situação que os partidos políticos brasileiros tradicionais não conseguiram cooptar. Colocou-se em xeque a participação política nos moldes da representação partidária que, para além da chamada “crise de representação”, fez emergir outra forma de participação na qual a população não é mais colocada como objeto, mas como sujeito da ação política. Os movimentos intitulados como Jornadas de Junho, para além de contestar a hegemonia da ordem existente, revelaram a possibilidade de inovações na concepção de participação

política. "A participação, através de sua expressão mais radical, a autogestão, e as novas maneiras e métodos de fazer política tomaram as ruas como forma de expressar revolta, indignação, protesto" (Rolnik, 2013:10).

Foi nesse contexto e em sequência aos protestos e manifestações de rua, que surgiram por todo Brasil as chamadas Assembleias Populares Horizontais. Um formato de participação política alternativa e inclusiva, sem filiação partidária e que tem a rua como espaço de diálogo diante da ineficácia dos poderes constituídos em ouvir e responder às demandas sociais. Construindo o debate político e social em novos espaços, as Assembleias Populares Horizontais intervêm na política propondo novas dinâmicas na realização de direitos. A Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH-BH) teve sua primeira sessão no dia 18 de junho de 2013. Sua criação se consolidou devido ao entendimento de que era fundamental construir um espaço de forma espontânea e que fosse aberto e horizontal, no qual seria desenvolvido um debate que "permitisse o levantamento das reivindicações populares e a organização da pluralidade de vozes de forma coordenada para obter resultados concretos" (APH-BH, 2013b).

O local escolhido para a realização das reuniões da APH-BH foi o Viaduto Santa Tereza, situado na região central do Município de Belo Horizonte. Trata-se de ponto estratégico e acessível da cidade que serviu de base para os encontros das pessoas que quisessem construir a assembleia de forma comum e direta. As reuniões são realizadas semanalmente, geralmente aos domingos, e procuram congregar o máximo de participação possível, sendo incentivado e aberto o debate em torno de pautas e propostas estabelecidas. O chamamento às reuniões da APH-BH é feito pela página da assembleia no Facebook,[3] instrumento que se tornou essencial na divulgação das ações planejadas durante os encontros. Durante a 2ª sessão da APH-BH foi discutido e aprovado o modelo através do qual seria organizada a assembleia. Através de grupos temáticos, foram criados eixos de discussão sensíveis às pautas constantemente debatidas. São eles: transporte, educação, saúde, moradia, reforma política, democratização da mídia, polícia, Copa e grandes eventos, minoria e direitos humanos, meio ambiente e cultura (APH-BH, 2013b).

Após consolidados os grupos temáticos como forma de organização, a elaboração de propostas por eixo e nas sessões da assembleia foram debatidas e deliberadas e, por fim, as formas de ação escolhidas foram postas em prática, seja em ocupações na Câmara dos Vereadores ou na Prefeitura, seja em reuniões com a Administração Pública, seja em praças e avenidas nas quais o que é reivindicado é exposto publicamente para toda a população e para o poder público.

O foco da APH-BH é a construção conjunta, coletiva e horizontal de demandas e ações que visam reinserir o debate público acessível e direto, alheio aos instrumentos tradicionais que normalmente segregam e limitam a participação popular. O processo decisório é democrático

3 https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/info?tab=page_info.

e as reuniões em assembleia são o início para a realização de ações concretas que buscam trazer à realidade o debate durante as sessões. A APH-BH é regida por 11 princípios norteadores que podem ser alterados ou incrementados de acordo com o desenvolvimento da assembleia e de suas necessidades. Seguem listados (APH-BH, 2013b):

1. **Horizontalidade:** Espaço sem hierarquização, onde todos têm a liberdade de se expressar, o direito de falar livre de coações e o mesmo peso para decidir.

2. **Popular:** Canal aberto e de busca ativa das diversas vozes que compõem toda a sociedade. Disseminar, facilitar e permitir acesso a todos e ter o apoio desses.

3. **Não sectarismo:** Respeito a particularidade de cada um, sem impor ideologias e sem qualquer tipo de intolerância. Estamos juntos para buscar algo uno entre nós. O modo de vida, ideologia, ou orientação de qualquer natureza da própria pessoa não deve ser problematizado. Não há que se questionar, portanto, se a pessoa é preta, branca, rica, pobre, maior, menor, louco ou são, mas tão somente as ideias expostas e ações propostas e/ou realizadas. As ideias e ações são passíveis de serem dissolvidas e recusadas, as pessoas não.

4. **Não estigmatização:** Não julgar e não rotular as pessoas a partir de quaisquer tipos de categorizações.

5. **Autonomia dos Gts:** Os GTs são instrumentos da APH e sua autonomia emana dela; os Gts têm liberdade de intervenção (atos, aulões, seminários, etc.) e de discussão, mas não de reivindicação.

6. **Experimental:** Processo contínuo e dinâmico de construção e experimentação. Os princípios, meios (métodos) e fins (reivindicações e objetivos) estão sempre abertos à mudança. A APH é um processo autocrítico contínuo e não um fim em si mesmo.

7. **Buscar o consenso:** Amplo debate que busque decisões e deliberações que contemplem todas as visões expostas, sendo possível, em caso de propostas mutuamente excludentes, entrar em consenso sobre a necessidade da abertura de um processo de votação.

8. **Proatividade:** Ter iniciativa para fazer com que os processos e propostas aconteçam e/ou se desenvolvam.

9. **Transparência:** Não só o produto é divulgado, mas também o processo para se chegar nele; de forma a assegurar a ampla divulgação dos mesmos, através de diferentes meios de comunicação.

10. **Concretização/ eficiência/ produtividade:** Atingir resultados.

11. **Funcionamento em rede:** Estrutura em teia de elos de pessoas e grupos que se conectam em fluxo horizontal. Esses elos demandam e são demandados mutuamente por informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns.

Importante frisar que o modelo da APH não se define por uma liderança ou representação oficial que responda pelas ações definidas em assembleia. É um processo contínuo de formulação e concretização das demandas em que a horizontalidade é essencial para o funcionamento desse modelo de construção política que busca o fortalecimento e empoderamento das lutas populares e a tomada do espaço urbano. A articulação coletiva é essencial para que as demandas sejam ouvidas e debatidas em igual oportunidade para todos os interessados em contribuir para a construção das ações.

O palco da APH-BH é a cidade, cenário importante e que tem papel de destaque em Belo Horizonte desde as manifestações chamadas Jornadas de Junho. A urbe que, geralmente, é ambiente de conflito, violência, marginalização e, paradoxalmente, esquecida enquanto espaço de luta política, tornou-se também espaço de reivindicação, mobilização social e engajamento político. O nascente direito à cidade é consubstanciado em um direito à mudança da configuração urbana que tem privilegiado a exclusão daqueles socialmente indesejados. Se, como define David Harvey (2013:31), "evitar o conflito não é a resposta: retornar a tal estado é se deslocar do sentido do processo de urbanização e, assim, perder todo o prospecto de exercitar qualquer direito à cidade", a APH-BH traz à tona o conflito que se coloca quando há ocupação do espaço urbano com finalidade de discutir ações que vão de encontro ao *status quo*.

É importante notar que a criação de espaços urbanos de debate se colocam além dos espaços governamentais e salas de reunião oficiais que definem o que é de interesse de toda uma coletividade. A APH-BH está aberta à participação direta da população muitas vezes afastada dos centros de decisão e por isso carente de representação política efetiva, já que partidos políticos tradicionais e líderes governamentais não conseguem reproduzir e solucionar as demandas de uma coletividade que não coaduna com seus ideais. O nascente direito à cidade se desenvolve conjuntamente com uma nascente cidadania que foge de modelos constituídos e oficializados. Desse modo, o direito à cidade é inalienável e a vida urbana passa a ser pensada de modo a se tornar o espaço de abertura para novas configurações da urbe e na urbe. "O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político" (Harvey, 2013:34).

As ações da APH-BH, portanto, têm como ambiente político a cidade e tomam o espaço urbano como base. O espaço urbano é, dessa feita, cenário essencial ao desenvolvimento das atividades políticas dessa assembleia que se propõe radicalmente participativa e aberta a todos que tenham interesse em se envolver com seus atos. Foram várias ações desde junho de 2013, algumas merecem destaque: a APH-BH participou ativamente das manifestações de

rua que seguiram as Jornadas de Junho e no ápice da violência policial desenvolveu e divulgou o *guia do manifestante* (APH-BH, 2013a),[4] que orientava os participantes como agir antes, durante e depois das manifestações. Dentro desse guia as pessoas tinham acesso, inclusive, a telefone de advogados voluntários que orientariam manifestantes caso necessário. A APH-BH teve papel importante na organização das chamadas às ruas.

Denúncias feitas ao Ministério Público acerca da exploração do sistema de transporte público de Belo Horizonte também foram ações da APH-BH. Ao todo, foram 15 itens do contrato de concessão questionados demonstrando que empresas vencedoras do processo licitatório para exploração do serviço de transporte público em 2008 pertencem a uma mesma família e que os recursos arrecadados com espaços publicitários em ônibus deveriam ser revertidos para a redução do valor da passagem (Associação Mineira do Ministério Público, 2013).

Outra ação que ficou conhecida foi o movimento de ocupação da Prefeitura de Belo Horizonte que se consolidou contra a ameaça de despejo da ocupação Eliana Silva, ocupação de um terreno por pessoas com necessidade de moradia e vítimas da falta de política habitacional em Belo Horizonte e, também, pela ausência de abertura do prefeito para o diálogo com as ocupações que havia sido prometido em reunião com a Assembleia Popular Horizontal no dia 3 de julho de 2013 (Olho da rua, 2013).

A ocupação da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte também merece ser mencionada. Os ativistas reivindicavam tanto a publicização das planilhas das empresas de ônibus que executam o serviço de transporte público em de Belo Horizonte como também questionavam o aumento salarial de 34,15% para os vereadores do município (Jornalaico, 2013). Segundo nota da APBH-BH referente à reunião realizada em 03.07.2013, as empresas concessionárias de transporte público se beneficiam continuamente de isenções tributárias enquanto a população usuária recebe a prestação precária de um serviço essencial ao deslocamento no espaço urbano:

> Com base nesta avaliação a Assembleia Popular Horizontal de BH deliberou, em sessão após a reunião, pela manutenção da ocupação na câmara municipal e a convocação para novos atos de todos aqueles que sentem que a prefeitura não responde aos anseios da nossa população (Revista Fórum, 2013).

A APH-BH também promoveu encontros com o Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Anastasia, no qual levaram suas pautas que versavam acerca da educação, transporte e mobilidade urbana, reforma urbana e marcação de outras reuniões com o Governador (Agência Minas, 2013). As atividades da APH-BH variam desde ações diretas e organização de protestos, incluindo interdição de vias e resistência às ações policiais, até reuniões e debates

4 O guia está disponível em, consultado a 06/06/2014: https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.14676133849347/148242982034516/?type=1&theater.

com Prefeito, Vereadores e Governador. O que se pode colocar em comum em todas essas ações é que são decididas e deliberadas em assembleia as formas de sua concretização. Para além do debate que se desenvolve sob o Viaduto Santa Tereza, é importante notar que a APH-BH não é estática. Sua movimentação é constante e dinâmica na busca da reorientação da política pública aos anseios de uma determinada coletividade. A ocupação do espaço urbano e sua transformação em arena de ações diretas destaca o nascimento de novas formas de cidadania e participação política.

As ações da APH-BH denunciam os interesses de um pequeno grupo economicamente privilegiado que privatiza o espaço público, dado que as políticas públicas institucionalizadas em uma democracia são cooptadas para atender anseios diversos de toda uma coletividade. Giménez Merino (2012:52) demonstrou que não se pode qualificar de democrático um Estado de Direito cuja "formação da vontade política coincide agora plenamente com a do capital, legitimada por meio dos representantes políticos das populações." A atual ideologia da democracia se define com base na "liberdade ditatorial do Mercado, temperada pelo reconhecimento dos Direitos do homem espectador" (Debord 2011:11). Nesse viés, Matos (2014) critica o governo capitalista e a falácia da desregulamentação do econômico, demonstrando como a ordem que o sustenta legitima práticas necessárias ao capital, nas quais a ação técnico-econômica se vale de um instrumental político-jurídico que amplifica e garante o que interessa ao capital financeiro dominante.

A formação da vontade política construída durante as sessões da APH-BH faz um movimento inverso à lógica da representação, ou seja, de baixo para cima, em uma espiral constante de desenvolvimento de ações diretas que procuram concretizar as decisões deliberadas. Por outro lado, a ação direta rompe o vínculo desenvolvido sob o jugo de uma ordem legitimada e travestida sob a capa de legalidade que, em verdade, orienta-se conforme objetivos alheios à participação das pessoas na consolidação democrática. Santos (2002) demonstra que a ação rebelde, contrapondo a ação conformista, desenvolve-se em um conhecimento-como-emancipação.

A reinvenção da deliberação democrática, portanto, é essencial à construção de um sistema político-jurídico que se proponha inclusivo, horizontal e direto. A tensão entre a pluralização de direitos e capitalismo fez com que a democracia representativa perdesse seu viés garantidor, uma vez que seus mecanismos são eficientes apenas para a concretização dos interesses do capital. Por outro lado, o movimento realizado pela APH-BH demonstra ser possível concretizar a ação democrática enquanto ação direta. Observa-se, portanto, que a APH-BH busca a democratização da democracia, assim como a pluralização dos direitos concernentes ao interesse público, sendo um movimento social desde a perspectiva do sul global.

Essas características chamam a atenção, em primeiro lugar, para a importância de uma reflexão efetiva acerca da ordem vigente, que se traduz na "reconstrução ou reinvenção de

um espaço-tempo que favoreça e promova a deliberação democrática" (Santos, 2002:43) em um marco mais amplo de discussão sobre vivências coletivas. Em segundo lugar, elas demonstram o desvirtuamento das instituições tradicionais de um Estado de Direito ao mesmo tempo que possibilitam o surgimento de novos atores sociais e o desabrochar de sociabilidades alternativas nos moldes pensados por Boaventura de Sousa Santos (2002). Em terceiro lugar, tais características tornam possível repensar as consequências sociais, políticas e jurídicas das ações diretas em face dos interesses do capital dominante, que se apropria dos mecanismos estatais em prol de interesses privados. Por fim, elas apontam para a heterogeneidade das formas possíveis das ações coletivas diretas e seus impactos nas relações sociais.

A construção e o amadurecimento da APH-BH indicam que os processos democráticos institucionalizados devem ser questionados. Os processos de mobilização social na urbe afastam a ideia de que haja um sentido e espaço próprio para a atuação política. A experimentação democrática da APH-BH questiona a política representativa criando mecanismos e ferramentas de participação, deliberação e consolidação de um espaço público. Com efeito, as margens tomaram o centro e uma nova cena surgiu mediante protestos e ações diretas. A cidadania adquire assim um novo papel: não é mais estática ou alheia aos processos políticos, mas se posiciona e disputa sentidos na construção da democracia.

Referências bibliográficas

Agência Minas (2013), "Ata da reunião entre os delegados da Assembleia Popular Horizontal e o Governador Antônio Anastasia". Página consultada a 06.06.2014, em http://www.agenciaminas.mg.gov.br/media/uploads/2013/07/09/ata-09-07-2013.pdf.

Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (2013a), "Garanta a sua segurança, siga as dicas do Guia do Manifestante". Página consultada a 06.06.2014, em https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.14676133849347/148242982034516/?type=1&theater.

Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (2013b), "O que é a APH?". Página consultada a 06.06.2014, em http://aph-bh.wikidot.com/sobre.

Associação Mineira do Ministério Público (2013), "Assembleia Popular Horizontal aciona MP contra o sistema de transporte público de BH". Página consultada a 06.06.2014, em http://www.ammp.org.br/institucional/mostrar-noticias/noticia/10423.

Debord, Guy (2011), *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto.

Foucault, Michel (2008), *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

Giménez Merino, Antonio (2012), "A crise europeia: excepcionalidade econômica, gestão autoritária e emergência de formas ativas de resistência civil", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 105, 47-77. Tradução de Andityas Soares de Moura Costa Matos e Pedro Savaget Nascimento. Versão eletrônica, consultada a 17.05.2013, em http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2012v105p47.

Harvey, David (2013), "A liberdade da cidade", *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 27-34. São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

Jornalaico (2013), "Assembleia Popular Horizontal ocupa a Câmara". Página consultada a 06.06.2014, em http://jornalaico.blogspot.com.br/2013/08/assembleia-popular-horizontal-ocupa.html.

Matos, Andityas Soares de Moura Costa Matos (2014), *Filosofia radical e utopia*: *inapropriabilidade*, an-arquia, a-nomia. Rio e Janeiro: Via Verita.

Olho da Rua (2013), "Encadeamentos (ou: pequeno diagrama de coisas importantes sobre a ocupação da prefeitura que os jornais não vão dizer)". Página consultada a 06.06.2014, em http://olhorua.wordpress.com/2013/07/30/encadeamentos-ou-pequeno-diagrama-de-coisas-importantes-sobre-a-ocupacao-da-prefeitura-que-os-jornais-nao-vao-dizer/.

Revista Fórum (2013), "BH: Assembleia Popular Horizontal convoca população para protesto". Página consultada a 06.06.2014, em http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/07/bh-assembleia-popular-horizontal-convoca-populacao-para-protesto/

Rolnik, Raquel (2013), "As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações", *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 8-12. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

Sakamoto, Leonardo (2013), "Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas", *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 95-100. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Reinventar a democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares.

"Filhas de Eva na Maldição de Caim: história de vida de mulheres na imigração em São Paulo"

Claudia Moraes de Souza[1]

Resumo

Este artigo objetiva articular a análise das relações internacionais e da contemporaneidade com as migrações laborais. Abordando conceitos da dinâmica do sistema econômico, da estrutura do capital global e do desemprego estrutural analisamos questões relativas à vida cotidiana e a sobrevivência da mão de obra tomando como referência o sujeito da migração laboral. Tendo por base metodológica a história oral, desvendamos a dimensão individual, cotidiana e particular da migração laboral, sem deixar de observá-la pelo paradigma histórico-estrutural, que envolve, no Brasil, a organização da indústria têxtil e o tráfico internacional de pessoas para o trabalho degradante ou escravo.

Palavras-Chave: Madilção de Caim, Mulheres, Migrações Laborais, Relações internacionais, São Paulo

Abstract

This article has the goal to analyze the current international relations according the labor migrations. Approaching concepts of the economical system, the global capital structure and the structural unemployment we analyze questions about daily life and survival of the international immigrant workers. The methodology put into practice was the Oral History, which made possible the understanding of the subjective, quotidian and particularly dimensions of the labor migrations, also observing the historical and structural paradigm in which the textile industry in Brazil is involved together with the international traffic of peoples to the slave labor.

Keywords: "Madilção de Caim", Women, Labor Migrations, International Relations, São Paulo

1 Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza. Historiadora. Doutora e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP. Professora da Pós-graduação "Humanidades, direitos e outras legitimidades" da FFLCH/USP. E-mail: cacamoraes.history@gmail.com

Introdução: A maldição de Caim

> "[...]Então, não serei castigado pelo meu crime, perguntou Caim, A minha porção de culpa não absolve a tua, terás o teu castigo, Qual andarás errante e perdido pelo mundo, Sendo assim, qualquer pessoa me poderá matar, Não, porque porei um sinal na tua testa, ninguém te fará mal, Mas, em pago da minha benevolência, procura tu não fazer mal a ninguém, disse o senhor tocando com o dedo indicador a testa de Caim, onde apareceu uma pequena mancha [...]" (Saramago,2009:36)

Em sua reinvenção heterodoxa do Antigo Testamento, no livro Caim, Saramago recria de forma *sui generis* seus protagonistas e suas principais mazelas. Na prosa irônica e ácida, o autor apresenta uma nova leitura do texto religioso, revelando seu olhar crítico a tudo que está oculto nos dilemas e agruras de tão conhecidos personagens. Caim, marcado pela mão divina, foi condenado a vagar pelos continentes, andar errante, sem lar e sem pátria. A marca de Caim definiu seu destino e tornou presente, no mito, o desenraizamento como forma de castigo.

O personagem literário de Saramago construído a partir do mito de Caim nos apresenta uma alegoria para a identificação do sujeito deslocado. Um sujeito itinerante, forçado à transumância constante, onde a condição de existência se encontra fundada, ela mesma, no deslocamento, na diáspora e na migração. Como Thompson identificou a "maldição de Adão" como alegoria possível na identificação da classe trabalhadora inglesa em sua formação, condenada a obter sua sobrevivência a partir do suor de seu rosto e do trabalho árduo de suas mãos, a "maldição de Caim" aqui tomada como alegoria, denota a identificação de um sujeito cada vez mais presente na contemporaneidade, o imigrante internacional, submetido a uma condição duplamente frágil: aquela vinculada à necessidade do trabalho como forma de sobrevivência, e aquela vinculada a necessidade de deslocamento constante no território em busca de trabalho.

Desta forma, o tempo premido por uma globalização marcada pela hegemonia do capital e do mercado, sobre todo e qualquer aspecto da vida humana, nos apresenta a condição do sujeito deslocado de seu lugar de origem pelas necessidades da produção, como uma figura cada vez mais constante e presente na cena mundial. Dois fenômenos marcam as características da Nova Ordem Mundial no tempo imediato: primeiro, a Globalização, como fenômeno crescente do processo de internacionalização da economia, predomínio do mercado e superdimensionamento da expansão do capital, e, segundo, a Imigração Laboral, como fenômeno decorrente de transformações produtivas e nova organização do trabalho levado à condição de trabalho móvel.

Neste tempo configuram-se e articulam-se os fenômenos do global e do local revelando as

necessidades múltiplas do capital em se reconfigurar constantemente, exigindo do trabalho a constante mudança, a realocação, o deslocamento físico e espacial, o reordenamento e a requalificação. Transformam-se, constantemente, o espaço e as formas de produção afirmando cruelmente a inconstância na vida do trabalhador.

Este artigo objetiva articular a análise das relações internacionais, o momento atual da globalização às migrações contemporâneas. Partindo do contexto do sistema econômico, da estruturação do capital em dimensão global, do desemprego estrutural e suas consequências para a sobrevivência da mão de obra, tomando como referência o sujeito da migração laboral, optamos por construir uma investigação que possibilitou-nos fundir dimensões estruturais às múltiplas dimensões da vida dos sujeitos do trabalho. Tomando por base a história de vida chamamos a atenção à dimensão individual, cotidiana e particular da migração laboral, sem deixar de observá-la pelo paradigma histórico-estrutural e humanístico.

Sob a perspectiva de uma teoria histórico-estrutural, que colaborou sensivelmente com a teoria das migrações, a contemporaneidade tem afirmado a associação entre o mercado de trabalho e o movimento de pessoas. Pelos estudos de Saskia Sassen (2008), passamos a compreender e problematizar as cidades globais como grandes espaços da internacionalização do capital e reprodução de seus circuitos. Propondo a releitura das representações do espaço da cidade global, a autora revelou a formação de centros para onde convergem as várias formas da economia global: como a imigração laboral, o circuito econômico informal, novos regimes de trabalho, criação dos espaços eletrônicos e midiáticos responsáveis pelos novos desenhos do cotidiano desta cidade.

Em Thompson (1988), no século XVIII a presença ameaçadora da fábrica, tecida pela revolução Industrial, se impôs como a “maldição de Adão” entre os trabalhadores, submetidos à exploração pelo trabalho, a nova configuração do tempo social, ao controle dos corpos e oprimidos pela política e pela cultura da classe dominante. Na internacionalização do capital, no espaço da cidade global analisada por Sassen (2008), a submissão ao trabalho se reconfigura na “maldição de Caim”, marcada pela transumância, pela mobilidade constante, de forma que, o sujeito do trabalho só se mantém ativo, na medida em que, se desloca aos novos postos laborais ofertados na produção transnacional.

Destarte, o reconhecimento da articulação sistêmica do capital, e, do papel da fábrica na submissão e disciplinarização da força de trabalho, a experiência fabril foi analisada por Thompson (1988) em múltiplas dimensões, principalmente, no que tange a reconstrução das condições sociais de reprodução da vida de homens, mulheres e crianças na Inglaterra setecentista. Apesar de a fábrica haver estabelecido uma revolução nos hábitos e costumes do trabalho, no sentido de discipliná-lo e enquadrá-lo a lógica do tempo do capital, a preocupação do autor foi a de compreender as experiências dos sujeitos no interior da fábrica e principalmente fora delas. Nesta perspectiva teórica, para além do entendimento histórico estrutural, configuram-se preceitos teóricos ligados à experiência social dos sujeitos,

tornando possível uma teoria que articule estudos voltados à compreensão das dimensões estruturais do capital sem perder de vista a reflexão da condição dos sujeitos históricos.

Neste artigo propomos a discussão da imigração laboral internacional buscando uma perspectiva articulada entre, o fenômeno da transnacionalização do trabalho, o que envolve diretamente a imigração laboral, e o conjunto de experiências sociais dos sujeitos do trabalho internacionalizado.

Sob orientações teóricas de Abdelmalek Sayad (1998), a imigração, como fenômeno do tempo social, se constitui em um fenômeno global que envolve o fato coletivo e o fato individual concomitantemente. Ou seja, a imigração laboral, pautada pela necessidade sistêmica ou estrutural da sobrevivência do sujeito como força de trabalho, se constitui como um fato duplo: que articula o indivíduo ao coletivo, compondo-se de elementos do tempo histórico em suas dimensões culturais, políticas, econômicas, dentre outas.

Tratar do fenômeno das migrações laborais significa explorar simultaneamente as dimensões globais da produção e reprodução do capital internacionalizado revelando que a imigração internacional se constituiu num componente chave da produção da mercadoria e da reprodução social do trabalho, mas significa também, entender e revelar questões do sujeito deslocado, no sentido de devolver ao fenômeno um sentido de fato social total. Segundo Sayad (1998), as teorias sociológicas dos anos 70 e 80, que exploraram o fenômeno migratório, optaram por uma visão panorâmica e sistêmica, que condicionavam os sujeitos à massificação - imigrantes pensados como grandes massas em deslocamento. Como desafio do tempo atual, no estudo das migrações contemporâneas, temos a construção de teorias sociológicas e históricas voltadas para o entendimento do sujeito em deslocamento, tendo como objetivos pensá-los em suas múltiplas dimensões (cultural, religiosa, cotidiana e política).

O fenômeno migratório representado na totalidade sistêmica se prende à lógica do Estado Nacional e acaba por constituir a representação clássica do trabalhador deslocado como um constante incômodo social. O deslocamento de um conjunto amplo de indivíduos, aquilo que nos estudos demográficos se condiz chamar de “corredor migratório”, produz a situação constante do provisório, do desamparo, de inconstitucionalidade, de ambiguidade e de dissimulação, principalmente, no campo que se refere às convenções dos direitos nacionais. O imigrante, na sociedade de acolhida, apresenta necessidades de sua condição humana, gerando demandas por serviços básicos múltiplos. Tendencialmente, na sociedade de acolhida, este sujeito passa a ser visto e tratado como um problema. Tradicionalmente as populações locais ou nacionais rechaçam as políticas imigratórias e a acolhida à imigrantes e cobram do Estado o controle migratório, ficando este sobre a ameaça de múltiplos problemas: garantir força de trabalho ao capital, controlar fronteiras, estar atento à acolhida do imigrante e responder acerca de direitos humanos da comunidade imigrada frente aos organismos.

Um imigrante, na definição de Sayad (1998), assume assim uma multiplicidade de dimensões. Sob a ótica da sociedade que o recebe, pode definir-se como um problema a ser resolvido. Sob a ótica do Estado Nacional, ele é na maioria das vezes um "mal necessário", na garantia da produção. Sob a ótica do país de saída, ele é um "Emigrante", situação espectral (quase fantasmagórica), em que, mesmo ausente, ele se faz presente como um cidadão nacional apresentando demandas que se efetivam em outro território. Sob a perspectiva individual, ele é um sujeito ausente em seu núcleo familiar, sua terra, suas referências culturais, ao mesmo tempo em que, presente em novos espaços como elemento provocador do contato intercultural, das negociações culturais e, acima de tudo, do difícil movimento de acolhida e integração, como aceitação e reconhecimento.

Filhas de Eva na Maldição de Caim

Agora, tratando das novas dimensões da imigração internacional e das particularidades dos sujeitos da imigração cabe considerar novos perfis dos sujeitos. Desde meados do século XXI, a mulher tem sido um agente central nas migrações e o número de mulheres imigrantes tem aumentado passando a representar, segundo a Organização Internacional do Trabalho-OIM, cerca de metade dos imigrantes em todo o mundo. Este aumento, revela que o padrão tradicional de imigração - primeiro migrar o homem e só depois a mulher e os filhos – mudou radicalmente e as mulheres passam a migrar sozinhas ou optam por acompanhar o marido, deixando os filhos nos países de origem.

Na imigração laboral, as trabalhadoras são frequentemente encaminhadas para o trabalho doméstico e de prestação de cuidados, sectores "invisíveis" em que muitas vezes não estão protegidas pela legislação laboral no país de destino. Ou ainda, claramente no caso brasileiro, para o trabalho em condições degradantes e o trabalho escravo, engrossando as fileiras de trabalhadores "invisíveis" e as situações que elevam os números de casos de exploração, abusos e infração dos direitos humanos. As trabalhadoras migrantes podem acumular numerosos níveis de discriminação que interligam as questões de gênero com às questões culturais e da exploração do trabalho: discriminação cultural, de etnia, nacionalidade, religião, salarial, dentre muitos.

Desta forma, a mulher se torna um sujeito da imigração com qualidades específicas e de dupla possibilidade, primeiro apresentando questões da condição feminina que a fragilizam no processo exploratório, como dito anteriormente, e, as qualidades específicas da incorporação da mulher no trabalho, contribuindo para o reforço das capacidades das mulheres, que assim adquirem novas qualificações, mais autoestima e independência econômica, vinculação com o novo território propiciando formação de redes, associações e movimentos sociais de uma maneira geral.

Este artigo foi construído a partir desta ideia. A ideia de mulheres imigrantes como sujeito específico do processo imigratório internacional, dotado de matizes próprias. Nuances que

merecem um olhar apurado sobre sua condição de invisibilidade social, ao mesmo tempo em que se perceba a potencialidade de ação e organização do sujeito feminino no todo social. A história oral e de vida foi nossa opção metodológica para fazer vir à tona a narrativa destes sujeitos e principalmente as reflexões e o exercício epistemológico e percepção da própria história pessoal que os sujeitos realizam no processo de narrar, relembrar e recompor em narrativa a sua história de vida.

Apresentamos nesta transcriação, a história de nossa colaboradora recomposta como sujeito e objeto da história do tempo presente, com foco no estabelecimento do sujeito em sua complexidade individual e preocupada com o desvendamento dos fatos sociais individuais e coletivos, diante do fenômeno migratório internacional contemporâneo. Estas questões teórico-metodológicas se opõem à representação sistêmica da imigração como fenômeno global e de massa e da representação do imigrante como problema social e nacional, nossa busca pretende encontrar sujeitos históricos, sua dimensão de indivíduo, sua história de vida, seus dilemas cotidianos e suas expectativas de direitos. Estas perspectivas aparecem como elementos presentes na história das migrações contemporâneas imprimindo aos estudos das migrações as preocupações com a interculturalidade, as questões de gênero, as identidades culturais, as experiências sociais e seu papel na construção da cultura e da luta pelos direitos humanos.

A história de Eliza

A história de Eliza, seu cotidiano, suas lutas dão vida à história presente de inúmeros imigrantes que habitam a cidade de São Paulo, nas últimas três décadas. Seu trajeto migratório, suas experiências no trabalho e, principalmente, suas batalhas diárias pela sobrevivência, na conquista de direitos e na luta contra o preconceito e a discriminação, dão corpo ao movimento social ativo na cidade, composto de múltiplas histórias entrecruzadas de sujeitos que se inserem na rede internacionalizada da produção têxtil paulistana.

Nascida na província de La Paz, em 1973, depois de ficar órfã de pai, foi abandonada pela mãe. O abandono, narrado por Eliza, resultou de um contexto repleto de preconceitos interconexos relativos às questões de gênero e etnia enraizados na sociedade boliviana. A mãe, que se autoproclamava de etnia branca, recusou a filha nascida de uma união com um descendente indígena, interessada, após a viuvez, em construir um novo relacionamento. Ao mesmo tempo, a mãe, segundo a interpretação de Eliza, sofreu discriminações com a situação da perda do companheiro por não ser casada oficialmente. Encontrando-se, em plena juventude, na situação de uma mulher sozinha, solteira e mãe de uma menina, ao visualizar a possibilidade de efetivar um novo casamento, optou pela entrega da filha à família do pai, e ocultou do novo marido a existência de Eliza *"quando eu fui conhecer ela com doze anos "* narrou a entrevistada " *naquela época tinha muito preconceito com a mãe solteira, até aqui tem, em todo lugar tem preconceito, e quando ela ficou viúva do meu pai, ela não falou para meu padrasto que eu existia. Então quando eu conheci ela, o meu padrasto ficou*

sabendo e era uma surra atrás da outra para ela. Ela culpou para mim, ela falou que eu tinha culpa, mas eu não tinha culpa, porque eu não pedi para nascer. [...]" [2] .

De toda forma, a rejeição da mãe levou Eliza a ser criada entre os avós, tios e tias paternas. A menina se considerou órfã de pai e mãe até os doze anos de idade, quando soube da história e da existência de sua mãe "*por muito tempo pensei ser órfã de pai e mãe (disse Eliza), me criei com meus tios, e esses tios cada um da sua maneira me criou, claro que, sempre me orientaram do lado certo e isso eu continuo seguindo.*"

Foi na situação de uma família pobre, migrante da zona rural e envolta a dificuldades econômicas que Eliza foi criada por seus parentes paternos, *"Meus avós são do campo, meus bisavós, também. Meus tios migraram para a cidade. Eu nasci na cidade La Paz, cidade satélite. Eu ia nas férias nas terras do meu avó, mas sempre morando na cidade, meus tios, eles não davam importância as terras do meu avô. Lá tem esse preconceito, da cidade e do interior..."*[3]. Eliza estudou e completou o ensino fundamental, almejando estudar mais, seu desejo sempre foi estudar e se formar na faculdade:

> "[...] quando eu vim da Bolívia eu tinha estudado até a oitava série, eu estava ingressando no ensino médio, eu sentia querer estudar, eu sempre fui louca por estudo, eu queria ter tido a oportunidade, como meus primos, que tem uma vida mais estável. Eu acho, hoje em dia, que eu não tinha apoio, eu não tinha como, eu não podia, como eu não tinha mãe e pai eu sempre sentia que eles me criaram, mas não tinham mais obrigação de mim... Já me deram muito até certa época. [...]"[4]

Para além dos desejos e projetos individuais a situação na família sempre foi incomoda. Eliza vivia a condição de orfandade sempre como um incomodo, o incomodo de ser um peso financeiro aos avos, tias e tios.

Neste momento da história de Eliza, a história individual da família, marcada pela cotidianidade como repetição constante do trabalho, dos hábitos e do costume se entrecruza com a grande história. Surge, no seio da família, uma proposta para a menina, então com 15 anos: trabalhar em São Paulo *"[...] Aquela tia que deixou que eu viesse para cá, ela não tem muita instrução, então enganaram ela, falaram vamos fazer estudar e fazer trabalhar, e ela acreditou e, eu vim [...]".* O nome não declarado do propositor revela a consciência atual da situação em que foi trazida ao Brasil e a São Paulo. Eliza e sua família sofreram a abordagem de um agente do tráfico de mão de obra boliviana às indústrias de confecção têxteis paulista. A promessa era a de trazer a adolescente para trabalhar e estudar em São Paulo, ficando sob a custódia deste agente, com acolhida em casa de família boliviana.

2 Entrevista de 01 de outubro de 2010, em áudio e vídeo realizada no Diversitas-Núcleo de Estudos da Diversidade/ FFLCH/USP. O nome apresentado no artigo trata-se de um nome fictício a pedido da entrevistada preocupada em preservar sua individualidade.

3 Entrevista de 01 de outubro de 2010.

4 Entrevista 01 de outubro de 2010.

Foi desta forma que o projeto de emigração passou a fazer parte dos planos de Eliza. Naquele momento, sob a perspectiva da família em dificuldades financeiras e os dilemas individuais, a emigração surgiu como solução de problemas cotidianos. Eliza visualizou a viagem como um movimento em busca de oportunidades econômicas e culturais: um trabalho e a possibilidade de estudar, completar o ensino secundário.

Tratando da “emigração” como a outra vertente do processo imigratório, Sayad (1998) nos chama a atenção para o momento de construção do “projeto de emigrar”, um elemento do fenômeno da migração que compõe, complementa e atribui significados ao processo. Ainda como uma dimensão significativa, mas pouco refletida ou incorporada pela teoria migratória, o “projeto de emigrar” compõe-se da interligação das histórias individuais – fato individual – e os fatos coletivos, e assim foi com Eliza. A decisão de migrar é que produz, em primeira instância um emigrante, aquele que começa a conceber a possibilidade da mobilidade, uma vez que emigrar significa aceitar a ruptura de laços, ter coragem de deixar para traz diversos vínculos afetivos, familiares, somadas às referências culturais e espaciais de uma territorialidade local e nacional.

A experiência de Eliza, a partir daí, se configura na intersecção de fatores da grande e da pequena história das migrações. A situação une certa tradição imigratória estabelecida entre Brasil-Bolívia, desde os anos 80, alimentada pela persistência e o funcionamento de uma rede ilegal de tráfico de mão de obra estabelecida entre a indústria de confecções paulistana e o mundo, com as questões individuais, que envolvem desilusões familiares, a necessidade do trabalho, a vontade de estudar, a necessidade da independência financeira.

Na história de vida de Eliza nos deparamos diretamente com o agenciamento de mão de obra ilegal edificado em uma rede de recrutamento, transporte, subordinação e exploração da mão de obra. Desde a Bolívia, Peru e Paraguai, conta-se com uma estrutura que envolve agentes individuais aliciadores, emissoras de rádios e TV, jornais e agências de empregos[5] responsáveis pela propagação e motivação das possibilidades de trabalho em São Paulo. Do primeiro passo, que é o agenciamento, a rede se direciona a um fluxo que alimenta um circuito de subordinação e exploração de mão de obra transnacional. Esse fluxo é delimitado em uma territorialidade internacionalizada e marcado pelos pontos de saída da mão de obra e destino de pessoas para a produção, circulação e consumo de mercadorias. Patarra (2006) considera que os movimentos e fluxos migratórios contemporâneos constituem claramente a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global[6]. Desta forma consideramos as oficinas de costura e microempresas têxteis em São Paulo, que se tornaram o lócus do trabalho irregular, da subcontratação ou da escravização pura e simples de trabalhadores não-nacionais, configurando um território de instalação e permanência da mão de obra ilegal

5 “Reclutan gente joven para llevarla a trabajar como ilegal em San Pablo”. *La Razon. 18 de janeiro de 2011.* Disponível em: <larazon.com/version.php.articled =125070&EditionId=2431>. Acesso em: 4 abr. 2013.

6 Patarra, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. São Paulo:Estudos Avançados/USP. 20(57), 2006.

e do funcionamento das redes de adaptação e subordinação de indivíduos.

Na trajetória de Eliza, a decisão de emigrar a transformou em uma migrante internacional, vítima do tráfico de mão de obra, componente de uma cadeia produtiva internacionalizada da indústria têxtil. As projeções individuais do projeto migratório foram subvertidas pela lógica global do processo de exploração da mão de obra indocumentada no Brasil.

Foram 2 anos de permanência na oficina de trabalho sob a tutela de seu agenciador. A vida em São Paulo, numa casa-oficina, na zona norte – bairro Jardim Brasil - se resumia ao trabalho constante na costura e em afazeres domésticos, com longas jornadas diárias, quase nenhum descanso ou lazer. Além de uma condição vigiada de deslocamentos da oficina às ruas, sob o pretexto de que, sendo menor de idade e indocumentada, ela sofria um duplo risco com as autoridades brasileiras.

A única esperança de Eliza, entre seus 15 e 17 anos de idade, era a de que, ao menos uma das promessas realizadas se efetivasse: a possibilidade de cursar o segundo grau. Foram necessários dois anos, para que ela, de fato, visualizasse que a promessa nunca seria cumprida e que a situação na casa-oficina de costura não seria revertida, caso ela própria não tomasse atitudes drásticas.

Mesmo sem contatos na cidade, Eliza fugiu da oficina e se dirigiu ao bairro do Bom Retiro, no centro de São Paulo, com o intento de encontrar outros bolivianos e solicitar auxilio e acolhida de conterrâneos *"fugi, com a roupa do corpo e fui para a Estação da Luz porque me falaram que lá tinha muitos bolivianos"* [7].

O fim do ciclo de confinação na oficina de costura não representou o fim das dificuldades em São Paulo, ao contrário, o desafio da Acolhida, como uma imigrante individual, se impôs como maior questão a ser resolvida. Como garantir moradia e trabalho como estrangeira indocumentada no Brasil, longe da rede da costura e, portanto, da rede de "acolhida" organizada e mantida pelo tráfico de mão de obra? Na verdade, a questão da acolhida se relaciona a problemas que envolvem o tráfico de pessoas, a configuração de um mercado de subcontratação de trabalhadores e a constituição de um espaço urbano que alimenta a ilegalidade, a informalidade e a subcontratação num processo transnacional de exploração de mão de obra.

Como parte do processo migratório, em São Paulo, desde os anos 80, vem se estruturando um conjunto de redes sociais voltadas à ação direta com a população imigrante. Estas redes se estruturaram historicamente na sociedade contemporânea de forma globalizada e informatizada, articuladas às relações sociais de produção, segundo objetivos estratégicos e produzindo articulações locais que condensam formas organizacionais.

As primeiras dessas redes sociais foram constituídas a partir da ação de imigrantes (já sedimentados em bairros da cidade) e os empresários da costura, também imigrantes.

7 Entrevista 29 de outubro de 2010. Acervo *Diversitas*- Núcleo de Estudos da Diversidade/FFLCH/USP.

Articuladas como estratégias de sobrevivência e subsistência econômica, organizaram-se por ações empreendidas entre imigrantes que auxiliavam conterrâneos no processo de recepção, adaptação e, paralelamente, por microempresários da costura e agenciadores de mão de obra, interessados em assentar, acomodar e subordinar a mão de obra subcontratada recém-chegada à cidade.

As redes sociais que envolvem imigrantes e estrangeiros nos permitem pensar sobre a complexidade da questão migratória em suas fronteiras políticas e simbólicas. Essas redes apresentam a face solidária da inserção do recém-chegado no novo espaço de instalação, trabalho e morada, mas, por vezes, revelam uma dimensão perversa do fenômeno, associando-se ao tráfico de mão de obra e à exploração do trabalho subcontratado.

No caso de Eliza, a primeira rede de recepção e acolhida foi organizada por imigrantes sedimentados como contratantes de mão de obra ilegal de conterrâneos. Desde a viagem, tutelada por traficantes de pessoas, Eliza se instalou na cidade sobre a frágil condição de indocumentada, desconhecendo a língua e o espaço físico e social, o que demarcava a dependência em relação ao empregador.

Uma vez livre da dependência e da condição subalterna, o desafio foi se inserir novamente como mão de obra e garantir suas necessidades mínimas. Novamente, a necessidade de sobrevivência na cidade a desloca para uma nova condição de subordinação, em troca de moradia e alimento. Na Estação da Luz o único contato que ofereceu abrigo a Eliza (após sua fuga) foi com uma comerciante brasileira, proveniente do Mato Grosso – também migrante, mulher e de descendência indígena – dessa forma confundida por todos (em São Paulo) com as bolivianas. Eliza descobriu uma afinidade entre ela (indígena boliviana) e a brasileira (de origem indígena) e ambas identificarem condições comuns se aproximaram.

Ao rememorar este momento, Eliza destaca a solidariedade da comerciante nacional e sua disposição em acolhê-la. Perceptivelmente, laços de afetividade acabaram por aproximar Eliza da nova empregadora, fazendo com que a situação, que novamente se assemelhava a subcontratação, com troca de trabalho por moradia e alimento, ressurja na memória como uma situação de acolhida e solidariedade.

Em meados dos anos 90, do emprego com o comércio de frutas na Estação da Luz, nossa personagem passou a outro, no comércio ambulante, agora acolhida na casa de uma boliviana que havia conhecido na Estação da Luz. Voltou ao círculo e ao convívio com bolivianos, e acabou por reencontrar seu antigo empregador. A amiga boliviana com quem trabalhava e que a abrigava, presenciando ameaças acabou por intermediar o contato de Eliza com o consulado da Bolívia. O Consulado a auxiliou no contato com a família, na obtenção de documentos bolivianos (que atestaram sua maioridade), e, no fim definitivo das perseguições do pretenso tutor boliviano, na verdade, o traficante de mão de obra.

Mesmo refazendo contatos familiares e tendo atingido a maioridade Eliza optou por

permanecer no Brasil, não desejando voltar à Bolívia. Ao tratar desta opção, narra as dificuldades de readaptação à antiga vida familiar e um sentimento misto de orgulho e derrota que a levou a preferir manter a difícil condição no Brasil do que voltar a La Paz, sem haver mudado de condição financeira, sem haver conseguido estudar, sem haver conseguido juntar algum dinheiro que a pudesse promover socialmente em seu ciclo familiar e social.

O sentimento de vergonha e derrota que não a permitia voltar demarcou a permanência no Brasil, como uma imigrante indocumentada, condição vivenciada por quase toda a década de 90. Eliza foi obrigada pelas circunstancias econômicas a voltar ao trabalho com a costura. Intenções de receber um pouco mais e ter moradia por conta própria levaram-na a procurar trabalho em pequenas oficinas têxteis. Foi neste momento, que descobriu como o trabalho indocumentado era algo recorrente em diversas oficinas da cidade, sem ao menos a necessidade de um agenciador, bastava procurar um emprego em oficina do Brás ou Bom Retiro que, mesmo sem documentos brasileiros ou carteira de trabalho haveria possibilidade de contratação.

Empregada novamente no circuito têxtil, Eliza circulou pela grande São Paulo, morando em diferentes bairros e até em outra cidade – Guarulhos - com diferentes pessoas, sempre em busca de moradia a preço acessível, melhores salários e melhores possibilidades de trabalho. Retomou seu antigo objetivo de estudar matriculando-se num curso supletivo da Avenida Tiradentes, no bairro da Luz. Trabalhava diariamente na costura e frequentava a escola noturna. Eliza considera este momento como um momento de ampliação do convívio com pessoas na cidade, no trabalho e na escola. Nesta fase construiu amizades, namorou e acabou por conhecer aquele que viria a ser o pai de sua única filha – um boliviano que trabalhava com vendas de máquinas de costura.

Novos desafios a Eliza – assumir a gravidez e a filha de forma independente - uma vez que o companheiro, que era casado, e, com mais 4 filhos, não poderia assumir os encargos da criança. Para nossa personagem a condição de imigrante, permanente condição de deslocamento territorial e social, marcada pelo distanciamento do ciclo familiar, se apresenta constantemente como uma condição de fragilidade e instabilidade do sujeito. A maternidade assumida sem nenhum apoio familiar, mesmo com a negativa de auxílio do companheiro demarca mais uma vez a situação cotidiana de Eliza e sua condição não apenas como mulher, mas como mulher migrante, deslocada e pressionada pela urgência da sobrevivência mínima. O trabalho na oficina possibilitou a formação de uma rede de convivência apoiada em amizades e relações de vizinhança permitindo que Eliza conseguisse manter uma moradia e cuidasse de sua filha.

Em 1998, com 25 anos e residente há quase dez anos no Brasil, Eliza consegue participar da terceira anistia do governo brasileiro adquirindo o visto de morador provisório. A anistia e uma filha brasileira, nascida e registrada no Brasil alteram a condição legal de Elisa, oferecendo possibilidades concretas de trabalho regulamentado e, na visão da imigrante, aumentando

possibilidades diferenciadas de trabalho em postos superiores da confecção ou do comércio, diante de sua escolaridade e suas capacidades individuais.

Neste momento, Eliza passou a perceber outros problemas não clarificados em sua experiência migratória, o preconceito puro e simples em relação ao migrante, à etnia indígena e à sua nacionalidade. Claramente, ela ouve diretamente de seu empregador uma negativa de promoção de cargo no trabalho da confecção. Elisa almejava trabalhar diretamente com as vendas ou assumir um cargo de gerência – o empregador reconhecia sua capacidade de trabalho, mas, reconhecia também as dificuldades em promovê-la diante das exigências dos consumidores ou mesmo dos trabalhadores da confecção que carregavam preconceitos e restrições em relação a questões de gênero e superiores hierárquicos que fossem indígenas e não nacionais.

Retorna à memória de nossa colaboradora toda sua experiência de vida desde a infância e adolescência na Bolívia, em sua história pessoal, o preconceito à etnia indígena marcou sua infância, afastando sua mãe e definindo a condição de orfandade vivida incomodamente em sua família paterna. As experiências com o preconceito retornam na idade adulta, como imigrante e mulher trabalhadora, quando reconhece a intolerância étnica, o xenofobismo e o machismo como limitadores de suas possibilidades profissionais: *“Por exemplo, numa firma onde eu trabalhei, com um coreano, trabalhei 4 anos com eles, trabalhei sai e voltei, eles me conheciam e sabiam que eu era muito capaz de várias coisas, a firma expandiu, tinha muitas pessoas experientes que eles podiam colocar em cargos, mas no primeiro dia que chegou uma loirinha eles colocaram ela de encarregada, eu pensei , poxa vida foi isso, se eu fosse loirinha eles iriam me colocar ? Ele já me conhecia há anos, sabia do que eu era capaz, mas ele escolheu a loirinha. Elisa sabemos de sua capacidade, mas não dá! – disse ele. Eu me senti muito mal. Na Bolívia também acontece. Veja a minha mãe, ela é clarinha e trata os fregueses como eu de qualquer jeito. Agora, quando aparece uma senhorinha bem vestida e branca, ela trata muito bem [...] a sociedade é cruel”.*

As questões que envolvem o preconceito, o racismo e a xenofobia reconhecidos na trajetória de Eliza, nos chamam a atenção para o campo da cultura e todo o conjunto de elementos simbólicos que compõem as imigrações laborais na contemporaneidade. De fato, no presente, as dimensões visíveis dos sujeitos não mais se encontram expostas clara e definidamente, gerando elementos identificáveis e de fácil categorização – a exemplo – o trabalhador não mais é um trabalhador e ponto, devemos encarar a questão de que um trabalhador ou trabalhadora pode se apresentar hoje como: um não nacional, indígena, indocumentado, sem-teto, e assim por diante. Elementos múltiplos compondo as cenas sociais, econômicas e políticas revelando uma exacerbação de questões da cultura e do lugar do sujeito como elementos centrais para a análise histórica.

Homi Bhabha (1998) tem nos chamado a atenção para algumas destas questões por meio de um termo *“o entre lugar”* – proposto como termo que defina a situação complexa do tempo

presente e dos sujeitos múltiplos da globalidade que se apresentam diversos e difusos em suas demandas, características e identificações.

Como "entre lugar" podemos entender o momento em que, espaço e tempo se cruzam para produzir sujeitos complexos portadores simultâneos de diferenças e identidades, de elementos passados e atuais, da inclusão e da exclusão. Sob esta perspectiva, Elisa - imigrante, mulher, indígena, trabalhadora - ocupa o "entre lugar". Um território da sobreposição de diferenças culturais, sociais e econômicas reconfigurado nas relações internacionais pela articulação de uma rede de trabalho internacionalizada latino-americana refletida na composição econômica da megalópole paulista.

Eliza migrou se instalou e, até hoje, sobrevive no território brasileiro neste difícil terreno do deslocamento identificado pelas negociações culturais constantes, pela sobreposição de diferenças, pela subordinação econômica dos sujeitos deslocados, pelos xenofobismos e racismos. Mas, ao mesmo tempo em que este "entre lugar" é marcado por sobreposições e subordinações, ele também se configura a partir das múltiplas possibilidades de representação, de aquisição de poder e de ação dos sujeitos nele instalados.

Nos espaços físicos de convivência simultânea na metrópole, na arquitetura das ruas e bairros, das oficinas de costura, das praças e locais de convivência se estabelecem as performances sociais dos sujeitos transformando, de fato, a cidade em um "entre lugar" de negociações culturais múltiplas. Sendo o sujeito àquele que pode ser visto, na cidade, como um elemento da diversidade, um trabalhador que integra um grande sistema internacionalizado e, também, um sujeito em suas performances individuais, sociais, culturais e políticas.

À guisa de conclusão, quanto à história de Eliza como sujeito migratório , podemos dizer que, sem dúvida o processo foi de conquistas de direitos políticos e econômicos. Eliza já não vive mais da costura, conquistou um espaço de trabalho e sobrevivência ligado a sua atuação política junto à comunidade boliviana e de seu bairro – o Bom Retiro. Desde que sua filha começou a frequentar a escola pública, Eliza passou a participar do Conselho de Escola (conselho deliberativo de gestão escolar no nível municipal e estadual) iniciando um exercício político de representação em seu espaço social. Esta condição lhe permitiu um novo olhar sobre sua própria situação de imigrante e sobre suas possibilidades de participação política na sociedade brasileira. Efetivou-se, na vida de Eliza, um encontro com a política, ou, ao menos, um encontro com possibilidade de se expressar, de opinar, de propor e participar de ações conjuntas para melhoria da escola local, da convivência entre bolivianos e brasileiros, da qualidade de ensino.

Da experiência no Conselho da Escola, Eliza ampliou suas ações e atuações passando a participar de agremiações e conselhos de outros aparelhos públicos como o "Clube Escola" (aparelho público municipal de recreação e lazer local). Hoje, atua como monitora de recreação do Clube Escola, sendo funcionaria de uma ONG que desenvolve projetos para crianças atendendo populações locais e bairros de carência econômica. Continua

alimentando o sonho e a perspectiva que a fizeram mudar para São Paulo, poder estudar, fazer uma faculdade de pedagogia, *"sua grande e maior vontade"*, diz Eliza.

Sobre sua situação atual, Eliza mantém expectativas futuras e a memória de uma luta empreendida para alcançar o direito de se expressar politicamente em espaços públicos institucionais de cidadania. Sob sua perspectiva, ela conquistou arduamente um espaço de expressão social e de trabalho comunitário. Iniciou sua luta como luta pela sobrevivência na cidade, continua empreendendo esta mesma luta, porém, com a ampliação para lutas comunitárias que envolvem a situação dos direitos sociais e humanos: o direito à educação, ao lazer e à convivência democrática em seu novo país. Uma filha de Eva, deslocada de "seu lugar" recompôs sua história superando a condição de sujeito-sujeitado em busca da condição de sujeito-ativo.

Bibliografia

Bhabha, Homi. (1998), O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Patarra, Neide Lopes (2006), "Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais". Caderno Estudos Avançados da USP, 20(57),7-24.

Saramago, José (2009), Caim. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

Sassen, Saskia (2008), Territory, Authority, Rigths. Princeton: University Press.

Sayad, Abdelmalek (1998), A Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora EDUSP.

Thompson, Edward Palmer (1988), A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra.[2ªed.]

Discutindo saúde ambiental a partir de uma Ecologia de Saberes

Michel Fernandes da Rosa[1]

Resumo

Neste texto vou abordar o tema da saúde coletiva e ambiente em uma perspectiva de ecologia de saberes, procurando discutir a relação entre ser humano e natureza a partir do olhar das populações locais, diretamente afetadas pelo megaprojeto hidroelétrico de Belo Monte (PA – BRASIL). O objetivo é pensar em como as alterações no ambiente e no modo de vida das populações afetam a saúde destas, bem como ver a forma como estas mesmas lutam para superar as dificudades que surgem diante deste contexto a partir de outros saberes que transcendem os cânones do conhecimento científico.

Pretendo destacar que a exposição do conflito socioambiental por parte dos movimentos sociais e comunidades afetadas traz visibilidade às controvérsias entre o conhecimento científico e o saber e as experiências locais. Dessa forma será necessário estabelecer as relações entre problemas ambientais, os protestos e o problema da saúde pública em uma concepção mais ampla (saúde ambiental) a partir dos conhecimentos e experiências dos oprimidos que sofrem processo de invisibilização.

Uma questão que surge é a da capacidade de definir o que é um problema e de trazer problemas para a esfera pública de discussão e é aqui que se deflagra uma disputa entre os saberes a qual pretendo abordar ainda que de modo preliminar.

Palavras-Chave – ecologia de saberes – saúde ambiental – conflito socioambiental – conhecimento local

Abstract

In this paper I turn to the issue of public health and environment in the perspective of ecology of knowledge, seeking to discuss the relationship between human beings and nature through the eyes of local people directly affected by hydroelectric megaproject Belo Monte (PA - BRAZIL). The objective is to see how changes in the environment and livelihoods of populations affect the health of these and see how they struggle to overcome the same view of the difficulties that arise within this context from other knowledge that transcend the canons of scientific knowledge.

I intend to highlight the exposure of environmental conflict by the social movements and affected communities, brings visibility to controversies between scientific knowledge and local knowledge and experiences. Thereby it will be necessary to establish the relationships between environmental problems, the protests and the problem of public health in a broader conception (environmental health) from the knowledge and experiences of the oppressed who suffer from invisibility process.

One question that arises is the ability to define what is a problem and bring issues to the public sphere of discussion and there is a dispute between the knowledge which I intend to approach even in a preliminary way.

Keywords - ecology of knowledge - environmental health - environmental conflict - local knowledge

1 Estudante de doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Mestre em Sociologia pela mesma instituição (2012); Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2009); Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2004). Bolsista CAPES Foundation – Ministry of Education of Brazil

Introdução

Pretendo com esse texto realizar uma aproximação entre os quadros teóricos das Epistemologias do Sul e Ecologia de Saberes e os domínios da saúde e do ambiente a partir do olhar das populações diretamente afetadas pelo megaprojeto hidroelétrico de Belo Monte situado no estado do Pará – Brasil.

O objetivo aqui é abordar o tema da saúde e ambiente na perspectiva de uma ecologia de saberes, procurando compreender a relação entre ser humano e natureza a partir do olhar das populações locais, diretamente afetadas pelo megaprojeto hidroelétrico. Assim será possível perceber como as alterações no ambiente e no modo de vida das populações afetam a saúde destas coletividades, bem como a partir da experiência e conhecimento destas populações repensar a forma de lidar com os riscos à saúde coloetiva que recaem sobre as mesmas neste contexto.

A deflagração dos conflitos socioambientais por parte dos movimentos sociais e das populações atingidas dá visibilidade às controvérsias entre o conhecimento científico e o saber e as experiências locais. A perspectiva de uma ecologia de saberes mostra-se fundamental na construção desse conceito no caso concreto.

A Usina Hidroelétrica Belo Monte (UHE Belo Monte)

A história do empreendimento hidroelétrico atualmente chamado Belo Monte, localizado no Brasil, no Estado do Pará tem seu início ainda na década de 1970, durante o período de governos militares, quando estes estabeleceram como uma das prioridades do seu projeto desenvolvimentista de industrialização o aproveitamento hidroelétrico da Amazônia. No ano de 1972 o governo criou a Eletronorte, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás com o objetivo de produzir energia elétrica em grande escala na Amazônia (Eletrobrás, s.d.).

Desde o início, o projeto de aproveitamento hidroelétrico na Amazônia gerou controvérsias e reclamações por parte dos movimentos sociais, ambientalistas e populações da região afetada, especialmente comunidades indígenas, chamando a atenção da comunidade internacional. No contexto do projeto de aproveitamento hidroelétrico da região Amazônica, a Usina de Belo Monte é considerada pelo governo brasileiro como estratégica para o desenvolvimento da região e mesmo para a implementação de outras obras de estrutura para o modelo nacional de desenvolvimento. Ao mesmo tempo este caso é de grande importância para toda a comunidade da região e seus efeitos ultrapassam o âmbito daqueles que, segundo o projeto, sofrerão os impactos diretos da obra.

Em janeiro de 2011, Norte Energia S/A (empresa que obteve por via de licitação a outorga de concessão para a construção da usina)[2] obteve a licença de instalação (LI) e deu início

2 A Norte Energia S.A. é um consórcio formado por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e

às obras de terraplanagem para o acesso ao local da usina e a construção dos canteiros. Assim começou a obra da UHE Belo Monte, no rio Xingu, na Amazônia brasileira. A usina está sendo construída[3] na região oeste do Estado do Pará no município de Vitória do Xingu. No entanto, são 11 os municípios diretamente afetados por essa obra: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

O chamdo Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte (AHE Belo Monte) consiste em duas barragens (localizadas em sítio Pimental e sítio Bela Vista), uma casa de força principal (localizada em Belo Monte do Pontal), um canal de derivação e vários diques (localizados na volta grande do Xingu). A barragem do sítio Pimental será uma intervenção no curso do rio, que na área conhecida como volta grande será desviado através do canal de derivação para a casa de força principal localizada em Belo Monte do Pontal. Para tanto as obras estão sendo realizadas em diferentes trechos do rio em quatro canteiros de obras localizados em áreas entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu.

Belo Monte terá potência instalada de 11.233,1 MW, com a previsão de 4.571 MW médios de energia assegurada. Isso porque o rio Xingu apresenta grande variação de vazão entre os períodos de cheia e seca, não permitindo que se utilize toda a potência instalada durante todo o ano. A usina vai operar na modalidade de em nível constante chamda de “fio d´água”, o que significa que não haverá armazenamento de água em reservatórios para o controle da geração de energia e a utilização das turbinas instaladas vai depender sempre das vazões naturais afluentes à casa de força. A área alagada será de 516km², que será formada a partir da barragem do sítio Pimental (Norte Energia S/A, 2011).

Em decorrência desse desvio do curso do rio e da construção do canal de derivação e das duas barragens acima citadas, o trecho da volta grande entre o sítio Pimental e Belo Monte do Pontal terá reduzido o seu nível de água. Nessa região há, além da grande diversidade biológica, terras indígenas e diversas comunidades ribeirinhas e de agricultores familiares. Também se trata de uma área muito rica em minérios, aonde há a localidade conhecida como Vila da Ressaca, antiga comunidade de garipo de ouro.

Aproximando os Domínios de Ambiente e Saúde

A relação entre saúde coletiva e meio ambiente mostra-se um campo de pesquisa relevante diante das atuais discussões acerca dos impactos do modelo hegemónico de desenvolvimento nas vidas das populações mais vulneráveis por todo o Planeta.

---

de investimento e empresas autoprodutoras, para construir e operar a Usina Hidrelétrica Belo Monte. A sua composição acionária é a seguinte: Grupo Estatal Eletrobrás: Eletrobras: 15,00%; Chesf: 15,00% e Eletronorte: 19,98%. Entidades de Previência Complementar: Petros: 10,00%; Funcef: 10,00%. Sociedade de Propósito Específico: Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A.): 10,00%; Amazônia (Cemig e Light): 9,77%. Autoprodutoras: Vale: 9,00%; Sinobras: 1,00%. Outras Sociedades: J.Malucelli Energia: 0,25% (Norte Energia S/A, 2011).

3 O presente texto foi escrito no ano de 2014 enquanto as obras da UHE Belo Monte seguem em andamento.

Os movimentos ambientalistas dos anos 1950 a 1970 desempenharam significativo papel ao recuperar as dimensões política e social associadas aos problemas ambientais e a trazê-las para a esfera pública. As conferências da Organização das Nações Unidas de 1972, em Estocolmo e de 1992, no Rio de Janeiro colocaram as questões ambientais associadas à saúde coletiva no centro do debate internacional, o que foi reafirmado na conferência Rio+20, realizada no ano de 2012 no Rio de Janeiro. As relações ou interferências entre problemas ambientais e impactos negativos para a saúde passaram a ser matéria de investigação em vários domínios disciplinares.

A forma como ambiente e saúde têm se transformado em fonte de conflitos e controvérsia, com especiais contributos dos movimentos em torno da chamada justiça ambiental e da epidemiologia popular, bem como a disputa pelos modos de co-construção de conhecimento e de políticas públicas neste domínio mostram-se interessante objeto de estudo.

Através da deflagração do conflito socioambiental por parte dos movimentos sociais e comunidades afetadas, pretendo dar visibilidade às controvérsias entre o conhecimento científico e o saber e as experiências locais. Dessa forma será necessário estabelecer as relações entre problemas ambientais, os protestos, reivindicações populares e o problema da saúde coletiva em uma concepção mais ampla (saúde ambiental) a partir dos conhecimentos e experiências dos oprimidos que sofrem processo de invisibilização.

Uma questão que surge é a da capacidade de definir o que é um problema e de trazer problemas para a esfera pública de discussão. Aqui se deflagra uma disputa entre os saberes. As mobilizações coletivas aparecem como meios de trazer enquadramentos alternativos dos problemas para o espaço público, abrindo novos espaços de controvérsia e a de ação política (Matias, 2009).

É de se ressaltar, nesse sentido, a importância de aproximar analíticamente a dimensão económica do comércio internacional das dimensões de natureza ética, política, ecológica e sanitária, para através da questão da saúde coletiva fomentar o debate sobre a natureza desigual e injusta do comércio internacional e influenciar no redirecinamento dos modelos de desenvolvimento, como argumentam Porto e Martinez-Alier (2007).

Na história das construções de barragens no Brasil e pelo mundo, há relatos de casos de surtos epidêmicos causados por novas patologias e por doenças endêmicas que tiveram sua incidência avolumada, além de casos de identificação de novos patógenos e de intoxicação biológica que se refletiram na economia da comunidade (Oliveira, et al., 2006).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) relata seis espécies diferentes de impactos na saúde relacionados à construção de represas, quais sejam: doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis, acidentes e violência, má nutrição, desordens psicossociais e alterações gerais no bem estar social (World Health Organization, 2000).

As populações atingidas frequentemente reclamam a respeito dos efeitos diretos acarretados pelo alagamento originado com a construção das barragens hidroelétricas, de situações como a submersão de territórios sagrados (como cemitérios indígenas); proliferação de mosquitos (ampliando a difusão da malária e de outras doenças infecciosas); escassez de caça; restrição das terras para a agricultura; e a criação de condições facilitadoras da invasão de terras indígenas (Koifman, 2001).

E não é diferente o que se vê no caso da construção de Belo Monte. Dentro da complexidade do caso e dos conflitos gerados nesse contexto destaco a disputa pela definição do termo *população atingida* envolvendo os órgãos governamentais e o consócio empreendedor de um lado e um universo de populações vulneráveis (comunidades ribeirinhas, pescadores, indígenas, etc) de outro lado.

Tal definição irá repercutir nas exigências de reparação aos impactos do empreendimento pelo consórcio, bem como na elaboração de políticas públicas com esse objetivo.

A definição de atingidos contida nos documentos oficiais e utitilizada como base para a definição de política de mitigação e reparação dos impactos causados pela obra é uma das principais fontes de conflitos com a comunidade envolvida nessa discussão. É possível verificar no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) Belo Monte (Governo Federal do Brasil; Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia, 2009), no Plano Básico Ambiental (Norte Energia S/A, 2011b) como no documento produzido no III Fórum Temático AHE Belo Monte, denominado Plano de Atendimento à População Atingida: Principais Diretrizes (Norte Energia S/A; Universidade Federal do Pará, 2008) os critérios para a definição de população atingida adotados pelo governo e pelo empreendedor.

A definição de população atingida é sempre referida de maneira abstrata como *grupo social, família ou individuo, que tenha seu modo de vida alterado pela implantação do empreendimento em território onde vive ou do qual dependa para sobreviver* (Norte Energia S/A; Universidade Federal do Pará, 2008). Entretanto, no decorrer desse e dos demais documentos mencionados não se encontra qualquer aprofundamento da definição do que seja grupo social ou quaisquer indicações acerca das alterações de modo de vida pela implantação do empreendimento. Da mesma forma as definições do que seja território onde viva ou dependa para sobreviver são bem mais restritivas do que uma primeira leitura poderia indicar.

A definição de população atingida nos estudos e relatórios técnicos patrocinados pelo governo brasileiro e pelo consórcio Norte Energia está relacionada às propriedades que serão inundadas ou que terão sua exploração ou habitação impossibilitados total ou parcialmente devido às obras, construção de estradas e rede de transmissão de energia. Dessa definição decorre, obviamente, a política de atendimento à essa população, que está relacionada principalmente com o reassentamento de famílias, a aquisição de propriedades rurais e urbanas, recomposição de atividades produtivas, dentre outras que giram em torno

da propriedade e das atividades produtivas (Norte Energia S/A; Universidade Federal do Pará, 2008).

Por outro lado, verifica-se uma articulação entre movimentos sociais, comunidades ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais e indígenas, que demonstram insatisfação com diversas questões relacionadas à obra. A definição de população atingida aqui é outra e as reivindicações operam em uma outra lógica. É o "lado de lá" da linha abissal, para o qual resta a invisibilidade e a não existência como relevante produtor de conhecimento (Santos, 2007).

Porto e Finamore abordam em artigo intitulado *Riscos, saúde e justiça ambiental* (2012) a questão dos limites epistemológicos e políticos para a produção de conhecimentos e alternativas que possibilitem o avanço na construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Nesse sentido, discute-se a participação das comunidades em situações de injustiça ambiental na produção de conhecimentos, ao mesmo tempo em que destaca-se a importância do saber local para analisar os riscos ambientais e/ou seus efeitos à saúde coletiva.

Surge aqui a questão da forma de se abordar o risco e a crítica ao modelo científico hegemónico da modernidade. Dá-se ao fato não conferir àqueles em situação de risco o direito de decidir como lidar com o risco. As populações expostas aos riscos raramente têm voz nas estratégias usadas para o gerenciamento dos riscos (Porto e Finamore, 2012).

A questão apresenta duas dimensões relevantes, a epistemológica e a política. A primeira diz respeito às incertezas acerca dos riscos e à incapacidade de controlá-los. Relaciona-se diretamente com a abordagem científica hegemónica da modernidade. A segunda tem a ver, sobretudo, com a questão da injustiça ambiental. Normalmente as populações atingidas são as mais pobres, vulneráveis e desprovidas de poder político, e isto favorece uma subestimação dos riscos e desvalorização da vida humana nos cálculos de investimentos, nos processos acelerados de licenciamento ambiental, assim como a falta de política precaucionária em prol das expectativas positivas de crescimento econômico (Porto e Finamore, 2012).

Santos, Meneses e Nunes (2004) afirmam que o exclusivismo epistemológico da ciência, que veio a legitimar a autonomia dos cientistas e dos especialistas na tomada de decisões sobre assuntos considerados de especialidade, remeteu o cidadão para um espaço de silêncio, ao atribuir-lhe o estatuto de mero observador e consumidor da ciência.

Enquanto ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, isto é, o reconhecimento de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico, uma vez que este é produto do pensamento abissal e não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa. As intervenções no mundo real que favorece tendem a ser as que servem os grupos sociais que têm maior acesso a este conhecimento (Santos, 2007).

Importante aqui demonstrar como esses quadros teóricos mostram-se como consistente

ferramenta emancipatória para a abordagem dos problemas de saúde ambiental relacionados às populações atingidas pela UHE Belo Monte.

Ecologia de Saberes como ferramenta

Mais do que apresentar uma profunda discussão teórica acerca do referencial que eu apresento como ferramenta para a discussão acerca de saúde ambiental e produção de conhecimento pelas populações vulneráveis, cabe aqui indicar como a perspectiva de uma ecologia de saberes oferece um panorama emancipador para a luta dessas populações.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Argumenta o autor que as linhas cartográficas abissais que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria, nesta perspectiva, estritamente associada à injustiça cognitiva global. Assim, a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento pós-abissal, cujos princípios são apresentados como premissas programáticas de uma ecologia dos saberes (Santos, 2007).

Conforme esta teoria, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As visíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal que o "outro lado da linha" desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. É incompreensível e é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. Para o pensamento abissal, os dois lados da linha não podem conviver no mesmo espaço. Para além da linha que divide os dois lados, resta apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética (Santos, 2007).

No que diz respeito ao campo do conhecimento, o pensamento abissal concede à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. Assim sendo, no lado visível da linha estão os debates na construção da verdade científica e a tensão com outras verdades possíveis que podem ser produzidas em inconformidade com o método científico, como é o caso da razão como verdade filosófica e a fé como verdade religiosa.

Já do outro lado da linha estão outras formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das formas de conhecer visibilizadas. São os conhecimentos populares, camponeses ou indígenas. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis, por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (Santos, 2007).

Se o pensamento moderno é abissal, é necessário um pensamento alternativo de alternativas para superá-lo, o que surge após a crítica à epistemologia convencional e uma mudança

radical quanto ao ponto de partida da concepção do conhecimento, qual seja, o mundo e a experiência dos oprimidos.

A ciência e a epistemologia não desaparecem no quadro de um pensamento pós-abissal, mas passam a existir numa configuração distinta de saberes: a ecologia de saberes, o que permite o diálogo entre os saberes e não permite a negação por parte de nenhum dos lados da linha abissal. Uma parte importante desse projeto será a interrogação e redefinição dos critérios e procedimentos que permitem estabelecer o que conta como conhecimento ou como saber (Nunes, 2009).

Segundo uma ecologia de saberes, a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos tem de ser confrontada com identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais (Santos, 2006).

Dessa forma o resgate do universo de experiências desperdiçadas devido à invisibilidade imposta pelas linhas abissais pode oferecer importante contribuição para o pensamento e para o debate social, graças à participação daqueles que estão no centro desses processos de invisibilização.

No que tange às populações vulneráveis em situações de conflitos socioambientais, são referidas as fortes tensões no diálogo entre instituições e profissionais de saúde com as populações atingidas e as Organizações de Justiça Ambiental (OJA), por exemplo, em torno dos estudos epidemiológicos. Isso porque estes, de uma forma conservadora, normalmente revelam associações estatísticas válidas para coletivos ou populações maiores do que pequenas comunidades, o que se distancia da realidade dessas populações e não ajuda muito para estabelecer nexos causais para as doenças de forma individual e/ou para os grupos expostos em menor número e contextos de exposição específicos que não são considerado pelos estudos criticados por estes atores sociais (Porto e Finamore, 2012).

É exatamente diante das limitações políticas e epistemológicas apresentadas pelo modelo hegemónico que as populações atingidas procuram assumir-se como sujeitos ativos da própria realidade que vivenciam, o que apresenta-se, ao nosso ver, como um exercício do pensamento pós-abissal. Isso implica em reconhecer a relevância do conhecimento local para uma percepção mais ampla dos riscos ambientais e outras formas de violência (Porto e Finamore, 2012).

Colonialidade, Conhecimento e Natureza

Uma reflexão acerca da relação entre colonialidade, conhecimento e natureza é também muito importante para compreender o contexto de conflitos socioambientais na América Latina e, neste caso, na região amazônica.

O conflito socioambiental nesses cenários surge da já bastante conhecida imposição de uma perspectiva moderna de progresso e desenvolvimento. Um grupo de investidores com atores

de diversas nacionalidades e de ramos como a construção civil, a mineração e a geração de energia, juntamente com governos locais surgem com uma "proposta milagrosa" para levar o desenvolvimento aos confins do mundo, lugares pobres em que as suas populações vivem ainda distantes dos benefícios da modernidade ocidental.

É assim que costumam ser apresentados os mega-projetos de exploração de recursos naturais, construção de estradas, ferrovias e geração de energia na Amazônia. Todavia, partem sempre de uma suposição, que está mais para dogma, acerca da ignorância e da pobreza das populações locais. O conflito surge quando as populações apresentam-se como entraves ao dito progresso por lutarem pelo respeito aos seus modos de vida, incluindo a sua relação com a natureza. Os mega-projetos de exploração da natureza, entretanto, são compreendidos por certas comunidades locais como uma usurpação dos espaços de vida e desvirtuamento do seu modo de interpretar o mundo (Peñafiel e Radomsky, 2011).

Edgardo Lander no texto intitulado *Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos* (2005) aponta duas dimensões constitutivas dos saberes modernos que contribuem para explicar a sua eficácia naturalizadora. A primeira se refere às sucessivas separações do mundo do real que historicamente se dão na sociedade ocidental e as formas pelas quais o conhecimento vai sendo construído sobre as bases desse processo de separações. A segunda dimensão é a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder constitutivas do mundo moderno.

Da constituição histórica das disciplinas científicas que se produz na academia ocidental interessa destacar dois assuntos que resultam fundantes e essenciais. Em primeiro lugar está a suposição da existência de um meta-relato universal que leva todas as culturas e os povos do primitivo, do tradicional até o moderno. A sociedade industrial liberal é a expressão mais avançada desse processo histórico, e por isso é o modelo que define a sociedade moderna. Apresenta-se como o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. *Aquéllos que no logren incorporarse a esa marcha inexorable de la historia, están destinados a desaparecer* (Lander, 2005:23).

Em segundo lugar, precisamente pelo caráter universal da experiência histórica europeia, as formas de conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se convertem nas únicas formas válidas, objetivas, universais de conhecimento. Categorias, conceitos e perspectivas como economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc., se convertem não só em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proporções normativas definem o dever ser para todos os povos do planeta. Estes saberes se convertem assim nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou do tradicional em todas as outras sociedades.

> Este metarrelato de la modernidad es un dispositivo de conocimiento colonial e imperial en que se articula esa totalidad de pueblos, tiempo y

> espacio como parte de la organización colonial/imperial del mundo. Una forma de organización y de ser de la sociedad, se transforma mediante este dispositivo colonizador del saber en la forma "normal" del ser humano y de la sociedad. Las otras formas de ser, las otras formas de organización de la sociedad, las otras formas de saber, son trasnformadas no sólo en diferentes, sino en carentes, en arcaicas, primitivas, tradicionales, premodernas. Son ubicadas en un momento anterior del desarrollo histórico de la humanidad, lo cual dentro del imaginario del progresso enfatiza su inferioridad (Lander, 2005:23-24).

A relação com a natureza, isto é, a subalternização da natureza através da sua exploração irresponsável e sem diálogo com as populações locais repete e sustenta a lógica da colonialidade do poder nas regiões consideradas periféricas (Quijano, 2005).

O conjunto de separações sobre qual está sustentada a noção do caráter objetivo e universal do conhecimento científico está articulado com as separações que estabelecem os saberes sociais entre a sociedade moderna e o resto das culturas. Isso se dá, conforme explica Bruno Latour (1994), por uma diferenciação básica entre uma sociedade que possui a verdade – o controle da natureza – e outras que não possuem.

Os diferentes discursos históricos como evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento, globalização, etc., sustentam-se na concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal e é aqui que a articulação com as epistemologias do sul permite uma crítica à colonialidade do conhecimento e da natureza ao desconstruir o mito da supremacia do conhecimento científico sobre os demais e discutir a hieraquização dos saberes (Santos *et al*,2004).

Arturo Escobar no texto *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo* (2007) se propõe contribuir com a construção de um marco de referência para a crítica cultural da economia como uma estrutura fundacional da modernidade.

Escobar analisa o discurso do desenvolvimento a partir do período pós-guerra. Este discurso produzido em condições desiguais de poder constrói o Terceiro Mundo como forma de exercer o poder sobre ele. A partir das categorias do pensamento social europeu e das condições desiguais de poder se opera a colonização da realidade pelo discurso do desenvolvimento (Lander, 2005).

> Para resumir, me propongo hablar del desarrollo como una experiencia históricamente singular, como la creación de un dominio del pensamiento y de la acción, analizando las características e interrelaciones de los tres ejes que lo definen: las formas de conocimiento que a él se refieren, a través de las cuales llega a existir y es elaborado en objetos, conceptos y teorías; el sistema de poder que regula su práctica y las formas de

> subjetividad fomentadas por este discurso, aquellas por cuyo intermedio las personas llegan a reconocerse a sí mismas como "desarrolladas" o "subdesarrolladas". El conjunto de formas que se hallan a lo largo de estos ejes constituye el desarrollo como formación discursiva, dando origen a un aparato eficiente que relaciona sistemáticamente las formas de conocimiento con las técnicas de poder (Escobar, 2007:29-30).

A partir do estabelecimento do padrão de desenvolvimento ocidental como a norma, ao fim da Segunda Guerra Mundial, toda a vida, cultura, política, agricultura e comércio das sociedades fora da norma passam a estar subordinadas a esta nova estratégia. Apenas determinadas formas de conhecimento foram consideradas como apropriadas para os programas de desenvolvimento: o conhecimento dos peritos treinados na tradição ocidental. Isso afeta a concepção das ciências e da tecnologia que assumem o papel de fonte e de direção e de sentido do desenvolvimento.

Nas ciências sociais predomina uma grande confiança na possibilidade de um conhecimento certo, objetivo, com base empírica, sem contaminação pelo prejuízo ou pelo erro (Lander, 2005). Assim, as formas de conhecimento fora do padrão passam a ser tratadas como o conhecimento dos outros, o conhecimento tradicional dos pobres, dos camponeses, dos indígenas, e como obstáculos ao desenvolvimento.

Os processos modernização como a industrialização e a urbanização refletiram-se na verdade em uma forma de controle e subalternização do Terceiro Mundo e uma forma de expansão do modelo de sociedade capitalista liberal colonial. Vendeu-se a ideia de que o único caminho possível seria esse e que para tanto havia de se abandonar as formas arcaicas de organização social, bem como as culturas e cosmovisões fora da norma moderna.

Na busca por alternativas a estas formas universalistas de submissão e controle de todas as dimensões da cultura e da vida, Escobar aponta para duas direções complementares: a resistência local de grupos de base às formas dominantes de intervenção, e a desconstrução do desenvolvimento enquanto discurso. Para tanto são necessárias tanto a desnaturalização quanto a desuniversalização da modernidade (Lander, 2005).

No texto *El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?* (Escobar, 2005), o autor aponta que nos últimos anos o conceito de lugar tem sido novamente abordado desde vários pontos de vista como da sua relação com o entendimento básico de ser e conhecer até o seu destino mediante a globalização económica. Também é relevante a reflexão acerca da medida em que o lugar segue sendo uma ajuda ou um impedimento para pensar a cultura.

> Un aspecto final de la persistente marginalización del lugar en la teoría occidental es el de las consecuencias que ha tenido en el pensar de las realidades sometidas históricamente al colonialismo occidental. El dominio

> del espacio sobre el lugar ha operado como un dispositivo epistemológico profundo del eurocentrismo en la construcción de la teoría social. Al restarle énfasis a la construcción cultural del lugar al servicio del proceso abstracto y aparentemente universal de la formación del capital y del Estado, casi toda la teoría social convencional ha hecho invisibles formas subalternas de pensar y modalidades locales y regionales de configurar el mundo (Escobar, 2005:116).

Esta negação do lugar tem múltiplas consequências para a teoria, desde as teorias do imperialismo até as teorias de resistência ao modelo hegemónico de desenvolvimento que podem ser melhor exploradas no âmbito da ecologia. Isso porque neste âmbito a invisibilização do lugar está claramente vinculada a invizibilização dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecosistemas (Escobar, 2005).

A dicotomia entre natureza e cultura, assim como entre local e global, é fundamental para o domínio do conhecimento técnico-científico em considerações epistemológicas e gerenciais (Escobar, 2005).

É preciso realizar uma crítica à visão de que é impossível pensar a realidade social de outra maneira que não seja através do capitalismo como predominante e hegemónico.

> La desaparición del lugar es un reflejo de la assimetría existente entre lo global y lo local en la mayor parte de la literatura contemporánea existente sobre la globalización, en la que lo global está asociado al espacio, el capital, la historia y la acción humana mientras lo local, por el contrario, es vinculado al lugar, el tragajo y las tradiciones, así como sucede con las mujeres, las minorías, los pobres y uno podría añadir, las culturas locales (Escobar, 2005:128).

Por outro lado:

> El lugar, se puede añadir, es la ubicación de una multiplicidad de formas de política cultural, es decir, de lo cultural convirtiéndose en política, como se ha evidenciado en los movimientos sociales de los bosques tropicales y otros movimientos ecológicos (Escobar, 2005:128).

Outra questão que merece ser sublinhada é o que pode estar para além da disputa sobre quem controla recursos, quais os lugares são explorados e quem se apropria dos resultados. Essa dimensão é certamente a mais evidente do conflito, porém cabe o questionamento do que pode estar invisível nesse conflito.

> (...) o Estado de modo geral defende leis, mas possui alianças políticas

> que almejam projetos hegemônicos e arrasam as mesmas leis quando entende que a política não deve atrapalhar o desenvolvimento e o "laudo da ciência". Portanto, a Amazônia é compreendida pela razão moderna como o espaço da natureza que pode ser manipulado pelo conhecimento acadêmico legítimo sem que cosmologias tradicionais devam se intrometer, cosmologias estas que para o amálgama entre as visões burocrática, empresarial e científica significam tão somente a possibilidade de retardar a exploração econômica "racional".
>
> Ao mesmo tempo, a situação de tensão entre ambas as partes não é simplesmente dado pelos recursos naturais ou espaços, nem sequer pode ser resolvido por uma compensação financeira pela flora ou fauna eventualmente perdida ou modificada. A tensão é atenuada quando o pensamento indígena não é considerado como fonte de conhecimento real sobre as águas e os animais e, assim, os relatórios ditos científicos solapam ou minimizam suas reclamações (Peñafiel e Radomsky, 2011:69).

Resta questionar quais gramáticas para além dos cânones do conhecimento científico e da razão moderna podem não ser encontradas a partir dos conflitos que fazem emergir a perspectiva das populações locais? Ou, colocando a questão em outras palavras, *o que acontece se a base comum sobre a qual consensos e conflitos emergem não é aquela que pensa a razão moderna* (Peñafiel e Radomsky, 2011)?

Para tanto é necessário dar o protagonismo a essas populações na condição de produtoras de conhecimento e o procedimento por mim escolhido para buscar aquilo que não está visível sob a ótica hegemónica da produção de conhecimento é a sociologia das ausências (Santos, 2006).

Considerações Finais

A intenção aqui foi demonstrar como os conceitos trazidos pela matriz das Epistemologias do Sul e Ecologia de Saberes estão sendo utilizados em minha investigação para reivindicar a relevância do conhecimento produzido pelas populações atingidas diante das controvérsias que surgem sobre a definição dos impactos do megaempreendimento Belo Monte e das políticas de reparação e abordagem sobre o risco e problemas de saúde coletiva decorrentes dessa obra. Essa abordagem se enriquece e complementa com a perspectiva dos estudos pós-coloniais (ou decoloniais) e da ecologia política.

Quando faço o enquadramento teórico situando essa investigação dentro da matriz das Epistemologias do Sul e Ecologia de Saberes, estou dizendo que me interessa o ponto de vista dos oprimidos (ou subalternos), bem como o conhecimento produzido neste contexto. Também estou dizendo que este conhecimento sofre um processo de invisibilização dentro da lógica abissal do pensamento moderno (Santos, 2007). A intenção de trabalhar a partir

dessa matriz epistemológica é a de superar a linha abissal que divide o mundo e os saberes para que a experiência do "lado de lá" da linha não seja desperdiçada em casos como o que está sendo estudado.

Portanto cabe procurar por uma definição de quem são esses oprimidos no caso concreto, isto é, procurar e desvelar a existência de outra(s) gramática(s) nesse contexto, com base no conhecimento produzido dentro de uma realidade de opressão e invisibilidade.

Como se pode notar no caso Belo Monte, há controvérsias entre os empreendedores e os atingidos acerca da definição de populações atingidas. Mas mais que isso, há também uma diferente percepção da relevância do conhecimento produzido por essas populações.

Os problemas evidenciados pelos conflitos vão muito além daqueles apontados pelos estudos técnicos que pautam a política de atendimento à população. E aqui a utilização da sociologia das ausências e uma ecologia de saberes permite que ocorra uma inversão de significado, onde as populações atingidas deixam de ser vítimas para sererem protagonistsa, sujeitos da ação e produtoras de conhecimento com o intuito de fornecer uma avaliação mais precisa acerca dos problemas que recaem sobre elas mesmas.

Desse lado da linha o conceito de impacto causado pela obra vai muito além da relação com as propriedades rurais e urbanas alagadas, uma vez que as alterações no curso do rio causam profundos impactos nos modos de vida de diversas comunidades que se encontram para além das proximidades do local da obra. Em consequência, o conceito de saúde e de impactos em decorrência das alterações ao ambiente trazidos pela barragem hão de ser também diferentes daqueles que constam nos documentos oficiais e que pautam a ação do poder público e do consórcio empreendedor.

Este texto é uma reflexão teórica em momento prévio à investigação conduzida no campo que terá o objetivo de acompanhar de perto as lutas e a realidade das populações atingidas. Com isso será possível perceber melhor a dimensão dos impactos e como as populações os compreendem enquanto problemas relacionados à saúde coletiva surgidos a partir das alterações no ambiente e como estes afetam as suas vidas. Da mesma forma será possível revisitar esta discussão a partir das bases aqui estabelecidas.

Referências Bibliográficas

Eletrobrás (s.d.). *Eletrobrás 40 anos.* http://www.eletrobras.gov.br/40anos/interno_67-72.asp?id=5&descricao=O%20rio%20Tocantins%20foi%20o%20grande%20desafio%20da%20Eletronorte,%20cujo%20objetivo%20era%20produzir%20energia%20el%E9trica%20em%20larga%20escala%20na%20Amaz%F4nia,%20uma%20regi%E3o%2 (acedido em 23 de abril de 2013).

Escobar, Arturo (2005), "El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o

postdesarrollo?", *in* Edgardo Lander (org), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*, traduzido por Eleonora García Larralde. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO, 113-143.

Escobar, Arturo (2007), *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo.* Traduzido por Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.

Governo Federal do Brasil; Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia (2009), *EIA-RIMA. Consórcio Belo Monte.* Consultado a 02.01.2013 em http://consorciobelomonte.blogspot.pt/p/eia-rima.html

Koifman, Sergio (2001), "Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil." *Cadernos de Saúde Pública* 17(2), 413-123.

Lander, Edgardo (2005), "Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos.", *in* Edgardo Lander (org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO, 11-40.

Latour, Bruno (1994) *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica.* Traduzido por Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed.34.

Matias, Marisa (2009), *A natureza farta de nós?: ambiente, saúde e formas emergentes de cidadania*. Tese de Doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Norte Energia S/A (2011). *Conheça a UHE Belo Monte.* 25 de novembro de 2011. http://www.blogbelomonte.com.br/wp-content/uploads/2011/11/folheto_UHE_portugues.pdf (acedido em 20 de outubro de 2014).

Norte Energia S/A (2011b), *Norte Energia disponibiliza Plano Básico Ambiental em formato digital." Blog da Usina Hidrelétrica Belo Monte.* setembro de 2011. Cosnultado a 23.12.2012 em http://www.norteenergiasa.com.br/wp-content/uploads/2012/01/PBA.zip.

Norte Energia S/A; Universidade Federal do Pará (2008), *III Fórum Temático: Plano de Atendimento à População Atingida: Principais Diretrizes*. *Eletrobrás.* Consultado a 23.04.2013 em http://www.eletrobras.com/elb/services/eletrobras/ContentManagementPlus/FileDownload.ThrSvc.asp?DocumentID=%7BCEB99801-0637-4B2F-8991-60D577256798%7D&ServiceInstUID=%7B5947E09B-BDF0-4A21-A48F-518B42072401%7D&InterfaceInstUID=%7B75E11C49-A34C-4276-B9CE-25.

Nunes, João Arriscado (2009), "O Resgate da Epistemologia", *in*, Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (orgs.). *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina, 215-242.

Oliveira, Fabíola A. S., Jörg Heukelbach, Rômulo C. S. Moura, Liana Ariza, Alberto N. Ramos Jr.; Márcia Gomide (2006), "Grandes represas e seu impacto em saúde pública I: efeitos a

montante." *Cadernos de Saúde Coletiva*, XIV(4), 575-595.

Peñafiel, Adriana Paola Paredes; Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo (2011), "Dilemas da Interculturalidade e da Biodemocracia: o massacre em Bagua, Amazônia peruana.", *Amazônica - Revista de Antropologia* 1(1), 60-87.

Porto, Marcelo Firpo; Finamore, Renan (2012), "Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento." *Ciência & saúde coletiva*, 1493-1501.

Porto, Marcelo Firpo; Martinez-Alier, Joan (2007), "Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde." *Cadernos de Saúde Pública*, 23(4), 503-512.

Quijano, Aníbal (2005), *"*Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina.", *in* Edgardo Lander (org), *La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO, 201-246.

Santos, Boaventua de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política.* São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa, Maria Paula Meneses; Nunes, João Arriscado (2004). "Introdução: para ampliar o cânone da ciência.", *in* Boaventura de Sousa Santos (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*,. Porto: Edições Afrontamento, 19-101.

World Health Organization (2000), *Human health and dams: the World Health Organization´s submission to the World Comission of Dams (DCD).* Geneva:39.

Ciudadanía Inclusiva: La participación política de los migrantes como mecanismo de fortalecimiento de la democracia en Ecuador

Alex Valle Franco[1]

Resumen

El artículo aborda brevemente la evolución de los derechos políticos de los migrantes en el Ecuador y hace énfasis en las reformas constitucionales del año 2008. Primero, se muestran las limitaciones históricas del derecho al voto y su relación con los conceptos de ciudadanía y nacionalidad previstos en las pasadas constituciones ecuatorianas. Posteriormente, se analiza la influencia de los movimientos sociales y del derecho de residencia (*ius domicili*) en las reformas legales que permitieron la participación de los migrantes a través del voto. Finalmente se muestran algunas reflexiones sobre las amenazas y retos que implica el tránsito de una democracia de baja intensidad hacia una democracia de alta intensidad.

Palabras Clave: Ciudadanía, participación, movimientos sociales, democracia, inclusión.

Abstract

The paper discusses the evolution of the political rights of migrants in Ecuador and emphasizes the constitutional reforms of 2008. First, it analyzes the historical limitations of the right to vote and the relationship with the concepts of citizenship and nationality provided in the old Ecuadorian constitutions. Subsequently, it discusses the influence of the role of social movements and the right of residence (*ius domicili*) in the legal reforms that allowed migrant participation via vote. Finally, the paper concludes with a brief reflection on the threats and challenges of transition from a low-intensity democracy to a high-intensity democracy in Ecuador.

Keywords: Citizenship, participation, social movements, democracy, inclusion.

---

1 Magíster en Derechos Humanos UASB-Quito, Master en Sociología FLACSO-Quito, candidato a Dr. Juris por la Universidad de Bremen- Alemania. Ex profesor de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador y de la Universidad Andina en las materias de Derechos Humanos y Relaciones Internacionales.

1. Ciudadanía, nacionalidad y participación política

Históricamente los derechos de participación política fueron privilegio de una élite social y económica en los diversos países, los cuales basados en el principio de soberanía han determinado quienes son sujetos de derechos mediante sus propias normas (Reiche, 2011: 48). El caso ecuatoriano no ha sido la excepción, ya que a lo largo de la historia sus constituciones han incluido los mismos criterios restrictivos para la concesión de derechos. Por una parte, la ciudadanía considerada como categoría necesaria para el ejercicio pleno de derechos, ha excluido históricamente a menores de edad, no propietarios, analfabetos, mujeres, entre otros grupos (Mackert, 2006: 80 ss.). Por otra parte, la nacionalidad como vínculo jurídico político ha excluido del ejercicio de derechos a los no nacionales.

La ciudadanía como elemento para el ejercicio pleno de derechos políticos de los connacionales ha sido actualmente abolida, este hecho se traduce en el denominado „voto universal", y fue posible gracias a las luchas de los movimientos sociales que han dado lugar a reformas constitucionales que han incluido a actores históricamente excluidos, tales como: indígenas, mujeres, analfabetos, campesinos, obreros, artesanos (Grijalva, 1998: 136). La nacionalidad como categoría jurídico-política para el reconocimiento de derechos ha sido privilegio solo de quienes han nacido en el territorio determinado de un país (*ius sollis*) o de sus hijos (*ius sanguinis*); y solo por excepción, de quienes han realizado el acto administrativo de naturalización. En ese sentido, la nacionalidad excluye a los no nacionales como actores políticos. La exclusión de los derechos políticos basada en factores étnicos constituye *per se* una contradicción con la condición básica de los Estados liberales de corte democrático, pues distorsiona las relaciones de poder de la organización estatal, porque limita el goce de derechos de quienes no son considerados ni ciudadanos ni nacionales (Dubet, 2003:220 ss.). Ante este hecho, varios países han eliminado el requisito de la nacionalidad como elemento indispensable para el ejercicio del voto y se han basado en la residencia o en convenios internacionales para extender los derechos políticos a los no nacionales.[2] Los países más conservadores permiten el derecho de voto previa naturalización, pero este acto jurídico supone cumplir con una serie de requisitos y costos que en muchos casos no están al alcance de los inmigrantes (Méndez, 2005:127). Además no cabe duda que el reconocimiento de los derechos políticos basados en la nacionalidad constituye un hecho que incide para que los inmigrantes se sometan a un proceso de asimilación por medio de la naturalización.

La exclusión de los derechos políticos basada en elementos étnicos que privilegian al *Volk* (pueblo) en sentido estricto de la palabra (nacionales) como únicos portadores de dichos derechos, devela el carácter monocultural de los gobiernos conservadores que ejercen democracias de baja densidad (De Sousa Santos, 2004: 7). En ese sentido es necesaria la búsqueda de mecanismos que permitan la inclusión de migrantes como actores políticos

2 En el Ecuador el derecho al voto activo se desvinculó a la ciudadanía y se vinculó con la residencia. Actualmente es regulado por la Ley Electoral con base al artículo 62 de la Constitución de 2008.

que permitan el fortalecimiento de dichas democracias. Un mecanismo viable lo constituye el *ius domicili* o adquisición de derechos con base a la residencia, pues lo importante ya no es determinar en dónde nació un individuo o de quien es descendiente sino en dónde optó residir ese individuo, ya que con ello se puede facilitar la integración de inmigrantes a la comunidad en la que residen (Velasco, 2009: 365).

2. Movimientos sociales y democratización de la democracia a través de la inclusión política de migrantes

Después de casi dos siglos de un restringido ejercicio de derechos políticos de quienes no fueron considerados "ciudadanos ecuatorianos", la Constitución de 2008 permitió la inclusión de inmigrantes como sujetos activos del derecho al voto y de emigrantes como sujetos pasivos. La constitucionalización de dichos derechos responde a luchas históricas y complejos procesos sociales y políticos.

En dichos procesos se destaca el rol de los movimientos sociales, entendidos no solo como un factor de transformación social según el marco de comprensión del marxismo, sino desde la lógica de la acción colectiva basada en el reconocimiento de factores políticos, ideología, cultura y otras fuentes de identidad como la etnicidad, el género o la sexualidad (Íñiguez, 2003: 17). Desde esta óptica, el aporte de los movimientos sociales permitió el reconocimiento de derechos políticos y sociales de grupos tradicionalmente excluidos a través de una agenda planteada por los mismos actores. Es así como en la constitución ecuatoriana de 2008, los pueblos indígenas obtuvieron el reconocimiento de la plurinacionalidad, las mujeres consiguieron mayor participación política en los cargos de elección popular y en el servicio público;[3] y, los inmigrantes con cinco años de residencia legal obtuvieron el derecho al voto. Este proceso se enmarca en lo que Boaventura de Sousa describe como una práctica de articulación posmoderna que impone al Estado el fomento de las políticas de igualdad y de identidad conforme las exigencias y necesidades de los movimientos sociales (De Sousa Santos, 2003:163). Por lo anotado, se evidencia que el rol de los movimientos sociales no solo cuestiona y critica el orden social sino también promueve la democracia representativa a través de la inclusión de nuevos actores políticos como una forma de democracia más radical y participativa (en palabras de Boaventura de Sousa Santos una democracia de alta densidad). Es así como los diversos movimientos sociales en el Ecuador se articularon como una red única bajo un esquema descentralizado, participativo, inclusivo y no ideológico que defendió los derechos de los diferentes grupos excluidos, no con base a pretensiones institucionales sino con base a la solidaridad interpersonal e institucional frente al poder estatal, con el objetivo de reclamar espacios autónomos y el ejercicio de derechos (Íñiguez, 2003:18).

Explicado el rol de los movimientos sociales en el Ecuador, se deben analizar los argumentos teóricos que permitieron el proceso jurídico de la inclusión de los inmigrantes como sujetos

3 El 40% de los ministerios está encabezado por una ministra. En la Asamblea Nacional, 54 de 135 representantes son mujeres, esto equivale al 40%. La presidencia y las dos vicepresidencias son ocupadas por mujeres en la actualidad.

de derechos políticos. Antes de eso, es necesario recordar que el ejercicio de derechos políticos en la mayor parte de su historia se reservó solo para los ecuatorianos por nacimiento o naturalización. El derecho al voto en Ecuador ha estado estrechamente vinculado con la categoría de ciudadano, el estatus de la nacionalidad y la doctrina de la soberanía popular, definida esta última como elemento sustancial de la voluntad general del pueblo. Según dicha doctrina, la definición de pueblo (*demos*) tiene un carácter étnico sobre la cual se concreta la identidad nacional, lo cual excluye a personas que forman parte de minorías no consideradas como parte del *demos* (Conradi, 2011:133 ss.). Como resultado de esta restrictiva (étnica) interpretación del término pueblo, los nacionales de terceros países no son considerados sujetos de derechos políticos. Este hecho sin duda, es incompatible con los postulados de una democracia moderna (Maus, 2011:29).

Del análisis realizado se observa que el término „pueblo“ en una democracia de baja intensidad cumple una función política que privilegia el ejercicio de derechos de quienes son considerados dentro de dicha definición (Maus, 2011:17). Sin embargo, el mismo término desde la óptica de una democracia de alta densidad puede adquirir una interpretación más amplia que abarque a todo el conjunto de la sociedad de un determinado país sobre la base de otros elementos, tales como la residencia (*ius domicili)*.

La residencia como factor de inclusión en una sociedad es igual de legítima que la nacionalidad por nacimiento, pues el migrante escoge voluntariamente el lugar y el tiempo donde quiere quedarse a realizar su proyecto de vida, en ese sentido constituye una razón válida para reconocer a alguien como ciudadano (Grawert, 1973:224). En ese sentido se puede afirmar que la residencia es un factor con igual o mucho más importante para la toma de decisiones políticas que el factor del nacimiento de una persona en un determinado territorio. Adicionalmente, la residencia a diferencia de la naturalización como elemento necesario para el ejercicio de derechos políticos de los migrantes, no constituye un esfuerzo económico, político o moral para sus destinatarios (Dietmar, 1982:45).

La adquisición de derechos políticos a través del denominado *ius domicili,* no solo que es coherente con los principios democráticos de un Estado moderno, sino que también contribuye al proceso de inclusión de las minorías en las sociedades receptoras de migrantes. En ese sentido, el *ius domicili* muestra que derecho al voto de los inmigrantes puede dejar de lado el elemento étnico de la nacionalidad como requisito indispensable para su ejercicio, sin que esto signifique afectación alguna a la soberanía popular o estatal. El otorgamiento del derecho al voto a residentes tampoco afecta los derechos de los nacionales en sentido alguno, por el contrario fortalece la democracia y la convierte en un proceso amplio de participación política que permite el desarrollo de una amplia teoría democrática (Conradi, 2011:134). Solo bajo el contexto de una teoría democrática de amplia participación se puede desarrollar un concepto inclusivo de „pueblo“, el cual debe abarcar a los denominados „ciudadanos como a los no ciudadanos“ y a los „nacionales como a los no nacionales“, en un solo colectivo

encargado de tomar las decisiones políticas según sus necesidades comunes. En este contexto debemos preguntarnos: ¿qué tan democrático es el hecho de que a un inmigrante con residencia en un determinado país se le niegue el derecho al voto mientras se le exige cumplir con todas las obligaciones? Es necesario que al menos el inmigrante permanente tenga el derecho de elegir a quienes van a dirigir la política económica y social del país de su residencia, pues cualquier medida tomada por los nuevos representantes afectará directa o indirectamente su modo de vida y la de su familia.

La teoría del *ius domicili* como elemento jurídico que permite el ejercicio de derechos políticos y civiles de los migrantes no es una utopía irrealizable; por el contrario, actualmente se verifica que varios países de Europa y Latinoamérica basados en el concepto de la residencia han otorgado en mayor o en menor medida derechos políticos a los inmigrantes. En Europa por ejemplo, bajo el tratado de Maastricht de 1993 se permite entre otras cosas, el voto pasivo y activo de los ciudadanos europeos en cualquier país de residencia de la zona europea perteneciente al tratado. Esta forma de inclusión social, política y jurídica en la sociedad receptora a través de una ciudadanía regional ha sido denominada por Tomas Hammer como „*denizenship*“ (Bast, 2013:355). *Denizenship* es un tipo de zona gris (Bauböck, 2005: 683) en la que los inmigrantes residentes no tienen el estatus de ciudadanía pero tampoco son considerados como turistas o visitantes de corto plazo. (Conradi, 2011:138). Sin embargo de ello, los no nacionales disfrutan de más derechos -incluyendo los políticos- con base a su residencia. En ese sentido son considerados como „residentes extranjeros“ o „no ciudadanos residentes“ (Earnest, 2008:9).

En Latinoamérica también existen muchos ejemplos, que dependiendo de cada legislación, otorgan el derecho activo o pasivo del voto a los no nacionales con base a su residencia. Los países que permiten el derecho del voto a no nacionales a nivel local son: Paraguay, con base al artículo 120 de la Constitución de 1992 (residencia permanente/voto pasivo y activo); Venezuela, con base al artículo 64 de la Constitución Bolivariana de 1999 (residencia mayor a 10 años/voto activo), Bolivia, con base al artículo 27.II de la Constitución de 2009 (residencia+convenio de reciprocidad/voto activo), Argentina, con base al artículo 1. 3 de la Ley de Elecciones de Buenos Aires de 2009 (registro de residencia/voto activo). Los países que permiten el derecho a voto a nivel nacional son: Uruguay, con base al artículo 78 de la Constitución de 1967 (15 años de residencia/voto activo), Chile, con base al artículo 14 de la Constitución de 1980 (5 años de residencia/ voto activo), Ecuador, con base al artículo 62 de la Constitución de 2008 (5 años de residencia/ voto activo).

Del análisis realizado en las legislaciones citadas, se puede determinar que el *ius domicili* permite la extensión de los derechos políticos a los no nacionales con base a la residencia legal en sus respectivas jurisdicciones territoriales. A pesar de lo atractiva que puede resultar esta teoría se debe criticar dos aspectos. El primer hecho tiene que ver con la determinación del número de años de residencia legal, pues esta es una medida de carácter subjetivo que puede caer en la arbitrariedad y hasta en la ineficacia, dado el caso de que se exija un tiempo

exagerado de residencia. Por otra parte, se observa que el *ius domicili* abarca únicamente la residencia legal de los no nacionales, excluyendo de facto a los residentes indocumentados. En todo caso se observa que la distinción entre residentes y no residentes puede ser considerada una forma de discriminación mucho más razonable en materia de derechos que aquella que está basada en la nacionalidad (Roig, 2009:317).

A pesar de los defectos del *ius domicili* es necesario destacar que su ejercicio contribuye a la democratización de la democracia, pues permite por una parte la inclusión de no nacionales a la vida política en el país de su residencia y por otra parte el debilitamiento de la teoría democrática basada en la etnicidad. En otras palabras se va produciendo el desplazamiento de la nacionalidad como requisito *sine equa non* en el ejercicio del derecho activo y pasivo al voto. Adicionalmente se debe destacar el rol de la globalización en dicho desplazamiento, pues las exigencias de la globalización han transformado y trastocado los conceptos tradicionales de territorio, soberanía y ciudadanía. En palabras de Boaventura de Sousa, con la globalización el espacio mundial entra en contradicción entre un paradigma de desarrollo desigual y soberanía exclusiva y un paradigma de alternativas democráticas al desarrollo con una soberanía recíprocamente permeable (De Sousa Santos, 2003:389).

En este contexto, la teoría democrática de baja densidad basada en la democracia representativa/ciudadanía debe ampliar sus conceptos de comunidad, participación y ciudadanía y adaptarlos a los desafíos modernos de un mundo globalizado, en el que se garantice que no solo los objetos sino las personas tengan libre movilidad y además gocen de todos sus derechos tanto en los países de nacimiento como en los de su residencia.

Con base a los antecedentes citados, los Asambleístas Constituyentes en 2007 recogieron las demandas de los movimientos sociales, las cuales contribuyeron significativamente a la ampliación de los derechos de las minorías y al mejoramiento de su participación política. En el caso concreto de los derechos políticos de los inmigrantes, se destaca el pronunciamiento de María Soledad Vela ex-presidenta de la Comisión de Derechos Fundamentales y Garantías Constitucionales de la Asamblea Constituyente:

> „El derecho de voto de los extranjeros que residen 5 años en el Ecuador no debe estar supeditado a convenios de reciprocidad. Nosotros creemos que ellos juegan un rol activo en el Ecuador y por tanto deben forman parte de las decisiones políticas colectivas del país en el cual ellos decidieron voluntariamente vivir.“

Un año más tarde, el derecho al voto de los inmigrantes con base a su residencia se concretó en el artículo 62 de la Constitución. Con base a la nueva disposición constitucional el Código de la Democracia en su artículo 11 numeral 2 reconoció que todos los extranjeros que residan en el Ecuador al menos por cinco años, podrán de forma facultativa inscribirse en el padrón electoral para posteriormente ejercer su derecho al voto, en la misma forma que

los ecuatorianos. Es decir, que su derecho de voto activo no se restringe a elecciones locales sino que se aplica a otras formas de participación como plebiscitos y consultas populares. El proceso de inscripción es personal y aplica a todos los extranjeros mayores de 16 años que cumplan con el periodo de residencia mencionado. La inscripción se hace en la capital o en las oficinas provinciales previo el cierre del registro y conforme el cronograma electoral fijado por el Consejo Nacional Electoral. Los datos de los inmigrantes registrados pasan a formar parte del registro nacional de electores, a partir de ello están aptos para votar o pertenecer a partidos políticos nacionales (Zambrano, 2013). Adicionalmente los artículos 169 y 173 del Código de la Democracia permiten la participación en los procesos de control y transparencia del sistema electoral, tales como: audiencias públicas, veedurías y observatorios. Por todo lo descrito, es evidente que el rol de un gobierno que apoya la participación política de los inmigrantes en los procesos electorales es fundamental no solo para el reconocimiento de sus derechos sino también para su inclusión en la sociedad receptora.

Con respecto al reconocimiento del derecho al voto activo y pasivo de los emigrantes, se debe señalar que este objetivo ha sido una exigencia de las organizaciones de derechos humanos y de las redes de emigrantes, quienes como factor político para dicho objetivo señalaron que las remesas enviadas a sus familias en Ecuador constituyen el segundo factor de ingreso de divisas; por ende, deben tener pleno derecho a decidir sobre el destino político de un país en el que invierten sus recursos y en el cual viven sus familias.

Sobre el derecho de voto activo de los emigrantes ecuatorianos residentes en el exterior, cabe señalar que son fruto de una larga demanda que comenzó en los años 90 y que se cristalizó mediante la Ley Orgánica Para el Ejercicio del Derecho al Voto de los Ecuatorianos en el Exterior de 2002[4], pero que recién se llevó a la práctica en el año 2006. Actualmente ese derecho está reconocido en el artículo 63 la Constitución de 2008. Para llevar a cabo el ejercicio del voto en el exterior, el ejecutivo impulsó varios acuerdos con el Ministerio de Relaciones Exteriores y el Tribunal Supremo Electoral. Con estas medidas, las embajadas y consulados del Ecuador implementaron oficinas que sirvieron para receptar datos de los emigrantes que participaron en el primer proceso electoral desde el exterior en el año 2006 (Araujo, 2009:47). Los emigrantes independientemente de su estatus migratorio en el exterior pueden votar en 45 países y 99 ciudades del mundo (Ramírez, 2013:32). El creciente nivel de participación de los ecuatorianos en el exterior se verifica en las estadísticas, pues los 142.352 inscritos del año 2006 pasaron a ser 252.121 en el proceso electoral de 17 de febrero de 2013, en el cual votaron 133.045 personas (Consejo Electoral, 2013). Además del derecho al voto, los emigrantes tienen la posibilidad de presentar proyectos de ley según el artículo 102 de la Constitución y proponer la convocatoria a una consulta popular según su artículo 104.[5]

4 Los emigrantes pueden elegir presidente y vicepresidente de la república, asambleístas nacionales y parlamentarios andinos.

5 El número de firmas para solicitar una consulta popular por parte de los emigrantes es equivalente al 5% del total de personas inscritas en el extranjero.

Por otra parte, el derecho al voto pasivo de los emigrantes se reconoció en el artículo 63 de la Constitución de 2008, el cual estipula que: "los ecuatorianos residentes en el exterior podrán ser elegidos para cualquier cargo". Este histórico hecho tuvo como antecedente dos acuerdos ministeriales que el presidente Correa firmo en el año 2007. El Acuerdo de 7 de mayo implementó procedimientos para la elección de parlamentarios desde el exterior, mientras que el Acuerdo de 30 de mayo permitió la elección de emigrantes residentes en el exterior como asambleístas. Estos procedimientos son actualmente regulados por el Código de la Democracia, allí el artículo 150 numeral 3 se establece que seis ecuatorianos residentes en el exterior pueden ser elegidos como diputados de acuerdo a las siguientes zonas geográficas: dos por Europa, Oceanía y Asia; dos por USA y Canadá; y dos por Latinoamérica, África y el Caribe. Esta acción por parte del gobierno fue retribuida con votos por parte de los emigrantes, quienes en las elecciones registradas en el año 2007 eligieron a los seis candidatos del partido de gobierno "Alianza País" como sus representantes al parlamento. En las elecciones del año 2009 obtuvieron cinco de seis representantes, mientras que en año 2013 volvieron a tener la mayoría absoluta de parlamentarios en el exterior.

Fruto de la inclusión de los emigrantes como actores políticos de la sociedad ecuatoriana se han conseguido logros positivos a través de sus representantes en el parlamento, entre los más importantes citamos: el reconocimiento de la doble afiliación al sistema de seguridad social entre Ecuador y España; la afiliación voluntaria de emigrantes al sistema de seguridad social ecuatoriano; la obtención de becas para estudio destinadas a emigrantes; y, una Ley de Hipotecas que impidió que la instituciones financieras españolas embarguen los bienes de los emigrantes en el Ecuador (Aguirre y Machuca, 2012).

3. ¿Hacia una democracia de alta intensidad?

Después de haber mostrado los principales antecedentes y elementos teóricos para otorgar el ejercicio de derechos políticos a los migrantes, es necesario hacer algunas reflexiones. Boaventura de Sousa Santos en su obra *Democracia de Alta Intensidad,* en su octava idea de "la democracia como solución" afirma que no hay democracia sin participación y que no hay participación sin condiciones de participación. Bajo este precepto se podría afirmar que en el Ecuador han surgido condiciones favorables para el ejercicio de la participación, especialmente de los migrantes, ya que actualmente pueden votar y ser parte de otros procesos de participación. La desvinculación del concepto de ciudadanía como requisito previo al ejercicio pleno de derechos y de la eliminación de la nacionalidad como elemento esencial para el ejercicio del derecho al voto, han impulsado el ejercicio de la denominada *demo* diversidad, que en el caso concreto permitió la inclusión política de los inmigrantes en el Ecuador y el mantenimiento del vínculo político de sus emigrantes. La mencionada ampliación de derechos políticos, indicaría que en el Ecuador se están dando firmes pasos en la construcción de una democracia de alta intensidad a través de la inclusión política de

los migrantes. Sin embargo, muy a pesar de dichos logros, hace falta reconsiderar algunos aspectos que afectan el principio de igualdad material, tales como: el establecimiento de 5 años de residencia mínima y la inscripción obligatoria de los migrantes como requisitos previos al sufragio. Estos requisitos no guardan coherencia con el principio de ciudadanía universal establecido en la Constitución de 2008, pues debería ser suficiente poseer cualquier tipo de visa permanente para constar en los registros. Por otra parte, en el Ecuador en los últimos meses se han presentado algunos de los peligros de la perversión de los procesos de participación señalados por Boaventura de Sousa Santos. Esto es, a través del clientelismo político generado por el gobierno, el cual se ha desvinculado abiertamente de la sociedad civil que lo llevo al poder (De Sousa Santos, 2004:43 ss.). El gobierno actual impulsa una estrategia de instrumentalización y cooptación de ciertos representantes de la sociedad civil, los desalienta y desmoviliza con el fin de institucionalizarse en el poder. Además se los desprestigia e invisibiliza al punto de criminalizar la protesta social y las luchas laborales y campesinas. Estos hechos hacen dudar de que el Ecuador este en el camino hacia una democracia de alta densidad, por eso es necesario que el gobierno brinde las condiciones necesarias para la libre participación, caso contrario el proceso de "complementariedad" entre el Estado y la sociedad civil y entre la democracia representativa y participativa sería un fracaso (De Sousa Santos, 2004:61 ss.) Por su parte, los movimientos sociales deben mantener su autonomía y libertad de acción y fortalecer sus articulaciones y poder de movilización. Si no se cumplen estos dos presupuestos es imposible hablar de una democracia de alta densidad. En conclusión, es indispensable defender los logros sociales y políticos conseguidos por los movimientos sociales plasmados en la Constitución de 2008, a través de la apropiación de los espacios, la activación de mecanismos políticos, judiciales y extrajudiciales y la constante movilización individual y colectiva; ya que es un deber de todos: "democratizar la democracia."

Referencias bibliográficas

Araujo, Lorena (2009), *El voto a la distancia: Entre la legitimación del Estado y el ritual cívico de la Pertenencia*. Quito: FLACSO.

Bast, Jürgen (2013), *Denizenship als rechtliche Form der Inklusion in eine Einwanderungsgesellschaft.* Gießen: ZAR.

Bauböck, Reiner (2005), *Expansive Citizenship. Voting beyond Territory and Membership.* Cabridge: University Press.

Conradi, Elizabeth (2011), *Wahlrecht für alle?. Die Zugehörigkeit zum demos als politikteoretische Herausforderung*. München: Oldenbourg.

De Sousa Santos, Boaventura (2003), *Crítica de la razón indolente.* España: Desclée de Browser.

De Sousa Santos, Boaventura (2004), *Democracia de Alta intensidad. Apuntes para*

democratizar la democracia. Bolivia: Corte Nacional Electoral.

Dietmar, Breer (1982), *Die Mitwirkung von Ausländern an der politischen Willensbildung in der Bundesrepublik Deutschland durch Gewährung des Wahlrechts, insbesondere des Kommunalwahlrechts.* Berlín: Duncker und Humblot.

Dubet, François (2003), "Mutaciones cruzadas: la ciudadanía y la escuela", *in* Jorge Benedicto; Maria Luz Morán (Org.), *Aprendiendo a ser ciudadanos. Experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes.* Madrid: Instituto de la Juventud, 219-234.

Earnest, David (2008), *Old Nations, new Voters: Nationalism, Transnationalism and Democracy in the Era of Global Migration.* Albany: University of New York.

Grawert, Rolf (1973), *Staat und Staatsangehörigkeit*. Berlin: ZAR.

Grijalva, Agustín (1998), *Elecciones y Representación Política.* Quito: Corporación Andina-UASB.

Íñiguez, Lupicinio (2003), *Movimientos Sociales. Conflicto, acción colectiva y cambio social. Psicología de la acción colectiva.* Barcelona: EDIUOC.

Maus, Ingeborg (2011), Über *Volkssouveränität. Elemente einer Demokratietheorie.* Berlin: Suhrkamp.

Méndez, Mónica (2005), "Los derechos políticos de los inmigrantes", *in* Andrés Pedreño; Manuel Hernández (org.), *La Condición Inmigrante. Exploraciones e investigaciones desde la ciudad de Murcia*. Murcia: Universidad de Murcia, 125-140.

Mackert, Jürgen (2006), *Staatsbürgerschaft, eine Einführung.*Wiesbaden: VS VERLAG.

Ramírez, Jaques (2013), *La Política Migratoria en el Estado Ecuatoriano. Rupturas, Tensiones, Continuidades y Desafíos*. Quito: IAEN.

Reiche, David (2011), *Staatsbürgerschaft und Integration*. Österreich: VS Research.

Roig, Rafael de Asís (2009), "Sobre la participación política de los inmigrantes" *in* Javier de Lucas; Ángeles Solanes, *La Igualdad en los Derechos: Claves de la Integración*, Madrid: Dykinson, 301-320.

Velasco, Juan Carlos (2009), "Migraciones, Ciudadanía y Transnacionalismo" *in* Javier de Lucas; Ángeles Solanes *La Igualdad en los Derechos: Claves de la Integración*, Madrid: Dykinson, 355-386.

Normativa legal

Acta 097 de la Asamblea Constituyente de 25 de Julio de 2008, Mesa de Participación, Montecristi.

Constitución del Ecuador de 20 de Octubre de 2008. Asamblea Nacional Constituyente. Montecristi.

Constitución de Bolivia de 2009.

Constitución de Chile de 1980.

Constitución de Paraguay de 1992.

Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999.

Constitución de Uruguay de 1967.

Ley de Elecciones de Buenos Aires de 2009.

Instructivo para el Registro de las Personas Extranjeras Residentes en el Ecuador para las Elecciones Generales PLE-CNE de 30 de Octubre de 2008. Quito.

Instructivo para la Inscripción en el Registro Electoral de las Personas Extranjeras Residentes en el Ecuador, PLE-CNE de 5 de Febrero de 2013- Notificación No. 00472. Quito.

Ley Orgánica Electoral /Código de la Democracia- Ley S/n, R.O. S. 578 de 27 de Abril de 2009. Quito.

Ley Orgánica Para el Ejercicio del Derecho de los Ecuatorianos en el Exterior- Ley 81 R.O. 672 de 27 de Septiembre de 2002. Quito.

Resolución PLE-CNE-5-2-7-2013 de 2 Julio de 2013. Pleno del Consejo Nacional Electoral. Quito.

Estadísticas, entrevistas

Estadísticas del Consejo Nacional Electoral, resultados de los años 2007, 2009 y 2013. Quito.

Entrevista a Diego Zambrano (Asesor de la Presidencia del Consejo Nacional Electoral) de 12 de Diciembre de 2013, realizada por Alex Valle. Quito.

Informe de labores 2009-2011-2012 de las asambleístas Dora Aguirre y Linda Machuca. Asamblea Nacional. Quito.

Discurso de María Soledad Vela, Segundo debate sobre derechos políticos 2008, Montecristi.

Os desafios da Democracia participativa na cultura política brasileira: Um estudo sobre o Orçamento Participativo do Distrito Federal\Brasil.

Angela Vieira Neves[2]
Priscila Nolasco de Oliveira[3]
Melina Sampaio de R. Barros[4]

Resumo

Este artigo é fruto da pesquisa sobre arranjos participativos e cultura política e tem como objetivo analisar a implantação do Orçamento Participativo no Distrito Federal capital do Brasil na cidade de Brasília. A pesquisa teve como metodologia um estudo qualitativo com alguns instrumentos utilizados: observação, documentos, questionários e entrevistas. Identificamos efeitos políticos a partir dos seguintes indicadores: grau de associativismo influencia no processo de decisão, regiões mais atendidas, influencia do partido, desenho institucional, cultura politica clientelista. De acordo com os dados, mais da metade das Regiões administrativas foram beneficiadas com obras e serviços do OP com 57%. Dentre os que responderam 73% consideram que o OP possibilitou democratização da gestão e 23% afirmam que não possibilitou. Constatou-se a forte influencia da cultura politica clientelista na execução das obras. A influencia do partido fere a autonomia da sociedade civil e a confusa metodologia do OP que fragilizaram a participação popular.

Palavras Chaves: Orçamento Participativo, Democracia Participativa, Sociedade Civil, Participação e clientelismo.

Abstract

This article is the result of research on participatory arrangements and political culture and aims to analyze the implementation of Participatory Budgeting in the Federal District of Brazil in the capital city of Brasilia. The research was a qualitative study methodology with some instruments used: observation, documents, questionnaires and interviews. Political effects identified from the following indicators: degree of association, influence in decision making, more regions served, the party influences, institutional design, clientelist political culture. According to the data, more than half of the RA's have benefited from the OP works and services with 57%. Among the respondents, 73% consider that the OP enabled democratization of management and 23% say not allowed. It found a strong influence of clientelist political culture in the works, the influence of the party hurts the autonomy of civil society and the confused OP methodology that weakened popular participation.

Keywords: Participatory Budgeting, Participatory Democracy, Civil Society, participation, clientelism.

Resumen

Este artículo es fruto de una investigación sobre los dispositivos participativos y la cultura política, con el objetivo de analisar la implementación del presupuesto participativo en el Distrito Federal, capital de Brasil en la ciudad de Brasilia. La investigación tuvo como metodología un estudio cualitativo, utilizándose de algunos instrumentos como la observación y revisión de documentos, cuestionarios y entrevistas. Identificamos efectos políticos a partir de los siguientes indicadores: nivel de filiación a asociaciones, influencia en el proceso de decisión, regiones más comprendidas, influencias partidarias, diseño institucional, cultura política clientelista. De acuerdo con los datos, más de la mitad de las regiones administrativas, son beneficiadas con obras y servicios del presupuesto participativo con 57%. Entre los que respondieron, 73% consideran que el presupuesto participativo posibilito la democratización de la gestión y 23% afirmaron que no se posibilito. Constatar la fuerte influencia de la cultura política clientelista en las diferentes regiones de ejecución de obras, la influencia del partido que hiere la autonomía de la sociedad civil y la confusa metodología del presupuesto participativo, lo que fragiliza aún más la participación popular.

Palabras Clave: Presupuesto participativo, Democracia Participativa, Sociedad Civil, participácion, clientelismo.

---

1 Esse artigo contou com o apoio da FAP|DF(Fundação de Amparo à pesquisa do Distrito Federal, Brasília\ Brasil).

2 Profa da Universidade de Brasília(UNB) do Programa de Pós-Graduação em Politica social. Dra. em Ciências Sociais pela Unicamp. Líder do Gepedss(Grupo de Pesquisa sobre Democracia e sociedade civil), Pesquisadora do CNPq. Publicou o Livro fruto da Tese de Doutorado intitulado Cultura politica e Democracia Participativa: Um Estudo sobre o orçamento Participativo e vários artigos na temática sobre Democracia, Sociedade civil, Espaços públicos e Representação.

3 Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Política Social, Pesquisadora do Gepedss\CNPq.

4 Graduanda do Curso de S social da UNB, Bolsista de Iniciação Cientifica e Pesquisadora do Gepedss\CNPq.

Introdução

No Brasil, o processo de democratização se consolidou com a emergência de novas concepções sobre a democracia, onde diferentes partes da sociedade passaram a questionar os limites da democracia representativa em sua capacidade de produzir respostas adequadas às demandas colocadas pela sociedade. É nesse contexto que uma série de experiências de gestão de políticas públicas de caráter participativo foram implementadas, principalmente no âmbito do governo local, com destaque para os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, definidos constitucionalmente, e as experiências de Orçamento Participativo - OP.

A construção de espaços públicos nos marcos da democratização e da Constituição Federal do Brasil de 1988 constitui um avanço para o aprofundamento da democracia, pois fez com que os instrumentos de decisão fossem partilhados com a sociedade civil, que tradicionalmente foi excluída dos processos decisórios.

A partir da criação desses arranjos participativos, é possível reconhecer uma mudança no tipo de relacionamento estabelecido entre Estado e sociedade civil. Uma mudança que torna possível o diálogo e a aproximação entre as duas esferas que tradicionalmente vinham sendo tratadas como antagônicas, ou a partir de uma relação de sobreposição entre representantes (procedentes do sistema eleitoral) e representados.

Concomitante ao crescente aumento de canais que conjugam representação, participação da sociedade civil e *accountability*, os estudos sobre democracia participativa também aumentaram acentuadamente, principalmente a partir de pesquisas empíricas sob o foco do aumento da participação da sociedade civil nesses canais.

É importante ressaltar que embora tais estudos venham se mostrando importantes na análise desses processos, outro foco analítico vem centrando o debate sobre controles democráticos e instituições políticas através da qualificação da representatividade da sociedade civil nestes canais no sentido da capacidade de interferir nas decisões e no controle democrático junto ao Estado.

Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento e tem como objetivo analisar a participação popular nos processos decisórios, no sentindo de fortalecer a sociedade civil como sujeitos políticos e o princípio do controle social nas políticas públicas. Através de um estudo de caso, busca identificar o OP como uma experiência de democracia participativa, que transfere aos cidadãos as decisões sobre a cidade, visando o interesse coletivo.

Tendo em vista a formação social e o viés clientelista que marca a política brasileira, a pesquisa está baseada na análise acerca da ideia de representação nos espaços públicos participativos, apontando que tal formação se caracteriza como grande desafio para a construção de políticas públicas. O clientelismo representa um obstáculo na construção da democracia e no poder decisório da sociedade civil e sua democratização.

O debate sobre a participação está na ordem do dia no cenário brasileiro. As grandes manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil trouxeram à tona a insatisfação coletiva da população com a situação política e social do país. Ainda que com uma pauta difusa, milhares de cidadãos e cidadãs saíram às ruas reivindicando melhores serviços públicos, combate à corrupção e protestando contra o investimento de grande soma de recursos públicos em megaeventos. Apesar da heterogeneidade das reivindicações e grupos envolvidos, as manifestações em massa representam a expressão democrática da participação popular. Essa democracia participativa coloca em xeque a democracia representativa, afirmando a necessidade de abertura de um sistema político burocrático e fechado à participação. Adicionalmente, a democracia participativa também expressa à insuficiência do voto como único canal de expressão da vontade popular. Como uma das respostas institucionais ao clamor das ruas, destaca-se a publicação do Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS.

De acordo com o decreto, o objetivo da PNPS é fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Além de estabelecer diretrizes, a PNPS define uma série de instâncias e mecanismos de participação social, sem prejuízo da criação e do reconhecimento de outras formas de diálogo entre a administração pública federal e a sociedade civil. Trata-se de conselhos e comissões de políticas públicas, conferências nacionais, ouvidoria pública federal, fórum interconselhos, ambientes virtuais de participação e outros mecanismos já conhecidos e ocupados pela sociedade civil. São essas e outras instâncias de participação que compõem o chamado Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, que se pretende como um sistema de fortalecimento do diálogo, no sentido de contribuir para que os canais de participação conversem entre si e sejam potencializados.

Desde a sua publicação, o decreto em tela tem sido alvo de críticas por parte de diferentes seguimentos e vertentes políticas. De um lado, há o argumento de que a PNPS ataca um dos pilares da democracia representativa: o princípio da igualdade de "um homem, um voto", pois confere acesso privilegiado ao governo para integrantes de movimentos sociais . Trata-se de uma crítica conservadora que reforça a ideia de democracia formal, restrita ao voto.

Assim, a crítica à PNPS em detrimento da participação social reforça a ideia de igualdade democrática relacionada ao voto[5], quando a ideia motora da igualdade democrática está relacionada à possibilidade de participação, ou seja, que cada um tenha possibilidade de decidir e lutar pela implementação de políticas públicas de qualidade e reafirmar direitos conquistados historicamente.

Noutra vertente de crítica à PNPS, questiona-se até que ponto a institucionalização da

5 Críticas como esta têm sido veiculadas nos meios do comunicação, como a reportagem da Revista Veja, disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/para-juristas-decreto-de-dilma-coloca-o-pais-na-rota-do-bolivarianismo. Acesso em 01 junho de 2014

participação social tende a centralizar e modular os processos participativos. Compreendemos que a democracia é um regime político que possibilita a disputa hegemônica por meio da ação coletiva, na qual os mais diversos grupos e demandas podem se expressar politicamente. A institucionalização da participação social por meio da PNPS pode, assim, deslegitimar as experiências de participação historicamente construídas pelas classes subalternas, na medida em que as engessam ou reduzem a determinados procedimentos.

Há que se verificar com cautela quais serão os desdobramentos da PNPS, pois a centralização da gestão da participação social em um setor governamental pode reforçar a ideia da participação como mero procedimento que não contribui com a superação das condições sociais, políticas e econômicas que perpetuam as desigualdades no âmbito da sociedade capitalista. Encontramos no Orçamento Participativo – OP um exemplo de instrumento de participação que é uma forma de balancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa, com a participação direta dos cidadãos e cidadãs nas decisões sobre as políticas públicas. O OP ocorreu pela primeira vez, no Brasil, em 1989 na cidade de Porto Alegre, e desde então tem sido a experiência de participação mais citada pela literatura brasileira (Avritzer, 2003).

No âmbito internacional, a experiência de Porto Alegre recebeu especial atenção, sendo considerada pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos uma das 40 melhores práticas, na Conferência do Habitat em Istambul, no ano de 1996 (Wampler, 2008). Trata-se de um processo decisório que se estende por todo o ano fiscal, por meio de assembleias nas quais a sociedade civil se engaja em negociações sobre a alocação de recursos públicos e gastos que envolvem novos investimentos de recursos em projetos como, por exemplo, postos de saúde, escolas e pavimentação de vias públicas. O OP é um exemplo de experiência de participação institucionalizada que tem sido considerada exitosa no Brasil, mas para uma análise mais precisa é necessário considerar os desafios enfrentados pelo OP na ampliação de direitos para as diferentes cidades.

2. O Orçamento Participativo do Distrito Federal: ampliação da Participação da Sociedade Civil nos processos decisórios de políticas públicas?

A pesquisa sobre o Orçamento Participativo do Distrito Federal - OPDF se iniciou em 2011, tendo como objetivo compreender a reimplementação[6] e os resultados obtidos pela sociedade civil através do OP na gestão de governo do Partido dos Trabalhadores.[7] O Orçamento Participativo é um canal de comunicação direta entre a população e o governo. Através dele, os cidadãos do Distrito Federal podem definir em quais obras e serviços serão aplicados os recursos públicos. O OP permite que as soluções para essas necessidades sejam organizadas, priorizadas, executadas e fiscalizadas, com a participação direta da população

6 É uma reimplementação porque o OP foi implantado no governo Cristóvão Buarque durante os anos de 1997-2000

7 O Distrito Federal Capital do Brasil tem como Governador eleito em 2011 Agnelo Queiroz do Partido dos Trabalhadores.

em todas as fases. A reimplementação do OPDF aconteceu com a publicação do Decreto 33.712/2012. Seu Art. 2º diz que "O Orçamento Participativo do Distrito Federal – OPDF é o processo de participação direta da população na definição de prioridades para as despesas em investimentos e serviços públicos executados pelo Governo do Distrito Federal".

A participação social no OPDF ocorre por meio de fóruns de delegados e do Conselho do Orçamento Participativo, espaços que são formados exclusivamente por cidadãos da sociedade civil. A representação do governo acontece por meio do Grupo Técnico de Implantação do Orçamento Participativo – GTIOP, conduzido pela Coordenaria das Cidades da Casa Civil, que é composto por representantes de diferentes políticas setoriais: infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação, entre outros.

Pode-se dizer também que o OPDF é o mais importante instrumento de expressão da participação popular na gestão dos recursos públicos, tendo em vista a sua inserção na definição de prioridades para as despesas de investimentos e serviços, assim como no acompanhamento e fiscalização de sua execução. Sua metodologia é baseada na concepção da participação popular, onde se contrapõe às relações autoritárias, paternalistas e clientelistas que acontecem tradicionalmente entre a sociedade e o Estado. Essa concepção metodológica busca o fortalecimento da democracia participativa, que é entendida como processo de presença refletida e organizada da população na definição de prioridades públicas, ampliando o poder popular na definição das políticas públicas na cidade.

A execução da metodologia do OPDF é realizada em diferentes etapas, com plenárias de apresentação do OP nas cidades, plenárias de base em que a população elege as prioridades da sua região, formação de fóruns de delegados e composição do conselho do OPDF, nas quais todas as regiões do Distrito Federal se articulam para o acompanhamento e fiscalização das prioridades eleitas.

É importante ressaltar que, na concepção do OP, a participação popular em plenárias, fóruns e conselhos não se restringe a mera consulta à opinião do povo, mas se constitui num processo de definição de políticas públicas através do diálogo crítico e construção de consenso entre governante e população, que se organiza para isso. O OPDF ocorre nas 31 Regiões Administrativas[8] do Distrito Federal, tem 1.121 delegados e 74 conselheiros, todos da sociedade civil, eleitos pela comunidade.

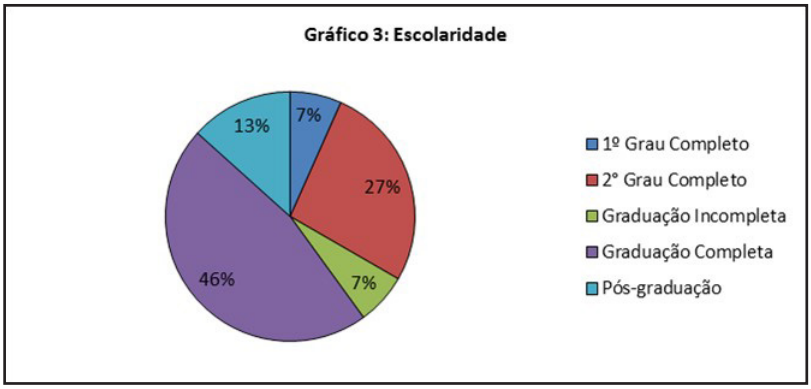
2.1. Perfil dos conselheiros representantes do OP

Esta pesquisa utiliza a metodologia qualitativa, com alguns instrumentos: observação, análise de documentos, aplicação de questionários e entrevistas entre os representantes do OP. Até o momento, foram aplicados 30 questionários aos Conselheiros do Orçamento Participativo do DF nos quais identificamos o perfil sócio-político dos conselheiros.

8 O Distrito Federal é composto por 31 Regiões Administrativas - RA. Apesar de funcionarem de modo semelhante às cidades, as RAs não possuem prefeitos ou vereadores e sim administradores regionais, indicados pelo Governador.

O objetivo da elaboração e apresentação desse artigo é esclarecer o que é o Orçamento Participativo, a sua importância como instrumento de controle Social, fortalecendo a Sociedade Civil, como sujeitos políticos e por fim apresentar como está sendo reimplementado no Distrito Federal, uma vez que o OP é uma experiência de democracia participativa, dada aos cidadãos para decidirem nos gastos públicos, visando o interesse coletivo, que teve êxito em várias cidades, como por exemplo, Porto Alegre.

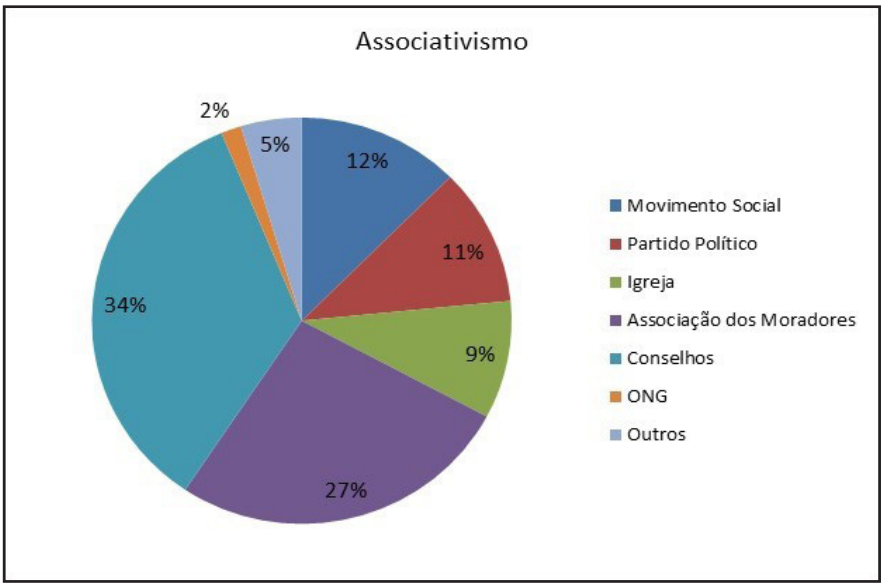
O gráfico três vai ilustrar o nível de escolaridade entre os conselheiros que responderam ao questionário, veja abaixo:



Fonte: Construído pelas pesquisadoras. Pesquisa GEPEDSS, 2014.

Conforme gráfico a maioria dos conselheiros que responderam possuem Ensino Superior completo e o 2º Grau completo num total de 73%. Deste modo, é perceptível um nível de instrução elevado da sociedade civil ao ocupar o cargo de conselheiro, o que poderia proporcionar maior qualificação para a sua atuação**.**

Para finalizar o processo que traça o perfil dos conselheiros, foi elaborado uma questão que pudéssemos compreender a relação do associativismo para com os conselheiros, tentando entender suas motivações e instruções para se tornarem conselheiros do OP. Segue assim, o gráfico sobre associativismo:



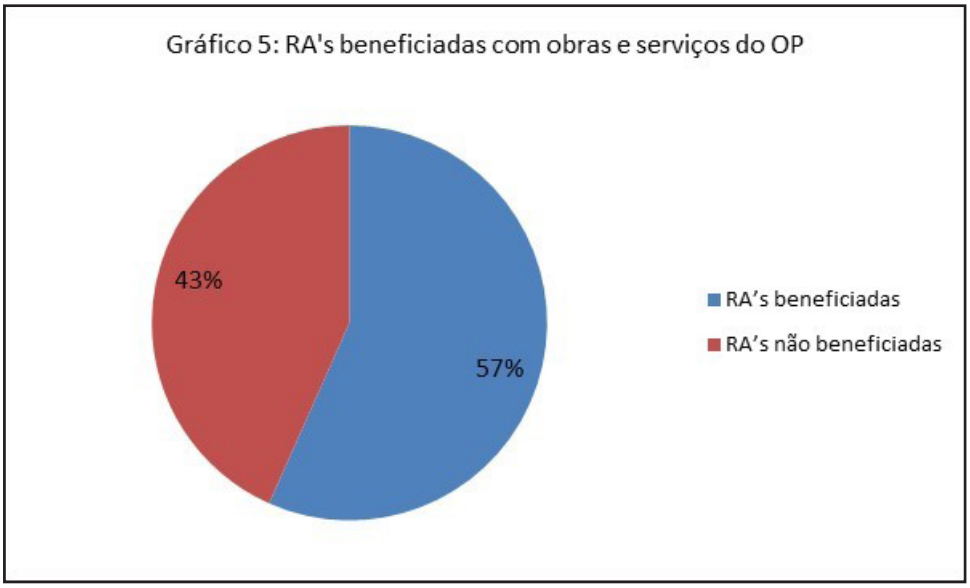
Fonte: Construído pelas pesquisadoras. Pesquisa GEPEDSS, 2014.

Percebe-se então uma forte relação com o associativismo, principalmente com a ocupação de Conselhos que chega a 34% e com a participação em Associações dos Moradores com 27%. Os dados são claros e compreensíveis, tendo em vista que as demandas do Orçamento Participativo do DF se materializam em obras para as Regiões Administrativas, o qual reforça a ideia do associativismo ser uma variável fundamental e impulsionadora do protagonismo da sociedade civil e da vontade destes conselheiros de ocuparem o OP como espaço público enquanto representantes.

Finalizado o processo que traça o perfil dos conselheiros, parte-se para a compreensão do OPDF como espaço democrático a partir da ótica do conselheiro. Segue abaixo o gráfico 5 que demonstra as Regiões Administrativas que foram e não foram beneficiadas pelo OP:

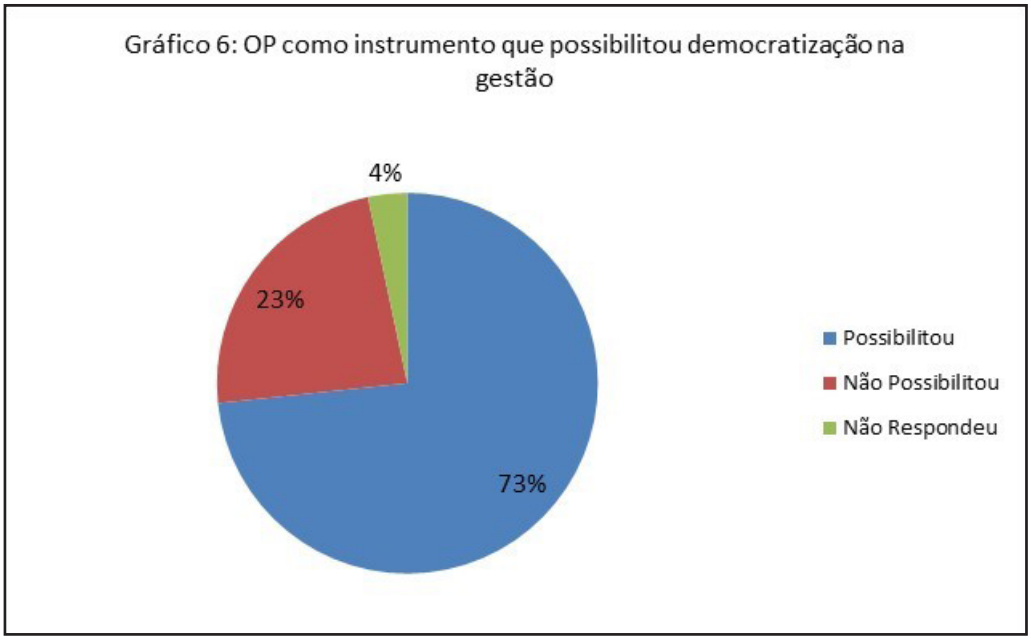
De acordo com os dados, mais da metade das RA's foram beneficiadas com obras e serviços do OP, chegando ao motim de 57%. Ainda assim, é preciso ressaltar que muitas obras foram paradas durante sua concretização, sendo assim, não chegaram ao seu fim para usufruto da população. Tal fator fragiliza o orçamento participativo uma vez que só pode ser considerado benefício se for devidamente executado a prioridade decidida pela população.

O gráfico a seguir tem o intuito de saber se do ponto de vista do conselheiro, o OP, compreendido como instrumento, possibilitou democratização na gestão. Segue abaixo:



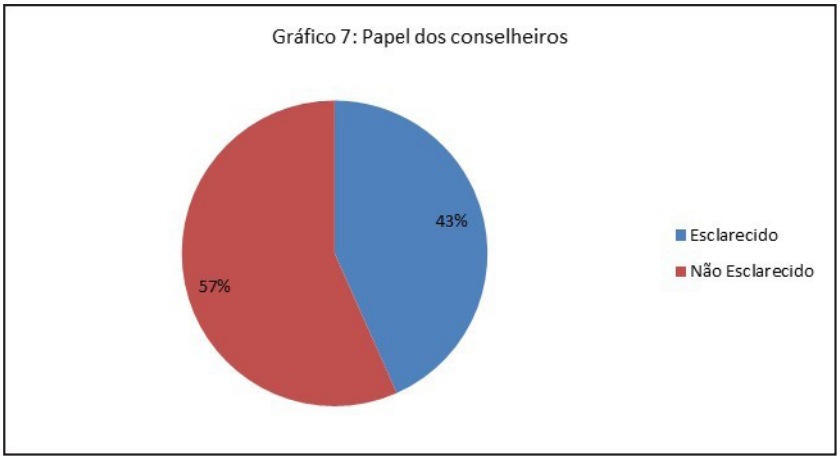
Fonte: Construído pelas pesquisadoras. Pesquisa GEPEDSS, 2014.

Dentre os que responderam, 73% consideram que o OP possibilitou democratização da gestão e 23% afirmam que não possibilitou. É considerável o número de conselheiros que enxergam o OP como instrumento democratizador da gestão, muitos que responderam fizeram a observação de que ainda que ele não se efetive em sua totalidade, é um ótimo instrumento e que deveria ser mais bem executado.



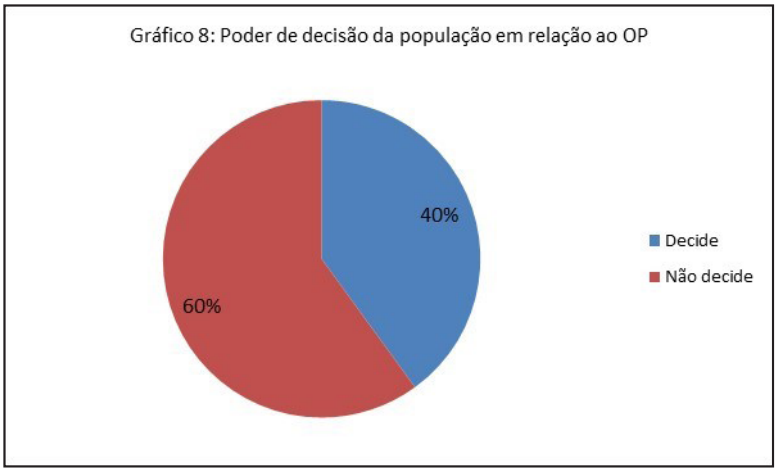
Fonte: Construído pelas pesquisadoras. Pesquisa GEPEDSS, 2014.

Sobre o papel dos conselheiros foi questionado sobre a sua representação. De acordo com o gráfico 7, 57% dos conselheiros consideram que o papel dos conselheiros não foi bem definido e esclarecido somente 43% consideram que foi bem esclarecido. Dentre os que acham que foi bem esclarecido, uma parte considera que foi esclarecido na teoria, ou seja, que faltou suporte prático para os conselheiros exercerem seu papel. Ainda assim, mesmo a diferença não sendo notável, é perceptível que os conselheiros sentem falta de capacitação para exercer essa representação. Deste modo, a ausência de esclarecimento do papel do conselheiro pode ocasionar uma falta de qualificação técnica e politica para sua participação.



Fonte: Construído pelas pesquisadoras. Pesquisa GEPEDSS, 2014.

Dos vinte e seis conselheiros, 60% consideram que o OP não permite a participação da sociedade civil nas decisões das políticas públicas. Os dados podem ser justificados pelas demandas levantadas no OP ao se restringirem ao investimento\obras principalmente, reduzindo ao debate sobre políticas públicas, e quando acontece, é de forma consultiva e não deliberativa**.** A seguir o gráfico 8 mostra se os conselheiros consideram que OP permite a participação nas decisões de políticas públicas.



Fonte: Construído pelas pesquisadoras. Pesquisa GEPEDSS, 2014.

2.2. A influência do Partido na implantação do orçamento participativo

Algumas questões foram verificadas na pesquisa realizada a partir das entrevistas realizadas até o momento que foram 04(quatro). Uma delas é que no processo de implantação da metodologia do OP do DF, ou seja, o seu "desenho institucional" apresenta um limite já que não há uma decisão sobre a percentagem do orçamento para o OP. Isto significa que o governo não reforça a idéia de inversão de prioridades e justiça distributiva. O que se percebe é que as informações relativas ao orçamento destinado ao OP não foram detectadas nessa experiência. Foi uma difícil análise pela não informação de quantos por cento seriam destinados ao OP e ao investimento, já que, em tese, o governo e a Secretaria das cidades decidem o orçamento público vinculando as demandas às respectivas Regiões administrativas. Isso acarretou enorme distorção e confusão do desenho institucional do OP do DF ainda que essa questão não pareça ser particular a essa experiência. De acordo com Ribeiro & Grazia (2002:86),

> ao analisar as informações dos diferentes municípios no Brasil com relação ao orçamento, evidenciou-se que "das 38 experiências, representando 37% do total, não foi possível obter o dado relativo ao percentual do orçamento global decidido pelo Orçamento Participativo.

As dificuldades orçamentárias existentes no OP aliados à cultura política local -com traços clientelistas- aparecem como limites à construção democrática, já que a capacidade restrita do orçamento bem como a não alocação de verba nas diferentes Regiões podem ter sido os principais fatores que limitaram a construção da democracia participativa em todo o processo (Neves, 2008).

Houve dificuldade de publicização do processo, o que facilitou um tipo de instrumentalismo

partidário (Navarro, 2003) em todo o ciclo do OP. Isso descaracterizou os efeitos democratizadores presentes no discurso governamental da participação popular, fragilizando a dimensão pública do OP. Nesse sentido, com critérios pouco convincentes na busca de efeitos redistributivos e a forte influencia do partido nas diferentes regiões pode sinalizar que o OP esteja sofrendo uma forte interferência do governo e do partido dos trabalhadores na execução das obras, ao colocar em xeque o princípio democrático da escolha nas plenárias de base pela ampla participação popular. Isso representa indicadores da frágil influencia dos conselheiros do Op nos processos de decisão na ampliação da participação popular apesar da forte pressão exercida por eles durante o processo de execução e fiscalização das obras.

Considerações Finais

O Orçamento Participativo é um dos melhores instrumentos de participação popular na consolidação da democracia participativa. O mesmo possibilita aos cidadãos o controle nas decisões dos gastos públicos de cada região administrativa em que residem. No entanto, podemos observar nos dados coletados na pesquisa que o OP\DF possui um desenho institucional frágil do ponto de vista da democracia participativa. Uma das questões apresentadas é a centralização das decisões no governo, a não destinação dos recursos para o OP e a última questão verificada é a interferência do Partido dos trabalhadores na execução das prioridades através do mecanismo do clientelismo político. Verificamos que há dificuldades para a sua efetivação e consolidação, observa-se que o OPDF tem se caracterizado como um "instrumentalismo partidário" e não um instrumento democratizador, que viabilizaria a construção de políticas públicas pela Sociedade Civil. Como aconteceu em outras cidades quando ele foi realizado como o caso do modelo exitoso de Porto Alegre. Essa não efetivação do OP\DF pode ser constatada pela desmobilização da participação sociedade civil, pois no início da implantação do OP no DF houve uma grande participação, nas plenárias, porém com o decorrer do processo observa-se que não ocorre essa mesma frequência e isso acontece logo após as eleições dos conselheiros, pois não existem reuniões periódicas por parte do Conselho do OP, apesar da existência até mesmo de Regimento Interno. Para finalizar, acreditamos que o OP DF apresenta contradições que precisam ser potencializadas pelo mecanismo da participação da sociedade civil e pelos conselheiros. De um lado há avanços com uma maior divulgação do OPDF nos meios de comunicação, votação de prioridade pela internet, site exclusivo do OP, mobilização dos conselheiros para a execução das prioridades decididas pela população nas plenárias. Por outro lado existe uma tensão e contradição no funcionamento do Orçamento Participativo com um desenho institucional limitado, uma interferência partidária que fragiliza o OP enquanto instrumento democratizador ao reproduzir práticas de apadrinhamento, trocas de favor, ou seja, clientelismo na execução das prioridades entre as diferentes regiões. O que pode prejudicar a consolidação da participação do cidadão, não obtendo a construção de políticas públicas que garantam os direitos da sociedade civil que se interessa e participa das decisões através da participação popular nas plenárias fragilizando

o OP enquanto um instrumento democratizador e de construção da cidadania. Está posto o desafio.

Referências Bibliográficas

Avritzer, Leonardo (2003), "Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico", *in* Leonardo Avritzer; Zander Navarro (org.), *A Inovação Democrática no Brasil.* São Paulo: Cortez, 13-60. [1.ª ed.].

Governo do Distrito Federal. (2012), *Manual do Delegado - Orçamento Participativo. Distrito Federal 2012-2013*.

Decreto nº 33.712/2012 de 14 de Junho. Diário Oficial do Distrito Federal nº 115 – Seção I. Governo do Distrito Federal. Brasil.

Governo do Distrito Federal (2011), Revista do OP/DF. Prestação de Contas.

Neves, Angela Vieira (2008), *Cultura politica e democracia participativa. Um Estudo sobre o orçamento participativo.* Rio de Janeiro: Editora Gramma. [1.ª ed.].

Ribeiro, Ana Clara; Grazia, Grazia (2002). *As experiências de orçamento participativo no Brasil-período 1997-2000.* São Paulo: Editora Paz e Terra. [1.ª ed.].

Wampler, Brian. (2008), "A difusão do orçamento participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?" *Opinião Pública, Campinas*, 14(1),65-95. Consultado a 17/01/2015, em http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/03.pdf.

Ciências Sociais e Bem Viver

António Pedro Dores[1]

Resumo

O Bem Viver e os direitos da natureza, que Acosta (2013) preconiza estabelecer contra as políticas extractivistas, não são fundamentos de uma política de desenvolvimento alternativo: são uma proposta para substituir globalmente a ideia de império explorador em nome de sincretismos entre humanos e a natureza.

As ciências sociais e humanas, tal como ocorreu nos anos setenta, estão a ser alvo de transformações profundas, seja para acompanhar as transformações sociais em curso, seja para se reposicionarem profissionalmente para as próximas décadas. Também elas terão de escolher entre a manutenção de um lugar periférico no concerto das ciências ou, em vez disso, assumirem o desígnio de se tornarem ciências como as outras, juntando-se às ciências da natureza.

É desejável e possível aliar estas duas dinâmicas de transformação?

Palavras-chave: teoria social; libertação; respeito; igualdade; bem viver

Abstract

Good living philosophy and nature rights, as Acosta (2013) see them, intend to substitute the all idea of development conceive by the exploiting Empire by human-nature syncretism.

Human and social sciences, as it happened in the seventies, are experiencing profound transformations. They need to adapt to social transformation as well to the reconfiguration of the market place for the next decades. These sciences also need to choose between maintaining a peripheral place within science and a new resolution as becoming sciences as any other, joining sciences of nature.

Is it suitable to merge both transformation dynamics?

Keywords: social theory; liberation; respect; equality; good living

Resumen

El Buen Vivir y los derechos de la naturaleza, que Acosta (2013) recomienda contra el establecimiento de políticas extractivas, no son argumentos para un desarrollo político alternativo: son una propuesta de sustituir la idea de imperio explorador en nombre de sincretismo entre los seres humanos y la naturaleza.

Las ciencias sociales y humanas, como ocurrió en los años setenta, son el palco de profundas transformaciones. Siguen las transformaciones sociales en curso y buscan reposicionamiento profesional en las próximas décadas. Tendrán que elegir entre el mantenimiento de un lugar periférico entre las ciencias o, en su lugar, determinarse para llegar a ser como las otras ciencias, y unirse a las ciencias de la naturaleza.

¿Es deseable y posible combinar estas dos dinámicas de transformación?

Palabras clave: teoría social; liberar; el respeto; la igualdad; buen vivir

1 António Pedro Dores é professor e investigador de sociologia no ISCTE-IUL, actualmente lecciona Sociologia da Violência. É autor de uma trilogia sobre estados de espirito e poder.

O preceito da *neutralidade axiológica* separa o mundo da liberdade de proposição, epistémico, e o mundo da suspensão dos juízos de valor, metodológico. Separa a parte política da parte científica do trabalho dos cientistas sociais; o mundo imprevisível dos afectos e das emoções em que se jogam violentamente os corpos no espaço, tempo, intensidade (ecológica e cósmica), do mundo reduzido às relações interpessoais, intra-instituticionais e interinstitucionais. Mundo onde a vontade não vinga (Wieviorka, 2005:217-218).

A sociologia pública, de Michael Burawoy, sugere ser possível distinguir, no mundo das opiniões e dos juízos de valor, uma parte partidária e dogmática e uma parte cívica e cognitivamente mais rica e informada, onde será possível e recomendável intervir, como cientista. Para defesa da sociedade, conforme Polanyi e Gramsci ensinaram, contra o torniquete formado pela economia e pelo estado. Quanto mais não seja para demonstrar a utilidade dos saberes sociológicos e a razão de ser da existência da nossa ciência. Mas também para corresponder a uma procura crescente de pareceres qualificados para organizar racionalmente as propostas de acção política pragmática.

O contexto político de crise prolongada e de reformulação global e europeia das sociedades e das instituições pode abrir uma janela de oportunidade para se ser mais ambicioso na crítica à divisão de trabalho cognitiva observada e recomendada por Max Weber, entre o político e o científico. Com a crise ambiental em curso, aparentemente imparável, perante a incapacidade da humanidade em reverter a sua pulsão suicidária na sua luta contra a natureza, pensar global não é apenas uma vontade estratégica de estender o capitalismo unificado a todo o planeta. É também uma necessidade de compreender a Terra como um sistema integrado, onde a vida pode evoluir e permitir a existência da espécie humana por mais uns séculos. Devemos continuar a imaginar a independência das nossas vidas e sociedades relativamente ao meio de que somos parte intimamente integrante? Não será, então, recomendável às ciências sociais passarem a aspirar a diálogos íntimos com as ciências mais competentes nos conhecimentos sobre o meio animal, de que somos parte, e sobre o nicho cósmico em que vivemos? Como poderemos ultrapassar a crença weberiana da incompatibilidade entre as ciências sociais e as ciências, com a alegação da intimidade dos cientistas com as sociedades ser radicalmente distinta da distância entre nós e a natureza?

O problema não é apenas o isolamento imaginado entre as pessoas e o meio. É também uma noção etnocêntrica e reducionista de sociedade. A sociedade espontânea, natural, de que os humanos dependem tão intimamente como da natureza ambiental, não deve continuar a ser reduzida à modernidade, o imaginado destino de toda a evolução ou revolução humanas. Há que pensar a sociedade como uma natureza intrínseca algumas formas de vida, incluindo a vida humana. Não é só o cérebro, o bipedismo e o polegar oponível que caracterizam a especificidade da nossa espécie. É também a sociedade que nos educa e informa, seja em recursividade (Corballis, 2011), seja em papéis sociais. Culturas historicamente pré fabricadas e transmitidas que nos permitem flexibilizações e transformações impossíveis noutras

espécies. Do que não dispomos é de um detetor incorporado de becos sem saída. Será que a ciência nos pode fornecê-lo, fabricá-lo? O futuro o dirá.

Alberto Acosta (2013) revela-nos uma possibilidade: atentar ao motor cognitivo e emocional que permitiu a povos andinos sobreviver ao genocídio e manter uma luta empenhada pela salvaguarda da natureza, porque ela é sentida e vivida como parte da família. *Somak Kawsay* (Bem Viver) é uma oferta, diz o político e economista, daqueles povos para a sabedoria humana. Que pode ser mobilizada e potenciada pela política e pela ciência modernas. Para respeito da natureza e dos povos que vivem com ela, e não contra ela.

Neste artigo procura-se desenvolver essa ideia para o caso da sociologia. De que modo o desenvolvimento da sociologia pode acompanhar e beneficiar da luta multisecular dos povos andinos para se afirmar no campo científico, tendo em conta as circunstâncias históricas e políticas actuais que o hão-de (ou não) validar e valorizar? Percorreremos grandes traves mestras epistemológicas que deverão ser reconstruídas, como a hiperespecialização e o mútuo isolamento das subdisciplinas entre si, assim como as bases políticas desse travejamento, nomeadamente a legitimidade da exploração da natureza e dos recursos humanos que nela habitam, como se fossem alienígenas. Ou como se os alienígenas fossem os exploradores, e pudessem um dia abandonar a Terra e ir viver para a Lua ou outro planeta qualquer à escolha.

A crítica ao desenvolvimento e a ruptura epistemológica

Capitalismo, desenvolvimento, globalização são nomes diversos que evoluem uns dos outros para designar a fé no progresso. Constituem-se em ideologias capazes de diluir todas as críticas e de as tornar inócuas. Acosta (2013) denuncia a armadilha epistemológica do desenvolvimento (de direita ou de esquerda) enquanto poderoso instrumento de opressão cognitiva. Lá nos Andes, os povos vitimados pela política da Terra Nula e suas continuações, no colonialismo, no neo-colonialismo, nos imperialismos regionais e na colonialidade[2], mantiveram claro para si próprios e durante meio milénio, ser uma barbaridade epistemológica imaginar separados os destinos da espécie humana e do meio ambiente. Para eles sempre foi evidente a continuidade dos paradigmas ocidentais, nas suas diversas roupagens. A exclusão, a pobreza, a opressão, o desrespeito, a traição, o genocídio, no fundamental, tudo isso se mantém, com a diferença esperançosa do renovado prestígio global da cultura de veneração pela Pacha Mama, a Terra, base da sobrevivência dos povos andinos e fonte de mobilização contra a exploração intensiva da Amazónia ao serviço de empresas multinacionais, sobretudo extrativas, e dos Estados conluiados entre si para as estimular e proteger.

Nas actuais circunstâncias de aquecimento global, os povos ocidentais tomam consciência, por um lado, da necessidade de profundas transformações dos seus modos de vida e, por outro lado, verificam, espantados, a resiliência secular de pequeníssimos povos contra os

2 Por colonialidade entenda-se cultura de naturalização de desigualdade ontológica entre povos promovida, cultivada e deixada pelo colonialismo e que se manteve até hoje, como legado do Império.

estados que os deviam representar – em democracia – e os seus aliados empresariais e globais. Acosta convida-nos a inspirarmo-nos nas lutas desses povos. Ou melhor, naquilo que lhes permite resistir e sobreviver, apesar das extremas limitações a que são votados pelas discriminações políticas e sociais que sofrem e a que resistem. Um estado de espírito transmitido de geração em geração, apesar da repressão ocidental. Que agora pode ser útil a toda a humanidade.

Os efeitos perversos do desenvolvimento do capitalismo globalizado, a par das crescentes necessidades de financiamento dos estados ocidentais, não podem ser contestados. Estados fustigados pela corrupção, como descobriu a *Transparency International* criada nos anos 90, e pelas políticas de abandono dos direitos humanos, como o revela a viragem das ONG do sector para os países mais desenvolvidos, ocorrida na mesma altura, reconhecem os tempos de crise e desorientação dos países mais ricos do mundo. Depois da revelação do socialismo real não ser mais do que o desenvolvimento de um capitalismo de planeamento centralizado, o socialismo democrático revelou-se cúmplice da destruição criativa schumpetariana, tanto ambiental quanto social, actualmente a uma escala e intensidade crescentes, claramente indiciada pelos indicadores económicos, sociais, ambientais e bélicos.

A modernidade e as suas soluções tecnológicas imaginadas neutras estão a colocar em risco a humanidade, senão por via da guerra planetária, por via da alteração do ambiente. A persistente prioridade à exploração da natureza (e de tudo que se lhe equipare, como a maior parte da humanidade tratada como recurso de trabalho e de consumo) pode ser substituída por políticas de harmonização da existência humana na natureza, sugerem os povos andinos. Essa convicção teve impacto legal e doutrinário nas mais recentes constituições, no Equador e na Bolívia. O que pode constituir-se numa nova fronteira de luta social intensa e decisiva para as próximas décadas. Resta-nos tomar posição.

Deverá ou poderá a teoria social passar a preocupar-se em estudar a natureza? Até que ponto pode haver uma separação entre a vida humana e o meio ambiente? Haverá uma natureza humana separada ou separável da natureza? Será possível constituir-se uma humanidade fora da natureza? Qual é a natureza da sociedade?

A luta pela sociologia aberta às ciências

Nicos Mouzelis (1995) questionou-se sobre as razões epistémicas porque a teoria social não funciona eficazmente. Respondeu afirmando que a crítica ao estrutural-funcionalismo não permitiu à sociologia produzida a partir dos anos 80 libertar-se dos mesmos problemas apontados a Parsons, a saber: o reducionismo da sociedade aos indivíduos estereotipados e a prática da reificação para preencher imaginativamente o espaço, o tempo e a intensidade próprios da vida social. Bernard Lahire (2003; 2012) desenvolve uma crítica assertiva e aprofundada aos conceitos de *habitus* e campo em Pierre Bourdieu. Salienta a unicidade e o

elitismo implícitos e, por vezes, explícitos no autor.

Mouzelis / Lahire	Reificação	Reducionismo
Unicidade	Coerção social (Durkheim)	Modernização/racionalização
Elitismo	Dimensões de poder (Weber)	Características individuais

Quadro 1 - Críticas cruzadas de Lahire e Mouzelis à actual teoria social

Não este o lugar para detalhar o significado e o alcance das críticas dos autores citados. O quadro 1, serve apenas para fazer referência a problemas epistemológicos bem conhecidos, como sejam (em linha) as distintas e contraditórias inspirações representadas por Durkheim e Weber, de cuja aproximação resultou o estrutural-funcionalismo e cujo afastamento foi conduzido pela aliança entre neo-marxistas e neo-weberianos, a partir dos anos oitenta; (em coluna) a separação entre o macro e o micro social, entre as tradições do estrutural-funcionalismo e do interaccionismo simbólico, do estruturalismo e do accionalismo, da reprodução social e da produção social, dos métodos quantitativos e dos métodos qualitativos.

Os esforços para compreender e ultrapassar os isolamentos conceptuais entre ordem e acção sociais e de diferentes níveis de realidade têm-se revelado infrutíferos, apesar da grande expansão do número de praticantes de ciências sociais. O que sugere ser necessário passar a pensar de outro modo.

Lahire (2012:319-352) explica como a hiperespecialização das ciências sociais, divididas em disciplinas e subdisciplinas, valoriza o isolamento e não o diálogo colaborativo entre elas, a nível cognitivo. O que lhe parece estar a ter efeitos nefastos. Em vez de competição, concorrência e estratégias de isolamento dos potenciais adversários, em jogos de capelas, o que será mais favorável à produção de conhecimentos é: a valorização de ideias novas e não apenas novas aplicações de velhas ideias. Mouzelis, por seu lado, notou a continuidade do uso de concepções parsonianas pela sociologia, mesmo depois do trabalho crítico que sobre elas se abateu. O uso de novas terminologias não deve distrair a crítica social do facto de os mais citados e admirados dos sociólogos de várias nacionalidades manterem, no fundamental, as mesmas limitações cognitivas de Parsons (Mouzelis,1995:7).

Se assim for, podemos identificar dois problemas principais: a) parte da realidade é ignorada (por exemplo, as comunidades resistentes aos desenvolvimentos extrativistas e de modernização dirigidos pelo ocidente e, obviamente, o valor das suas epistemologias do Sul, como lhes chama Santos (2014)); b) esse fechamento socio-centrado na modernidade é reforçado no emaranhado de desdobramento de disciplinas e subdisciplinas sobre si mesmas, sem meios nem desejo de comunicar com ou influenciar a transformação da sociologia dominante, conservando-a acima dos acontecimentos e das realidades.

Na prática, a sociologia é acusada de se constituir numa expressão cognitiva estreitada por sentimentos e olhares próprios de classes sociais próximas dos vencedores das disputas de

poder organizadas pela expansão europeia, a partir do século XV. Em particular, para dar um exemplo, segundo Therborn (2006:3), um dos campos de estudo mais emblemáticos e pujantes nas últimas décadas, o das desigualdades, trata quase exclusivamente de questões de poder e abandonou questões de vitalidade e identidade. Para retomar o quadro 1., no mundo da sociologia actual tudo se passa como se as actividades das elites fossem monitoradas não para as avaliar nos resultados práticos das suas políticas – no bem-estar e na satisfação dos populares perante uma natureza estável e sustentável – mas para as assessorar na medição da repercussão da realização dos seus interesses e desejos na legitimidade social e nas potencialidades institucionais de continuação do usufruto da Terra por parte das políticas extractivistas, etnocêntricas, socialmente discriminatórias.

Como diz Boaventura Sousa Santos, falta fazer a sociologia das ausências (como a dos que dão a vida a lutar pelo bom senso, sem quererem poder, como os militares de Abril) e recensear, também, a sociologia das emergências (como os modos de vida sobreviventes, não completamente esmagados pela unicidade reificada, de que fala Alberto Acosta).

Correspondendo à sugestão de Wallerstein (2006), abrir as ciências sociais, tanto para o lado das humanidades como para o lado das ciências naturais, há que substituir o actual movimento centrípeto para dentro das ciências sociais por processos centrífugos. Dentro do campo das ciências sociais não há que dirimir reservas cognitivas especializadas, como coutadas. Há que procurar fora, nos outros campos científicos, aliados na disposição de ajudar a compreender a natureza e a natureza humana. Urge abandonar a espécie de purgatório em que hoje se encontram as ciências sociais, a meio caminho entre as humanidades e as outras ciências. E utilizar a necessidade que já se sente de actualizar o pensamento e o lugar das teorias sociais nas universidades e nas sociedades, para atingir um estatuto de plena cientificidade reconhecível junto dos cientistas e do público.

É um objectivo ao mesmo tempo ambicioso, realista e potencialmente mobilizador. Quando os sociólogos puderem dizer que trabalham no seio de uma ciência (sem adjectivos) é porque todas as experiências humanas, vencedoras e derrotadas, contemporâneas ou pretéritas, mediáticas e tecnológicas, terão potencialmente as mesmas oportunidades de vir a ser consideradas para estudo, no quadro da pintura de um grande fresco sobre o que é a humanidade na sua singular experiência da vida na Terra.

Hoje em dia, há que anotar isso, já é possível tomar para objecto de estudo não o "homem", como no século XIX, mas a espécie humana no seu todo, como fenómeno singular (Morris, 2013). Romper com a noção de uma elite da humanidade ser o modelo a seguir – homem, ocidental, livre e empreendedor – e admitir as vantagens da diversidade de modos de viver (e, portanto, pensar) como a maneira de assegurar não apenas a democracia, o respeito pelos direitos humanos, a justiça social, mas também mais e melhores oportunidades de sobrevivência para a espécie e bem-estar para os seres humanos.

Concentrados na apologia da actual modernização, tantas vezes apresentada como o melhor dos mundos possíveis, os sociólogos chamados a colaborar com outras profissões (Egreja, 2014), especialmente nas áreas da saúde e do direito, são apresentados e aparecem como um suplemento cognitivo, distanciado de e alheio às instituições e às profissões. Usa-se uma vocação contemplativa, para citar Max Weber ao estudar os universitários do seu tempo (Weber, 2012:10). A abertura das teorias sociais implicará uma radical transformação da postura de observador distante, não só tendo em vista uma sociologia pública, reclamada por Michel Burawoy, mas sobretudo uma outra sociologia profissional, capaz de se integrar na acção, ao lado de outros colegas de outras profissões, nas lutas para se construir um mundo melhor, através de processos respeitadores da dignidade humana e dos equilíbrios ambientais, em democracia, liberdade e no respeito pelo direito das gentes.

Da luta pelo socialismo e da harmonia com a natureza

Ao contrário da previsão de Karl Marx, a revolução proletária acabou por ocorrer – meio século depois do esperado – em países cujo desenvolvimento industrial e capitalista não era muito avançado. A Rússia e a China. Ainda ao contrário das previsões, a ditadura do proletariado serviu sobretudo para desenvolver o capitalismo, debaixo da tutela unitária do Estado nacionalista, e, por isso, não serviu – pelo menos no longo prazo – a emancipação das pessoas nem dos povos, que, no final do século XX, aceitaram voluntariamente a brutal viragem para o mercado livre na ex-URSS e a introdução do capitalismo de mercado na China.

A partir dos anos 80, as sociedades ocidentais revelaram-se excludentes (Young, 1999) e maximizadoras de privilégios (Oborne, 2008). A crise social espoletada pela crise financeira de 2008 mostrou-se de longo curso e revelou-se no próprio centro do capitalismo, em países e classes industrialmente mais poderosos. A União Europeia – previamente organizada por políticas alegadamente solidárias, de convergência, entre Estados membros, escolheu os seus bodes expiatórios nos países mediterrânicos. União orgulhosa e conhecida por se centrar na democracia, no estado de direito e nos valores dos direitos humanos, que agora os Estados dizem não poder respeitar. Menos ainda encaram equacionar os direitos da natureza reconhecidos formalmente no Equador e na Bolívia.

Os sentimentos de traição – nacional, de classe, política, de valores – minam os povos ocidentais incrédulos, sobretudo no Sul da Europa – sujeitos actualmente a tratos anteriormente reservados aos povos colonizados – e revelam-se, sobretudo, pelo teor das inusitadas megamanifestações, com forte presença das classes médias, na sua sintonia voluntariosa (que extravasa a Europa, vinda do Norte de África, para os EUA, para a Turquia e o Brasil). A persistência musculada dos estados, de todos os estados, nas políticas tão largamente contestadas, aprofunda o descrédito da legitimidade das políticas e das instituições. Na política, também se procura fora da caixa aquilo que dentro já não é possível. Na Islândia com o processo constituinte, na Grécia com o Syrisa, em França com Le Pen, em Espanha com

Podemos, em Portugal com abstenção, na Escócia e na Catalunha com a independência. A configuração final, nestes países e na EU, está por definir.

É neste quadro que os intelectuais partidários de políticas emancipatórias notam um novo interesse pelo reavivar e revalorizar de memórias revolucionárias e de resistência menos conhecidas (na verdade escamoteadas), como, por exemplo, as de resistência multisecular de povos indígenas (mas também das mulheres, de etnias escravizadas, dos imigrantes, dos activistas de tantas matizes).

Não era disso que falavam os intelectuais da geração de 70, no século XIX português. Falavam da corrupção e do alheamento cultivado do Bem Viver (das populações nacionais, do Zé Povinho). Impressiona a actualidade dos avisos escritos por alguns deles há 150 anos, como o Eça ou Ortigão, que hoje circulam na internet. Faz pensar que nada aconteceu entretanto. E em certo sentido nada se passou. A política extractivista e o desprezo pelos povos que vivem em cima das minas que se pretendem explorar são a continuidade ininterrupta entre aqueles tempos distantes e os nossos dias.

Novas circunstâncias sociais, porém, transformam os olhares e as interpretações. A transformação, todos a sentimos, já está em curso dentro de nós. Embora não seja ainda evidente como vamos passar a olhar colectivamente o mundo, dentro de poucos anos. Pode ser da mesma maneira (ainda há o que explorar e estão a inventar-se novas formas, cada vez mais abrasivas, de fazer gemer a Terra (Fisher, 2014)). Mas também pode dar-se uma transformação que inclua novas possibilidades de relacionamento com gentes tão diferentes de nós como os povos andinos guiados por *Somak Kawsay*.

Notícias de haver resiliências seculares, como a dos povos andinos, com capacidade para organizarem contra ataques, a partir de solidariedades quotidianas lançadas sobre os campos político e doutrinário, onde impuseram recentemente a presença dos seus conceitos de bem viver e direitos da natureza nas constituições do Equador e da Bolívia, alimentam esperanças renovadas. Isso é uma inspiração para quem procura novos modos de entender, viver e olhar o mundo, susceptíveis de orientar os esforços colectivos.

Desenvolver modos de comunicar com as lutas dos oprimidos e explorados, fora do âmbito restrito das lutas de classes, perante o impasse e recuo das políticas emancipatórias no ocidente, requer uma sociologia aberta a todas as experiências contemporâneas de vida, sobretudo as excluídas dos quadros de modernização. O sentido de o fazer não é apenas político. É também científico: a sociedade não é uma invenção moderna, como por vezes presume a sociologia. A sociedade é uma forma de organização da vida, de que os seres humanos são mestres entre todas as espécies. Sendo actualmente cientificamente possível tomar para estudo a experiência humana (Morris, 2013), a sociologia deve preparar-se para corresponder a esse desafio científico e começar, desde já, a recensear todas as formas de sociabilidade – nomeadamente as orientações de bem viver – contemporâneas e pretéritas,

a começar pelas mais fragilizadas. Cada uma delas mostrará formas de existência humana realistas, cujos efeitos práticos poderão ser racionalmente avaliados.

O conceito de *Bem Viver* (AAVV, 2011; Acosta, 2013) imposto pelos povos andinos nas constituições equatorianas e bolivianas, centrado na harmonia com a natureza, defendendo-a com o mesmo empenho e ao mesmo título com que os ocidentais, nos seus melhores momentos, defendem os direitos humanos, é apenas um exemplo. Exemplo heróico vindo de quem tem vindo a interpor as respectivas existências entre as acções do capital extractivista, em particular na região Amazónica, e a Pacha Mama, a Terra entendida como Gaia, de que esses povos se sentem parte integrante.

Definitivamente, não basta enunciar princípios, embora fazê-lo seja um princípio. O seguidismo entre países em vias de desenvolvimento e países desenvolvidos é real, mesmo no Equador e na Bolívia. As recentes vitórias ideológicas dos povos andinos, inscritas nas constituições destes dois países, não evitam que estas sejam vitórias das periferias das periferias das periferias. Dificilmente chegam à prática. Apesar das vitórias políticas, o extrativismo, a destruição do meio ambiente para produzir riqueza para as sociedades dominantes e acabar com a possibilidade de vidas em harmonia com a natureza, continuam em marcha. Conduzido pelos governos apoiados pelas lutas dos indígenas.

O Bem Viver e os direitos da natureza preconizados – contra as políticas extractivistas – não são fundamentos de uma política de desenvolvimento alternativo: são uma proposta revolucionária para substituir globalmente a ideia de império explorador que nos tem colonizado. Substituído a favor do respeito pela diversidade das identidades humanas, em nome de sincretismos entre humanos e a natureza (Acosta, 2013:73-110). Trata-se de revisitar a modernidade denunciando as epistemologias imperialistas, de direita e de esquerda, que a sustentaram desde antes da Revolução Francesa.

A transformação em curso das ciências sociais

As ciências sociais e humanas, tal como ocorreu nos anos setenta, serão alvo de transformações profundas. Seja para acompanhar as transformações sociais em curso, seja para se reposicionarem profissionalmente para as próximas décadas. A gosto ou a contragosto, como no passado, alguma coisa terá de mudar, nem que seja para tudo ficar na mesma.

As teorias sociais terão de escolher entre a manutenção de um lugar periférico no concerto das ciências ou, em vez disso, assumirem o desígnio de se tornarem ciências como as outras, juntando-se às actuais ciências da natureza (e também as prestigiadas disciplinas de medicina, engenharia, direito) no processo de se libertarem de preconceitos epistémicos que lhes inibem a participação cognitiva e prática mais informada e alargada na libertação social. E, ao mesmo tempo, libertando as actuais teorias sociais dos seus estreitos limites de acção e das recorrentes epistemologias de vistas curtas denunciadas por Mouzelis e Lahire (ou Latour

(2007)), entre outros.

A questão que Acosta coloca é a seguinte: haverá, no ocidente e nos meios universitários e profissionais, sensibilidades capazes de corresponder à solicitação de alianças implicitamente lançada pelos povos andinos, através das doutrinas de Bem Viver constitucionalmente consagradas na Bolívia e no Equador? Haverá possibilidade de construção de apoios firmes aos projectos emancipatórios de pessoas solidárias e livres, culturalmente organizadas, em oposição à destruição centrada na legitimidade dos discursos tipo único, TINA, *there is no alternative*, como dizem os anglófonos?[3] A resposta desejada é: sim.

O aprofundamento das perspectivas emancipatórias através da crítica das teorias sociais, no concerto das ciências, no sentido da conquista da igual dignidade entre pares, pode ser entendido como uma declaração normativa ultraperiférica, no campo das ciências, à conquista de oportunidades de afirmação num contexto de turbulência. Mais tarde ou mais cedo, vai suscitar transformações mais ou menos profundas nas teorias sociais.

Há uma homologia entre as necessidades de afirmação das ciências sociais no mundo científico e do *Somak Kawsay* no mundo da política. Em parceria e solidariedade, ambos os movimentos podem reforçar-se mutuamente. E, ao mesmo tempo, transformar o mundo. A ciência contém em si potencialidades emancipatórias que podem ser exploradas com radicalidade, à uma, para se libertar e para libertar as pessoas e os povos das perspectivas epistemológicas desumanas que actualmente nos tolhem os movimentos.

No que toca às ciências humanas e sociais, uma alteração importante estará já a ocorrer e a acompanhar as transformações sociais em curso, embora seja difícil dizer que direcções se definirão para essas transformações, no futuro. Novos autores emergirão e tornar-se-ão famosos e referências no ensino das ciências sociais. Nas universidades ou/e fora delas.

As teorias sociais são pensadas para entender as sociedades actuais e, portanto, se estas mudam, as teorias também terão de mudar. As condições de produção científica estão elas próprias a mudar, em função das novas orientações políticas de reduzir o financiamento às classes médias e aos serviços sociais. Os processos avaliativos das ciências actualmente institucionalizados são desfavoráveis ao modo como as melhores ciências sociais e humanas se fazem hoje (Lahire 2012:319-352). As ciências sociais e humanas vivem num tempo de auto-crítica e reformulação.

Um dos critérios chave é a reconsideração do estatuto sociológico das minorias, em particular dos géneros e dos grupos excluídos.[4] Trata-se de transformar a cumplicidade actualmente dominante de reforço realista do *status quo*, centrada em políticas epistemológicas

3 Convém não ignorar que este tipo de discurso foi construído primeiro no seio do movimento operário, influenciado pela cultural fusional e seguidista própria das massas trabalhadoras fabris com formação em escolas autoritárias e nos serviços militares obrigatórios, dito *linha justa* exclusivista. E que este discurso de mantém vivo e forte à esquerda do espectro político actualmente em crise. De onde, com efeito, não se vislumbram alternativas à condução neoliberal dos assuntos políticos.

4 Latour (2007) clama ainda contra a exclusão das próteses tecnológicas da análise social, sem as quais as sociedades seriam bem diferentes.

tautológicas de análise ingénua e abúlica dos registos estatísticos produzidos pelos Estados para seu próprio uso e legitimação (Collins, 2005:268-269). Trata-se de passar a identificar os constrangimentos impostos por lutas de poder, tantas vezes pensados como opressões sem causa conhecida, na perspectiva da afirmação proactiva de aspirações de liberdade e igualdade para todo e qualquer ser humano, incluindo os povos andinos e outras pessoas humilhadas por gerações, há séculos (como mulheres, crianças, imigrantes, pessoas sem autonomia, etnias excluídas).

Os sucessos políticos das últimas décadas destes grupos sociais, de facto, demograficamente maioritários (99% como disseram os activistas do *Occupy*) e efectivamente politica e cientificamente marginalizados e reprimidos, devem ser valorizados para atrair e animar a mobilização. Sem perder de vista a necessidade da procura de uma emancipação libertadora mais profunda e exigente. É preciso aprender a descentrarmo-nos das ideologias imperialistas que honram os seus heróis fautores de genocídios (Holloway, 2003). É preciso, portanto, aprender a vencer sem esmagar ou desrespeitar os sobreviventes. É preciso recentrar as teorias sociais nos problemas de desrespeito pelas pessoas (Honneth, 2007).

As teorias sociais podem aliar-se às ideologias do Bem Viver, nos Andes e noutras partes do mundo, como nas prisões onde se produzem visões extraordinárias para o mundo, como mostrou Mandela; reprimidas com brutalidade sistemática e selvática em nome do poder. Se o fizerem, podem ganhar perspectiva com as experiências de resistência epistémica à desconsideração dos seres humanos e dos seus problemas vitais, identitários, ambientais e ecológicos. Nas capacidades de produção de recursos actualmente tecnologicamente disponíveis há que aprender a integrar ligações saudáveis da espécie humana com o seu habitat. As lutas contra a insegurança gerada pela moralmente intolerável irresponsabilidade extractivista e industrialista reclama por formas de cooperação local, regional e global sobretudo em harmonia cooperante, em vez de concorrência e luta de subordinação.

Para além do poder

As críticas às teorias sociais citadas identificam o seu viés elitista e concentrado nas lutas de poder. Geralmente reduzidas às perspectivas do crescimento económico. Como se o diferencial de poder económico fosse o essencial do desenvolvimento humano. Há, portanto, um desfasamento entre indicadores (como o PIB ou o nível de vida) e valores de bem-estar social.

Não bastará uma tomada de consciência simples para que as práticas sociológicas mudem. Não basta produzir novos indicadores, como o indicador de desenvolvimento humano inspirado em Amartya Sen. É necessária uma nova estratégia científica e profissional onde encastrar a abertura desejável. Estratégia de religação entre as subdisciplinas e as disciplinas das ciências sociais num espaço de cooperação cognitiva – e não apenas concorrencial – que terá mais hipóteses de ser concretizada se se constituir como abertura a todas as ciências,

naturais e doutrinárias, e outras formas de sabedoria. Pois sem elas, como as teorias sociais avaliarão os riscos ambientais em que incorremos?

O mais recente livro de Bernard Lahire anuncia, em subtítulo, ser um pensamento sobre a unidade das ciências sociais – contra o hiperdivisionismo vigente e politicamente induzido – e tem por título *Monde Pluriel*. O autor procura alianças para o reconhecimento da pluralidade da sociedade, ao mesmo tempo real e analítica, realista e construtivista (Lahire, 2012:13-14), num mundo sociológico geralmente pensado como Hume o pensou: "[O costume], por si só, determina no espírito, em qualquer caso, a suposição que o futuro será conforme ao passado" (Lahire, 2012:30). Mais à frente Lahire denuncia: "Essas teorias interessam-se […] pela análise do mundo social sem passar pelo estudo dos actores […] " (Lahire, 2012:34). Ou melhor, estuda-se apenas os actores bem-sucedidos nos jogos de poder e presume-se dos restantes, a esmagadora maioria, que os usam como modelo.

Tudo o que seja acão de poder bem-sucedida provaria, empiricamente, pelo facto de existir, ser não apenas racional mas desejável pelos próprios alvos da acção de subordinação (Nietzsche, 1997). A normalidade naturalizada seria a conformidade; a sobrevivência das vítimas equiparada a actos de irracionalidade e abuso de poder. Justificando tacita e previamente a repressão normalizadora.

Na sociologia actual contrastam o *individuo*, receptáculo inerte de características sociográficas e portador de representações que o associam a disposições, perfis e acções típicos e estereotipados e o imprevisível *agente*, sujeito que transcende o social (Wieviorka, 2005:217-220), capaz de produzir transformações sociais, de produzir a sociedade, para além da reprodução quotidiana.

A complexidade da vida social é dividida, separada, em vidas cívicas e políticas, culturais e de acção prática, instintivas e consciente, de massas e individuais, miméticas e criativas, de corpos e de mentes, em estruturas e iniciativas proactivas. Na prática, é negada autonomia à maioria dos actores, relegados para a inépcia das acções inconsequentes, apenas reactivas à violência das lutas pelo poder.

As liberdades reconhecidas aos protagonistas são negadas aos outros seres humanos. No aspecto financeiro, como passou a ser evidente após a declaração da crise de 2008, banqueiros a quem é confiada a confiança do sistema global, fazem o que seria considerado crime se fosse praticado por simples cidadãos. A citação de Henry Ford, que passou a circular pela internet, "É bom que a *população* da nação não *perceba* como funciona o sistema *bancário. S*e soubesse haveria uma *revolução* já amanhã", mostra como não se trata de uma novidade mas uma recorrência, uma regularidade social. Uma desigualdade social, que a teoria social reforça ao separar as explicações que se aplicam ao vulgo, as populações, e aos protagonistas, agentes políticos e seus parceiros.

A discriminação de imigrantes, desempregados, trabalhadores de firmas declaradas falidas

ou em processo de deslocalização, habitantes de bairros populares, é o reverso da medalha da desigualdade: cava de baixo das populações um fosso de desconfiança contra os mais desapossados de todos, primeiros suspeitos de todos os crimes.

Lahire reconhece como as práticas dominantes nas teorias sociais tratam apenas de um nível de realidade. Esta teoria social não apenas ignora a especificidade dos níveis de sociabilidade mais baixos, sem poder, como reforça a ideia, falsa, da sua irrelevância: a maioria das pessoas e dos problemas (saúde, identidade, redes de sociabilidade sem poder, por exemplo) tornam-se inércias. São representados de forma reificada, abstracta e construída de modo a não chocar as sensibilidades da audiência e dos leitores, normalmente gente com um lugar na sociedade de cima, tomando-a como modelo-ideal. Segundo Lahire, este olhar dos sociólogos trai a realidade: ao contrário, os mecanismos sobre os quais as lutas de poder se apoiam, as identidades sociais e a vitalidade das sociedades, a produção dos tecidos sociais, são as forças capazes de elevar o nível de civilização (Lahire, 2012:169).

A unidade das ciências sociais em Lahire permitirá, pois, uma forma de enriquecimento da análise empobrecida pela divisão dos campos subdisciplinares e pela unicidade dimensional das análises centrada nos diferentes tipos de poder. Mas o autor não nos diz porque os sociólogos e os outros cientistas sociais o fariam. A não ser por voluntarismo: "cientistas de todas as disciplinas uni-vos" (Lahire 2012:351).

Importa alguma radicalidade para se estender o raciocínio de Lahire para além dos limites epistemológicos dominantes de auto-isolamento das ciências sociais. Clamar pela unidade das ciências, sim, mas na sua pluralidade, sem objectivos antropocêntricos; e persistentemente etnocêntricos. Isto é, unidade entre ciências sociais, naturais, tecnológicas e doutrinárias em torno da defesa da Gaia, entendida como uma sociedade de entes terrestres, descentrando a análise da superioridade ontológica humana, na verdade centrada nos homens brancos ocidentais e livres, em que culturalmente nos gostamos de rever. Preconceitos vulgares com que a ciência precisa de ter a coragem e a persistência de romper, se se quiser actualizar. Se quiser antecipar a queda do homem branco e do seu poder destrutivo (Davis, 2005; Diamond, 2008).

Não é por acaso que o pai da ciência moderna, Galileu, se tornou herói por ter – através da teoria heliocêntrica – contestado o deocentrismo e proporcionado implicitamente a emergência do antropocentrismo, ainda hoje vigente. Quem sabe se não terá chegado a hora de nos orientarmos cientificamente pelo projecto positivista de unidade de todas as ciências – desta vez sem imperialismos sociológicos – proporcionando ao público a oportunidade de valorizar cognitivamente a pluralidade de entidades terrestres, como membros de pleno direito da nossa comunidade cósmica. Até porque a espécie humana se está a comportar como uma praga infecciosa para o meio ambiente e, desse modo, a arriscar a sua própria extinção.

Será possível, para a teoria social, assumir as suas responsabilidades para, a seu modo,

contribuir para se superar a presente crise, que está muito longe de ser uma questão financeira? Pode ser que sim, na condição de as ciências sociais e humanas se transformarem, no sentido que propõe Lahire e, talvez, um pouco mais além: de se desejarem a si mesmas como ciências, sem mais adjectivos. Abertas à colaboração cognitiva com todas as formas de sabedoria, para que aprendamos a relacionarmo-nos com a nossa natureza de modo saudável. Segundo Acosta (2013:58), substituindo as perspectivas de luta, entre classes aspirantes a dominantes, por perpectivas de harmonização da humanidade com a natureza. Harmonização de ambas as nossas naturezas: a social e a ambiental.

Hiperespecialização alienada

Em Portugal, embora depois de outras potencias coloniais, foram realizadas todas as independências nas antigas colónias. Mas o empenho colectivo das elites desses novos países nas políticas extractivistas continuo e continua.

No plano científico, a sociologia deixou de ser proibida em Portugal. Tornou-se uma profissão prestigiada. Integrada nos meios internacionais das ciências sociais.

Mouzelis / Lahire	Reificação	Reducionismo
Unicidade	Seguidismo político UE	Despolitização soc. civil
Elitismo	Partidocracia	Corrupção

Quadro 2 - Críticas cruzadas de Lahire e Mouzelis aplicadas à história recente portuguesa

A híper especialização (despolitização autoritária, alegadamente meritocrática) não tem trazido ideias novas a Portugal. Têm-se mantido as mesmas ideias de subordinação a uma classe superior europeia (assessorada por especialistas) apresentadas *ad nausea* por comentadores profissionais. Disso se queixam os Indignados, quando reclamam "democracia real". E os politólogos que notam o alheamento das populações perante a política.

Com miríades de novas embalagens, todas diferentes e todas iguais, o carrossel de vaidades e alegados conhecimentos e competências entontece toda a gente. Como num furacão (em política fala-se do centrão), este modo centrípeto de viver para acumular cria o vazio no centro da maior agitação. Tal como numa catedral, só as capelas se agitam.

Há uma homologia com o que se passa na teoria social: a agitação das várias subdisciplinas abrem o espaço da teoria social dominante, que ninguém reclama para si. E, por isso, se mantém intocada. Incapaz de oferecer aos sociólogos e às sociedades os avanços que se esperam de uma ciência.

Uma estratégia centrífuga para as ciências sociais corresponderá à possibilidade e necessidade de todos e cada um dos investigadores sociais se reverem no fundamental das teorias sociais dominantes, assumida colectivamente. Por exemplo, organizadas em torno

de uma estratégia cognitiva de colaboração com outras ciências, com vista à produção de retorno para os saberes e sabedorias comuns, e não apenas para elites ou instituições.

Enquanto o mundo se transforma, cabe aos sociólogos incorporar e difundir as inquietações mas também as formas de condução da vida produzidas em sociedade. Em cima, na classe média ou em baixo.

Que povos periféricos das periferias das periferias, como os andinos, tenham tesouros de sabedoria para partilhar com todos, apesar dos tratamentos de modernização forçada a que têm sido secularmente sujeitos, deve ser reconhecido e valorizado. Todo o ser humano tem de encontrar uma razão para procurar a energias que precisa, cada dia. Quem resiste, demonstra a resiliência e consistência das respectivas sociabilidades. Que os sociólogos não se organizem para beber aí, ou junto de qualquer outra sabedoria prática, as epistemologias do Sul onde elas abundam, isso é não é neutral nem científico. É redutor do conhecimento do repertório de sociabilidades já produzidas pela espécie humana que nos cabe descobrir.

Notas conclusivas

Não são apenas os povos indígenas andinos que palmilham, paulatinamente, as vias da sua libertação, à medida que o jugo imperialista lançado há meio milénio vai perdendo momento. Há cientistas a percorrer caminhos paralelos. Assim como os que vivem experiências de exclusão e têm energia para organizar a libertação.

O desafio lançado por Acosta, de desenvolver a crítica das periferias das periferias das periferias ao desenvolvimento que, na verdade, nunca as serviu e, finalmente, coloca a espécie humana em risco de extinção, é uma voz homóloga à da própria Natureza, que de explorada se revolve em aquecimento global, qual febre capaz de exterminar a praga humana que traz a Terra doente. Bem viver, dizem, é estatuir e reconhecer, na prática, direitos à natureza.

Vindo de onde vem, este desafio comporta o reconhecimento da profunda injustiça e estupidez associadas aos tratos de polé sofridos por quem foi (e continua a ser) desconsiderado sequer de pertencer à espécie humana ou à cidadania. Discriminação reforçada e reproduzida, também, pela teoria social, concentrada quase exclusivamente nas questões do poder e dos poderosos. Discriminação alheada de outras dimensões da vida social, como a vitalidade, os processos práticos de produção, a dignidade existencial, as culturas e epistemologias dos discriminados.

A indústria extrativa que destrói a Amazónia e os territórios onde vivem povos com ideias e ideais próprios partilha a mesma lógica autodestrutiva, suicidária, patológica, posta em prática em todo o planeta. A resistência andina pode exemplificar tipos de modos de pensar capazes de combater eficazmente as políticas ainda dominantes.

É tempo de nos perguntarmos, sociólogos e trabalhadores em geral, se será uma coisa boa

integrarmos instituições tão alargadas e especializadas que ninguém sabe exactamente os resultados práticos das cadeias de trabalho em que participa. Principalmente quando são evidentes os efeitos perversos para o planeta dessas longas linhas de cooperação alienada, para acumular riqueza e destruição (Holloway, 2003).

As ciências sociais podem (e devem) renovar e actualizar as intuições clássicas que consideram as sociedades na sua vitalidade existencial, como superorganismos, e estudar as vantagens cognitivas de ancorar os saberes sociológicos aos saberes biológicos. Não do modo reducionista e reificado actual, que transforma a problemática da evolução em certezas de progresso parcelar, discriminação selectiva e desenvolvimento da acumulação. Mas actualizando as discussões sociológicas sobre o que seja a evolução à luz dos avanços da biologia eticamente informada. Por exemplo, de modo a encontrar explicações para a surpreendente estabilidade social – tantas vezes escandalosamente injusta – capaz de transmitir a cultura indígena andina até aos dias de hoje. Em contraste com a instabilidade da modernidade, toda-poderosa, em processo de globalização.

Melhor do que subscrever petições ou doar fundos para a luta de terceiros, especialmente no Terceiro Mundo, cabe-nos a nós, profissionais dos sectores sociais, na Europa e nos EUA, privilegiados no acesso aos conhecimentos, em defesa dos conhecimentos, lutar pelas nossas identidades sociais prestigiadas, para que possamos merecer tal prestígio através dos resultados práticos do nosso labor, em condições de dignidade e respeito. Que se pode reclamar solidariamente com as minorias do Sul do Norte e as maiorias do Sul do Sul. Melhor do que recensear e esperar pela força dos indígenas sul ou norte americanos, ou de outras partes do mundo, para aqueles que trabalham em ciências sociais será mais racional perspectivar a actualização das teorias sociais de modo a integrá-las no campo das ciências, sem adjectivos.

Aspirar à colaboração com as extraordinárias lutas dos povos andinos, do outro lado do Atlântico, não significa desistir da possibilidade de vir a ser daqui, de onde vivemos, que venha a surgir um ímpeto capaz de transformação deste mundo suicidário noutro mundo mais racional. Venha de onde vier o momento propício à transformação global de um sistema perverso como o actualmente vigente, todas as contribuições serão bem-vindas. Pelo que nenhuma desculpa justifica a inacção meramente *voyeurista* dos esforços de terceiros, muito menos por parte de quem tem condições de liberdade socialmente incomparáveis, como é o caso de muitos sociólogos.

O evidente recuo do respeito institucional pelos direitos humanos, assim como a construção insular do Norte no Sul e a colonialização[5] do Norte em curso, enfim, a disfuncionalidade do desenvolvimento também no Norte, reclama a inversão da alienação própria da hiperespecialização centrípeta das ciências sociais.

5 Expressão usada por Acosta (2013) para se referir à cultura mimética das elites dos países independentes saídos da colonização relativamente aos colonialistas.

Referências bibliográficas

AAVV. (2011), *A Agonia de um mito: como reformular o ´desenvolvimento´?*. Lisboa: CIDAC / Mó-de-vida.

Acosta, Alberto (2013), *El Buen Vivir - Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos.* Barcelona: Icaria&Antrazyt.

Corballis, Michael C. (2011), *The Recursive Mind – The Origins of Human Language, Thought, and Civilization*. Princeton: Princeton University Press.

Davis, Angela Y. (2005), *Abolition Democracy - beyond Empire, Prisons, and Torture*. Nova Iorque: Seven Stories Press.

Diamond, Jared (2008), *Colapso - ascensão e queda das sociedades humanas*. Lisboa: Gradiva.

Egreja, Catarina (2014), "A Sociologia como disciplina em cursos de outras áreas científicas no ensino superior português", *CIES e-working paper*, 188. Consultado a 07/09/2014, em http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP188_Egreja.pdf

Fisher, William (2014), "Novo método de extração pode fraturar o meio ambiente", *Interpress Service*, Consultado a 07/09/2014, em http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2010/08/energia/novo-metodo-de-extracao-pode-fraturar-o-meio-ambiente/

Holloway, John (2003), *Change the World Without Taking Power - The Meaning of Revolution Today*. Londres: Pluto Press.

Honneth, Axel (2007), *Disrespect – The Normative Foundation of Critical Theory*. Cambridge: Polity Press.

Lahire, Bernard (2003), *O Homem Plural – As Molas da Acção*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lahire, Bernard (2012), *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Seuil, Couleur des idées.

Latour, Bruno (2007), *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris : La Découverte.

Morris, Ian (2013), *O Domínio do Ocidente*. Lisboa: Bertrand.

Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*. Londres: Routledge.

Nietzsche (1997), *A Genealogia da Moral*. Lisboa: Guimarães.

Oborne, Peter (2008), *The Triumph of the Political Class*. Londres: Pocket Books.

Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemologies of the South – Justice against Epistemicide*. Paradigm Publishers.

Therborn, Göran (2006), “Meaning, Mechanisms, Patterns and Forces: an Introduction”, *in* Göran Therborn (org.) *Inequalities of the World – New Theoretical Frameworks. Multiple empirical approaches*. Londres: Verso, 1- 58.

Wallerstein, Immanuel (org.) (2006), *Abrir las ciencias sociales.* Madrid: Siglo XXI.

Weber, M. (2012), *Science as Vocation*, Consultado a 07/09/2014 em http://anthropos-lab.net/wp/wp-content/uploads/2011/12/Weber-Science-as-a-Vocation.pdf

Wieviorka, M. (2005), *La Violence*. Paris: Hachette Littératures.

Young, Jock (1999), *The Exclusive Society*. Londres: Sage.

ANEXO

Frases originais traduzidas pelo autor para integrar o artigo

“[L´accoutumance] seule détermine l´esprit, dans tous les cas, à supposer que le futur sera conforme au passé“ (Lahire, 2012:30).

“Ces théories s´intéressent […] a faire l´analyse du monde sociale sans passer par l´étude des acteurs […]“ (Lahire, 2012:34).

Territórios Educativos e a Transformação Social

Helena Singer[1]

Resumo

No Brasil, nas últimas décadas, tem se desenvolvido, ainda que de forma fragmentária, experiências de territórios educativos. Em um território educativo estão garantidas as condições para a emancipação dos indivíduos, com o fortalecimento da sua capacidade associativa e de participação ativa na sociedade. Para tanto, um território precisa se organizar garantindo algumas condições básicas: gestão democrática, escolas alinhadas com os princípios democráticos, rede de proteção social integrada e diversificação das oportunidades educativas. Diversas organizações, comunidades, cidades e também o governo federal criaram programas que, de algum modo, promovem e fortalecem estas condições. Especialmente significativa é a agenda da educação integral, que propõe a articulação dos diversos tempos, agentes, recursos e políticas de um território para o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

Este artigo apresenta uma proposta de definição de territórios educativos e traz algumas experiências brasileiras neste campo.

Palavras chave: democracia, educação, territórios educativos, educação integral, escolas democráticas.

Abstract

In Brazil, in recent decades, it has been developed, although in a fragmentary way, experiences of educational territories. In an educational territory there are guaranteed the conditions for the emancipation of individuals, with the strengthening of its associative capacity and active participation in society. Thus, a territory need to organize ensuring some basic conditions: democracy, schools aligned with democratic principles, integrated social protection network and diversification of educational opportunities. Several organizations, communities, cities and also the federal government have been creating programs that, somehow, promote and strengthen these conditions. Especially significant is the agenda of holistic education that proposes the articulation of different times, agents, resources and policies from one territory to fulfill the individuals' development.

This article proposes a definition of educational territories and brings some Brazilian experiences in this field.

Keywords: democracy, education, educational territories, holistic education, democratic schools

---

1 Helena Singer é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz e autora de *Discursos Desconcertados: Linchamentos, Punições e Direitos Humanos* (Humanitas, 2003). – Prêmio CES para Jovem Cientista Social em Língua Portuguesa) entre outros livros e artigos sobre educação e sobre direitos humanos.

Mudança de Paradigma

No Brasil, nos últimos anos, vêm crescendo as iniciativas emancipadoras no campo da educação. Alguns processos sociais possibilitam compreender este contexto favorável. Em primeiro lugar, o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação tem facilitado os processos de aprendizagem autônoma, tornando obsoletas as estruturas de ensino baseadas em salas com as carteiras volta, das para a lousa, as aulas expositivas, o conhecimento fragmentado em disciplinas, o adulto que professa para seres sem luz e voz. Estas mesmas tecnologias possibilitam também novas formas de produção de conhecimento, baseadas em redes, superando a dependência das obras dos especialistas, produzidas e disseminadas de forma centralizada. No contexto da chamada sociedade do conhecimento fica ainda mais evidente o fato de que a educação implica o envolvimento das pessoas em múltiplos fluxos comunicativos, fluxos que serão tanto mais educativos quanto mais rica for a trama de interações.

O segundo processo que suscita mudanças no campo da educação é formado pelo conjunto dos avanços na pesquisa científica que o sociólogo português Boaventura Sousa Santos associa à emergência de um novo paradigma, baseado em estruturas não disciplinares nem evolutivas, mas sim, promotoras de diálogos entre as diversas áreas do conhecimento e também entre a ciência e os saberes tradicionais. O autor trata de um paradigma do senso comum, por uma vida prudente, que supera a racionalidade técnico-científica pela valorização da racionalidade estético-expressiva, reconhecendo as intertextualidades para a produção de projetos locais emancipatórios. Estes projetos baseiam-se na democracia participativa, em sistemas de produção alternativos, no multiculturalismo, nas formas alternativas de circulação do conhecimento e na internacionalização das lutas sociais. A experiência social mundial nestas áreas é ampla e variada, mas é constantemente desperdiçada. (Santos, 2000).

Especificamente em relação aos processos cognitivos, as pesquisas feitas com base nas novas tecnologias e seguindo os preceitos deste novo paradigma têm demonstrado o que educadores desde o século XIX já afirmavam: para aprender, as pessoas precisam estar afetivamente envolvidas com a informação, o que inclui os sentimentos e o corpo no processo. As estruturas educativas devem, portanto, buscar o envolvimento afetivo e a mobilização, superando a noção de que é preciso domesticar o corpo para que a mente possa aprender.

A terceira tendência favorável à mudança relaciona-se às transformações no mundo do trabalho no sentido da desregulamentação das relações, da imprevisibilidade das carreiras e da multiplicidade dos caminhos profissionais. O ingresso e a permanência longa e satisfatória no mundo do trabalho hoje dependem mais da capacidade dos sujeitos para aprender sempre, criar novos projetos e articular redes, do que dominar conhecimentos técnicos ultra especializados.

É neste contexto que o fracasso da escola vem sendo alardeado nas manchetes de jornais

e diariamente comprovado nas salas de aula dominadas pelo desânimo de estudantes e professores e nos corredores e pátios dominados pela violência. Mas o fracasso não é só da escola como instituição, é também das políticas públicas em educação que no Brasil e em diversos países do mundo passaram, a partir dos anos 90, a se orientar com base em provas nacionais de matemática e línguas em rankings internacionais, esvaziando de sentido um projeto educativo capaz de efetivamente formar cidadãos aptos a viver e promover a democracia.

Em resposta a este evidente fracasso, um novo movimento pela transformação na educação ganha força, um movimento que se integra à mobilização de novos atores pela reinvenção da democracia nas suas várias dimensões. Trata-se de iniciativas de grupos da sociedade civil que buscam novos modos de fazer, modos criativos e solidários de desenvolver autonomia e cooperação que colaborem para o bem-estar social tanto das gerações atuais quanto as futuras.

Neste novo movimento, educadores, comunicadores, artistas, pesquisadores, estudantes e ativistas de diversos campos vêm criando novas experiências educacionais que resgatam e atualizam propostas de pensadores como Leon Tosltoi, John Dewey, Janusz Korczak, Celestin Freinet, Ivan Illich, Paulo Freire, entre outros que se dedicaram à formulação de propostas educativas emancipadoras.

Movimentos Sociais pela Educação Emancipadora

Em nível mundial, existe um movimento que começou a se articular no final dos anos 90 do século passado. Trata-se da rede internacional de educação democrática (International Education Network –IDEC). Os pontos mais fortes desta rede estão na Europa, nos Estados Unidos e em Israel, mas ela está presente em diversos países espalhados pelos cinco continentes. O movimento articula, sobretudo, iniciativas escolares que promovem a democracia da gestão e do conhecimento: estudantes, educadores e funcionários participam do processo de gestão e o currículo se constrói seguindo os interesses dos estudantes.[2]

No Brasil, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, escolas começaram a se estruturar sobre estas mesmas bases. No estado de São Paulo, em diversas cidades, há escolas democráticas particulares sem fins lucrativos que oferecem a educação infantil e o ensino fundamental e escolas democráticas públicas municipais que oferecem o ensino fundamental tanto regular quanto na modalidade de educação de jovens e adultos. Se as escolas municipais paulistas vêm construindo projetos político-pedagógicos democráticos exercendo sua autonomia, na cidade do Rio de Janeiro, projetos do governo municipal tem possibilitado a criação de escolas que rompem com a estrutura disciplinar e a aproximam da comunidade. Na Bahia, também encontramos escolas particulares sem fins lucrativos democráticas. No Amazonas, escolas indígenas do Alto do

2 A reflexão histórico-conceitual sobre educação democrática foi feita em Singer, 2010.

Rio Negro passaram a se estruturar de forma a garantir que suas línguas e culturas fossem reconhecidas e valorizadas em um diálogo enriquecedor com a cultura acadêmica[3]. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, escolas ligadas ao Movimento dos Sem Terra criaram grupos de trabalho para a transformação de seu projeto político pedagógico no sentido da democratização.

Mais recentemente, outra agenda passou a ganhar força no campo da educação no país. Trata-se do movimento pela educação integral, que propõe a articulação dos diversos espaços e agentes de um território para garantir o desenvolvimento dos indivíduos em todas as suas dimensões - intelectual, afetiva, corporal e social[4]. Compreende-se que para tão complexa tarefa, é necessária a integração de diversos atores em torno de um projeto comum, um projeto que possa transformar localidades em bairros que se educam. A escola tem papel primordial neste processo, já que ela tem em sua missão o papel de educar as novas gerações. Mas, para que se integre às famílias e demais agentes educativos da comunidade, ela precisa de um projeto político pedagógico democrático e inovador. É neste ponto que o movimento pela educação democrática se encontra com o movimento pela educação integral.

De início, a agenda da educação integral foi assumida não por movimentos sociais, e sim por governos. Governos municipais como o de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e o de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, entre outros, criaram programas que promoviam a articulação intersetorial em torno de um projeto educativo e estratégias para a articulação da escola com a comunidade visando à oferta de maior diversidade de oportunidades educativas nos territórios. Estas experiências municipais inspiraram o governo federal que, em 2007, criou um grupo de trabalho formado por gestores públicos, organizações da sociedade civil e universidades públicas para elaborar um programa que pudesse induzir políticas de educação integral no país. Nasceu assim o programa Mais Educação,[5] que hoje disponibiliza recursos diretamente para mais de 40 mil escolas espalhadas pelo país, visando à elaboração de projetos políticos pedagógicos que incluam os atores da comunidade como agentes educativos, e a ampliação dos tempos e espaços de aprender.

No entanto, apesar de atingir milhares de escolas, não é em todos os lugares do país que o Mais Educação efetivamente induz a projetos emancipadores de educação integral. Para que isso aconteça, é preciso, em primeiro lugar, que os governos municipais ou estaduais,

3 Sobre estas experiências já há alguns trabalhos acadêmicos. Ver, por exemplo, Abbonizio, 2013.

4 A principal referência sobre este movimento é o livro organizado por Jacqueline Moll, quando era coordenadora do departamento de Currículo do Ministério da Educação: Moll, 2012.

5 O Programa Mais Educação, realizado desde 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), disponibiliza recursos para ampliação da jornada escolar, para no mínimo 7 horas diárias, que não precisam ser cumpridas dentro do prédio escolar, mas sim nos espaços disponíveis em seu entorno. Os recursos chegam diretamente ás escolas que aderem ao Programa e são usados para a organização de atividades a que os estudantes aderem por interesse. Os recursos do MEC voltam-se para ressarcimento de monitores, aquisição dos kits de materiais, contratação de pequenos serviços e obtenção de materiais de consumo e permanentes, além da alimentação. As secretarias municipais ou estaduais devem fornecer os professores comunitários, responsáveis pela organização do programa em cada escola. O Programa conta, em sua estrutura, com Comitês Metropolitanos ou Regionais, constituídos por representantes das secretarias, gestores escolares e outros parceiros, entre os quais as universidades, e Comitês Locais, formados por representantes da comunidade escolar e do entorno. Mais informações no Portal do MEC acessado em 30.03.2014 por http://portal.mec.gov.br/.

responsáveis pela educação básica, tenham políticas voltadas para a educação integral. Mas, mais importante, é preciso que a escola integre as práticas educativas comunitárias e se integre aos movimentos emancipatórios, que há décadas se organizam no Brasil.

Certamente um dos movimentos mais significativos na educação brasileira na história recente foi aquele que nasceu nos anos 60 em Recife, capital pernambucana, sob o nome de Movimento de Cultura Popular (MCP), cujos objetivos eram alfabetizar crianças e adultos e difundir a arte popular regional. Em uma de suas frentes, a prefeitura disponibilizava materiais para os pais construírem bancadas escolares e assim criavam-se salas de alfabetização para as crianças em igrejas, clubes recreativos e associações. Em outra frente organizavam-se espetáculos em praças públicas, grupos artísticos, oficinas, cursos de arte e exposições. Os livros e cartilhas dialogavam e integravam o trabalho de alfabetização com a valorização da cultura popular. Foi ali que o educador Paulo Freire começou a consolidar suas teorias e práticas voltadas para a emancipação popular. O movimento espalhou-se por outras cidades e depois foi reprimido pela ditatura militar.[6]

A educação integral retoma este movimento sempre que promove a ocupação criativa dos espaços públicos, o fortalecimento das iniciativas e das produções culturais locais, a democratização das oportunidades educativas e, sobretudo, quando promove o reconhecimento e integração do currículo escolar com os saberes comunitários e expressões populares - não só as tradicionais, mas também as novíssimas expressões culturais das juventudes brasileiras.

No período da redemocratização, outro importante movimento na educação começou a se delinear, com a criação de organizações da sociedade civil voltadas para processos educativos que promovem a criatividade, a solidariedade e a autonomia nas diversas áreas que garantem o bem-estar humano. Começam a se espalhar, assim, as muitas iniciativas de arte-educação, educomunicação[7], educação audiovisual[8], educação digital, educação ambiental[9], educação em direitos humanos[10], educação para paz. Quando projetos de educação integral reconhecem, legitimam e integram estas iniciativas com as escolas, fortalecem os movimentos sociais pelos direitos à cultura, à comunicação, à inclusão digital, ao meioambiente sustentável, à paz, ampliando o espectro do direito à educação. A parceria das escolas com estas organizações não só diversifica os espaços e tempos de aprender, como traz para o currículo as questões sociais locais e a cultura democrática.

---

6 A obra de Paulo Freire é referência mundial para a reflexão sobre a emancipação na educação. Seu livro mais traduzido é *Pedagogia do Oprimido,* escrito em 1968, quando o autor estava exilado no Chile. Proibido no Brasil, somente foi publicado no país em 1974. (Freire, 1970).

7 Especialmente elucidativas da convergência entre educação integral e educomunicação são as publicações organizadas pela Rede de Comunicação, Educação e Participação (REDE CEP) em parceria com a UNICEF. Por exemplo, (Volpi e Palazzo, 2010).

8 Uma boa revisão histórica da educação audiovisual do ponto de vista da educação emancipatória encontra-se em (Cirello, 2010).

9 O reconhecimento de que a educação integral, e especialmente a perspectiva dos territórios educativos, é promotora da agenda da sustentabilidade social e ambiental encontra-se na publicação (Rede Nossa São Paulo *et al.*, 2010).

10 A perspectiva dos direitos humanos como uma alternativa emancipadora da educação é analisada em (Schilling,2005).

Aos poucos, redes envolvendo estas iniciativas começam a se organizar, criando as condições para um potente movimento social na educação.

A rede do Mais Educação estruturou-se em polos regionais e encontros nacionais, nos quais são debatidos os princípios e a agenda da educação integral no país. Durante o encontro de 2013 em Brasília, lançou-se uma Carta Aberta – Manifesto em que se afirma a educação integral como elemento fundamental do sistema de garantia de direitos.

No mesmo ano foi criado o Centro de Referências em Educação Integral[11], uma iniciativa de organizações governamentais e não governamentais para promover a pesquisa, o desenvolvimento, aprimoramento e difusão gratuita de referências que contribuam para a gestão de políticas públicas nesta área.

Ainda em 2013 foi lançado o Manifesto "Mudar a Escola, Melhorar a Educação: Transformar um País".[12] Este manifesto foi escrito por educadores, ativistas e pesquisadores que desde 2008 se articulam em uma rede cuja página virtual conta com mais de dois mil membros ligados a algumas centenas de iniciativas democráticas de todo o país. Encontros regionais desta rede passaram a debater princípios comuns a uma proposta de transformação social a partir da educação. O Manifesto afirma a necessidade de se garantir a gestão democrática das escolas, o fortalecimento das "comunidades de aprendizagem concebidas por um projeto coletivo baseado num projeto local de desenvolvimento" e a educação integral como uma proposta que supera a fragmentação do conhecimento nas séries e disciplinas.

O Manifesto foi lançado durante a Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação, em Brasília, e depois entregue ao Ministério da Educação e debatido em mais de trinta cidades, incluindo Câmaras dos Vereadores, comunidades e secretarias de educação.

Novos pontos da rede se fortaleceram. Em rede social virtual, criou-se a página da Rede Nacional de Educação Democrática.[13] Encontros presenciais começaram a acontecer mensalmente em diferentes partes do país. Ativistas estrangeiros promoveram a integração desta rede à rede internacional da educação democrática. Está em permanente elaboração uma plataforma colaborativa mundial onde as pessoas incluem as experiências com as quais estão envolvidas nos diversos países. Filmes e livros, financiados coletivamente, começam a registrar a diversidade das experiências, mapas coletivos mostram a distribuição destas pelo mundo,[14] festivais anunciam as novas possibilidades.

---

11 A plataforma virtual do Centro de Referências é acessada pelo seguinte endereço: http://educacaointegral.org.br/ acessado em 30.03.14.

12 O conteúdo do Manifesto pode ser conhecido em seu blog, http://manifestopelaeducacao.blogspot.com.br/ acessado em 30.03.14.

13 A página é um grupo aberto na rede social do Facebook, https://facebook.com/groups/redenacionaldeeducacaodemocratica/ acessado em 30.03.14

14 Os sites com listagens e mapas sobre as experiências alternativas em educação são principalmente da International Democratic Network (http:// idennetwork.org acessada em 26.12.14) e da rede ibero-americana Reevo (http://map.reevo.org/ acessado em 30.03.14).

Territórios Educativos

Ao se abrir e envolver com as questões sociais locais, a escola passa a catalisar processos que podem tornar os territórios educativos. Esta é a outra vertente que o movimento assume hoje. Busca-se criar condições para que os diversos atores dos lugares onde vivem as crianças e os jovens reconheçam sua responsabilidade na educação das novas gerações e se organizem em torno de um projeto comum.

A conceituação, assim como a experiência dos territórios educativos, ainda é vaga e incipiente. Neste artigo, vamos adotar a perspectiva dos territórios educativos que vem sendo construída pela Associação Cidade Escola Aprendiz[15] desde 1997, uma organização social de interesse público, com sede na cidade de São Paulo e atuação em diversas cidades do país, que hoje assume a gestão do Centro de Referências em Educação Integral.

Esta visão de território parte do princípio de que, quando nos referirmos ao espaço usado pelas pessoas, tratamos, ao mesmo tempo, de conteúdo, de meio e processo das relações sociais. Compreende-se o território, assim, como produto das dinâmicas sociais. Essa noção de "território usado" remete a uma construção feita pelas pessoas, a partir dos percursos diários trabalho-casa, casa-escola, das relações que se estabelecem no uso dos espaços ao longo da vida, dos dias, do cotidiano das pessoas. O sentimento de pertencimento é elemento central aqui, decorrente da experiência das pessoas e daquilo que exercem e projetam sobre os espaços. O território envolve, assim, dimensões concretas, bem como dimensões de representação do espaço em que se vive. Do mesmo modo que as relações identitárias, as relações de vizinhança incidem fortemente na distribuição das pessoas sobre o território. Essas relações também vão pautar a interação da população com os serviços no nível local que ocorrem nos territórios. A visão sobre essa complexidade em torno da ideia de território procura ultrapassar a frequente segmentação de demandas e focalização de ações que fragmenta as políticas públicas.[16]

Tal complexidade é necessária para a concepção do território educativo. Para a Cidade Escola Aprendiz, o território torna-se educativo quando quatro condições são alcançadas:

Em primeiro lugar, existe um Plano Educativo Local (PEL), elaborado e monitorado de forma democrática, garantindo-se uma perspectiva intersetorial, interdisciplinar e intergeracional, que justamente supera a fragmentação das políticas públicas.

Este PEL prevê as escolas como catalisadoras do território educativo. Desta forma, o segundo elemento do território educativo é, portanto, conquistado quando as escolas passam a

15 Sobre esta organização, há diversas publicações disponíveis para download em seu site http://cidadeescolaaprendiz.org.br/ acessado em 30.03.2014. Visões gerais de sua metodologia apresentadas por diferentes autores em português, inglês e espanhol encontram-se em (Alves, 2004); (Medeiros Filho e Galiano, 2005) e (Leadbbeater, 2012) a insere em um contexto mundial de inovação na educação.

16 A caracterização de território educativo na perspectiva do Bairro-escola foi desenvolvida pela arquiteta Bia Goulart (Goulart, 2008) e pela socióloga Iara Xavier (Xavier, 2015).

reconhecer os saberes comunitários, envolvem-se com as problemáticas locais e promovem a apropriação do território.

A terceira condição é a de que a rede sociopedagógica – aquela formada por todos os equipamentos públicos e organizações da sociedade civil voltados para as crianças, os adolescentes e os jovens - trabalhe de forma integrada, compartilhando dados e agendas, alinhando princípios e construindo estratégias comuns para o trabalho.

Por fim, o PEL deve orientar planos de ação que possibilitem a ampliação e diversificação das oportunidades via reconhecimento e envolvimento de seus diversos agentes. Alguns exemplos: um restaurante cede espaço para cursos de informática em que adolescentes ensinam idosos; museus criam programações voltadas para públicos comumente alijados destes espaços, como crianças pequenas, imigrantes ou pessoas com deficiência; criam-se espaços de cultura geridos pela comunidade em escolas públicas; praças são revitalizadas pelas intervenções criativas dos artistas e da comunidade e depois passam a ser utilizadas para atividades de skate, malabares, horta, basquete, mostras e shows.

Bairro Educador de Heliópolis: uma experiência de Território Educativo

A caracterização de território educativo que estamos adotando neste artigo nos auxilia a conhecer uma experiência que se desenvolve desde a virada do milênio em uma região periférica da cidade de São Paulo, o bairro de Heliópolis, na zona sudeste da cidade.

Embora esta experiência tenha se realizado em diálogo com a Cidade Escola Aprendiz, seus autores são exclusivamente os agentes do território. Foi por sua iniciativa, que hoje Heliópolis se apresenta como um Bairro Educador, ou seja, um território que tem a educação como eixo condutor e organizador da comunidade na luta por seus direitos. Um território onde, como descreve Arlete Persoli, gestora do Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis, “a busca por uma educação libertária extrapola os muros da escola e se espalha pelas ruas e vielas, quebrando preconceitos, fortalecendo a identidade da comunidade e promovendo sua integração com a cidade.” (Santis e Persoli, 2013:17-19).

O primeiro elemento do território educativo, o plano educativo local, é possível devido à presença da União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e região (UNAS), fundada no início dos anos 80, resultado da organização democrática para a luta pelos direitos fundamentais das pessoas dali. A busca por uma vida digna exigiu da UNAS a superação de uma visão disciplinar, passando a atuar em áreas tão diversas quanto moradia, educação, cultura, saúde, meio-ambiente, esporte, lazer, geração de renda. Como explica Geronino Barbosa, gestor do Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) Parceiros da Criança: “Quando a gente acredita na transformação de um bairro, de uma comunidade, de uma sociedade, de um país, a gente não atua só em uma coisa, atua em tudo. Então hoje eu atuo na área de moradia, na área de educação, de comunicação...” (Santis e Persoli, 2013:42-43).

A UNAS e suas lideranças também precisaram buscar a intersetorialidade, efetivando parcerias com poder público, empresas privadas, organizações da sociedade civil. Cleide Alves, presidente da associação, recorda:

> Eu comemoro o dia de Heliópolis a partir da primeira luta dos moradores. O dia da luta. Por isso que a gente tem a Rua da Mina, onde é a sede da UNAS, porque era lá que a gente sentava com todo mundo, todas as lideranças, todas as comissões de moradores, e a gente discutia o que estava acontecendo em cada local. Nós conseguimos que todos os prefeitos viessem aqui, fizessem algum tipo de intervenção... É essa vontade que a gente sempre teve, do poder público estar presente, fazendo o papel dele. (Santis e Persoli, 2013:40-41)

Nesses mais de quarenta anos de luta, uniram-se adultos, jovens, idosos, crianças e adolescentes. A gestora do Centro para Crianças e Adolescentes da Rua da Mina Genésia Miranda sabe que é "essa nova geração que hoje está dentro da UNAS, esses projetos... são eles que vão dar continuidade, e a gente tem muitos desafios aí pela frente". (Santis e Persoli, 2013:31-34) Os jovens crescidos em Heliópolis e formados na UNAS não temem os desafios. Wellington de Souza, por exemplo, aproveitou as várias oportunidades de cursos e formações que a União lhe ofereceu, sendo a última uma bolsa do governo de Cuba para estudar medicina humanitária naquele país e "realizar um sonho que nunca teve" (Santis e Persoli, 2013:63-64).

Atualmente, a organização se volta para a construção das premissas e estratégias de um território educativo, que atinja as 125 mil pessoas dali. Segundo o líder comunitário José Geraldo, (Santis e Persoli, 2013:47-51) na projeção que a comunidade faz para o futuro, os moradores vão conquistar a regularização de suas moradias, as ruas vão ser prioridade das pessoas, não dos carros, as escolas serão administradas pela comunidade. O processo já começou. Em 2011, foram inaugurados os primeiros 162 apartamentos projetados pelo arquiteto Ruy Ohtake para o Residencial Heliópolis. Implantado em um terreno que fazia parte das instalações da Sabesp, a companhia de água e esgotos do estado de São Paulo, o condomínio chama a atenção pela forma cilíndrica dos edifícios, apelidados pela mídia e pelos moradores de "redondinhos". Redondos e coloridos, os prédios distribuem-se de forma generosa pelo terreno, deixando ao centro espaço para playground, quadra esportiva e um ambiente de uso comunitário.

O segundo aspecto que cria as condições para que Heliópolis se torne esse território educativo é que há ali uma escola catalisadora do plano educativo local. A origem do movimento pelo Bairro Educador, o Movimento Sol da Paz, está na relação da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Campos Salles com a comunidade. Desde que assumiu a direção, em 1995, a escola articulou-se com as lideranças locais para se transformar em um centro de luta pela efetivação dos direitos das pessoas. Com esta clara missão em mente e o vínculo cada

vez mais forte com a comunidade, Braz aos poucos constituiu uma equipe de professores que, em conjunto com os estudantes, pais e lideranças, formulou um projeto político pedagógico de uma escola democrática. Com mais de mil estudantes, ali não há aulas. Nem salas de aula. Em um ambiente que valoriza a convivência democrática, a estrutura é de amplos salões, com mesas onde grupos de estudantes trabalham juntos, com base em roteiros de pesquisas escolhidos por eles. Quando precisam de ajuda, podem recorrer aos três professores que estão no espaço no momento. Os professores trabalham em parceria, rompendo com a estrutura do isolamento da sala de aula. A gestão da convivência escolar é feita pela República de Alunos, em que há um prefeito e vereadores eleitos pelo conjunto de estudantes, secretários nomeados pelo prefeito e comissões mediadoras.

A Campos Salles assumiu assim seu lugar de liderança na comunidade e as outras escolas vão pelo mesmo caminho. Ou caminhada. Na Caminhada da Paz, que há 16 anos invade as ruas do bairro, cada equipamento educativo participa levando bandeiras e cartazes, resultantes de pesquisas que envolvem estudantes e educadores ao longo do ano. Como diz Genésia, o Bairro Educador vem para garantir a "qualidade da aprendizagem", superando esse "método tradicional que não avança, do fazer de qualquer jeito", que ao longo dos anos "favoreceu a exclusão". Seu marido, João Miranda, presidente de honra da UNAS, completa:

> Não pode estar dentro de quatro paredes, mas também não pode ser só na rua... Eu falo muito isso pros jovens (...): Vocês são do RAP, vocês têm um movimento já. O Didi, o mestre de capoeira, não sabe ler, não sabe escrever, mas quando tem batizado de capoeira, enche a quadra de gente... Então é nessa educação que eu acredito. (Santis e Persoli, 2013:34-37).

As escolas do Bairro Educador também acreditam nessa educação que valoriza os saberes locais. José Geraldo não esquece a emoção que as professoras da Campos Salles sentiram quando foram pela primeira vez às casas de seus estudantes e puderam compreender a situação de miséria em que viviam.

Nessas visitas, os educadores entram em contato com a sabedoria das pessoas dali. Uma sabedoria advinda da sobrevivência nas condições mais precárias. Conhecimentos complexos de quem sabe construir a própria casa, cavar poço para obter água, abrir e gerir negócios com recursos muito escassos, criar os filhos amorosamente mesmo tendo que estar longe deles por longos períodos do dia. A sabedoria da resistência à injustiça, resistência pela organização política, com criação de comissões, alianças, abaixo-assinados, veículos de comunicação próprios. Mas também a resistência pelo enfrentamento, com pressão sobre juízes, prefeitos e outros poderosos, com as ocupações, a interceptação física de tratores e armas, sempre que se faz necessário. O conhecimento acumulado sobre os direitos de todos, sobre as políticas, as estratégias de poder.

A sabedoria de quem pede apoio, mas também ajuda quem precisa, o conhecimento sobre

a força da união manifesta em tantos mutirões e campanhas solidárias, conhecimento este que João Miranda considera sua maior conquista: “Do ponto de vista do aprendizado, de acreditar no coletivo, de entender que não sou sozinho”. A sabedoria de quem aprende com a vida, como Mércia dos Santos, gestora do abrigo Raios de Sol: “Para mim, aonde eu vou, eu vejo como uma aprendizagem. Primeiro eu pergunto pra mim mesma o que eu posso dar, e segundo eu vejo o que eu posso aprender”. (Santis e Persoli, 2013:45-47).

A sabedoria de quem conhece a própria história e a história do seu lugar, como a vendedora Norma Soares: “A dificuldade houve, sempre haverá, mas também a vitória, e isso depende de cada um de nós. Depende da nossa união. Porque se você pensa em viver só num bairro pronto, você não sabe como ele nasceu. Mas aqui, não; aqui a gente sabe como nasceu” (Santis e Persoli, 2013:78-80).

O terceiro elemento de um território educativo que encontramos em Heliópolis é a integração da rede que atende as crianças, adolescentes e jovens dali. Essa integração, ainda que parcial, é uma possibilidade dada sua estrutura vinculada a UNAS. São onze Centros de Educação Infantil (CEI), oito CCAs, dois núcleos do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, e mais o Serviço de Atendimento Social a Família (SASF), geridos pela associação com base em convênios com o poder público.

Mas a integração da rede de proteção social no bairro não se reduz aos equipamentos públicos de assistência social, educação e saúde. Certo dia uma criança perdida chegou à Rádio Heliópolis conduzida por policiais. O locutor Danilo de Oliveira pensou que a polícia estava lá para fechar a rádio, que ainda não era legalizada, mas os policiais esclareceram: “Nós precisamos da ajuda de vocês: a rádio é um ponto positivo dentro de Heliópolis e vocês poderiam nos ajudar”. O anúncio foi feito e a mãe pode reencontrar seu filho.

Por fim, vem o elemento que talvez seja o mais visível na conquista do território educativo de Heliópolis: a democratização das oportunidades educativas para todos.

No Centro de Convivência, a comunidade conquistou uma escola de ensino fundamental, uma escola de ensino infantil, três CEIs, uma escola técnica e um centro cultural. Na escola técnica, são oferecidos cursos de escolha da comunidade – nutrição, edificações e webdesign. No centro cultural, há uma galeria de arte e um cinema, que também pode ser usado como teatro, e espaços para diversos cursos. Um centro poliesportivo encontra-se em fase final de construção.

A poucos metros dali encontra-se o Instituto Baccarelli, que oferece cursos com foco em formação musical e artística, desenvolvimento pessoal e oportunidade de profissionalização, e abriga a Orquestra Sinfônica Heliópolis, uma referência na cidade. A UNAS faz a gestão de uma biblioteca comunitária, três telecentros, sete núcleos do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), um Ponto de Cultura, uma escola de marcenaria, além da Rádio Comunitária.

Em todas estas oportunidades criadas pelo território educativo, o que conta é a qualidade. Como define João Miranda: não são apenas espaços para a mãe deixar os filhos enquanto trabalha, "o que beneficia só patrão", são lugares que acompanham o desenvolvimento das crianças.

Referências Bibliográficas

Abbonizio, Aline C. O. (2013), *Educação escolar indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades***.** Tese de doutorado defendida junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Alves, Rubens (2004)*, Aprendiz de mim: um bairro que virou escola*, Campinas: Papirus.

Medeiros Filho, Barnabé e Galiano, Mônica Beatriz (2005), *Neighborhood as School: Mobilising the educational potential of the community/Barrio-Escuela: Movilizando el potencial educativo de la comunidad*, São Paulo: Cidade Escola Aprendiz/Fundação Abrinq/ Unicef.

Cirello, Moira Toledo Dias Guerra (2010), *Educação audiovisual popular no Brasil - Panorama, 1990-2009*. Tese de Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática defendida junto à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Freire, Paulo (1970), *Pedagogy of the Oppressed.* New York, Continuum.

Goulart, Bia (2008), *Centro SP: uma Sala de Aula.* São Paulo: Casa Redonda/Peirópolis.

Leadbeater, Charles (2012), *Innovation in Education: Lessons from Pioneers Around World.* Doha: Bloomsbury Qatar Foundation Publishing, 2012.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional **9.394/1996.**

Moll, Jaqueline *et. all* (2012), *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.* Porto Alegre: Penso

Rede Nossa São Paulo *et al.*, (2010), "Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida", *Plataforma Cidades Sustentáveis*, 65-72.

Santis, Márilia de; Persoli, Arlete (org.), (2013), *Memórias de Heliópolis: raízes e contemporaneidade*. São Paulo: Editora Kazuá.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol. 1 - Para um novo senso comum: a ciência, o direito, a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez.

Schilling, Flávia (org.) (2005), *Direitos Humanos e Educação: Outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez/FAPESP.

Singer, Helena (2010), *República de crianças: sobre experiências escolares de resistência.* Campinas: Mercado de Letras.

Volpi, Mario; Palazzo, Ludmila (org.) (2010), *Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo: sistematização da experiência em Educomunicação.* São Paulo: Unicef/ Rede CEP.

Xavier, Iara Rolnik, (2015) "Um olhar sobre o território na estratégia do Bairro-escola", *in* Helena Singer (org.), *Territórios Educativos: Experiências em Diálogo com o Bairro-escola* – vol. 2, São Paulo: Moderna, 25-44.

Reflexões Sobre a Legitimidade Coletiva na Tomada de Decisão: Um Estudo da Transposição do Rio São Francisco/Brasil[1]

Silviana L. Henkes[2]

Resumo

Os riscos da Pós-modernidade de efeitos transfronteiriços e intergeracionais desvelaram as fragilidades da ciência e as limitações do Estado na conquista da segurança e na promoção do bem-comum. A pesquisa consagra como marcos teóricos a Teoria da Sociedade do Risco de Ulrich Beck, entendendo-se que os riscos de efeito boomerang e intergeracional decorrem das decisões e a Teoria das Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos que revela a necessidade de reinventar as formas democráticas de participação através da cidadania mais ativa. O método de abordagem utilizado foi o indutivo, acredita-se que a análise do emblemático caso da Transposição do rio São Francisco/BR, no que tange à tomada de decisão e à participação na gestão dos riscos, é representativa das demais. Ressalva-se que o estudo é teórico-aplicado e tem como objetivo evidenciar a incoerência, na realidade contemporânea, do sistema representativo; a baixa efetividade, no atual cenário brasileiro, dos instrumentos participativos e que o enfrentamento dos riscos demanda a tomada de decisão coletiva. Concluiu-se, a partir do estudo de caso que o regime jurídico-constitucional brasileiro acerca da participação e do acautelamento dos riscos carece de alto nível de efetividade, impondo-se a adoção de novos arranjos político-jurídico-sociais que promovam a incorporação (emancipação) do cidadão.

Palavras-chave: Transposição do rio São Francisco. Tomada de Decisão. Legitimidade Coletiva. Riscos.

Abstract

The risks of postmodernity society border and inter-generational effects unveiled the weaknesses of science and the limitations of the State in achieving security and the promotion of the common good. The research establishes as the theoretical framework the Theory of the Risk Society by Ulrich Beck it is understood that the risks of boomerang and intergenerational effect result of these decisions and the Theory of South Epistemologies of Boaventura de Sousa Santos reveals the need to reinvent the democratic forms of participation through more active citizenship. The method used was the inductive approach; it is believed that the analysis of the emblematic case of the transposition of the São Francisco/BR, concerning the decision-making and the participation in environmental and risk management, is representative of the others. It is emphasized that the study is theoretically applied and it aims to show the inconsistency of the representative system, the lack of effectiveness in the current Brazilian scenario, participatory instruments, and that handling the risks demands the collective decision-making. It was concluded from the analysis of the transposition of the São Francisco River, that the Brazilian legal-constitutional regime concerning the participation and precaution of risks lacks high level of effectiveness, imposing the adoption of new political-legal and social arrangements to give effect to the right and duty to an ecologically balanced environment and participation.

Keywords: Transposition of the São Francisco River. Decision Making. Collective legitimacy. Risks.

---

1 Artigo apresentado no Colóquio Internacional Epistemologias do Sul, em Coimbra-Portugal, em julho de 2014, com apoio da FAPEMIG-Brasil.

2 Pós-doutora em Direito na Universidade Federal de Uberlândia/MG/BR. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina/SC/BR. Professora do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade Federal de Pelotas/Brasil.

Introdução

Os riscos da Pós-modernidade de efeitos transfronteiriços e intergeracionais desvelaram as fragilidades da ciência e as limitações do Estado na conquista da segurança e na promoção do bem-comum. Nos debates acadêmicos, a par destas constatações, sobrelevam-se alguns questionamentos: a) quem tem legitimidade para decidir, considerando-se que as decisões são fonte de novos riscos e têm potencial para repercutir, de modo indelével, na vida das presentes e futuras gerações (Beck, 1986)? b) a tomada de decisão com base no sistema representativo se coaduna com a realidade contemporânea, sendo válida, justa e/ou democrática?

A pesquisa consagra como marcos teóricos a Teoria da Sociedade do Risco de Ulrich Beck, entendendo-se que os riscos, de efeito boomerang e intergeracional, decorrem das decisões e a Teoria das Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos que revela a necessidade de reinventar as formas democráticas de participação através da cidadania mais ativa incorporando outros saberes. O método de abordagem foi o indutivo, acredita-se que a análise do emblemático caso da Transposição do rio São Francisco/BR, no que tange à tomada de decisão e à participação na gestão ambiental e dos riscos, é representativa das demais. Ressalva-se que o estudo é teórico-aplicado e tem como objetivo evidenciar, a partir do substrato teórico e da subsunção normativa aplicada à Transposição do rio São Francisco/BR: a) a incoerência do sistema representativo na tomada de decisões frente aos riscos; b) a falta de efetividade, no Brasil, dos atuais instrumentos participativos; c) que o enfrentamento dos riscos, demanda a tomada de decisão coletiva (pressupondo a legitimidade de múltiplos atores), através de instrumentos democráticos deliberativos que potencializem o empoderamento do cidadão, transformando-o de vítima dos riscos para sujeito político-cultural na Sociedade Pós-Moderna, incorporando outros saberes. O estudo estabelece como hipótese que a aprovação do Projeto da Transposição demonstra como o regime jurídico-constitucional brasileiro acerca do acautelamento de riscos e da participação, consubstanciado no sistema representativo, carece de alto nível de efetividade.

1. O Direito À Participação

No Brasil, a participação pública foi aos poucos sendo incorporada no ordenamento jurídico. A Constituição Federal do Brasil de 1988 destaca: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes, ou diretamente nos termos desta Constituição” (artigo 1º. parágrafo único) e “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (artigo 225). O texto constitucional também assegura a participação em outros setores, como na promoção da cultura (artigos 215, 216 e 216A), na saúde (artigo 198, III), na educação

(artigo 205), etc.

Em alguns casos, o direito à participação está regulamentado e a legislação brasileira dispõe de instrumentos de efetivação, como as audiências públicas, plebiscitos e referendos. A participação é direito-dever do cidadão, portanto, sua forma de materialização deveria ultrapassar os moldes do sistema representativo ancorado em outro paradigma de sociedade que não corresponde aos desafios da contemporaneidade.

Não se olvida que alguns instrumentos participativos proporcionam a participação do cidadão, em especial, as audiências públicas, mas não possibilitam o "influenciar na decisão" e portanto, o empoderamento do cidadão, pois carecem de poder deliberativo. No Brasil, as práticas se distanciam muito dos fins colimados pela lei. O principal problema decorre do fato de a participação pública ser materializada, em boa parte dos casos, através da representação, o que não possibilita a real, direta e efetiva participação de todos os atores.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 além de enunciar deveres de proteção estatais em matéria ambiental, igualmente afirmou a responsabilidade (dever) dos particulares que estão juridicamente vinculados ao dever de proteção ambiental. Sarlet (2012) leciona que o cenário jurídico-constitucional brasileiro, especialmente acerca da tutela ecológica, encontra forte justificação no princípio e dever constitucional de solidariedade fundamental à proteção e promoção do ambiente, o que diante do quadro de risco existencial imposto pela degradação ecológica, impõe maior carga de responsabilidade dos particulares. Canotilho (2004) também leciona que é necessário deslocar o problema dos direitos fundamentais do campo dos direitos para o terreno dos deveres.

Ter ou tomar parte na decisão não é o mesmo que ter real influência na decisão e tampouco decidir. Influenciar na decisão ou tomá-la é muito mais do que ter ou tomar parte. Portanto, participar das audiências públicas sem que as mesmas tenham caráter deliberativo não confere real sentido à participação. Do mesmo modo, participar de conselhos e comitês cujos percentuais de participação sejam assimétricos, tampouco induz participação.

Marcondes e Andrade (2005) salientam que no Brasil, embora os mecanismos de participação tenham aumentado, avançado e se institucionalizado, ainda não fazem diferença. 10 anos se passaram e pouca coisa avançou. Lopes (2000), defende que, embora, num primeiro olhar, os conselhos brasileiros de participação popular constituam um avanço político, eles não o são. O autor considera que importantes mudanças precisam ser realizadas para os referidos conselhos terem efetividade. Uma das principais é conceder o caráter deliberativo (vinculativo) às decisões. É preciso que a sociedade tenha poder de decisão, pois sem isso não há participação de verdade. Deveras, a participação está amplamente positivada, mas as práticas muito se distanciam dos instrumentos legais, o cidadão esbarra em órgãos, práticas e ou em representantes. As práticas participativas precisam ser revitalizadas, pois o sistema representativo não tem se mostrado suficiente e tampouco efetivo. Almeja-se a concreta efetividade da participação e para isso, é indispensável a revitalização dos instrumentos

e arranjos participativos. Sousa Santos (2002) defende que é necessário reinventar os mecanismos da democracia deliberativa.

2. A Tomada de Decisão em Contexto de Pós-Modernidade: Em Defesa da Legitimidade Coletiva

Em contexto de riscos transfronteiriços e intergeracionais, de interdependência global, uma grande preocupação reside nas atuais formas de participação decorrente do sistema representativo e, portanto, reveladora de uma cidadania frágil e empobrecedora. Sobreleva-se a problemática da pesquisa: quem tem legitimidade para decidir? Quem é o sujeito sociopolítico e cultural da Sociedade de Risco, quem possui legitimidade para tomar decisões, as quais poderão atingir e lesar direitos e interesses transindividuais das presentes e futuras gerações? O Estado, a sociedade civil organizada, o cidadão, as agências regulatórias, a comunidade internacional? A tomada de decisão com base na representação de interesses e direitos ainda é válida, justa e eficaz? A resposta é decisiva para a efetividade do direito e o futuro das políticas públicas brasileiras, no que concerne ao enfrentamento dos riscos ambientais.

A reflexão sobre a legitimidade da tomada de decisão tornou-se objeto constante de pesquisa internacionalmente. Beck (1999:09) apresenta respostas evasivas e ambíguas: "Risco e responsabilidade estão intrinsecamente relacionados [...]. A quem pode atribuir-se a responsabilidade (e, portanto os custos)?". E ainda:

> [...] a pergunta pela identidade do sujeito político da sociedade de risco. Sem dúvida, apesar das minhas extensas discussões sobre o tema, minha resposta a esta pergunta elude os críticos na medida em que leiam meus textos [...] sustento que ninguém e todos são o sujeito (Beck, 1999:238).

A Convenção de Aarhus apresenta indícios de uma resposta. Apesar de regular a temática no âmbito europeu, inúmeros ordenamentos, mesmo não sendo parte têm procurado seguir suas diretrizes, almejando ampliar as possibilidades de participação à coletividade. A Convenção de Aarhus dispõe:

> Artigo 1° - Com o objetivo de contribuir para a proteção do direito de todos os indivíduos, das gerações presentes e futuras, a viver num ambiente propício à sua saúde e bem-estar, cada Parte garantirá a concessão dos direitos de acesso à informação, à participação do público no processo de tomada de decisões e à justiça no domínio do ambiente, [...].
>
> Artigo 9° - [...] o público terá acesso à informação, poderá participar no processo de tomada de decisões e beneficiará de acesso à justiça no domínio do ambiente sem discriminação em matéria de cidadania, nacionalidade

ou domicílio e, no caso das pessoas jurídicas, sem discriminações em função da localização da sua sede ou do centro efetivo das suas atividades.

Desse modo, além dos representantes do Estado e do setor privado, todas as pessoas interessadas, ainda que não afetadas diretamente pelas decisões sem restrições quanto à cidadania, nacionalidade e domicílio podem ser consideradas "sujeitos". O Relatório da UNESCO (2006) também enaltece que a participação deve incorporar todos os cidadãos, em cada etapa do processo político e na tomada de decisão. A Convenção de Aarhus (artigo 6°), ainda estabelece que o público deverá ser informado de forma adequada, tempestiva e efetiva, na fase inicial do processo de tomada de decisão, com fixação de prazos hábeis para a participação em cada etapa, podendo o público apresentar por escrito, se necessário, nas audiências e consultas públicas, comentários, informações, pareceres, análises e tudo mais que considerar relevante para a real compreensão dos fatos. Outro importante avanço da Convenção de Aarhus (artigo 6.8) é a incorporação do caráter deliberativo.

Filiando-se à Teoria da Sociedade de Risco, de Beck, defende-se que a tomada de decisão tem potencial para gerar riscos e, portanto, afetar positiva ou negativamente, de modo superficial ou indelével para as presentes e futuras gerações. Assim, a tomada de decisão deve ser fruto de ampla deliberação por múltiplos atores (Estado, cidadão, sociedade civil e setor privado) e não somente por pequena parcela de sujeitos, representantes de alguns setores e com interesses específicos (Estado, usuários, entidades representativas, etc.). Não há ninguém que conheça verdadeiramente o resultado global de uma decisão, mas é necessário decidir (Beck, 1999). Não há alternativa, somos incitados a decidir e essas decisões podem ser irreversíveis, fatais e podem ter efeitos intergeracionais.

O Estado não tem amplos poderes, tampouco meios e legitimidade para enfrentar muitos dos atuais problemas que assolam a humanidade, dentre eles os riscos ambientais. Sousa Santos (2002) adverte que no atual contexto, cabe ao Estado mais funções de coordenação que de produção direta do bem-estar. Ou seja, os cidadãos devem ser deslocados do status de vítimas para sujeitos-autores do seu próprio destino.

Os riscos têm efeitos globais e intergeracionais, não respeitam as barreiras do tempo e do espaço, nem mesmo os limites geográficos de um país ou continente. Assim é necessário que a tutela jurídica, as decisões políticas e jurídicas e as políticas públicas potencializem o acautelamento de riscos e danos. Através da gestão dos riscos, as consequências danosas podem ser mitigadas, quando não evitadas.

Nos últimos anos, os debates sobre a importância da efetiva participação pública como forma de legitimar as decisões tornou-se objeto de muitas reflexões acadêmicas. Os debates sobre a legitimidade coletiva também vem crescendo no meio acadêmico. Contudo, é preciso advertir que em alguns casos a participação pública pode servir de estratagema político e não de emancipação do cidadão (solução).

A participação pública como solução é aquela que possibilita a real influência nas decisões. A decisão que incorpora a vontade popular é a melhor escolha, pois revela a (in)aceitabilidade social do risco e efetiva o direito-dever constitucional (Henkes, 2008). Neste sentido, Goldenstein e Salvador (2005) destacam que a participação pública torna os processos de tomada de decisão legítimos e transparentes e, consequentemente, duradouros, garantindo maior equilíbrio nas disputas de interesses. Contudo, alertam os autores que o desequilíbrio na representação e com isso, nas discussões e nas instâncias de tomada de decisão, faz prevalecer os interesses políticos ou economicamente mais poderosos. Assim, a presença de representantes sem poder de influência na tomada de decisão pode servir de estratagema, legitimador de decisões.

Considerando-se uma solução, Delnoy (2005) elenca as justificativas mais frequentes: a) ser o remédio para as fraquezas estruturais ou conjunturais da democracia representativa permitindo ao cidadão recuperar uma parcela do poder e do controle; b) melhorar a qualidade das decisões em direção ao interesse coletivo; c) tornar mais eficaz as decisões administrativas, na medida em que a coletividade participa e dá apoio aos tomadores de decisão; d) reforçar a defesa dos direitos individuais; e) propiciar o cumprimento do dever de proteger o ambiente; f) favorecer a defesa dos interesses coletivos.

Os principais desafios da participação, segundo Bacqué, Rey e Sintomer (2005) são: a) fazer a coletividade participar da gestão; b) tornar eficaz a participação haja vista a falta de expertise na tomada de decisão; c) cultivar o debate, pois ele proporcionará a eficácia das decisões e sua legitimidade; d) adequação da escala. Outra problemática decorrente da representação é que em muitos casos, para ser representante, é necessário ser expert, não basta ser cidadão interessado ou vítima potencial dos riscos.

Consoante Lopes (2000), a participação é dos que estão dentro, os quais nem sempre têm os mesmos interesses. Sousa Santos (2002) adverte que é necessário democratizar a democracia, aceitar/incorporar outras formas de participação, sob pena de ser uma democracia de baixa intensidade.

Doula *et al.* (2006) salientam que uma das estratégias de resistência à criação dos espaços participativos e da participação pública efetiva não é negar frontalmente a participação, mas miná-la através de subterfúgios, visando destituir o poder dos espaços participativos, colocando os representantes estatais em maioria, não convocar reuniões etc.

Jacobi (2000) observa que em geral, os programas participativos se restringem a "participação restrita ou instrumental", a qual não encerra necessariamente uma concepção de equidade no seu arcabouço conceitual. No Brasil, a assimétrica representação é um problema recorrente. A propósito, diversos segmentos, como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens optam por não delegar representantes para compor os Conselhos e Comitês ante a falta de assimetria entre os membros e por não acreditar que a representação realmente

exerça alguma influência nas decisões (Doula *et al.*, 2006).

A real participação, aquela capaz de influir na decisão pressupõe debate, escolha conjunta e, portanto, a aceitabilidade ou não dos riscos (Nardocci, 2002). E neste sentido, Hammerschmidt (2003) enfatiza que a aceitabilidade do risco deve resultar de um processo de definição coletiva com base no consenso social.

A decisão coletiva (experts e leigos) é indispensável, pois decidir é um processo de julgamento de valores que necessita, além do conhecimento científico qualificado, de legitimidade social (Nardocci, 2002). À medida que, os riscos atingem grande parte da população deve-se incorporar à decisão estas pessoas e seus interesses. A aceitabilidade ou não dos riscos está diretamente ligada ao direito-dever de participação dos cidadãos nas decisões que afetam suas vidas, caso contrário, ela servirá para legitimar as decisões de um grupo dominante (Nardocci, 2002).

Desse modo, necessário se faz revitalizar as práticas participativas e a tomada de decisão. É indispensável que a norma jurídica incorpore novos preceitos, novos saberes ampliando os mecanismos de participação e os espaços públicos (Sousa Santos, 2002; Henkes, 2008).

Marcondes e Andrade *(*2005) salientam que a dinâmica do colegiado facilita a interação mais transparente e permeável no relacionamento entre os diferentes atores envolvidos, o que limita as chances de abuso de poder, mas não necessariamente a manipulação de interesses. Dowbor (2005), afirma ser vital organizar e controlar os riscos, a partir da sociedade civil, a fim de que a visão de futuro, da qualidade de vida e das necessidades ambientais e da saúde pública sejam recolocadas no horizonte das decisões. Participando efetivamente o cidadão pode se liberar do estereótipo de mero consumidor e ou vítima.

No Brasil, a composição dos conselhos e comitês é assimétrica, os representantes da coletividade não têm poder de decisão e veto e sua "participação" acaba por legitimar e "corresponsabilizar" a coletividade pela decisão. Bacqué, Rey e Sintomer (2005:32), quando tratam da participação popular afirmam: "Uma das ideias principais, geralmente não explícita, mas quase sempre presente, é que a participação pode contribuir à legitimação do sistema político e, em particular, das equipes em atuação". Igualmente, Irigaray (2003) conclui haver um consenso quanto à importância da participação pública na gestão ambiental e a legislação brasileira reflete esse entendimento, nada obstante, concretamente, a gestão participativa tem exercido papel meramente legitimador de decisões técnicas no processo de gerenciamento.

Ao legitimar as decisões, legitimam-se os riscos e se impõe a corresponsabilidade pelos resultados. Portanto, a coletividade, ainda que ela não tenha tido poder de influir na decisão é também responsável pelos riscos. Segundo Maihold (1999), a participação pertence ao mundo da política simbólica, tudo não passa de consensos de fachada visando legitimar as decisões e corresponsabilizar os envolvidos.

2.1 A relativização do conhecimento frente ao risco: um argumento para a legitimação do cidadão como tomador de decisão em contexto de risco

O debate sobre o papel da ciência na contemporaneidade vem ganhando espaço face à evidente fragilidade da ciência (Maldonado, 2003). A demanda pela democratização da ciência e o fim do monopólio dos peritos, estabelecendo-se um debate transparente e empoderante do cidadão tem sido objeto de pesquisas e reflexões nas diversas searas do conhecimento, desde a sociologia ambiental com Irwin (2001) à teoria social com Beck (1999) e Giddens (1991) passando à sociologia da ciência com Latour (2004) e também a partir das reflexões de Sousa Santos (2002) em Democratizar a Democracia e Epistemologias do Sul.

Rosanvallon (2006) em seu artigo "Democracia e Desconfiança" elege três fatores: científicos, econômicos e sociológicos, os quais, para ele, explicam o advento de uma sociedade de desconfiança, emergente da descrença (desconfiança) na ciência e na técnica. Nesta sociedade, o papel dos peritos se apresenta, segundo o autor, ao mesmo tempo como essencial e problemático.

Os riscos também desvelaram as fragilidades do Estado não somente no aspecto ambiental, mas social, econômico, político e, sobretudo, jurídico, diante do contexto: interdependência, globalização, volatilidade dos fluxos e capitais, riscos etc. Doravante, todos são corresponsáveis pelas decisões e, por consequência, pelos riscos!

O risco democratizou a sociedade, também, no tocante ao conhecimento, não se trata de equiparar o conhecimento técnico (de um biólogo, engenheiro, hidrólogo), àquele de um cidadão mas, a partir da constatação da fragilidade do conhecimento científico ante aos riscos, cumpre ampliar os espaços de participação da coletividade na tomada de decisão. Para Sousa Santos (2002) é necessário incorporar outros saberes, aceitar outras formas de participação.

Para Maldonado (2003), está manifesta a necessidade de submeter ao controle democrático a definição de riscos (aceitabilidade social). O autor defende a utilização do modelo da democracia deliberativa, a partir do qual todos os cidadãos, devem ser partes das deliberações coletivas visando à tomada de decisão. Conforme Maldonado (2003), a legitimidade na democracia deliberativa não se fundamenta no princípio da maioria ou da soberania popular, mas na legitimação procedimental que proporciona uma forma coletiva de tomada de decisões baseada na igual participação dos cidadãos, livres e iguais, em uma deliberação publicamente orientada e com força vinculante (deliberativa e não consultiva). Acrescenta o autor ainda que, no lugar de preferências formadas no âmbito privado, as quais somente são incorporadas ao processo de decisão com uma intenção estratégica, a deliberação promove a discussão e transformação das preferências individuais mediante à deliberação pública e a sua submissão ao debate e confrontação persuasiva aos demais. Para concluir, Maldonado (2003:237) ressalta também que a participação da coletividade é relevante para legitimar

a decisão, ainda que não a torne mais eficaz ela é enriquecedora, é uma forma de controle democrático, de transparência, que pressupõe uma maior e efetiva participação popular:

> [...] não se trata de produzir uma decisão mais eficaz, senão mais legítima; a legitimidade aqui é função da corresponsabilidade.
>
> [...]. A democratização do risco implica assim uma politização das áreas de tomada de decisões antes ignoradas que agora devem se abrir ao escrutínio e debate público: decisões econômicas empresariais, agendas de investigação científica e desenvolvimento [...].

Beck (1999:208) igualmente afirma "[...] não há nenhuma garantia de que a democratização da tomada de decisões, nas áreas cruciais dos riscos potenciais, vá melhorar necessariamente a qualidade das decisões, [...]". Trata-se de reavaliar a supremacia do conhecimento técnico sobre o leigo, promovendo o diálogo. Godard (1998) leciona ser urgente para a manutenção vínculo social e do pacto democrático restaurar a confiança estremecida e, em alguns países, rompida com a ciência em virtude dos novos riscos. Para o autor, mais que o estabelecimento de condições para uma gestão eficaz dos riscos é necessário fixar as bases de confiança entre os cidadãos e as instituições públicas, entre eles e o saber científico. E para isso afirma ser indispensável o desenvolvimento de procedimentos de deliberação coletiva e de implicação dos cidadãos, a fim de passar de uma noção de risco aceitável para risco aceitado.

Noiville (2003:117) também nesse sentido declara "é preciso permitir aos cidadãos intervir diretamente na definição e no estabelecimento das regras da gestão dos riscos". A autora defende ainda que, no domínio dos riscos, precisa-se romper com o poder fechado e autoritário em prol de um poder aberto no qual o debate, o conflito, a crítica, a amplitude de tolerar e suscitar contrapoderes sejam ações institucionalizadas, ou seja, uma verdadeira democracia dos riscos.

De acordo com Beck (1999) a incerteza científica libera a política, o Direito e a esfera pública da tutela dos tecnocratas e, por conseguinte, abre espaço à democratização. A inconsistência científica ante o risco, segundo Beck (1999) e outros autores, equiparam os leigos aos experts, pois em questão de riscos, ninguém é expert, o conhecimento pode converter a normalidade em perigo da noite para o dia. E ainda, não há soluções de técnicos no discurso do risco, porque eles somente podem aportar a informação fática, mas nunca serão capazes de avaliar quais soluções são culturalmente aceitáveis (Beck, 1999). Lascoumes (1999) também afirma não ser a gestão dos riscos o domínio de nenhuma "boa ciência", tampouco da "sabedoria política".

A gestão do risco, visando, sobretudo, ao risco mínimo e aceitável deve ser o resultado de uma comunhão de esforços envolvendo não somente os técnicos e o poder público, mas a coletividade, devem representar o resultado de uma legitimidade coletiva.

Estades e Rémy (2003) explicam que o recurso aos conhecimentos técnicos não implica a resolução dos problemas, o papel mais importante dos peritos em matéria de decisão significa que eles se tornaram reveladores da complexidade e da dificuldade de decidir e de agir em um universo controverso e incerto. Bacqué, Rey e Sintomer (2005), também ressaltam que a contestação do poder científico e técnico é acompanhada de uma crise da representação política e das atuais formas de governo. Para os autores, os grandes desafios contemporâneos são fundados na democracia do risco. Os autores entendem que o desenvolvimento de perícias independentes e a realização de fóruns mistos abre uma via, ainda balbuciante, para uma democratização dos saberes. E destacam os autores que o apoio à contraperícia e a valorização das competências cidadãs é um determinante para assentar a intervenção dos movimentos sociais na gestão ambiental. Os cidadãos enquanto sujeitos podem influenciar diretamente a definição das diretrizes e a formulação de políticas públicas, assim, ampliar a participação assume um caráter diferenciador quanto à legitimidade e principalmente, no que concerne à garantia de governabilidade e democratização da gestão dos bens públicos.

Almeida (2013) em estudo dedicado à representação e legitimidade democrática, sob a perspectiva da sociedade civil apresenta os três principais critérios de aferição da legitimidade, apontados pelos cientistas sociais. Em primeiro lugar, destaca a autora, a dimensão descritiva da representação. Para a autora, correntes multiculturalistas e/ou da política da diferença expressam os desafios contemporâneos aos paradigmas democráticos clássicos e à sua capacidade de absorver a diversidade de conflitos existentes.Em segundo lugar, apresenta a noção de representação como defesa de causas públicas e coletivas que prescinde de qualquer tipo de seleção ou autorização prévia e configura a representação auto-autorizada (a*dvocacy)*. Em terceiro lugar, a autora defende um tipo de representação da sociedade civil através de atores sociais com determinada especialização temática ou experiência participativa, os quais são chamados a partilhar o poder decisório e/ou a discutir em conjunto com atores estatais o destino de algumas políticas.

Embora o conhecimento científico venha se apresentando limitado frente aos riscos, a ele não se pode atribuir exclusivamente sua geração. Em determinados casos, as perícias são desconsideradas pelas decisões políticas e jurídicas dando-se respaldo a outros critérios de julgamento ou sobrepondo a elas outros interesses e argumentos. Tratando-se de riscos, a decisão em muitos casos, é uma opção política, portanto os riscos também são escolhas políticas. O governo brasileiro desconsiderou os riscos da Transposição, inclusive daqueles apresentados no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, em que pesem as intensas manifestações de pesquisadores e associações científicas.

3 O Emblemático Caso da Transposição do Rio São Francisco e a Participação Pública

No Brasil, de modo geral, não há problemas de escassez hídrica, embora algumas regiões

tenham disponibilidade reduzida e os problemas de quantidade e qualidade estejam crescendo. Contudo, a bacia do rio São Francisco apresenta historicamente problemas e conflitos decorrentes da disparidade entre a demanda e disponibilidade.

O rio São Francisco tem sua nascente localizada na Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais de onde procedem mais de 70% dos seus afluentes e sua foz no Oceano Atlântico, entre a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas. Da nascente à foz, percorre cerca de 2.800 km; sua bacia apresenta uma área de drenagem estimada em 638.576 mil km^2 espalhados por sete membros da federação (Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe) e abrange 503 dos 5.560 municípios brasileiros e ainda parte do Distrito Federal; corresponde a 8% do território brasileiro com cerca de 13 milhões de habitantes (Henkes, 2008).

Desde o século XIX, a transposição do rio São Francisco vem sendo defendida como a solução para a "seca no Nordeste". A proposta de abertura de um canal que leve água do São Francisco ao rio Jaguaribe foi feita pela primeira vez em 1818 (Villa, 2004). Foram inúmeros os projetos propostos, mas até então todos tinham sido arquivados, seja por falta de condições tecnológicas e ambientais seja pela rejeição popular, embargo judicial ou ainda ante os elevados custos financeiros e sociais.

A ideia de transpor o rio São Francisco foi resgatada no primeiro governo Lula (2003-2006). Ao contrário dos projetos anteriores, este projeto vem resistindo até hoje às inúmeras contestações judiciais e sociais. Mesmo após uma longa maratona judicial e ainda, sem uma resposta jurídica final, o projeto vem sendo executado pelo atual governo (Dilma) com *animus* definitivo.

O Projeto da Transposição visa à construção de dois eixos Norte e Leste. Estes eixos levarão através de aquedutos, canos e adutoras água para regiões localizadas dentro e fora da Bacia do São Francisco. Segundo o Governo Federal, o projeto tem por objetivo levar água ao Semi-árido nordestino na promessa de prover água às populações; assegurar safras agrícolas, atividades industriais e o turismo; fixar a população rural na região; promover o crescimento das atividades produtivas; diminuir gastos públicos com medidas emergenciais durante as frequentes secas; garantir água para uma infraestrutura de reserva e distribuição já existente (açudes, rios e adutoras). O valor estimado para a execução do projeto é de mais de 4 bilhões de dólares. Os eixos terão capacidade máxima de 127m^3/s (99 no Eixo Norte e 28 no Leste).

3.1 Transposição do rio São Francisco, participação pública e a (in)aceitabilidade social

Na época da aprovação da Transposição, o comitê gestor da bacia era formado por 62 membros, assim distribuídos: usuários, 24 representantes que correspondiam a 39% dos membros; poder público, 20 representantes, ou seja, 32% dos membros; entidades civis, 16 representantes que totalizavam 26% dos membros e, as populações indígenas, com 2 representantes o que indicava 3% dos membros (Henkes, 2008).

Dos representantes do Poder Público, 05 representavam a União (01 da FUNAI e 01 para cada um dos seguintes ministérios: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Planejamento e Ministério das Minas e Energia); 06 representavam os Estados componentes da bacia (MG, GO, BA, PE, AL e SE); o DF tinha 01 representante e os municípios, cujos territórios se situam total ou parcialmente na bacia, contavam com 08 representantes, sendo 03 de MG; 02 da BA; 01 do PE; 01 de AL e 01 do SE.

Os usuários possuíam a maior representação, 24 representantes**,** assim distribuídos: o setor de abastecimento urbano com 06 representantes: 02 de MG; 01 da BA; 01 de PE; 01 de AL e 01 do SE. A indústria, inclusive a captação de efluentes industriais e a mineração dispunham de 05 representantes sendo 03 de MG; 01 da BA e 01 PE. A irrigação e o setor agropecuário tinham 06 representantes: 02 de MG, 02 da BA, 01 de PE e 01 de SE. O setor hidroviário contava com 01 representante da BA; a pesca, turismo e lazer tinham quatro representantes: um de MG; um da BA; um de PE e um de AL. As concessionárias de geração de energia hidrelétrica possuíam dois representantes. Cabe destacar que usuários são os que representam o setor privado, portanto, não se confundem com o cidadão (consumidor).

As entidades civis com 16 representantes estavam assim representadas: 02 vagas para os consórcios e associações intermunicipais ou de usuários, sendo 01 de MG e 01 da BA, 05 vagas para as organizações técnicas de ensino e pesquisa, 08 eram das organizações não governamentais: 04 de MG; 01 da BA; 01 de PE; 01 de AL e 01 de SE. As comunidades quilombolas tinham 01 representante no âmbito da bacia. Dos 16 representantes das entidades civis, 02 representavam os consórcios e associações intermunicipais ou de usuários, portanto, objetivavam defender os interesses dos usuários e não da coletividade.

O Comitê de Bacia do rio São Francisco se manifestou contrário à transposição, contudo a decisão pela execução deste projeto foi do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que arguiu ser sua competência deliberar sobre o projeto, amparado pela Lei 9.433/97, artigo 35, inciso III: "Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos: deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados que serão implantados".

Em novembro de 2004, não obstante o elevado número de ações contra a execução da transposição estarem tramitando, foi divulgada a realização de nove audiências públicas, com o objetivo de discutir o EIA/RIMA apresentado pelo Governo Federal. Ainda em novembro foi anunciada uma reunião do CNRH, designada para 30/11/2004, convocada em regime de urgência, o que tornaria possível discutir e deliberar, em uma única reunião, a aprovação da transposição, o que ocorreria sem a análise das Câmaras Técnicas do Conselho, evidenciando o cunho eminentemente político da decisão a ser tomada. Diante desses fatos, diversas ações judiciais foram propostas requerendo liminar, impedindo: a deliberação do CNRH sobre o Projeto antes da conclusão do procedimento administrativo de conflito de uso das águas, o agendamento de audiências e da reunião do CNRH e qualquer procedimento de contratação,

através de licitação ou qualquer outro meio que objetivasse a implantação da Transposição. Em decorrência do embargo judicial, as audiências públicas programadas não aconteceram.

Todavia, nova decisão judicial suspendeu as liminares em vigor e uma nova rodada de audiências públicas foi divulgada pelo IBAMA. A primeira delas foi programada para poucos dias após a divulgação das datas. Também nos primeiros dias de janeiro de 2005, o CNRH designou nova data para a reunião que deliberaria sobre o Projeto de Transposição, sendo esta em 17/01/2005 (substituindo a anterior não realizada em 30/11/2004).

Então, novas ações judiciais foram propostas contra o IBAMA, a União e a ANA, apontando a ilegalidade do Projeto, assim como as diversas irregularidades presentes no EIA/RIMA. Postularam, liminarmente, a invalidação das audiências designadas; a suspensão do procedimento de licenciamento ambiental e impedir a União de praticar qualquer ato tendente a concretizar o Projeto. Dessa vez, todas as liminares foram negadas e o CNRH aprovou o Projeto de Transposição do rio São Francisco na reunião ocorrida dia 17/01/2005 e iniciou a rodada de audiências públicas programadas pelo IBAMA.

Por meio da Reclamação 3074 processada no Supremo Tribunal Federal (STF), admitiu-se o ingresso da União no polo passivo e a competência originária do STF em todos os processos em que litigam, de um lado, Estados-membros ou órgãos seus e de outro a União ou autarquia federal, acerca do Projeto da Transposição**.** Consequentemente, todas as ações em trâmite que versavam sobre o Projeto de Transposição foram remetidas ao STF.

Apenas 04 audiências foram realizadas, outras 05 foram iniciadas, mas em seguida encerradas por conta dos protestos populares. Não obstante, segundo Brito (então-coordenador geral do projeto), o Governo as considerou realizadas: "Houve a abertura e o encerramento das reuniões. Está documentado em gravações que houve a interrupção do debate pelo tumulto. Do ponto de vista formal, a reunião foi realizada" (*apud* Henkes*,* 2008: 123). No mesmo sentido, Nilvo Silva (então diretor de licenciamento ambiental do IBAMA), declarou: "o cancelamento das audiências fez a sociedade perder a oportunidade de debater o projeto. Ou seja, o IBAMA vai aprová-lo mesmo assim" (*apud* Henkes, 2008:123). Cabe enfatizar que a ANA em defesa judicial alegou a inconveniência da participação pública em todos os atos.

No momento em que o STF avocou a competência, estavam em trâmite mais de 10 processos judiciais. O IBAMA concedeu a licença ambiental prévia 200, em 29/05/2005 ao Ministério da Integração Nacional. Irresignadas diversas associações, entidades e órgãos ingressaram com outras ações.

No julgamento da liminar, o relator Ministro Sepúlveda Pertence, compreendeu ter o IBAMA cumprido a legislação no que tange à definição das audiências publicas e fixação dos prazos. E ainda que, o cancelamento das audiências (ante aos protestos populares) não impedia a concessão da licença prévia. Segundo o Ministro, isso "implicaria a punição do empreendedor, quando é certo que não se lhe pode imputar culpa pelos fatos" (ACO

876, 2006:29 ss). O Ministro na ACO 876 concluiu que as audiências cumpriram com seu objetivo: "colher da sociedade informações" e para o ministro, elas "não constituem, porém, uma modalidade plebiscitária de aprovação popular, de cujos resultados adviesse, quando negativa, a frustração do projeto" (ACO 876, 47-48).

A partir desta decisão liminar, o Governo Federal deu andamento ao licenciamento e o IBAMA lhe concedeu a licença prévia em 29/12/2006 e a licença de instalação em 23/03/2007. A licença de instalação foi concedida sem a realização das audiências públicas recomendadas pelo Ministro Sepúlveda Pertence e sem os estudos conclusivos (porque inexistentes à época). A não realização das audiências públicas, a inexistência dos estudos conclusivos e a controvérsia nos estudos apresentados, fez com que o Procurador Geral da República, Antônio Fernando Souza, ajuizasse outra ação, em fevereiro de 2007, pedindo a suspensão da licença ambiental, além de solicitar que o Congresso Nacional e as populações indígenas fossem consultadas, conforme informações disponibilizados no *site* da Procuradoria Geral da República (www.pgr.mpf.gov.br).

A não realização das audiências públicas, o agendamento de curto prazo ou a sua realização sem possibilitar a efetiva participação demonstra que para o governo federal e os órgãos ambientais envolvidos com a gestão ambiental e a aprovação da Transposição pouco importava a aceitabilidade popular. Os estudos conclusivos eram indispensáveis para ser atestada ou não a viabilidade ambiental do projeto e deviam ser analisados, inclusive pela coletividade antes de ser concedida a licença de instalação.

A transposição foi uma escolha política assegurada juridicamente pela decisão liminar concedida pelo Min. Sepúlveda Pertence, em 18/12/2006 e ratificada pelo Plenário do STF, em 19/12/2007. A chancela do STF foi suficiente para o Governo Lula reiniciar a execução do Projeto, pois afirmou a legalidade da licença prévia e autorizou o governo a retomar o licenciamento (visando à concessão da licença de operação).

Em que pese o regime jurídico-constitucional brasileiro assegurar o direito-dever à participação, a participação efetiva não foi assegurada na aprovação da Transposição, mas o STF considerou irrelevante o fato. Deste modo, a participação pública aparece no contexto brasileiro como um jargão. As audiências públicas são os instrumentos mais importantes para que a coletividade saiba e possa opinar sobre os riscos. Contudo, desnecessário dizer que pelo contexto apresentado, o Governo Federal sabia que a coletividade rejeitava o projeto nos termos propostos. A coletividade almejava discutir alternativas, em especial a ampliação da Revitalização do rio São Francisco e queria debater os resultados dos estudos de impacto ambiental. Embora a população não seja expert em riscos, será ela a atingida pelos efeitos e "financia a obra". O próprio Governo Federal apresentou um rol de 44 consequências. Estes estudos foram muito criticados pela sociedade e pela comunidade científica ante à falta de coerência e análise global.

Conclusão

A partir do estudo realizado consubstanciado em sólido referencial bibliográfico e estudo empírico, constatou-se que apesar do direito à participação estar consagrado no texto constitucional brasileiro, os atuais mecanismos de participação pública carecem de efetividade, em especial, porque a coletividade não tem o hábito de participar e quando almeja é desencorajada pela dificuldade imposta pelas práticas oficiais e as administrações públicas não demonstram interesse na incorporação da aceitabilidade social do risco e tampouco do acautelamento de riscos.

A gestão do risco clama pela incorporação de múltiplos atores na tomada de decisão através de arranjos político-jurídico-sociais que ampliem a negociação e a cooperação, incorporando a aceitabilidade social do risco, reduzindo a influência de interesses corporativos, desmonopolizando e democratizando a gestão pública e tornando legítima a decisão.

Muitos autores defendem a legitimidade coletiva das decisões públicas incorporando outros saberes, é necessário democratizar a democracia, desenhando-se uma racionalidade deliberativa - contratecnocrática. Assim, a validade das decisões repousaria na qualidade dos debates, na riqueza das informações coletadas, da diversidade de pontos de vistas e, sobretudo, da solidariedade dos acordos entre os atores envolvidos e a aceitabilidade das consequências e dos riscos.

Vislumbrou-se no caso da aprovação da Transposição que o Governo Federal (Lula e Dilma) não levou em conta os anseios de uma grande parte da população. A incorporação das potenciais vítimas dos riscos na tomada de decisão deve ser possibilitada, tratando-se, sobretudo, de uma questão de legitimidade.

Os processos judiciais contra a Transposição ainda não findaram, mas o caminho percorrido é suficiente para se concluir que: a) não haverá decisão jurídica e política contrária às anteriores (favoráveis ao projeto); b) a execução da obra, em que pese uma improvável paralisação (temporária ou definitiva), já terá causado danos e impactos ambientais (negativos), além dos sociais de significativa repercussão e gravidade; c) os imbróglios jurídicos evidenciam o esvaziamento da função delegada aos comitês de bacia e a frágil participação pública no contexto da aprovação.

Referências Bibliográficas

Almeida, Débora Rezende de (2013), “A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 82, 45-66.

Bacqué, Marie-Hélène; Rey, Henri; Sintomer, Yves (2005), “La démocratie participative, um nouveau paradigme de l’action publique?” in Marie-Hélène Bacqué; Henri Rey; Yves Sintomer

(org.), Gestion de proximité et démocratie participative. Paris: La Découverte,11-46.

Beck, Ulrich (1999), La sociedad del riesgo global. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.

Beck, Ulrich (1986), La sociedade del riesgo. Hacia uma nueva modernidad. Barcelona: Paidos.

Ação Cível Originária 876/2006, de 18 de dezembro.

Canotilho, José J. G.(2004), Estudos sobre direitos fundamentais. Coimbra: Coimbra Ed.

Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco (2004-2013).

Delnoy, Michel (2005), "Définition, notion de base, raison d'être et sources juridiques des procedures de participation du public" in Jadot, Benoît (org.) La participation du public au processus de decision en matière d'environnement et d'urbanisme, Bruxelles: Bruylant, 07-28.

Doula, Sheila Maria; Faria, Jacinta de Lourdes de; Theodoro, Hildelano Delanusse (2006), "Gestão institucional dos recursos hídricos: os conflitos e a participação da sociedade civil na instalação do Comitê da Bacia do Rio Doce". Revista de Direito Ambiental, São Paulo, 42, 101-133.

Dowbor, Ladislau (2005), "Economia da Água" in Dowbor, Ladislau; Tagnin, Renato Arnaldo (orgs,), Administrando a água como se fosse importante. São Paulo: Senac, 27-36.

Estades. Jacqueline; Rémy, Elisabeth (2003), L'expertise em pratique. Les risques liés à la vache folle et aux rayonnements ionisants. Paris: L' Harmattan, 249.

Giddens, Anthony (1991), As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP.

Godard, Olivier (1998), Le príncipe de précaution. Comment le definir, comment le faire appliquer? 17.

Goldenstein, Stela; Salvador, Zulmara (2005), "Sustentabilidade da Gestão da Água e Desenvolvimento Sustentável" in Ladislau Dowbor; Rentato Arnaldo Tagnin (orgs). Administrando a água como se fosse importante.. São Paulo: Senac, 89-98.

Hammerschmidt, Denise (2003), "O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no Direito Ambiental", Revista de Direito Ambiental, 31, 136-143.

Henkes, Silviana L. (2008), As decisões político-jurídicas frente à crise hídrica e aos riscos: lições e contradições da Transposição do Rio São Francisco. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Irigaray, Carlos T.J. H. (2003), Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos no Brasil: um direito fundamental? Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 281.

Irwin, Alain (2001), Sociology and the Environment: a critical introduction to society, nature and knowledge. Cambridge: Polity.

Jacobi, Pedro Roberto (2000), Políticas Sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Lascoumes, Pierre (1999), L'expertise peut-elle être démocratique? Paris: Le Monde des Débats.

Latour, Bruno (2004), Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc.

Lopes, José Reinaldo de Lima (2000), "Os conselhos de participação popular. Validade jurídica de suas decisões", Revista de Direito Sanitário, 1,23-35.

Maihold, Günther (1999), "Processos de concertación nacional y gobernabilidad democrática", in Peter Hengstenber; Kart Kohut; Günther Maihold (orgs), Sociedad civil en América Latina: representación de interesses y gobernalidad. Venezuela: Nova Sociedad, 385-404.

Maldonado, Manuel Arias (2003), "Democracia y Sociedad del Riesgo. Deliberación, Complejidad, Incertidumbre", Revista de Estúdios Políticos, 122, 233-268.

Marcondes, Neusa; Andrade, Marília Freire de (2005), "A História se repete. Como Trajédia ou como comédia", in Ladislau Dowbor; Rentato Arnaldo Tagnin (orgs.), Administrando a água como se fosse importante. São Paulo: Senac, 73-79.

Relatório de Impacto Ambiental da Transposição, de julho de 2004.

Nardocci, Adelaide Cássia (2002), "Gerenciamento Social de Riscos", Revista de Direito Sanitário, 1, 64-78.

Noiville, Christine (2003), Du bon gouvernement des risques. Paris: PUF.

Rosanvallon, Pierre (2000), La démocratie inachevée. Paris: Editions Gallimard.

Sarlet, Ingo W.; Fensterseifer, Tiago (2012), "A natureza de direito-dever da norma jusfundamental ambiental", Revista de Direito Ambiental, 17(67),14-24.

Sousa Santos, Boaventura (2002), Reinventar a Democracia, Lisboa: Fundação Mario Soares, Edições Gradiva.

Villa, Marco Antônio (2004), Um projeto de quase 2 séculos. São Paulo:Estado de São Paulo.

Experiencias de presupuestos participativos en Andalucía: una necesaria reflexión crítica

José María Manjavacas Ruiz[1]

Abstract

There have been some cases of participative budgeting in Andalusia, Spain. Some of these cases emphasize reformist discourses on urban governance whereas others emphasize participative democracy for social transformation. While having a limited impact, they have contributed to debates surrounding the sclerosis of the representative system and, in one reported case, there was a significant, albeit reduced, following of citizens.

In these cases, participative budgeting gradually disappeared due to inaction or due to suppression by conservative governments, which aroused little resistance from citizens. These cases nevertheless compel a reflection on the foundations and development of participatory budgeting in a way that critically approaches their weaknesses and contradictions. In light of current political and social regression in which the party system is increasing discredited, this extends to the mobilization of citizens, as well as resurging demands and proposals to radicalize democracy.

Key words: Democracy, participative democracy, democratic radicalization, citizen participation, participative budgeting

Resumen

En Andalucía se han dado algunos casos de presupuestos participativos. Unos enfatizaron discursos reformistas sobre la gobernanza urbana, otros sobre democracia participativa para la transformación social. Tuvieron incidencia limitada pero contribuyeron al debate sobre la esclerosis del sistema representativo y en algún caso registró seguimientos ciudadanos, aun reducidos, de cierta relevancia.

Pero fueron desapareciendo, por propia inacción o suprimidos por gobiernos conservadores, sin suscitar resistencias apreciables. Ello aconseja reflexionar sobre sus fundamentos y desarrollos, reparando de manera crítica en sus debilidades y contradicciones. Máxime en el actual escenario de involución política y social en que crece el descrédito hacia el sistema partitocrático, se extienden las movilizaciones ciudadanas, y resurgen con fuerza propuestas políticas para la radicalización democrática.

Palabras clave: Democracia, democracia participativa, radicalización democrática, participación ciudadana, presupuestos participativos

1 Doctor en Antropología Social y Cultural por la Universidad de Sevilla. Profesor del Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades (Área de Antropología Social) de la Universidad de Córdoba. Coordinador de ETNOCÓRDOBA Estudios Socioculturales (UCO). Máster en Gestión de la Ciudad. Estudia procesos sociopolíticos urbanos con especial atención a las políticas locales de participación ciudadana y a iniciativas democráticas participativas; así como a nuevas formas de acción sociopolítica.

El estudio de los presupuestos participativos en Andalucía

Entre 2001 y 2011 se desarrollaron en Andalucía algunos casos de presupuestos participativos. Son referidos los **más relevantes según** la magnitud demográfica de los municipios o su duración y proyección política y social: Córdoba (2001-2007), Sevilla (2003-2011), Jerez (2004-2007), Puerto Real (2004-2007), Algeciras (2008-2010) y Málaga (2007-2009). Otros, salvo en Puente Genil (Córdoba), afectaron de manera inestable y desigual a un reducido número de municipios menores, sobre todo en la provincia de Málaga.

Estos casos andaluces fueron impulsados o apoyados, con mayor o menor decisión, por autoridades de distintas fuerzas políticas: Sevilla y Algeciras por las minorías de Izquierda Unida (IU) en gobiernos con mayorías del Partido Socialista Obrero Español (PSOE); Córdoba y Puerto Real por IU en gobiernos de esta misma fuerza, aunque pasarían a ser gestionados –y paralizados- a partir de 2007 por el PSOE; Málaga, por el Partido Popular; y Jerez, originariamente por el Partido Socialista de Andalucía (PSA) en distintas coaliciones y, finalmente, por el PSOE, que optaría por suprimirlos. A esta diversidad partidista se añadieron distintas sensibilidades personales o de grupo aun dentro de una misma formación política.

El estudio de estos procesos, desde hace años todos desaparecidos, persigue reflexionar sobre sus fundamentos, ubicándolos entre distintas propuestas sobre la democracia local, así como contrastar tales fundamentos con sus desarrollos prácticos, considerando sus deficiencias y contradicciones pues su limitada incidencia en Andalucía fue a veces acompañada de excesivo propagandismo partidista. Tal reflexión cobra además actualidad en la medida en que el borrador de Ley Andaluza de Participación Ciudadana, impulsada por la minoría de IU en un gobierno autonómico andaluz con mayoría del PSOE, propone la extensión de los presupuestos participativos en ámbitos locales e incluso a nivel autonómico. Una propuesta cuyo impacto dependerá de los futuros resultados electorales de las candidaturas más críticas y transformadoras y sobre todo de cómo éstas, caso de que accedieran a gobernar, revisaran atentamente las experiencias conocidas.

Junto al análisis bibliográfico y documental, los datos y conclusiones expuestos se soportan en el conocimiento directo, a través de un dilatado trabajo de campo etnográfico, siempre desde una posición de independencia institucional o partidista si bien no neutral en la defensa de los derechos democráticos. Y se ha atendido de manera particular a tres variables complejas: compromisos políticos de las autoridades, participación social, e inserción en la burocracia municipal.

Participación ciudadana local y presupuestos participativos: relevancia discursiva y debilidad política

Por lo general, en Andalucía, los presupuestos participativos fueron impulsados desde **áreas** municipales de participación ciudadana, estructuras institucionales diseñadas para ejecutar

programas y actividades dirigidos a barrios y distritos que, comparativamente, suelen contar con recursos muy limitados y una relevancia política periférica en el conjunto de la agenda local.

Las políticas de participación, aunque han sido muy desiguales en diferentes pueblos y ciudades, han conocido durante los últimos treinta años, en sus expresiones más avanzadas, varias fases. En un primer momento de institucionalización, en la década de los ochenta, los primeros ayuntamientos democráticos, con fuerte presencia de partidos de izquierda y ante sólidas asociaciones vecinales promovieron, bajo discursos de "descentralización y proximidad", nuevas divisiones territoriales, reglamentos de participación, equipamientos cívicos y actividades barriales; acaso pequeñas actuaciones urbanísticas aunque sin abordar debates urbanos sobre el conjunto de la ciudad (Borja, Sánchez y Subirats, 2006)[2].

En los años noventa, estas estructuras, aun con débil peso político, se consolidaron y, en algunos casos gobernados por sectores de izquierda, abordaron nuevos temas, actualizaron sus reglamentos e impulsaron nuevos **órganos** y procesos consultivos (FAMP, 1995; Pindado, 2008). Las asociaciones vecinales, muy condicionadas, tendieron a posicionarse en función del signo político de los ayuntamientos y el desgaste de este modelo, de escasa relevancia social, débil incidencia política y no exento de connotaciones clientelares, coincidi**ó** con la extensión de las críticas a las limitaciones de la democracia representativa y el surgimiento de nuevas propuestas y experiencias participativas (Ganuza y Álvarez, 2003; Del Río, 2003). Algunos espacios institucionales acogieron el debate sobre "innovación democrática local" y en lugares como Córdoba, Jerez y Sevilla se proyectaron los presupuestos participativos[3].

Pero estas políticas han continuado siendo un asunto menor, no transversal, con más retórica discursiva que, salvo iniciativas concretas, desarrollo e impacto prácticos (Manjavacas, 2012, 2013; Escalera y Coca, 2013). Buena prueba de ello es que, en gobiernos de coalición, las concejalías responsables de llevarlas a cabo, que serían las que impulsar**ían** los procesos de presupuestos participativos, han venido correspondiendo a los partidos políticos con menor representación y no a los grupos mayoritarios que se reservaron el control de alcaldías y áreas "importantes" como hacienda o urbanismo. Así, las delegaciones de participación directamente relacionadas con los presupuestos participativos estuvieron gobernadas

2 No fueron habituales visiones integrales que superaran estrechas visiones urbanísticas y territoriales que no refieren sino a una parte del urbanismo: la *urbs*, su soporte físico. Los debates públicos sobre urbanismo han sido a menudo parciales, urbanísticos y unidireccionales, de presentación a la ciudadanía de "soluciones" cerradas por parte de políticos y especialistas. Por el contrario, una gestión democrática de la ciudad debe contemplar el urbanismo como una disciplina integral que aborde la actuación sobre su espacio físico desde la óptica del ejercicio de la ciudadanía (*civitas*) y a través de la participación política (*polis*). La planificación y gestión democrática de la ciudad demanda, pues, mecanismos efectivos de participación de la ciudadanía, prescindiendo de adherencias ideológicas presentadas como máximas neutrales, observando críticamente tópicos y tecnicismos hueros y abordando la planificación de la ciudad en el seno de un proceso de construcción de civilidad (Benavides, 2009. Citado por Manjavacas, 2012).

3 En Andalucía se había dado con anterioridad una experiencia de presupuestos participativos: El Reparto, en Las Cabezas de San Juan, municipio situado a cincuenta kilómetros de Sevilla, con alrededor de dieciséis mil habitantes, en el período de gobierno 1999-2003; proceso que tuvo poca incidencia en los impulsados años después. De la misma forma, las prácticas asamblearias locales de Marinaleda, pequeña población jornalera también en la provincia de Sevilla, referente de importantes sectores de izquierda, no fueron tenidas en cuenta.

por minorías de IU en Sevilla y Algeciras y, algo después pasarían a estarlo, también desde posiciones minoritarias pactadas con mayorías de IU, por PSOE en Córdoba y Puerto Real. Incluso en gobiernos de un **único** partido (Málaga, gobernado por el PP; a partir de determinado momento Jerez, gobernado en solitario por el PSOE; Puerto Real gobernado por IU hasta 2007), tales gobiernos prestaron poca atención a estos procesos y optaron, casos de Málaga y Jerez, por suspenderlos (Pérez-Serrano, Castaño y Manjavacas, 2008; Manjavacas, 2012, 2013).

Entre el reformismo democrático local y la democracia participativa para la transformación social

Los presupuestos participativos no dejaron de ser un fenómeno excepcional en la política local andaluza, acaso amplificado por el hecho de que durante unos años se desarrollaron en Sevilla, capital de Andalucía y principal ciudad meridional del Estado Español.

Estos casos andaluces se dispusieron entre dos polos políticos con algunas aproximaciones entre ellos y cierta diversidad interna. Uno de estos polos se inspiró en discursos institucionales moderados de corte reformista, vinculándolos a la mejora de la acción de gobierno y a su mayor legitimación e interlocución con la ciudadanía (Stoker, 2000); el otro, de mayor radicalidad, presente en ámbitos políticos críticos, enfatizó sus potencialidades sociopolíticas transformadoras (Santos, 2002, 2004; Rodríguez-Villasante y Garrido, 2002; Navascués, 2005; Blas e Ibarra, 2006). Málaga y Sevilla ejemplificaron respectivamente estas dos posiciones entre las que se ubicaría el resto de casos analizados, influidos en distintas medidas por discursos críticos dirigidos a orientar la acción de gobiernos locales progresistas (FAMP, 1995; Brugué y Gomà, 1998; Brugué y Jarque, 2002; Subirats, 2002; Pindado, 2008; Brugué, Gomà y Subirats, 2005; Anduiza y de Maya, 2005; Borja *et al.* 2006; Ganuza y Gómez, 2008).

En ese amplio espectro "intermedio" se encuadraron otras propuestas en favor de sistemas o redes integrales de participación para la gestión de las ciudades y la profundización democrática que sostuvieron sectores del PSOE en Sevilla y Jerez o de IU en Córdoba. Pero el PSOE observó los presupuestos participativos con recelos, privilegiando otros instrumentos y procesos (consejos consultivos, planes de barrio, contratos programa con entidades vecinales, planes estratégicos…). IU sí apostó con mayor decisión por los presupuestos participativos si bien sus principios políticos no fueron del todo coincidentes y oscilaron, según fuera mayoría o minoría en los gobiernos, entre la posición progresista "intermedia" de Córdoba y otra de mayor radicalidad en Sevilla que también, en este último caso, mostró diferencias en distintos períodos según qué sector de la coalición estuviera al frente de la delegación de participación ciudadana y del proceso.

Este **último** enfoque de pretensión transformadora combinó un discurso reformista "sencillo" dirigido a la ciudadanía con otro, más elaborado, recurrente entre dirigentes y especialistas,

en que la democracia participativa fue esgrimida como un proceso social "autónomo", acaso contemplando mecanismos institucionales ajenos al bipartidismo y permeables a reivindicaciones sociales, para construir poder social y realizar reformas alternativas (Blas e Ibarra, 2006). Tomó referentes del originario Orçamento Participativo de Porto Alegre y de otras expresiones de la "nueva izquierda latinoamericana", entendiendo "lo local" como espacio para la radicalización democrática (Genro, 1997; Chávez y Goldfrank, 2004) e incluso como una forma de globalización contrahegemónica (Santos, 2004; Azcueta, 2004), con un sentido estratégico: la transformación social; y una concreción táctica: los presupuestos participativos (Recio y Falk, 2008; Navascués, 2008). En una gráfica formulación, Allegretti y Herzberg (2004) llegarían a considerar la traslación de los presupuestos participativos a Europa como una suerte de "retorno de las carabelas"; y algunos ámbitos académicos andaluces próximos a los procesos enfatizaron su relación con nuevos enfoques epistemológicos cuestionadores de los saberes colonizadores y atentos a las aportaciones democráticas del Sur global, observándolos como una concreción en Europa del debate, sin duda más amplio y complejo, sobre las Epistemologías del Sur (Santos, 2013).

En su vertiente política, tal discurso fue sostenido por un sector del PCA e IU[4] y por sus asesores que incorporaron metodologías de Investigación-Acción Participativa (IAP) no sin polémicas con otros especialistas independientes. Y mientras otros casos quedaban inactivos o eran desactivados (Puerto Real, Córdoba, Jerez), Sevilla, con este discurso, llegaría a ejemplificar un modelo que sería asumido, al menos hasta avanzado 2008, por las minorías que continuaron impulsando los presupuestos participativos en Andalucía. Así se puso de manifiesto, en julio de 2008, en la constitución de la Red Estatal por los Presupuestos Participativos en Antequera (Málaga), donde concejales de algunos ayuntamientos españoles, sobre todo andaluces (Sevilla, Córdoba, Algeciras, Puerto Real, Jerez, Puente Genil, Diputación de Málaga), en su mayoría pertenecientes a IU, culminaron un proceso iniciado meses atrás por varios dirigentes del PCA y algunos especialistas próximos.

Este encuentro, protagonizado por cuadros políticos y técnicos contratados de los presupuestos participativos de Sevilla, reunió en realidad a un número de casos reducido. Entre ellos, los había tan solo en fase de proyecto (Algeciras o Antequera, que finalmente no prosperó); otros, como Jerez, Puerto Real o Puente Genil, cuestionaron su continuidad; y entre los de mayor recorrido, Córdoba parecía hacer lo mismo. En una sesión específica titulada "Investigación y Formación en Presupuestos Participativos", con aún menor asistencia, intervinieron líderes de redes político-académicas, especialmente vinculados al "modelo de Sevilla"[5]. Por el contrario, en los actos no estuvieron presentes agentes sociales ni asociaciones o personas que pudieran considerarse bases ciudadanas de los procesos.

4 El Partido Comunista de Andalucía (PCA) constituía -y constituye- la fuerza dominante dentro de la coalición Izquierda Unida (IU), de manera muy sensible en la ciudad de Sevilla.

5 Representantes de CIMAS, IEPALA, FIM (Fundación de Investigaciones Marxistas) e investigadores del Postgrado Derecho a la Ciudad de la Univesidad Pablo de Olavide, todos ellos vinculados -a través de convenios de asesoría o de relaciones políticas directas- con los presupuestos participativos de Sevilla.

Este limitado seguimiento social de los presupuestos participativos en Andalucía y su debilidad política e institucional contrastaron, en la formalización de la constitución de la Red, con una puesta en escena caracterizada por el triunfalismo de sus promotores y por un desigual protagonismo, en cuanto a jerarquización del espacio y uso de la palabra, entre dirigentes y resto de asistentes. La etnografía registró en los discursos numerosas frases del tenor de "los presupuestos participativos contribuirán a lograr un nuevo tipo de hombre y un nuevo tipo de mujer", "hoy es un día histórico para la democracia", "estamos ante un acto muy importante para España, Europa y el resto del mundo", "la Red tendrá larga vida, larga historia"...

El encuentro aprobó sus Estatutos y una declaración en favor de un modelo de presupuestos participativos

> autorreglamentado, vinculante, universal, socialmente controlado y deliberativo [para] una gestión participativa que supere las limitaciones de la democracia representativa, fortalezca a la ciudadanía y a las instituciones públicas y fomente redes internacionales para la gobernabilidad democrática que articulen lo local y lo global[6].

¿Profundización democrática?

¿Constituyó este modelo de presupuestos participativos en Andalucía, como sostuvieron sus más decididos defensores, una vía para la profundización democrática derivada del empoderamiento de la ciudadanía o de sectores relevantes de ella?

Para que así fuera deberían haber concurrido tres factores clave: uno, compromisos políticos sustanciales por parte del conjunto de autoridades que formalmente los impulsaron; dos, participación social amplia y plural; y tres, acertada inserción en la burocracia técnico-administrativa municipal. Pero, por el contrario, además de importantes deficiencias metodológicas y organizativas, los casos andaluces de presupuestos participativos, y en concreto los guiados por el modelo hegemónico a partir de los hechos comentados, tuvieron una relevancia política marginal y una escasa repercusión e incidencia social. Los compromisos más extendidos entre las autoridades fueron, cuando existieron, más allá de las minorías más decididas, débiles y contradictorios; y su parálisis, por agotamiento o inacción (Puerto Real y Algeciras) y/o por desactivación desde el propio ayuntamiento que lo había impulsado (PSOE en Córdoba y Jerez a partir de 2007, PP en Málaga a partir de 2009), o por su eliminación por parte de nuevos gobiernos locales más conservadores (PP en Sevilla en 2011), no suscitó resistencias ciudadanas. De la misma forma, tuvieron una deficiente, en ocasiones muy conflictiva, inserción en las estructuras municipales y éstas, a diferencia de lo que habían pronosticado sus impulsores directos, no se modificaron en un sentido democratizador

6 Declaración de la Red Estatal por los Presupuestos Participativos. Antequera (Málaga), 4 de julio de 2008. Un texto anterior sirvió como borrador (Declaración de Málaga, abril de 2007). Estos principios estuvieron presentes sobre todo en los autorreglamentos de los presupuestos participativos de Sevilla.

apreciable. De manera general, sin menoscabo de algunas situaciones y logros que serán referidos más adelante, los presupuestos participativos en Andalucía cursaron sin demasiada pena y sin demasiada gloria.

Cierto es que promovieron, aunque de manera desigual y controvertida, programas y actividades socioculturales, pequeños y medianos equipamientos y obras, novedosos espacios de sociabilidad, vías de expresión para algunos colectivos minorizados… e impulsaron asambleas y reuniones ciudadanas de las que emanaron expedientes administrativos asociados a numerosas propuestas populares. Y ello obliga a constatar al menos dos elementos a su vez interrelacionados: uno, que es posible promover experiencias participativas de innovación democrática; otro, que existen sectores políticos, sociales y técnicos con disposición para desbordar los estrechos márgenes del sistema formal representativo.

Pero esta última consideración queda un tanto eclipsada en la medida en que, lejos de observarla con autocomplacencia, debe ser entendida como una movilización de minorías; salvo excepciones, de minorías poco significativas teniendo en cuenta las magnitudes de los padrones de habitantes, los censos de votantes o incluso la densidad e incidencia social de unas entidades y asociaciones locales que, salvo parcialmente en Córdoba y Jerez y en otras condiciones en Málaga, permanecieron al margen de los procesos. Es preciso reconocer igualmente que las prioridades políticas de los gobiernos locales discurrieron por cauces ajenos a estos procesos o que la relevancia económica de las actuaciones derivadas de los presupuestos participativos y, en conjunto, las dotaciones económicas de las propuestas ciudadanas, que en no pocos casos quedaron sin ejecutar, fueron reducidas frente a las grandes cifras presupuestarias de los ayuntamientos. Además, a grandes rasgos, muchas de estas actuaciones e inversiones vinculadas a propuestas no referían sino a intervenciones que ya se venían ejecutando, que las administraciones tenían previsto ejecutar o que podrían haberse ejecutado igualmente a través de otros procesos o mecanismos, incluida la negociación con asociaciones o con órganos ciudadanos ya existentes.

Cierto es también, y debe ser valorado en su justa medida, que nunca antes procesos de estas características, articulados en asambleas y otros espacios vecinales, habían alcanzado semejante incidencia. Particularmente en Sevilla y, en sus primeras ediciones, en Córdoba y Jerez. Por su parte, los casos de Algeciras o Puerto Real fueron poco relevantes, así como los de Córdoba y Jerez a partir de 2007 y el de Málaga de 2009.

Los casos más destacados, en los períodos referidos, contribuyeron también a difundir entre algunos sectores ciudadanos nuevos discursos sobre participación ciudadana y democracia participativa, y los círculos más vinculados a los presupuestos participativos conocieron, aun en dimensiones reducidas y con implicaciones desiguales, deliberaciones sobre diversos asuntos urbanos territoriales y temáticos.

Es pertinente reparar también en las dificultades contextuales –sociales y políticas- que los presupuestos participativos debieron sortear: poca receptividad e incluso abierta oposición

de dirigentes políticos e institucionales acomodados a los marcos "representativos" tradicionales, así como de sectores corporativos –empresariales, profesionales, partidistas, mediáticos- que observaron estos procesos, sobre todo al principio, como amenazas a sus canales de interlocución con el poder político local.

Los elementos referidos denotan importantes esfuerzos por parte de algunos de los actores –políticos, técnicos y ciudadanos- más comprometidos con estas iniciativas. Pero el análisis obliga a introducir reflexiones críticas sobre los propios principios formales metodológicos y políticos de los presupuestos participativos, sobre sus logros y sobre las argumentaciones de quienes los impulsaron y defendieron con mayor vehemencia y con escaso espíritu autocrítico.

Necesarias reflexiones críticas sobre su diseño metodológico y su desarrollo práctico

Por lo general, a partir del año 2008, el diseño de los presupuestos participativos andaluces que continuaron activos se fundamentó en una propuesta en exceso regulada y uniforme, resultando poco operativo, complejo y complicado; sobre todo entre sectores sin motivaciones "fuertes" políticas o profesionales, con tiempo limitado o sin experiencias organizativas de cierta entidad. Esta uniformidad y rigidez se justific**ó** como recurso imprescindible para la salvaguarda de principios fundacionales tales como su "autonomía de las instituciones" y su "autorregulación ciudadana", el carácter "vinculante" para las autoridades de sus decisiones, el "control social" de los procesos, su dimensión "deliberativa y universal" y su "finalidad redistributiva".

A la luz de las prácticas conocidas y analizadas estas premisas deben ser matizadas.

El denominado carácter "autorreglamentado" de los presupuestos participativos cabe ser cuestionado pues, más allá de las formalidades reglamentarias, los actos de discusión y aprobación de autorreglamentos reunieron, cuando existieron, a grupos reducidos, con pobre debate y poca representatividad social. En cambio, dirigentes y otros miembros de partidos políticos y especialistas "de confianza" ejercieron un claro protagonismo que incluyó reuniones y acuerdos al margen de los espacios ciudadanos.

Asimismo, merece un apunte crítico el pretendido carácter "vinculante" de las decisiones. Es pertinente no pasar por alto que hubo relevantes "propuestas ciudadanas" promovidas por las propias autoridades municipales y los propios dirigentes de los presupuestos participativos que, en asambleas bien preparadas por los destacamentos partidistas, obtenían con facilidad un apoyo mayoritario. Por otra parte, las propuestas debían sortear filtros elaborados con criterios coherentes pero, aun siendo seleccionadas, eran o no definitivamente incorporadas a los compromisos presupuestarios municipales en función de criterios y procedimientos políticos y técnicos que hubieran requerido unos mecanismos ciudadanos de control que no existieron o que cuando existieron fueron inestables.

Los presupuestos participativos estuvieron muy condicionados por decisiones de autoridades y dirigentes políticos y técnicos, reservando a la ciudadanía participante un papel propositivo sobre aspectos muy concretos, con escaso margen para la deliberación y sin posibilidad de presentar propuestas y tomar decisiones sobre los "grandes temas" presupuestarios y urbanos. Fueron los responsables políticos, acaso cumpliendo algunos trámites en consejos u otros órganos distritales, quienes decidían sobre asuntos y partidas susceptibles de acoger propuestas ciudadanas; y estos responsables se adscribían o no discrecionalmente a los procesos, quedando las propuestas "vinculantes" sujetas a múltiples contingencias que podían complicar o impedir su efectiva ejecución.

En este contexto, los mecanismos de "control social" tuvieron demasiado de "declaración de intenciones". Ni siquiera fue fácil constituir y mantener estables unos órganos de control ciudadano que sufrieron numerosos abandonos y dimisiones, ya fuera por su complicado funcionamiento o por el desencanto ante la dispar receptividad de autoridades y estructuras municipales hacia unas propuestas que, en muchos casos, se retrasaban en su ejecución o no llegaban a materializarse. Por su parte, otros espacios y actos denominados de "rendición de cuentas", ideados para informar a la ciudadanía de la marcha de las actuaciones decididas fueron, cuando se celebraron, deficientes, con escasa asistencia y pobre calidad de la información y el debate. Ante estos hechos, calificar los procesos como "socialmente controlados" reduce esta supervisión social a una expresión ínfima y ajena a sectores sociales relevantes y plurales.

Su carácter "universal", en la mayoría de casos su exclusivo carácter universal, abierto únicamente a la población a título individual sin contar con el tejido asociativo para proponer, votar o acceder a órganos ciudadanos, esgrimió la esclerosis de parte del asociacionismo para excluir a organizaciones y colectivos sociales. Muy contestada desde el asociacionismo vecinal, esta formulación contribuyó objetivamente a suprimir, cuando se aplicó, a sectores organizados "incómodos" sin cuestionar que, en cambio, partidos, estructuras municipales y especialistas o colectivos próximos pudieran incidir de manera decisiva, a través de personas "a título individual", de forma coordinada.

A diferencia de los pequeños encuentros donde dirigentes y especialistas resolvían con facilidad sobre las bases políticas y organizativas de los procesos, las asambleas de propuestas reunieron, en algunos lugares y momentos, a grupos más amplios de ciudadanos y ciudadanas, estimulando experiencias participativas novedosas y de mayor alcance. No obstante, aun en estos casos, se trató de experiencias contradictorias que suscitaron críticas, decepciones y abandonos. Además, estos espacios estuvieron muy condicionados por sucesiones de propuestas y votaciones, quedando las deliberaciones circunscritas a otros encuentros de menor asistencia ciudadana ya referidos. Y descontando la presencia de algunos grupos de escolares, dominaron elevadas edades medias, sin participación apreciable de jóvenes, de personas de etnia gitana, de población inmigrada o de otros sectores más precarizados y excluidos.

En cualquier caso, no se ajusta a los hechos observados y analizados que constituyeran procesos de "planificación comunitaria" urbana pues tal planificación, que moviliza gran parte de recursos y decide sobre temas "importantes", discurrió al margen de los presupuestos participativos. En este mismo sentido, no constituyeron instrumentos de "redistribución social", pues el grueso de estos mecanismos redistributivos depende de políticas y proyectos supralocales y las limitadas competencias municipales en estas materias estuvieron ausentes, salvo de manera muy parcial en Córdoba, de los presupuestos participativos.

Los presupuestos participativos tuvieron una elaborada fundamentación política y un pormenorizado diseño metodológico pero éstos quedaron muy desdibujados en las prácticas. De hecho, miembros de organizaciones sociales, empleados públicos, autoridades políticas y especialistas en participación no seguidores del "modelo de Sevilla" cuestionaron su rigidez y su centralidad e impugnaron la validez de unos procesos tan complejos y con seguimientos sociales tan limitados para realizar intervenciones menores o ejecutar sólo parcialmente sus decisiones.

¿Empoderamiento ciudadano para la transformación social?

Estas críticas fueron contestadas enfatizando las potencialidades de los presupuestos participativos para generar "capital social" y dinamizar nuevos entramados asociativos, para el "empoderamiento popular". Pero las evidencias apuntan en otra dirección. Por un lado, los presupuestos participativos, institucionalizados y estrechamente tutelados por dirigentes partidistas y asesores próximos a éstos, no podían erigirse en el espacio central de una acción sociopolítica que debiera recaer sobre movimientos, organizaciones, colectivos y redes sociales, sobre sus demandas y sobre su autonomía política y organizativa. Por otro, no es sostenible argumentar el valor de "lo concreto" como espacio de "lucha por reformas" en una idealizada y renovada estrategia de "acumulación de fuerzas revolucionarias", "dentro y fuera de los aparatos del Estado" pues, al margen de lo expresado por algunos textos, los presupuestos participativos no fueron un terreno de lucha social, siquiera de lucha reformista táctica. En gran medida no hicieron sino escenificar distintas estrategias partidistas y de grupo: pugnas entre partidos políticos o entre distintas facciones en el interior de éstos, y estrategias de determinados grupos académicos o de consultoría para posicionarse en un espacio especializado que llegó a obtener financiación institucional y alguna relevancia en la actividad científica social. La contribución de los presupuestos participativos en Andalucía al "empoderamiento ciudadano" solo pudo "observarse" desde estos intereses corporativos o desde unos desmedidos actos de fe.

Apostar por una única herramienta para la participación ciudadana institucionalizada, los presupuestos participativos, desestimando otras, y privilegiar un único un modelo político-metodológico de éstos para promover la democracia participativa, con pretensiones de validez universal actuó, además de como ejercicio de bandería partidista o profesional, como "alternativa" muy corta de miras pues desatendió la extraordinaria diversidad de contextos

locales de Andalucía, entre sus comarcas y ciudades e incluso entre distintos distritos y barrios de una misma ciudad.

Contradicciones contextuales

Y es que, junto a las deficiencias señaladas, no faltaron contradicciones de envergadura con los contextos en que se desenvolvieron. La pretensión de movilizar a "toda la ciudadanía" generó incomprensión, abierta oposición o indiferencia en mayorías gobernantes y partidos de oposición (PSOE, PP o PA, en general; la propia IU en Málaga), en distintos sectores del PCA e IU (Sevilla, Puerto Real, Córdoba), en órganos participativos preexistentes, en estructuras administrativas y entre profesionales locales, en los principales planes y proyectos urbanos, en gran parte del asociacionismo vecinal y ciudadano, en colectivos autónomos críticos y alternativos, en la Federación Andaluza de Municipios y Provincias, entre unos y otros casos de presupuestos participativos entre sí y, desde luego, entre la generalidad de la población llamada a participar. Si a priori hubiera sido imaginado un listado de sectores desafectos hacia los presupuestos participativos difícilmente hubiera alcanzado tal extensión.

Este restringido seguimiento podría apuntar a distancias contextuales entre los municipios andaluces y otros tomados de forma mecánica como referentes; y, de manera directa, a las propias formaciones políticas partidistas, a su responsabilidad en las desconfianzas de amplios sectores de la ciudadanía y en las críticas de las minorías sociales más activas hacia las instituciones, incluidas aquellas con orientaciones "progresistas" o "de izquierdas".

Los presupuestos participativos andaluces, con relativa salvedad en el caso de Córdoba y en menor medida de Jerez, no surgieron de una demanda social sino de decisiones gubernamentales o de pactos entre partidos negociados en paquetes políticos para constituir o mantener gobiernos. En el PSOE andaluz no figuraba entre sus prioridades ni, al menos hasta 2008, en todos los sectores del PCA e IU. El PP sólo lo planteó, por motivos muy concretos de estrategia municipalista, en Málaga. Finalmente, respondieron a una apuesta casi exclusiva de un sector del PCA e IU, minoritario en ocasiones dentro de su propia organización y en general en los gobiernos locales. En buena medida, en sus prácticas, los presupuestos participativos se revelaron como una expresión más, aun desde un discurso de negación, de un sistema político partitocrático del que el caso andaluz y español han venido siendo paradigmáticos.

Mención particular merecen las dificultades para su adecuada inserción en las estructuras y dinámicas municipales por diferentes causas: rémoras propias de la burocracia municipal, ralentización en el desarrollo de los procesos por incapacidad o desatención financiera, normativas legales y de fiscalización del gasto, dificultades derivadas de asentadas dinámicas de trabajo de unidades y profesionales, cruce de legitimidades entre técnicos locales –funcionariado vitalicio de perfil profesional y legalista- y políticos –actores democráticos pero eventuales y regidos por lógicas partidistas y electoralistas-, así como, en lugar destacado,

por la confusa transmisión de orientaciones hacia unos profesionales sabedores del ínfimo interés de la mayoría de autoridades hacia los presupuestos participativos (Hernández y Manjavacas, 2005; Moreno, Hernández y Manjavacas, 2006).

Los presupuestos participativos fueron presentados como una vía próxima y sencilla para "dar la palabra a la ciudadanía" pero recurrieron a una batería conceptual muy ideologizada y de difícil comprensión. Las pertinentes críticas de sus impulsores hacia los modos y lenguajes dominantes entre políticos y técnicos contrastaron con los intentos de añadir legitimidad a los procesos subrayando su valoración en lejanos "foros internacionales" o la presencia de "expertos" ideológicamente próximos. En este sentido, suscitaron desconfianzas las denominadas "redes internacionales", espacios piramidales, no reticulares, sin sectores ciudadanos "de base" y protagonizados por políticos y consultores.

Reflexiones finales

De lo expuesto cabe concluir que aunque algunos de los casos de presupuestos participativos andaluces más significativos mantuvieron cierta base social, sus deficiencias y contradicciones alejaron, por razones dispares, a sectores menos receptivos a los discursos y prácticas de los partidos de izquierda, a los partidos de izquierda que no los impulsaban directamente, al grueso de entidades y organizaciones sociales más sólidas y a los círculos ciudadanos más autónomos, críticos y alternativos. También a otras muchas personas, no asociadas ni ideológicamente muy definidas que, motivadas por la resolución y tratamiento de problemas concretos, observaron en los presupuestos participativos procedimientos complicados y lentos para alcanzar sus objetivos.

Los impulsores de los presupuestos participativos, en ocasiones más atentos a estrategias e intereses partidistas o de grupo que al desarrollo y control de los propios procesos por amplios sectores de la ciudadanía, o que a la introducción de discursivas rupturas teóricas y epistemológicas, sobreactuaron en su intento por desmarcarse de "la política tradicional". En la práctica, a pesar de sus referencias democrático-participativas y asamblearias, acabaron siendo, en buena medida, unas expresiones más de la política al uso: discursos legitimadores de referencias idealizadas, tuteladas movilizaciones de expectativas, evaluaciones positivas de las acciones propias acaso torcidas por la acción de "los otros"...

Estos procesos políticos institucionales y las estrategias de sus impulsores fueron desbordadas poco tiempo después por iniciativas sociales autónomas: el llamado "movimiento 15M" que, en mayo de 2011, protagonizó masivas movilizaciones también en Andalucía. Estas redes, autogestionadas por activistas sociales, encontraron amplio seguimiento en su respuesta a las consecuencias de la especulación financiera y de la degeneración del sistema representativo, mostrándose muy celosas en su independencia de instituciones, partidos políticos y otras grandes organizaciones. Sus reivindicaciones y propuestas apuntaron a temas nucleares

y sistémicos, con claro protagonismo de las generaciones jóvenes y una orientación sin precedentes de las metodologías participativas y de las nuevas tecnologías al servicio de la acción sociopolítica. La sintonía con sus acciones fue muy amplia entre la ciudadanía, desdibujando la formal y poco consistente dualidad bipartidista entre "derecha e izquierda".

Sus núcleos más activos no parec**ía**n pretender tomar el poder político o acceder a controlar parcelas del mismo. Desde la diversidad de planteamientos, presentaron un propósito distinto: que la ciudadanía más crítica y activa se movilizara e hiciera y discutiera propuestas, estimulando la participación ciudadana desde fuera de las estructuras políticas existentes para incidir sobre un poder político del que cuestionaban su legitimidad.

Constituy**ó** un ejemplo de participación social y ciudadana muy diferente a las prácticas desarrolladas por los presupuestos participativos. Porque éstos, al menos desde los planteamientos sostenidos en los casos comentados, discurrieron entre una doble impotencia: no podían, desde su posición minoritaria, insertarse convenientemente en las estructuras institucionalizadas para la participación pero, dado su carácter precisamente institucional, limitado –a temas no centrales- y partidista, tampoco consiguieron calar en sectores ciudadanos relevantes. Una pretensión inviable pues los presupuestos participativos, tal como discurrieron en Andalucía, no consiguieron, a pesar de su retórica, generar una movilización social autónoma y transformadora. No dejaron de ser una pieza periférica, en un ámbito institucional marginal, la política de participación ciudadana, coyunturalmente dirigido, en el mejor de los casos, por minorías partidistas alojadas en gobiernos locales que tomaron estos procesos con poca convicción.

Las consideraciones expuestas no pretenden en absoluto invalidar los presupuestos participativos como propuesta política; tampoco obviar sus potenciales contribuciones teóricas para repensar nuevas democracias posibles. Pero sí persiguen reflexionar críticamente en varias direcciones. Por una parte, sobre las magras potencialidades de las instituciones formalmente democráticas, por sí mismas, en el actual contexto político partitocrático y al margen de la acción social y ciudadana, para una regeneración fundamentada en democracias participativas. En segundo lugar, sobre la inconsistencia de focalizar la participación y las democracias participativas, en exclusiva, hacia los presupuestos participativos; más aún, hacia un modelo político-metodológico único de presupuestos participativos con pretensión de validez universal. En este sentido, y en tercer lugar, sobre la importancia de las particularidades –políticas y metodológicas- que cada proyecto de presupuestos participativos debería contemplar, de ponerse en práctica, a la luz de las condiciones concretas de cada lugar concreto.

Estas reflexiones pueden tener utilidad ante expectativas de cambio de correlaciones de fuerzas en favor de partidos de izquierda en los ámbitos locales. Tal posibilidad, o la de que opciones electorales críticas surgidas de procesos ciudadanos ajenos a las direcciones partidistas tradicionales llegaran a gobernar o influir en algunos ayuntamientos, ambas

posibilidades aún inciertas en el momento de escribir estas líneas, está reactualizando propuestas en favor de la radicalización democrática y de la implementación, llegado el caso, de nuevos procesos de presupuestos participativos.

Si esto ocurriera, si algunos ayuntamientos andaluces gobernados por coaliciones o agrupaciones transformadoras volvieran a poner sobre la mesa procesos de presupuestos participativos, no estaría de más que lo hicieran desde una profunda revisión crítica de las experiencias conocidas. En particular de las más próximas.

Referencias bibliográficas

Allegretti, G.; Herzberg, C. (2004), "El retorno de las carabelas: Los presupuestos participativos de Latinoamérica en el contexto europeo", *Transnational Institute Briefing Series,* 5.

Anduiza, Eva; de Maya, Sergi (2005), *La qualitat en la participación: una proposta d'indicadors*. Barcelona: Fundación Jaume Bofill.

Ayuntamiento de Jerez (2007), *Informe sobre Presupuestos Participativos*. Jerez. Aprobado por el Pleno del Observatorio Ciudadano el 23 de abril de 2007.

Ayuntamiento de Málaga (2008), *Procedimiento transversal de los presupuestos participativos del Ayuntamiento de Málaga*. Málaga. Aprobado por la Junta de Gobierno en marzo de 2008.

Ayuntamiento de Málaga (2008), *Presupuestos Participativos. Decide la Málaga que tú quieres*. Málaga. Área de Participación y Relaciones Ciudadanas.

Ayuntamiento de Puerto Real (2004), *Guía de práctica para los Presupuestos participativos*. Puerto Real (Cádiz).

Ayuntamiento de Puerto Real. Relaciones Ciudadanas (2009), *Primer Informe del Proceso Presupuesto Participativo*. Puerto Real (Cádiz)

Ayuntamiento de Sevilla (2005), *Los presupuestos participativos de Sevilla en 2004. Aspectos presupuestarios y proceso de elaboración*. Documentación interna.

Ayuntamiento de Sevilla. Presupuestos Participativos de Sevilla (2005), *Presupuestos Participativos. Una experiencia de democracia en la ciudad de Sevilla*. Sevilla.

Ayuntamiento de Sevilla. Presupuestos Participativos de Sevilla (2008), *Autorreglamento 2008-2010*.

Azcueta, Michel (2004), "Presupuesto Participativo ¿Moda o modelo de desarrollo?". *Presupuestos Participativos, construyendo democracias participativas. Papeles de la FIM, nº 23, 2ª época*. Madrid.

Blas, Asier e Ibarra, Pedro (2006), "La participación: estado de la cuestión". *Cuadernos de*

trabajo de HEGOA, 39.

Borja, Jordi, Sánchez, Joan, Subirats, Joan (2006), *Organización política y participación ciudadana*. Barcelona: UOC.

Brugué, Quim y Gomà, Ricard (1998) *Gobiernos locales y políticas públicas*. Barcelona: Ariel.

Brugué, Quim y Jarque, Marina (2002) "Planes estratégicos locales y redes participativas: entre el discurso y la práctica", *en* Ismael Blanco y Ricard Gomà (orgs.) *Gobiernos locales y redes participativas*. Barcelona: Ariel, 43-63.

Brugué, Quim, Gomà, Ricard y Subirats, Joan (2005) "Gobernar ciudades y territorios en la sociedad de las redes". *Reforma y Democracia*, 32, 7-18.

Chávez, Daniel; Goldfrank, Benjamin (orgs.) (2004), *La izquierda en la ciudad. Participación en los gobiernos locales de América Latina*. Barcelona: Icaria.

Del Río, Eugenio (2003), *Poder político y participación popular. Libertad, desigualdad, fraternidad*. Madrid: Talasa Ediciones.

Documento de Trabajo (2008) *La experiencia del presupuesto participativo en* Córdoba: más que *un diagnóstico de necesidades*, Córdoba. Documento no publicado. Expuesto en Sesión de Trabajo en Puerto Real el 28/03/08.

Escalera, Javier; Coca, Agustín (orgs) (2013), *Movimientos sociales, participación y ciudadanía en Andalucía*. Sevilla. Centro de Estudios Andaluces – Asociación Andaluza de Antropología. Aconcagua Libros.

Federación Andaluza de Municipios y Provincias FAMP (2003) *Resolución de política local*. VI Asamblea General. Málaga. FAMP.

Federación Andaluza de Municipios y Provincias FAMP (2005), *Participando, creando e innovando. Un enfoque local*. Sevilla: Diputación de Sevilla. Sociedad Siglo XXI.

Font, Joan (org.) (2000), *Ciudadanos y decisiones públicas*. Barcelona: Ariel.

Ganuza, Ernesto; Álvarez Carlos (2003), *Democracia y presupuestos participativos*. Barcelona: Icaria.

Ganuza, Ernesto; Gómez, Braulio (2008), "Control político y participación en democracia. Los presupuestos participativos". *Estudios de Progreso,* 38. Fundación Alternativas.

Genro, Tarso (1997), *Orçamento Participativo: A Experiência de Porto Alegre*. Sao Paulo: Ed. Fundaçao Perseu Abramo.

Hernández, Javier; Manjavacas, José María (2005), **"**Presupuestos Participativos y desarrollo local. La función mediadora de los técnicos municipales", *en* III Congreso Internacional de Investigación y Desarrollo Socio-Cultural. Povoa de Varzim: AGIR.

Manjavacas, José María (2008), “A propósito de los presupuestos participativos de Sevilla: participación ciudadana en la construcción de ‘la ciudad de las personas’. Aportaciones a y desde la antropología para una intervención interdisciplinar”, *in*, Pilar Monreal Mercedes Jabardo; Pablo Palenzuela.(org), *Antropología de la orientación* Pública. Donosti: Ankulegi, 193-208.

Manjavacas, José María (2008), *Orçamentos participativos e administração local: oportunidades e desafios. Proyecto Equal “Mais participaçao, melhor democracia*. Material de trabajo. Faro (Portugal). In Loco-CES-CEFA.

Manjavacas, José María (2012), *Presupuestos Participativos de Sevilla: democracia participativa y estrategias partidistas*. Tesis doctoral. Universidad de Sevilla.

Manjavacas, José María (2013), “Políticas locales de Participación Ciudadana: entre la desdemocratización política y social, la innovación democrática local y las estrategias partidistas”. *Revista de Historia Actual*. No Prelo.

Moreno, Isidoro, Hernández, Javier y Manjavacas, José María (2006), “El tercer pilar: los técnicos municipales en los presupuestos participativos”, *en* VV.AA. *Pedagogía de la decisión*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla - CIMAS.

Navascués, Javier (2008), “Autonomía y conocimiento. La democracia participativa y la transformación social en la globalización”, *en* Joaquín Recio y Andrés Falck (coords.) *Presupuestos participativos: nuevos territorios*. Málaga: Atrapasueños-Diputación de Málaga.

Pérez-Serrano, Julio, Castaño, Ángeles; Manjavacas, José María (2009), *Democracia, proyecto urbano y participación ciudadana. Los presupuestos participativos de Sevilla y otras experiencias andaluzas relevantes*. Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces.

Pindado, Fernando (2008), *La participación ciudadana es la vida de las ciudades*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

Recio, Joaquín; Falck, Andrés (orgs.) (2008), *Presupuestos participativos: nuevos territorios*. Málaga: Atrapasueños-Diputación de Málaga.

Red Estatal por los Presupuestos Participativos (2008), *Declaración de Antequera*. Antequera (Málaga), 4 de julio de 2008.

Rodríguez-Villasante, Tomás; Garrido, Francisco Javier (2002), *Metodologías y presupuestos participativos. Construyendo ciudadanías, 3*. Madrid: IEPALA-CIMAS.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Democratizar a democrácia: os Caminhos da Democracia Participativa*. Río de Janeiro: Record.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), *Democracia e participação. O caso do orçamento participativo de Porto Alegre*. Quito: Ediciones Abya-Yala.

Santos, Boaventura de Sousa (2013) *Pela mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Coimbra. Ed. Almedina.

Stoker, Gerry (2000), *Informe del Comité Director para la Democracia Local y Regional (CDLR) para el Comité de Ministros de la Unión Europea*. Barcelona: Fundación Pi i Sunyer..

Subirats, Joan (coord.) (2002), *Redes, territorios y gobierno. Nuevas respuestas locales a los retos de la globalización*. Barcelona: Diputación de Barcelona.

O Potencial Emancipatório do Conselho Escolar na Gestão Democrática da Escola Pública: Considerações a Partir do Papel da Comunidade

Maria do Socorro Silva Cavalcante[1]
Maria Creusa de Araújo Borges[2]

Resumo

Este artigo socializa os dados da pesquisa, realizada em uma escola pública de João Pessoa/Paraíba/Brasil, cujo objeto focaliza o Conselho Escolar como possibilidade de construção de uma democracia contra-hegemônica na gestão da escola pública, a partir da comunidade. Parte-se da perspectiva teórico-metodológica proposta por Santos (2002; 2007; 2010; 2011), Santos; Avritzer (2002), Santos e Meneses (2009), na qual a comunidade é um princípio ainda não devidamente explorado no pilar regulação da modernidade ocidental, capaz de estabelecer uma dialética com o pilar emancipação. Evidencia os conhecimentos do Conselho Escolar, a partir dos procedimentos meta-sociológicos denominados por Santos (2007; 2010) sociologia das ausências, sociologia das emergências e o trabalho de tradução, para trazer à tona os conhecimentos produzidos no Sul global, os conhecimentos do Conselho Escolar, como credíveis e inteligíveis em diálogo com os conhecimentos do Estado, na busca da gestão democrática da escola pública.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Comunidade. Democracia contra-hegemônica. Gestão democrática. Emancipação.

Abstract

This article socializes the research data held in a public school in João Pessoa / Paraíba / Brazil, whose object focuses on the School Board as a possibility of building a counter-hegemonic democracy in the management of public schools, from the community. The starting point is the theoretical-methodological approach proposed by Santos (2002, 2007, 2010, 2011), Santos; Avritzer (2002), Santos e Meneses (2009), where the Community is a principle not further explored in the regulatory pillar of Western modernity, able to establish a dialectic with the pillar emancipation. Demonstrates knowledge of the School Board, from meta sociological procedures called by Santos (2007, 2010) sociology of absences, sociology of emergencies and the translation work, to bring out the knowledge produced in the global South, the knowledge of the School Board, as credible and intelligible dialogue with knowledge of the State in the pursuit of democratic management of public schools.

Keywords: School Board. Community. Counterhegemonic democracy. Democratic management. Emancipation.

1 Mestre em Educação, área de Políticas Educacionais, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba/Brasil (PPGE/UFPB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Direitos Humanos (GEPEDH/UFPB/CNPq). *E-mail:*msscavalcante@hotmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de Políticas Educacionais (PPGE/UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, área de Direitos Humanos (PPGCJ/UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Direitos Humanos (GEPEDH/UFPB/CNPq). *E-mail:* mcaborges@gmail.com

Introdução

Este trabalho apresenta os dados da pesquisa realizada em uma escola pública municipal de João Pessoa-Paraíba-Brasil, cujo objeto de estudo focaliza o Conselho Escolar como uma possibilidade de democratização da gestão da escola pública, na perspectiva da construção de uma democracia contra-hegemônica ao modelo liberal, a qual tem como eixo a comunidade.

A instituição do conselho escolar, na perspectiva de democratização da gestão da escola pública, constitui uma bandeira de luta da sociedade brasileira, em especial na década de 1980, ao lutar por uma escola como espaço político de formação humana e democrático. Essa luta, sem dúvidas, é impulsionada pelo contexto social e político vivenciado no Brasil, após vinte e um anos de ditadura militar e o caráter de dominação, colonialismo, exploração e exclusão social que marca a formação do povo brasileiro, contribuindo, negativamente, para a formação ética e política dos sujeitos.

Assim, do ponto de vista mais amplo, busca-se a institucionalização de políticas públicas para a educação, numa visão mais descentralizadora, priorizando, nas suas bases, a solução dos problemas que afligem a sociedade. Ressalta-se o conselho escolar, a partir da comunidade, na construção dessas políticas como um forte instrumento político de participação da sociedade, para a construção de práticas mais democráticas na gestão da escola pública.

Percebem-se, nessa construção, os embates e as lutas que constituem pensar a democracia no Brasil. Como a democracia tem, ao longo dos tempos, constituído-se num objeto de disputa da classe burguesa dominante, perpassando todos os contextos políticos e sociais, inclusive a escola, nos quais, esta se utiliza de várias estratégias de legitimação, para não abrir mão dos seus ideários de dominação, contribuindo para o fortalecimento da exclusão dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Na verdade, ao se analisar o percurso de construção da democracia e da gestão democrática da escola pública, percebe-se que estas se configuram, na realidade social brasileira, com base na compreensão da sua vigência a partir do direito ao voto e da existência dos elementos legais, tais como a Constituição Federal brasileira (CF), de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o novo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Todos são importantes mecanismos legais de construção da cidadania, mas não garantem por si só, a sua efetivação. Esses instrumentos consolidam legalmente tais direitos, mas não se constituem suficientes para a construção de uma nova gramática de direitos humanos.

A gestão democrática da escola pública, como a democracia no Brasil, são processos em construção que se ampliam a partir da luta e dos embates da sociedade. Não se constituem, apenas, a partir de elementos legais. Ratifica-se a sua importância, mas não garantem a sua consolidação. Exigem-se da sociedade brasileira e da comunidade escolar estratégias de luta

constantes para que a democracia se fortaleça nesses espaços, a partir do que propõe o Estado, como, por exemplo, o conselho escolar.

Esse processo político contribui para um modelo de democracia hegemônico, de baixa intensidade, pensada a partir da elite dominante, tendo o Estado como seu aliado e com forte predominância do mercado. Tal realidade constitui as tensões e conflitos vivenciados pela sociedade brasileira, em virtude da construção social e política da nossa formação, pautada no autoritarismo, colonialismo, exploração, dominação e exclusão social e em permanência nas relações atuais.

Fortalece-se a existência do projeto de sociabilidade em disputa, pelo grupo dominante, na busca da manutenção do capital, constituindo-se num importante mecanismo de segregação e exclusão social. Nessa perspectiva, constituem-se as relações sociais e a compreensão da democracia hegemônica no Brasil, refletindo na democratização da gestão da escola pública.

Nesse contexto, percebe-se, a partir da análise, que o conselho escolar se constitui num importante instrumento político de democratização da gestão da escola pública e o seu potencial emancipatório amplia-se com a participação da comunidade escolar. É a partir da participação da comunidade que a gestão da escola é fortalecida e são ampliadas as possibilidades de sua democratização, pois os seus membros debatem e decidem sobre as ações da escola, constituindo-se num importante instrumento de democratização da gestão.

O conselho escolar reflete a realidade da comunidade e a partir dela busca as soluções. É um lugar de fazer democracia (*apud* Werle, 2003:12). Pauta-se na vivência da sua comunidade, na solução dos conflitos, na realização dos seus objetivos. Trata-se de uma participação em que a comunidade toma parte com autonomia das decisões públicas (*apud* Freitas, 2007:507). É um lugar de refletir-se o cotidiano constituindo uma gestão democrática da escola pública.

Destarte, no ano de 1999, na gestão do prefeito Cícero de Lucena Filho (1997-2005), é criada a Lei n.º 8.996, de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, no Estado da Paraíba, Brasil. A lei em comento regulamenta, nos artigos 10, 11 e 12, as orientações acerca do funcionamento do Conselho Deliberativo Escolar, desde sua composição às suas atribuições.

A partir dessa lei, é criado o Decreto n.º 7.823, de 21 de março de 2013, no governo do atual prefeito Luciano Cartaxo Pires de Sá (2013-2016), o qual dispõe sobre a regulamentação do Conselho Escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa-Paraíba-Brasil. O referido Decreto apresenta a constituição do conselho composto pela comunidade escolar. Esta última é compreendida não como o espaço geográfico onde está inserida a escola, mas a comunidade que é constituída pelos seus representantes legais, tais como os pais, os alunos, os professores, os funcionários, os quais interferem nas decisões da escola, na condição de representantes legais ou pais dos alunos. Assim, dispõe o Decreto.

> Art.1º O Conselho Deliberativo Escolar, cujos membros serão eleitos pela Assembleia Geral de cada Unidade de Ensino e Centros de Referência em Educação Infantil- CREIs será constituído, por representantes da comunidade escolar, assegurada a participação de:
>
> I. do diretor e vice-diretor da Unidade Escolar
>
> II. do corpo docente
>
> III. dos especialistas
>
> IV. do corpo discente, a partir de 10 (dez) anos, regularmente matriculados e frequentando a escola;
>
> V. do corpo administrativo, através da escola em efetivo exercício, do quadro permanente ou temporário;
>
> VI. da comunidade local através dos pais dos estudantes ou seus responsáveis legais, regularmente matriculados frequentando
>
> (Decreto n.º 7.823/2013).

O Decreto n.º 7.823, de 21 de março de 2013, versa, no art. 2º, sobre as funções deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora. A função mobilizadora refere-se à mediação das relações dentro da escola, fortalecendo as estratégias de participação da comunidade escolar. Como também, apresenta, no art. 3º, as atribuições do Conselho Deliberativo Escolar, em consonância com a Lei n.º 8.996, de 27 de dezembro de 1999. A partir desses instrumentos legais, os Conselhos Deliberativos Escolares são constituídos no Município de João Pessoa-Paraíba-Brasil.

Nesse âmbito, à luz dos procedimentos analíticos evidenciados na abordagem proposta por Santos (2002; 2007; 2010; 2011), Santos e Avritzer (2002), Santos e Meneses (2009), busca-se ressaltar o potencial político do conselho escolar, a partir da comunidade, como possibilidade de construção de uma democracia contra-hegemônica em contraposição à visão liberal e hegemônica de democracia.

Essa abordagem busca visibilizar as representações inacabadas da modernidade ocidental com o objetivo de encontrar concepções e práticas que, no processo histórico de construção do paradigma hegemônico de modernidade ocidental, foram marginalizadas e suprimidas, representações incompletas que ainda não foram, por inteiro, colonizadas e que apresentam a possibilidade de construção de um paradigma contra-hegemônico de emancipação social. Nessa ótica,

> O princípio da comunidade e a racionalidade estético-expressiva são, assim, as representações mais inacabadas da modernidade ocidental. Por esta razão, deve dar-se prioridade à análise das suas potencialidades

> epistemológicas para restabelecer as energias emancipatórias que a versão hegemônica da modernidade ocidental deixou transformar em *hubris* regulatória (Santos, 2011:78 ss.).

A abordagem em comento enfatiza o princípio da comunidade como "o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação" (Santos, 2011:75 ss.). Dessa forma, ressalta-se o Conselho Escolar, em contraposição à visão hegemônica, a qual tem imposto uma concepção de gestão democrática vinda de cima, especificamente do Estado, marginalizando as experiências construídas no "chão da escola", como um instrumento político de democratização da gestão da escola pública, a partir da comunidade.

Parte-se do pressuposto que o Conselho Escolar se constitui como uma possibilidade de construção da gestão democrática da escola pública, buscando a solução dos problemas a partir da exploração dos conhecimentos da comunidade, como se verifica na voz do membro do Conselho:[3]

> Comunidade escolar inclui aluno, família e a escola, o corpo técnico, professor, funcionário e direção para se chegar a um consenso dentro daquilo que está sendo discutido, daquilo que foi levado ao Conselho. Todos reunidos para pensar os problemas e, a partir daí, se pensar numa solução. Seja qual for o problema, administrativo, financeiro, didático, pedagógico, tem que se chegar a um consenso. E, geralmente, se chega.

Ressalta-se que a compreensão de comunidade escolar, em evidência na fala do conselheiro, sinaliza uma reflexão na qual compreende-se a comunidade como "[...] um campo simbólico em que se desenvolvem territorialidades e temporalidades específicas que nos permitem conceber o nosso próximo numa teia intersubjetiva de reciprocidades" (Santos, 2011:81 ss.).

Assim, a comunidade constitui um campo simbólico, com espaço e tempo específicos, em que se partilham os sentidos, as experiências, os conhecimentos dos sujeitos com ênfase na solidariedade. A solidariedade "é o conhecimento que se adquire no processo sempre inacabado em que nos tornamos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade" (Santos, 2011:81 ss.). A comunidade escolar busca as soluções para os problemas que constituem as tensões e conflitos do dia a dia da escola, ouvindo os membros e respeitando os seus conhecimentos.

Na ótica de (*apud* Santos, 2011:81), com a desterritorialização das relações sociais que se intensificou nos últimos séculos, a comunidade não deve se limitar a ser, apenas, o local e o imediato, mas transformar o local numa forma de percepção do global e o imediato numa forma de percepção do futuro. Ou seja, é um campo simbólico, através do qual se discute o

3 Todas as falas dos entrevistados, que constam nesse trabalho, constituem-se na íntegra, segundo as entrevistas realizadas.

local e o global.

Nessa perspectiva, ressaltam-se os conhecimentos da comunidade presentes no Conselho Escolar. Conhecimentos, ainda, não devidamente reconhecidos na modernidade ocidental, mas com potencial emancipatório para dialogar com o saber hegemônico, ampliando a possibilidade de se estabelecer uma dialética com o pilar emancipação (*apud* Santos, 2011:75).

Compreende-se a democracia contra-hegemônica a partir dos conhecimentos da comunidade escolar, resgatando a demodiversidade, ou seja, a pluralidade das formas democráticas alternativas (*apud* Santos, 2007:87). Constituindo-se numa nova gramática histórica, social e cultural, em que todos os sujeitos sejam incluídos, tenham os seus direitos sociais e políticos respeitados (*apud* Santos e Avritzer, 2002:51). Contrapondo-se ao modelo liberal hegemônico de democracia universal e única.

Essa tentativa de construção contra-hegemônica de democratização da gestão, a partir da comunidade, pode ser evidenciada na voz do representante dos professores do turno da manhã, ao se colocar acerca dos programas federais que chegam até a escola, como o Programa Mais Educação:

> Os programas que vem pra escola são analisados, inclusive com o que pode ser de positivo e o que pode ser negativo. E quando tem problemas nesses programas, digamos, o Mais Educação. Então, de repente a monitora lá do Mais Educação não está dando certo. É chamada a coordenação, se for o caso da direção resolver com a coordenação, tudo bem, se não, convoca-se a comunidade, reúne-se o conselho e o conselho toma ciência, ouve os envolvidos e a partir daí toma as providências necessárias.

Nessa ótica, o conselho escolar constitui um espaço no qual os conhecimentos presentes na comunidade estão emergindo, estão sendo visibilizados, constituindo-se possibilidades emergentes de relações emancipatórias em que se potencializa a gestão democrática. A partir do conhecimento da comunidade local, estabelece-se um diálogo com o saber global hegemônico, tendo como objetivo a construção de relações contra-hegemônicas de gestão. Parte-se do pressuposto que,

> [...] o modelo hegemônico de democracia, (democracia liberal representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representante e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social (Santos, 2002:32 ss.).

Assim, a análise dos dados tem como referência os procedimentos teórico-práticos apontados por (*apud* Santos, 2010:94), tais como a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Nessa abordagem, enfatiza-se que o conhecimento científico não se constitui como a única forma válida de conhecimento. Existem outros tipos de conhecimentos que, ao longo dos anos, foram silenciados e marginalizados no processo histórico e social de construção hegemônica do conhecimento científico, alçado como conhecimento universal. São experiências que se encontram invisibilizadas e que precisam vir à tona para dialogar com o conhecimento dominante, na busca de alternativas possíveis. Reconhece-se que "a diversidade epistemológica do mundo é potencialmente infinita, pois todos os conhecimentos são contextuais e parciais. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos; há constelações de conhecimentos" (Santos, 2010:154 ss.).

Destarte, evidencia-se o resgate dos conhecimentos produzidos e vivenciados por outros povos e culturas, ou seja, reconhecer como verdadeiros os conhecimentos que são marginalizados pelo Norte global, sobretudo eurocêntrico. Trazendo para a realidade social experiências, saberes e práticas locais, especialmente, do Sul global, mas que podem se constituir como alternativas para a situação de crise em que se encontra o mundo (*apud* Santos e Meneses, 2009:12).

As experiências sociais do mundo não se restringem às experiências ocidentais e eurocêntricas. São constituídas experiências mais amplas e diversificadas do que a ciência e a tradição ocidental evidenciam. Trata-se de uma riqueza desperdiçada ao longo dos séculos. Esses saberes encontram-se invisibilizados pela modernidade ocidental, ainda não foram devidamente trabalhados, "os outros saberes, não científicos nem filosóficos, e, sobretudo, os saberes exteriores ao cânone ocidental, continuaram até hoje em grande medida fora do debate" (Santos, 2010:96 ss.), fortalecendo-se a ideia de que não há soluções para a situação em que nos encontramos.

Assim, a sociologia das ausências é um procedimento que busca tornar evidentes aqueles saberes suprimidos e marginalizados e que não são considerados relevantes pela ciência moderna. São conhecimentos e experiências de outros povos que não fazem parte do saber dominante e são produzidos para continuarem invisíveis (*apud* Santos, 2010:102).

Nessa perspectiva, destacam-se os saberes da comunidade escolar. São conhecimentos que existem, mas que não são considerados credíveis. Encontram-se inteligíveis, suprimidos e marginalizados do ponto de vista do saber dominante. O conhecimento credível na escola é o conhecimento do Estado que se manifesta na realidade social na forma de programas, projetos, avaliações, parcerias. Quando o conhecimento da comunidade se torna evidente, é reconhecido como legítimo, favorece o diálogo, a reflexão, a troca de experiências, potencializando a gestão democrática da escola. Nesse sentido, em destaque a voz do professor, presidente do conselho: "[...] nós reunimos a comunidade, fazemos planos de ação, analisamos as propostas, vemos se realmente vale a pena algumas ações, o que pode

melhorar dentro daquilo que entendemos como bom pra escola.

O que a sociologia das ausências propõe é dar visibilidade às vozes dos diferentes sujeitos da comunidade, tornar esses conhecimentos credíveis para que possam dialogar com o saber dominante, abrindo possibilidades de se construir, na escola, alternativas à democratização da gestão. Nesse cenário, os saberes da comunidade que estão sendo visibilizados constituem a sociologia das ausências e ampliam as possibilidades de democratização da gestão da escola pública, tornando a comunidade ciente do seu papel participativo.

É válido ressaltar que a sociologia das ausências opera substituindo as monoculturas por ecologias. Destaca-se a substituição da monocultura do saber que compreende como legítimo e verdadeiro, apenas, o saber científico pela ecologia de saberes (*apud* Santos, 2010:105-106). Essa ecologia opera na identificação de outros saberes que são importantes e que compõem outras práticas sociais, protagonizadas por sujeitos sociais que se encontram silenciados e invisibilizados, possibilitando a que estes possam dialogar com os saberes científicos dominantes. Parte-se da compreensão de que não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular" (Santos, 2010:106 ss.).

Nessa ótica, defende-se que os saberes são incompletos e, portanto, faz-se necessário o diálogo entre as diferentes formas de conhecimentos para que, a partir da contribuição de cada um, possam ser superadas as várias formas de ignorância. "O confronto e o diálogo entre saberes é um confronto e um diálogo entre processos distintos através dos quais práticas diferentemente ignorantes transformam-se em práticas diferentemente sábias"(Santos, 2010:107 ss.). Como se observa, na voz da representante dos funcionários do turno da noite e vice-presidente do conselho escolar:

> [...] lá a gente discute um assunto não só uma vez como eu lhe falei. Uma vez, duas vezes, três vezes até chegar a uma conclusão. É isso que eu vejo. Todos contribuem, todos têm sua opinião e uma opinião construtiva, pois parte-se da opinião de todos.

Nota-se, na voz do sujeito, que o Conselho Escolar considera as experiências e saberes dos seus representantes para poder tomar as deliberações. Há um momento de escuta, de diálogo, e esse momento proporciona aos seus membros aprender com as experiências uns dos outros. A ecologia dos saberes busca superar a monocultura do saber científico, como, também, resgatar a importância dos outros saberes como alternativos ao saber científico.

Outro procedimento, em contraposição à razão proléptica, é a sociologia das emergências. Trata-se de

> [...] ver quais são os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem

> no presente e que são sinais do futuro, que são possibilidades emergentes e que são "descredibilizadas" porque são embriões, porque são coisas não muito visíveis (Santos, 2007:37 ss.).

Destarte, com a ampliação do presente possível, através da sociologia das ausências, na qual os saberes da comunidade escolar passam a ter visibilidade e credibilidade na gestão da escola, surgem possibilidades emergentes. Uma possibilidade em evidência, nesse estudo, é o Conselho Escolar. Trata-se de uma experiência que está tornando visíveis os conhecimentos da comunidade. A partir do procedimento da sociologia das emergências, amplia-se a possibilidade de construir expectativas de coisas novas para o futuro. Ao cuidar-se do presente contrai-se o futuro (*apud* Santos, 2010:116). Como se observa na voz da representante da equipe técnica:

> O feito maior é quando todos se voltam no Conselho Escolar para resolver determinada situação, onde todos se dedicam a isso, e tentam resolver alguma coisa, e não discutem sozinhos, mas todos participam. Eu acho que essa democratização se dá dessa forma, pela necessidade, pela visão. O plural que esteja dificultando o andamento do grupo, o andamento da escola assim ou alguma decisão que possa ser tomada e necessita que todo mundo participe eu acho que quando existir esse envolvimento, acredito que seja um bom sinal de democratização.

Percebe-se, na voz desse sujeito, o potencial político do Conselho Escolar, ao possibilitar que a comunidade participe ativamente das ações que são desenvolvidas na escola. Trata-se de ouvir a comunidade para que possam ser tomadas as decisões.

Nesse sentido, amplia o nível de compreensão dos conselheiros acerca da participação, fortalecendo a gestão democrática da escola. Compreensão que pode gerar um aprofundamento no nível ético e político dos sujeitos que constituem o Conselho. Ou seja, o Conselho Escolar, com essa prática, contribui para tornar as pessoas mais críticas, mais conscientes dos seus direitos de cidadania, podendo ampliar essa compreensão para outras situações do cotidiano, fortalecendo a possibilidade de emancipação social. Ou seja, o Conselho Escolar constitui uma emergência que potencializa os saberes da comunidade.

Nessa ótica, ressalta-se o Conselho Escolar como uma emergência que torna possível os saberes e conhecimentos da comunidade, contribuindo para o fortalecimento da gestão democrática da escola. É no Conselho Escolar que os conhecimentos da comunidade tornam-se credíveis e inteligíveis.

Toda essa gama de conhecimentos e possibilidades emergentes que surgem a partir da sociologia das ausências e da sociologia das emergências gera uma diversidade inesgotável de saberes na escola. Como proceder a toda essa gama de possibilidades? Como tornar esses

conhecimentos inteligíveis dentro do Conselho de forma que venha a contribuir para gestão democrática da escola pública? Para transformar essas experiências em possibilidades de construção de uma escola em que a gestão tenha características democráticas, (*apud* Santos, 2010:123) sinaliza, como procedimento, o trabalho de tradução.

O trabalho de tradução diz respeito ao "procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências" (Santos, 2010:123-124 ss.). Constituindo-se em processo intercultural e intersocial.

Parte-se do pressuposto de que as culturas são incompletas, sendo necessário o trabalho de tradução para dar inteligibilidade a essas culturas e poder torná-las credíveis. Como se observa na voz do diretor adjunto da noite:

> [...] a gente reúne o Conselho cada um dá uma opinião, muitas vezes a gente tem alguns problemas que na visão de quem tá levando é pra resolver de um jeito, depois a gente reúne o Conselho e o Conselho decide por outra forma. Então, isso contribui para essa democratização, porque as decisões não são tomadas por uma única pessoa que podia tomar a decisão de uma forma, mas quando se reúne o Conselho, a decisão é tomada de outra forma.

A voz do sujeito em destaque realça que cada membro do Conselho Escolar tem uma experiência, um conhecimento, uma vivência que carrega consigo e que contribui para as tomadas de decisões dentro da escola. Quando esse conhecimento é tornado visível, acontece a troca de experiências e saberes. Ou seja, os saberes complementam-se e potencializam as chances da comunidade dialogar com outras culturas na busca de alternativas que construam uma emancipação social, um conhecimento insurgente.

Assim, compreende-se o trabalho de tradução, evidenciado na construção teórica de (*apud* Santos, 2007:39; 2010:123), ao potencializar os saberes que constituem as experiências dos membros do Conselho Escolar em diálogo com as normas, projetos, ações do Estado. Favorecendo uma inteligibilidade entre os vários projetos e pensamentos que se apresentam sem, contudo, marginalizar ou excluir o outro. Nessa prática, não existe, apenas, o poder hierárquico de conhecimentos. Mas os conhecimentos da comunidade dialogam com o conhecimento do Estado buscando encontrar aquilo que pode ser importante para a gestão da escola. Como, também, entre os membros, como, por exemplo, o conhecimento do gestor da escola ter mais credibilidade por conta da sua condição de gestor, mas este pode aprender com o representante dos alunos, dos funcionários, dos professores e vice-versa.

Na gestão da escola, o trabalho de tradução acontece quando é possível uma prática em que o conhecimento é percebido como intercultural, ou seja, não está centrado, apenas, na

figura do gestor ou de outro membro. Mas parte das experiências acumuladas por toda a comunidade, ou seja, numa prática de gestão democrática.

Assim, é na gestão democrática que o trabalho de tradução se materializa. Pois só numa prática de gestão democrática é possível tornar credível os conhecimentos da comunidade. Na gestão democrática, busca-se a construção de um diálogo intercultural entre os conhecimentos dos membros do Conselho Escolar e o saber do Estado.

Nessa perspectiva, o trabalho de tradução, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências contribuem para ultrapassar a razão indolente e construir a razão cosmopolita. Ou seja, resgatar os conhecimentos e identificar as possibilidades existentes buscando encontrar "novas e plurais concepções de emancipação social" (Santos, 2010:134 ss.).

O Conselho Escolar, apesar de pensado a partir do Estado, constitui-se na prática social, a partir da luta da comunidade local para ver-se representada na gestão da escola. Constitui uma possibilidade de emancipação dos sujeitos, na ótica da construção de uma democracia contra-hegemônica na gestão da escola pública a partir da perspectiva da comunidade. Assim, os membros do Conselho contribuem na tomada de decisão, nos rumos da escola, como se observa na voz do representante da equipe técnica:

> Pela minha pouca experiência de participar, acho muito interessante e muito válido porque eu vejo as coisas acontecerem e não serem algo decidido por um ou por dois, mas por ser uma decisão conjunta eu acho isso muito interessante. A gestão pode não ter chegado a uma perfeição, mas eu acho que ela só tem a melhorar sabe? Eu acho que permanecendo assim, com toda a comunidade contribuindo a intenção é a gente melhorar cada vez mais nesse sentido.

Evidencia-se o Conselho Escolar como um instrumento político por intermédio do qual se constitui uma democracia contra-hegemônica na gestão da escola pública, a partir da perspectiva de (*apud* Santos e Avritzer, 2002:51). Ao compreendê-la possível, a partir de dois critérios: a ênfase na criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, isto é, com a procura de uma nova institucionalidade de democracia.

Essa nova gramática intensifica-se como um sinal em evidência na escola pública municipal de João Pessoa/Paraíba/Brasil, quando da inclusão dos conhecimentos, saberes e experiências dos sujeitos políticos do Conselho Escolar na gestão. Favorecendo a que esses sujeitos se articulem com o Estado, na busca de pensar o fazer da escola respeitando os seus conhecimentos.

Considerações Finais

A experiência de democracia levada a cabo pelo Conselho Escolar em uma escola pública da rede municipal de João Pessoa-Paraíba-Brasil, como um instrumento político que favorece a construção da democracia contra-hegemônica da gestão da escola pública, sinaliza o potencial político da comunidade.

Contribui para a construção da democracia contra-hegemônica da gestão da escola, ao colocar as vozes dos seus sujeitos políticos, portadores de conhecimentos, na construção dos projetos, na discussão das políticas, nas atividades que compõem todo o trabalho da escola.

Os saberes da comunidade escolar dialogam com o saber dominante, o saber que vem do Estado, revelando a gestão da escola pública da rede municipal de João Pessoa-Paraíba-Brasil, como um campo de resistência às formas de poder que são constituídas de cima para baixo. Nesse sentido, o Conselho Escolar constitui-se numa comunidade interpretativa, ou seja, uma comunidade política, ao possibilitar a construção da emancipação social e de uma razão cosmopolita, colocando a gestão da escola pública de João Pessoa-Paraíba-Brasil como um campo fértil de luta contra a exclusão e a discriminação dos seus sujeitos.

Valida e credibiliza os saberes e experiências dos seus membros, constituindo-se numa inesgotável experiência social, que do ponto de vista do saber dominante, hegemônico, burguês, está incredível. Trata-se de experiências que existem no interior da escola, mas que são tidas como não existentes, não são percebidas pelo Estado ao definir as ações destinadas à escola.

No entanto, essas experiências têm sido reconhecidas no Conselho Escolar. Esses saberes não constituem o saber hegemônico dominante, mas se colocam na contramão deste, como um saber contra-hegemônico que, a partir das experiências da comunidade local, vivenciadas no Conselho, tornam-se credíveis e contribuem para o fortalecimento das relações sociais emancipatórias de democracia, na gestão da escola pública, constituindo-se numa democracia contra-hegemônica.

Nessa ótica, destaca-se o potencial emancipatório do Conselho Escolar, a partir da comunidade, ao validar os conhecimentos dos seus membros nas relações sociais que constituem a gestão da escola. O Conselho amplia as possibilidades de construção de uma razão operante, cosmopolita, fortalecendo as práticas de democracia na gestão da escola e a emancipação social dos sujeitos políticos.

O conselho escolar apresenta-se, na gestão da escola, como uma possibilidade de construção de uma democracia contra-hegemônica fortalecida e pensada a partir da ação dos sujeitos da sua comunidade. Configurando-se numa democracia de alta intensidade (*apud* Santos, 2007:62). Rompendo com as linhas abissais que constituem o entendimento da democracia liberal hegemônica, ao ratificar como sendo credíveis, apenas, os conhecimentos que são

produzidos no lado de cá da linha, os conhecimentos produzidos e legitimados pelo cânone ocidental, os conhecimentos defendidos pela classe burguesa que tem no Estado o seu mais forte aliado. Não se reconhecendo como credíveis os conhecimentos produzidos no lado de lá da linha, os conhecimentos da comunidade escolar.

Ressaltam-se os conhecimentos dos sujeitos que compõem o Conselho Escolar como um conhecimento insurgente, capaz de trazer para a gestão da escola experiências de democracia em constante diálogo com documentos, normas, regimentos, políticas, ações do Estado e da escola. Buscando reinterpretá-los a partir da sua realidade, das necessidades da comunidade local, constituindo-se num modelo de democracia contra-hegemônica ao modelo existente.

Assim, coloca-se a reflexão que o princípio da comunidade, ao ser devidamente explorado, constitui-se em importante instrumento de fortalecimento de práticas democráticas que, inicialmente, são evidenciadas na gestão da escola pública, através do Conselho Escolar, mas que pode ser ampliado para outras instâncias da sociedade. A comunidade, ao ser devidamente trabalhada, amplia as possibilidades de construção de uma democracia contra-hegemônica na gestão da escola pública.

Assim, a democracia contra-hegemônica, cujos sinais se colocam na prática do Conselho Escolar, pode ser ampliada pelos sujeitos da comunidade para outras situações do cotidiano, abrindo um leque de possibilidades para o fortalecimento da luta pela democracia no Brasil.

Referências bibliográficas

Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988. Senado Federal. Brasília. Consultado a 4.07.2013, em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf.

Decreto n.º 7.823/2013 de 21 de Março**.** Dispõe sobre a regulamentação do conselho escolar no âmbito do Sistema municipal de ensino de João Pessoa. PMJP/SEDEC. João Pessoa.

Freitas, Dirce Nei Teixeira (2007), "Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar", *Educação e Sociedade*, 28 (99), 501-521. Consultado a 12.05.2013, em http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a11v2899.pdf.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96 de 20 de Dezembro. Ministério da Educação. Senado Federal. Brasília. Consultado a 15.02.2013, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

Lei n.º 8.996/99 de 27 de Dezembro. Dispõe sobre a criação do Sistema municipal de ensino de João Pessoa e determina providências. PMJP/SEDEC. João Pessoa.

Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005/2014 de 25 de Junho. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil**.** Subchefia

para Assuntos Jurídicos. Brasília. Consultado a 02.10.2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/.../Lei/L13005.htm.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Prefácio do volume 1", *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 30-38.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2011), *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 8. ed. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2002), "Para ampliar o cânone democrático", *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 39-78.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (2009), "Introdução", *in* Boaventura de Sousa Santos & Maria Paula Menezes (org.), *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 9-19.

Werle, Flávia Obino Corrêa (2003), Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro: DP&A.

Que Leitura Da Revolução Dos "Outros"? Um estudo comparativo das narrativas sobre a "Primavera Árabe" e a revolução Haitiana no Ocidente

Alexandre Fonseca[1]

Resumo

Para Trouillot, "a maioria dos Europeus e norte-americanos aprende [...] História nos meios de comunicação". Por isso, torna-se importante perguntar QUE História aprende o Ocidente e COMO esta se torna dominante? Em "Silencing the Past", Trouillot demonstra como a revolução da população escravizada no Haiti se tornou um "não-evento". Porquê este apagamento? Poder ou perspetiva? E que semelhanças aos discursos sobre a Primavera Árabe? Pois se uma revolução é um momento histórico e um dos principais elementos de aprendizagem da História são os *media*, como foram os discursos dominantes em relação à "Primavera Árabe"? Que métodos (se algum) foram utilizados para a inferiorizar? O que podem as categorias e presunções "ready-made" utilizadas revelar? A análise de três jornais europeus durante os meses iniciais da revolução árabe permitir-nos-á oferecer uma resposta, evitando falar pelo "Outro".

Palavras-chave: Revolução; "Primavera Árabe"; Haiti; Análise crítica de discurso; Trouillot

Abstract

For Trouillot, "most Europeans and North-Americans learn their…history through the media". It is then fundamental not only to ask WHICH History does the "West" learn, but HOW does it become hegemonic? In "Silencing the Past", Trouillot reveals how the revolution in Haiti became a "non-event" in world History. Why? It is a matter of power or perspective? Can the same be said about the discourses about the "Arab spring"? The fundamental question is: if a revolution is an historical moment and one of the key elements of learning about History are the media, how were dominant discourses regarding the "Arab spring"? Which methods (if any) were used to diminish it? What might the categories or "ready-made" presumptions reveal? The analysis of three European newspapers during the initial months of the Arab revolution will allows us to offer an answer while avoiding to speak for the "Other".

Keywords: Revolution; "Arab spring"; Haiti; Critical discourse analysis; Trouillot

1 Doutorando na edição de 2013/2014 do programa "Democracia no séc. XXI" do CES-UC.

Introdução

Trouillot afirma, no seu livro "Silencing the Past", que "a maioria dos Europeus e norte-americanos aprendem as primeiras lições de História nos meios de comunicação" não submetidos a "*peer-reviews,* imprensa universitária ou comités doutorais" (1995:20)[2]. É afinal através dos *media,* afirmava Hegel, que "cada um fica a saber onde se *situa*" (Buck-morss, 2000:844). Ou, como diz van Dijk (1993a:243, nossa ênfase), "os *media* desempenham um papel central (na reprodução do racismo) [...] por causa da sua influência *estrutural* na formação [...] da mente social". Mas como o livro de Trouillot demonstra não são apenas os meios de comunicação que "moldam" a mente social e a mantêm numa grelha eurocêntrica[3]. Os exemplos do autor mostram que a própria historiografia, sob o manto da "objetividade", apaga eventos que poderiam perturbar uma História "ocidentófila" e eurocêntrica.

Este artigo pretende assim empreender uma análise discursiva da produção histórica (nos e fora dos círculos académicos) sobre as narrativas das revoluções no Haiti e no chamado "mundo Árabe"[4] de 2011. Mantendo-se num quadro europeu de análise e entendendo o "Árabe" como "outro", realizar-se-á um exame crítico da cobertura de três jornais europeus (Público, La Vanguardia e Le Monde)[5] à "Primavera Árabe". Este é então um método que compreende a "indignidade de falar pelo outro" (Foucault, Deleuze, 1997:209).

Pois se o "Outro" existe, mesmo que social- e historicamente construído (Hall, 1992:186), e mesmo que possamos ter mais em comum com esse outro do que com quem fala[6] (Zinn, 1997), o que se pretende não é reescrever a História ou falar por esse Outro. O objetivo deste artigo é "contribuir para a discussão política [...] com um estudo das técnicas oficiais de regulação, punição e normalização, que os grupos (dominantes) com interesse directo na submissão do Outro utilizam" (Grace e McHoul, 1997:19). Assumem-se, desde já, algumas

2 Todas as traduções são do autor.

3 Entende-se por "Eurocentrismo", seguindo Mata (2014), a "reconstrução mitológica" da qualidade pretensamente *imanente* da Europa, que naturaliza a sua ascensão aos pináculos civilizacionais, numa narrativa que a distingue como "vencedora" e faz dos "outros" perdedores.

4 É necessário referir que a própria denominação dos eventos não é "neutra". Um exemplo claro é a chamada (no Ocidente) "Guerra da Argélia" e vista, na Argélia, como "Revolução" (Argelina). Ou, no caso português, a 'Guerra Colonial' versus 'Guerras pela Independência/de Libertação Nacional'. Agradeço a Nina Koevets e Marta Araújo pelos comentários.

5 Este exame crítico será realizado através da grelha de análise teorizada por van Dijk (1993a). A estratégia metodológica usada questiona os fundamentos axiológicos do jornalismo, afirmando que nenhum discurso pode ser "neutro". A análise crítica de um discurso revela a "perspetiva" e a posição de poder que o interlocutor detém (ou não). Com isto em mente, procurámos analisar estes três jornais de países (excepto a França) que atualmente não partilham uma ligação forte com o chamado "Mundo Árabe". Essa diferença clara de interesse revela-se na cifra de notícias, devotadas à "Primavera Árabe". Assim, o número de notícias consideradas para o Le Monde foi substancialmente superior (64) que o Público (14) e o La Vanguardia (11). Estes jornais foram igualmente escolhidos por partilharem um público e estilo similares. O período de análise dos diferentes jornais utilizando primordialmente o termo de pesquisa "Primavera Árabe", representou a "eclosão" do movimento em janeiro de 2011 até junho de 2011 (no caso do Le Monde), setembro de 2011 (Público) e agosto de 2011 para o La Vanguardia. As diferenças de períodos refletem a proficiência, por um lado, do Le Monde, que obrigou ao encurtar da sua análise e, inversamente, ao alargar de datas para o Público e o La Vanguardia.

6 Para Zinn: "Nixon and Brezhnev have much more in common with one another than - we have with Nixon[...]It's the international dedication to law and order that binds the leaders of all countries in a comradely bond....Basically, it is us against them". As revoluções de 2011 parecem ter 'materializado' as conclusões de Zinn.

ideias que guiarão este trabalho, exploradas abaixo.

Um encontro desigual: o Ocidente e o Resto

A primeira, a nível mais ontológico, prende-se com a "ideia" de Ocidente, de civilização, de modernidade... Inúmeros autores escreveram sobre a construção do "Ocidente" (Quijano, 2000; Trouillot, 1995; Goody, 2006; Stuart Hall, 1992). O que importa aqui reter, quanto a este eixo orientador, denominado "Ocidente e o resto" (Hall, 1992), é a pretensa superioridade de tudo o que é do "Ocidente".

Desta superioridade decorrem a inferiorização do "outro" (van Dijk, 1993a: 159 - 160) e a falácia desenvolvimentista, que *obriga* a "desenvolver os mais 'primitivos' [...] como exigência moral" (Dussel, 2005:49; Hall, 1992:186). A culpa dessa "inferioridade"[7] seria do próprio bárbaro que, "opondo-se ao processo civilizador", inocenta e legitima a Modernidade. Uma modernidade, cujos sacrifícios e vítimas, são tidos como "inevitáveis" (*Ibid.*: 49). Quanto ao "Outro", a discussão costuma ser breve: "A visão do mundo impera sobre os factos: a hegemonia branca é natural e tida como certa" (Trouillot, 1995: 93).

Nem objectividade, nem verdade: poder e perspectiva

A segunda ideia prende-se com o funcionamento e alcance dos *media* na preservação das ideologias dominantes, que foi estudado, por exemplo, por Chomsky e Herman em "Manufacturing Consent" (1988). Uma expressão emprestada a Lippman, para quem o público, incapaz de lidar com a "substância do problema" devia ser "mantido no seu lugar", como mero "espectador da acção" (Chomsky, 1992).

A verdade é que são inúmeros os encontros entre o caminho traçado por Chomsky e Herman e a análise crítica do discurso de van Dijk. Para o último, "se o conhecimento é poder, então o conhecimento de outras pessoas pode ser um instrumento de poder sobre outras pessoas" (1993a:158). Apesar da referência ser ao papel de intelectuais e da academia, o próprio conclui que não existem muitas diferenças entre o discurso dos *media* e o da academia[8] (*Ibid.*:195).

Retornemos, todavia, aos *media*, pois para Chomsky e Herman, "entre outras, a função dos *media* é servir e fazer propaganda em nome dos poderosos interesses que os financiam" (Chomsky e Herman, 1988:xi). E que interesses poderiam ser esses? Segundo van Dijk, os "*mass media* são predominantemente instituições e corporações brancas [...] (com) a missão moral de apelar à causa do seu próprio grupo, Ocidental e branco" (van Dijk, 1993a:282).

Os três autores dispensam esta caracterização dos *media* como "teoria da conspiração", considerando que existe um encontro de interesses e perspetivas comuns à elite no poder

7 Fanon providencia um relato vivido do que esse processo de inferiorização causa no indivíduo, no livro "Black Masks, White Faces" (Dabashi, 2011:19).

8 Embora, em relação à academia, tanto pela mera "diversidade" quantitativa, como quanto à substância, o panorama não seja muito diferente (Trouillot, 1996; Fuchs, 2012:787; van Dijk, 1993a:196).

(van Dijk, 1993b:102; Chomsky e Herman, 1988:ix). Os três colocam igualmente em causa noções antigas sobre a "objetividade" dos *media,* bem como a ideia do que se constitui como "verdade". É esse o principal mérito da análise discursiva, dado que, como refere Stuart Hall, ela não evade a discussão do poder. Pelo contrário, ela assume que é o poder "e não os factos sobre a realidade, que tornam as coisas 'verdadeiras'" (1992:203)[9].

É esta então a interrogação central deste artigo: se uma revolução é, por definição, um momento histórico e um dos principais elementos de aprendizagem da História são os meios de comunicação, é importante perguntar como funcionaram os discursos dominantes em relação às revoluções dos "outros"? Trouillot, autor cuja obra permeia este artigo, afirma que "a História é fruto do poder, mas o poder nunca é tão transparente que a sua análise se torne supérflua" (1995:xix). É com esta última afirmação em mente que analisaremos a revolução no Haiti e os discursos sobre a "Primavera Árabe".

Porquê o Haiti?

Torna-se necessário, no entanto, compreender o que foi a revolução haitiana. Hallward (2004) classifica a revolução haitiana como uma das quatro grandes revoluções da História. Porquê? Porque foi um evento que desafiou a ordem social e económica vigente da época (Žižek, 2012:65; Dubois, 2004:1), assim como uma "certa ideia de homem" (Trouillot, 1995:76).

Levou igualmente a que o Haiti fosse o segundo país descolonizado do hemisfério ocidental e o primeiro (e único) onde uma revolução de uma população escravizada foi bem-sucedida (Joseph, 2012:47, CLR James, 1989:ix). Colocou em causa as teorias de "raça" e demonstrou a capacidade de negros, "vistos como sub-humanos, derrotarem o maior poder militar da época" (Hallward, 2004:4). Revelou ainda a capacidade de agir sobre o seu próprio destino que o Iluminismo europeu negou ao "Outro".

A acção destes escravos levou assim ao "despertar de negritude", dando "materialidade" à luta anti-colonial no continente americano e africano. Como refere Trouillot (2010 [2004]), foi a revolução Haitiana que combinou o melhor da revolução francesa – a luta por justiça social – com a vitória anticolonialista da revolução americana. Por isso, esta revolução é, para Dubois (2004:3), a expressão "concreta de que os direitos proclamados na declaração de Direitos do Homem e do Cidadão eram verdadeiramente universais".

Criando um "não-evento"

Não se pretende porém discutir os méritos e virtudes da revolução do Haiti. Pretende-se sim interrogar os mecanismos que levaram a que revolução Haitiana fosse silenciada do registo histórico, tornando-se um "não-evento"[10]. Apesar da revolução Haitiana ser condicente com

9 Uma ideia que, o próprio autor admite, é decalcada da obra de Foucault (Hall, 1992:202-203).

10 O dicionário Merriam-Webster define "não-evento" como "uma ocorrência que é *oficialmente* ignorada". Este "apagamento" é tão pronunciado que mesmo um historiador da "extrema-esquerda académica", como Hobsbawm, não lhe concede

o "espírito do tempo", pretende-se perceber igualmente porque é que ela foi tida como "impensável" antes de ter acontecido (Trouillot, 1995:82) e como foi "inconcebível no próprio momento em que estava a acontecer" (Espinosa Arango, 2008:2).

Trouillot conclui que o silenciamento da revolução Haitiana não requer "uma conspiração ou consenso político", fazendo parte, pelo contrário, de uma "ordem ontológica", na qual "a superioridade ocidental é dada como certa". Ou, como o mesmo autor refere, "o silenciamento desta revolução tem menos a ver com o Haiti [...] do que com o Ocidente" (1995:81,106).

É possível perceber, portanto que, além de condicionantes geopolíticas e económicas verdadeiramente insustentáveis, o Haiti foi sujeito a um ostracismo mais profundo. Hoje, talvez ainda persista a ideia de que a revolução do Haiti não pode epistemologicamente ter existido.

...Que ligação com as narrativas sobre a "Primavera Árabe"?

À primeira vista pareceria ser difícil encontrar pontos de intersecção entre a revolução Haitiana e a "Primavera Árabe". Afinal, trata-se de duas eras, contextos geopolíticos e realidades socioeconómicas completamente diferentes. No entanto, elas encontram-se no que concerne a sua *representação* no Ocidente.

Como ambicionamos demonstrar, ambas as situações enquadram-se na categoria do "Outro". Não apenas porque Árabes e Negros foram relegados para um lugar inferior na tabela de "graus de humanidade" mas porque, como consequência, também lhes foi negada a capacidade de agir na História (Trouillot, 1995:76). O estudo da retórica das suas revoluções revela exatamente essa negação: nos dois casos, as revoluções parecem ter sido lidas com categorias "ready-made" que, involuntariamente ou não, serviram para minimizar a ação de Árabes e Haitianos[11] e legitimar aquilo a que Trouillot apelidou de "narrativa de dominação global" (1995:107).

A nível político, as potências ocidentais não procuraram igualmente influenciar o seu desfecho[12]? Mas também a nível mediático, esta "guerra" se processou e se, no caso do Haiti era mais claro quem eram os "bons" e os "maus", durante a "Primavera Árabe" não persistiu a figura do Árabe "bom", liberal e pró-ocidental[13] e o "mau", tipificado no islamita, membro do *Ennahda* ou (pior ainda de uma da milhentas ramificações da Al-Qaeda) e "antiocidental"?

mais do que 3 referências em "The Age of Revolutions, 1789-1848" (Trouillot, 1995, 99).

11 Por exemplo, em relação ao Haiti, pensou-se durante muito tempo que a revolução não podia ser fruto da ação da população escravizada e que seria, por isso, o resultado de uma conspiração ou de intervenção estrangeira (Trouillot, 1995:103; Buck-morss, 2000:855 - 856). Teorias que também circularam em relação à "Primavera Árabe" (Elhusseini, 2013; M. R., 2013).

12 Embora fora do âmbito deste artigo, o grau de intervenção política dificilmente pode ser separado das narrativas associados a determinado processo político. Na "Primavera Árabe", ao contrário da revolução haitiana (nota 15), a análise deve ter em conta os diversos cenários em que esta se desenvolveu (revolução pacífica, guerra civil, protestos), assim como o grau e modo de intervenção das diversas potências estrangeiras (basta comparar, por exemplo, a Síria e a Líbia).

13 Não é Wael Ghonim, empregado do Google e figura importante na revolução egípcia, o exemplo máximo desta figura?

Apesar deste cenário negativo, será que é possível clamar que as duas revoluções conseguiram "desafia(r) o quadro [teórico] com que os proponentes haviam examinado raça, colonização e escravatura" (Trouillot, 1995: 89)?

Negando a capacidade de agir na História

Obviamente que, ao contrário da revolução no Haiti, a "Primavera Árabe" não pareceu impossível no momento em que estava a acontecer. Os *media* e a internet transmitiram o que estava a acontecer e foi possível assistir às manifestações e ocupações, em directo, nos vários países desse "outro" mundo árabe. Se, como Abdennour Bidar[14] afirma, "há séculos que 'Islão significa submissão'" e se este "paradigma condicionou [...] a totalidade do campo de existência árabe", não será possível argumentar que, como no Haiti, a "Primavera" também foi "impensável" antes de ter acontecido[15]? Bidar, embora equacionando Islão com submissão, aponta aquela que seria agora uma "nova cultura de revolta e liberdade"[16]:

> réalisons que ces peuples arabes ont développé une nouvelle culture de la révolte et de la liberté contre tout ce qui veut s'imposer à eux d'en haut, une nouvelle culture de l'indignation et de l'insurrection contre tout ce qui voudrait nier la dignité humaine et soumettre l'homme à la fatalité d'une vie de misère.

O "Árabe", enquanto figura do Orientalismo, vivia (vive?) assim numa prisão onde, por um lado, é vítima da "sua" mentalidade submissa e, por outro, é conceptualizado como "terrorista". Cabe então perguntar: será que a "Primavera Árabe" permitiu dissipar a imagem de "todos os Árabes (como) terroristas e todos os muçulmanos fundamentalistas" (van Dijk, 1993a: 250)? Será que a dita Primavera deixou para trás a crença na incapacidade do "Oriente" agir na História (Hall, 1992:206, Dabashi, 2012:20, Salaita, 2012:136)[17]?

Claro que esta negação de capacidade de agir historicamente não é nova. Também no Haiti foi negada aos escravos negros, "tranquilos e obedientes", a capacidade de se revoltarem em massa (Trouillot, 1995:69). Mesmo quando estes efectivamente se revoltaram, um membro dos "Amis des Noirs"(!) afirmou: "O que é que podem 50 mil homens, mal armados, indisciplinados e habituados ao medo contra 1800 Franceses sem medo?" (*Ibid.:* 91).

14 Le Monde (01/03/11). Disponível em, http://www.lemonde.fr/idees/article/2011/03/01/un-nous-obscene_1486381_3232.html?xtmc=printemps_arabe&xtcr=54. De notar que, embora francês, o autor ensina e tem várias obras publicadas sobre o Islão.

15 Para Bourdieu, citado por Trouillot (1995:82):"O impensável é aquilo que não se consegue prever num determinado leque de possibilidades, aquilo que perverte todos os termos nos quais as perguntas são colocadas". Uma ideia resumida, no caso árabe, pela infame expressão "exceção árabe", à qual retornaremos.

16 Seria importante perguntar se antes não haviam já existido, entre outras, manifestações em Tahrir pela independência do Egipto do império britânico, as revoltas do "pão" nos anos 80, a Intifada Palestiniana?

17 No entanto, para o autor, é fácil fazer a transição para o que seria uma "nova cultura de revolta e liberdade" : Será que antes não tinham já existido a Intifada Palestiniana, manifestações em Tahrir pela independência do Egipto do império britânico (ou seja, bastantes anos antes de 2011), as revoltas do "pão" nos anos 80?

E, no Haiti, muito tempo depois da revolução, estes argumentos ainda fazem escola, dado que a ideia segundo a qual os problemas políticos "se devem a uma doença cognitiva da mente Haitiana" (Trouillot, 2010 [1994]), parece perdurar. No fundo, o que se pretende inevitavelmente é evitar uma "resposta racional aos problemas" (*Ibid.)*, atribuindo um carácter cultural ou biológico "excecional" para explicar o "falhanço"[18] dos outros. Não é neste terreno que as explicações da "exceção árabe" entram?

A "democracia" impossível

Será que é possível desmistificar a noção prevalente de que a Democracia é "ocidental"? Ou, explicitando melhor o problema, será que a linha recta de progresso da democracia desde Atenas até Washington[19] é legítima? E será finalmente que o "Ocidente" merece o monopólio do que é "viver em democracia"? Por terem sido já tratadas em detalhe noutro lugar (Goody, 2006:247-256; Sen, 2006; Urfalino, 2007:47-49), deixamos apenas alguns apontamentos sobre a origem e o carácter "cultural" da democracia, que "obrigam" os 'outros' a aprender a democratizar:

> *l'apprentissage* de la démocratie sera assurément ardu pour ces pays longtemps sous le joug de la répression, mais pas plus qu'il ne l'a été pour les pays de l'Europe de l'Est ou ceux d'Amérique du Sud. (Bertrand Le Gendre, Le Monde, 08/03/2011, nossa ênfase)

De notar que o autor não só assume que existe um modelo "único" (ocidental) de Democracia, como os "outros" (na Europa de Leste e América do sul) tiveram de o aprender. Parece então existir uma grande confusão e uma amálgama de diferentes conceitos e práticas que contribuem para que a) a Grécia antiga seja o modelo único e a práxis incorporada de "democracia" b) para que esse modelo seja tido como "Europeu" ou "Ocidental" e c) "democrático" seja um carácter cultural "ocidental", bem como todos os valores a ele associados[20]. O que Goody argumenta é que nem Atenas foi o "berço" da prática da "democracia" (2006:50), nem existe no "Ocidente" o que se possa chamar uma "forma de cultura democrática"[21].

Voltemos, por isso, à - tão badalada nos *media* ocidentais - "exceção árabe-muçulmana", segundo a qual estes não poderiam/saberiam viver em "democracia". Num artigo no "Le Monde"[22], Gilles Paris refere-se explicitamente a essa exceção relembrando, ao mesmo tempo, a exceção à "exceção": "Uma tese que nega [...] os 'momentos democráticos'[23] vividos

18 Medidos, obviamente, com os *standards* "normativos" ocidentais.

19 Referência ao chamado "Consenso de Washington".

20 Aos quais Goody dedica todo um capítulo no seu livro "The Theft of History", apelidado de "The appropriation of values".

21 Goody considera que, mesmo que "procedimentos eleitorais sejam usados na esfera política, eles raramente são utilizados noutros contextos, como o emprego ou a família" (2006:249, nota 10).

22 "Vers un printemps démocratique" (15/01/2011). Disponível em : http://www.lemonde.fr/afrique/article/2011/01/15/vers-un-printemps-democratique-arabe_1466004_3212.html?xtmc=printemps_arabe&xtcr=2 (Consultado no dia 03/02/2014)

23 Haveria que se interrogar porque é que o autor coloca a expressão "momentos democráticos" entre aspas.

na primeira metade do século XX no Egipto, na Síria e no Iraque".

A "Primavera Árabe" nos *media* ocidentais

Entramos assim na análise mais aprofundada da resposta dos *media* em França, Espanha e Portugal. Primeiro, dizer que haveria que explorar em detalhe, seguindo a pista de van Dijk (1993b:113), o papel que certos tópicos e palavras principais associadas à revolução nos países árabes têm na leitura dos eventos[24]. Neste caso, por exemplo, de que forma certas palavras no título ou no *lead* podem condicionar a leitura?

> Caos tomou conta dos arredores da capital da Tunísia (Público, 15/01/2011)
>
> Pelo menos 23 pessoas mortas a tiro nos motins da Tunísia (Público, 10/01/2011)
>
> Violência do fim de semana deixa pelo menos 35 mortos na Tunísia (Público, 11/01/2011)
>
> L'onde de choc tunisienne atteint les pays arabes (Le Monde, 26/01/2011)
>
> Como as revoltas árabes mataram a narrativa da Al-Qaeda[25] (Público, 06/03/2011).

Poder-se-iam também estudar as imagens de multidões ou de cidadãos "em raiva", comportando-se de forma aparentemente "irracional":

Figura 1 : Fonte: Le Monde © Reuters/Ali Jarekji

24 Como afirma van Dijk (1993b:113): "Much research has shown…that negative topic classes such as immigration problems, crime, violence, deviance, and (unacceptable) cultural differences are among the most frequently covered in the press".

25 Nos três jornais foi dado também grande foco à Al-Qaeda, reequacionando o "Árabe" com terrorismo (além de 'violência' e 'caos', como demonstram os outros títulos). Por exemplo, no Público, a ideia da Al-Qaeda como a grande perdedora da "Primavera Árabe" é repetida nos dias 03/05/2011 e 09/09/2011. No *La Vanguardia*, a organização é mencionada de forma muito semelhante (03/05/2011; 05/05/2011; 07/05/2011; 29/06/2011). No Le Monde, uma narrativa similar de vitória contra a Al-Qaeda ou contra o "terrorismo islâmico" é apresentada nos dias 04/04/2011, 19/05/2011 (relato de um discurso de Obama), 13/5/2011 e 29/4/2011. No dia 09/05/2011, numa transcrição de uma carta de Van Rompuy sobre a "Primavera Árabe", este responsável da UE afirma, por exemplo, que "o projecto e a ideologia da Al-Qaeda perderam a sua importância, não porque [...] Bin Laden morreu, mas logo no dia em que o acto desesperado de um jovem tunisino [...] lançou a 'Primavera Árabe'". De forma semelhante, o assassinato de Bin Laden serve quase como prova "material" desta morte figurativa da Al-Qaeda, num artigo intitulado "A segunda morte do fundador da Al-Qaeda", sendo a "primeira" morte "os slogans de manifestantes em Túnis e no Cairo" (02/05/2011).

Figura 2 Fonte: Le Monde © AP/Amr Nabil

Figura 3: Fonte: La Vanguardia © Efe

Poder-se-ia ainda questionar quem tem o direito de "falar" e para expor o quê, se o "direito" a falar sobre a própria experiência é concedido àqueles a quem Hamid Dabashi apela de "comprador intelectuals"[26]. Quem é este ou esta "comprador intellectual"?[27].

Para o autor são todos aqueles que, vivendo em países ocidentais, "são vistos como fontes de sociedades…objeto de uma atenção renovada, medo ou até hostilidade", funcionando como "armas contratadas em nome do imperialismo e da superioridade cultural ocidental" (Choudry, 2011:40). Em nome dos "direitos humanos, das mulheres ou civis dos muçulmanos", diz o autor, alimentam uma "indústria de mercantilização do medo" contra Árabes e Muçulmanos que se tornou imensamente lucrativa (Dabashi, 2011:16 - 17).

Por fim, porque não perguntar porque é que, durante o período de revoluções e revoltas, Europeus e Americanos (na forma de G8 ou União Europeia) foram, representados maioritariamente como doadores[28] que ambicionam apenas facilitar a implementação de

26 Inspirado, como o próprio admite, no conceito de "House Negro" de Malcom X e "native informant" de Edward Said.

27 No Público, em especial, é de destacar a ausência de comentadores árabes ou até de jornalistas presentes nos países árabes. No *La Vanguardia*, salvo excepções (por exemplo, a 01/07/2011 tem palavra Sihem Bensedrine, tunisina exilada), o mesmo acontece. Quanto ao Le Monde, a maioria dos *experts* árabes citados, trabalhavam ou viviam na Europa ou nos EUA. Não estamos obviamente a insinuar que todos são "comprador intellectuals", como os define Dabashi. Apesar disso, é possível notar que existe alguma coincidência entre o que é dito por estes "minority spokepersons" (van Dijk, 1993a:254) e o *status quo* dominante.

28 Mesmo numa perspetiva mais crítica, a "necessidade" de ajuda dos países ocidentais nunca é posta em causal. Leia-se o La Vanguardia (28/05/2011): "La experiencia invita a ser prudentes, pero también dice que sin ayuda la primavera puede ser flor de un día, con lo que regresará la inestabilidad y el aumento de la emigración.". A ênfase é quase sempre colocada no "Ocidente", tido como o único com capacidade de ação.

"democracia" nesses países:

> Francia y España animan a los países mediterráneos a seguir con el proceso de democratización (La Vanguardia, 05/07/2011)
>
> G8 prometem 20 mil milhões de dólares para a "Primavera Árabe" (Público, 27/05/2011).

Ou lembrar ainda o medo de "imigração maciça", que emergiu na Europa, depois de alguns eventos chave da "Primavera Árabe":

> La Commissaire européenne aux affaires intérieures [...] affronte l'hostilité de diverses capitales à toute perspective d'une nouvelle vague d'immigration au moment où le «printemps arabe » [...]l(e) rendent de plus en plus probable. La mort de dizaines de clandestins au large de l'Italie préfigure-t-elle d'autres catastrophes et l'afflux de réfugiés arabes? (Le Monde, 09/04/2011)
>
> Tout indique que, du Maghreb au Machrek, la déstabilisation politique en cours provoquera dans les années à venir un flux migratoire non pas de 'proportions bibliques', mais important. C'est un vrai sujet" (Le Monde, 27/04/2011)

Preferimos, porém, concentrar a análise crítica dos *media* em dois pontos principais. O primeiro, a questão da capacidade de agir do "Árabe" e o seu "recém-descoberto" carácter democrático. A verdade é que mesmo quando essa capacidade de "agir na história" é concedida, é conjugada (normalmente) com algo visto como negativo. Um caso flagrante: a chamada "jurisprudência Irão", o medo que:

> se répète au Caire ce qui s'est passé à Téhéran il y a trente-deux ans. (Alain Franchon, Le Monde, 04/02/2011)

Mesmo quando outros comentadores se alegram com a possibilidade de democracia e o desejo que os Árabes têm de "recuperar a dignidade perdida", fazendo comparações mais "positivas" com 1848, 1989, as revoluções de cor no Leste da Europa ou até com a "terceira vaga democrática"[29], a ideia subjacente parece ser uma: "um desejo de ser uma democracia liberal ocidental, de ser como o Ocidente" (Žižek, 2012:74). Como se os "Árabes" estivessem, finalmente, a apanhar o "comboio da História", a apanhar, tornando-se iguais, o "Ocidente" (Hall, 1992:186). Que propósito têm estas comparações?

Ainda para mais quanto à retórica dos "valores ocidentais" veio associada a badalada ajuda dos "*social media*" ocidentais. O papel de Twitter, Facebook e outros meios (como a própria Al-

29 Público (06/03/2011; 25/04/2011)

Jazeera) foram tão enfatizados que abundaram, sobretudo nos *media* ocidentais, designações tão variadas como Revolução 2.0, Wikirevolução (cunhada pelo sociólogo Manuel Castells)[30] ou revolução Facebook. Um artigo do Público no dia 17 de janeiro de 2011, precisamente intitulado "A revolução também foi do Twitter, do Facebook e da Al-Jazira"[31] é bastante clara:

> Ao derrube do Presidente Ben Ali já se chamou 'revolução Facebook', 'revolta Twitter' e até 'a primeira revolução WikiLeaks'. As redes sociais ajudaram. A WikiLeaks terá tido um pequeno papel, com telegramas a mostrarem que não eram só os tunisinos que viam a família Ben Ali como uma máfia - os norte-americanos também. Mas a 'velha' Al-Jazira teve um papel fundamental, difundindo para as massas aquilo que os ciberactivistas publicavam na Web.

Na sua totalidade, estas representações, incluindo o nome do evento, constituem aquilo que Stuart Hall nomeia de "discurso". Por considerarmos, como Hall, que um discurso "não é ideologicamente neutro ou inocente" (Hall, 1992:203), relembramos a importância de ter um nome.

A importância de ter um nome

Saramago evoca a frase "Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens" do Livro das evidências, para lembrar a impotência, a falta de controlo e de poder que cada um de nós teve na escolha do nome que transporta. Uma reflexão partilhada por Hall, para quem um discurso tem "consequências não apenas para aqueles que o utilizam como para aqueles que a ele estão 'sujeitos'" (*Ibid.*:205)[32].

Aliás, na revolução Haitiana, as descrições utilizadas também a procuram reduzir a uma "revolta (ou) rebelião" (Trouillot, 1995:99) e os seus protagonistas a "insurgentes, rebeldes, bando", reflectindo, afirma Trouillot, a "impossibilidade [...] de considerar os ex-escravos como actores principais dos eventos descritos" (*Ibid.:*104).

30 La Vanguardia (29/05/2011). Castells enfatizou constantemente o papel dos *media* sociais no chamado "ano do protesto" de 2011 (não apenas na "Primavera Árabe). O problema, neste caso, é que mesmo quando o autor admite que não é "a comunicação que origina a revolta", o título que Castells atribui ao artigo e a sua tónica geral acabam por obscurecer todos os outros motivos que o próprio apresenta para a revolução. Além disso, como grande parte dos comentadores no Ocidente, o autor clama que "sin esa nueva forma de comunicación la revolución tunecina no hubiera tenido las mismas característica", um ponto no mínimo questionável.

31 Pode até aceitar-se até a tese que as redes sociais "ajudaram", mas é preciso então questionar também porque é que é importante destacar e enfatizar o seu papel? Quanto à Al-Jazeera, parece cair-se na tendência habermasiana de ver os *media* como uma forma de contra-poder, uma tese fundamentalmente contrária à deste artigo.

32 Dois exemplos clássicos ajudam a ilustrar este aspeto. O primeiro é a utilização do termo "genocídio" nos *media* norte-americanos, estudados por Chomsky e Herman. Ambos concluem que o termo é amplamente utilizado com referência a atos de estados "inimigos" dos EUA e muito menos quando se trata de "estados aliados ou clientes", sem falar dos próprios atos cometidos em nome dos EUA (Chomsky e Herman, 1988:xxi – xxiii). De forma semelhante, Stuart Hall menciona os Palestinos, que lutam pelo direito à sua terra, como sendo ou "freedom fighters" ou "terroristas". Para o autor (1992:203), é um facto que eles estão a lutar, mas o que é que essa luta *significa* é difícil de compreender, sendo que os próprios termos utilizados enviesam a compreensão.

Não existiu uma pretensão similar quanto à "Primavera Árabe"? As reportagens e editoriais sobre o papel de Al-Jazeera, Facebook ou Youtube – até a Wikileaks[33] - não reflectiram a "impossibilidade" de ver os Árabes como actores principais da sua própria revolução? Os *media* e "experts" não se balancearam apelidando-a de "revolta"[34], rebelião ou complementando-a com um cognome que indica a sua "dádiva" aos *media sociais* ou em referência ao que Trouillot apelidou de "categorias ready-made"?[35] Não é a própria denominação dominante - "Primavera Árabe" - o melhor exemplo desta categorização[36]? E não é assim que, no mesmo passo, as duas revoluções, sendo "impensáveis" face a uma certa ideia de humanidade, se tornam não-eventos na "História Mundial", onde só alguns estão autorizados a narrar e "destinados" a ser personagens principais?

Epistimicídeo ou a morte da experiência do "Outro"

Para concluir, não se trata de procurar que nome os eventos no Mundo Árabe poderiam realmente *ter.* Essa reflexão nunca seria "neutra" ou livre de valores e, depois de tudo o que afirmámos, seria hipócrita e contraproducente. O que procuramos foi oferecer uma tentativa de resposta ao que se poderia esconder por detrás do "nome que deram" à Primavera Árabe.

Assim, ao contrário de oferecer um estudo descomprometido da cobertura dos eventos de 2011 ou de procurar substituir uma narrativa hegemónica por outra que não concedesse uma voz adequada aos próprios intervenientes, procurámos expor as "raízes do poder" (Trouillot, 1995:xix) no relato de dois momentos, um passado e outro contemporâneo, com peso na História mundial. Um peso que lhes foi negado pelo seu "Outro", o Ocidente.

Não se trata afinal de perguntar se, apesar de duas revoluções pacíficas, a imagem do "Árabe" violento, terrorista foi dissipada? Ou se é possível pensar o "Outro", na sua incarnação árabe, sem ser o terrorista; o imigrante que vai "invadir" a Europa" ou sem a "submissão" da mulher? São perguntas às quais a análise crítica discursiva que procurámos realizar não é capaz de responder.

O que emergiu da análise foram dois aspetos, talvez óbvios, mas que merecem uma menção. Uma atenção extrema é dada àquilo que a Europa "deve" fazer ou àquilo com que a Europa tem que se preocupar, devido à "Primavera Árabe". De forma similar, grande parte das reportagens ou artigos apresentou sobretudo uma análise geopolítica e economicista[37]. Talvez este seja um sintoma não só de um racismo implícito (embora também o seja), mas

33 Público (17/01/2011).

34 Le Monde (05/04/2011; 15/04/2011; 22/04/2011; 04/05/2011; 19/05/2011). Público (06/03/2011). La Vanguardia (26/02/2011).

35 A verdade é que, como afirma Isabel Babo (2013:797), "uma diferente organização da experiência, do sentido [...] das expectativas e das interpretações [...] consiste em falar d(e) manifestações e protestos ou como revolução, revolução de jasmim, revolução democrática árabe, revolução de veludo, revolução pós-colonial[...]".

36 Dabashi, no livro "Arab Spring – the End of Postcolonialism", nomeia a "Primavera dos Povos" (como se os povos europeus incorporassem os povos de todo o globo) de "Primavera Europeia" (2012:15), equiparando-a à Primavera Árabe. Será, no entanto, esta comparação verdadeiramente emancipatória?

37 Questionando, por exemplo, o que aconteceria ao preço do petróleo, após a eclosão dos movimentos populares.

de um sistema ou de uma elite que não se preocupa com as inquietudes particulares de um povo ou de uma sociedade, mas com o que dela pode lucrar? Sintoma de uma "narrativa de dominação global" que, como referimos anteriormente, dá apenas a alguns o "privilégio" de (se) narrarem.

Daí se possa talvez concluir que todas as experiências do "Outro" que ponham em causa a "ordem hegemónica" (não apenas as revoluções) sejam afastadas ou menosprezadas, naquilo a que Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2009) nomearam como "epistimicídeo".

Referências Bibliográficas

Babo, Isabel (2013), "As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011: A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais", *Análise Social*, 209(4),793 – 809.

Chomsky, Noam (1992), "Force and Opinion", *Deterring democracy*, Nova Iorque: Hill and Wang.

Chomsky, Noam; Herman, Edward S., (1988), *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, Nova Iorque: Pantheon Books.

Choudry, Aziz, (2011), "Brown Skin, White Masks (Review)", *Cultural and Pedagogical Inquiry*, 3(1),40-42.

Dabashi, Hamid (2011), *Brown Skin, White Masks*, Londres: Pluto Pres.

Dabashi, Hamid (2012), *Arab Spring – The end of colonialism*, Nova Iorque: Zed Books.

Dubois, Laurent (2004), *Avengers of the New World: The story of the Haitian revolution*, Londres: The Belknap press of Harvard University Press.

Dussel, Enrique (2005), "Europa, modernidade e eurocentrismo", in Edgardo Lander (org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.*, Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires:55-70.

Elhusseini, Fadi (2013), "The Arab Spring: conspiracies or national will?", consultada a 28/02/2014 em https://www.middleeastmonitor.com/articles/middle-east/5992-the-arab-spring-conspiracies-or-national-will

Espinosa Arango, Monica Lucia (2008), "¿Cómo escribir una historia de lo imposible? Michel-Rolph Trouillot y la interpretación de la Revolución Haitiana", *Memorias*, 4(8), 30-40.

Foucault, Michel; Deleuze, Gilles (1977), "Intellectuals and Power", *in* Bouchard (org), *Language, Counter-Memory and Practice:S elected Essays and Interviews,* D.F Bouchard (ed.).Itahca:Cornell Universirty Press, 205-217.

Fuchs, Christian (2012), "Some Reflections on Manuel Castells' Book Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age", *Triple C*, 10(2), 775-797.

Goody, Jack (2006), *The Theft of History,* Nova Iorque: Cambridge University Press.

Grace, Wendy; McHoul, Alec (1997), *A Foucault Primer: Discourse, Power and the Subject*, Londres: Routledge.

Hall, Stuart (1992), "The West and the Rest: Discourse and Power", *in* Stuart Hall: Bram Gieben (orgs), *Formations of Modernity – Introduction to sociology*, Londres: Polity Press, 275-320.

Hallward, Peter (2004), "Haitian inspiration: On the bicentenary of Haiti's independence", *Radical Philosophy*, 123: 2 -7.

James, CLR, (1989), *The black Jacobins: Toussaint L'ouverture and the San Domingo revolution*, Nova Iorque: Random House.

Joseph, Celucien (2012), "The Haitian Turn: An Appraisal of Recent Literary and Historiographical Works on the Haitian Revolution", *The Journal of Pan African Studies*, 5(6), 37-55.

Mata, Inocência (2014), "Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêntricas", *Civitas*, 14(1): 27-42.

M. R., (2013), "A Western plot to dish the Arabs", in *Pomegranate (The Economist)*, consultado a 28/02/2014, em http://www.economist.com/blogs/pomegranate/2013/11/arab-conspiracy-theories.

Quijano, Anibal (2000), "Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America", *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533-580.

Salaita, Steven (2012), "Corporate American media coverage of Arab revolutions: the contradictory message of modernity", *Interface Journal*, 4(1), 131 – 145.

Sousa Santos, Boaventura de; Meneses, Maria (org.), (2009), *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina.

Sen, Amartya (2006), "Democracy isn't 'Western'", *The Wall Street Journal*. Consultado a 08/12/2013, em http://online.wsj.com/news/articles/SB114317114522207183

Buck-morss, Susan (2000), "Hegel and Haiti", *Critical Inquiry*, 26(4), 821-865.

Trouillot, Michel-Rolph (1995), *Silencing the Past: Power and the Production of History,* Boston: Beacon Press.

Trouillot, Michel-Rolph (1996), "Theorizing a global perspective", *Crosscurrents*, 4,1-4.

Trouillot, Michel-Rolph, (2010[1994]), "Haiti's Nightmare and the Lessons of History", *NACLA Report*, Consultado a 15/12/2013, em http://nacla.org/news/nacla-archives-haiti%E2%80%99s-nightmare-and-lessons-history

Urfalino, Phillipe (2007), "La décision par consensus apparent. Nature et proprietés", in *Revue Européenne des sciences sociales*, Tomo XLV, 136,47-70.

van Dijk, Teun A. (1993a), "Academic discourse" e "Media discourse" *in* Teun A. van Dijk *Elite Discourse and Racism*, Sage Publications: Newbury Park, 158-196.

van Dijk, Teun A. (1993b), "Analyzing Racism Through Discourse Analysis: Some Methodological Reflections", Consultado a 05.01.2014, em http://www.discourses.org/OldArticles/Analyzing%20racism%20through%20discourse%20analysis.pdf

Zinn, Howard (1997), "The problem is civil obedience", *in* Howard Zinn, *The Zinn Reader: Writings on Disobedience and Democracy*, Seven Stories Press: Nova Iorque.

Žižek, Slavoj, 2012. *The Year of Dreaming Dangerously*, Londres: Verso.

A Multiplicidade de Regulação no Interior das Ocupações Urbanas de Salvador, Bahia: Questionando Alguns Esquemas Dicotômicos

Raúl Márquez[1]
Adriana Nogueira Vieira Lima[2]

Resumo

Este texto analisa os sistemas de regulação desenvolvidos em ocupações urbanas de Salvador, e a interrelação entre eles e a legalidade oficial. Na perspectiva interdisciplinar utilizada, em que dialogam antropologia e direito, são realizados estudos de caso em dois bairros: Saramandaia e Nova Constituinte. Os resultados mostram uma imbricação entre os sistemas de regulação informais e o formal, uma interlegalidade complexa. Ambos compartilham princípios, como a legitimação da excepcionalidade pela necessidade ou da posse pelo trabalho; e as regulações informais imitam instrumentos da legalidade oficial, como os documentos de titulação. Porém, os sistemas informais apresentam algumas originalidades, como a atribuição de *status* diferenciados. A análise evidencia a necessidade de melhor compreensão desses sistemas com o propósito de fortalecer uma visão plural e emancipatória do direito.

Palavras-chave: Interlegalidade. Posse e propriedade. Ocupações urbanas (favelas). Etnografia. Brasil.

Abstract

This text deals with modes of regulation developed in squatter settlements of Salvador, and their interaction with official law. Drawing on an interdisciplinary approach, based on the contributions of Anthropology and Law studies, the cases of Saramandaia and Nova Constituinte (two neighbourhoods in Salvador) are presented. The results highlight the intertwining of informal and formal regulations, a complex interlegality. Both share some principles, such as the justification of exceptionality caused by necessity or the legitimacy of possession based on work. Besides, informal regulations imitate official law instruments, such as titling documents. However, informal systems show some originalities, such as the *status* classifications. Our analysis supports the need for a better understanding of these systems, as a contribution to a plural and emancipatory approach to law.

Keywords: Interlegality. Tenure and property. Urban occupations (favelas). Ethnography. Brazil.

---

1 Doutor em Antropologia Social e Cultural. Professor de Antropologia Social da Universitat de Barcelona. Sócio fundador da associação de pesquisadores Col·lectiu per a la Recerca Social i Autònoma (COPSAT).

2 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Sócia fundadora do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Professora de Direito Urbanístico da Universidade Estadual de Feira de Santana.

1. Introdução

A informalidade urbana virou objeto de estudo habitual das ciências sociais e jurídicas. Estudam-se, basicamente, os problemas a ela associados: o fato de serem realidades fora do controle do Estado, as dificuldades que geram aos urbanistas, os prejuízos que causam às economias das cidades (Valladares, 2005). Apesar de muitos pesquisadores apontarem a importância de relacionar os âmbitos formal e informal, fato fundamental para compreender essas questões e a origem das ocupações (Fernandes, 1995; Leeds, 1969), certa visão dicotômica tem prevalecido: o âmbito informal apresenta-se como especial, estranho, completamente distinto do formal (oficial, estatal). Muitos discursos sobre a regularização fundiária, no caso, encerram essa perspectiva e defendem que os assentamentos informais mudarão radicalmente com a formalização (Soto, 2000).

Outros autores, porém, têm se dedicado a criticar essa visão, desenvolvendo enfoques que têm uma visão mais plural e complexa dos fatos sociojurídicos. As normatividades desenvolvidas nas ocupações, por exemplo, devem ser entendidas em relação à lei oficial; os códigos e os agentes dessa lei configuram também as normatividades informais e as inspiram. O que de entrada é classificado como *ilegal*, às vezes acaba sendo aceito e legalizado, a exemplo de determinadas ocupações de terra (Holston, 1991; Van Gelder, 2013). Entretanto, poucos estudos examinam com profundidade essa interrelação, e ainda menos a constituição e o funcionamento dos sistemas informais – exceção feita da obra de Santos (1977, 2014). Com base em estudo empírico na favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro (por ele denominada de Pasárgada), Santos (1977, 2014) revela a existência desse pluralismo jurídico, ao tomar como objeto analítico os mecanismos de resolução de litígios à margem das instituições estatais. A nível teórico, desenvolve o conceito de *interlegalidade*, como articulação e interpenetração de vários espaços jurídicos, mistura de códigos complexa e quase sempre desigual (Santos, 2000:221). Conceito especialmente valioso para nossa análise e essencial para a construção de um novo senso comum jurídico.

Analisar esses sistemas, concedendo-lhes pleno valor e observando os princípios doutrinários e procedimentais que os configuram, está na base deste texto. Assim, apoiados em Wolkmer (2010), acreditamos na força dos sujeitos sociais como fonte de legitimação e constituição de direitos pautados pela dignidade humana e pelo reconhecimento das diferenças. Partindo dessa concepção, este trabalho analisa o pluralismo jurídico ou *interlegalidade* que surge em resposta à ação ambígua ou nula do Estado na satisfação de necessidades básicas como a de moradia. Pluralismo concretizado em normas e práticas informais (*direitos achados na rua*, *direitos comunitários*... na linguagem de outros autores)[3] que, segundo Márquez (2013), se legitimam em função dessas necessidades fundamentais não resolvidas e dos processos de segregação experimentados, perante os quais se tenta reagir (reclamando, entre outras

3 Expressão criada por Roberto Lyra Filho para pensar o direito derivado da ação dos movimentos sociais. Trata-se do encontro dos Novos Movimentos Sociais e o Direito indo além do legalismo, procurando encontrar o Direito na "rua", no espaço público, nas reivindicações da população (Souza Júnior, 2013).

coisas, a inclusão na legalidade oficial).

Essas constatações nos permitirão desenvolver um enfoque comparativo que visa observar o que há de comum nessas regulações informais, examinando as complexas dinâmicas que se estabelecem entre o direito desenvolvido pelos moradores das ocupações e o direito estatal. Focalizaremos nossa atenção na questão da posse e da propriedade, parte integrante dos sistemas de regulação informais mais amplos – destacamos que a própria noção de propriedade só pode existir ligada a um sistema normativo abrangente (Hann, 1998).

Apresentamos neste artigo dois estudos de caso realizados em Salvador de Bahia (Brasil). Esses estudos foram feitos por uma jurista e um antropólogo, sendo utilizada, por ambos, uma metodologia qualitativa e uma perspectiva etnográfica que privilegia a coleta de dados empíricos em campo e a comparação entre os casos estudados. Como em toda etnografia, ficamos engajados numa tarefa de *tradução* (Santos e Meneses, 2010), no intuito de criar inteligibilidade sobre as experiências dos moradores das ocupações urbanas, apresentando seu valor e sua complexidade; tentando oferecer, também, uma concepção mais plural de instituições como o direito de propriedade.

Concretamente, o trabalho de campo em Nova Constituinte foi desenvolvido em distintas fases. Um ano entre 2005 e 2006, e um mês em 2012. Períodos nos quais a residência na localidade permitiu estudar desde dentro as dinâmicas que envolviam o uso e acesso aos lotes e as casas, além de outros fenômenos como o funcionamento de distintos programas governamentais, a história e desenvolvimento do bairro. O trabalho de campo em Saramandaia ocorreu entre 2012 e 2014, momento em que a comunidade vivenciou diversos conflitos fundiários em relação ao Estado e capital imobiliário. O convívio intenso da pesquisora no contextual conflitual gerou influência mútua entre a pesquisa e as lutas sociais travadas pelos moradores.

Fato ainda a salientar é o exercício de interdisciplinariedade, que parte do interesse comum pelo direito e pela realidade das ocupações urbanas, que acredita no valor desse olhar empírico, relativista e comparativo, e que procura fugir dos marcos e pressupostos da própria disciplina acadêmica para tentar estabelecer um diálogo honesto e comprometido com as práticas sociais emancipatórias.

2. Contextualização

A cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, está situada na Região Nordeste do Brasil e possui 2,7 milhões de habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), o que a faz ocupar o 3º lugar em contingente populacional no país. Segundo Gordilho-Souza (2000), a ocupação informal de habitação nesse município, no início dos anos 2000, representava 32% do total de ocupação habitacional (correspondendo a 60% da população).

A estrutura fundiária da cidade de Salvador gerada no século XVI foi praticamente preservada

até 1968. Sob o regime enfitêutico, fragmentava-se o direito de propriedade, mantendo o Poder Público a titularidade do domínio direto sobre o bem, transferindo-se ao particular o domínio útil. Essa prerrogativa conferida ao poder público não serviu para dar efetividade ao princípio da função social da propriedade. O aforamento das terras públicas a particulares, longe de promover o bem-estar coletivo, resultou em uma concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, dificultando o acesso à terra urbana à maioria da população da cidade. Esse sistema fundiário concentrador atingiu fortemente as classes populares, que ficavam submetidas a contratos de arrendamento, simples autorizações ou outras formas precárias de utilização do solo, criando-se uma complexa teia de relações jurídicas.

No final da década de 1960, o regime fundiário de base enfitêutica sofreu uma transformação com a promulgação da Lei Municipal n. 2.181, de 24 de dezembro de 1968. Sob o fundamento da necessidade de desenvolver e expandir o tecido urbano da cidade, essa lei possibilitou a venda do domínio direto de 4.680 hectares integrantes do patrimônio público (Vasconcelos, 2011), consolidando o domínio útil e o domínio direto nas mãos do capital imobiliário – que se expandiria nas décadas seguintes. Esse processo foi acompanhado pelas políticas de controle e repressão em relação às ocupações urbanas (favelas) por parte do Poder Público, sobretudo em relação àquelas localizadas nas áreas valorizadas da cidade.

Como reação à instituição dessa ordem repressiva, no final da década de 1970 e início da década de 1980, foram fortalecidas as lutas dos movimentos de defesa pelo direito de morar e a legalização da posse da terra. Foi criada uma rede de sujeitos coletivos em âmbito local e nacional, que passaram a lutar pela positivação do Direito à Cidade. No plano institucional, houve inscrição de direitos urbanos na Constituição Federal de 1988. Este fato, por sua vez, repercute em uma série de instrumentos jurídicos infraconstitucionais, a exemplo da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, que contém, em tese, instrumentos que podem promover o reconhecimento dos direitos constituídos nas ocupações urbanas. Com base nesses marcos normativos, embora os despejos forçados ainda possam ser verificados na cidade de Salvador, são também propostos programas de urbanização e regularização fundiária. Este último, chamado de Programa Municipal de Regularização Fundiária,[4] foi implantado de forma mais sistemática a partir de 2001, em função da aprovação do Estatuto da Cidade. É nesse contexto que estão inseridos os bairros populares de Saramandaia e Nova Constituinte.

2.1. Saramandaia

O bairro de Saramandaia está localizado próximo a grandes empreendimentos corporativos e possui uma forte conexão com o sistema de mobilidade da cidade. Segundo o IBGE (2010), residem em Saramandaia 12.028 mil pessoas. O bairro teve a sua origem em meados da década de 1970, mediante um processo de ocupação da Fazenda Girão empreendido por

4 Ver análises de Lima (2005) e Gordilho-Souza (2007) sobre o Programa Municipal de Regularização Fundiária no município de Salvador.

famílias migrantes do interior do estado da Bahia e moradores de outros bairros da cidade em busca de uma forma alternativa de moradia que permitisse fugir do aluguel. Em 1976 a localidade, já bastante povoada, foi apelidada de Saramandaia pelos moradores. Era uma alusão à novela Saramandaia, transmitida pela Rede Globo de Televisão em 1976. Apesar de considerado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)[5] e regularizada por meio da concessão de uso especial para fins de moradia, no período de 2002-2004, o Bairro de Saramandaia convive com um forte déficit de urbanização.

2.2. Nova Constituinte

Nova Constituinte é um bairro localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, habitado em 2007 (segundo dados da Prefeitura) por cerca de 12.000 pessoas. Classificado também como ZEIS em 2004, foi parcialmente regularizado por meio de títulos de concessão de uso para fins de moradia em 2004. O bairro teve sua maior expansão em 1987, com uma ocupação coletiva efetuada na localidade onde se situava a Fazenda Periperi. O processo de ocupação, que se estendeu por muitos anos, foi procedido por meio de ocupações individuais. As famílias passaram a chegar à área, tendo recebido alguma informação sobre a possibilidade de obter um lote de terra, por meio da ocupação direta ou mediante algum pagamento. Em sua grande maioria eram famílias de trabalhadores pobres, pessoas com trabalhos irregulares e mal remunerados, na procura de uma moradia estável e um regime que não fosse o aluguel.

2.3. Similitudes e diferenças

Ambos os bairros são resultado de um processo de autoconstrução marcado por práticas territoriais de resistência, legalizados (parcialmente) pelo instituto da concessão de uso especial para fins de moradia, bem como gravados como ZEIS. Embora tenham formas de ocupação diferenciadas – Nova Constituinte inicialmente caracterizada pela ocupação coletiva seguida da apropriação individual e Saramandaia, por ações pulverizadas de apropriação do território –, na história desses bairros a imbricação entre a lei oficial e as normatividades informais desempenha um papel importante desde a origem e acompanha o desenvolvimento das ocupações e da organização da convivência, como discutiremos adiante. Em ambos os casos, percebemos uma construção de regulações complexas e uma relação ambivalente com o Estado.

3. Imbricação entre direito formal-informal, interlegalidade nas ocupações

A imbricação entre o direito oficial e a normatividade que os moradores põem em prática para regular sua convivência é complexa e se dá desde o início das ocupações. A semelhança entre ambas pode ser esperada, pois os moradores das ocupações estão integrados na cultura circundante e, por isso, compartilham de seus princípios jurídicos. Utilizam essa

5 A Lei **nº 11.977, de 7 de julho de 2009, define as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como** parcelas de área urbana instituídas pelo Plano Diretor ou definidas por outra lei municipal destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

bagagem para organizar os assentamentos e construírem suas normas. Mas, como veremos, essas normatividades imitam os instrumentos do direito oficial (a exemplo dos documentos); tomam noções e figuras modificando-as, submetendo-as a interpretações particulares; e contêm também elementos originais, não explicáveis pela influência exercida pelo direito formal sobre elas.

3.1. Desenvolvimento das ocupações

O processo de desenvolvimento dos bairros de Saramandaia e Nova Constituinte guarda muitas similitudes. Tanto num caso como em outro, a forma de aquisição dos terrenos pelos novos moradores ocorreu de diversas formas. É possível constatar a compra de lotes em mãos de antigos rendeiros ou até de funcionários da Fazenda, que após o abandono por parte do poder público passaram a vender terrenos. Também aconteceu, nos dois casos, a apropriação direta (ocupação) de terreno por pequenos grupos que erigiam os seus barracos e às vezes revendiam lotes para moradores recém-chegados. As vendas eram procedidas, em regra, mediante contrato verbal. Apenas em alguns casos eram formalizadas pela entrega de um recibo.

O processo de apropriação do território teve como fonte de legitimação, nos dois casos, a necessidade de morar – sendo a *necessidade* um *topoi* central, utilizando a linguagem de Santos (1977). É justamente nesse processo que são estabelecidas as relações de solidariedade e vínculos de confiança entre os moradores que permanecem ainda hoje nos bairros e servem como fio condutor de inúmeros pactos de sociabilidade e convivência.

Após a aquisição dos lotes, os espaços eram imediatamente demarcados pelo uso, num processo de apropriação do território fragmentário e criativo, sendo utilizados materiais provisórios (lona, barro, papelão) recolhidos nos desmanches de obras ocorridos na cidade. Os processos de autoconstrução das moradias são estendidos ao Bairro, com a abertura de vias de circulação e formação dos espaços públicos e de lazer pelos moradores.

Mas as imbricações entre o formal e o informal vão ser contínuas. Houve, nos dois casos, arrendatários (formais) loteando irregularmente terrenos; pessoas relocadas por Organizações não Governamentais (ONGs) formalmente constituídas; empresas de serviços (oficiais) instalando a água e a eletricidade; e até policiais atuando nos bairros para intercederem em disputas sobre casas (não regularizadas).

3.2. Formalização dos documentos de compra e venda e comprovação de residência

Em Saramandaia é possível notar o papel das associações comunitárias na emissão do chamado “atestado de residente”. Esse documento era utilizado para todos os efeitos de comprovação de residência e aceito não apenas dentro do bairro, mas também pelos órgãos públicos e estabelecimentos comerciais, considerando o limitado acesso dos moradores aos recibos formais de água e energia elétrica emitidos pelas companhias oficiais.

Paulatinamente, com a chegada dos serviços de água e luz e seus respectivos documentos de cobrança, esse expediente foi sendo secundarizado. Em Nova Constituinte, as companhias de luz e água atuaram no bairro um ano depois da ocupação mais importante, ocorrida, como dito, em 1987, fato que possibilitou aos seus recibos de pagamento serem, desde o início, os comprovantes de residência mais utilizados.

A elaboração de documentos que imitam os oficiais, porém, é uma prática habitual e estendida nos dois bairros. Em Nova Constituinte, os moradores que compraram seus lotes obtiveram, muitas vezes, um recibo que imitava uma escritura oficial, feito geralmente por uma liderança da área ou pessoas que tinham essa função reconhecida no bairro. O documento especificava o valor do imóvel, a forma de pagamento e continha, geralmente, as assinaturas do vendedor e do comprador e, às vezes, até de alguma testemunha da transação. Em Saramandaia, porém, essa prática tem ainda mais peso e maior organicidade e formalidade. Com o processo de consolidação do bairro, no início da década de 1980, foram criadas associações de bairro que passaram a operar na organização do território e a elaborar os contratos de compra e venda dos imóveis, fazendo com que alguns moradores, ainda hoje, façam referência a elas como "cartórios de bairro". Essas associações passaram a conferir formalidade e legitimidade às transações imobiliárias dentro do bairro. Essa forma de atuar das associações não consta nos seus estatutos sociais e pode ser notada ainda hoje (com menor frequência).

As associações faziam um paralelo com o direito oficial, na medida em que redigiam os contratos, amparadas na criação de ritos e procedimentos, sendo observada uma série de pressupostos para a validação do ato da compra, por exemplo: dados pessoais do comprador e vendedor, estado civil e situação familiar, ou descrição e localização do imóvel. Por fim, no caso do Conselho dos Moradores de Saramandaia, a validação do ato era feita mediante o carimbo do responsável da Associação. O hibridismo pode ser observado também pelo fato de o morador ser aconselhado a buscar o cartório oficial para reconhecimento da assinatura do vendedor. O fragmento do depoimento de uma liderança do Bairro de Saramandaia, exposto a seguir, é ilustrativo:

> ["Como eram feitos os documentos?"] Fazia o recibo com o número da carteira de identidade, CPF, o nome das ruas [...] As testemunhas e o proprietário tinha obrigação de ir no Cartório pra reconhecer a firma. Eu colocava meu carimbo depois de tudo certinho.

Em ambos os bairros, esses procedimentos também trazem elementos originais, na medida em que incorporam costumes locais. Ao elaborar a documentação, buscava-se, como testemunhas, os confrontantes do terreno objeto da transação. Essa formalidade objetivava prevenir futuros conflitos entre os vizinhos, visto que a própria imbricação entre os lotes e a falta de delimitação oficial poderia dar margens a sobreposições. Portanto, a inclusão dos

vizinhos na condição de testemunhas servia também como uma espécie de anuência tácita à celebração do negócio jurídico, como chama a atenção o ex-presidente do Conselho de Moradores de Saramandaia:

A gente mandava procurar um vizinho da esquerda e outro da direita; o certo era esse pra não dizer vendeu meu pedaço de chão, porque usa muito isso, o vizinho vender o terreno do outro, se arranca, vai embora, e depois deixa aí o problema. As testemunhas que não seja parente, nem primo, nem cunhado. Que seja um vizinho que tenha aquela casa feitinha naquele lugar, como proprietário, mas não inquilino, porque inquilino tá qui hoje, amanhã acolá.

O importante também é que a formalização da transmissão por meio da documentação – feita pelas associações, no caso de Saramandaia, ou por lideranças individuais, no caso de Nova Constituinte – não se configura apenas como um mecanismo de publicização do ato de compra, mas opera, sobretudo, como uma forma de reconhecimento e legitimação por parte das lideranças locais e dos moradores. É justamente em função da legitimidade adquirida por esses representantes, respaldada também na rede de relações construídas dentro e fora do bairro, que estava assentada a relação de confiança que sustentava esses pactos e regulações.

3.3. Hibridações e originalidades

Sobre a utilização particular que se faz de conceitos legais – ponto analisado em profundidade por Santos (1977) no seu clássico –, além da comentada elaboração de documentos, temos também a utilização de conceitos e institutos da lei oficial. Conceitos, como o de "usucapião", efetivamente, são utilizados e reinterpretados nos bairros. Os moradores de Nova Constituinte expressam com ele o direito de ascender à propriedade de um imóvel por ter acumulado um tempo determinado de posse (assim como previsto na lei oficial). Entretanto, além de exigir um lapso de tempo menor, desconsideram elementos como a má fé na entrada nos terrenos ou o fato de que o instituto não pode ser utilizado em terrenos de titularidade pública. Para os moradores, essa interpretação é mais justa.

O fato é que, sobre o terreno, observamos que as regulações informais e o direito oficial compartilham princípios de base e não só noções concretas. Ambas as normatividades vinculam necessidade e excepcionalidade, por exemplo: nas ocupações, quem precisa (de moradia) é quem está legitimado para ocupar. A Administração Pública aplica continuamente instrumentos "excepcionais" (Zonas de Especial Interesse Social, concessões de uso especial...). Ambos os direitos vinculam a posse legítima ao tempo de ocupação e ao trabalho, a exemplo da aplicação do instituto de "usucapião moradia" e "usucapião pró-labore rural" – mas há uma diferença de grau e forma de aplicação: em certas ocupações, como em Nova Constituinte, isso é efetivamente aplicado; quem mantém uma propriedade abandonada difícilmente continua a exercer esse direito.

Há, porém, diferenças importantes. Por exemplo, no fato de que o direito informal destaca mais

a dimensão moral, que gira em torno do trabalho e da necessidade. Nos juízos quotidianos, pesa essa moralidade e o exame sobre a conduta geral da pessoa (traduzido na adjudicação de certa posição). As normas gerais que regulam a convivência adaptam-se, assim, às partes envolvidas. Os bons vizinhos recebem mais credibilidade e têm certa vantagem na hora de defender seus argumentos numa disputa (ponto que retomamos adiante).

O fato é que as regulações informais contêm outros elementos que são originais, pois não os encontramos nos códigos e leis do Estado. Os moradores classificam-se uns aos outros em função de certas variáveis: básicamente, o tempo de moradia no bairro, a forma de entrada, o tipo de trabalho e o nível de contatos. Entretanto, o importante é que a posição atribuída faz com que uma pessoa tenha mais ou menos atributos e capacidades em relação às normas consensuadas. No caso, um morador de elevado *status* poderá, por exemplo, conservar a propriedade de uma casa no bairro, ainda que a desocupe durante um tempo (mais ou menos breve); possibilidade que não vai ter um morador de baixo *status*.

Essa ordenação de *status* traduz, em nossa visão, o significado que têm as relações sociais entre vizinhos no interior das ocupações. Nesse sentido, quem primeiro garante os direitos – o direito de propriedade, por exemplo – é a coletividade e não o Estado e seus agentes, instância secundária. Temos conflitos sobre propriedades que revelam isto claramente: os moradores tentam resolver primeiro entre eles, contando com a ingerência de figuras que fazem de árbitro ou mediador, e só depois (muitas vezes depois de um descontrole ou falso encerramento) passam à justiça formal.

4. Valor, limites e funções dos direitos informais

Reconhecemos que a autonomia dessas regulações informais não é absoluta. Não por acaso, dedicamos parte do texto para analisar a sua constante imbricação com o direito formal. O fato é que as relações informais ficam, às vezes, subordinadas ao Estado e ao direito. Na história das ocupações, temos exemplos de atuações unilaterais por parte da Administração (especialmente em épocas em que a organização coletiva dos moradores está fragilizada), por exemplo, ao tomar terrenos que os moradores tinham reservado para outro uso, desrespeitando limites e fronteiras, normas traçadas por eles.

No entanto, a percepção dos moradores sobre o Programa Municipal de Regularização Fundiária é que as regulações informais podem ser muito mais importantes do que as leis oficiais. Isso dizia, por exemplo, um morador de Nova Constituinte (evidenciando o papel das relações sociais como garantidoras dos direitos):

> [Com a escritura na mão, você se sente mais tranquilo?] Eu sinto mais tranquilo não, que a escritura não é aquele papel; a escritura é a minha presença. Que o papel não adianta nada! Eles podem modificar amanhã ou depois! Podem dizer que isso aí não vale nada. Chega um aí mais adiante

> e bota uma lei por em cima da lei que deu a posse [o título], então é isso aí. Mas a minha presença, eles não podem tirar! [...] Só o título não basta. Que o papel se apaga, se deteriora e não vale nada. O título, na realidade, é a nossa convivência. O título é a permanência.

O fato é que os moradores de Nova Constituinte e de Saramandaia não concluíram o processo de regularização fundiária em sua grande maioria, demonstrando certa desconfiança da lei oficial. Em Saramandaia, dos cerca de 2.300 títulos entregues pelo município de Salvador, apenas 1.090 foram registrados no Cartório de Imóveis. Após dez anos da regularização fundiária, apenas 44 moradores foram à Administração Pública para solicitar autorização para vender seus imóveis (todos os demais continuaram vendendo, informalmente, utilizando os recibos de compra e venda e de transações baseadas na confiança mútua). Uma situação parecida encontramos em Nova Constituinte.

Entretanto é também o processo de regularização fundiária que, paradoxalmente, mostra a utilidade das regulações informais para permanência e legalização das posses dos moradores. No caso desse Programa Municipal de Regularização, foram utilizados os recibos e os contratos de compra e venda elaborados pelos moradores e os atestados de posse emitidos pelas associações, conferindo, de certa forma, o reconhecimento aos direitos informais desenvolvidos nesses bairros.

5. Considerações finais

Apesar dos avanços em relação à institucionalização de direitos urbanos na ordem jurídica brasileira, e da previsão de instrumentos que em tese poderiam ser capazes de promover o reconhecimento do direito comunitário ou direito achado na rua, na prática, o que se sublinha são os limites e a ambivalência do Estado no reconhecimento do pluralismo jurídico e a sua valorização seletiva da informalidade: informalidade invisibilizada, reprimida ou reconhecida, dependendo das circunstâncias. Esse papel desempenhado pelo Estado evidencia também a tensão entre o monismo jurídico e o pluralismo jurídico, prevalecendo ainda uma concepção monista do direito, que busca ocultar os direitos que insurgem no âmbito das práticas comunitárias.

O conceito de *interlegalidade*, tal como definido por Santos (2000), descreve de forma especialmente adequada, em nosso entender, a realidade sociojurídica das ocupações. Há uma sobreposição, uma articulação e interpenetração de códigos (o formal ou estatal e o informal, desenvolvido pelos moradores); o informal imitando e fazendo uso de conceitos e institutos oficiais, modificando-os e somando também elementos próprios. Mas é claro – e o sentido conferido por Santos (2000) ao conceito assim o contempla. – que a situação é desigual e que, como aconteceu de fato na história dos bairros estudados, a legalidade oficial pode se impor unilateralmente e ocultar o direito produzidos pelos moradores. Nessa

instabilidade própria dos contextos de interlegalidade, no entanto, observamos que as regulações informais mantêm a primazia no que diz respeito a certos campos: por exemplo, o da propriedade e o da legitimação social das relações de vizinhança.

Sem a pretensão de esgotar o tema, e assumindo os limites das comparações apresentadas, os estudos de caso evidenciam a pulsação de práticas jurídicas comunitárias em realidades distintas, apontando para a necessidade de uma melhor compreensão dos sistemas jurídicos informais na perspectiva de promover o fortalecimento de uma visão plural e emancipatória do direito.

Referências bibliográficas

Fernandes, Edesio (1995), *Law and urban change in Brazil*. Aldershop: Avebury.

Gordilho-Souza, Angela (2000), *Limites do habitar. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba.

Gordilho-Souza, Angela (2007), "Regularização fundiária na nova política municipal de habitação de interesse social em Salvador", *Revista Veracidade*, 2(2), 1-21.

Hann, Chris (1998), "Introduction: the embeddedness of property", *in* Chris M. Hann (org.), *Property relations. Renewing the anthropological tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-47.

Holston, James (1991), "The Misrule of Law: Land and Usurpation in Brazil", *Comparative Studies in Society and History*, 33(4), 695-725.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), "Censo Demográfico 2010". Página consultada a 27.02.2014, em http://ftp.ibge.gov.br.

Leeds, Anthony (1969), "The significant variables determining the character of squatter settlements", *América Latina*, 12(3), 44-86.

Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009. Presidência da República. Brasília.

Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Presidência da República. Brasília.

Lei nº 2.181 de 24 de dezembro de 1968. Estado da Bahia. Salvador.

Lima, Adriana Nogueira Vieira (2005), *A (in)segurança da posse: regularização fundiária em salvador e os instrumentos do estatuto da cidade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Márquez, Raúl (2013), *Construir la propiedad. Las formas y usos del derecho en una ocupación de Salvador de Bahía*. Santiago de Compostela: Andavira.

Santos, Boaventura de Sousa (1977), "The law of the oppressed: the construction and

reproduction of legality in Pasargada", *Law and Society Review*, 12(1), 5-126.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2014), *O direito dos oprimidos*. Coimbra: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) (2010) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Soto, Hernando de (2000), *The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*. Nueva York: Basic Books.

Souza Júnior, José Geraldo (2013), "A Constituição e a construção de direito", Revista On-line *Instituto Humanitas Unisinos*. Consultado a 13.05.2014, em http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/526174-a-constituicao-e-a-construcao-de-direitos-entrevista-especial-com-jose-geraldo-de-sousa-junior.

Valladares, Licia Prado (2005), *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Van Gelder, Jean-Louis (2013), "Paradoxes of Urban Housing Informality in the Developing World", *Law & Society Review*, 47(3), 493-522.

Vasconcelos, Pedro de Almeida (2011), "Salvador: transformações e permanências (1549-1999)", *in* Hugo Gama; Jaime Nascimento (orgs.), *A urbanização de Salvador em três tempos: colônia, império e república. Textos críticos de história urbana*. Salvador: IGHB, 343-368.

Wolkmer, Antonio Carlos (2010), *Pluralismo jurídico, os novos caminhos da contemporaneidade*. São Paulo: Saraiva.

El 'Buen gobierno comunitario': la experiencia purépecha en el más allá del canon occidental de la democracia moderna.

Miguel Mandujano Estrada[1]

Resumen

Este trabajo está dedicado a analizar el 'Buen gobierno', la práctica de gestión y mandato comunitario que recuperó el municipio de Cherán (Michoacán, México) luego de su insubordinación al sistema de partidos y el proceso de resistencia y lucha jurídica que lo llevó a la conquista de su autonomía. Consideraremos el Buen gobierno como el núcleo de los usos y costumbres que hoy rigen la vida de este pueblo indígena purépecha del occidente de México y mostraremos cómo esta experiencia de alter-democracia se ubica 'más allá' de la línea abismal del canon occidental de la democracia moderna, permitiéndonos apreciar la demodiversidad del mundo y las innumerables posibilidades de un orden anclado en valores compartidos.

Palabras clave: Democracia, Línea abismal, Canon occidental, Buen gobierno comunitario, Democracia comunitaria, Boaventura de Sousa Santos.

Abstract

This paper is dedicated to 'Buen gobierno', the practice of the governance and community command that have retrieved the people of Cheran (Michoacan, Mexico), after his insubordination to the party system and the process of resistance and legal struggle that led him to conquest their autonomy. We will consider 'Buen gobierno' as the core of the 'usos y costumbres' that rule today the life of this Purepecha indigenous people in western Mexico and show how this experience of alter-democracy is located beyond the abyssal line of the Western canon of modern democracy, allowing us to appreciate the demodiversity of the world and the innumerable possibilities of an order anchored in shared values.

Keywords: Democracy, Abyssal Line, Western Canon, 'Buen gobierno comunitario', Community Democracy, Boaventura de Sousa Santos.

1 Maestro en Filosofía de la Cultura por la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (Morelia, México) y Doctor en Ciudadanía y Derechos Humanos por la Universidad de Barcelona. <mmandujanoe@gmail.com>.

1. El canon de la democracia moderna

La democracia, indiscutible componente de la sistematización y decisión política contemporáneas, alcanzó nuestro siglo como el criterio característico de la administración pública y la justicia universal. Esta condición, guiada por la arquetípica –y alegórica– tradición grecorromana, remozada por el parlamentarismo primitivo y reanimada por las revoluciones de los siglos XIX y XX, sobrevivió la caída de los absolutismos propagándose por toda nuestra época, protagonizando choques y resistencias, desde las luchas poscoloniales hasta las 'primaveras' (árabes, mediterráneas, indígenas) del último lustro.

La paradoja de este alcance consiste –por un lado– en que a lo largo de todo su recorrido por la historia occidental, la democracia no integró las prácticas no-occidentales a las que, por el contrario, se impuso. Por otro lado, esta universalización –en definitiva, de la racionalidad moderna– se convirtió en una suerte de lugar común que pretende sacralizar todo aquello de lo que se predica. Como dijo José Saramago en el discurso de clausura del segundo Foro Social Mundial (2002):

> De la literatura a la ecología, de la guerra de las galaxias al efecto invernadero, del tratamiento de residuos a las congestiones de tráfico, todo se discute en este mundo nuestro. Pero el sistema democrático, como si de un dato definitivamente adquirido se tratase, intocable por naturaleza hasta la consumación de los siglos, ése no se discute.

Hoy en día, el endurecimiento de los criterios que las instituciones transnacionales imponen a los países a los que intervienen económicamente, así como los resurgimientos autoritarios y/o teocráticos de los últimos meses (el Estado Islámico o la 'anexión' rusa de Crimea), renuevan el debate sobre la democracia, las formas de gobierno y su relación con el capitalismo financiero, la economía de mercado y el neoliberalismo.

No se trata de una nueva polémica sino de una versión actualizada de aquella sostenida entre el liberalismo y el socialismo en el ecuador del siglo XX y de la que surgió una noción de participación y soberanía marcadamente restrictiva y procedimental. Como Boaventura de Sousa Santos y Leonardo Avritzer nos recuerdan, la discusión sobre las condiciones estructurales de la democracia (la relación entre procedimiento y forma, el papel de la burocracia y el problema de la representación en las democracias de gran escala) produjo, al final de las dos guerras mundiales, una concepción hegemónica en la que predominó la fórmula electoral. Lo notable es que, tras el desencanto socialista, la controversia favoreció el surgimiento o resurgimiento de modelos alternativos al liberal como "la democracia participativa, la democracia popular en los países de la Europa del Este [o], la democracia desarrollista de los países recién llegados a la independencia" (2004:36).

En este trabajo partiremos de la premisa de que la crisis del marco estructural de la democracia,

esto es, la crisis de su explicación homogeneizante, aun persiste, por ejemplo, en la forma de una 'democracia de baja intensidad' que valora positivamente (convenientemente) la apatía política, la concentración del debate democrático en la cuestión de los diseños editoriales, el tratamiento del pluralismo como incorporación partidaria y la solución minimalista al problema de la participación a través de la discusión de las escalas y la complejidad. Igualmente, el cansancio de este paradigma se manifiesta en una renovada propensión a examinar la democracia local y la posibilidad de transformación del Estado a partir de la recuperación de las tradiciones participativas, 'más allá' del canon occidental de la democracia moderna.

Ahora bien, el problema con la pauta canónica es que, en general –y como sucede con toda universalización–, establece una profunda brecha epistemológica, política y sociocultural que la separa de "todo lo otro" (Santos, 2006:160). Esta grieta, a la que Santos llama 'línea abismal' (o abisal) es un sistema de divisiones visibles e invisibles "establecidas a través de líneas radicales que dividen la realidad social en dos universos, el universo de 'este lado de la línea' y el universo del 'otro lado de la línea'" (Santos, 2010:11-12).

La línea abismal no es como un lindero en medio de dos universos cuyos productos transitan libremente de un lado al otro sino un límite que hace totalmente imposible la copresencia en los dos lados de la línea. Es un tipo de relación en la que 'el otro lado' desaparece totalmente; es excluido de manera radical.

Además, en las sociedades metropolitanas y los territorios coloniales, la tensión entre la regulación y la emancipación (una relación que para Santos explica la modernidad), no se aplica por igual a colonos y colonizadores, sino que la línea abismal impide esta relación y la sustituye por la forma apropiación/violencia. Esta racionalidad moderno-colonial 'crea' también una suerte de estado de naturaleza donde las instituciones civiles no tienen lugar, o mejor, donde estas últimas ocupan 'este lado de la línea' y las creencias y los comportamientos incomprensibles la 'zona colonial'. Dice Boaventura de Sousa Santos:

> Existe, por lo tanto, una cartografía moderna dual: una cartografía legal y una cartografía epistemológica. El otro lado de la línea abismal es *el reino del más allá de la legalidad y la ilegalidad (sin ley), de más allá de la verdad y la falsedad (creencias, idolatría y magia incomprensible)*. Juntas, estas formas de negación radical resultan en una ausencia radical, la ausencia de humanidad, la subhumanidad moderna (2010:18. Mis cursivas).

El pensamiento abismal se incrementa ejecutándose sobre las líneas abismales que dividen lo humano de lo subhumano, y así, la división entre regulación y emancipación coexiste con la tensión entre apropiación y violencia. Hoy en día, estas brechas continúan estructurando el conocimiento, el derecho y la justicia, líneas constitutivas de las relaciones políticas y culturales basadas en Occidente. Este 'retorno de lo colonial', como podemos llamarlo, es "la respuesta abismal a lo que es percibido como una intrusión amenazante de lo colonial

en las sociedades metropolitanas" (Santos, 2010:21), una metáfora de quienes perciben que sus experiencias vitales están del otro lado de la línea y se rebelan contra ello y sus formas principales: el terrorismo, la migración laboral y el desplazamiento. Afirma nuestro autor:

> Más en general, parece que la modernidad occidental sólo puede expandirse globalmente en la medida en que viola todos los principios sobre los cuales históricamente se ha fundamentado la legitimidad del paradigma regulación/emancipación a este lado de la línea. *Los Derechos Humanos son así violados con objeto de ser defendidos, la democracia es destruida para salvaguardar la democracia, la vida es eliminada para preservar la vida.* Líneas abismales están siendo trazadas en un sentido literal y metafórico. En el sentido literal, estas son las líneas que definen las fronteras como cercas y campos de asesinato, que dividen las ciudades entre zonas civilizadas (más y más, comunidades bloqueadas) y zonas salvajes, y las prisiones entre lugares de confinamiento legal y lugares de destrucción brutal e ilegal de la vida (Santos, 2010:23-24. Mis cursivas).

La primera condición que se necesita para comenzar a pensar y actuar más allá del pensamiento abismal es el reconocimiento de su persistencia; esto posibilita un pensamiento 'no-derivado' desde la perspectiva del otro lado de la línea, es decir, desde el lugar que ha sido 'lo impensable' durante la modernidad occidental. En este sentido, el pensamiento postabismal (un pensamiento abierto a la copresencia, la diversidad cultural y epistemológica del mundo y la relación entre saberes e ignorancias) es un aprendizaje desde el Sur que utiliza una epistemología acorde y que se lleva a cabo desde el Sur Global no imperial.

2. En el 'más allá' del canon: el 'Buen Gobierno' purépecha

Con la expresión 'en el más allá del canon' queremos remitir a un 'lugar', a un *locus* y no sólo a la necesidad de sobrepasar un límite teórico o lingüístico. 'Más allá del canon' es, evidentemente, la superación del criterio como prejuicio pero además, el territorio negado donde habita lo diferente. El contraste entre 'este' y 'el otro lado de la línea' evidencia la necesidad de ir 'más allá' pero acaso también la de reconocer el lado del 'más acá' y el de las líneas dibujadas en todas direcciones.

En lo siguiente presentaremos el Buen gobierno comunitario purépecha, una experiencia 'en el más allá' del canon democrático moderno gestada en la comunidad de Cherán, en Michoacán, México, luego de un conflicto de sublevación y resistencia. Del levantamiento purépecha diremos muy poco: que ha dado lugar a la organización autónoma de la comunidad, a la recuperación de los usos y costumbres ancestrales y al primer gobierno de esta clase en el centro de México.[2]

2 El evento a que me refiero tuvo su *primavera* el 15 de abril de 2011. La población, en su mayoría de etnia purépecha, detuvo a un grupo de talamontes protegido por el crimen organizado, licenció a la policía, levantó puestos de vigilancia comunitaria, desconoció a las autoridades municipales y decidió, en asamblea, exigir al gobierno federal su autonomía. A la

La fuente principal de esta parte del trabajo es el *Plan de Desarrollo del Municipio de Cherán 2012-2015*, el primer programa de gobierno autónomo de la comunidad (en adelante *Plan*) y la *Memoria de los talleres de autodiagnóstico y elaboración de la agenda comunitaria del Plan de Desarrollo del Municipio de Cherán* (*Memoria*). En este contexto, 'Buen Gobierno' es el nombre que tiene en el Plan la primera de las líneas estratégicas de la agenda para el desarrollo del municipio y, en mi lectura, la columna vertebral de la democracia comunitaria de Cherán.

El Plan revela, según analizo: a) el sufrimiento y crítica radical a la idea de Estado nación y a su forma corrompida de narco-Estado, b) una forma de conocimiento y conciencia del mundo más allá de la línea abismal-colonial y c) una forma de gobierno decolonial: el Buen gobierno comunitario.

a. El sufrimiento y crítica radical a la idea de Estado nación y a su forma corrompida de narco-Estado.

La introducción del documento final, entregado el 20 de julio de 2012 al Congreso del Estado, remite al movimiento iniciado en Cherán el 15 de abril de 2011, un levantamiento en defensa del bosque,

> *punto central de nuestro sistema de vida, de nuestro sentido y apuesta de ser en el mundo* [y en contra de] la inadecuada representación y gestión de su gobierno local, establecido de acuerdo con las bases del sistema político electoral instituido por el Estado mexicano, como fórmula homogénea para un país con alta diversidad cultural (Plan: 5. Mis cursivas).

El Plan también afirma que "la comunidad tomó la determinación de enfrentar las dificultades e injusticias que estaban condicionando la vida digna y justa en el municipio" y que la convicción de la defensa de la autonomía y libre autodeterminación no implica "una intención de separarnos del pacto nacional, por el contrario, […] resignificarlo desde el ejercicio pleno de los derechos de los pueblos y comunidades indígenas" (Plan:3), con la consiguiente transformación de los mecanismos de representatividad conforme con las propias tradiciones, la argumentación, la sustentación y la gestión jurídica.

La situación a la que se refiere el documento afectaba directamente la esfera de la seguridad de las personas, el ámbito de los cuerpos, podríamos decir. Esta amenaza era seguida por una más profunda, la del ámbito del Ser, del sentido de vida, amenazado no sólo por el conflicto sobre el bosque, sino –como afirma el Plan– por una fórmula homogeneizante de gobierno, carente de toda conciencia de diversidad. Esta agonía es representativa del Sur, la metáfora con que Boaventura de Sousa Santos define el sufrimiento causado por el capitalismo global

resistencia siguió una lucha exitosa en los tribunales; una consulta vinculante, a mano alzada, dispuso que una elección por usos y costumbres designara a los miembros del Concejo Mayor, una figura de raigambre precolonial que coordina, desde entonces, el gobierno comunitario. Ver: Aragón, Orlando, 2013; Mandujano, Miguel, 2014.

(2003:420), es decir, un *locus* privilegiado para el desarrollo de la ecología de saberes y la meta primordial de la transformación social (Santos, 2009).

b. Una forma de conocimiento y conciencia del mundo más allá de la línea abismal-colonial.

El documento comienza haciendo referencia a la prospectiva 2012-2030 (en adelante *Prospectiva*), un estudio realizado por una empresa consultora para el Gobierno del Estado de Michoacán. Así como la situación del pueblo de Cherán corresponde a la idea de Sur global, la Prospectiva es una imagen lapidaria de línea abismal.

El estudio, como señala el Plan, reconoce el problema de subsistencia que la tala clandestina ha generado en la Meseta Purépecha, establece un escenario tendencial para la zona en el que destaca su 'vocación' agrónoma y anuncia su emergencia como un "modelo de desarrollo sustentable y polo de negocios agroalimentarios" basada en una mayor competitividad frente a otras entidades del país (Prospectiva:512-514). Sin embargo, el sentir del documento echa en falta una 'sustentabilidad endógena' y censura la lógica de competitividad que les urge a poner el énfasis del desarrollo en la explotación hacia el exterior:

> El primer señalamiento es apuntar que nunca se ha dado un ejercicio serio de construcción participativa de una prospectiva en nuestro Municipio de manera conjunta con el gobierno estatal, en otras palabras, esta visión no fue construida con la participación de la población de los municipios pues, revisando la metodología se privilegió el diálogo con personas claves y/o expertos definidos por el equipo encargado del ejercicio (Plan:11).

Y continúa:

> para Cherán la apuesta del Municipio está lejos de esta lógica agroindustrial de exportación, de beneficio sólo para pocos empresarios en la región y de pauperización de las condiciones del campo y bosques de la mayoría de comunidades mediante el despojo y el olvido (Plan:12).

En el sentir cheranense, la buena voluntad ecológica del estudio gubernamental debería trasladarse a la facilitación de la reproducción de la vida en la región y ser parte de una estrategia que modifique las apuestas productivas en vistas a una verdadera sustentabilidad y no un mero motor agroindustrial que incremente las exportaciones del Estado. Igualmente, la comunidad no se identifica con la visión que augura a la zona un futuro comercial, 'reducido pero rentable', basado en la producción de artesanía y en el turismo alternativo; por el contrario, dice "la vocación de nuestros pueblos debe estar centrada en la recuperación de nuestra producción para la soberanía comunitaria" (Plan:14).

Económicamente, la comunidad se percibe fuera del circuito de oportunidades y posibilidades de sobrevivencia estatal, así como descuidada en materia de educación y conciencia ambiental. Señala la falta de impulso a los 'emprendimientos' familiares y la existencia de una lógica de competencia y no de cooperación e intercambio como criterio económico, que dificulta los proyectos comunitarios y facilita la labor del crimen organizado.

Por otro lado, el documento afirma las potencialidades de la comunidad para la resolución de sus problemas; sobre todo, declara que "la fuerza de Cherán está en su ser comunitario" (Plan:129). En este sentido, hay que destacar que el componente central del Plan de Desarrollo son los miembros de la comunidad y que en los talleres comunitarios de autodiagnóstico se llegó a una visión y apuesta de futuro más auténtica a partir de la evaluación del estado actual de las cosas, la consideración de un 'escenario tendencial' a evitar y la reconstrucción de las aspiraciones comunitarias. A este diagnóstico siguió una identificación de las debilidades, fortalezas, amenazas y oportunidades que aislaron los componentes centrales y permitieron la planeación de las acciones mínimas.

c. Una forma de gobierno decolonial: el Buen gobierno comunitario.

El Buen gobierno comunitario es *decolonial* en el siguiente sentido.

En primer lugar, partimos de una concepción amplia de colonialismo y poscolonialismo que excede la definición sociopolítica de los procesos de dominio y emancipación de los países otrora ocupados por un régimen imperial. Privilegiando la idea de colonialidad (Quijano, 1992),[3] dejaremos las formas colonialismo/poscolonialismo para hablar de las independencias políticas del siglo XX y entenderemos, por colonialidad/decolonialidad, las luchas por la liberación del espíritu colonial, presente, sobre todo, en el imperialismo, el capitalismo financiero y el neoliberalismo, formas originadas en la modernidad/colonialidad (Mignolo, 2011).

Por otro lado, el Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Nación, al juzgar la demanda cheranense de 2011 (Aragón, 2013), reconoció el raigambre prehispánico del *anapu* purépecha, base del Buen gobierno comunitario, resolviendo a favor de la comunidad y dando lugar al gobierno por usos y costumbres (SUP-JDC-9167/2011). El restablecimiento de una forma efectivamente pre-colonial, reconfigurada por una comunidad que, a su vez, ha sido trastornada por la modernidad occidental, supone un ejercicio de introspección y puesta en práctica decolonial-comunitaria. Aunque la existencia efectiva de este tipo de formas no es un requisito para llevar a cabo la decolonización de las prácticas y las ideas que las permean, el caso de Cherán es, en este sentido, arquetípico.

Pasando ahora a la orientación práctica del Buen gobierno cheranense, empezaremos por señalar que los procedimientos, nombramientos y, en general, todos los procesos de toma de

3 Sobre este tema ver Castro-Gómez y Grosfoguel, 2007.

decisiones, están precedidos por un núcleo (*ninióta* o *iarhini*)[4] de valores morales y políticos.

Estos valores se concentran en un núcleo de elementos que agrupa tres diferentes niveles: la instancia de los procedimientos para los nombramientos y la toma de decisiones, la instancia de la estructura e instituciones de gobierno y la instancia filosófica o de los principios y/o valores de la cosmovisión *p'urhépecha*. Todos ellos dan fundamento al Buen gobierno comunitario.

Los núcleos vienen precedidos por siete principios políticos transversales: la identidad o ser purépecha, la paz, la justicia y equidad de género, el diálogo generacional, la historia oral, la palabra directa y la gobernabilidad, aplicada en formas como los bandos de cosecha, la ronda comunitaria, las faenas, los casorios, la *jarhojpikua*-ayuda, la *kujkukua*-dar y el *pamperhakua*-acompañamiento, con el aval de la asamblea general-*k'eritankurikua* (Plan:139). Además, el Plan suscribe la Carta de la Tierra en lo referente a la democracia, la no violencia y la paz:

> Fortalecer las instituciones democráticas en todos los niveles y brindar transparencia y rendimiento de cuentas en la gobernabilidad, participación inclusiva en la toma de decisiones y acceso a la justicia. Integrar en la educación formal y en el aprendizaje a lo largo de la vida, las habilidades, el conocimiento y los valores necesarios para un modo de vida sostenible. Tratar a todos los seres vivientes con respeto y consideración. Promover una cultura de tolerancia, no violencia y paz (La Carta de la Tierra, IV, no. 13-16).

De esta manera, el Plan establece como sus principios fundamentales: la colectividad, la humildad, la consulta constante ante la toma de decisiones, la escucha, la celebración de sesiones permanentes, la elaboración de informes oportunos y el respeto por los acuerdos tomados (Plan:146).

Para los nombramientos y la elección de cargos, el documento cheranense destaca una serie de valores que elencamos a continuación.

Ánchikuriti, persona trabajadora, proveedora de los suyos, destacada en la 'faena' o trabajo comunitario y la contribución económica, así como en el trabajo o desarrollo de algún conocimiento, profesión, arte u oficio. *Jakájkuti*, una persona que cree y asume 'su ser *p'urhépecha*', que respeta la historia, la tradición y las instituciones de la comunidad. *P'urhéjtuki*, quien cumple con su deber, en la familia, en la comunidad y en la sociedad. Una persona 'luchadora', 'cumplidora', responsable y experimentada en la conducción de su familia, el barrio y la comunidad. *Kaxúmbiti*, persona de enorme autoridad moral, experimentada y ejemplo de vida, con conocimiento de las reglas de conducta digna, honorable y respetable.

4 Remitiremos a algunas de las voces en lengua purépecha que utiliza el Plan, lo que es fundamental para entender su visión intercultural-bilingüe. Por lo demás, la utilización de estos términos destaca la importancia de la tradición oral en la constitución de valores y la presencia de una suerte de ambivalencia entre la noción y la experiencia práctica contenida en ellos.

Marhuátspeti, la persona que ha servido a la comunidad a lo largo de su vida sin deseo de poder ni lucro. *Jáŋaskati (o mímixeti)*, una persona investida de experiencia y sabiduría, de conocimientos intelectuales y prácticos, conocedora del pensamiento, principios, normas, historia, tradición, oficios, técnicas, artes y saberes de la cultura purépecha, con capacidad de gestión, resolución, mediación y solución de problemas en lo general y en lo particular.

Encontramos, además, distintos criterios sociales entre los que destaca la unidad familiar y el sentido de pertenencia así como la descendencia de una familia considerada de respeto hasta en cuatro generaciones. Igualmente, se toma en cuenta estar en el proceso de adiestramiento para el servicio, cumpliendo encargos, cargos, comisiones y representaciones a través de trabajos familiares, faenas y cooperaciones económicas ante las que el comunero se haya presentado propositivo y voluntario, ya sea de manera interna, en los barrios, o en beneficio de la comunidad. En particular, el servicio es una suerte de ordenamiento tradicional implícito que influye fuertemente en la confianza y credibilidad del *ireti* y su descendencia ante el pueblo. El respaldo y reconocimiento público de la comunidad, pues, se adquiere en la medida en que hay servicio; más aún, el derecho a voz y voto y la posibilidad de ser electo o considerado para un cargo, se adquiere con el trabajo voluntario demostrado (Plan:155).

Los valores, en suma, permiten la concepción y práctica de la ciudadanía comunitaria o *iréteri jurámukua xaŋátakuecha* en cuatro instancias: la del comunero, la del Barrio, la del Concejo Mayor y la de la Asamblea.

A primera vista, podría parecer que esta especie de escala en que se piensa y ejerce la ciudadanía purépecha comienza en lo particular (la persona singular) y culmina en lo general (la colectividad). Sin embargo, 'comunero' se utiliza en su acepción general de miembro de la comunidad y no sólo como campesino con derecho a tierra comunal. Este último significado está estrechamente vinculado al léxico de la reforma agraria (piénsese en la Revolución de 1910), pero esto no quiere decir que sea un término restringido al siglo XX; por el contrario, los problemas relacionados con el asentamiento y tenencia de la tierra en la era colonial afectaron de manera trascendental la configuración de las demarcaciones y la idea misma de pertenencia territorial purépecha.

La Asamblea, pues, no es la mera agrupación de comuneros ni la colectividad se desprende de la esfera de los individuos particulares; por el contrario, el comunero no puede entenderse sin su carácter original, que es el de ser y formar parte de la comunidad.

De hecho, el primer nivel de ciudadanía cheranense no diferencia comunero de ciudadano; *irhétikuarhu uératini*, dice el documento, "indica que la participación comienza desde la investidura o calidad *de comunero o ciudadano p'urhépecha* adscrita a *nuestra comunidad* de Cherán" (Plan: 148. Mis cursivas). Por lo demás, el Plan también afirma que la expresión *cherani ireta anapu iréti* –ciudadano de la comunidad de Cherán–, no sólo alude al origen o lugar de nacimiento, sino además, a la identidad y pertenencia. En esto coincide el acuerdo antropológico que apunta que no es el nacimiento o la residencia lo que determina la

pertenencia purépecha sino la membresía y participación del jefe de familia, quien es la cabeza de la unidad doméstica en los asuntos comunales.

Con esto introducimos la importancia de la institución familiar en la adquisición de la ciudadanía. De hecho, el Plan de Desarrollo de Cherán afirma: "*la investidura o calidad de comunero o ciudadano purépecha* se da a partir de que éste se convierte en jefe o jefa de familia" (Plan:148). Además, la jefatura de la familia está supeditada al matrimonio, reconocido como una institución social de realización de las personas fundamental para la vida comunal. A partir de su celebración los *ireticha* comienzan a adquirir responsabilidades, derechos y obligaciones, es decir, a tener efectiva participación, voz y voto. Este elemento media la relación fundamental tierra/comunidad y la comunidad, como horizonte identitario purépecha, funciona en la práctica en un sistema de segmentos espaciales entrelazados: la familia, el barrio y la región (Dietz, 1999:117). Como enseguida comprobaremos, el resto de las instancias de la ciudadanía purépecha también encajan en estos segmentos.

La segunda instancia de participación del *ireti* es la adscripción política del barrio o *iréŋarhikua*, cuya principal autoridad es la Asamblea de Barrio. En este sentido, el documento utiliza la expresión *iréŋarhíkuarhu uératíni*, que indica que la ciudadanía se ejerce de manera colectiva y amplia (Plan:149).

La tercera instancia es la del Concejo Mayor de Gobierno Comunal, los *K'eri* o Consejo de Pensadores y Pensadoras (Mesri, 2012). Esta instancia es una figura que hace referencia al linaje de los caballeros águila o *uakusecha*; una "reminiscencia de aquel concejo prehispánico [formado por el] *Irecha o Cazonci* y las autoridades religiosas *(petámuti)* militares (*p'urhéjkuticha*), de provincia o señoríos (*acecha*)" (Plan:151).

La cuarta instancia, como ya avanzábamos, es la Asamblea de la Comunidad, formada por cada uno de los *ireticha*. Es también la máxima autoridad de la comunidad. La expresión utilizada por el documento comunitario, *k'eritángurikuarhuuératini*, indica que la toma de decisiones, deliberaciones y ratificaciones de los acuerdos se hace en la Asamblea de la Comunidad (Plan:152).

En un principio me pareció que estas instancias y su relación con la acción política podían entenderse en direcciones opuestas; desde el ciudadano a la Asamblea, al modo liberal, para la concesión de la ciudadanía, pero desde la Asamblea al ciudadano, al modo comunitarista, para la decisión política. Sin embargo, una comprensión más profunda de la organización purépecha nos avisa que la relación entre estas instancias de la ciudadanía debe ser pensada circularmente y sin un principio determinado, como tratamos de mostrar en la siguiente figura.

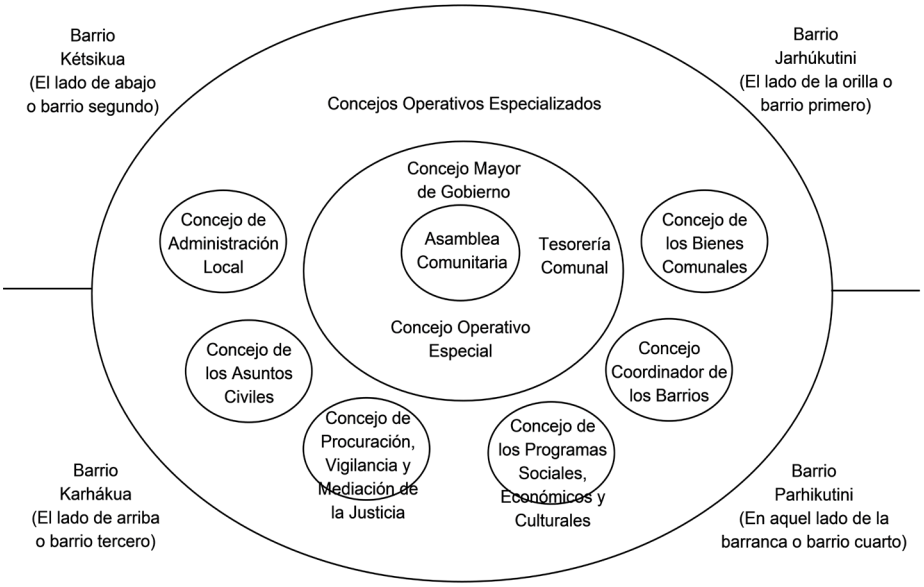


Ilustración 1: Estructura de Gobierno Comunal.
Elaboración propia basada en el Plan de Desarrollo del Municipio de Cherán 2012-2015: 187.

Ante todo, la expresión purépecha *ireterijurámukuakantsákata* significa que la estructura de Gobierno pertenece a la Comunidad (Plan:182). El Plan de Desarrollo describe la estructura del Gobierno Comunal en base al Manual de la Estructura y Organización del Nuevo Gobierno (*Jurámukua kantsákateri erójtakuecha*) de la siguiente manera.

La Asamblea de la Comunidad *(K'eritángurikua)*, es la instancia pública y abierta de participación y toma de decisiones; la forman cada uno de los *ireticha* o comuneros, hombres y mujeres, con representación personal directa y voz y voto sobre los asuntos fundamentales de la comunidad: nombramientos, renovaciones y revocaciones del Concejo Mayor y Concejos Operativos, la información, valoración y aprobación o no de los asuntos de interés de la comunidad y todo lo concerniente al Estatuto General de Principios y Normas del Gobierno Comunal y el Plan de Desarrollo Integral.

El Concejo Mayor *(K'eri jánaskakua)* ejerce el mandato directo de la Asamblea de la Comunidad. Se integra por doce consejeros, tres por cada uno de los cuatro barrios en que históricamente se divide la comunidad. Este es el órgano de gobierno propuesto a elección por usos y costumbres. Es la autoridad rectora y moral de la comunidad; sus funciones son orientar, regir, vigilar y evaluar los trabajos de los Concejos Operativos Especializados así como el buen desempeño y ejercicio administrativo de sus integrantes; revisar el Plan de Desarrollo Comunal y someterlo para su análisis y aprobación a la Asamblea de la Comunidad. Con auxilio externo, realiza la auditoria de la Tesorería Comunal y de los Concejos Operativos Especializados. Formula y propone a las Asambleas de Barrios y a la Asamblea de la Comunidad

el Estatuto General de Principios y Normas del Gobierno Comunal. La duración del cargo es la de todo gobierno municipal de Michoacán (tres años), con posibilidad de remoción si así lo acuerdan las Asambleas.

La Tesorería Comunal *(Tumina xaŋátakua)* es el órgano colegiado de administración, tanto de la recaudación interna (en relación con los Concejos Operativos Especializados) como de los ingresos públicos estatales y federales. Lo conforma un administrador de cada Barrio (cuatro en total) elegido por su Asamblea, ratificado por la Asamblea General y con el visto bueno del Concejo Mayor. Actúa en base a un Plan Anual conforme con el período de gobierno y el Plan de Desarrollo Comunal y en coordinación con los Concejos Operativos Especializados. Es la instancia responsable de la rendición de cuentas ante la Asamblea y el Gobierno del Estado.

El Concejo Operativo Principal *(Orhéjtsikuticha)* es integrado por los cuatro consejeros responsables de cada uno de los seis Concejos Operativos Especiales llamados consejeros operadores. Funciona en pleno para la toma de decisiones, elaboración de propuestas y solución de sus asuntos, así como para la vinculación con el Concejo Mayor y la Tesorería Comunal. Este Concejo define los principios rectores y directrices del Plan Integral de Desarrollo Comunal, proponiendo un Plan de Trabajo Particular de acuerdo con el Plan. Elabora los informes semestrales y anuales de las gestiones y trabajos y establece las reglas de coordinación para el trabajo de los Concejos Operativos Especializados.

Los Concejos Operativos Especializados *(Orhéjtsikukua)* están formados por el Concejo de Administración Local, el Concejo de los Asuntos Civiles, el Concejo de Procuración, Vigilancia y Mediación de Justicia, el Concejo de Administración de los Programas Sociales, Económicos y Culturales, el Concejo Coordinador de los Barrios y el Concejo de los Bienes Comunales. Cada Concejo es integrado por cuatro consejeros, uno por cada Barrio, elegido a través de su Asamblea. Se presentan a la Asamblea de la Comunidad para ser ratificados por el Concejo Mayor.

3. Conclusión

Hemos presentado el Buen gobierno como una forma de mandato y organización comunal recuperada por el pueblo de Cherán y reintegrada en su gobierno por usos y costumbres. La experiencia purépecha, desde la insubordinación al sistema de partidos (2011) hasta el último año del primer período de gobierno (2014-2015), va 'más allá' de la línea abismal del canon occidental de la democracia moderna y configura, de manera decolonial, una forma política-otra que hace mejor justicia y muestra la capacidad democrática de la humanidad.

Tal como el Buen Vivir andino (Acosta y Martínez, 2009), el Buen gobierno opone el valor de uso a la idea de acumulación perpetua, proponiendo una relación armoniosa con la naturaleza. Lo que el primero realiza en la esfera de la economía –podemos decir–, el segundo lo lleva a cabo en el ámbito jurídico-político. Uno y otro representan el Sur, tanto

como metáfora del sufrimiento causado por el capitalismo como lugar de desplazamiento de la secesión abismal; así mismo, uno y otro incorporan la búsqueda de conocimientos y criterios de validez producidos en su seno, esto es, las epistemologías del Sur.

La mejor justicia comienza en la conciencia crítica y en la práctica de una solidaridad epistémica; la capacidad democrática comienza con el rompimiento y la resistencia y hace vértice en la reinvención política. El Buen gobierno purépecha ha alcanzado ya la primera de sus cumbres.

Referencias bibliográficas

Acosta, Alberto; Martínez, Esperanza (2009), *El Buen vivir: una vía para el desarrollo*. Quito: Abya-Yala.

Aragón, Orlando (2013), "El derecho en insurrección. El uso contra-hegemónico del derecho en el movimiento purépecha de Cherán", *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, 7(2), 37–69.

Castro-Gómez, Santiago; Grosfoguel, Ramón (orgs.) (2007), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

Cherani Ireteri Juramukua (2011), *Memoria de los talleres de autodiagnóstico y elaboración de la agenda comunitaria del Plan de Desarrollo del Municipio de Cherán*.

Dietz, Gunther (1999), *La comunidad purépecha es nuestra fuerza. Etnicidad, cultura y región en un movimiento indígena en Michoacán*. Quito: Abya-Yala.

Gobierno del Estado de Michoacán de Ocampo (2003), *Prospectiva Estratégica de un Desarrollo Incluyente del Estado de Michoacán 2003-2030*. Morelia: Gobierno del Estado.

K'eri Ireta Cherán (2012), *Sési Jurámukua ka irekua karákata. Plan de Desarrollo del Municipio de Cherán 2012-2015*.

La Iniciativa de la Carta de la Tierra. Consultado a 25.09.2014 em http://www.earthcharterinaction.org/contenido/

Mandujano, Miguel (2014), "La primavera P'urhépecha; resistencia y Buen Gobierno en Cherán K'eri", *Bajo Palabra. Revista de Filosofía*, 9, 103-112.

Mesri Hashemi-Dilmaghani, Parastoo Anita (2012, 31 de julio), "Cherani anapu juramukua jucharisti: Reconstitución del gobierno comunitario de Cherán", *La Jornada Michoacán*. Consultado a 30.11.2012 em http://www.lajornadamichoacan.com.mx/2012/07/31/cherani-anapu-juramukua-jucharisti-reconstitucion-del-gobierno-comunitario-de-cheran/

Mignolo, Walter (2011), *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures,* Decolonial

Options. Durham: Duke University Press.

Quijano, Aníbal (1992), "Colonialidad y modernidad-racionalidad", en Heraclio Bonilla (ed.), *Los conquistados: 1492 y la población indígena de América.* Bogotá: Tercer Mundo-FLACSO, 437-447.

Santos, Boaventura de Sousa (2003), *Crítica de la razón indolente. Contra el desperdicio de la experiencia*. Bilbao: Desclée de Brouwer.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *Conocer desde el Sur. Para una cultura política emancipatoria.* Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, UNMSM.

Santos, Boaventura de Sousa (2009), *Una epistemología del Sur; la reinvención del conocimiento y emancipación social*. México: Siglo XXI.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Para descolonizar Occidente: más allá del pensamiento abismal*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeo Libros.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (coords.) (2004), "Para ampliar el canon democrático", en *Democratizar la democracia. Los caminos de la democracia participativa*. México: FCE, 35-74.

Saramago, José (2002). "Este mundo de la injusticia globalizada", *Globalización.org*. Consultado a 30.06.2014 em http://www.globalizacion.org/forosocialmundial/FSMSaramagoJusticaC.htm

Sentencia SUP-JDC-9167/2011 del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2 de noviembre de 2011.

Espaços Democráticos e o Aperfeiçoamento da Democracia no Brasil: Breve Balanço e Perspectivas[1]

Sérgio Borges[2]

Resumo

A Constituição da República Federativa do Brasil em vigor desde 1988, batizada como a "Constituição Cidadã" ou também como a "Constituição Democrática-Cidadã", completou em 2013 um quarto de século de existência. Este ano, as inovações institucionais democráticas consagradas por ela completam vinte e seis anos. Neste artigo, buscou-se, com base na revisão de estudos teórico-empíricos que tratam dos espaços participativos – Conselhos Municipais de Políticas Públicas –, uma das inovações democráticas, apresentar pistas/indícios sobre o cumprimento ou não das expectativas democratizantes depositadas nesses espaços. Passadas mais de duas décadas de criação e amadurecimento desses espaços democráticos e após o grande acúmulo de trabalhos acadêmicos sobre o tema, às novas pesquisas se impõem o desafio e a necessidade de avaliar e sistematizar os resultados apresentados, identificar as brechas/lacunas existentes nos trabalhos, bem como expor as conquistas e os desafios dessas instâncias no processo de aperfeiçoamento contínuo do regime democrático no país. Nesse sentido, neste trabalho, realizou-se uma investigação sobre a literatura existente no Brasil, que tem como foco de análise os espaços político-institucionais de participação social e condução negociada de políticas públicas municipais, com a ambição de identificar os entraves existentes, reconhecer os possíveis avanços e servir de referência para um possível ajuste das expectativas.

Palavras-chave: Espaços Democráticos; Constituição; Inovações Institucionais; Conselhos Municipais de Políticas Públicas; Participação Social.

Abstract

The Constitution of the Federative Republic of Brazil in force since 1988, dubbed as the "Citizen Constitution" or also as "Democratic-Citizen Constitution", completed in 2013 a quarter of a century of existence. This year, the institutional democratic innovations consecrated by it complete twenty-six years. In this article, we sought, based on a review of theoretical and empirical studies that deal with participatory spaces - Municipal Councils for Public Policies - one of the democratic innovations, provide clues / evidences on the fulfillment or not of the democratizing expectations deposited in these areas. After more than two decades of creation and maturation of these democratic spaces and after the great accumulation of academic papers on the subject, the new research are needed the challenge and the need to evaluate and systematize the presented results, identify gaps / shortcomings in the work and expose the achievements and challenges of these instances in the continuous improvement process of the democratic system in the country. Accordingly, in this work, was realized a research on the existing literature in Brazil, which focuses on the analysis of the political-institutional spaces of social participation and negotiated conduction of public municipal policies, with the ambition to identify existing barriers, recognize possible progress and serve as a reference for a possible adjustment of the expectations.

Keywords: Democratic spaces; Constitution; Institutional innovations; Municipal Councils of Public Policies; Social Participation.

Résumé

La Constitution de la République Fédérative du Brésil, en vigueur depuis 1988, encore appelée "Constitution Citoyenne" ou "Constitution Démocratico-Citoyenne" a commémoré en 2013 un quart de siècle. Les nouvelles institutions démocratiques qu'elle a mises en place ont vingt-six ans cette année. Dans cet article on a cherché, en nous basant sur la révision des études théoriques et empiriques ayant pour thème les espaces participatifs – Conseils Municipaux des Politiques Publiques –, une des innovations démocratiques, à fournir des indices permettant de vérifier l'accomplissement, ou non, des expectatives de démocratisation créées par ces espaces. Après plus de deux décennies de création et de développement de ces espaces démocratiques et de grande production de travaux académiques par eux suscitée, les nouvelles recherches ont pour défi de devoir évaluer et systématiser les résultats, identifier les lacunes présentées par ces études, ainsi que de mettre en évidence les conquêtes et les défis relevés par ces instances au cours du processus d'amélioration du régime démocratique du pays. Dans cet objectif a été réalisée une recherche dans la littérature existante au Brésil, concentrée sur l'analyse des espaces politico-institutionnels pour la participation, négociation et mise en forme des politiques publiques municipales, avec l'ambition d'identifier les obstacles existants, de reconnaître les progrès possibles et servir de référence pour un éventuel ajustement des expectatives.

Mots-clé: Espaces Démocratiques; Constitution; Nouvelles Institutions; Conseils Municipaux des Politiques Publiques; Participation Sociale.

---

1 As ideias tecidas neste trabalho são frutos do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado em curso no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. O mesmo passou pela avaliação do professor Dr. Angelo Serpa – orientador da pesquisa.

2 Geógrafo, cursa o mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: sergioborges25@gmail.com

"... as leis democráticas devem existir para reduzir as desigualdades sociais, e não para agravá-las".
(Milton Santos, 1986)

Introdução

A Constituição do Brasil promulgada em 1988 é considerada o marco definidor legal da redemocratização recente do país, pois reinstituiu os direitos políticos suspensos pelo regime militar e promoveu o reconhecimento e a ampliação de direitos cidadãos até então inexistentes. A Carta Magna erigida sobre princípios democráticos e de cidadania também ocasionou profundas inovações institucionais, a exemplo da descentralização e da "autonomia" política, administrativa e "financeira" dos estados e municípios, bem como redefiniu os papéis da sociedade civil e sua relação com o Estado.

A nova Constituição representou a convergência de um projeto político democrático e participativo, além de garantir a participação social como um direito constitucional legítimo, por meio de inovações democráticas de diálogo/mediação entre Estado e Sociedade Civil, tais como os Orçamentos Participativos e os espaços político-institucionais – Conselhos Municipais de Políticas Públicas. As inovações democráticas possibilitaram o surgimento de novos atores e novas instituições políticas.

A partir da promulgação da Constituição Cidadã, propalou-se um movimento de criação de Conselhos em todas as esferas de governo e no campo das várias políticas setoriais e de segmentos especiais, o que faz do cenário político recente do país um campo fértil para estudos empíricos que busquem compreender a realidade criada por esses espaços democráticos. Desde então, portanto, esses espaços participativos se consolidaram como objeto de estudo de diversas disciplinas das ciências sociais e como foco de muitas análises e reflexões devido às muitas esperanças que lhes foram depositadas, no que se refere às possibilidades de contribuir com a construção e consolidação da democracia brasileira.

Alguns dos trabalhos dedicados ao tema da democratização, não a maioria deles, cujo objeto de estudo são os Conselhos, apontam os seus limites, possibilidades e desafios para a radicalização do sistema democrático e a garantia do exercício da cidadania. Outros, que tratam de analisar a institucionalização dos espaços político-institucionais, cuidam de apresentar um balanço entre as suas promessas e dívidas.

É bastante vasta a literatura acadêmica produzida no âmbito nacional nos últimos anos sobre o paradigma participativo e as práticas desenvolvidas no Brasil. No entanto, a discussão espacial é negligenciada por grande parte dos trabalhos. Espaço, política e democracia se consubstanciam e são indissociáveis, é este, portanto, o fio condutor das ideias e posições defendidas aqui e que se permite afirmar que o problema da participação social é, também, geográfico. Assim, este artigo também chama atenção para os fundamentos espaciais dos

processos políticos e do fenômeno de participação social, que dizem respeito à base territorial de representação política de diferentes e conflitantes interesses.

As reflexões aqui tecidas têm o propósito de traçar um panorama analítico da literatura especializada[3] no desenvolvimento do projeto político-participativo brasileiro por meio de espaços político-institucionais, como também avaliar a estrutura dos trabalhos e apontar as lacunas e insuficiências existentes nos estudos.

Para tanto, faz-se no artigo um balanço da literatura produzida nos últimos anos e apresenta-se uma síntese de uma parte considerável dos estudos dedicados ao tema da participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas no país. Além disso, discute-se algumas das principais ideias e eixos analíticos privilegiados nesses trabalhos e aponta-se alguns elementos no sentido de contribuir para o preenchimento das lacunas deixadas por esses trabalhos.

Conselhos Municipais de Políticas Públicas e Participação Social no Brasil: um esforço de síntese

Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas são desdobramentos de experiências colegiadas conselheiras iniciadas no contexto do regime militar brasileiro. Todavia, surgiram como uma grande novidade legal não só na Carta Constituinte de 1988 como também em outras leis do país.

Em diversos trabalhos, os conselhos são tratados como um dos instrumentos concretos capazes de promover e garantir a inclusão dos excluídos historicamente dos círculos de poder de decisão, promover a efetiva democratização do Estado e seus aparelhos, bem como contribuir para a consolidação e o aperfeiçoamento da democracia no país.

Diante do propósito deste trabalho, faz-se aqui uma avaliação de alguns estudos que analisam os conselhos no contexto da construção da democracia e da participação social na gestão pública no Brasil, em especial, aqueles que avaliam o seu desempenho, o desenho institucional, o processo de institucionalização da participação nos municípios, entre outros aspectos.

Uma discussão inicial que se faz necessária é sobre o modo como esses canais institucionais aparecem na literatura especializada. É comum o uso indiscriminado da expressão *Conselhos Gestores*, quando, na verdade, alguns trabalhos se eximem de avaliar a atuação destes instrumentos e a sua efetividade deliberativa na condução de determinadas políticas.

Pensa-se que a qualificação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas como *Gestores* exige uma reflexão maior acerca do seu sentido e, desse modo, um posicionamento mais crítico sobre o papel e o desempenho de determinados Conselhos para classificá-los como Conselhos Gestores.

3 Foram avaliados estudos teórico-empíricos entre teses, dissertações e artigos produzidos nos últimos dez anos no país. Os títulos e autores dos trabalhos avaliados podem ser consultados no subitem *Referências Consultadas*.

O que chama atenção em muitos dos trabalhos avaliados é que esses espaços político-institucionais são tratados como experiências, promessas ou apostas capazes de promover a democratização da sociedade brasileira. Porém, passados quase vinte e seis anos da promulgação da Constituição Cidadã e da institucionalização das inovações democráticas, às pesquisas dedicadas ao tema se impõe a necessidade de um olhar mais adequado e refinado, que as perceba como conquistas e instâncias de aperfeiçoamento contínuo do regime democrático no país.

Objeto de importantes elaborações teóricas, os Conselhos Municipais de Políticas Públicas constituem uma realidade presente na maioria dos municípios brasileiros, inclusive, nos últimos anos, houve uma intensificação no processo de criação desses arcabouços político-institucionais, como também a proliferação de estudos empíricos sobre sua dinâmica. Tais estudos precisam, no cenário político contemporâneo do país, oferecer respostas à sociedade, no que tange à efetivação das ações desses espaços concretos de participação, além de assumir um caráter descritivo e detalhar o formato institucional e os processos decisórios no interior dos conselhos, como também apontar os avanços, problemas, limites e desafios e, assim, servir de referências para o aperfeiçoamento dessas instâncias.

Trabalhos com maior fôlego, como os de Lígia Lüchmann (2008) e Luciana Tatagiba (2010a, 2010b), se constituem em referências para aqueles preocupados com o tema da participação social no aprofundamento da democracia brasileira e na garantia do exercício da cidadania. Os estudos que aliam reflexões teóricas e análises empíricas sobre os Conselhos revelam características e traços comuns entre diversos espaços político-institucionais existentes no país.

Reconhecidos por muitos dos estudiosos do tema como espaços de participação social e ação política, os diversos trabalhos que tomam como referência empírica os mais variados Conselhos nos diferentes municípios brasileiros apontam para uma relação complementar entre participação e representação. Essa arena de participação e representação coletiva é proporcionada pelos conselhos por meio de entidades e organizações sociais cujo caráter de representação dos interesses de grupos, segmentos ou setores sociais é reconhecido como legítimo pela Constituição. Cabe a essas organizações encenar o papel de porta-vozes e veículos de comunicação e transmissão das demandas sociais ao campo institucional de tomada de decisão.

Também se verifica, com base nos trabalhos empíricos, que os conselhos, em sua maior parte, são paritários, isto é, composto meio a meio por entidades representantes da sociedade civil e do poder público – administração municipal. O perfil realizado é incompleto, visto que não dá atenção se a composição é bipartite ou tripartite, nem ao caráter dos mesmos: fiscalizador, deliberativo, consultivo, normativo e propositivo. Muitos trabalhos indicam apenas se são deliberativos ou não. Muito mais do que identificar/classificar os conselhos como consultivos ou deliberativos, é importante avaliar criteriosamente as suas atribuições, por exemplo, se

atuam apenas na identificação de prioridades e demandas sociais ou se assumem um caráter radicalmente deliberativo na gestão das políticas públicas.

A informação quanto à composição bipartite é importante por indicar a articulação ou não entre as esferas municipal, estadual e federal na gestão das políticas locais; ou se tripartite o que representa a incorporação do setor produtivo. Esses atributos exigem uma leitura mais detalhada do caráter paritário, visto que há, em alguns trabalhos, uma noção homogênea de sociedade civil, categoria que abarca desde entidades não governamentais até os sindicatos e o empresariado, o que pode comprometer a igualdade simbolizada pela paridade.

Além de estabelecer o perfil dos conselheiros, muitos trabalhos traçam o perfil dos representantes políticos, das demandas e interesses da população. Esses perfis revelam que a maior parte dos conselheiros possui um nível de instrução escolar/acadêmica acima da média da população brasileira e que pertence a uma classe econômica superior – classe média, com renda que varia entre três e cinco salários mínimos.

Essas características identificadas em diversos estudos reforçam a constatação de Lüchmann (2008), no que diz respeito à existência de uma *elite de referência* ou *comunidade cívica*. Observa-se que as análises sobre esse aspecto deixam escapar um problema real em relação à base territorial de representação dos discursos, como também o esquecimento de que os conselhos, pelo menos alguns deles, são instrumentos de intervenção no espaço. Tal afirmação é pertinente na medida em que o exercício de representação dos diferentes e conflitantes interesses, em especial aqueles acenados pelas entidades, organizações sociais, sindicatos e pelo setor produtivo, revela-se em disputas de poder que se materializam no território. Desse modo, grande parte das análises desenvolvidas por sociólogos ou cientistas políticos peca por omitir a dimensão espacial dos processos políticos.

De modo geral, as reflexões se esquivam do fato de que as reivindicações, as demandas dos grupos de interesses são setorizadas e, em alguns casos, fragmentárias, uma vez que as ações, as práticas sociais, as vozes e o teor dos discursos estão alicerçados em diferentes lugares do município e possuem diversas territorialidades. A relação entre democracia e escala também precisa ser explicitada. O recorte espacial, a dimensão territorial e o tamanho populacional são desconsiderados pela maioria dos estudiosos. Faltam estudos comparativos sobre a participação social em municípios de diferentes dimensões e com taxas de urbanização distintas, por exemplo.

A fim de avaliar se os conselhos são representativos da população dos municípios, faz-se necessário que o perfil dos representantes conselheiros seja relacionado à singularidade de cada município, como o perfil e indicadores socioeconômicos dos munícipes, com o propósito de averiguar se os diversos grupos, segmentos e setores sociais são igualmente representados, isto é, se não há sub-representação ou super-representação. Um ponto em comum entre os trabalhos examinados é a não consideração dessa dimensão da representação política conselheira.

Verificou-se também que pouquíssimos trabalhos se preocupam com os critérios estabelecidos para a concessão de registro às entidades e para o modo como se dá o processo de escolha das organizações da sociedade civil que têm assento nos conselhos – informação de grande importância, pois pode indicar a existência ou não de legitimidade das entidades que se fazem presentes nos conselhos e da representação que é feita. Ainda quanto a esse aspecto, verificar o tempo de permanência desses organismos sociais na composição dos conselhos ou a existência de uma rotatividade, não só das entidades, mas dos seus representantes, é um condicionante de grande relevância para os estudos.

Os documentos de regulamentação dos conselhos (lei de criação e regimento interno) são uma parte muito importante dos suportes analíticos para os estudos, pois revelam o desenho institucional dos conselhos e demonstram se o conjunto de regras, normas e leis são respeitados e favorecem uma representação política legítima.

Como já dito anteriormente, no Brasil, na última década, houve um aumento geométrico no número de conselhos. Cabe aos pesquisadores do tema investigar até que ponto o processo de criação e institucionalização dos conselhos nos municípios está ou não atrelado, unicamente, ao impacto das políticas de descentralização instituídas pelo governo federal, como requisito primordial para o repasse de recursos.

Muitos estudiosos se eximem da tarefa de discutir a presença de associações comunitárias de bairros ou a falta delas na composição dos conselhos, ou ainda de federações representativas dessas entidades. A presença delas (associações ou federações) nos conselhos indica uma capilaridade ou conexão desses com uma malha territorial específica – o bairro.

O acompanhamento de algumas reuniões (ordinárias e extraordinárias) é um procedimento metodológico significativo para se compreender o funcionamento dos conselhos, porém não há, nos muitos estudos empíricos, indicativos de participação nas reuniões, tampouco observações e impressões sobre a dinâmica das reuniões, da condução das atividades pela presidência ou das manifestações/intervenções e conteúdos dos debates. Esse último aspecto pode ser um indício do preparo dos conselheiros paro o trato de determinados assuntos.

A institucionalização da participação direta de entidades e organizações sociais dos mais diversos segmentos e setores sociais na gestão pública redefiniu o padrão de relação entre Estado e sociedade. Todavia, nenhum dos trabalhos analisados discute a criação e a oferta por parte dos governos locais de condições materiais necessárias para o encontro e o fazer político, a exemplo da existência de uma casa dos conselhos (espaço físico) com suporte de profissionais, infraestrutura técnica e acessibilidade para toda a sociedade. Faltam também na literatura acadêmica trabalhos com análises mais consistentes a respeito do exercício e das atribuições dos conselhos, do impacto das suas ações e, em especial, sobre a capacidade das entidades da sociedade civil de influenciar direta ou indiretamente na administração municipal, isto é, a efetividade deliberativa, como a habilidade efetiva de influenciar, fiscalizar,

controlar e pautar as políticas públicas.

Nesse contexto, as interações entre governo e sociedade civil organizada e os processos de tomada de decisão precisam ser mais bem explicitados para que se possa avaliar mais adequadamente a vera das atribuições dos conselhos na defesa dos interesses comuns e do bem-estar público.

A maioria dos trabalhos deixa brechas no que tange à criação de estratégias, por parte dos grupos de interesse, no sentido de garantir a efetiva gestão colegiada e o exercício da participação. Muitos autores se esquecem de que, em alguns casos, as organizações sociais precisam recorrer ao ministério público para fazer valer a lei. Os estudos precisam estar atentos para uma questão crucial: até que ponto os representantes conselheiros da população não são convidados para referendar as decisões tomadas pelo poder público municipal.

Outro aspecto fundamental que exige a atenção dos estudiosos é sobre o papel da administração municipal no alargamento das esferas para o diálogo com os movimentos sociais e o nível de abertura dos governos locais à inserção dos grupos sociais e ao acolhimento de suas demandas. Um balanço deve ser feito pelos novos estudos sobre a dinâmica de interação entre sociedade e Estado, que leve em conta o relacionamento, no sentido de avaliar e qualificar os modos de diálogos e o processo de democratização da gestão, a exemplo do que propõe Azevedo (2001). O autor desenvolveu duas concepções de interação, a saber: a Participação Restrita – participação na escala micro[4] –, e a Participação Ampliada – participação na escala macro[5].

Um último aspecto a que se chama atenção refere-se à avaliação fundamental que deve ser feita sobre as mudanças operadas na vida política local. É preciso analisar se os conselhos e os representantes conselheiros têm conseguido alterar a cultura política-administrativa conservadora nos municípios e quais os ganhos de sua participação.

Considerações Finais

As reflexões expostas até aqui foram feitas com o propósito de traçar um panorama, a partir da análise da literatura especializada, sobre o desenvolvimento do projeto político-participativo brasileiro por meio de espaços político-institucionais – Conselhos Municipais de Políticas Públicas–, bem como avaliar a estrutura dos trabalhos e apontar as lacunas e

4 "Denominamos de 'participação restrita ou instrumental´uma modalidade de participação constituída, quase que exclusivamente, por movimentos reivindicativos (associações de bairros e de favelas, movimentos de transporte, de uma região, demandas por serviços de saúde, educação etc.), cujo objetivo é o de obter do Estado melhorias socioeconômicas. Em suma, trata-se de organizações típicas de articulação de interesses, orientadas para a produção de 'bens coletivos' de natureza negociável (urbanização de favelas, construção de creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico), nas quais não estão em jogo questões de "princípios" ou de valores como no caso dos movimentos sociais clássicos" (Azevedo, 2001:4).

5 "Outra modalidade de envolvimento comunitário que denominamos de 'participação ampliada' atrai, além das organizações reivindicativas acima mencionadas, os 'movimentos sociais clássicos'. Do ponto de vista sociológico, esses movimentos podem ser definidos como organizações coletivas orientadas primariamente para fins de natureza normativa ou ideológica, ou seja, para assegurar ou transformar valores básicos que regulam a ordem institucional de uma sociedade" (Azevedo:5).

insuficiências existentes nos estudos.

Em relação ao debate teórico, chamou-se atenção, sobretudo, para a omissão, por uma parte majoritária dos cientistas sociais, da dimensão espacial dos processos participativos. Tais estudiosos parecem ignorar o papel do espaço e a importância da espacialidade inerente aos processos sociopolíticos.

A análise dos resultados dos estudos empíricos permite considerar que um dos grandes desafios a ser superado pela sociedade civil organizada diz respeito à eliminação da herança cultural, política e administrativa conservadora, assistencialista, mandatária e centralizadora, ainda existente em alguns municípios brasileiros.

Outro ponto que merece atenção é o da relação entre representação e participação. É necessário ampliar as capilaridades sociais e reforçar os vínculos dos representantes conselheiros da sociedade civil com as bases sociais, a fim de garantir que as intervenções e as decisões estejam alicerçadas na defesa de interesses coletivos e não de interesses particulares ou individuais.

É inegável que o projeto de participação social e o processo de consolidação e aperfeiçoamento do regime democrático brasileiro alcançaram avanços substanciais nos últimos anos, como revela a maioria dos artigos, dissertações e teses avaliados. Os relatos baseados em estudos empíricos indicam que houve ganhos consideráveis de democratização da gestão de políticas públicas, de aprimoramento dos espaços político-institucionais e das práticas participativas.

A eficiência e a eficácia são reais em alguns casos, porém, os estudos demonstram os principais desafios que os conselhos precisam superar para qualificar o processo participativo e fazê-lo ser legítimo. O otimismo exagerado não pode reduzir o espírito crítico necessário às análises mais precisas acerca da efetividade da participação e da deliberação na definição de diretrizes e condução das políticas públicas municipais.

Referências

Azevedo, S. (2001), “Participação, ação coletiva e conselhos setoriais: O caso da região metropolitana de Belo Horizonte.”, *in XXV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS*, Caxambu - MG. XXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.

Lüchmann, L. H. H. (2008), “Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo.” *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), 21,87-97.

Tatagiba, L; Blikstad, K. (2010a), *As eleições das organizações populares para o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo*. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia.

Tatagiba, L; Blikstad, K. (2010b), “Os Conselhos e a Construção da Democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselhista.”, *in* Antônio Albino Canelas Rubim; Taiane Fernandes; Iuri Rubim. (Org.). *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*.

Santos, M. (1986), “O território e a Constituição”, *Revista de Administração Pública*, 20(4),65-69.

Theory of Global Democracy and UN Reform

Giovanni Pampanini[1]

Abstract

Bearing in mind the complexity of the debate regarding UN reform, the author argues that it would gain in coherence if inserted in a "Global Democracy Theory", based on three principles: 1. there is no democracy unless at a global level; 2. global democracy coincides with the dialogue among civilizations; 3. international education is a *conditio sine qua non* of global democracy. While a democratic dialogue among civilizations should be hosted by the UN, international education should create "global citizens" who should be well informed and able to take a critical position in regard to the major world problems.

Given these principles, the UN is the fittest seat for democratic international diplomacy and politics where, philosophically speaking, each macro-region and civilization can understand and express its own "point of view" regarding humankind's major problems. Given that the post-Cold War environment is no longer the "anarchical" one typical of Realism school of political thought, the conclusion of Realism that "no matter which government is in charge, foreign policies must be aggressive" is no longer valid.

In the paper, the author argues that the UN system should be reformed in a way to assume a global democratic development regulatory role. In order to obtain such a political recognition from each member state, the UN system should put in place an international committee of researchers to constantly update the planet's resources "state of art" along with an on-going dialogue among civilizations and the international education processes.

From this point of view, the Global Democracy Theory reverses the conclusions of Realism, in this way: "No matter which government is in charge in a given time, the UN should democratically regulate international relations in line with Kant's perennial peace".

Keywords: global democracy, UN system, reform, dialogue among civilizations, international education.

Resumen

Teniendo en cuenta la complejidad del debate sobre la reforma de la ONU, el autor sostiene que sería mejor, para ganar mas de coherencia, incluirlo en una "teoría de la democracia global", basada en tres principios: 1. no hay democracia a menos que en un nivel mundial; 2. democracia global coincide con el diálogo entre civilizaciones; 3. educación internacional es una *conditio sine qua* non de la democracia global.

Se considera que las Naciones Unidas es el asiento más apto para desarollar un verdadero "dialogo entre civilizaciones" al mismo tiempo que una educación democrática internacional tiene la tarea de formar "ciudadanos cosmopolites", que están bien informados y capaces de tomar una posición crítica frente a los grandes problemas mundiales.

A medida que el entorno posterior a la guerra fría ya no es la anarquía típica del Realismo y gracias también a la interculturalidad globalizada, la conclusión del realismo que "no importa lo que el gobierno está a cargo, la política exterior debe ser agresivo" ya no es válido.

Por otra parte, a raíz de la "teoría de la democracia global", el diálogo democrático entre las civilizaciones auspiciada por la ONU no puede existir sin un comité internacional de investigadores que actualiza constantemente el "estado del arte" de los recursos del planeta. Por lo tanto, el papel regulador que tanto los Estados como las macrorregiones juegan en las Relaciones Internacionales debe estar justificado por la ONU. La "teoría de la democracia global" revierte las conclusiones del realismo de esta manera: "No importa el gobierno que está a cargo, la ONU debe regular las relaciones internacionales de manera democrática y en la línea con la paz perenne de Kant".

Palabras-clave: democracia global, sistema de las Naciones Unidas, reforma, diálogo entre las civilizaciones, educación internacional.

---

1 Giovanni Pampanini, International Group on Right to Education, Coordinator (Sissu, Catania, Italy: www.sissu.it).

Introduction

In 2000 the then Iran President Mohamed Khatami, introduced a petition, titled *Dialogue among Civilizations and Cultures* to the United Nations General Assembly, that unanimously passed it. Then, UNESCO was charged to implement it at states chiefs' level, holding annual high level meetings. Nevertheless, the 9/11 attack against the Twin Towers in New York strongly affected the regular course of the scheduled high level meetings series, that in fact has been silenced.

However, some political philosophers, as Fred Dallmayr, essayed to draw some useful constructs from the *Dialogue among Civilization* idea (Dallmayr, 2002). I too have tried to use the same idea as a basis for reconstructing the International Relations (IR) field, including an insight about the UN system reform. In so doing, my effort crossed the Global Democracy Theory (GDT) contemporary construction; then, the last became the main framework for more systematically re-thinking UN reform (Pampanini, 2012a and 2012b, Pampanini, 2014, and Pampanini, in press).

Global Democracy Theory

The under-construction GDT is based upon three notions: the world as the "contest of contests"; the "irreversible passages" of *non*-democratization; and *ethnic democracy*. The first idea affirms that the globalization process, started at the beginning of the '90s, politically and economically re-structured the whole world in a macro-regions ensemble (European Union, African Union, ASEAN, NAFTA, MERCOSUR, Arab League). In a sense, these macro-regions overlap and correspond to the ancient civilizations, but not necessarily. I call these macro-regions "contests" because I see them as congruent frameworks for human action, politically as well as culturally speaking. Consequently I re-conceptualize the whole world as the "contest of contests", the end being perceiving the forces and counter-forces dynamic balance in the world.

The second idea deals with a historic overlook of the different democratization processes aimed at identifying the reasons why democratization never happened to be improved in appropriate ways – I call these reasons "irreversible passages" that blocked in many ways the democratization processes whenever they occurred.

Finally, the third idea draws from the above mentioned historical overlook that, in a sense, allows calling the realized democracy experiments – from Athens to the current, Western democracies – *ethnic democracies*. Such a drastic result is based on the very fact that democracies have constructed their own advantageous status in force of foreign affairs policies of a militaristic and imperialistic kind. As a matter of fact, at the end of Modern Age the *West* obtained its superior status in political and economical terms in front of the *Rest*

thanks to a historical background that it, on its turn, doesn't sufficiently recognize today when, looking at the IR, it supposes that all countries are 'equal players'. This unfair situation comes from the fact that Western democracies are non-democratized democracies, in fact, *ethnic democracies*.

Keeping these three basic concepts in mind, the realization proposed in this paper is that we can reach a *non-ethnic* idea of democracy only if we move to a global level, that is, to a level in which we think that democracy too should be *global*; in fact, only a *global democracy* can overcome the *ethnic democracy* limitations.

A *non-ethnic* idea of democracy needs to be based on an equal respect to all civilizations – that is why I assume Mohammed Khatami's idea of *Dialogue among Civilizations* as the philosophical basis for re-structuring IR. The UN system should implement this respect as the UN is the main institution that can plausibly guide a process of global democratization through dialogue. A philosophical world Round Table for discussing a common problems agenda could be improved by the UN in order to allow all civilizations and macro-regions representatives to voice their own reasons. If this thought takes for granted the *capacity of dialoguing* on the part of each participating representative, it is clear since now that, in truth, such a *capacity of dialoguing* is not yet a matter of fact. It reposes on an Enlightenment idea of being able to modify one's own ideas just when discussing, that is, when putting on the table one's own ideas, sharing them with others, trying to defend them when possible, and in case recognizing the others perspectives as better than one's own perspectives. Of course, Global Democracy cannot be the 'dialogue among experts' result only, but it should fundamentally involve all cosmopolitan citizens. That is why we need to assume international education as a way to implement the capacity to dialoguing *of all* in a potential world public opinion sphere. From this point of view, we should re-vision the John Dewey's intuition about the link between democracy and education while extending it at an international level, so that school systems all over the world could interact thanks to the ICT, that teachers should be trained to use adequately.

Education and cultural traditions now engage in a valuable, enlightened dialectic in which cultural traditions should not be taken as values' ensembles to be respected in absolute and necessarily used, in strict terms, as solutions to the UN agenda global issues, but as traditional wisdoms only. In fact, they are the traditional ways in which we all human beings are accustomed to think of what we today call "global issues".

From the above exposed I draw three GDT basic pillars:

1. *democracy* cannot exist in an only country – that is, a country can be named *democratic* not only if it holds democratically inspired norms within its borders, but if its IR are democratic too;

2. *Global Democracy* is based on the *Dialogue among Civilizations*;

3. *International Education* must stimulate and nurture the *Dialogue among Civilizations*, therefore, *Global Democracy* at a *basic* level.

If all above said is reasonable, it is clear that GDT demands some UN system reforms in a way that this International organization can be fit to the GDT purposes and utopia. On its turn, GDT offers a congruent and insightful framework for UN reform, well beyond the point of Security Council, which the relevant debate normally turns around (Chemillier-Gendreau, 2005; Marchisio, 2000; Bargiacchi, 2005; Preschern, 2011; De Micco, 2012). These disputes are actually based on the motivated concerns about the super power of a country upon the others, or of a countries block upon the others, in an international competition framework. In fact, *the historical experience and the political philosophy clearly demonstrate that it is not sufficient that a country holds, within its borders, democratically inspired norms*. As we will see in the next section, we need to envisage a UN system coherent vision that is respondent to these concerns; the GDT seems to offer a soundly framework for this conceptual re-elaboration.

The UN Reform Question

Since Cold War end, the UN has rejuvenated and reinforced its international political role in different fields of global agenda – from development (UNDP, 1990) to education (UNESCO, 1990), from health (WHO, 1990) to "decent work" (ILO, 1990), up to Boutros-Boutros Ghali's *Agenda for Peace* (Boutros-Ghali, 1994), environment (International Conference of Rio, 1993), social development (International Conference of Copenhagen, 1995), and women rights (International Conference of Cairo, 1995). Nevertheless, due to the global agenda enormous complexity, some researchers expressed doubts on UN adequacy and about a reasonable possibility of its reform (Bertrand, 1994; Deldique, 1994). These doubts, manifested in many occasions, have been extended to the UN system as a whole (Ferrié, 1994; Gerbet, Ghebali, Mouton, 1996; Aguirre, 1996; Chemillier-Gendreau, 1996). Despite a soft optimism showed by some authors who spoke of Cosmopolitan Democracy in the last 20th century decade and onwards (as Archibugi, Held, 1995), the majority of observers who have dealt with UN reform have been skeptical, above all, in the post Cold War second decade, that is 2001-2011 (Conesa, 2001; Chemillier-Gendreau, 2002; Cooper, 2002; Ferro, 2003; Delmas-Marty, 2003; Bensaid, 2003; Ziegler, 2005; Power, 2005; Corten, 2005; George, 2007; Abélès, 2011; Maurel, 2010 e 2013).

In truth, reasons for skepticism are quite grounded. Even a short examination of last 20th century decade demonstrates how weak can be the hopes for a global democratization process led by the UN. In many cases, global development policies have turned in new *non*-democratization "irreversible passages", for instance, in the ASEAN countries, that is, the

Association of South-East Asiatic Nations (Brunei, Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand, and the NIE or NIC: New Industrialized Economies or New Industrialized Countries, that is: South Korea, Taiwan, Hong Kong, Singapore, and, since 1995, Vietnam) – above all, in Taiwan, Philippines, South Korea, Vietnam, Indonesia, and Burma (for Philippines, see Gaudard, 1996 and 1997; for Vietnam, see Nguyen, 1994 and Winckle, 1995; for Indonesia, see Cayrac-Blanchard, 1995; for Burma, see Boucard A. et L., 1994; Boucaud A. et L. 1995; Boucaud A. et L., 1996), Hong Kong being the exception, even if it is today threatened by central political power in China.

In the European Union, the same decade saw a process of increasing weakness of public sectors, parallel to a growing power of private corporations (Halimi, 1994; Le Goff, 1994; De Brie, 1996; Ramonet, 1996; Bourdieu, 1997). In the same time, monetarization grew in daily social life exchanges (Ramonet, 1997), so, also in this case, development remains a controversial issue if it contributed to stimulate democracy, or not.

After Ronald Reagan's days and the enthusiasm for his economical policies, in truth of a militarist kind, the *Washington Consensus* (or "Brady plan", from the name of the banker who invented it, along with the then IFM executive director, Michel Camdessus) had been applied, first in the in-crisis US economy, and then all over the world, from Russia to Mexico, Pakistan, Thailand, etc. It is in this context that "creative finance" was born, thanks to Gerald Corrigan, one of Goldman Sachs bank high functionaries and an ex Federal Reserve director, who invented new financial techniques, that is, the "derived products", to avoid a "markets violent, systemic dis-location". In fact, in Central and West Asia as well as in Indian macro-region, Africa and Latin America, the *Washington Consensus* had been wildly applied as a remedy to all economic crisis and social fragmentation in the '90s with short or null variation, arising a number of important criticisms. The impression that in Asia as well as in Europe development policies served, more or less, as "irreversible passages" toward *non*-democratization is reinforced if we examine the Arab countries case, where the democracy deficit was even greater in the same '90s. The problematic point in this case is that, paradoxically enough, just the European, democratic countries had often been the "best allies" of the non-democratic elites in power in the Arab countries, for convenience or for "peace" (Achcar, 1997). Such a democracy deficit, on the other side, was present inside Europe as well; in a sense, it affected also the trade relationships between Europe and its macro-partners (for example, regards EU-ANSEA agreements, signed on 1st and 2nd March 1996, see Fabre, 1996).

It is worth to mention that, conceptually, development changed paradigm during the same decade thanks to the many efforts made by Amartya Sen. The paradigm shift from a mere economic framework to a broader one, where economic considerations are mixed with philosophical and social ones, is evident in the way Sen names the issue, in fact, not just development, but *human* development. From a scientific point of view, Sen was able, along with an UNU-WIDER equip of researchers, to put in place an index to evaluate the states policies on behalf of *human* development, and more importantly for our point, such

a conception was embodied by the UNDP and spread through the *Human Development Reports* since 1990 (UNDP, 1990). The *Human Development Index*, composed per each country, puts together the richness (GDP) with the number of years of life attended to be lived at birth and both the number of years to be spent in school and the number of literate (or illiterate, conversely) adults. By this way, the *Index* becomes a useful tool for comparisons, since it allows to understand which country, in given conditions, is performing well and better on behalf of *human development*, that is to improve health and education conditions, and which one no. In effects, the UNDP *Reports* showed that the two curves, GDP and human development, do not necessarily coincide: "There is no automatic link between economic growth and human development [...] high levels of human development can be achieved even at modest income levels. It is a matter of how resources are used, of putting people first" (UNDP, 1990, *Introduction*). So, UNDP *Reports* highlighted the political role played by governments and other economic factors in promoting *human* development – therefore, it became evident that the responsibility for a bad or a good management of domestic resources is a collective fact, above all in democracies where the peoples are responsible for the elected representatives in power. A noted paradox is that just the poorest countries (that share a less improved democracy) spend more for armies, rather than for hospitals or schools. *Capability approach*, pushed by Amartya Sen and Martha Nussbaum, resumes the characteristics of this school of thought (Sen, 2000).

Nevertheless, as a matter of fact, policies on the terrain had rarely been inspired by the auspicated measures recommended by the UNDP. For instance, the democratic, solidarity and national principle of taxes payment, in due forms, equal and proportional, had been upset: in Europe, governments practiced a reduction of income tax and, as a result, who earned the more, paid the littler (so did Alain Juppé's government in 1996). The public goods had been menaced by a growing privatization, as the state seemed to diminish its role of protector of those goods that should never be sold, like water, education, agriculture and health. On the opposite, the kind of development managed by privates, *not faced by the state*, generated income only to the richest segments of population. As the gap between richer and poorer countries in the Mediterranean area was growing, that is between the European and the Arab countries, the same Mediterranean see was (and is) becoming a wall that is impossible to be overcome. In that way, Europe was becoming a Fortress – a big contradiction since just Europe pretended (and pretends) to be the most democratic place in the world. The current European democracy then seems to become a new, big *ethnic democracy*, a reproduction on a larger scale of the old Athens *ethnic* democracy, with slaves inside and imperialist policies outside.

Boaventura De Sousa Santos, Ernesto Laclau, Slavoj Zizek, Serge Latouche, and other critical thinkers advanced the idea that economical growth, rather than being the solution to poverty, is just its principal cause. They believe that it is so for at least three good reasons: 1. needs are artificially created in the population so that democratic power is deviated and

is no longer interested in controlling economics in a way to avoid either illicit enrichments, or fragmentation in society; 2. globalization, above all *economic* globalization should not overcome national governments democratically elected, as it is sadly often observed; and 3. finally, spiritual richness should be held as a value to be considered in a way not to be impoverished by a deforming framework where economics is given too much power (so argues Rahnema, 2005, for example, in line with the previous observations of Polanyi, 1944 and recovering Gandhi's ideas on self-sufficient economics; see also Harribey, 2013; Amaral, coord., 2003; Keucheyan, 2010). Observing how the 20th century ended, one could incline to think that the basic Realist principle (Hans Morgenthau, Henry Kissinger, Samuel Huntington) remains true and actually applicable up to now: *Foreign affairs ministry should act beyond parliament authorization or knowledge of its activities, because it must not risk to be blocked in the procedures, included war option, to be implemented in order to safeguard national interests and make its state survive, given the "anarchic" international environment*.

However, despite all empirical evidences, it is no more true that international environment is an "anarchic" one, as we saw at the very beginning of this section. If we think of the UN as the fittest place where a continuous "dialogue among civilization" can be exercised and pushed in the world public opinion *via* international education – to remind the two educational and philosophical principles that we already inserted in the GDT – we easily see that now we need to proceed affirming a fourth GDT principle. In fact, if we accept the first GDT principle, that is empirically and historically based, then, if we realize the importance and relevance of globalizing democracy, we can affirm that *the UN should be basically reformed in a way that it becomes the agency that democratically assigns the development quotas to each country*. In fact, besides the world-political and world-philosophical approaches to global democracy, we need to affirm that the economic dimension should also be contemplated in the powers to be split and controlled by the reformed UN. Through its many sections, basically the UNDP and the like, the UN should become a *super-partes* authority that can prepare a *world, human development democratic scheme.* From this point of view, global democracy depends very much on the respect, from each country, of this world democratic scheme. If we put this insight in terms of a principle, in fact the fourth GDT principle, it should read in this way: *The UN system should be reformed in a way to become the most important, international entity able to assign adequate development quotas to each country; and each country, no matter what is the government in charge in a given historical time, must respect the assigned quota*.

We note that this GDT principle directly upsets the abovementioned Realist principle; in addition, in tune with all three previous GDT principles, it establishes *that we should define as a democratic state only that whose foreign affairs ministry participates to the dialogue among civilizations promoted by the UN to determine, together with all other countries representatives, the development quotas to be assigned to its country as well as to all other countries on the basis of a consolidated, scientific data-bank about Earth's resources*. In other words, *the acceptance by each country of the UN as a* super-partes *authority means*

that the respect to the by the UN fixed developmental quotas should stay at the top of each domestic political agenda, no matter what is the political party at the government at the moment. The non-respect of these quotas, programmed and enunciated by the UN on the basis of a democratic and scientific recognition of a minimum standard of life condition of a *cosmopolitan citizen*, cannot but arise tensions that could turn in grounds for war. Briefly, *a country cannot actually self-declare a truly democratic country if its external behavior is not democratically inspired, that is, if it tries to obtain through its IR a greater quantity of resources useful to its development, that is a quantity that unfairly exceeds the democratically and scientifically established quota of development that is compatible with the development of all other countries existing in the world, and enounced by the UN*.

Conclusion

In conclusion, I affirm that the UN reform debate would gain in coherence and congruence if inserted in the under-construction GDT (Pampanini, in press). Globalization should cover democracy as well. GDT, in particular, unpacks the *ethnic* character of the previous historical experiences of democracy, that is, it highlights the many historical reasons for the many democratization failures. Nevertheless, we must consider that no longer the international environment is an "anarchic" one, like it was during the imperialisms era or the Cold War days, when every state-nation had to look for those resources fundamental to survive, in case warring against other states-nations; on the contrary, today international environment allows information to run speedy from one locus to another and the problem in an area procures problems in very far away zones. In addition, we should consider that all societies interculturally mixed at a certain extent over the last two decades (Pampanini, 2010). All that makes obsolete the Realist school of thought conclusion, that is, that *no matter what the government in charge is in a given time, foreign affairs policies must be aggressive* (even in the light version furnished by Angelo Panebianco of the "democratic warriors": Panebianco, 1997). A global democracy only lives if cosmopolitan citizens are there, informed and able to take a critical position in front of the biggest and common humankind problems, then, to argument their points of view in a potential world public opinion arena. The citizens themselves, no matter the country they belong to, should become able *to push their political and diplomatic representatives towards democratic international behaviors*: only by this way political and diplomatic representatives will responsibly embrace the fourth GDT principle, that asserts the exact opposite conclusion of the Realist one, that is: *No matter what is the government now in charge, each country and each macro-region should respect the development quota attributed to it by the UN*.

References

Abélès, Marc, sous la dir de (2011), *Des anthropologues à l'OMC. Scènes de la gouvernance*

mondiale. Paris: CNRS.

Achcar, Gilbert (1997), «Le monde arabe orphelin de la démocratie». *Le Monde diplomatique*, Juin.

Aguirre, Mariano (1996), *Los dias del futuro*. Barcelona: Icaria.

Amaral, Sergio, (org) (2003), *Porto Alegre. Les voix de la démocratie*. Paris: Syllepse.

Archibugi, Daniele; Held David, (org) (1995), *Cosmopolitan Democracy. An Agenda for a New World Order*. Cambridge: Polity Press.

Bargiacchi, Paolo (2005), *La riforma del CdS delle NU*. Milano: Giuffrè.

Bensaid, Daniel (2003), *Le nouvel internationalism. Contre les guerres impériales et la privatisation du monde*. Paris: Textuel.

Boucaud, André et Louise (1994), «Derrière les sourires de la "narco-dictature" birmane.» *Le Monde diplomatique*, Juin.

Boucaud, André et Louise (1995), «La dictature birmane sur la voie capitaliste». *Le Monde diplomatique*, Mai.

Boucaud, André et Louise (1996), «Victoire totale des généraux birmans. *Le Monde diplomatique*, Mai.

Boutros Ghali, Boutros (1994), *Agenda pour la paix*, document DPI/1247, ONU, New York.

Bertrand, Maurice (1994), *L'ONU*. Paris: La Découverte.

Bourdieu, Pierre (1997), «L'architecte de l'euro passe aux aveux.» *Le Monde diplomatique*, Septembre 1997.

Cayrac-Blanchard, Françoise (1995), Tour de vis à Djakarta. *Le Monde diplomatique*, Juin 1995.

Chemillier-Gendreau, Monique (1996), L'ONU confisquée par les grandes puissances. *Le Monde diplomatique*, Janvier 2006.

Chemillier-Gendreau, Monique (2002), *Droit international et démocratie mondiale. Les raisons d'un échec*. Paris: Textuel.

Chemillier-Gendreau, Monique (2005), «Pour une organisation de la communauté mondiale.» *Le Monde diplomatique*, Septembre.

Conesa, Pierre (2001), «Une géographie du "monde inutile"». *Le Monde diplomatique*, Mars.

Cooper, Robert (2002), *Reordering the World*. Foreign Policy Centre.

Corten, Olivier (2005), «Controverses sur l'avenir de l'ONU. « *Le Monde diplomatique*,

Septembre.

Dallmayr, Fred (2002), *Dialogue Among Civilizations*. Some exemplary voices. New York: Palgrave MacMillan.

De Brie, Christian (Juillet 1996), «Les Européens dans la nasse de l'austerité.» *Le Monde diplomatique*, Juillet 1996.

Deldique, Pierre-Edoard (1994), *Le mythe des Nations Unies. L'ONU après la guerre froide*. Paris: Hachette.

Delmas-Marty, Mireille (2003), «Ordre juridique et paix positive.» *Le Monde diplomatique*, Juillet.

De Micco, Lucia (2012), *L'impasse nella riforma del CdS delle NU*, sito AIC, Associazione Italiana dei Costituzionalisti.

Fabre, Guilhem (1996), «Mythes et réalités de la concurrence asiatique». *Le Monde diplomatique*, Mars.

Ferrié, Christian (1994), «Est-il possible de réformer la Banque mondiale? « *Le Monde diplomatique*, Juin.

Ferro, Marc (2003), «La SDN è morte, vive l'ONU…»*Le Monde diplomatique*, Avril.

Gaudard, Catherine (1996), «Aux Philippines, des paysans en lutte contre les "développeurs".» *Le Monde diplomatique*, Juillet.

Gaudard, Catherine (1997), «La paix reste fragile à Mindanao.» *Le Monde diplomatique*, Avril.

George, Susan (2007), «Une autre organisation du commerce international était possible…» *Le Monde diplomatique*, Janvier 2007.

Gerbet, P**. ;** Ghebali, Victor-Yves ; Mouton, Marie-Renée (1996), *Le rêve d'un ordre mondiale. De la SDN à l'ONU*. Paris: Editions de l'Imprimerie nationale.

Halimi, Serge (1994), «La flambée des privatisations. « *Le Monde diplomatique*, Févrie.

Harribey, Jean-Marie (2013), *La richesse, la valeur et l'inestimable. Fondements d'une critique socio-économique de l'économie capitaliste*. Paris: Les Liens qui libèrent.

Keucheyan, Razmig (2010), *Hémisphère Gauche. Une cartographie des nouvelles pensées critiques*. Paris: Zones.

Le Goff, Jacques (1994), «Des gadgets contre le chomage. « *Le Monde Diplomatique*, Avirl.

Marchisio, Sergio (2000), *L'ONU*. Bologna: Il Mulino.

Maurel, Chloé (2010), *Histoire de l'UNESCO. Les trente première années. 1945-1974*. Paris:

L'Harmattan.

Maurel, Chloé (2013), «Les Nations unies sous le charme du privé.» *Le Monde diplomatique*, Avril.

Nguyen Duc, Nhuan (1994), «Le Vietnam tourne la page.» *Le Monde diplomatique*, Avril.

Pampanini, Giovanni (2010), *Society, Interculturalism, and Education: An International Panorama*, *in* Giovanni Pampanini (org.) *Interculturalism, Society and Education*. Rotterdam: Sense (co-eds: Faten Adly and Diane Brook Napier), 95-148.

Pampanini, Giovanni (2012a), *A Dialogue among Civilizations. World Philosophy of Education. An Essay*. Catania: CUECM.

Pampanini, Giovanni (2012b), *Una Teoria de la Democracia Mundial. Porque es necesaria?* Key-note speech at the Inter-University Conference on Teacher Training, Bogotà, August 2012.

Pampanini, Giovanni (2014), *Derecho y educacion*. Conferencia a la Facultad de Derecho de la UBA, Buenos Aires, Febrero.

Pampanini, Giovanni (in press), *Global Democracy*. Bangalore: Bangalore National School of Law in India University.

Panebianco, Angelo (1997), *I guerrieri democratici*. Bologna: Il Mulino.

Power, Samantha (2005), "Réformer les Nations unies." *Le Monde diplomatique*, Septembre.

Preschern, Pamela (2011), *La riforma del CdS dagli anni '90 ad oggi*. Documento IAI.

Rahnema, Majid (2005). *Quando la povertà diventa miseria*. Trad. it. Torino: Einaudi.

Ramonet, Ignatio (1996). "Septembre rouge. " *Le Monde diplomatique*, Aout.

Ramonet, Ignatio (1997). "Régimes globalitaires. " *Le Monde diplomatique*, Janvier.

Sen, Amartya (2000), *Lo sviluppo è libertà. Perché non c'è crescita senza democrazia*. Trad. it. Milano: Mondadori.

UNDP (1990), *Human Development Report*. New York.

Winkle, Gertrude (1995), "Saigon, une rénovation sans projet". *Le Monde diplomatique*, Juillet.

Ziegler, Jean (2005), *L'Empire de la honte*. Paris: Fayard.

Alguma coisa está fora da [velha] ordem mundial

Junia Maria Ferrari de Lima[1]

Resumo

A crise do padrão moderno e eurocêntrico de conhecimento, no qual a relação dinâmica entre o poder cognitivo da ordem e o poder cognitivo da solidariedade se desequilibrou em favor da hegemonia do primeiro, parece evidente. Do campo da ciência até as tradicionais formas de planeamento e ocupação do território é notável uma explicita falência do projeto epistemológico moderno. Por outro lado, experiências de outros campos do saber provenientes dos países ditos periféricos têm revelado respostas efetivas no que diz respeito à emancipação de grupos historicamente excluídos, bem como de sua inserção nas discussões e apropriações da cidade. Este trabalho pretende contribuir para essa discussão a partir da reflexão em torno de algumas experiências de comunidades no Brasil, cujos processos de apropriação do território urbano apontam na direção de perspectivas alternativas e emancipatórias.

Palavras-Chave: Conhecimento; Participação; Emancipação; Transformação Social.

Abstract

The crisis of the modern and Eurocentric pattern of knowledge, in which the dynamic relationship between cognitive powers of order and cognitive powers of solidarity overbalanced in favor of the hegemony of the first, has been shown to be evident. From the field of science to the traditional ways of planning and land occupation is remarkable an explicit failure of the modern epistemological project. On the other hand, experiences in fields of knowledge from the so called peripheral countries revealed effective responses regarding the emancipation of historically excluded groups, as well as their involvement in discussions and appropriations of the city. This work aims to contribute to this discussion from the reflection around some experiences of Brazilian communities, in which processes of urban territory appropriations point towards alternative and emancipatory perspectives.

Keywords: Knowledge; Emancipation; Participation; Social Transformation.

1 Arquiteta urbanista e professora assistente da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). Atua na área de Planeamento Urbano e Metropolitano, com ênfase em processos compartilhados de produção do espaço.

Introdução

Após uma exaustiva explanação por parte de técnicos e acadêmicos acerca de diagnósticos e tendências que vão orientar a elaboração do Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)[2], na qual foram utilizados uma série de mapas, siglas e conceitos técnicos, Dona Neide levanta a mão e pede a palavra na plenária, finalmente aberta aos ouvintes: "Muito bonitos *esses desenho*. Vocês arquitetos são mesmo bons em fazer essas *coisas bacanas*. Só queria dizer que eu não entendi nada[3]!" Por outro lado, é certo que Dona Neide detém um saber único, do qual nenhum técnico ou acadêmico ali presente compartilha em relação às dificuldades do quotidiano de sua comunidade - moradia, mobilidade, acesso às oportunidades -, enfim, aos temas relevantes naquela suposta discussão. Entretanto a plenária apenas ri do seu comentário, que não por acaso fica sem resposta, apesar de expor o distanciamento 'abissal', plagiando Boaventura (Santos, 2011), entre Planeamento urbano (leia-se técnicos/Estado) e população diretamente afetada por todas as decisões sobre a cidade.

A cena escolhida para abrir esta discussão poderia ser outra dentre tantas que presenciamos atualmente nas instâncias de planeamento urbano que se autonomeiam participativas. Entretanto esta, especialmente, tem uma riqueza de conteúdos em sua simplicidade que se mostrou bastante oportuna para suscitar algumas questões alinhadas aos temas deste encontro.

Em primeiro lugar expõe a natureza do projeto moderno de conhecimento (técnico e acadêmico), cujo distanciamento das questões quotidianas tem se justificado historicamente em torno de uma pretensa e necessária neutralidade em relação ao objeto de estudo. Ora, será ainda possível sustentar esse modelo de saber fundamentado na artificialidade científica (criada pelo próprio homem, o que por si só já é controverso) e que o desvencilha do contexto no qual está inserido? É possível razão sem experimentação do mundo?

Para a ciência moderna, constituída em um momento de rompimento com o poder secular e religioso, o distanciamento do objeto era condição para compreender o mundo sem se deixar 'contaminar' pelo dogmatismo que dominou a Idade Média. Era necessário desconfiar das evidências de nossas experiências imediatas em relação aos fatos e aos objetos pois poderiam nos remeter a um conhecimento vulgar e ilusório do qual era urgente se desvencilhar naquele momento de busca pela verdade. Entretanto o projeto inicial da modernidade, apesar de coerente com as necessidades de seu tempo, tomou rumos bem diferentes ao longo do tempo. Da necessidade de avançar para além do dogmatismo e da autoridade religiosa a ciência se converteu em força produtiva e seus "critérios científicos de eficiência e eficácia logo se tornaram hegemônicos, ao ponto de colonizarem gradualmente os critérios

2 Capital do Estado de Minas Gerais. A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), composta por 34 municípios, é uma das três maiores do Brasil, com aproximadamente 5 milhões de habitantes.

3 O nome da cidadã é fictício e sua fala está aqui resumida, mas corresponde a ideia central de sua intervenção.

racionais de outras lógicas emancipatórias" (Santos, 2011:51). O chamado senso comum, ou conhecimento prático, passa a ser visto como subjetivo, não quantificável e, portanto, isento de verdade.

Hoje, passados mais de duzentos anos e já desconstruídos alguns dos paradigmas que fundamentaram por tanto tempo esse modelo de rigor científico[4] é necessário buscar novos caminhos mais alinhados às questões do tempo atual. A fragilidade desse modelo, que a princípio 'salvaria' o mundo da escuridão medieval, se mostrou insuficiente especialmente porque passou a ser mais um instrumento de dominação e de controle a serviço do capital do que um veículo para o conhecimento e a emancipação. A gestão científica da sociedade se estendeu para a educação e para a informação, transformando o saber em poder, de tal forma que, em pleno século XXI, grande parte da população, assim como Dona Neide, não consegue estabelecer o necessário diálogo com as instâncias decisórias sobre os rumos da sua cidade.

Em segundo lugar, o comentário de Dona Neide evidencia os mal-entendidos resultantes das diferentes formas de olhar e discutir a cidade. Ou seja, os técnicos e acadêmicos, em sua maioria, ainda se orientam por uma leitura do território baseada em conceitos e instrumentos predominantemente teóricos, mais distanciados da diversidade e subjetividade locais. Por outro lado, a maior parte da população constrói seu saber justamente a partir das suas tradições, práticas quotidianas e subjetividades, portanto sem qualquer fundamentação científica.

Os estudos pós-coloniais apontam a influência que o 'poder do saber' exerce sobre o outro que supostamente não o detém, agindo como um instrumento de legitimação da relação política de dominação-subordinação. Via de regra, nas instâncias de planeamento e câmaras legislativas, onde teoricamente se definem as questões de interesse sobre a cidade, o uso de repertório extremamente sofisticado acaba por excluir do debate o cidadão, deixando passar desapercebidas as verdadeiras intenções ali negociadas.

Dona Neide, quando pede a palavra, obriga o discurso técnico fundamentado no saber-poder da ciência moderna e distanciado do objecto-cidadão, a reafirmar-se, a se expor e se mostrar ainda abissal, mesmo por trás de um suposto processo participativo (Arroyo, 2009). Assim, a pergunta fica sem resposta simplesmente porque esses 'outros' são ainda invisíveis para as instâncias de planeamento, "pensados como objetos naturais, em estado de natureza, primitivos, selvagens, o poder-saber [os tem] como inexistentes, inferiores, pré-humanos" (*idem*).

Como é possível, então, avançar na aproximação dessas e de outras tantas diferenças? Que caminhos trilhar para se alcançar um diálogo efetivo a partir dos diversos saberes,

4 Seja na matemática, na física, na biologia, são inúmeros os exemplos de novas teorias que desconstroem verdades até então entendidas como absolutas. Inclusive a "demonstração da interferência estrutural do sujeito no objecto observado" (Santos, 2011:69). Não é mais possível separar o sujeito do objecto. Para Hissa (2013:15) "o discurso, ao se enunciar, primeiro atravessa aquele que o expressa".

experiências, linguagens?

Para Santos (2004:78), a alternativa a uma teoria única e geral é "o trabalho da tradução [que] é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis [...] sem pôr em perigo a sua identidade e autonomia, sem, por outras palavras, reduzi-las a entidades homogéneas." Não se trata de legitimar ações meramente 'educativas' que apenas tornem acessíveis as terminologias utilizadas nos discursos de planeamento. Isso seria persistir num modelo de catequese, permanecer no colonialismo que não considera o saber do outro como elemento fundamental na construção de soluções compartilhadas.

Ainda segundo Santos (2004:81), é preciso aproximar e encontrar uma zona de contacto entre as diversas práticas, saberes e interesses, ou seja, identificar e reforçar "o que é comum na diversidade do impulso contra-hegemónico". Esta aproximação impõe uma prática compartilhada = coparticipação. É preciso que o pesquisador abandone sua condição de mero observador e passe a condição de ator, juntamente com os demais envolvidos.

A copesquisa ou *conricerca*[5] se fundamenta nesses princípios de participação conjunta, e tem como características: a circulação das informações; a construção de relações; e o mutualismo de base ou solidariedade. Abandona-se o método descritivo sociológico tradicional em busca de um método político voltado à ruptura e à libertação. O objetivo é construir juntos novos direitos, formas de vida e subjetividades (Cava, 2012).

É também preciso buscar os pontos de ruptura do capitalismo contemporâneo e a partir daí formas de resistência e de organização, o que nos remete a um terceiro ponto na fala de Dona Neide: quem é esta cidadã e esses novos atores sociais, cada vez mais presentes nas cenas políticas brasileiras? Trata-se de uma mudança na composição dos antigos movimentos sociais especialmente após as 'jornadas de junho'?[6] Ou são apenas 'outros dos mesmos'? Ativismo ou movimentos sociais?

Para Souza (2004:82-84) "ativismos e movimentos sociais são formas de se organizar e se colocar como participantes ativos [...] tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se, em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos". Entretanto, para o autor há distinções importantes: todo movimento social é um tipo de ativismo por incluir ações de caráter pontual até aquelas com temas mais amplos (de atos puramente reivindicatórios até lutas de maior abrangência, com temas econômicos, políticos e sociais), mas nem todo ativismo é movimento social. Este, por sua vez, já representa um nível maior de organização e "tem o horizonte de luta ampliado".

São termos de difícil distinção, ele mesmo admite, especialmente no Brasil onde as lutas e

5 A *conricerca* ou copesquisa foi um método de pesquisa participativa desenvolvido na Itália, na década de 1950, dentro do movimento operário da indústria automotiva.

6 As "jornadas de junho" referem-se à série de manifestações, protestos e ocupações que aconteceram no Brasil, a partir de junho de 2013.

os movimentos não são claramente definidos, por isso também não podem ser explicados por uma teoria única. Nesse sentido, Mendes (2012:10) aponta como ponto de inflexão importante para o entendimento desses novos atores a mudança dos modos de produção. Ou seja, a passagem da 'fábrica fordista' ao modelo de 'fábrica difusa pós-fordista' alterou o local de disputa do capital, que sai do chão de fábrica e alcança toda a cidade. Com isso amplia-se também a condição de 'operário' a todo aquele que trabalha e consome, portanto a todos nós que vivemos na cidade. Assim, os novos atores sociais são todos, é a 'Multidão'[7] , diversa e plural, conjunto de singularidades (diferente de individuações) que age em comum e que contrasta com a unidade indiferenciada da 'massa' (mais alinhada ao fordismo). A Multidão não é anárquica, nem incoerente, nem fragmentada. E' organizada, mas não unificada (como a massa), por isso não se submete ao poder, pelo contrário, se torna o monstro revolucionário que o assombra e enfrenta (pela luta e pela resistência) (Hardt e Negri, 2012:12).

Portanto, para se falar em emancipação e autonomia é necessário antes que se repensem os movimentos sociais à luz de outros elementos: novos modos de produção (capitalismo cognitivo), múltiplas escalas de cidade e de locais de luta (global e local simultaneamente), além do resgate das singularidades (tradição, cultura e práticas quotidianas). Talvez assim possamos caminhar em direção a novas práticas mais alinhadas à realidade e aos atores sociais, e portanto mais emancipadoras.

A Práxis

Um exemplo de luta e resistência compartilhada que tem se tornado frequente em Belo Horizonte e na sua Região Metropolitana é o fenômeno das 'Ocupações Urbanas'. Ali esses novos atores sociais, sem qualquer espaço na cidade (em todos os sentidos), tem assumido o papel de protagonistas na transformação dessa condição de 'invisibilidade' perante o Estado e a sociedade civil, a partir de um processo construído na práxis quotidiana.

A Comunidade, mais conhecida como 'Ocupação Eliana Silva'[8], está situada na porção Sul do município de Belo Horizonte (Brasil), em zona tradicionalmente conhecida por seu carácter industrial – Região do Barreiro. A primeira tentativa da ocupação se deu na madrugada do dia 21 de abril de 2012 quando cerca de 200 famílias, organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ocuparam um terreno público bem próximo ao local onde atualmente se encontra a atual ocupação. Entretanto as famílias foram despejadas logo em seguida, em 11 de maio de 2012, mediante ação extremamente repressiva, com forte aparato policial.

No dia 25 de agosto de 2012 se deu uma nova ocupação em local bem próximo ao anterior e

7 O conceito de multidão é muito diferente do conceito de classe operária porque este só se refere ao trabalhador industrial, ao contrário do primeiro que considera todas as formas de trabalho como socialmente produtivas, inclusive o trabalho reprodutivo feminino e dos excluídos da formalidade. Por isso trata-se de um conceito mais ampliado e que possibilita um maior compartilhamento em ações de resistência ao capital. Sua força é a biopotência. Para aprofundamento ver Hardt e Negri (2012).

8 Este nome é uma homenagem do grupo a uma militante da luta por moradia, já falecida.

que abriga, até hoje, aproximadamente 300 famílias em lotes de apenas 60m² cada. O local não foi ainda reconhecido pelo Poder Público e por isso está sem acesso formal aos serviços de luz, água e esgoto.

Figura 01 – Localização da ocupação Eliana Silva.
Fonte: Clycia Gracioso, Igor Guelfo, Jessica Karoline, Mikael Guedes e Victor Alencar, alunos da disciplina Oficinas Integradas de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Escola de Arquitetura da UFMG – Setembro de 2013.

Trata-se de área de propriedade do Estado e que foi repassada a empresários por valor bem abaixo do mercado, com o intuito de ali estabelecerem uma indústria que contribuísse para o desenvolvimento econômico do Estado. A expectativa nesse sentido não foi cumprida, além da área ter sido vendida por valores de mercado, contrariando deliberadamente o acordo firmado anteriormente.

A nomenclatura 'ocupação' refere-se a uma forma peculiar de apropriação de áreas urbanas vazias ou subutilizadas, como forma de viabilizar a moradia na RMBH. A ocupação é feita de maneira articulada e a uma só vez. Ou seja, o grupo planeja a ação, escolhendo o lugar antecipadamente e avaliando as implicações de ordem legal e de infraestrutura que possam interferir no processo. Diferentemente das 'ocupações espontâneas', prática mais comum no Brasil, na qual as apropriações vão acontecendo de forma isolada no tempo, conformando a maior parte das nossas Vilas e Favelas.

Apesar das semelhanças no que diz respeito à precariedade da infraestrutura, à insegurança da posse e à falta de apoio do poder publico no sentido de seu reconhecimento, as ocupações urbanas se diferem das ocupações espontâneas pela organização prévia do grupo. São também uma resposta da população à falta de uma política eficaz de habitação, além de um ato de resistência ao domínio do capital imobiliário sobre os rumos da cidade.[9]

9 Hoje as Ocupações Urbanas da RMBH representam solução de moradia para mais de 15.000 famílias, em contraposição à política habitacional do município que, no mesmo período, entregou apenas 1400 unidades habitacionais.

No primeiro momento as moradias são construídas com lonas, painéis de madeira e outros materiais provenientes de resíduos da construção civil. É preciso configurar a ocupação da maneira mais ágil possível. Entretanto, tão logo as famílias possam, é necessário construir as residências com materiais mais tradicionais a fim de se caraterizar uma área consolidada. Ou seja, as formas alternativas de moradia são consideradas efêmeras pelo Poder Público e, portanto, passíveis de serem removidas a qualquer tempo. Por outro lado, reproduzir edificações que utilizem materiais e modelos mais alinhados com o conceito de 'cidade formal' constitui elemento importante nas negociações visando a permanência do grupo no local.

Estas regras não explicitadas traduzem a força dos padrões de moradia impostos pelo Estado moderno. Desde as tradicionais formas de planeamento, que excluem as populações dos processos decisórios, até os modelos de ordenamento territorial, há uma explícita opção pelos padrões capitalistas e consequente marginalização das demais possibilidades. Inclua-se a moradia, as formas de acesso à infraestrutura e, obviamente a própria população que não represente possibilidade de consumo.

No caso da Ocupação Eliana Silva as famílias buscaram apoio em profissionais e acadêmicos das áreas de arquitetura, geografia e direito, além de diversos colaboradores, com o objetivo de construir, de forma compartilhada, um plano de ocupação para a área. Na demarcação dos lotes, adotou-se uma implantação interferisse o mínimo possível na topografia local, diferentemente dos padrões utilizados pelo Poder Público nos conjuntos habitacionais que normalmente demandam grande movimentação de terra e consequente impacto na paisagem. Assim, a topografia se manteve original, sem trabalhos de terraplanagem (cortes e aterros que fragilizassem o terreno, pondo em risco as moradias). Um dos princípios que orientou a solução final foi a discussão sobre o esgotamento sanitário, fundamental para a permanência das famílias, uma vez que o acesso à rede da cidade é negado às Ocupações. Outro ponto importante foi o respeito às áreas de proteção ambiental na implantação dos lotes, o que tem ajudado bastante nas negociações junto ao Poder Público visando a permanência das famílias no local.

Para o primeiro momento foram planejados equipamentos coletivos de sanitários/banhos, cozinha e tanques de serviço, viabilizados a partir de ligações clandestinas com as redes de abastecimento municipal. Esta opção por espaços coletivos se deu no sentido de evitar os impactos negativos provenientes da utilização de soluções improvisadas para esgoto, que logo contaminariam os cursos d'água locais, além de ocupar espaço nos lotes já tão pequenos. A energia elétrica é proveniente da rede pública, mas ligada de forma clandestina e a drenagem de águas superficiais não foi solucionada, causando erosão em uma parte do terreno.

Apesar de se tratar de uma Ocupação com alguns avanços no sentido de buscar soluções

Importante registar que um estudo recente demonstrou que o número de imóveis vazios atualmente na RMBH é suficiente para resolver a demanda habitacional em vários municípios, inclusive em Belo Horizonte.

coletivas, a conformação urbana ainda apresenta grandes semelhanças com a 'cidade formal': vias margeadas por lotes individuais, moradias unifamiliares e sistemas construtivos pouco alternativos. A adoção do modelo de condomínio, ou seja, quadras sem delimitação dos lotes, ainda não é bem aceita pelos moradores, demonstrando que, apesar da propriedade da terra ser um dos grandes problemas na luta por moradia, todos querem cercar seus lotes como forma de garantir os limites de 'sua propriedade'. No que diz respeito às soluções de esgotamento e tratamento das erosões entretanto, foi possível adotar posteriormente outros modelos não tradicionais e que possibilitaram às famílias o não compartilhamento dos primeiros equipamentos coletivos.

As discussões para buscar soluções de saneamento (tanto para águas cinzas quanto para águas negras[10]) envolveram moradores, professores, alunos e colaboradores, utilizando-se para isso elementos de representação que traduzissem, da melhor forma possível a ideia final. Uma maquete, com todas as vias e lotes demarcados, facilitou o entendimento das propostas, mas a atividade prática foi a que mais envolveu todos os participantes. Foram adotadas soluções bem simples e alternativas, adaptadas de práticas tradicionais já utilizadas em áreas rurais ou sem acesso a redes de esgoto: filtragem por resíduos, evapotranspiração e biodigestão.

Figura 02 – Processos de Execução.
Fonte: fotos dos alunos disciplina OFIAUP – Intervenção em Assentamentos Precários e Grupo Práxis (EA/UFMG) – 2012 e 2013

A TRANSFORMAÇÃO

Este breve relato em torno de algumas das experiências de aproximação entre a Ocupação Eliana Silva e a Universidade tem como objetivo suscitar práticas que possam representar

10 No vocabulário técnico águas cinzas são aquelas provenientes de pias, tanques e chuveiros, portanto com menor teor de contaminação do que as chamadas águas negras, provenientes dos vasos sanitários.

transformações importantes para todos os envolvidos e contribuir para a discussão em torno de algumas das questões levantadas anteriormente. Seja no que diz respeito a romper com alguns padrões que ainda fundamentam o saber acadêmico, seja no compartilhamento de diferentes saberes, ou pelas contribuições no sentido de fortalecer os atuais atores sociais, essas experiências podem apontar um dos muitos caminhos possíveis. É verdade que ainda há mais perguntas do que respostas, mas certamente há possibilidades fora da 'velha ordem' da Ciência e do Estado modernos.

No que diz respeito a romper com os padrões acadêmicos e científicos, a experiência com a Comunidade colocou em xeque a eficácia dos chamados 'processos participativos' utilizados na prática de planeamento urbano, e que ainda usam de linguagens rebuscadas e distanciadas do cidadão comum. Ainda fundamentados na dualidade sujeito/objecto da Ciência e do Estado modernos, os tradicionais modelos constituem parte da estratégia necessária à manutenção do mesmo sistema e por isso não há interesse em sua modificação.

Por outro lado, a aproximação entre comunidades tão distanciadas (Universidade e população) foi, no meu entendimento, o mais rico de todo o processo: "Ocupar os espaços, os territórios, as instituições como escolas, universidades, 'os latifúndios do saber' é uma pedagogia formadora que se contrapõe à histórica exclusão desses espaços, instituições de produção do conhecimento e da existência" (Arroyo, 2009). Este encontro, além de fortalecer a solidariedade e a possibilidade de emancipação de todos, confrontou o saber acadêmico com um necessário ajuste aos novos tempos e demandas sociais. Foi necessária uma mudança substancial nas práticas disciplinares a fim de se buscar soluções e linguagens comuns, ampliando e modificando códigos e repertórios extremamente sofisticados e dispensáveis. Em alguns momentos importantes decisões foram tomadas desenhando-se no próprio chão, sem computadores, pranchetas ou manuais.

É preciso registar que também houveram várias dificuldades nesse percurso. Disputas, impasses e até suspensão dos trabalhos. Momentos em que muitos tinham opiniões diferentes (e até divergentes) e ninguém para dar a palavra final, pois aí a academia e a técnica já estavam destituídas do seu pretenso lugar de saber-poder. Além disso, dificuldades com materiais, recursos e disponibilidade de tempo, tendo em vista que a grande maioria ali constitui-se de trabalhadores e que por isso só dispõem dos finais de semana para as práticas. O exercício da criatividade foi então fundamental em grande parte desses impasses.

Todas as práticas foram de extrema relevância para os moradores da Ocupação Eliana Silva, até hoje sem atendimento de água e esgoto pela concessionária local. Os equipamentos alternativos de saneamento construídos, corriqueiros para quem vive na 'cidade formal', significaram para eles a possibilidade de um banheiro em casa, ou, pelo menos de lavatório e chuveiro, o que não é pouca coisa para uma família.

Entretanto, é importante deixar claro que a riqueza dessa experiência está em seu processo. Mais do que melhorar as condições de moradia da população está em curso a transformação

de todos os envolvidos (moradores, professores, alunos e colaboradores). Esse processo propiciou a construção de uma rede de relações que extrapolou as discussões em torno da habitabilidade local, e o desejo de inserção nas instâncias de decisão sobre os rumos da cidade passou a ser o elemento comum, o 'ponto de contacto' de vários dos envolvidos.

Seja nas ruas, como nas Jornadas de junho em 2013, nas Assembleias Horizontais, nas discussões do Grupo pela Reforma Urbana, na Prefeitura reivindicando solução para as demandas por moradias, ou até pelo celular dando suporte técnico em tempo real para as discussões com o Poder Público, o processo tomou dimensões para além da prática arquitectónica. Tornou-se bem maior: um encontro de cidadãos e de singularidades cuja potência tem demonstrado reais possibilidades de transformação para todos os envolvidos, inclusive para o espaço urbano.

Referências bibliográficas

Arroyo, Miguel Gonzalez (2009), *Ações Coletivas e Conhecimento: Outras Pedagogias?* Versão eletrônica consultada a 23.05.2014, em http://www.universidadepopular.org/site/media/leituras_upms/Acoes_Coletivas_e_Conhecimento__30-11-09.PDF

Cava, Bruno (2012), "Copesquisa". *Revista Global Brasil*, número 16, Ano 2012. Versão eletrônica consultada a 26/11/2013 em http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1217

Hardt, Michael; Negri, Antonio (2012), *Multidão: Guerra e democracia na era do Império.* Tradução Clóvis Marques – 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Hissa, Cássio Viana (2013), *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mendes, Alexandre Fabiano (2012), "A copesquisa nas lutas da cidade". *Lugar comum – estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 37-38, 9 - 16.

Santos, Boaventura Sousa (2011), *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum*. 8.ed. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura Sousa (2004) "O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução". *Debates*, 15, 77-90.

Souza, Marcelo Lopes; Rodrigues, Glaucio (2004), *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP.

Link para o filme sobre o trabalho apresentado: http://dialogoselianasilva.wordpress.com/2013/05/29/eliana-silva-praxis/

Ativismo e militância política entre adeptos da Wicca no Brasil

Daniela Cordovil[1]

Resumo

A Wicca é uma religião surgida na Inglaterra nos anos de 1950, que hoje possui pelo menos 800.000 adeptos nos Estados Unidos (Clifton, 2006). No Brasil, estima-se que 500.000 pessoas pratiquem a religião (Bezerra, 2012:37). Este texto tratará das práticas de ativismo político realizadas por praticantes da Wicca. Os adeptos da Wicca, cultuam o sagrado imanente, compreendido como manifestação da Deusa e do Deus em uma espiritualidade feminista e ecológica. Na esfera civil estão engajados em movimentos e associações em defesa da liberdade religiosa. O texto fará um apanhado dessa militância a partir de uma etnografia das práticas de uma de suas principais associações civis, a Abrawicca, Associação Brasileira de Arte e Cultura Wicca. O trabalho é resultado de pesquisa de campo etnográfica e documental que vem sendo realizada desde setembro de 2013, e faz parte de um projeto maior que tem por objetivo mapear e analisar a presença das religiões neopagãs no Brasil.

Palavras chave: Wicca, neopaganismo, ecologia, feminismo, liberdade religiosa.

Abstract

The Wicca emerged in England in the 1950s and now it has at least 800,000 followers in the United States (Clifton, 2006). In Brazil, it is estimated that 500,000 people practice Wicca (Bezerra, 2012:37). This text will deal with political activism practices performed by the Wicca followers. The Wiccans have a conception of immanent sacred, understood as a manifestation of the Goddess and God, thus it is a feminist and ecological spirituality. In Brazilian's civil sphere, they are engaged in movements and associations in defense of religious freedom. The text will make an overview of their militancy from an analysis of one of its main civil associations, the Abrawicca (Brazilian Association of Wicca Craft and Culture). This paper is the result of ethnographic and documentary field research that has been conducted since September 2013, and is part of a larger project that aims to map and analyze the presence of neopagan religions in Brazil.

Keywords: Wicca, Neopaganism, ecology, feminism, religious freedom.

---

1 Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará, Brasil. Líder do grupo de pesquisa "Neoesoterismo e Religiões Alternativas". Autora do livro *Religiões Afro: introdução, associação e políticas públicas* publicado pela Fonte Editorial, possui experiência de pesquisa em religiões de matriz africana e política no Brasil. Atualmente desenvolve pesquisas sobre a relação entre religião e feminismo.

1. Introdução

A década de 1960 foi marcada por uma relativização nos valores, práticas e comportamentos no que diz respeito à sexualidade e as relações de gênero e por movimentos de crítica ao sistema de produção capitalista. Surgiu neste período um movimento denominado contracultura, que trouxe uma crítica ao patriarcado e ao capitalismo (Hobsbawn, 1995). Este movimento, que teve causas históricas, sociológicas e políticas, também repercutiu na esfera da espiritualidade. A chamada revolução sexual abalou nas bases alguns princípios sob os quais estavam assentadas a moral e as práticas da religiosidade judaico-cristã, até então hegemônica no Brasil e no Ocidente. Os jovem buscavam uma "sociedade alternativa", através de viagens, militância política, pacifista, feminista ou ecológica, ou indo morar em comunidades, onde poderiam afastar-se do capitalismo e experimentar novos modos de vida.

No campo da espiritualidade tornou-se um símbolo desta emancipação a (re) criação da Wicca, ou bruxaria moderna. Para seus adeptos, essa religião resgataria as práticas e a espiritualidade dos antigos Celtas, existentes na Bretanha antes dela ser conquistada pelos Romanos e converter-se ao cristianismo. Essa espiritualidade foi denominada pelos cristãos de paganismo, e seus praticantes foram chamados pagão, termo que hoje é resgatado pelos wiccanianos para denominar a espiritualidade que praticam. Além da Wicca, existem outros movimentos religiosos neopagãos, como o Druidismo, o Reconstrucionismo Celta e o Odinismo (Adler, 1986).

Inicialmente codificada pelo antropólogo amador Gerald Gardner, nas décadas de 1940 e 50, a Wicca passou por uma reformulação durante as décadas de 1960 e 70, profundamente influenciada pelo feminismo. A principal diferença introduzida na Wicca neste período foi a maior ênfase no culto a Deusa, enquanto que a Wicca Gardneriana cultua o casal sagrado, a Deusa e o Deus. A vertente da Wicca cuja maior ênfase é o culto ao feminino é conhecida como Wicca Diânica e é uma das muitas tradições atualmente existentes nesta religião (Salomonsen, 2002). O culto a Deusa, promovido pelos adeptos da religião Wicca inclui práticas ligadas ao sagrado feminino, com a sacralização da mulher em seus ritos. (Lascariz, 2010:100).

Segundo Jeanluis Durte (2008:140) a emergência e popularização da Wicca na Inglaterra nas décadas de 1950 e 60 está relacionada a perda de centralidade desta nação como principal influência geopolítica e cultural no mundo do pós-guerra. Ao propor uma religião ligada aos deuses antigos e anteriores ao cristianismo, Gerald Gardner e seus discípulos exerceram profundo fascínio na sociedade britânica em crise com o esfacelamento do Império colonial construído durante o período Elizabetano.

Bezerra (2012:39) afirma que é possível perceber os primeiros indícios da presença da Wicca no Brasil na década de 1980. Nesta década foram lançados no mercado literário nacional títulos de autores clássicos na literatura sobre Wicca em língua inglesa, e fizeram sucesso

obras de ficção como o romance *Brida*, do já consagrado escritor Paulo Coelho, e a tradução dos quatro volumes da obra de Marion Zimon Bredley, *As Brumas de Avalon*.

No final dos anos 1990 os adeptos da Wicca no Brasil buscam uma maior institucionalização com a criação da Abrawicca, Associação Brasileira de Arte e Cultura Wicca consolidada no ano 2000. A associação iniciou neste período a prática de promover encontros anuais, como o Encontro Anual de Bruxos e o BBB, Brux@s Brasileiros em Brasília. A Abrawicca também promove workshops assim como agendas contínuas de atividades públicas em diversas capitais do pais. A associação participa do Comitê da Diversidade Religiosa, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Mais recentemente surgiu a Igreja Brasileira de Bruxaria e Wicca, associação criada também com o objetivo de garantir direitos civis aos pagãos, visto que há o projeto de uma lei das Igrejas em tramitação no Brasil. Caso aprovado, este projeto exigiria, entre outras coisas, que as instituições religiosas estejam organizadas em associações civis para que sejam legalmente reconhecidas. Como o texto da lei utiliza a palavra Igreja, trouxe para os adeptos da Wicca a situação contraditória de precisarem-se agregar sob uma palavra tradicionalmente associada ao cristianismo. Para isso, apresentam uma justificativa:

> Compreende-se que Igreja é um termo que vem do latim ecclesia – comunidade, assembleia. Sobre essa questão Mavesper Cy Ceridwen faz a seguinte reflexão: "muito antes de ser usada por cristãos já era usada no paganismo. Utilizamos o temos não para designar um órgão de comando de uma hierarquia rígida, porque inexiste isso na bruxaria. A designação é apenas o que e origem etimológica diz: uma comunidade para todos[2]

2. Ativismo Público

Atualmente a Abrawicca congrega wiccanianos de diversas tradições com objetivo de divulgar a religião, participando em fóruns de discussão, debates políticos sobre inclusão, diversidade de igualdade religiosa.

Por meio da associação são desenvolvidas atividades regulares em cinco capitais brasileiras. As atividades tem como objetivo divulgar a religião e a filosofia Wicca, possibilitando a qualquer interessado ter uma experiência e um conhecimento mínimo da religião. O principal objetivo das agendas da Abrawicca é congregar pagãos e desmitificar a imagem do bruxo como uma pessoa envolvida com práticas malignas ou demoníacas, que perdura desde a Idade Média.

A associação também oferece assistência jurídica aos pagãos vítimas de preconceito. Na Comissão Nacional de Diversidade Religiosa, participou da elaboração de uma cartilha contra a intolerância religiosa.

2 Disponível em http://comiter.wordpress.com/artigos/

Como diz o site da associação:

> A Abrawicca surgiu da ação de um pequeno grupo de bruxas e bruxos de São Paulo, em meados de 1997. A ação desse grupo foi projetar uma associação que representasse e atendesse aos anseios dos bruxos brasileiros, centrando sua preocupação em defesa jurídica e institucional contra o preconceito[3]

Para além desta preocupação, em mais de dez anos de atuação a associação desenvolveu projetos no Brasil inteiro, visando por um lado divulgar e possibilitar ao acesso a conhecimento sobre a religião para praticantes neófitos e por outro dar visibilidade pública para a Wicca.

O agrupamento em associações civis e a militância política de bruxas e bruxos é algo novo para a religião, que é praticada em *covens* e tradições. Uma tradição é um conjunto de conhecimentos transmitidos por via iniciática para novos membros através de estágios que duram anos, por vezes décadas. Já os *covens* são grupos de até 13 pessoas no interior do qual a religião é praticada cotidianamente. Os membros de um *coven* celebram juntos rituais, convivem e trocam experiências. Uma tradição pode agrupar vários *covens*. Para fazer parte de um *coven* ou tradição é preciso que haja o que os wiccanianos chama de PAPC (perfeito amor perfeita confiança), uma relação de total entrega e intimidade entre os membros.

Esse espírito de comunidade que é da natureza própria da prática religiosa da Wicca, seria inicialmente contraditório com a ideia de realizar rituais, cursos e oficinas abertos ao público. No entanto, a introdução recente de elementos dinâmicos como a internet e as atividades públicas são de fundamental importância para que as pessoas que praticam ou tem afinidade com a Wicca se conheçam e troquem experiências sobre a religião.

Participam da Abrawicca membros de diferentes *covens* e tradições e os chamados “bruxos solitários”, pessoas que, como o nome já diz, decidiram não se juntar a nenhum *coven* e praticam seus rituais de Wicca isoladamente. Obtém conhecimento principalmente por meio de livros e trocas de experiências com outros bruxos. Os bruxos solitários podem eventualmente participar de reuniões e encontros, mas optam por não se filiar em grupos fechados (Pike, 2001).

A Wicca por princípio não é uma religião proselitista, a finalidade dos rituais públicos não é atrair adeptos ou expandir a religião. A divulgação pública é feita para que aqueles, que na linguagem wiccaniana, “sentem o chamado da Deusa”, possam conhecer e trocar experiência com os que já estão há mais tempo praticando a religião.

No Pará, a Abrawicca faz parte de uma associação civil, existente desde 2009, chamada Comitê Inter-religioso. Congregando lideranças de religiões cristãs e não-cristãs, o comitê tem como objetivo fomentar a cultura de paz e de diálogo entre religiões.

3 Disponível em http://www.abrawicca.com.br/?page_id=116

O comitê promove ou participa anualmente de diversos atos públicos como a Celebração do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a Caminhada pela Liberdade Religiosa, o Dia Mundial da Terra, entre outros. Os membros do comitê realizam celebrações inter-religiosas e também desenvolvem cursos e oficinas onde discutem símbolos e seus significados em diferentes religiões.

A Abrawicca também já se fez presente no Encontro para a Nova Consciência, realizado todos os anos na cidade de Campina Grande, no Carnaval. O evento é um momento de encontro entre praticantes de diferentes espiritualidades. Nele discute-se questões referentes à mudanças planetárias, consciência ecológica, problemas sociais, espiritualidades contemporâneas, etc. (Scwade, 2011).

3. Feminismo

A Wicca é uma religião feminista, sua cosmologia é profundamente influenciada pelos achados arqueológicos da pesquisadora Marija Gimbutas, que afirma a existência de um matriarcado há cerca de 5000 a.c. A filosofia Wicca pressupõe que antes do advento do cristianismo, a humanidade viveu em culturas agrárias e matriarcais, onde a mulher era valorizada pelos seus atributos geradores de vida e nutridores.

Como outras religiões neopagãs, a Wicca procura reviver este momento, cultuando panteões de sociedades não mais existentes, como a Nórdica, Grega, romana, Egípcia, etc. A crença no matriarcado e no seu possível resgate leva o feminismo para o cerne da espiritualidade wiccaniana (Salomonsen, 2002).

Para além da espiritualidade, a militância femininsta pode traduzir-se em atitudes práticas. Um exemplo são os Círculos de Mulheres, grupos de encontro femininos, onde são realizadas vivências e discussões com o objetivo de construir uma femininidade positivamente valorada (Faur, 2011).

Os círculos de mulheres promovidos pela Abrawicca são abertos ao público. Nele podem ingressar mulheres de diferentes religiões que são introduzidas no que é chamado a celebração dos “mistérios do sangue”. O sague menstrual é percebido como principal símbolo metonímico do poder feminino, pois simboliza a capacidade da mulher de gerar vida. A mulher menstruada deve erguer um altar em sua casa para honrar este sangue, realizando meditações e práticas para entrar em conexão com este período. Nos Círculos de Mulheres também são realizados trabalhos manuais, com a confecção de objetos que ajudam a mulher e conectar-se com a sua feminilidade.

Outra atividade realizada regularmente na Wicca é a Reconsagração do Ventre e do Falo. Trata-se de vivências de um fim de semana abertas ao público não-wiccaniano, cuja finalidade é a cura das “feridas do patriarcado”. Com este nome compreende-se padrões de comportamento dolorosos baseados no modelo de dominação-exploração da mulher,

característico da nossa sociedade. No Templo da Deusa, comunidade wiccaniana situada à 22 km de Brasília, essa vivência é ofertada uma vez ao ano, geralmente em novembro.

A Wicca acredita que tanto homens quanto mulheres necessitam curar essas feridas, de forma a estabelecer maneiras positivas de relacionarem-se com seus papéis de gênero e a sua sexualidade.

O tema da sexualidade é profundamente trabalhado e discutido pelos adeptos da religião, que buscam afastar-se dos padrões de comportamento repressores e hierárquicos instaurados pelo patriarcado e pelo Cristianismo (Pike, 2004). Na Wicca são aceitos relacionamentos homo e heterossexuais, monogâmicos ou não. Adeptos da Wicca nos Estados Unidos cunharam a palavra "poliamoria", para designar casamentos celebrados entre três ou mais pessoas.

Por possuir muitos princípios e valores que são radicalmente diferentes da sociedade envolvente, alguns adeptos da Wicca procuram viver em comunidades, onde estabelecem suas próprias regras de convivência.

No Brasil, há apenas uma dessas comunidades, o Tempo da Deusa, uma chácara à 22 km do centro de Brasília, DF. A chácara pertence à Mavesper Cy Ceridwen, líder da Tradição Diânica do Brasil, e atualmente presidente da Abrawicca. As pessoas que vivem na chácara mantém seus empregos e um modo de vida urbano, diferente da utopia de fuga da sociedade que existiu entre os *hippies* dos anos 1970, com a distinção de que por morarem juntos podem viver seu estilo de vida e praticar com mais frequência e com mais contato a religião.

Segundo Ana Cecília dos Santos (2011)

> Os discursos e algumas práticas apresentadas pelas "comunidades alternativas" ou "comunidades aquarianas" trazem um caráter de resistência aos modos de vida ocidental das sociedades capitalistas, uma vez que são resgatadas na cotidianidade dessas comunidades vivências contrastantes com o cotidiano das referidas sociedades. Mas para além da resistência ao capitalismo notamos nas práticas e discursos das "comunidades alternativas" que os sujeitos estão buscando uma sabedoria, não apenas na forma como lidamos com o planeta terra, mas estão buscando uma espécie de sabedoria que propicia o "cuidado de si", dos outros e do planeta.

A opção por viver no Templo da Deusa configura-se como uma dessas buscas. Fora da chácara as pessoas vivem como os outros, podem, no seu interior experimentam criar seu próprio universo comunitário utópico, estabelecendo regras próprias de convivência.

Geralmente aqueles que optam por morar na chácara encontram-se em processo avançado de iniciação e sacerdócio. A Wicca é considerada por seu adeptos uma religião iniciática e sacerdotal, o que significa que idealmente não existem líderes e seguidores, mas sim que

cada pessoa que pratica a religião deve buscar seu próprio sacerdócio, sua maneira de servir aos deuses.

4. Ecologia

Assim como outras religiões cujo foco é o sagrado imanente, a Wicca tem afinidades com o debate ecológico, pois percebe que a relação entre ser humano e natureza é de unicidade. Tudo no universo, inclusive os seres humanos são parte do corpo da Deusa e devem ser venerados. Não existe acesso à divindade fora daquele que busca o sagrado.

Essa perspectiva ecológica se reflete em rituais e cosmologias. O cerne da religião Wicca consiste na celebração de oito *Sabaths*, antigos rituais Celtas, onde se celebra a Roda do Ano, ciclo anual de mudança das estações compreendido como nascimento e morte do Deus, princípio masculino da religião.

Herança de antigas sociedades agrícolas, essas celebrações estão ligadas aos ciclos de plantio e de colheita, que reverberavam em dias mais curtos ou mais longos de acordo com as estações do ano na Europa. Porém, o fundamental desses ciclos não é a alternância das estações, mas a relação com a divindade, percebida como parte desses ciclos da natureza. Além dos *Sabaths*, praticantes de Wicca realizam rituais chamados *Esbaths*, celebrados em honra às mudanças da fase da lua, consideradas as diferentes "faces" da Deusa.

As celebrações são importantes mas não são a única maneira de praticar Wicca. Compreendida como religião e como "arte", o adepto da Wicca deve conhecer e praticar a magia natural. As práticas mágicas tem como objetivo conhecer a natureza, mobilizando suas energias em favor de propósitos humanos. Toda a filosofia da magia natural está assentada na divisão da matéria em quatro elementos, ar, terra, fogo, água e ar, presente desde a filosofia grega. A esses elementos, os místicos wiccanianos adicionam um quinto, o espírito, compreendido como energia que anima os outros quatro.

Para praticar Wicca o adepto deve aprender a se conectar com essas forças, conhecendo os ciclos naturais do planeta. Os wiccanianos acreditam que cada um desses elementos é regido por forças animadas, chamadas *elementais*, aos quais prestam culto e reverência.

Toda essa filosofia religiosa leva o adepto a desenvolver profundos estudos teóricos sobre fenômenos naturais, como as fases da lua, os ciclos de marés, processos de crescimentos de plantas e tipos de rochas. Este saber é manipulado em uma ciência empírica, que tem como objetivo aparelhar o wiccaniano para praticar a magia.

A magia é compreendida na Wicca como a arte de entrar em sintonia com os elementos da natureza, sem o intuito de "dominá-los". Nessa cosmovisão, práticas de agressão ao meio ambiente não tem lugar. Os encontros e rituais da Wicca geralmente são celebrados em bosques, parques e chácaras. A conecção com a natureza é percebida como parte

indispensável da vivência religiosa.

Essa filosofia de reverência e respeito com a natureza é uma marca das religiões neopagãs e das filosofias e espiritualidades de Nova Era, como afirmam Guerrieiro e Lopes:

> Os novaeristas ecoreligiosos acreditam que se cada indivíduo fizer a sua parte, os problemas da humanidade serão resolvidos. Nessa nova consciência religiosa, imprime-se um novo espírito da época, que se prefigura pelo individualismo otimista, um autodesenvolvimento e uma auto- satisfação. (Guerrieiro e Lopes, 2010:16)

Novamente temos um elemento aparentemente contraditório com o estilo de vida dos adeptos da religião, que vivem em grandes cidades. Porém, um olhar mais acurado sobre a religião leva a perceber que é justamente o *stress* causado pelo modo de vida urbano que funciona como um dos fatores atrativos para quem busca a Wicca, a Nova Era e o neopaganismo.

A Wicca confere ao adepto a possibilidade de estabelecer uma conexão viva com os ciclos naturais que normalmente não acontece entre aqueles que vivem em cidades, ou não é favorecida por eles. Por outro lado, as práticas e visões de mundo dos wiccanianos tem impacto positivo sobre o ambiente que os cerca. Nos seus rituais, realizados em áreas verdes, sacralizam a cidade e o espaço urbano.

5. Novas Práticas Democráticas

A presença da Wicca no mundo contemporâneo altera o cenário urbano e as práticas de convivência democrática no espaço público. Seus rituais, realizados em parques e áreas públicas chamam atenção da população para um outra espiritualidade, conectada com o ciclos da natureza.

Apesar de militar em fóruns ecológicos e feministas, a principal mudança que os adeptos da Wicca estabelecem na política contemporânea é a concepção de um agir político cotidiano, que ocorre não só por meio de atitudes concretas, mas por uma mudança de paradigmas com relação a questões sensíveis da nossa sociedade, que se dá por meio de uma forma específica de cultivar a espiritualidade.

Os wiccanianos combatem o machismo, a exploração predatória do meio ambiente e outras atitudes típicas do patriarcado de diversas formas. Algumas práticas da Abrawicca podem ser facilmente classificadas como militância, ou como movimento social, enquanto outras podem ser pensadas de forma mais adequada como uma mudança de paradigma. Seus adeptos procuram estabelecer mudanças na sociedade por meio da adoção de novas posturas espirituais que são também políticas.

A transformação da sociedade emerge a partir do sujeito que busca um conhecimento sobre espiritualidade e a partir dele gera novas formas de sociabilidade. Pode-se pensar a Wicca como um individualismo altruísta, já que a principal mudança deve ser feita no próprio sujeito, antes que ele possa mudar a sociedade. No entanto, o praticante da religião está sempre em busca de formas colaborativas que desenvolver a espiritualidade e conectar-se com o meio ambiente e a sociedade que o cerca.

A maneira que a Wicca dialoga o público e o privado, o científico e o espiritual pode ser percebida como uma dupla ruptura epistemológica, discutida por Boaventura de Sousa Santos:

> Na presente fase de transição não se pode prescindir de um conhecimento científico autônomo, mas é cada vez menos sustentável que essa forma e conhecimento prescinda, por sua vez, da sua superação no seio de outros saberes e de outras comunidades de saber com vista à constituição de uma *phorensis*, uma sabedoria da vida, agora mais democrática por via da mais ampla distribuição das competências cognitivas e discursivas que o próprio desenvolvimento possibilita. Os princípios de orientação para tal superação são: a atenuação progressiva dos desnivelamentos dos discursos, dos saberes e das comunidades que os produzem; a superação da dicotomia contemplação/ação; a reconstituição do equilíbrio entre adaptação e criatividade. *O que se pretende é um novo senso comum com mais sentido, ainda que menos comum*. (Santos, 2002:171)

Os adeptos da Wicca apropriam-se e dialogam com conhecimentos científicos, ressignificando-os e adaptando-os às práticas da religião.Para cultuar panteões e reviver práticas pré-cristãs torna-se indispensável um conhecimento acurado de pesquisas históricas, arqueológicas e sócio-antropológicas. As discussões e livros de autores da Wicca apropriam-se de conceitos gerados pelas Ciências Sociais, como as noções de matriarcado e patriarcado.

A prática de magia e conexão com o meio ambiente não se dá sem um estudo acurado de informações meteorológicas, climáticas, geológicas, botânicas, etc. Essas informações técnicas são utilizadas para produzir uma espiritualidade conectada para a natureza, um senso comum informado pela ciência.

6. Considerações Finais

O que se pretendeu mostrar com esse texto é que os saberes e práticas da Wicca promovem uma dupla ruptura epistemológica, superando separações estanques entre sujeito e objeto características da ciência moderna. A filosofia de imanência transformadora, desenvolvida pela Wicca, contém elementos para um repensar do lugar da ciência e da espiritualidade no mundo contemporâneo.

O ativismo político desenvolvido pelos wiccanianos leva em conta uma transformação profunda da sociedade, que deve emergir a partir de mudanças nas relações interpessoais, na família, na relação com a cidade e com o meio ambiente. Apesar de numericamente serem menos expressivos que outras tradições religiosas, os praticantes da Wicca promovem mudanças no espaço público, contribuído para a construção de um pensamento contra-hegemônico, desenvolvendo ações concretas para a construção de uma sociedade mais plural.

7. Referências Bibliográficas

Adler, Margot (1986), *Drawing Down the Moon: witches, druids, goddess-worshippers and other pagans in America.* London: Penguin Books.

Bezerra, Karina Oliveira (2012), *A Wicca no Brasil: adesão e permanência dos adeptos na região metropolitana de Recife.* Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco. Recife.

Clifton, Chas (2006), *Her Hidden Children: The Rise of Wicca and Paganism in America.* Oxford: Alta Mira Press.

Duarte, Jeanluis (2008), *Os bruxos do século XX: neopaganismo e invenção de tradições na Inglaterra do pós-guerras*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História. Brasília.

Faur, Mirella (2011), *Círculos Sagrados para Mulheres Contemporâneas.* São Paulo: Pensamento.

Guerrieiro, Silas e Lopes, Marina Silveira (2010), "Druidismo à brasileira: um exemplo de ecorreligiosidade na sociedade atual", *Caminhos*, 8, 2, 11-24.

Hobsbawn, Eric (1995), *A Era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lascariz, Gilberto de (2010), *Ritos e Mistérios Secretos do Wicca. Um estudo esotérico do Wicca tradicional*. São Paulo: Madras.

Pike, Sarah M. (2001), *Earthly Bodies, Magical Selves: Contemporary Pagans and the Search for Community.* Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

Pike, Sarah M. (2004), *New Age and Neopagan Religions in America.* New York: Columbia University Press.

Salomonsen, June (2002), *Enchanted Feminism: the reclaiming witches of San Francisco.* London and New York: Routledge.

Santos, Ana Cecília dos (2011), ““Comunidades Alternativas”: trilhas entre cuidados ecológicos e o cuidado de si”, *Anais do XI Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*, UFBA, Salvador.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Introdução à uma Ciência Pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 6ª. Edição.

Scwade, Elisete (2011), “Carnaval da Nova Consciência”, *Religião e Sociedade,* Rio de Janeiro, 31, 1, 182-208.

The decolonial thinking and the limits of geographical imagination

Francine Rossone de Paula[1]

Abstract

This paper examines the limits that the geographical imagination imposes on the emergence of an epistemology that challenges the logic of modernity/coloniality. Many of the analyses on alternative ways of thinking, being, and doing are still confined to a 'colonizing' spatial and temporal representation. This paper focuses on the decolonial option. My argument is that some projects end up reiforcing the dichotomous relationship between global and local or the modern and the subaltern (colonial) in its attempt to situate knowledge and experience geographically and historically. 'Border thinking' is insufficiently emancipatory if it does not consider the complexities of the relationship between spatiality, representation and power in order to de-essentialize human experience both in its temporality and spatiality. Decolonization requires unlearning the geographical imagination that allows the demarcation of the space between 'self' and 'other' .

Keywords: decolonial option; border thinking; alternative epistemology; politics of place; spatiality

Resumo

Este artigo examina os limites que a imaginação geográfica impõe à emergência de uma epistemologia que desafie a lógica modernidade/colonialidade. Muitas análises sobre formas alternativas de pensar, ser, e fazer ainda são limitadas por representações espaciais e temporais dominantes. Este artigo foca na opção decolonial. Meu argumento é que alguns projetos acabam por reforçar a relação dicotômica entre global e local, ou moderno e subalterno (colonial), em sua tentativa de situar conhecimento e experiência geográfica e historicamente. O 'pensamento de fronteira' é insuficientemente emancipatório se não considera a complexidade da relação que há entre espacialidade, representação e poder em seu esforço de de-essencializar a experiência humana tanto em sua temporalidade quanto em sua espacialidade. Descolonização requer que desaprendamos a imaginação geográfica que permite a demarcação do espaço entre o 'eu' e o 'outro'.

Palavras-chave: opção decolonial; pensamento de fronteira; epistemologia alternativa; política de lugar; espacialidade

1 M.A. in International Relations from Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio); doctoral candidate in Social, Political, Ethical and Cultural Thought at Virginia Tech http://www.aspect.vt.edu/people/rossonedepaula-bio.html

We live in space; we are physically grounded on Earth. We are taught that everything needs to be 'put in its place', since two bodies cannot occupy the same spot. Even though one might not deny the accuracy of this statement when it comes to the materiality of bodily presence and encounters, at a representational and discursive level, the fact that some bodies are cast out of space, rendered invisible and never allowed in has intrigued scholars that find in the uncertainties of the twenty-first century a particularly fertile 'terrain' for advocating for the 'repossession' by the destitute of the space for human experience to which they are entitled.

As Boaventura de Sousa Santos (2011:24) would argue, "it is as difficult to imagine the end of colonialism than to imagine that it has no end". According to him, the difficulty in imagining an alternative to colonialism lies in the fact that we are no longer talking about institutionalized relationships between colonizers and colonized. Colonialism is a "vast social grammar that traverses society, public and private spaces, culture, mentalities and subjectivities" (*ibidem*). Even though decoloniality is a trajectory that has existed since the sixteenth century (Mignolo, 2011b:185), when the histories of the colonized and colonizers became entangled, since the end of the Cold War, 'decoloniality' has been reoriented towards emancipation from colonization at the level of bodies, knowledge, and subjectivies. The colonizer is no longer simply an external threat that may be expelled from the 'colonized' territory, but a dominant idea that controls the borders of the acceptable and the intelligible. This dominant idea has different names, such as the 'West', 'modernity', or 'globalization', terms that are usually used interchangeably.

The 'decolonial' option is understood as one of the current trajectories from and out of the colonizing and normalizing forces of modernity. Walter Mignolo presents three types of critique:

> One is internal to the history of Europe itself and in that sense these premises are a Eurocentered critique of modernity (for example, psychoanalysis, Marxism, poststructuralism, postmodernity), and the other two types emerged from non-European histories entangled with Western modernity. One of them focuses on the idea of Western civilization (for example, dewesternization, Occidentosis), and the other on coloniality (such as postcoloniality, decoloniality) (Mignolo, 2011a: xi-xii).

The differences between these types of critique are justified on the basis of "their point of origination and their routes of dispersion". A geographical and historical distinction marks the very definition of the decolonial perspective:

> postmodernity originated in Europe but dispersed around the world. Decoloniality originated among Third World countries after the Bandung Conference in 1955, and also dispersed all over the world. Dewesternization originated in East Asia, but the dewesternizing argument can be found in

other parts of the world (Mignolo, 2011a: xi-xii).

The decolonial option is not simply invested in 'deconstructions', but in the construction of global futures. The main target is "the dispute of the control of the enunciation, for it is from there that the colonial matrix can be eroded and that another world would be made possible" (Mignolo, 2011b:184). In opposition to other forms of critique, decolonial thinkers aim to erode the exclusionary spatiality of the modern western world not from within, but at the border - in the spaces of encounter between modernity and coloniality. They invite us "to question European modernity considering its antithesis, colonialism in America, and the effects of Coloniality of power, knowledge and being, on the global colonial subject" (Fonseca & Jerrems, 2012:103).

In this paper, I discuss the decolonial project, its potentialities and the challenges decolonial thinkers face in their endeavor to redistribute the geographies of history and the histories of geography. In the first section, I analyze their proposition of 'an-other' way of thinking. One of the key arguments of decolonial thinking is that thought is always geographically and historically located. Here, I explain decolonial thinkers' premises and discuss the implications of thinking as 'border thinking'. The second section investigates the reliance on place that emerges from the insistence on searching the border, and the possible traps and consequences of localizing the local. Finally, I try to problematize the concept of power in decolonial thinking, suggesting that 'decolonization' requires a broader understanding of power that may not necessarily turn a legible face to us in order to be resisted.

Thinking 'Border Thinking'

In 1998, there was a conference/dialogue at Duke University between the South Asian Subaltern Studies Group and the Latin American Subaltern Studies Group. After the publication of the proceedings in the journal NEPANTLA, there was a split. For those expecting the production of radical and alternative knowledges, the result was rather a reproduction of the epistemic schema of Area Studies in the United States. They produced studies about the subaltern rather than studies with and from a subaltern perspective (Grosfoguel, 2007:211). In addition to exposing the location of knowledge and making the pretentious universal a universalized particular, decolonial thinking emerges as a radicalized ramification of Latin American Subaltern studies that emphasizes the significance of breaking with the logic that dominates subaltern studies in which the 'subaltern' is the object and never the subject of knowledge. Grosfoguel adds that in order to decolonize knowledge, one needs "to take seriously the epistemic perspective/cosmologies/insights of critical thinkers from the Global South, thinking from and with subalternized racial/ethnic/sexual spaces and bodies" (*ibidem*: 212).

Decoloniality, initially inspired by the Bandung Conference in the 1955 and the non-alignment

movement in 1961, is reoriented from the initial campaign geared towards self-determination and self-government at the level of the state to a focus on the 'decolonization of knowledge' (Mignolo, 2011a:54). Decolonization can no longer be thought in terms of conquering power over the juridical-political boundaries of a state. Neither a nationalist movement of development nor socialist strategies of delinking would be sufficient, since global coloniality is not reducible to the presence or absence of an external influence (Grosfoguel, 2007:219). Rather than expelling the colonizer from the territory, "decoloniality became synonymous with being epistemically disobedient" (Mignolo, 2011a:54). Decoloniality proceeds from the assumption that:

> the locus of enunciations shall be decentered from its modern/colonial configurations and limited to its regional scope. Decoloniality shall dispel the myth of universality grounded on theo-and ego-politics of knowledge. The open questions are then: what kind of knowledge, by whom, what for? (Mignolo, 2011a: xvi).

Decolonial thinkers shed light on the fact that scholars often take for granted the universal validity of some knowledges, in the sense that we do not keep tracing them back to the historical and geographical context from where they emerged, such as Liberalism and Marxism, while some other knowledges are associated with specific regions that produce non-generalizable knowledge, such as Dependency Theory for instance. European and American scholars have historically been the ones who are considered able to contribute to world philosophical history and thus to universal knowledge (Fonseca & Jerrems, 2012:106). The problem is that the locus of enunciation from which inclusion is established "is always a locus holding the control of knowledge and the power of decision across gender and racial lines, across political orientations and economic regulations" (Mignolo, 2011a:p.xv).

Decolonial thinking, promoted mainly by Latin Americans and 'Latinamericanist' scholars in the United States such as Arturo Escobar, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel and Aníbal Quijano, is distinguished from the postmodern/poststructuralist project and the postcolonial project under the justification that the former is Eurocentered and deploys a critique from within, while the latter is heavily grounded in Michel Foucault, Jacques Lacan and Jacques Derrida, as we see in the works of Edward Said, Gayatri Spivak, and Homi Bhabha (Mignolo, 2007: 52). The epistemic privilege of western modern thought in these other critical perspectives is what distinguishes these projects from decolonial thought.

Mignolo (2007:452) asserts that the decolonial shift must be a shift of perspective to an-Other geography and other forms of knowing and being, whereas the post-colonial criticism is a project of scholarly transformation within the academy. According to him,

> [De-linking is] implicit in Nueva Corónica and Buen Gobierno by Waman Puma de Ayala, in the de-colonial critique and activism of Mahatma

> Gandhi, in the fracture of Marxism in its encounter with colonial legacies in the Andes, articulated by José Carlos Mariá Tegui; in the radical political and epistemological shifts enacted by Amilcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, among others (*ibidem*).

The examples illustrate alternative and legitimate sources of knowledge, according to this literature. But it does not mean that any of these could replace western modern knowledge as a new universality. Universality is not part of this project, since abstract universals, such as Christianity, Liberalism, Marxism, and Islamism, always run out of fashion and become part of the same fundamentalist and imperialist logic for not being able to offer a solution for the entire population of the planet (Mignolo, 2007:458). De-linking from the imperial logic implies the rejection of any effort towards an ultimate truth.

Decolonization requires the de-colonization of knowledge, or what goes hand in hand with the geo-politics of knowing. The question of who and when, why and where knowledge is generated is more relevant than the question of what is materially produced, when and where. Mignolo proposes to turn Descartes' dictum inside out: "rather than assuming that thinking comes before being, one assumes instead that it is a racially marked body in a geo-historical marked space that feels the urge or get the call to speak, to articulate, in whatever semiotic system" (Mignolo, 2009:160). The first step in decolonial thinking is then:

> to accept the interconnection between geo-history and epistemology, and between bio-graphy and epistemology that has been kept hidden by linear global thinking and the hubris of the zero point in their making of colonial and imperial differences. That is, the first step is to assume the legitimacy of 'I am where I think' and not be afraid of inquisitorial corporate and/or postmodern thinkers (Mignolo, 2011a: 91).

Resistance depends on changing the terms of the conversation. The decolonial agenda asks for the delinking from the hegemonic ideas of "what economy and politics, ethics and philosophy, technology and the organization of society are and should be" (Mignolo, 2007:459). On the specific topic of development, Arturo Escobar has actively advocated for the concept of post-development or alternatives to development since development, like other concepts and technologies, could not pretend to be universally applicable. Escobar argues that it is necessary to generate new ways of seeing, of renewing social and cultural descriptions "by displacing the categories with which Third World groups have been constructed by dominant forces, and by producing views of reality which make visible the numerous loci of power of those forces" (Escobar, 1992:49).

Delinking has in part meant to reject what is western-like. It involves to some extent the rejection of the analyses about the 'subaltern' that are not written by and from the position

of subalternity. As a result, most decolonial thinkers have been engaged in research that privileges indigenous ways of thinking and being in Latin America and other underprivileged parts of the globe. The problem is that the duality modernity/coloniality that these studies initially problematized remains unsolved. Decolonial scholars initially reject the difference between oppressed humans and dominant humans based on essentialist explanations. But they end up reinforcing the essentialist position by implying that subalternity is more than an impermanent and relational position within a dominant and historical structure. Instead, they insist that the subaltern position is a particular position by and from which the project of decolonization has to start.

The critique of the imperialism of knowledge seems to lead decolonial thinkers to an overestimation of places and bodies. It seems that they are leaning towards a reification and substantiation of some subjects, something which I discuss more specifically in the next section, while perhaps overlooking the relations that create these subjects. The location from which the de-colonial project should start is well established, even though it is not a particular geographical location. Mignolo (2007:498) observes that "the west is all over the rest", and "the rest is all over the west" and claims that the project starts from "the weaker end of the imperial and colonial differences" (*ibidem*).

Considering the importance of locating and identifying the weaker end in the 'matrix of power', one method proposed to enact the decolonial shift is critical border thinking. Critical border thinking would function "as a connector between different experiences of exploitation that can now be thought out and explored in the sphere of the colonial and imperial differences" (Mignolo, 2007:498). The pluriversality of different colonial histories entangled with imperial modernity would be connected to a universal project of delinking from modern rationality. Therefore, "critical border thinking involves and implies both the imperial and colonial differences" (*ibidem*). At this level, we do face a complex entanglement of particulars and universal, when the 'pluriversalization' of the world depends on the universality of the project.

Mignolo (2000:45) insists that "border thinking can *only* be such from a subaltern perspective, never from a territorial (e.g., from inside modernity) one". According to him, when the colonial difference or subalternity becomes an object of study instead of an 'epistemic potential', the 'subaltern study' becomes a machine of appropriation of the colonial differences. But when the subaltern perspective, instead of a perspective on subalternity, is elevated to the level of valid knowledge, border thinking becomes "a machine for intellectual decolonization" (*ibidem*).

One of the incongruities of 'border thinking' is that one needs to assume that the 'border' between dominant and subaltern positions is somehow fixed or clear to the extent it can be identified. According to this logic presented by decolonial thinkers, the subaltern is authorized into the 'decolonial' project at the same time that its subaltern position is

recognized and legitimated. My concern with the insistence on the exclusiveness created by the decolonial project that needs to be developed from a certain alternative epistemic and subaltern position is that these positions may be actually being essentialized and fixed at the 'weaker end of the imperial/colonial differences' from which the legitimacy of these positions is supposed to be derived.

If we think 'border thinking' and try to locate it, we are already intervening in the 'placement' of the border. One might argue that this is exactly the goal: to destabilize and shift the borders, to enable the 'subaltern' to free him/herself from his/her subalternity. But if that is the case, it is still not clear why this intervention needs to happen from an 'outside'. Yet more problematically, why does the subaltern need to remain an 'outsider'? There is a contradiction in relation to the goal established by decolonial thinkers, which is 'pluriversalization'. On the one hand, they contend that the totalizing global space needs to be broken into its many parts - each containing its own valid expressions of knowledge and 'beingness' - in order to allow the different geographical and historical experiences to appear. On the other hand, they are claiming that decolonization depends on a delinking from the dominant rationality. Thus, the subaltern should give up on recognition, because that would lead to incorporation into the dominant ways of thinking. Mignolo is very emphatic about the options the colonial subject has:

> The awareness of being on the side of *anthropos* [created from the perspective of the zero point of observation] leaves a bad taste in the mouth. However, if those of us have been seen and classified as *anthropos* want to join *humanitas* [those who inhabit the epistemic zero point], the bad taste in the mouth persists, although it is a different taste. Someone who has been classified as *anthropos* will choose which of the two bad tastes he or she prefers, and then decide what to do. And if you do not feel that you are on the side of *anthropos* - either because you belong to *humanitas* or because you prefer to ignore your situation and to fool yourself, pretending that you belong to *humanitas* - that is of course your responsibility (Mignolo, 2011a: 83).

The explanation of dominance and subalternity is offered in terms of belonging or not belonging, of being aware of one's position and deciding to transpose or not a certain line between two well-established spaces. Scholars are called by decolonial thinkers to fully embrace these alternative manifestations of life expressed from different epistemic positions, but it seems that the decolonial option relies on a notion that these manifestations should remain true to themselves, which implies a notion of authenticity. The subaltern, according to what Mignolo calls the most rewarding and hopeful possibility, "claim[s] and assert[s], through argumentation, his or her epistemic rights, to engage in barbarian theorizing in order to decolonize *humanitas* and in knowledge-building to show that the distinction between

anthropos and *humanitas* is a fiction controlled by the *humanitas*" (Mignolo, 2011a:90). Here, it is not clear why the subaltern would have to argue and with whom if the 'hopeful possibility' does not involve claiming recognition.

I argue that the distinction between the *anthropos* and *humanitas*, while is defined as a fiction that needs to be demystified, is actually protected from contestations by the very definitions and conditions for 'decolonization' established by decolonial thinkers. As I will explain in the next section, the determination to find the borders and to define the spaces of 'coloniality or power' leads to a localization of 'subalternity'. The spatial imagination that leads to localization, distinction, and separation imposes a serious limitation on 'decolonization' at both epistemological and ontological levels.

Putting the subaltern in its place

I would argue that the decolonial project has ultimately consisted of a politics of place. Decolonial thinkers de-essentialize subordination by claiming that it has always been a matter of position within an asymmetric spatial colonial structure of power. The modern and the subaltern subjects are co-emergent. However, the dominant position of the former has depended on the displacement and denial of the latter within the modern space. Boaventura de Sousa Santos explains this mechanism in terms of 'abyssal thinking', through which a radical distinction is created and reproduced between visible and invisible worlds (Santos, 2007:4-5). Modernity becomes a singularity by subjecting the subaltern positions that it creates, transforming them into conditions that can be measured against a totalizing standard and represented as anomalies that often need to be fixed. In this sense, the subaltern positions that created and were created by modernity can no longer be seen as geographical and historical possibilities that coexist in modern space and time, but rather as obscure presences that remind the modern of its past.

Decolonizing requires the redistribution of space and time, the dismantling of the abstract totalizing space into its many fragments, enabling the pluralization of human spatial and temporal experience. Grosfoguel (2007:213) notes that the "'ego-politics of knowledge' of Western philosophy has always privileged the myth of a nonsituated 'EGO'". The decolonial project then consists in revealing the "geo-political and body-political location of the subject that speaks [...], always hidden, concealed, erased from the analysis" (*ibidem*).

Most decolonial thinkers return to place as a form of empowerment of the dispossessed. Escobar (2008:67) argues that, in the context of imperial globality, "the politics of place can be seen as an emergent form of politics, a novel political imaginary in that it asserts a logic of difference and possibility that builds on the multiplicity of actions at the level of everyday life". The desire and possibility of alternative worlds led these scholars to focus their analysis at the level of the 'local', in which a 'politics of place' becomes the antidote for a 'politics of

empire' (*ibidem*).

Mignolo explains that his aim is to "work out genealogies across national and regional histories; non-national genealogies that are connected through the common experience of the colonial wound - of sensing that, in one way or another, one belongs to the world of the *anthropos*" (Mignolo, 2011a:93). Here, even though place does not appear as the territory of intervention, it is still implicit that there is a need to 'localize' the 'colonial' and the 'colonial worlds'.

Mignolo also claims that the 'global south', which has come to mean the place from where the subaltern may tell his/her stories, is not a geographic location on our planet, but rather refers to "the places on the planet that endured the experience of coloniality—that suffered, and still suffer, the consequences of the colonial wound (e.g., humiliation, racism, genderism, in brief, the indignity of being considered lesser humans)" (Mignolo, 2011b:185). What seems to be implicit in his explanation is that these 'places on the planet', in the plural, where the victims of coloniality reside, need to be elevated against an imperialist and capitalist world, in the singular. When he asserts that these decolonial options contribute to build a non-imperialist and non-capitalist world (*ibidem*), he is also universalizing the 'norm' that enables one to identify the alternatives to it. By recognizing and defining 'decolonial options', one is inevitably recognizing and defining the boundaries of the dominant 'episteme' against which the 'subordinate' is called to emerge.

Escobar points out that, since the 1990s, the social sciences debate has been dominated by a concern with globalization. He highlights the fact that these debates have been marked by "a pervasive asymmetry by which the global is equated with space, capital, and the capacity to transform while the local is associated with place, labor, tradition, and hence with what will inevitably give way to more powerful forces" (Escobar, 2008:30). The justification for a return to place is built upon the perception that a focus on "the continued vitality of place in the creation of culture, nature, and economy" may challenge the asymmetry (*ibidem*).

My main argument in this paper is that decolonial thinking as a project that starts with the 'localization' of the 'colonial' may be actually reinforcing the asymmetry and doing exactly what they were supposed to contest. By looking at the dynamics of local knowledges and cultures that are considered alternatives to dominant forms of thinking, being, and doing, decolonial thinkers are reproducing the idea that the global remains in the abstract space, while the local can be recognized in its place, living in/with its tradition. Similar to many other scholars trying to escape globalization, "they institute, implicitly but held within the very discourses that they mobilize, a counterposition, sometimes even a hostility, certainly an implicit imagination of different theoretical 'levels' (of the abstract versus the everyday, and so forth), between space on the one hand and place on the other" (Massey, 2005:6).

Sarah Hunt, a member of the Kwakwaka'wakw Nation and a geographer in Canada, argues that "the future of Indigenous rights and political struggles depend on the ability of Indigenous

knowledge to retain its active, mobile, relational nature rather than the fixity it is given in colonial law, stuck at the point of contact with colonizers" (Hunt, 2014:30). How open can any representation of the local be? As discussed in the last section, the point for decolonial thinkers is not to open the space for representation of the subaltern, but to acknowledge that subalternity is a valid and legitimate site for the production of knowledge. However, by looking at these specific peoples, movements, and places as representations of an alternative to the dominant epistemic position, one may end up privileging space over time while still being concerned with preserving these alternatives from the irresistible and pervasive forces of transformation associated with the dominant side of the struggle.

Can we, as scholars, discuss alternatives to imperialism and capitalism that remain open enough to recognize the dynamic and contingent nature of their existence? Escobar elucidates that, by place, he means "the engagement with and experience of a particular location with some measure of groundedness (however unstable), boundaries (however permeable), and connections to everyday life, even if its identity is constructed and never fixed" (Escobar, 2008:30). However, activists, social movements, and scholars from the third world who become subjects in decolonial thinking are 'othered' at the very moment that they become visible. They are not only the 'other' of the modern western world, but they also need to stay the 'other' because we desperately need an alternative and to place the alternative somewhere.

In the 1990s, David Harvey discussed the tendency of the geopolitics of place to become more emphatic. He argued that "concern for both the real and fictional qualities of place increases in a phase of capitalist development in which the power to command space, particularly with respect to financial and money flows, has become more marked than ever before" (Harvey, 1990:428). Massey further observes that

> in the context of a world which is, indeed, increasingly interconnected the notion of place (usually evoked as 'local' place') has come to have totemic resonance. Its symbolic value is endless mobilized in political argument. For some it is the sphere of the everyday, of real and valued practices, the geographical source of meaning, vital to hold on to as 'the global' spins its never more powerful and alienating webs. For others, a 'retreat to place' represents a protective pulling-up of drawbridges and a building of walls against the new invasions (Massey, 2005:5).

The danger of the second reading of place is that it becomes "the locus of denial, of attempted withdrawal from invasion/difference. It is a politically conservative haven, an essentializing (and in the end unviable) basis for a response; one that fails to address the real forces at work" (Massey, 2005:6). Here we may draw a parallel with the justifications offered by decolonial thinkers to search for local alternatives to the 'matrix of power'. It is implicit in the decolonial

narrative that place becomes the locus of denial of whatever and whoever is western-like, a response and an attempt to de-link from dominant ways of thinking, doing and being.

What if the 'local' transcend the ideological boundaries offered to them by decolonial thinking? Sarah Hunt, as a member of an indigenous Nation and the academic world, struggles with the boundaries between these two worlds. As an academic, she is not fully integrated with her indigenous self, and as a member of this indigenous Nation experiencing the 'local' tradition, she must partially let go of her academic self. I am not endorsing the notion that there is a fully integrated self, but trying to expose the thickness of the boundaries that are not effectively challenged by the decolonial project. There is a limit to 'localized' resistance, as it is easily rendered irrelevant or inexistent in relation to the dominant ways of thinking, being, and doing that remain the only ones capable of generating global experiences (Santos, 2007: 27). The decolonial option fails to the extent that it needs to put the local back in its place in order to 'decolonize'. Borrows (2009: 415) notes that

> [Indigenous people] are told 'you can't go there' when [they] want to trek beyond imposed ideological boundaries, which stereotype [them] as past-tense peoples. The same restrictions cannot be said to apply to non-Indigenous people. When they want to venture through land or time, they are presumed to carry their rights with them (*apud* Hunt, 2014:30).

My critique does not reject the importance of the decolonial effort to validate and legitimize different narratives. What needs to be problematized, however, is the duality that is created between the global and the local, between space and place. By emphasizing the local and making it visible in place, decolonial thinkers overlook the fact that the global remains a virtual space characterized by 'sameness' and invisibility. The presence and mobility of global subjects does not need to be recognized, justified, and legitimated. One may argue that, by defending territory, the local may control at a practical level the space for resistance and limit the mobility of the 'global'. In this case, the 'global' can indeed be displaced or even localized when its omnipresence and universality are refuted. But, at a representational level, shedding light on local practices may result in the imprisonment of the local, while the 'global' continues to be deterritorialized, unreachable and free. As David Harvey remarks,

> Ideological struggles over the meaning and manner of such representations of place and identity abound. But over and beyond the mere act of identification, the assignment of place within a sociospatial structure indicates distinctive roles, capacities for action, and access to power within the social order (Harvey, 1990:419).

Matthew Sparke (2005:xiv) adds that "any assumption about geography either as a result of or as a basis or container for other social relations always risks fetishizing a particular

spatial arrangement and ignoring ongoing processes of spatial production, negotiation, and contestation". Even claims about the inherent disruptiveness of some places, as is the case with decolonial thinking, "remains vulnerable [...] to the deconstructive point that it is at some level an *anemic geography*: a geography that, like white chalk on slate, conceals the complex geographical palimpsest over which it writes a singular and supposedly coherent geo" (*ibidem*: xvi). Discussing these limitations imposed to the study of space, Massey (2005:9) argues that "perhaps we could imagine space as a simultaneity of stores-so-far". This proposition, while it aligns with the decolonial option of recognition, is contrasted to the distinction decolonial thinkers make between place and space. This contradiction is not new and does not emerge in one specific field of study. Harvey observed about the field of geography:

> I [...] find it odd that geographers have concentrated so much more upon the importance of locality in the present conjuncture, leaning, as it were, to one side of the contradictory dynamic of space and place, as if they are separate rather than dialectically related concepts (Harvey, 1990:428).

For Massey (2005:11), "space is the sphere of the possibility of the existence of multiplicity [since] the very possibility of any serious recognition of multiplicity and heterogeneity itself depends on a recognition of spatiality". As I argued above, perhaps it would be fair to say that the decolonial option needs to free itself from the borders it creates between space and place. If the west, modernity, or the global are at the realm of space, decolonization should take seriously the importance of articulating a critique and discussing processes of exclusion and marginalization without reproducing inclusions and exclusions. For example, within the coloniality of power, the colonial subject has already been regionalized and localized. Reclaiming place when the universality of space is not directly confronted does not necessarily affect the asymmetries. The global and the local, abstractly speaking, continue to be different 'bodies' that cannot occupy the same space, both epistemologically and ontologically.

As the critics of Edward Said would argue, Occidentalism is also a form of Orientalism. By claiming that we need an alternative to the 'imperial globality', decolonial thinkers are essentializing the enemy that needs to be resisted, as if it was indeed a universality. They are also forgetting that coloniality (the alternative) emerged from the encounter with what they call 'imperial globality'. In that sense, rejecting the 'stronger end of the relation' is ultimately a rejection of oneself.

Given the unintended consequences of localizing the 'alternative' and 'putting the subaltern in its place', the decolonization project then requires a deeper and more complex 'alternative thinking of alternatives' (Santos, 2007:20) instead of an continuing process of identification and generation of alternatives that end up reproducing the radical divisions between the dominant and the subaltern. Again, my proposal is not one of denying the resistance against

global injustices, but one of moving towards inquiry that focus on the production of those lines between local and global, modern and anti-modern, western and anti-western, etc. The 'way out' is ultimately the way through these demarcations.

Alternative understandings of 'decolonization' of knowledge that does not fall into the modern mechanisms of demarcation, identification and exclusion of places and people entail an all-encompassing ontology in which any or each rule of exclusion may be suspended and scrutinized. The notion of 'ecology of knowledges' may provide a fruitful new imaginary, but only to the extent it resists localizing dominance and/or resistance. We need to fully embrace the idea that comes with the concept of 'ecology' that there is no unity of knowledge or unity of ignorance (Santos, 2007:25). As Santos (2006:20) highlights, "the ecology of knowledges permits one not only to overcome the monoculture of scientific knowledge but also the idea that the non-scientific knowledges are alternatives to scientific knowledge". Santos also adds that "the ecology of knowledges focuses on concrete relationships between knowledges and on the hierarchies and powers that are generated by them" (Santos, 2006:21). In this sense, our task is not one of discriminating, but one of looking closer to the existing and potential mechanisms of discrimination, the mechanisms of power that keeps reproducing the hierarchization of difference. In the next section, I briefly discuss the concept of power in decolonial thinking and the implications for the decolonial 'option' of thinking power negatively.

A coloniality of power

By enclosing the space for critique, decolonial thinkers are also enclosing the space for the future. The understanding of an alternative to imperial globality that must unfold from the border, or from an embodied particular – the colonial, seems to carry the assumption that both the colonial and the imperial are 'things' that can be recognized and defined, instead of processes and relations. In this last section, I argue that, besides the problems that emerge with the reproduction by decolonial thinkers of the dichotomies global/local and modern/colonial at the epistemological and ontological levels, it is particularly problematic and limiting for the decolonial project to reject critiques of modernity because they do not come from an appropriate subaltern subjectivity. Decolonizing may indeed require an effort to destabilize the logic through which peoples are marginalized, measured and ranked. However, destabilizing the coloniality of power may require a better problematization of relations power and other dominant forces, whether Western, modern, or global.

For Mignolo (2000:53), "coloniality of power underlines the geo-economic organization of the planet which articulates the modern/colonial world system and manages the colonial difference". Coloniality of power is described as an all-encompassing force that controls and organizes life. The way out of the matrix of power involves 'delinking', as explained in the previous sections. By this, Mignolo (2011b:183) also means, among other things, "building

future paths in which life will be primary and institutions at its service rather than the other way around". The scenario of the future world dis/order depends on unlearning and then relearning "how to turn the dominant civilization of death toward a civilization of life" (Mignolo, 2011b:185).

By associating the dominant civilization with death and the alternative to domination with life, Mignolo seems to reproduce a notion of dominant power as one that suppresses, forbids, manages, and excludes. I would argue that it is only possible for the decolonial thinkers to discuss a decolonial option that involves 'delinking' and a 'way out' when they assume power to be a negative force to which one may be opposed and that may only repress individual bodies. But what if the face of power is as seductive to coloniality as it is to modernity? How does one recognize the power that needs to be opposed or rejected when it presents itself not as a force that excludes and eliminates, but as a force that renders visible what was in the shadows and makes intelligible what was incomprehensible or unconceivable?

In *History of Sexuality*, Foucault proposes that:

> All these negative elements - defenses, censorships, denials - which the repressive hypothesis groups together in one great central mechanism destined to say no, are doubtless only component parts that have a local and tactical role to play in a transformation into discourse, a technology of power, and a will to knowledge that are far from being reducible to the former (Foucault, 1978:12).

Foucault introduces a conception of power that may matter because it is not meant to be opposed and because it does not present itself as a repressive authority. The machinery of power that Foucault saw emerge in and with modern society, instead of suppressing its object of control, "[gave] it an analytical, visible, and permanent reality: it [is] implanted in bodies, slipped in beneath modes of conduct, made into a principle of classification and intelligibility, established as a *raison d'etre* and a natural order of disorder" (Foucault, 1978:44). By separating the decolonial option, from what is understood as imperial globality, one does not necessarily destabilize the dominant systems of classification and intelligibility. To what extent empowerment could actually be prevented by 'decolonial' scholarly intervention in identifying the subaltern places and bodies and shedding light on their struggles?

It would be easier to stop or reverse the coloniality of power if it consisted simply of a source of repression and suffering. The problem is that 'imperial globality' turns out to be a seductive possibility for many who would not recognize the difference between inclusion and cooption. As Foucault (1978:48) asserts, "pleasure and power do not cancel or turn back against one another; they seek out, overlap, and reinforce one another. They are linked together by complex mechanisms and devices of excitation and incitement". The politics of place blinds us to the fact that we are dealing with relations of power that are constitutive of an abstract

space that rewards those who gets there. The pervasiveness of 'imperial globality' may lie in the fact that it does not turn its legible face to us, perhaps, and most possibly, because it does not have a single face.

Conclusion

This paper analyzed the limitations that the geographical imagination imposes on projects that aim to propose alternatives to dominant and 'colonizing' forms of thinking, being, and doing. I argued that ontological and epistemological decolonization requires a better problematization of the relationship between space, representation and power. As Susan Schulten (2001:241) reminds us, "we can never [...] reach beyond geography, for it is impossible to imagine the world outside of its imperative conventions. But we can ask how geography has mediated the world for us, and how it has concretized the abstract".

In order to transcend the duality modernity/coloniality, we need to rethink the way we have been 'mapping' resistance and 'placing' the alternative. My critique has intended to expose the limitations that 'imperative conventions' impose on projects that aim to overcome them. The limitations emerge from the same urgency that is largely associated with modernity to put everything in its appropriate place, to label, and to classify them. This leaves us with at least two options: (1) resistance may indeed be in 'delinking' from traditional rationalities, but, in this case, successful resistance would be necessarily at the level of the unintelligible or the invisible, where the alternative has historically been; or (2) for the new epistemic positions to be seen as legitimate alternatives, it must become visible. But then we should not assume that all that can be rationalized is already contained and incorporated within the matrix of power.

References

Borrows, John (2009), "Physical Philosophy: Mobility and the Future of Indigenous Rights", *in* Richardson, Benjamin; Shin Imai; McNeil, Kent (eds.), *Indigenous Peoples and the Law: Comparative and Critical Perspectives*. Oxford: Hart Publishing, 409-423.

Escobar, Arturo (2008), *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press.

Escobar, Arturo (1992), "Imagining a Post-Development Era? Critical Thought, Development and Social Movements", *Social Text*, 31/32, 20-56.

Fonseca, Melody; Jerrems, Ari (2012), "Pensamiento Decolonial: Una 'Nueva' Apuesta en Las Relaciones Internacionales?", *Relaciones Internacionales*, 19, 103-121.

Foucault, Michel (1978), *The history of sexuality*. New York: Pantheon Books.

Grosfoguel, Ramón (2007), "The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms", *Cultural Studies*, 21(2-3), 211-223.

Harvey, David (1990), "Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination", *Annals of the Association of American Geographers*, 80(3), 418-434.

Hunt, Sarah (2014), "Ontologies of Indigeneity: the politics of embodying a concept", *Cultural Geographies*, 21(1), 27-32.

Massey, Doreen (2005), *For Space*. London: Sage Publications.

Mignolo, Walter (2000), *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. New Jersey: Princeton University Press.

Mignolo, Walter (2007), "Delinking. The Rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality", *Cultural Studies*, 21(2-3), 449-514.

Mignolo, Walter (2009), "Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom", *Theory, Culture, Society*, 26(7-8), 159-181.

Mignolo, Walter (2011a), *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham: Duke University Press.

Mignolo, Walter (2011b), "The Global South and World Disorder", *Journal of Anthropological Research*, 67, 165-188.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *The Rise of the Global Left: The World Social Forum and Beyond*, New York: Zed Books.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "*Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa (2011), "Epistemologías del Sur", Praxis Latinoamericana, 16(54), 17-39.

Schulten, Susan (2001), The Geographical Imagination in America, 1880-1950. Chicago: The University of Chicago Press.

Sparke, Matthew (2005), In the Space of Theory: Postfoundational Geographies of the Nation-State. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Globalização e internacionalização: democracia vertical de um convênio estudantil brasileiro?

Ana Cecília Cossi Bizon[1]
Marilda do Couto Cavalcanti[2]

Resumo

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), tratado de cooperação do Brasil com países periféricos, objetiva fortalecer relações econômico-culturais com esses países aos quais oferece vagas para alunos de graduação. Configura-se como traço de uma globalização alternativa, trazendo para o centro vozes periféricas. Afiliando-se aos estudos poscolonialistas, esta pesquisa investigou como quatro estudantes congoleses narram o PEC-G. O *corpus* constitui-se de áudio-gravações dentro e fora da sala de aula de português L2. A análise indicou que os alunos concebem o PEC-G como um instrumento que produz preconceitos, narrativas desrespeitosas aos direitos humanos e territorializações precárias.

Palavras-chave: internacionalização; globalização; territorialidades; cooperação; democracia.

Abstract

The *Programa de Estudantes Convênio de Graduação* (PEC-G), a cooperation program developed by Brazil with emerging countries, offers vacancies in undergraduate courses. Aiming at strengthening economic-cultural relations with these countries, it may be seen as having traces of an alternative globalization, bringing to the center voices from the margins. Aligned to a postcolonialist perspective, this research focused on how four Congolese students narrate the program as they take part of classes of Portuguese as L2. The data analysis indicated that the PEC-G is perceived as an instrument that produces prejudice, disrespectful narratives of human rights and precarious territoritorializations.

Keywords: internationalization; globalization; territorialities; cooperation, democracy.

1 Professora de Português como Língua Adicional (PLA) da Universidade Estadual de Campinas, Brasil, Doutora em Linguística Aplicada pela mesma instituição. Um de seus interesses de pesquisa está voltado às demandas do ensino de PLA em tempos de internacionalização.

2 Professora titular, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, Ph.D. University of Lancaster, pesquisadora CNPq na área de Linguística Aplicada com foco em minorias e cenários sociolinguisticamente complexos.

Com a nova configuração espaço/tempo tecida pela pós-modernidade, os trânsitos físicos e virtuais, facilitados pelas tecnologias e instituídos como quase obrigatórios pela sociedade, notadamente a Norte/Norte (Santos, 1995; 2003), vem redesenhando sobremaneira nossa compreensão dos traços geográficos, territoriais e identitários. Hoje, o principal capital da construção dos territórios físicos e simbólicos é a mobilidade, os fluxos, as conexões. É nesse cenário que se insere o processo de internacionalização das grandes universidades do mundo, em busca de reconhecimento, prestígio, visibilidade e, portanto, de capital para políticas de atuação e desenvolvimento socioeconômico.

No Brasil – país semiperiférico que vem buscando se firmar como um protagonista mundial – especialmente nas instituições de ensino superior federais e estaduais, tal processo, embora recente e ainda pouco articulado, encontra-se em um momento de aceleração baseado, particularmente, em ações que busquem pontuação nos rankings internacionais de maior prestígio, como o *Times Higher Education World University Rankings* (*THE*) e o *ARWU-Academic Ranking of World Universities*. Para isso, tem sido cada vez maior o número de intercâmbios de mobilidade estudantil firmados pelas instituições, bem como o oferecimento de cursos de línguas, tanto para os brasileiros que se propõem a estudar no exterior, quanto para os estrangeiros que chegam.

Uma das ações para atender essa demanda de mobilidade é o programa *Idiomas Sem Fronteiras*, criado em 2012 pelo governo federal brasileiro, cujo objetivo é preparar os alunos para os estudos em universidades fora do país, aplicando também exames que certificam a proficiência na língua estrangeira. Tendo iniciado com o *Inglês sem Fronteiras*, atualmente, o projeto vem estruturando sua ampliação para outras línguas, a saber, francês, espanhol, italiano, alemão, japonês, mandarim e português.

Em meio aos inúmeros intercâmbios e convênios que as universidades brasileiras vêm estabelecendo com instituições estrangeiras, merece destaque o Programa Convênio Estudantes de Graduação (PEC-G), que é foco de nosso estudo. Trata-se de um tratado de cooperação educacional do governo brasileiro com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de cooperação cultural e/ou educacional e/ou de ciência e tecnologia, objetivando a formação de recursos humanos. Por meio dele, jovens que já completaram o Ensino Médio ou curso equivalente em seus países podem realizar seus estudos de graduação em instituições brasileiras de ensino superior públicas ou privadas.

A importância dessa iniciativa é particular pois, além de figurar como o intercâmbio que mais vem trazendo alunos estrangeiros ao Brasil – mais de 25.000 – em uma história consolidada de cinquenta anos,[3] apresenta-se como um instrumento diferenciado de política pública dos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores do Brasil, elegendo a cooperação

3 O convênio iniciou-se em 1917, mas apenas em 1965 foi operacionalizado por meio de um Protocolo de regulação de seu funcionamento. Em 1967, o Protocolo passou por uma primeira atualização e, em 1973, ganhou uma terceira versão, que vigorou até recentemente. Em 12 de março de 2013, por meio de um decreto da presidente Dilma Rousseff, o documento recebeu algumas modificações

com países em desenvolvimento como um de seus principais objetivos. Grande parte dos atendidos é proveniente da América Latina, mas, hoje, estima-se que 84% dos estudantes que chegam, todo ano, sejam africanos.

Ou seja, o compromisso político-ideológico do PEC-G é com a mobilidade de estudantes e de conhecimentos vindos de fora do "centro", sendo a contrapartida de seu investimento a consolidação das relações econômico-culturais com os países conveniados, e não o trânsito de alunos brasileiros rumo a universidades estrangeiras, como normalmente acontece com outros acordos bilaterais de mobilidade estudantil. Na matriz do convênio está o intuito eticamente engajado de reconhecer como parceiros outros interlocutores além daqueles inscritos no chamado circuito desenvolvido da ordem global.

Contudo, a cooperação que permite a vinda dos intercambistas estipula estritas regras, cuja implementação é complexa, exigindo a articulação entre várias instâncias: Ministério das Relações Exteriores, embaixadas do Brasil nos diversos países, instituições de ensino superior brasileiras, professores, e os próprios estudantes. E tais regras, mormente para os conveniados de países africanos, frequentemente se tornam o centro de suas preocupações, vindo a se configurar como fator importante de suas vidas, de suas construções identitárias e do que compreendem como pertencimento.

É preciso esclarecer que para ser um conveniado PEC-G, o candidato deve provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, não exercer trabalho remunerado, ter certificado de conclusão do Ensino Médio ou curso equivalente, apresentar o certificado Celpe-Bras – Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (com exceção dos alunos de nações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP)[4] – e assumir o compromisso de regressar ao seu país para contribuir com a área na qual se graduou.

Em relação ao Celpe-Bras, para os alunos provenientes de países em que ele não é aplicado, é permitido prestar o exame no Brasil após a realização de um curso de Português como Segunda Língua (geralmente de seis meses) em uma das universidades credenciadas. Esse período de estudos, normalmente financiado pelo aluno, tem gerado uma série de dificuldades relacionadas, sobremaneira, às regras que estipulam que os estudantes-convênio tenham recursos financeiros para sua manutenção no Brasil e que se dediquem integralmente aos estudos.

Geralmente contam com poucos recursos enviados pelos familiares e não podem trabalhar porque são admitidos no país com visto temporário. É preciso dizer que, no primeiro ano da estada no Brasil para aprender o Português, nenhum mecanismo oficial de ajuda financeira é disponibilizado ao aluno pelo Ministério das Relações Exteriores, mas é importante ressalvar que algumas universidades federais fornecem vagas nas moradias estudantis e, mais recentemente, bolsas-auxílio. Contudo, pelo menos até 2013, o Ministério não apoiava essas

4 A exigência do certificado Celpe-Bras como requisito à candidatura aos Programas PEC-G foi uma resolução do Ministério da Educação (MEC), aprovada pelo Conselho de Reitores de Graduação e pela agência de fomento CAPES em 1999.

iniciativas, argumentando que a manutenção dos estudantes não é da alçada das instituições, e sim dos pais, que assinam uma declaração de que são capazes de manter os filhos durante a estadia no Brasil.

O convênio é bastante conhecido por ter um alto nível de desistências e desligamentos, sobretudo entre os estudantes africanos, que além da questão econômica, em seus cursos de graduação enfrentam dificuldades decorrentes de suas histórias de letramento e das exigências de gêneros acadêmicos das universidades brasileiras. Assim, são comuns, por parte dos estudantes conveniados, narrativas vinculadas a experiências de sofrimento e de exclusão ou não pertencimento, e, por parte de professores e funcionários das universidades acolhedoras, narrativas que muitas vezes acabam por sedimentar o PEC-G e seus estudantes como beneficiários de um "convênio-problema".

Apresentado o PEC-G, é importante acrescentar que a internacionalização, por enquanto, é um movimento concretizado por meio de acordos com potencial de aumento no número de convênios e no fluxo de estudantes e também de professores, embora em escala menor. Não parece haver nessa internacionalização pretendida um plano que defina políticas linguísticas e de atuação por meio de um quadro articulado, colocando em contato as várias instâncias que projetam, viabilizam e vivem essas políticas.

Assim, para grande parte das universidades no Brasil e em muitos outros países do mundo, internacionalizar vem sendo compreendido e efetivado como um fenômeno estreitamente ligado aos processos da globalização neoliberal (Santos, 1995), que tendem a aproximar a educação de um funcionamento corporativista (Pennycook, 2007). Anteriormente, a política principal das grandes e reconhecidas universidades era se voltar às indagações e curiosidades científicas; hoje, contudo, os interesses comerciais e estratégicos tendem a ficar em primeiro plano. Essa mudança de posicionamento da universidade se define nas bases do que pode ser entendido como um "capitalismo acadêmico", ou seja, "a maneira pela qual as universidades e seus pesquisadores reagem frente à tendência neoliberal de vincular as políticas de ensino superior às necessidades da política econômica" (Krawczyk, 2008:43). Observa-se, então, uma tendência de instituições de ensino operarem como grandes centros administrativos, em que a ânsia pelo crescimento e reconhecimento internacional acaba, muitas vezes, sobrepondo-se a preceitos éticos que envolvem a formação do cidadão e que nunca deveriam estar subjugados aos interesses do capital político de gerenciamento da produção científico-intelectual.

Para o geógrafo Milton Santos (2000), a globalização, ditada pelos desenhos mais verticais comandados pelas instituições e pelos responsáveis por políticas públicas, invisibilizam as horizontalidades, ou seja, aqueles que vivem os processos, contribuindo para estabilizar uma sociedade altamente voltada ao tecnicismo, em que a mais valia se dá em termos dos que têm acesso a essas técnicas e, consequentemente, à mobilidade. A globalização, segundo o autor, seria, então, o resultado desse novo sistema de técnicas da pós-modernidade em conjunção

com ações autorizadas por agentes que dominam as instâncias do poder e que, por sua vez, validam a importância dessas técnicas. Nunca, em nenhuma outra época, um sistema de técnicas teve um alcance tão grande como o que se vê agora, e a institucionalização desse alcance como algo imprescindível para as relações que ora se estabelecem pode configurar esse processo como uma "globalização perversa", pois, como esclarece Santos (2000:25), "quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual". Nesse sentido, a democracia dos novos tempos teria de ser amplamente interrogada, dado que, frequentemente, as tramas que a escrevem se dão muito mais em termos de dominação, controle de territórios (Haesbaert, 2004) e exclusão do que de apropriação (Lefevre, 1974), liberdade de escolha, fluidez e inclusão.

Contudo, Milton Santos (2000) enfatiza que a globalização, embora marcada por uma inegável hegemonia, não é um processo único e, do próprio processo de estabilização e verticalidade, é possível surgirem fissuras e resistências, as quais podem delinear uma outra globalização. Essas resistências, compreendidas como performatividades por autores como Deleuze e Guattari (2007) e Judith Butler (2010), indicam que, embora o movimento globalizador em que a internacionalização das universidades se insere possa ganhar traços de perversidade, dada a efetiva possibilidade de exclusão que a unicidade da técnica prevê, é possível escapar desse destino por meio dos movimentos das horizontalidades em meio às verticalidades e, sobremaneira, pelo *uso político* (Santos, 2000) que se faz desse sistema.

Compreendemos que o uso político que se comprometa com a produção de uma globalização alternativa ou contra-hegemônica possa se efetivar no que Boaventura de Sousa Santos (2002) propõe como *sociologia das ausências e das emergências*. Podemos dizer que tal sociologia, afiliada a uma postura teórico-epistemológica que interroga as certezas e totalidades dos modos centrais e centralizadores de compreender e prescrever o mundo, pauta-se em uma particular compreensão do binômio espaço-tempo enquanto constituinte fulcral das práticas sociais e das subjetividades, o que a coloca em estreito diálogo com os preceitos teóricos aqui trazidos.

Para Santos (2002:1-3), a racionalidade ocidental dominante, a que chama de *razão indolente*,[5] autoinvestida de conhecimento e poder totalizadores, acaba por *contrair o presente* e *expandir o futuro* indefinidamente, uma vez que tende a credibilizar apenas os espaços centrais de produção de experiências sociais, necessariamente vinculados a um entendimento linear de tempo e de progressão histórica. Essa forma de compreender o mundo e de criar e legitimar o poder social, portanto, contrai o presente porque desperdiça a multiplicidade de experiências sociais existentes, e expande o futuro, pois, ao desprezar essa multiplicidade, negligencia o *aqui e agora*, adiando possiblidades de agenciamentos e transformações.

5 Ver: Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. Porto: Afrontamento.

Propondo outra forma de compreender o mundo, à qual chama de *razão cosmopolita*, o autor defende a necessidade de expandir o presente, referendando outras localidades, e contrair o futuro, convocando agenciamentos que se configurem em movimentos de uma democracia participativa. Conforme explica, "só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje" (Santos, 2002:3).

A sociologia das ausências opera na expansão do presente e a sociologia das emergências opera na contração do futuro. Como a *razão indolente* apaga tudo o que não é próximo a sua lógica, o objetivo da sociologia das ausências é "transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças" (Santos, 2002:12), podendo ser consideradas alternativas às experiências hegemônicas. A ampliação do presente, por sua vez, implica, necessariamente, a contração do futuro e a constatação de que ele não é vazio e infinito, mas concreto – embora incerto e sempre em perigo. Sustentada pelo reconhecimento das multiplicidades ou ecologia de saberes, temporalidades e reconhecimentos, a sociologia das emergências busca referendar saberes, práticas e agentes, de modo a ampliar e conhecer tendências de futuro e definir princípios de ação que promovam a realização dessas tendências.

Os preceitos teóricos aqui trazidos, acreditamos, são fundamentais para a discussão de contextos que focalizam práticas sociais e discursivas perpassadas por relações diretamente vinculadas aos processos de internacionalização.

Cenário metodológico e teórico

Como professoras de uma universidade pública do sudeste do Brasil, convivemos com estudantes conveniados do PEC-G e, em 2008, tivemos a oportunidade de acompanhar quatro jovens congoleses em seu período de aprendizagem do Português para o exame de proficiência Celpe-Bras, no Centro de Línguas da instituição. Após esse período, continuamos a acompanhá-los até 2014, quando, então, já estavam matriculados em seus cursos de graduação.

Tanto no primeiro ano de suas estadas no país, quanto ao longo dos demais anos, durante as aulas de Português em que uma das autoras era também a professora responsável pelo curso, emergiram performances narrativas evidenciando os processos de des(re)territorializações vividos. Em suas narrativas, frequentemente os alunos relacionaram particularidades do exame e do convênio aos processos de suas experiências de apropriação de espaços ou de restrição a essas apropriações, o que sublinhou a importância da *geograficidade do social* (Haesbaert, 2004) – ou seja, a importância do espaço geográfico tanto em sua dimensão material quanto simbólica – para a compreensão das práticas humanas e das construções identitárias.

Assim, dada a importância do convênio PEC-G para os processos de internacionalização das

universidades brasileiras, esta pesquisa visou investigar como quatro estudantes congoleses narram e performatizam o PEC-G e os processos de des(re)territorialização que constroem. Ou seja, como eles compreendem a si mesmos enquanto conveniados, o que significa lançar luzes sobre os processos de construção identitária desses jovens. Afiliando-se à Linguística Aplicada que se posiciona como Indisciplinar (Moita Lopes, 2006) em diálogo com posições epistemológicas dos estudos poscolonialistas (Spivak, 2010; Bhabha, 2007; Santos, 1995, 2003, 2004; Moita Lopes, 2006; Cavalcanti, 2006, apenas para citar alguns), este trabalho buscou "criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central" (Moita Lopes, 2006:14), procurando assumir o compromisso ético e político de abrir espaço para a voz daqueles que, muitas vezes, são silenciados (Cavalcanti, 2006).

Por isso mesmo, este trabalho interpretativista e de cunho etnográfico (Erickson, 1984) buscou a geração de registros e um desenho de pesquisa que possibilitassem *ouvir o outro* e, dessa forma, se afastassem da pressuposição positivista de uma única realidade social calcada em significados imanentes e totalizantes. Sendo assim, na perspectiva aqui assumida, não se pretende apresentar a realidade de maneira unívoca e por meio de generalizações a partir de um quadro materializado em números. Ao contrário, no mundo contemporâneo que se descortina, pulsam os significados cambiantes, provisórios e, portanto, contingenciais, só fazendo sentido pensar em interpretações contextualizadas e implicadas com as localidades de seus envolvidos.

O *corpus* analisado constitui-se principalmente de áudio-gravações de interações em aulas de Português como Segunda Língua, no primeiro ano dos estudantes na instituição, quando se preparavam para prestar o exame Celpe-Bras. Também fazem parte do *corpus* conversas informais gravadas em áudio e trocas de e-mails com os estudantes e com responsáveis pelo convênio no Ministério das Relações Exteriores e na universidade entre 2008 e 2014. Nessas conversas, o assunto principal abordado era a vida de conveniados, não havendo um roteiro de perguntas previamente elaborado para a interação. Neste trabalho, centramos nossa análise em duas cenas advindas de conversas informais com três dos quatro estudantes, as quais julgamos serem representativas do que pretendemos problematizar: como esses estudantes se narram enquanto conveniados PEC-G e como compreendem seus processos de des(re)territorialização por meio do programa.

Os jovens congoleses em questão são dois rapazes, Pinfo e Jabali, e duas moças, Mananga e Ntangu.[6] Todos enfrentaram, desde o início de suas reterritorializações no país, muitos problemas de ordem econômica e de adaptação às construções culturais e à vida acadêmica. Pinfo, que cursava Midialogia, foi desligado do programa no final do segundo ano de graduação. Mananga, que namorava um rapaz congolês também conveniado, engravidou e, assim como Pinfo, acabou sendo desligada no final do segundo ano de graduação. Jabali continua seu caminho e, para sobreviver, dá aulas de francês informalmente, o que acabou por prejudicar seu desempenho. Até o fechamento deste trabalho, o rapaz encontrava-se

6 Para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa, os nomes em questão são fictícios.

no quinto ano de graduação, porém calculava que ainda seriam necessários mais dois anos para integralizar os créditos. Ntangu, que fez Enfermagem, formou-se em quatro anos e hoje faz uma pós-graduação em uma universidade estadunidense. Muito esforçada, desde o segundo ano de graduação conseguiu do governo brasileiro uma Bolsa Mérito, concedida aos conveniados PEC-G que tenham um coeficiente de rendimento alto ao longo dos semestres.

Cabe dizer que nos alinhamos a uma visão socioconstrucionista e performativa da linguagem, da identidade, da narrativa e da territorialidade (Deleuze e Guattari, 2007; Butler; 2010; Pennycook, 2007; Moita Lopes, 2006; Threadgold, 2005; Haesbaert, 2004, entre outros). Ao entendermos a linguagem como performatividade, consideramos que as identidades são construídas na ação discursiva e não dadas *a priori*, ou seja, "não somos o que somos por causa de algum ser interior, mas por causa do que fazemos" (Pennycook, 2007:70). Conforme preconiza Butler (2010), a ação inerente à linguagem pode tanto operar por meio da repetição de padrões, quanto por meio da transgressão desses padrões, levando à (re) escritura de significações pré-estabelecidas. Assim, as regularidades performativas podem ser ressignificadas; é na própria repetição – que nunca se dá da mesma forma, pois contextos não se repetem – que as resistências e transgressões podem surgir iterativamente.

Por extensão, territórios e territorialidades, como partes fundamentais de nossas construções identitárias, não dizem respeito apenas à materialidade geográfica, mas, sendo também da ordem do simbólico, emergem de nossas performances discursivas. Nessa perspectiva, é importante ter em mente que territorializamos quando nos apropriamos dos espaços, quando deixamos nesse espaço nossas marcas e não apenas quando nos situamos ou estamos em algum lugar. Como são construídos nas/pelas relações de poder, territórios e territorializações envolvem a ideia de controle de uma área, de agência e luta em favor da *dominação* e da *apropriação* (Lefebvre, 1974) dos espaços de toda ordem. Quando definimos o território de alguém, ou seja, quando ele é de alguma maneira imposto, muito mais que construído, não há uma territorialização de fato, pois ser "territorializado" sem opção ou sem grandes interferências ou agências significa *desterritorializar-se* ou *territorializar-se precariamente* (Haesbaert, 2004).

Vale ainda esclarecer que optamos pelas narrativas como uma ferramenta de geração de registros e de análise de dados não apenas por serem capazes de evidenciar as performances interacionais de seus narradores (Wortham, 2001), mas também por poderem gerar consequências políticas. Afirmamos, portanto, que, assim como o espaço importa para a compreensão dos problemas sociais em que as construções identitárias estão implicadas, a narrativa também importa, pois, "dando-se a conhecer outras histórias, que não apenas aquelas que foram normatizadas e autorizadas, é possível abalar identificações sedimentadas, podendo gerar outros posicionamentos e espaços que antes não eram vistos, ouvidos e reconhecidos" (Threadgold, 2005:264).

Narrando o convênio PEC-G

É importante explicitar que, ao longo da convivência com os estudantes, tivemos a oportunidade de ouvir narrativas de experiências positivas decorrentes do convênio PEC-G, destacando principalmente a importância de estarem aprendendo uma nova língua, bem como de estarem em um país com universidades públicas de alto nível e com potencial de trabalho e de desenvolvimento social. Contudo, em grande parte dos momentos, o foco dos estudantes esteve voltado para relatos e problematizações como as que trazemos a seguir, nas duas cenas de conversas informais com Pinfo, Ntangu e Jabali[7].

A Cena 1 é parte de uma conversa com Pinfo, no segundo ano de sua graduação e o tema central é a maneira como os intercambistas do PEC-G são vistos de maneira diferenciada pela universidade e pelo entorno. Foram inúmeras as vezes, ao longo dos nossos encontros, que os estudantes se compararam a outros jovens estrangeiros pertencentes a programas com financiamento integral e geralmente vindos de países não periféricos. Sendo de países africanos com acentuada dificuldade financeira e pertencendo a um programa que estipula restrições como a não garantia de uma bolsa e a proibição de qualquer tipo de trabalho remunerado, há uma tendência de se fixar identificações para esses jovens:

Cena 1: ***Aqui, você tem que proVAR o que você é!***

> **P:** Aqui na universidade, eu tô me sentido muito TRISte, você sabe que as pessoas têm pouca culTU::ra, pouco conhecimento da África... e você se sente sempre::: já:: num/de certa forma meio.... as pessoas podem ter uma visão muito estereotipada de você, estudante africano... Então, quando se fala de afriCA:nos, ele não fala estudante congolês... ele fala africanos... o conjunto junta todo mundo, assim... por exemplo, como se fosse uma espécie de pessoas, aí... OS afriCAnos aí... do MESmo Jeito é um tipo de preconCEIto:: juntar o conjunto, os africa::nos... isso já inferioriza, já inferioriza...
>
> **Pr:** É...
>
> **P:** Aqui, você tem que provar o que você é! Por exemplo, assim, eu sempre falo que aqui no Brasil estou completando o conhecimento, aqui não tô aprendendo as coisas, porque saí com conhecimento já... científico lá:: do meu país... E esse conhecimento, hoje em dia, o conhecimento é um processo... O conhecimento não se cria de um dia e amanhã, é um

7 Os principais símbolos utilizados na transcrição dos dados são:

Pr	professora/pesquisadora	**...**	pausa
P	Pinfo	**[**	sobreposição de falas
N	Ntangu	-	pronúncia enfaticamente segmentada
J	Jabali	**:**	alongamento das vogais
MAIÚSCULAS	ênfase		

> processo, sim, que você adquire, absorve, você armazena... e depois é uma bagagem... aqui eu estou completando só... A universidade pode pensar que::/primeiro, a universidade nos desconsidera...quando você chega, com esse estereótipo que todo mundo tem da África, a::h eles têm conhecimento mesmo baixo... eles não estão desenvolvido é::: na área técnica, tecnologia não é uma área muito avançado/avançada mesmo assim... essa visão alguns professores pode ter mesmo essa visão, esse prejuízo... [...] Isso tá errado, né? O mundo ocidental pega umas coisa e exclui outras que tá em outros lugares... esses outros lugares estão sempre na periferia...[...] E a gente tem sempre que dizer não, NÃO é assim!
>
> (Conversa informal, 14.12.2010)

A longa narrativa de Pinfo é uma espécie de denúncia que indica como o PEC-G, em suas particularidades, já contribuiria para a normatização de "uma" identidade "genérica" para os conveniados africanos, o que é próprio das identificações produzidas pela compreensão de mundo ditada pela *razão indolente* (Santos, 2000). Em um primeiro momento, o rapaz revela a tristeza causada por essa identificação impingida às pessoas provenientes de países africanos. Ele fala em "conjunto" (linhas 4 e 5) e em "espécie" (linha 5), dois substantivos usualmente utilizados na Biologia para classificar animais e plantas. Esses vocábulos, que referenciam e predicam, ajudam a expor os brasileiros no contexto descrito não apenas como ignorantes em relação à África (linhas 1 e 2), mas como preconceituosos, vozeando discursos que, limitando-se a repetir imagens estereotipadas e identidades substantivadas (Butler, 2010/1990), reforçariam a construção de uma territorialidade limitada para esses alunos. Ou seja, não haveria um lugar particular a ser ocupado por Pinfo, onde pudesse deixar suas marcas pessoais, pois a ele seria previamente delimitado um espaço genérico determinado justamente pela invisibilidade das diferenças e pela perpetuação da ilusão do mesmo, do "tudo igual".

Conforme explica Pinfo, a possibilidade de particularização seria configurada como uma espécie de "luta": "*aqui, você tem que proVAR o que você* é!" (linha 9). A escolha do verbo "provar" na fala de Pinfo ajuda a marcar os originários de países africanos, especialmente os negros, como aqueles que precisam constantemente lutar contra formas de residualização (Santos, 2002:13) veiculadas sobre si mesmos, ou seja, designações ou estereótipos, que inferiorizam e excluem. Assim, não bastaria viver, mas seria necessário viver mostrando "quem é", ou melhor dizendo, mostrando "quem não é". A maneira como o jovem descreve a situação vivida o coloca como um lutador, denunciando um discurso naturalizado que vincula os africanos negros a uma massa única constituída de inferioridades, ausências e lacunas.

Observa-se que, para explicar em que consiste a atitude de "proVAR o que você é", Pinfo se utiliza de uma figura metafórica: a bagagem. Explicando que o conhecimento é um processo, pode-se dizer que há uma necessidade de desconstruir a ideia de que africanos

são ignorantes e inferiores e de que vêm ao Brasil para preencher com conhecimentos uma espécie de mala vazia (linhas 9 a 13). O verbo "completar" (linhas 10 e 13), aliás, ajuda a associar o narrador a uma pessoa combativa que não aceita o lugar em que é colocado pelas narrativas do senso comum, as quais geralmente vinculam a experiência de ser conveniado africano a uma experiência de preenchimento do que neles faltaria.

Talvez seja possível dizer que "provar", nesse sentido, significa resistir ou transgredir, desconstruindo generalizações e negando o lugar imposto pelos estereótipos, enfim, performatizando outras possibilidades de identificação. Pinfo, então, posiciona a si e aos colegas como representantes de um contingente sempre em busca da apropriação de lugares que lhes são frequentemente negados ou não reconhecidos, um contingente que sabe o que é conviver ou viver em territórios sempre em disputa.

O Outro massificado ao qual Pinfo se refere pode ser entendido como o Outro que não interessa ao dominador conhecer ("*A universidade pode pensar que::/primeiro, a universidade nos desconsiDEra...*", linha 14); por isso a generalização. Um território previamente identificado como inferior e do qual não se pode esquivar, dado que uma de suas principais identificações, senão a maior, está em "ser negro". É preciso ressaltar que a negritude é linguagem contundente que carrega consigo, em cada território-corpo, sua ancestralidade e, no caso dos estudantes do PEC-G, carrega também cada território geográfico de origem e a carga material e simbólica que deles emerge. No corpo, involuntariamente, fica impressa, na visão do Outro, uma série de identificações normatizadas, que se materializam em imagens negativas: miséria, calamidades, atrocidades, falta de conhecimento e de desenvolvimento científico-tecnológico (linhas 14 a 17), etc.

Dessa forma, seria possível dizer que, na perspectiva do estudante, a normatização de uma identidade, em parte proveniente de uma política verticalizada de funcionamento do PEC-G, acaba por reforçar seu lugar como um programa humilhante e o lugar dos conveniados africanos como aqueles que estão sempre precisando assumir posicionamentos de luta e resistência contra estereótipos, inferiorizações, preconceitos e perdas (linhas 19 a 21). Ou seja, poderíamos afirmar que o aluno performatiza uma transgressão própria dos movimentos de ampliação do presente e contração do futuro, buscando visibilizar, por meio de sua narrativa, outras formas de compreensão da realidade e das experiências produzidas no/pelo PEC-G e, quem, sabe, possibilidades de transformação dessa realidade.

Na Cena 2, a seguir, Pinfo e Ntangu sintetizam o que para eles significa o convênio do qual fazem parte: uma cooperação questionável:

Cena 2: ***Eu estou entendendo este tipo de programa que se chama PEC-G /.../ como se fosse uma/uma/uma... ah uma recolonização***

P: Eu estou entendendo este tipo de programa que se chama PEC-G ... na verdade, estou tentando ver como se fosse uma/uma/uma... a:::h uma recolonização mesmo assim!

N: Zanzibar!

P: Não Zanzibar, mas intelectual, sabe? Estou tentando entender, porque tem muitas realidades que passa por conta do PEC-G que eu tô achando muito absurdo! O PEC-G tem um acordo com alguns países em vias de desenvolvimento, subdesenvolvidos, pra fazer parte desse programa e entã::o, o que o Brasil tentou explorar? Ele tentou explorar esse pobre programa pra:: criar interesse... interesse naqueles países que estão subdesenvolvi::dos, aqueles países que estão tentando se desenvolver, e criou esse programa pra mostrar que eles estão tentando ajudar... O interesse que o Brasil ganha neste programa é mais do que ele gasta na formação! Porque talvez alguns países têm acordo com o Brasil, às vezes acordo comercial... a gente não tá aqui de graça! Aqueles países que têm acordo, eles estão pagando de outra forma, talvez facilitar o merca::do, entrar mesmo no espaço do mercado! No consumo mesmo, na exportação [...] Quando a gente recebe o dinheiro do Congo, ou quando o colega recebe o dinheiro do Chile, tudo aquele fundo mesmo de capitais que está entrando aqui, às vezes, de uma certa forma, numa linguagem econômica, eu acho que é uma importação do capital dos países subdesenvolvidos na economia do Brasil!

J: Mesmo sabendo que um aluno não tem direito de trabalhar! E eles não ajudam pra gente conseguir pelo MEnos isso!

P: Com esse convênio, eu me sinto discriminado... por quê? O Brasil está querendo mesmo assim tentar acrescentar mais... a economi::a... também tentar vender mesmo assim os vistos, sabe, aquele negócio! Entendeu? Então, ele criou, ele inventou esse programa, esse programa, pra falar que eles estão contribuindo na formação dos países subdesenvolvidos que eles falam, habitualmente que eu acho... também é:: aí você vai perceber que naqueles países, QUEM vai perder, QUEM vai ganhar? Nós que estamos nesse programa que estamos perdendo!

(Conversa informal, 18.06.2010**)**

Nas conversas com Pinfo, foi muito comum o estudante definir o convênio de maneira negativa, como na ocasião em foco. O termo “recolonização” utilizado para referenciar o

processo empreendido pelo PEC-G é imediatamente reconhecido como legítimo por Ntangu (linha 3), que aproxima a situação vivida por eles à escravização ocorrida em Zanzibar, hoje território da Tanzânia. Apesar de Pinfo tentar amenizar, dizendo não se tratar do mesmo processo, já que, no caso em questão, a relação seria empreendida em um nível intelectual (linha 4), a argumentação que a seguir desenvolve fala em "absurdo" (linha 5) e em "exploração" (linha 7) – sem dúvida, ambas as referências utilizadas se alinham a predicações que avaliam situações de escravização.

É contundente essa avaliação do PEC-G como um programa que impõe restrições, sendo percebido como um espaço vinculado a um processo de territorialização que aprisiona e explora. Pinfo chega a mencionar o convênio por meio da expressão "pobre programa" (linha 8), em que o adjetivo faz menção à cooperação com países ainda em desenvolvimento, mas, além disso, pode sugerir uma avaliação no sentido de apresentá-lo como um programa "coitado", com conveniados dignos de dó.

Antes de prosseguir com os comentários dessa cena, fazemos aqui um parêntese. Incomodada com a intervenção de Ntangu citando Zanzibar, uma das autoras desta pesquisa escreveu à garota, pedindo que lesse o trecho e tentasse explicar por que havia feito semelhante analogia. Assim respondeu a estudante:

> Oh professora,
>
> Em primeiro lugar, Zanzibar é uma cidade situada em Tanzânia. Essa cidade ajudou muito os portugueses em questão do comércio e tráfico de pessoas. Ali aconteceu muita exportação dos africanos que foram pro exterior e trabalharam como escravos. E quando relaciono a história do Zanzibar com a do Brasil, é porque também saímos dos nossos países para o Brasil com a esperança de poder ganhar nossa vida um dia (estudar e se formar), mas chegando aqui é outra realidade. Estamos sofrendo mais com essas regras desumanas do PEC-G que ninguém no mundo consegue cumprir nem os brasileiros. Então achei que a história estava se repetindo, dessa vez de uma outra forma com outra estratégia. Dessa vez não são os portugueses, mas sim os brasileiros. Investimos tudo aqui, os pais se debatem lá até vendem coisas para poder te manter aqui, mas uma regrinha do PEC-G acaba com você sem tomar ciência de tudo que você já gastou. Os que vem fazer a língua aqui, passa um ano estudando a língua e quando não passa tem que voltar para seu país sendo que você já ficou aqui um ano gastando sua grana, ah é muita coisa que me fez pensar assim de falar do Zanzibar. /.../
>
> (Ntangu, e-mail enviado em 11.02.2012)

Há, na referência a Zanzibar, como era de se imaginar, uma aproximação de duas realidades

que, para a narradora, seriam similares, remetendo a um processo de neocolonização (linhas 2 a 7), como, então, sugerido por Pinfo, no início de sua fala – ou seja, o processo de colonização anteriormente empreendido pelos portugueses seria, agora, reeditado pelos brasileiros (linha 10). Mas, além disso, o depoimento de Ntangu expande o vocábulo "Zanzibar" e o que ele inicialmente pode querer aludir, trazendo uma descrição explícita do programa como um mecanismo de diáspora temporária cujas regras funcionariam por meio de um sistema mais do que injusto, desumano (linha 8).

Poderíamos dizer que o "absurdo" então referenciado por Pinfo (Cena 2, linha 5) estaria configurado justamente no que seria essa maneira "desumana" de gerenciar o funcionamento de um programa de mobilidade estudantil. Conforme descreve Ntangu, uma maneira a qual causa sofrimento: "*estamos sofrendo mais com essas regras desumanas do PEC-G que ninguém no mundo consegue cumprir nem os brasileiros*", linhas 7 a 9). A expressão "ninguém no mundo nem os brasileiros", uma hipérbole, absolutiza estrategicamente a experiência vivida, contribuindo para posicionar os conveniados como sofredores e injustiçados, vítimas de um sistema de exploração, agora, na versão renovada, com "outra estratégia" (linha 10).

A estratégia de dominação, conforme explica a jovem, passa pela questão econômica: "*investimos tudo aqui, os pais se debatem lá até vendem coisas para poder te manter aqui, mas uma regrinha do PEC-G acaba com você sem tomar ciência de tudo que você já gastou*" (linhas 10 a 12). Na narrativa de Ntangu, o ideal de cooperação é aniquilado, dado que, na relação estabelecida pelo programa, duas posições de confronto são criadas: há, de um lado, investidores no território Brasil, os conveniados, os quais aplicam "tudo", enquanto, de outro, o oferecedor do território age de maneira pequena, mesquinha, operando por meio de "regrinhas" estrategicamente elaboradas capazes de "acabar" com o parceiro de jogo e inviabilizar a realização de qualquer objetivo ou territorialização minimamente adequada, como numa guerra ou numa competição de forças.

Nos bastidores de um desses polos, posicionam-se os pais dos conveniados, figuras importantes nesse contexto, embora não presentes, já que são, teoricamente, os provedores dos estudantes. Na cena, os pais "debatem-se", dispondo-se do que têm para manter os filhos. A expressão "debater-se", que pode significar "agitar o corpo e/ou os membros na tentativa de livrar-se de algo" ajuda a posicionar os pais, representantes da força de trabalho dos países conveniados, como escravos desse sistema ao qual, iludidos, se vinculam (linhas 6 e 7) e que, na "esperança" de mudança de vida para seus filhos, veem-se presos a uma realidade que lhes impõe sacrifícios, a ponto de terem até mesmo de se desfazer dos bens para assegurar o lugar dos filhos no Brasil. A narrativa também ajuda a vozear um discurso que localiza o convênio como um detentor do poder de exploração de um capital que, segundo a argumentação construída, não teria de ser exigido, uma vez que se trata de um programa de cooperação para países em desenvolvimento.

O cenário narrado, portanto, desenha um jogo desigual, em que uns competem com

"tudo", doando o que têm, enquanto outros se apoiam no "nada", em mesquinharias, em "regrinhas" (linha 12), para obterem vantagens. A forte imagem dos pais se debatendo presente na performance discursivo-identitária de Ntangu ajuda a visibilizar o espaço que aos conveniados seria reservado: um espaço de herança de submissão ao poder dos que detêm regras – injustamente estipuladas – a serem cumpridas.

Retomando a Cena 2, é possível afirmar que tais vantagens são exatamente a base da argumentação de Pinfo em sua narrativa sobre o PEC-G. Dois pontos são centrais na fundamentação de que o Brasil utiliza o convênio como forma de explorar os países pobres: (i) o convênio como uma estratégia diplomática de facilitação para as relações comerciais entre os países; (ii) a regra que impõe ao estudante renovar o visto a cada ano, já que a ele só é concedido o denominado "visto temporário IV.[8]"

Posicionando o Brasil e o convênio como um grande vilão estrategista, Pinfo esclarece que o país "*criou esse programa pra mostrar que eles estão tentando ajudar...*" (linhas 9 e 10) e que o grande ganhador dessa relação é o Brasil, que, com as transações comerciais estabelecidas, obtém mais do que investe (linhas 10 a 14). Para explicar o que seria um dos grandes absurdos nessa relação imposta pelo convênio, a entrada de capital de países que estão lutando para se desenvolver, Pinfo se vale de um jargão da literatura da Economia, que fortalece sua narrativa, posicionando-o como alguém que sabe do que está falando (linhas 16 a 18).

Essa entrada de capital, de acordo com o aluno, também se daria pelo fluxo de dinheiro que os alunos PEC-G deixam no país com a renovação dos vistos, o qual, para Pinfo, parece mesmo se configurar em um verdadeiro "negócio" (linha 23) de obtenção de dividendos, uma "venda de vistos" (linhas 22 e 23), já que até mesmo os estudantes do Mercosul passam a ter de pagar pela renovação do visto. Essa não é uma questão menor para os jovens congoleses, os quais diversas vezes se lamentaram, criticando essa exigência. Em duas ocasiões, inclusive, em 2009 e em 2010, dois deles apelaram a uma das pesquisadoras a fim de que os ajudasse financeiramente para renovação do visto; apelo que foi atendido – não há dúvida de que o episódio reafirma a complexidade do funcionamento do programa, exigindo que esses alunos, muitas vezes, passem por situações constrangedoras, tendo de pedir auxílio a terceiros. Pinfo termina referenciando os conveniados como "perdedores" (linha 27), uma escolha lexical forte que ajuda a vozear um discurso sobre a experiência vivida ou permitida pelo convênio como uma territorialização precária (Haesbaert, 2004) em suas restrições.

É possível dizer que a breve fala de Jabali, referindo-se ao fato de não serem isentos das taxas de renovação do visto, se coloque como um alinhamento à posição defendida por Pinfo e como uma síntese do que seria essa relação de perdas e desvantagens que julgam viver: "*mesmo sabendo que um aluno não tem direito de trabalhar! E eles não ajudam pra gente conseguir pelo MEnos isso!*" (linhas 19 e 20). A expressão "pelo menos", a qual sugere haver

8 A Seção V – Concessão de Visto, do protocolo PEC-G, encontra-se disponível em http://portal.mec.gov. br/index.php?Itemid= 530&id=12276&option=com_content&view=article. Acesso em 02.07.2014.

outras dificuldades enfrentadas pelos estudantes e igualmente ignoradas, ajuda a avaliar o convênio, marcando-o como um mecanismo que, ao negligenciar os problemas reais de funcionamento das regras, discrimina seus conveniados.

Considerações finais

No decorrer dos cinco anos deste estudo, indagamo-nos se valeria a pena um programa de mobilidade e cooperação nos moldes propostos pelo PEC-G. Um levantamento realizado no primeiro semestre de 2013 revelou que, de 1977 a 2012, 874 alunos foram matriculados na instituição por meio do convênio PEC-G e, desse total, 372 integralizaram o curso, ou seja, 43%. Desses 874, 113 eram africanos e apenas 40 se graduaram, o que equivale a 35%.

Embora o índice de integralização seja significantemente baixo e as narrativas aqui problematizadas indiciem problemas em sua complexa implementação, cremos que ajustes podem fazer emergir a força do programa PEC-G como uma política pública capaz de consumar a cooperação e a democratização dos territórios. É nessa possibilidade que apoiamos nossa certeza de que o programa deve, cada vez mais, fazer parte dos projetos de internacionalização das universidades brasileiras.

Acreditamos que pesquisas como esta, que buscam ampliar o presente e contrair o futuro, dando voz às localidades por meio das narrativas de suas histórias, podem gerar reflexões e transformações futuras. É crucial, portanto, escutar essas vozes e reconhecê-las como parte de um tríduo que deveria efetivamente compor o funcionamento do PEC-G: aquele que propõe o projeto – o governo brasileiro (Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação); aquele que ajuda a executar o projeto (as universidades) e aqueles que vivenciam o projeto (os estudantes e os professores).

É essencial que a internacionalização seja pensada como um processo e não como atividade (Knight, 2004), sempre prevendo relações bilaterais/multilaterais. Tanto as instituições governamentais responsáveis pelo PEC-G quanto as universidades precisam ter clareza do que se entende por cooperação/democratização e o que implicam esses processos. Assim, cooperar não pode ser compreendido como a simples oferta de vagas nas universidades; é necessário disponibilizar maneiras para que esses espaços possam ser apropriados e significados pelos estudantes como um lugar de pertencimento, afastando-se as residualizações e promovendo-se a ecologia de reconhecimentos (Santos, 2002). Não pode haver cooperação sem que se compreenda o Outro como parceiro, sendo essencial conhecer particularidades e diferenças do parceiro para que efetivas condições de cooperação sejam criadas.

Enfim, as universidades não podem se isentar das consequências e responsabilidades acerca das des(re)territorializações que promovem e as possíveis ações das universidades e do governo brasileiro devem ser parte de um projeto de educação do entorno (Maher,

2007), em que, visibilizando-se e discutindo as experiências de ser um estudante PEC-G e projetando-se possibilidades de outras vivências para esses alunos, seja possível envolver estudantes conveniados, estudantes brasileiros, professores e autoridades na construção de outras significações sobre o programa PEC-G e sobre seus alunos africanos.

Referências Bibliográficas

Bhabha, Homi K. (2007), *O local da cultura*. Tradução do original (1998): Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Butler, Judith (2010), *Problemas de gênero*. Tradução do original (1990): Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Cavalcanti, Marilda do Couto (2006), "Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas", *in* Luiz Paulo da Moita Lopes (org.), *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 233-252.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (2007), *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia* (v.1). Coordenação da tradução do original (1980): Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34.

Erickson, Frederick (1984), "What makes school ethnography 'ethnographic'?", *Anthropology and education quarterly*, 15(1), 51-66.

Haesbaert, Rogério, (2004), *O Mito da desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

Knight, Jane (2004), "Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales", *Journal of Studies of International Education*, 8(1), 5-31.

Krawczyk, Nora R. (2008), "As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul". *Jornal de Políticas Educacionais*, 4, 41–52.

Lefebvre, Henri (1974), *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.

Maher, Terezinha de Jesus Machado (2007), "A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo", *in* Angela Bustos Kleiman,; Marilda do Couto Cavalcanti, (orgs.), *Linguística Aplicada – suas faces e interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 255-270.

Moita Lopes, Luiz Paulo (2006), *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola.

Pennycook, Alastair (2007), *Global englishes and transcultural flows*. London and New York: Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Pela mão de Alice*. *O social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Democratizar a democracia*. *Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.

Santos, Milton (2000), *Por uma outra globalização*. *Do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Editora Record.

Spivak, Gayatri Chackravorty (2010), *Pode o subalterno falar?* Tradução do original (2010): Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Threadgold, Terry (2005), "Performing theories of narrative: Theorising narrative performance", *in* Joanna Thornborrow; Jennifer Coates, (orgs), *The sociolinguistics of narrative*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Wortham, Stanton (2001), *Narratives in action*. *A strategy for research and analysis.* New York/London: Teachers College; Columbia University Press.

Deslocamentos Populacionais: Diversidades e Direitos aos Humanos

Zilda Márcia Grícoli Iokoi[1]

Resumo

País formado pelos deslocamentos populacionais contínuos, o Brasil segue recebendo imigrantes dos vários continentes, especialmente aqueles que vivem o dilema de terem que se deslocar devido a crises ambientais, necessidades econômicas ou refúgios. Poucos emigram para realizar formação profissional. A maioria deste grupo é imigrante temporário. Neste artigo, por escritas de ouvido analiso a situação de latino americanos e africanos que por narrativas em áudio visual nos entregaram suas histórias de vida que revelam dores, necessidades, sonhos e desejos abandonados para se submeter a um vivido cujas ausências de direitos tornam seu viver longe dos construtos das solidariedades e restringem ainda mais as suas inserções nas nova realidade encontrada.

Palavras- chave: Deslocamentos populacionais, Brasil, direitos

Abstract

Country formed by the continuous population movements, Brazil continues to receive immigrants from various continents, especially those living the dilemma of having to travel due to environmental crises , economic or refuges needs. Few emigrate to provide training. Most of this group is temporary immigrant. In this article, written by ear analyze the situation of Latin America and Africa which in narratives in visual audio delivered in their life stories that reveal pains , needs, dreams and desires abandoned to undergo a vivid whose rights absences make their living away from the constructs of solidarity and further restrict their inserts in the new reality found .

Keywords: Population movements, Brazil, Rights

Resumén

País formado por los continuos movimientos de población, Brasil sigue recibiendo inmigrantes de diversos continentes, especialmente los que viven el dilema de tener que viajar debido a las crisis ambientales, necesidades económicas o refugios. Pocos emigran para proporcionar capacitación. La mayor parte de este grupo es inmigrante temporal. En este artículo, escrito por el oído analizar la situación de América Latina y África, que en las narraciones en audio visual entregado en sus historias de vida que revelan dolores, necesidades, sueños y deseos abandonados a someterse a un intenso cuyos derechos ausencias se ganan la vida lejos de las construcciones de la solidaridad y restringir aún más sus insertos en la nueva realidad encontrada.

Palabras – clave: movimientos de población, Brasil, derechos.

---

1 Professora titular da Universidade de São Paulo, Mestre, Doutora e Livre Docente em História Contemporânea. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades e do *Diversitas* :Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e dos Conflitos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Introdução

Neste artigo analiso a problemática dos deslocamentos populacionais e as representações do Outro[2], a partir de histórias de vida de imigrantes bolivianos e africanos que vivem em São Paulo. Estas migrações[3] que se realizam no início do século XXI, diferentemente daquelas ocorridas no início da urbanização da cidade portam singularidades que nos indicam novos construtos culturais e necessidades de compreensão dos nexos que esses habitantes promovem nas relações sociais, especialmente, no que se refere às diversidades e as liberdades, no campo dos direitos e no desenvolvimento de práticas de cooperação e solidariedades abertas na globalização de raiz.

Portugueses, italianos, japoneses, coreanos, libaneses e diversas outras nacionalidades que chegaram há quase três séculos atrás estão representadas nos documentos que registram a entrada desses migrantes m São Paulo. Essas presenças podem ser verificadas no vasto acervo que compõe o atual Memorial do Imigrante, antiga Hospedaria dos imiigrantes. Os italianos foram o grupo mais numeroso entre o século XIX e XX e o que deixou marcas profundas na história da cidade. Bairros operários, casarões utilizados como cortiços para abrigar diversas famílias num mesmo espaço, desde a Estação Ferroviária no Bairro da Luz, até a região do Bexiga, na área central da cidade e ao longo do Rio Tamanduateí à Barra Funda, já no leito do Rio Tietê.

Acolhidos, esses grupos de trabalhadores foram em parte alocados nas fazendas de café e outros, responsabilizados por inúmeras atividades, ligadas ao setor textile, ao manufatureiro de roupas, calçados e alimentos, no início da industrialização do país. Como os atuais bolivianos ocupavam a cidade, alterando seu cotidiano e introduzindo novas formas de vestir, falar e se alimentar. De certo modo, esses dois momentos permitem perceber os dilemas não superados neste longo tempo. Preconceitos e discriminações, estruturas e condições de trabalho degradantes, baixa remuneração, violência policial entre outras.

Ambos os processos foram responsáveis por expor as mazelas a que são submetidos os migrantes e deles verificar como o Estado se relaciona com as baixas camadas da população e o significado do republicanismo rescem instaurado.

Inúmeros estudiosos do tempo presente[4] compreendem que a ideologia do bem público perde a máscara e desnuda o poder do tirano, quando o nativo como o portador do bem na

2 Ver Todorov, Tsvetan *Nós e os Outros. A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana.* Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1993.

3 A categoria Migrante passou a ser uma tipologia jurídica no Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil – Brasíía. 2014, pois abandonou-se o conceito de estrangeiros não apenas pela conotação pejorativa do termo, mas também por ser juridicamente definidora de um sujeito de segunda classe.. No Anteprojeto compreende-se nessa denominação os nacionais de outros Estados ou os apátridas que chegam ao território Brasileiro e Emigrantes, os brasileiros que deixam o território Nacional.

4 Chartier, R. História Cultural. Entre práticas e representações. Lisboa, Bertrand Brasil. 1993: Ferreira, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente. Petrópolis, Vozes.2000; Hobsbawn, Eric . A Era dos Extremos. O Breve Século XX. São Paulo. Cia das Letras.2006.

cidade, volta-se em oposição aos que vêm de fora. As narrativas apontam a necessidade de se articular essas micro histórias com o contexto de inserção dos sujeitos no tempo longo e, as determinações estruturais desse viver. Alterações profundas no campo do trabalho, flexibilização e volatilidade das relações, se contrapõem às histórias e tradições profundas retomadas para a ressignificação do vivido. É nessa perspectiva que a imigração, um fato social total, bem definido por Abdelmalek Sayad (1991)[5], aparece como possibilidade de verificarmos que a chegada do estranho desvenda o paradoxo da identidade como conceito revelador do nacional e, do que vem de fora, como negação do duplo, já que o uno que existe nos discursos sobre solidariedades advindas da racionalidade da cultura ocidental desaparece nos conflitos que se abrem com essas presenças.

Bolivianos e Africanos em São Paulo

A chegada de homens e mulheres sem respaldo de suportes governamentais, tanto dos países de origem como nos de destino colocam esses novos habitantes em inúmeras situações de risco, já documentadas fartamente pelas mídias, relatos e depoimentos dos violados, analisados em estudos que procuram dar sentido humanitário às vítimas, assim como nos folhetins televisivos, ou pela importante exposição fotográfica de Sebastião Salgado denominada Êxodos. Europa, América Latina e África expuseram esses processos ocorridos em meados do século, XX por meio de controles de instituições que formulavam registros e, de certo modo, *protegiam* as vidas em trânsito[6]. Hoje, esses aparatos desapareceram e, homens e mulheres caem nas mãos de traficantes, de pessoas inescrupulosas e se tornam reféns de esquemas extremamente violentos, sem defesa das instituições que deveriam proteger suas vidas. O caso dos bolivianos é exemplar para este estudo pois ele mostra a violência da exploração do trabalho neste novo século.

Data da década de 1950 o início das migrações de bolivianos para a cidade de São Paulo. Naquele período, os estrangeiros eram acolhidos com muita generosidade, uma vez que o país dava passos largos ao desenvolvimento da industrialização de bens de consumo duráveis, com a chegada das multinacionais. Eram poucos os imigrantes, principalmente profissionais com formação técnica especializada, cuja sazonalidade neutralizava o medo dos recém chegados que hipoteticamente retornariam a seu país de origem após o desenvolvimento das bases produtivas. Essas presenças não deixaram raízes e pouco foram registradas nos dados populacionais disponíveis.

Entretanto, desde a década de 1990 o número desses deslocados cresceu e passou a ser tema de debates acirrados sobre o direito à cidade e seu papel nas relações sociais e políticas entre os dois países. Esta presença moveu engrenagens de controles, acordos governamentais e abriu os debates acadêmicos sobre a imigração, numa tarefa de retornar aos problemas de

5 Sayad, A. A *Imigração ou os Paradoxos da Modernidade.* São Paulo. EDUSP.1991.

6 Desde o século XIX até final do século XX funcionou em diferentes estados brasileiros, mas especialmente em São Paulo a *Hospedaria dos Imigrantes,* hoje Museu da Imigração que recebia os estrangeiros com os documentos dos países de origem e os encaminhavam para as frentes de trabalho.

conhecimentos produzido em tempos distantes. [7]Chalhoub (2002).

A relação entre brasileiros e bolivianos esteve desde o século XIX mediada por conflitos tais como a Guerra do Chaco[8], a doação e compra do Território do Acre e, no período contemporâneo, nas idas e vindas de brasileiros á Bolívia, fato que potencializou aos acreanos comprarem terras na fronteira para o desenvolvimento da agricultura familiar devido a transformações fundiária na Amazônia, pela chegada dos pecuaristas e das madeireiras facilitadas pela Rodovia Transamazônica.

Mas, até o final do século XX, esses grupos de imigrantes não haviam se instalado na Cidade de São Paulo, centro industrial do país. Esses novos imigrantes chegaram silenciosamente, em grande quantidade e, se tornavam invisíveis pois eram traficados e instalados em oficinas de costuras, empresas domésticas, sem qualquer registro e sem documentos de trabalho. Pouco a pouco, foram denunciando suas presenças, pois eram pessoas que se moviam pelos bairros do centro da cidade, cujas vestimentas e tipos físicos introduziam um novo colorido e muitos problemas sociais e de direitos negligenciados. Conflitos e denúncias sobre o papel dos coiotes e das ameaças que sofriam por terem seus documentos recolhidos pelos patrões, pouco a pouco os tornaram visíveis e as condições de trabalho reabriram o tema da escravidão no Brasil. De certo modo, essa *escravidão contemporânea*, naturalizava os imigrantes invisíveis na condição de negros, uma vez que no Brasil essa foi a marca dos escravos.

Entretanto, nesse mesmo momento inúmeros africanos também passaram a imigrar para o Brasil. Oriundos do Congo, Moçambique, Angola, Cabo Verde esses novos negros assumiam uma identidade distinta daquelas que violou contingentes inteiros de deslocados forçados de África nos séculos XVI e XVII. A diversidade entre eles tornava-os um grupo particular pois, vinham de situações econômicas e objetivos distintos: muitos como estudantes de graduação e pós graduação para universidades públicas e privadas. Outros realizando uma rede de comércio voltada para o abastecimento de um mercado de luxo para os novos donos do poder como os de Angola. Assim, essa heterogeneidade abriu um campo fértil de estudos e fez com que o tema das identidades fosse criticado pela homogeneização das diferenças, estas sim, potencialmente reveladoras da ideologia que os discriminavam a todos.

A identidade de negros calcada nos bolivianos escondia a tirania do mercado de vestimentas e explicitava como as grandes marcas internacionais representam a exploração no capitalismo contemporâneo. A percepção dos bolivianos sua identificação como escravo sujeitado pelos patrões nas oficinas, que inicialmente significou integrarem-se numa rede de denúncias e solidariedades, pouco a pouco foi sendo rechaçada, pois eles não queriam ser considerados negros. Essa identidade pertencera a outros homens e mulheres nos velhos tempos do

7 Chalhoub, Sidney (2002), *Visões da Liberdade.* São Paulo: Cia das Letras.

8 Conflito entre Paraguai e Bolívia que levou o Brasil a ceder o Território do Acre a Bolívia e depois a comprar a mesma área no início do século XX. Ver BANDEIRA, M. L.A. A Guerra do Chaco *In: Revista Brasileira de Política Internacional***.** Brasília. Vol. 41 n. 1 Jan/Jun 1998.

passado colonial. Foi exatamente nesse momento que precisamos abrir escutas para que suas histórias pudessem ser ouvidas, gravadas e formuladas de outra maneira. As escritas de ouvido mostraram que se tratava de condições de trabalho, não escravidão, pois eles não eram comprados nem vendidos num mercado que garantia a dominação de seus corpos e apropriação de riquezas como fora no passado colonial. Tratava-se portanto, de diferenciar tanto bolivianos (patrões, artesãos, pequenos comerciantes, coiotes) e verificar como novas redes de recrutamento de mão de obra apontava o enorme retrocesso no campo dos direitos do trabalhador utilizando-se de ilegalidades aparentemente superadas no tempo presente.

O filósofo Mauro Maldonato (2014:23) afirma que no tempo presente dada a

> (...) dominância da comunicação por imagens em relação aos conceitos e às linguagens, a massificação e seus contra movimentos de pesquisas, de originalidade e de autenticidade, a desmaterialização da experiência e, por último, a explosão do virtual e da comunicação mediática e em rede, restituíram à fenomenologia, um papel central para o entendimento e a redefinição de expressões como experiência vivida e conhecimento.

Demonstra assim que o conhecimento das coisas, pode tornar possível sairmos do impasse paralisante de hoje, e abrirmos novos caminhos para o sentido da experiência vivida. Nessa mudança o encontro individual com o homem é decisivo para o paradigma de cada pesquisa. Sabe-se hoje que diferença é um espaço sem mediação e sem comunhão: um só eu na vertigem de sua *autonomia*, que é ao mesmo tempo sua força e fraqueza (Maldonado, *Op. Cit)* Identidade diz o autor, {ao contrário} é o mesmo em si e, portanto, o que para uma cultura é o disperso e o aparentado, distinguido por marcas e recolhido em sua identidade. Mas, o que era identidade antes dos gregos, questiona Maldonato, antes de uma vertiginosa redução ao um de tudo o que era distinto e separado? Antes do advento do discurso racional, quando o mito habitava o mundo e os espaços eram ilhas esporádicas, originais, dispersas disseminadas nos diferentes dialetos? Por isso, não podemos ter nenhum acesso por nós mesmos á ideia de identidade que carregamos conosco tão naturalmente, sem retornar aos vestígios originais daquilo que nos legou a civilização ocidental. Tempo em que a narrativa do homem primitivo estava inscrita nos ciclos do cosmos, que correspondiam as formas da natureza.

A noção de identidade moderna oscila entre a determinação imposta sobre o eu por valores que unificam coisas e formas, conceitos e estigmas, ora valorizando, ou desqualificando as diversidades de sujeitos, grupos sociais, portadores de crenças ou de dificuldades psíquicas, físicas ou intelectuais. Também os que se movem em protestos, lutas e demais movimentações contra o estabelecido. Hoje, o tema das identidades serve para sobrepor uns contra os outros ou criar estereótipos sobre os pequenos números.

Arjun Appadurai (1996) em *Modernity at Large: Cultural Dimension of Globalization*, levantou

questões analíticas e éticas sobre o futuro dessas populações em movimento e em protesto e do estado-nação, articulando o que para as mídias as migrações criavam os novos recursos para o trabalho criativo da imaginação como prática social. Sugeriu esse autor alguns padrões na maneira como cultura, mídia e diásporas mutuamente estruturavam forças num mundo de rupturas e, considerou que a produção de comunidades vivas e localidades, ficara mais complicada no contexto da globalização. O livro provoco segundo o autor, um intenso debate dentro e fora da antropologia, sugerindo que ele tecera um quadro róseo da globalização no início dos anos de 1990 e não apontou os seus aspectos mais sombrios, tais como a violência, exclusão social e a crescente desigualdade. Deste debate o autor abriu um largo processo de pesquisas sobre as violências ocorridas na Índia, contra santuários, casas e populações muçulmanas, mas também, em Ruanda, no Congo, em Angola e Moçambique, na Europa Central e inúmeros outros lugares. Mas, a pesquisa o levou a conhecer um grupo de ativistas em seu país com trabalhos realizados junto a população mais pobre de Mumbai, ou seja, encontrou uma globalização de raiz, vinda de baixo, um esforço pelo mundo todo, dos ativistas dos movimentos e das organizações não governamentais para apreender e dar forma à agenda global em assuntos como direitos humanos, gênero, pobreza, meio ambiente e saúde (Appadurai, 2009). A descoberta desses movimentos permitiu que o autor realizasse uma nova investigação no livro denominado *The Capacity to Aspire*. Nesse trabalho demonstrou que a diversidade aproximava sujeitos num esforço para criar e dar conhecimento de um largo processo de organização societal que se apropria das formas e das ferramentas da globalização, para criar solidariedades novas, as quais Milton Santos (2011) denominou de *uma outra globalização,* a desafiar a todos, na busca de novas ferramentas analíticas, pelo reconhecimento de que as coisas são construtos capazes de revelarem subjetividades e permitirem reaproximações e novas dinâmicas entre diferentes sujeitos e realidades. Esse foi o processo de desenvolver a noção de trabalho degradante que os jovens membros do Ministério Público do Trabalho criaram para acolher e dar apoio aos bolivianos expropriados nas oficinas de costura de São Paulo.

Diferentes sentidos do ser migrante: escritas de escutas

Alfredo Bosi (1992:15) aponta, entre os significados para o radical *cultus*, aquilo que foi trabalhado sobre a terra, cultivado. Mas também o que se trabalha sob a terra, ou seja, o culto, o enterro dos mortos ou rituais feitos em honra dos antepassados. Desse modo, *cultus* é sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento já tem memória. Bosi constata que a cultura popular apresenta caracteres constantes, a saber: materialismo; animismo; visão cíclica da existência (ou reversibilidade). Essa dimensão da cultura como construto informa que cada povo instalado ou em movimento é criador e portador de uma riqueza fruto de ancestralidades longínquas que qualificam as trocas culturais como valores materiais e simbólicos fundamentais. Assim afirma Bosi :

> "Ao homem e à mulher pobre cabe, sempre, a tarefa de enfrentar a resistência mais pesada da Natureza e das coisas. Mas esse mundo da necessidade não é absolutamente desencantado, para usar do atributo com que Max Weber define o universo da racionalidade burguesa. Há na mente dos mais desvalidos, uma relação tácita com uma força superior (Deus, a Providência); relação que, no sincretismo religioso, se desdobra em várias entidades anímicas, dotadas de energia e intencionalidade, como os santos, os espíritos celestes, os espíritos infernais, os mortos; e assimila ao mesmo panteão os ídolos provindos da comunicação de massa ou, eventualmente, as pessoas mais prestigiadas no interior da sociedade. A mesma visão tende a aceitar com facilidade a crença na reencarnação, o que se prova pelo altíssimo número de católicos espíritas no Brasil inteiro. Para o materialismo cíclico, nada morre, nem os mortos, todos podem voltar e estar junto de nós, não há pecado nem pena definitiva, e tudo o que foi pode voltar a ser, se assim o quiserem as forças que regem o nosso destino. No coração de cada homem do povo convivem uma resignação e uma esperança sempre nascente.[9]

Essas reflexões servem perfeitamente para caracterizarmos os latino americanos que migram para São Paulo, muitos deles originários do Altiplano Andino que têm seu modo de vida referenciados pelo sol, pela lua, pela terra, a Pachamama. Mesmo não estando mais vagando na terra e sabendo que o céu intangível não mais representa o reino eterno, eles sabem que a terra é o reino da morte: não de modelos mas, do destino mortal que nos espera. Esses homens e mulheres, mesmo tendo transitado do Altiplano para cidades como Cocha Bamba, Santa Cruz ou Oruro, não podiam imaginar que migrando para o Brasil viveriam situações de violação como as que tem vivido. São ao mesmo tempo considerados não humanos e submetidos a trabalhos degradantes. São tratados como usurpadores da cidade, por mendigos, drogados, sem tetos que vivem nas noites dos desabrigados.

Esses migrantes despossuídos, entre eles bolivianos, organizaram-se em busca de uma territorialidade em São Paulo. Após muitas negociações conseguiram junto ao poder público um lugar para se reunirem, uma pequena praça a qual nomearam de Cantuta, nome de uma flor vermelha e amarela, símbolo da Bolívia. Localizada junto a Estação Armênia do Metro, eles passaram a se reunir, montaram barracas de artigos do artesanato andino, vendem papas e favas próprias para fazer seus cozidos, começaram a preparar salteñas, tocar seus instrumentos de sopro de bambu, criar times de futebol e jogar ao longo de todo o período de descanso aos domingos. São hoje aproximadamente meio milhão de homens, mulheres e crianças excluídos da cidadania, responsabilizados pelas mazelas dos pobres nascidos neste lugar. São ainda considerados vândalos e perseguidos pelos aparatos policiais ou roubados e mortos pelos marginais da região urbana em que vivem. Empregados em oficinas de costuras que abastecem o mercado fabricam vestimentas, para as diferentes classes sociais, vendidas

9 Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 15.

pelos patrões em lojas de departamentos. Cantam seus mortos, falam de seus sonhos, da necessidade de retorno, dos desejos de viverem num lugar onde sua cultura possa ser respeitada. A Igreja da Paz é um lugar de acolhida tanto das rezas, como das danças, das oferendas e dos sonhos.

Nosso encontro com esses imigrantes se deu por ocasião de denuncias sobre o aprisionamento de mulheres e homens em espaços inadequados, com jornadas de trabalho acima de 16 horas diárias, tendo crianças amarradas em cadeiras ou no chão, para que seus país e mães pudessem permanecer no trabalho sem interrupção. Orientados pela Pastoral do Migrante, organização religiosa sob a orientação dos padres da Ordem dos Scalabrinianos, vinculada à Missão Paz[10], procuramos encontrar esses trabalhadores, em sua maioria mulheres e, verificar quais seriam as suas demandas e como poderíamos apoiá-los em suas lutas. Queriam falar sobre si e aceitariam narrar suas histórias. Informamos que o nosso Núcleo possuía um banco de histórias de vida a servir aos estudiosos de temas como o dos Direitos Humanos. Foi assim que abrimos escutas para esses narradores que estão gravadas em audiovisual e depositadas no Portal Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e dos Conflitos da Universidade de São Paulo.

Havia naquele período, março de 2010, um interesse desses sujeitos em ganhar visibilidade já que aqueles trabalhadores sentiam-se isolados e quase inexistentes, pois as prisões nas oficinas precisariam ser denunciadas para garantir suas vidas e de seus filhos. Afirmavam serem submetidos a condição de escravos. Desse momento em diante, as denúncias sobre essas estruturas de trabalho ganharam as páginas dos jornais , momento em que o tema do ressurgimento da escravidão no Brasil passou a ser debatido em muitas esferas e nas mídias. Surgiram assim, um conjunto de práticas que levaram esses imigrantes a se organizarem e exigirem novas providências aos poderes públicos.

Ao mesmo tempo em que esses trabalhadores passaram a ressignificar suas condições de existência, ao perceberem que escravos haviam sido os negros, negaram o conceito que havia sido arma central para dar publicidade a sua situação funcional. Nominaram-se escravos, mas não poderiam aceitar serem chamados de negros.

Foi assim que ao longo dos últimos sete anos, a questão foi sendo regularizada com acordos governamentais entre o Brasil e a Bolívia e que órgãos do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal passaram a realizar blitz nas empresas que se aproveitavam dessas pessoas submetendo-as a processos de trabalho degradantes. A notícia abaixo exemplifica as formas encontradas para desagregar essas engrenagens de exploração dos imigrantes indocumentados:

10 Pastoral dos Migrantes e a Missão Paz de São Paulo organizações da Igreja Católica ligadas ao Vaticano acolhem os Migrantes, Imigrantes e Refugiados, entendendo-os, respeitando suas identidades e celebrando, a interculturalidade presente no encontro entre as diversidades.

> Dezenas de cidadãos bolivianos e paraguaios, que trabalhavam em condições análogas à de escravo no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, foram libertados nesta quarta-feira (1/9). Eles trabalhavam em oficinas de costura na rua José Paulino Os estrangeiros foram encontrados em blitz conduzida pela Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal. Um cidadão boliviano foi preso em flagrante pelo crime de redução de trabalhadores à condição análoga de escravo e ocultação de estrangeiros em situação irregular. O acusado, em situação regular no país, identificou-se como dono de uma das oficinas e arregimentador de parte da mão-de-obra. Outros 20 estrangeiros, operários nas oficinas, foram levados à delegacia da Polícia Federal para início de processo administrativo para deportação.
>
> Segundo o Ministério Público Federal, no prédio, de sete andares, com 10 apartamentos por andar, mais de 80% dos imóveis eram ocupados por oficinas de costura que recebem encomendas de terceiros, contratados inclusive por grandes marcas. A blitz constatou que os salários dificilmente ultrapassam R$ 300, para jornadas de 12 a até 14 horas diárias, que os funcionários trabalham sem registro em carteira e moram no local de trabalho em condições precárias. "A utilização de mão-de-obra estrangeira irregular no Brasil é mais um problema social do que penal. É preciso que o Estado brasileiro estude formas de assegurar o direito ao trabalho a essas pessoas", disse o procurador da República Sergio Suiama, que acompanhou a blitz.[11]

Em situação diferente desses latino americanos encontramos imigrantes africanos que apontam a diversidade do existir em terra estranha. A história de Lomama-Eyo que chegou a Cidade de São Paulo e, depois de dois anos de sua estada aqui planejava trazer ao Brasil sua família que ainda estava no Congo é um pouco diferente: Engenheiro elétrico foi obrigado a sair da República Democrática do Congo e sabe que fez o melhor, mesmo deixando a mulher e os dois filhos para trás. Se ficasse, provavelmente estaria morto agora. Lomama era um cidadão comum que ousou se manifestar contra o governo de Joseph Kabila, presidente que assumiu o poder no país depois que seu pai, o guerrilheiro Laurent Kabila, foi morto pelo próprio guarda-costas em 2001.

Com a guerrilha, Laurent Kabila havia conseguido, em janeiro do mesmo ano derrubar o ditador Mobutu Sese Seko, que estava há 32 anos no poder de seu país até então denominado Zaire. Em meio a esta longa trajetória de instabilidade política, Lomama, assim como outros manifestantes, foi à rua para pedir democracia.

> "Eu não tinha partido, só queria me manifestar, o ato de protesto por democracia me custou caro. Fui preso e, por pertencer à mesma etnia de um líder oposicionista e, ter o mesmo nome deste, fui confundido com

11 http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/noticia-419

> um membro da família do guerrilheiro. Em pouco tempo, fui transferido a um presídio destinado aos indivíduos mais perigosos. "De lá, minha única saída era a degola...Fugi e tornei-me um refugiado. Refúgio não é asilo. O asilo é concedido pelo presidente, normalmente para pessoas dos altos escalões de outros países. Refugiados são considerados foragidos no Brasil e assim, vistos como criminosos, ou fugitivos.

Com muita ajuda e depois de passar por todos os trâmites legais tornou-se um refugiado como muitos que vivem no Brasil, dos quais 80% são africanos, principalmente de Angola, República Democrática do Congo, Libéria e Serra Leoa. Muitos vêm como clandestinos em navios, contou Liliana Jubilut, advogada e assessora explica, numa sala da Cáritas, em São Paulo, instituição ligada à Igreja que apoia refugiados no Brasil. A entidade chegou a abrir um posto na cidade de Santos para atender esses imigrantes forçados.

Estar no Brasil para ele é ao mesmo tempo um alívio e um problema. Quando fala com estranhos e lhe perguntam de onde é e o que faz, sente os preconceitos que o acompanham por ser negro e refugiado. Mesmo a condição sendo temporária, o estigma permanece e faz lembrar as agruras de deixar a pátria madrasta e o desejo de regressar que nunca acontece. A transitoriedade da condição o coloca sempre em suspense, provisoriedade que dificulta a realização do sonho e do devir.

Diferente de Lomama vive Papucides em São Paulo. Temporário por ter vindo como estudante é moçambicano, natural de Tete, região central do país. Seus pais são naturais de Cabo Delgado, de etnia maconde. Nasceu em 4 de junho de 1976 e começou o ensino primário na província de Sofala, na Beira, por volta dos anos 1980. Viveu muitos deslocamentos até chegar ao Brasil em 2009. Sua narrativa revela um processo de sofrimento de todos os membros de sua família devido ao longo período de guerras em África e Moçambique. Assim ele narra:

> O meu pai vem de um regime como militar do exército, da FRELIMO que participou do processo de libertação do nosso país do colonialismo português. Após a Independência ele entrou para a reserva como um quadro superior, oficial da reserva ele voltou a vida civil e foi destacado como diretor da **Metal Técnica** em Sofala, onde também exerceu várias funções em outras empresas como no caso da empresa açucareira de **Mofambis**. Com o início da guerra de desestabilização que durou cerca de 16 anos, o presidente Samora Machel decidiu incorporar de novo todos os seus quadros que eram militares da reserva nas novas frentes de combates. Aí eu vi o meu pai desaparecer das nossas vidas por um tempo porque teve que voltar para o processo de instrução militar e lutar pela pátria. Recordo-me que foi por volta de 1984, 1985 ele foi comandante distrital, para abrir a frente, uma zona bastante rica que agora é produtora de gás natural e naquela altura havia muitos interesses nessa área, não só do próprio

> governo, mas também, de pesquisas que estavam sendo desenvolvidas naquela altura. Ele ficou trabalhando lá por volta de 5 anos. Durante aquele processo ficamos sozinhos infelizmente, porque o meu pai nunca havia deixado os seus filhos e a sua esposa para abraçar sozinho, a situação de guerra. Com conforto, segurança ou não, nós sempre acompanhamos o pai, mas tínhamos até então, uma situação relativamente diferenciada dos outros meninos porque nós tínhamos um nível de segurança maior que os demais. Durante este percurso das guerras eu vi situações bastante tristes. E, de fato, isso ficou marcado em mim de uma certa forma, porque ao longo deste tempo, o privilégio que eu tive de poder estudar e poder ter os meus pais próximos, algumas crianças na mesma idade que eu, infelizmente foram sacrificadas e não conseguiram ter o alcance que eu tive. Vim ao Brasil para realizar meu curso de Pós Graduação, e não posso deixar de aproveitar tudo o que recebi aqui, pois meu país precisa muito de profissionais qualificados.[12]

Mesmo tendo vivido situação semelhante, José Brás Chidossicua chegou ao Brasil em 27 de julho de 2009 no âmbito da cooperação Brasil / Moçambique para fazer mestrado na Faculdade de Saúde Publica da Universidade de São Paulo, na área materno-infantil. Sua narrativa recupera um pouco da vida em Moçambique e de como essa história se liga ao Brasil.

> Sou formado em história e logo quando fiz a graduação fui trabalhar no ministério da saúde numa área de pesquisa, uma área multidisciplinar, onde estavam biólogos e historiadores, eu era o único historiador entre sociólogos e indivíduos de outras áreas, e houve uma necessidade de fazer com que os quadros do ministério da saúde tivessem continuidade nos estudos. Nós de Moçambique temos mestrado também na área de saúde pública, mas não na área de saúde materno-infantil. No âmbito da cooperação que esta existindo entre Brasil e os países falantes da língua portuguesa, particularmente quando Lula esteve no poder, e auxiliou este processo, este contato, o ministério decidiu enviar alguns estudantes, alguns funcionários para vir fazer mestrado cá no Brasil, eu fui um deles. Meu pai sempre foi político, era antigo combatente, ele já faleceu em 2005, a minha mãe também é antiga combatente na frente de libertação em 1975, depois em 76 nós entramos em uma guerra civil que terminou em 1992. Meu pai sempre foi militante do partido do poder, a FRELIMO, então eu sempre ouvia ele falar da história da luta armada, da luta de libertação e ele sempre incentivava, a mim e meus irmãos, a escutar a BBC de Londres para saber o que se passava no mundo. Fui chamado para trabalhar no ministério da saúde, participei de um concurso lá mesmo, em Maputo, e

12 Depoimento de Lomama Eyo, para a autora em outubro de 2012 na Igreja da Paz, Centro de Estudos Migratórios – São Paulo – Brasil.

> comecei a trabalhar, num primeiro momento, na área de documentação como documentalista, mas depois fui puxado pelo dr. Bofana que era o investigador principal do Instituto Nacional de Saúde, para fazer parte da equipe de pesquisa porque era uma equipe multidisciplinar, então ele achou que eu como historiador tinha muito a contribuir nessa equipe. Foi com base nesse convite que eu comecei a trabalhar e depois de algum tempo, ele me confiou para coordenar 2 projetos, o primeiro grande projeto que eu fui coordenador a nível nacional foi um estudo sobre a mortalidade infantil, este foi um estudo biomédico de caráter epidemiológico em que nós fomos pela autópsia verbal, ou seja, recuperar as histórias de vida dos doentes, método do Dr. King Lu, recolher dados no campo. Dessa pesquisa é que nasceu a minha inquietação de estudar a mortalidade infantil numa outra vertente daquela já realizada, a vertente epidemiológica , então quis ver em uma vertente das ciências sociais, baseando-me no sujeito da pesquisa, como é que eles vêm a saúde, a morte de uma criança, e aí surgiu este meu questionamento e naquela altura também, o governo de Moçambique, em parceria com o governo brasileiro estavam a lançar candidaturas de bolsas de estudo. O dr. Bofana me incentivou, então eu concorri e fui selecionado para vir ao Brasil. Pretendo terminar o mestrado e o doutorado e retornar para poder desenvolver políticas públicas em meu país, ajudar os que precisam de saúde. A vinda ao Brasil me fez ver o mundo de outra maneira e assim, posso retornar com muitas novas possibilidades de cuidar de nossas mães e crianças com metodologias novas e as daquele mesmo lugar.[13]

Enquanto os moçambicanos se sentem imigrantes temporários ou não, sua relação com os novos desafios que esta condição lhes garante permite que possam refletir sobre os dilemas políticos e sociais que enfrentaram e, deles perceber que o isolamento vivido até então, dificultava avaliar com clareza as possibilidades oferecidas pelos contatos com o outro e, de como as relações entre os vários Estados, hoje mediadas por acordos e balizas internacionais permitiram que novos códigos e regulações tenham, em alguns aspectos exigências humanitárias até então desconhecidas. No Brasil, estes imigrantes podem neste momento desfrutar de acolhimento nas áreas da educação e da saúde, por exemplo, mesmo se estiverem sem os documentos de imigração. Também, a existência de organismos como a Missão Scalabriniana, que foi mediadora no processo de formulação dos acordos de paz em Moçambique ainda acompanha e acolhe esses imigrantes que correm risco de morte em seus países, abrindo possibilidades para um novo olhar sobre os Estados que deveriam ser lugar de segurança, garantia e cuidado dos que vivem adversidades.

13 Narrativa de história de vida cedida em outubro de 2009 na sala de reunião do Diversitas. Banco de Histórias de vida de imigrantes Africanos para o Projeto Temático Fronteiras em Movimento.

Imigração e globalização na dinâmica da cidade

É fartamente conhecida a história dos deslocamentos populacionais na dinâmica de São Paulo e faz parte de sua representação ser um espaço de acolhimento dos estranhos que vem de fora das fronteiras nacionais, mas também, dos que se deslocam internamente[14]. Fluxos longos ou curtos, vinculados a abertura de mercado ou apenas a hipóteses de assimilação na metrópole, o ir e vir é parte do vivido e pode ser entendido positiva ou negativamente. Um dado negativo é o aprofundamento das desigualdades arraigadas na sociedade brasileira e a incapacidade de prever, aceitar e planejar de forma antecipada o crescimento urbano maciço e inevitável. O dilema, é que a representação que se produziu sobre a cidade não é inteiramente verdadeira, uma vez que a identidade paulistana promove o enrijecimento das dimensões do eu e a negação do outro.

A desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira veio nos navios portugueses, os quais trouxeram a estratificação social característica do país colonizador fortalecida pelas sesmarias e pela escravidão. Essa estrutura do modelo colonial fez com que as cidades fossem demarcadas, ainda mais, pela exclusão dos africanos, cujos deslocamentos forçados criaram uma representação cultural do branco como o contraponto de limpeza de mãos e de sangue, e do negro como desprovido de humanidade. A escravidão criou uma representação do continente africano como um lugar primitivo, cujas populações nada representavam no construto civilizatório. Trata-se da África Subsaariana, países que viveram estruturas coloniais europeias e que tiveram a violência como forma de exploração ao longo de todo o século XIX até a segunda metade do século XX. O colonialismo europeu no século XIX gerou desigualdades imensas e uma representação simbólica das culturas locais como inferiores. Os ritos e mitos engendradores das línguas e das subjetividades desses povos, distantes do *logos* ocidental foram desqualificados e estigmatizados. Hoje os resíduos do que temos como possibilidades de superação dos impasses atuais dependem da descolonização dos saberes vigentes ainda vigentes no século XXI.

Profundamente arraigada nas instituições, essas desigualdades têm contribuído para dividir a sociedade entre os que tem o reconhecimento do direito à cidade e a negação desse direito à população de baixa renda, grande parte dos que constroem essa mesma cidade. Para Raquel Rolnik (2010:31-50), essa aceitação implícita e, de certa forma, inconsciente da desigualdade e da pobreza, também explica a lentidão dos políticos e planejadores em apreender e reagir à magnitude, velocidade e importância do crescimento urbano. Essa lentidão, por sua vez, dificulta a adoção de atitudes proativas em relação à urbanização, facilitando assim a propagação da pobreza habitacional, da inadequação fiscal e da degradação ambiental que hoje marcam tantas cidades brasileiras. Esses problemas têm dificultado o aproveitamento da urbanização precoce do país e a exploração do seu potencial para o desenvolvimento social e econômico. Neste espaço onde coexistem riqueza e pobreza vivem milhões de pessoas

14 Iokoi, Z.M.G Iokoi, (2002), *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil.* São Paulo/ Itajaí.: Humanitas/Univale.

de diferentes partes do mundo procurando marcar este chão com territórios culturais e simbólicos cada vez mais diversos. São Paulo é o centro dessas contradições.

Ampliando a Democracia pela ação direta

Ao contrapor os dilemas do crescimento urbano e do desenvolvimento das desigualdades, a representação do outro como ser desprovido da racionalidade ocidental, nos levou a recuperar as lutas e enfrentamento das políticas governamentais pela insurgência do uso das cidades por grupos de moradores, redes de cooperação e solidariedades e, iniciativas de negociações culturais que indicam a existência de *minorias de procedimento* contra as *minorias substantivas,* conforme definição de Appadurai (*Op. Cit:*13-15) Exemplo significativo ocorreu nas lutas pelos direitos civis, nos Estados Unidos, quando a África emergiu no tempo contemporâneo com o movimento *black power* nos finais dos anos de 1960. A auto afirmação da negritude valorizou das diferenças físicas, a cultura e a estratégia das lutas pelo pacifismo representado por Martin Luther King, revelando a violação dos povos do continente africano nos momentos mais difíceis da descontrolada epidemia do HIV, da fome, do Ebola e, nos anos 1990, a vitória contra o colonialismo europeu nas lutas contra o *apartheid* na África do Sul. Essas minorias substantivas puderam demonstrar que o medo ao pequeno número não significava impossibilidade de reverter aquilo que se impunha ao viver de multidões revoltadas. Assim se referiu Nelson Mandela(1994) em seu discurso de posse como Presidente da África do Sul de como a superação do apartheid se deu pela

> "…. experiência de um extraordinário desastre humano que durou demais, deve nascer uma sociedade da qual toda a humanidade se orgulhará. Os nossos comportamentos diários como sul-africanos comuns devem produzir uma realidade sul-africana que reforce a crença da humanidade na justiça, fortaleça a sua confiança na nobreza da alma humana e alente as nossas esperanças de uma vida gloriosa para todos.
>
> Devemos tudo isto a nós próprios e aos povos do mundo, hoje aqui tão bem representados. Sem a menor hesitação, digo aos meus compatriotas que cada um de nós está tão intimamente enraizado no solo deste belo país como estão os célebres jacarandás de Pretória e as mimosas do *Bushveld.*
>
> Cada vez que tocamos no solo desta terra, experimentamos uma sensação de renovação pessoal. O clima da nação muda com as estações. Uma sensação de alegria e euforia nos comove quando a erva se torna verde e as flores desabrcham.
>
> Esta união espiritual e física que partilhamos com esta pátria comum explica a profunda dor que trazíamos no nosso coração quando víamos o nosso país despedaçar-se num terrível conflito, quando o víamos desprezado, proscrito e isolado pelos povos do mundo, precisamente por

> se ter tornado a sede universal da perniciosa ideologia e prática do racismo e da opressão racial.
>
> Nós, o povo sul-africano, nos sentimos realizados pelo fato de a humanidade nos ter de novo acolhido no seu seio; por nós, proscritos até há pouco tempo, termos recebido hoje o privilégio de acolhermos as nações do mundo no nosso próprio território.

A euforia da posse de Mandela espalhou para diferentes partes do mundo a certeza de que seria possível revertes a representação do continente africano como o lugar da barbárie. Entretanto esse processo ainda está em curso com avanços e recuos[15].

As minorias de procedimentos (os ideólogos do poder) não puderam aceitar por longo tempo a negação do construto político e cultural dos processos colonizadores e sentiram-se por demais ameaçadas com o pensamento libertário que foi nomeado como destruidor da ordem, da moral e dos bons costumes. Abriu-se espaço para que os grupos totalitários se apresentassem como defensores da ordem e, uma aliança espúria se firmou entre milícias, grupos militares armados, empresários, religiosos reacionários, e mesmo uma gama significativa de conservadores interessados no status quo, em diversos lugares do mundo. As minorias substantivas, isto é aquelas que serviram de pressão para o assalto ao poder, impuseram por rito sumário assassinatos e o terror atribuído às minorias de substantivas, ou seja, os rebeldes que defendiam o espaço de liberdades tão duramente conseguido esta cada vez mais ameaçado..

As minorias de procedimentos para se protegerem da repressão buscaram adesões e o protesto se instala no espaço público. Eder Sader (2001) denominou esse ressurgimento para o caso brasileiro, como o tempo dos novos sujeitos sociais que tomaram ruas e praças. As décadas de 1980/90 firmaram movimentos sociais e instituições de apoio aos desprovidos de direitos permitindo a formação de novos espaços de solidariedade que firmaram em alguns pontos do país a participação de inúmeros sujeitos em busca de direitos. Mas, outra vez a sobreposição de grupos contra as liberdades posicionaram-se mas mídias, nas polícias civil e militar. As periferias sofrem enormes perdas e a juventude pobre e negra tem baixas com assassinatos, desaparecimentos e outras formas de mortes. Ao lado desses, novos imigrantes foram se instalando junto aos nacionais construindo espaços realizados pela globalização de raiz, misturando religiosidades, vestimentas, línguas num esforço de auto organização para o ir e vir dos lugares de origem aos de destino na *Paulicéia Desvairada* já anunciada por Mário de Andrade.

Não surpreende o fato de que as periferias concentram os maiores problemas de favelização, assentamentos informais, infra estrutura precária, conflitos ambientais, desorganização

15 O Genocídio de Ruanda (1994), o Massacre de Srebrenica (1995); o conflito Israelo-Palestino (de 1947 até o presente); o Genocídio de Darfur (2003) e as violações de direitos no contexto de "Guerra Preventiva ao Terror", levada a cabo pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001 mostram a necessidade de muitas transformações na reverção das estratégias imperialistas que impõem as desigualdades e produzem o medo ao pequeno número.

social e violência. Na média, a população das periferias das nove Regiões Metropolitanas de São Paulo tem uma renda equivalente a 56% da renda dos habitantes do município núcleo. Essa linha abissal da pobreza apartou parcela importante da cidade, dos espaços sociais e culturais e obrigou que as periferias passassem a exigir atenção e procurassem se auto organizar com atividades de protesto e desenvolvimento cultural. Mas a periferia também está no Centro.

A pobreza retornou ao centro da cidade pois, inviabilizada de sobreviver nos bairros afastados, os sem teto foram, pouco a pouco buscando ocupar os inúmeros espaços vazios na região histórica da cidade ou viver a céu aberto, onde podiam sem grandes dificuldades, receber as migalhas doadas pelos bares e restaurantes do centro. Mas, *a gente não quer só comida*, como afirma o poeta. Formaram-se grupos de catadores com suas cooperativas e a compreensão das necessidades ambientais fez desses sujeitos defensores do meio ambiente, cuidando da cidade apropriando-se de renda com o trabalho de reciclagem e a formação de organizações de proteção e de defesa dos moradores de rua. As minorias substantivas passaram a agredir esses trabalhadores e assassinar os sem teto durante várias noites no centro de São Paulo. Descobriu-se por uma pesquisa qualitativa, que os assassinados não tinham cachorros. Pensava-se até então que eles eram o último vinculo de afeto desses sujeitos. Mas eram também a única proteção na solidão das noites ao relento.

Outros ocupam a cidade em espaços definidos pelo poder público com a denominada de *cracolândia.* Crianças, jovem e idosos, migrantes ou imigrantes tendo perdido suas esperanças, neste tempo de transformação do humano em mercadoria, consomem-se e sofrem estrema violência nos espaços urbanos, redefinindo o sentido e o uso da cidade, construída para o capital, num viver que enfurece a globalização liberal, pois suas presenças revelam a mistificação que sustenta o capitalismo no tempo presente. Não há oportunidades para todos, não há democracia como partilha do poder e a transformação de nossos corpos e mentes em mercadorias tornam esses seres *homo sacer,* na perspectiva de Giorgio Agambem (2004).

Estas migrações que se realizam no início do século XXI diferentemente daquelas ocorridas entre os séculos XIX e XX, portam singularidades que nos indicam novos construtos culturais e necessidades no campo dos direitos e no desenvolvimento de práticas de cooperação e solidariedades da globalização de raiz, conforme definida por inúmeros estudiosos do tempo presente. As narrativas esclarecedoras apontam, entretanto, a necessidade de articular essas micro histórias com o contexto de inserção dos sujeitos no tempo longo e as determinações estruturais desse viver, conforme definida em inúmeros trabalhos de Boaventura de Souza Santos. Alterações profundas no campo do trabalho, flexibilização e volatilidade das relações se contrapõem a histórias e tradições profundas retomadas para a ressignificação do vivido. O nível de perversidade é tão intenso que na Cidade de São Paulo, perseguiu-se os catadores de material reciclável, transformou-se bancos das praças em cadeiras com braçadeiras

para impedir que os mendigos dormissem em seus assentos e, cercou-se com grades os chafarizes para evitar que os moradores de ruas se banhassem. Não fossem as redes sociais, as organizações religiosas e a cooperação internacional de solidariedades novas, poderíamos imaginar um tempo de imobilismo e de espera de um milagre para salvar os sem direitos.

Ao inverso, dadas as condições amplas de contatos resultantes das formas tecnológicas do processo industrial contemporâneo e da *ciber* comunicação temos capacidade de aspirar um outro mundo, um novo modo de coexistir na diversidade e aproveitar as novas possibilidades oferecidas pelas redes internacionais que ampliam nossa compreensão de que as identidades nos torna dogmáticos e intolerantes e as diversidades engendram solidariedades que potencializam a globalização de raíz. Esses dois novos processos que ampliam a democracia (Santos, 2012) subvertem de certo modo as epistemologias dominantes do norte potencializando as epistemologias do Sul.

Essas novas potências aparecem nas ações do Ministério Publico Federal e o do Trabalho com suas intervenções nas oficinas de costuras que impõem a imediata submissão das empresas à ordem legal registrando, efetuando pagamentos devidos e regularizando os direitos desses trabalhadores, as novas práticas das instituições de apoio aos migrantes e imigrantes como o Centro de Estudos Migratórios que acolhem, protegem e ensinam os que se deslocam, a recorrerem aos locais certos para exigir seus direitos neste mundo desigual. Também vale destacar a potência dos movimentos *ocupp e passe livre* que pela insurgência do uso articulam diferentes sujeitos rumo as praças publicas, agregam solidariedades diversas, oferecem visibilidade dos protestos e agilidade nas ações cujas demandas são apoiadas por diversos setores sociais potencializando vitórias na agenda dos direitos (Souto Maior, 2014) .Essas novas possibilidades colocam no centro da ação exatamente os sujeitos relegados pelas epistemologias do norte às condições de não humanos, descartados, *homos sacer.*

Foram esses esforços e a consciência de que os imigrantes e migrantes produzem riquezas para o país de origem e o de destino que deu a esses homens e mulheres a noção do viver e dos conflitos necessários a absorção de poder.

Neste trabalho pretendi acompanhar pela trajetória de imigrantes, as potencialidades e os desafios dos deslocamentos populacionais em múltiplas dimensões do vivido e verificar como a perda da esperança e a impossibilidade da identidade, nesse mundo sem fronteiras, exige repensar o diverso, o múltiplo e as solidariedades, uma vez que os direitos devem ser transformados pelo poder que as minorias de procedimento têm conquistado nas lutas sociais contínuas, sem aceitar as representações desqualificadas que pairam sobre elas no tempo presente.

Referências

Agamben, Giorgio (2004), *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua.* Belo Horizonte:

Ed.UFMG.

Appadurai, Arjun (2009), *Medo ao pequeno número. Ensaio sobre a geografia da raiva.* São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural.

Bosi, Alfredo (1992), *A Dialética da colonização.* São Paulo. Cia das Letras.

Chalhoub, Sidney (2002), *Visões da Liberdade.* São Paulo: Cia das Letras.

Iokoi, Zilda M. G (2002), *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil.* São Paulo/ Itajaí.: Humanitas/Univale.

Maldonato, Mauro (2014), *A Subversão do Ser.* São Paulo: Edições: SESC.

Mandela, Nelson (1994), Discurso de Posse na Presidência da África do Sul em Pretória. http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/mandela-defende-dignidade-humana-em-discurso-de-posse-historico-04020C1B3662E0B94326

Moniz Bandeira, J.L. (1998), "A Guerra do Chaco", *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. 41(1), 162-197.

Sader, Eder (2001), *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo.*1970-1980. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra.

Santos, Boaventura de Sousa (2012), Public Sphere and Epistemologies of the South. *Africa Development*, XXXVII(1), 43-67.

Santos, Milton (2011), *Por uma outra globalização.* Rio de Janeiro: Editora Record.

La Marcha Mundial de las Mujeres: traducciones y aprendizajes

Carmen Leticia Díaz Alba[1]

Resumen

La Marcha Mundial de las Mujeres (MMM) es un movimiento social transnacional que desde el feminismo popular busca construir saberes contra-hegemónicos y acciones para combatir el patriarcado, el capitalismo, el racismo y el colonialismo. ¿Qué permite a la MMM tener resonancia en colectivos y contextos locales tan diversos? ¿Qué aprendizajes pueden retomarse para otros movimientos? La MMM permanece vigente gracias a su anclaje local, sus escalas de acción múltiple y el reconocimiento de la diversidad de las mujeres. Este texto argumenta que se precisa un trabajo que Santos llama "traducción intercultural", para crear zonas de contacto entre activistas y movimientos, con plataformas comunes a distintas escalas. Se proponen pistas para comprender los procesos de traducción cotidiana, quiénes y cómo traducen, los factores que potencian y los que dificultan la creación de consensos y resonancias.

Palabras clave: Movimientos sociales transnacionales, Feminismo, Traducción, Marcha Mundial de las Mujeres, Diversidad.

Abstract

The World March of Women (WMW) is a transnational social movement seeks, from a popular feminist perspective, to build contra-hegemonic knowledge and actions to fight against patriarchy, capitalism, racism and colonialism. What allows the WMW to have resonance in such diverse collectives and social contexts? What lessons can we learn for other movements? The WMW remains strong is its local grounding, its multiple scales of action and the recognition of women's diversity. This article argues that this requires what Santos calls "intercultural translation", to create contact zones between activists and movements, with common platforms at different scales. I seek to understand the process of daily translation, who translates and how it takes place, what enhances and difficult the creation of consensus and resonance.

Keywords: transnational social movements, feminism, translation, World March of Women, Diversity

---

1 Estudiante de doctorado en Ciencias Sociales de *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* (CIESAS) – Occidente, en Guadalajara, México, con el proyecto de investigación titulado "Marcha Mundial de las Mujeres: feminismos en movimiento". Profesora en ITESO, Universidad Jesuita en Guadalajara, de las asignaturas movimientos sociales y acción colectiva; género y conflictos armados. Participante en 2014 de la Escuela de verano Aprender con/desde el Sur: hacia traducciones interculturales.

.

"Estamos construyendo mecanismos a partir de experiencias nuestras, mirando realidades concretas. No se trata de transponer, sino de traducir." Miriam Nobre, coordinadora internacional de la MMM, durante el 9no encuentro internacional en São Paulo, Brasil.

Mujeres de cincuenta países se reunieron en São Paulo, Brasil, a finales de agosto de 2013 para celebrar el 9no. encuentro internacional de la Marcha Mundial de las Mujeres (MMM), un movimiento social transnacional con presencia en los cinco continentes, que busca construir sus acciones y discursos partiendo de la diversidad que la constituye. Desde el feminismo popular, la MMM contribuye a la construcción de saberes contra-hegemónicos y acciones para combatir el patriarcado, el capitalismo, el racismo y el colonialismo. ¿Qué es lo que permite a la MMM tener resonancia en colectivos y contextos locales tan diversos? ¿Qué aprendizajes pueden retomarse para la construcción de solidaridad internacional entre movimientos?

En mi investigación doctoral planteo que algunas de las razones por las que la MMM permanece vigente después de 15 años son su anclaje local, sus escalas de acción múltiple, y el reconocimiento de la diversidad de las mujeres. Esto precisa un trabajo que Santos llama "traducción", la creación de zonas de contacto entre activistas y entre movimientos, y de plataformas comunes a distintas escalas. En este texto argumento que los encuentros internacionales de la Marcha son espacios donde se practica la traducción intercultural y se construye la solidaridad transnacional; reflexiono en torno a quiénes y cómo traducen, así como los factores que permiten y dificultan la construcción de consensos.[2]

Mis reflexiones se nutren de discusiones que tienen como puntos de convergencia la descolonización del conocimiento, los movimientos feministas y la solidaridad transnacional. De las epistemologías del sur, planteadas por Boaventura de Sousa Santos (2009, 2010) recupero conceptos como globalización contra-hegemónica, ecología de saberes y prácticas, traducción y zonas de contacto. Coincido con la perspectiva de los feminismos descoloniales que teorizan sobre las opresiones múltiples (patriarcado, capitalismo, racismo, colonialismo y heterosexismo), desde los argumentos de Chandra Talpade Mohanty (2003, 2008) y en México académicas como Rosalva Aída Hernández Castillo (2008) y la red de feminismos descoloniales; y retomo los aportes desde el campo de los movimientos sociales transnacionales sobre la construcción de solidaridad a través de las fronteras (Dufour *et al*, 2010).

Para Santos, el proceso de traducción consiste en "crear inteligibilidad recíproca entre experiencias posibles y disponibles sin que las propias identidades se destruyan, y de esta manera ir creando coherencia y articulación en un mundo múltiple y diverso" (2009:136).

2 Este trabajo se inscribe en mi investigación de tesis doctoral y se basa en las entrevistas con integrantes del Secretariado Internacional de la MMM y observación participante del 9no. Encuentro Internacional (Brasil, agosto 2013). Soy simpatizante de la MMM desde hace doce años, cuando la conocí en el Foro Social Mundial en Porto Alegre en 2002. He participado en diversas reuniones y acciones de la Marcha, y me reconozco en el feminismo que la Marcha promueve.

Argumenta que se trata de un trabajo intelectual, político, objeto de deliberación democrática y emocional, que incide tanto en los saberes como en las prácticas y sus agentes. Reconoce además que no hay un principio único de transformación social, sino que esclarece lo que une y separa, permitiendo articular de forma recíproca prácticas no-hegemónicas y volverlas contrahegemónicas o antisistémicas (2009:143).

Este autor se pregunta ¿qué traducir? y ¿quiénes y cómo traducen? Para él, el trabajo argumentativo exige capacidad intelectual y sensibilidad, y puede ser hecho por dirigentes o activistas de base, siempre y cuando estén fuertemente enraizados en las prácticas y saberes que representan, y al mismo tiempo tengan una comprensión profunda y crítica, que llama sabiduría didáctica. Señala al menos tres dificultades: 1) las premisas de la argumentación, el consenso básico que hace posible el disenso argumentativo, la construcción del *topoi* común 2) la lengua en que se pone en práctica la argumentación, considerando el dominio desigual de la lengua y la ausencia de palabras equivalentes; y 3) los silencios y diferentes ritmos para articular palabras con silencios y significados atribuidos a éste en distintas culturas (2009:143-151).

Santos también reconoce el aporte fundamental del feminismo poscolonial a la deconstrucción de la epistemología hegemónica eurocéntrica, pues éste visibiliza el carácter acumulativo de las desigualdades entre mujeres; argumenta que no hay una forma sola y universal de formular la igualdad de género, recontextualiza la discriminación de mujeres indígenas, campesinas, afrodescendientes, y reterritorializa la lucha feminista en la defensa de la tierra y territorio, agua y recursos naturales. (2010:106-107).

En México, diversas autoras han abordado las discusiones sobre el feminismo popular y pos/descolonial sobre todo a partir de las experiencias de mujeres indígenas, particularmente mujeres zapatistas. Suárez Navaz y Hernández Castillo (2008) por ejemplo plantean reflexiones y experiencias feministas del Sur, articulando los ejes de género, raza y clase y reconociendo la diversidad de intereses y experiencias de las mujeres. Desde la red de feminismos descoloniales, Hernández Castillo (2014), retoma la propuesta de Santos para hablar de la "monocultura del saber feminista" cuando se borra la existencia de mujeres indígenas y campesinas de las agendas feministas; y de una "monocultura del tiempo lineal, en la que el sentido único de la historia estaba marcado por las luchas feministas de Occidente y por sus logros de derechos liberales" (2014:184), por la escala dominante que privilegia lo universal encima de lo local.

Esta autora reconoce el aporte de mujeres indígenas que han denunciado el colonialismo epistémico (solo por mencionar algunas: Silvia Rivera Cusicanqui y Julieta Paredes), y promueven otras epistemologías para pensar la dominación y la emancipación. Para Hernández Castillo, una ecología de saberes feministas:

> no desecharía todos los conocimientos acumulados por el feminismo occidental, sino que trataría de relativizar su capacidad heurística,

> contextualizando sus orígenes y su espacio de enunciación, a la vez que desestabilizaría su relación jerárquica con los conocimientos emancipatorios de las mujeres indígenas, musulmanas, campesinas (2014:207).

Esta misma invitación lanzó desde 1984 Chandra Mohanty en su ensayo "Bajo los Ojos de Occidente". Muchos años después, Mohanty (2003, 2008) sigue denunciando las visiones etnocentristas de una parte del feminismo occidental y reivindica un proyecto feminista común dentro de un marco de referencia de solidaridad y valores compartidos, pero consciente de las diferencias de poder entre las propias mujeres. Apuesta a la perspectiva de la solidaridad feminista transnacional que requiere "entender las especificidades y diferencias históricas y experienciales de las vidas de las mujeres, así como las conexiones históricas y experiencias entre mujeres de distintas comunidades nacionales, raciales y culturales" (Mohanty 2008:440).

Autoras como Janet Conway (2008) y Dufour *et al.* (2010) han estudiado también los movimientos feministas más allá de las fronteras y la construcción de solidaridad transnacional. Conway por ejemplo define a la Marcha Mundial de las Mujeres como una red multi-situada y multi-céntrica, con presencia en los cinco continentes, aunque ésta sea desigual y dispersa geográficamente. Argumenta que la Marcha se moviliza en múltiples escalas de acción y aunque tenga una plataforma común, el espacio en donde se localizan cada uno de los grupos que la conforman se configura de manera distinta.

Para Conway, la Marcha se centra en "feminismos basados en lugares, comprometidos concretamente en geografías específicas, en luchas contextualizadas en torno a la pobreza y la violencia en contra de las mujeres" (2008: 221, mi traducción). Es decir, la plataforma y el marco discursivo de este movimiento global está íntimamente ligado a problemáticas muy identificadas con el espacio local. Así, para construir las plataformas de acción común se requiere un proceso continuo de representación y deliberación a través de espacios y escalas diversos. Esto contribuye a construir las escalas múltiples y enraizadas del movimiento, según esta autora, ya que "a medida en que la Marcha ha buscado anclarse progresivamente en las luchas cotidianas de las mujeres alrededor del mundo, se ha sensibilizado a la diversidad que emana de espacios y prácticas políticas de lugares geográficos" (2008:221, mi traducción). Es en el marco de estas discusiones que me inspiro para analizar los procesos de traducción que se dan al interior de la MMM, desde el cotidiano, y cómo estos procesos van creando resonancias entre la diversidad del movimiento.

La Marcha Mundial de las Mujeres: diversidad de saberes y prácticas

La MMM ha realizado tres acciones internacionales; su primera acción fue en el año 2000, con una plataforma política de 17 reivindicaciones para eliminar la pobreza en el mundo y erradicar la violencia contra las mujeres. En 2005, la segunda acción consistió en una marcha

de relevos, pasando por 53 países con una "manta de la solidaridad" confeccionada con bordados de las coordinaciones nacionales que reflejaban las aspiraciones y luchas de las mujeres del mundo. En la tercera acción, en 2010, se movilizaron con el slogan "Mujeres en marcha hasta que todas seamos libres" y culminó con un acto de solidaridad en Bukavu, en la República Democrática del Congo. Actualmente se prepara para la 4ta acción internacional en 2015. Participa además activamente en eventos clave para el movimiento crítico a la globalización neoliberal como el Foro Social Mundial (como parte del comité internacional) y en diversas movilizaciones donde confluyen movimientos sociales contrahegemónicos, destacando su alianza con la Vía Campesina.

Pero estos grandes momentos de movilización no serían posibles sin un fino trabajo cotidiano que en general se queda fuera de las noticias y los análisis académicos.

La Marcha no es un evento que sucede cada cinco años, es un movimiento permanente que se define a sí mismo como "internacional feminista, anticapitalista, antiimperialista, enraizado en las luchas y en el contexto local" (MMM, 2008:4). Algunas características de la MMM que la distingue de otras redes feministas son su clara identificación con un feminismo popular anticapitalista, que se construye desde abajo y que tiene una enorme diversidad geográfica, temática e identitaria. Esta diversidad se expresa en el perfil de las participantes y sus contextos geográficos, más de 70 coordinaciones nacionales que atraviesan fronteras de etnia, raza, edad, idioma, cultura política y formas de entender y vivir el feminismo. Esto, afirman, en lugar de separarlas, las une en una solidaridad más global. La MMM reconoce, respeta y valora la diversidad del movimiento de mujeres, apostando por no invisibilizar otros tipos de opresión como raza, clase, orientación sexual, que se combinan con la subordinación de género.

La Marcha se planteó como un movimiento para combatir las causas de la pobreza y la violencia contra las mujeres, desde distintos contextos. Esto significa, de acuerdo a la responsable de comunicación de la Marcha, Alessandra Ceregatti, "combatir al capitalismo y al patriarcado, porque ahí está radicada la causa de la pobreza, en un sistema que genera desigualdad. Claro, cada una, cada país, va a tomar el combate a la pobreza y la violencia de formas distintas." Además del capitalismo y el patriarcado, reconoce el racismo, el colonialismo, el heterosexismo, pues "la violencia contra las mujeres tiene distintas formas."

Esta diversidad es considerada como una riqueza, pues según Celia Alldridge, responsable de enlace de la Marcha, permite "construir un análisis, una mirada, y en consecuencia acciones, que están basadas en el local pero que son análisis globales." Tal vez lo que identifica a las mujeres que forman parte de la Marcha es lo que ella expresa cuando dice que encontró finalmente su tipo de feminismo: "un feminismo de izquierda, de transformación, antisistémico, de cuestionamiento del sistema".

El balance del 9no encuentro es en términos generales muy positivo, fue una demostración de la capacidad organizativa y la fuerza que tiene la Marcha en Brasil. La Agencia Latinoamericana

de Noticias dedicó un número especial al encuentro y lo describió como:

> un momento de formación política sobre el feminismo que la MMM está construyendo: un feminismo popular, diverso, plural, que sea la expresión de las mujeres de distintos sectores [...] que construye su propia comunicación, con el lenguaje y las voces de sus militantes, en convergencia con otros movimientos sociales. Un feminismo que busca que las alternativas que se están construyendo –las llamemos socialismo, buen vivir o *Sumak Kawsay*, o de otra forma – reconozcan y recuperen las propuestas feministas y destaquen el aporte que las mujeres han dado a estas alternativas (ALAI, 2013:1).

El 9no Encuentro Internacional como espacio de traducción

El concepto de traducción que propone Santos contribuye a iluminar el proceso que se da en la MMM, en donde diversas integrantes, particularmente quienes participan en el Secretariado Internacional y los enlaces regionales, van realizando este trabajo de traducción entre saberes, prácticas y experiencias diversas de mujeres alrededor del mundo con el fin de articular una plataforma común. La Marcha se reúne cada dos o tres años para tomar decisiones en una asamblea con representación de las coordinaciones nacionales que la conforman; en 2013 se celebró el 9no encuentro de la Marcha.

Los tres primeros encuentros se celebraron en Montreal, Canadá, donde se originó el movimiento. Posteriormente se decidió organizar los encuentros en distintos continentes. Así, el cuarto encuentro se celebró en Nueva Delhi en marzo de 2003, donde participaron 43 delegadas de 36 países. El 5to encuentro se llevó a cabo en Kigali, Ruanda, en diciembre de 2004; participaron 87 delegadas de 31 países. El sexto encuentro se celebró en Lima, Perú en 2006, con más de cien mujeres de 31 coordinaciones nacionales. El séptimo encuentro tuvo lugar en Vigo, Galicia (España), en octubre de 2008, que reunió 136 mujeres de 48 países. El octavo encuentro, en Quezon City, Filipinas, se realizó en 2011 y contó con la participación de 80 mujeres de 35 países (Faria, 2006).

Al encuentro llegaron mujeres de cincuenta países. Los países representados[3], incluyendo invitadas, observadoras y aliadas fueron: Afganistán, Angola; Argentina; Australia; Bangladesh; Bélgica; Bolivia; Brasil, Bulgaria; Burkina Faso; Canadá; Cataluña; Chile; Colombia; Cuba; Ecuador; Estado Español; Estados Unidos; Filipinas; Francia; Galicia; Grecia; Guatemala; Haití; Inglaterra; Japón; Kenia; Malí; Marruecos; México; Mozambique; Nepal; Nueva Caledonia; País Vasco; Palestina; Panamá; Paraguay; Perú; Portugal; Québec; República Democrática del Congo; República Dominicana; Sahara Occidental; Sudáfrica, Suiza; Túnez; Turquía; Uruguay; Venezuela y Zimbabwe.

3 La Marcha reconoce coordinaciones nacionales, que no son conocidas internacionalmente como países, como es el caso de Québec, Palestina, el Sahara Occidental, Cataluña, Galicia y el País Vasco.

El encuentro en São Paulo marca el cierre de un periodo de 6 años del secretariado internacional en Brasil, el momento de transición a un nuevo secretariado que iniciaría en 2014 en Mozambique y la preparación de la cuarta acción internacional, que arranca el 8 de marzo de 2015. Los objetivos planteados para el encuentro internacional buscaban

> fortalecer la Marcha Mundial de las Mujeres como movimiento permanente con capacidad de influenciar el contexto político y económico a través de: a) Profundizar y visibilizar nuestro análisis político, alternativas y resistencia; b) Decidir y planificar la 4ª Acción Internacional; c) Elegir la Coordinación Nacional que recibe el Secretariado Internacional y acordar el proceso de transición para asegurar su continuidad; y d) Fortalecer la organización de las Coordinaciones Nacionales mediante el intercambio de experiencias (MMM, 2013).

Acorde a estos objetivos, se propuso la agenda del Encuentro, que contempló en un primer momento dos días de discusiones sobre el análisis de la coyuntura, donde las delegadas internacionales y las brasileñas compartieron sus saberes y experiencias. A partir del tercer día, las delegadas internacionales sesionaron en asamblea para discutir y tomar decisiones sobre la 4ta acción internacional, el proceso de transición al nuevo Secretariado internacional y los planes de acción regionales, finalizando al sexto día con una gran asamblea, movilización callejera y un concierto de cierre.

Este encuentro tuvo también que enfrentar varios desafíos. Un factor que impactó fueron las enormes movilizaciones en Brasil unas semanas antes, inicialmente por el aumento del transporte público. Alessandra menciona al respecto: “había imaginado enviar los textos, todo, mucho antes. Tener una propuesta más clara en cuanto a la acción internacional, no conseguimos tener [...] por todo el contexto, político, […] estábamos en movilización aquí en Brasil.” Otra cuestión fue que paralelamente al encuentro internacional hubo un gran encuentro nacional de la MMM Brasil, con alrededor de 1,500 participantes de todas las regiones del país. Celia explica que “con el tamaño del encuentro y todo lo que ha pasado antes, acabamos por asumir más tareas”, lo cual supuso invertir más energía en los aspectos logísticos y operativos del encuentro.

Un reto adicional es que la Marcha es un movimiento de mujeres de base. Para Celia, esto tiene implicaciones importantes en la organización del movimiento, ya que

> la gran mayoría de mujeres están luchando para sobrevivir, para mantener su familia, entonces somos pocas liberadas para hacer, cuidar de las tareas, cuidar de todo, ¿no? El equipo es pequeño, y contamos mucho con la militancia. Y las compañeras son increíbles, ellas dan mucho tiempo y mucha energía para todo. Pero es siempre el caso que somos pocas para mucha cosa y este encuentro mostró eso [...] trabajamos con compañeras,

> somos mujeres, trabajamos y hacemos el trabajo doméstico y tenemos nuestra militancia, por lo tanto estamos como divididas en mil cosas.

A partir de la observación participante en el encuentro y entrevistas a las integrantes del Secretariado Internacional, planteo entonces algunas reflexiones sobre los mecanismos que la Marcha utiliza para realizar este trabajo de traducción, centrándome en quiénes y cómo traducen, sus aprendizajes y desafíos.

¿Quiénes y cómo traducen?

La Marcha tiene un Secretariado Internacional (SI) que hace las labores de coordinación, enlace y comunicación. En este caso, el Secretariado estaba integrado por tres mujeres, cercanas a los cuarenta años, que hablan hasta tres idiomas de forma fluida y con formaciones profesionales diversas: periodismo, agronomía, género y desarrollo. Hay además un Comité Internacional (CI) con representaciones regionales, elegidas durante las asambleas de los encuentros internacionales, donde participan las Coordinaciones Nacionales. Las integrantes del CI tienen el liderazgo político de la Marcha, sus perfiles son muy distintos, pero coinciden en que tienen reconocimiento político en su país. Dice Celia,

> son compañeras de grupos de bases, sindicatos, tenemos un poco de todo en el comité, grupos de mujeres o mixtos, pero donde ella es una líder de las mujeres. Además del nivel local, su espacio de actuación, tienen un reconocimiento a nivel nacional. Muchas entre ellas antes de entrar en el comité ya tenían un reconocimiento más allá de su país, su región. Es verdad que tienen historias bastante diferentes y con sus especialidades de actuación política, pero todas tienen este reconocimiento. Y no todas, pero la mayoría ya son bastante conocidas en la Marcha antes de entrar en el comité.

En el momento del Encuentro, el Comité Internacional estaba integrado por mujeres de Guatemala y Quebec, como representantes de las Américas, Mozambique y Mali por Africa, Túnez para la región árabe, Filipinas y Bangladesh por la región Asia y Portugal y Turquía como representantes de Europa. Las delegadas del encuentro representan a las Coordinaciones Nacionales de la Marcha, asisten máximo tres por coordinación y se recomienda que al menos una sea una mujer joven (MMM, 2011:20). Una dificultad es que deben al menos comprender uno de los tres idiomas oficiales de la Marcha, lo cual, admite Celia, “reduce bastante la elección en muchos países.”

La adhesión a la Marcha no es a título individual, sino por grupos, con lo cual se intenta favorecer una cultura de organicidad. Las delegadas al encuentro son elegidas por sus países, a quienes representan al momento del debate. Tienen autonomía y legitimidad política para tomar decisiones. Cada coordinación nacional tiene un voto, aunque por lo general

las decisiones se toman por consenso. Previo al encuentro se envían documentos clave que sirven de insumo para debatir durante la asamblea, con lo cual hay una preparación clave para agilizar el momento del debate. Celia afirma que "para tomar una decisión, si cada una llegaba sin una reflexión anterior necesitaríamos de un mes para tomar decisiones. El hecho que ya vienen con insumos, con ideas, con eso ya facilita bastante."

Los lenguajes y tiempos de la traducción

Una primera reflexión es que la traducción es un proceso donde la memoria y la confianza juegan un papel fundamental. Hay mucho trabajo previo y posterior, muchas veces invisibilizado, para que se den estos momentos de la traducción. Alessandra, por ejemplo plantea:

> Nosotras tenemos problema de idiomas, ¿no? De culturas políticas distintas, entonces para tener una buena reunión hay que tener una buena preparación donde haya documentos que circulen en los idiomas de trabajo de la Marcha [...] es muy duro cuando falta francés, cuando falta inglés, no podemos circular información porque si no creas divisiones entre las mismas miembras del CI, entonces tenemos que garantizar los documentos preparatorios estén en los idiomas, que la gente haya leído, que haya habido un proceso en donde intentamos involucrar a todas las participantes, esto garantiza que una reunión pueda profundizar, pueda tomar decisiones, que la gente no se sienta siendo manipulada al tomar una decisión.

Para este encuentro, se enviaron como insumos, en inglés, español y francés: a) informaciones prácticas; b) programa del encuentro internacional y de las actividades brasileñas; c) el documento de coyuntura hacia la 4ª acción internacional; d) la evaluación del secretariado internacional 2006-2013; e) un documento sobre las alianzas de la MMM; f) los desafíos, perspectivas y estrategias 2011-2015; g) y los informes financieros del Secretariado internacional 2011-2012, así como el presupuesto para 2013. Celia coincide también en que la preparación es clave y que implica el trabajo activo tanto del Secretariado como del Comité Internacional:

> hay todo un proceso, en general discutimos la preparación con el Comité y luego decidimos ¿no?, necesitamos un documento sobre tal cosa, otro sobre tal cosa. Y en general es el Secretariado Internacional el encargado de elaborar siempre en comunicación con el CI pero apoyamos ese proceso de preparación. [...] comenzamos con el CI a pensar cuál será el contenido del encuentro, qué decisiones políticas necesitamos tomar, qué posiciones políticas tenemos que elaborar, no sé, qué calendario de acciones necesitamos definir, cómo será la metodología... y luego de todo este

> proceso entonces decidimos ¿no?, para definir la 4ta acción internacional necesitamos de insumos, de una preparación política anterior, para que las coordinaciones nacionales puedan discutir y luego enviar sus delegadas ya con algunas posiciones definidas.

Así, este trabajo de preparación no es solamente del Secretariado o el Comité Internacional. Idealmente, cada Comité Nacional, cada delegada debe hacer este trabajo de preparación previo al encuentro. Celia continúa explicando que:

> las delegadas son elegidas y preparadas por sus coordinaciones nacionales. Entonces ellas llegan al encuentro no como Celia, personal, pero como Celia representando mi coordinación nacional. […] En un momento de debate las delegadas representan a sus países. No voy también a idealizar todo, hay opiniones personales, pero lo trabajamos para que sea así.

El trabajo después es también importantísimo, pues permite que las discusiones y decisiones sean retomadas y asumidas como propias. Especialmente, en el caso de la Marcha, que no cuenta con recursos financieros sino que son las propias coordinaciones nacionales quienes deben movilizar sus recursos para realizar acciones y llevar a cabo las actividades de la Marcha. Esto es un reto continuo, como plantea Miriam Nobre, la coordinadora internacional:

> ¿Cómo la Marcha existe? ¿Cómo logramos que la gente haga las acciones que proponemos? Es porque la gente se reconoce en eso. Porque hay agencias, fundaciones que desarrollan la campaña, identifican los grupos, envían la plata, lo hacen todo... Nosotras no... es la gente quien tiene que movilizar la plata para hacer las cosas que acordamos juntas. Hay que tener mucho cuidado y tomar las decisiones con mucho cuidado, para que la gente se reconozca ahí. Es así, escuchar y preguntar...

Algunas decisiones que en otros movimientos pudieran considerabas como cuestiones logísticas, parece que en la Marcha se trata de cuestiones políticas. Es decir, la decisión de tener interpretación simultánea en tres idiomas al menos es una decisión que tiene implicaciones en el proceso del movimiento. Esta inversión de recursos financieros, humanos, temporales, privilegia los procesos y tiempos por encima de los resultados en el corto plazo.

Una cuestión de vital importancia es la atención a los idiomas. El encuentro internacional estuvo acompañado por un equipo de intérpretes profesionales que ofrecen su servicio recibiendo un pago simbólico y que poco a poco han ido constituyendo una red de traductoras solidarias de la Marcha. Ellas estuvieron trabajando previamente para traducir los documentos a discutir y durante todo el encuentro para garantizar el diálogo y el debate de las participantes en las plenarias y en los grupos de trabajo. Muchas veces inclusive fuera de

las horas de trabajo, las compañeras intérpretes seguían apoyando para facilitar los diálogos durante las comidas. Celia afirma que la interpretación es uno de los puntos elementales para el Encuentro

> La cuestión de idiomas, de comunicación, es estratégica para nosotras, no podemos construir un movimiento internacional sin aproximarnos el máximo posible a compañeras que hablan tantos idiomas diferentes, o sea, que entendemos que sin interpretación no hay encuentro [...] tenemos compañeras de confianza que son profesionales, que dan su tiempo de forma voluntaria para hacer la interpretación [...] sería imposible construir posiciones y elaborarlas en papel sin esto.

Miriam aclara que en cada encuentro se invita a las integrantes de la red, pero también se va invitando a intérpretes locales:

> La idea es hacer una mezcla, no solo traer todas de fuera, sino tener también que sean del país porque también es una manera de crear capacidades en ese sentido. Y no es que no sean buenas intérpretes, el tema es cómo conocen a la Marcha, a los términos que utilizamos, al sentido de la discusión y tienen la memoria claro, facilita mucho más si tú conoces un tema y la historia del tema en la interpretación, es mucho más sencillo. [...] cuanto más las intérpretes conocen nuestra dinámica, participan y también la gente tiene confianza en las intérpretes, también eso ayuda mucho en la confianza en el proceso, porque imagínate si en una discusión hay una divergencia política y si en un momento empieza la gente a no creer, a no confiar en lo que está siendo interpretado, ahí ya... se termina el encuentro.

El inglés, el español, el francés, son idiomas coloniales. No son, a menudo, la primera lengua de las mujeres de la Marcha. Una estrategia que utiliza la Marcha es ir mezclando los idiomas, por ejemplo, la mañana el inglés, por la tarde el francés y al día siguiente comenzar en español. Pero el secretariado está consciente de la dificultad de agregar un cuarto idioma. En este encuentro, la delegación de la región árabe solicitó considerar que se incluyera el árabe como idioma oficial de la Marcha. Al respecto, Celia menciona:

> Conversamos siempre sobre la posibilidad de ampliar el número de idiomas de trabajo, ¿sabes? Hablamos bastante del portugués, del árabe, hasta hoy no tuvimos, no sentimos que tenemos la capacidad de incorporar un idioma o dos porque no es solamente garantizar la interpretación, pero es producir todo en estos idiomas. Si tú incorporas uno más, tú escribes todo en un idioma más. Y al mismo tiempo hacemos un esfuerzo y especialmente al nivel de las coordinaciones nacionales para

> traducir documentos a los idiomas locales, en Turquía traducen muchos documentos en turco, en Paquistán, [...] han traducido bastante para urdu (...) porque cómo construir un movimiento de base si la base no entiende los idiomas en que se comunica.

Por supuesto, no se trata únicamente de una traducción lingüística, sino de significados culturales. De traducción entre culturas políticas distintas, por ejemplo, mujeres que vienen más de una trayectoria de izquierda frente a quienes tienen una militancia más desde el feminismo. Como se mostró en este Encuentro, no basta con traducir tierra o territorio, sino los significados que estas palabras tienen en los distintos contextos donde se organizan las mujeres de la Marcha. Para Celia, hay momentos en que "una palabra, dos palabras hacen la diferencia entre un acuerdo y un no, por la cuestión de idiomas. Pero no solamente de significados de esas palabras, que es construido en un sitio pero en otro es algo totalmente diferente."

Las habilidades y actitudes de la traducción

La traducción también implica actitudes. Las tres compañeras entrevistadas coinciden en que la capacidad de escuchar es clave en el proceso de traducción y búsqueda de consensos. Miriam señala: "siempre estamos ahí intentando escuchar, y hay que ir muy lentamente." Para Alessandra, "cambiar de posición no es cambiar de posición política completamente pero saber escuchar. Si escuchas, estás considerando lo que vive la otra persona, te pones en el lugar del otro. Es esto que te permite cambiar."

Otra actitud clave es la empatía y la capacidad de hacer negociaciones que permitan sumar a más mujeres a la lucha. Celia tiene la percepción de que los acuerdos logrados se basan en la solidaridad:

> en el sentido de que tal vez no es exactamente como tú o tu país podría hacerlo, pero es algo que tú reconoces como este medio camino que representa a todas. [...] Debatimos, a veces pasamos horas, como has visto, para intentar llegar a algo en que todas se identifiquen. Lo que quiere decir que hay contenido y hay decisiones tomadas que para algunos países es demasiado y para otros no es suficiente, pero la Marcha, desde el inicio, tiene un valor muy importante, que es que nuestro feminismo no se mide. [...] Dentro de la Marcha, si nos identificamos con los valores y luchas centrales entonces estamos bienvenidas. La gran mayoría hace un esfuerzo muy grande para que eso sea una realidad en la práctica, que podemos caminar juntas.

Aclara que no es un proceso libre de conflictos o frustraciones, especialmente en temas más

difíciles como por ejemplo el aborto:

> tenemos una posición de la Marcha internacional a favor de la autonomía de las mujeres que incluye el aborto, pero hay países donde no se puede, o las compañeras no se sienten capacitadas o seguras lo suficiente para trabajarlo. Del otro lado hay países donde a veces la manera que hablamos del aborto o escribimos del aborto no es suficientemente definitivo, ¿sabes? Entonces es como una negociación constante.

Avanzar lentamente tiene la dificultad del límite de tiempo, pues los encuentros por lo general no duran más de 4 días. Celia añade que se precisa mucha paciencia "de nosotras, pero de ellas también [...] trabajar y conversar en tres idiomas [...] Y es una paciencia un poco más allá que simplemente esperar, es una paciencia política". En ocasiones, los debates toman sentido solamente en función de las acciones. En ese sentido, Miriam explica nuevamente:

> la verdad que arreglamos esas cosas más por la acción que por el debate teórico [...] Estamos muy presionadas por lo que está sucediendo con las mujeres en las comunidades y qué tenemos que hacer para fortalecer y de ahí vamos intentando organizar un pensamiento coherente con un análisis coherente y tal. [...] Nombrar el patriarcado como un sistema en sí que se retroalimenta con el capitalismo es una manera de mostrar como en el orden vigente la opresión de las mujeres es estructurante. Entonces utilizamos este nombre. Pero es porque queremos hacerlo a partir de la movilización, mirando la opresión de las mujeres como constituyente de este momento y que tiene un impacto diferente en las mujeres. Es así que funcionamos. [...] No quiere decir que la gente no tenga visiones, activistas de la Marcha tienen muchas. La cuestión es cómo lo ponemos en un conjunto coherente que tiene la identidad política del movimiento.

En cuanto a las habilidades, una cuestión imprescindible previo a los debates y toma de decisiones consiste en tomarse el tiempo para hacer un balance de coyuntura. Alessandra explica: "para nosotras es obvio, hay que ver dónde estamos, qué está pasando" Desde la tradición de educación popular, se inicia recuperando los "acumulados" del movimiento para construir un consenso. Tienen especial cuidado en asegurarse de que todas las delegadas tengan la misma información:

> en un espacio donde tienes gente con distintos niveles de acceso a información tú tienes que tomarte el nivel de la gente que tiene el nivel más bajo [...] tratar de tocarle la mano a una compañera de base que no estudió, no tuvo acceso a la universidad, ver si va a entender, va a comprender, y con ejemplos va a entender. En el ejemplo vienen las experiencias de mujeres de todo el mundo [...] se tiene que repetir muchas veces las cosas,

> garantizar que todas sepan, que estén en el mismo nivel de información. De ahí avanzar. Pero para avanzar tienes que recuperar el acumulado. No se puede jamás no hacer esta tarea, del educativo popular.

Un elemento más tiene que ver con la capacidad de hacer síntesis de lo debatido y sacar grandes líneas del debate. Según Alessandra: "organizarlo de una forma que toda la gente se sienta contemplada, en que no sienta que hay una imposición de una determinada posición, ahí consigues avanzar y hacer mover". Y es también, según Miriam, un proceso creativo que permita que las mujeres se reconozcan en los debates y acuerdos:

> es una capacidad de escuchar, una capacidad de ir haciendo, de aceptar el caos en determinados momentos, dejar la discusión abierta, que venga todo. No intentar organizar el caos al principio porque eso de alguna manera limita la creatividad y direcciona mucho, pero ahí saber cuál es el momento para decir de aquí vamos a organizar lo que hay, dónde estamos, hacer una cierta síntesis y volver con esta cosa de las aproximaciones sucesivas, llegar en algo que la gente se ubique.

Finalmente, Alessandra argumenta que la Marcha es una herramienta y que los posicionamientos y acuerdos a los que han llegado son resultado de muchos años de debate y discusión. Para ella, la Marcha

> unifica esta resistencia, pero no solo unifica la resistencia con el análisis, porque este análisis del capitalismo y el patriarcado estaba muy presente aquí con nosotras pero no estaba en otras regiones. Y hoy esta mucho más presente. [...] es un movimiento anticapitalista, antipatriarcal, anti - racista. Toda la definición de qué somos fue súper natural, pero es porque sale de lo acumulado en los años.

Reflexiones finales

El próximo encuentro se llevará a cabo en Mali, en 2016. La idea de cambiar la sede de los encuentros tiene el propósito de permitir que emerjan otras dinámicas y saberes. En Brasil la participación fue mayoritariamente de latinoamericanas, y Miriam cree que el hecho de que el próximo encuentro sea en otro continente, permitirá que emerja "una dinámica que estuvo subsumida [...]. Es parte de la capacidad de escucha, variar el lugar de los encuentros."

Hay también mucha confianza en la recién elegida coordinadora internacional, Graça Samo, de Mozambique. Ella tiene cualidades que, según Alessandra, son las que permiten que la Marcha siga creciendo y se fortalezca: "este trabajo de construir, de agregar, mantener la gente junta, esto lo hace súper bien Graça. Está escuchando lo que las compañeras dicen,

de ver cuando no están entendiendo algo, de parar un proceso para que la gente se mueva junto."

A pesar de los desafíos logísticos, políticos y metodológicos, las mujeres de la Marcha apuestan a construir y sostener un movimiento amplio y que se deje permear por la diversidad de las mujeres. Pero la diversidad no en el discurso, sino en la práctica, es lo que permite que florezca la ecología de saberes y prácticas feministas. Así, Miriam señala: "no nos vamos a contentar con una yuxtaposición de diversidades, queremos un espacio donde haya interacción, que pueda hacer síntesis de nuevas agendas por el hecho de trabajar con otras [...] se amplía la agenda, se amplían las prácticas."

¿Para qué invertir tanta energía en los procesos de traducción entre mujeres tan distintas, de qué sirve crear estas resonancias? Celia afirma que vale la pena, porque frente a un panorama cada vez más difícil, un contexto de crisis política, económica y medio ambiental, la Marcha permite construir colectivamente alternativas y respuestas a la crisis: "conseguimos construir y fortalecer un espacio que permite que nosotras, las mujeres, entendemos el mundo en que vivimos y entendemos lo que nos vincula, en el contexto, pero con las otras compañeras."

Es interesante cómo coincide este planteamiento con lo que Santos argumenta frente a la pregunta ¿para qué traducir? Para ir construyendo la razón cosmopolita, el trabajo de imaginación epistemológica y democrática para la emancipación social, con el objetivo de "crear constelaciones de saberes y prácticas suficientemente fuertes para proporcionar alternativas creíbles a la globalización neoliberal" (Santos, 2009: 150). Si bien Santos plantea la traducción entre movimientos, es importante ver cómo se dan estos procesos al interior de un movimiento de mujeres sumamente diversas, que también necesitan esas zonas de contacto y procesos de traducción para ir encontrando espejos en donde reconocer sus feminismos en el cotidiano y la solidaridad transnacional en la práctica.

Referencias bibliográficas

ALAI (2013), "Feminismo popular para cambiar el mundo", 489, octubre. Consultado el 2.05.14, en http://alainet.org/publica/489.phtml

Conway, Janet (2008), "Geographies of Transnational Feminisms: The Politics of Place and Scale in the World March of Women", *Social Politics: International Studies in Gender, State & Societ*y, Summer, 15 (2), 207-231.

Dufour, Pascale, Dominique Masson & Dominique Caouette (2010), *Transnationalizing Women's Movements: Solidarities without Borders*. Vancouver: UBC Press.

Entrevistas con el Secretariado Internacional de la MMM 2006-2013, septiembre 2013, en São Paulo, Brasil: Miriam Nobre (Coordinadora), Celia Alldridge (Enlace) y Alessandra Ceregatti (Comunicación).

Hernández, Rosalva Aída (2014), "Algunos aprendizajes en el difícil reto de descolonizar el feminismo", in Márgara Millan (org.), *Más allá del feminismo: caminos para andar.* México: Red de feminismos descoloniales, 183-212.

Faria, Nalu (2006), "Marcha Mundial de las Mujeres: un movimiento irreversible". Consultado a 04.05.2014 em http://www.mujeresenred.net/spip.php?article666

Marcha Mundial de las Mujeres (2008), *Una década de lucha internacional feminista*. São Paulo: SOF.

Marcha Mundial de las Mujeres (2011), *8o Encuentro Internacional de la Marcha Mundial de las Mujeres* Quezon City, Filipinas, 20 a 25 noviembre de 2011. Documentos internos para el debate previo en las Coordinaciones Nacionales.

Marcha Mundial de las Mujeres (2013), *Informe del 9no Encuentro Internacional de la Marcha Mundial de las Mujeres,* São Paulo, Brasil, 25 al 31 de agosto de 2013. Documento interno.

Mohanty, Chandra Talpade (2003), *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham, N.C.: Duke University Press.

Mohanty, Chandra Talpade (2008), "De vuelta a "Bajo los ojos de Occidente": la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas", *in* Suárez Navaz, Liliana y Rosalva Aída Hernández Castillo (org.), D*escolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 404-467,

Santos, Boaventura de Sousa (2009), *Una epistemología del Sur. La reinvención del conocimiento y la emancipación social.* México: Siglo XXI.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur.* La Paz: Plural Editores.

Suárez Navaz, Liliana; Rosalva Aída Hernández Castillo (org.) (2008), *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra.

"Un diálogo posible: psicología socio-comunitaria y epistemologías del sur para dar respuesta/s a las disputas que ponen en riesgo a las poblaciones"

Lia Zóttola[1]

Resumen

Este trabajo partió de la reflexión acerca de las formas posibles de promover prácticas democratizadoras fuera de las estructuras de los espacios políticos partidarios y de las intervenciones técnico-académicas tradicionales tan habituadas a ejercer sutiles formas de control, dominación y disciplinamiento a través de la investigación científica.

El desacuerdo con estas formas de trabajar, nos lleva a entender que la democratización de la democracia toma cuerpo de manera innegable en la medida que somos capaces de valorar, con nuestras prácticas y diálogos académicos el ejercicio de decidir libremente sobre las posibilidades de compartir pensares, saberes y haceres, visualizando formas alternativas de resistir a los sistemas hegemónicos y cuestionar el sentido común que pretenden restringir las diversas formas de vida.

A través del texto pretendo socializar una experiencia grupal y comunitaria, de diálogos de saberes, en los que en un proceso significado como democratizador, observamos develamientos emancipatorios en la vida cotidiana.

Palabras claves: democracia-emancipación-vida cotidiana-epistemologías-psicología

Abstract

This work was based on the reflection on possible ways to promote democratization practices outside the structures of political spaces supporters and traditional technical academic interventions as accustomed to exercise subtle forms of control, domination and discipline through scientific research.

Disagreement with these forms of work leads us to understand the democratization of democracy takes shape undeniably the extent that we are able to assess with our practices and academic dialogues exercise freely decide on the possibilities of sharing "pensares", knowledge and practice, visualizing alternatives to resist the hegemonic system and question the common sense that intended to restrict the various forms of life forms.

Throughout the text mean to socialize a group and community experience, knowledge dialogues in which a process meant as a democratizing, emancipatory unveilings observe in everyday life.

Keywords: democracy-emancipation-everyday life-psychology epistemologies

---

1 Es docente e investigadora de la Cátedra de Psicología Social por la Universidad Nacional de Santiago del Estero, Argentina. Dra. en Psicología, se dedica a los estudios socio-comunitarios interdisciplinarios en zonas rurales. Investigadora postdoctoral del CES (Centro de Estudios Sociales. Universidad de Coimbra-Portugal).

Introducción

Negar nuestra pluriculturalidad como sociedad
latinoamericana significaría "una automutilación,
como un intentar "caminar con un solo pie o con cabeza ajena"
D. Matos (2005:01)

La construcción de saberes es una labor colectiva, que excede el aquí y ahora, constituyéndose en bagaje que se cierne en tiempos simbólicos y no cronológicos, posibilitando enseñajes[2] ligados a la vida cotidiana y las cosmovisiones, permitiendo situar y estructurar una hermenéutica particular. Este proceso resulta de la cooperación y diálogos interculturales que alejan las ilusorias aspiraciones del saber universal, a la vez que acercan formas diversas de conocer.

Por ello este trabajo, tiene el propósito de compartir algunos logros en el proceso de investigar en el campo semi-árido argentino, en un área del Gran Chaco Americano, la segunda reserva de biodiversidad más grande de Latinoamérica. La idea es mostrar diálogos epistemológicos del sur en el que participan visiones disciplinares, paradigmáticas y cosmovisiones diversas. La tarea se inició con la necesidad de replantear una investigación silvicultora para hacerla factible con estrategias compatibles con la realidad de las poblaciones locales, valorando sus capacidades instrumentales, cognitivas y existenciales, respetando sus lógicas, intereses y trayectorias. Desde estas premisas se diseñó un proyecto de investigación[3] que dio inicio al proceso que hoy continuamos en el que confluimos Ingenieros Forestales, Ecólogos, Educadores para la Salud y Psicólogos Socio-Comunitarios. Nuestro eje de trabajo se guía por una mirada integradora de saberes, intereses y prácticas, que contempla aspectos invisibilizados históricamente.

Situándonos…

El conocimiento situado contribuye a la comprensión de los sentidos encontrados en el camino recorrido, por ello, presento algunas referencias al espacio del que este texto emerge.

Santiago del Estero, es una provincia del Norte de Argentina, en esa provincia vivimos y hemos integrado nuestro trabajo. El campo de investigación está vinculado a una población que se identifica por hacer uso comunitario de la tierra y demás bienes naturales, asentada en bosques nativos, se dedican al trabajo agrario, a la cría de animales y producción agrícola en sistemas diversificados y complejos, con el propósito de responder básicamente a sus

2 Expresión de E. Pichón Riviére para explicar la dialéctica del aprendizaje y la construcción de saberes. Véase Diccionario de Psicología Social.

3 Este proyecto fue financiado por la Universidad Nacional de Santiago del Estero, y la Dirección de Bosques de la misma provincia de Argentina, resultando la integración en docencia, investigación y extensión de las Cátedras Silvicultura y Psicología Social, pertenecientes a las Facultades de Cs. Forestales y Humanidades, Cs. Sociales y de la Salud, respectivamente.

niveles de consumo familiar y al mercadeo para la subsistencia. La historia de estas familias varía según el lugar que ocupan, algunos están en la zona desde finales del siglo XIX o inicios del XX. Si bien algunos se instalaron allí con los obrajes[4], con posterioridad se asentaron como productores agrícolas-ganaderos. En toda la zona se encuentran evidencias de cercos, potreros y pozos de agua, que muestran como fueron migrando las familias a lo largo del tiempo. La dinámica de organización y vida de las familias es heterogénea, dependiendo del tipo de familia (primaria o ampliada), del número de generaciones con permanencia en el lugar, de la titularidad de las tierras y de su historia laboral.

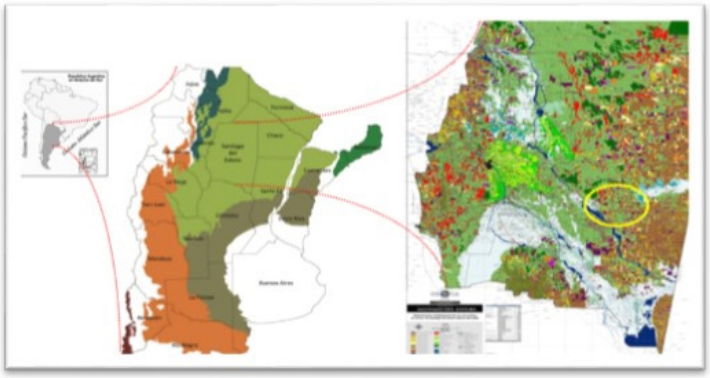


Figura 1: Composición de mapas de la región con señalamientos realizados a los fines del proyecto referido en este texto, dirigido por la autora.
Fuentes: Mapa izquierdo: Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación (SAYDS) (2003). Mapa derecho: Mariot y otros (2010)

La cultura de Santiago del Estero es el resultado de una densa mixtura que se nutre de los más profundos mitos de las tradiciones aborígenes originarias y la civilización europea impuesta por los españoles. En Santiago del Estero, hoy se habla quichua en 14 de los 27 departamentos de la provincia.

Nuestra mirada epistemológica

Trabajar en el campo, nos permite permear constantemente las miradas hacia nuevas formas experienciales cargadas de saberes diversos, por ello, para poner en práctica nuestra labor nos resultó imprescindible considerar las cosmovisiones que estos saberes tienen implícitas con sus componentes tanto aprendidos como heredados, razón por la que reflexionar sobre el mismo lugar que resulta nuestro espacio próximo en el mundo cotidiano, habilita un hacer epistemológico indiscutido. No nos interesa la mirada cientificista del hacer desde la universidad, sino la posibilidad de generar desde el mismo lugar, otras miradas sobre la realidad que nos involucra.

Este proceso de búsqueda nos acercó a Rodolfo Kusch, lo que facilitó poner la mirada sobre

4 Empresas forestales sostenidas por inmigrantes que tenían la misma estructura de los obrajes textiles de la época de la colonia, administradas por un sujeto externo a la comunidad, que podía disponer no solo de la fuerza del trabajo de los campesinos, sino de otras esferas de su vida. Con esa estructura se desforestó la provincia y se explotó a su población.

la vida de las poblaciones del norte de Argentina, que es de dónde venimos él y nosotros, y en la potencia del indisciplinamiento en la búsqueda de saberes rociados de psicología, sociología, antropología, filosofía…. Esto nos incentivó a cuestionar la cultura occidental aprendida y lo que de ella se impregna en las maneras de hacer ciencia y democracia en tanto maneras de entender las relaciones con el mundo. Occidente y América del Sur tienen lógicas distintas cuando deben enfrentar los problemas de la vida cotidiana; refiere Kusch (1976): la primera desde el "ser", desde un afuera y la segunda, desde el "estar" que es un adentro que se sustancia con la sabiduría popular que le permite entender la unión absoluta de la naturaleza, incluyendo en ese universo a las personas, es el "estar-siendo" o "de solo estar" al que remite una y otra vez la obra de este autor, punto clave en la que empezamos a encontrar hermandad con la psicología socio-comunitaria.

> "El "ser" no es esférico, sino escuálido y magro, y el único grueso y redondo es el "estar", porque sólo él lleva consigo una apelmazada vida, arrastrada diariamente desde la niñez hasta la muerte, en el barrio, pisando el suelo, aquí, encerrados en América. [5]" (Tomo I: 568)
>
> "(Ser y estar) Quizás se vinculen como la copa de un árbol con sus raíces. Por una parte, uno es esa frondosa definición que hace de sí en el aire, y por la otra, uno trata de palpar por debajo sus propias raíces que lo sostienen. Y nosotros aquí queremos siempre hacer copa, como si hubiera árboles sin raíces, solo para menearse a todos los vientos, saberlo todo, y vestir de todo.[6]" (Kusch, R. O. Completas. Tomo I: 426)

Así accedimos a su invitación a mirar "nuestra propia ecología cultural[7]", pero no como simples investigadores, sino aceptando lo que somos, esto que nos convoca desde lo cotidiano, desde las prácticas del estar de pueblo. Este respeto por el pueblo y sus costumbres es el mismo que en la psicología socio-comunitaria se sostiene como práctica, estilo de vida ético y principio democratizador.

Saberes, democracia y vida cotidiana

La realidad cotidiana permitió el diálogo constituido en un encuentro mixturado entre-enseñantes-aprendientes situados. Los diálogos dan cuenta de las prácticas y lecturas del mundo, sostenidos por diversas concepciones de universo, de conocimiento y de poder.

El cruce entre nuevos paradigmas de conocimiento y estilos de vida en los que no interesan los cánones que regulan las sociedades urbanas y modernas, orientan los valores primordiales del trabajo y el hábito comunitario: libertad, respeto y solidaridad.

5 Kusch, Rodolfo, en http://rodolfokusch.wikispaces.com/Citas+y+Frases+C%C3%A9lebres+de+Rodolfo+Kusch consultada 17.04.14
6 Idem 2
7 Concepto de Kusch, usado en distintos momentos de su obra.

Ni ciencia ni democracia, en la tradición occidental y moderna nos conducen a ellos, salvo en un esquema de lucha desigual eterna. Por ello, para nosotros ciencia y democracia son entendidas desde miradas comunitarias que se hacen presentes en la vida cotidiana, en la relación cara a cara, en una lógica relacional donde el respeto al otro como igual y distinto se nos hace presente y central.

Hay otras democracias fuera de las estudiadas por los cientistas políticos, son democracias que se expresan en la posibilidad de valorar tres tipos de pluralismos Guha, R. (2008): el lingüístico, el religioso y el cultural, este último entendido como: libertad de vestirse, comer, cantar, convivir, etc. de acuerdo a las tradiciones del grupo o de la conciencia individual.

Respetar los modos de vivir y entender la vida de las personas con las que nos relacionamos, son los espacios de libertad imprescindibles que permiten establecer modos democráticos del hacer colectivo.

Las poblaciones y sus territorios fueron y son campos históricos de disputas materiales y simbólicas en las que los estados-nación han tenido un gran protagonismo, ya sea por sus políticas de intervención y control o por las liberales. Históricamente y de la mano de la mirada moderna, las poblaciones más aferradas a sus tradiciones y a sus raíces han sido desoídas y por ello, ocultados sus modos de rebelión, sus saberes, espacios y estilos de vida ajenizados de los modelos hegemónicos. En adhesión a este modelo elitista de mirar el mundo, la ciencia occidental eurocentrada no quedó fuera del programa marginalizador de lo que no pudo ni puede ser “normatizado”.

La posibilidad del encuentro declarada por las epistemologías del sur es una forma de expresar y mostrar aquellos márgenes que son en realidad “centros” en las vidas de algunas poblaciones porque son la esencia misma de la insurgencia y muestra de sus alternativas para un mundo distinto en el que las comunidades son un gran reservorio cotidiano de insumisión, cada vez más protagonista. Por ello, adentrarnos a los bosques nativos nos resultó un escenario en el que emergen estas epistemologías que esta vez han tenido voz y escucha, a través de la resignificación de las prácticas cotidianas de campesinos/sacheros[8] e investigadores.

Este camino reflexivo se inició facilitado por esta Psicología Social que se asume disciplina ecológica, toma como eje el trabajo comunitario y se impregna de acción política, cuando asume como valores innegociables y como principios axiológicos, una concepción libertaria y soberana de sujeto, de naturaleza, de derechos, de democracia, de identidad, de ideología, de ciudadanía, de realidad, de Estado, de política, de verdades.

Las lógicas epistemológicas y hermenéuticas fueron nutriendo y versionando las miradas

8 Sacháyoj (del quichua: sacha (bosque) + -yuq (el que tiene). Sachayuq se traduce como «Señor del bosque». Es un ser mítico del folclore argentino, en especial de la provincia de Santiago del Estero, siendo el protector de la vegetación natural y, en especial, de los árboles. Este ser mítico reificado, representa relaciones concretas existentes en la naturaleza, es una representación, casi alegórica, de la naturaleza, en especial en su dimensión ecológica. Consultar en: http://www.aleroquichua.org.ar/sitio/mitos.php

a partir de algunos principios marxistas, estructuralistas, constructivistas, sociales críticos, freirianos, conjugados con la teología de la liberación, los que serán admitidos como propios pero no únicos lineamientos epistemológicos.

La psicología social latinoamericana, no solo es crítica de las teorías opresivas en general, sino también de las metodologías que limitan las formas de construir el conocimiento. Por ello encontrará acuerdo con el Prof. Sousa Santos[9] (2000), admitiendo que la verdad de la ciencia es solo la narrativa del discurso hegemónico de la ciencia.

Por ello, el trabajo desarrollado nos permitió reflexionar acerca de las formas en que es posible promover prácticas democratizadoras en sentido amplio, fuera de las formas de los espacios políticos partidarios y tomando distancia de las intervenciones técnico-académicas clásicas habituadas a ejercer sutiles formas de control, dominación y disciplinamiento a partir de la investigación científica clásica.

Para comprender mejor nuestras miradas, algunas referencias epistemológicas se hacen necesarias. Esto ayuda a distinguir mejor a la psicología que se propone interpretar la vida de las personas y sus comunidades desde otro paradigma, que al igual que el Profesor Boaventura de Sousa Santos[10] ha llamado a sus principios epistemológicos, “Paradigma Emergente”. Sin duda ambas propuestas resultan muy vinculadas, sobre todo en relación a las críticas al paradigma dominante de la ciencia: negando que el método-hipotético-deductivo sea el único camino de producir ciencia; estableciendo la necesidad de considerar la historicidad de los sujetos y hechos investigados; rechazando el experimentalismo: considerando que el control de variables por parte del investigador genera y patentiza posicionamientos de dominio, estableciendo formas relacionales desequilibradas e injustas (sobre todo para el campo de las ciencias sociales); asumiendo que los criterios de validez y confiabilidad se sostienen en estándares artificiales de objetividad. Sobre todas estas cuestiones la psicología en particular, tendrá mucho que objetar por su necesidad e interés de trabajar desde la subjetividad, el espacio simbólico y la afectividad, admitiendo que no es posible la manipulación de los procesos psicosociales pretendiendo predecir conductas y controlar comportamientos.

Se muestran así las limitaciones que ofrece el modelo positivista de la ciencia para abarcar universalmente los intereses científicos, en particular para los estudios psicosociales. Más aún, ese patrón de conocimiento “moderno” deja traslucir posicionamientos políticos y éticos en la relación científica en la que la relación sujeto-sujeto del conocimiento resulta imposible, por lo cual es incompatible con la mirada de esta psicología dispuesta a trabajar para erradicar las diversas formas de opresión, convergiendo nuevamente con el pensamiento de Santos.

Así tras más de veinte años de discusiones y revisiones, en la década de 1990 la Psicología socio-comunitaria, caracteriza su paradigma emergente[11], en consonancia con diversas

9 Citamos su obra, *Crítica de la Razón indolente* (2000), pero esta es una expresión que emerge en varios de sus textos, conferencias, clases magistrales, entrevistas, etc.

10 Véase el pormenorizado análisis de estas cuestiones en su libro *Crítica de la razón indolente* (2000).

11 Citado en Montero, Maritza (1994)

miradas, sobre todo, de cientistas sociales críticos. Básicamente este paradigma sostendrá un concepto nuevo y democratizador de ser humano, considerándolo libre, autónomo, activo, capaz de transformarse a sí mismo y a su realidad, cargado de una historia personal y colectiva que le permite arraigarse e integrar, situar y contextualizar la conducta social; asumiendo la imposibilidad de la universalidad del método de estudio, entendiendo que los métodos siguen a la realidad y no al revés. Por ello, ajusta sus intereses a la realidad social, considerando las problemáticas cotidianas en sus dimensiones simbólicas, sociales, políticas y económicas en un proceso dialéctico de mutua estructuración, necesario para entender la intersubjetividad. Defiende la posibilidad de la multimetodología y la complementariedad de metodologías: Investigación-acción-participativa (IAP), análisis del discurso, etnografías, historias orales, etc. Asume la IAP como referente metodológico en el sentido epistemológico apuntado por Lewin (en Montero, M. 2004:38), aludiendo a la necesidad de la psicología de ir construyendo conocimiento al tiempo que desarrollaba la acción investigativa, por cuanto los sujetos integrados en su realidad, sujetos de estudio de la psicología, son de carácter dinámicos, cambiantes y sus relaciones, irrepetibles. Aunque, como sabemos posteriormente Fals Borda a partir del ´59, asume para la I-A, la participación comunitaria como un componente esencial. Este nuevo paradigma admite además el rol del psicólogo como facilitador del cambio social, comprometiéndolo con los procesos de inclusión de los sectores marginalizados, asumiendo que la cultura y el saber popular deben ser parte de la agenda psicosocial-comunitaria promoviendo el cuestionamiento del sentido común y los procesos de naturalización de la vida social.

Estas visiones epistemológicas, sin duda nos desafían a trascender la colonialidad del poder, del saber y del ser. Con lo que nos acercamos también a las miradas de Quijano, Dussel, Mignolo. Por ello se formularon nuevos desafíos para entender el espacio concreto, simbólico y cotidiano de cada día en el hacer para la transformación porque otra vez, la comunidad se hace escenario de expresión y visibilización de procesos emancipatorios / dignificantes / insurgentes.

Para la Psicología Socio-Comunitaria, la idea de transformación para la emancipación no supone futuros procesos hegemonizantes, sino destrabar los propios límites de la comunidad, contribuyendo a fortalecer y valorar sus propios recursos, impulsando potencialidades y decisiones sobre cómo quiere vivir, acorde a sus costumbres, categorías y concepciones de estar bien; entendiendo que el sentido de estar bien es el resultado de la resolución sinérgica de las necesidades personales, relacionales y colectivas como afirma Prilleltensky (en Montero, M. 2004:6). Su paradigma se sostiene en cinco dimensiones: ontología, epistemología, metodología, ética y política que expresan su sentido democrático, holístico y relacional, dando sentido a su praxis y episteme.

Cosmovisiones

Nuevamente coincidimos con Santos (2000) cuando entendemos a las comunidades como campos simbólicos, de límites variables que definen su territorialidad y temporalidad en un aquí y ahora que no se corresponde a las concepciones tempo-espaciales cronológicas y terrenales, sino que obedecen a topologías y sincronías tanto materiales como simbólicas que entretejen las intersubjetividades que le dan sentido existencial. Aunque antes que nosotros lo habrá dicho a su modo Kusch (2007) cuando habla del indio americano:

> "…los indios no tienen una noción histórica del tiempo" (p 35) y que además encuentran dificultad para "situar" los episodios en el tiempo, todo los representan sobre el mismo plano. Les falta la visión estereoscópica del pasado" (p 117).
>
> El "estar" implica el afianzamiento en el "aquí", en el lugar, como identificación con el paisaje, lo cual entraña una concepción peculiar del espacio (de la misma manera que antes lo había sido del tiempo). No se trata ya de un espacio neutro y anodino, cuantificable y previsible, racionalizado y lógicamente ordenado (cuyo máximo exponente es la ciudad planificada) El espacio estático está cargado de afectividad. El espacio es sacralizado en la vida cotidiana del altiplano. La degradación de la cultura occidental no ha alcanzado aún a deshacerse de lo sagrado y prevé en sus proyectos lugares determinados para sus templos, el arquitecto los pone donde más le convence su razón y su formación estética .En el indígena, en cambio, el templo lo ubica en la naturaleza, la Pacha Mama o, lo que es lo mismo, la divinidad en persona que decide con la caída del rayo SU lugar, allí se erigirá la "huaca", el recinto de lo divino" Kusch, R. (T.I Obras Completas)

Así esta experiencia grupal, nos resulta de forma permanente como "paridora de aprendizajes"[12], porque nos permite encontrar puntos fundamentales en estos caminos cognoscentes: una mirada política, ética y crítica de la sociedad occidental actual; una concepción del ser humano como ser social activo y transformador; la necesidad de considerar desde las ciencias a las poblaciones contextualizadas natural, social e históricamente; la urgencia de valorizar y reconocer al otro en una relación horizontalizada, como igual y distinto al mismo tiempo; la oportunidad de construir conocimientos novedosos a través del diálogo de saberes y culturas, la posibilidad de pensar y la necesidad de hacer un mundo diferente y emancipado construyendo desde y en los espacios intersticiales de las contradicciones de los modelos hegemónicos. Este trabajo generó "alumbramientos"[13], y también la emergencia de incertidumbres y nuevos interrogantes.

12 Es una metáfora usada por Ana P. de Quiroga, en la Conferencia ofrecida en la Universidad de Madres de Plaza de Mayo (2001), comparando los conocimientos compartidos entre Paulo Freire y Enrique Pichón Rivière.

13 En el doble sentido: iluminar y parir.

Lo “emergente”, tal como lo entiende para la Psicología Social Pichón Rivière[14], no se hace explícito como una cuestión novedosa, ajena a los procesos históricos existentes y vividos, sino que es el resultado de los espacios invisibles (invisibilizados, diríamos nosotros) y contradictorios que no encuentran explicación en los sucesos habituales, funcionando de “portavoz” de aquello que los agrupamientos no toleran pero no encuentran o no son capaces de expresarlo de otros modos[15]. Por esa razón, nuestra experiencia investigativa en el Chaco Argentino la asumimos como “portavoz emergente” de procesos que se suceden en diversas partes del mundo con el mismo espíritu insurgente y autodeterminado, que nos permite pensar que otro mundo, más justo y democratizado, es factible, tanto en relación con las comunidades, como para el quehacer de las universidades.

También encontramos sentidos en la Sociología de las Emergencias del Prof. Sousa Santos (2005) y compartimos la noción de que es posible otro futuro más promisorio porque hay potencialidades plurales que puedan ir construyéndose. El autor manifiesta que mientras la Sociología de las Ausencias se formaliza en el campo de las experiencias sociales, la Sociología de las Emergencias se encuentra en el campo de las expectativas sociales. Para nosotros son los mismos procesos experienciales vivenciados los posibilitadores de las emergencias, no en la lucha, sino en la complementariedad de la lógica cotidiana; por ello es factible observar ausencias, y emergencias en el mismo escenario. Tanto es así que nuestra experiencia de trabajo se configura en un espacio de emergencias, donde otros vieron solo ausencias (los pobres e inviables).

Nuestro desafío fue afrontar con otra racionalidad, sin miedo a la afectividad y con mayor conocimiento de sus estrategias de vida, lógicas de uso y producción en la naturaleza. Intentamos revisar el “relato del mundo”, a la manera de Freire (en Quiroga, A. 2001), como única versión posible. Revisamos nuestras propias prácticas y teorías, pretendiendo un hacer reubicado que invite a los autores/actores del proceso a reposicionarse en las relaciones de poder de modo diferente a lo instituido. No subordinados al saber, al hacer y al ser técnico, sino con autoría y autoridad para interrogar la realidad desde distintos ángulos y poner en cuestión el propio saber, y también el saber del otro. (Quiroga, A. 2001).

Nuestro propósito transgresor de la coherencia y la validación del pensar y el decir, a partir del hacer, tiene el sentido de asumir un “ahora se puede”, en el sentido de haber planteado la emergencia de un nuevo espacio de construcción epistemológica en donde el cruce de la realidad social actual, tenga un presente y un futuro con capacidades y posibilidades de emancipación.

El trabajo que desarrollamos, aporta al manejo del bosque de forma ecológica, al conocimiento sobre la función social, simbólica, cultural, económica e histórica que tiene el mismo para las

14 Este es un concepto central en la obra de E. Pichón Rivière, por tanto surge en varios textos. Puede verse en diccionario de Psicología Social http://psicopsi.com/DICCIONARIO-DE-PSICOLOGIA-SOCIAL-PICHON-RIVIERE.asp

15 Si bien el origen de este concepto parte de su experiencia clínica en salud mental, le sirvió después para explicar los procesos que dinamizan los comportamientos grupales.

familias campesinas, intentando así una mejor interpretación de las diferentes formas en que el bosque y sus pobladores se relacionan. Porque como también lo expresa claramente Kusch:

> "…el "estar", ese margen de lo que se sustrae a la palabra en el símbolo, sólo puede ser comprendido desde "dentro", ¿dentro de qué?, dentro de la cultura, la comunidad y el contexto histórico de que se trate"[16].

De este modo, resulta importante descifrar de qué manera el bosque forma parte de procesos ontológicos, psicológicos, en tanto procesos subjetivantes y estructurantes para las personas que habitan en él, superando ampliamente la mirada y la práctica de manejo forestal tradicional de los técnicos que con sus prácticas ortodoxas, asumen que el manejo se refiere a simples formas de manejar la distribución arbórea en relación a las características biológicas de los ecosistemas. Estos procesos novedosos para nosotros, habituales para la población, vinculan la forma en que ellos como sujetos se conciben a sí mismos y a sus vidas, sostienen su identidad cultural, sus estilos de vida y a su vez, evidencian la interacción entre las prácticas de conservación de su propia vida junto a la del bosque.

Los resultados de este encuentro epistemológico generan, multiplicidad de conocimientos en los que la ecología de saberes se plasma en aportes desde la sabiduría de los sacheros que posibilitan diálogos sustantivos que permiten múltiples lecturas, aportando a diversos campos de conocimiento[17]. Esta sabiduría popular muestra que el sistema y modo de identificación de las especies, la conservación de la diversidad de las mismas y su lógica de aprovechamiento, uso e interacción en el bosque, responden a las necesidades concretas, históricas y subjetivas de la población, encontrándose vinculadas a las trayectorias personales y colectivas, condicionadas por las dinámicas de la naturaleza que dinamizan e impregnan sus propias existencias.

La vida de los campesinos aún hoy, no responde a la lógica de la industrialización y la producción a gran escala, capaz de soportar o ser importante para la agroexportación. Claramente por este motivo son ignorados por las políticas públicas, que no entienden que "negar" esta forma de progreso es la estrategia para resistir al engaño de una vida mejor. Para estas familias rurales hay otros modos de producir/vivir respetando la naturaleza porque esa es su casa y en ella se ven contenidos. Así lo ven, así lo sienten y así sostienen sus prácticas, porque su modo de lograr aprovechamiento agrícola o ganadero está vinculado estrechamente a sus tradiciones, en las que se privilegia la interacción social expresada en el trueque, la minga, u otros lazos de solidaridad, poniéndole también valor subjetivo a sus productos y su fuerza de trabajo en el sentir comunitario.

Tal vez alguna vez se entienda desde los gobiernos y algunos espacios técnicos y académicos, esos que los creen pre-modernos, inviables, pobres, incapaces para decidir sobre sus vidas;

16 Kusch, Rodolfo. (1975, publicado 2007). *Geocultura del hombre americano.*

17 En el marco del proyecto, han aportado a tesis doctorales de diversos campos disciplinares.

que la rentabilidad y el salario, son percibidas como formas de condenar e hipotecar su cultura, libertad y autonomía.

La realidad es un campo amplio de posibilidades donde tienen cabida opciones que fueron marginadas o que ni siquiera se intentaron (Santos, B. de Sousa, 2000). Con ello, reafirmamos el principio fundamental de la Psicología Social, que propicia el trabajo reflexivo, desnaturalizador de las formas de habituación de la vida cotidiana; en este caso, tanto de las comunidades de campesinos como de investigadores y técnicos; para dar lugar a procesos movilizadores de conciencia, que permitan construir otras categorías cognitivas posibilitadoras del reconocimiento de las capacidades concretas para la emancipación, aún de los científicos.

Aprendimos que las comunidades constituyen espacios de insurgencias más independientes y consolidados de lo que nos podíamos imaginar desde los ámbitos académicos. Sus espacios de rebeldía expresados en sus demandas: por sus tierras, por la soberanía alimentaria, por la valorización de sus medios y modos de vida, sus tradiciones, creencias y formas de estructurar sus subjetividades; son dimensiones de una totalidad estructurada en un tiempo y en un espacio que el saber científico no ha sido capaz hasta ahora de comprender en su complejidad. Se insiste en disociar en las propuestas y en las prácticas, las estrategias económicas-productivas, socio-organizativas y cognitivas, que en la realidad de la vida cotidiana están integradas. Por ello, las poblaciones, no viven estas dimensiones de forma atomizada, radicando allí el error de las planteos externos, porque como ya nos advertía Kusch, cuando se pretende echar mano al modelo de lo "objetivable", *mensurable y operativo*[18] se descalifica lo visto, porque se lo califica de antemano, se lo categoriza desde lógicas incomparables.

Cuando los sacheros se movilizan y defienden la titularidad de sus tierras, con ello preservan también su ambiente, su historia, su arraigo, su identidad, su autonomía soberana. Ese es su sentido de una vida justa, solidaria, democrática, libre y emancipada, por ello, creemos, su insumisión es edificante y sabia.

Referencias bibliográficas

Alero quichua: Consultado: 30.04.2014 en, http://www.aleroquichua.org.ar/sitio/mitos.php

Diccionario de Psicología Social. Versión electrónica, consultada 28.11.12 en http://psicopsi.com/DICCIONARIO-DE-PSICOLOGIA-SOCIAL-PICHON RIVIERE.asp

Guha. Ranajit. (2008), *La democracia a debate: India frente al espejo del mundo.* Consultada 03/11/13 http://www.anuarioasiapacifico.es/pdf/2008/politica1.pdf

Kusch, Rodolfo (2007), *Obras Completas (tres tomos).* Rosario. Fundación Ross.

18 Agregado de la autora.

Kusch, Rodolfo (1976), *Geocultura Cultura del Hombre Americano. Versión electrónica,* consulta a 04.03.2014 em http://ifdc6m.juj.infd.edu.ar/aula/archivos/repositorio//500/534/Rodolfo%20Kusch%20GEOCULTURA_HOMBRE_AMERICANO.pdf

Kusch, Rodolfo. Consulta 17.04.2014 a em http://rodolfokusch.wikispaces.com/Citas+y+Frases+C%C3%A9lebres+de+Rodolfo+Kusch

Lewin, Kurt. (1948Á1973), "Acción research and minority problems", in Montero, Maritza (2004), *Introducción a la Psicología Comunitaria*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 38

Mariot, Victorio; Reuter, Fabian; Palavecino, Adriana & Zubrinic, Fabian. (2010), *Determinación Multitemporal del Uso del Suelo en la Provincia de Santiago del Estero*. Santiago del Estero: Proyecto CICyT- UNSE, FCF.

Mato, Daniel (2005), *No hay saber "universal", la colaboración intercultural en la producción de conocimientos es imprescindible.* Versión electrónica consultada 15.05.2014 em http://www.globalcult.org.ve/pub/pub_mato.html

Montero, Maritza (1994, compil.), *Construcción y crítica de la Psicología Social.* España: 1ª. Edición. Anthropos.

Quiroga, Ana (2001), *El universo compartido de Paulo Freire y Enrique Pichón Rivière*. Seminario en la Universidad Madres de plaza de Mayo. Consultado 13.09.2013 em http://www.espiraldialectica.com.ar/espiral/pdf/quiroga_sobre_freire.pdf

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Descolonizar el saber. Reinventar el poder*. Trilce. Montevideo. Versión electrónica, consulta 30.08.2013 em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf

Santos, Boaventura de Sousa. (2000) .*Crítica de la razón indolente*. Versión electrónica, consulta, 04.10.2013 em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/critica_de_la_razon_indolente.pdf

Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación (2003), consultada a 12.04.13 em http://www.ambiente.gov.ar/?aplicacion=mapoteca&idseccion=76&IdApli=2

Do esgotamento à reinvenção dos modos de participação da sociedade civil organizada: uma cartografia de controvérsias no Brasil

Mariana de Castro Moreira[1]

Resumo

Este trabalho tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. Em comum, encontramos nestas práticas, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública. Embora se possam encontrar consensos capazes de reunir estas experiências, propomos privilegiar o trânsito entre fronteiras, heterogeneidades e controvérsias. Lançamos um olhar especial para o campo dos projetos sociais como territórios de ação que dão materialidade às assim chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e nos valemos da experiência da OSC Espaço Compartilharte. Neste artigo, buscamos retomar algumas das estratégias de produção de conhecimento utilizadas, a partir dos desafios e possibilidades geradas pela Teoria Ator-Rede (TAR) no campo da pesquisa em Psicologia.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil; Brasil; Cartografia; Controvérsias; Teoria Ator-Rede

Abstract

This research focuses on the role of civil society in strengthening democracy in Brazil in recent decades. Normally, in such practices, we usually find different actions coming from people, groups and organizations from the private sector, which get together in order to thrive on the public sector cause. Although there is a consensus in putting all these experiences together, we suggest that all the highlighting goes towards the transfers across borders, heterogeneities and controversies. We cast a special look at the field of social projects such as the action territories that render materiality to the so-called Civil Society Organizations (CSOs) and we follow the experiences of CSOs Espaço Compartilharte. In this article, we have tried to incorporate some of the strategies used in knowledge production based on the challenges and opportunities created by the Actor-Network Theory (ART) in the area of psychology research.

Keywords: Civil Society Organizations; Brazil; Mapping; Controversies; Actor-Network Theory.

1 Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil). Professora e pesquisadora de cursos de graduação e pós-graduação. Áreas de atuação: Psicologia Social, Educação e Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Políticas Públicas; Produção de Conhecimento e Metodologia da Pesquisa. Ampla experiência na gestão de projetos sociais junto a Organizações da Sociedade Civil desde 1991. E-mail: mari.moreira@oi.com.br

> A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado nem pelo presente. O vazio do futuro é um tão-só futuro vazio. Penso, pois, que, perante isso, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades, cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser.
>
> (Santos, 1995: 322)

Este artigo é fruto da pesquisa de tese de doutoramento em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Moreira, 2014) e tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. Seguindo a inspiração de Santos (2006), buscamos nos aproximar dos referenciais teóricos das epistemologias do sul, vislumbrando aí potenciais de renovação nos modos de pensar a construção de conhecimentos científicos como práticas sociais que configuram novos modos de ser e conviver.

Hoje, no Brasil, transcorridas quase três décadas da promulgação da Constituição Federal, parece-nos pertinente questionar como temos caminhado rumo à consolidação da democracia, acompanhando sobretudo as formas de participação da sociedade civil neste processo.

Encontramos, atualmente, movimentos contraditórios: por um lado, a democracia parece ser vivida como algo consolidado, garantido. Chega-se a vivê-la, naturalmente, apagando a história de sua construção. Por outro, vive-se um tempo que parece nos dizer que nada está pronto ou acabado e que a vivência democrática é processo cotidiano de conquista.

Nesta abordagem assumimos que problematizar a participação da sociedade civil na consolidação da democracia implica em uma construção. Sociedade civil, participação e democracia não estão dadas nem como realidades nem como objetos de investigação. Importante ressaltar que trabalhamos com uma perspectiva segunda a qual não há objeto dado ou realidade "lá fora" a ser conhecida ou interpretada. Ao contrário, os objetos são construídos nas perguntas que fazemos. Assim, buscamos acompanhar algumas das múltiplas configurações nas formas de ações coletivas civis na vida pública, no Brasil, nos últimos anos.

Este trabalho tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas, concentrando-se, sobretudo nas chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC), ressaltando as transformações e controvérsias vividas atualmente.

Movimentos sociais, organizações não governamentais, associações, institutos, fundações, terceiro setor: terminologias diversas que apontam práticas múltiplas e referenciais distintos, sinalizando o necessário reconhecimento da complexidade deste campo. A abordagem proposta não se dá em direção ao consenso, mas no desafio de transitar entre fronteiras,

heterogeneidades e controvérsias.

Em comum, encontramos nestas práticas, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública e que têm o princípio democrático como projeto político que norteia as bases da convivência em sociedade.

Nesta pesquisa, lançamos um olhar especial para o campo dos projetos sociais como territórios de ação ou dispositivos[2] que dão materialidade às assim chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e nos valemos da experiência da OSC Espaço Compartilharte.

O Espaço Compartilharte é uma Associação Civil para fins não-econômicos, sem fins lucrativos, que tem como foco a educação para cidadania. Sua sede fica em Canoas, área rural de Teresópolis, município da região serrana do estado do Rio de Janeiro/Brasil, distante cerca de 90 Km da capital.

As primeiras atividades foram iniciadas em 1991, a partir da união voluntária de um grupo de amigos - respaldados em seu passado de militância em movimentos sociais - que começou a se reunir, inspirado pela busca por contribuir na construção de um mundo mais justo, fraterno e igualitário.

O Espaço Compartilharte é uma dentre muitas iniciativas que surgiram no início dos anos 90, a partir do convite que se abria à participação da sociedade civil na formulação de Políticas Públicas. Atuando na interface entre a Assistência Social e a Educação, o Compartilharte, inicialmente, tinha como público-alvo crianças, adolescentes, jovens e familiares que viviam em cinco comunidades locais, totalizando cerca de 1.800 pessoas.

À época, essas comunidades eram marcadas por situações de vulnerabilidade extrema, reunidas sob indicadores de alto índice de analfabetismo e evasão escolar, associados com baixa qualificação profissional, subemprego e desemprego. Lacunas nas políticas públicas que deveriam garantir direitos básicos a essas famílias estavam materializadas na ausência de transporte público regular, na inexistência de serviços de educação infantil para crianças de 0 a 7 anos, na alta incidência de reprovação entre crianças de 8 a 12 anos e na evasão escolar de adolescentes e jovens, assim como na inexistência, à época, de moradores de baixa renda que chegassem ao ensino superior.

Embora situada em um importante remanescente da Mata Atlântica, zona de amortecimento do Parque Estadual dos Três Picos, Canoas era desprovida de equipamentos de saneamento público. Nas lavouras da região, uso abusivo de pesticidas, trabalho infantil, informalidade. Muitas famílias viviam como meeiros e arrendatários na agricultura. Não se alimentavam do que plantavam, mas sim de arroz, batata e massas. A desnutrição infantil, associada ao clima da região serrana, compunha episódios frequentes de complicações respiratórias e

2 Na obra de Foucault, encontramos o conceito de dispositivo como "*um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos*" (Foucault, 1979:244).

recorrentes problemas de saúde.

Outras tantas famílias dedicavam-se, às vésperas das férias de verão, a preparar os sítios e casas de veraneio dos proprietários que vinham da capital. Assim, por anos seguidos, muitos pais tiravam seus filhos da escola antes que o período letivo se encerrasse, para que os filhos da terra pudessem prepará-la para os filhos de quem vinha de fora.

Os primeiros relatos dos moradores daquela região denunciavam um modo próprio de vida em que o futuro parecia não estar em questão. Em suas falas, um recorrente predeterminismo parecia antever o que estava dado: filhos de pobres morrerão pobres, "cidadania é coisa bonita na boca de doutor, não é coisa pra gente daqui", diziam-nos.

A trajetória do Espaço Compartilharte pode ser tomada como uma das muitas experiências locais, vividas no Brasil, que buscaram radicalizar a vivência democrática, a partir de estratégias de educação para a cidadania, empoderamento e participação popular, contribuindo para a consolidação de processos de democratização da democracia.

A instituição, hoje, encontra-se em processo de encerramento, após mais de vinte anos de atuação. As práticas vividas pelo Espaço Compartilharte são aqui tomadas não como um estudo de caso, mas como campo de dispersão, a partir do qual vamos problematizar as controvérsias e possibilidades de reinvenção dos modos de atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia.

Reconhecendo nossa implicação neste campo, assumimos o caráter também autobiográfico desta pesquisa e situamos nossa inserção no Espaço Compartilharte, desde sua fundação, em 1991, até os dias atuais. É sobretudo a partir desta experiência que serão tecidas as teias e tramas que entrelaçam vivências pessoais/profissionais e as histórias vividas no país, nos últimos anos.

Um olhar sobre as manifestações

Em 2013, surgiram, no Brasil, manifestações que reuniram multidões de pessoas. Uma primeira bandeira aglutinava a insatisfação dos manifestantes frente ao aumento das passagens dos transportes. Com ela, abriu-se a discussão sobre a mobilidade nas cidades como um direito universal frente à ausência de planejamento das metrópoles brasileiras.

Seguindo uma tendência que começou em diversos países, em 2011[3], as manifestações que começaram em 2013, no Brasil, trouxeram reivindicações locais, tornando presente as principais demandas de cada cidade ou região, mas ao mesmo tempo, ganharam escala e ares de solidariedade entre as diferentes nações (Carneiro, 2012:7).

3 Referência aos "movimentos sociais transnacionais": Revolução egípcia, Primavera Árabe, Indignados na Espanha, Occupy Wall Street, etc. Estas manifestações agregam mobilizações frente à crise econômica, social e política vivida sobretudo a partir de 2008, e colocam-se como contraponto a governos ditatoriais, denunciando uma crise frente aos espaços tradicionais de representação. A pulverização de bandeiras e de lideranças associa-se à ampla utilização das ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, com destaque para as redes sociais como estratégias de mobilização. (Castells, 2013; Harvey, 2012).

Frente a estes movimentos, certo tom de perplexidade torna-se comum entre aqueles que participam e aqueles que assistem às passeatas e ocupações. Parece faltar repertório analítico ou argumentação que dê sustentação e nos ajude a compreender o ineditismo destes acontecimentos.

Embora lutas e manifestações sociais façam parte da história do Brasil, muito antes de nos tornarmos um país independente (Gohn, 2011), há elementos novos nestes episódios recentes. Resguardando o caráter polissêmico e longe de desejar alcançar uma tradução que homogeneíze o que temos vivido, é possível ressaltar algumas novidades nestas manifestações: em primeiro lugar, não há uma liderança que possa ser identificada ou bandeira unificada de lutas e reivindicações. A pulverização de bandeiras fala do quão complexas são as tramas da sociedade atual.

A Internet coloca-se como mais um ponto peculiar: a articulação via redes e mídias sociais reconfiguram modos de compartilhar a indignação, de mobilizar e participar da vida pública (Castells, 2013). Adorno (2013) questiona se estaríamos vivendo o sonho da ágora grega realizado: um espaço onde todos participam e todos falam. Quem media?

Completamos uma década de um governo nascido de uma tradição histórica e política de esquerda. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder torna mais complexa a discussão. Reconhecemos os avanços nas políticas sociais e a diminuição da desigualdade social. Por outro lado, o compromisso socialista com a igualdade de oportunidades implicaria também na construção de relações mais horizontalizadas, na justiça social, no combate à corrupção, na radicalização da democracia.

Além disso, a priorização do desenvolvimentismo e do consumo, aliado às políticas sociais de transferência de renda, tem mudado a configuração da sociedade. Para alguns, caberia questionar porque as manifestações surgem em um momento em que tantos chegam à classe média.

Mas, se por um lado, muitas famílias estão saindo da faixa da pobreza, por outro, cabe perguntar quais espaços estas pessoas passam a ocupar neste novo cenário. Vivemos, hoje, os paradoxos advindos da emergência da chamada nova classe média que, empoderada economicamente, vê-se ainda desprovida do acesso a políticas e serviços públicos básicos.

Ao lado da imagem de um país em pleno desenvolvimento, está um Brasil multifacetado: a nação escolhida para sediar a Copa e as Olimpíadas; o país que sobreviveu à crise econômica de 2008; o lugar onde os pobres ascenderam é o mesmo que não tem médicos ou hospitais públicos equipados adequadamente; onde o crescimento da violência e da mortalidade entre os jovens e sobretudo entre negros/pardos é crescente; onde professores e escolas veem-se despossuídos de seu papel de formação de cidadãos.

O combate à corrupção também desponta como importante bandeira nas manifestações. Com ela, ressalta-se a desconfiança da população em relação às formas e espaços

institucionalizados da democracia representativa. Com frequência, afirma-se que as manifestações são apartidárias e que prescindiríamos de partidos políticos. A frase "você não me representa", presente nas ruas e redes sociais, pode ser ouvida como um apelo para multiplicar vozes e interlocutores. Passou a ser comum dizer que precisamos "ouvir a voz das ruas".

Neste debate, certos autores (Gohn, 2013) têm apontado que não se trata de uma crise financeira, mas moral e ética que abarcaria a própria legitimidade do Estado, incapaz para abrir-se ao diálogo e à participação da sociedade civil na vida pública.

Revisitam-se ambivalências: ser de esquerda ou de direita, manifestante, cidadão ou vândalo. Frequentemente, as manifestações têm terminado com episódios de extrema violência. Após ações pacíficas, bancos, lojas e prédios públicos são depredados por alguns grupos. A polícia reage de forma violenta, com prisões, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. A força policial passa a ocupar o lugar de mediação entre Estado e sociedade.

A grande mídia mantem uma tendência histórica de criminalização dos movimentos sociais, deslegitimando as manifestações, formando certa opinião pública, de modo rápido, sem aprofundamento. Priorizam-se imagens de violência e depredação levando a crer que tudo que está na rua é vandalismo.

Ao lado das grandes notícias, proliferam as mídias alternativas e redes sociais como estratégias de mobilização e informação paralela. Busca-se multiplicar vozes, num sentido polifônico.

Seria a violência uma nova estratégia de participação e mobilização? Quais seriam os limites da convivência democrática? A violência seria o que surge para ocupar os espaços vazios? Quais espaços? Quem ou o que deveria ocupá-los?

As repercussões são heterogêneas e reforçam a complexidade do debate. O que nos mobiliza? O que nos deixa indignados? O que podemos dizer a partir do que temos visto nas ruas e manifestações?

Das ruas à organização da sociedade civil

Com este breve painel, reunimos perguntas que possibilitam acompanhar algumas das múltiplas configurações nas formas de ações coletivas civis na vida pública, no Brasil, recentemente.

Cabe ressaltar a atualidade e complexidade deste objeto de investigação, destacando os desafios da análise sobre realidades que se fazem ao mesmo tempo em que buscamos conhecê-las.

Importante assinalar nosso reconhecimento sobre as diferenças existentes entre movimentos sociais e organizações sociais pelas próprias peculiaridades de cada um. As manifestações

podem ser entendidas como estratégias de mobilização utilizadas tanto pelos movimentos quanto pelas OSC.

O próprio conceito de sociedade civil é bastante controverso, divergindo de acordo com abordagens distintas. Buscamos transitar entre esta multiplicidade de entendimentos e práticas, aproximando-nos da abordagem da noção de sociedade civil como campo de experimentações e aprendizagens sociopolíticas diversas no exercício da cidadania.

> É importante enfatizar, portanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. (...)Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.(Scherer-Warren, 2006:110).

A ideia de "sociedade civil" torna-se constante, sobretudo a partir dos anos 70, mobilizado pela ação de pessoas e organizações contra a ditadura militar e a favor da democratização. As OSC são mais institucionalizadas, e surgiram apoiar movimentos sociais.

Scherer-Warren (2006) apresenta uma tipificação das diferentes matizes de OSC. Em primeiro lugar, estaria o associativismo local como expressão local ou comunitária da sociedade civil organizada reunindo "as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o terceiro setor" (Scherer-Warren, 2006:110).

Um segundo nível concentraria as formas de articulação interorganizacionais que atuam na mediação entre sociedade civil e Estado. Estão aí reunidos "os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local" (Scherer-Warren, 2006:111).

No terceiro nível, Scherer-Warren localiza as mobilizações na esfera pública: organizações em rede, de maior abrangência ou caráter contingencial.

> Nesse terceiro nível, observa-se que as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-

> pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (Scherer-Warren, 2006:112).

No quarto nível estariam os apoios financeiros: agências governamentais, não-governamentais, nacionais e internacionais, além de contribuições individuais.

O resultado seria denominado rede de movimento social, assim sintetizado por Scherer-Warren (2006:113):

> Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Um olhar histórico aponta como os movimentos sociais colocam-se como instituintes ao gerarem forças de resistência e produção de novos sentidos (Pereira, 2007), impelindo à abertura ao novo. Realizam diagnósticos sobre a realidade social ao mesmo tempo em que são propositivos e geram sentimento de pertencimento social (Gohn, 2011).

Gohn (2011:335) sinaliza que os movimentos sociais são

> ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (...) Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Assim, olhar as ruas e manifestações recentes ajuda a problematizar os desafios para a

consolidação da democracia.

Organizações da sociedade civil, participação e democracia

A leitura que temos feito do que estamos vivendo vai ao encontro de diversos autores da atualidade (Santos, 2006; Gohn, 2013; Adorno, 2013) e fala de certo esgotamento das formas institucionalizadas de participação e ação coletiva de tal modo que se impõe a necessidade de repensarmos e recriarmos os modos de convivência e participação democrática.

Inspirados nas palavras do escritor português, insistimos na possibilidade de problematizar a vivência da democracia. Saramago (2006:36) adverte:

> Deixemos de considerar a democracia como um dado adquirido, definido de uma vez e para sempre intocável. Num mundo que se habituou a discutir tudo, uma coisa só não se discute, precisamente a democracia. Melífluo e monacal, como era seu estilo, Salazar, o ditador que governou este pobre país durante mais de quarenta anos, pontificava: "Não discutimos Deus, não discutimos a Pátria, não discutimos a Família". Hoje discutimos Deus, discutimos a Pátria e só não discutimos a Família porque ela já anda a discutir-se a si própria. Mas não discutimos a democracia, isso não. Pois eu digo: discutamo-la, meus senhores, discutamo-la a todas as horas, discutamo-la em todos os foros, porque, se não o fizermos enquanto é tempo, se não descobrirmos a maneira de a reinventar, sim, de a reinventar, não será só a democracia que se perderá, perder-se-á também a esperança de ver um dia dignamente respeitados os direitos humanos neste infeliz planeta. E esse seria o grande fracasso da nossa época, o sinal de traição que marcaria para sempre o rosto da humanidade que agora somos. Não tenhamos ilusões. Sem democracia não haverá direitos humanos, sem direitos humanos não haverá democracia.

As décadas de 70 e 80 geraram fértil terreno de experimentação, contribuindo para impulsionar e fortalecer a sociedade civil como importante ator na construção de um entendimento ampliado sobre o espaço público. À época, a participação colocava-se como alternativa e meio de efetivação dos princípios democráticos, sendo por intermédio dela que todos poderiam escrever uma nova história e ser-fazer política. A Constituição de 88 legitimou a organização da sociedade civil em associações e sua participação nas Políticas Públicas.

Uma abordagem histórica possibilita perceber o caldo de mobilização social gerado com a "entrada de novos personagens em cena" (Sader, 1988), quando diversos movimentos sociais e OSC participam, de novas formas, da vida pública.

A luta contra a ditadura militar produziu formas instituintes de se fazer política, numa

tentativa de transformar um regime de governo, mas sobretudo de construir um projeto de sociedade que ampliasse as possibilidades de convivência.

Dentre estes movimentos sociais, ressaltam-se as OSC como atores primordiais na luta pela garantia de direitos básicos, inscrevendo o país em uma perspectiva de participação, aqui entendida como

> um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova (Gohn, 2008:30).

Importante salientar o longo processo de lutas para que a perspectiva da garantia de direitos e participação da sociedade se tornassem bases da gestão democrática. A participação não pode ser entendida como simples concessão estatal. Destacamos a intensa militância de pessoas, organizações e movimentos sociais que atuaram, denunciando contradições e abusos do Estado, reivindicando espaços para participar na construção de realidades menos desiguais.

Ocorre que:

> embora ganhando força e diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares. (Nogueira, 2011:25)

Se no aparelho estatal percebemos a fragmentação das ações sociais, igualmente nos movimentos sociais, encontraremos a pulverização de práticas e bandeiras, denotando ausência de uma plataforma político-social unificada no país. Assim, historicamente, a atuação do Estado e da sociedade civil vem se dando de forma autônoma e sua relação tem sido pautada por embates e conflitos.

De todo modo, progressivamente, a participação, a garantia de direitos e a democratização passaram a pautar a agenda destas OSC. Como assinala Scherer-Warren (1999:49), “de maneira geral, com o fim dos regimes militares a questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas passou a fazer parte dos debates e das ações das ONGs dos países latino-americanos” e complementa:

> No Brasil, muitas conquistas sociais da nova Constituição foram obtidas

> graças à pressão e apoio das ONGs e movimentos sociais. Seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e políticas sociais, as ONGs vêm reforçando sua relação com o poder político, passando a atuar para a descentralização do poder e para uma crescente participação da sociedade civil (Scherer-Warren, 1999:49).

O sociólogo Betinho corrobora esta argumentação situando que

> Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham. (ABONG, 2005)

Olhar os anos 80 e os dias de hoje nos ajuda a (re)conhecer que o mundo mudou. À época, OSC eram espaços de acolhimento de sonhos, utopias e lutas. Hoje, os discursos se transformaram: há um movimento de criminalização destas iniciativas, associando-as a escândalos que envolvem corrupção, política partidária e desvio de recursos públicos, de tal modo que a própria legitimidade deste trabalho é colocada em xeque.

O dossiê sobre "A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil", lançado pelo PAD (Processo de Articulação e Diálogo formado por agências ecumênicas internacionais e nacionais, 2011) situa:

> A luta dos movimentos sociais tem incorporado grandes conquistas nos últimos vinte anos, entre elas a derrota da ditadura militar e a elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1980) e mais recentemente a Lei Maria da Penha (2006), que veio engrossar a luta pelos direitos das mulheres contra a violência e discriminação. Também temos uma intensa luta pela reforma agrária e urbana, visando a distribuição das riquezas que, no Brasil, são extremamente concentradas. A atuação e busca por transformações de nossa sociedade ferem o interesse de grandes empresas, do latifúndio e de setores conservadores da sociedade que desejam manter as estruturas desiguais e discriminatórias, fruto de mais de 500 anos de exploração de índios, negros, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, sugando do Brasil e da América Latina suas riquezas. É por força da ação desses setores conservadores que há, infelizmente, um intenso processo de criminalização de nossas lideranças e deslegitimação de nossas ações, de nossa luta.

A ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) vem liderando as discussões da "Plataforma por um novo marco regulatório para as OSC", destacando a importância histórica destas entidades no processo de participação social e democratização brasileira.

> De fato, a luta da Abong é por um marco legal que regule, legitime e reconheça o trabalho de entidades sem fins lucrativos e o seu acesso a fundos públicos. Assim a Associação sustenta a bandeira da transparência e fortalece a participação da sociedade civil, pressuposto básico para a consolidação da democracia. (ABONG, 2011).

Diversas OSC têm defendido uma atuação não no sentido de substituir o papel do Estado, mas de fortalecê-lo e complementá-lo, exercendo o controle social.

> É um equivoco acreditar que as ONGs querem ocupar o lugar ou substituir o papel do estado, quando em verdade o que se deseja é um Estado democrático forte e a gestão de políticas públicas inclusivas que promovam a cidadania e os direitos humanos. (Basilia, 2011)

Experiências demonstram que a atuação local e descentralizada destas organizações possibilitam certa informalidade, agilidade e capilaridade muitas vezes não alcançada pela atuação estatal.

Nos anos 70, as fronteiras entre sociedade civil, Estado e iniciativa privada eram mais claramente delimitadas. Hoje, frente à complexificação das próprias demandas sociais, muitos atores participam do que se chama de sociedade civil organizada, configurando um campo de forças e disputas por territórios, poder, públicos, financiamento. Mesclam-se novas identidades e configurações híbridas.

No início do séc. XXI, acompanhando a crise econômica mundial, muitas OSC vivem transformações, quando a sustentabilidade financeira acaba comprometendo a sustentabilidade política de projetos sociais.

A mais recente pesquisa sobre Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos, no Brasil (IBGE, 2011) demonstra um decréscimo no número de associações: entre 2006 e 2010, elas cresceram em torno de 8,8%, número significativamente menor quando comparado aos 22,6% do período anterior (2002-2005).

Nos últimos anos, inúmeras organizações vêm encerrando suas atividades, corroborando para o que um entrevistado em nossa pesquisa afirma:

> ONG é capital social, né, ONG é riqueza de um país, ONGs são pessoas

> se associando por uma causa pública (...) foram pessoas que se uniram para lidar com questões públicas, questões de bem comum, então é uma riqueza que a gente desenvolveu e que na crise estrutural de financiamento que a gente tem hoje, está ameaçada. As pessoas falam do risco para a democracia na política quando tem corrupção, mas ninguém tá falando no risco pra democracia que é a gente não ter mecanismos estabelecidos de financiamento e ter um monte de onguizinha quebrando por aí (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, 2012).

Decorridas quase três décadas desta recente história de democratização, parece-nos pertinente questionar como temos caminhado rumo à consolidação da democracia, quais novas questões se colocam, quem são os atores deste cenário sociopolítico, como podemos reconstruir espaços de participação e ação política capazes de acolher nossa utopia e, em última análise, qual é nossa utopia hoje.

Assim, se por um lado, apostamos na noção de certo esgotamento do ideal democrático frente à própria promessa de inclusão social, por outro lado, é importante perceber que a ideia de esgotamento encerra, ao mesmo tempo, o fim de modos de conviver, mas também a possibilidade de reinvenção da utopia e de construção de alternativas. A possibilidade de acompanhar a gênese destas práticas potencializa ainda a reflexão sobre o que nos encanta hoje, o que nos mobiliza e como está a luta destas organizações. Partilhamos com Boaventura Santos (1997) certo "otimismo trágico", como se caracteriza o autor, ao reconhecermos os inúmeros e complexos desafios dos tempos atuais, mas igualmente ao recusarmo-nos às clássicas críticas à sociedade capitalista ou à própria ciência moderna, sem que alternativas ou modos de resistências sejam efetivamente construídos, pois, como pontua o autor:

> os desafios que nos são colocados exigem de nós que saiamos deste pêndulo. Nem guiar nem servir. Em vez de distância crítica, a proximidade crítica. Em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre. Em vez de serenidade autocomplacente, a capacidade de espanto e revolta. (Santos, 1997:19).

Mobilizar perplexidades produtivas, como nos incita Boaventura Santos (1997), nos ajuda assim a "identificar os desafios a que vale à pena responder. Afinal todas as perplexidades e desafios resumem-se num só: em condições de aceleração da história como as que hoje vivemos é possível pôr a realidade no seu lugar sem correr o risco de criar conceitos e teorias fora do lugar?" (Santos, 1997:22).

Interessamo-nos pela crítica aos discursos hegemônicos sobre os modos de se conhecer e participar, mas buscamos igualmente reafirmar nossa crença e atuação na construção de "um outro mundo possível", onde o conhecimento seja um caminho de reinvenção de outras formas de ser e conviver.

Referências Bibliográficas

ABONG (2005), *ABONG, Associação Brasileira de Organizações não governamentais.* Disponível em http://www2.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18034

ABONG (2011), *As ONGs e a radicalização da democracia participativa no Brasil*. Disponível em http://www.abong.org.br/informes.php?id=4512

Adorno, Sérgio (2013), "A sociedade em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais." *in, XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)*. Anais eletrônicos disponível em http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/ Salvador: SBS

Basilia, Carlos (2011), *ONGs pra que?* Disponível em http://carllosbem.blHYPERLINK "http://carllosbem.blogspot.com/2011/02/ongs-pra-que.html"ogspot.com/2011/02/ongs-pra-que.html.

Carneiro, Henrique Soares (2012), "Rebeliões e ocupações de 2011". in Harvey, David. et. Al. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. SP: Boitempo: Carta Maior, 27-38.

Castells, Manuel (2013), *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. RJ: Zahar.

Foucault, Michel. (1979), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Gohn, Maria da Glória (2008), *O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.* SP: Cortez.

Gohn, Maria da Glória (2011), *Movimentos sociais na contemporaneidade. In Revista Brasileira de Educação*, 16 (47), 333-513.

Gohn, Maria da Glória (2013), "A sociedade em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais." in *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)*. Anais eletrônicos disponível em http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/ Salvador: SBS.

Harvey, David. et. Al. (2012), *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas.* SP: Boitempo: Carta Maior.

IBGE (2011), *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil* - 2005 disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/"ia/fasfil/2005/

Moreira, Mariana de Castro (2014), *O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou? Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

Nogueira, Marco Aurélio (2011), *Um estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da*

gestão democrática. SP: Cortez.

PAD (2011), Dossiê *A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil.*

Pereira, Willian César Castilhos (2007), *Movimento institucionalista: principais abordagens.* RJ: Revista PsiUERJ.

Sader, Eder (1988), *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. RJ: Paz e Terra.

Santos, Boaventura Sousa (1995). *Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-modernidade.* Coimbra: Almedina.

Santos, Boaventura Sousa (1997). *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Afrontamento, 1997 (9ª edição).

Santos, Boaventura Sousa (org.) (2006), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. SP: Cortez (2ª edição).

Saramago, José (2006), *El nombre y la cosa*. México: FCE, ITESM.

Scherer-Warren, Ilse (1999), *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. SP: Editora Hucitec.

Scherer-Warren, Ilse (2006), *Das mobilizações às redes de movimentos sociais***.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, 21(1),109-130.

Learning from the "local" South:

re-considerations from the Participatory Budgeting of the Brazilian city of Belo Horizonte[1]

Sérgio H. Rocha Franco[2]

Abstract

This paper offers a reflection on the emancipatory possibilities enrolled in Participatory Budgeting (PB). PB was first implemented in 1989 in Porto Alegre, Brazil, as a local policy to meet demands for a more equitable distribution of municipal resources in the city. In the following decades PB spread among other major Brazilian cities and crossed national borders, reaching different contexts both in the "global South" and in the "global North." After more than twenty years of its setting up, to what extent has PB fostered the much acclaimed "right to the city?" Has PB contributed to outline an emancipatory horizon by reinforcing the democratic diversity of the world? Focusing on one of the most enduring experience and on two occasions honoured as "best practice" by UN-Habitat, the PB of the Brazilian city of Belo Horizonte, I intend to answer to these questions and critically discuss the global dissemination of PB.

Keywords: Participatory Budgeting, South-South exchanges, demodiversity, "right to the city", Belo Horizonte

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as possibilidades emancipatórias inscritas no Orçamento Participativo (OP). O OP foi implementado pela primeira vez em 1989 em Porto Alegre, Brasil, como uma política local para atender demandas de uma distribuição mais equitativa dos recursos municipais na cidade. Nas décadas seguintes o OP se espalhou entre outras grandes cidades brasileiras e cruzou as fronteiras nacionais, atingindo diferentes contextos no "Sul global" e no "Norte global." Após mais de vinte anos de sua criação, em que medida o OP promoveu o tão aclamado "direito à cidade"? Teria o OP contribuído para o esboço de um horizonte emancipatório ao reforçar a diversidade democrática do mundo? Concentrando-me em uma das experiências mais duradouras e em duas ocasiões premiada como "melhor prática" pelo UN-Habitat, o OP da cidade brasileira de Belo Horizonte, pretendo responder a estas perguntas e discutir criticamente a difusão global do OP.

Palavras-Chave: Orçamento Participativo, intercâmbios Sul-Sul, demodiversidade, "direito à cidade", Belo Horizonte

---

1 The research leading to these results has received funding from the European Research Council under the European Union's Seventh Framework Programme (FP7/2007-2013) / ERC grant agreement n°. 249438 TRAMOD.

2 Sérgio Franco holds a degree in social sciences and an MA in political science from the Federal University of Minas Gerais, Brazil. He also holds an MA in Sociology from Autonomous University of Barcelona, Spain. He is currently a PhD candidate in Sociology at the University of Barcelona and junior researcher at the "Trajectories of Modernity" project (TRAMOD).

Introduction

This paper examines some controversies enrolled in the process of diffusion of participatory budgeting (PB) as an exemplary practice of urban governance. The steady spread of PB from its contexts of origin in Brazil to several parts of the world during the last twenty-five years is a matter of fact. Currently PB can be found in five continents and it is estimated that are around 1500 BPs around the world (Sintomer et al., 2010). Such an expansion it is even more amazing when we realize that by 2005 PB had been expanded to no more than 300 municipalities worldwide (Wampler, 2004, 2005; Wampler and Avritzer, 2005). Nowadays PB can be found all over Latin America, remarkably in Brazil, Peru, and Dominican Republic; in diverse countries in Europe, such as Italy, Portugal, Spain, France, Germany, the United Kingdom, Poland and Albania; and in many African countries like, for example, South Africa, Zimbabwe, Tanzania, Kenya, Uganda, Democratic Republic of Congo and Senegal (Sintomer, Herzberg and Röcke, 2005; Cabannes, 2006; Goldfrank, 2007; Shall, 2007; Sintomer et al., 2010). PB is likewise present in Asia, for instance, in China, India, Indonesia, Japan, and significantly in South Korea; and recently it also reached North America and Oceania, more precisely the United States, Canada, Australia, and New Zeeland (Fölscher, 2007; Sintomer et al., 2010; Gilman, 2012).

This global diffusion of PB would be undoubtedly assumed as a success story. However, as Ganuza and Baiocchi (2012) indicate, from Latour's work (1987), maybe it is not adequate simply to speak about "diffusion" or "dissemination", to the extent that the circulation and translation of an idea or, in this case, a local participatory practice, can fundamentally transform it. In this same direction, Alves and Allegretti (2012:02) suggest that PB could be seen as an "ideoscape" (Appadurai, 1993), that is, "a political model that circulates globally but only exists through local appropriation, which continuously modifies the model itself" (2012:02).

Therefore, it is required to consider the ways PB's global diffusion has been taking place, examining processes and mechanisms enrolled in it, besides discussing possible consequences for the own PB. Thus, in the first section of this article, I briefly describe PB's contexts of emergence in Brazil and its diffusion beyond them. My main aim here is to analyse the role played by international organisations in the process of global circulation of PB, particularly the World Bank, and, then, engage in the debate about what some authors have designated as attenuation or even "watering down" (Chavez, 2008) of PB regarding its previous transformative potential.

Nevertheless, beyond considerations about the transformations PB has undergone through its circulation, my central aim in this article is to focus on PB's capacity to promote socio-spatial justice and deepen democracy. In other words: after nearly twenty-five years of its setting up, and after its astonishing spread around the world since then, to what extent

has PB created more inclusive cities and fostered the much acclaimed "right to the city" (Lefebvre, 1978)? Furthermore, has PB fostered an emancipatory horizon by strengthening "demodiversity" (Santos & Avritzer, 2005)? Bearing these background questions in mind, in the second section, I offer an *ex post facto* evaluation of an experience usually considered as an "exemplary case": the PB of the Brazilian city of Belo Horizonte.

This focus on the PB of Belo Horizonte is not fortuitous. Analysing the instability of PB experiences in Portugal, Alves and Allegretti (2012) state that it is essential to examine "positive" cases that could operate in the direction of strengthening PB experiments. These authors say that studying "positive" cases, that is, truly co-decisional experiences continuous over time, could both help to provide additional information for existing PBs and for future practices. I would add that it also might allow us to review the allegedly transformative potential present in PB. It is worth mentioning that PB's transformative potential is often taken for granted among first and more enduring experiences, which were, at some moment, assumed as "exemplary cases" and then promoted as "best practices". On balance, the Brazilian experience still playing an important role as point of reference in the debate, and PB's "replication" worldwide has been largely justified from this (successful?) experience. All this justifies a more careful assessment of a long-lasting Brazilian experience twice honoured as "best practice" by the UN-Habitat.

A convergence around PB: from leftist arenas to World Bank prescriptions

In view of specific-settings of its implementation and pathways of its circulation, PB has undeniably diversified into hundreds of different configurations. A connected question to these transformations PB has gone through is the impressive diversity of economic, political and social contexts where it can currently be found. For instance, due the global scale of its spreading, PB has been implemented in quite different political contexts: from well-established representative democracies to undemocratic and authoritarian political regimes; from the so-called high-intensity Latin American democracies to an Europe marked by political disaffection and high electoral absenteeism. Indeed, PB is often considered, inadvertently or not, a key component of these so-called high-intensity democracies and its reception and implementation in Europe is understood by some as a relevant lesson in terms of political innovation coming from the so-called "global South" to the world (Sintomer et al., 2010). When examining the possibilities of widening the democratic canon, Santos and Avritzer (2005) argued that experiences such as PB have a potential for increasing the intensity of democracy. The authors also remarked that this potential emerged in "semi-peripheral" and "peripheral" countries, instead of in Europe or the United States, the birthplaces of liberal democracy.

Notwithstanding the relevance of the discussion about the "intensity" of democracy in Latin America or elsewhere and despite the degree of innovativeness that might be presently

associated to PB, what it is surely out of question is that the political and ideological spectrum of its supporters has been steady widening over the past two and a half decades. Although in its origins PB could clearly be associated to urban social movements and to left-leading parties, namely the Brazilian Workers' Party (*Partido dos Trabalhadores*), over its process of global dissemination, both left and right-wing parties have promoted and implemented it. It is also necessary to bear in mind that PB has been supported and in many cases directly promoted by international organizations, notably the United Nations and the World Bank.

This convergence around PB from so different ideological and political sensibilities, and the related variety of contexts of its implementation, should be better understood. How to make sense of this great diversity of contexts where PB has been implemented? And, perhaps even more important, how to give a meaning to the quite wide political and ideological range of its current advocates? Would PB be considered a sort of "participatory panacea" completely adaptable to the more varied political, social and economic contexts?

In a context of democratic openness and strong needs of urban infrastructure, the PB was first implemented in 1989 in the Brazilian city of Porto Alegre as a local participatory policy to meet demands for a more equitable distribution of municipal resources in the city. Fedozzi (1999) argues that the PB of Porto Alegre was an attempt of co-management of public resources through power sharing between municipal government and society, with a dynamic of deliberations and negotiations that sought political consensus. Similarly, Souza (2000, 2002) says that the PB consisted of an opening of the state apparatus to the possibility of popular direct participation concerning decisions and objectives of public investment.

Therefore, at least in its origins, PB has had as aim an opening of the state apparatus in order to publicize and democratize its decisions concerning the allocation of public investments in the city. Such features of PB rapidly caught the attention of part of the international left, and, certainly, authorized its qualification as a suitable and innovative way for "democratizing democracy" (Santos, 2005). Moreover, PB was understood as part of a larger effort to expand and deepen democracy in Brazil (Baierle, 1998; Abers, 2000; Baiocchi, 2001; Avritzer, 2002; Wampler and Avritzer, 2004). PB was even related to the emergence and enforcement of "demodiversity" in a global context in which liberal democracy was endorsed as unique and universal by institutions such as the World Bank and the International Monetary Fund (Santos & Avritzer, 2005).

Although other Brazilian political parties have adopted PB over the years, its initial diffusion within Brazil was directly related to the electoral victories of the Workers' Party (Grazia de Grazia and Torres, 2003). Thus, in the subsequent years, PB spread among other major Brazilian cities administered by the Workers' Party such as Belo Horizonte, Recife, and São Paulo. Despite some variations regarding the PB of Porto Alegre, all these Brazilian experiences under the guidance of the Workers' Party had a common main guideline: the notion of "reversal of priorities" ("*inversão de prioridades*"). According to this notion, needier

areas of the city regarding basic infrastructure, where poorer residents often inhabit, would receive larger shares of public spending and resources.

The Workers' Party electoral campaigns were based on "democratic participation and the 'inversion of spending priorities' – that is, the reversal of a decades-long trend in which public resources were spent in middle- and upper-class neighbourhoods" (Wampler, 2007:52). The municipal budget opening to public decision-making intended to improve the living conditions of the poorer residents of the city. PB's ultimate goal was to promote the inclusion of those social and spatially excluded, through their direct participation regarding municipal investments in the city. This strong commitment of PB to the urban poor, and its city-based approach, allowed some to associate this local participatory practice to the "right to the city" (Fernandes, 1999, 2001). However, such an association cannot occur without the resource to a reduced conception of the "right to the city".

The Workers' Party also had a preponderant role in spreading PB beyond Brazilian national territory. Some even speak of "ambassadors" of PB, that is, members of the Workers' Party that promoted it in the international arena (Porto de Oliveira, 2013). In this regard, it is important to remember the central role played by the Workers' Party in the initial expansion of PB to Latin American countries, mainly through exchanges and bilateral agreements between municipal governments, and in its early recognition by international organizations such as, for example, by the UN-Habitat already in 1996. Participatory policy networks such as the URBAL or the Urban Management Programme of the United Nations in Latin America and in the Caribbean (PGU-ALC) were also important to the international circulation of PB, principally in Latin America.

Regarding this first stage of diffusion, it is also worth mentioning exchanges between leftist movements and left-wing parties within the scope of the World Social Forum, especially on the editions that took place in Porto Alegre. In those occasions, in harmony with the World Social Forum's catchphrase, "another world is possible", the PB was in several occasions presented to foreign leftist leaders as a model practice, which increased its popularity among the international left. Research-based transfers were also relevant and it is likewise not possible undermine the role of part of the international press in this process of divulgation of PB beyond Brazil. In this respect, it is worth remembering, for instance, Bernard Cassen's (1998) enthusiastic report about the PB of Porto Alegre in *Le Monde Diplomatique*.

The arrival of PB in Europe could not be explained without reference to many of such interactions, which typically took place under the umbrella of the left. Nevertheless, such events relate more to first steps of the international diffusion of PB and they are evidently insufficient to explain the current global reach of this local practice. As a result, it is unavoidable to consider the leading role that international organizations have played, specially the World Bank, in its worldwide dissemination. As Goldfrank (2012) indicates, from a certain moment on, the centre of gravity in PB's dissemination process seems to change from the Workers'

Party and leftist arenas to the World Bank sphere of influence. The author (2012:02) suggests that this inflection point occurs in the early 2000s after the Workers' Party first victory to Brazilian presidential elections. He remarks that, after winning the presidency under Lula, the Workers' Party failed to promote PB at the national government level, at the same time that, at the municipal level, the percentage of big cities administrated by the Workers' Party using PB declined in the course of the 2000s (Goldfrank, 2012:02; Spada, 2010:13).

Goldfrank (2012) argues that the importance of the World Bank would be such strong since then that currently the country with the largest number of cities with PB in the world is not anymore Brazil but Peru. "The World Bank's support for PB in Peru – the world's most important site of the practice – is emblematic of the Bank's leading role in the global diffusion of PB" (Goldfrank, 2012:03). If Peru might be considered "the world's most important site of the practice" is certainly a point for discussion. Anyway, even though this kind of estimation is not totally secure due to "the lack of independent and methodologically coherent research" (Sintomer et al., 2010:23), it surely warns us about the important function the World Bank has been performing in more recent dissemination of PB.

Other international organizations have supported PB as well, but the World Bank "stands out for the number of PB programs it supports, the number of methods it uses to promote PB, and the amount of resources and research it has dedicated to PB" (Goldfrank, 2012:03). Sintomer et al. (2010:09) also remark the Bank's chief role regarding research support on PB in Latin America. Besides several cases among Latin American countries, especially in Peru and Dominican Republic, this expansion of PB through the World Bank is even more evident in Africa, where there are currently between 66 and 110 PBs (Sintomer et al., 2010:10, 76). Ironically, the currently in vogue so-called "South-South exchanges" were, at least in this case, actively intermediated by the World Bank, an organization that hardly might be positively related to the best interest of the so-called "global South" or to the strengthening of the democratic diversity of the world. After all, the World Bank is well known for its line of action historically marked by pro-market reforms and neoliberal economic adjustments.

This latest expansion of PB, which makes it effectively global, involves considerable change in its main objectives. Whereas, at first, during its creation and early years of expansion under the left, PB aimed at redistribution of resources, spatial and social justice, and deepening democracy, in more recent cases, it has been employed mainly to fight corruption, generate transparence, and achieve political accountability. Actually, the World Bank has major influence over several PBs that "do lead to more transparency, more social accountability, more responsiveness, less corruption – together with some pro-poor policies" (Sintomer et al., 2010:31). However, it does not mean that transparency and fighting corruption were not present in early Brazilian experiences. All these concerns were in a good sense present there. However, what is missing now are broader claims, such as for "democratizing democracy" (Santos, 2005), and higher aspirations regarding social transformation. It is worth mentioning

that this were ideas that initially circulated between Latin America and Europe.

Under the World Bank's "expertise", these broader notions have been gradually diluted into the more "neutral" discourse of "good governance."[3] Therefore, there is a clear attenuation in terms of what ought to result from PB. These aspirational and discursive changes would involve discussing, for example, the minimal fidelity of many contemporary PBs to original principles or even consider if all experiences currently called "participatory budgeting" should really be considered as such. This is, for instance, the case of many local practices in Peru, where, formally, several regions and local governments fostered PB, "but implementation is far from satisfactory in all cases and there are a many 'fake' experiments" (Sintomer et al., 2010:23).

Regardless of when this transformation of PB would have started, the point is that such a change of orientation can currently be found even among "strongest experiences" such as Porto Alegre. Baierle (2007) and Chavez (2008) denounce that, after the electoral defeat of the Workers' Party in 2004, the municipal administration of Porto Alegre started, from 2005 on, to be coordinated according to the "local solidarity governance" notion, a kind of executive forum, not a deliberative one, which aimed mainly to achieve co-responsibility pacts. Baierle (2007:71) remarks that the "local solidarity governance" notion originates from the World Bank's propositions for local development, in which PB is understood as a formal part of its intervention "kit". According Chavez (2008) this process is consistent with "broader changes taking place at the international level through the sustained export of a 'lite' version of PB by rather non-democratic and non-participatory institutions such as the World Bank" (Chavez, 2008:57).

Certainly, there is a sense of nostalgia in all these understandings and the common discomfort in all them is that PB seems no longer to be genuinely PB, even among its first and allegedly more robust experiences. Further than recognizing that even well-developed practices could be highly affected by contextual overturns (Chavez, 2008), it is required to ask: what would be the profound consequences of all that? Is it means that the convergence around minimum parameters leaves no room for PB's transformative potential? Against PB's contemporary "diluted" global panorama, it makes any sense to claim that this local practice is still contributing to the reinforcement of "demodiversity" (Santos & Avritzer, 2005)? In sum, is it possible to keep supporting PB from a counter-hegemonic point of view nowadays?

The PB of Belo Horizonte: "the biggest program of public works in the city"?

The PB of Belo Horizonte have incorporated the notions of "reversal of priorities" and popular participation in order to promote the "participatory planning" of the city. In addition to its regularity, not having suffered significant disruptions in its general content or methodology on

3 The World Bank has achieved a certain "expertise" on PB, offering recommendations for its implementation and "improvement" around the world. This "expertise" ironically has been deployed even in one of the original sites of PB, Porto Alegre (Souza 2010:39; Goldfrank, 2012:11).

its more than twenty years of existence, the PB of Belo Horizonte showed considerable levels of popular participation since its early stages, operated with relatively substantial amount of resources, and has been instructed to cope with the problems related to the physical and social aspects of urbanization. Thus, it might not be a misconception to claim that the PB of Belo Horizonte is one of the most consolidated experiences of participatory management in the country and in the world. However, before discussing such issues in more detail let me present its basic operating dynamics.

In Belo Horizonte, currently, the PB occurs in the steps described below.

Every two years, the municipality of Belo Horizonte (PBH) calls the city's population and community leaders for the PB's Opening Section and for the Neighborhood Meetings (formerly called Popular Assemblies) in each of the nine administrative regions of the city. At these meetings, the municipality explains the methodology of PB and delivery a form to be completed by each neighborhood with their demands and claims for public works. The community indicates on the form the priority work for its neighborhood as, for example, sewer and water connections, street paving, renovation of schools, and construction of health centers. The municipality receives the form, analyzes the claims, and returns it back to the community with a technical evaluation, saying if each one of the listed works is feasible or if they will need to be replaced.

At that moment, a Second Round of Meetings, held in each sub-region, takes place. Each one of the nine administrative regions is divided into about 40 sub-regions composed by 80 Planning Units (UPs). The municipality presents the resource available for each sub-region observing the criteria established through the IQVU (Urban Life Quality Index).[4] Smaller the IQVU and higher the population in a given UP, greater the volume of its resources. The sub-regions pre-select no more than twenty-five projects by administrative region, of which up to fourteen will be approved in the Regional Forums, according to the resource available.

In the Second Round Meetings, each sub-region also elects its delegates to the Regional Forum. The delegates visit locations of all proposed public works within their region during the Caravans of Priorities. Such "bus caravan trips" provide delegates an overall understanding of all interventions demanded in each one of the nine administrative regions. Then the Regional Forum takes place and the municipality presents a spreadsheet with the costs of each project, the plenary session of delegates selects fourteen among the twenty-five pre-selected projects for each region, and elect the representatives of the COMFORÇA, neighborhoods' commissions that will monitor and oversee on-site construction of approved projects. The PB finishes with the Municipal Meeting of Budgetary Priorities, where the Mayor receives from the monitoring commissions the Plan of Projects defined by the PB to the next two years.

4 The Urban Life Quality Index (IQVU) is based on 38 indicators covering ten different variables (education, health, urban infrastructure, housing, etc.) and is calculated for each one of the Planning Units (UPs) of the city. This index measures the inequality in the availability of public goods and services, indicating with a considerable degree of accuracy the most deprived areas of the city.

Even without losing its main features, the PB of Belo Horizonte went through changes and innovations over more than twenty years of its existence. In addition to the Regional PB described above, in 1996, the Housing Participatory Budgeting (Housing PB) started in order to meet strong demands for improvements in basic infrastructure and claims of the housing movement. The Housing PB has constituted an integral part of the municipal housing policy and has aimed at reducing the large housing shortage in the city. From 1998's meetings on, the PB became biannual and public works in slums and informal settlements began to be guided by Global Specific Plans (PGEs). In the 2001/2002 edition, the Planning Units (UPs) were established as the basis for territorial projects and the Urban Life Quality Index (IQVU) was incorporated to guide the distribution of resources.

The IQVU and the UPs ensured that neighborhoods with lower levels of infrastructure and higher poverty rates received more resources than better-off and prosperous neighborhoods. Furthermore, these mechanisms have favored the integration and coordination of PB's interventions with social programs in areas of poverty and social vulnerability. Finally, in 2006 the Digital Participatory Budgeting (Digital PB) was created to include projects that would attract the middle class.

In 2008, the candidate of the Brazilian Socialist Party (PSB), Márcio Lacerda, won the municipal elections with the support of the Workers' Party, and also with the informal support of the Brazilian Social Democratic Party (PSDB). In 2012, Lacerda (PSB) defeated the electoral coalition led by the Workers' Party, which had as its candidate Patrus Ananias, and was re-elected, this time with the explicit support of the PSDB and other conservative parties. In spite such a "gradual" change of direction, Lacerda's administrations have maintained the PB in its three modes: Regional PB, Housing PB and Digital PB. Moreover, it is essential to highlight that the "reversal of priority" was kept in the municipality's official discourse regarding PB and that various instruments created during the previous administrations, specially the UPs and the IQVU, are still applied until today.

Besides minor changes in administrative regional boundaries and an official redefinition of neighborhoods' names, the main modifications during the two Lacerda's managements regarding the PB of Belo Horizonte relate to its subordination to external planning directives. For example, the Regional Administrative Master Plans, created in 2011 expressly to guide investments in each one of the nine administrative regions, or the Roads Structure Programs (Viurbs) and the Environmental Recovery Program (Drenurbs). Accordingly to the Major's Office, all projects in the city, including those of the PB, should be designed under the goals and priorities laid out in plans and programs of this type.

After this outline of the PB of Belo Horizonte, I turn now to the analysis of its results regarding socio-spatial justice, which can also be understood as an evaluation of its capacity to promote the "right to the city" (Lefebvre, 1978). First, the Regional PB has mobilized large contingents of the population in its almost twenty years of existence: approximately 371,000 participants

(PBH, 2012). The number of participants was expressive since the first edition and the largest affluences were observed in the editions 2001/2002 (43,350 participants) and 2009/2010 (40,967 participants). It is interesting to remark that in several editions the number of participants was higher than in the PB of Porto Alegre (Wampler and Avritzer, 2004).

Furthermore, 322,636 participants have chosen nineteen public works over the three editions of the Digital PB and between 1996 and 2013/2014 more than 36,000 have deliberated the construction of 6,668 house unities within the scope of the Housing PB (PBH, 2012). Regard to the participation, the PB of Belo Horizonte combines the participation of associations and entities with the participation of individual citizens, contemplating, thus, a significant contingent of people not incorporated into associative movements (Boschi, 2005). The Table 1 below presents the data on participation in each edition of the Regional PB.

Table 1
Participation Regional PB (1994-2012)

PB Edition	Participation
1994	15.216
1995	26.823
1996	38.508
1997	33.695
1998	20.678
1999/2000	22.238
2001/2002	43.350
2003/2004	30.479
2005/2006	38.302
2007/2008	34.693
2009/2010	40.967
2011/2012	25.871
Total	370.820

Table 1: Participation Regional PB (1994-2012)
Source: PBH, 2012.

Another important aspect is the scope and magnitude of the program that was even touted as "the biggest program of public works in the city" (Coligação BH no Rumo Certo, 2004:3). Since PB's first edition until its 2011/2012 edition, 1,394 projects were approved, which corresponds to a total amount of R$1,390,056,712 (about US$625,646,000) (PBH, 2012). The thematic areas in which were approved the largest number of projects were "infrastructure" and "urbanization of villages and slums." These two thematic areas represent 68.22% of the 1,394 projects approved between 1994 and 2011/2012 editions. The large number of projects in these two thematic areas reflects a consistent demand for basic infrastructure, as well as the huge housing deficit accumulated in the municipality. When values approved in "infrastructure" and "urbanization of villages and slums" are summed up to resources approved for "housing," 75.69% of resources approved until the PB 2005/2006 were directly

or indirectly applied on the housing issue.

Image 1: 1997/1998 Regional PB's Public Work in "urbanization of villages and slums", **Vila Cafezal, Belo Horizonte**
Source: PBH, 2014. Prepared by the author.

Since the PB of Belo Horizonte aims at redistributing public resources, an evaluation of it should include an analysis of where resources are spent within the municipality. In this regard, large percentages of investments have been spent in poor neighborhoods around all regions of the city. This reflects PB's criteria for distribution of resources and indicates a strong commitment to the "reversal of priority" guideline. Most of these criteria came into force only in the 2001/2002 edition, such as the UPs and the IQVU, but scholars like Somarriba (2001) and Wampler (2007) demonstrate that there was an effective change of priorities in municipal investments from 1993 on.

Pires (2004) notes that in the PB 2001/2002, with the introduction of new criteria, the UPs with greater infrastructural shortages received five times more resources and approved 2.5 times more projects in relation to better-off UPs. Similar pattern of distribution of resources can be checked regarding 2003/2004 and 2005/2006 editions. Thus, 56.00% of the 2003/2004 ventures were approved into areas classified as Priority Areas for Social Inclusion. This percentage is even higher in the 2005/2006 edition, when 60.60% of the projects were

approved into these areas. As Table 2 shows, this trend remains until nowadays and the articulation between the PB and the "reversal of priorities" guideline is even more evident when observed that the population inhabiting in shantytowns and slums (most of them classified as Priority Areas for Social Inclusion) represents approximately 19.0% of the total population of Belo Horizonte (Urbel/PBH, 2012).

Table 2
Regional PB's Projects Approved in Shantytowns and Slums, and in Priority Areas for Social Inclusion (1994-2012)

PB	Shantytowns and Slums (%)	Priority Areas for Social Inclusion (%)
1994	33,33	-
1995	31,33	-
1996	35,56	-
1997	38,00	-
1998	32,35	-
1999/2000	35,71	-
2001/2002	30,06	-
2003/2004	36,84	56,00
2005/2006	37,61	60,60
2007/2008	33,65	49,90
2009/2010	41,28	51,38
2011/2012	38,23	56,90
Average	35,33	54,95

Table 2 :Regional PB's Projects Approved in Shantytowns and Slums, and in Priority Areas for Social Inclusion (1994-2012)

Source: PBH, 2012. Prepared by the author.

In short, the data presented above support the understanding that despite some limitations the PB of Belo Horizonte has instituted new forms of urban management in the city. The figures indicate that the PB of Belo Horizonte has indeed concentrated spending in the poorer regions of the municipality. Within the program scope, lower-income neighbourhoods have received more municipal resources than they had traditionally received. Besides, they have received more resources than middle- and upper-income neighbourhoods. The PB of Belo Horizonte has had a redistributive effect, which would be considered a compelling evidence that it has been promoting social justice in the city. Furthermore, as Wampler (2007:36) remarks, all this have happened by allowing the urban poor to decide how to spend public resources in their neighbourhoods.

However, if, at a first glance, the PB of Belo Horizonte seems to work quite well, when considering the progression of social problems directly aimed by the program, for instance, the housing shortage, the matter becomes a little bit blurrier. In this respect, among the 630,626 households existent in the city in 2000, there was a consolidated housing deficit that exceeded 188,000 house unities (30,5%) (IBGE, 2000; PBH, 2000). Much of this housing

deficit was due to inadequacies of the existing housing stock, which means that the largest proportion of the deficit was concentrated in areas such as shantytowns, slums, illegal buildings, and squatter camps. If, on one side, the investment pattern of PB has clearly prioritized these areas, on the other, its failure to address the housing problem is clear. An example of this is the "cautious" dimension of the Housing PB that between 1996 and 2013 has delivered only 3,211 of the almost 7,000 house unities approved at the program (PBH, 2012). This is not much in view of the huge deficit existent in the city.

Another reason for a more nuanced assessment of the results of the PB of Belo Horizonte relates to the amount of resources allocated to the program in comparison to other public works carried out in the city. For example, the 2007/2008 edition featured around R$100 million (almost US$45 million), a record amount in the history of the program until then. However, only in the year 2007 more than R$600 million (almost US$269 million), coming from various levels of government, were allocated for other public interventions in the city, most of which involved housing removals.

Several families were evicted from their houses from the 2000s on in reason of public interventions like opening of highways or widening of main existent avenues.[5] Certainly most of these public works, and the evictions enrolled in them, relate to big projects and large interventions in the city, and were not deliberated through popular participation. This trend has been exacerbated during the two Lacerda's administrations and it seems to reach a climax with public works for the 2014 FIFA World Cup. Moreover, compensations for evictions are often low and, as a result, several families resettle themselves in peripheral areas of the city, and, increasingly, in contiguous municipalities of the metropolitan agglomeration. These recent evictions might find precedents only in brutal practices of slum clearance during the military dictatorship, when more than 44,000 families were evicted over a period of twelve years (Guimarães, 1991).

These dynamics seems to be out of reach for programs like PB. As Wampler (2007:51) suggests, when PB works well, it affects the lives of lower-income individuals and communities. However, how can PB positively affect the lives of lower-income families if they are evicted from their houses towards fast-growing metropolitan peripheries while their entire neighbourhoods are bulldozed?

Several limitations reduce PB's overall impact on social-spatial justice. These limitations suggest that "participatory budgeting programs have a moderate capacity to challenge social and political exclusion while promoting social justice. Participatory budgeting programs are an important step toward political inclusion and greater social justice, but they are by no means a magic bullet" (Wampler, 2007:51). Surely, the key point is not that PB is going to

5 For instance, only for the extension of the Pedro Segundo Avenue more than 2,400 families were removed, i.e., all the 9,000 residents of the Vila São José. The widening of the Antônio Carlos Avenue resettled about 736 families. In 2006, during the construction of the Linha Verde at the Cristiano Machado Avenue near 900 families, living in over five slums, were dispossessed from their houses (Franco, 2007:245; Lopes, 2010:92).

solve all the social evils. Perhaps the question at stake here is that PB has been conciliated with wide-ranging developments taking place in the city, which have dire consequences for city's poorer inhabitants and for local democracy.

Conclusion

The "reversal of priorities" and the promises of innovative local institutions committed to socio-spatial justice and democracy have guided and nourished much of the thinking and the hopes of the left in Brazil and in the world throughout the 1990s to the present day. Whatever the case, the "reversal of priorities" guideline and PB were and still are a strong reference for the left. Moreover, the debates about PB has sustained robust interpretations on the field of counter-hegemonic theories of democracy (Santos & Avritzer, 2005; Santos, 2005; Wright & Fung, 2003; Wright, 2010; Wagner, 2012).

However, since its birth around two and a half decades ago, PB has undergone toward two interwoven attenuations. The first and most obvious of theses attenuations relates to PB diffusion around the world as a "best practice" via institutions such as the World Bank. Santos and Avritzer (2005) argued that we must strengthen "demodiversity" and that it should take place by transnational articulations between different local experiments in participatory democracy or between those local experiments and transnational movements and organizations interested in the promotion of participatory democracy. These authors understood the Brazilian experience on PB and its expansion overseas as optimistic elements in that direction. Nevertheless, how to interpret the contemporary global diffusion of PB when transnational articulations come through institutions like the World Bank? As I said before, the process of diffusion of PB via the World Bank has coldly downscaled PB's main goals towards corruption fighting, political accountability and transparency. In this sense, Goldfrank says "the open, informal, deliberative design pioneered by Porto Alegre seems to be out of fashion" (Goldfrank, 2007:66). What is more, these changes have dissociated PB from any emancipatory horizon and dislocated PB away from counter-hegemonic practices, which implies questioning whether PB is still strengthening "demodiversity" (Santos & Avritzer, 2005). At the end of the day, whereas previously the World Bank advocated for a unique and universal model of democracy, namely liberal democracy, nowadays this institution broadened its focus and it is in charge of PB's "diverse" globalization.

PB's second attenuation should be considered even eviler. It relates to PB's incapacity to support social-spatial justice and democracy over time, even when it has been a main concern or ambition to be achieved. When discussing the possibilities of opening up the democratic canon, Santos and Avritzer (2005) warned us that the dangers of perversion and co-optation are also entailed in participatory democracy. Although it is seldom interpreted in this light, these perils seem to be gaining concretion nowadays in participatory practices such as PB. Moreover, as I discussed above, this is the case even amongst most exemplary

experiences, such as the Brazilian one. In this sense, PB's second attenuation it is actually less an attenuation than a "failure." A "failure" in promoting "the right to the city" for the city's poorer inhabitants and in deepening democracy.

Unfortunately, the PB of Belo Horizonte seems to represent well this "failure." The policies developed in the city of Belo Horizonte have resulted in the recognition of the city as it really exists, and, as Maricato and Tanaka (2006) suggest, this recognition was a kind of "urban literacy" for public administrations. The PB is an important aspect of these policies, and of the notion of participative urban planning behind them. Nevertheless, if the "reversal of priorities" guideline and the PB keep on until nowadays, at the same time, both have lost centrality for competitive strategies of city growth. Actually, they have been conciliated to big real estate operations and to strategies of city promotion and competitive insertion into global markets.

As I showed above, this process has began already during the Workers' Party governments, taking stronger contours during the administration of Fernando Pimentel, and reaching its completeness phase during Lacerda's governments. The recent public works for the 2014 FIFA World Cup are a unique moment of it all. In this case, public resources, certainly applied without popular deliberation, are infinitely superior to those allocated to PB. Moreover, these interventions are displacing countless families and increasing the socio-spatial inequality historically existent in the city. In the meantime, the PB of Belo Horizonte continues working... and PB continues its way throughout the world. Perhaps without PB's "failure" in its birthplaces, its global circulation would not be widely embraced as it is nowadays. If "another world is (still) possible", it seems to have less and less to do with current PB experiments in Brazil or anywhere else.

References

Abers, R. (2000), *Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil*. Lynne Rienner Publishers, London.

Alves, M. and Allegretti, G. (2012), "(In)stability, a key element to understand participatory budgeting: Discussing Portuguese cases." *Journal of Public Deliberation*: 8(2), Article 3.

Appadurai, A. (1993), "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy." *in* S. During (org.), *The Cultural Studies Reader*, London: Routledge, 220-232.

Avritzer, Leonardo (2002), *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

Baierle, Sérgio (1998), "The Explosion of Citizenship: The Emergence of a New Ethical-Political Principle in Popular Movements in Porto Alegre, Brazil." *in* Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, and Arturo Escobar (orgs.). *Cultures of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin*

American Social Movements, Boulder, CO, Westview Press, 118-140.

Baierle, Sérgio (2007), *Urban Struggles in Porto Alegre: between Political Revolution and Transformism*. ONG Cidade, Porto Alegre.

Baiocchi, G. (2001), "Participation,Activism, and Politics: The Porto Alegre Experiment and Deliberative Democratic Theory." *Politics and Society*, 29(1), 43–72.

Boschi, R. (2005), "Modelos participativos de políticas públicas: os orçamentos participativos de Belo Horizonte e Salvador". In S. Azevedo and R. Fernandes (Orgs.). *Orçamento Participativo. Construindo a democracia*. Rio de Janeiro, Revan: 179-196.

Cabannes, Y. (2006), "Les budgets participatifs en Amérique Latine," *Mouvements*. 47, 128–38.

Cassen, B. (1998), "Une expérience exemplaire au Brésil Démocratie participative à Porto Alegre," *Le Monde diplomatique*, August,3.

Chavez, D. (2008), "The Watering Down of Participatory Budgeting and People Power in Porto Alegre, Brazil," *Participatory Learning and Action*, 58 (June): 57-60.

Coligação BH No Rumo Certo. (2004). *Plano de Governo – BH no Século XXI. A Cidade no Rumo Certo.* Belo Horizonte. (mimeo)

Fedozzi, L. (1999), *Orçamento participativo. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Tomo, Porto Alegre.

Fernandes, E. (1999), A regularização de favelas no Brasil: problemas e perspectivas. In Nelson Saule Jr. (Org.). *Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo. Ed. Max Limonad.

Fernandes, E. (org.) (2001), *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey.

Fölscher, A. (2007), "Participatory Budgeting in Asia," In Anwar Shah (Ed.), *Participatory Budgeting*. Washington, DC, World Bank Institute.

Franco, S. (2007), A democracia, o socialismo e o urbano: reflexões a partir da experiência dos governos das frentes de esquerda na cidade de Belo Horizonte. *Dissertação de Mestrado em Ciência Política*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Ganuza, E.; Baiocchi, G. (2012), "The Power of Ambiguity: How Participatory Budgeting Travels the Globe," *Journal of Public Deliberation*, 8(2), Article 8.

Gilman, H. (2012), The Participatory Turn: Participatory Budgeting Comes to America. *PhD Dissertation on Philosophy*. Harvard University.

Goldfrank, B. (2007), "Lessons from Latin American Experience in Participatory Budgeting," *in* Anwar Shah (org.), *Participatory Budgeting*. Washington, DC, World Bank Institute, 91-127.

Goldfrank, B. (2012), "The World Bank and the Globalization of Participatory Budgeting," *Journal of Public Deliberation*, 8(2), Article 7.

Grazia De Grazia, A.C., Torres R. (2003), *Experiências de Orçamento Participativo no Brasil*. Vozes, Porto Alegre.

Guimarães, B. (1991), *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. (2000), *Censo Demográfico 2000*.

Latour, B. (1987), *Science in Action*. Cambridge, Harvard University Press.

Lefebvre, H. (1978), *El Derecho a la Ciudad*. Barcelona: Península.

Lopes, E. (2010), O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte. *Dissertação de Mestrado em Geografia*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Maricato, E.; Tanaka, G. (2006), "O planejamento urbano e a questão fundiária. O futuro das metrópoles. Caos e exclusão social? Ciência Hoje". *Revista de divulgação científica da SBPC*. 38(227), 16-24.

PBH – Prefeitura Municipal De Belo Horizonte (2000), *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

PBH – Prefeitura Municipal De Belo Horizonte (2008), *Planejamento e Desenvolvimento Urbano – Instrumento de Planejamento Urbano. Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU Série Histórica*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento. Available at: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade. Accessed: 23 April 2014.

PBH – Prefeitura Municipal De Belo Horizonte (2012), *Plano Regional de Empreendimentos do Orçamento Participativo 2013/2014*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral/Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral/Secretaria Municipal de Coordenação de Gestão Regional/Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental/Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social/Coordenação da Participação Popular/Gerência do Orçamento Participativo.

PBH – Prefeitura Municipal De Belo Horizonte (2014), *População decide destinação de recursos*. Belo Horizonte: Urbel. http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8176&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&. Accessed: 23 April 2014.

Pires, R. (2004), "O orçamento participativo e seus efeitos distributivos sobre a exclusão territorial". *Curso de Gestão Urbana e de Cidades*. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro/WBI/LILP/ESAF/IPEA. Belo Horizonte, dezembro.

Porto De Oliveira, O. (2013), "Do ponto de virada à difusão massiva: mecanismos de internacionalização do Orçamento Participativo" Paper presented at the *VII Congreso de CEISAL*, O Porto, Portugal, Junio: 12–13.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2005), *Democratizing democracy. Beyond the liberal democratic canon*. London/New York, Verso.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2005), "Opening Up the Cânon of Democracy," in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizing democracy. Beyond the liberal democratic canon*. London: Verso, xxxiv-lxxiv.

Shah, Anwar (org.) (2007), *Participatory Budgeting*. Washington, DC:World Bank Institute.

Shall, A. (2007), "Sub-Saharan Africa's Experience with Participatory Budgeting." *in* Anwar Shah (org.), *Participatory Budgeting*. Washington, DC, World Bank Institute, 191-223.

Sintomer, Y., Herzberg, C. and Röcke A. (orgs.) (2005), *Participatory budgets in a European comparative approach*. Centre Marc Bloch/Hans-Böckler-Stiftung/Humboldt-Universität, Berlin. Available at: http://www.buergerhaushalt-europa.de. Accessed on 20 July 2014.

Sintomer, Y., Herzberg, C. and Röcke A. (2010), "Learning from the South: Participatory Budgeting Worldwide – an Invitation to Global Cooperation," *Dialog Global*, 25. Bonn, Capacity Building International, Germany/Service Agency Communities in One World (December).

Somarriba, M. (2001), "Orçamento participativo: descentralização e democratização do poder local," in Edésio Fernandes (Org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 459-560.

Souza, A de. (2010), *A metamorphose do Orçamento Participativo: Uma análise da Transição Política em Porto Alegre (1990-2009).* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade de Brasília.

Souza, M. (2000), "O orçamento participativo e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa." *Terra Livre*, 15: 39-58.

Souza, M. (2002), *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Spada, P. (2010), "Political Competition and the Diffusion of Policy Innovations in Local Government: the Case of Participatory Budgeting in Brazil". Paper presented at the *Meeting of the Latin American Studies Association*, Toronto, Canada.

URBEL/PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. (2012), Relatório Diretoria de Planejamento da Urbel. Available at: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh. Accessed on 20 April 2014.

Wampler, B. (2004), "The Diffusions of Participatory Budgeting across Brazil." Paper presented at the annual *Meeting of the Latin America Studies Association*, Las Vegas, October: 7–9.

Wampler, B. (2005), "The Spread of Participatory Democracy in Brazil: From Radical Democracy to Participatory Good Government," *Journal of Latin American Urban Studies*, 7 (Fall 2005/Winter 2006): 37–52.

Wampler, B. (2007), "A Guide to Participatory Budgeting" in Anwar Shah (Ed.), *Participatory Budgeting*. Washington, DC, World Bank Institute.

Wampler, B. and Avritzer, L. (2004), "Participatory Publics: Civil Society and New Institutions in Democratic Brazil." *Comparative Politics*, 36 (3): 291–312.

Wagner, P. (2012), *Modernity. Understanding the present*. Cambridge: Polity Press.

Wright, E. O. (2010), *Envisioning Real Utopias*. London/New York: Verso.

Wright, E. O.; Fung, A. (2003), *Deepening Democracy: institutional innovations in empowered participatory governance*. London: Verso.

EFAs: UN ESPACIO DE RESISTENCIA AL DESARROLLISMO, DE BÚSQUEDA Y CO-CONSTRUCCIÓN DE ALTERNATIVAS EMANCIPATORIAS

Paola Griggio,
Marcela Castro,
Magdalena Abt Giubergia
Lía Zottola.[1]

Resumen

Las Escuelas de la Familia Agrícola (EFAs) de Santiago del Estero, Argentina forman jóvenes rurales en educación en alternancia. Se proponen favorecer y propiciar el arraigo a la comunidad; valorar su cultura; generar espacios educativos-productivos inclusivos y autónomos. Revalorizando el diálogo de saberes populares con los académicos. Se analizan desafíos en su búsqueda por la emancipación; relacionados con los cambios en el sistema educativo y el modelo productivo hegemónico del país que generan tensiones en sus principios. Se concluye, que las EFAs se encuentran condicionadas por un modelo de desarrollo que demanda un espacio rural sin producción familiar; pero es su diseño lo que permite espacios de resistencia al desarrollismo; interpelando a diversos actores sociales, creando y recreando redes. Revalorizando y construyendo formas locales de desarrollo; de búsqueda y construcción de alternativas emancipatorias.

Palabras claves: Resistencia- Desarrollismo- Educación en alternancia- jóvenes - Emancipación.

Abstract

Agricultural Family Schools (EFAs) of Santiago del Estero, Argentina, provide alternance training for rural youth. They promote the development of cultural roots of the community and the creation of inclusive and autonomous educational-productive spaces. Popular wisdom is put into dialogue with academic knowledge. There is an analysis of the difficulties in their search for emancipation: the changes in the educational system and in the hegemonic production model of the country causes tensions with their principles. Although EFAs are conditioned by a model of development that excludes rural family production, it is their design that allows the resistance to developmentalism by creating networks and appealing to members of society. Local ways of development are valued and emancipatory alternatives are generated.

Keywords: Resistance-Development-Alternance training-Youth-Emancipation

---

1 Dra. Lía Zótola. Docente e investigadora de la Cátedra de Psicología Social. Dra. en Psicología.Investigadora post-doctoral del CES (Coimbra).Directora del proyecto: Cuestiones socioambientales relacionados a los procesos de la vida de los campesinos: identidades colectivas – territorialidad – desarrollo integral. CITSE-CONICET-UNSE; Paola Griggio. Educadora para la Salud. CONICET. UNSE; Marcela Castro. Psicóloga. Profesora de la UNC; María Magdalena Abt Giubergia. Ingeniera Forestal. Facultad de Ciencias Forestales Instituto de Silvicultura y Manejo. Profesora de la UNSE.

Introducción

Este trabajo se enmarca en el proyecto de investigación titulado: "Cuestiones socioambientales relacionados a los procesos de la vida de los campesinos: identidades colectivas – territorialidad – desarrollo integral". Financiado por CITSE- Universidad Nacional de Santiago del Estero- y dirigido por la Doctora Lía Zóttola.[2] En el mismo se abordan las problemáticas que se suceden en el ámbito rural y que impactan en las comunidades campesinas de Santiago del Estero. A través de una investigación multidisciplinar de tipo exploratorio-descriptivo con metodología sostenida por la investigación participativa; donde se propone indagar sobre cómo los procesos de desarrollos productivos van generando movimientos territoriales que trascienden lo material; dinamizando los espacios vitales; surgiendo nuevos proyectos con nuevas lógicas de vida; otras formas de economía familiar y significados existenciales diversos para la población rural.

Este informe tiene como objetivo presentar uno de los contextos de indagación que se da en el ámbito educativo y en un tipo particular de escuela como son las Escuelas de la Familia Agrícola (EFAs). Se intentará reflexionar acerca de los desafíos, interpelaciones y encrucijadas, en la que se encuentran éstas ante el avance y consolidación del modelo de desarrollo capitalista.

Contextualización histórica y sociocultural

Santiago del Estero es una sociedad tradicional con escaso desarrollo industrial. Concentra poco más de 800.000 habitantes, de los cuales el 34% reside en zonas rurales, convirtiéndose en la provincia menos urbanizada de todo el país. En sintonía con estos datos, el sector agropecuario ha jugado y sigue jugando un papel económico importante, ya que ocupa el segundo lugar, luego del sector de servicios, en cuanto a la generación del producto bruto interno. A su vez, el sector campesino resulta mayoritario en la composición de la estructura agraria (De Dios, 2010).

La cultura santiagueña, es el resultado de una densa hibridación entre las tradiciones aborígenes originarias y la cultura europea impuesta por los españoles. Ejemplo de esta persistencia aborigen en la cultura es el mantenimiento del lenguaje quichua en una variedad del quechua sureño, el cual se sigue empleando en 14 de los 27 departamentos de la provincia.

La vida cotidiana de la población rural que denominamos campesinos, se desarrolla dentro de los bosques nativos, en ellos crían animales y poseen un sistema de producción diversificado dirigido al consumo familiar o a la comercialización para la subsistencia; aprovechando la diversidad de su ambiente, recurriendo como estrategia fundamental la complementariedad de las actividades productivas.

2 Para consultar sobre el proyecto general: www.unse.edu.ar

Estas familias se caracterizan por vivir en condiciones precarias en relación a la tenencia de la tierra y producen en condiciones de escasez de agua y capital financiero. El trabajo se realiza con mano de obra familiar, incluyendo la migración temporaria de algunos integrantes, hacia otras regiones del país como parte de sus estrategias de vida. Integran comunidades con identidad propia, haciendo uso tradicional comunitario de la tierra y demás bienes naturales.

Desde la década de 1970 se empezó a operar un cambio en Argentina que modificará su estructura social y económica, así como su configuración territorial; se trata de una gran transformación en las territorialidades, principalmente en el espacio agro-rural.

Santiago del Estero no ha escapado a tales procesos, generando cambios en las estructuras sociales presentes y en los modelos de producción posibles de concretarse, producto de la expansión de los agronegocios como modelo productivo hegemónico; desplegando en los mundos rurales una racionalidad productiva que instaura territorialidades excluyentes, entrando en conflicto con otras formas de territorialización, como aquellas que –entre otras– desarrollan las agriculturas familiares y las comunidades originarias.

Estos procesos generan una reconfiguración de los territorios, las identidades y los estilos de vida de miles de familias en la región. Por otro lado, se encuentran espacios de resistencia, expresados en la permanencia de estilos productivos alternativos, "en la cada vez mayor organización de los sectores campesinos y en la emergencia de narrativas y posturas disidentes desde diversas instituciones y sectores urbanos". (Domínguez, 2006:239)

Contextualización sobre el sistema educativo nacional y su acompañamiento a las políticas y modelos económicos

Tres flagelos asediaron a la educación a partir del golpe militar de 1976; la represión dictatorial, el desastre económico social y la política neoliberal. Estos factores sumados produjeron la situación más grave vivida en cien años de educación pública en la Argentina, expulsaron abruptamente del sistema educativo a los nuevos pobres y aumentaron los problemas endémicos, como la deserción escolar y la repitencia.

Durante el gobierno menemista las políticas educativas se ajustaron exactamente a las directivas del Banco Mundial y su programa económico neoliberal. Disminuyendo la responsabilidad del Estado como financiador y proveedor de educación pública; arancelando la educación, reduciendo el sistema de educación pública tendiendo a su privatización; restringiendo social y territorialmente la extensión del servicio de educación pública.

La Ley Federal de Educación, sancionada en 1994 introdujo cambios en la capacitación laboral con el objetivo de dar salida a los jóvenes hacia el mercado de trabajo, pero subordinado la capacitación a los intereses empresariales inmediatos, convirtiendo las escuelas en una bolsa de trabajo abaratado, profundizó las diferencias entre las jurisdicciones y las tendencias a la fragmentación del sistema; agudizó los irresueltos problemas del federalismo; deslegitimó el

saber de los docentes frente al saber de los expertos y colocó a los estudiantes en condición de pobreza en el lugar de sujetos asistidos. (Puiggrós, 1996:198)

Haciendo una breve digresión conviene recordar que estas políticas, particularmente las tendencias privatizadoras no se cuestionan la existencia del sistema educativo, por el contrario, como señala Antonio Viñao (2002), las políticas neoliberales necesitan del Estado y también de los sistemas nacionales de educación, los precisan hasta el punto de apropiarse de ellos, de "patrimonializarlos" y utilizarlos de un modo favorable a los intereses a corto plazo, de las clases o grupos sociales que se benefician de dichas políticas.

La legislación constituyó el instrumento privilegiado para orientar las políticas educativas del período 2003-2007. En el año, 2006 se aprobó la ley de Educación Nacional, que tuvo como objetivo resolver problemas de fragmentación y desigualdad que afectan a la estructura del sistema educativo, y que se agravaron por los procesos de descentralización durante la década anterior.

En un primer momento a través de las leyes se buscó paliar algunas de las consecuencias más nefastas de la implementación de la Ley Federal de Educación. Sin embargo, la legislación evidencia tanto elementos de ruptura como continuidades con lo establecido en la reforma de la década de los 90´. Estas tendencias encontradas se expresan tanto en el proceso previo a la definición de la ley como en su articulado final.

Por último, uno de los temas a nuestro juicio más sensibles, es el haber sostenido la concepción de que todas las escuelas son "públicas", centrando las diferencias en la gestión: estatal o privada (Feldfeber, 2003). Sobre la base de esa definición, se incorporan dos nuevos tipos de gestión: las escuelas de gestión social y cooperativa, reconociendo de este modo las experiencias educativas que desde la crisis están desarrollando distintas organizaciones de la sociedad, incluidos los nuevos movimientos sociales (Gluz, 2009).

Las políticas sociales y educativas, a partir del año 2003, se proponen desde un discurso fundado en el derecho ciudadano, construir modelos más integrales de intervención. No obstante; los desarrollos del período no han transformado ciertos aspectos básicos de la política educativa de los 90´ como la redefinición de la educación pública; los mecanismos de control que acompañan las intervenciones hacia los sectores en condición de pobreza; la efectivización de los principios estipulados en algunas leyes; o las dificultades para construir un verdadero federalismo sin por ello renunciar a la unidad nacional. (Feldfeber y Gluz, 2011:17)

Para concluir este apartado podemos afirmar que las EFAs como instituciones educativas están atravesadas, no solo por vicisitudes que atravesaron las políticas públicas en educación, como señalábamos anteriormente; sino que además, se encuentran fuertemente condicionadas por las condiciones socioproductivas agropecuarias. Y es así que quedan atravesadas en un contexto complejo y multideterminado. Por lo que, estas escuelas que nacieron para

favorecer el arraigo de un sector social determinado y para el mantenimiento de estilos productivos familiares o comunitarios, se encuentran hoy fuertemente interpeladas no sólo por las políticas públicas educativas que regulan los contenidos curriculares a proporcionar; sino también por un modelo de desarrollo que demanda un espacio rural sin producción familiar y dominado por la lógica empresarial de gran escala agroexportadora.

Las EFAs y la pedagogía de la alternancia. Antecedentes históricos

Aunque gestadas originalmente en Europa (Francia), es en América Latina en la década del 60 donde se reproducen esas experiencias escolares. Convirtiéndose en la actualidad, en el continente que conserva la mayor cantidad de instituciones educativas con la pedagogía de la alternancia.

Este movimiento llega a la Argentina en 1959 como parte de una estrategia de desarrollo impulsado por el obispado de Reconquista (Santa Fé) quien a través del Movimiento Rural Católico, apoyó en tres puntos básicos: 1- la organización de los productores, 2- la capacitación productiva y 3- la educación a los jóvenes rurales. Para concretar la organización campesina y la formación de líderes rurales se organiza el movimiento rural (génesis de lo que serían después las ligas Agrarias) para la capacitación surge una O.N.G. denominada Instituto de cultura popular (INCUPO) y para la juventud, se gesta la propuesta de las EFAs.[3]

Es recién en 1970 que se materializó la primera EFA del país en Moussy, Reconquista, provincia de Santa Fé. A la vez que se creó la primera escuela se organizó la Asociación de Promoción de las Escuelas de la Familia Agrícola (APEFA), para coordinar, promocionar y asesorar a la nueva experiencia, y que entre otras acciones, mantiene vinculaciones con organizaciones internacionales de Escuelas con Alternancia. [4] En sus inicios las EFAs fueron instituciones que ofrecían capacitación formal en disciplinas básicas y de oficios para jóvenes de entre 15 y 20 años. Con los años, la necesidad de titular a estos jóvenes, movilizó a la organización a realizar gestiones ante los organismos gubernamentales para obtener títulos de validez nacional. Se optó por la gestión privada, para mantener el control sobre la organización de los planes de estudios. Este marco legal, permitió además que la conducción de los centros educativos estuviera a cargo de un grupo de padres.

En la actualidad las EFAs son escuelas de gestión privada y su consejo de administración está compuesto por los padres de los alumnos. Las funciones de este Consejo; también llamado Comisión de Padres; es la puesta en marcha de la propuesta escolar y además son,

3 Con respecto a Las Ligas agrarias y con necesidad de retomar algunas ideas para contextualizar como estas atraviesan la creación de las Efas podemos decir que las ligas se establecieron y proliferaron en varias provincias Argentinas (en Chaco, Santa Fe, Formosa, Misiones, Entre Ríos y Corrientes) a comienzos de la década del 70, convirtiéndose en una fuerza política significativa que representó cerca de 45.000 familias campesinas. (Stolen, 2004).
La forma de organización de las Ligas agrarias de alguna manera refleja la estructura que sostienen las EFAs, donde la familia y la comunidad son el centro de los procesos y donde la desnaturalización y problematización de lo cotidiano se usa como una metodología de afrontamiento de la realidad en busca de soluciones colectivas y colaborativas. El golpe de estado de 1976 desbastó y destruyó completamente esta forma de organización, los líderes algunos fueron asesinados, otros presos, exiliados.

4 APEFA es una asociación que nuclea a todas las EFAs de Argentina.

los encargados de la estructura organizativa y de contratar la planta docente. Ésta tiene un representante legal, que puede ser algún padre o persona vinculada a la escuela.

Las responsabilidades jurídicas, económicas y pedagógicas de la comisión van desde asegurar las condiciones edilicias y de equipamiento; hasta generar las articulaciones políticas -para integrar la escuela a la comunidad y relacionarla con otras instituciones de la zona y la región-. Y por último, dentro de las pedagógicas, deben participar en la toma de decisiones sobre la definición curricular en conjunto con el equipo docente.

El rasgo distintivo que tienen las EFAs es la Pedagogía de Alternancia, que es definido desde estas escuelas como: una continuidad educativa en discontinuidad de situaciones. En ellas el tiempo escolar se encuentra dividido en un periodo que los estudiantes permanecen en la escuela (albergues) y otro periodo igual transcurre en sus comunidades.[5] Las modalidades varían según las necesidades y posibilidades de los centros educativos.

En Argentina existen unas 65 escuelas con esta modalidad y Santiago del Estero cuenta con cinco EFAs, ubicadas en las localidades de Atamisqui; Avellaneda; Forres; Garza y Villa Alpina. Cada una de ellas tiene un perfil diferente, dependiendo de las características de los alumnos que asisten y las particularidades agroecológicas de la región. Nuestra inserción se produce en dos de las Efas: Atamisqui y Garza.

Pedagogía de la alternancia, la Educación Permanente y la Vida Cotidiana en las Escuelas Familiares Agrícolas

Entre sus principios pedagógicos se considera: la evaluación desde la propia realidad y del contexto al cual pertenecen los alumnos; la cultura local y el territorio constituyen el contenido educativo. La alternancia educativa es un encuentro con el medio, con la realidad, con el territorio y al mismo tiempo un despegue reflexivo con lo real. En este esquema las familias cumplen un rol fundamental, siendo parte activa del proceso educativo.

El saber familiar es el primer elemento para trabajar en la escuela. Así como también se discute con las mismas la línea pedagógica a seguir; potenciando el compromiso con las familias co-construyendo otro modelo de educación.

En los programas de las materias se pueden ver algunos de los instrumentos que se esgrimen en la pedagogía de la alternancia: el plan de búsqueda el cuaderno de realidad, los trabajos de estadía, la revisión semanal. Además, también se implementan los proyectos, el boletín de seguimiento, los perfiles personales y visitas a las familias. [6]

5 Las EFAs con las que trabajamos tienen una alternancia 15/15. Por lo cual los alumnos están 15 días en la escuela y 15 días en sus casas.

6 El “Plan de Búsqueda” de cada estudiante, remite a una tarea grupal y la responsabilidad como ejercicio de la vida democrática interna. Empieza por las demandas reales del medio del estudiante y sus familias, y pone en situación de diálogo los saberes populares con los académicos.

La Educación Permanente como un concepto que no sólo abarca la totalidad de la vida de la persona, sino también tiene en cuenta todas las dimensiones del ser humano. Tanto es así que la Educación Permanente no era ni es algo artificioso que se hace para adornar mejor la pedagogía de la alternancia. La Educación Permanente en las EFAs es la puesta en práctica de todas las acciones y los propósitos que llevan a dar respuestas específicas a los problemas concretos, no sólo de los alumnos, y de toda la población rural que participa y se implica en procesos de desarrollo profesional, económico, social, cultural, etc.

Como cualquiera comunidad educativa, las escuelas agrícolas se caracterizan por su dinámica educativa permanente. No solo se está enseñando-aprendiendo durante las horas cátedras y en el aula sino fundamentalmente en su vida cotidiana, en sus relaciones sociales y en sus actividades extra áulicas.

El día comienza a las 06 AM, la escuela se organiza internamente para las labores cotidianas designando para cada curso un coordinador que es quien se encarga de monitorear que los "servicios" se realicen. Los servicios son las actividades domésticas que todos los estudiantes tienen que realizar en los 15 días de permanencia. Estas actividades se sortean y van desde preparar el comedor para el desayuno, limpiar aulas, pasillos, baños, asear las habitaciones, limpiar los patios, alimentar a los animales, cuidar la huerta, cosechar. En estas actividades no hay diferencias de género "todos hacemos todo"; es al decir de una docente: "la educación en las responsabilidades" en referencia a docentes y estudiantes. [7]

Los horarios de clases son desde las 07 Am hasta las 20, son flexibles hay algunos acuerdos internos entre los docentes y los alumnos como por ejemplo no salir a los recreos y terminar la clase antes.

A diferencia de la mayoría de la escuela o colegios, las sanciones disciplinarias no están relacionadas con amonestaciones. El proceso de evaluación es constante y no solo es llevada a cabo por los docentes y autoridades sino se la realiza al fin de cada estadía por los jóvenes, debatiendo sobre algunos ejes puntuales como las metodologías de las clases preparadas por los profesores, las coordinaciones de los responsables de turno, los temas trabajados, la comida, y la convivencia entre ellos. A esta modalidad se la llama Revisión semanal.

Educación emancipatoria, un espacio para la valorización de saberes

Como fue expuesto anteriormente, además de ser especialmente diseñada en su organización y manejo para que los jóvenes del campo pudiesen asistir a la escuela y seguir apoyando la producción familiar, las escuelas asumían una posición ideológica y política muy clara. Tal como es remarcado por Southwell (2009), estaban destinadas a apoyar las posibilidades de estudios secundarios a los jóvenes campesinos pero estimulando -a la vez- estrategias de la vida rural, fortaleciendo el arraigo, la valoración y el mejoramiento de ese medio rural.

7 Los servicios los realizan mayoritariamente los alumnos y apoyan los encargados de permanencia.

Las fuentes políticas en las que estas experiencias abrevan fueron diversas. Desde propuestas de educación popular, extensionismo y militancia social de base, hasta más recientemente, vinculadas con políticas focalizadoras y organismos públicos de desarrollo rural como con la Iglesia Católica.

La organización de la que la escuela forma parte se propone valorar la variada riqueza cultural, y darle valor educativo a ese acervo cultural regional tradicionalmente poco estimado por el modelo educativo más difundido. Así mismo, se plantea el compromiso de docentes y alumnos de analizar la realidad en que se vive, colaborando con el enriquecimiento de la comunidad; se retoman aquí algunos principios de la pedagogía freireana, en relación a la importancia de superar la antinomia educando-educador, saber popular-saber científico.

Se promueve entonces, una educación en base al diálogo y a la participación activa; durante la alternancia en familia los jóvenes deben problematizar su realidad y diagnosticar su situación, siendo estas reflexiones retomadas durante la estadía escolar, como punto de partida para desarrollar los contenidos teóricos y prácticos. Así, la cultura local y el territorio constituirían el contenido educativo. Su finalidad es favorecer el arraigo, generando espacios educativos-productivos inclusivos y autónomos. La valorización de los saberes locales pone de manifiesto en uno de los principios de alternancia que proclamaba “la vida educa y enseña”, poniendo en situación de diálogo los saberes populares con los académicos, buscando procesos sostenidos de autonomía y emancipatorios.

Las EFAs forman parte del sistema educativo “público”, se las incluyó dentro del grupo conocido como escuelas privadas, categoría que como advierte (Southwell, 2009) poco dice de la naturaleza de la escuela. Así sostiene la autora que, esta categorización de privadas –en un país con fuerte tradición de educación pública- es el modo en que ubica y expresa su excepcionalidad o particularidad, pero que no describe las características que conforman a esas instituciones.

Teniendo en cuenta que escuela privada ha remitido tradicionalmente a la modalidad en la cual los alumnos pagan un arancel por la educación que reciben; clásicamente destinadas a sectores medios y altos y/o organizadas en torno a un credo religioso, de nacionalidad o algún motivo particular. En las EFAs, el sostenimiento económico se da por participación estatal en conjunción con otro financiamiento de la sociedad civil, o de la autofinanciación que la escuela misma logra mediante la venta de productos que ellos elaboran o producen. Es decir son, impulsadas, sostenidas y reconocidas por los gobiernos jurisdiccionales e instituciones públicas.

Durante un largo tiempo, esta distinción de privadas, permitió mantener la autonomía escolar para organizar los planes de estudio conciliando, la estructura formal con las particularidades que le daban sustento y fundamento a las EFAs. Las escuelas conservan su autonomía en los aspectos jurídicos, políticos, y filosóficos, y las familias, su responsabilidad en la formación

intelectual, técnica y espiritual de sus hijos, par a par con el equipo directivo y docente.

En la actualidad estas escuelas se encuentran ante diversos desafíos que tendrán que intentar resolver en su búsqueda por la emancipación, relacionados con las exigencias de la ley de educación técnica, la productividad agrícola, y el avance tecnológico que responden a un modelo de país y visión del desarrollo que generan tensiones con los principios que sostienen las EFAs.

La escuela como territorio pluridimensional de representaciones, saberes y prácticas

El espacio escolar es el lugar donde convergen un abanico de saberes y experiencias urbanas, rurales. Así como producto de este encuentro los estudiantes generan prácticas, relaciones sociales, identidades. Exploramos como las tensiones dentro de un espacio escolar están atravesadas, por sentidos y significados marcados por lo urbano/rural que subalternizan identidades o prácticas relacionadas a los espacios cotidianos de los alumnos.

Coincidiendo con Saucedo quien plantea que en la escuela existen marcos de actuación, y que existen delimitaciones, por lo que los alumnos no pueden hacer los que se les ocurra. Y en ese contexto lo interesante es ver y poder analizar como los estudiantes “se apropian de los recursos culturales disponibles del contexto escolar para expresar su condición como jóvenes” (Saucedo, 2006:405).

Por lo que podemos afirmar recuperando a Escobar (2000) los jóvenes en el espacio escolar crean y recrean activamente sus modos de vida y sus lugares. La escuela brindaría la posibilidad de recrear la vinculación entre el lugar, la experiencia y la producción de conocimiento. En la dinámica de la EFA interactúan relativamente en armonía diversos alumnos con intereses muy diferentes, pero logrando una convivencia en un marco de cierta tolerancia y respeto.

Existen algunas prácticas que generan cierta homogeneidad, una de ella es el uso de los celulares y el acceso a redes sociales como Facebook; esta herramienta tecnológica aproxima a los jóvenes. Aunque muchos de ellos en sus comunidades de origen no pueden usar el celular por falta de señal, o de luz eléctrica.

Otra práctica es la moda, se presentan a clases con sus mejores vestimentas, suelen cambiarse en los recesos. Siendo los jóvenes del pueblo más relacionados con los urbano los que imponen los usos, algunos códigos como “lo que pega y lo que no pega”.

Pero existen otros saberes que son los productivos, los que la escuela privilegia y es ahí donde los estudiantes de las comunidades campesinas se muestran como los expertos; son los que tienen o portan la experiencia de trabajo; son los que conocen sobre cultivos; uso de herramientas, etc.; convirtiéndose en capitales que como grupo los posiciona y habilita para las interrelaciones sociales, tanto con compañeros como con los docentes.

Otro recurso muy utilizado en los horarios de clases cuando los estudiantes quieren dejar "fuera de juego" y excluir a otros de la comunicación es el uso del quichua; cuando recurren a esta estrategia comunicativa se genera un clima de mucha camaradería, de compartir un universo común al que los alumnos sobretodo del "pueblo" y los docentes que no saben quichua quedan totalmente excluidos. Es en esas interacciones cotidianas que observamos que hasta los jóvenes que en las entrevistas manifestaban no saber hablar pero entender algo del quichua, contestaban o agregaban alguna otra palabra; lo que generaba risas, cargadas, y cuando el docente percibe o pregunta "¿que han dicho?", nadie contesta; agachan la cabeza pero sigue sintiéndose de fondo risas y comentarios en vos muy baja. Los alumnos tienen que sentirse muy seguros de con quien están conversando para evidenciar lo que estuvieron hablando y traducir al castellano esa conversación, son muy pocos los profesores que acceden a este privilegio.

Las concepciones, significaciones, prácticas y experiencias de los docentes son fundamentales en los procesos educativos, sobre todo cuando se trabaja con jóvenes rurales con los que se comparte gran parte del día y diferentes espacios de socialización. Algunos de estos profesores no solo dan clases en estas escuelas sino en otras instituciones urbanas. Esto es claro cuando se indaga con respecto a temas relacionados con la vida de las familias agrícolas como el desarrollo, el campesinado, los procesos productivos, la economía, las identidades, entre otros temas en los que se reflejan con claridad las divergencias existentes entre vivir y ser del campo o vivir y ser urbano. Las lógicas de enseñanza, las planificaciones de las clases, el contenido a trabajar, y las expectativas depositadas en estos estudiantes algunas veces no coinciden con lo que en un sus principios declararon las EFAs.

Otra problemática observada es la tensión entre los profesores y el equipo interno las tensiones se dan sobretodo en las concepciones acerca de que es una EFA y sobre el perfil de los futuros egresados.[8] La función de quienes hacen la permanencia es coordinar el funcionamiento interno de la escuela; supervisar su grupo de alumnos, ayudar en las tareas escolares; coordinar los planes de búsqueda, generalmente son ex alumnos o egresados del ICAM donde se formaron en la pedagogía de la alternancia.

Existen tensiones con los docentes que sólo dan clases y se van, y que planifican sus clases sin tener en cuenta las particularidades que debe tener la formación de las EFAs y generalmente entran en desconocimiento de los principios que las EFAs tienen como institución. Se escuchan quejas sobre los programas de algunas materias que no contemplan las particularidades de la EFA o no tienen esa bajada a conocer la realidad de los alumnos sino que se imparte el programa al igual que en otras instituciones educativas.

Atrás de todas estas situaciones problemáticas se pueden visualizar diversas concepciones sobre desarrollo, los modelos de identificación: urbano/moderno/teocéntrico (monocultural diría Boaventura de Sousa Santos)/consumista que proponen algunos docentes y el contexto

8 El equipo interno son aquellas personas que tienen cargos de coordinadores o al decir de los actores se hacen cargo de la permanencia; generalmente estos cargos suelen ser ocupados ex alumnos de la institución.

extrafamiliar y como este modelo que compite con el modelo familiar campesino/"antiguo"/ pluricultural/"ecológico-naturista".

Conclusiones

En esta presentación remitimos a algunos de los aspectos generales que atraviesan los procesos y espacios de resistencia al desarrollismo, de búsqueda y co-construcción de alternativas emancipatorias en este caso particular de las Escuelas Familiares Agrícolas de Santiago del Estero.

Estas instituciones, a pesar de estar permanentemente en tensión entre homogeneización y heterogeneización; encuentran espacios para no dejar de lado sus principios institucionales y valores familiares. Nacen atravesadas por los movimientos católicos pero eligen no ser confesionales; el quichua no es parte de un saber oficial pero se habla y se recupera en las interacciones cotidianas. No son escuelas estatales pero funcionan con subsidios del estado. Privadas pero no elitistas, son escuelas que se encuentran y resisten a la avalancha de obstáculos y limites que se les presentan. Estas cuestiones tan sustanciales parecen forjar diversas formas de resistencia e insumisión en pro de sostener los valores fundacionales de las EFAs

Estas escuelas son un espacio de tensión entre el deber ser y la vida cotidiana; entre una educación normativa y una educación contextualizada que pone acento en los saberes, prácticas y maneras de vivir en el mundo de sus estudiantes, entre brindarles un título como una oportunidad laboral y brindarles herramientas para que se puedan quedar en su lugar y trabajar su tierra.

La avalancha del Desarrollo, del capitalismo y su mercado, de la mano de las políticas públicas arrasa no solo con la cultura, los saberes, los estilos de vida, las identidades colectivas que se fueron construyendo generación tras generación, sino también con el espacio de vida de estas comunidades, de su tierra, de su trabajo y de su futuro.

Estas tensiones son las que abren nuevas preguntas sobre estos escenarios particulares, sobre el rol de los actores locales, de las organizaciones, de las instituciones que intervienen en la formación de ciudadanos, donde de fondo se discute el futuro de estas comunidades campesinas, entonces nos preguntamos si las EFAs podrán ser valoradas como escenarios de lucha de resistencia política (en sentido amplio) por padres-docentes-estudiantes.

En estas reflexiones confluimos Ingenieros Forestales, Ecólogos, Educadores para la Salud y Psicólogos Socio-Comunitarios, con el propósito de generar una propuesta integradora de saberes, intereses y prácticas, que contemple los aspectos invisibilizados históricamente. Y decimos que es necesaria una mirada política, ética y crítica de la sociedad occidental actual, la adhesión no ortodoxa al materialismo dialectico, una concepción del ser humano como ser social activo y transformador, la necesidad de considerar desde las ciencias a las poblaciones

contextualizadas socio e históricamente, la urgencia de valorizar y reconocer al otro como igual y distinto al mismo tiempo, la oportunidad de construir conocimientos novedosos a través del diálogo de saberes y culturas diversos, la posibilidad de pensar y la necesidad de hacer un mundo diferente y emancipado construyendo desde y en los espacios intersticiales de las contradicciones de los modelos hegemónicos.

Compartimos con Arturo Escobar cuando se pregunta si nuestro mundo alguna vez podrá ser reconcebido y reconstruido de acuerdo a la lógica de las prácticas de la cultura, la naturaleza y la economía ¿Cuáles mundos regionales, y cuáles formas de "lo global" pueden ser imaginadas desde otras perspectivas múltiples, locales? ¿Cuáles contraestructuras pueden ser colocadas en su lugar para hacerlas viables y productivas? ¿Cuáles nociones de "política", "democracia", "desarrollo" y "economía" se necesitan para liberar la efectividad de lo local, en toda su multiplicidad y sus contradicciones? ¿Qué papel tendrán que jugar los distintos actores sociales –incluyendo las nuevas y viejas tecnologías-, de manera de crear redes sobre las cuales las múltiples formas de lo local puedan depender en su enfrentamiento con las múltiples manifestaciones de lo global?

Referencias bibliográficas

Acosta, Alberto (2010), *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la constitución del Montecristi.* Ecuador: Fundación Friedrich Ebert

Boisier, Sergio (2001), *"¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?" Consejo Departamental de Ciencia y Tecnología de Huila, Colombia*. Consultado a 05.06.2014 em http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/PDF

Bregy, Juan Carlos (2008), "El tiempo no para" FEDIAP, Argentina. Consultado a 30.05.2014 em http://www.fediap.com.ar/pdf/FEDIAP%20DESDE%20EL%20CAMPO%20N%C2%BA%2013.pdf.

Bretón Solo de Zaldivar, Victor (2006), "Glocalidad y reforma agraria ¿De nuevo el problema irresuelto de la tierra?", *Revista Iconos de Ciencias Sociales*, 24, 59-69.

De Dios, Rubén (2010), "Los campesinos santiagueños y su lucha por una sociedad diferente", in Brenda Pereyra; Pablo Vommaro (org.) *Movimientos Sociales y Derechos humanos en la Argentina.* Argentina: Ediciones CICCUS, 291-330.

De Sousa Santos, Boaventura (2006), *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*. Buenos Aires: Clacso

De Sousa Santos, Boaventura (2010), *Epistemologías del Sur.* México: Siglo XXI

Domínguez D., Lapegna P., Sabatino P. (2006), "Un futuro presente: las luchas territoriales", *Revistas* Nómadas, 24, 239-246.

Escobar, Arturo (2000), "El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿Globalización o postdesarrollo?", in Lander Edgardo (org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: Clacso, 95-115.

Feldfeber, Myriam (2003), *Estado y reforma educativa: la construcción de nuevos sentimos para la educación pública en la Argentina*. Buenos Aires: Novedades Educativas.

Feldfeber, Myriam y Gluz Norma (2011), *Las políticas educativas en Argentina: Herencia de los 90, contradicciones y tendencias de nuevo siglos*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Forni, F., Benecia R. y Neiman G. (1984), *Empleo, Estrategias de vida y Reproducción. Hogares de Santiago del Estero.* Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

García-Marirrodriga, Roberto (2009), *Formación en alternancia y desarrollo local. El movimiento educativo de los CEFFA en el mundo*. Guatemala: AIMFR y UNESCO.

Gluz, Nora (2009), "Las relaciones nación-provincias en las políticas educativas de los 90. Tensiones entre la equidad, el federalismo y los imperativos de la reforma", *Revista IICE,* 27, 99-120.

Leff, Enrique (2004), *Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Leff, Enrique (2005), ¿De quién es la naturaleza?: Sobre la reapropiación s*ocial de los recursos naturales.* México: Nueva Época

Mioni, Walter (2013), *Tierra sin mal: Aspectos jurídicos e institucionales del acceso a la tierra en Salta.* Jujuy: IPAF Región NOA, Ediciones INTA.

Miranda, Estela (2011), "Una "caja de herramientas" para el análisis de política educativa. La perspectiva de los ciclos de la política (Policy Cycle Approach*)", in* Estela Miranda; Newton Bryan (org.), (Re) *Pensar la Educación Pública. Aportes desde Argentina y Brasil.* Córdoba: Facultad de Filosofía y Humanidades/UNC, 105-126.

Puiggrós, Adriana (1996), *Qué pasó en la educación argentina desde la conquista hasta el menemismo"* Argentina: Editorial Kapeluz.

Pedró, Francesc; Puig, Irene (1998), *Las Reformas Educativas. Una perspectiva política y comparada.* Barcelona: Paidós.

Saucedo, Claudia (2006), "Estudiantes de secundarios. Sus apropiaciones de recursos culturales para crear su condición como jóvenes en la escuela", *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 29, 403-429.

Southewell, Miriam (2009), "La forma escolar desafiada: escuela media, horizontes particulares y comunidades fragmentadas". Consultado a 10.05.2014 em http://www.academia.edu./3488352/la_forma_escolar_desafios_escuela_media_horizontes_

particulares_y_comunidades_fragmentadas.

Stolen, Kristi Anne (2004), *La decencia de la desigualdad. Género y poder en el campo argentino.* Buenos Aires: Editorial Antropofagia.

Tortosa, José María (2011), *Mal desarrollo y mal vivir- Pobreza y violencia escala mundial*. Quito: Debate Constituyente. Abya-Yala.

Viñao, Antonio (2002), *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas. Continuidades y cambios.* Madrid: Ediciones Morata.

Águas no Xingu: Direitos e Deveres na Relação Inextrincável entre Humanos e a Água

Fernanda Viegas Reichardt[1]
Maria Elisa De Paula Eduardo Garavello[2]
Silvia Maria Guerra Molina[3]
Maria Victoria Ramos Ballester[4]

Resumo

A Bacia do Rio Xingu [51 milhões de hectares] pertence à mais extensa rede hidrográfica do planeta: a amazônica. O Alto Xingu [17 milhões de hectares] compreende uma área de transição entre dois biomas. Sua ocupação não indígena resultou em um mosaico fundiário. A região enfrenta disputas por riquezas, problemas relacionados ao desmatamento e ameaça à sociobiodiversidade. De um ponto de vista teórico, a *ecologia de saberes* é indispensável para que a gestão das águas do Xingu, contemple a sociodiversidade local. As águas do Xingu são, ao mesmo tempo *naturais* e humanas, porque é inextrincável a relação estabelecida entre humanos e a água. A proteção legal destas águas demanda um pluralismo epistemológico que abarque ciclo hidrológico e florestas ripárias, como também a diversidade sociocultural, com seus significados, usos e costumes. Espera-se que este estudo contribua com subsídios para a defesa de um interesse humano básicos: o acesso à água.

Palavras chave: Rio Xingu, gestão de águas, diversidade socioambiental, legislação, Brasil.

Abstract

The Xingu River Basin [51 million hectares] is among the main basins of the Amazon River Basin- the most extensive water network of the planet. The Upper Xingu Basin [17 million hectares] is in a transition area between two different biomes. The region faces disputes over wealth control and problems related to deforestation and socio-biodiversity. From a theoretical point of view, the *ecology of knowledge* perspective is essential for its water management, revealing the environmental and socio-cultural diversity. Xingu waters are at the same time natural and human, because of the inextricable relationship between humans and water. The legal protection of the waters of the Xingu demands an epistemological pluralism approach that embraces the hydrological cycle of water and riparian forests, as well as the socio-cultural diversity, with its meaning, uses and knowledge. The study aims to contribute to one of the most basic human concerns: access to water.

Keywords: Xingu River, water management, socio-environmental diversity, law Brazil.

---

1 Fernanda Viegas Reichardt [autor correspondente: fv.reichardt@gmail.com] possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002), é Doutoranda no Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA) (2012), pesquisadora colaboradora do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) e do Instituto de Estudos Avançados (IEA), todos da Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área do direito, com ênfase em direito ambiental e também na área interdisciplinar de ecologia. Na linha ambiente e sociedade adotada em sua pesquisa, aborda a dimensão humana e social dos problemas associados à mudança no uso da terra frente à legislação vigente e dentro da perspectiva da Ecologia Política.

2 Maria Elisa De Paula Eduardo Garavello é Professora Associada do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Vice-Presidente do Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA) Universidade de São Paulo, Brasil. Atua principalmente nos seguintes temas: antropologia da alimentação, antropologia e desenvolvimento, políticas públicas e comunidades locais, ecologia de saberes, etnoconhecimento e sustentabilidade socioambiental.

3 Silvia Maria Guerra Molina é Professora Associada, Chefe do Departamento de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Membro da Comissão de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA), Universidade de São Paulo, Brasil. Desenvolve pesquisa na área de Ecologia Humana com ênfase na adaptabilidade humana em seus aspectos de territorialidade, escolhas alimentares e conhecimentos locais relativos ao uso de recursos naturais.

4 Maria Victoria Ramos Ballester é Professora Associada do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Laboratório Geoprocessamento e Analises Ambientais, Presidente do Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA), Universidade de São Paulo, Brasil. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas. Atuando principalmente nos seguintes temas: análise ambiental, geoprocessamento, uso da terra, ecossistemas aquáticos, Sistemas de Informações Geográficas e ecologia da paisagem.

1. Introdução

O presente artigo visa apresentar uma proposta teórica para parte das pesquisas envolvidas no chamado "XINGU Project: Integrating land use planning and water governance in Amazonia: towards improved freshwater security in the agricultural frontier of Mato Grosso", ou simplestemte, "Projeto XINGU". A investigação está inserida no âmbito do Belmont Forum, grupo formado por algumas das principais agências financiadoras de projetos de pesquisa sobre mudanças ambientais no mundo, dentre as quais está a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [FAPESP], Brasil. O objetivo do fórum, coordenado pelo International Group of Funding Agencies for Global Change Research [IGFA], é o de propor novos rumos para colaboração internacional em pesquisa sobre mudanças ambientais através de chamadas conjuntas de pesquisas. Dentro deste contexto, o Projeto XINGU, recém iniciado no ano de 2014, propõe abordar de maneira integrada as principais questões naturais e humanas - se é mesmo que estas diferenças existem - sobre segurança hídrica na fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso, no Brasil.

A água pode ser compreendida como uma das mais importantes substâncias da Terra, tanto para os processos vitais como para os processos físico-químicos. Nas formas líquida e sólida ela cobre mais de dois terços do nosso planeta e, na forma gasosa, é constituinte da atmosfera, estando presente por toda parte (Reichardt e Timm, 2004). Aproximadamente 97,5% das águas do planeta são salgadas e apenas 2,5% doces, dos quais apenas 0,3% estão prontamente disponíveis para o uso humano. Destes últimos, 65% são utilizados em atividades agrícolas (Stikker, 1998). Portanto, a expansão de uma fronteira agrícola em uma subbacia hidrográfica amazônica, como é o caso da Bacia do Alto Xingu, representa uma tensão não resolvida entre a alocação de água para agricultura e aquela para suprir diferentes demandas socioculturais e ecológicas (Costa *et al.*, 2007:8).

Um projeto envolvendo recursos hídricos na fronteira agrícola amazônica pode ensejar a falsa idéia de predomínio das ciências naturais sobre as demais áreas. Entretanto, os fenômenos sociais, culturais e econômicos da região, direcionaram parte dos esforços de investigação para a área das ciências humanas. Afinal, a diversidade dos sistemas de produção e de vida das populações amazônicas não interagem fortemente com os aspectos físicos, químicos e biológicos da região e vice e versa? Por extensão, as populações amazônicas sofrerão diretamente com os impactos das mudanças no uso da terra e do uso da água em curso (Costa *et al.*, 2007:8).

Diante do desafio proposto pelo Projeto XINGU, formou-se uma equipe de cientistas naturais e das humanidades, a fim de avaliar as questões sobre segurança hídrica dentro de uma área de importância global, a Amazônia, que está passando por rápidas mudanças no que se refere ao uso da terra e, consequentemente, dos recursos hídricos. Desenvolveu-se um quadro interdisciplinar para preencher as lacunas entre as áreas de pesquisa para examinar

a seguinte questão geral: que abordagens de governança dos recursos hídricos, manejo da terra, e transferência de informações entre as regiões e entre os setores que utilizam a água, irão colaborar para um uso sustentável e acesso equitativo dos recursos hídricos no âmbito dos sistemas socio-ambientais, assegurando bem-estar tanto dos ecossistemas como das populações humanas?

Como geralmente é o caso de pesquisas que cuidam das questões ambientais, a abordagem dos processos humanos e sociais representa um sério desafio metodológico e, por que não, epistemológico. Enquanto as ciencias naturais estabelecem numerosas redes entre pesquisadores e seus métodos já testados, as ciências humanas enfrentam uma multiplicidade de perspectivas teóricas e metodológicas [nem sempre compatíveis ou complementares] para tratar dos fatos e processos socioambientais (Costa *et al.*, 2007:9). A questão que se apresenta versa sobre como viabilizar o encontro entre temas transversais que permeiam questões ecológicas, englobando tanto os aspectos bióticos e abióticos do ambiente, como também questões institucionais, sociais, econômicas e tecnológicas. Como promover o diálogo horizontal entre os diferentes pesquisadores do Projeto XINGU e a diversidade de paisagem, biológica e sociocultural local?

As questões ecológicas não são puramente biológicas, técnicas ou políticas; mas sobretudo um assunto cultural e, portanto, inscritas em uma episteme, ou em um paradigma de civilização e desenvolvimento (Instituto Humanistas Unisinos, 2013; Instituto Humanistas Unisinos, 2014; Escobar, 1995). Em relação aos recursos hídricos, não seria diferente. Assim, nas diversas áreas do conhecimento é preciso compreender que o chamado desenvolvimento, da forma como é concebido nas políticas nacionais e internacionais, é um assunto mais ideológico do que propriamente uma racionalidade que compreende os processos ecológicos, entre eles os processos vitais, físico-químicos, sociais e culturais supra mencionados (Instituto Humanistas Unisinos, 2014; Escobar, 1995).

É no contexto histórico e cultural, o qual deu origem à sociedade de mercado, que está fundamentada a idéia de um desenvolvimento que depende da extração de recursos naturais a qualquer custo. A partir do século XVIII, a industrialização fez emergir a ideia de uma sociedade de abundância, na qual as bases materiais indispensáveis à vida estariam garantidas pelas ciências. De acordo com o paradigma moderno, as ciências teriam plena dominação sobre a natureza submetendo recursos inesgotáveis ao serviço da humanidade. Recursos naturais sequer mereciam tutela jurídica, não havia necessidade de que "coisa inesgotável ou extremamente abundante, como a luz solar, o ar atmosférico, a água do mar etc.", fosse regulado pela norma de direito (Diniz, 2004:3).

Entretanto, a influência humana no funcionamento do planeta nos últimos séculos foi tão significativa, que passou a ser considerada por Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de Química de 1995, como uma nova era na escala geológica do tempo: o Antropoceno (Crutzen, 2002). Neste pouco tempo, cerca de 35% da superfície terrestre foi explorada por

seres humanos. Florestas tropicais desaparecem em ritmo acelerado, liberando dióxido de carbono e contribuindo para a extinção de espécies. A queima de combustíveis fósseis e a agricultura causaram um aumento substancial das concentrações de gases do efeito estufa. Mais da metade de toda a água doce acessível foi utilizada. Estes efeitos têm sido causados por não mais de um quarto da população mundial, mas todos - indistintamente - sentem seus efeitos (Zalasiewicz *et al.*, 2010).

A crise do paradigma moderno de desenvolvimento nos remete à lição do Aprendiz de Feiticeiro de Goethe, poema escrito em 1797: a história do aprendiz que se apodera da vassoura do mestre e arrisca feitiços que não sabe reverter, nos desafia a repensar a sociedade contemporânea e a irreversibilidade dos riscos assumidos. O paralelo não é fortuito: *arriscamos o feitiço* e, a partir do século XVIII, as atividades humanas começaram a ter um impacto global significativo (Crutzen, 2002; Zalasiewicz *et al.*, 2010).

Não se trata, contudo, de um fato isolado no tempo e/ou espaço. Pelo contrário, o tema é atual e problemas locais passam a ter impactos globais. Neste contexto, questões acerca do uso imediato e irrestrito das águas do Rio Xingu, dos biomas que o compõem e, do atual modo de produção agrícola e consumo humanos são levantadas pelas diversas áreas do conhecimento.

Entretanto, o equilíbrio em relação ao intercâmbio de energia com a natureza não se ajusta na lógica moderna. As terras e águas amazônicas são exportadas em forma de produtos. Seus povos agricultores são tratados como um atraso sociocultural. A Amazônia brasileira é compreendida como um lugar para ser civilizado para obter-se benefícios econômicos. Os impactos negativos da crise ambiental são, ao menos por hora, suportados internamente. Trata-se de uma continuidade epistêmica do bandeirantismo do Brasil, que alicerça a imagem do que deveria ser a civilização brasileira (Instituto Humanistas Unisinos, 2013; Instituto Humanistas Unisinos, 2014).

Em resposta à crise epistemológica moderna, repensa-se o mundo através de um conhecimento plural e capaz de dialogar com a diversidade (Santos, 2007). Por este motivo, propõe-se a *ecologia dos saberes* como alicerce teórico para a reflexão dos direitos e deveres em relação ao uso sustentável das água no Alto Xingu. Em um primeiro momento, tem-se por objetivo o reconhecimento da existência da diversidade local, nos planos social, ambiental, cultural, econômica e/ou epistemológica. Não cabe aqui esgotar totalmente a identificação das diversidades, inclusive porque, constata-se que parte [significantiva] dela deve estar sob o manto da invisibilidade, tanto para políticas públicas, quanto para pesquisadores.

A *ecologia de saberes* permite a formulação de perguntas constantes e respostas incompletas, residindo aí sua característica de *conhecimento prudente*. Capacita-nos para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos (Santos, 2007). E assim sendo, conduz à superação de um *pensamento abissal* [com sua soberania epistêmica,

lógica dicotômica e excludente], condição para que o acesso à água seja um direito inerente a *todos* aqueles que habitam o Alto Xingu, sejam eles visíveis ou invisíveis, presentes ou futuros.

Para tanto, foge-se da concepção clássica preservacionista, na qual homem e ambiente seriam incompatíveis, como também [dentro do possível] de uma visão dicotômica. Parte-se da premissa de que o homem é o próprio ambiente, e vice versa. Daí a relação inextrincável estabelecida entre eles. No caso do presente estudo, tem-se por objeto as águas, que constituem simultaneamente condição de existência, recursos materiais, econômicos e culturais dos povos. Estabelecida esta relação, torna-se difícil [ou até mesmo, impossível] separar o direito de acesso à água e deveres de conservação, do direito à vida, ou do respeito à dignidade humana. Não se pretende discutir os conflitos internacionais sobre o acesso à água, mas sim, na perspectiva de um *pensamento pós-abissal*, compreender a água como um direito inerente a todos os seres, inclusive humanos.

No campo do direito, a conservação dos recursos hídricos continentais deve ultrapassar a regulamentação de um ou outro aspecto técnico ou específico (Silva e Dantas, 2012). Isto é, faz-se necessária toda uma dinâmica das normas jurídicas, que compreenda tanto as matérias do ciclo hidrológico, quanto a sociobiodiversidade. Como premissa da democracia e do exercício de cidadania, a gestão solidária e equitativa das águas pressupõe a inclusão de toda gama de diversidades, isto é, todas as pessoas envolvidas. Tomado este viés, torna-se imprescindível construir uma visão conjunta das respectivas populações (Silva e Dantas, 2012). No presente caso, da população mato-grossense em relação às águas da Bacia do Alto Xingu.

Assim, o presente artigo visa mais um exercício teórico e de diagnóstico das principais questões envolvendo a gestão das águas do Rio Xingu, do que propriamente oferecer soluções para os problemas que se apresentam, uma vez que o Projeto XINGU está na sua fase inicial. Acredita-se que a identificação dos principais problemas e omissões que comprometem a gestão das águas do Rio Xingu constitui um passo importante na busca de sistemas regulamentares menos excludentes e menos violentos com a natureza. Espera-se que este diagnóstico colabore com a reunião de elementos para o redirecionamento epistemológico do sistema agrícola em vigor, como também do reposicionamento das normas jurídicas diante da crise socioambiental. Deve-se compreender que o Projeto XINGU perpassa aspectos econômicos, políticos e ambientais e, por este motivo, que provocam profundas modificações na própria sociedade. Em se tratando das modificações que afetam a sociedade e a sua relação [intrínseca] com a natureza, o direito não poderia esquivar-se de considerá-las. Espera-se contribuir para a desmitificação do tema que guarda importante significado para a imagem do que deveria ser o desenvolvimento brasileiro (Escobar, 1995).

2. Dos desafios socioambientais da conservação de suas águas

O Rio Amazonas possui uma extensão de 6,4 mil quilômetros e é considerado o maior rio do mundo em vazão. A Bacia do Rio Xingu possui aproximadamente 51 milhões de hectares, o que equivale à aproximadamente cinco vezes e meia a área de Portugal. A região das cabeceiras, denominada de Alto Xingu [17 milhões de hectares], localizada no norte do Estado de Mato Grosso, corresponde a aproximadamente 35% da bacia. As nascentes dos principais rios formadores do Xingu estão localizadas no Bioma Cerrado, cortam uma zona de transição para o Bioma Floresta [Floresta Amazônica] onde se juntam formando o Rio Xingu. O Bioma Floresta é considerado a maior reserva de diversidade biológica do planeta e abriga a maior floresta tropical do mundo (Moreno e Higa, 2005; Velas-quez *et al.*, 2010).

O Cerrado, conhecido por savana brasileira, é o segundo maior bioma da América do Sul em extensão territorial, apresentando o maior número de espécies exclusivas e os maiores índices de mudança no uso da terra (Klink e Machado, 2005). Com vegetação menos densa que a das florestas tropicais e solo avaliado como *pobre* em nutrientes, durante muito tempo o Cerrado foi considerado inadequado para a agricultura. A Constituição Federal Brasileira [CF, Art.225, §4o] não contemplou o Cerrado entre os sistemas naturais que integram o chamado patrimônio nacional, considerando este bioma como de menor importância ecológica para o País. O pouco prestígio conferido ao cerrado por grande parte das ciências e legislação, foi um estímulo simbólico à conversão extensiva das terras desse bioma para a agricultura (Embrapa Cerrados, 2008).

As águas do Rio Xingu percorrem paisagens tão diferentes como são diversas as pessoas por elas abastecidas. Dentre elas, povos indígenas, populações ribeirinhas e migrantes de diferentes partes de um Brasil multicultural. O Alto Xingu possui uma das maiores áreas protegidas do Brasil, somando um total de 28 milhões de hectares, distribuídos entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação (Velas-quez *et al.*, 2010). A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece que as terras tradicionalmente ocupadas, destinam-se à posse permanente dos povos nativos, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Entretanto, grande parte destas áreas protegidas sofre invasões de mineradores, madeireiras e posseiros, outras são cortadas por estradas ou têm porções inundadas por usinas hidrelétricas. As áreas protegidas ainda sofrem impacto do que acontece no seu entorno, como, por exemplo, contaminação das águas fluviais e desmatamentos. Como consequência, o Brasil que hoje rediscute a demarcação de áreas protegidas e adapta-se a um novo Código Florestal, é palco dos mais diversos conflitos. Praticamente todas estas questões estão presentes no Alto Xingu.

A ocupação não indígena na região teve início na década de 1940, através da Expedição Roncador Xingu, criada pelo governo do então Presidente da República Getúlio Vargas. A expedição fez parte do processo de ocupação do interior brasileiro, conhecido por “marcha

para o oeste". Neste período, formaram-se os núcleos urbanos de Aragarças e Xavantina e bases da Força Aérea Brasileira. O processo de ocupação só intensificou-se na década de 1970, após a abertura de estradas. A partir dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia [SUDAM], grandes empreendimentos agropecuários e agroindustriais foram viabilizados, consolidando a região como um importante pólo agropecuário. Nas últimas décadas destacou-se a expansão do agronegócio para o cultivo da soja no Estado do Mato Grosso (Ricardo e Campanili, 2007). O cultivo em larga escala, somado à alta produtividade da soja, ganhou espaço na paisagem e economia regional, promovendo a conversão de Floreta e Cerrado em campos de monocultura. Este histórico resultou em um mosaico fundiário composto por médias e grandes propriedades rurais, intercaladas por áreas protegidas e mais de quarenta assentamentos rurais de reforma agrária (Velas-quez *et al.*, 2010).

Do lado de fora da maior área protegida - o Parque Nacional Indígena do Xingu com aproximadamente 2.800.000 hectares - chegavam agricultores de diversas regiões brasileiras, principalmente Sul e Sudeste, com seus sonhos de desbravamento legitimados pelo governo brasileiro. Assim como para as políticas públicas de então, para os migrantes desenvolver significava transformar a diversidade das paisagens do Xingu em campos uniformes de gado e lavoura, transportando para o cerrado o mesmo modelo de ocupação europeu que seus antepassados aplicaram em outras regiões do país (Ricardo e Campanili, 2007). Muitos dos povos nativos representavam o reverso do modelo que estava sendo importado, sendo esta uma das causas estruturais dos conflitos entre recém-chegados e indígenas.

O chamado desenvolvimento trazido pelos migrantes transformou o Alto Xingu em uma das mais recentes áreas agrícolas da Amazônia, com uso de alta tecnologia. A região sofreu [e ainda vem sofrendo] com o desmatamento [legal e ilegal] de extensas áreas de Cerrado e Floresta Amazônica. A produção agropecuária foi seu principal fator, mas a extração madeireira também contribuiu para o desmatamento da região. Segundo dados do Instituto Socioambiental [ISA] e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [INPE], aproximadamente vinte por cento de seu território foi desmatado até o ano 2000. Nos sete anos seguintes, houve a intensificação deste processo para a abertura de áreas para a produção agropecuária. No total, excluídas as Terras Indígenas e Unidades de Conservação, até o ano de 2007, 43% da Bacia do Xingu perdeu a cobertura florestal nativa (Ricardo e Campanili, 2007; Velas-quez *et al.*, 2010).

Estudo realizado na época pelo Instituto Socioambiental previa que: se o padrão de desmatamento tivesse sido mantido, a Bacia do Rio Xingu teria em 2015, a mesma proporção de florestas remanescentes que a região metropolitana de São Paulo. Ou seja, uma das bacias hidrográficas mais importantes do país em termos de diversidade socioambiental e segurança hídrica, teria uma cobertura florestal equivalente à da região mais densamente ocupada da América do Sul (Ricardo e Campanili, 2007). Somente a partir de 2007, verifica-se uma diminuição no desmatamento, possivelmente decorrente de medidas governamentais

expressas e/ou pressão de mercado. Segundo dados mais recentes, estima-se que 315 mil hectares de matas ciliares na Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso estejam desmatadas, afetando diretamente quantidade/qualidade da água na região (Velas-quez *et al.*, 2010). Segundo o Boletim de Desmatamento de janeiro de 2014, o Estado do Mato Grosso ocupou 22% de um desmatamento de 531 quilômetros quadrados na Amazônia Legal no período entre agosto de 2013 a janeiro de 2014 (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2014).

Passa a ter uma importância ímpar o que ocorre no entorno do Parque Nacional Indígena do Xingu, onde a conservação ambiental depende do cumprimento da lei pelo setor produtivo. A proteção de florestas em propriedades privadas se faz necessária. O Código Florestal Brasileiro estabeleceu pela primeira vez, a responsabilidade de proprietários de terras para a conservação das florestas. Criaram-se as chamadas Áreas de Proteção Permanente que, entre outras funções, servem como área protetora de corpos de água. Contudo, a lei ambiental foi alterada pelo Congresso Nacional Brasileiro, no ano de 2012. Entre as mudanças mais significativas encontradas estão a diminuição das áreas de proteção e anistia pelo desmatamento ilegal antes de 2008 (Stickler et al., 2014).

O Alto Xingu enfrentará [ou já vem enfrentando] as conseqüências da diminuição das áreas de proteção permanente e provável alteração no regime hídrico. Terá também que administrar uma crescente demanda por água: o Brasil é hoje um dos maiores exportadores globais de água virtual. Trata-se de conceito criado para explicar a quantidade de água empregada para produzir um produto em um determinado local, porém destinado para outra localidade. Alivia-se, assim, a pressão por água de países importadores de culturas que demandam elevado uso de água na sua produção - como a soja. Esta política aumenta a dependência por água, das áreas exportadoras, como é o caso do Alto Xingu.

3. Dos desafios legais para a conservação das águas da Bacia do Xingu

Apesar de abundantes, os recursos hídricos do Xingu são esgotáveis. Estas perspectivas colocam em discussão o manejo integrado dos recursos hídricos e o direito [de todos!] ao acesso à água. A Lei das Águas (Lei 9433/97), sancionada em 1997, objetiva assegurar a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados, bem como promover uma utilização racional e integrada dos recursos hídricos. A água é considerada como bem público pela lei e sua gestão deve ser descentralizada. Poder Público, sociedade civil organizada e usuários da água integram os comitês que devem atuar, em conjunto, na busca de soluções para cada realidade (Silva, 2008a). Assegurar o acesso a água, conforme previsto na Lei das Águas (Lei 9433/97), é um desafio de difícil execução e efetividade. Principalmente na Bacia do Alto Xingu, dadas as diferenças sociais, ambientais, culturais, economicas e, sobretudo, ideológicas e epistemológicas.

Cumpre ressaltar, ainda que brevemente, que as conferências internacionais sobre questões ambientais, e particularmente, sobre a água – quantidade e qualidade, acesso à água potável e saneamento – também devem orientar a gestão da águas do Xingu: de acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre a água, realizada em Mar del Plata (1977), na Argentina, todos os povos, quaisquer que sejam seus estágios de desenvolvimento e suas condições sociais e econômicas, têm direito ao acesso à água potável em quantidade e qualidade à altura de suas necessidades básicas (Silva, 2008b).

No mesmo sentido, a Conferência internacional sobre água e meio ambiente em Dublin (1992), adotou a Declaração sobre água e Desenvolvimento Sustentável, trouxe como seu primeiro princípio: água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para manutenção da vida, desenvolvimento e ambiente (Silva, 2008b).

A Agenda 21, resultado da Conferência do Rio/92 e da Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cuida especialmente da proteção dos recursos hídricos em seu capítulo 18 (Silva, 2008b).

Em 2000, a Declaração do Milênio das Nações Unidas reafirmou a necessidade de se assegurar o acesso equitativo e uma distribuição adequada da água. Essa declaração fixou o objetivo de reduzir pela metade o número daqueles que não tem acesso à água potável até o ano de 2015 (Silva, 2008b).

Por fim destaca-se o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) que tem por objetivo a promoção da cooperação em favor do desenvolvimento sustentável da região, refletindo as preocupações sobre a necessidade de equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental (Silva, 2008a).

Propõe-se assim uma releitura das normas jurídicas sob perspectiva teórica da ecologia de saberes. Isto é, pretende-se, no desenvolvimento do Projeto XINGU, responder a pergunta formulada por Boaventura de Sousa Santos: pode o direito ser emancipatório? Pode o instrumento jurídico ser utilizado por aqueles que não foram pensados como atores de direito (Santos, 2003a)? A resposta sugerida como hipótese é afirmativa. Trata-se, contudo, de um sim condicional. As condições referem-se principalmente à conceituação de interesse social e desenvolvimento dentro do contexto socioambiental contemporâneo. Para tanto, os diversos aspectos físicos, químicos, geográficos e ecológicos devem ser, considerados na gestão das águas do Xingu, principalmente na região das nascentes que sofre intensa ocupação agrícola. Por outro lado, é fundamental que sejam construídas estratégias levando-se em consideração a participação das comunidades indígenas, ribeirinhas, assentados de reforma agrária, pequenos, médios e grandes agricultores e seus diferentes modos de utilização das águas. A sócio diversidade tem um papel crucial na construção de uma visão conjunta das águas dessa bacia. Necessário será, portanto, assegurar a participação de todos na definição e implementação de políticas públicas solidárias para o uso das águas e desenvolvimento sustentável da região (Silva e Dantas, 2012).

4. Dos desafios de uma gestão pós-abissal das águas do Rio Xingu

De uma maneira bastante genérica, pode-se afirmar que parte da obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, traça um caminho crítico sobre a legitimidade, valor social e ético das ciências e direito modernos nos territórios coloniais. Entre outras, busca responder às seguintes indagações: por que razão, nos dois últimos séculos, a epistemologia dominante eliminou o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais as consequências desta descontextualização? (Santos et al., 2010).

Para responder às questões supra mencionadas, o sociólogo propôs um conjunto de intervenções contido na obra *Epistemologias do Sul*, organizada por ele e Maria Paula Meneses. Considerada como um desdobramento da trajetória intelectual de Boaventura Sousa Santos, a obra vai além da crítica, apontando para a necessidade de novas referências. Sugere como alternativa um diálogo horizontal entre conhecimentos. Ao diálogo entre as diversas epistemologias, sem excluir-se a dominante, deu o nome de *ecologia de saberes* (Santos et al., 2010).

O texto que inaugura a coletânea é de autoria de Boaventura de Souza Santos e tem por título "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes". Na primeira parte do ensaio, propõe a metáfora das linhas cartográficas *abissais*. Nele o autor defende a tese de que as linhas que demarcavam o Velho do Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem nas relações sociais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. Isto é, a cartografia metafórica das linhas globais está presente nos tempos de hoje, tanto no campo do conhecimento, como no do direito. Juntas, estas linhas promovem uma negação radical do que existe do *outro lado da linha*. Mais que isso, fazem do Ocidente o protagonista das relações políticas e culturais no sistema mundial. A injustiça social global persiste, portanto, intimamente ligada à injustiça cognitiva global.

O autor parte das referências filosóficas do racionalismo europeu dos séculos XVI e XVII, afirmando que "o pensamento moderno é um pensamento abissal, definindo-o como um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis sustentam as visíveis" (Santos, 2007:3). Por *distinção* compreende-se aquilo que rompe, diferencia, discerne, divide ou separa. Segundo a teoria proposta, as *distinções invisíveis* são estabelecidas através de linhas metafóricas que separam "a realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha" (Santos, 2007:3). Estas linhas demarcam a fronteira do campo da realidade relevante. Isto é, as irrelevâncias são separadas para o lado desinteressante *de lá*. Uma vez traçada a linha abissal, tudo que estiver contido no universo que corresponde ao *outro lado da linha*, desaparece enquanto realidade. Nesta medida sacrifical, a realidade *de cá* torna a *de lá* invisível (Santos, 2000, 2003b, 2004, 2006a e 2006b).

O sociólogo argumenta que este estado de invisibilidade ou inexistência não se dá ao acaso. É produto de um pensamento que se propõe universal e hegemônico – e por isso *abissal*, tendo por característica "a impossibilidade de co-presença dos dois lados da linha" (Santos, 2007:4). Isto é, uma das realidades [a do *lado de lá*] deve ser sacrificada, para que a outra realidade [a do *lado de cá*] se afirme como universal.

As *distinções visíveis* consistem, por sua vez, nas rupturas que estruturam a realidade *deste lado da linha*. Explica que, "por mais radical que possam ser estas distinções e por mais dramáticas que possam ser as conseqüências, elas têm em comum o fato de pertencerem a este lado da linha e de se combinarem para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas" (Santos, 2007:4).

A partir da teoria proposta por Boaventura Sousa Santos (Santos, 2007), propõe-se análise de um objeto - a sociobiodiversidade da Bacia do Alto Xingu - e uma questão - a gestão de suas águas -, tendo por objetivo contribuir para a implementação de políticas solidárias para o uso das águas na região. Cuida-se, portanto, da dimensão humana e social dos problemas ligados ao uso da terra e à conservação das águas do Rio Xingu.

Para tanto, equipara-se o conceito de *solidariedade* (Santos, 2007) ao de justiça social e, neste sentido, a gestão das águas reclama um pensamento pós-abissal. Supõe-se, contudo, que as mesmas linhas que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial, hoje separam o centro-oeste brasileiro do restante do país. Portanto, para que o acesso *equitativo* às águas se viabilize para além do *lado de cá da linha*, deve-se constatar que o *outro lado da linha* existe.

A complexidade da proposta exige não só uma postura interdisciplinar, mas também a um processo reflexivo incitando a uma revisão crítica das categorias disciplinares de análise. Isso porque a luta por justiça social demanda também uma luta pela justiça cognitiva (Santos, 2007). Para tanto, sugere-se a identificação de algumas das questões centrais, análogas às formuladas pelo sociólogo para a construção de uma ecologia de saberes. São pontos fundamentais a serem enfrentados para uma visão pós-abissal da gestão das águas da Bacia do Xingu.

O primeiro questionamento a ser levantado refere-se a quem são os *povos* a que a Conferência das Nações Unidas sobre a água, em Mar del Plata (1977), se refere. A identificação de quem está *para além do lado de cá da linha* é o primeiro passo para que o acesso *equitativo* às águas se viabilize, pois a sociodiversidade tem um papel crucial na construção de uma visão pós-abissal. Necessário será, portanto assegurar a participação eficaz de *todos,* sejam eles visíveis ou invisíveis, suprindo as invisibilidades.

As questões que se seguem discorrem sobre como estes diferentes povos se relacionam com a água. O que é a água para cada um deles nas suas diferentes categorias? A partir destes questionamentos pergunta-se qual o critério a ser utilizado para água na sua gestão. Que

tipo de relacionamento é possível entre os diferentes conceitos? Quem os traduzirá? Como escolher os parceiros e tópicos de tradução? Como formar decisões partilhadas e distingui-las das impostas? "Como assegurar que a tradução intercultural não se transforme numa visão renovada do pensamento abissal? Como combater as linhas abissais usando instrumentos conceituais e políticos que as não reproduzam?" (Santos, 2007; Santos 2003a).

Estas últimas questões problematizam a gestão proposta pela Lei das Águas, e remetem a outra indagação: até que ponto uma descentralização implica no ressuscitar do *governo indireto*? Isto é, o enfraquecimento do papel estatal na regulação social de um serviço público pode favorecer a diversidade social local (Santos, 2007)?

Para Boaventura de Sousa Santos, o *governo indireto* é a expressão mais saliente do que ele denomina por *regresso do colonial*, que implica no ressuscitar de formas de governo colonial (Santos, 2007). O governo indireto foi uma forma de política colonial europeia praticada nas antigas colônias britânicas, onde certas estruturas tradicionais de poder local foram incorporadas na administração da colônia. Segundo o autor, o governo indireto pode reaparecer quando o Estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados. Poderosos atores não-estatais passam a regular a vida e o bem-estar das populações através do controle dos serviços de saúde, da terra, das sementes, das florestas e da água potável. A obrigação política que ligava o sujeito ao Estado, passa a ser substituída por obrigações contratuais privatizadas e despolitizadas, nas quais a parte mais fraca fica à mercê da parte mais forte (Santos, 2007).

O sociólogo descreve a situação acima como a ascensão do fascismo social como "um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca" (Santos, 2007:16). Isto é, a obrigação que ligava os sujeitos ao Estado constitucional moderno, passa a ser regulada por um contrato de direito civil. O fascismo social a que se refere o autor, ocorre na medida que a diferença de poder entre as partes do contrato civil "é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhe são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam" (Santos, 2007:16).

O modelo de gestão das águas em vigor no Brasil, resultou de um processo que se iniciou entre os anos de 1970 e 1980. Acreditava-se que o modelo tradicional de gestão havia se esgotado e o papel do Estado, enquanto gestor exclusivo dos recursos naturais, passou a ser questionado. Entretanto, mais do que substituir a ação do Estado por outro ator, buscou-se o desenvolvimento de um novo desenho institucional e a redefinição do papel estatal. Delineou-se uma nova proposta de governabilidade através da qual os problemas relacionados à água deveriam ser resolvidos mediante um processo de negociação política e social, envolvendo diferentes níveis de governo e atores sociais (Jacobi, 2009).

Baseado no modelo francês, que reconhece a bacia hidrográfica como unidade de gestão hidrográfica, atualmente o Brasil possui oito comitês em bacias interestaduais e 169 em

bacias estaduais. Representantes do Poder Público, da sociedade civil organizada e dos usuários de água têm cadeira nesses colegiados e formam o que é chamado de "parlamento das águas". As agências de água, por sua vez, são instaladas para funcionar como secretarias executivas de um ou mais comitês de bacia. Entretanto, será que um modelo desenvolvido na França seria adequado para garantir a gestão democrática e participativa na Bacia do Xingu? Certamente existe uma linha abissal que separa Paris do Xingu. Portanto, porque razão adotar um modelo de gestão europeu em uma bacia amazônica?

O cerne da questão que se apresenta para uma gestão pós-abissal da Bacia do Rio Xingu é a de como implantá-la sem que isto implique na redução ou na eliminação de aspectos decisivos para a proteção da diversidade biológica e sociocultural. Como trazer para a articulação entre as instâncias de gestão o universo que compreende o lado de *lá da linha*? Como considerar em um cenário de fronteira agrícola, aspectos ecológicos cuja lógica é contra a do crescimento infinito? Como garantir *o direito dos oprimidos* nesta relação (Santos, 2014)? Isto é possível a partir de um instrumento hegemônico de gestão?

Assim como propõe Boaventura de Sousa Santos, "nenhuma destas perguntas tem respostas definitivas" (Santos, 2007:33). Mas o esforço para tentar dar-lhes resposta é, provavelmente, a forma de confrontar o pensamento abissal. Por este motivo, propõe-se neste artigo a *ecologia de saberes* como alicerce teórico para a compreensão da dimensão humana e social dos problemas ligados ao uso da terra e à conservação das águas do Rio Xingu, *sem nunca ter a certeza de não repetir os erros cometidos no passado* (Santos, 2007:34).

Sugere-se, portanto, *uma execução participativa no Projeto XINGU, envolvendo as diferentes comunidades e organizações sociais para que todos sejam realmente beneficiados com os resultados da pesquisa e tenham garantido o seu acesso à água. A ecologia dos saberes p*oderá promover não só uma articulação interna entre as áreas de conhecimento do projeto, mas também entre o ciência e sociedade envolvente. Trata-se de uma tentativa de reequilibrar a relação entre ciência, direito e prática social tão desbalanceada na modernidade.

Conclusão

Conforme procurou-se demonstrar no desenvolvimento deste artigo, o acesso equitativo às águas do Xingu demanda um pluralismo epistemológico que abarque tanto aspectos relacionados ao ciclo hidrológico e florestas ripárias, como também a diversidade sociocultural, com seus significados, usos e costumes. A *ecologia de saberes* nos conduz para um mundo além das aparências e invisibilidades, desmistifica o monopólio da ciência sobre o conhecimento e do direito sobre o justo, mostrando que existem outras formas de saberes a serem valorizados em conjuntos com as novas técnicas (Santos, 2007). Faz-se também necessário buscar a complexidade dentro da própria ciência, uma vez que a resposta científica interdisciplinar se adequada à solução de problemas complexos. No entanto, é imprescindível o diálogo entre as diversas abordagens epistemológicas. A construção de uma epistemologia socioambiental

perpassa, portanto, diversas epistemologias, entre elas: "a genética de *Piaget*; a histórica de *Bachelard*; a racionalista crítica de *Popper*, a arqueológica de *Foucoult,* da complexidade de *Morin* e a racionalidade ambiental de *Leff"* (Instituto Humanistas Unisinos, 2013). E, é a partir *da ecologia de saberes*, proposta por Boaventura de Sousa Santos que é possível traçar um paralelo entre o *abismo* que separou Velho e Novo Mundo na era colonial, e aquele que hoje espaça o Alto Xingu o restante do Brasil (Santos, 2007). A história se repete e o pensamento moderno ocidental permeia as relações políticas, econômicas e culturais da Região a partir da chegada dos migrantes. As injustiças sociais do Xingu estariam, portanto, associadas a uma injustiça cognitiva, de modo que a luta pelo acesso equitativo à água requer a construção de um pensamento *pós-abissal*. Somente assim, a partir de uma vigilância epistemológica requerida pela ecologia de saberes, haverá a transformação do pensamento pós-abissal num profundo exercício de auto reflexividade, de que tanto necessita o Brasil.

Referências Bibliográficas

Costa, Wanderley Messias da; Becker, Bertha Koiffmann; Alves, Diógenes Salas (orgs.) (2007), *Brasil. Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Crutzen, *Paul* Josef (2002), "Geology of mankind", *Nature*, 415: 23. Consultada a 15.09.2014, em http://www.nature.com/nature/journal/v415/n6867/full/415023a.html.

Diniz, Maria Helena (2004), *Curso de Direto Civil Brasileiro, v. 4: direito das coisas*. São Paulo: Saraiva.

Embrapa Cerrados (2008), "Visão epistemológica ambiental sobre as questões ambientais do cerrado piauiense". Consultada a 10.06.2014 em http://www.cpac.embrapa.br/publicacoes/search_pbl/3?q=Gest%C3%A3o.

Escobar, Arturo (1995), Encountering Development: the making and unmaking of the third world'', New Jersey: Princeton University Press.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (2014), "Boletim de desmatamento de janeiro de 2014. Consultada a 15.09.2014 em http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/boletim-do-desmatamento-sad-janeiro-de-2014.

Instituto Humanistas Unisinos (2013), "O capitalismo sustentável é uma contradição em seus termos' diz Eduardo Viveiros de Castro". Consultada a 17.06.2014, em http://www.ihu.unisinos.br/noticias/526606-o-capitalismo-sustentavel-e-uma-contradicao-em-seus-termos-diz-eduardo-viveiros-de-castro.

Instituto Humanistas Unisinos (2014), "Mineração na América Latina: um diagnóstico

continental dos estragos ecológicos, econômicos e sociais. Entrevista especial com Alírio Caceres Aguirre". Consultada a 14.12.2014, em http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/538363-mineracao-na-america-latina-um-diagnostico-continental-dos-estragos-ecologicos-economicos-e-sociais-entrevista-especial-com-alirio-caceres-aguirre.

Jacobi, Pedro Roberto (2009), "Governança da água no Brasil", *in* Ribeiro, Wagner Costa (Org.), Brasil. *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume, FAPESP, CNPq.

Klink, Carlos; Machado, Ricardo (2005), "Conservation of the Brazilian Cerrado", *Conservation Biology*, 19(3), 707-713. Consultada a 15.09.2014, em http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1523-1739.2005.00702.x/abstract.

Moreno, Gislane; Higa, Teresa C. Souza (orgs.) (2005), *Brasil*. *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas Editora. Consultada a 15.09.2014 em http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produtopdf/0002862013174016.pdf.

Reichardt, Klaus; Timm, Luís Carlos (2004), *Solo, planta, atmosfera: conceitos, processos e aplicações*. Barueri: Manole.

Ricardo, Beto; Campanili, Maura (orgs.) (2007), *Almanaque Brasil Socioambiental*, São Paulo: Instituto Socioambiental. Consultada a 15.09.2014 em http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-brasil-socioambiental-2008

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência, para um novo senso comum.* Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2003a), "Poderá o direito se emancipatório?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003b), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento

Santos, Boaventura de Sousa (2006a), *A gramática do tempo.* Porto: Afrontamento

Santos, Boaventura de Sousa (2006b), *The Rise of the Global Left: The World Social Forum and Beyond*. London: Zed Books

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46. Consultada a 15.09.2014, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci_arttext.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Org.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2014). *O direito dos oprimidos.* Coimbra: Almedina.

Silva, Solange Teles da (2008a). "Tratado de Cooperação Amazônica: gestão integrada dos recursos naturais na Região Amazônica". *Revista de Direito Ambiental*, 52, 183-198.

Silva, Solange Teles da (2008b). "Proteção internacional das águas continentais: a caminho de uma gestão solidária das águas". *Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI:* 969. Consultada a 15.09.2014, em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/solange_teles_da_silva.pdf

Silva, Solange Teles da; Dantas, Fernando de Carvalho (2012), "Águas na Amazônia e Direito Ambiental Internacional", *Novos Estudos Jurídicos*, 17, 39-47. Consultada a 15.09.2014, em http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3637.

Stickler, Claudia M.; Nepstad, Daniel C.; Azevedo, Andrea A.; McGrath, David G. (2014); "Defending public interests in private lands: compliance, costs and potential environmental consequences of the Brazilian Forest Code in Mato Grosso", *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, 368, 1-13. Consultada a 15.09.2014 em: http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/368/1619/20120160.full.pdf.

Stikker, Allerd (1998), "Water today and tomorrow: prospects for overcoming scarcity". *Futures*, 30(1), 43-62, 1998

Velas-quez, Cristina; Alves, Heber Queiroz; Bernasconi, Paula (orgs.) (2010), *Brasil. Fique por dentro: a Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso.* São Paulo: Instituto Socioambiental; Instituto Centro e Vida. Consultada a 15.09.2014, em http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10395.pdf

Zalasiewicz, Jean; Williams, Marck; Steffen, Will; Crutzen, Paul (2010) "The new world of the Anthropocene Environ", *Environmental Science & Technology,* 44, 2228-2231. Consultada a 15.09.2014, em http://pubs.acs.org/doi/ipdf/10.1021/es903118j.

Redes Sociais de Resistências – Subjetividades e Sentimentos nas Ações Coletivas Recentes

Giuseppa Maria Daniel Spenillo[1]

Resumo

Redes sociais de resistência, como vêm sendo chamadas as ações coletivas recentes que ocupam espaços públicos e virtuais, desafiam as compreensões clássicas sobre mobilização social. Neste artigo buscamos interpretar sentimentos de inquietação, revolta e indignação que crescem especificamente na sociedade brasileira durante a última década e aparecem em ações coletivas que se constroem em redes sociais estratégicas. Para tal, dialogamos com o arcabouço teórico das Ciências Sociais, nomeadamente os conceitos de classe social, hegemonia e redes sociais, com o objetivo de questioná-los quanto à valorização de sentimentos e subjetividades na interpretação dos processos de mobilização social. Tomamos como ilustração duas redes de resistência que surgiram no Brasil na última década: a CRIS Brasil e o Black Bloc Brasil.

Palavras-chave: Resistências; Emancipação; Subjetividades; Redes sociais

Abstract

Social networks of resistance, as have been called the recent collective actions that occupy public and virtual spaces, are challenging the classical understandings of social mobilization. In this article we seek to interpret feelings of disquiet, anger and indignation that grow specifically in Brazilian society over the last decade and appear in collective actions that build on strategic social networks. To this end, we dialogue with the theoretical framework of the Social Sciences, particularly the concepts of social class, hegemony and social networks, in order to question them about the valuation of feelings and subjectivity in the interpretation of the processes of social mobilization. We take as an illustration two networks of resistance that emerged in Brazil in the last decade: CRIS Brazil and the Black Bloc Brazil.

Keywords: Resistance; Emancipation; Subjectivity; Social networks

1 Professora Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Brasil. Docente do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX/UFRPE. Investigadora em pós-doutoramento, em 2014, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob orientação da Profa. Dra. Maria Paula Meneses.

Introdução

Resistência, revolta. Indignação, injustiça. Movimentos e sentimentos que caracterizam mobilizações recentes em diversos pontos do mundo, provocados por situações díspares e convencionalmente aceitas em outros momentos da história. Assim têm sido classificadas as manifestações contra a Copa do Mundo no Brasil, em 2013; a Primavera Árabe, iniciada na Tunísia em 2010 e replicada em uma dezena de países do Oriente Médio e do continente africano; os Indignados ou Movimiento 15-M, Espanha e o Geração à Rasca, Portugal, ambos em 2011; o Occupy Wall Street, 2011, nos Estados Unidos. Tais episódios, públicos e coletivos e nem sempre articulados entre si, demonstraram insatisfações diversas diante de situações perduráveis já há algum tempo – desde monarquias a destinações de recursos públicos.

Mais importante, no entanto, é que revelam sentidos subjetivos, fogem do nível clássico da razão política, e significam emocionalmente e afetivamente a ação coletiva. Movimentos de protesto, organizados virtualmente, despolitizados ou apartidários como se auto-intitularam ou foram intitulados pelos medias e pelas interpretações acadêmicas, estas e outras mobilizações de forças sociais apontam para renovações nos sentidos da aceitação e da legitimação de poderes instituídos do Estado e do mercado, em suas múltiplas nuanças. E apresentam outras facetas da luta contra as desigualdades. Pautam sentimentos: de indignação, de medo, de terror, de repúdio, de vergonha, de intolerância.

Também apontados como ações de jovens e de classe média [ver, por exemplo, Estanque, 2014], evidenciam uma empatia com causas e questões que ultrapassam as discussões clássicas sobre lutas sociais, quais sejam: as desigualdades materiais e econômicas, as discriminações de gênero e de etnia, as repressões políticas e o totalitarismo de Estado ou religioso. Apesar de todas estas questões aparecerem em uma ou outra das manifestações, há um dado diverso que as aproxima entre si e as diferencia das lutas sociais clássicas. São respostas a uma apatia conformista e paralisante em que mergulhou o mundo pós equacionamentos no âmbito de acordos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos [1948], o Consenso de Washington [1989], a guerra fria.

Demonstram uma urgência por resistir aos modelos vigentes que chega ao ponto de vencer o distanciamento e a estranheza de grupos sociais (jovens?; classe média?) para com a desigualdade social e formarem redes de resistência. Ultrapassam, assim, os limites de um cientificismo proposto pelas teorias críticas para a compreensão de ideais, utopias e projetos de futuro enquanto motor das lutas sociais. Não há bandeiras, não há projetos, não há inimigo comum. Há sentimentos-limite. O sentimento, então, não será o limite para que alguém assuma uma luta social?

Neste artigo buscamos interpretar sentimentos de inquietação e indignação que crescem especificamente na sociedade brasileira durante a última década e aparecem em ações coletivas que se constroem em redes sociais estratégicas. Realizamos um diálogo com teorias

sociais de modo a refletir sobre como os arcabouços teóricos das Ciências Sociais podem contribuir para tal interpretação. Tomamos como ilustração duas redes de resistência que surgiram nessa década: a CRIS Brasil e o Black Bloc Brasil.

1. Desigualdades e lutas sociais

Jenny Marx, esposa de Karl Marx, em *Carta de uma alemã*, publicada no jornal *Vorwart!* em 1844 [cf. Giroud, 1992:73], afirmava sobre um atentado mal-sucedido ao rei alemão à época: "Isso consola-os. Há-de servir-lhes de muito... É mais uma prova da impossibilidade de uma revolução política na Alemanha, embora todos os germes de uma revolução social estejam presentes...". Apesar do tom irônico sobre seus concidadãos, apontando-os como incapazes de uma formulação política ante as condições de vida e frente ao Estado imperialista de então, o texto, dirigido ao marido, nos coloca diante do núcleo das questões sobre lutas sociais. A que se direcionam tais lutas? O que deflagra e mobiliza uma luta social? Como distinguir o social e o político numa ação coletiva? A Carta de Jenny Marx continua:

> Se um exaltado político nunca se atreveu a recorrer a soluções extremas, o primeiro que ousou tentar um assassínio foi esmagado pelo infortúnio – o infortúnio material. Este homem em perigo de morrer de fome mendigou em vão, durante três dias, em Berlim, pelo que se tratou de um atentado de móbil social. Se, um dia, o movimento se desencadear, será por esse lado. É o ponto mais sensível, o lugar em que o coração alemão revela vulnerabilidade. [Giroud, 1992:73-74].

A vulnerabilidade, ou o sentimento de injustiça e indignação, não foi considerada nos escritos marxistas e nas teorias que se desenvolveram a partir de Marx. Evidenciou-se a formação da consciência e o papel desta consciência na formação da luta contra a dominação capitalista. No entanto, e apesar da longa vida do sistema capitalista, redesenhado de modo extenuante desde finais do século XIX, hoje tem-se uma configuração social que se movimenta cada vez mais por questões subjetivas da alçada da injustiça e da indignação. Revoltas, resistências, defesas. Sem projetos futuros.

Sentimentos que crescem nas sociedades contemporâneas e tomam conta, momentamente, dos espaços públicos, dos medias, das redes virtuais, na forma de protestos localizados, de campanhas, de ocupações territoriais transitórias e provisórias, de embate contra instrumentos de regulação e exigências de novos direitos. Configuram lutas sociais e revelam conflitos silenciados e tornados invisíveis por habitus de consumo desenfreado e pelos habitus da política representativa e partidária. O que estas lutas propõem? Como surgem e como se mantêm? Quais as estratégias e os formatos de organização? Como e por que destoam da perspectiva da luta de classes projetada pelo marxismo? Quais mudanças apontam e para onde direcionam as relações sociais e políticas?

Ponto objetivo e convergente nas lutas sociais recentes está o questionamento das formas de participação e negociação configuradas por democracias representativas e relações juridificadas. Nesse cenário, a regulação e a ordem do mercado de consumo demarcam as possibilidades de liberdade e desenvolvimento de grupos e indivíduos. Temos a partir de Santos [1997], por exemplo, a percepção de um excesso de regulação na vida contemporânea, que chega ao interior dos movimentos sociais, em suas práticas de representação política. Talvez um indicador de motivos que levam as lutas recentes a surgirem em outras configurações de resistências, em movimentos fluídos, fugazes, aparentemente inconsistentes, sob novas bases e roupagens diversas das que transformaram o mundo ocidental nos primórdios do capitalismo de larga escala.

Nesse sentido, Norbert Elias [1997:36] destaca como um dos aspectos das "mudanças estruturais na sociedade como um todo no século XX" as alterações no equilíbrio de poder que os movimentos emancipatórios promoveram. Sob a primazia do Estado-nação moderno, movimentos de integração e diferenciação social encontravam-se em conflito no próprio espaço nacional, em suas estruturas de distribuição da igualdade social, sistematizadas em classes sociais e em direitos de cidadania. Sob a primazia da globalização capitalista, as ações coletivas estariam redimensionadas para além das dinâmicas nacionais e diretamente articuladas em suas lutas por relações e referências transnacionais. Nessa nova configuração se formam e se *des*formam redes de resistência, através de instrumentos virtuais globais como a internet.

As lutas sociais e as reivindicações que formulam e apresentam ao conjunto da sociedade, mesmo quando direcionadas ao Estado, provocam emergência pública, reconhecimento e legitimação de problemas sociais, pela sensibilização para questões que estavam escondidas, invisíveis. A visibilidade numa sociedade complexa parece, de fato, um aspecto central para as lutas por igualdade e justiça. Uma reclamação de participação política, de justiça ou mudanças só é possível, porque aceita, numa sociedade em que a luta política se faz pela publicização de necessidades e a formulação pública de exigências. Nesse sentido, as ações coletivas ocupam-se também com a formação de uma opinião pública favorável à causa. Para Bobbio [1999:85], no entanto, "fazer política através de movimentos sociais ou movimentos de opinião, exatamente na medida em que é reconhecido ou tolerado pelo sistema e faz parte constitutivamente das regras do jogo, não pode ter como efeito a transformação do sistema".

A contraposição de Bobbio desarruma a leitura sobre lutas sociais. Se concorrem para a publicidade de injustiças e desigualdades sociais, para o reconhecimento de diversos atores e necessidades, as lutas sociais não visariam necessariamente à transformação do sistema estabelecido, mas apenas à extravagância de um sentimento indomável. Bobbio acredita que é melhor, num Estado democrático, que as lutas sociais não atentem contra o estabelecido, na medida em que isto implica em alterar as regras do jogo, o que considera desastroso

pela ameaça embutida de totalitarismo – o outro lado da democracia. Será o sentimento do medo e seu complemento, a paralisia, então, os resultados de séculos de lutas contra a desigualdade? Vejamos como as teorias sociais têm interpretado as lutas sociais e seu *móbil*, ou o que as impulsiona e motiva.

2. Dialogando com teorias sobre lutas e mudanças sociais

A compreensão de uma sociedade dividida em grupos desiguais entre si e em cujas relações prevalecem as dinâmicas de diferenciação/integração, aceitação/negação, dadas por acúmulos históricos de injustiças e privilégios, persiste na teoria sociológica. Desde Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, escrita ainda na primeira metade do século XIX, que a organização social ou o *status quo* de uma época é algo a ser superado. Os supostos são, obviamente, a divisão social em grupos desiguais perante os usos dos bens disponíveis. A categoria analítica *classe* tem lugar de destaque nessa discussão, uma vez que incorpora a perspectiva da transformação social, que seria viabilizada e construída pela *classe operária* de modo a por fim na própria estratificação social em classes.

As teorias sociais, formadas sob o peso de um paradigma científico racional, auto-proclamado neutro e objetivo, interpretaram, sistematizaram e classificaram lutas e movimentos sociais em acordo com características materiais, ideais, projetos de combate ao inimigo e de instalação de sistemas sociais, políticos e econômicos diversos – como o socialismo científico proposto por Marx e Engels – diferenças culturais e valores religiosos, significações e interpretações de mundo a partir de habitus e redes de relacionamento. Produziu-se o que Santos [2010:25] chama de pensamento abissal, ou seja, a separação por linhas imaginárias das experiências sociais em dois lados que não se misturam e se vêem de modo desigual, um tornando o outro invisível, a partir de um monopólio epistemológico que concede à ciência a "distinção universal entre o verdadeiro e o falso". Esse formato do saber científico enquanto verdade unilateral e unilinear, não conseguiu chegar à elaboração de instrumentos capazes de fornecer informações e permitir interpretações sobre motivações não políticas, não econômicas, não materiais, não racionais para a ação coletiva por mudança numa dada sociedade.

> Como produto do pensamento abissal, o conhecimento científico não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa, nem poderia encontrar-se, uma vez que o seu desígnio original foi a conversão deste lado da linha em sujeito do conhecimento e do outro lado da linha em objecto de conhecimento. As intervenções no mundo real que favorece tendem a ser as que servem os grupos sociais que têm maior acesso a este conhecimento. Enquanto as linhas abissais continuarem a desenhar-se, a luta por uma justiça cognitiva não terá sucesso se se basear apenas na idéia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico. [Santos, 2010:47-48].

Na perspectiva da justiça cognitiva, entendemos que buscar revelar subjetividades, sentimentos e emoções presentes nas lutas sociais de resistência e revolta podem ser um passo no sentido de apagar a linha entre sujeito de conhecimento e objeto de conhecimento. Passamos, a seguir, a breve discussão com três arcabouços teóricos das Ciências Sociais: 1) classes sociais, 2) hegemonia e contra-hegemonia, e 3) redes sociais, para questionar o quanto cada qual promove de *des*valorização ou *des*atenção a sentimentos e emoções ao interpretarem processos de mobilização social.

2.1. Classes sociais e desigualdades

As classes sociais são, empiricamente, grupos identitários nos quais os indivíduos convivem socialmente e a partir dos quais organizam seu modo de vida e suas expectativas. Servem, muitas vezes, como um roteiro de vida, exercício de solidariedade, espaço ampliado do lar, refúgio frente aos desafios da sociedade e os confrontos com outros grupos, elaboração de sentidos e significações para a vida. São, portanto, lócus de surgimento e fortalecimento de sentimentos. Teoricamente, no entanto, classes sociais são setores em que se divide uma dada sociedade de forma organizativa a partir, fundamentalmente, do poder aquisitivo e político. São estratificações do conjunto de indivíduos que compõem uma nação ou país e estruturam, desse modo, a divisão e as condições de acesso de cada um aos bens sociais.

A luta de classes, vista por Marx e Engels [2005:61-2], só seria vitoriosa para o proletariado através do "desenvolvimento das forças produtivas [...] um pressuposto prático, totalmente necessário, pois, sem ele, apenas se generalizaria a escassez e [..] recomeçaria novamente a luta pelo que é necessário". A expectativa dos autores era por um "desenvolvimento universal das forças produtivas", condição prática para a superação do modelo capitalista de produção e consumo, sempre capaz de se auto-alimentar. Esperava-se por uma luta que "põe indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, no lugar de indivíduos locais". Indivíduos-robôs, sem raízes nem emoções!

Entretanto, pode-se perguntar: o que faz um indivíduo manter-se numa relação social desigual? Para o marxismo clássico isto é transitório, até que necessidades concretas de sobrevivência se tornem menores que a consciência da classe sobre si e seu papel de transformação social. Esta foi a aposta ideológica do marxismo e das teorias derivadas, sempre focados na questão da consciência de classe e na compreensão material da necessidade de revolução. Sentimentos e emoções jamais foram considerados.

Retirada a idealização e objetivação do proletariado, a classe é fraca politicamente, o que se revela na necessidade de mediadores para seus conflitos mais intensos e para a manutenção de direitos. Afinal, é preciso reconhecer a existência de outros grupos sociais além das classes envolvidas na produção industrial – o que leva a uma complicação dos antagonismos e sua interpretação. Classe, enquanto categoria analítica pura, não admite as nuanças da realidade. Para aproximar-se da complexidade social já é preciso adjetivá-la – classe imatura,

classe para si, classe-detrito, classe não-classe.

Da mesma forma a designação classe média responde a necessidades de explicação de uma estratificação social que, no bojo do sistema capitalista, escapa à arrumação clássica do antagonismo entre o proletariado e o capitalista. No entanto, classe média também não é um termo que chegue para expressar as diversas camadas sociais que não estão constituídas nem por operários nem por donos de capital. Motivo de incontáveis debates no terreno das teorias sociais, a chamada classe média parece receber novamente os holofotes sociais, ao protagonizar mobilizações sociais recentes. Para Estanque [2014:58] "A velha *classe de serviço* (Erikson e Goldthorpe, 1992) tende, pois, a tornar-se uma *classe rebelde*".

A resposta teórica do marxismo ao problema concreto da mobilização e da ação política considera fatores estruturais e, sem dúvida, importantes. Mas não tem conseguido explicar as dinâmicas dos sujeitos em suas mobilizações coletivas e nem mesmo seus comportamentos e processos de aceitação, adaptação ou negação dos papéis sociais colocados pelo sistema vigente. Esses limites talvez se expliquem pela não abordagem, por completo, dos sentimentos que mobilizam o indivíduo para a ação coletiva. Cabe, perguntar, portanto, se não foi uma cegueira científica que levou o marxismo a não reconhecer sentimentos, emoções e subjetividades na formação ou não das lutas sociais. Afinal, estavam presentes e declarados durante o longo tempo de elaboração e sistematização do chamado socialismo científico de Marx e Engels.

"Agora, temos a aparência de respeitabilidade e singramos, de cabeça erguida, em direção ao aburguesamento. As nossas preocupações são as mesmas, temos as mesmas relações íntimas com o montepio, mas o bom humor desapareceu.", escrevia Jenny Marx, em torno de seus 40 anos [cf. Giroud, 1992:151], numa das muitas revelações sobre as condições de vida de um grupo social de jornalistas, médicos, escritores que não se ajustavam ao padrão burguês nem de todo modo o abandonavam e constituíam os mentores da revolução operária. Na sequência, Jenny Marx [Id. Ibid.] afirmava: "Por causa das crianças, adoptamos uma vida regular de estilo classe média. Não podíamos continuar a viver como boêmios. Mas tenho a impressão de estar no exílio...". Não será o estilo classe média o exílio de todos justamente por sufocar sentimentos e emoções? Da mesma forma, não será a simplificação da sociedade em duas classes antagônicas entre si o exílio da teoria social ao negar as subjetividades?

2.2. Hegemonia e contra-hegemonia

Antonio Gramsci [1973] acreditava na transformação do mundo a partir da vontade coletiva expressada no agir de cada indivíduo e na construção do consenso e da hegemonia social. No entanto, essa vontade deveria ser organizada, seja por um partido político, um sindicado, uma associação. Para o autor, as massas populares ou classes subalternas, grupos à parte do poder político e econômico, constituem um ator difuso, heterogêneo, que, no entanto, carrega a história social e política. Gramsci [1973:120] idealizava uma humanidade capaz de

viver sem quaisquer estruturas de poder, dominação ou estratificação social, "um processo de esgotamento do poder do Estado, com uma dissolução sistemática da organização política de defesa da classe proletária que se dissolve como classe para converter-se em humanidade".

Com esta concepção, permite-se olhar para além das estruturas materiais e traz o desafio de entender a superestrutura – questões culturais e filosóficas que significam a vida humana em sociedade. No entanto, Gramsci [1973:74] estava preocupado com formas e meios com que indivíduos organizados conseguem "estabelecer o aparato (o mecanismo) da sua hegemonia intelectual, moral e política". Ou seja, seu foco estava nas estratégias para demonstrar resistência frente a um sistema hegemônico.

Se a criação e reprodução de forças contra-hegemônicas se explicam pelas interações que se fazem no próprio sistema-mundo, como em Braudel [1985], pode-se perguntar: Quais os espelhos dessas lutas? Como elas refletem as sociedades em que estão inseridas? Quando e por que as lutas contra-hegemônicas alargam suas demandas em função de outras expectativas de vida, mais subjetivas, menos imediatistas, como por exemplo o degelo polar e a vergonha pela corrupção nos governos? Nesse sentido, a resistência pode ser entendida enquanto encontros de sentimentos como indignação e revolta que se constroem no jogo hegemonia/contra-hegemonia.

Conforme Santos [2005:100], o mundo hegemônico e o mundo contra-hegemônico que se lhe opõe devem ser compreendidos a partir de interações e tentativas de "*des-ocultações*". A contra-hegemonia aparece como desdobramento possível da história da resistência ou, nas palavras de Santos, "das forças sociais que, durante os últimos 200 anos, lutaram contra o *status quo* por uma sociedade melhor".

É na discussão sobre contra-hegemonia que a subjetividade começa a ganhar lugar nas teorias sociais e o sujeito, para além da estrutura a que está vinculado, aparece como alguém com vontades e interesses próprios. Ainda que se possa afirmar que este sujeito está, na teoria, também marcado em suas vontades e interesses pelo lugar social, há um deslocamento do centro político-econômico para um centro cultural na interpretação das ações coletivas.

Para Melucci [2001], as ações coletivas contemporâneas, ao tempo em que não têm projetos políticos de amplitude, lançam novos valores na esfera da cultura: produção e aquisição de conhecimentos; dessacralização dos artefatos culturais; outros interesses que não os macropolíticos; enunciação de necessidades e expectativas; novas compreensões e sentimentos quanto ao estado de bem-estar social. Ou seja, as ações coletivas responderiam ao universo de grupos fluidos, constituídos ocasionalmente, em torno de interesses comuns, mesmo quando momentâneos.

No âmbito da contra-hegemonia, podemos tomar como referência temporal da mudança de atuação o final da década de 1960 [Arrighi, Hopkins, Wallerstein, 1999], quando as lutas sociais deixam o espaço estrito das questões trabalhistas para levantarem bandeiras

feministas, da juventude e da contracultura, dentre outras. As lutas por mudanças sociais desenvolvem-se, a partir daí, em diversas direções, frente a uma hegemonia sem centro, dividida em blocos de interesses que disputam entre si.

Quem é a contra-hegemonia? Para Santos [2005:72], o conjunto de mobilizações e formas de resistência ao sistema mundial hegemônico, no qual participam movimentos sociais, as "vozes mais silenciadas" e entidades formadas por ativistas "das classes médias ou da pequena burguesia". Ainda conforme Santos [2002: 67] "A resistência consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada".

O esforço de *des*-naturalização das relações de emancipação e regulação pode permitir uma compreensão das formas de construção de exigências, reconhecimentos e legitimações no exercício da contra-hegemonia, nas quais estão presentes objetividades e subjetividades, sentimentos e pertencimentos que direcionam as lutas. O conceito de contra-hegemonia não deixa ver, ainda assim, questões pertinentes à compreensão da formação de uma luta social: Por que forças contra-hegemônicas se formam e se diluem? O que move as classes médias e a pequena burguesia? Quais sentimentos as mobilizam? Quais intersubjetividades são acionadas e por quê?

2.3. Redes sociais e novas mobilizações

As formulações teóricas clássicas oferecidas desde Marx e Engels e, a seguir, Gramsci, produzidas em contextos que poderíamos considerar embutidos de sentimentos revolucionários – mesmo que não valorizados nas teorias –, estariam esgarçadas hoje diante de sociedades evidentemente mais complexas, nas quais a desigualdade social extrapola o âmbito estrito das relações de trabalho e produção. Mesmo que o trabalho assalariado continue sendo a fórmula de sustentação da maior parte dos indivíduos e países, as relações trabalhistas são percebidas não apenas por suas próprias aflições, mas por outras relações e instâncias sociais que, enfim, vêm à tona, tais como direitos subjetivos na maternidade da mulher trabalhadora; jovens no mercado de trabalho; especializações da mão-de-obra; mediações tecnológicas na produção e no consumo de mercadorias; formação de uma camada social de aposentados com perspectivas de vida produtiva; sustentabilidade ambiental e humana, dentre outras. A percepção e busca por compreensões acerca de tais fenômenos revelam um movimento amplo das Ciências Sociais e seus paradigmas, em função dos desafios contemporâneos. Dentre eles, a necessidade de interpretar e conceituar as recentes mobilizações sociais, que não se encaixam nem no sentimento revolucionário nem nas relações estritas capital/trabalho.

Nesta perspectiva, Alberto Melucci [2001] propõe uma estrutura analítica para interpretação de lutas sociais a partir de categorias pouco valorizadas pelas Ciências Sociais: emoção, reconhecimento, adesão, expectativa e redes sociais. O autor propõe pensar as ações coletivas a partir da noção de redes que se estendem por diferentes esferas sociais. A partir

do conceito de redes sociais, Melucci constrói uma idéia de ator social denso, permeado por subjetividades e enraizamentos. Considera os aspectos políticos das ações coletivas enquanto construções sociais e culturais sem intenções revolucionárias no sentido macro, tomando a própria transformação cultural como uma dimensão política da vida, e aponta uma permanente construção de valores sociais e culturais enquanto vetor importante nos equilíbrios de poder.

Em Norbert Elias [1970], a noção de rede social aparece como algo fluido e abrangente, em que estão contidas as relações entre os participantes de um grupo e entre este e outros grupos. Essa compreensão pressupõe o reconhecimento de interdependências, mecanismos de pertencimento, reciprocidades, sentidos aleatórios e não planejados, espontaneidade, conflitos e equilíbrios. Aparecem como pressupostos da compreensão de Elias quanto às relações sociais em redes: 1) as relações se estabelecem enquanto dependências recíprocas; 2) os processos sociais são dinâmicos, o que leva a renovações sociais e emotivas; 3) as redes de relações só podem ser entendidas numa análise do *tempo longo*, que enfatize os processos sociais; 4) para interpretar o indivíduo em sociedade é preciso considerá-lo em seus múltiplos papéis e funções; 5) as relações sociais são complexas e falíveis, constituindo sociedades móveis e fluidas.

A noção de rede social desloca a questão da desigualdade e da injustiça para o terreno da sociedade e da cultura para além de suas dinâmicas econômicas, ou melhor, entendendo o econômico como constitutivo das relações sociais e culturais. Ao recolocar as ações coletivas no âmbito, então, do social e do cultural, tem-se uma ampliação de possibilidades – por exemplo, a conjunção entre questões macro e micro – de interpretação das lutas sociais e também de seus motivos ou móbil. Na perspectiva da teoria de redes pode-se entender o surgimento e a formalização de redes estratégicas de atuação como um contraponto a uma crescente individualização da responsabilidade. A rede seria uma forma de atuação num mundo complexo e veloz, e, ainda, uma possibilidade de renovar, por meio de mecanismos como o espaço digital, o motor da luta e os laços de solidariedade. Na rede, quem se mobiliza não é um indivíduo atomizado, mas um sujeito inserido em relações de fidelidade, de identidades, de proximidade ideológica.

Grupos e indivíduos se colocam em redes formais de atuação e podem, ou não, deflagrar movimentos sociais. Tais comunidades estratégias recolocam formas de organização social e reconfiguram dinâmicas de integração/diferenciação. Nessa reconfiguração são tensionadas as relações de interdependências e recolocadas funções, reciprocidades, habitus e identidades. É o que Elias [1997] chama de gradiente de formalidade-informalidade. Abre-se, assim, uma possibilidade teórica para compreensão das redes estratégicas nas dinâmicas de lutas contra as desigualdades sociais. No entanto, até onde se atribui um lugar teórico para interpretação do subjetivo, da emoção, do não-racional na condução das ações coletivas? Como as teorias sociais podem interpretar e valorar as ações coletivas enquanto expressões

de sentimentos e não somente enquanto comportamentos racionais com fins e métodos definidos?

Passamos, a seguir, ao exercício de interpretação de ações desempenhadas por duas redes estratégicas na tentativa de revelar emoções, sentimentos e subjetividades na condução de suas mobilizações.

3. Duas redes, duas táticas, um sentimento de mudança

As redes de entidades civis são constituídas em oposição às formas piramidais de organização social. É uma estratégia para atuação coletiva que visa à transformação social. Os sujeitos nessas redes relacionam-se entre si, negociando bandeiras de luta dentre uma gama de focos de atuação; relacionam-se com governos, nem sempre de modo combativo; relacionam-se com empresas nacionais e internacionais que agem como apoiadoras de suas ações; relacionam-se com entidades vizinhas geograficamente ou tematicamente ou moralmente, formando comunidades estratégicas, que redesenham a configuração sociopolítica mundial de lutas por mudanças.

A CRIS Brasil nasceu da "Campanha CRIS (*Communication Rights on the Information Society*), que pode ser descrita como uma articulação pelo direito à comunicação em âmbito internacional [...] no processo da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação" [Spenillo, 2008:11]. No Brasil, transformou-se numa articulação entre diferentes atores sociais, fazendo aparecer uma rede de organizações e ativistas, vindos de movimentos estudantis, sindicais e corporativos, organizações não governamentais e rádios comunitárias. A atuação teve seu apogeu em 2004/2005 e estruturou-se em função de debates e acordos, e da produção de textos e vídeos publicados em canais de comunicação das referidas organizações, incluindo páginas de internet. O método foi a coalizão entre organizações para enfrentamento dos atores governamentais, especialmente no plano legal. Buscava-se alterar as formas de fazer comunicação no Brasil a partir de mudanças no arcabouço jurídico.

Uma tentativa de desobediência civil em que se buscou sair do papel de vítimas, e passar para o de propositores. Todo o esforço de lutas pacíficas e por dentro das estruturas legais nunca saiu dos bastidores de negociações políticas entre as próprias organizações envolvidas e instituições do Estado. Os media, obviamente, não fizeram uma única referência a essa luta na qual eles estão do lado opressor e colonialista, conforme em Santos [2010]. O que empresas públicas e privadas de comunicação fizeram foi adotar o silêncio como estratégia para tornar invisível a campanha pelo direito à comunicação. Desse modo, o os problemas sociais nas formas de comunicação e informação jamais chegaram ao debate nas esferas públicas brasileiras, embora os envolvidos na luta fossem representantes das chamadas classes médias.

O Black Bloc, tática de atuação em redes flexíveis e de laços pouco estreitos presente no

cenário social mundial desde a década de 1980, ganha projeção no Brasil em 2013, com as mobilizações populares desencadeadas pela Copa das Confederações. Os gastos públicos e a agenda de investimentos do governo brasileiro para a da Copa do Mundo em 2014 acionaram os Black Blocs, que se mobilizam usando redes virtuais como o facebook. O Black Bloc Brasil como rede virtual constitui-se num grupo fechado com quase 15 mil membros. Mantém um blog com mais de 11 mil visualizações desde 2013 e link direto com a página de facebook. A atuação Black Bloc é marcada pela revolta, por rompimentos com bases capitalistas e globais, com urgências e métodos de choque, como a destruição de ícones do capitalismo.

Desdobra-se das lutas e dos ideais anarquistas e se coloca junto a movimentos por justiça que crescem ao redor do globo. Conforme Frances Dupuis-Déri [2010:46] "o Black Bloc fez sua entrada espetacular no Movimento por Justiça Global na 'Batalha de Seattle', em 30 de novembro de 1999, destruindo vidraças do McDonald's, Nike, Gap e alguns bancos". A ação black bloc é apontada pela grande media como violenta. Em vídeo divulgado em junho de 2014 pelo Site de Notícias mantido pelo Grupo Estado, que publica jornal diário em São Paulo desde 1875, um black bloc pergunta: "o que é mais violento? Uma pedra que quebra os vidros de um banco ou ver familiares e vizinhos morrerem em filas de hospitais?".

A CRIS Brasil e o Black Bloc Brasil são redes formadas por jovens que se encontram nos cenários urbanos contemporâneos para lutar contra insatisfações ou injustiças que se tornam evidentes para seus integrantes. Este é um importante elemento para interpretar tais redes e mobilizações sociais: não é uma luta direta pela sobrevivência física ou material; não é uma questão direta de injustiça pessoal; não é um conflito de classes. São respostas a sentimentos de indignação e injustiça, em que razões e emoções se combinam em manifestações rápidas, voláteis, com forte conteúdo ético.

A raiva contra o mau uso de recursos públicos se expressa na tática *black bloc* com o apedrejamento de bens sob tutela do Estado, para forçar esse mesmo Estado a aplicar tais recursos ali, a serviço da população. Do mesmo modo, é um sentimento de injustiça quanto a distribuição social dos media que leva à formulação da comunicação como direito humano.

A escolha por uma ação violenta como as demonstrações dos black blocs ao atingirem alvos capitalistas ou do Estado resulta da percepção de vivermos sob uma violência estrutural, em que sujeitos como os entrevistados por Dupuis-Déri [2010], encontram na ação violenta uma forma de expressar sua insatisfação com o modelo político-econômico em que se vive hoje, personificado em corporações privadas e muitas vezes no Estado. Como citado em Dupuis-Déri [2010:56] "o Estado não faz outra escolha senão a violência, então o Estado nos deixa sem opção senão também usar violência contra ele. O Estado, ao ser o que é, criou o Black Bloc (entrevistado BB2)".

Se tomarmos a noção de emancipação enquanto um dos marcos da modernidade e complemento da regulação [Santos 1991; 2010], temos que as lutas sociais organizadas seriam

formas do próprio paradigma moderno buscar equilíbrios e reequilíbrios no que se refere ao controle social das vontades pessoais e políticas. Emancipação e regulação são processos que conduzem os sujeitos, nas sociedades modernas, a controlar subjetividades e vontades. Por um lado o indivíduo moderno torna-se emancipado em relação a visões de mundo fundamentalistas, e por outro, torna-se regulado pelas formas de dominação ou apropriação dos sistemas político-econômicos, tais como a educação, a lei, o civismo, o mercado monetário. Conforme Santos [1991:136], "À medida que a trajectória da modernidade se identificou com a trajectória do capitalismo, o pilar da regulação veio a fortalecer-se à custa do pilar da emancipação num processo histórico não linear e contraditório". Um cenário propício ao surgimento de lutas que reclamam espaços e condições de vida menos regulados e administrados.

Ao analisar as "recentes manifestações e movimentos de protesto" no Brasil e em Portugal, Estanque [2014: 53 e 54] apresenta a "hipótese de que se trata de dinâmicas e tensões sociais onde transparece uma *pulsão de classe média*" e parte do suposto de que "as camadas que integraram os protestos se debatem com processos de rápida redefinição de *status* e de padrões de consumo associados aos direitos laborais (ameaçados ou por consolidar) e a um profundo sentimento de frustração e de injustiça.".

Contestação, desobediência civil, revolta, resistência são repostas a mecanismos de equilíbrio de poder nas formações sociais modernas que exigem mudanças. O formato CRIS Brasil apresentou tais exigências de mudanças de modo contestatório, reivindicando alargamento dos regimes políticos democráticos pela via da construção de políticas públicas igualitárias e do reconhecimento dos direitos à comunicação.

Aspirações e expectativas mais gerais foram pautadas pela CRIS Brasil em contestações que pretenderam colocar os manifestantes no centro nervoso do poder e alterar as condições do jogo político democrático de modo intelectual e legal, discutindo marcos jurídicos e práticas políticas com parlamentares, tecnólogos, advogados e psicólogos. Uma demonstração do ápice de um sentimento de injustiça quanto a não consideração das instituições de Estado pela qualificação profissional de seus cidadãos – a pequena burguesia brasileira atuando no jogo hegemonia/contra-hegemonia.

Se a articulação em torno da idéia e da luta internacional pelo direito humano à comunicação foi uma tentativa de ultrapassar as "linhas globais" [Santos, 2010: 26], não se obteve êxitos. Na sociedade brasileira a predominância de um pensamento abissal replicado desde o Norte global através das elites e dos media, mas também por toda a gente em suas práticas cotidianas, produz tal luta e tal questão como inexistentes e invisíveis. Não há espaço sequer para a "tensão entre a regulação e a emancipação social" [Santos, 2010:24], uma vez que o pensamento dominante não consegue reconhecê-las. "De facto, a dicotomia regulação/emancipação apenas se aplica a sociedades metropolitanas. Seria impensável aplicá-la aos territórios coloniais. Nestes aplica-se uma outra dicotomia, a dicotomia apropriação/

violência...”.

Podemos supor que a tática black bloc fundamenta-se no sentimento de batalha perdida quanto ao uso dos aparatos legais nas democracias modernas e, ao contrário das estratégias da CRIS Brasil, busca deslegitimar as leis e as bases jurídicas e políticas. A opção Black Bloc Brasil de tomar as ruas com presenças rápidas, fugazes e impactantes leva as lutas sociais para o campo extra-institucional - não colonizado?! - e imprime uma lógica de caos ao que se pretende regular. Nesses espaços a dicotomia apropriação/violência se expressa na necessidade de extravasar revoltas e indignações, levando violência e apropriação como respostas às violências e apropriações constantes, naturalizadas e cristalizadas no Estado de Direito.

Considerações Finais

Com a discussão aqui proposta e os elementos ilustrativos trazidos das ações coletivas empreendidas pela CRIS Brasil e pelo Black Bloc Brasil, pretendemos alargar o debate sobre lutas sociais em sua configuração recente, pautando para as Ciências Sociais questões de motivação para a luta que ultrapassam o racional e o objetivo. A noção de justiça/injustiça social ganha fôlego nos cenários de democracias representativas sustentadas por economias capitalistas vorazes, levando diversos grupos sociais, antes invisíveis a se encontrarem no combate ao modelo político-econômico que faz perdurar estruturas de desigualdade. As mobilizações sociais recentes trazem características peculiares, tais como a organização em redes, a globalização das ações, a preocupação com a visibilidade, a articulação que transcende limites geográficos.

As necessidades atuais de mudança, impulsionadas pelas tecnologias e pela visibilidade de novos atores e questões sociais colocam em questão os formatos de democracia representativa e as condições políticas da negociação e da participação nesse sistema. Se não há projetos de futuro ou ideais de mundo, há o crescimento de sentimentos que levam à ação coletiva e radical. Sentimentos e subjetividades estão presentes e motivando as ações sociais. Da Carta de Jenny Marx, em que o motivo que mobiliza é a indignação de um homem com seu estado de miséria material, à atuação radical das lutas recentes, em que o motivo é a indignação de alguns indivíduos com o estado de miséria social e intelectual de toda uma civilização dominada pelo capitalismo colonizador com sutis estratégias como o consumo e o entretenimento fáceis.

Tanto as redes espontâneas, seja a família, a vizinhança, a comunidade escolar, como as redes estratégicas desenvolvem formas de acompanhar, orientar, conduzir e reconduzir os indivíduos segundo seus próprios valores. Portanto, as redes estratégicas atuais podem ser entendidas como vontade de recolocação emocional do sujeito contemporâneo, que nelas constrói novos laços sociais, ressignifica papel e função sociais, reforça a confiança e a segurança em

si e no grupo. As redes seriam respostas à individualização da responsabilidade, sofrida nos processos de informalização das relações sociais. E apontariam para a possibilidade de novas epistemologias, não lineares.

Entretanto, as tentativas de construir um novo lugar para o qual se remeta a luta social a partir de um ideal de direitos humanos não são suficientemente capazes de fazer serem superadas desigualdades sociais, uma vez que os direitos humanos são um monólogo que esconde diversidades culturais, políticas e econômicas. Por outro lado, o embate físico por meio das táticas de guerra urbana, com destruição de bens públicos e ícones do capitalismo e do autoritarismo do Estado recoloca a indignação e a necessidade de radicalidade das lutas por mudanças sociais em contextos de desigualdades. No entanto, numa sociedade estruturada sob a lógica da dominação como regulação e da apropriação como substituto da solidariedade, há o grande risco de demonstrações de força como as realizadas pelos black bloc levarem a um aumento na escalada da violência urbana e, logo, ao aumento das práticas e jogos de dominação e colonização no terreno do direito e da produção e circulação de informações e conhecimentos.

Referências

Arrigui, Giovanni; Hopkins, Terence; Wallerstein, Immanuel (1999), “1968: el gran ensayo”, *in* Giovanni Arrigui; Terence Hopkins; Immanuel Wallerstein, *Movimientos antisistémicos*. Tradução: Carlos Prieto del Campo. Madrid, Ediciones Akal, 83-98.

Bobbio, Norberto (1999), *Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Paz e Terra.

BraudeL, Ferdinand (1985), *A dinâmica do capitalismo*. Tradução: Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa, Teorema.

Dupuis-Déri, Frances (2010), “The Black Bloc Ten Years after Seattle”. *Journal for the Study of Radicalism*, 4(2),45–82.

Elias, Norbert (1997), *Os alemães*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, J. Zahar.

Elias, Norbert (1970), *Introdução à Sociologia*. Tradução: Maria Luísa Pires Ferreira. Lisboa, Editorial 70.

Estanque, Elísio (2014), “Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013)”. *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 103, 53-80, consultado a 26.05.2014, em http://rccs.revues.org/5540.

Giroud, Françoise (1992), *Jenny, a mulher de Karl Marx*. Tradução: Eduardo Saló. Lisboa, Livros do Brasil.

Gramsci, Antonio (1973), *Consejos de fabrica y Estado de la clase obrera*. Tradução: Guillermo

Gaya Nicolau. Ciudad del México, Ediciones Roca.

Marx, Karl, Engels, Friedrich (2005), *A ideologia alemã*. Tradução: Frank Müller. 3ª ed. São Paulo, Martin Claret.

Melucci, Alberto (2001), *A invenção do presente*. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, Vozes.

Santos, Boaventura de Sousa (1991), "Subjectividade, cidadania e emancipação". *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 32(Junho). Consultado a 26.05.2014 em www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/.

Santos, Boaventura de Sousa (1997), *Pela mão de Alice*. São Paulo, Cortez Editora.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Os processos da globalização", in Boaventura de Sousa Santos (org.) *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, 25-102.

Santos, Boaventura de Sousa (2005), *O Fórum Social Mundial*. São Paulo, Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes" *in* Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Edições Almedina, 23-71.

Spenillo, Giuseppa (2008), *Direito à Comunicação: uma formulação contemporânea de exigências de mudanças nas estruturas coletivas de comunicação e informação. Contribuições para uma análise sociogenesiológica e configuracional da articulação CRIS Brasil*. Tese (Doutoramento). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais. CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/tese_-giuseppa_spenillo.pdf.

www.facebook.com/estadao. 01 de junho de 2014. Black Blocs: "Vamos transformar a Copa num caos".

Anexo

1. Trechos originais de citações cuja tradução é de minha autoria.

À pág 08 : un proceso de agotamiento del poder del Estado, con una disolución sistemática de la organización política de defensa de la clase proletaria que se disuelve como clase para convertirse en la humanidad." Gramsci [1973: 120]

À pág. 13: "the Black Bloc made its spectacular entrance into the Movement for Global Justice at the 'Battle of Seattle' on 30 November 1999, smashing the windows of McDonald's, Nike, Gap, and certain banks." Frances Dupuis-Déri [2010: 46]

À pág. 14: "the state has no choice but to use violence, then the state leaves us no option but

to also use violence against it. The state, by being what it is, created the Black Bloc" (BB2)."
Frances Dupuis-Déri [2010: 56]

Uma dança entre inovação e regulação

Nára Beatriz Chaves Alves[1]
José Geraldo Wizniewky[2]

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise da experiência do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (Ates), no Rio Grande do Sul – Brasil que inseriu os conselhos regionalizados (prestadoras de serviços e assentados) aos institutos participativos não previstos no Programa de Ates. Tal medida não destruiu o construído, ao contrário, constrói um momento deliberativo, como alternativa democratizante à determinação administrativa, na implementação das metas contratuais a serem executadas e cumpridas pelas prestadoras. No caso da Ates, simultaneamente, inova com a interface criada e estabelece novas relações de poder. Entretanto, a regulação do Programa de Ates limita o compartilhamento da autoridade das decisões invertendo a atuação institucional participativa das ONGs.

Palavras-chave: Programa de Ates, regulação, canais participativos, inversão e ONGs.

Abstract

The objective of this article is to present an analysis of the experience of the Social Program and Environmental Technical Assistance (Ates) in Rio Grande do Sul, Brazil, which entered the regionalized councils (service providers and settlers) participatory institutions not covered by the program Ates. This measure did not destroy the built instead builds a deliberative moment, as democratizing alternative to administrative determination, implementation of contractual targets to be implemented and enforced by the providers. In the case of Ates simultaneously innovates with the interface created and establishes new relations of power. However, regulation of Program Ates limits the sharing of authority for decisions reversing participatory institutional role of NGOs.

Keywords: Program Ates, participatory channel, regulation, inversion and NGOs

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar un análisis de la experiencia con el Programa de la Asistencia Social y Técnica Ambiental (Ates) en Rio Grande do Sul –Brasil, que ha incluido los consejos regionales (prestación de servicios y colonos) en los institutos participativos, hecho que no se prevé en el programa de Ates. El hecho no destruyó lo que ya fue construido, al revés, construye un momento de deliberación, como una alternativa democrática a la resolución administrativa en la aplicación de los objetivos contractuales aplicados y cumplidos por la prestación de servicios. En el caso de Ates hay una innovación simultánea, por la interfaz creada y por las nuevas relaciones de poder establecidas. Sin embargo, la regulación del Programa de Ates limita el compartir de autoridad al tomar decisiones que invierte el papel institucional participativo de las ONGs.

Palabras claves: Programa Ates, canal participativo, regulación, inversión y las organizaciones no gubernamentales.

---

1 Nára Beatriz Chaves Alves, advogada, Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

2 José Geraldo Wizniewky, Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agroecologia Sociologia y Estudios Campesinos pela Universidad de Córdoba, Espanha, professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

1. Introdução

No Brasil, após a abertura política em 1985, surgem desafios para o exercício das ações coletivas na relação entre sociedade civil e Estado. A Constituição Federal de 1988 coloca novos canais, espaços participativos e mecanismos institucionais verificáveis e disponíveis a atores da sociedade civil. O Estado brasileiro, nos anos de 1990, inicia a reforma do aparelho estatal, delimitando sua atuação a serviços exclusivos. Os demais serviços considerados não exclusivos são privatizados, publicizados e terceirizados às organizações não estatais. Com isso, formalizam-se parcerias e amplia-se a institucionalização da participação entre os atores privados e públicos com implicações nas formas de organização da sociedade civil, como questões identitárias nos movimentos sociais e organizações engajadas em lutas sociais.

O novo contexto reconfigura o associativismo brasileiro, que, além de criar novos espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil, faz com que novos atores entrem em cena, como a proliferação das Organizações Não Governamentais (ONGs), marcada por dois aspectos: "[...] uma forte reivindicação de autonomia da sociedade civil por parte dos atores sociais" e "a participação ativa das ONGs nas diversas áreas temáticas das políticas públicas", segundo Avritzer (2009:31-32).

Já os movimentos sociais buscam, além da publicização e democratização do Estado, a necessidade do controle social em cinco dimensões: formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas (Moroni, 2009:109-110). Além das novas nuances participativas, vale ressaltar dois momentos que sobressaltam dos movimentos sociais: o primeiro, relacionado à trajetória histórica, em que há uma resistência em integrar a gestão da Administração Pública e o segundo, em que os movimentos sociais recepcionam esta oferta de interação. Com esses espaços e mecanismos, haveria a intenção de reverter o "padrão de planejamento e execução de políticas públicas no Brasil" (Tatagiba, 2002:47).

Com novo cenário de estabelecimento de políticas públicas, cria-se uma nova gramática de atuação e parceria dos atores da sociedade civil e Estado. Alguns movimentos sociais transformam-se em ONGs ou incorporam-se às ONGs, passando da postura de reivindicação para propositivo, sugerindo "um projeto de ação" por meio das políticas públicas focalizadas, conforme Gohn (2013:62).

No meio rural brasileiro, ONGs de assessoria rural têm uma trajetória de significativa importância na discussão sobre a questão agrária, modelos alternativos de agricultura e o saber popular e científico. Por iniciativa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), desenvolve o projeto de tecnologias alternativas, conhecido como PTA/FASE com a proposta inicial de assessoria às comunidades rurais, com a missão de superar essa debilidade, principalmente nos assentamentos de movimentos da luta pela posse da terra no Brasil (Alves, 2012). Para Almeida (1989), era uma alternativa ao movimento popular, pois oferecia a oportunidade de questionamentos sobre o modelo de agricultura a

segmentos sociais rurais.

Assim, as ações diferenciadas desempenhadas pelas ONGs de assessoria rural, mediante iniciativas com a cooperação internacional, convênios, contratos ou termos de parceria pública, abrem caminho para atuar em espaços antes ocupados pelos movimentos sociais da luta pela terra. Convém mencionar, ainda, que, sob a égide da descentralização após Constituição Federal de 1988, o Estado mantém sob sua coordenação os serviços destinados ao meio rural, principalmente no campo de políticas de desenvolvimento rural, os quais regula, controla, financia e adota iniciativas com foco em políticas públicas.

A reconstituição dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater)[3] embasados nas reivindicações dos movimentos sociais e sindicais dos agricultores, das instituições públicas, ONGs, políticos, lideranças, faz com que, o Estado brasileiro, venha a propor em 2004, a Política Nacional de Extensão Rural (Pnater). A Pnater, constituída pelo processo de confrontações de várias incursões de mandos e desmandos e de propostas verticalizadas sobre o manto do difusionismo à agricultura, traz nova orientação em relação ao público (exclusivamente a agricultores familiares e assentados rurais), ao método de trabalho e adequação do formato institucional da Ater (Peixoto, 2008).

Assim, os serviços foram redesenhados e criados para públicos específicos como o Serviço de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), criado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cujo destino era de apoio técnico aos assentados rurais em áreas de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra, 2004). A partir do reconhecimento dessa distinção de serviços exclusivos para assentados da reforma agrária, estabelece-se uma especificidade para um público que estava à margem das políticas públicas no meio rural (Dias, 2004). A estruturação e a execução dos serviços de Ates é de responsabilidade do Incra, com marco legal: Norma de Execução nº 39, de 30 de março de 2004 e Manual Operacional/2008.

Em 2008, o Incra altera a forma de contratação dos serviços de Ates em face às solicitações dos atores envolvido e por força das normas do processo licitatório vigente no Brasil. Porquanto, a contratação dos serviços de Ates em assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra, passa a ser nos moldes operacionais do direito administrativo brasileiro. A contratação das organizações não governamentais recai na comprovação de atuação no meio rural conforme os critérios estabelecidos nas chamadas públicas e os serviços de Ates promovidos pelo Incra (Incra, 2008).

Neste artigo, analisa-se a experiência ocorrida no Programa de Ates no estado do Rio Grande do Sul (RS), em que a construção coletiva dos Conselhos Regionalizados entre os interessados (assentados, prestadoras de serviços e articuladores), com a anuência do Incra/RS, amplia as instâncias de participação não previstas no Programa de Ates, constituindo um canal de

3 O serviço de extensão rural no Brasil tem o registro em 1948 e institucionalmente é reconhecido em 1956, Minas Gerais, MG. Maiores informações ver Peixoto, 2008.

participação a assentados e prestadoras de serviços.

Assim, expomos as reflexões sobre esta dança entre inovação e regulação, a partir do referencial teórico do Programa de Ates e as constatações do estudo de caso realizado em 2012[4], no Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), ONG socioambiental prestadora dos serviços de Ates, desde 2009. Apresentamos uma iniciativa que potencializa a aproximação dos interesses dos assentados e prestadores de serviços, cuja implementação das metas contratuais a serem executadas e cumpridas pelas prestadoras parte dessa base de diálogo, podendo ser reconhecida como alternativa democratizante. Entretanto, a regulação do Programa de Ates limita o compartilhamento da autoridade das decisões, invertendo a atuação institucional participativa das ONGs.

O texto divide-se, a partir da introdução, em mais quatro sessões: o contexto e descrição do Programa de Ates; a inovação e a regulação dos serviços do Programa de Ates; a inversão da natureza das prestadoras de serviços – ONGs de assessoria rural; e as considerações finais.

2. O Contexto e descrição do Programa de Ates

A leitura da origem dos assentamentos rurais passa pelo campo de lutas e de conflitos desenvolvidos pelos agricultores e trabalhadores rurais num contexto de diversidade de situações nada homogêneas, em que entre articulações e arranjos das organizações, movimentos sociais e iniciativas governamentais normatizam o acesso a terra e harmonizam os interesses dos movimentos e organizações a favor dos assentados rurais (Dias, 2004). Neste sentido, há uma expectativa a partir da constituição de um assentamento rural, principalmente, da necessidade da intervenção estatal na dicotomia: social/econômica. A priori, a intervenção estatal destaca o fator econômico, cuja intenção resume-se em o assentado integrar-se como agricultor familiar e aos mercados produtivos (Dias, 2004).

Deste modo, as ações governamentais são decisivas na elaboração de planos, projetos técnicos e programas de crédito para viabilizar o assentamento, fazendo com que o Estado assuma um papel de atuação no serviço de assistência técnica e extensão rural. Nos anos de 1990, houve todo um contexto político influenciado pelo discurso da política neoliberal, principalmente a preposição do Estado mínimo e, no caso brasileiro, a ótica de desmantelamento e extinção de órgãos públicos responsáveis, por exemplo, pela assistência técnica e extensão rural.[5] Todavia as demandas sociais dos agricultores e assentamentos rurais permaneciam e permanecem na pauta nas políticas de desenvolvimento rural.

No final da década de 1990, surge o Projeto Lumiar (1997 a 2000)[6], capitaneado pelo

4 Dissertação de Mestrado defendido no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM), no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria,RS, Brasil, disponível em http://w3.ufsm.br/ppgexr/index.php/biblioteca-digital.

5 Os serviços de assistência técnica e extensão rural passam aos estados e, além disso, há extinção da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

6 Projeto Lumiar – projeto lançado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, com a finalidade de promover a

Estado, mas pressionado pelos intensos conflitos que aconteciam no campo. Desta forma, a experiência do Lumiar perpassava por um ambiente favorável à promoção da reforma agrária e com a proposta de descentralizar o serviço de prestação de assistência técnica aos agricultores assentados (Dias, 2004:516). A assistência técnica e extensão rural aos assentados ocorria por meio de assessoria, na qual o Incra mantinha convênios com as organizações para atendimento dos assentados nos assentamentos. O Projeto Lumiar, embora com pouco tempo de existência, serve de base constitutiva em 2004 para formulação e implementação dos serviços de Ates, considerando três constatações:

> a) a falta de capacidade operacional do Incra para dar conta da diversidade de tarefas que demandam o processo de assentamento; b) a insuficiência ou a inadequação dos serviços oferecidos pelas empresas estaduais da extensão rural (Emater e similares), que são as que predominam entre as que fornecem tais serviços, por meio de convênios, aos projetos de assentamento; c) a necessidade de um serviço de assistência técnica e extensão rural específico financiados com recursos dos programas públicos de crédito rural (Dias, 2004:514).

Assim, na criação do serviço de Ates, o processo de prestação de serviços de assessoria técnica a organizações e associações engajadas no meio rural estava implícita a permissão, por meio de convênios, aderindo a planos ou programas desenvolvidos pelo Estado[7]. De modo geral, a criação dos serviços de Ates pelo Incra e os desdobramentos foram dialogados com o Movimento Sem Terra (MST) e as propostas advindas do II Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003, as quais exigiam a garantia de assistência técnica e extensão rural a todas as famílias das áreas reformadas (Alves, 2012).[8]

O Programa de Ates está subordinado às diretrizes da Pnater, ou seja, à política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), entretanto o Incra normatiza o serviço de Ates, estabelecendo e definindo critérios de prestação de serviços de extensão rural para um público específico: assentados rurais de reforma agrária. A política de Ates é compreendida pelo Incra como um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária (Incra, 2008:10).

O funcionamento institucional do serviço de Ates, em 2004, ocorria da seguinte forma: Coordenações Nacionais e Regionais tinham o poder decisório, as ações a serem realizadas

tercerização e descentralização da assistência técnica aos assentamentos da reforma agrária.

7 No estado do RS, assume a prestação de serviços aos assentados rurais, neste período, a Coptec uma sociedade Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária, fundada em 1996, cujas ações estão direcionadas à luta em favor dos direitos das famílias assentadas, através da constante assistência técnica voltada à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável e a Emater/RS.

8 O Movimento dos Sem Terras (MST) oficialmente fundado em 21 de janeiro de 1984 e seus objetivos são: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

pelas equipes técnicas vinculavam-se ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), mediante consulta do Fórum de Ater, ou seja, não havia um fórum de discussão de temáticas específicas ao assentado rural e assentamentos.

A prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural aos assentados rurais ficou a cargo das organizações não estatais, serviços delegados às entidades estaduais e organizações não governamentais por intermédio de convênios com o Incra.[9] As denúncias e dificuldades foram alastrando fatos como: problemas de prestação de contas por parte das organizações não conveniadas, falta de pontualidade nos pagamentos, insegurança sobre a continuidade dos serviços. Além disso, reformulações e alterações aos serviços de Ates foram forjadas.

Em 2008, o Incra redesenha o programa e lança novas diretrizes à política de Ates. A nova orientação vinha com reordenação de procedimentos administrativos e operacionais no Programa de Ates, consoante aos apelos de movimentos sociais, prestadoras e as exigências normativas. O Incra realiza chamadas públicas às organizações interessadas, as quais deverão comprovar experiência na atividade com assentamentos, ter quadro de técnicos capacitados e com conhecimentos especializados em diversas áreas. Os recursos destinados à contração são recursos públicos (Incra, 2008).[10]

O Programa de Ates adota os princípios da Pnater, como: metodologias participativas e educação não formal. A intervenção de agentes de Ates é feita com orientação do enfoque pedagógico construtivista e humanista conforme a realidade e o conhecimento local. As metodologias empregadas devem ter uma avaliação participativa dos resultados e soluções encontradas para situações homogêneas em realidades diferentes (Incra, 2008:12). A intenção é fortalecer a construção de um modelo participativo pluralista com possibilidade de iniciativas de inserção de novas formas de pensar e novos espaços nas relações estabelecidas (Incra, 2008). Considera-se que o Programa de Ates orienta sobre a necessidade de a assessoria técnica estar na vida das famílias assentadas e, para isso, requer que haja inovações no âmbito das metodologias de trabalho (Incra, 2008:45). A Ates organiza-se com instâncias administrativas de participação dos envolvidos e equipes de execução técnica, como: a) a coordenação e supervisão composta pelo Incra - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DDPA) e Superintendências Regionais (SRs), concentrando o poder decisório; b) Fórum Nacional e Fórum Estadual de Ates como instâncias de participação social; c) execução técnica - as equipes de articulação e Núcleos Operacionais (NOs) (Incra, 2008:19).

9 Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS, Emater/PR entre outras).

10 Desde 1996 está em vigência a Lei de Licitações - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, cuja delegação de serviços públicos implica realização de processos licitatórios. Os serviços do Programa de Ates são considerados intelectuais, dispensado da modalidade licitatória por menor preço, realizando pela melhor técnica ou técnica e preço. Tais serviços são: agroecologia, meio ambiente, economia rural, uso, manejo e conservação de solos, sociologia rural, elaboração de projetos (de crédito produtivo, de recuperação de áreas degradadas, sociais, etc.) e capacitação continuada dos assentados(as), conforme Manual Operacional de 2008 e o art. 30, inciso XXX da Lei 8.666/93.

As SRs têm atribuições de gestão, coordenação e controle, mediante levantamento das demandas de Ates, planejamento, alocação de recursos para assessoria, sanção e veto às propostas referentes à execução das atividades de Ates, monitoramento e fiscalização do contrato firmado, constituição e coordenação dos Fóruns Estaduais de Ates, entre outras (Incra, 2008:20).

Os canais e espaços participativos previstos pelo Incra - Fórum Nacional de Ates e o Fórum Estadual de Ates - embora de caráter consultivo, constituíram-se em processos de participação entre o público beneficiário, organizações prestadoras de serviços e os agentes governamentais no debate sobre a implementação do Programa de Ates, visando ao aperfeiçoamento das propostas e ações. A composição do Fórum Estadual é paritária, dela participam o governo Federal e Estadual, movimentos sociais e sindicais de representação estadual das entidades vinculadas às atividades de assessoria. Desta forma, o poder de participação resume-se na consulta de representações da representação.

As organizações habilitadas à prestação de serviços de Ates seguem as cláusulas contratuais determinadas pelas SRs, identificadas como metas contratuais a serem alcançadas, conforme o cumprimento dos objetivos da Ates, monitoradas por um sistema de registro de atividades informatizado. Portanto, as equipes técnicas atuam, segundo as determinações contratuais, orientações da SRs e o regramento geral do Manual Operacional do Programa de Ates, e o pagamento dos serviços fica a mercê do cumprimento das metas pactuadas em contrato (Incra, 2008).

A assessoria à execução técnica e da equipe técnica fica a cargo das Equipes de Articulação[11] (profissionais das ciências agrárias e sociais, que atuam na função de apoio especializado à equipe técnica e de articulação entre prestadora, assentados e Incra). As equipes técnicas desenvolvem seus trabalhos nos NOs, por meio das prestadoras de serviços contratadas e têm a missão de elaborar, acompanhar e, posteriormente, orientar-se pelos Projetos de Exploração Anual (PEA), Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA).

3. Da regulação a inovação institucional: uma estratégia diferente

A cultura de intervenção participativa no Brasil não é homogênea, e em alguns lugares é bem incipiente. Mesmo após 1988, há Estados da Federação que nem sequer tribuna popular conseguiram instituir. Por outro lado, o Estado brasileiro vem se colocando na sociedade como sujeito-ator, compartilhando os serviços públicos não exclusivos com organizações não estatais, mas mantendo a coordenação e o controle dos serviços ofertados, no contexto do Estado gerencial, proposto por Bresser-Pereira quando da reforma do Aparelho do Estado em 1995.

11 Atualmente, chamam-se Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs).

Atento a isso, por meio de legislações, normas e regulamentos, o Estado institui a qualificação das organizações civis, em Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), viabilizando a contratação das organizações interessadas na prestação de serviços para implementar e executar os serviços não exclusivos do Estado e programas de Parceria Público-Privada (PPP), descentralizando e desconcentrando várias atividades estatais. Nesse período, destaca-se no Brasil, a concepção de Terceiro Setor, apresentado como "interlocutor político da sociedade civil organizada" (Moroni, 2009:122).

Assim, as mudanças políticas foram redesenhando a institucionalização dos processos participativos com o Terceiro Setor. Nesta compreensão, na primeira década de 2000, o predomínio das ações visava obtenção de resultados, em projetos de parceria que envolviam diferentes setores públicos e privados (Gohn, 2013:60).

Grosso modo, há a conjugação de vontades entre Estado e Terceiro Setor, compartilhando serviços públicos em nome de melhoria, eficiência nos serviços públicos com políticas específicas a determinados públicos. No entanto, conforme Odriozola, pela literatura, são identificados quatro grandes problemas em face do intercâmbio, Estado e Terceiro Setor: a falta de flexibilidade, problemas de financiamento, conflitos de recursos humanos e problemas de qualidade (Odriozola, 2008:97).

Em recente pesquisa, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresenta o resultado de estudos realizados nos anos de 2013 e 2014, para o caso brasileiro, apontando a visão das ONGs em relação às parcerias firmadas e a visão dos gestores federais sobre o trabalho das ONGs e com as ONGs como parceiras dos programas e projetos com o Estado.

Na percepção das ONGs, os resultados foram traduzidos em uma máxima: "a parceria com o Estado é uma via de mão dupla" (Lima Neto, 2013:8). As ONGs tratam como parceria estratégica em que, a partir dos recursos aportados pelo Estado, é possível ampliar a linha de atuação em relação ao público, diversidade de serviços, objetivos e influenciar as políticas públicas. Contudo, da mesma forma que produz resultados do interesse das ONGs, traz obstáculos burocráticos que comprometem a autonomia da entidade (Lima Neto, 2013). Parafraseando este autor, a parceria com o Estado é um motor para os projetos das ONGs e, ao mesmo tempo, torna-se um entrave.

Na visão dos gestores federais, as ONGs têm maior facilidade na captação das demandas dos beneficiários, desenvolvem métodos e formas originais para alcançar os objetivos definidos nas ações governamentais e, com isso, alimentam a inovação nas políticas públicas. Além disso, têm competência e funções que a burocracia não poderá substituir nem a curto e médio prazo, como expertise, capilaridade, flexibilidade e engajamento nas políticas relacionadas aos convênios celebrados (Lopez e Abreu, 2014:22). Para os autores, talvez sejam as razões de as organizações civis serem elevadas como atores importantes nas políticas estatais e diferentes do modelo de 1990, em que havia um apelo de eficiência e, hoje, essas organizações são

consideradas não para substituir as políticas de Estado, mas para fortalecê-la. Ao que parece, a parceria serve ao Estado e às organizações civis. Não obstante, as ONGs terem sintonia no processo de parcerias com o Estado, Odriozola (2008) alerta para a burocratização, a curto prazo, das organizações do Terceiro Setor.

As organizações não estatais vêm sendo incorporadas ao Programa de Ates no estado do Rio Grande do Sul, mediante uma contratação de prestação de serviços de assistência técnica para assentados, conforme a estrutura prevista pelo Manual Operativo do Incra, de 2008. O Incra/RS divide geograficamente o estado em 18 Núcleos Operacionais (NOs), com a seleção de uma prestadora de serviços para cada NO. As prestadoras contratadas para os serviços de Ates inicialmente foram: a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária (Coptec) e a Emater/RS-ASCAR[12] e, em 2009, o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap).

Com a implementação do Programa de Ates, as equipes técnicas das prestadoras perceberam dificuldades no cumprimento das metas determinadas pelo Incra e planejadas pela equipe técnica. A principal dificuldade era o distanciamento das metas previstas com as reais necessidades dos assentamentos. Embora as metas de Ates fossem discutidas pelo Fórum Estadual, o poder deliberativo do fórum era consultivo, e o poder decisório - conforme a hierarquia estruturada – ficava a cargo da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e as Superintendências Regionais (SRs) em cada Estado. Entre as determinações contratuais, por exemplo, estava a previsão de duas visitas ao ano, no mínimo, aos assentados e uma reunião de discussão e debate do PDA/PRA. Fora disso, a participação do assentado na Ates era restrita.

Convém ressaltar que o Programa de Ates concentra-se nos NOs, como fomento do planejamento e execução da equipe técnica. No entanto, a participação do público beneficiário resumia-se ao contato com a equipe técnica dos NOs, ainda que nos Fóruns de Ates, as prestadoras de serviços têm assentos, mas sua participação é proporcional ao conjunto das prestadoras que integram o Programa de Ates. Independente da concepção de representação do público beneficiário (assentados), as organizações contratadas com o apoio da equipe dos articuladores insurgiam-se sobre as distorções contratuais e operacionais do Programa, mais especificamente, a finalidade das metas e sua configuração como cláusulas pétreas, na relação Incra, prestadoras e assentados rurais.

As contestações foram levadas à SR/RS e dentro do poder discricionário da ação pública que lhe cabe, disponibilizou a partir de 2010 a implementação das adaptações e alterações que auxiliaram no funcionamento e operacionalidade da Ates/RS. Dalbianco e Neumann (2012) consideram que foram possíveis tais modificações pela autonomia relativa da SR/RS.

A par disso, as prestadoras de serviços e assentados rurais vinculadas ao Programa de Ates/RS constituíram uma instância participativa regionalizada, chamada Conselhos Regionais,

12 Instituição representante do serviço oficial de extensão rural no Estado do RS.

com a missão de maior capilaridade das reivindicações dos assentados, qualificando, assim, o trabalho nos NOs. Na ótica das prestadoras, é favorável tal ação, pois não está desassociada da natureza das ONGs de assessoria aos movimentos. A aproximação com a base potencializa a legitimidade das ações, bem como o papel das ONGs - romper os modelos *top dow* - com proposições inovadoras, ou seja, afastada da visão do topo do Estado.

Com este corte no desenho institucional do Programa de Ates, há uma transversalidade de gestão nas instâncias participativas previstas e no comando do Programa de Ates. A garantia de uma maior participação social auxilia no mapeamento interno dos serviços necessários aos NOs, facilitando a descentralização da execução da Ates e, no contrato, as metas poderiam ser melhor planejadas, afastando o que foi identificado pelos entrevistados, como: "amarras" ou "um pacote pronto [...] elas vêm tão redondinho [...] bem distante da realidade"[13].

Isso é visto como inovação porque dentro do próprio campo da Administração Pública as prestadoras e assentados rurais utilizaram-se dos mecanismos institucionais para criarem um momento deliberativo, diferente do que havia sido proposto como espaço participativo. Com isso, de forma indireta, equilibra as relações de poder estruturadas e estabelece um novo canal de participação, em que se pode considerar esta experimentação como fator democratizante ao desenho ofertado pelo Programa de Ates. Nas palavras de Santos e Avritzer (2009:75): "É na originalidade de novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas". Contudo, nos demais estados brasileiros, o modelo de Ates permanece nos modelos originários estabelecidos pelo Estado. A flexibilidade da SR/RS permitiu que a participação social se ampliasse na Ates do RS, inserindo um canal e espaço participativo, uma comunicação entre os envolvidos e a perspectiva de ter o controle social sobre as ações que serão planejadas e implementadas nos assentamentos do Programa de Ates/RS.[14]

Não resta dúvida que isso leva a uma interpretação sobre a combinação entre a influência do Terceiro Setor e a disponibilidade do Estado, arranjo institucional, cujo modelo ingressa no campo da complementaridade. Uma evidência está na relevância do espaço criado, entretanto essa relação é de "mão dupla" e indica consequências que merecem algumas reflexões, entre elas, a inversão da natureza das ONGs de assessoria rural, pois os objetivos dessas organizações e do Estado não são semelhantes.

4. Inversão da natureza das ONGs de assessoria rural

Para uma melhor compreensão, a atuação das ONGs, no caso brasileiro, pode ser

13 As entrevistas apresentadas, aqui e ao longo do texto, encontram-se na Dissertação do Mestrado (Alves,2012).

14 O Programa de Ates no RS, atualmente, atende 304 assentamentos distribuídos em 20 Núcleos Operacionais (NOs) com o total de 10.958 famílias, em 83 municípios do RS. As ações da Ates são orientadas por quatro eixos: produtivo, social, ambiental, integração das políticas públicas e programas institucionais. Três prestadoras de serviços realizam o serviço de assistência técnica nos NOs, assim distribuídos: Coptec é responsável por 10 NOs, Emater/Ascar/RS com 9 NOs e o Cetap com 1 NOs.

considerada como um ator da sociedade civil, pois muitas dessas organizações têm o seu enraizamento nos movimentos sociais, cuja missão inicial estava em torno da intenção de prestarem assessoria aos movimentos sociais, no que tange à organização e à burocracia a ser enfrentada, interligando ações, militância e temáticas técnicas (Alves, 2012).

Neste sentido, as ONGs de assessoria no meio rural como Cetap, que, ao longo de quase 30 décadas de existência, tem a sua trajetória engajada e comprometida junto aos agricultores e movimentos sociais do campo no estado do RS, cujas atividades concentram-se em trabalho com tecnologias alternativas, educação ambiental em escolas de comunidade rural, recuperação de sementes e frutos nativos, projetos agroflorestais, incentivo e formação de feiras de produtos orgânicos com orientação agroecológica (Alves, 2012).

Desde 2009, a entidade foi contratada para os serviços do Programa de Ates em face da sua trajetória histórica de assessoria ao público beneficiário e margeado pelo interesse da organização estar prestando um serviço, novamente, conforme sua fundação originária com os assentados rurais. Configura-se, assim, uma estratégia de planejamento político e financeiro. Político no sentido de oportunidade de atuar em uma demanda que traz, novamente, ao Cetap um público que fez parte do início da sua história e financeiro por ser uma fonte de recurso que mantém as atividades do Cetap (Alves, 2012).

A contratação dos serviços do Programa de Ates trouxe soluções no campo de sustentabilidade financeira ao Cetap, todavia houve redução da possibilidade de implantar a linha de atuação e os objetivos da entidade nos assentamentos rurais, conforme idealizado, e outras iniciativas em virtude do cumprimento das metas contratuais determinadas. Essas questões são abordadas nos depoimentos a seguir:

> [...] não é que a execução de metas seja o problema. Mas quando estas metas têm objetivo de atender interesses tipo do governo ou do Incra, ela se torna um condicionante. Então, assim, as metas nos condiciona para executar aquilo que a demanda programa muitas vezes não tem nada a ver com os beneficiários e nem interesses da instituição [...] (E.5).

> Esse momento atual de recursos é meio chato. A maior parte dos recursos do Cetap é do Incra e aí são meio carimbados. Não se consegue fazer ações mais específicas no assentamento rural com o foco em agroecologia, que é a bandeira do Cetap (E.6).

De modo geral, as ONGs são caracterizadas e percebidas pela flexibilidade nas suas ações, com maior ou menor grau de disponibilidade de experimentações de superação com metodologias inovadoras e participativas. O fato de o Cetap desenvolver projetos e atividades reconhecidamente inovadoras no meio rural, começando com análise da agricultura convencional, passando para orgânica e, posteriormente, definindo-se pela orientação

agroecológica como carro chefe das suas ações, faz com que as haja exigências de atuação com esta orientação (Alves, 2012).

Além disso, há toda uma exigência de regulação na implementação e execução do Programa de Ates, que limita o compartilhamento da autoridade nas decisões, ou seja, embora com instâncias de participação social, os poderes destas instâncias são consultivos, ficando o poder de veto e sanção das instâncias administrativas ao Incra, aproximando-se ao cuidado que Sousa e Avritzer alertam sobre as vias perversas da democracia participativa: "[...] pela burocratização da participação, pela reintrodução do clientelismo sob novas formas, pela instrumentalização partidária, pela execução de silenciamento ou da manipulação das instituições participativas"(Sousa e Avritzer, 2009:75).

Outra situação que vincula a prestadora ao Incra no regime de submissão, a dependência da liberação do pagamento dos serviços vinculados ao cumprimento das metas, conforme o depoimento:

> O fato de ser a mesma equipe que realiza o trabalho ter que executar o projeto e lida com o dinheiro, ou seja, das suas visitas, do cumprimento das metas, o beneficiário ter que certificar a sua presença lá [...] para o agricultor você sabe que é que fica [...] (E.6)

No entanto, a contrapartida do pagamento não está no mesmo ritmo do cumprimento das metas, como aduz o depoimento do entrevistado:

> O desequilíbrio da relação de força e cobrança. Parece que a única obrigação é a gente que tem [...] eles não têm com nós, a gente presta o serviço e a recompensa não chega com o mesmo rigor que somos exigidos (E.6).

Neste sentido, os fatos identitários tomam forma e fazem interpretar que as ONGs assumem um caráter ambíguo, com inversão na atuação institucional participativa das ONGs, prestadoras de serviços do Programa de Ates ainda que as ONGs sejam inovadoras na sua atuação no Programa de Ates, ficam adstritas a cartilha estabelecida pelo Incra, no caso em tela, o Manual Operacional, Portarias e outras orientações da Administração Pública.

De todo modo, parte-se da necessidade de determinação do modelo em que os atores institucionais, governamentais e não governamentais, persigam, cada um, "certos fins (metas) e têm uma preferência por certos meios (estratégias). [...] Com quatro combinações possíveis: cooperação, confronto, complementaridade e cooptação, abrangendo as relações entre ONGs e governo" (Najam,. 2000:7).[15] Ainda que a relação Terceiro Setor e Estado

15 "[...] certain ends (goals) and have a preference for certain means (strategies). [...] that these four combinations--which correspond to a) cooperation, b) confrontation, c) complementarity and d) co-optation, respectively--encompass the realm of possible NGO-government relationships.", tradução livre da autora.

aproxime-se da complementaridade, pois não se retira a função do Estado como sujeito político à articulação das demandas sociais, políticas e econômicas, não se pode confundir esta relação com a substituição entre eles. Por outro lado, conforme Santos (2008:367), "Dependendo do contexto político essa articulação pode consistir mesmo na confrontação ou oposição." Convém ressaltar que as ONGs estabelecem vínculos com outras instituições, provocando significados, mesmo que de uma decisão consciente, a partir dos arranjos da complementaridade, como no caso do Cetap, dentro do contexto do jogo (Estado) têm menos opções para jogar sua própria meta, mas para permanecerem no jogo, passa pelo processo de alteridades.

O modelo cooperativo - Estado e Terceiro Setor, delimitado neste estudo - Incra e prestadoras de serviços - implica em relações de complementariedade. Para Alves e Diesel (2013:19):

> [...] a atuação de organizações da sociedade civil em formatos institucionais caracterizados pela contratualização pelo Estado tende a ser "engessada" e heterônoma e que uma das implicações mais perversas desse fenômeno é a crise de identidade e legitimidade política que pode vir a enfrentar a entidade que, por perda de autonomia, desenvolve um trabalho nem sempre plenamente coerente com seu projeto uma vez que pode refletir interesses pouco legítimos de outros atores.

Reconhece-se, que da debilidade dos espaços participativos propostos pela Administração Pública, fizeram a criação de mais um espaço não estatal. Apesar disso, conforme documento para a execução do Programa de Ates/2014 no RS:

> [...] ainda não está consolidada a ideia da descentralização decisória, onde os diferentes atores que compõe o Programa de Ates (em especial as famílias assentadas) possam decidir com maior propriedade os objetivos e metas que deverão ser perseguidos (Ates/RS, 2014:10).

Portanto, as assimetrias devem ser reconhecidas nas relações de poder entre Estado e Terceiro Setor, associando confrontação e complementaridade na relação prestadora, assentados e Incra sob pena de gerar os impactos na cogestão dos serviços mencionados por Odriozola (2008), os quais implicam a possibilidade de colonização da atuação das ONGs por parte do Estado, em que fortalece sua atuação como prestadora de serviços, mas prejudica sua atuação inovadora e política.

Considerações Finais

Talvez as contingências não sejam para tanto alarde, haja vista que, mesmo em campos adversos, as ONGs, como Cetap, reconhecem a importância do Programa de Ates e os avanços

que vêm alcançando desde sua instalação em 2004. No entanto, pode-se questionar se as ONGs - prestadoras – ao estar prestando este tipo de serviço implicam substituir o Estado ou as ONGs - prestadoras – complementam o serviço do Estado e o alarde é desnecessário. Hoje, admite-se que a prestação de serviços por parte das organizações não estatais é aceitável do ponto de vista da importância do impacto social e, principalmente, pela necessidade social, organizações como Cetap avocam e firmam este compromisso.

Por tudo isto, é natural que a intencionalidade de mudanças sociais, por meio dos arranjos institucionais participativos, os quais rompem com sistema normativo posto à atuação das organizações no âmbito rural possa ser considerada como alternativa democratizante. A partir das condições de participação no Programa de Ates, há uma proposição de algo novo, no entanto, o desafio é saber se essa inovação é uma alternativa democratizante.

A regulação mantém-se no campo da eficiência com a análise conforme o cumprimento das metas determinadas no contrato tanto como contrapartida do serviço prestado pelas prestadoras como marco de satisfação do atendimento do beneficiário (assentado rural). E, ao mesmo tempo, há entre inovação e regulação uma confluência do modelo de complementaridade, uma dança que consagra uma nova leitura dado ser sabido que democracia e burocracia dançam juntas. Entretanto, ainda fica a dúvida sobre quais aos limites desta complementaridade.

A criação de um espaço não estatal não foi suficiente para estabelecer a emancipação dos atores envolvidos. Diante dos mecanismos de regulação institucional, também dissimula uma dança, cuja externalidade se mostra profícua, mas simula uma verdade velada pelo interesse de ambos os lados - ONGs e Estado.

Referências Bibliográficas

Almeida, Jalcione (1989), “Propostas tecnológicas “alternativas” na agricultura”, *Caderno Difusão Tecnológica*, 6(2/3), 183-216.

Alves, Nára Beatriz Chaves (2012), *Estratégias de sustentabilidade e Identidade das ONGs de assessoria rural num contexto contratualista.* Dissertação, 165.

Alves, Nára Beatriz Chaves; Diesel, Vivien (2013), *A “gota da água”: participação na implementação de políticas públicas e suas implicações para a legitimidade das ONGs.*

Consultado a 10.05.2013, em a http://www.fclar.uneso.br/Home/Pesquisa/participacaod

emocraciaepoliticaspublicas.

Avritzer, Leonardo (2009), “Sociedade civil e participação no Brasil democrático”, in Leonardo Avritzer (org.), *Experiências de participação social*. São Paulo: Cortez, 27-54.

Ates/RS, Assessoria Técnica, Social e Ambiental/Rio Grande do Sul (2014), *Documento orientativo para a execução do Programa de Ates em 2014*. Consultado a 12. 05.2014, em http://www.atesrs.net.br.

Dalbianco, Vinicius Piccin; Neumann, Pedro Selvino (2012), "Rumos da Ates no RS: Em Direção à Constituição de um Sistema Descentralizado?", *in*, Vivien Diesel; Pedro Selvino Neumann; Vinicius Claudino de Sá, (orgs.), *Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional*. Ijui: Ed. Unijui,107-130.

Dias, Marcelo Miná (2004), "Extensão Rural para Agricultores Assentados: Uma análise das "boas intenções" propostas pelo "Serviço de ATES"", *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21(3), 499-543.

Gohn, Maria da Glória (2013), *Sociologia dos movimentos sociais: indignados, occupy wal street, primavera árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2004). *Norma de Execução nº 39*, de 30 de março de 2004. Diário Oficial da União, nº 84, Seção 1, Brasília, 4 de maio de 2004, 53.

Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2008), *Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES* – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD n º 78, de 31 de outubro de 2008. Boletim de Serviço do Incra, Brasília, de 03 de novembro de 2008, 143.

Lei nº 8.666, de 1993. Dispõe sobre Licitações. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 1993.

Lima Neto, Fernando (2013), "Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções". *IPEA, Textos para discussão*,1-32. Versão eletrônica, consultado a 03.02.2014, em http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participa cao/td_1820.pdf.

Lopez, Felix Garcia; Abreu, Rafael (2014), "A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais". *IPEA, Textos para discussão*,1-31.Versão eletrônica, consultado a 12.05.2014, em http://www.ipea.gov.br/ portal/index.php?option=com_content&view.

Moroni, José Antonio (2009), "O direito à participação no governo Lula", in Leonardo Avritzer (org.), *Experiências de participação social*. Cortez: São Paulo,107-141.

Najam, Adil (2000), "The Four Cs of Government-Third Sector relations: cooperation, confrontation, complementarity, co-optation". Sustainable Development Policy Institute (SDPI). Islamabad, Pakistan, Research Report Series #25, 16, tradução: Nára Beatriz Chaves Alves. Consultado a 05.02.2014, em http://www.sdpi.org/.../R25-The%20Four%20Cs%20of%2.

Odriozola, Cecilia Rossel (2008), *Tercer Sector y co-gestión de políticas públicas em Espãna y Uruguay: un matrimonio por conveniencia?* Madrid: Inap.

Santos, Boaventura de Sousa (2008), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2009), "Para ampliar o cânone democrático", *in* Boaventura de Sousa Santos (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 39-82.

Peixoto, Marcus (2008), "Extensão Rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação", Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, Textos para Discussão, 48.

Tatagiba, Luciana (2002), "Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil", *in* Evelina Dagnino (org.) *Sociedade civil espaços públicos no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra.

Políticas linguísticas, escola indígena, interculturalidade: conquistas e desafios

Language policies , indigenous school, interculturalism: achievements and challenges

América Cesar[1]
Maria Nazaré Lima[2]

Resumo

A escola feita pelos próprios indígenas e as políticas de acesso ao ensino universitário diferenciado, embora representem conquistas relevantes do movimento indígena e seus aliados no Brasil, trazem inúmeros desafios. Como docentes e pesquisadoras em cursos de formação de professores/pesquisadores indígenas na educação básica e no ensino superior na Bahia, interessa-nos trazer para a discussão algumas questões fundamentais que dizem respeito às políticas linguísticas nesse campo, com base numa preocupação de fundo: como os sujeitos se constituem como interlocutores/autores nessa dinâmica intercultural? Quais elementos são relevantes para políticas linguísticas que levem em conta sua autoria/autonomia?

Palavras-chave: Interculturalidade, povos indígenas, escolas, línguas e autoria

Abstract

School made by the Indians themselves and the access policies to intercultural studies in the university represent important achievements of the indigenous movement and its allies in Brazil. These achievements, however, mean numerous challenges. As teachers and researchers in training courses for teachers/indigenous researchers in basic education and higher education, we are interested in discussing key issues that relate linguistic policies in this field: how subjects are constituted as actors/authors in this intercultural dynamics? Which elements are relevant for linguistic policies that take into account their authorship/autonomy?

Keywords: Interculturalism, indigenous peoples, schools, language e authorship

1 América Lúcia Silva Cesar - Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pos-Afro); Coordenadora do Observatório da Educação Escolar Indígena, Núcleo Yby Yara (CAPES, INEP, SECADI); bolsista Capes/Estágio Sênior (processo 10596-13-5) junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), no período de abril-julho 2014.

2 Maria Nazaré Mota de Lima - Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica); Coordenadora da Área de Linguagens e Artes na Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI-UNEB)

Introdução

Há mais de 500 anos, os povos indígenas no Brasil vivem em luta constante para garantir a posse das suas terras e o direito à diferença. Isso significa manter ou reconquistar territórios tradicionalmente ocupados, bem como poder falar e se educar na própria língua. E essa luta parece não ter fim. Por um lado, registram-se conquistas como a dos marcos legais na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Constituição Federativa do Brasil, de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996; mas, por outro, são diversos os casos em que a luta pela terra e por outros direitos essenciais se torna bastante acirrada, inclusive com a criminalização e assassinato de lideranças indígenas.

Gersem Luciano Baniwa, ao referir-se às conquistas legais das últimas décadas, assevera que foram fatos marcantes desse período a superação teórico-jurídica do princípio da tutela dos povos indígenas (entendida como incapacidade indígena) por parte do Estado brasileiro e o reconhecimento da diversidade cultural e da organização política dos índios, mas pondera que, até hoje, "essa mudança na Letra da Lei não foi implementada na prática". (Luciano Baniwa, 2006:85)

De fato, historicamente, em todas as esferas do Estado brasileiro, encontram-se sedimentadas posições contrárias aos direitos indígenas. Basta olhar, por exemplo, o mapa do racismo e conflitos ambientais no Brasil[3]. Manuela Carneiro da Cunha chama a atenção, em entrevista em 2012, para o agravamento das tensões em relação aos direitos indígenas.[4] Nessa entrevista, ela denuncia preconceitos contra os povos indígenas, vistos por diversos segmentos como atrasados e/ou como entraves à expansão econômica e identifica violências cometidas pelo poder público ou por latifundiários, ruralistas e madeireiros, em relação à posse dos seus territórios e ao respeito às suas formas de organização política e cultural.

O avanço da resistência indígena, porém, ocorre em diversos níveis e se expressa, inclusive, em números. Segundo recentes informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE[5], em vinte anos, no Brasil, passa-se, aproximadamente, de 300 mil indivíduos autodeclarados indígenas para quase 900 mil. Nesse novo mapa, ficam evidentes a diversidade e amplitude da presença indígena, mais densa em certos pontos, mas contínua em todo o país, extrapolando fronteiras e limites dos estados e municípios. Essa configuração questiona dicotomias como rural/urbano, aldeado/desaldeado e dá uma ideia do dinamismo e mobilidade desses povos, que não coincidem com o desenho geopolítico ou administrativo do país.

No que se refere à educação de indígenas, são em torno de três mil as escolas indígenas

3 Texto em meio digital. Versão eletrônica consultada a 10.06.2014 em http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br.

4 Entrevista concedida a Guilherme Freitas em O Globo em 16 de fevereiro de 2013, versão eletrônica consultada a 10.06.2014 em http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/02/16/o-futuro-dos-indios-entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha-486492.asp.

5 Página eletrônica em http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena. Versão consultada a 10.06.2014.

no Brasil. A oferta de vagas na educação básica e no ensino superior, no entanto, não acompanha a curva das necessidades e números revelados pela demografia indígena no país. São precárias as condições de trabalho dos professores indígenas, há problemas com a burocracia estatal para implantação de currículos, merenda escolar, construção das escolas e produção de materiais didáticos de acordo com as diversas configurações étnicas e políticas dos povos.

A partir de 2003, verifica-se o aumento, tanto na dotação orçamentária para a implementação de projetos, quanto das iniciativas de formação dos professores e professoras indígenas, a construção de novas escolas e uma maior participação de indígenas nos espaços da administração pública. No ensino superior, há pequenas conquistas, com a implantação das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas e a implementação de projetos de licenciaturas interculturais, inclusive com o aceno de uma Universidade Intercultural Indígena, pública e gratuita, no ano de 2014. Essas iniciativas, porém, ainda padecem da contradição de estarem submetidas a normas de funcionamento do sistema nacional de educação e de universidades que não foram pensados para atuar com tal especificidade, calcados numa suposta universalidade e neutralidade do conhecimento acadêmico.

Na Bahia, com mais de 30 mil indígenas, e mais de 20 etnias, existem 69 escolas indígenas, que atendem mais de 7000 alunos, em seus próprios territórios. Essas escolas são bastante diferenciadas entre si. Na sua maioria, concentram-se no ensino fundamental, sendo ainda muito poucas as escolas de nível médio. Dos mais de 350 professores atuantes nas escolas indígenas na Bahia, 286 não possuíam nível superior, em 2009[6].

A educação escolar indígena na Bahia se caracteriza pela dinamização de espaços interculturais, nos quais as práticas escolares se associam às políticas identitárias e culturais próprias de cada povo indígena, articuladas às dimensões da vida social local. Nesse processo, o professor indígena é elemento fundamental para que os saberes próprios da comunidade educativa indígena sejam difundidos e incorporados nas práticas da escola que, em sua origem, é uma instituição exógena. Desse modo, a formação de professores indígenas e a produção de material didático diferenciado são importantes para delinear a especificidade da escola indígena.

Se, por um lado, na constituição desse espaço escolar indígena há compromisso com a valorização da memória ancestral, das formas de ser e viver próprias do povo, como um princípio pedagógico; por outro lado, o contato com elementos das culturas, línguas e ideologia dominantes, bem como a própria concepção de escola e dos sistemas de gestão educacional são responsáveis por relações assimétricas entre os sujeitos, com repercussão nas práticas de pesquisa e ensino, ainda que em níveis diferenciados, a depender dos interesses e projetos de cada povo. A escola diferenciada, ou seja, a escola feita para os indígenas pelos próprios indígenas, é resultado dessa configuração em que conflitos e

6 Ver Messeder, Marcos Luciano, 2013.

práticas de resistência, invisilizadas ou mal contabilizadas nas estatísticas oficiais, instauram-se numa tensão desafiadora (Cesar et al., 2012).

Como professoras e pesquisadoras em cursos de formação para o magistério indígena, trazemos algumas questões relativas à educação escolar indígena, um campo privilegiado para a compreensão da complexidade das relações interculturais/interétnicas ainda pouco visibilizado na produção acadêmica. No curso das experiências de pesquisa/ensino de línguas de que participamos, sobressai o descompasso entre epistemologias próprias dos povos indígenas e formas hegemônicas de produção e transmissão do conhecimento.

Este artigo analisa alguns estranhamentos identificados em eventos dessa natureza no Programa Observatório da Educação Escolar Indígena e na Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena, destaca iniciativas de autoria indígena entre os Pataxó e, dessa maneira, tenta ampliar a discussão de políticas de pesquisa e ensino em contextos interculturais. A expectativa maior é a construção de referenciais teórico-metodológicos mais sintonizados com os interesses dos povos indígenas, a partir de uma preocupação de fundo: como professores indígenas lidam com a pesquisa acadêmica e se constituem como interlocutores/autores nessa dinâmica intercultural? Quais elementos são relevantes para políticas públicas que levem em conta sua *autoria/autonomia?*

Educação escolar de indígenas e as tensões na relação intercultural

Reivindicações e projetos que partem de organizações indígenas têm questionado a legitimidade do conhecimento chamado universal e sua relação com os diferentes modos de produção de conhecimento e alertam para a necessidade de colaboração intercultural mutuamente respeitosa para a afirmação das suas visões de mundo, línguas e conhecimentos próprios.

A formulação da educação escolar intercultural, defendida pelos movimentos indígenas no Brasil como uma meta a se alcançar, aproxima-se de uma interpretação de interculturalidade, tal como explicitada por um grupo de pensadores do contexto latino-americano (Quijano, 2000; Mignolo, 2003; Walsh, 2006), denominada interculturalidade crítica. Definida como um processo dinâmico e permanente, entende-se como uma relação entre pessoas, conhecimentos e práticas culturalmente diferentes, em condições de respeito e solidariedade, em que os conflitos e relações de poder são explicitados no sentido da sua superação. Essa perspectiva da interculturalidade crítica mantém sintonia com os princípios do dialogismo de Paulo Freire, pensamento que também embasa boa parte dos cursos de formação de professores indígenas na Bahia. Para Paulo Freire, o estudo das línguas, a leitura e a escrita se inserem num processo de intercâmbios culturais e negociação democrática (Freire, 2000, 2011).

Mato (2008), ao denunciar a perspectiva assimilacionista dos governos em relação à

interculturidade na educação de indígenas e afrodescendentes, distingue *interculturalidade de fato*, como processo que tem um curso próprio e diversificado, de acordo com as condições locais, *e interculturalidade desejável*, como relação entre culturas calcadas na equidade, no respeito e valorização da diversidade. Sem perder de vista a perspectiva utópica de uma *interculturalidade desejável*, é de uma *interculturalidade de fato* que falamos ao trazer recortes das experiências de formação de professores indígenas na Bahia.

Nas experiências de formação, tem-se procurado compreender a agência indígena, através da identificação, análise compartilhada e fortalecimento das suas formas de autoria/autonomia. Por autoria/autonomia compreendemos

> a diversidade de práticas e atos sociais e discursivos, realizados por sujeitos individuais ou coletivos, no sentido de deslocar determinadas posições hegemonicamente constituídas. Assim, torna-se uma prerrogativa de "autoria" a possibilidade de produzir o "gesto de fala", aquelas ações ou falas que abalam visivelmente as posições de poder instituídas, inaugurando um "lugar próprio". (Cesar, 2011:18).

Esses gestos de autoria podem ser entendidos, ainda, como as "práticas comuns, experiências particulares, as solidariedades, as maneiras de fazer e um conjunto de possibilidades e métodos que permitem articulá-las" (De Certeau, 1994:38), as "manhas históricas"[7] (Freire, 1982:4), ou "enfrentamento explícito" ou "acatamento negociado"(Cesar, 2011:85); em suma, como formas discursivas com que os sujeitos exercitam a sua "diferença".

Nos eventos de pesquisa/ensino no Programa Observatório da Educação Escolar Indígena e Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado da Bahia (LICEEI/UNEB), ao analisarmos as formulações discursivas dos professores e professoras indígenas em relação à pesquisa acadêmica, observamos não só as resistências no sentido da negação ou "esquecimento" das formas hegemônicas de concebê-la, mas também resistências no sentido de inaugurar um lugar próprio, de liberdade, afirmação da memória coletiva e/ou reinvenção no processo de construção do conhecimento.

O Programa Observatório da Educação Escolar Indígena, na sua primeira e única edição em 2009, tem como principal objetivo promover ações que articulem iniciativas de pesquisa no âmbito das universidades públicas ao contexto da educação básica indígena. Compõe-se de projetos de núcleos de pesquisa, locais ou em rede, dos quais devem participar pelo menos um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de uma instituição de educação superior, um

7 "As manhas se explicitam na linguagem [...] . Se não fossem as manhas, os oprimidos se acabariam[...]a violência dos exploradores é tal que se não fossem as manhas, não haveria como aguentar o poder e a negação que se encontram no país[...] Essas manhas, eu não tenho dúvida alguma de que se não seria no meio desses índios que essas manhas não existam. Há 480 anos eles são obrigados a serem manhosos. Na medida em que nós fôssemos capazes de compreender as manhas [...] e o papel delas [...] não tenho dúvida de que mais adiante a gente descobriria que as manhas iriam tornar-se métodos pedagógicos.
Palestra proferida por Paulo Freire (1982) no Conselho Indigenista Missionário (CIMI), publicada posteriormente em Freire, 2000.

docente orientador, um estudante de doutorado, dois ou três estudantes de mestrado, até seis estudantes de graduação, preferencialmente indígenas, como bolsistas de iniciação científica, além de dois professores indígenas em efetivo exercício na educação básica indígena. Houve interesse dos indígenas pelo projeto por inserir estudantes indígenas como pesquisadores associados.

O Projeto do Núcleo Local do Observatório da Educação Escolar Indígena na Universidade Federal da Bahia, então, propôs constituir uma equipe básica, majoritariamente indígena, para desenvolver ações conjuntas de formação de professores e professoras indígenas, no âmbito do ensino e da pesquisa, além da produção de material didático em articulação com o grupo da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado da Bahia (LICEEI/UNEB), principalmente.

Vamos pinçar aqui apenas um aspecto da pesquisa no Núcleo, quando da tentativa da elaboração de um diagnóstico da educação indígena para subsidiar a implementação das políticas educacionais, a ser realizado pelos bolsistas indígenas. A pesquisa proposta, articulada às demandas colocadas pelas regras do edital, provocou inúmeras resistências e estranhamento no seu desenvolvimento. Ao adotar esse "estranhamento" como objeto de reflexão, chegamos à conclusão de que o problema estava no modelo proposto para a pesquisa, distante das formas de produção de conhecimento e escrita locais. O caráter "individual" , "acadêmico-oficial", da pesquisa proposta provocou o "esquecimento" do caráter coletivo da produção de conhecimento. Como um desdobramento dessa implicação, houve resistência de cunho ético e político dos professores, lideranças e até mesmo dos bolsistas, às formas da pesquisa e seus resultados, conforme se explicita em Cesar e Costa, 2013:

> a pesquisa dentro do modelo vigente para a graduação e pós-graduação é ancorada em projetos individuais, cujos resultados se expressam em textos sob a responsabilidade de apenas um autor, ainda que sob acompanhamento de um, ou mais de um, orientador, seja na iniciação científica (TCC), no mestrado (dissertação) ou doutorado (tese). O financiamento para a pesquisa se dá, geralmente, através da concessão de bolsa ao pesquisador para a concretização do seu projeto individual. Ainda que articulada em linhas, há uma segmentação e especialização da tarefa de pesquisa, que muitas vezes isola o pesquisador e descola o conhecimento produzido do patrimônio coletivo." As falas [...] terminaram por explicitar esse estranhamento como relacionado com à "individualização" ou "especialização" da função de pesquisador indígena. (Cesar; Costa, 2013:26)

A pesquisa, embora assumida em campo pelos indígenas, mas referida a uma instituição de fora, no caso a Universidade, criava um campo intercultural tensionado. Não bastava o

pesquisador ser indígena, mas parece que são necessárias motivações, métodos e teorias específicas, assim como critérios de avaliação e de prestação de contas que considerem suas especificidades culturais e políticas. Por outro lado, houve também aqueles que não questionaram a pesquisa e tentavam adaptar-se ao modelo hegemônico, porque consideravam a tarefa de produção do diagnóstico uma forma de apropriação do referencial do "outro". Assim a construção do diagnóstico proporcionou uma dinâmica, não como algo definido e fechado, mas um contínuo de posições discursivas, diversas de maneiras de fazer, pensar e posicionar-se diante da tarefa.

Em outro evento de formação intercultural no ensino superior de indígenas, diante dessas constatações no âmbito do Observatório, decidimos explorar mais, entre os professores dos povos indígenas representados no Curso LICEEI, os sentidos atribuídos à pesquisa acadêmica.

Iniciada no final de 2009, a Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), abriga 109 indígenas, professores que, na sua maioria, atuam nas escolas indígenas em suas aldeias. Esta é a primeira das duas licenciaturas indígenas em andamento no estado da Bahia. O curso se organiza em quatro áreas de conhecimento: Linguagens e Artes; Ciências Humanas; Matemática e Ciências Naturais; e Pedagogia Indígena. A partir dos dois primeiros anos, prevê dois componentes curriculares: o Laboratório de Educação Intercultural e a Formação de Professor Pesquisador[8]. O evento de formação na LICEEI aqui analisado teve lugar na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa I, junto aos professores que cursam a Licenciatura com Habilitação em Linguages e Artes. Na oportunidade, antes de apresentar os conteúdos acadêmicos a serem trabalhados na construção do Projeto de Trabalho Final de Curso - TCC, que envolviam, basicamente, pesquisa bibliográfica e de campo, criamos espaços para que os professores indígenas refletissem sobre o valor da pesquisa em contextos indígenas e fizessem propostas de construção dos seus objetivos e métodos de pesquisa em confronto com os métodos não indígenas tradicionais.

Na oportunidade, foram recorrentes as críticas aos modos como, geralmente, agem os pesquisadores não indígenas em suas pesquisas de campo. Diversos depoimentos escritos mencionam que estes se aproximam das comunidades indígenas e "exploram seus conhecimentos", sem que isso signifique efetiva contribuição para as comunidades. Por outro lado, fizeram questão de destacar a grande importância da pesquisa para suas lutas por afirmação, porque permite aprofundar os conhecimentos sobre história e cultura do seu povo, ouvir as pessoas mais velhas, buscar informações também junto aos jovens, crianças e adultos.

A pesquisa, segundo os professores indígenas consultados, tem a função de deixar para as gerações futuras a história contada e vivenciada pelos anciãos, para que haja continuidade da luta e valorização da memória. Para esses professores e professoras indígenas, pesquisar é voltar ao passado, é trazer a ancestralidade, é preservar a tradição oral guardada pelos mais

8 ver Messeder, 2013.

velhos, os mitos, artes, línguas e todas as práticas culturais. O objetivo é recontar a história contada pelo colonizador, registrar seus conhecimentos, memórias, lutas, como forma de preservação de valores étnicos. Daí, defendem que a pesquisa deve corresponder a um desejo coletivo e atender aos seus interesses enquanto indígenas; os pesquisadores devem ser os próprios indígenas, preparados para assumir essa responsabilidade. Outro dado importante é a necessidade de o ato de pesquisar ser sempre referendado pelos anciãos e lideranças do povo.

Assim, o sentido da pesquisa consiste em reforçar a memória coletiva, valorizar o conjunto de conhecimentos nas pessoas mais velhas; a sua própria existência como documentos da memória e a própria vida como fonte de conhecimento explícito, um "livro aberto". A noção de pertencimento também se expressa de forma política, para o fortalecimento da coletividade. Quando entram os modelos pautados na cultura escrita hegemônica, a pergunta que acompanha sempre a discussão é *o que dizer, quanto dizer, para quê, para quem*?... Sempre há uma preocupação teleológica em função das apropriações do conhecimento que fazem os de fora, os "brancos". A documentação e interpretação da memória, se por um lado é essencial para a própria constituição e preservação do povo; por outro, traz uma preocupação tática (De Certeau, 1998), própria da condição subalterna, de não poder-dever dizer tudo. Então, é constitutivo na relação intercultural um duplo silenciamento. O silenciamento constitutivo da linguagem, tal como expressa Orlandi (2007), aquele em que, para algo ser dito, muitos outros ditos são silenciados; mas também o silêncio da censura, da interdição, inclusive porque se sabe que os espaços de formação e circulação do saber acadêmico são campos tensionados e assimétricos.

A retomada da língua e a pesquisa: autoria/autonomia Pataxó

São 274 línguas indígenas faladas no Brasil, segundo o censo de 2010. Com os instrumentos teórico-metodológicos da linguística e sociolinguística tradicionais, passíveis de crítica e reformulação na perspectiva das epistemologias indígenas, os resultados do censo apenas revelam aumento do número de línguas[9] nativas faladas por indígenas, mas não conseguem mapear o complexo tecido dos recursos linguísticos e discursos indígenas de modo a se ajustar mais adequadamente à complexidade sociolinguística e cultural dos povos indígenas. (Luciano Baniwa, 2006; Meliá, 1977).

Assim, não é surpreendente que os dados do educacenso2010[10] apresentem graves lacunas quando se trata do panorama linguístico das escolas indígenas no Nordeste do Brasil. Por exemplo, kiriri e pataxó não constam como línguas indígenas em uso nas escolas dos Kiriri e Pataxó nesse censo, embora iniciativas de pesquisa, documentação e ensino dessas línguas sejam realizadas por professores Kiriri e Pataxó há mais de dez anos. Talvez isso aconteça

9 Dados disponíveis em http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena. Acesso em 12/05/2014

10 Inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf. Acesso em 12/05/2014,

porque essas iniciativas não são consideradas "políticas linguísticas" no sentido hegemônico do termo, mas "políticas linguísticas indígenas", "políticas linguísticas de resistência", conforme denomina Bomfim (2011). Elas são educação linguística, no sentido de pesquisa e ensino de línguas à revelia do que se produz nas academias ou nos gabinetes dos órgãos oficiais em forma de planejamento linguístico. (Calvet, 2007)

Em artigo intitulado *Política linguística: uma experiência de autoria pataxó*, baseado em dados da sua pesquisa de mestrado, cuja dissertação foi defendida em 2012, Anari Bomfim, pesquisadora e professora Pataxó, chama atenção para as políticas linguísticas internas, desenvolvidas por povos indígenas no Brasil, sem apoio governamental ou das universidades e traz uma crítica contundente à pesquisa desenvolvida nos meios acadêmicos, ao apresentar o trabalho autônomo de pesquisa realizado por jovens e anciãos Pataxó. Na sua concepção de pesquisa, o trabalho de preservação e documentação da língua se faz desde sempre, com o trabalho linguístico dos mais velhos, ao não esquecer a língua e preservá-la na memória. Mas, mesmo assim, estabelece como marco o ano de 1999, quando jovens Pataxó de diversas aldeias, conjuntamente, decidiram construir uma dinâmica para o estudo e documentação das fontes orais e escritas sobre o que chamaram língua e cultura Pataxó. Ao longo desses quase vinte anos, desenvolvem continuamente esse trabalho de formalização da "língua retomada", em uma gramática que elaboram sem auxílio formal de linguistas ou antropólogos e, em alguns casos, com a proibição de circulação desse material nos espaços acadêmicos por suas lideranças.

Esse marco do início da constituição do grupo coincide com a imensa visibilidade que tiveram os Pataxó por ocasião das comemorações dos 500 anos, quando eram instados a falar da sua língua e cultura, como diacríticos da sua identidade étnica. Contudo, esse trabalho continuava, já naquela época, a pesquisa que a velha Zabelê, Arawê e Kanatio Pataxó - reconhecidos por Bomfim como pesquisadores autônomos - já realizavam, há anos, inclusive para práticas em sala de aula ou produção de textos escritos, de modo a suprir a necessidade de trabalhar com os conteúdos da tradição cultural na escola indígena.

É interessante notar, no discurso da pesquisadora Pataxó, que em momento algum ela admite que a língua pataxó foi extinta, como o fazem compêndios que tratam das línguas indígenas no Brasil[11]. Para ela, como para os anciãos com quem ela admite que aprendeu a língua, "a pesquisa é para estudar e fortalecer a língua que até então estava adormecida", "é uma retomada da língua", numa alusão ao processo de "retomada" das terras indígenas, quando há desintrusão dos não indígenas dos territórios tradicionais e sua reocupação pelos indígenas. E afirma, numa crítica não só às políticas linguísticas oficiais, mas ao arcabouço teórico-metodológico das pesquisas acadêmicas sobre as línguas indígenas:

> Muitos povos indígenas que estão desenvolvendo projetos de revitalização dentro de suas comunidades têm tido dificuldades para entender as

11 Ver Rodrigues (1986) e também site do Instituto Socioambiental, disponível em http://www.socioambiental.org

> pesquisas sobre a língua do seu povo pelos cientistas acadêmicos, por se tratar de técnicas descritas em uma linguagem desconhecida. Entretanto, isso dificulta de certa maneira e nega também o direito de saber o que eles estão escrevendo sobre as línguas pesquisadas [...] Para muitos linguistas, a revitalização de línguas desse tipo [consideradas extintas] seria quase impossível. Nessas últimas décadas, no entanto, tem surgido o grande interesse por parte desses povos de tentar retomar as suas línguas através de pesquisa em documentos e através dos mais velhos. Eles descobrem que suas línguas não estão assim tão "perdidas" como muitos imaginam e estão tentando reaprendê-las novamente, como é o caso do povo Xacriabá (MG), povo Tupinambá (BA), Kiriri (BA), Pataxó hã hã hãe e Pataxó (BA e MG) através de suas próprias iniciativas em pesquisar suas próprias línguas. Para esses povos, a língua é mais um elemento que pode fortalecer sua identidade étnica e também sua cultura. (Bomfim, 2011:8)

A experiência intercultural de pesquisa entre os Pataxó exige redefinir os conceitos de língua e seus correlatos, como língua materna, língua natural, crioula, dentre outros; bem como propõe uma redefinição dos conceitos de autoria e autonomia, para pensar as práticas de pesquisa como uma construção coletiva, política. A partir dessa experiência intercultural, a autoria amplia-se para além da relação autor-obra, geralmente implicada com a escrita e a unidade-responsabilidade sobre o dizer, e passa a abarcar a diversidade de práticas, atos sociais e discursivos, realizados por sujeitos coletivos no sentido de deslocar determinadas posições hegemonicamente constituídas na dinâmica intercultrual.

Sob essa perspectiva da autoria como práxis de resistência, é que analisamos os enunciados que vêm dos pesquisadores indígenas na experiência de pesquisa no Núcleo Yby Yara e na LICEEI, ou do percurso da pesquisa autônoma e autoral desenvolvida pelos pesquisadores e pesquisadoras Pataxó, para a escrita e sistematização da língua patxohã.

Compreender a construção de autoria/autonomia dos pesquisadores indígenas no campo da pesquisa e políticas linguísticas envolve uma desconstrução radical do aparato teórico-metodológico estabelecido, como parte de uma metalinguagem estranha e distante dos interesses e linguagens dos povos indígenas. E aí, nós, enquanto pesquisadores e formadores não indígenas, se nos envolvemos solidariamente nessa dinâmica intercultural, somos também convocados a rever paradigmas de pesquisa e referenciais teóricos com que nos formamos nos ambientes acadêmicos, principalmente no âmbito da ciência linguística. Conflitos e resistências se desenvolvem nesses ambientes multi-interculturais, daí a necessidade de haver espaços em eventos dessa natureza para que se questionem teorias, métodos e políticas de ensino e pesquisa.

Conforme vimos, na prática, observam-se desafios, algumas vezes mesmo insuperáveis porque articulados nas relações assimétricas de poder que se estabelecem entre os sujeitos no plano

local ou para mais além dele. Trabalhar na perspectiva intercultural no âmbito dos estudos da linguagem supõe repensar criticamente a metalinguagem estabilizada, principalmente quando se trata de instrumentos teórico-metodológicos para compreender os recursos de linguagem que estruturam as práticas sociais de sociedades historicamente secluídas, de acordo com Wacquant (2011). Isso não se fará sem uma remodelação dos sistemas (inter) nacionais de ensino, pesquisa e avaliação, no sentido de compreender melhor as tensões interétnicas que emergem e pensar outras construções discursivas possíveis, numa perspectiva intercultural dialógica, com equidade, como queria o nosso querido Paulo Freire.

Referências bibliográficas

Bonfim, Anari (2011), "Política linguística: uma construção de autoria Pataxó". Salvador-BA, *Anais XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro*.Versão eletrônica consultada a 23.03.2014 em www.xiconlab.eventos.dype.com.br/.../1316715119_ARQUIVO_artigo.

Bonfim, Anari (2012), "Pataxohã, língua de guerreiro: estudos sobre processo de retomada da língua pataxó". Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia. Versão eletrônica consultada a 23.03.2014 em www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_ABBomfim.pdf,2012.

Calvet, Louis-Jean (2007), *As políticas linguísticas*. Tradução: Isabel Oliveira Duarte et al. Florianópolis /São Paulo: Ipol/ Parábola.

Cesar, América (2011), *Lições de abril*: *a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha*. Salvador, Bahia EDUFBA.

Cesar, América et al. (2012), "Para uma cartografia da educação escolar indígena", *Revista Pontos de Interrogação* 2 (2),9-23. Versão eletrônica consultada a 30.06.2014 em http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/volume2-n2/4.vol2-n2.pdf.

Cesar, América; Costa, Suzane (2013), "Cartografia da educação indígena: relato de uma pesquisa intercultural e interétnica", *in* América Cesar; Suzane Costa (orgs.), *Pesquisa e escola: experiências em educação indígena na Bahia*. Salvador, Bahia: Quarteto, 17-36

Constituição (1988), Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico. Versão eletrônica consultada a 20.02.2015 em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_5_.shtm. De Certeau, Michel (1994), *A invenção do cotidiano*: *as artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.

Freire, Paulo (1982), *Relatório Regional MT-Assessoria à Assembleia Regional do CIMI*. Cuiabá, MT (Mimeo.)

Freire, Paulo (2000), *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, Paulo (2011), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra.

Freitas, Guilherme (2013), *O futuro dos índios: entrevista com Manuela Carneiro da Cunha*. Página consultada a 10.06.2014 em http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/02/16/o-futuro-dos-indios-entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha-486492.asp.

Fundação Osvaldo Cruz (2012), *Mapa de Conflitos ambientais envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Página consultada a 10.06.2014 em http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), "O Brasil Indígena". Versão eletrônica consultada a 10.06.2014 em http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012), "Educacenso". Versão eletrônica consultada em 12.05.2014 em gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.934/96 (2010), Ministério da Educação, Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informática. Versão eletrônica consultada a 14.09.2014 em http://bd.camara.gov.br.

Luciano Baniwa, Gersem (2006), *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.

Mato, Daniel (org.) (2008), *Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior:* experiencias en América Latina. Caracas, UNESCO-IESALC, 2008.

Melià, Bartolomeu (1977), *Educação Indígena e Alfabetização*. São Paulo: Edições Loyola.

Messeder, Marcos Luciano (2013), "A construção da licenciatura indígena da UNEB: os dilemas, os desafios, os limites e as possibilidades.", *in* América Cesar; Suzane Costa (orgs.), *Pesquisa e escola: experiências em educação indígena na Bahia*. Salvador, Bahia: Quarteto, 37-54.

Mignolo, Walter (2003), *Histórias locais, projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange R. de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Organizacão Internacional do Trabalho (OIT) (1989), "Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (Convenção 169)". Versão eletrônica Consultada a 23.05.2009 em http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convds.pl?C169.

Orlandi, Eni. (2007), *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp.

Quijano, Anibal (2000), “Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina”, in Edgardo Lander (org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 201-246

Rodrigues, Aryon Dall”Igna (1986), *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.* São Paulo: Ed. Loyola.

Wacquant, Loic (2011), “A Janus-Faced Institution of Ethnoracial Closure: A Sociological Specification of the Ghetto” In Ray Hutchison and Bruce D. Haynes (eds) *The Ghetto: Contemporary Global Issues and Controversies*. Bouldier:Wordview, 1-31.

Walsh, Catherine (2006), “Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento ‘otro’ desde la diferencia colonial”. In: Walsh, Catherine et al. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 21-70.

Ecuador Siglo XXI: Narrativas Democraticas Desde el Sur[1]

Luis Miguel Uharte Pozas[2]

Resumen

La crisis del modelo neoliberal ecuatoriano y de su correlato de 'democracia de mercado' permitió a principios del siglo XXI el surgimiento de nuevas narrativas democráticas que se inspiraban en los propuestas de los movimientos sociales y de la intelectualidad autóctona, y que se nutrían del pensamiento crítico latinoamericano y de la cosmovisión de los pueblos indígenas, expresión de las reflexiones más rupturistas que se estaban gestando desde el Sur político y epistemológico. El presente trabajo pretende identificar los ejes discursivos centrales de la nueva narrativa democrática que se ha convertido en hegemónica en Ecuador, en el marco del cambio político que se produjo en 2006 con la victoria electoral del movimiento liderado por Rafael Correa. Entre los aportes teóricos más importantes destacan: el paradigma del Buen Vivir, el Socialismo del Siglo XXI y el Estado Plurinacional.

Palabras clave: Buen Vivir, Socialismo del Siglo XXI, Estado Plurinacional, Derechos de la Naturaleza

Abstract

The crisis of the Ecuadorian neoliberal model and its project of 'market democracy' allowed early twenty-first century, the emergence of new democratic narratives that were inspired by the proposals of social movements and native intelligentsia. These narratives was also nourished by Latin American critical thought and worldview of indigenous peoples, expression of the more ground-breaking insights that were developing by the political and epistemological South. This paper aims to identify the core elements of the new discursive democratic narrative that has become hegemonic in Ecuador, in the context of political change that occurred in 2006 with the election victory led by Rafael Correa movement. Among the most important theoretical contributions include: the paradigm of Good Living, Socialism of the XXI Century and the Plurinational State.

Keywords: 'Buen Vivir', Socialism of the XXI Century, Plurinational State, Rights of Nature

---

1 Este texto es parte de un proyecto de investigación más amplio, que el autor está desarrollando sobre los procesos de cambio político y social que se están viviendo en diversos países de América Latina en el marco del comienzo del siglo XXI. La investigación ha contado con el apoyo financiero del Grupo de Investigación Consolidado 'Parte Hartuz' de la Universidad del País Vasco, al cual pertenece el autor.

2 El autor es Doctor en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Complutense de Madrid y profesor-investigador del Departamento de Antropología Social de la Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU). Es miembro del Grupo de Investigación consolidado 'Parte Hartuz' y del Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional 'Hegoa', ambos pertenecientes a la Universidad del País Vasco (UPV/EHU). Correo: luismiguel.uharte@ehu.es.

1. Introducción

El presente trabajo pretende identificar los ejes discursivos centrales de la nueva narrativa democrática que se ha convertido en hegemónica en Ecuador, desde inicios de la primera década del siglo XXI en adelante. El marco teórico se nutre de los aportes que desde el Sur se están realizando en los últimos años para construir nuevos modelos de democracia, y que han servido de sustento teórico a los proyectos de cambio político que se han implementado en diversos países del entorno. En términos metodológicos hemos combinado la necesaria revisión bibliográfica con un trabajo de campo, en el que hemos realizado entrevistas formales e informales a diversos agentes estratégicos de la actual coyuntura política.

El artículo se divide fundamentalmente en tres capítulos principales. En el primero se realiza una breve presentación de algunos de los aportes teóricos fundamentales que se están realizando desde el Sur en los últimos tiempos. El segundo capítulo se ocupa de plantear un esbozo de los antecedentes históricos y del contexto que posibilita el cambio político en Ecuador. En el siguiente capítulo se identifican los conceptos más importantes que articulan la nueva narrativa democrática.

2. Redefiniciones Democráticas

La reflexión teórica acerca de la democracia en América Latina ha sido de una gran fertilidad a lo largo de las tres últimas décadas. Durante la década de los ochenta fundamentalmente y en gran medida en los noventa, los enfoques hegemónicos fueron los de la 'transitología', los 'institucionalistas' y los de inspiración neoliberal (Uharte, 2009:168-174). Sin embargo, desde la segunda mitad de los noventa, fueron tomando fuerza corrientes teóricas de corte post-liberal que planteaban lecturas más holísticas de la democracia: el autodenominado 'pensamiento crítico', los enfoques 'etno-culturalistas', etc. (Uharte, 2009:176-179).

Nuestro marco teórico se configura a partir de diversos aportes de estas nuevas corrientes, que han posibilitado la articulación de nuevas "narrativas democráticas desde el Sur" donde convergen variables no sólo políticas, sino también de orden social, económico y cultural. Roitman (1992:61-74) identifica democracia como fórmula para la "búsqueda del bien común", dejando meridianamente claro que éste "sólo tiene realidad si se une a una noción de interés económico y social". Por tanto, la democracia "es válida cuando política, social, económica y culturalmente da respuesta a las grandes demandas y soluciona los problemas endémicos", que en el caso latinoamericano son "la pobreza, la oligarquización del poder, la concentración económica, la represión, la salud, la vivienda y la educación, entre otros".

La nueva narrativa democrática apela a la necesidad de un nuevo modelo de desarrollo. Los aportes teóricos más novedosos y relevantes abogan por la instauración de un nuevo modelo denominado del 'Buen Vivir', que propone superar el tradicional modelo de desarrollo

occidental basado en el antropocentrismo, el bienestar material y la explotación de la naturaleza, por un nuevo paradigma biocéntrico, donde la naturaleza es sujeto de derechos y el bienestar implica también aspectos afectivos y espirituales (Gudynas, 2011).

Otra variable fundamental de la nueva narrativa democrática es su traducción cultural a través de las propuestas de Estado plurinacional, fundamentalmente en realidades multiculturales y pluriétnicas. Acosta (2009a) plantea que la construcción de un Estado plurinacional es una necesidad democrática y una vía para su profundización, mientras que De Sousa (2009) considera que los conceptos de Estado plurinacional y democracia intercultural van de la mano y en el caso de los pueblos indígenas se materializan en el respeto a la soberanía territorial, económica, jurídica y educativa. Walsh (2009) asegura que la plurinacional permite democratizar el Estado y avanzar hacia la descolonización.

3. Antecedentes y Contexto Histórico

Los años ochenta y noventa en Ecuador están asociados a la crisis de la deuda y a la implantación de un nuevo modelo de "tipo neoliberal" (Paz y Miño, 2006:290). El gobierno de Febres Cordero (1984-88) es el estandarte de esta nueva época y se caracteriza por sus medidas neoliberales, su autoritarismo y "sumisión a la política exterior norteamericana" (Cueva, 1988:120-4). Las consecuencias sociales del neoliberalismo se sintieron con fuerza a lo largo de los noventa: aumento de la pobreza del 39,3% al 52,18% y de la extrema pobreza del 13,6% al 20,12% (entre 1995 y 2000); incremento de la concentración de la riqueza ("entre 1990 y 2000 el 20% más rico aumentaba su participación en el PIB del 52% a más del 61%" (Acosta, 2009b:48-9). A su vez, entre 1999 y el 2001 "medio millón de personas emigraban" (Palazuelos, 2010:366)

En este contexto se produce una rearticulación de la oposición de izquierdas alrededor de los movimientos sociales, asumiendo la dirección de facto el movimiento indígena, liderado por la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE). Esta organización impulsará posteriormente el surgimiento del movimiento político Pachackutik (Chancoso, en Harnecker, 2011:104-7). La fortaleza de la oposición se evidenciará en su papel central en la caída de los gobiernos de Bucaram en 1997 y de Mahuad en 2000 (Suárez, en Harnecker, 2011:117-8).

Los primeros años del recién estrenado siglo XXI se caracterizan por una "crisis de legitimidad" de amplio espectro: partidos políticos, poderes del Estado, instituciones financieras (Patiño en Harnecker, 2011:163-5). La coyuntura socio-económica, agravaba aún más esta crisis: un PIB por habitante inferior al de los años ochenta y un sub-empleo de más del 50% (Palazuelos, 2010:366). Todo esto permite que Lucio Gutiérrez, con un discurso progresista y anti-imperialista y en coalición con el movimiento político indigenista y de izquierda Pachackutik, gane las presidenciales de 2002. Sin embargo, el viraje radical de Gutiérrez hacia posiciones neoliberales y subordinadas a EE.UU. provoca la tercera caída de un gobierno ecuatoriano en

menos de una década.

El apoyo de la CONAIE y Pachackutik a Gutiérrez durante el primer tramo de su gobierno, les hace perder la legitimidad lograda en los años noventa, provocando un vacío de liderazgo en un contexto sociológico que reclamaba mayoritariamente un cambio de modelo. Para Paz y Miño (2006:309), las rebeliones populares contra Bucaram, Mahuad y Gutiérrez "deben ser comprendidas en un amplio marco de tensiones sociales que se traducen en la búsqueda de democracia auténtica". El vació de liderazgo va a ser entonces ocupado por un outsider, el profesor universitario Rafael Correa, prestigioso economista que adquiere gran popularidad en su efímera etapa como ministro de economía del gobierno de Alfredo Palacio. Sus posiciones contra el pago de la deuda externa y a favor de aumentar los impuestos a las petroleras provocan su destitución y lo convierten en un referente nacional (Patiño, en Harnecker, 2011:167-74).

La candidatura presidencial de Correa va a romper los esquemas tradicionales de la política por diversas razones: por un lado, porque proviene de la academia y no del ámbito político; por otro lado, porque debido a la escasa legitimidad de partidos y movimientos sociales en general, su entorno decide crear PAIS[3], un movimiento político abierto de base ciudadana, sin ninguna vinculación partidaria o movimientista; finalmente, porque PAIS no presenta candidatos al Congreso –una institución totalmente desprestigiada- y promete la convocatoria de una Asamblea Constituyente (Patiño en Harnecker, 2011:208);

Este perfil rupturista en lo político-partidario va a ir acompañado de un programa de gobierno que propugnaba un cambio radical de modelo socio-económico –superación del neoliberalismo- y una apuesta clara por incorporarse al bloque de países latinoamericanos que estaban impulsando un nuevo modelo de integración regional e independiente. La victoria electoral en segunda vuelta, en noviembre de 2006, obteniendo casi el 57% de los sufragios, abre una nueva etapa política en el país.

4. Las Claves de una 'Nueva Narrativa Democrática'

La propuesta de cambio que lidera el presidente Rafael Correa está estrechamente vinculada a la configuración de una nueva narrativa democrática, que pretende romper ideológicamente con la narrativa asociada al periodo neoliberal. Tanto el manifiesto ideológico de Alianza País (2010) como el Plan Nacional de Desarrollo del gobierno (Senplades, 2009a) y los discursos del propio presidente, confluyen en una retórica que apela a superar el modelo de democracia que ha acompañado durante más de dos décadas a la etapa neoliberal. "Alianza País es la consecuencia del rechazo al neoliberalismo", la apuesta por una "democracia radical y participativa", tras "treinta años de democracia truncada y pactada entre elites" (Alianza País,

3 El Movimiento Alianza PAIS-Patria Altiva y Soberana, nació en Quito en febrero de 2006, impulsada por Rafael Correa y por sus principales aliados políticos. Su pretensión era incluir a diversos sectores de la izquierda ecuatoriana y convertirse en la herramienta político-partidaria que liderara la denominada Revolución Ciudadana.

2010:9-10).

Se aboga por un modelo de democracia más integral, cercano a las propuestas más holísticas que rescatábamos en el marco teórico, donde los derechos sociales, culturales e incluso económicos se integran a la práctica democrática: "por democracia profunda se entiende una forma de acción política que redefine las nociones de Estado, la sociedad y la participación social. La democracia profunda apunta a validar y reforzar los legados a favor de la inclusión, la justicia, la participación y la ampliación de derechos" (Alianza País, 2010:14).

La nueva narrativa democrática se articula incluso con horizontes de transformación antisistémicos como el paradigma del 'Buen Vivir' y el socialismo: "Alianza País es una organización política que se propone luchar por la democracia (…) con el objetivo de construir el Socialismo del Buen Vivir" (Alianza País, 2010:7). Por su parte, la Secretaria Nacional de Planificación no redactó un plan nacional de desarrollo convencional, sino que elaboró el 'Plan Nacional para el Buen Vivir' (Senplades, 2009a:310).

Otro de los aspectos destacables de la nueva narrativa es que establece una relación cuasi-simbiótica entre revolución y democracia[4]. El concepto de "Revolución ciudadana" y su plasmación en lo económico, lo ecológico, la inclusión social, la política exterior, etc., aparece recurrentemente en los discursos presidenciales, en los manifiestos de PAIS y en los textos gubernamentales. La 'Revolución' se autodefine como democrática y no violenta: "cambios que antes sólo eran concebibles a través de revoluciones violentas, se están dando en paz y en democracia" (Correa, 2011:15).

En el ámbito político, la narrativa democrática se manifiesta con notable intensidad en la caracterización del nuevo Estado. El presidente Correa vincula los cambios democráticos a "una modificación de las relaciones de poder, para que aquí ya no manden los medios de comunicación, los banqueros, unas cuantas elites, sino que manden las grandes mayorías; para transformar nuestro Estado, del Estado burgués a un Estado verdaderamente popular" (Correa, 2011:15).

Uno de los ejes estratégicos del discurso democratizador es el de la participación ciudadana. El ejemplo paradigmático es la nueva Constitución de 2008, donde se dedica todo un título y varios capítulos a señalar las diferentes instancias participativas existentes: participación en los diferentes niveles de gobierno (veedurías, cabildos, consejos consultivos, presupuestos participativos), iniciativa popular legislativa, consulta ciudadana, derecho a revocatorio, consejo de participación ciudadana y control social, etc. (Constitución, 2008:67-109). El Plan Nacional del 'Buen Vivir', en la misma línea se plantea la "transformación del Estado ecuatoriano en un Estado participativo" y se propone la puesta en funcionamiento de una

4 Debemos recordar que la 'transitología', en los años ochenta del pasado siglo, decretó la sustitución del debate en torno a la "revolución" por el debate en torno a la "democracia". El texto "De la revolución a la democracia" de Norbet Lechner (1990) es uno de los más paradigmáticos en este sentido. Dos décadas después, el concepto de "revolución" reaparece, pero no en contraposición a la "democracia" sino con pretensiones articuladoras. Los procesos de cambio venezolano, boliviano y ecuatoriano y el nutrido grupo de intelectuales y académicos que en mayor o menor medida los respaldan, son la expresión más evidente de todo esto.

"planificación participativa del desarrollo" (Senplades, 2009a:141).

En el campo económico, la nueva narrativa democrática se manifiesta en la retórica elaborada alrededor del concepto de "Revolución Económica" como parte de la propuesta de "Revolución democrática". El Plan Nacional del Buen Vivir es el mejor exponente de esta nueva narrativa. En primer lugar, se rechaza expresamente el modelo neoliberal: "el significado más profundo del Plan está en la ruptura conceptual que plantea con los idearios del Consenso de Washington". En segundo lugar, se propone una alternativa "que profundice la calidad de la democracia" y que busque un equilibrio entre el mercado y el Estado: "ello apunta al fortalecimiento de la sociedad y no del mercado (como en el neoliberalismo) ni del Estado (como en el denominado 'socialismo real')" (Senplades, 2009a).

En tercera instancia, el Plan Nacional certifica la crisis del actual concepto de desarrollo y sus derivaciones y propone sustituirlo por uno nuevo, al que denomina 'Buen Vivir', entroncándose teóricamente con las corrientes que rescatábamos en nuestro marco teórico. Un nuevo modelo que se sustenta en la concepción colectiva de los pueblos andinos y que frente a la lógica de crecimiento, explotación natural y consumismo, aboga por una armonía entre ser humano y naturaleza ("tránsito del actual antropocentrismo al bipluralismo) (Senplades, 2009a:8-9).

El discurso ecologista es uno de los ejes centrales de la propuesta del 'Buen Vivir' y por tanto de la nueva narrativa democrática. Es un elemento transversal del Plan Nacional de Senplades (2009a) y a su vez un insumo relevante del articulado constitucional: derecho a "ambiente sano y ecológicamente equilibrado" (artículo 14); promoción de tecnologías limpias, "energías alternativas no contaminantes", prohibición de agroquímicos y organismos genéticamente modificados (artículo 15); "derechos de la naturaleza" (capítulo séptimo del título primero); promoción de formas de producción que no atenten contra la naturaleza (artículo 319); consulta ciudadana en conflictos ambientales (artículo 395), etc.

A pesar de que se rechaza el modelo ultra-estatista de las experiencias del siglo XX, el discurso gubernamental le otorga al Estado una notable centralidad en el impulso del nuevo modelo. Se plantea que "la única forma de cambiar" el actual patrón primario exportador de recursos naturales "es a través de la intervención del Estado" (Senplades, 2009a:17). La Constitución (2008:149), reserva al Estado el control de los sectores estratégicos ("energía en todas sus formas", telecomunicaciones, recursos naturales, agua, etc.) y la responsabilidad de constituir "empresas públicas" para su gestión".

La retórica democratizadora permea también el discurso en torno a la propiedad, el modelo agrario, el financiero y el tributario. "El gobierno nacional se ha planteado el reto de impulsar un proceso sostenido de democratización de los medios de producción con especial énfasis en la tierra, el agua y los activos productivos que no cumplen su función social" (Senplades, 2009a:104). En materia agraria, los principios democratizadores se plasman en la Constitución (2008) a través del impulso estatal a la soberanía alimentaria (artículo 281), la prohibición del

latifundio y del agua (artículo 282) y la protección a la producción nacional (artículo 306). A nivel tributario, el artículo 300 fija la prioridad de impuestos progresivos para la redistribución, mientras que los artículos 308 a 312 proponen un nuevo sistema financiero donde el sector público tendrá un papel destacado para apoyar a los "grupos menos favorecidos". En materia financiera, el objetivo de "democratizar la propiedad" reaparece en la prohibición a los grupos bancarios de poseer acciones en otros sectores económicos, incluidos los medios de comunicación (artículo 312).

En el plano de la política social, la narrativa de Alianza País y del gobierno de Correa coincide en gran media con la perspectiva holística a la que hacíamos alusión en nuestro marco teórico, según la cual la dimensión social es parte del hecho democrático. En el Plan Nacional del Buen Vivir, la Secretaría Nacional de Planificación (Senplades, 2009a) considera un elemento democratizador la recuperación de la lógica pública y del interés público. Esto se materializa por medio del Estado, como garante del acceso a los servicios públicos.

Pero el hecho más relevante es la centralidad que la propia Constitución (2008) le concede a la política social. En el capítulo primero dedicado a los principios fundamentales, se indica que un deber primordial del Estado es "garantizar sin discriminación alguna el efectivo goce de derechos" como la educación, la salud, la alimentación, la seguridad social, etc. Posteriormente en el Título VII dedicado al 'Régimen del Buen Vivir', se concreta la prohibición de privatizar la seguridad social y la promoción estatal de planes de "acceso universal a la vivienda".

En el campo cultural, el concepto de plurinacionalidad es el eje estratégico de la narrativa democrática gubernamental. El Plan Nacional del 'Buen Vivir' afirma categóricamente que "en el plano de la democracia, el Estado Plurinacional supone la construcción de un Estado radicalmente democrático". La plurinacionalidad supone el reconocimiento de los pueblos indígenas y "las distintas formas de democracia existentes en el país: la democracia comunitaria, la democracia deliberativa y la democracia participativa nutren y complementan a la democracia representativa, promoviendo un verdadero ejercicio democrático intercultural". La plurinacionalidad "implica una ruptura con la noción liberal de nación, aquella según la cual a cada Estado le corresponde una nación" y a su vez coadyuva en la superación del "colonialismo interno" (Senplades, 2009a:31-2).

La Constitución (2008) otorga carácter legal a gran parte de la retórica plurinacional. El artículo 1 define a Ecuador como un Estado "intercultural y plurinacional". El artículo 57 garantiza a las "nacionalidades indígenas" el derecho a la "propiedad imprescriptible de sus tierras comunitarias", la promoción de un "sistema de educación intercultural bilingüe" y el derecho a consulta previa sobre planes extractivistas.

En el plano de la política internacional la narrativa democrática se hace presente a través de una articulación discursiva entre los conceptos de democracia y soberanía integral: "En un orden geopolítico mundial, con asimetrías, preeminencia de intereses históricamente

impuestos por los poderes hegemónicos, se presenta entonces el desafío de contribuir a la construcción de un orden internacional más justo y democrático, a partir de una noción integral de soberanía no solo entendida como integridad territorial sino como independencia política y autodeterminación económica, financiera, cultural, alimentaria, energética y ambiental" (Senplades, 2009b:123). A todo esto hay que agregar dos objetivos estratégicos: el multilateralismo y la integración latinoamericana política, económica, militar, etc., a través de la creación de instituciones supranacionales (Alianza País, 2010, Senplades, 2009a).

5. Conclusiones

La nueva narrativa democrática que el movimiento político liderado por Correa y el propio gobierno de Ecuador utilizan como insumo teórico para elaborar su discurso, ha tenido su plasmación práctica en algunos aspectos concretos. En el ámbito político, la activación del proceso constituyente y la "amplia participación ciudadana" (Acosta, en Harnecker, 2011:245), que desató es el ejemplo más paradigmático. En materia económica, la transición hacia el postneoliberalismo se ha materializado con el retorno del Estado para retomar la planificación y el control de los recursos estratégicos, siendo el mejor exponente la nueva política petrolera, que ha permitido duplicar los ingresos[5] gracias al cambio del modelo de "contrato de prestación" al de "prestación de servicios". El otro aspecto clave del giro económico ha sido la decisión de priorizar el gasto social frente al pago de la deuda: mientras en 2006 se destinaba el doble de gasto al pago de la deuda que a servicios sociales -$ 3.784 millones frente a $ 1.712 millones-, en 2010 el gasto social triplicaba al servicio de la deuda -$ 4.410 millones frente a $ 1.408 millones- (Gobierno de Ecuador, 2011:11).

En el área social, el importante incremento del gasto es el mejor indicador de la centralidad otorgada a las políticas sociales. Acosta (en Harnecker, 2011:319) reconoce que el actual Ejecutivo ha incrementado la inversión social de un 4% a un 8% del PIB. A su vez, la restitución de la gratuidad y el fuerte aumento del presupuesto en educación (un 300% del 2007 a 2010) y en salud (un 129%) (Senplades, 2011:21-2) aparecen como la otra variable fundamental. En política internacional, el discurso soberanista y latinoamericanista se ha traducido en hechos tangibles entre los que destacan: el no al TLC con Estados Unidos (Palazuelos, 2010:372), la renegociación de los contratos con las empresas petroleras, la renegociación de la deuda, con el consiguiente ahorro de $ 7.505 millones de dólares (Senplades, 2011:57-9), el retiro del CIADI en el año 2009, el cierre de la base de EE.UU. en Manta, la incorporación a Unasur y al Consejo Suramericano de Defensa, y la integración en el ALBA.

La práctica gubernamental, por otro lado, también presenta importantes inconsistencias en relación con la nueva narrativa democrática, lo cual ha sido señalado por un sector de oposición que pretende ubicarse a la izquierda de Alianza País: la denominada "Coordinadora Plurinacional de las izquierdas". En términos políticos, se critica el excesivo hiper-liderazgo y

5 El paso del modelo de "contratos de participación" al de "prestación de servicios" ha permitido duplicar el ingreso petrolero: de 837,9 millones de dólares en 2010 a 1.638,6 millones en 2011 (Gobierno de Ecuador, 2011:14).

las prácticas caudillistas del presidente Correa (Larrea, 2011, Ospina, 2011). A su vez, desde algunos movimientos sociales se ha señalado al gobierno por criminalizar a la disidencia (Ospina, 2011, Llanes, 2011) o por pretender dividirlos y cooptarlos (Aguinaga, 2011). En el terreno económico, la contradicción más aparente se está dando en la implementación del nuevo modelo de desarrollo. Algunos grupos indígenas y ecologistas denuncian que la retórica del Buen Vivir y de la defensa de los derechos de la naturaleza, colisiona con el mantenimiento e incluso "la profundización" del modelo extractivista y primario-exportador (Llanes, 2011).

En síntesis, parece evidente que el conflicto ideológico fundamental que se va dar en los próximos años va a ser la disputa teórica y simbólica por patrimonializar la nueva narrativa democrática, entre el gobierno y la oposición de izquierda nucleada en torno a la Coordinadora Plurinacional.

6. Fuentes

Acosta, Alberto (2009a), "El Estado Plurinacional, puerta para una sociedad democrática", in Alberto Acosta y Esperanza Martínez, *Plurinacionalidad. Democracia en la diversidad*. Quito: Abya-Yala, 15-20.

Acosta, Alberto (2009b), *La maldición de la abundancia.* Quito: Abya-Yala.

Aguinaga, Margarita (2011), *Entrevista personal.* 23-08-2011. Quito.

Alianza País (2010), *Manifiesto ideológico. Principios y programa.* 1ª Convención Nacional: Quito.

Constitución del Ecuador (2008), Quito: Editado por Asamblea Nacional.

Correa, Rafael (2011), *Un nuevo concepto de economía* (discurso pronunciado durante la inauguración de las Jornadas de Participación ciudadana). 17 mayo 2011. Ministerio de Coordinación de la Política: Quito.

Cueva, Agustín (1988), *El proceso de dominación política en Ecuador.* Quito: Planeta.

Gobierno de Ecuador (2011), *Informe a la Nación.* El Ciudadano, nº 75. 10-08-2011.

Gudynas, Eduardo (2011), "Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo", *ALAI*, 462, febrero, 1-20.

Harnecker, Marta (2011), *Ecuador. Una nueva izquierda en busca de la vida en plenitud.* Barcelona: El Viejo Topo.

Larrea, Gustavo (2011), "Esta vez no, señor presidente", *Revista Desafíos*, 1.

Lechner, Norbert (1990), "De la revolución a la democracia", in Norbert Lechner. *Los patios*

interiores de la democracia. México. FCE, 83-87.

Llanes, Ivonne (2011), *Entrevista personal.* 16-08-2011. Quito.

Ospina, Pablo (2011), *Entrevista personal.* 01-08-2011. Quito.

Palazuelos, Antonio (2010), "Ecuador: del 'No-País' al proyecto del Movimiento PAIS ¿Son las políticas laborales y migratorias actuales elementos de una nueva estrategia de desarrollo para Ecuador?", in Vidal Guillén (org.), *Desarrollo y transformación. Opciones para América Latina.* Madrid: Fondo de Cultura Económica, 359-382.

Paz y Miño, Juan (2006), "Ecuador: democracia con tensiones, sociedad con desatenciones", in Waldo Ansaldi (org). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 287-312.

Roitman, Marcos (1992), "Teoría y práctica de la democracia en América Latina", in Pablo González Casanova y Marcos Roitman, *La democracia en América Latina: actualidad y perspectivas*. Madrid: Editorial Complutense, 211-241.

Santos, Boaventura de Sousa (2009), "Las paradojas de nuestro tiempo y la plurinacionalidad", in Alberto Acosta y Esperanza Martínez. *Plurinacionalidad. Democracia en la diversidad*. Quito: Abya-Yala, 21-62.

Senplades (2009a), *Plan Nacional para el 'Buen Vivir' 2009-2013. Construyendo un Estado plurinacional e intercultural.* Quito: Edición Senplades.

Senplades (2009b). *Recuperación del Estado para alcanzar el 'Buen Vivir'. Memoria Bienal 2007-2009.* Quito: Edición Senplades

Senplades (2011), *100 logros de la Revolución Ciudadana.* Quito: Edición Senplades.

Uharte, Luis Miguel (2009), "La fertilidad teórica del debate democrático en América Latina", *HAOL*, nº 20, 167-185

Walsh, Catherine (2009), "Estado plurinacional e intercultural. Complementariedad y complicidad hacia el Buen Vivir", in Alberto Acosta y Esperanza Martínez, *Plurinacionalidad. Democracia en la diversidad*. Quito: Abya-Yala, 161-184.

Naturalização e Instrumentalização do Sujeito de Direito: uma Análise dos Conflitos Agrários em Torno das Demarcações de Terras Indígenas no Brasil.

Vilma de Fátima Machado[1]
Leonilson Rocha dos Santos[2]

Resumo

A produção de enunciados que ordenam um discurso de naturalização das sociedades indígenas, calcados na representação social do "bom selvagem", desloca, paulatinamente, o eixo de legitimação das demarcações das terras das sociedades originárias para a proteção do meio ambiente resultando num processo inverso daquele que deveria contribuir para a garantia da dignidade e da reprodução das sociedades indígenas. Mesmo com a criação de normas internas e a incorporação de tratados internacionais sobre direitos indígenas, observa-se a dificuldade do Estado em constituir, a partir de outras gramáticas, os indígenas como sujeitos de direitos. A problemática levantada coloca para o campo teórico dos direitos humanos a necessidade de construir uma linguagem capaz de redefinir os conceitos que permeiam as discussões jurídicas, possibilitando uma (re) construção do sujeito indígena para produção de um novo direito.

Palavras-Chave: Direitos humanos – Discurso de naturalização – Sujeitos de Direitos – Territórios – Sociedades Indígenas.

Abstract

The production of statements that order the discourse about the naturalization concept of indigenous societies, based on the built figure of "the noble savage", constructed by society, displaces the process of land demarcation from the notion of the legitimization of the societies to another one, that is involves protecting the environment. This results in an inverse process than the one that should aim the constitution of territories and ensure the dignity and reproduction of these indigenous societies. In this context, rules and international treaties on indigenous rights have become ineffective in face of the inability of the State to create subjects of right. The issue presented sets to the human rights theoretical field the need to plan itself as another subject, able to redefine the concepts that surrounds legal discussions, thus allowing a reconstruction of subject to produce a new right.

Keywords: Human rights - naturalization discourse – Subject Rights - Territories - Indigenous Societies.

---

1 Professora da Universidade Federal de Goiás desde 1992, atuando no Núcleo de Direitos Humanos desde 1999. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Atua no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e no Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, com projetos de pesquisas que visam discutir as questões relativas aos conflitos, constituição de sujeitos e direitos coletivos.

2 Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás/UFG (2013) e mestrando em Direito Agrário pela Mesma Instituição. Atua no Núcleo de Direitos Humanos/UFG desde 2009 com projetos de pesquisa e extensão, trabalhando com as temáticas relativas aos direitos humanos e meio ambiente, sociedades indígenas, direitos coletivos e territórios.

Introdução

A questão do direito da população indígena à terra sempre foi, no Brasil, objeto de profundos e longos conflitos. Consideradas como obstáculo à expansão e desenvolvimento do país, foram historicamente alijadas da condição de sujeitos de sua própria historia. O longo processo de resistência e luta tem produzido avanços cujas demarcações de várias áreas atestam. Na dinâmica da luta pela efetivação e garantira dos direitos indígenas diferentes obstáculos ainda precisam ser superados.

O presente estudo tem por objetivo trazer para discussão alguns desses obstáculos, destacando como eixo analítico aquele que compreendemos decorrer de uma aproximação entre o movimento ambientalista e o movimento indígena brasileiro, inicialmente estratégica para ambos. Os movimentos indígenas ao assumirem para si a identidade de protetores naturais do meio ambiente abrem a possibilidade de se constituírem em instrumentos de uma preservação/conservação ambiental pensada/produzida a partir de um ideal construído pela sociedade envolvente. De outra parte esse ideal, alimentado por setores do ambientalismo, pode funcionar como elemento de reafirmação das representações sociais onde o índio é tomado como uma espécie de "bom selvagem". Essas representações, conforme são operadas no interior dos conflitos, abrem espaço para a instrumentalização – por parte de diferentes setores envolvidos nos conflitos – das demandas indígenas por direito a demarcação e garantia da integridade de seus territórios.

No cerne da questão, pode-se notar a gestação de uma identidade que busca se sustentar a partir da ideia de que característica principal dos povos indígenas está relacionada à sua capacidade de viver em simbiose com o meio ambiente, capacidade de se reproduzirem física e culturalmente em perfeita sintonia com os ritmos ditados pela natureza. Em decorrência dessa construção, as populações indígenas são convertidas, por uma essência a eles atribuída, em agentes naturalmente preservacionistas. Da nossa perspectiva de análise no bojo desse processo também se produz a possibilidade da instrumentalização das populações indígenas como protetoras da natureza. Essa instrumentalização gera uma série de dificuldades que enredam tanto as demandas ambientalistas por conservação do meio ambiente, quanto as demandas indígenas por garantia de direitos à terra e a autodeterminação, produzindo uma trama que gera mais obstáculos do que caminhos e oportunidades para a garantia de efetivação dos direitos indígenas à cidadania.

Esses obstáculos se produzem na desconsideração dos sujeitos indígenas de direitos, na medida em que seus direitos estão vinculados à conservação da natureza. O *status* de sujeitos foi retirado da pessoa do indígena e também de sua coletividade transferindo-se essa titularidade para um ente idealizado como "natureza", restando às populações indígenas o papel de instrumentos úteis para o reforço da ideia de que é imperativo garantir para as gerações futuras a preservação de "reservas" de biodiversidade, de conhecimentos

tradicionais, de saberes ambientais e de uma natureza idealizada como "quase intocada" (Diegues, 2000).

Esta problemática reflete a dificuldade que a instrumentalização das demandas indígenas em favor dos atores que lutam pela conservação da natureza imprime à luta indígena por cidadania e construção de direitos. O direito dos povos originários não é reconhecido pelo fato de ele ser um sujeito de direito, um cidadão (coletivo ou não) e como tal ser considerado, mas é reconhecido em função de sua pretensa imanência preservacionista. Antes de ser um cidadão, um sujeito de direito ele é reconhecido pela possibilidade de poder prestar um duplo serviço à humanidade - da qual ele não faz parte: redimir-nos das violentas agressões à natureza por ser capaz de conservá-la e, ao mesmo tempo, garantir para nossas gerações futuras uma natureza da qual elas possam usufruir.

1. A produção do discurso de Naturalização das Sociedades Indígenas

Na construção de uma síntese da trajetória da luta por cidadania protagonizada pelos movimentos indígenas, a base das justificativas para negar ou defender direito ao território em disputa, centra-se nos argumentos que dizem respeito ao percurso feito entre o período anterior à Constituição Federal da República de 1988 e o período posterior a sua promulgação. Percurso este que marca o deslocamento da noção de "*assimilação*" como eixo do primeiro período, para a de "*isolamento e conservação do selvagem*".

No tocante ao segundo período, que será trabalhado neste artigo, verifica-se uma instrumentalização da natureza por determinados segmentos de lutas indígenas e uma naturalização destes povos, como seres integrados à natureza e cujo modo de vida é em essência preservacionista/conservacionista. Desenha-se então a aproximação de suas demandas e estratégias, que dificulta, ainda mais, o reconhecimento do indígena como sujeito de direito. Isso porque, o foco da estratégia não busca garantir a dignidade da pessoa humana (do indígena), mas a sua capacidade de preservar, ou seja, sua utilidade preservacionista.

Os enunciados discursivos que viabilizam essas percepções acerca das sociedades indígenas começam a ser produzidos antes da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) mas ganha força com as mobilizações e discussões realizadas em torno da preparação e realização da Conferência. Ressalta-se inclusive que a Conferência foi fundamental para que as problemáticas indígenas brasileiras alcançassem visibilidade interna e também externa, tendo em vista a magnitude e importância do evento.

A partir da Rio 92, a questão ambiental é colocada à frente de todas as lutas emancipatórias e demandas sociais. Os organismos internacionais, ecoando a aliança estrategicamente forçada entre interesses indígenas e ambientalistas começam a propor programas cujo eixo estivesse centrado nas questões indígenas-ambientais. No Brasil, principalmente nas regiões de floresta amazônica, como bem ressalta Jófej (2006:353), observam-se mobilizações

nacionais e internacionais em torno das questões indígenas ligadas a meio ambiente:

> A Eco-92 presenciou o surgimento de novos protagonistas sociais no cenário mundial discutindo biodiversidade, na medida em que atuação e articulação dos 700 representantes dos povos indígenas ali presentes, [...] resultou em documentos como a Carta da Terra e a Declaração da Kari-Oca, que constituem marcos históricos para os povos indígenas, na conquista de avanços sociais na área de biodiversidade.

O que se observa é que nessa articulação entre movimento indígena e causas ambientalistas as questões mais visíveis estão postas em torno da terra e proteção dos territórios indígenas, colocando estes territórios no centro de um discurso universal sobre proteção do meio ambiente. Como ressalta Ulloa (2001:298) "as ações dos movimentos indígenas em torno da questão ambiental, não se podem desligar dos territórios indígenas, os quais são contemplados como figuras de defesa da biodiversidade e dos ecossistemas".

Houve muitas pressões para que o Estado Brasileiro programasse medidas capazes de proteger a um só tempo meio ambiente e interesses indígenas. Nesse sentido entende-se a assinatura pelo Brasil da convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 1994, sendo que os indígenas são colocados como os executores principais deste diploma, na medida em que seriam conservadores "naturais" da biodiversidade. Está ideia foi fortemente sustentada pelo movimento ambientalista a partir de uma visão romântica das populações indígenas predominante, sobretudo, no cenário amazônico.

No entanto, é possível observar, mesmo diante da variedade de estratégias de ação, um processo de mutua instrumentalização entre as demandas ambientais e as demandas indígenas por território e cidadania. Dois aspectos sobressaem nessa instrumentalização mutua: terra e biodiversidade. A questão da terra é a que mais se aproxima das questões ambientais, isto porque "após a criação do Parque Nacional do Xingu em 1953, a demarcação passou a ser efetuada tendo em conta parâmetros culturais e *ecológicos*" (Gomes, 2007:438).

No nosso entendimento essa aproximação tem produzido uma espécie de identificação entre interesses indígenas e ambientalistas, aparentemente estratégica para ambos, mas que vai se mostrando uma armadilha que escamoteia não só a dificuldade posta diante das consequências decorrentes do reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos coletivos de direito – que devem ter sua autodeterminação respeitada e garantida – mas, também, a instrumentalização dessas sociedades como portadoras de uma potência conservacionista capaz de supostamente impedir a continuidade do processo de desenvolvimento devastador que alimentamos cotidianamente.

A construção de uma identidade indígena que lhe atribui predicados do tipo integrado à natureza, vivendo em simbiose com o meio ambiente, "bom selvagem", protetores da

floresta, povos da floresta, pode contribuir para a produção de estigmas e também para a supressão do sujeito indígena pelo sujeito difuso chamado "natureza". O aprofundamento dessa lógica ao invés de garantir direitos aos cidadãos indígenas acaba por lhe atribuir uma identidade que é incompatível com o exercício da cidadania. Essa armadilha, produzida pela amalgama resultante da fundição entre demandas indígenas por garantia de direitos coletivos e territoriais e a demanda da sociedade envolvente por preservação ambiental, é que nos parece capaz de corroer as possibilidades de exercício e construção da cidadania indígena.

2. A Dicotomia Humano e Natureza como elemento racional constitutivo da Naturalização dos Povos Indígenas.

O problema do reconhecimento da humanidade do índio foi uma das primeiras dificuldades postas ao Europeu no contato com os habitantes das terras ocupadas no processo de expansão ultramarina do sec. XV. A discussão desemboca na emissão da Bula Papal de Paulo III em 1536 declarando que os indígenas eram sim seres humanos (Santos, 2005). Essa humanidade que precisou ser declarada não era, no entanto, uma humanidade igual a dos Europeus. Eram humanos, mas também "selvagens", ou seja, a humanidade a eles conferida era potencial. Sua concretização se faria quando conseguissem absorver os costumes "civilizados" dos europeus – o que incluía a adoção e compreensão da fé cristã, entre outros elementos culturais.

O reconhecimento da humanidade dos ameríndios por parte da igreja não significa que essa humanidade esteja no mesmo patamar da humanidade do Europeu. Para além dos interesses cristãos, o que lhes está sendo aberto é a possibilidade de trilhar o caminho da civilização. É certo, que a racionalidade moderna cria ao mesmo tempo o civilizado e o selvagem, o colonizador e o colonizado, mas não só isso. Ela também define o modo de relação entre um e outro a partir de uma hierarquia: civilizado é superior ao selvagem. É um caminho a ser percorrido pelo o humano do selvagem ao civilizado. Quem já o percorreu está apto a conduzir os demais nessa jornada.

Essa desigualdade no nível de humanidade está na base da legitimação do controle econômico e político dos povos ameríndios por parte dos colonizadores europeus que tomavam a si mesmos como portadores de uma racionalidade superior e praticamente inatingível pelo selvagem.

O eixo motriz da racionalidade moderna foi estruturado a partir da aliança razão/ciência/técnica. A civilização ganha densidade à medida que o homem é capaz de dominar a natureza por meio da ciência, desenvolvendo técnicas e tecnologias que o emancipem da dependência dos ciclos e ritmos ditados pela natureza. O homem é o sujeito que conhece, que pode conhecer e a natureza objeto a ser conhecido.

A legitimação desse domínio do homem sobre a natureza vai sendo socialmente produzido

na medida em que esses conhecimentos são dirigidos para a produção de tecnologias cada vez mais refinadas. Estas tecnologias são elementos capazes de tornar visível a superioridade daqueles que as dominam e utilizam. O domínio da ciência e da técnica é o meio de atestar a emancipação do humano em relação ao natural, é a marca da civilização, é o que distancia o europeu do selvagem.

Na lógica da racionalidade moderna quanto menos artifícios fossem empregados na relação com a natureza mais distantes da civilização estariam os homens. A ciência e tudo que dela decorre fazem a mediação entre o selvagem e o humano. O reconhecimento da humanidade em potencial institui o "selvagem em transição" e justifica o domínio do já civilizado.

É a partir desse reconhecimento do humano como potência em desenvolvimento é que se erigiu grande parte das representações que orientam os posicionamentos de membros da sociedade envolvente na sua relação imaginária ou concreta com o índio e/ou sua comunidade. O índio vai sendo convertido no selvagem que espelha nosso passado ancestral.

Dentro das representações mais comuns sobre as populações indígenas, sobressaem três: romântica (bom selvagem), mal selvagem e a cidadã (Luciano, 2006). Como as representações funcionam como "uma polarização e nenhuma delas corresponde à realidade alguma." (Novaes. 2008: S/P)[3], buscaremos compreender as implicações das colocações da representação calcada na ideia romantizada das populações indígenas para compreendermos o surgimento de um discurso ambiental face às populações indígenas, que concentram ações em torno das questões indígenas, e por conseguinte a incorporação de uma identidade ecológica dessas sociedades.

A representação romântica do índio é uma das formas mais antigas, que foi sendo construída desde a chegada dos europeus ao "novo mundo" e que até os dias de hoje se mostra presente na maneira da sociedade perceber povos indígenas. Esta representação "concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com seus valores e regras" (Luciano, 2006:35). Em outra análise trazida pela Professora NOVAES (2008: S/P), essa representação é vista como "a imagem do *'bom selvagem'*, aquele que não foi contaminado pela civilização, pelo progresso, o índio puro, o índio bom que vive em contato íntimo com a natureza, não poluído [...]".

Estas representações sobre os indígenas acontecem a partir da consideração daquilo que a sociedade envolvente não é. Como se fosse uma relação altamente contrastante. (Ibdem: S/P)

> Se a representação é a do bom selvagem, é porque nós somos os civilizados, que temos que pagar o preço do progresso, o nosso contrato com a natureza é absolutamente predatório, e se é a imagem do mal

3 Trecho retirado da entrevista concedida pela autora no documentário "Direitos humanos e Povos Indígenas", *in* GOIFMAN, Kiko. CAETANO, Marcelo. MULLER, Jurandir. SCHNEIDER, Marta. *Direitos Humanos e Povos Indígenas*, [Filme-vídeo]. Brasília: Associação Nacional de Direitos Humanos Pesquisa e Pós-Graduação.

> selvagem, é porque nos somos os civilizados, nós somos os evoluídos, nós é quem entendemos de como o mundo tem que ser hoje.

Essa representação é ordenada pelo discurso que procura amparar as questões ambientais a partir dos povos indígenas, pois estes não seriam considerados enquanto predadores da natureza, ao contrário eles são a natureza, e vivem em harmonia com esta. Este argumento é ainda reforçado pela pouca tecnologia, em comparação ao não indígena, usadas pelas populações indígenas, colocando-os como "quase primitivos". Dentro do que se considera humano, estes povos estariam à margem da civilização.

Uma das consequências desta representação, operante na sociedade ordenada por um discurso universal, é que não se concebe sequer a possibilidade de que os indígenas possam entender de forma diferente a relação com a natureza – bem como as implicações práticas desse outro entendimento. Como observa Ulloa em relação às sociedades envolventes, "não há uma clareza, nem um conhecimento acerca dos discursos locais sobre a natureza e suas perspectivas frente ao desenvolvimento" (2001:309). Dessa forma, simplesmente é outorgado aos indígenas esse caráter de "pertencimento a natureza" sem considerá-los enquanto sujeito, humanos e capazes de produzirem diversas e distintas compreensões acerca da natureza.

Isso porque a forma como essas representações operam não incluem a percepção da forma como o outro concebe a si mesmo e à sua relação com a natureza, com o ambiente, mas somente pelo que pensa a sociedade envolvente acerca do que o indígena pensa. Ou seja, essas identidades conferidas constroem "o outro como uma entidade total, apagando as diferenças internas, singularizando-o e, às vezes, universalizando-o como uma verdade evidente" (Ulloa, 2011:27). Dentro desta noção, nos parece que todas as tentativas de evadir-se destas representações produzidas a partir do discurso ambiental sobre os indígenas e suas terras, desembocam sempre no mesmo lugar, que é o lugar da sua produção: os interesses da sociedade envolvente.

Reitera-se a subalternização. Processo que se configura no seguinte: como as sociedades modernas têm uma relação de dominação sobre natureza, e a partir desta visão romântica se entende que o indígena faz parte da "natureza", portanto também é passível de dominação. O fato é que a percepção construída sobre o índio dentro desta representação é "sempre como vítima e um coitado, que precisa de tutor para protegê-lo e sustentá-lo" (Luciano, 2006:35). Daí decorre varias ações paternalistas por parte do Estado no sentido de tutelar os indígenas, como seres indefesos, sem considerar nenhum aspecto de humano.

O que se faz a partir desta representação romântica sobre os indígenas é idealizá-los enquanto salvadores do planeta, porque o que se tem em mente é que os indígenas são parte da natureza, portanto, enquanto parte desta, tem o dever de mantê-la, salvando-a de algumas ações "humanas". Esta representação romântica que atribui ao índio o dever de salvar o

planeta faz com que coloquemos suas questões, seus territórios e eles mesmos, dentro de um discurso universalista sobre as questões ambientais, como destaca Ulloa (2001:289; 309),

> Desde os anos setenta, em todo o mundo, os indígenas começaram a ser situados como atores importantes dentro do discurso ambiental, com a proliferação de documentos das Nações Unidas, das ONG's e dos programas ambientais [289]. [A partir dessa representação, acreditam] os ambientalistas, [que] os indígenas tem que assumir a tarefa histórica de salvar o planeta terra mantendo e perpetuando sistemas tradicionais ecológicos, sob uma visão romântica do nativo ecológico [309].

Assim, o que é alçado a um primeiro plano não são os direitos indígenas, mas "direitos da natureza" em ter os indígenas preservando-a. Ademais, a possibilidade de se subsumir os direitos dos povos indígenas frente aos direitos da natureza é realçada. O modo de operar dos discursos que são produzidos a partir da representação que se constrói acerca das sociedades indígenas lhes retira qualquer perspectiva de cidadania e de se fazerem sujeitos de direitos.

Cabe ressaltar, ainda, que este discurso ambiental, que está centrado em uma visão romântica do índio, é um dos pontos que coloca em relação direta a questão indígena e questão ambiental, e potencializa na esfera social a sobreposição dos sujeitos envolvidos nestas questões (índios e ambientalistas). Como mencionou Oliveira (1988:28), a luta indígena ganha maior visibilidade, pois "o relativo sucesso da mobilização de agentes não-índios no movimento indígena pode ser atribuído, em certa medida, à 'mentalidade romântica' vigente nos centros distantes das áreas de fricção interétnica".

A identidade conferida é em certa medida, também fruto deste discurso ambiental universalista que instrumentaliza em seu favor a representação social de que o índio é um ser primitivo que vive em permanente contato com a natureza, imputando a esse contato um caráter ecológico. As populações indígenas se veem enredadas na articulação desses enunciados que os naturalizam como preservacionista e são compelidos, pela dinâmica dos embates a que estão frequentemente inseridos, a incorporarem (numa ação que pode lhes parecer inicialmente estratégica) est perspectiva ampliando o corpo de aliados que podem reforçar suas agendas de luta. A questão é que não lhes resta alternativa diante do imperativo básico de garantirem sua sobrevivência. O acesso à terra é uma condição para essa sobrevivência. Se para a concretização desse direito precisam assumir a do preservador ambiental o fazem na tentativa de ver seus direitos adquiridos.

De imediato, podemos considerar que o apelo ambiental e a identidade conferida, calcados neste discurso ambiental, produzem alguns efeitos práticos de demarcação ou proteção das terras indígenas, entretanto como já consideramos anteriormente, todo o aparato de representação social e discursos não estão centrados nas populações indígenas enquanto

sujeitos de direito, enquanto seres capazes de ter autonomia e se autodeterminar conforme seus próprios interesses, pelo contrário, têm em vista que estes devem ser tutelados e preservados como parte desta mesma natureza idealizada na dicotomia, sujeito e objeto, selvagem e civilizado.

Outro aspecto que reforça o apelo ambiental na demarcação das terras indígenas é a questão da biodiversidade. Quando a questão é tratada, geralmente se busca aferir o valor econômico, social e ambiental da biodiversidade imputando ao indígena, mais uma vez, uma identidade de protetor por excelência desta biodiversidade, ao passo que, tendo em vista este aspecto de territorialidade do espaço ocupado pelo indígena, a biodiversidade está intrinsecamente vinculada à maneira das sociedades indígenas pensarem o meio ambiente, ou seja, não há uma separação entre cultura e natureza. No nosso ponto de vista, Ribeiro (2000:22) coloca bem a necessidade de pensar a questão da biodiversidade politicamente, claro, dando uma representatividade significativa para as populações indígenas, levantando aspectos que visem implementar o direito indígena à biodiversidade, e não o contrário, o direito da biodiversidade em ter os povos indígenas preservando-a.

A dificuldade dos movimentos indígenas em legitimar demandas estruturadas não diretamente na esfera de demandas dirigidas pela ótica da preservação ambiental esvaziam bandeiras de lutas que lhes são fundamentais, melhor dizendo, que giram em torno da garantia de direitos fundamentais.

Ocorre que a crítica da racionalidade moderna, sobretudo aquelas apontadas e/ou ressaltadas diante da emergência da crise ambiental, produziram importantes ajustes nessa lógica selvagem/civilizado. Muito dos questionamentos impostos à racionalidade moderna tem operado no sentido de desestabilizar as certezas erigidas em torno da viabilidade e adequação da rota estabelecida pela ciência moderna enquanto instrumento capaz de conduzir diferentes povos da barbárie à civilização.

Em torno da conferencia Rio 92 esses ajustes tomaram forma. No espaço da Conferencia – entendido aqui não só como o lugar e o tempo do evento em si, mas também o período de sua preparação e de elaboração dos os acordos e tratados a serem ratificados, da sistematização de discussões nas rodadas de preparação, bem como o período posterior ao evento quando foi posto em movimento a construção da Agenda 21 – a forma como esse percurso entre a selvageria e a civilidade vinha sendo operado tanto pelas comunidades indígenas quanto pela sociedade envolvente é reordenada.

Observa-se, no que diz respeito às comunidades indígenas que embora não se questione sua potencialidade humana e sua capacidade de fazer o percurso que o civilizado fez, isso deixa de ser desejável. Não é mais visto como viável na perspectiva da autocrítica do civilizado, haja vista as desastrosas consequências de seu afastamento em relação à natureza e as dificuldades para controlá-la. Mas esse controle não é uma tarefa abandonada. Ela é reordenada. Ela não desaparece do horizonte, apenas há que se buscarem meios mais eficazes.

Também para o indígena opera-se um deslocamento estratégico na luta pelas garantias de seus direitos. Ao ser alçado pelo "civilizado em crise" à condição de avatar da espécie humana ameaçada, e como tal capaz de redimir a modernidade de suas falhas, a representação do indígena como selvagem ganha sentido novo. A sua proximidade com a natureza é resignificada.

As populações indígenas, nessa perspectiva passam a interessar não só como agentes da preservação ambiental, mas também enquanto elementos da espécie humana que ainda carregam em si a possibilidade de unir novamente o que a modernidade separou: homem e natureza. Daí que as populações indígenas devem ser preservadas quase como elementos do território (ou seria reserva ambiental?). Nesse sentido, nos argumentos a serem manejados pelos movimentos indígenas em favor da garantia de seus territórios ganha estratégica centralidade o aspecto ambiental.

A aparente potencialidade de reforço estratégico que inicialmente pode ser concebido pela aproximação entre os interesses ambientalistas e as lutas indígenas por territórios, pode se converter em uma complexa armadilha para ambos. A questão é que da forma como vem sendo construindo essa aproximação, as populações indígenas estão sendo convertidas em parte da fauna que compõe uma natureza a ser preservada. A justificativa de seus direitos vai sendo deslocada da(s) pessoa(s) para a natureza. Os direitos da coletividade ou de seus componentes não são suficientes para garantir-lhes o território (Sousa Filho, 1999). Esse direito vai sendo atrelado ao fato de se converterem em instrumentos de conservação da natureza e do vínculo ancestral e simbiótico entre a natureza e o humano.

A instrumentalização das demandas indígenas por territórios produzido a partir dos interesses vinculados à preservação ambiental opera a nosso ver mais contra do que a favor da concretização dos direitos indígenas. Ao deslocar para a preservação da natureza a justificativa e a legitimação dos direitos indígenas reforça-se uma reificação da diversidade cultural dessas populações ao mesmo tempo em que fortalece a imagem do indígena como bom selvagem aprofundando as consequências desse mito ao subsumir a pessoa, o sujeito na natureza.

A criação dos jardins zoológicos inscreve-se na lógica moderna da superioridade do homem diante da natureza e suas diferentes espécies vivas. Dentre elas somente o homem é portador da capacidade de raciocinar, de planejar, de construir, de dominar a natureza e também de proteger o outro que é inferior. Assim, criar ambientes de preservação de espécies biológicas, controlar sua extinção, manipular geneticamente, etc. está legitimado a partir dessa concepção dicotômica e hierárquica que classifica o humano e o natural, o que deve ser preservado e o que não deve, o que é importante e o que é descartável.

A lógica que tem perpassado a imputação de um caráter preservacionista à essência das comunidades indígenas tem ampliado o escopo e legitimado argumentos dirigidos

ao estabelecimento de políticas e práticas de segregação e isolamento de populações. Explicitando, assim, o processo de objetificação do sujeito indígena transformado em espécie rara e merecedora de proteção, tal como parte do território a eles concedido. O que antes permitia seu extermínio, agora legitima sua "proteção". Mas continuam condenados a se submeterem aos desígnios da superioridade dos civilizados.

2.1. A naturalização das Sociedades Indígenas como uma violação dos Direitos Humanos: Diálogo e possibilidade de construir outras gramáticas

Os obstáculos interpostos entre o avanço na legislação e as condições concretas de sua implementação residem, conforme buscamos argumentar até aqui, nas dificuldades de superação da ideia de que o índio não é completamente humano, mas um selvagem cujo valor está na possibilidade em ajudar a conservar o seu ambiente de reprodução. Essa humanidade, que é mais potência do que ato, só pode ser exercida em favor da idealizada simbiose índio/natureza convertida em dividendos a serem distribuídos para sociedade envolvente e suas gerações futuras.

Os argumentos de membros da comunidade envolvente em torno das demarcações de terras indígenas evidenciam a centralidade posta na conservação da natureza como eixo da justificativa para que este direito seja reconhecido. Desta maneira para o Procurador Regional da Republica, Luis Wanderley Gazoto (2007:21),

> o constituinte reconheceu os direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, o fez não somente pela histórica dívida social que para com eles temos, mas, sim, pela sua forma cultural e tradicional de relação com o meio ambiente, que, por si, é preservacionista. (...) premissa básica para justificar a proteção constitucional das terras ocupadas por indígenas: a continuidade de uma tradição conservacionista - por certo, não há como se imaginar uma atividade indígena depredatória dos recursos ambientais.

Neste pensamento, o próprio autor conclui que a união tem o dever, por meio dos órgãos ambientais, de ingerir nas terras indígenas para coibir os usos dos recursos naturais, quer seja de estranhos ou dos próprios indígenas, "desde que sua conduta caracterize desvio do padrão tradicional conservacionista, típico daquela comunidade" (Ibidem:21)

Neste ponto, não se considera o indígena como humano, capaz de decidir seus próprios interesses, autodeterminando-se, e muito menos a diversidade e dinâmica de sua cultura. Nessa lógica o indígena e seu modo de vida devem ser congelados para servir de instrumento para a preservação ambiental. Aqui se observa que o estabelecimento de um comportamento típico fixado como tradicionalmente conservacionista é o que justifica o direito indígena ao

território. Assim a efetivação desse direito não passa pelo reconhecimento do índio como sujeito, mas pela instrumentalização de um idealizado modo de vida a ele imputado. O indígena é menos um sujeito e mais uma espécie útil à preservação.

Os embates em torno da demarcação das terras indígenas evidenciam as dificuldades de efetivar o reconhecimento dos direitos das populações indígenas, para além do aspecto formal. Não é possível justificar socialmente a necessidade de garantir os direitos indígenas porque eles são cidadãos brasileiros e como tal sujeitos de direito. Essa sociedade que os recusa como cidadãos o faz porque não o vê como semelhante, humano completo.

A luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de um espaço de cidadania, de garantia de direitos individuais e coletivos, é também uma luta pelo reconhecimento da sua condição humana, sem isso, por mais que se reconheçam direitos, eles dificilmente serão efetivados.

Neste sentido, é que pensamos ser uma armadilha a adesão – mesmo que ela pareça estratégica – de lideranças de comunidades indígenas e/ou atores que defendem a causa dos direitos indígenas, ao discurso da preservação ambiental como articulador das reivindicações em favor da concretização do direito dessas comunidades a terra. A luta dos povos indígenas é antes de tudo uma luta pelo reconhecimento de sua humanidade.

Um dos aspectos que denota essa violação dos direitos indígenas a se afirmarem como sujeitos de direito pode ser evidenciado no fato de que "entre 1988 e 1989, o governo brasileiro inaugurou a prática de estabelecer figuras ambientais sobre porções de terra subtraídas de terras tradicionalmente ocupadas por índios" (Gaiger, 1989:18).

O Estado cria áreas de proteção ambiental (parques ecológicos, unidades de conservação, floresta nacional, etc.) dentro das áreas indígenas. Nossa hipótese é de que prevalece o argumento da naturalização dos povos indígenas. A justificativa dos agentes estatais consiste nas alegações de que "as terras indígenas ficam protegidas por 'cinturões verdes'" (ibidem: 18). Esta colocação está sustentada por entender que o indígena tem uma relação com a natureza muito mais profunda que a sociedade envolvente. Mas dentro desta relação o relevo é colocado no apelo à questão ambiental e nas demandas de preservação advindas da sociedade envolvente, e não no direito do indígena ou da comunidade em questão. Como podemos observar (Guerra *apud* Menezes. 2008:152),

> A intrínseca relação desses povos com os ambientes naturais que habitavam, em uma concepção simbiótica da necessidade de preservar uma extensa área de natureza como forma de garantia de sobrevivências dos povos indígenas e de perpetuação de suas culturas. Um argumento a reforçar esta visão era o de resguardar uma área privilegiada e "intocada" para o desenvolvimento de pesquisas científicas para ampliar o conhecimento de características naturais e culturais de um Brasil em vias de profunda transformação.

Ainda corrobora nosso argumento acerca da criação de áreas de preservação ambiental em terras indígenas como estratégia de preservação ambiental da sociedade envolvente, a análise dos mapas abaixo. Percebe-se maior concentração de demarcação de terras indígenas na Amazônia Legal.

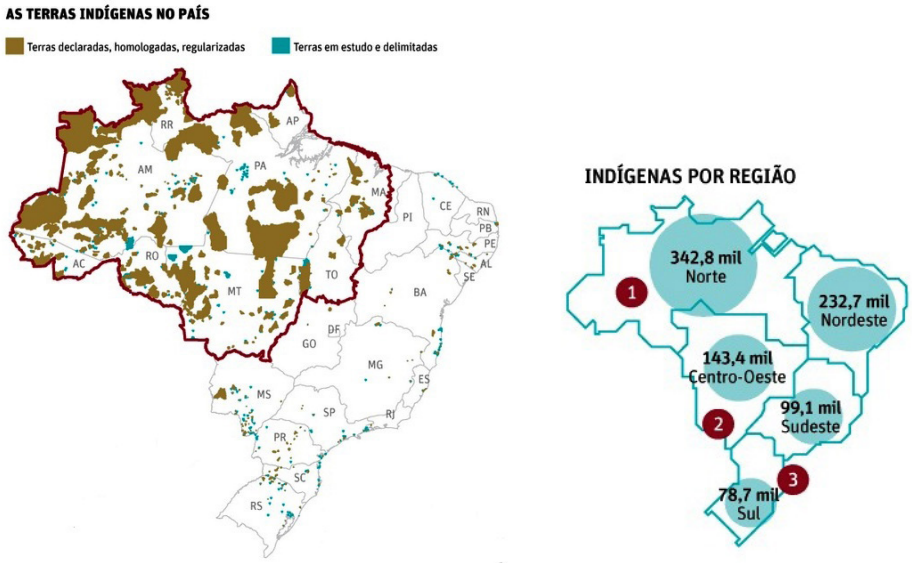


Figura 1. Mapas de demarcação de terras indígenas retirado da notícia "Entenda os Conflitos de demarcação de terras indígenas" do Jornal Folha, publicada no dia 15 de junho de 2013[4].

Analisando o mapa acima, verifica-se que a concentração de terras indígenas demarcadas em área da Amazônia Legal é muito superior às áreas demarcadas no restante do país. Não que isso, por si só seja um aspecto a ser tomado como negativo. Acontece que nas outras regiões do país, essa mesma dinâmica de garantia dos direitos indígenas não funciona. Como podemos perceber, nas outras regiões (nordeste, centro-oeste, sul e sudeste), o percentual de demarcação de terras indígenas chega a menos de 2%, se considerarmos todas as áreas demarcadas, ao passo que temos mais de 40% das populações tradicionais situadas nessas regiões. Isso demonstra uma interface perversa deste discurso ambiental, uma vez que determinadas parcelas das populações indígenas, por não estarem localizadas em áreas de interesse do movimento ambientalista, não têm suas demandas legitimadas perante a sociedade envolvente.

Outro fato importante a se considerar é que muitas das áreas demarcadas na Amazônia Legal estão com sobreposição de outras figuras ambientais (parques, reservas, etc.), limitando as sociedades indígenas que habitam nestes territórios, de se autogestionarem no que diz respeito ao modo de produção cultural e econômico. Estão, pois, submetidos às normas de uso é manejo do espaço determinadas pelas agências estatais de regulação ambiental, e pelo órgão que os tutelam.

4 Acesso em 14 de novembro de 2013 http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295478-entenda-demarcacoes-de-terras-indigenas-e-conflito-com-proprietarios-rurais.shtml

A partir do Estudo desenvolvido pelo Instituto Socioambiental - ISA, em 2004, intitulado "Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio da Sobreposição", e os mapas *infra* apresentados, podemos entender como que a sobreposição de figuras ambientais em áreas indígenas demonstram a prevalência do discurso ambientalista na constituição dos territórios indígenas, e o quanto esse discurso inviabiliza o próprio exercício do direito, uma vez que estas figuras ambientais limitam as ações das populações indígenas em seus territórios.

Segundo o estudo *supra* citado, o percentual de terras indígenas em áreas de interesse de preservação ambiental em 2004, era de 98,64%, demarcadas na Amazônia Legal, sendo que no restante do país tinha apenas 1,36%, que é ocupada por mais de 40 da população indígena brasileira. Desses 98,64% de área indígena demarcada na Amazônia Legal, cerca de 25% são áreas de sobreposição de unidades de conservação, que devem seguir regras ditadas pela agência ambiental reguladora (Ricardo, 2004:585; 665). O que queremos pontuar nesta análise é como se opera no cotidiano as diversas faces do discurso de naturalização das sociedades indígenas. Percebe-se que, para as sociedades indígenas que não estão em áreas de interesse de preservação ambiental, não lhes são asseguradas o direito de acesso a terra, ao passo que na região de floresta Amazônica, a sobreposição de áreas de preservação ambiental (UC's), ao mesmo tempo em que garante a demarcação do território, mitiga as possibilidades de autodeterminação dos povos que os ocupam.

As áreas ocupadas pelas sociedades indígenas (1,36%) em regiões que já foram fortemente exploradas, não têm peso nas demandas ambientais, pois a ideia que se opera é do mito moderno da natureza intocada (Diegues, 2000). Os povos indígenas dessas regiões (nordeste, sul, sudeste e centro-oeste) têm pequenas áreas demarcadas para sua sobrevivência, que não garantem possibilidades de se reproduzirem fisicamente e culturalmente. Assim, por meio deste discurso e esta percepção de natureza e meio ambiente, se legitima grandes violências dos direitos dos povos indígenas, fazendo uma distribuição no qual o elemento ou critério ambiental sobressai a qualquer outro, inclusive o cultural.

A construção indígena da noção de meio ambiente deve ser levada em conta a partir de sua própria perspectiva cultural, pois como coloca Castro (2004:226),

> a categoria de natureza e cultura, no pensamento ameríndio, não só subsumem os mesmos conteúdos, como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos ocidentais, elas não assinalam regiões do ser, mas antes configurações de relacionais, perspectivas móveis, em suma - pontos de vistas.

Dentro destes termos não faz sentido continuar falando em conferir autonomia e autodeterminação aos povos indígenas a partir da ideia de que a preservação de natureza é uma tarefa deles. O sentido que conferem ao que chamamos de natureza esta para além do

que pode ser analisado a partir do pensamento ocidental. Como colocou Sousa Filho (1999), a materialidade é que pertence à cultura, que é interpretada por ela, e não ao contrário. Disto podemos analisar, que ambas se subsumem no mesmo conteúdo, como colocou Castro (2004), impossível de ser pensadas a partir do dualismo moderno (subjetivo e objetivo, humano e natureza).

Leff (2001) coloca a dificuldade de analisar os problemas criados com a modernidade a partir da racionalidade dominante. Neste sentido, apresenta uma metodologia que nos ajuda a pensar a constituição dos territórios indígenas desvinculando do caráter colonial que se impregnou, possibilitando a construção dos sujeitos de direito. Para este autor, o que deve ser verificado nas ações empreendidas pelos segmentos sociais é o caráter da racionalidade que os orienta, sendo predominantes duas: a racionalidade ambiental e a racionalidade dominante (capitalista).

A racionalidade ambiental seria uma forma contra hegemônica que vem sendo construída pelos setores de luta da sociedade, visando superar o processo de subalternização que lhes foram imposto. A racionalidade ambiental ou ecológica andaria próxima de uma redefinição da ecologia política, nos moldes que é dada hoje, permitindo a estes atores sociais a possibilidade de se reconstituírem enquanto sujeitos ativos no processo de discussão e implementação dos seus direitos frente à perspectiva ambiental. Neste sentido, destaca Leff, racionalidade ambiental é (2001: 125):

> o efeito de um conjunto de práticas sociais e culturais diversas e heterogêneas, que dão sentido e organizam os processos sociais por intermédio de certas regras, meio e fim socialmente construídos, que ultrapassam as leis derivadas da estrutura de um modo de produção.

Portanto, para Leff a racionalidade ambiental está posta enquanto uma nova forma de se pensar o meio ambiente e a natureza. A construção dessa outra racionalidade acontece por meio do diálogo, e ao mesmo tempo em que se forma, também serve como referência para avaliar as ações que estão sendo empreendidas no âmbito dos próprios segmentos que a constrói, (IDEM:155),

> que podem ser avaliadas as ações e os movimentos sociais que se inscrevem e participam em seu processo de constituição [funcionando como um] “medidor” para aferir a postura do movimento social em face da reconstrução de uma nova realidade. Isto se dá pela incorporação dos princípios ambientais nas práticas produtivas e nas estratégias políticas do ambientalismo.

Entender a construção do diálogo para a constituição da racionalidade ambiental é um ponto importante a ser discutido. Acreditamos que o diálogo deve ser colocado como a possibilidade de se constituir outra racionalidade, capaz de produzir uma inclusão qualificada dos atores sociais envolvidos, tendo em vista o campo dos direitos humanos.

Assim, o foco de análise das questões indígenas teria seus eixos discursivos em torno dos sujeitos de direitos, passando a compreender a questão da terra enquanto uma questão de direitos humanos e afirmação da cidadania indígena. Dessa forma estaríamos abandonando a perspectiva de se considerar o meio ambiente como eixo definidor dos processos de conquistas de direitos, e estaríamos considerando o sujeito de direito.

A impossibilidade de diálogo está sustentada pelo pensamento moderno, que não confere ao outro um nível de igualdade. Pelo contrário, a noção de colonialidade foi estabelecida a partir da produção do desigual. Um conceito que bem se aplica esta questão posta é entender a criação da noção de raça, que de plano distinguiu os habitantes do mundo ocidental dos demais que foram "descobertos".

Desta forma, podemos considerar que as condições para um efetivo diálogo nunca existiram, pois o sentido semântico que guarda a palavra, já se contrapõe à racionalidade moderna, no que diz respeito aos indígenas. Assim as lutas e demandas indígenas – sejam elas relativas ao direito á terra ou à biodiversidade – passam necessariamente pela articulação com a luta por garantia de todas as suas demandas como Direitos Humanos.

Entender a construção desses direitos humanos, a partir das questões indígenas perpassados pelo discurso ambiental, é uma possibilidade de recolocar o protagonismo indígena no caminho da construção de um indígena cidadão, sujeito de direitos.

Cabe ainda, destacar que o direito à diferença deve ser visto a partir do que o ordenamento jurídico passa a conceber, tendo a Constituição Federal de 1988 como marco regulatório fundamental: "direitos específicos e cidadania plural [que] indicam, pelo menos teoricamente, que os povos indígenas têm um tratamento jurídico diferenciado" (Bicalho, 2010:36), acrescidos da ideia de autonomia e autodeterminação dos povos, inclusive no sentido político. A desconsideração do sentido político da diferença – que é como a racionalidade moderna opera essa ideia e esse direito à diferença – produz estigmas e reafirma representações dicotômicas e hierárquicas que em nada contribuem a construção da cidadania indígena. Daí a ênfase no sentido político do direito à diferença.

A autodeterminação e autonomia são direitos coletivos que tem uma dimensão política crucial para a efetivação da cidadania indígena. A não compreensão destes direitos coloca claramente a dificuldade de construção da cidadania indígena, pois persistem discursos sobre as sociedades indígenas que reafirma a imagem idílica do bom selvagem, como já foi colocado, não os reconhecendo enquanto agentes políticos capazes de escolher, decidir, construir sua história de forma autônoma. Neste sentido, o reconhecimento destas populações como sujeitos capazes de se autodeterminar, criando seus próprios direitos a partir dos seus territórios, não é difícil de pensar, haja vista que se admitiria a participação das sociedades indígenas enquanto agentes políticos, decidindo pelos seus interesses. Nesta vertente, há posicionamentos que visam superar a naturalização das sociedades indígenas,

compreendendo-as a partir da noção e do status de nação, uma vez que "seus direitos reconhecidos, [...] implicam, por sua vez, âmbitos de governo autônomo e jurisdição própria. [...] estes direitos de autonomia se fundamentam no principio da livre determinação [...]" (Sieder, 2008:303).

Em certa medida, o diálogo apenas faz sentido se tivermos uma disposição para constituir os povos indígenas enquanto cidadãos, dotados de um status político e jurídico de sujeito. Sem considerarmos os direitos coletivos (autodeterminação, direitos territoriais, etc.), e o diálogo por meio da linguagem emancipatória dos direitos humanos, apenas estaríamos nos esforçando em "falar para nos mesmo", pois estaríamos sempre buscando soluções dentro de um paradigma de pensamento pautado na racionalidade, que é a moderna dominante, Leff (2001).

Referências Bibliogáficas

Bicalho, Poliene Soares dos Santos (2010), *Protagonismo Indígena no Brasil*: Movimento, Cidadania e Direitos (1970 – 2009) [Tese de Doutoramento]. Brasília: Universidade de Brasília.

Castro, Eduardo Viveiros de (2004), "Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena", *Revista O que nos faz pensar*, 18, 225 - 254.

Diegues, Antônio Carlos Santana (2000), *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: USP.

Gaiger, Júlio Marcos. Germany (1989), *Direitos Indígenas na Constituição brasileira de 1988, e outros ensaios*. Brasília: CIMI.

Gazoto, Luis Wanderley (2007), "Terras indígenas e Proteção ao Meio Ambiente", *Boletim dos Procuradores da República*, 74, 16 – 23.

Gomes, Mércio Pereira (2007), "O Caminho Brasileiro para a Cidadania Indígena", *in* Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi, *Historia da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 419 – 446.

Guerra, Emerson (2008), "Resenha do Livro 'Parque Nacional do Xingu'", *Revista GEOgraphia,* (10)20, 149 – 152.

Jófej, Lúcia Fernanda (2006), "O papel dos povos indígenas brasileiros na implementação da CDB", *in* Nurit Bensusan *et al.*, *Biodiversidade:* Para comer, vestir ou passar no cabelo. São Paulo: Peirópolis, 349 - 358.

Leff, Enrique (2001), *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.

Luciano, Gersem José dos Santos (2006), *O Índio Brasileiro*: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: MEC/SECAD.

Novaes, Sylvia Caiuby (2008), "Direitos Humanos e Povos Indígenas", *in* Goifman, Kiko.

Caetano, Marcelo. Muller, Jurandir. Schneider, Marta. *Direitos Humanos e Povos Indígenas*, [Filme-vídeo]. Brasília: Associação Nacional de Direitos Humanos Pesquisa e Pós-Graduação.

Oliveira. Roberto Cardoso (1988), *A Crise do Indigenismo*. Campinas: UNICAMP.

Ribeiro, Gustavo Lins (2000), *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Paisagens e Passagens, Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Ricardo, Fany (org.) (2004), *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza*: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Santos, Silvio Coelho (2005), "Direitos Humanos e os Direitos Indígenas no Brasil", *ILHA: Revista de Antropologia*, 7(1,2), 73-82.

Sieder, Rachel (2011), "Pueblos Indígenas y derecho (s) em América Latina" *in* Garavito, César Rodríguez (org.), *El derecho en América Latina*: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI, Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 303 – 322.

Souza Filho, Carlos Frederico Marés (1999) "Direitos Invisíveis" *in* Oliviera, Francisco de; Paoli, Maria Célia (org.). *Os Sentidos da Democracia*: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global. Brasília: Vozes, 307 – 334.

Ulloa, Astrid (2001), "El Nativo Ecológico: Movimientos Indígenas e Medio Ambiente en Colombia", *in* Mauricio Archila; Mauricio Pardo (org.), *Movimientos sociales, estado y democracia en Colombia*. Bogotá: ICANH-CES-Universidad Nacional, 286 – 320.

Ulloa, Astrid (2011), "A Ecogovernamentalidade e suas contradições", Revista Ecopolítica, 1, 26 – 42.

El 15M: democracia más allá de las urnas[1]

Antoni Jesús Aguiló Bonet[2]

Resumen

El objetivo principal de esta artículo es reflexionar en términos generales sobre los vínculos que existen entre la imaginación política del movimiento del 15 de mayo ("los indignados") y el concepto de demodiversidad de la epistemología del Sur de Boaventura de Sousa Santos, destacando las principales contribuciones del 15M a la resignificación, enriquecimiento y ampliación de la democracia. El 15M es la expresión de una aspiración colectiva de democracia real y emancipación social comprometida con la producción de sentidos comunes políticos alternativos al modelo hegemónico de democracia; sentidos comunes que no se agotan en el acto de votar y plantean formas más exigentes de articulación, experimentación y decisión políticas.

Palabras clave: 15M, indignación, imaginación política, democracia, asamblearismo

Abstract

The main aim of this paper is to explore the links between the political imagination of the Spanish May 15th Movement ("the outraged") and the concept of demo-diversity of epistemologies of the South of Boaventura de Sousa Santos, highlighting the main contributions that the 15M makes on the reconsideration, enrichment and expansion of democracy. The 15M is the expression of a collective aspiration for real democracy and social emancipation, committed to the production of new political common senses alternative to the hegemonic model of democracy; common senses that are not exhausted in the act of voting and raises more demanding forms of political decision, experimentation and organization.

Keywords: 15M, outrage, political imagination, democracy, asamblearism

---

1 Este trabajo ha sido desarrollado en el ámbito del proyecto "ALICE- Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences" (alice.ces.uc.pt), coordinado por Boaventura de Sousa Santos en el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coímbra. El proyecto recibe fondos del Consejo Europeo de Investigación a través del séptimo Programa Marco de la Unión Europea (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement nº 269807.

2 Profesor e investigador del Centro de Estudos Sociais (CES) de la Universidade de Coimbra y del proyecto ALICE.

Hacia una democracia real fundada en la demodiversidad

Uno de los consensos ideológicos más arraigados en nuestro sentido común defiende la insuperabilidad de la democracia representativa liberal, más allá de cuyos límites se extiende la "ingobernabilidad" política e institucional (Crozier, Huntington y Watanuki, 1977-78). En virtud de este consenso, los principios e instituciones de la democracia liberal (los Parlamentos, los diputados, los partidos políticos, las elecciones, los votos, la división de poderes, las libertades formales del Estado de derecho y el resto de elementos de la institucionalidad política liberal) se presentan como la "forma final de gobierno" y, en consecuencia, como el "punto final de la evolución ideológica de la humanidad" (Fukuyama, 1990:6-7).

Se trata de un consenso hegemónico que naturaliza la monocultura de la democracia liberal, la idea de que sólo existe una práctica y un discurso democrático legítimo y viable: el de la democracia representativa, individualista, procedimental, electoral, competitiva, partidocrática y oligárquica globalizada (Aguiló *apud* Nuño de la Rosa, 2014). Conducida por una razón "perezosa, que se considera única, exclusiva, y que no se ejercita lo suficiente como para poder mirar la riqueza inagotable del mundo" (Santos, 2006:20), la monocultura de la democracia liberal produce invisibilidades cuyo resultado es el desperdicio masivo de experiencia humana. La ceguera con la que sus marcos analíticos e interpretativos contemplan el mundo la lleva a adoptar actitudes coloniales respecto a otras formas de concebir la democracia. De este modo, la colonialidad de la democracia representada por la monocultura de la democracia liberal se manifiesta de las siguientes maneras:

1. Con la demarcación de las líneas abismales (Santos, 2007) que separan la democracia de lo que no es, desacreditando e invisibilizando los lenguajes, concepciones y experiencias democráticas que se apartan de la de la "ortodemocracia" liberal (Alarcón Matiz, 2000).

2. Instituyendo un orden social y político que se autoconsidera natural y hace pasar por generales los intereses particulares de las clases dominantes, legitimando por medios políticos un modelo de sociedad que reproduce su dominación intelectual, social y económica.

3. Convirtiendo en canónica la experiencia política de cuatro países occidentales: Inglaterra (el parlamentarismo, el liberalismo de Locke, la revolución Gloriosa de 1688, entre otros fenómenos), Francia (la Ilustración y la revolución de 1789), Holanda (la República de Batavia y los trabajos de Grocio sobre el derecho de gentes) y Estados Unidos (la Declaración de derechos de Virginia de 1776 y la Constitución Federal de 1787).

4. Con la presentación de la democracia liberal occidental como un modelo universal, descontextualizado y definitivamente acabado, lo que revela fuertes

indicios de una matriz civilizatoria eurocéntrica que ahoga la diversidad de la democracia.

Sin embargo, las pretensiones universalistas de la monocultura de la democracia liberal se han visto cuestionadas por las reivindicaciones de democracia de los nuevos movimientos populares[3] que, surgidos al calor de la crisis global de 2008 y sus efectos, encabezan las explosiones de indignación que desde 2011 recorren las calles y plazas del mundo, desde las "primaveras árabes" a Occupy Wall Street, pasando por los indignados de Europa, África y América Latina, hasta la emergencia de partidos de nuevo tipo surgidos al calor de la movilización popular como Podemos en España (Santos, 2014). Más allá de sus diferencias, estos movimientos han colocado en el centro de la discusión la cuestión del malestar con la democracia liberal y la exigencia de una "democracia real". Por un lado, se muestran decepcionados con la política de partidos institucionalizada y con las limitaciones de la democracia representativa, a la que acusan de jugar un papel legitimador del orden existente y revelarse incapaz de dar respuestas satisfactorias a los problemas actuales. Por otro, han puesto de manifiesto un reclamo de participación política a través de formas de organización y acción colectiva no inscritas en la órbita de las viejas formas políticas e institucionales del liberalismo y el neoliberalismo dominantes (Aguirre Rojas, 2012: 9), revitalizando el debate de ideas y abriendo, frente al discurso de la inevitabilidad, un campo de experimentación política más allá de lo institucional.

El surgimiento de racionalidades políticas que demandan el reconocimiento de diferentes lógicas, prácticas y sujetos sociales revela la presencia de otros modos de entender el ejercicio del poder que reclaman la democratización de la política y la sociedad. Estas racionalidades son portadoras de imaginaciones políticas desde las que repensar las condiciones bajo las cuales se llevan a cabo los procesos de democratización. Son imaginaciones transgresoras, experimentales y populares cuya búsqueda de caminos alternativos las lleva a combatir la "epistemología de la ceguera"[4] con la que opera la monocultura de la democracia liberal y a promover un caldo de cultivo propicio para la aparición de otras epistemologías y saberes producidos como inexistentes.

En general, y salvo excepciones significativas, tanto la historia de la filosofía como de las ciencias sociales occidentales le han restado importancia a la imaginación como fuente de disidencia y potencia creadora capaz de modificar los horizontes de posibilidad sociopolítica. Para el sentido común convencional, la imaginación, en el mejor de los casos, es una facultad menor relacionada con la ensoñación y la fantasía y, en el peor, con lo ilusorio y lo irreal. Incluso en la actualidad, la mayor parte de la investigación disponible en la ciencia y la filosofía política está dedicada al estudio de los partidos políticos, las elecciones y los sistemas

3 El adjetivo "populares" es aquí utilizado para distinguir su base social, compuesta por sectores medios pero especialmente por trabajadores y jubilados precarizados, desempleados de larga duración, obreros descartables, estudiantes sin futuro, jóvenes que buscan su primer empleo, etc.

4 La que "excluye, ignora, silencia, elimina y condena a la no existencia epistémica todo lo que no es susceptible de ser incluido en los límites de un conocimiento que tiene como objetivo conocer para dominar y prever" (Santos, 2004a:65). La traducción es mía.

parlamentario-representativos. Los trabajos sobre imaginaciones políticas disidentes son descalificados por la teoría política hegemónica como utópicos e inviables. No obstante, la imaginación constituye un terreno de lucha social y política relacionado con la audacia, la esperanza y la posibilidad de crear colectivamente significados radicalmente nuevos. Como escribe Castoriadis (1998: 15): "Creación, imaginación radical, imaginario histórico-social [...] son ideas madres indefinidamente fecundas" y "temas ignorados u ocultos por el pensamiento heredado".

El concepto de demodiversidad, definida como "la coexistencia pacífica o conflictiva de diferentes modelos y prácticas democráticas" (Santos y Avritzer, 2004b:65), guarda una estrecha relación con las imaginaciones políticas indignadas que luchan por conceptos más democráticos de la democracia; imaginaciones capaces promover el diálogo, la solidaridad y generar posibilidades emancipadoras más allá del capitalismo, el colonialismo, el sexismo y otras formas de dominación y exclusión. Como categoría analítica y normativa de las epistemologías del Sur, la demodiversidad constituye un instrumento tanto de crítica del imaginario político liberal como de regeneración democrática, en el sentido de visibilizar y acreditar las innovaciones en materia de democracia producidas alrededor del Sur global, metáfora de la injusticia y el sufrimiento humano global infligido por el capitalismo y el colonialismo (Santos, 2010:41).

La demodiversidad enseña que más allá de las formas políticas liberales, y a pesar de ellas, la democracia abarca dentro y fuera de Occidente una amplia gama de imaginaciones y experiencias subalternas para las cuales el voto no constituye el principio y el fin de la democracia, y menos aún el criterio esencial de democraticidad. "Democracia" es un término polisémico, multidimensional, objeto de múltiples controversias y con una enorme variedad de formas concretas. Remite a un fenómeno sociocultural complejo y dinámico que comprende una pluralidad histórica de formas y sentidos participativos donde los sujetos pueden construirse como protagonistas de procesos de transformación social. La "democracia primitiva" sumeria de la que habla Jacobsen (1943); la deliberación directa del demos en la *ekklesia* en la Atenas de Pericles; las formas de democracia participativa directa practicadas en los *Landsgemeinde* suizos, que inspiraron las ideas políticas de Rousseau; la democracia jacobina en la Francia revolucionaria; los procesos de decisión política inscritos en la lógica del poder comunal que menciona Tocqueville (2005:77) al examinar la comuna de Nueva Inglaterra; la democracia oral y consensual ejercida en torno al árbol de palabras en aldeas africanas, alrededor del cual se discuten y toman decisiones sobre la vida cotidiana; la Comuna de París, exponente histórico de la democracia obrera participativa; la democracia de los *soviets* (consejos de trabajadores, soldados o campesinos) en los inicios de la Revolución rusa; la democracia comunitaria participativa directa de los ayllus andinos; el "mandar obedeciendo" y la "palabra verdadera" de la democracia zapatista; los consejos comunales en Venezuela; los Consejos sectoriales en Brasil; el asamblearismo del 15M; los presupuestos participativos; la democracia electrónica; los círculos de Podemos;

la planificación participativa en Kerala (India); la participación ciudadana en la evaluación de impactos científicos y tecnológicos son, entre otras, experiencias que permiten pensar la democracia en términos de demodiversidad.

La demodiversidad se basa en dos postulados fundamentales. El primero es que no existe una sola concepción ni una sola práctica de democracia, sino varias y complementarias. Y el segundo es que la democracia liberal, por sí sola, es insuficiente porque reduce la democracia a elecciones periódicas competitivas, se ha revelado incapaz de disminuir la distancia entre representantes y representados, está subordinada a los intereses oligárquicos del capitalismo y se caracteriza por "el abandono del papel de la movilización y de la acción colectiva" y "la solución elitista al debate sobre la democracia" (Santos y Avritzer, 2004b:38).

Por el contrario, frente a las concepciones unívocas y empobrecedoras de la democracia, la demodiversidad permite rescatar formas alternativas de democracia y reflexionar sobre las interacciones que se producen entre ellas: formas participativas, deliberativas, radicales y comunitarias ejercidas a diferentes escalas que interpelan a la democracia electoral-representativa. No se trata de aceptar de manera acrítica cualquiera de estas formas, sino de configurar horizontes de visibilidad que trasciendan la democracia liberal en crisis, incluyéndolas en los debates sobre el sentido y alcance de la democracia.

La demodiversidad no es un dato natural que esté pura y simplemente ahí, sino una realidad histórica que se construye social y culturalmente y cuya fragilidad y reversibilidad exigen vigilancia constante. Hay, sobre todo, una manera de fortalecer la diversidad democrática: legitimando experiencias de democracia excluidas del canon democrático liberal. Experiencias de mujeres, de obreros, de campesinos, de minorías sexuales, de indígenas originarios y de otros colectivos afectados por la desigualdad, la explotación y la discriminación. Sus condiciones hostiles de vida les han obligado a organizarse y movilizarse por la defensa de sus identidades, generando "demoprácticas" (Allegretti y Herzberg, 2005) –estrategias, métodos, saberes, formas de sociabilidad, instituciones y procesos de construcción igualitaria de toma de decisiones basados en la discusión pública y la autoridad compartida– que se confrontan y complementan con las tecnologías políticas de la monocultura de la democracia liberal. La acción directa, la democracia de consenso, el mandato imperativo, la horizontalidad, la rotación de cargos, la ausencia de líderes, los referéndums y la democracia electrónica son algunos ejemplos. La demodiversidad puede encontrar en tales prácticas un terreno fértil. Las demandas y acciones de los movimientos sociales emancipadores confrontan la lógica política elitista y excluyente que desde sus orígenes ha caracterizado la democracia liberal. La experiencia histórica muestra, en este sentido, que las luchas sociales pueden funcionar como un factor de humanización de la política y la sociedad y contribuir a la ampliación de los sujetos políticos, la extensión de la participación y la socialización del poder y la autoridad.

El futuro de la demodiversidad pasa porque estas formas subalternas de organización, deliberación y movilización política se articulen entre sí, dando lugar a nuevas formas

de complementariedad democrática con potencial para promover las luchas por la descolonización, la desmercantilización y la democratización de la democracia, contra las que se dirige la monocultura de la democracia liberal. Estas articulaciones pueden contribuir a la ruptura del espejo colonial en el que la democracia liberal se mira como forma superior de organización política para reivindicar la pluralidad sociohistórica y cultural de la democracia, no construida únicamente sobre procesos electorales, sino a partir de sujetos plurales y saberes democráticos heterogéneos que no pueden subsumirse en la democracia representativa, blanca, clasista, elitista, racista y machista hegemónica a escala mundial.

El 15M y la ampliación del canon democrático

En Europa, el escenario de la resistencia y la revuelta popular contra el poder económico y financiero neoliberal se ha desplazado al sur del continente. En los últimos tres años, España y Grecia han visto el surgimiento de un movimiento popular conocido como los indignados, en referencia al título de un libro escrito por el excombatiente de la resistencia antifascista francesa Stéphane Hessel (2011), en el que pide a los jóvenes que actúen contra los desmanes de los mercados financieros. En España, las movilizaciones masivas comenzaron en las plazas centrales del país el 15 de mayo de 2011.

Inspirados por la Primavera árabe, los indignados establecieron campamentos de protesta en plazas simbólicas como la Puerta del Sol de Madrid, la plaza de Catalunya de Barcelona y la plaza Syntagma en Atenas. Su adhesión a los principios de participación inclusiva, horizontalidad, autogestión y no violencia les generó un amplio apoyo popular por parte de una sociedad golpeada por el sistema económico capitalista por unas instituciones representativas a las que acusan de haber sido vaciadas de todo poder democrático.

A pesar de su complejidad y heterogeneidad interna, el 15M es portador de una imaginación política disidente comprometida con la producción de un sentido común político que no se agota en el mero acto de votar y plantea formas alternativas de organización y decisión política desde abajo. Este sentido común cobra especial importancia en un contexto en que la globalización neoliberal domina el mundo, la izquierda política convencional parece derrotada ante la expansión del neoliberalismo y las democracias representativas liberales se han convertido en un instrumento de recortes de derechos y libertades ciudadanas. El 15M, así, puede entenderse como un conjunto de luchas plurales por nuevos y más confiables esquemas políticos e institucionales que incorporan un cierto grado de “experimentalismo democrático” (Unger, 1998:5), desafían las formas convencionales de concebir y hacer política y contribuyen a la renovación de la democracia desde la creatividad, la demodiversidad y la radicalidad.

El 15M constituye una expresión de una imaginación política inscrita en un marco de rebeldía en tres sentidos: en primer lugar, porque orbita en torno a una comprensión radical de la

acción política y social concebida como un proyecto dirigido desde abajo que invita a romper con la indiferencia, desafía las concepciones hegemónicas de la política y hace hincapié en la importancia de lo público, las potencialidades de la deliberación y la participación, el papel de los movimientos sociales en los procesos de democratización, la rendición de cuentas, el control de los partidos y la apertura a innovaciones políticas e institucionales (formas de democracia radical, autogestión, presupuesto participativo, generación de nuevos espacios públicos, etc.). En segundo lugar, porque posee un horizonte político de transformación social, política y económica donde confluyen demandas reformistas (reforma constitucional y electoral, medidas contra la corrupción política, defensa de los servicios públicos, ente otras) y demandas radicales (ruptura democrática con el capitalismo, apertura de procesos constituyentes, otra democracia, etc.) que colisionan con los marcos instituidos. Estas dos almas del 15M (Taibo, 2013), una insurgente, autogestionaria, centrada en una perspectiva de largo alcance que da más importancia a la participación extrainstitucional y a las tendencias horizontales comprometidas con la democracia radical, asamblearia, sin siglas y sin líderes; y otra más inmediatista con formas de participación híbridas que combinan tendencias horizontales con tendencias verticales (jerarquización, burocratización, centralización, etc.), permite entender por qué han surgido en España partidos de nuevo cuño como el Partido X, Podemos y Ganemos, que optan por la política institucional aunque incorporando novedosos elementos de carácter horizontal. Y en tercer lugar porque lejos del futuro inevitable que preconiza el orden neoliberal, la imaginación política del 15M desprende, en la línea de la sociología de las emergencias[5] de Santos, reflejos de futuros posibles que traen esperanza.

Sobre la base de estas premisas, las principales contribuciones de la imaginación política del 15M a la ampliación del canon democrático pueden, *grosso modo*, resumirse en tres aspectos complementarios:

1. Un proceso de redefinición y resignificación social y cultural de la democracia.

Santos y Avritzer (2004b:50) afirman que las transformaciones semánticas y simbólicas de la democracia comienzan con “un intento de disputa por el significado de determinadas prácticas políticas, por un intento de ampliación de la gramática social y de incorporación de nuevos actores o nuevos temas a la política”. Bajo estas coordenadas, la imaginación política del 15M ha supuesto “la recuperación del coraje democrático” (Monedero, 2013), ya que ha resignificado el sentido, el alcance y la función de la democracia, difundiendo una nueva visión y hablando un nuevo (y a la vez viejo) lenguaje que apela al asamblearismo popular basado en los principios de horizontalidad, inclusividad, transparencia y no violencia como forma privilegiada de organización colectiva. Las asambleas no son sólo un medio para alcanzar un fin, sino un fin en sí mismas, ya que la democracia radical (experiencias y ejercicios de autoorganización popular desde la base) está profundamente arraigada en el

5 Aquella cuyo cometido es “identificar y ampliar los indicios de las posibles experiencias futuras, bajo la apariencia de tendencias y latencias que son muy activamente ignoradas por la racionalidad y el conocimiento hegemónicos” (Santos, 2005:38).

discurso y las ideas del movimiento.

La elección de la asamblea popular (una experiencia subalterna de democracia) como base de la democracia real ha propiciado una ruptura con la manera tradicional de entender la democracia cuando se la define esencialmente en términos schumpeterianos como un "sistema institucional para la toma de decisiones políticas, donde algunos [individuos] adquieren el poder de decisión mediante una lucha competitiva por los votos del elector" (Schumpeter, 1961:321). Frente a la democracia representativa elitista y oligárquica, desarrollada a comienzos del siglo XX por Pareto y Mosca, continuada después por teóricos del campo hegemónico de la democracia, como, Schumpeter (1961), Bobbio (2001), Dahl (1999, 2000) y Sartori (2007), entre otros, y colonizada en la actualidad por la globalización neoliberal, el 15M ha introducido en buena parte del sentido común político la idea de que la democracia es más que representación y liderazgo partidario, que otra democracia es posible al margen de la democracia electoral, como lo muestra la democracia de base, directa, comunitaria y participativa practicada en las asambleas. Desde esta óptica, la imaginación política del 15M se acerca a la interpretación de Santos cuando define la democracia como la transformación de relaciones desiguales de poder en relaciones de autoridad compartida en cualquier ámbito de la práctica social y política (Santos, 1998:332). En este sentido, lo que el 15M ha hecho ha sido proporcionar un marco interpretativo que plantea la miseria económica, política y social provocada por la crisis como un problema que requiere ya no más y mejor democracia, sino otra democracia.

2. La incorporación de nuevos sujetos, espacios y temas a la política.

El 15M ha encendido la mecha de la disidencia y la posibilidad política llevando a escena una nueva ola de activistas, espacios y temas. La organización de asambleas ha facilitado la politización de una gran cantidad de personas que no habían participado en la lucha política a través de los partidos políticos y los sindicatos convencionales. "No nos representan" es el lema que mejor denuncia la orfandad representativa de grandes sectores de la población, como estudiantes, desempleados, jóvenes precarizados, desahuciados o pensionistas, entre otros colectivos que denuncian su subrepresentación parlamentaria y su falta de participación en los procesos de toma de decisiones. El 15M ha puesto de manifiesto la ceguera de las formas de representación liberal al identificar la sociedad civil con los sujetos organizados en partidos, sindicatos, ONG, movimientos sociales u otros canales, incurriendo en la invisibilización y despolitización masiva de un conjunto heterogéneo de sujetos sociales, económicos y políticos que forman parte de la sociedad civil no organizada, como lo es la mayoría de la sociedad.

Por otra parte, la acción política de estos actores invisibilizados desborda los espacios institucionales formalmente establecidos y considerados por el sentido común político tradicional el lugar natural de la disputa política y el ejercicio de la democracia. Para el sentido común político convencional, no hay espacio para la democracia más allá del parlamentarismo

liberal, porque la democracia se resuelve fundamentalmente "en las urnas" y no "desde una tienda de campaña"[6] o se ejerce "con votos y no con pancartas"[7]. Por el contrario, la imaginación política del 15M entiende que una nueva teoría y práctica democrática tiene que prestar atención a lo que ocurre fuera (y a menudo en contra) de los espacios institucionales de la democracia: en las calles, las plazas, las redes sociales, etc. El 15M, de manera muy visible en la fase de acampadas, ha reconquistado para la acción política colectiva espacios públicos despolitizados, resignificando y repolitizando el espacio público. Como afirma Santos (*apud* Jerónimo y Neves, 2012:701), la calle a día de hoy es prácticamente el único espacio público que no ha sido colonizado por la lógica del capital financiero.

Por último, el 15M ha tenido la virtud y la radicalidad de romper los marcos políticos, culturales y discursivos de la llamada "cultura de la Transición" (AA. VV, 2012) española, el techo que durante más de tres décadas mantuvo inmóvil cualquier contestación social, introduciendo en el debate público una amplitud de temas y aspectos que desafían la cultura política oligárquica heredada. De hecho, determinados grupos parlamentarios han introducido en su agenda temas y reivindicaciones del 15M (la publicación del patrimonio de los cargos públicos, la reforma constitucional, mejoras en el ámbito de la representación parlamentaria, la forma de la jefatura del Estado, etc.).

3. Un repertorio de acciones y prácticas de democracia mucho más amplias que las proporcionadas por la democracia política y la actividad parlamentaria, partidaria y sindical.

Estas prácticas presentan una serie de características: 1) involucran altos niveles de politización; 2) se producen con una intensidad y duración variables; 3) sirven para visibilizar un conflicto, demanda o necesidad específica; 4) permiten pensar la democracia no como una estructura jurídica, una forma de gobierno o un régimen político, sino como una práctica social y forma de vida cotidiana; 5) permiten avanzar hacia formas de democracia popular aprendidas desde la cotidianidad. Acampadas, denuncias públicas colectivas, formación de grupos y comisiones de trabajo, asambleas populares en barrios y pueblos, marchas indignadas, *flashmobs*, concentraciones, ocupaciones de lugares públicos, gritos mudos, caceroladas, desobediencias cívicas pacíficas, cercos al Congreso, performances artísticas, lecturas de manifiestos, recogidas de firmas para iniciativas legislativas populares, protestas frente a sedes de bancos, escraches, mareas ciudadanas, plebiscitos populares, entre otras iniciativas, dan cuenta de un extenso catálogo de formas de contestación social y ejercicio del poder popular en las calles que cualquier teoría contrahegemónica defensora de la demodiversidad y el experimentalismo democrático no puede ignorar.

6 Declaraciones realizadas en agosto de 2011 por el expresidente del Congreso de los Diputados, José Bono. Véase: http://www.publico.es/espana/390233/bono-los-problemas-no-se-arreglan-desde-una-tienda-de-campana [Consulta: 20 de septiembre de 2014].

7 Declaraciones del diputado del Partido Popular en el Congreso José Antonio Bermúdez de Castro Fernández, realizadas en el marco de las manifestaciones del segundo aniversario del 15M. Véase http://www.elmundo.es/elmundo/2013/05/14/espana/1368530925.html [Consulta: 20 de septiembre de 2014].

Conclusiones

Las principales contribuciones de la imaginación política del 15M (al menos de la tendencia autogestionaria y radical del movimiento) no hay que evaluarlas principalmente en términos de impacto en el discurso político institucional. El 15M es ante todo una respuesta ciudadana a una crisis de la política representativa convencional que consagra un conjunto de prácticas y formas radicales de democracia. Su compromiso con la democracia directa y la acción política radical puestas en práctica en los diversos campamentos y asambleas son intentos prefigurativos (Boggs, 1977) de modelar formas alternativas de organización política, toma de decisiones y sociabilidad.

A lo largo de sus tres años de existencia, y a pesar de su dinámica de flujos y reflujos, el 15M, en síntesis, ha desarrollado una imaginación política portadora de innovaciones que fortalecen la demodiversidad, como la repolitización del espacio público, el ensanchamiento de los horizontes epistémicos (la manera de entender y ejercer la democracia) y la expansión del universo representativo de una democracia excluyente. Estas innovaciones han originado una "democracia postinstitucional" (Santos, 2011) de carácter radical cuyas aspiraciones comprenden diferentes niveles (político, social y económico) y está dispuesta a ajustar cuentas con el capitalismo, la corrupción y la ineficacia de la democracia liberal.

Referencias bibliográficas

Aguirre Rojas, Carlos Antonio (2012), "Las revueltas populares de 2011 en perspectiva histórica", *Rebelión*, 26 de marzo. Consultado a 26.09.2014, em http://www.rebelion.org/docs/146953.pdf

Alarcón Matiz, Luis Francisco (2000), *Ortodemocracia: la vía correcta de la democracia, con la visión y misión de construir nuevas sociedades centradas en el ser humano*. Bogotá: Escude.

Allegretti, Giovanni y Herzberg, Carsten (2005), *Bilanci partecipativi in Europa. Nuove demopratiche nel vecchio continente*. Roma: Ediesse.

AA. VV. (2012), *CT o la cultura de la transición: crítica a 35 años de cultura española*. Barcelona: DeBols!llo.

Bobbio, Norberto (2001), *El futuro de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, México.

Boggs. Carl (1977), "Marxism, Prefigurative Communism, and the Problem of Workers". Libcom.org, 23 de septiembre de 2010. Consultado el 27.10.2014, en: https://libcom.org/library/marxism-prefigurative-communism-problem-workers-control-carl-boggs

Dahl, Robert **(1999),** *La democracia: una guía para los ciudadanos***.** Madrid: Taurus.

Dahl, Robert (2000), *On Democracy*. New Haven: Yale University Press.

Castoriadis, Cornelius (1998), *Los dominios del hombre*. Barcelona: Gedisa.

Crozier, Michel, Huntington, Samuel y Watanuki, Joji, (1977-78), "Informe del Grupo Trilateral sobre la Gobernabilidad de las Democracias al Comité Ejecutivo de la Comisión Trilateral", *Cuadernos Semestrales. Estados Unidos. Perspectiva Latinoamericana*, 2-3, 377-397.

Fukuyama, Francis (1990), "¿El fin de la Historia?", *Estudios Públicos*, 37, 5-37.

Hessel, Stéphane (2011), ¡Indignaos!: un alegato contra la indiferencia y a favor de la insurrección pacífica. Barcelona: Destino.

Nuño de la Rosa, Julia (2014), "Movimientos sociales y democracia al otro lado del espejo: entrevista a Antoni Aguiló", *Oxímora*, 4, 111-125.

Jacobsen, Thorkild (1943), "Primitive Democracy in Ancient Mesopotamia", *Journal of Near Eastern Studies*, 2 (3), 159-172.

Jerónimo, Helena Mateus y Neves, José (2012), "O intelectual de retaguarda. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos", *Análise Social,* 204, XLVII (3º), 685-711.

Monedero, Juan Carlos (2013): "¿A dónde va el 15M? Viento en las velas del movimiento", *Comiendo Tierra*. Consultado el 22.10.2014, en http://www.comiendotierra.es/2013/05/15/a-donde-va-el-15m-viento-en-las-velas-del-movimiento/

Santos, Boaventura de Sousa (1998), *De la mano de Alicia: lo social y lo político en la postmodernidad*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Facultad de Derecho Universidad de los Andes.

Santos, Boaventura de Sousa (2004a), "Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo", en Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 19-101.

Santos, Boaventura de Sousa y Avritzer, Leonardo (2004b), "Introducción: para ampliar el canon democrático", in Boaventura de Sousa Santos, (org.), *Democratizar la democracia: los caminos de la democracia participativa*. México: Fondo de Cultura Económica, 35-74.

Santos, Boaventura de Sousa (2005). *El milenio huérfano. Ensayos para una nueva cultura política*. Madrid: Trotta/ILSA.

Santos, Boaventura de Sousa (2006). *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (encuentros en Buenos Aires).* Buenos Aires: CLACSO.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. La Paz: Plural Editores, CESU-UMSS.

Santos, Boaventura de Sousa (2011), "El desarrollo del subdesarrollo", *Rebelión*, 26 de octubre. Consultado el 28.09.2014, en http://www.rebelion.org/noticia.php?id=138176.

Santos, Santos, Boaventura de Sousa (2014), "La ola Podemos", *Público*, 8 de diciembre. Consultado el 15.11.2014, en http://blogs.publico.es/espejos-extranos/2014/12/08/la-ola-podemos/

Sartori, Giovanni (2007), ¿Qué es la democracia? Madrid: Taurus.

Schumpeter, Joseph Alois (1961), *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura/OrdemLivre.org.

Taibo, Carlos (2013), "The Spanish *Indignados*: A Movement with Two Souls". *European Urban and Regional Studies*, 20, 155-158.

Tocqueville, Alexis de (2005), *La democracia en América*. México: Fondo de Cultura Económica.

Unger, Roberto (1998), *Democracy Realised: The Progressive Alternative*. Verso: Londres.

Construir diálogos e partilhar desafios na aprendizagem com o Sul: lições aprendidas do Programa de Cooperação Sul-Sul pelo Direito à Educação entre países Lusófonos -PCSS-Lusófonos.

Andreia Soares[1]
Júlio Gonçalves Santos[2], Mila Dezan[3], Ana Poças[4], Sara Poças[5], Rui Silva[6], Rosa Silva[7]

Resumo

A participação é fator essencial para a qualificação das políticas públicas e para o aperfeiçoamento da democracia, sobretudo no espaço das organizações da sociedade civil (OSC). No entanto, em muitos contextos de fragilidade verificam-se relações de dependência entre OSC e Estado. Tal prejudica as práticas de incidência política em prol dos direitos humanos, exemplo disso são alguns dos países de língua oficial portuguesa e em particular no sector de Educação.

Neste cenário, o PCSS-Lusófonos assume-se como espaço de aprendizagem e capacitação das OSC para a democracia participativa e monitorização das políticas públicas, como garantia do direito à Educação.

Assim, este artigo procura refletir sobre as lições aprendidas ao longo desta iniciativa, atendendo à diversidade de atores e numa atitude crítica perante os modelos de democracia, de sociedade civil e de cooperação sul-sul.

Palavras-chave: sociedade civil, direito à educação, Rede(s), cooperação, PALOP

Abstract

Participation is crucial to achieve quality national policies and to improve democracy within civil society organizations (CSO). In most fragile contexts CSO depend on States. This can indeed harm the quality of Human Rights policy making and advocacy due the lack of CSO autonomy. Some of the Portuguese-speaking countries face situations that can mirror this issue, particularly in education sector.

SSCP for the Right to Education within Lusophone countries presents itself as a learning space where CSOs are invited to share experiences as well as do capacity building on participatory democracy practices and education sector policies monitoring.

The article seeks to point some lessons learned over this initiative, having in mind the diversity of stakeholders and focusing its analysis in the democracy, civil society and South-South cooperation concepts and models.

Keywords: civil society, right to education, network (s), cooperation, PALOP

---

1 Frequenta o segundo ano de mestrado em Relações Internacionais: Estudos de Paz e Segurança na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é técnica de projetos de Educação para o Desenvolvimento na ONGD Rosto Solidário e facilitadora da Comunidade de Língua Portuguesa da INEE. É consultora do PCSS-Lusófonos. Tem experiência em programas de cooperação para o desenvolvimento com Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau no setor da Educação e em gestão de programas de formação inicial e contínua no âmbito da educação não formal.

2 Coordenador do Centro de Recursos para a Cooperação e Desenvolvimento do Instituto de Educação da Universidade do Minho e investigador no CEAUP. Doutoramento em Educação na Universidade de Sussex, Reino Unido. Foi docente na ex-Checoslováquia, França, Angola e coordenou a Assistência Técnica a programas de educação na Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde e trabalhou como consultor do UNICEF (Timor Leste), Save the Children, ADRA-Angola e IIEP/UNESCO. É membro da INEE. As suas áreas de interesse académico incluem: Desenvolvimento, Educação em Pequenos Países e Fragilidade.

3 É assessora de Projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em particular no PCSS-Lusófonos. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista-UNESP, foi Assistente de Projetos do Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor – Ceats/FIA como parte da equipe da Rede Latino-americana contra o Trabalho Infantil. Trabalhou na Conectas Direitos Humanos, no âmbito do Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para a África Lusófona e na área de Comunicação. Atualmente é membro do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos.

4 Mestre em Ensino de Línguas no 1º Ciclo pela Universidade de Aveiro. É investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e membro da INEE. Trabalhou na Guiné-Bissau como Formadora de Professores e Supervisora Pedagógica e participou na Reforma Curricular do Ensino Básico. Como consultora da UNICEF realizou um *workshop* sobre educação inclusiva em Moçambique e participa no PCSS-Lusófonos. Responsável pela assistência Científica e Pedagógica ao Projeto ROPE (Raising Outcomes in Primary Education), na Guiné-Bissau, pela ONGD Effective Intervention.

5 Doutoranda em Ciências da Educação na Universidade do Porto. Tem experiência em Cooperação para o Desenvolvimento na área da educação, em Angola e na Guiné Bissau, como professora e formadora de professores e diretores de escola, com destaque para a elaboração de um manual de administração e gestão escolar e a monitorização e avaliação de projetos e na assistência técnico-pedagógica do projeto da Cooperação Oficial Portuguesa em Angola. É consultora do Projeto ROPE, Guiné-Bissau, em parceria com a Effective Intervention e do PCSS-Lusófonos. É investigadora no CEAUP e membro da INEE.

6 Bolseiro de investigação a desenvolver um projeto de doutoramento em Ciências da Educação, especialidade de Desenvolvimento Curricular na Universidade do Minho, sobre a Guiné-Bissau. Trabalhou como professor, formador, consultor de programas de cooperação em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste. Membro ativo da INEE e investigador do CEAUP tendo como interesses de investigação a avaliação de impacto de projetos de cooperação; globalização e currículo; mudança educativa, conhecimento local e cross-cultural *transfers*.

7 Professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge, Angola e Doutoranda em Ciências da Educação, especialidade em Supervisão Pedagógica - Universidade do Minho. É investigadora do CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto), no grupo de investigação de "Desenvolvimento eco-sustentado em África. Problemáticas e projetos de pesquisa aplicada" e formadora nas áreas de língua portuguesa, metodologias de ensino e supervisão pedagógica, em projetos na área da educação em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste. É membro ativo da INEE

Introdução

O direito à educação possibilita o empoderamento do indivíduo e das comunidades, viabilizando a participação política do cidadão em prol da melhoria das condições de vida de todos. Contribui, também, para o enfrentamento de discriminações e de preconceitos e para a construção de sociedades mais justas (Plataforma Dhesca Brasil e Ação Educativa, 2011). Apesar de todos os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) serem signatários das metas de Educação Para Todos (EPT), que tem por objetivo garantir a educação básica para todas as crianças e reduzir o analfabetismo entre adultos e terem reafirmado seu compromisso com o cumprimento dessas metas até 2015 na Conferência de Dakar em 2000 e de tratados internacionais de direitos humanos como o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos Sociais e Culturais (1966), a Convenção dos Direitos da Criança (1989), entre outros que abordam o direito à educação, ainda há muito a ser feito para a garantia universal do direito humano à educação. Neste cenário, e tendo como referência a experiência brasileira que demonstra que a participação social -formulação, monitoria e controlo social- é fator de qualificação das políticas públicas e de aperfeiçoamento da democracia, o papel da sociedade civil mostra-se fundamental para a garantia de direitos.

Partindo do pressuposto apresentado acima, o artigo discutirá a ação desenvolvida no âmbito do Programa de Cooperação Sul-Sul pelo Direito à Educação entre Países Lusófonos (PCSS-Lusófonos), programa que tem como objetivo fortalecer organizações e redes da sociedade civil nos países participantes – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e que traz elementos para refletir e problematizar o papel da sociedade civil na defesa pelo direito à educação nos PALOP e a forma como a sua organização em Coligações ou Redes favorece uma intervenção política mais eficaz, através do desenvolvimento de ações de advocacia. Assim, este artigo está organizado em quatro partes: apresentação do programa e do percurso percorrido até ao momento; identificação dos atores envolvidos e o seu papel no desenvolvimento das ações do Programa; discussão sobre o papel da sociedade civil na luta pela defesa do direito à educação; e por último, a quarta parte em que se identificam as perguntas e considerações que estão a ser levantadas ao longo da segunda fase do projeto.

De notar que a terminologia usada ao longo do artigo procura refletir uma base de entendimento estabelecida entre as partes envolvidas no Programa, não correspondendo ao vocabulário específico do Sector de Educação de um determinado país.

PCSS-Lusófonos: origem e percurso

O Programa de Cooperação Sul-Sul pelo Direito à Educação entre Países Lusófonos teve início em 2010 e resulta da parceria entre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha Brasileira) e o Programa de Apoio à Educação da Open Society Foundations (OSF-ESP). Este programa está a ser implementado em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e

São Tomé e Príncipe e tem como objetivo contribuir para a ampliação do acesso à educação e para a melhoria da oferta educativa nestes países, através do fortalecimento da capacidade de advocacia da sociedade civil sobre as políticas do setor, já que considera, partindo da experiência do Brasil, que a participação social é fator de qualificação das políticas públicas e de aperfeiçoamento da democracia. O processo de fortalecimento da sociedade civil toma forma junto das Redes Nacionais de Educação para Todos.

A língua portuguesa foi fator determinante para o início da articulação entre as redes de educação participantes no Programa. Por não ser reconhecida como língua oficial de trabalho em determinadas instâncias políticas, o português tem contribuído para o isolamento geográfico e linguístico dos países de Língua Portuguesa, argumento que justificou as ações da primeira fase do Programa. Uma rede de cooperação entre esses países possibilitaria, neste sentido, a troca de informações e experiências e o fortalecimento da incidência política de grupos desses países em esferas políticas internacionais, como, neste caso, no âmbito da Campanha Global pelo Direito à Educação.

É importante ressaltar que, apesar de partilharem a mesma língua oficial, os países envolvidos no Programa apresentam grandes diferenças políticas e culturais, que resultam também, entre outros fatores, da sua localização geográfica: África ocidental, austral e, em alguns casos, insular. Entretanto, todos eles enfrentam desafios semelhantes: precisam de encontrar meios para a promoção do desenvolvimento político, económico e social dos seus países e fortalecer a democracia, não só como um princípio, mas como uma realidade.

A primeira fase do PCSS-Lusófonos foi implementada entre novembro de 2010 e março de 2013. Durante este período, as Redes tentaram definir agendas prioritárias de intervenção local e, a partir delas, seriam construídos planos locais de incidência política. Nesse processo, observou-se que o conceito de incidência política e de funcionamento de rede não se aplica do mesmo modo aos seis países participantes. Nos países africanos de Língua Portuguesa, de maneira geral, à sociedade civil organizada cabe a função de prestar assistência às iniciativas governamentais e não o de desempenhar um papel crítico de exigir direitos.

Outro ponto observado durante a implementação da primeira fase do PCSS-Lusófonos e discutido com as redes nacionais é que a ausência de dados, ou de dados considerados confiáveis, é um obstáculo para o trabalho desenvolvido em cada país. Informações precisas sobre a situação da educação nos países são fundamentais para a argumentação técnica e a atuação política. Nesse sentido, para a segunda fase do PCSS-Lusófonos, foi proposta a elaboração de um diagnóstico sobre a situação da educação nos PALOP, que se constituirá como base para a formulação de ações de incidência política.

Este diagnóstico permitiria às Redes munirem-se de informação irrefutável para fazer potenciar ao máximo as suas mensagens de advocacia, concorrendo para o objetivo geral da segunda fase do PCSS-Lusófonos: contribuir para a efetivação do direito à educação pública, gratuita e de qualidade e para os objetivos específicos: fortalecer a advocacia da sociedade civil

na área da educação e promover a formação de uma rede lusófona pelo direito à educação. O objetivo geral vem, de acordo com Mundy e Murphy (2011), ao encontro da necessidade de avaliar a dinâmica da relação entre sociedade civil e as comunidades de pesquisa, quer na área da educação, quer na área das ciências sociais, visto que a capacidade da sociedade civil para promover políticas de advocacia com base em evidências tem sido vista como uma das principais limitações que uma sociedade civil efetiva enfrenta, na sua participação nas políticas públicas, em particular na área da educação.

O Diagnóstico da situação da educação nos Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito do PCSS-Lusófonos viria a tomar a forma de uma Pesquisa Temática a realizar em todos os países, com metas muito concretas para gerar novas informações e novas análises para dar subsídios ao trabalho das Redes Lusófonas, contribuindo, assim, para que desenvolvam e fortaleçam ações de incidência e aprofundem o debate sobre a educação.[8] O intuito seria produzir, junto com as redes nacionais, uma visão ampla e crítica sobre o direito à educação e gerar novas ferramentas para a monitoria das políticas governamentais na área, colaborando para um balanço crítico do Programa Educação para Todos (EPT) em cada um dos países.[9]

Para a definição do tema da pesquisa e para a construção de um plano de trabalho comum, o Programa reuniu em maio de 2013, no Brasil, todos os atores envolvidos na pesquisa. Após discussões sobre os critérios que deveriam influenciar a escolha e a apresentação dos principais problemas do sistema educativo de cada um dos países participantes, os representantes das redes nacionais decidiram, por unanimidade, um tema comum a todos os países - acesso à educação infantil.

Em julho de 2013, foi realizado um encontro com todos os consultores da pesquisa para harmonizar os conceitos e as ideias sobre o diagnóstico e desenvolver propostas metodológicas para a pesquisa que seria desenvolvida em cada um dos PALOP. Nessa ocasião, o grupo também listou os principais atores a serem contactados e entrevistados em cada país, assim como as metodologias de pesquisa a utilizar por cada grupo: entrevistas semiestruturadas, grupos focais, visita a lugares-chave - creches, jardins-de-infância, escolas- e análise de documentos. As propostas metodológicas foram apresentadas, discutidas e validadas pelas redes nacionais, que contribuíram para que estivessem, de facto, em diálogo com as realidades locais.

8 Vale destacar que a proposta do PCSS-Lusófonos não é fazer um levantamento estatístico da situação da educação nos países lusófonos. A metodologia proposta para cada um dos países permite perceber as características da pesquisa.

9 Como observado por Antoni Verger e Mario Novelli (2012:1-15): "Thus, in social movements research frameworks, structure and agency, context and ideas need to be understood as mutually constituted. 'Ideas' and 'context' are not independent or totally different elements. Ideas play a crucial mediatory role in the relationship between the context and the strategy of the coalitions. For instance, the analysis of the environment carried out by advocacy coalitions – whether this is done in a more explicit or implicit way – plays a crucial role in the formation of the coalition actions, claim and messages and, consequently, affects the political change process they try to promote. In this sense, what matters are not only the objective opportunities and difficulties by activists. In other words, ideas and, particularly, reflexivity are important concepts to link structure and agency since they provide the point of mediation between actors' strategies and their context".

PCSS: Atores e processos

Ao longo de toda a evolução do Programa foram vários os atores envolvidos na sua construção e na prossecução dos seus objetivos. As relações de parcerias entre os atores foram construídas tendo em conta as potencialidades inerentes à cooperação sul-sul e considerando também que existem sinais claros de uma nova vaga de iniciativas de advocacia transnacional não-governamental à volta da ideia da Educação para Todos. Todos estão conscientes que tem havido uma mudança qualitativa importante no envolvimento dos atores não-governamentais no campo da cooperação internacional em educação: as organizações passaram de prestadores de serviços para promotores de advocacia, ligando o problema do acesso à educação a outros problemas de maior dimensão como o alívio da dívida e as questões dos Direitos Humanos e da equidade global (Mundy e Murphy, 2011).

A Campanha Brasileira pelo Direito à Educação, entidade promotora, é responsável por uma rede de organizações da sociedade civil brasileira, atualmente com cerca de 200 membros, que tem vindo a promover o direito à educação desde 1999, altura em que foi estabelecida no Fórum Mundial sobre Educação em Dakar. A Campanha Brasileira faz da incidência política o seu instrumento de trabalho. A forma como o faz passa pela construção de evidências irrefutáveis a partir de pesquisas rigorosas, que lhe permitam monitorizar a execução de políticas públicas de educação e, se as mesmas estiverem desajustadas, propor a sua alteração. Um dos exemplos ilustrativos deste processo é o CAQUI-Custo Aluno Qualidade Inicial.

A Open Society Foundations (OSF), entidade financiadora, é uma associação filantrópica cujo trabalho concorre para a construção de democracias vibrantes e tolerantes, nas quais os governos devem prestar contas aos seus cidadãos. A OSF não corresponde ao perfil tradicional do doador, pois acompanha de perto todas as iniciativas do PCSS-Lusófonos, tomando parte nas decisões, de forma informada e comprometida.

As Redes Nacionais de Educação nos países de Língua Portuguesa, no contexto do PCSS-Lusófonos, assumem-se como Redes da Sociedade Civil que agregam diferentes tipos de atores, grupos com interesses distintos e orientações políticas diferentes, contudo unem-se com o objetivo de influenciar agendas e processos decisórios dos organismos governamentais em relação a um problema específico, comum a todos eles.

> Civil Society organizations can decide to establish coalitions for different reasons, which include fundraising partnerships, providing innovative services or undertaking a research initiative. However, quite often, they do so advocate something. Thus, coalitions are usually constituted with the explicit objective of influencing the agendas and decisions of governmental bodies in relation to a particular issue or problem. (Verger e Novelli, 2012:1-15)

No caso dos países em foco neste projeto, este tipo de coligações surgiu, sobretudo, no contexto do programa Educação Para Todos, advindo da Conferência Mundial de Educação realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, com o objetivo de garantir educação básica para todas as crianças e de reduzir o analfabetismo entre adultos até ao final da década. Em 2000, a Conferência que aconteceu em Dakar, Senegal reafirmou o compromisso de Educação Para Todos e introduziu nas discussões o conceito de qualidade da educação.[10]

À semelhança da Campanha Brasileira, cada uma destas Redes representa um conjunto de organizações da sociedade civil que trabalham no setor da Educação. Assim, têm lugar no PCSS a Rede Angolana da Sociedade Civil de Educação Para Todos - Rede EPT-Angola, a Rede Nacional da Campanha de Educação Para Todos de Cabo Verde - RNCEPT-CV, a Rede Nacional da Campanha de Educação Para Todos de Guiné-Bissau - RECEPT-GB, o Movimento de Educação para Todos de Moçambique – MEPT e a Rede Nacional da Campanha de Educação Para Todos de São Tomé e Príncipe - RNEPT-STP.

O grupo de apoio técnico, constituído por um conjunto de consultores/as independentes, surge no sentido de dar apoio técnico à implementação da Pesquisa Temática nos países a ser executada nesta segunda fase do projeto. Embora a participação deste grupo estivesse inicialmente prevista como pontual e externa, a comunhão de interesses, no que se refere ao setor da Educação, e perspetivas de desenvolvimento determinou um maior envolvimento na conceptualização do projeto. À semelhança dos atores atrás referidos, também este grupo tem participação direta na reflexão que antecede a tomada de decisões. A conceção conjunta desta comunicação na sequência do desafio que foi feito pela Campanha Brasileira, comprova precisamente a horizontalidade deste processo.

O PCSS-Lusófonos conta ainda com outros parceiros informais como a UNILAB, através do ECOSS- Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul, da Ação Educativa, agora diretamente envolvida na Pesquisa em São Tomé e Príncipe, entre outros.

Como é possível perceber, trata-se de uma iniciativa entre países de expressão portuguesa e tal não é um acaso. Na verdade, os laços históricos, e sobretudo linguísticos, facilitam a proximidade entre as partes envolvidas. A posição atual do Brasil no sistema internacional, como potência emergente e membro dos BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul- proporciona o surgimento de programas de cooperação Sul-Sul.

Perante os modelos de diálogo sul-sul de Boaventura de Sousa Santos (2014), a estrutura de funcionamento e organização do PCSS-Lusófonos procura orientar-se pelos princípios da quarta face, designada por si como "Epistemologias do Sul", ou seja, procura de novas formas de conhecimento, que não o conhecimento científico. No entanto, o facto de ser financiado

10 Nesse mesmo encontro foram estabelecidas seis metas para serem cumpridas até 2015 para que todos tivessem garantido o direito à educação de qualidade – 164 governos comprometeram-se a trabalhar em parceria com organismos internacionais, agências governamentais, sociedade civil organizada e outros setores nacionais e internacionais para cumprir a realização das metas. Mais informações sobre o movimento de Educação para Todos em: http://bit.ly/hxHLrx.

por uma organização do chamado Norte e ter a influência de um grupo técnico, se assim se quiser chamar, da periferia desse Norte, não o colocará na terceira face desses diálogos, correspondente aos movimentos sociais que derivam do Fórum Social Mundial, mas ainda com grande influência das agendas do Norte?

Esta é uma reflexão que os envolvidos neste processo fazem permanentemente, enquanto grupo técnico, com base na representação carregada do Norte hegemónico perante o Sul Global. A ética profissional, o reconhecimento e a apropriação com os princípios de globalização contra-hegemónica (Santos, 2008) e a profunda admiração pelas pessoas e organizações com quem têm vindo a trabalhar nestes países impelem a responder que não, porém a consciência do poder das agendas internacionais e o financiamento a estes associados, em países com características de fragilidade orientam esta resposta noutro sentido.

A implementação destas agendas internacionais ao nível nacional é gerida a partir de órgãos públicos e, por isso, diretamente vinculados ao poder central, ao Estado, ou então por agências multilaterais, que não estando vinculadas diretamente ao país em causa, representam os interesses de um conjunto de outros Estados. No caso dos países envolvidos no PCSS-Lusófonos, por se tratarem oficialmente de regimes democráticos, a sociedade civil pode e deve ter um papel interventivo na monitoria nessa mesma implementação.

PCSS: direito ou dever da Sociedade Civil

"[...] Embora se queira, por vezes, reduzir a acção da sociedade civil à ajuda humanitária e à prestação de serviços às populações afectadas pela guerra [...], não se pode ignorar o seu papel político, ainda que limitado." (Pacheco, 2009:2). De facto, a perpetuação de características de fragilidade na sequência de conflitos armados, tais como, fraca governação, violência, repressão, corrupção, desigualdade e exclusão (INEE, 2014) acresce responsabilidades à sociedade civil que procura organizar-se no sentido de dar resposta a esses desafios.

Comumente, nestes contextos são as próprias organizações da sociedade civil (OSC) a garantir serviços que tendo que ser o Estado a garantir, não há instituições públicas credíveis e capazes de o fazer. Através dessa intervenção da sociedade civil, as OSC assumem um papel na estabilização na mediação com vista a reduzir o conflito, embora os doadores continuem a ter grande influência sobre as OSC, o Estado e até mesmo os cidadãos (Banco Mundial, 2005).

Em países como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, marcados pela ocorrência de conflito armado, em algum momento da sua história, no qual o governo esteve envolvido, as OSC não tiveram oportunidade de acumular grande experiência ao nível da advocacia, quando a prioridade era a prestação de serviços junto das comunidades. Em vários momentos do PCSS-Lusófonos, a falta de experiência das diferentes Redes acabou por se traduzir em dificuldades nos vários passos da definição de uma estratégia de advocacia.

Segundo Keck & Sikkink (1998), a eficácia das estratégias de advocacia é tão melhor quanto maior for a capacidade da organização que promove essas estratégias: gerar rapidamente informação que possa ser usada politicamente; desenvolver atos simbólicos que despertem o interesse da opinião pública; mobilizar atores poderosos que possam influenciar níveis de tomada de decisão aos quais essa mesma organização não consegue aceder. Entendendo a advocacia como um mecanismo de reforço da democracia por excelência, reunir estas competências não é suficiente para que as OSC e as Redes deem contributos válidos para a(s) democracia(s) que procuram fortalecer.

> A contribuição da sociedade civil para a democracia não pode ser avaliada apenas pela capacidade de influenciar políticas públicas e a legislação, mas também, [...] pelo fomento da participação e do pluralismo de ideias, pela construção e reforço de capacidades de grupos e organizações [...] e pela promoção de valores como a reconciliação, a tolerância e a construção de consensos sobre os grandes desafios nacionais. (Pacheco, 2009:3)

Todavia, é possível identificar outros elementos que influenciam diretamente o funcionamento das OSC, bem como a sua capacidade de fazer advocacia. No âmbito do PCSS identificamos elementos intrínsecos às próprias Redes:

1. A proximidade e até promiscuidade entre as Redes Nacionais e o Estado. É muito comum que as pessoas que constituem as Redes tenham relações diretas com o governo, na medida em que desempenham funções em serviços públicos e até mesmo junto do poder central;
2. A debilidade das Redes perante pressões externas. A falta de estrutura material e humana de trabalho faz com que sejam muito voláteis às exigências de financiadores e outros *stakeholders* ou que se mantenham inativos por falta de financiamento para as suas atividades.

Identificamos ainda elementos externos, mas igualmente determinantes para as Redes, como sejam;

1. A ausência de transparência e/ou prestação de contas por parte do Estado;
2. Fragilidade política e militar desse mesmo Estado, como é o exemplo da Guiné-Bissau.

A constituição de uma Rede Lusófona, prevista na segunda fase do Programa, pode ser um dos mecanismos que suportem as Redes a ultrapassar estes fatores limitativos, marcando uma presença mais forte e mais organizada junto dos decisores políticos ao mais alto nível.

> By overcoming the deliberate suppression of information that sustains many abuses of power, networks can help reframe international and

> domestic debates, changing their terms, their sites, and the configuration of participants. When they succeed, advocacy networks are among the most important sources of new ideas, norms, and identities in the international system. (Keck & Sikkink,1998:X)

PCSS: ORIGEM OU RESULTADO DAS AGENDAS DE EDUCAÇÃO?

À medida que a Pesquisa Temática, contemplada como principal atividade do PCSS-Lusófonos, foi progredindo nos diferentes países, foram sendo recolhidas respostas às perguntas colocadas nos guiões de entrevistas semiestruturadas ou grupos focais inicialmente construídos. No entanto, vão-se levantando várias outras perguntas, que decorrem dos desafios colocados quer pela interação com os *stakeholders,* quer pelo contexto em que a pesquisa decorrer e os temas nela contemplados. Na verdade, estas perguntas refletem várias preocupações, consternações, porém as mais relevantes a abordar no contexto desta nossa partilha aqui, prendem-se com o peso das Agendas Internacionais e a pressão imposta pelo próprio PCSS- Lusófonos sobre as Redes Nacionais pelo Direito à Educação nos Países de Língua Portuguesa. Importa considerar que a Pesquisa está terminada em Cabo Verde, Moçambique e mais recentemente em Angola, Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, estando os relatórios em fase de produção. Assim sendo, estão aqui em causa reflexões, interpretações e conclusões preliminares.

Nessa perspetiva e retomando o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2008) a esse propósito, a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos pode assumir-se como uma ferramenta de globalização contra hegemónica. Sendo estas agendas tendenciosamente mais favoráveis a uns países, instituições, atores que a outros e se esses mesmos incentivam à globalização dessas agendas em função de interesses próprios, não deixando espaço para a especificidade de cada local e pessoa, então a função libertadora emancipatória dos direitos humanos deixa de existir.

> "As oportunidades para políticas emancipatórias dependem, consoante as circunstâncias, de invenção de novas formas de organização especificamente pensadas para enfrentar novos riscos ou para defender antigas formas de organização que são assim reivindicadas para estarem à altura de novos desafios, novas agendas e novas coligações potenciais." (Santos, 2008:469)

Muito embora toda a ideologia de intervenção associada ao PCSS Lusófonos tenha como base este princípio, não é certo que a proximidade entre esse processo e as Agendas Internacionais, tais como as Metas de Educação para Todos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, referidos anteriormente ou, muito em breve, a Agenda Pós-2015 não tenha efeitos perversos,

precisamente relacionados com a ausência de liberdade dos países e comunidades sobre essas mesmas agendas. Quase que como de um clube de cavalheiros se tratasse, onde só aqueles que cumprem os requisitos obrigatórios, designados por eles próprios, o podem frequentar.

Ainda a propósito das necessidades e da resposta às mesmas numa perspetiva de libertação e, em particular no que se refere à Educação, Galtung adianta que o cumprimento do direito à educação contemplado na Declaração Universal dos Direitos Humanos só faz sentido como forma de "[...] auto-expressão e diálogo, não só como a necessidade de ser ensinado um idioma e uma cultura e algumas outras ferramentas básicas para a sobrevivência na sociedade em que o indivíduo nasceu." (1994: 116).

No seguimento, outro dos grandes desafios do processo de pesquisa, aqui alvo de reflexão, pretende-se com a questão: será a intervenção ao nível da advocacia pelo Direito à Educação, no modelo proposto pelo PCSS, uma necessidade real em cada um destes países ou pode o PCSS ter estado na origem de um falso reconhecimento desta necessidade? Esta dimensão é extremamente relevante dado que o reconhecimento é uma condição *sine qua non* para haja diálogo entre governos e as organizações da sociedade civil (Verger *et al*, 2012). Entretanto, Pacheco (2009) remete-nos para a (in)definição do conceito de sociedade civil em África e nesta medida, também a legitimidade das próprias Redes, enquanto representantes da sociedade civil, é questionável. Aliás, a tomada de consciência tardia deste facto pode ter criado descompassos no PCSS.

Na verdade, no decurso do PCSS, ao invés de respostas fechadas continuamos a encontrar e colocar mais perguntas, tais como:

> Os novos modelos e propostas de cooperação Sul-Sul conseguirão repensar os mecanismos de definição e implementação de políticas na área de educação?
>
> Como é que interesses externos vêm influenciando a composição de agendas nacionais de educação?
>
> Como é que organizações da sociedade civil podem fazer frente, resistir e avançar no contexto de redefinição de agendas de educação? Como vão continuar a advogar em prol de novos mecanismos de ajuda não-ligada para a educação no contexto da Educação para Todos? Que fenómenos de resistência se verificam nos países e de que forma se pode servir de alavanca para a conceção de políticas de educação endógenas?
>
> Como é que a sociedade civil pode influenciar os seus governos para que não se deixem levar pela agenda dominante, se apoderando/adaptando as metas propostas internacionalmente?
>
> É possível que os Estados e as organizações da sociedade civil se apropriem

de agendas externas, transformando metas internacionais de acordo com as suas prioridades e interesses locais?

A questão para nós não é porque "alguns grupos" querem terminar ou diminuir a agenda Educação para Todos, é evidente que interesses económicos e políticos estão a influenciar esse movimento, mas o que queremos compreender é: como é que essa agenda sobreviveu até agora?

Não desistimos de procurar respostas e é nessa procura contínua que construímos um diálogo baseado na reciprocidade, mas sobretudo na vontade de ouvir, sentir e integrar nas nossas vidas as aprendizagens do e com o Sul.

Referências bibliográficas

Banco Mundial (2005), *Engaging Civil Society in Conflict-Affected States: Three African Case Studies*. Report No. 32538-GLB. Washington: Banco Mundial.

Convenção dos Direitos da Criança (1989), Consultado a 16.06.2014, em https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Galtung, Johan (1994), *Direitos Humanos Uma Nova Perspectiva* Lisboa: Instituto Piaget.

INEE: Rede Interinstitucional para a Educação em situações de Emergência "Education and Fragility". Consultada a 09.06.2014 em http://www.ineesite.org/pt/education-fragility/.

Keck, Margaret E.; Sikkink, Kathryn (1998), *Activists beyond borders.* Ithaca: Cornell University Press.

Mundy, Karen, Murphy, Lynn (2011), "Transnational Advocacy, Global Civil Society? Emerging Evidence from the Field of Education" *Comparative Education Review*, 45(1), 85-126.

Pacheco, Fernando (2009), *Sociedade Civil: Ficção ou Contribuinte para Mudanças*. Luanda. [texto não publicado].

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), Consultado a 16.06.2014, em http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-psocial.html.

Plataforma Dhesca Brasil, Ação Educativa (2011) *Manual de Direitos Humanos: Direito Humano à Educação Coleção,* volume 07, 2ª edição - Atualizada e Revisada. São Paulo.

Santos, Boaventura de Sousa (2008), "Para uma concepção intercultural de direitos humanos" in Boaventura de Sousa Santos, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 433-470.

Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Os diálogos do Sul* Aula Magistral decorrida na Faculdade

de Economia da Universidade de Coimbra no dia 30 maio de 2014.

Verger, Antoni, *et al* (2012), "Regional and National Civil Society Education Funds" - *Evaluation Report, Globalization and Education and Social Policies*, Universitat Autonoma de Barcelona.

Verger, Antoni; Novelli, Mario (2012), "Introduction to Civil Society and Educational Advocacy: Theoretical and Methodological Insights" in *Campaigning for "Education for all": Histories, Strategies and Outcomes of Transnational Advocacy Coalitions in Education.* The Netherlands: Sense Publishers,1-15.

Por una democracia de alta intensidad. Los movimientos sociales como portadores del cambio social

Marina Requena i Mora[1]
José Manuel Rodríguez Victoriano[2]

Resumen

La globalización neoliberal ha generalizado en sus prácticas políticas la dimensión formal y representativa de la democracia, tal y como la definió el sociólogo español Jesús Ibáñez a principios de la década de los noventa del pasado siglo. En su definición la expresión democracia –el pueblo gobierna— se encuentra acotada tanto por ser formal –la forma de expresión, el voto, prima sobre el contenido— como por ser representativa –el pueblo participa mediante representantes que ha escogido con su voto. Ambas circunstancias limitan el alcance de la democracia, de tal manera se antoja adecuada la expresión: *nada para el pueblo, pero sin el pueblo*.

La presente ponencia vuelve a repensar la cuestión a partir de Ibáñez. En primer lugar, explícita de manera teórica los tres niveles complementarios de democracia: elementos, estructura y sistema. Más tarde, abordamos el tema la crisis de la democracia liberal —nivel de los elementos— y los problemas y déficits que acarrea la misma para legitimar una democracia de baja intensidad, incapaz de contrarrestar la hegemonía de los mercados financieros globales. Seguidamente, analizamos los cambios acaecidos en la democracia liberal y el resurgimiento de un tipo de democracia participativa –nivel de la estructura—, basada en fórmulas de participación regulada en la que el papel actor reside en las instituciones políticas y que encuentra sus contradicciones en la coyuntura social y económica actual. Por último, tratamos la democracia real –nivel del sistema—, aquella que otorga el papel actor a la sociedad civil. Ilustramos esta cuestión a partir del análisis de algunas experiencias recientes surgidas en el Estado español, en las que los movimientos sociales y las plataformas de resistencia han tenido un papel clave en las lucha por una democracia de alta intensidad en un momento en que el futuro de lo social está hipotecado.

Palavras-chave: democracia de alta intensidad, movimientos sociales, participación ciudadana, mareas, PAH, 15M.

Abstract

Neoliberal globalization has widespread in his political practices a formal and representative dimension of democracy, as it was defined by the spanish sociologist Jesus Ibáñez. In his defining the term democracy -the people shall govern- is bounded both as to be formal -the form of expression, the voting premium to be representative content- as to be representative -the people who participate through representatives chosen by voting . Both circumstances limit the scope of democracy, so we can use the expression: anything for the people, but without the people.

This paper returns to rethink the issue from Ibañez. First, theoretically explicit the three complementary levels of democracy: elements, structure and system. Later, we address the issue of the crisis of liberal democracy -level of elements- and the problems and deficits that brings it to legitimize a low-intensity democracy, unable to counter the hegemony of global financial markets. Then, we analyze the changes in liberal democracy and the resurgence of a kind of participatory democracy -level of structured , based participation schemes regulated by the actor role lies in political institutions and finding contradictions in current social and economic situation. Finally, we try real democracy -level of the system, one that gives the actor a role for civil society. We illustrate this issue by analyzing some recent experiences from the Spanish State, in which social movements and resistance platforms have played a key role in the struggle for a high-intensity democracy at a time when the future of the social is mortgaged.

Keywords: High-intensity democracy, social movements, citizen participation, tides PAH, 15M.

1 Marina Requena Mora (1984) es licenciada en Ciencias políticas y Sociología por la Universidad de Valencia. Actualmente es investigadora en formación e imparte clases en el Departamento de Sociología y Antropología Social de la Universidad de Valencia.

2 José Manuel Rodríguez Victoriano (1981) es licenciado en Ciencias políticas y Sociología por la Universidad Complutense de Madrid y doctor en Sociología por la Universidad de Valencia. Vinculado a la corriente sociológica de cualitaivismo crítico español es profesor en el Departamento de Sociología y Antropología Social de la Universidad de Valencia.

1. Introducción

Se pueden considerar tres niveles en un conjunto: elementos; estructura (relaciones entre elementos); y sistema (relaciones entre estructuras o cambio de estructuras). Del mismo modo, sostiene Ibáñez (1997), podemos considerar que la democracia tiene tres niveles: democracia a nivel de los elementos (los individuos o ciudadanos tienen convicciones democráticas y/o las expresan democráticamente); democracia a nivel de la estructura (las relaciones entre los individuos o ciudadanos son democráticas, es decir, simétricas); y democracia a nivel del sistema (las estructuras cambian en un sentido cada vez más democrático). Cada uno de los tres niveles tiene modos específicos de participación popular en el gobierno:

A) A nivel de los elementos, los dispositivos electorales son el modo típico y tópico. Cada individuo un voto. En palabras de Rousseau, se expresa la voluntad de todos, siendo esta la que se manifiesta mediante elecciones sumando los votos de los ciudadanos. En el transcurso de la historia encontramos Estados que sólo han sido democráticos a este nivel (el de los elementos) degenerando la democracia a una representación basada en la delegación del poder y en la verticalidad de su ejercicio. Se caracteriza, por tanto, por la necesidad de atender al problema de la limitación del poder. Asume el valor de la participación política, recela del crecimiento del poder, incluido el popular, y aboga por su control y limitación (Domínguez, 2006). Este tipo ideal ha tenido en la historia su expresión más clara en la democracia liberal.

B) A nivel de la estructura los dispositivos conversacionales que produce la llamada opinión pública son el modo normal. En palabras de Rousseau, este nivel produce voluntad general, aquella voluntad que se expresa mediante conversaciones multiplicando o integrando las opiniones de los individuos, que a su vez son expresiones de ideologías. Históricamente este nivel complementa al anterior teniendo su mejor expresión en los Estados de Bienestar.

Ahora bien, la opinión pública, sujeto colectivo de la actual democracia, resulta inseparable del nuevo contexto creado por la estandarización de los medios de comunicación de masas así como también por las características específicas del discurso mediático (Sàez, 2007). Encontramos que en democracia se gobierna en aras de la opinión pública. Pero parece que la opinión pública, lejos de ser discursiva, se considera tan sólo como agregado. Es el resultado de la suma de juicios individuales expresados a través del voto y de los sondeos (Sampedro, 2000). Periodistas, encuestadores y políticos dicen representar la opinión pública. Pero también la gestionan: reducen la participación ciudadana al consumo de información (proveniente de medios de comunicación); a las encuestas (cuyas respuestas provienen de opiniones escuchadas e interiorizadas de los mismos medios); y al voto, que a su vez también

está condicionado por la opinión y por los medios.

Paradójicamente el silencioso decaimiento de los valores y los modos de la democracia tradicional ha originado una notable extensión del patrimonio tipológico de las formas políticas denominadas como democracia. Más allá de la distinción básica entre democracia representativa (de los elementos) y directa (del sistema), ha resurgido al saber político, con voluntad compensatoria y sustitutiva, una serie de nuevas propuestas para organizar la vida democrática de la comunidad. Encontramos una democracia participativa, surgida de las nuevas tendencias socialdemócratas en la que el poder es quien inicia y regula los procesos participativos. Este tipo ideal de democracia, aspira a ser un punto medio -una tercera vía- que ponga en común las bondades respectivas de las tradiciones de la democracia representativa y de la democracia directa (Vidal Beneyto, 2009), pero no deja de rendir tributo al liberalismo, pero sin querer identificarse con él (Domínguez, 2006).

Tanto el nivel de los elementos como el de la estructura, tienen modos de participación de alcance muy limitado. Los votos y las opiniones tan sólo producen efectos semánticos (del orden del decir), pero no producen efectos pragmáticos (del orden del hacer).

C) En el tercer nivel de la democracia (sistema) los dispositivos son la acción de masas y la lucha revolucionaria (Ibañez, 1997). Se ponen en juego fuerzas más intensas que permiten operar, en el primer caso reformas locales y en el segundo revoluciones globales. Este nivel sí produce efectos pragmáticos del orden del hacer. Esta democracia radical, se define por la soberanía, por la titularidad popular del poder y tiende a que el principio democrático no se produzca tan sólo en la política sino en todos los ámbitos de lo social. La Opinión pública es discursiva siendo esta, el proceso de un agente colectivo que conversa en ambientes formales e informales procesado experiencias propias conocimientos e informaciones (Sampedro, 2000).

Lógico parece que si se quiere profundizar la democracia, se deba hacer a los tres niveles. A continuación, se presenta un cuadro resumen de los tipos ideales aquí propuestos.

Niveles complementarios de la democracia			
	Elementos	**Estructura**	**Sistema**
Modos de participación del pueblo en el gobierno	Dispositivos electorales. Encuestas- voto Producen : Voluntad de todos (orden del decir)	Dispositivos conversacionales. Opinión pública Producen :Voluntad general (orden del decir)	Acción de masas y lucha revolucionaria (orden del hacer)
Formas puras en las que degeneran los niveles de la democracia en los Estados-Nación			
	Democracia Representativa (liberal)	**Democracia Participativa (republicana-socialdemocracia)**	**Democracia Directa o Real (radical)**
Protagonistas	Mercado--Sistema económico (controla el resto de sistemas)	Estado-- Sistema político Partidos, sindicatos (estructuras jerárquicas)	Comunidad -- Sistema Social Movimientos sociales, ciudadanía, sociedad civil

Cuadro 1. Niveles complementarios de democracia y formas puras en las que la democracia genera. Fuente: elaboración propia a partir de Ibáñez (1997), Domínguez (2006) y Vidal-Beneyto (2009)

Vivimos, entonces, una contradicción. Nunca en la historia se habían extendido como ahora los sistemas "democráticos". Pero la democracia representativa no da respuesta a las demandas de participación política. Se habla de desafección política para referirse a esa sensación de desenganche, de distancia entre las instituciones y las elites políticas que las ocupan con el resto de la ciudadanía. El uso habitual de la democracia para la mayoría de ciudadanos consiste en ir a votar cada cuatro años (Subirats, 2005). Hay quienes se afilian a un partido o quienes militan en plataformas desde la resistencia o la disidencia. Pero no es de extrañar que aumente el cansancio y el escepticismo sobre cómo funciona el sistema político institucionalizado. Las preocupaciones de cada uno de los ciudadanos se han fragmentado, de tal manera que lo único que pueden escoger es, de entre dos partidos, cual ostentará el poder. El hecho de poder incidir en este sistema político de una manera disidente o de manera resistente se ha silenciado.

Se ha de añadir a este desencanto los efectos del proceso de globalización económica. Dicho proceso ha supuesto que la vida de los ciudadanos acabe trascurriendo fuera de los marcos institucionales del Estado. No hay consonancia entre la nueva economía globalizada y la vieja política estatal. Entonces, ¿para qué votamos y elegimos a personas cuyas capacidades de acción están fundamentalmente limitadas por poderes que escapan a sus normativas y decisiones? (Subirats, 2005).

2. Crisis de la democracia liberal: problemas para legitimar una democracia de baja intensidad

En la actualidad desde varios ámbitos del conocimiento en las ciencias sociales se ha expresado una alarmante preocupación ante una "erosión de la ciudadanía". Dicha erosión

puede encontrar una de sus explicaciones en las consecuencias de una serie de cambios en la en la esfera social que han tenido un impacto negativo en la percepción que la ciudadanía tiene de sus posibilidades reales de participación en el sistema democrático. Ello crea un estado de opinión marcado por el desencanto y la desafección hacia la política. Este malestar encontraría muchas de sus causas en la aplicación de políticas neoliberales en el contexto de la globalización que han culminado en el conocido proceso de financiarización.

Desde los años setenta se ha producido una drástica transformación en la relación entre el sistema financiero y el sistema productivo— quedando el segundo subsumido al primero— lo que ha tenido trascendentales consecuencias en todos los planos del sistema económico capitalista. Las formas de financiación de todos los agentes económicos han cambiado no sólo en su cuantía sino también en su naturaleza— generando contornos de empresas y Estados muy diferentes a los del sistema fordista. Y en última instancia, todas estas transformaciones se han acabado materializando conjuntamente en distintas crisis, primero financieras y luego económicas, que están estallando a lo largo de la geografía mundial y cuyo coste hipoteca el futuro de lo social.

La financiarización progresiva de la economía tiene efectos notables en la esfera social. Este proceso de hegemonía del sector financiero, emparejado a dinámicas de pérdida del sentido de valor de lo social/material sobre el sistema productivo, genera un nuevo uso intensivo y precario de la fuerza de trabajo, una ruptura del pacto distributivo, una degradación de las instituciones públicas y un hundimiento de lo social frente a los requerimientos del ciclo cortoplacista y rentista de los negocios (Alonso y Fernández, 2012). De tal manera, el derecho societario y el mercantil están acabando con las conquistas laborales.

La contracción de los derechos sociales y económicos de buena parte de las y los trabajadores los ha condenado a una situación de precariedad laboral que les impide participar en igualdad de condiciones reales en el sistema democrático. Como afirma Luís Enrique Alonso (2007), hay una clara relación entre la situación sociolaboral actual y la participación en la vida democrática. Nos encontramos ante una nueva situación que nos desvela la importancia que el trabajo ha tenido en la existencia de un sistema de derechos individuales y colectivos y su relación con la constitución de una ciudadanía social. Las raíces de esta ciudadanía deben buscarse en la lucha del movimiento obrero por conseguir una situación de bienestar.

La ciudadanía social ha sido un elemento de identidad fundamental en el orden social creado a partir del conocido como Pacto Keynesiano tras la Segunda Guerra Mundial. Para T.H. Marshall el concepto de ciudadanía contiene tres componentes: el civil, el político y el social. Los derechos civiles sugirieron con el nacimiento de la burguesía, durante el siglo XVIII, en su lucha contra los privilegios de la aristocracia, y se hicieron fuertes alrededor de la propiedad privada, la igualdad ante la ley, la libertad de comercio y la de expresión. Los derechos políticos se consiguieron en el siglo XIX con el ascenso del sufragio universal. Los derechos sociales a la educación, el trabajo, la salud y las pensiones se han ido adquiriendo durante el siglo XX con

el desarrollo del Estado de Bienestar y la conquista de las reivindicaciones sociales. Marshall definía así la ciudadanía como un estatus que se ha ido adquiriendo los últimos siglos y que se concede a todos aquellos que son miembros de pleno derecho de una comunidad y disfrutan de los mismos derechos y obligaciones. Pero este modelo igualitario de ciudadanía coincide en el tiempo con el desarrollo de un modelo capitalista que agudiza la desigualdad social y económica. Ello ha supuesto que esta igualdad de estatus teórica no equivalga a la igualdad económica, con lo que en la práctica los derechos sociales contribuyen a la igualdad de estatus pero esta es independiente de la igualdad de renta. El concepto de ciudadanía modificó el sistema de clases al integrarlas dentro de un sistema de producción y consumo de masas, con el espacio de la negociación colectiva y la redistribución de la riqueza a través de un Estado del Bienestar que, con un sistema educativo universal, introducía meritocracia. Pero al mismo tiempo, nos alejaban del socialismo marxista y del comunitarismo populista tratando de formar un sistema estatal de inclusión y seguridad que hacía del trabajador un ciudadano.

Sostiene Boaventura de Sousa Santos (2006) que el trabajo fue la contractualización social de la modernidad capitalista, la vía de acceso a la ciudadanía, ya fuera por la extensión a los trabajadores de los derechos civiles y políticos o por la conquista de derechos propios. Pero el estatuto de ciudadanía del que partieron los trabajadores ya era precario y estrecho de forma que se pasó del precontractualismo (impedir el acceso a la ciudadanía) al postcontractualismo, que excluye a grupos e intereses sociales del contrato social, convirtiendo a los ciudadanos en siervos.

Este estatus de ciudadanía, que tiene su vórtice en la edad dorada del Estado del bienestar, ha sido creado de manera consciente. Las reformas tendentes a un mayor poder adquisitivo de los trabajadores históricamente se han implantado para la recuperación del capitalismo tras la crisis económica y sólo en parte, para menguar la radicalidad de una clase obrera que amenazaba con hacer la revolución, pero nunca por la acción de la ciudadanía como tal (Domínguez, 2006). Pese a esto se obstina en exigir una mayor intervención de la población. Parece que se ignore aquello que se venía advirtiendo: La integración de las luchas sociales en las estructuras del Estado -lo que se reclama como democracia participativa- no es sino garantía de la desintegración de las mismas (Domínguez, 2006). El ciudadanismo tenderá siempre a jugar el papel de mediador entre los movimientos sociales y el Estado, desde el reconocimiento que este último puede ser el mediador neutro entre el capital y los movimientos sociales.

Puede afirmarse que más que una democracia de alta intensidad se han manejado mecanismos democratizadores. Y estos, precisamente, son los que han desaparecido. Si ese estatus de ciudadanía subsistía gracias al pacto keynesiano y este se derrumba... ¿Dónde queda ese estatus de ciudadanía si los derechos sociales sobre los que se sustenta desaparecen?

Como planteó Polanyi (2014) el capitalismo y la democracia han llegado a ser incompatibles

entre sí. Ante esta incompatibilidad, Polanyi, enumeraba la existencia de dos soluciones: la extensión del principio democrático de la política a la economía o la completa abolición de la esfera política de la democrática.

Globalización

Decía el historiador Pierre Vilar (1980) que es necesario comprender el pasado para conocer el presente. La hegemonía neoliberal de las últimas décadas ha traído con ella transformaciones económicas, políticas y sociales. Como ya hemos mencionado, el relativo equilibrio que se estableció en las sociedades occidentales de posguerra en la dialéctica entre ciudadanía, subjetividad y emancipación social empezó a transformarse drásticamente a partir de los años ochenta. La reorganización del sistema capitalista a partir de este periodo se concretó socialmente en el incremento de la vulnerabilidad social y en el crecimiento de las desigualdades sociales dando lugar a la emergencia de la mencionada "nueva cuestión social" (Castel, 1997).

El territorio de la globalización, nombre que toma la etapa actual del capitalismo, es un espacio de des-regularización y privatización totalizado. Un espacio de precarización de la condición laboral, pero también de precarización y malestar de otras dimensiones de la condición de ciudadanía. Desde el acceso al conocimiento hasta la reducción de los mecanismos de la participación política a su simple simulacro formal.

La confluencia de estas dimensiones apuntan hacia un nuevo totalitarismo social, laboral, cultural educativo y político; una deriva hacia lo que Boaventura de Sousa Santos (2006) ha definido como uno "nuevo fascismo societal". Este nuevo fascismo no sacrifica la democracia ante las exigencias del capitalismo sino que la fomenta hasta el punto en que ya no resulta necesario sacrificarla para promover el capitalismo. En este contexto, el papel de la participación democrática es un elemento central. La tendencia de la globalización neoliberal se dirige a propiciar una democracia de baja intensidad, es decir, una democracia cada vez más representativa y cada vez menos participativa. Por el contrario, la alternativa a esta globalización hegemónica neoliberal- a saber, los procesos de globalización contrahegemónica de carácter emancipador- apuestan por una democracia radical, una participación real capaz de democratizar la democracia y proponer una democracia de alta intensidad.

Sostiene Boaventura de Sousa Santos (2006) que no existe una entidad única denominada globalización, existen globalizaciones. Lo que denominamos globalización son, de hecho, conjuntos diferenciados de relaciones sociales y relaciones de poder e intercambios desiguales que originan diferentes fenómenos de globalización y diferentes formas de expresión espacio-temporal. A partir de este análisis podemos señalar dos diferencias estructurantes: a) una entre países globalizadores y países globalizados; b) y otra entre globalización hegemónica neoliberal y globalización contra-hegemónica emancipadora. La globalización hegemónica es una globalización de arriba hacia bajo. La globalización contrahegemónica es una

globalización de bajo hacia arriba. Ambas coexisten en el campo de luchas transnacionales que caracterizan la vida social contemporánea.

Los efectos reales de las políticas neoliberales han convertido nuestra modernidad occidental en la que el sociólogo polaco Zygmun Bauman (2004) ha definido como una modernidad líquida y se sienta particularmente en tres ámbitos: a) el sentimiento generalizado de inseguridad: inseguridad laboral, inseguridad alimentaria, inseguridad ecológica, inseguridad ciudadana, inseguridad afectiva, inseguridad sanitaria... b) El vertiginoso ascenso de la trivialidad y la insignificancia cultural. c) Finalmente, la simplificación de los procesos de participación democrática.

No hay democracia sin condiciones democráticas. La democracia representativa tiende a ser una democracia de baja intensidad puesto que define, de una manera restrictiva, el espacio público y deja intactas muchas relaciones de poder que no transforma en autoridad compartida. El espacio de la producción la sociedad de consumo, la vida, las relaciones internacionales o las decisiones de la aplicación de la tecno-ciencia serian algunos ejemplos. También, la democracia representativa sostiene una idea de igualdad formal y no de igualdad real no posibilita las condiciones que vuelven la igualdad formal. Así, la diferencia se reconoce desde una norma (clasista, colonial, étnica, racial, sexual y religiosa) que establece los límites según los cuales las diferencias pueden ser ejercidas, reconocidas o toleradas. La democracia tiende a ser de baja intensidad cuando no promueve ninguna forma de redistribución social. Esto ocurre cuando se desmantelan las políticas públicas, cuando las políticas sociales se convierten en políticas meramente compensatorias y cuando la filantropía (el voluntariado) sustituye a la solidaridad fundada en derechos. En sociedades dónde las desigualdades sociales y la jerarquización de las diferencias es muy extrema, los grupos sociales dominantes (económicos, étnicos, religiosos, etc.) se constituyen en poderes fácticos que asumen el derecho de veto sobre las aspiraciones democráticas mínimas de la mayorías o de las minorías. Estas sociedades con una situación de relaciones sociales con tantas asimetrías de poder son políticamente democráticas y socialmente fascistas.

La globalización neoliberal exige e impone democracias de baja intensidad. Los presupuestos participativos de Porto Alegre, las comunidades de la Paz en Colombia, o de otras muchas ciudades de América Latina o Europa las formas de planificación descentralizado de Kerala y Bengala occidental en la India serian algunas respuestas contra hegemónicas de democracia de alta intensidad. El potencial de democracia de alta intensidad a nivel local es altísimo, pero es necesario saber que por sí mismas no pueden enfrentarse a las políticas antidemocráticas ejercidas en nivel nacional o global. Hace falta tender a la articulación de democracias de alta intensidad en los tres niveles. Por más que se democraticen las prácticas sociales nunca se democratizarán lo suficiente si no se democratiza el conocimiento. No hay democracia sin educación popular. No hay democracia de las prácticas sin democracia de los saberes. En la lucha por la democracia de alta intensidad son sujetos todos aquellos agentes sociales que

han renunciado a ser objetos, que han desertado de su condición de súbditos.

3. De la ciudadanía a la comunidad: profundizar la democracia. Una cuestión de protagonismo

Desde cualquiera de las perspectivas que tratemos la Participación se otorga el papel de protagonista a la ciudadanía. Ahora bien, es evidente que una cosa es el protagonismo formal y otra el papel real. La Participación es un fenómeno en el que entran en relación las instituciones políticas y la ciudadanía, a través de movimientos sociales, colectivos o individualmente. Lo que no está tan claro es que por definición la Participación deba, necesariamente, colaborar con el gobierno o con las instituciones para la toma de decisiones. Esta colaboración sitúa a la ciudadanía en un plano secundario. La ciudadanía está doblemente objetivada. Como colaboradora y como beneficiaria.

Literalmente, el concepto de participación hace referencia a tomar parte en algo. Como menciona Carlos Pereda (2005), de esta consideración, suele derivarse que el plano del diseño y dirección de las macrointervenciones sociales es competencia de otros y lo que es propio de los ciudadanos sería la participación por invitación (cuando el otro toma iniciativa) o bien por irrupción (cuando luchan frente a otras en defensa de sus propios intereses). Distinguir entre participación "por invitación" y "por irrupción" resulta de utilidad a la hora de analizar los cambios que han sucedido en las formas de participación política. Estas consideraciones son la cuestión clave a la hora de determinar las características y alcance de la participación: la de los sujetos sociales, tanto de derecho como de hecho.

No es necesario recorrer a todos los montajes justificativos que consideran la Participación Ciudadana como un fenómeno que puede llenar el vacío de la desafección que la ciudadanía siente por la cosa pública. En este proceso se diferencia muy bien la legitimación electoral que sustenta la democracia que se quiere subsanar con la participación, de la propia participación ciudadana que no es fuente de derecho. Determinar quienes tienen el papel protagonista comporta otorgar el protagonismo en la democracia, un tema que desvela el componente ideológico que hay detrás de cada una de estas tendencias.

Tendencia teórica	Sujeto	Objeto
Regulador/dominador	Instituciones	Ciudadanía
"desde arriba"	Poder	Sociedad civil
		Participación
Emancipador/dominad	Ciudadanía	Instituciones
"desde abajo"	Sociedad civil	Poder
	Participación	

Cuadro2. Tendencias teóricas de la Participación Ciudadana. Fuente: Ginés, Xambó, Requena y Rodríguez (2010)

Por último añadiremos que la participación no existe en abstracto sino en un medio social condicionado, entre otras cosas, "por una estructuración de las actividades económicas—actualmente bajo la égida del capitalismo global—, una institucionalización de la política –en el caso del Estado español, la monarquía parlamentaria— y unas ideologías o pautas culturales capaces de impregnar nuestra forma de ver la vida y de enfrentar los acontecimientos –en nuestro caso, el discurso dominante de la modernización neoliberal" (Pereda, 2005).

Participación regulada y Legitimación de la democracia (participación por invitación)

En primer lugar, hay un grupo constituido por aquellas definiciones de Participación como algo relativo a las instituciones de gobierno que son los promotores. Son el sujeto de la participación siendo, la ciudadanía y la propia participación objetos y mecanismos para la consolidación de la institución que promueve dicha participación. Este tipo puede denominarse regulador/dominador, en cuanto que se basa en la regulación y formalización de dinámicas con el fin de perpetuar la estabilización del sistema de poder y de las instituciones que lo hacen efectivo (Ginés, Xambó, Requena y Rodríguez, 2010)

Se entiende aquí que la ciudadanía y los movimientos sociales, además de los procesos de Participación que generan, deben ser regulados e institucionalizados para hacerlos caber en las fórmulas reglamentarías existentes. El proceso se sujeta a la "Ley de hierro de la oligarquía" de Michels (1983), que hace moderar los discursos, su radicalidad, y elimina la posibilidad de tener como finalidad el cambio social, como condición para su organización. Esta misma organización es la que da origen a la dominación de los elegidos sobre los electores. Quien dice organización, dice oligarquía.

La emancipación social y el papel de los movimientos sociales (participación por irrupción)

En el segundo bloque se sitúan las tendencias emancipadores/dominadas que otorgan el papel actor a la ciudadanía y a los movimientos sociales en que se expresa. La participación sería en ella una finalidad. Por lo tanto, es a través de cambios en las estructuras de poder y de las instituciones como se puede garantizar la participación de la ciudadanía movilizada socialmente.

A través de ellos, pues, se puede dar vida al último de los niveles de la democracia, conseguir una democracia también al nivel del sistema. Cabe preguntarse ¿Qué lugar ocupan los movimientos sociales entre el resto de sujetos del cambio social? Sztompka (1993) propone una tipología del cambio social dónde hace la distinción de las diversas formas en las que el cambio social puede originarse. Los cambios pueden venir "desde bajo", en las actividades realizadas por grandes masas cohesionadas o "desde arriba", en las actividades de elites. Tomando este criterio, algunos cambios pueden ser intencionados y otros pueden surgir como efectos colaterales.

		Localización de la agencia	
Intencionalidad de la agencia		Desde bajo	Desde arriba
	Latente	1	2
	Manifiesto	4	3

Cuadro 3. Tipología del cambio social. Fuente: Sztompka, P. (1993; 304)

La categoría número 4 describe la situación en la que la gente se reúne y se organiza, con el fin de producir un cambio. Dependiendo del grado de organización el espectro abarca desde multitudes y revueltas espontáneas, a movimientos sociales. La adecuada definición de movimientos sociales debe diferenciarlos de los otros agentes que se pueden incluir en esta categoría (la 4). Los movimientos sociales son colectivos poco organizados que actúan de forma conjunta y de manera no institucionalizada con el fin de producir cambio social. Tal y como los define Touraine (1977) son "actores históricos". A través de ellos, pues, se puede dar vida al último de los niveles de la democracia, conseguir una democracia al nivel del sistema. Parece que la única posibilidad de escape quede depositada en los movimientos sociales como actores pertenecientes a un colectivo no intervenido por un Estado que, cada vez más, es Mercado.

4. Procesos deconstituyentes y procesos reconstituyentes. Los Movimentos sociales como actores del cambio social

Como asegura Gerardo Pisarello (2013) hasta hace poco, la demanda de un proceso constituyente hubiera resultado fuera de lugar. El consenso en torno al régimen constitucional español era el consenso en torno a un modelo económico pero no social. Un modelo que giraba en torno al crecimiento especulativo y a la contención de los salarios a la vez que facilitaba el acceso al crédito. "Este modelo creó la ilusión de una sociedad de propietarios, de clientes satisfechos. Se perdían derechos, pero se podía consumir. El deterioro social podía suplirse con ladrillo abundante, inmigrantes explotados e hipotecas para todos. Mientras duró, el régimen pudo recabar legitimidad. O al menos, frenar a sus adversarios. El patriotismo constitucional se sostenía sobre esas bases materiales. Hasta que estalló la crisis financiera."(Pisarello, 2013:41)

A la luz de la crisis financiera se desveló 'la ficción del milagro económico español' (Ibáñez y López, 2012). Cuando la estafa surgió a flote, los gobiernos PPSOE mostraron sus preferencias. Asistir a los bancos, cumplir con los requerimientos de la Troika y utilizar los servicios públicos y los derechos sociales como pago. Asistieron a los bancos pero desasistieron a la ciudadanía. Para llevar a cabo está hazaña, se constitucionalizó la prioridad del pago de la deuda externa sobre cualquier otra inversión social. Y de esta manera nos sometimos al régimen de la 'deudocracia' (Kitidi y Chatzistefanou, 2011).

La deuda ilegítima creada por el propio sistema financiero especulativo y las políticas de

ajuste dirigidas contra la sociedad, junto con la corrupción y la pérdida de legitimidad de las instituciones públicas, han causado en el Estado español la mayor crisis de la democracia de las últimas décadas. El creciente desempleo, el ataque a la Sanidad y la Educación públicas, a los derechos laborales y sociales y al medio ambiente son algunas de las materializaciones de la aplicación de estas políticas neoliberales.

Hay indignación pero a su vez perdura la impotencia y el miedo. Este régimen deudocrático, ha hecho que a la impunidad financiera de los más poderosos corresponda la criminalización creciente de la protesta de los disidentes (Pisarello, 2013). Sin embargo, se están generando espacios de solidaridad y resistencia. La PAH, las mareas de mareas, huelgas, ocupaciones…. son algunos ejemplos.

Como plantea Amador Fernández-Savater (2014) las plazas del 15M fueron a la vez un desafío a la definición neoliberal de la realidad (un No: "No queremos ser mercancías en manos de políticos y banqueros", "no nos representan") y la producción de nueva realidad, de un proceso constituyente (un Sí: Democracia Real ya). El 15M nunca fue un actor, sino una forma de actuar; es a partir de esta constatación que uno de los lemas que circularon durante su tercer aniversario ha sido 'no hemos vuelto, porque nunca nos habíamos ido' (Comité disperso, 2013). Las distintas mareas ciudadanas, la PAH, años antes que el 15M— y otras iniciativas han acrecentado la experiencia, traduciéndola y dispersándola. Redefiniendo lo justo y lo injusto a través del NO: "no a los recortes", "la sanidad no se vende". Pero también, como explicita Amando Fernandéz-Savater (2014), creando nuevos espacios donde vivir el SÍ: "Escuela Pública para tod@s", "Renta básica".

Merece especial atención el trabajo de la PAH que con la campaña Stop desahucios y con la su Obra Social han conseguido transformar el imaginario social, han erradicado el estigma del desahucio y la ocupación y han impulsado el de la dignidad y la solidaridad, a la par que han permitido hacer efectiva la autotutela del derecho a la vivienda. Además todas sus acciones y especialmente la Iniciativa Legislativa Popular, han permitido abrir un proceso de participación, empoderamiento y transparencia. Por todo ello, estamos de acuerdo con Carlos Macías (2013) al afirmar que la PAH ha conseguido no solo iniciar un proceso de autotutela de derechos, sino que ha puesto en cuestión el sistema económico y la democracia del Estado español.

Después de la avalancha austericida todas estas iniciativas pueden parecer humildes. Pero a la luz de los resultados de diferentes encuestas, observamos que el apoyo que reciben los movimientos sociales (Gráfico 1 y 2) va en detrimento de la poca confianza que recibe la clase política (Gráfico3), llegando incluso a percibirla como uno de los principales problemas, como muestran los Barómetros del Centro de Investigaciones Sociológicas (França y Mir, 2013).

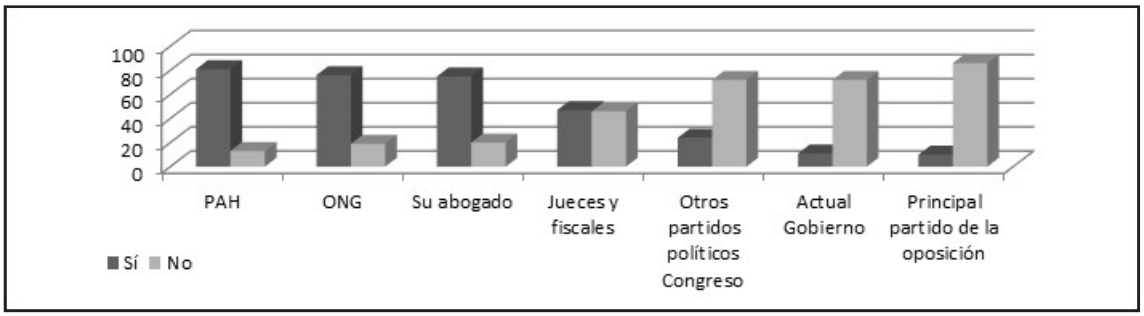


Gráfico 1. Confianza expresada en instituciones o movimientos ante una supuesta situación de desahucio (2013) (expresado en porcentaje).
Fuente: elaboración propia a partir de datos de Metroscopia.

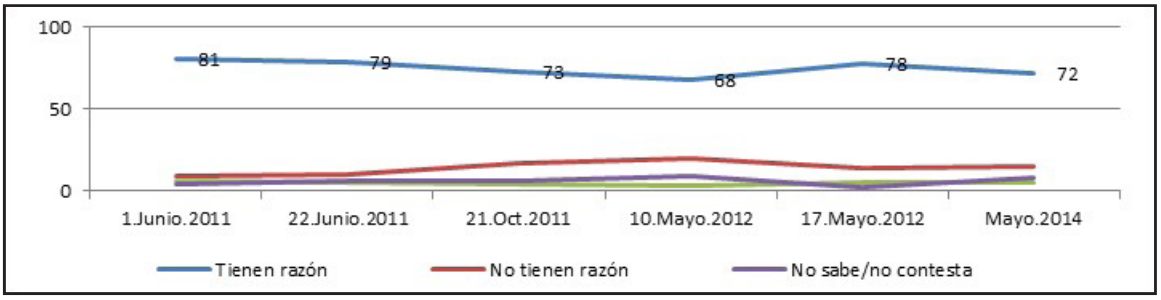


Gráfico 2. Razón otorgada a las protestas del 15M (2011-2014) (en porcentajes).
Fuente: elaboración propia a partir de datos de Metroscopia

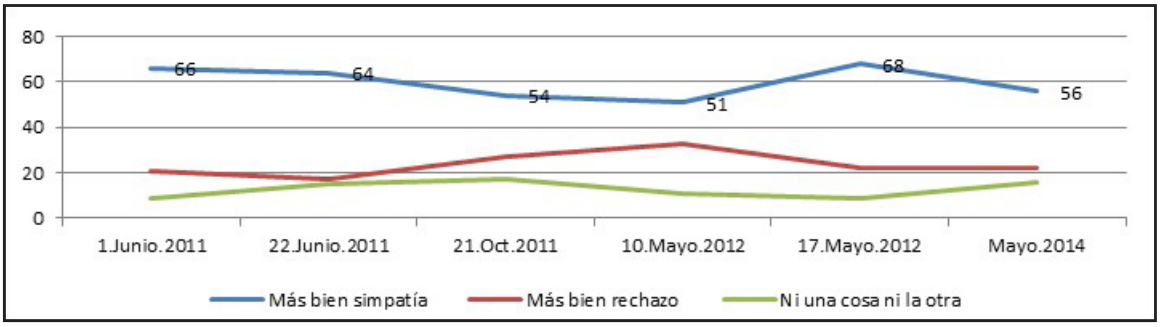


Gráfico 3. Simpatía expresada hacía el movimiento 15M (en porcentajes).
Fuente: elaboración propia a partir de datos de Metroscopia

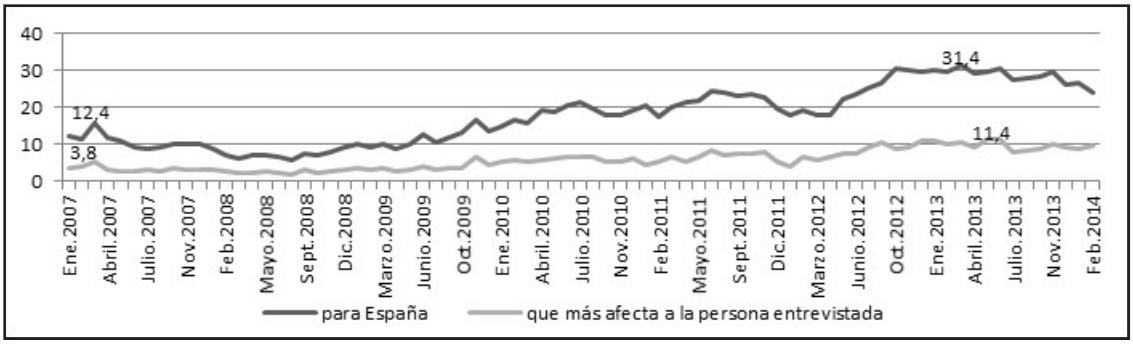


Gráfico 4. Evolución de la percepción de la clase política como uno de los principales problemas del Estado español (2007-2014) (expresado en porcentaje).
Fuente: elaboración propia a través de los Barómetros del CIS.

La clase política que ha gestionado la deudocracia y la cleptocracia está muy deslegitimada. Como sostiene Gerardo Pissarello (2013), todas estas iniciativas ayudan a entender que el régimen bipartidista y monárquico heredado del franquismo y hoy sometido a la Troika son un lastre insoportable. Esta deslegitimación puede traducirse en resignación pero a su vez puede retroalimentar reacciones destituyentes que lleven a un nuevo proceso constituyente. Argumenta Emmanuel Rodríguez (2014) que el proceso constituyente sólo puede ser el resultado de la materia viva de un conjunto amplio de movimientos, de luchas y conflictos enfrentados a la caducidad del régimen, de procesos de politización y subjetivización política amplios y novedosos. En este terreno en España "contamos con una considerable ventaja: sabemos que una democracia hecha sólo de partidos y representación mata la democracia" (Rodríguez, 2014:30)

5. Bibliografía

Alonso, Luis Enrique (2007), *La crisis de la ciudadanía laboral*. Barcelona: Anthropos.

Alonso Luis Enrique; Fernández, Carlos Jesús (orgs.) (2012), *La financiación de las relaciones salariales. Una perspectiva internacional*. Madrid: La Catarata FUHEM Ecosocial.

Bauman, Zygmunt (2004), *Modernidad liquida.* México DF: Editorial Fondo de Cultura Económica.

Castel, Robert (1997), *Las metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós.

Comité Disperso (2013), "El 15 M nunca fue un actor, sino una forma de actuar", *El Viejo Topo* 306(7),74-76

Domínguez, Mario (2006), "Crítica al ciudadanismo". Madrid: Universidad Nómada, consultado a 26/03/09 em http://www.universidadnomada.net/

Fernández-Savater, Amadeo (2014), "Notas para una política no estadocéntrica", *eldiario.es* consultado a 11/04/2014 em http://www.eldiario.es/interferencias/Notas-politica-estadocentrica_6_248535164.html.

França, João; Mir Garcia, Jordi (2013), "Dossier: Sobre los escraches y la necesidad de repertorios transformadores", *El Viejo Topo* 306(7), 82-86.

Ginés, Xavier; Xambo, Rafa; Requena, Marina; Rodríguez, José Manuel (2010), "Democratitzant la Demorcàcia: la Participació ciutadana des de baix ", in Muñoz González Antonio (org), *La Sociología: ciencia y profesión para el siglo XXI*. Valencia

Ibáñez, Jesús (1997), *A contracorriente*. Madrid: Editorial Fundamentos

Ibáñez, Rafa; López, Pablo (2012), "La ficción del milagro económico español a la luz de la crisis financiera" *Cuadernos de Relaciones Laborales* 30(2),379-407.

Kitidi, Aria; Chatzistefanou, Katerina (2011), *Deudocracia*. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=CU8CQhQZ2IU. Consultado a 14.01.2015 (documetal griego)

Macías, Carlos (2013), "Del empoderamiento a la autotutela de los derechos", *El Viejo Topo* 306(7), 44-48.

Marshall, Thomas Humphrey (2002), *Ciudadanía y clase social*. Madrid: Alianza.

Michels, Robert (1983), *Los Partidos Políticos*. Madrid: Amorrortu.

Pereda, Carlos (2005), "Participación ciudadana y emancipación social". *Encuentro de políticas participativas.* Granada, 21 y 22 de octubre de 2005. Colectivo Ioé (www.colectivoioe.org).

Pisarello, Gerardo (2013), "El proceso constituyente y la rebelión de los nadie" en *El viejo topo* 306(7),41-44.

Polanyi, Karl (2014), La esencia de los fascismos. Ed:Escola y Mato.

Rodríguez, Emmanuel (2014), "Entre procesos constituyentes: del régimen de la Transición a la nueva democracia" Exodos, 123, Abril.

Sàez, Ferran (2007), *La participació política*. Barcelona: Editorial UOC.

Sampedro, Víctor (2000), *Opinión pública i democracia deliberativa*. *Medios, sondeos y urnas*. Madrid: Istmo.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *Conocer desde el Sur. Para una cultura política emancipatoria*. Bolivia: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM

Sztompka, Piotr (1993), *Sociología del cambio social.* Madrid: Alianza Editorial.

Subirats, Joan (2005), "Democracia, Participación y Transformación Social", *Polis: revista de la Universidad Boliviana*, 12(4), 104-112.

Touraine, Alain (2009), *La mirada social. Un marco de pensamiento distinto para el siglo XXI*. Bacelona: Paidós

Vidal-Beneyto, José (2009), *La corrupción de la democracia*. Madrid: Catarata

Vilar, Pierre (1980), *Introducción al vocabulario del análisis histórico* Barcelona: Ed. Grijalbo-Crítica.

Del desencanto indignado a la indignación desencantada: cuatro décadas de democracia de baja intensidad en la sociedad española

José Manuel Rodríguez Victoriano[1]
Marina Requena Mora[2]

Resumen

En la primera mitad de 1980, las investigaciones sociológicas de los precursores cualitativismo crítico español, Jesús Ibáñez, Alfonso Ortí, Ángel de Lucas, interpretaron el término 'desencanto' como la expresión de una frustración colectiva. La decepción ante las expectativas emancipatorias que se abrieron tras la muerte del Dictador. La transición postfranquista a la monarquía parlamentaria se teorizó como un 'desencanto programado' dirigido garantizar la continuidad en el poder de las élites del nacional-catolicismo franquista en un nuevo régimen político 'blanqueado' a través de la democracia formal y representativa. Dicha transición estaba orientada, en lo económico y en lo social por las políticas liberales y fue gestionada una socialtecnocracia transnacional (Ortí, 1998).

Tres décadas después, el término 'indignación' expresó en la sociedad española el rechazo ciudadano frente a los totalitarios efectos del progresivo desahucio de sus vínculos sociales que aquella transición había reiniciado en 1978. Unos efectos amplificados globalmente por la intensa ofensiva que 'La gran transformación/restauración neoliberal' inició en 2007. Una indignación desencantada, en primer lugar, con las limitaciones de la democracia formal. En los dos períodos históricos la democracia instituida apareció como una parte central del problema. Pero, a su vez, también la democracia instituyente, es decir, la democratización de la democracia, se señaló como una parte central de la solución.

El presente trabajo analiza, algunas claves de dicha dialéctica a través del análisis de sus dos términos centrales de representación simbólica: 'desencanto' e 'indignación'. El punto de partida es la investigación que en 1980, en plena consolidación del capitalismo de consumo en la sociedad española, realizaron Jesús Ibáñez y Alfonso Ortí sobre el 'Desencanto'. El de llegada: los distintos análisis sociológicos sobre el 15 M y las investigaciones cualitativas del CIS sobre la cuestión.

La convicción histórica, metodológica y política de que la recuperación de la memoria sociológica del fracaso de la transición franquista hacia un orden social más justo es un instrumento necesario en las actuales luchas dirigidas a la recuperación del futuro colectivo, transcurre por estas páginas. También la necesidad de volver a repensar dos cuestiones: ¿Es posible la democracia en un sistema capitalista? ¿Cómo concretamos políticamente la democratización de la democracia como método para la emancipación social?

Palabras clave: Cualitativismo crítico, Democratizar la democracia, 15M, Desencanto, Indignación, Emancipación Social.

Abstract

In the first half of 1980, the sociological research of critical precursors of what was called 'cualitativismo crítico español', Jesús Ibáñez, Alfonso Orti, Angel Lucas, interpreted the term ' disenchantment ' as the expression of a collective frustration. The disappointment with the emancipatory expectations that were opened after the death of Franco. The post-Franco transition to parliamentary monarchy was theorized as a ' scheduled disenchantment ' intended to ensure continuity in the power of elites Franco's National Catholicism in a new political regime ' laundered ' through formal and representative democracy. This transition was oriented, economically and socially by liberal policies and was managed transnational social technocracy.

Three decades later, the term ' outrage ' expressed in Spanish society citizen rejection of totalitarian effects of progressive eviction of social ties that this transition was restarted in 1978 Some effects globally amplified by intense offensive ' The Great Transformation / neoliberal restoration ' began in 2007 a disenchanted outrage , first, the limitations of formal democracy . In both historical periods the established democracy appeared as a central part of the problem. But, in turn, also instituting democracy, ie , the democratization of democracy, was identified as a central part of the solution.

This paper examines some of the key dialectic through analysis of its two central terms of symbolic representation: 'disenchantment' and 'outrage'. The starting point is the investigation in 1980, during the consolidation of consumer capitalism in Spanish society, and made Jesus Alfonso Ibáñez Ortí about 'Disappointment' The Arrival: various sociological analyzes of 15 M and CIS qualitative research on the issue.

The historical, methodological and political recovery of sociological failure memory of Franco transition to a more just social order is a necessary tool in today›s struggles led to the recovery of collective future conviction runs through these pages. Also the need to re- rethink two questions: Is democracy possible in a capitalist system? How do we specify the democratization of political democracy as a method of social emancipation?

Keywords: "Cualitativismo crítico", Democratizing democracy, 15M, disappointment, outrage, Social Emancipation.

---

1 José Manuel Rodríguez Victoriano (1981) es licenciado en Ciencias políticas y Sociología por la Universidad Complutense de Madrid y doctor en Sociología por la Universidad de Valencia. Vinculado a la corriente sociológica de cualitaivismo crítico español es profesor en el Departamento de Sociología y Antropología Social de la Universidad de Valencia.

2 Marina Requena Mora (1984) es licenciada en Ciencias políticas y Sociología por la Universidad de Valencia. Actualmente es investigadora en formación en el ERI de Sostenibilidad de la Universidad de Valencia e imparte clases en el Departamento de Sociología y Antropología Social de la Universidad de Valencia.

Introducción: el cualitativismo crítico español: la generación del 56

"El orden dominante nos impone el olvido,… y el olvido de que henos olvidado"

Jesús Ibáñez (1997:174-175)

Las palabras tienen una segunda memoria que se prolonga misteriosamente en medio de las significaciones nuevas (Barthes, 2000:24). La memoria del desencanto está presente en el significado de la indignación. De la misma manera que en el desencanto de la transición estuvo presente la decepción sobre la forma en que acabo concretándose el proceso. Sin entender esta relación nos arriesgamos a perder parte de la singularidad de la demanda de 'Democracia real ya' de la llamada 'Spanish revolution'. La corriente sociológica del cualitativismo crítico español ha proporcionado un marco teórico y metodológico imprescindible para adentrarse en el análisis de dicha relación. A continuación señalamos someramente dicha perspectiva.

La especificidad sociológica de los maestros del cualitativismo crítico español, Jesús Ibáñez, Alfonso Ortí y Ángel de Lucas, radica en su capacidad de conjugar las dimensiones políticas, sociológicas y metodológicas en el conjunto de sus construcciones teóricas y sus investigaciones empíricas. El contexto socio histórico que marco sus trayectorias biográficas, así como, sus propias capacidades humanas e intelectuales han hecho posible el desarrollo de una de las corrientes sociológicas más fecundas y rigurosamente críticas de la península ibérica. Sus trayectorias biográficas como <<niños de la guerra civil>> y como supervivientes críticos de la <<derrota generacional del 56>>, tal y como la definió Ángel de Lucas, les proporcionaron, según la caracterizó Alfonso Ortí (2007:35) siguiendo a Pierre Vilar, una vocación sociológica dirigida a comprender el pasado para empezar a conocer el presente, es decir, a comprender sociológicamente los laberintos hacia la libertad de una sociedad traumáticamente bloqueada en su desarrollo' como era la España de 1950.

En la génesis histórica de esta perspectiva, la condición de posibilidad del conocimiento científico-social se forja sobre una doble opción. Por una parte, la que vincula indisociablemente las dimensiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. Por otra, la que une la teoría a la praxis. Una doble opción que conforma una práctica sociológica, entendida como un 'oficio de la reflexividad social'. Un oficio muy cercano al sentido que desde el pragmatismo Sennett, (2009) le atribuye a este término y una 'reflexividad histórica y social' (Rodríguez Victoriano, 2004), que se acerca al estudio de los fenómenos sociales (Mauss) desde la perspectiva de una doble totalidad: la totalidad histórica que es la sociedad y la totalidad biográfica y personal de cada individuo. Desde la apertura que introduce este enfoque psico-social podemos captar el sentido objetivo y subjetivo de los fenómenos sociales. Un nivel como indican Ángel de Lucas y Alfonso Ortí (1996): "a la vez biográfico e histórico, en el que actúan los sujetos que se estudian y en el que también habita –necesariamente-el investigador. Solo en este contexto teórico –concluyen - puede captarse el contenido simbólico –ambivalente y contradictorio-

de los procesos sociales".

La mirada sociológica del cualitativismo crítico español se separó desde su origen tanto de las idealizaciones del ejercicio intelectual, como de las ventajas que puede proporcionar dicho ejercicio asociado al servilismo académico. Pero también, en la medida que las necesidades de supervivencia lo hizo posible, de las prácticas profesionales vinculadas a la gestión tecnocrática de lo social.

En suma, en la génesis histórica de esta perspectiva el afán por conocer la sociedad estuvo ligado inseparablemente a la aspiración por reconstruir el derecho democrático de ciudadanía, a la causa de la libertad política, y a las posibilidades de emancipación social.

Memoria para recuperar el futuro

> "Creo que te he respondido al hablarte de la relación padre-hijo en mi generación. Sacar a la luz el crimen originario era tirar por los suelos el retablo de las maravillas de la Transición, descubrir que el país entero se había levantado sobre una monstruosa ilegalidad, volver el juego del ajedrez al inicio de la partida que se interrumpió el 18 de julio del 36. ¿Qué institución del Estado, qué fortuna, qué empresa podía soportar eso que tú llamas llegar hasta el final?, ¿no se había levantado todo esto sobre purgas, requisas, usurpaciones…? ¿Quién podía exhibir una legitimidad de origen?"
>
> Rafael Chirbes (2013)

Si quieres conocer las cosas nuevas, como dice el proverbio japonés, estudia el pasado. Las 'indignación' que llenó las plazas de las ciudades españolas, volvió a mostrar una decepción colectiva con la transición política española como mito fundante del régimen de 1978. En su eslogan central 'Democracia real ya' podemos distinguir tres tiempos. El primero dirigido al pasado, conecta con la memoria de las insuficiencias de aquel vínculo político fundante. La memoria de la república, que los jóvenes recogen de sus bisabuelos, es uno de sus signos emblemáticos. El segundo momento se sitúa en el presente y denuncia el grave desahucio de los vínculos sociales que acarrea la actual mercantilización neoliberal. El tercero es instituyente apunta al futuro y recupera la apuesta ilusionante de construcción de un futuro colectivo.

La génesis del desencanto: la transición como 'transacción' entre élites

El primer momento se dirige a reinventar el pasado, permite visibilizar la memoria de las promesas incumplidas de la transición española. Un desplazamiento histórico y sociológico que busca reinterpretar y desentrañar los futuros posibles que aquel proceso trato de sepultar. De acuerdo con la lectura que el sociólogo portugués Boaventura de Sousa Santos

hace de Walter Benjamin, no podemos pensar en la transformación social y la emancipación si no reinventamos el pasado. Las promesas incumplidas de la modernidad occidental, el 'inconformismo de los muertos', deben ser recuperadas frente a una concepción del 'progreso' que nos inmoviliza y que tiende a situarnos en el lugar de los vencidos.

En la transición española resuena, como no podía ser de otra manera, la memoria de otra historia, el drama civil de la España contemporánea caracterizado, siguiendo a Alfonso Ortí (1996), por la alternativa recurrente entre la dominación caciquil o la guerra civil…un proceso arquetípico de <<semidesarroll>> permanente –en el marco de la industrialización capitalista. Situación de <<semi-desarrollo>>, así como de diacronía o no coincidencia entre <<modernización económica>> y <<modernización política>>". La violenta memoria de aquel drama continuo atenazó a la sociedad española durante los cuarenta años de la dictadura fascista del general Franco y perduro durante toda la transición. Sus ecos sordos volvieron a ser audibles en las manifestaciones de 2003 contra la presencia española en la guerra de Irak 2003. ¡No a la guerra! ¡No en mi nombre!

En la transición podemos diferenciar dos etapas. La primera se inicia el 20 de diciembre de 1973 con la muerte de Carrero Blanco y concluye en 1981 tras el golpe de Estado. Esta etapa se caracterizó por un doble movimiento de movilización y desmovilización de las masas populares. En este primer periodo, la aspiración a la democracia formal se convierte en el denominador común de la lucha antifranquista. Frente a una ruptura política radical con el franquismo y una democratización real de los fundamentos económicos y sociales de esas mismas estructuras de poder, la transición del franquismo al postfranquismo etapa se salda con un 'pacto social' una salida pacífica y neutralizada de la Dictadura que implica (Ortí,1989:11): una pacificación y progresivo "desarme" –desde abajo- de las expectativas de las masas populares y una reducción de los contenidos democrático-populares o socioeconómicos del régimen post-franquista". Todo ello, a cambio, de la democracia electoral y de la recuperación del parlamentarismo. La primera cuantificación de las expectativas frustradas por la transición política española, de la distancia de la sociedad española con el nuevo vínculo político postfranquista, la monarquía parlamentaria, fue el resultado del referéndum para la aprobación del Proyecto Constitución. La Carta Magna fue aprobada por un 88% de votantes pero con una participación sólo del 59% del censo electoral.

Las representaciones simbólicas del desencanto: 'El futuro ya estaba allí'

En el contexto de este primer periodo, aparecerá el término 'desencanto' para dar nombre a esa decepción. En la investigación que realizaron Ibáñez y Ortí sobre el significado de este término (publicada en Ibáñez, 1997:174-188), la primera investigación cualitativa que se realiza en la sociedad española sobre este proceso, se conjugaran enfoques: uno estructural y otro histórico. En su análisis empírico incluirán tres fuentes de textos: la exploración etimológica del término y su campo semántico; el análisis de su uso en los medios de

comunicación de la época y la realización de un grupo de discusión con obreros, empleados y técnicos. Como veremos, a continuación, en las conclusiones de su trabajo existe una estrecha conexión entre el 'desencanto' y el nuevo vínculo político que sucede al régimen franquista; una democracia liberal ataviada bajo la forma de monarquía parlamentaria. La transición postfranquista a la Monarquía parlamentaria es vista como una simple transición negociada entre distintas fracciones y élites burguesas que se limitó al restablecimiento de una democracia electoral fundándola sobre el propio orden social surgido del franquismo: la monarquía. Tras la muerte de Franco los modelos posibles de sociedad eran dos. El primero consistía en profundizar por el camino trazado y adentrarse en el capitalismo de consumo. El segundo implicaba abandonarlo, implicarse en la construcción de una sociedad socialista (1997:178): "No se produjo en el tiempo la ruptura con el sistema (ni siquiera la ruptura formal en la supraestructura política), pero se ha producido la ruptura en el espacio- entre el pueblo y los partidos, entre la base y la cúpula de esos partidos."

El desencanto tiene su génesis en este proceso, en la comparación del futuro realizado con el futuro soñado. En la conciencia de la distancia entre lo pudo haber sido y lo que fue. Expresa, el déficit de lo real respecto a lo imaginario: el contraste, en suma, entre las esperanzas del futuro imaginado y la decepción del futuro realizado. Desde una perspectiva histórica, el desencanto traduce –desde el punto de vista material de los intereses de clase el forzado bloqueo de los movimientos de lucha populares contra las desigualdades reales de la sociedad española de la época. Pero expresa, igualmente, el resultado de una estrategia programada, un efecto de desmovilización popular producido desde las élites dominantes para la necesaria reducción de las masas a pasivo cuerpo electoral.

En el campo semántico del análisis aparecen expresiones tales como: "todo sigue igual", "como con Franco", "esto es como siempre la finca de unos cuantos", "los mismos perros con distintos collares" que expresaran, según interpretan Ibáñez y Ortí, el 'gran fraude' político e ideológico con el que se percibe el nuevo vínculo político postfranquista. El vínculo político que nace de este proceso está limitado, como hemos señalado, desde su propio origen, pero a su vez, va a posibilitar la legitimación en un nuevo contexto de democracia liberal el correlativo recorte de las aspiraciones de progreso social y de las reivindicaciones de las clases populares en sus luchas contra el franquismo.

Desde una perspectiva estructural, el capitalismo de consumo que impulsa la transición postfranquista ya no necesita justificarse, se legitima por sus realizaciones: "La Monarquía de Juan Carlos –continúan Ibáñez 1997:181)- no produce arrobamientos ni desmayos –hace ya muchos años Tierno habló de la "Monarquía como salida"-, se legitima en cuanto el Rey sea "motor del cambio", es una república coronada, monarquía más de hecho que de derecho. Todos los poderes son fácticos". La transición consuma un intercambio forzado el mañana de un ciudadanía plena en lo civil, en lo político y en lo social deja paso a la promesa de un presente que, a través del consumo, propone el acceso al goce. En definitiva, se intercambia la práctica del sufrimiento en el presente y la aceptación de las desigualdades sociales por un

discurso publicitario sobre el goce[3]. El vínculo político la democracia formal es el operador que permite enmascarar ideológicamente y hacer creíble este intercambio desigual en el que la propiedad práctica la realidad se cambia por el sueño de su futuro disfrute. Las expectativas de un acceso pleno al consumo sirven para compensar las contradicciones prácticas de dicho intercambio. La política, como señala Ibáñez siguiendo a Serge Leclaire, es la relegación -por el poder instituido o por el poder instituyente – del goce al estado de promesa, una propuesta de intercambiar el discurso sobre el goce por una práctica de trabajo.

En suma, el vínculo político resultante es una Monarquía parlamentaria, una democracia formal 'sin' democracia real o una democracia 'light' de baja intensidad.

El futuro, uno de los futuros posibles cuya llegada interrumpe la búsqueda de otras posibilidades ya estaba allí. Adelantándose al publicista de la filosofía política Francis Fukuyama, el grupo de música pop española Radio Futura, anuncia ,en 1980, el fin de la historia, o al menos el fin de la historia de otros futuros posibles en la transición española. En su Long Play, significativamente titulado 'Música moderna' incluyen el tema 'Enamorado de la moda juvenil'. Su letra condensa, en clave poética, ese discurso ideológico en su sentido más general.

La ofensiva contra los derechos sociales: las representaciones sociales de la indignación

> "Al aceptar sin lamentaciones la realidad de la sociedad, el hombre encuentra un coraje indoblegable y la fuerza necesaria para suprimir cualquier injusticia susceptible de ser suprimida y luchar contra el más mínimo ataque de libertad. Mientras se mantenga fiel a su ingente tarea de conseguir más libertad para todos, no existe razón para temer que el poder o la planificación se opongan a él y destruyan la libertad que está en vías de conseguirse por su mediación"
>
> Karl Polanyi, 1989:405

En el prólogo del libro de Stéphane Hessel (2011) 'Indignados', José Luis Sampedro recuerda como él también nació en 1917 y como él también luchó contra una dictadura. Esta historia compartida le permitía comprender y hacer suyo el mensaje que Hessel enviaba a las nuevas generaciones: "Chicos, cuidado, hemos luchado por conseguir lo que tenéis, ahora os toca a vosotros defenderlo, mantenerlo y mejorarlo; no permitáis que os lo arrebaten". ¿Qué estaba sucediendo que obligaba a los abuelos a volver a tomar la palabra y a sus nietos a

3 En 'Mas allá de la sociología' Jesús Ibáñez (1977:191-196) afirma que toda ideología es escrita en Textos, los de la época moderna se caracterizan por tres propiedades. Son cerrados lo que les permite constituir una lengua que contenga infinitas hablas, pero no todas las hablas; son profundos, lo que les permite sustituir la superficie del estilo por el volumen de la escritura; son vacíos, lo que les permite que en vez de actuar el Texto, el lector pueda habitarlo y consumirlo. El Texto produce una ideología –objetiva- y el deseo –subjetivo- de esa ideología; es el lugar del enfrentamiento entre el deseo y el otro, entre el deseo y la ley, entre el deseo y el poder. El Texto, según Pierre Legendre siempre dice lo mismo: "Mañana cadáveres gozareis".

ocupar las calles?

Dentro del conjunto de movilizaciones de un 'Planeta indignado' (Antentas y Vivas, 2012; Roitman, 2012) el mensaje de los abuelos llamando a la movilización de los nietos tiene una especificidad propia. Apunta a la emergencia de un nuevo diálogo inter-generacional donde nietos y abuelos, paradójicamente, 'prefiguraban' el futuro (Mead, 1990; Rodríguez Victoriano, 1987). Un diálogo que pone de relieve dos ausencias. Por una parte, la ausencia 'simbólica' de la generación la de los padres; por otra la ausencia, cada vez más, real del mundo en el que ellos habían vivido. Los hijos de la des-regulación (Conde, 1999) están acordando con los combatientes del fascismo y nazismo del siglo pasado y los constructores del Estado de bienestar Keynesiano una nueva manera de 'ocupar' el mundo. Empezando por la demanda de 'Democracia real ya'.

Ya en octubre de 2011, las conclusiones del proyecto de investigación cualitativa del CIS: 'Representaciones políticas y movimiento 15-M del CIS'[4] señalaban como la sociedad española percibía que el 15M surge en un contexto grave de crisis económica, política y global. En los discursos predominan las imágenes que asocian la situación actual con la impotencia, la angustia y el malestar, lo que da lugar a un balance negativo tanto de las valoraciones como en percepciones y sentimientos. La frustración y la indignación son los sentimientos dominantes.

En este contexto, hay dos discursos paralelos respecto a la responsabilidad de la crisis. Uno donde la ciudadanía se autoresponsabiliza de haber actuado inconscientemente y haber asumido el modelo de consumo insostenible que proponía el capitalismo. Otro que responsabiliza fundamentalmente al sector financiero y a la clase política.

En paralelo a estas responsabilidades las expectativas de futuro están atravesadas por una doble tensión. Por una parte, los sentimientos de pesimismo e inseguridad que tiñen los discursos. Por otra, el impulso a buscar soluciones, a confiar en el cambio de valores y a valorar la crisis como una oportunidad para cambiar las cosas. Para buscar otro futuro aún en construcción.

La desconfianza en la democracia vigente y en que la clase política actual era ya enorme. El vínculo político se veía como necesario, pero no el que segregaba la política actual:

"Debería ser una herramienta al servicio del pueblo, ¿no?, pero por desgracia muchas veces no es así", "es un teatro, una gran puesta en escena", "es hablar y no decir nada".

La democracia se percibe como poco consolidada, subordinada a un poder económico que impone sus decisiones globalmente desde fuera. Una democracia limitada y que limita, que no contempla la pluralidad ni permite alternativas y que además está gravemente contaminada por la corrupción. En definitiva, una democracia y una clase política cada vez más desconectada de la ciudadanía.

4 Nº Estudio 2921

El 15M se percibía como una respuesta frente esta situación un "estallido del pueblo" que canaliza el sentimiento de frustración y descontento, como algo necesario, un movimiento global que canaliza y visibiliza las quejas de la sociedad civil que no han encontrado otros cauces. Quejas vinculadas a la mejora de las condiciones de vida, al impulso dela participación ciudadana para regenerar el vínculo político, a la recuperación y consecución de los derechos de ciudadanía que la actual globalización neoliberal está desmantelando. Reivindicaciones todas ellas recogidas en los dieciséis puntos de su manifiesto fundacional, fruto del acuerdo de Acampadasol. Reivindicaciones que desde la Puerta del Sol han vuelto a lanzar a quien les quisiera escuchar.

Las demandas y las reclamaciones que emergen con el 15M inician la construcción de unos nuevos sujetos políticos colectivos y emancipatorios, una dimensión instituyente que en sus tonos más altos reclama un cambio de paradigma en los vínculos instituidos de la economía y el ejercicio de la política que reclaman una participación directa de las poblaciones en los asuntos que les conciernen. Sus demandas denuncian a los gobiernos y a las instituciones europeas por gestionar la crisis y la deuda soberana como "herramientas de sometimiento de los pueblos a los poderes económicos y financieros, imponiendo desde arriba tratados en contra de la voluntad popular o forzando las constituciones y parlamentos nacionales". Muestran como la subordinación de la política social a las prioridades de la acumulación capitalista, centrada en su núcleo financiero, ha acelerado la desconfianza en el modelo social surgido de la transición, abriendo un debate instituyente que parecía cerrado en torno a las causas estructurales que impiden el desarrollo de una democracia real y una economía socialmente justa, en armonía con la naturaleza y solidaria en el plano internacional.

Desde la irrupción del 15M en mayo de 2011, el desahucio de los derechos sociales, la precarización de las condiciones de vida se han generalizado en la sociedad española. También el distanciamiento de la ciudadanía con la política instituida acompañado por el continuo fracaso de sus representantes por entender y canalizar dichas reivindicaciones. Para completar el escenario, también hay que señalar la fuerza con que los diferentes movimientos ciudadanos están enfrentando esta situación. Se está generando otro escenario político en la sociedad española. En estos días que corren de finales de mayo y principio de junio de 2014 está sensación se percibe con más intensidad que nunca. Los resultados de las últimas elecciones europeas que en España han permitido visibilizar, por un lado, la clamorosa e ilusionante irrupción de las demandas ciudadanas en el teatro de la política tradicional. Por otro lado, la escenificación de la crisis del bipartidismo y de la socialtecnocracia que lo sostiene y de sus intentos por recomponerse apresuradamente. La reciente abdicación del monarca, o las declaraciones de Felipe González, el representante mejor valorado de las élites políticas del viejo régimen del 78, llamando a un gobierno de coalición nacional entre PP y PSOE serían sus síntomas más significativos. La partida está abierta.

En conclusión, tras un proceso de institucionalización democrática iniciado en 1975 con

la muerte del Dictador, la sociedad española, en el contexto de la actual globalización neoliberal, vuelve a plantearse, treinta y seis años después, la 'cuestión democrática'. Desde una perspectiva instituyente. Un planteamiento que ha inundado el espacio público, sorprendiendo y envejeciendo a los actores políticos tradicionales fundamentalmente a los partidos y a los sindicatos mayoritarios. Las respuestas de los movimientos ciudadanos que arrancan en el 15M han vuelto a poner en el escenario dos cuestiones claves. Nos ha recordado, en primer lugar, que la democracia formal y representativa es un problema, es insuficiente y está limitada. En segundo lugar nos ha mostrado que su reinvención es el camino para trabajar en la solución: la democratización de la democracia es el instrumento político privilegiado para transformar de un modo progresista nuestra realidad social.

Bibliografía

Antenas, Josep Maria; Vivas, Esther (2012), *Planeta indignado. Ocupando el Futuro*. Madrid, Sequitur

Barthes, Ronald (2000), *El grado cero de la escritura*. Mexico, Siglo XXI.

Chirbes, Rafael (2013), *En la orilla*. Barcelona. Anagrama.

Conde, Fernando (1999), *Los hijos de la des-regulación. Jóvenes, usos y abusos en los consumos de drogas*, Fundación CREFAT, Madrid

Hessel, Stéphane (2011), *Indignados*. Barcelona, Destino

Ibáñez, Jesús (1997), *A contracorriente*. Madrid, Fundamentos.

Lucas, Ángel de y Ortí, Alfonso (1996), "Génesis y desarrollo de la práctica del grupo de discusión" *Investigación y Marketing*, 47, 6-9

Mead, M. (1990), *Cultura y compromiso*. Barcelona: Gedisa.

Ortí, Alfonso (1989), "Transición postfranquinta a la monarquía parlamentaria y relaciones de clase: del desencanto programado a la socialtecnocracia transnacional" P*olítica y sociedad*, 2, (Ejemplar dedicado a: El decenio democrático), 7-20.

Ortí, Alfonso (1996), *En torno a Costa: (populismo agrario y regeneración democrática en la crisis del liberalismo español): en el 150 aniversario del nacimiento de Joaquín Costa.* Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. Madrid

Ortí, Alfonso (1998), "Transición frente a 98: amnesia histórica, mixtificación de presentes y denegación de futuro" *Documentación Social* 111,31-38.

Ortí, Alfonso (2007), "Veinticinco años después: el oficio del sociólogo en la España plural" *RES* 7, 27-75

Polanyi, Karl (1989), *La gran transformación*. Madrid, La Piqueta.

Rodríguez, José Manuel (2004), "El oficio de la reflexividad. Notas en torno a Pierre Bourdieu y la tradición cualitativa en la sociología crítica española" Martín Alonso, L., E. Criado, J. L. Moreno Pestaña, (orgs), *Pierre Bourdieu, las herramientas del sociólogo*. Madrid, Editorial Fundamentos.

Rodríguez, José Manuel (1987), "De la cultura prefigurativa a la marginación social de los jóvenes", *Cuadernos críticos de educación* 5,131-139

Roitman, Marcos (2012), *Los indignados. El rescate de la política*, Madrid: Akal.

Sennett, Richard (2012), *Juntos*. Barcelona: Anagrama.

Workers Rights, Universal Claims and Democracy in the Global South

Jörg Nowak[1]

Resumo

Desde o início da crise financeira mundial um novo ciclo de conflitos trabalhistas surgiram em todo o mundo. Eu comparo greves de massas na Índia, no Brasil e na África do Sul desde 2008 e seu impacto sobre as relações entre o Estado e as trabalhistas. Na sua fase inicial, muitas dessas greves em sectores centrais estavam focadas em reivindicações salariais, mas tomam uma dimensão política no decorrer da luta. Outras características comuns significativas são: a) o papel de trabalhadores informais como atores-chaves na luta, b) uma ascensão de greves e de novas formas de organização das organizações de trabalhadores e c) uma maciça repressão do Estado contra os movimentos trabalhistas.

Palavras-Chave: greves de massa; Países BRICS; crise financeira mundial; capitalismo pós-colonial; trabalho e democracia

Abstract

Since the onset of the world financial crisis a new cycle of labour unrest emerged around the world. In this text, I compare mass strikes in India, Brazil and South Africa since 2008 and its impact on state-labour relations. Many of these strikes in central sectors focused on wage demands in an early phase, but transformed into strikes with a political dimension in the course of the struggle. Other significant common features are a) the role of informal labourers as key actors in the struggle, b) an upswing of wildcat strikes and new organisational forms of workers´ organisations and c) massive state repression against the labour movements.

Keywords: Mass Strikes; BRICS countries; world financial crisis; postcolonial capitalism; labour and democracy

---

1 Jörg Nowak is Post-Doc Fellow at Kassel University and works currently on a research project on mass strikes in India, Brazil and South Africa. He holds a PhD in Political Sciences, his PhD thesis compares Marxist and feminist state theories.

This paper explores the nexus between economic development, democracy and universal demands in countries of the Global South, exemplified by three of the BRICS countries: India, Brazil and South Africa. The rise of the emerging economies raised hopes for another kind of capitalism, given the antiimperialist and socialist traditions of some of these countries, but these countries encounter specific problems in the post-2008 crisis that stem at least to some extent from their postcolonial condition in the world economy. Thus, this paper aims to explore the dynamics of South-South and South-North learning from a perspective that integrates political economy and the ways of global working classes to deal with this political economy. And, I want to raise the question if Kalyan Sanyal´s account (2007) of post-colonial capitalism as "capitalism of a different kind" (2011, 36) is an adequate analytical approach to understand the role of newly emerging economies in the global market.

The early years of the post-2008 crisis witnessed praise for the state capitalism' of the BRICS countries, that presumably fared better in the face of the global financial crisis (Bremmer, 2009). But, the global slump had its impact on these economies as well, manifesting itself with lower growth rates after 2008: The average annual growth rate in India has been 8,28 per cent between 2004 and 2008, and 7,36 per cent between 2009 and 2013. The respective numbers in Brazil are 4,84 per cent for 2004 to 2009, and 2,6 per cent for 2009 to 2013. In South Africa average annual growth has been 4,94 per cent for the first period and 1,92 per cent for the past five years. As can be observed through these numbers, South Africa has been hit hardest by the crisis. India kept the momentum of growth between 2009 and 2011 with a yearly growth of 9,1, 10,4 and 7,5 per cent, but there is a clear downward tendency with 5,1 per cent in 2012 and 4,7 per cent in 2013.

But not only the numbers of growth are important in order to assess the living conditions of the populations, the distribution of wealth is of utmost importance. While the recent boost of development led to an increasing inequality in India with a rising Gini coefficient (from 30,8 in 1994 to 33,9 in 2010), and a more rapid increase of inequality in South Africa (from 56,6 in 1995 to 63,1 in 2009) which pushed South Africa to the position of the most unequal country worldwide, it was the PT government of Lula in Brazil that managed to pull down the country from 63,3 in 1989 to 54,7 in 2009, after Brazil had been the most unequal country worldwide for a long number of years.

Characteristics of Mass Strikes after 2008

Notwithstanding these differences, all countries saw major industrial unrest after 2008 that is not comparable to what had been seen in the two decades before, although all three countries witnessed a rise of strike participation since the early 2000s. There are four major characteristics of the strike waves after 2008 which distinguish the strikes in the past five years from their earlier precedents: 1. The biggest confrontations focused on one of the central sectors: The automobile sector in India, the construction sector in Brazil and the mining

sector in South Africa – the strikes in these sectors determine the dynamics of strikes in other sectors and take on a leading role'. 2. Wildcat strikes, conflicts of workers with the established unions (CUT and Força Sindical in Brazil, the National Union of Mineworkers in South Africa and HMS, INTUC, CITUC and AITUC in India) and new unions or other new forms of worker´s activism played a central role in the mobilisations. 3. The confrontations with police and military forces got more violent and led to bigger losses (mass imprisonment of workers in India, police massacre against miners in South Africa, deployment of the army in Brazil). 4. The workplaces that saw big strikes after 2008 are all run by multinational companies.

But what are the common characteristics that affect the workers at the workplaces and lead them to engage in these struggles in spite of adverse conditions and the threat of being jailed or killed in the course of industrial action? It is striking that the three sectors mentioned have been growth engines over the past few years, and profits skyrocketed. All three sectors operate with a high amount of informal labour. Especially the automobile sector in India and the mining sector in South Africa saw an increase of the deployment of contract labour in the past years, due to new tactics of recruiting and a systematic replacement of permanent workforces by informal workers. And, there are certain specificities in the sectors: The workers in Brazilian construction sites work often far away from their families in remote places and are only allowed to see their families every 6 months (which had been an issue in the strikes). Thus, the debate on free and unfree labour could be introduced here and apply categories like, restraint on free mobility of workers` (Van der Linden, 2005). In the case of South African mines, the health conditions are infamous; but health issues are also very much relevant in Indian automobile production due to high work speed – cars at market leader´s Maruti Suzuki factory in Manesar are assembled in 45 seconds.

In order to provide for a deeper understanding of the strike movements I will describe them in detail in the following section:

Construction sector in Brazil

The Brazilian construction sector saw continual growth rates, increasing by 49.6 percent between 2004 and 2012 (DIEESE, 2013; Blanford/Cummings. 2013). In 2011, 7.8 million workers join the construction sector, 8.4 percent of the total workforce. Between 1998 and 2008 the construction sector saw an influx of 200,000 workers. In 2011 and 2012, the strikes of contruction workers saw a peak: 580,000 construction workers went on strike in 2011, and 500,000 construction workers in 19 regional states went on strike in 2012. The major grievances were wage differences between and within regions and workplaces and harsh restrictions on holidays: Many workers work away from their families and were only allowed to leave the workplace every three to six months. Helpers were not allowed any leave in some places. In addition, housing facilities, transport and food for workers were regularly abdominable.

The first big and hitherto unprecedented strike wave, the biggest since the strikes in 1980 in the Sao Paulo area, occurred in February and March 2011 when 170,000 construction workers went on strike. The strike wave started in a number of smaller construction sites in the state of Bahia in February, including 80,000 workers. In the middle of March, the strike wave extended to the whole country, predominantly to the big construction sites of the government program PAC (Programa de Aceleração do Crescimento): The biggest mobilization occurred at two industrial complexes, a refinery and a petrochemical complex, in Suape, in the state of Pernambuco, involving 35,000 workers (Véras, 2013, 2014). The hydroelectric plants in Jirau and Santo Antontio in the state of Rodonia saw huge mobilizations as well with 20,000 and 16,000 workers and another focal point in March 2011 was in the state of Ceará at the construction of a thermoelectric plant in Pecém with 6,000 workers on strike. The special feature of the strikes on the sites that belong to PAC was the absence of trade unions in the initial phase of the mobilizations and the practice of burning the housing facilities and other parts of premises by the striking workers. As their protest was directed against the miserable conditions of housing, the demand for better housing was put into practice by setting ablaze the former facilities. The different strikes did not start based on a common call, but broke out more or less independently from each other, though media reports might have had a role in triggering more conflicts after the first strikes started. In the area of Jirau the federal government ordered the national guard (Força Nacional) to break the strike immediately after it broke out.

The first strike wave also led to many more strikes in the same year, often in the same sites, because employers did not keep the promises made in various collective agreements after the conflicts. During 2011, the conflicts were largely centered on the Northern and Northeastern regions of Brazil. In the course of the next year, the strikes also extended to various other places with a high number of workers, such as to the Comperj industrial complex under construction close to Rio de Janeiro and the Belo Monte Dam in the state of Pará in the North of Brazil. The strikes did not only spread to other states and regions – the state of Rio de Janeiro is part of the Southeast of Brazil – but there was also a diffusion of protest dynamics, since the workers at Belo Monte Dam set fire to the premises and sent away both management and the trade union in November 2012, pelting stones at them in order to protest against a wage settlement of the trade union SINTRAPAV-PA (Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção Pesada do Estado do Pará, afiliated to the right-wing trade union Força Sindical) that did not meet their approval. The federal government used the army again to break the strike and installed a 500-strong unit of Força Nacional at the site in June 2012. The stay of the national guard has been prolonged for another six months in summer 2014.

Although these strikes saw a historical participation of workers and had major importance for the public debate on workers' rights, there were no significant international responses nor were there any acts of transnational solidarity. The solidarity during the strikes in March

2011 did take place mainly between the workers of different plants – it was the sheer mass of strikers and the destruction of property of the companies that built up enough pressure to arrange for settlements. The companies that are responsible for the construction works were mainly the 'big five' in Brazilian construction: Odebrecht (120,000 employees in 30 countries), Andrade Gutierrez (223,000 employees in 40 countries), Suez (236,120 employees), Camargo Correa (61,000 employees in 20 countries) and the Grupo OAS, a civil engineering company with 55,000 employees in 20 countries.

Mining in South Africa

The mining industry is one of the central sectors of the South African economy. While gold mining remained stable in the past 15 to 20 years, platinum mining saw a 67 per cent increase in output between 1994 and 2009 (Capps, 2012:64). The wildcat strike of several thousand workers at the Karee mine in South Africa, owned by Lonmin company, led to the massacre that became known world-wide as 'Marikana' that left 34 workers shot by the police, and it was followed by an enormous strike movement that covered the entire mining sector, which lasted until the end of October 2012 in some of the mines. Wage settlements led to wage hikes between 11 and 22 percent. The exodus of mine workers from the NUM (National Union of Mineworkers), afiliated to the federation COSATU (Congress of South African Trade Unions), after the strike and the police massacre deepened the political divisions in COSATU and undermined the legitimacy of the ANC. About a third of the workforce in South African platinum mines is employed by contractors (Bezuidenhout/Buhlungu, 2011; Chinguno, 2013b), a huge number are migrant workers that have to feed two families, at Lonmin 82 percent are migrant workers. Lonmin is the third largest platinum producer worldwide and the mining in Marikana accounts for 80 percent of its output.

The first of these huge wildcat strikes started in January 2012 at the Impala mine in Rustenburg: the strikers demanded a 200 percent increase of their wages (from 3,000 Rand to 9,000 Rand), and they did not cooperate with their trade union NUM but relied on independent strike committees. The strike lasted for six weeks, was started by 5,000 rock drill operators, and extended to all 17,000 employees of the mine. The company offered an 18 percent wage hike but it was refused by the workers. They finally went back to work without any change to their work conditions (Chinguno, 2013a). At least 2,000 contract workers were terminated after the strike.

The strike at the Karee mine at Lonmin in Rustenburg in late July 2012 followed the same pattern: It was started by rock drill operators (Chinguno 2013b), led by an independent strike committee, and their wage demand of 12,500 Rand was triple their current income. Almost within one day most of the 28,000 workers at Lonmin went on strike. Reasons for the strikes were primarily low wages, but problems with health and safety issues due to lung problems. Work shifts beyond 12 hours and harassment by managers were added reasons for the strikes

(Alexander, 2013). The first deadly casualties were two workers that were killed by trade union officials of NUM, and one can assume that the massacre was supposed to discourage similar strike movements – which proved to be ineffective. Subsequently, the strikes at Implat and Lonmin prompted strikes at two Gold Fields mines with 12,000 and 15,000 workers in late August and early September 2012 that took up the demand of 12,500 Rand, and in late September 32,000 workers at AngloGold Ashanti demanded the same wage. Finally, the world's biggest platinum producer Amplat was hit by several strikes since September 2012 and the wage demand extended to 16,000 Rand there. In all of these conflicts, wage hikes around 10 percent were attained (Alexander, 2013). Again, similar to the Brazilian construction strike wave, the strikes at the South African sites 'inspired' each other, sometimes one mine from a company started a strike that was joined by another mine from the same company, like in Gold Fields, or a strike at one company, like in Lonmin, was inspired by a preceding one in the same area and in the same industry. Three out of the four big mining companies that were hit by strikes are multinational companies: Lonmin, Gold Fields and AngloGold Ashanti.

Car production in India

Car production in India is one of many sectors that is expanding and driving the economy. Passenger car sales grew at 15.2 per cent per year between 2005-06 and 2010-11. Growth in the industry fell after 2011 and collapsed in 2013. At the same time, the real wages of auto workers dropped since 2000 from 80,000 rupees a year in 2000-01 to 65,000 rupees in 2009-10 (Annual Survey of Industries), while the output of cars tripled.

In India, one out of two factories of the biggest car passenger producer Maruti Suzuki saw two wildcat strikes in June and October 2011 and labor unrest in July 2012. The Maruti company was a state enterprise in the past, but is controlled at present by the Japanese multinational Suzuki. The factory at Manesar was seen as a model factory – it opened in 2007 and recruited young workers, and was set up in a new industrial area with only a small village nearby. The management thought that these young workers without experiences in labor organizing, located in a remote area, could be handled more easily and employed at lower wages. Permanent workers only accounted for 25 percent of the workforce, while the remaining employees were contract workers from 60 different contractors, trainees, and apprentices that earn much lower wages. In 2011 contract workers earned about half of the wage of a permanent worker (9,000 rupees vs. 17,000 rupees/month). Only 1,054 workers were permanent in summer 2012, and there were 416 technical trainees, 225 apprentices and 2,700 contract workers (PUDR, 2013).

The conflict in the Manesar factory that has unfolded since has gained significance over the wildcat strikes at Honda in Gurgaon in 2005/2006 that were followed by many smaller strike movements. The workers in the Manesar factory aimed to set up their own trade union, the Maruti Suzuki Workers' Union (MSWU), while the company wanted them to join the trade

union in the mother plant, Maruti Udyog Kamgar Union (MUKU). The workers in Manesar saw MUKU as a management-led trade union and insisted on their right to choose their own trade union. The reasons behind wanting to establish their own union were: wage issues, the huge extent of contract labor, high work speed, harassment by supervisors and the lack of breaks that would enable workers to go to the toilet and have food or drinks.

After the company tried to force the permanent workers in Manesar to join the union MUKU, they went on a two-week long wildcat strike in June 2011 during which all categories of workers participated. The company did not recognize the MSWU trade union and resorted to a lock-out of all contract workers in late September. The response to this company move was the blockade of the gates and a second wildcat strike by the permanent workers for another two weeks in October 2011. This time, three neighbouring Suzuki factories that produce engines for Maruti Suzuki and motorcycles also went out on strike, as well as another 14 factories in the area some of which are suppliers to Maruti Suzuki. The striking feature of the Honda case a few years before was that a joint strike of contract and permanent workers in 2005 led to better conditions for permanent workers, and a subsequent strike of Honda contract workers in 2006 remained isolated and unsuccessful. In contrast to these events, it remained a feature of the strike at the Manesar factory that contract and permanent workers acted in solidarity – a fact that caused widespread fear among employers. The second strike in October 2011 ended with an agreement between workers and the company that did not include substantial changes of work conditions. In the course of 2012, the independent trade union could finally register under the name Maruti Suzuki Employees Union (MSEU), but none of its demands were met and talks with the management collapsed in the summer of 2012. In this already tense situation, a worker was slapped by a supervisor and subsequently sacked after he filed a complaint. That led to negotiations between the trade union and management, and in the course of that day, July 18, 2012, violence broke out in the factory that left 50 managers injured and one dead. After the unrest, the workers fled from the premises and the factory remained closed for one month. The company fired 2,300 (1,800 contract and 500 permanent) workers arbitrarily, and 148 workers were arrested with the charge of murder. These workers have remained in jail until today (September 30, 2014) without bail being granted, and without a sentence.

Two months after the unrest, the company increased the wages of permanent workers, and the contract system has now been modified: Instead of contract workers the company employs similar numbers as casual workers for the same wages. The difference is that these workers are on the payroll of the company but they continue to get sacked after six months, and are eventually employed again after a break of six months. In the case of the conflict at the Manesar factory, in a number of interviews all workers have emphasized that the unity between the workers in the factory and the solidarity strikes at other factories has been the most important mechanism of support.[2] Other important sources of solidarity were workers from other factories, people from the neighborhood and families of the workers

2 Interviews with Worker A at Maruti Suzuki on December 4, 2013, and worker B, C, D and E on December 6, 2013.

that provided for food and water during the occupation of the plant in June 2011. There have been a number of solidarity demonstrations in several cities of India, some of which were heavily attacked by the police, both during and after the strikes. International support has not been significant, but since the conflict there has been some contact to the minority trade union Zenroren at the Suzuki plant in Japan and to a trade union of a Suzuki plant in Thailand. The office of Industriall in New Delhi arranged for contacts to be made to the officially recognized trade union at the Suzuki company in Japan and urged them to exercise pressure on the headquarters of Suzuki company, but without any significant results thus far.[3]

Obviously, the strike at Maruti Suzuki lacked the strength of the mass strikes in Brazil and South Africa and could only attain some changes in wages and working conditions at a high price for the employees that face prison, court charges, and unemployment. Although the second strike extended to three other factories of the same company and 14 others in the same industrial district, it did not lead to a strike wave in the industry as such, as was the case in Brazil and South Africa. And, the second plant of Maruti Suzuki in Gurgaon remained unaffected by labor unrest. The Suzuki motor corporation is the tenth largest automobile company worldwide and the second biggest in Japan by production. It employs 55,000 employees worldwide with production facilities in 23 countries. Although the metal unions, and the automobile unions specifically, claim to be organized well on an international level, there was no significant or efficient international trade union action that could be compared to the strong support the striking workers received at the local level.

New development pattern?

What becomes visible in these sectors affected by mass strikes in Brazil, India and South Africa is a pattern of economic development that started before the 2008 crisis but has been prolonged and enforced in a situation that saw less demand and more competition after 2008: Output of production and profits rise, while both wages and working conditions get worse or see no substantial improvement. This pattern of development is at odds with the findings of Beverly Silver for the worldwide expansion of the textile and car industries for the years of 1870 to 1996. She found an improvement of conditions of work and the right of workers to organize after some years of investment and expansion, sometimes static conditions, but not a deterioriation of conditions (Silver, 2003).

It has to be underlined, too, that the development path of the three countries in question, the IBSA countries, can not be regarded as representative for the BRICS countries as a whole. China took a quite different path – not in the aspect of mass strikes which have been rampant, witnessing unprecedented levels in 2010 and setting off an entirely different dynamic than in the IBSA countries: The mass strikes in China since 2010 have been able to attain considerable wage hikes for industrial workers and unleashed a dynamic of a regularization of work contracts (Kan, 2011; Chan et al., 2012)– contrary to the persistence or expansion of informal

3 Interview with Sudersan Rao Sarde, Industriall, on December 9, 2013.

work in the IBSA countries. The different development path of China is due to contingent preconditions such as its better infrastructure, the different role of the state which exerts a lot more control on economic development, less significance of feudal groups in the state apparatuses, the political structure of a one-party-state and its geopolitical setting amidst the Asian emerging economies Japan, South Korea, Singapore, Taiwan and Hongkong (Ten Brink et al., 2013). China´s trajectory cannot be dealt with extensively here due to the scope of the article, but has to be mentioned to highlight some of the crucial differences between BRICS states.

Formal democracies, powerless governments

What is common among the IBSA states on the political level, are the following characteristics: All three states are formal democracies with a socialist legacy or tradition of its main ruling parties. The Nehruvian socialism was of a specific kind from the start but was able to form an alliance between the peasant masses and the bourgeois classes, and had been indebted to the peasantry via Gandhi´s ideology of ruralism'. It lost its socialist momentum during the 1970s when Indira Gandhi introduced emergency rule in order to quell popular struggles. South African socialism did never prevail after the ANC came to power in 1994, but continues to play a big role in the ideological and political legitimation of the ANC, embodied in the tripartite alliance of the ANC, COSATU and the Communist Party of South Africa. Finally, the Brazilian Workers Party PT came into government power in 2003 and remains connected to socialist goals via its connection with the trade union federation CUT and the partial cooperation with left or center-left governments in Argentina and Venezuela.

All three major parties, the ANC, Congress Party and the PT suffered from the frictions in national politics that came about with the post-2008 economic crisis and it seems that the longer they are in power, the more they seem to be exhausted concerning their strategies and outward appeal. The Congress Party effectively served international and domestic capital since India opened its economy to market forces, although some partial concessions to the popular classes had to be made eventually in order to respond to their electorate. The successive two Congress-led governments since 2004 enabled the first social security scheme for the rural population, the NREGA program in 2005, but due to poor economic performance in 2012 and 2013 and a lack of adequate personnel, the Congress saw a historic defeat against the right-wing BJP in May 2014. Congress Party´s share of votes dropped from 29 to 19 per cent, the lowest turnout since the first elections in India in 1951. The ANC was reelected in May 2014 with a sound majority, but is prepared for major splits of the party in the next two years – the biggest trade union in COSATU, metal workers union NUMSA announced to found a new socialist party. Finally, Dilma Rouseff won the elections in autumn 2014, but only with a slight majority, facing an ever more conservative composition of parliament and upper house.

Democracy and Labour in the IBSA states

What is challenging for the formal democracies of the IBSA states is the fact that the political representation of the popular classes becomes increasingly fragile – and the mass strikes against working conditions and their violent repression by the respective state governments are only one symptom of this fragility of the representation of the popular classes.

The national governments are closely embedded into the political relations with the multinational companies that face industrial unrest. The Indian central government and state governments lend uncompromising support to labour strategies of big industrial companies – both by deploying police units, a complete non-implementation of labour law and a jurisprudence that does not respond to worker´s rights by delaying cases for 10 or 20 years. In Brazil, almost all major investments in hydroelectric and thermoelectric plans, petrochemical complexes and sports facilities that had been affected by mass strikes are financed by the Brazilian development bank BNDES and had been projects promoted by the Brazilian government. But the development of the construction sites is in the hands of multinational companies like Odebrecht, Camargo Correa and OAS that continue to operate with working conditions that do not only include very low wages, but also dangerous working conditions leading to many deaths and heavy injuries of labourers in the past few years. Lastly, the mining sector forms the core of the South African economy, and during the miners strikes in 2012 the trade union NUM (National Union of Mineworkers) as member of COSATU opposed the strikes vehemently, and police troops killed 34 workers at Marikana in Rustenburg. Subsequent evidence proved that the massacre was deliberately planned.

The political impasse that the IBSA countries face is that their leading parties act as development agencies that lack either the political will or the institutional power to alter the course of a development based on low wages – and it is precisely in this aspect that the postcolonial conditions of a dependent economic development bear weight. In order to use China again as a contrasting pattern: China as an economic giant is independent enough both on the political and on the economic front in order to be able to follow its own path of development and provide for an increasing regularization of labour relations. But nonetheless, trade unions other than the official ACFTU are still banned, and the several hundred labour NGOs in China are facing increasing repression from state institutions as well.

On the other hand, while India, Brazil and South Africa are widely perceived as potentially powerful emerging economies, their weight as economic powers does not go along with the capabilities of their national governments to determine the path of development: This lack of capability, and thus with democratic accountability is rooted in at least three pillars of their postcolonial development: 1. The dependency of the national economies upon investment by domestic and international multinational companies. Alternative paths of development witness investment strikes or at least hesitation by powerful companies. Such a kind of dependence is not unknown in Northern countries but remains somewhat

stronger in most countries of the Global South. 2. National governments are still embedded into elite networks that are beyond the control of their parties, but rather controlled by old local and regional patriarchs which work as stakeholders for the big bourgeoisie. 3. The state structure in the IBSA countries perpetuates a tradition of non-responsiveness to demands raised in the society, despite the parallel existence of partial compromises with the popular classes in specific policies. But apart from these policies, a certain incoherent-coherent non-responsiveness embedded in the institutional traditions remains.

All these different aspects give rise to an increasing trend towards new organisations of workers that raise demands for wage hikes and social security. The explosive nature of these basic demands stems from the profit squeeze perceived by multinational companies due to global competitions and a steep fall of global demand. An exemplary case is the historic strike of the 80.000 South African platinum mine workers that went on strike for 5 months between January and June 2014. Their demand has been a living wage of 12500 Rand (840 Euros), three times the entry wage for miners today.

With respect to the aspects of particularity and universality, the conditions for universal demands have to be considered: The specific postcolonial conditions of dependent development, strong traditional elite networks and of states with a reduced autonomous capacity to act can be held responsible for the explosive confrontations between working classes and state institutions in the IBSA countries. The postcolonial political, social and economic conditions provide for effective impediments regarding the creation of popular democracies that are able to integrate demands and needs of the working classes in a long term perspective. The demands raised in the mass strikes are universal demands for social security and living wages – directed at imitating the countries in the North that proceed to get rid of social security and living wages at the same time, but starting from different levels of reproduction. But one has to keep in mind that an industrial worker in the European periphery of the Ukraine or in Bosnia earns between 150 and 300 Euro as a monthly wage, thus the gap between North and South becomes less relevant in a number of cases.

Nonetheless, Sanyal´s statement of the existence of a capitalism of a different kind, or post-colonial capitalism, has to be adressed in this light. The characteristics of a postcolonial capitalism cannot be reduced to the existence of three economic spheres of formal work, informal work and a sphere of misery outside of the capital circuit, as Sanyal puts it (2007). These three spheres exist, but the mode of integration of national economies into the global economy and the domestic political structure are two more decisive features of a specific postcolonial capitalism that Sanyal does not refer to extensively. It can be seen that China exhibits another mode of integration into the global economy and a different political structure than most postcolonial states and thus significantly diverts from the dominant path of development. Consequently it is Sanyal´s theory that remains too economistic with its almost exclusive focus on three spheres, although he tries to incorporate the issue of governmentality as a distinctive feature of the management of the sphere of the excluded.

On the theoretical level, the examples touched upon here prove the necessity of an integral debate that both include national and global economic structures as well as their political traditions, institutions and structures.

References

Alexander, Peter (2013), "Marikana, turning point in South African history", *Review of African Political Economy*, 40 (138), 605-619.

Bezuidenhout, Andries; Buhlungu, Sakhela (2011), "From Compounded to Fragmented Labour: Mineworkers and the Demise of Compounds in South Africa", *Antipode*, 43(2), 237-263.

Blanford, Karen; Cummings, Danielle (2013), "Construction in Brazil: PAC 2 – Paving the way for the Future", *World Cement,* June 2013, 36-41.

Bremmer, Ian (2009), "State capitalism and the crisis", *McKinsey Quartely*, July, accessed on 30.9.2014, at http://www.mckinsey.com/insights/public_sector/state_capitalism_and_the_crisis

Capps, Gavin (2012), "Victim of its own success? The platinum mining industry and the apartheid mineral property system in South Africa´s political transition", *Review of African Political Economy*, 39 (131), 63-84.

Chan, Chris King-Chi.; Hui, Elaine (2012), "The Dynamics and Dilemma of Workplace Trade Union Reform in China: The Case of the Honda Workers´ Strike", *Journal of Industrial Relations*, 54(5), 653-668.

Chinguno, Crispen (2013a), "Marikana Massacre and Strike Violence Post-Apartheid", *Global Labour Journal*, 4 (2), 160-166.

Chinguno, Crispen (2013b), "Marikana: fragmentation, precariousness, strike violence, and solidarity", *Review of African Political Economy*, 40 (138), 639-646.

DIEESE (2013) *Estudo Setorial da Construção 2012*, 65, May 2013 (Sao Paulo: DIEESE).

Kan, Wang (2011), "Collective Awakening and Action of Chinese Workers: The 2010 Auto Workers Strike and Its Effects", *Sozial.Geschichte Online* 6, 9-27.

PUDR (People´s Union for Democratic Rights) (2013): *Driving Force. Labour Struggles and Violation of Rights at Maruti Suzuki India Limited*, http://www.pudr.org/?q=content/driving-force-labour-struggles-and-violation-rights-maruti-suzuki-india-limited, accessed 13 February 13 2014.

Sanyal, Kalyan (2007), *Rethinking Capitalist Development. Primitive Accumualtion,*

Governmentality and Post-Colonial Capitalism. New Delhi: Routledge

Silver, Beverly (2003), *Forces of Labour. Workers´ Movements and Globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press

Ten Brink, Tobias; Lüthje, Boy; Mc Nally, Christopher (2013), "Rebalancing China´s Emergent Capitalism: State Power, Economic Liberalization and Social Upgrading", *Journal of Current Chinese Affairs*, 42:3, 3-16.

Van der Linden, Marcel (2005), "Conceptualising the World Working Class", in: Sabyasachi Bhattacharya and Jan Lucassen (eds), *Workers in the Informal Sector. Studies in Labour History 1800-2000.* Delhi: Macmillan India, 21-44.

Véras, Roberto (2013), "Suape em Construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho", *Cadernos CRH*, 26 (68), 233-252.

Véras, Roberto (2014), "Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 103, 111-136.

Epistemology of the South and Transdisciplinarity; a comparison

Hans Dieleman[1]

Abstract

Over the past centuries, the scientific worldview discredited lots of knowing coming from other sources than science, declaring science to be the only legitimate way of creating true knowledge. Both the concepts of Transdisciplinarity and Epistemology of the South address this epistemological marginalization, and arrive at the conclusion that no hierarchy among epistemologies or ways of knowing should exist. The article systematically presents similarities and differences between the two concepts, analyzing and comparing the use of key terms as 'absence`, 'emergence', 'levels of reality' and 'hermeneutics'. Near the end, it proposes certain integration in the form of creating 'Ecologies of Knowledges in Artful and Transdisciplinary ways' addressing vertical and horizontal absence overcoming personal fragmentation and geographical marginalization.

Keywords: Transdisciplinary, Epistemology of the South, Ecology of Knowledges, Artisanship of Hermeneutical Practices, Levels of Reality

Resumen

Durante los últimos siglos, la cosmovisión científica ha desacreditado la gran parte del conocimiento proveniente de la ciencia, declarando la ciencia la única fuente legítima de la verdad. Tanto el concepto de la Transdisciplinariedad como el concepto de la Epistemología del Sur analizan y critican este marginalización epistemológica, y llegan a la conclusión de que no jerarquía entre las epistemologías o formas de conocimiento debería existir. El artículo presenta de manera sistemática las similitudes y diferencias entre los dos conceptos. Analiza y compara el uso de términos clave como 'ausencia', 'emergencia', `niveles de realidad' y 'hermenéutica', y finalmente propone una cierta integración en forma de 'Crear de manera Transdisciplinaria y Artística Ecologías de Saberes" así superando a la vez la fragmentación humana y a la marginalización geográfica.

Palabras clave: Transdisciplinariedad, Epistemología del Sur, Ecología de Saberes, Artesanías de Prácticas Hermenéuticas, Niveles de Realidad

---

1 Dr. Dieleman is professor in the Autonomous University of Mexico-City, worked as invited professor in the Université Dauphine in Paris and held various academic postions in the Erasmus University Rotterdam, the Netherlands. Is member of the Mexican National System of Researchers, fellow of the Academy of Transdisciplinary Learning and Advanced Studies in Lubbock Texas USA and member of the international coordination team of Cultura21, a network promoting cultures and arts of sustainability.

1. Introduction

Modernity, and the scientific worldview on which it is based, has served over the past centuries and in the Global North, as a powerful model for social transformation and emancipation. Its legitimacy however must be seriously questioned, for at least two reasons. First, it declared most, if not all, knowledge other than scientific to be inferior to science, like art, traditional or spiritual knowing. These forms of knowledge were at best seen as embellishment (art) or as products of our emotions or imagination (traditions, spirituality). The domain of Transdisciplinarity[2] as developed by Basarab Nicolescu clearly analyzed this phenomenon in numerous publications. Secondly it discredited most knowing other than Western, declaring that to be backward and a regression, a practice that went hand in hand with colonialism and resulted in the marginalization of knowledge, cultures and people coming from the Global South. This has clearly been put forward and analyzed by the concept the Epistemology of the South as developed by Boaventura de Sousa Santos.

The two concepts have a lot in common, even though they address different concerns and make use of a rather different language. This article explores the similarities and differences between the two concepts and proposes a certain integration of the two in the form of Creating Ecologies of Knowledges in Artful and Transdisciplinary ways.

2. The limitations and dangers of science and the scientific worldview

Colonialism marginalized other-than Western ways of understanding the world and as a result, our view of reality has been largely reduced to the Western science-based understanding that saw birth in Europe in the 17th century. The Epistemology of the South seeks a retrieval and revalorization of knowledges and epistemologies coming from the Global South. It addresses the enormous inequalities worldwide and the marginalization of cultures and peoples, which is seen as an epistemological marginalization or as epistemicide (Santos, 2008, 2009, 2014).

The understanding of the world is equally much broader than the mere scientific understanding of the world based on the application of scientific methodology. On many occasions, Nicolescu condemns the strong and unjustifiable difference we make between scientific knowledge that allegedly describes the real world and other ways of knowing such as artistic, experiential or spiritual knowing that is seen as not more than subjective ideas, experiences or revelations (Nicolescu, 2002, 2006b, 2010). This division has led to the widely accepted notion that all knowledge other than scientific is: “cast into the inferno of subjectivity, tolerated at most as a meaningless embellishment or rejected with contempt as a fantasy, an illusion, a regression, or a product of the imagination” (Nicolescu, 2002:13).

Both see important negative effects of relying on scientific knowledge *only*, as it creates risks

2 Various interpretations of the concept exist. This article focuses exclusively on Nicolescu´s interpretation of trans-disciplinarity

especially in dealing with ethical, existential and spiritual questions. Nicolescu refers to the scientific assumption of the existence of a fundamental divide between the subject and the object of knowing, which leads us to see reality merely as 'an object' thus disconnecting us from reality in emotional and empathic ways. As a consequence we transformed the world - nature, ecology, the other, the patient, the organization, society, life itself – from a living subject into an object that we analyze in merely clinical 'scientific' ways. We thus lost our understanding of the world as a living organ and this has far-reaching consequences: "the Man-God relationship became a Man-Object relationship, of which the only result can be self-destruction" (Nicolescu, 2010:21). In his Manifest, Nicolescu mentions the enormous growth of knowledge of the last century that is unprecedented in human history. But after having said this, he asks:

> "How is it that we know more about what we do and less about what we are? How is it that the accelerating proliferation of disciplines makes the unity of knowledge more impossible to even imagine? How is it as the exterior universe becomes more known, the meaning of our life and of our death declines into insignificance, even absurdity? Must atrophy of interior being be the price we pay for scientific knowledge? Must the individual and social happiness that scientism first promised us recede indefinitely, like a mirage? (Nicolescu, 2002:6)

Santos talks, following the Spanish philosopher José Ortega y Gasset, about "orthopedic thinking" and about the discrepancy between strong questions and weak answers. "Orthopedic thinking is an impoverishment caused by reducing existential problems to analytical and conceptual markers that are strange to them" (Santos, 2009:110). It means that we don`t go to the root of the problem anymore, we merely look for technological fixes. It was not always like that, Santos adds:

> "In its origin, science was fully aware that the most important problems of existence escaped it, such as, at the time, the problem of God's existence, the meaning of life, the model or models for a good society, the relations between human beings and other creatures which, not being human, shared with humans the dignity of being likewise creations of God. All these problems converged to another one, and one far more of a dilemma (. . .) From the 19th century onwards, however, as a result of the increasing transformation of science into a productive force of capitalism (. . .) the epistemological hegemony of science turned it into one single, accurate, and valid kind of knowledge. As a result, only the problems for which science could have an answer were deemed worthy of consideration, and the underlying existential problems disappeared (…) Answers that science gives us now, have an increasing distance vis-à-vis the existential problems underlying the issues, and as a consequence science produces ever more

irrelevant answers" (Santos, 2009:109 -110).

According to Santos, the discrepancy between strong questions and weak answers is a general feature of our time. Looking at my own work in the field of sustainability, I immediately recognize this in the very concept of sustainability that does not address the fundamental unsustainable characteristics of our time. By contrast, it proposes administrative, legal and political constructions that aim at converting us in "sustainable consumers and producers" leaving the system as such untouched, thus palliating the fundamentally unsustainable characteristics of our cultures, societies and economies.

Despite of their serious critique on science, neither Santos nor Nicolescu reject science, but aim to give science a *relative* importance within a much wider and richer practice of 'meaning creation', interpretation or hermeneutics in which science is one of the ways of knowing instead of 'the only appropriate way'.

3. Reality in the transdisciplinary concept of Nicolescu

Before exploring the possibility of creating Transdisciplinary and Artful Ecologies of Knowledges, it is important to sketch the central ontological premises of Nicolescu`s theory of transdisciplinarity. Three notions are particularly important, notions based on the insights of quantum physics and its consequences for understanding what 'reality' is.

The first is that the world – nature - is not, as classical science claims, a fixed entity that exists outside of us. Nicolescu, a theoretical physicist by training, follows various quantum physicists and in particular Werner Heisenberg who rejected this central claim of classical science. To understand this, it is important to make a distinction between 'Real' and 'Reality'. 'Real' is simply that 'what is'. However, Real is 'forever veiled', as Nicolescu calls it, since we will never be able to 'grasp' it completely (Nicolescu, 2010:25). We never see nature or reality in itself, Heisenberg observed, but we see it *as exposed to our method of questioning*. We always 'see' in terms of the methods and language we use, making a selection of that 'what is', based on our capacities of sensing and observing as well as on our capacities of comprehension, apprehension and imagination.

A rainbow for instance does not 'exist' outside of us in the way we see it. There is a physical phenomenon - light passing through water droplets suspended in the atmosphere – but this phenomenon 'converts' into 'our' colorful rainbow when we look at it through the conical photoreceptors in our eyes. We do not simply 'look' at a rainbow that is 'out there', but we create one. On the other hand, we do not create it out of nothing; it is a result of an interaction between 'the object' and 'the subject' resulting in a phenomenon we have come to name a rainbow. As we will see later, this is a typical form of knowledge as emerging out of the interaction between the object and the subject.

The second and most crucial notion is that reality exists in the form of multiple levels that are subordinate to different laws and different fundamental concepts (like the law of gravity and the concepts of logic or causality), while each has its own space-time. Quantum physics shows that not all of reality functions according to classical scientific laws, as quantum entities depart radically from the laws of the macro-physical world. Nicolescu combines this finding with various philosophical ideas that go back as far as the 7th century monk and writer John Climacus (John of the Ladder), Bertrand Russel and, again, Werner Heisenberg (Nicolescu, 2006a). They all conceptualized reality as being made up of various levels with as a consequence that reality is one but complex and discontinuous, as well as multidimensional and multi-referential.

Central in Nicolescu`s work is the idea that we can know reality on multiple levels once we are capable of connecting us with a particular level using those organs of perception that correspond to that level, matching the levels of reality inside of us with the levels of reality outside of us. The level of spirituality for instance requires other organs of perception to connect with than a material level of reality, like rituals or meditation. Artful doing works through organs of perception as imagination, symbolism, aesthetics and lateral thinking (even though logic is included). Knowing on various levels of reality means knowing through a variety of organs of perception thus realizing a more complete and complex understanding of reality. There is however, and this is crucial, no 'overall methodology' that works on all levels. There is no universal system or epistemology that allows us to know all. The way to combine various levels is through the so-called 'Hidden Third' that we will explore in more detail later in this article.

The third fundamental notion is that reality – nature – is not only matter or material. Again, Nicolescu refers to Heisenberg who saw reality as "the continuous fluctuation of the experience gathered by the conscience (...) that can never be reduced to substance" (Heisenberg, 1998:166). For the physicists of today, Nicolescu says, this fact is obvious: "matter is the complexus substance-energy-space-time-information" (Nicolescu, 2012:16). Nature is at once material as well as information and thus mindful, as it is at once material and spiritual, and potentially sensuous, mystical or symbolic. Knowing this world involves using a variety of ways of knowing that exists not only in science, but that exists in the spaces between, among and beyond the scientific disciplines (hence: transdisciplinarity). It invites us to work with the whole human being accepting all forms of knowing as being equal and complementary: scientific, artistic, experiential, symbolic, traditional, magical, ritual or spiritual.

There is an interesting similarity with the way Hans-Georg Gadamer explains our interaction with the outside world. We understand the world, he says, through a process of dialogue where we - subjects - engage in 'listening' and 'hearing', thus opening for what the object has 'to say' (cf. Van Breda, 2008:26). In other words, the subject allows the object to dis-close itself and to be named in a certain way, but only to the extent that the subject is capable

of 'hearing' what the object brings to the surface. What we hear, or see, depends on our sensatory and mental capacities, which develop in function of our 'horizon of meaning' or that what we have come to see and hear as real and relevant (Gadamer, 1975). As most of us have learned to use our sensatory and mental capacities in function of the particular concept of reality put forward by the scientific worldview, we allow the object to disclose itself and be named in ways based on that worldview and not in other ways.

The term 'horizon of meaning' is relevant for both Transdisciplinarity as well as the Epistemology of the South, as the concepts invite us to become aware of the historically developed view we have on reality. Since we always see through a limited horizon, our knowledge is by definition limited. Santos talks about two types of ignorance in this respect: ignored ignorance and learned ignorance. When we are not aware of our ignorance we have an ignored ignorance. When we are aware of the limitations of our epistemology and knowledge, we have a learned ignorance (Santos: 2012:57). The two central concepts explored in this article - Transdisciplinarity and Epistemology of the South - clearly want to teach us to become humans with a learned ignorance instead of with an ignored ignorance.

4. The creation of horizontal and vertical absence

According to Santos, the diversity of the world is infinite and according to Nicolescu, knowledge is forever open as there are potentially infinite levels of reality. Science however leaves out a lot of reality (and knowing) by means of ignoring, declaring it irrelevant and making it 'absent'. This has led to one of Santos`s central ideas, that absence is constructed based on epistemological assumptions that are imposed on people as part of political struggles and conquests for dominance, power and possession. Declaring indigenous knowledge irrelevant and inferior to Western knowledge makes it absent as a viable alternative for Western knowledge, and creates a 'justification' to dominate indigenous people and teach them Western thinking so they can escape from their state of ignorance.

As a response, Santos formulates his sociology of absences that he sees as "research that aims to show that all that does not exist is actually actively produced as non-existent, that is to say, as an unbelievable alternative to what exists" (Santos, 2012:52). He identifies various modes or logics of the production of absence that all has to do with the North-South divide and with imposing Western thinking and epistemology on other parts of the world.

The first is non-existence based on the scientific 'monoculture of knowledge' turning all non-Western epistemologies and cultures into expressions of ignorance or lack of culture. Because of that, they cannot be considered as alternative ways of knowing or being. In a similar way there is a 'monoculture of linear time' based on the idea of immanent linear progress towards 'modernity'. This logic produces non-existence by declaring backward all that is not moving into that direction. The third logic of social - especially racial and sexual –

classification produces forms of insuperable inferiority based on natural features. The inferior ones, due to their insuperable inferiority, can never be or become credible alternatives to the superior ones (Santos, 2012:52).

The 'logic of the dominant scale', equally rooted in Western modernity, is the idea that the universal and the global take precedence over the particular or vernacular, thus making the particular and the local seen as inferior to the global and universal. Finally, the 'logic of productivity', based on criteria of capitalist productivity, declares non-productiveness as inferior to productivity. "Applied to nature non-productivity is seen as sterility and applied to labor it is a sign of poor professional quality" (Santos, 2012:53).

All these 'logics' serve to impose Western thinking on the cultures of the Global South. As a consequence it creates absence in the sense that other-than Western cultures or epistemologies can never be alternatives for Western ones.

Nicolescu does not use the terminology of Santos, but he very well could do that as he implicitly talks about the construction of absence that is inherent in science and the scientific worldview. Yet it is a different absence that I will call vertical to distinguish it from Santos`s absence that is mainly horizontal as it is based on a geographically distributed inequality. The vertical absence is located on 'the ladder' of various levels of reality and deals with declaring absent all knowledge that is based on other than scientific sources. This is an impressively long list of sources such as emotions and emotional intelligence, incorporated knowledge and our embodied being, spirituality, tradition, mythology, art, rituals and more.

Within the West and within the scientific worldview, the existence of emotions and embodied intelligence is recognized. Intuition, traditions, myths or sagas equally exist but all are pushed to the margin when it comes down to creating valid and 'true' knowledge. Even art, though recognized as 'high culture', is marginalized when it comes down to creating true and valid knowledge. An essential yet implicit notion within Nicolescu`s transdisciplinarity is exactly the creation of absence as science does not recognize the multileveled nature of reality where each level works according to its own fundamental concepts and laws. The scientific worldview claims that all of reality can be known using a science-based epistemology.

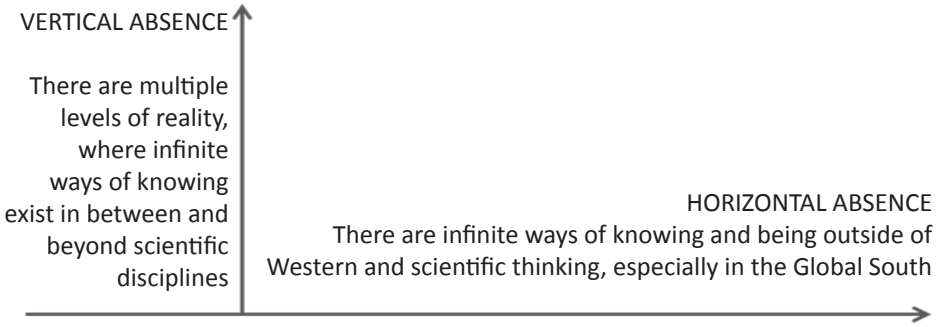


Figure 1: Schematic representation of vertical and horizontal absence/ emergence[3]

3 Figure 1 is created by the author as part of writing this text

The *'Epistemology of the North'* creates two forms of absences (horizontal and vertical) simply by excluding all ideas and concepts that are incompatible with the axioms of classical sciences and therefore can never serve as valid alternatives for scientific knowledge.

Often the absences coincide, as for instance in the Peruvian concept of *"Pachamama".* Pachamama, also referred to as 'Mother Earth', is an Inca Goddess who presides over planting and harvesting and has special creative powers to sustain life on this earth. According to the Quechua cosmology of the indigenous people of the Andean mountain ranges (the former Inca Empire), Pachamama forms together with her husband Pacha Kamaq and her children Inti and Killa, the four organizing principles of nature based on water, earth, sun, and moon. Until today, Pachamama is very important for many inhabitants of the Andean mountain ranges that stretch from present day Bolivia via Ecuador and Chile to northern Argentina. People often toast to her honor before they start their meetings and festivities, and use various rituals and ceremonies to honor her on special worship days (Mathews-Salazar, 2006).

Many Westerners look at Pachamama as 'interesting', 'colorful' and 'meaningful for the indigenous people', but would never consider such a cosmology as a possible alternative for the Western cosmology, and as a possible alternative way to approach problems of unsustainability. That would indeed be seen as a 'regression' because, as many would like to argue, science has shown us that water, earth, sun, and moon are part of ecological systems that function according to certain laws and cannot be influenced through ceremonies or rituals that call for the creative powers of Gods.

Neither Santos nor Nicolescu would like to suggest to Westerners to adopt the concept of Pachamama as their cosmology and use it as an organizing principle in their lives. The concept, cosmology and corresponding practices are regional and contextual and there should be no reason to declare them 'universal' or 'global' as there should be no desire to declare any other regional cosmology or worldview (including the European one) to be 'universal' and 'global'. Both Santos and Nicolescu opt for a co-existence of various ways of knowing and for seeing them as complementary and principally equal.

5. The creation of emergences

While the sociology of absence is based on the notion that science ignores a lot of reality, the 'sociology of emergences' focuses on overcoming scientific dualities and the exclusive use of analytical rationality. Here again, Nicolescu and Santos share various insights.

The sociology of emergences wants to create plural futures based on concrete possibilities that may be utopian and realistic at once. Santos follows the work of the German philosopher Ernst Bloch who introduced the concepts of 'Not' and 'Not Yet' to complement the categories of 'All' or 'Nothing' (Bloch, 1995). "The 'Not' is the lack of something and the expression of the will to surmount that lack. To say 'No' is to say yes to something different", Santos

explains, “as such it needs to be distinguished from the ‘Nothing” (Santos, 2012:54). In other words: saying ‘No’ to the hegemonic form of development does not mean leaving behind with ‘Nothing’ but is saying Yes to another kind of development. The ‘Not Yet’ expresses what exists as a tendency or as something latent in a process of manifesting itself. “The ‘Not Yet’ is the way in which the future is inscribed in the present, as a possibility and a capacity that neither exists in a vacuum nor is completely predetermined” (Santos, 2012:55-56).

It is an attempt to get away with the Marxist tendency of mere materialism, introducing the relevance of ‘dreaming’, ‘emotions’ and of ‘consciousness’. Bloch introduces the concept of ’anticipative consciousness’ that he distinguishes from utopian consciousness that deals with the long term and is still too much within the logic of all or nothing. Anticipative consciousness is ‘Not Yet-consciousness’ that falls within the horizon of concrete - utopian and realistic - possibilities. Bloch mentions the appeal of dressing-up, the world of fairytales, the travel, the dream-factory of film and theatre that all offer images of better life that, when turned into a considered blueprint, can convert into *planned or outlined utopias* (Bloch, 1995:3). The sociology of emergence is not conventional as it is based on the subjective element of anticipatory consciousness and a ‘want’, dream or emotion that exists within the horizon of possibilities. Anticipative consciousness is not reachable without a theory of the emotions, as Bloch explicitly stated and Santos is acknowledging (Santos, 2012:56). It depends on subjectivity, imagination, want and art, seen as an imaginative and constructive form of *inquiry* into reality and not as mere embellishment (though these are not always contradictory).

In a transdisciplinary terminology, it implies working on other-than scientific levels of reality, and outside the realm of formal knowledge. The sociology of emergence enters levels of reality that are not subjected to classical scientific concepts and laws, and neither to those of sociology as put forward by Marxism or any other traditional sociological approach. It substitutes binary logic with ternary logic overarching the classical dualities of yes or no, right or wrong or material or spiritual. Ternary logic is closely related to the existence of multiple levels of reality. An opposition, for instance Actuality vs. Dream, which exists on one level of reality, may be non-contradictory on another. This is realized through what Nicolescu calls the ‘Included Middle’ that unites what is separated, yet on a different level of reality (Nicolescu, 2010). Dream and Actuality indeed may be opposites but the opposition can be overcome through anticipatory consciousness that belongs to the Not-Yet, turning it into a planned utopia.

Transdisciplinary dynamics is dynamics of the Not-Yet or of ternary logic where opposites may convert in unities. Nicolescu observes that: “The human being is the unique being in the universe able to conceive an infinite wealth of possible worlds. These ‘possible worlds’ are certainly corresponding to different levels of Reality” (Nicolescu, 2012:25).

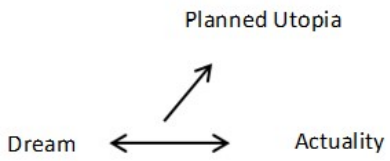


Figure 2: The conversion of an opposite into a unity [4]

Again, Santos and Nicolescu use different words and concepts but point in a similar directions. Nicolescu as well gives an important role to consciousness that he sees as a connective tissue that allows us to link with reality on various levels thus experiencing unity in complexity. He calls this the 'Hidden Third' that he defines as a connection term or "a flow of consciousness that coherently cuts across different levels of Reality of the Subject and that must correspond to the flow of information coherently cutting across different levels of Reality of the Object." (Nicolescu, 2012:21-22). This consciousness is not related to one level of reality in particular and because of that, it does not involve resistance with reality. In science and in daily life, we explore and test our concepts or our feelings by putting them to the test of reality. Doing so, we receive "an answer from reality" that informs us on our concepts, feelings and understanding: if they are right, accurate or wrong.

Such resistance however does not exist in between levels of reality and because of that, Nicolescu calls that the zone of non-resistance to perception. It is a zone that corresponds to the sacred as it allows us to see unity and connectedness and holds the potential to restore the Man-God relationship that, as we saw before, has been converted in a Man-Object relationship. Like Santos, Nicolescu emphasizes the importance of subjectivity, emotions and equally of ethics and normativity, precisely those aspects that science excluded thus creating a 'clinical' world where all is subject to technical and scientific rationality, materialism and the binary logic of 'all or nothing'.

The Sociology of Emergence ***is*** fully transdisciplinary. Santos talks about this sociology as non-conformist since it depends on subjectivity, want, dreams and emotions. In transdisciplinary terminology this is nothing else than saying that it depends on knowing on other-than material levels of reality. The Not-Yet characteristic of anticipatory consciousness opens the possibility of creating reality by changing a binary logic into a ternary one. Nicolescu once observed that reality is not a book for us to read, but a book that we actually write, as reality depends on us. The sociology of emergence is based on the same idea and this is more than just being 'non-conformist'. It involves a major paradigm change.

6. Ecologies of knowledges and unity of knowing

The above mentioned has three major implications. First that 'true' or 'valid' knowing is

4 Figure 2 is created by the author as part of writing this text

not realized through applying formal methods only, but is as well based on subjectivity and consciousness. Moreover, there is no hierarchy among them. Secondly that knowing is in essence based on the way that we allow reality to disclose itself, which depends on our capacities of seeing and hearing. Thirdly that we can never know 'all' as every single form of knowing is limited. These implications present us with the question how to know in comprehensive ways incorporating various epistemologies or levels of reality. Both Santos as Nicolescu introduce the term 'hermeneutics' when they are exploring the answer to this question.

This makes sense when we think of for instance Heidegger (1975) who introduced hermeneutics as understanding or knowing that is non-mediated by formal methods (Heidegger, 1975). For Gadamer, hermeneutics meant knowing through experience and reflection that he saw as rather opposite to methodical contemplation (Gadamer, 1975). Gadamer looked at this as taking place in a hermeneutical circle where we only understand parts when we see them in the context of the whole, and we only understand the whole in the context of understanding the parts. This cyclical idea is present in both Transdisciplinarity and Epistemology of the South. Unlike Gadamer however, they both see knowing as infinite and forever open hence no closed circle or cycle exist. For Santos, each way of knowing, just as each form of ignorance, exists only in the infinite plurality of knowledge or ignorance, while no single way of knowing or epistemology is able to understand itself without referring to the others (Santos, 2012:57). According to Nicolescu the structure of the totality of levels of reality and corresponding levels of perception is what it is because all the levels exist at the same time (Nicolescu, 2010:24).

Nicolescu thinks in terms of transdisciplinary hermeneutics that aims at creating meaning on various levels of reality thus restoring unity of knowing. For him, a '*Homo sui transcendentalis'* is a person that "works with both that which is seen, observed and measured as well as with that which is unseen. He tries to capture the unseen "using a language of the imaginary thus trying to penetrate higher levels of Reality - parables, symbols, myths, legends, revelation" (Nicolescu, 2008:510). The wording used - Homo sui transcendentalis, unity of knowing – could suggest that Nicolescu thinks in terms of creating a new and universal system of knowing. This however is far from being true. He explicitly warns against the creation of such a new and universal system: "Transdisciplinary hermeneutics avoids the trap of trying to formulate a super-science or a super-religion", he argues: "Unity of knowledge can be only an open, complex and plural unity" (Nicolescu, 2008:515).

Neither does he provide us with a compelling set of methods or guidelines on how to be a Homo sui transcendentalis and arrive at unity of knowing. There is no fixed toolbox. Yet the answer is at least in part in his transdisciplinary theory. It means connecting us with the world on various levels of reality, as well as in the sacred zones of non-resistance that exist in between the levels of reality. This implies knowing through various forms of knowledge like formal knowledge, learning by experience and reflection, knowing through artful inquiries or

direct knowing from inside.

In practice there are different ways to realize such transdisciplinary hermeneutics, on both a personal and on a group or collective level. On a personal level it involves a combination of ways of knowing with moments of deliberate mindful action alternated with moments of restraining from such action, allowing the mind to open and to be cleared (Dieleman, 2015). Transdisciplinary hermeneutics not only contributes to the epistemological aim of reducing fragmentation of knowledge, it equally helps dissolving the fragmentation inside of us. It allows us to become complete persons again, not only with a mind and a brain, but equally with a body, a heart, a spirit and a soul. Knowing becomes relating us with our environment in a complex way, as I illustrated using the example of knowing a tree in a transdisciplinary way:

> Thinking for instance in the relationship between man and tree, the various levels of reality and perception can easily be illustrated. On a scientific or material level an important element of our relationship is that trees produce O2 and process CO2 to do so. We humans on the other hand exhale CO2 and need to inhale O2 to survive. This constitutes a symbiotic relationship between us, on one particular level of reality. There are various other levels of reality however where we find other types of relationships. In the course of history trees have served as protection for us against rain and sun. Without doubt they (together with rocks) have triggered our imagination and creativity and made us think of the concept of shelter and a roof to protect us from a harsh climate. This constitutes a different level of reality with different laws and concepts (Imagination, associative and lateral thinking, creativity). Aesthetics is yet another level that makes us see trees as living sculptures with often incredibly beautiful lines, patterns, dimensions and angels. On this level many artists over time were stimulated to paint and sculpt trees, thus trying to explore the essence of our reality. Whenever I (Hans Dieleman) enter a forest and even when I am in the proximity of a few trees, I always and almost immediately feel the relaxing effect that trees have on me. This constitutes a relationship on yet another level, of emotional relationship, with different laws and concepts. And this relationship is equally 'real' for me, or maybe even more real because it is what I immediately feel. On a spiritual level, trees may represent wisdom and may be moderators that can help us enter in contact with Mother Earth, or help us find wisdom that is otherwise inaccessible (Dieleman, 2012:46-47).

Nicolescu gives various examples of transdisciplinary hermeneutics on a group or collective level (Nicolescu, 2008). He directed for instance a series of collective writings focused on the collaboration between science, religion, art, poetry, philosophy and psychology. Two of such

writings were published in French and two in Romanian (Dinca, 2011). These studies resulted in, in terms of Santos, ecologies of knowledges (on different levels of reality), which formed a basis for creating meaning of meaning across and beyond various levels of reality. In the long run, Nicolescu hopes to realize in this way a 'fusion of horizons of meaning' of science and all other fields of knowledge, like arts, poetry, religion, economics, social life and politics (Nicolescu, 2010, Nicolescu and Ertas, 2013).

Santos`s orientation is more explicitly oriented to group work even though he as well focuses on individual understanding of reality. Central to him are the concepts of 'diatopical hermeneutics' and 'ecologies of knowledges'. "'Diatopical hermeneutics' consists of interpreting two or more cultures, aiming at identifying isomorphic concerns among them and the different answers they provide" (Santos, 2012:59). The concept of ecologies of knowledges refers to the unlimited diversity of knowledges (Santos uses the plural: knowledges) and cultures worldwide, and refers to activity of going beyond one`s own epistemology comparing it with that of others (2009:116). This is realized through either 'intercultural translation' of knowledges or 'artisanship of practices' as a way of joining practices based on diverse epistemologies.

Santos gives the example of human dignity to illustrate the task of intercultural translation among different cultures (Santos 2008). The Western Human Rights concept protects people and their dignity based on the idea of *legal* equality for everyone. This principle however is not universally accepted. In India, the untouchables are legally different from other groups in the cast system. Yet the Hindu concept of Common Dharma (Sadharana Dharma) ensures a *spiritual* sameness for all creatures and opens the possibility of human dignity for all yet based on a different principle.

A subsequent step is 'artisanship of practices' that has the pragmatic aim of finding concrete contributions coming from various cultural practices, for the realization of certain desired goals or objectives. It does not accept on beforehand any established professional or institutionalized practice but aims at putting all knowledges and practices to the test. The "ecologies-of-knowledge-exercises" thus created may be very different dependent of a specific concern. "The concern with preserving biodiversity may lead to an ecology combining scientific, peasant or indigenous knowledge while the concern with fighting discrimination may lead to an ecology of ways of knowing produced by different social movements: feminist, antiracist, gay, lesbian, human rights, indigenous or Afro-descendents" (Santos, 2009:117).

The transdisciplinary and diatopical hermeneutics reflect the interest of the concepts or domains of Transdisciplinarity and Epistemology of the South. While Nicolescu focuses on the vertical levels of reality, he aims at integrating various complementary ways of knowing coming from science, arts, poetry, religion and social life. Santos`s prime interest is in joining various - horizontal - cultures and his hermeneutics aims at creating heterogeneous understanding and action around shared concerns. Both make visible that what has been

made absent and both hope for knowledge, understanding and practices emerging from the hermeneutic practices they propose. Both warn against a possible misunderstanding that they claim to join "all" knowledges. This will never be possible and should therefore not be an objective or desire.

7. Conclusion: Transdisciplinary & Artful Epistemology of the South

There is clearly an isomorphic concern among the domains of Transdisciplinarity and Epistemology of the South, and there are various similarities in the thinking of Basarab Nicolescu and Boaventura de Sousa Santos. Both domains have their own merit yet it will be interesting to integrate in more explicit ways some of the key notions of Transdisciplinarity with those of the Epistemology of the South.

This is clearly relevant for the notion of vertical and horizontal forms of absences. Integrating them creates a two-dimensional space of absences that is clearly richer that the two one-dimensional absences both explicitly formulated so far. It invites creating ecologies-of-knowledges in transdisciplinary and artful ways, turning 'intercultural translation' and 'artisanship of practices' not only in activities focusing on geographically distinct epistemologies but equally among epistemologies rooted in different levels of reality, such as art, religion, poetry or meditation.

More in detail, it can enrich intercultural translation in an activity that is not only based on analysis and dialogue, but could equally include processes of translation on other levels of reality like poetry, theatre, novels, various fine arts practices, rituals and direct knowing, provided that they all are seen as genuine practices of inquiry. Many art practices exist, both in the Global South and North, which aim at interventions in public spaces or communities, work like entrepreneurs in conventions aiming at the co-construction of new conventions, a practice that is rather similar to the concept of intercultural translation (Kagan, 2011, Dieleman 2012). Traditional dialogues based on exchanging arguments could be extended with dialogues as proposed by David Bohm (Bohm, 1996). Such dialogues restrain from exchanging arguments and create open mental spaces where participants reflect more deeply on the wholes instead of the parts. Such practices will enrich ecologies of knowledges in considerable ways, as they potentially open unexplored levels of reality where traditional opposites may convert in new common ground.

As mentioned before, Santos`s description of sociology of emergence clearly is transdisciplinary. Artisanship of practices has all the characteristics to work on multiple levels of reality and often this will be done. It is recommendable to make this an explicit characteristic of artisanship of practices. My own experience in participating in the World Social Forum in Mexico tells me that including other-than-cognitive epistemologies, like for instance those related with the arts, are easily seen as embellishment or entertainment.

Changing this implies working in Spaces of Experimentation and Imagination where various epistemologies are practices simultaneously (Dieleman, 2013). In such spaces participants co-create new realities on various levels by means of engaging in the co-construction of concrete entities (a technology, a community-based practice) in a non-structured way, exchanging life experiences, introspection, imagination, dreams and visions. Like the mental spaces of Bohm, these physical spaces are mentally open and stimulate experiencing puzzlement and surprise thus transcending existing boundaries. Such a model seeks to avoid entering in discussion around established differences and oppositions, as it focuses on emergence through working on levels of reality where existing, established or institutionalized opposition have a limited meaning.

Making 'intercultural translation' and 'artisanship of practices' transdisciplinary and more explicitly artful, has the potential to create richer ecologies of knowledges overarching cleavages both within ourselves as well as within the Global North-South divide.

References

Bohm David (1996), *On Dialogue*, edited by Lee Nichol, Routledge, London

Bloch Ernst (1995), *The Principle of Hope*, Cambridge, Mass.: MIT Press.

Breda van John (2008), "Overcoming the disciplinary divide, towards the possibility of a transdisciplinary hermeneutics", in M. Burns & A. Weaver (orgs). *Exploring sustainability science: a southern African perspective*. Sun Press. Stellenbosch

Dieleman Hans (2015), "Transdisciplinary hermeneutics; working from the inner self, creating ecologies of knowing", *Transdisciplinary Journal of Engineering & Science,* 6, December, 2015 (forthcoming)

Dieleman Hans (2013), "From Transdisciplinary Theory to Transdisciplinary Practice: Artful Doing in Spaces of Imagination and Experimentation", in Nicolescu Basarab and Atila Ertas (org.), *Transdisciplinary theory and practice,* Atlas Classic Book Series 2013, The Atlas, 67-88-

Dieleman Hans (2012), "Resilient cities and organizational learning; stimulating eco-cultural innovations", *Journal of Cleaner Production, Special Volume Advancing sustainable urban transformation*", 38.

Dinca Irina (2011), "Stages in the Configuration of the Transdisciplinary Project of Basarab Nicolescu", *Transdisciplinarity in Science and Religion*, 2,119-136.

Gadamer, Hans-Georg (1975), *Truth and Method,* Sheed & Ward, London

Heidegger M. (1975), *Poetry, Language, Thought*, Albert Hopfstader, trans. New York: Harper & Row.

Heisenberg Werner (1998), *Philosophie - Le manuscrit de 1942*, translated from German and introduction by C. Chevalley, Seuil, Paris.

Kagan Sacha (2011), *Art and Sustainability: Connecting Patterns for a Culture of Complexity*. Bielefeld: transcript Verlag.

Mathews-Salazar Patricia (2006), "Becoming All Indian: Gauchos, Pachamama Queens, and Tourists in the Remaking of an Andean Festival", *in* Picard David and Mike Robinson (org.), *Festivals, Tourism and Social Change, remaking worlds,* Cromwell press, Great Brittain

Nicolescu Basarab (2002), *Manifesto of Transdisciplinarity*. Albany: State University of New York Press

Nicolescu Basarab (2006a), "Heisenberg and the Levels of Reality", *European Journal of Science and Theology*, 2(1), 9-19.

Nicolescu Basarab (2006b), "Transdisciplinarity, past, present and future, published" in Haverkort Bertus; Coen Reijntjes (org.), *Moving Worldviews – Reshaping sciences, policies and practices for endogenous sustainable development*, COMPAS Editions, Holland,142-166.

Nicolescu Basarab (org) (2008), *Transdisciplinarity – Theory and Practice.* Cresskill, New Jersey: Hampton Press

Nicolescu Basarab (2010), "Methodology of Transdisciplinarity – Levels of reality, Logic of the Included Middle and Complexity." *Transdisciplinary Journal of Engineering & Science,* 1(1),19-38.

Nicolescu Basarab & Atila Ertas (org) (2013), *Transdisciplinary Theory & Practice,* in: The Atlas Publishing, Lubbock, Texas, USA

Nicolescu Basarab (2012), "Transdisciplinarity: the hidden third, between the subject and the object", *Human & Social Studies. Research and Practice*. 1(1),13–28.

Santos Boaventura de Sousa (2009), "A Non-Occidentalist West?: Learned Ignorance and Ecology of Knowledge", *Theory, Culture & Society*, 26 (7–8) 103 -125.

Santos Boaventura de Sousa (org.) (2008), *Another Knowledge Is Possible: Beyond Northern Epistemologies.* Verso, London

Santos Boaventura de Sousa (2012), "Public Sphere and Epistemologies of the South", *Africa Development*, XXXVII(1), 43 – 67.

Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Paradigm Publishers, Boulder Colorado, USA.

El Sur del Diseño y el Diseño del Sur

Alfredo Gutiérrez Borrero[1]

Resumen

Según Klaus Krippendorff, diseñar artefactos es "dar sentido a las cosas para otros". Con eso en mente examino varias concepciones: Ubuntu (sudafricano), Mitakuye oyasin (lakhota norteamericano), Sumak Kawsay (andino), diseño social (José Luis Ramírez) y diseño convivencial (Iván Illich) como caminos para diseñar cultura material e inmaterial con conocimiento emancipación que valide el derecho de cada quien a ser experto en su propia experiencia (diseñar con otros) sin privilegiar posturas de expertos que diseñan por y para otros. Llamo *Diseño del Sur* a la estrategia de imaginar desde los bordes ('imarginar') presentes deseables para beneficiar la heterogeneidad planetaria. La contracción "del" vinculada a 'sur' remite a cuanto procede del sur (geográfico, cultural o epistemológico); y a la construcción del sur como lugar de lugares liberador para la multitud de muchos en cuanto muchos.

Palabras clave: Diseño del sur, 'imarginación', saberes sureños, convivencialidad, 'profundice'.

Abstract

According to Klaus Krippendorff, designing artifacts is "make sense of things for others". From there I examine various conceptions: Ubuntu (South African), Mitakuye oyasin (American lakota), Sumak Kawsay (Andean), social design (José Luis Ramírez) and convivial design (Ivan Illich) as ways to design material and intangible culture with knowledge as emancipation. I claim that each person can be expert on her/his own experience (design with others) without privileging professional experts whose design is by, and instead of, others. I named Design of the South the path to imagining from the margins ('imargin'), desirable present times for all the global heterogeneity. The contraction 'of' linked to 'South' refers to what comes from south (geographical, cultural or epistemological) and to the building of South as a liberator place of places for the multitude of the many in their quality of many.

Keywords: Design of the south, 'imargination', Southern knowledges, conviviality, 'depthsurface'.

---

1 Alfredo Gutiérrez Borrero: estudiante de doctorado en diseño y creación de la Universidad de Caldas, Manizales Colombia (2014), Magíster en Estudios de Género de la Universidad Nacional de Bogotá, Colombia (2012). Especialista en Docencia Universitaria de la Universidad Militar Nueva Granada de Bogotá, Colombia (2007) y Zootecnista de la Universidad de La Salle de Bogotá, Colombia (1991). Miembro del consejo editorial y columnista de la revista colombiana *proyectodiseño* (1997-2014). Profesor de Investigación en diseño del Programa de Diseño Industrial de la Universidad Jorge Tadeo Lozano de Bogotá, Colombia (1993-2014).Intereses: diseño del sur, codiseño, diseño y comunidad, diseño y género, diseño ética y política, saberes alternativos. Correo electrónico: alfredo.gutierrez@utadeo.edu.co

Introducción

Escribo como profesor del Programa de Diseño Industrial de la Universidad Jorge Tadeo Lozano en Bogotá, Colombia, en donde desde 2012 empezamos a teorizar el "diseño del sur" como categoría flexible analítica y de acción. Partimos de lo planteado por Klaus Krippendorff, quien nos visitó en 2011; para él diseñar es dar sentido a las cosas para otros, (2006:15 y 2007:69); a lo cual agregamos, ¡y con otros! Sobre el sentido compartimos lo expresado por José Luis Ramírez (1997) para quien el sentido no es, como pretenden algunos, un fin último. Esto, por cuanto el fin lo alcanzamos al culminar, mientras el sentido inspira desde el comienzo nuestros modos de formular y escoger caminos que nos conducen a los fines. El sentido es la informulable, la siempre presente acción para diseñar fines.

Con ello en mente comunico ideas que surgieron en 2012, cuando junto con él profesor Camilo Angulo Valenzuela, realizábamos un proyecto investigativo para caracterizar los proyectos de grado de Diseño Industrial Tadeísta (entre 2009 y 2011) frente a diversos enfoques cartográficos de diseño contemporáneo. Este trabajo de grado era entonces, y aún es, el documento escrito que quedaba como requisito académico en la Biblioteca de la Universidad Jorge Tadeo Lozano, el cual se presentaba por parte cada estudiante al finalizar el ejercicio que marcaba su tránsito al profesionalismo. Los trabajos indicaban en su mayoría, conforme encontramos. poca meditación argumentada de los autores sobre el sentido de su actuación como diseñadores. Y se limitaban cumplir parámetros técnicos, cuando no requerimientos institucionales.

En conversaciones con Fernando Álvarez, también profesor del Programa de Diseño Industrial tadeísta, combinamos las ideas del sur y del diseño para *pensar en el sur del diseño y en el diseño del sur*. El sur como otra forma (metáfora) de hablar de lo silenciado, y otro nombre (metonimia) para lo desechado. Pensar en el sur es algo ya adelantado por varios autores, pero no tenemos evidencias de que otros teorizaran antes algo como el *diseño del sur* (no encontrar, claro, puede implicar, más que inexistencia, búsqueda incompleta). Como fuere, en Google Colombia a comienzos de 2014, una búsqueda sobre "diseño del sur" conduce, como referencias, a trabajos nuestros, que en razón de espacio no citaré, o a tentativas posteriores en la Universidad Jorge Tadeo Lozano donde el término fue incorporado al discurso de colegas y estudiantes[2]. Más que reivindicar originalidad por la invención del concepto, reporto la genealogía del mismo.

Ahora bien, para caracterizar la atmósfera en la que surgió, cabe rememorar la historia académica del diseño industrial tadeísta donde laboramos los profesores Álvarez, Angulo

2 Y culminó como tema de la II Bienal Internacional Tadeísta de Diseño Industrial, que tuvo lugar en la Universidad Jorge Tadeo Lozano de Bogotá del 8 al 12 de septiembre de 2014 con la presencia como invitados especiales de los profesores Kevin Murray (del NorthernMelbournInstitute of TAFE, NMIT de Melbourne), Australia), Cameron Tonkiniwise (del Carnegie MellonUniversity CMU, de Pittsburgh, Estados Unidos) y Ana María Fernández (de la Universidad Jorge Tadeo Lozano, de Bogotá, Colombia). En este evento el diseño del sur fue trabajo a partir de cuatro mesas problémicas: 1. Horizontes y emergencias; 2. Acciones y activismos; 3. Historiografías; y 4. Tensiones sociales.

y yo. Esta comenzó en abril de 1974, y nuestro Programa, cuenta a cuatro décadas de fundado con cerca de 4000 egresados y 1900 estudiantes, los cuales en septiembre de 2014 celebramos con particularidades que precisé en nota al pie nuestra II Bienal Internacional Tadeísta de Diseño Industrial con la temática del Diseño del Sur.

Reitero, de vuelta al proyecto del cual derivó todo que, al examinar los proyectos de grado de los estudiantes que transitaron hacia al profesionalismo entre 2009 y 2011, encontramos que la huella archivada del proceso era únicamente el documento memoria, pues los modelos (toda suerte de ejercicios de proyección de artefactos desde bocetos hasta prototipos y de formas intermedias que soportaban los proyectos), no quedaban almacenados, ni las interacciones conversacionales de sustentación ante jurados eran filmadas. Además, dichos documentos, más que determinar las notas finales, eran un requisito al cual daban forma final los estudiantes con desgano y conocedores del puntaje con que habían aprobado (y aún lo hacen a mediados de 2014, pese a nuestros intentos por remediarlo). Tampoco era mucho el tiempo, ni muy detallado el trabajo que los profesores, en razón de otras ocupaciones, invertíamos en revisarlos.

Realizar objetos con excelsitud técnica y maestría en los acabados es con excepciones mínimas la moneda de cambio del diseño industrial tadeísta y en general del diseño industrial: una disciplina de raigambre colonial y capitalista, cuya historia está ligada a los procesos industriales en los que el artesanado, inicialmente en Inglaterra, fue reemplazado por formas seriales de producción, siendo la Gran Exposición Internacional de Londres de 1851 (donde fueron expuestos “trabajos de industria de todas las naciones”) el episodio de nacimiento más comúnmente aceptado (Gay & Samar, 2007:7).

El diseño industrial es uno de los puntales de la modernidad occidental, en especial noratlántica y al comenzar a pensar desde el sur o al menos desde un sur (con particularidades que pormenorizo más adelante), intentamos liberarlo de esa matriz colonizadora; por eso, con mis colegas, los profesores Angulo y Álvarez, estamos sintonizados con la pregunta que hace Arturo Escobar (2012) sobre la posibilidad de extraer el diseño de su arraigo modernista y de dirigirlo hacia otras constelaciones de prácticas, desempeños, premisas y narrativas ontológicas. O de cuestionarnos si es viable un diseño de mundos, en donde sea aceptado que cada comunidad tome parte en el diseño de sí misma para, mediante conocimientos de otros modos (distintos a los de la modernidad basados en dualidades excluyentes del tipo: naturaleza-cultura, o centro-perferia) poder emplear ese diseño como uno de los instrumentos para avanzar hacia un universo plural al que Escobar llama ‘Pluriverso’. La búsqueda del diseño del sur, transita por ese rumbo.

Ahora bien, en un episodio particular, del proyecto señalado, al comunicarnos con 13 de los ahora profesionales, autores de los documentos de grado estudiados, confirmamos que aunque asumidos con voluntad y entusiasmo, los ejercicios culminaban instrumentalizados pues la guía profesoral devenía con frecuencia en imposición. Particularmente proyectos

con fines altruistas, ecológicos o humanitarios quedaban, tras la ceremonia del grado, fuera del horizonte de los estudiantes, quienes pasaban a buscar trabajo en escenarios más mercantiles. Los documentos resultaban inorgánicos y las experiencias de sus autores quedaban desperdiciadas. Las fuentes de consulta eran sobre temas particulares pero no sobre el sentido del diseño, confirmando de este modo, en la notable carencia de problematización del oficio, lo escrito por José Luis Ramírez al señalar que: "una teoría del diseño que, para ser teoría, no sepa independizarse de todos los tipos concretos de objeto, será una teoría del diseño de esos objetos, pero no una teoría general del diseño" (1997, s.p.).

En contraste, el norte del diseño lo asimilamos a la propensión a valorar a los diseñadores como generadores de valor técnico productivo consumista y mercantil dentro de un accionar industrial productivista aún en el caso de los servicios. El sur del diseño estaría en toda práctica, como planteó Iván Illich, ajena al monopolio del modo de producción industrial "que transforma a las personas en materia prima, personas-herramientas, para elaborar más herramientas" (cf. 1978). El Sur sería eso otro de lo vivido en circunstancias verticalmente ordenadas; y específicamente el sur del diseño, aquello a lo que en el mapa de la disciplina se le otorga menos valor; el diseño del sur es, por último, lo que se produce en los sures como la construcción de las propias ideas del sur. Sin sentido, sin rumbo, sin orientación (más efectivamente sin 'occidentación'), no había sur.

El Sur

Cabría apuntar como comprendemos el concepto de sur en nuestras tematizaciones; pues bien, allí donde Boaventura de Sousa señala que por Sur comprende la metáfora mediante la cual él identifico el sufrimiento que ha padecido el ser humano bajo el sistema capitalista globalizado (*cf.* Santos, 1995:506); algo que es problematizado por Mignolo (2003:43,53-55) para quien la idea del sur es inicialmente una noción de diferencia imperial entre, por un lado, imperios capitalistas occidentales y cristianos (alemanes, ingleses y franceses por un lado) con un eje noratlántico y prostestante (no tan evidente en el caso de Francia) y, por otra parte imperios latinos, mediterráneos y católicos al sur (ibéricos e italianos); dicha idea del sur, toda vez que en el mundo no hay arriba ni abajo es una suerte de ficción epistémica cuya escenificación geográfica produjo a finales del siglo XX en el sur de Europa, la emergencia de un pensamiento meridional, dentro de ese sur inventado, en el marco del cual nuevas lecturas entre otros autores de Antonio Gramsci dan cuenta de una suerte de colonialismo interno en Europa misma. Para Mignolo esta es una muestra de "pensamiento otro" o gestado en Europa sin ser del todo eurocéntrico, propiciando así "una crítica no eurocéntrica al eurocentrismo desde el sur de Europa" según define (2003:55) el proyecto de Santos. Así, Mignolo pareciera dar entender que el pensamiento emancipador del sur, es apenas una parte del pensamiento otro y de los procesos de descolonización mundiales, y acaso una metáfora débil para englobar todas las dinámicas de emancipación en el planeta. Mignolo

insiste en que su paradigma no es de transición, apartándose de la transición paradigmática de Santos, sino de disrupción (2003:22, 55-56).

No obstante para nosotros el sur (o, más aún, los sures), son, prácticamente la totalidad de las construcciones geográficas y epistémicas humanas, aquellas partes dentro del modo en que son mapeadas las realidades - por quienes detentan el poder en cada caso puntual - como distantes de los lugares donde acontece la acción ordenadora: en este caso hay sur cultural en todos los pueblos y comunidades tornadas invisibles dentro del ordenamiento territorial en el globo, por ejemplo en todos los pueblos nativos en las Américas, en los maoríes en Nueva Zelanda, en los aborígenes australianos, etc., lo cual implicaría la existencia de muchos sures de este tipo en el norte geográfico del globo, fuera de los nativos de Estados Unidos y Canadá, estarían los inuit esquimales de Alaska, Canadá y Groenlandia; los aborígenes siberianos (úgricos, samoyedos, túrquicos, mongoles y paleosiberianos), todas las etnias no Han de la China, incluidos los nativos de Taiwan, o Gaoshan, los sami lapones en Escandinavia y Rusia, etc.

Asimismo hay un sur social, que comprende a las gentes más desfavorecidas aún dentro de los propios núcleos interiores (mujeres, grupos humanos no blancos, ancianos, pobres, etc.) e incluso un sur psicológico dentro de cada individuo (su dimensión emocional frente a su dimensión racional, etc.); todos estos sures tendrían en común el ser considerados partes secundarias en sus respectivos esquemas, de esta suerte y en resonancia con lo planteado con Santos, el sur o los sures comprenderían los lados desfavorecidos de innumerables relaciones asimétricas.

Por ello llamamos sur a las direcciones no necesariamente opuestas pero sí distintas a las aceptadas como el “deber hacer desde el diseño”. Sur, como sumatoria de los rumbos desestimados por los caminos dogmáticos. Este sur es un topoi o lugar común, ampliamente aceptado de contenido abierto, inacabado o flexible adaptables a diferentes contextos de argumentación (Santos 2003:111).

Con Santos, entendimos que la preocupación por regular y normatizar, pauta de los conocimientos del norte, conducía a desperdiciar entre nuestros estudiantes el potencial emancipador de sus conocimientos (el sur). Por ello, tomamos asimismo de Santos, el concepto de *ecología de saberes* como: extensión en sentido contrario, desde afuera de la universidad hacia adentro de la misma para promover diálogos entre el saber científico y humanístico que la universidad produce con los saberes legos, populares, tradicionales, urbanos, campesinos, provincianos, de culturas no occidentales (indígenas, africanas, orientales, etc.) que circulan en la sociedad (2006:68).

Apartándonos del proyecto, inferimos para la ecología de saberes grandes perspectivas de ser realizada una síntesis entre quienes pensaron el diseño como cualidad distintiva de todo ser humano (Papanek, 1977; Rittel, 1998; Ramírez, 1997; Potter, 2002; Krippendorff, 2006; Nelson y Stolterman, 2012; Escobar, 2012, etc.) y quienes pensaron el sur como fuente de

posibilidades sociales para la humanidad (Santos, 2009; Morin, 2011, Murray, 2008; Comaroff y Comaroff, 2012; Obarrio, 2013, etc.).

Tal síntesis tendiente al diseño del sur, estaría en el sur del diseño como horizonte, u horizontes, no riguroso, subjetivo, humorístico y supersticioso, menospreciado dentro de una eventual cartografía jerarquizada de las modalidades de diseñar.

Valiéndonos de un comparativo con el ambiente de los sistemas: imaginamos a los diseñadores industriales como hardware viviente, programados en un sistema operativo basado en epistemología sdel norte para asumir conductas profesionales que los constriñen a meros generadores irreflexivos de aplicaciones informáticas (aplicativos) para maneras asumidas como lógicas y únicas de diseñar desde el espectro de posibilidades permitidas en un canon riguroso, metódico y objetivo, cooptado por el mercantilismo cientificista y en buena medida consumista, orientado hacia la dominación, la certitud, el desarrollo y el progreso del futuro que pueblan el imaginario occidental sometido a múltiples expresiones de un imperialismo cultural donde los valores de cierta fracción de Europa y Estados Unidos se tornan en norma para las demás provincias del globo.

Luego buscamos los saberes sureños para diseñar a partir de ellos; estos harían las veces de otros “sistemas operativos” que prosiguiendo la comparación computacional nos permitirían programarnos o desprogramarnos de forma autónoma, según Illich (ver 1978), ello implica abandonar la relación industrial como reflejo condicionado y respuesta estereotipada de los individuos a mensajes de otros usuarios a quienes jamás conocerán salvo por medios que jamás comprenderán para instaurar relaciones convivenciales, continuamente nuevas, como acción de personas participantes en crear vida social.

Lo convivencial sería otra posibilidad diferente de lo industrial; por ello, si bien las profesiones del diseño tienen su etimología e historia inscritos en el ideario occidental y noratlántico planetario, nos motiva pensar, por un lado: cómo han sido diseñados los sures, en tanto artefactos colectiva e históricamente construidos, acaso para configurar de otra manera no sólo a los sures sino a los nortes; y en segundo lugar cuáles serían los correlatos de, por ejemplo el diseño industrial, de acuerdo con las configuraciones de lo artificial y al modo como es vivido en esas partes silenciadas o secundarizadas del mundo. Tales diseños del sur, de seguro ni diseño se llaman pues sus tradiciones etimológicas serán diferentes.

No obstante consideramos que es allí, en esas partes subalternizadas de las geografías del pensamiento y el territorio, donde parafraseando a Illich, de diversos modos, y más desde la enunciación y la vida que dese de la representación, acontecen numerosos modos de asumir formas ética del diseño, como valor realizado, para desplazar la mera aproximación técnica como valor material: nos interesan los horizontes donde el productivismo se desvanece y emerge lo convivencial.

Los diseñadores profesionales en todo enfoque convivencial, sea dentro de los nortes o

dentro de los sures del mundo, articularían la capacidad reconocida de todas las personas a modificar sus entornos con sus propias habilidades para diseñar. Cabe anotar aquí, que, al ser las profesiones mismas artefactos diseñados desde la matriz civilizatoria occidental, el florecimiento de enfoques diseño desde otras tradiciones no occidentales de pensamiento y acción, conllevaría a un rediseño de las profesiones mismas, o a buscar no modelos profesionales alternos, sino conceptos alternativos al de profesiones.

Al respecto, demanda Santos que para liberarnos de la epistemología del norte, el universalismo y las teorías generales requerimos, sobre todo una teoría general sobre la imposibilidad de una teoría general. Una suerte de universalismo negativo, para mostrar que nadie tiene todas las recetas, única y exclusivamente, para resolver los problemas del mundo (*cf.* Training Seminar, 2011:17).

Ciertamente, la teoría general que confirma la imposibilidad de una teoría general, puede ser la teoría general del diseño en la cual, según apunta Paolo Virno (2006) es la iniciativa práctica que exhibe en cada instancia particular la posible alianza entre el intelecto general y la República, desde la condición de autoría específica de cada prototipo de un nuevo artefacto, pero no de la normatividad de la orden para hacerlo forzosamente de esta o aquella manera.

La sociedad científica y de la epistemología del norte, las equiparo con los conceptos de pueblo y estado, los cuáles en las sociedades convivenciales basadas en diseño podrían ser sustituidos acaso por los de multitud y república (ver Virno, 1996; Negri y Hardt, 2000) u otros equivalentes de cuños no eurocéntricos. Como consecuencia intento contribuir con este texto a democratizar la democracia, pues identifico la emergencia del sur con el debilitamiento en curso por variados factores (migraciones, redes de conocimiento, emergencia de nuevos centros y periferias) de las divisiones geográficas internacionales fijas, y con la coexistencia en buena parte del globo de avanzados niveles de tecnología, productividad y acumulación con bajos y complejos mecanismos sociales de interacción (Negri y Hardt, 2000: 251).

Al respecto el australiano, Kevin Murray, teoriza en alguna aproximación a nuestros planteamientos, diversos modos de sur, a saber: *hemisférico* (aquel que queda bajo la línea del ecuador); *global* (países que constituyen un escenario en el cual las cosas acontecen de modo derivado); y *colonizado*, (el cual agruparía territorios originados por las empresas imperiales como sombras de sus metrópolis), (*cf.* Murray 2008a). El sur es observado también por otros autores bien como *trópico vacacional* (Morin, 2011) o *dirección de la mirada* (Papastergiadis, 2010), para quienes es además anhelo de subvertir las cosas o de vivirlas de otros modos.

Por una ironía geográfica, para emprender el gran viaje al sur, el lugar emblemático de la condición planetaria en 2014, sería el Polo Norte, único punto de la Tierra, donde un paso en cualquier dirección conduce al SUR, o disímiles modos de vivirlo, o a los sures, que comparten según Edgar Morin (2011) la noción de ser vistos, desde todos los nortes, como atrasados y subdesarrollados, como requeridos de progreso, lo cual impide a la humanidad advertir que cada sur tiene mucho que aportar en cualidades de existir y mucho que enseñar a cada

norte. Y es que en los saberes sureños, recuerda Morin, subyace una crítica de la hegemonía norteña, de lo técnico, lo resultadista, lo económico, la rentabilidad, la eficiencia y el cálculo.

Franco Cassano (2009), por su parte, encuentra en la diferencia entre sur y norte italianos, una situación que sirve de analogía, guardados los matices y acentos propios de cada recontextualización de la misma, a la del mundo entero; para Cassano, en lugar de asumir la dependencia o la explotación, la colaboración o la sensación de estar atrás, retardados frente al norte, conviene a los sures, y a quienes los habitan y caracterizan, pensarse en términos propios y ser propuestos desde sus condiciones particulares, advirtiendo que no hay reducciones monolíticas, que el sur no es siempre lo mismo ni todos los sures iguales (*cf.* Cavaleri, 2009, s. p.).

A su turno, Juan Obarrio, 2013, invita a pensar al sur como conjunto de formas de vida singulares en las cual ha sido generado pensamiento propio sobre esas formas y texturas del existir. Obarrio, propone pensar "al" Sur, y no "desde" el Sur; pues conjetura "pensar al" involucra el lugar de producción del teorizar y su objeto por ello pensar en el diseño del sur implique diseñar al sur o a los sures mismos, mientras, anota, la fórmula desde el Sur parece responder a la intención de producir pensamiento para una audiencia privilegiada que reside en el "Norte".

Cada uno de los numerosos sures es lugar de otros saberes y de saberes de otros.

Saberes otros

Lo anterior, de vuelta a mi metáfora de los sistemas por cuanto presumo que donde corre el 'Windows occidental' bien cabrían otros sistemas operativos alternos, presentes desde siempre y por los que podemos optar para explorar formas de diseñar; no preciso fuentes en razón de espacio, pero incluyo entre apóstrofos la designación de cada uno de esos saberes otros, para señalar que la enciclopedia colaborativa Wikipedia - otro artefacto diseñado colectiva y colaborativamente como uan suerte de sur cooperativo en el norte comercial - en sus versiones en español e inglés incluye artículos orientadores relacionados, la fecha que va a continuación, entre paréntesis precisa el año de las última revisión consignada en dicha fuente del artículo en cuestión.

Así, el Buen Vivir Andino, o noción de la vida en plenitud, presente en numerosos pueblos originarios de lo que hoy llamamos América Latina reivindica principios éticos y saberes tradicionales indígenas, enfocándose en el presente y distanciándose del "desarrollo" a imagen occidental y moderna, el cual es un término ajeno a la cosmovisión de dichos pueblos indígenas cuyo nombre varía en modalidades más o menos 'analogables' según la etnia SumakKawsay (quechua), Suma Qamaña (aymará), KumeMogen (mapuche), etc.

Tengamos presente que muchos movimientos y presencias sociales con aspiraciones

emancipadoras, prefieren el término 'AbyaYala' (2015) —mediante el cual el pueblo Kuna de Panamá y Colombia, designó en alusión a la vitalidad de la tierra, la masa continental - a la designación de América difundida por los conquistadores. También algunos grupos inspirados en la designación de los nativos del norte, han vuelto a llamar a América, la Isla tortuga (o Hahnunah), conforme al término con el cual se referían a él las gentes hablantes del idioma iroqués ('Turtle Island', 2014); precisamente, de tales pueblos emergen 'filosofías' como el Camino Rojo ('The red road, 2014) y una forma de estar en el mundo similar al pensamiento ecológico franciscano, que los lakhota, uno de las grandes divisiones de la nación sioux, llaman 'Mitakuye Oyasin' (2015) (todas mis relaciones) para recordar el parentesco de los seres humanos con todas las criaturas incluidos los artefactos diseñados.

Los apóstrofos en los que envuelvo la palabra 'filosofía', recuerdan que en cada tradición podemos encontrar una noción equivalente, pero que desde, mi comprensión de los paradigmas de transición (Santos) o disrupción (Mignolo), la denominación de una parte de las personas, de algunas partes del mundo no tendría por qué englobar a sus equivalentes forzados dentro de todas las demás.

Los pueblos sudafricanos tienen el fértil enfoque 'Ubuntu' (2014), que como aproximación ética a la vida comunal, empleara Nelson Mandela para sanar las heridas de su nación. En Oceanía, los australianos de ancestro europeo promovieron hace ocho décadas el Jindyworobak ('JindyworobakMovement', 2014) para retomar los valores aborígenes que podrían ser retomados en las coyunturas actuales. El correlato de tales fenómenos en Brasil fue el 'Tropicalismo' (2014) para renovar los valores brasileños con la antropofagia cultural de lo externo; en la India, fue practicado el 'Satyagraha' (2013) o insistencia en la verdad creado por un gran pensador sureño: Gandhi; por último, entre otros, está el pensamiento 'Tikanga' (2014) como actitud vital que el pueblo maorí neozelandés reivindica ante los valores de los pakeha (o neozelandeses de ancestro europeo).

Todos son modos de recrear la imaginación desde el borde o margen, de donde planteamos el término *'imaginación'* el cual asoció con las palabras del arquitecto colombiano Simon Hosie: " debemos preocuparnos menos por la búsqueda de reconocimiento global y más por el reconocimiento global de nuestra búsqueda" (2009:57). El mismo Hosie hace una pregunta aplicable en el empeño de diseñar el sur desde el sur, sobre la imposibilidad de encontrar un marco teórico que incluya y contenga las marginalidades "que son precisamente lo que de modo inevitable queda por fuera del marco" (2009:19).

El concepto de Imarginación es pues la proyección del pensamiento, propia de pensadores que se decidan a reflexionar desde los bordes siempre porosos de toda tradición del saber; y al imarginar más que de definiciones finales, nos ocuparíamos de relaciones iniciales o de 'de-principaciones' (palabra hechiza que proponemos para dar comienzos más que fines).

Algunos ejemplos incipientes

Aquí abogo por otro concepto incipiente, tal cual es el de *'profundicie'* o profundidad superficial, o superficialidad profunda, acogiendo lo planteado por Vilem Flusser para quien son las superficies (y no los misterios que supuestamente cubren) lo que debe interesarnos. Al desistir de las explicaciones y las significaciones de las apariencias, la superficie la piel se vuelve visible (ver Flusser, 2006:1).

Jugando con las palabras, en un eventual desarrollo del sur (esto es, en un *zurdesarrollo*) cada quien hablará en sus propias palabras, aunque he de advertir que esto puede significar no elegir siquiera hablar de desarrollo, algo muy apropiado para esta segunda década del siglo XXI (según el calendario occidental) en la que tensiones y personas, ideas y artefactos del norte y del sur se infiltran mutuamente, distribuyendo inequidades y muros por líneas múltiples y ramificadas. La geografía del desarrollo desigual y las líneas de división y jerarquía ya no se encontrarán a lo largo de fronteras nacionales o internacionales estables, sino en fluidos límites infra y supranacionales (Negri & Hardt, 2000:251). Todo ese laberinto de nuevas posibilidades requiere de un diseño más multitudinario que popular. Más republicano que estatal.

Algo que surge de la multitud, a la cual relaciono con el conocimiento emancipador en el marco del cual, señala Santos (2006) que el saber es la solidaridad y el caos la ignorancia. Aquí conforme a Virno (1996), la multitud sustenta la república, instituida por las comunidades para renunciar a las privaciones de la vida privada. A su turno, en una idea cuyas escenificaciones depararán sin duda variaciones, el estado lo asoció con orden y estatismo: con algo quieto,

Al estado popular (el norte), mediante un binarismo estratégico y con licencia poética, lo relaciono con comunidades que pretenden "ser unidades bajo un sólo cuerpo, mente, patria, jefe, caudillo, perdiendo la fuerza el 'en' de estar-'en'-común. En contraste concibo una república multitudinaria (el sur), apropiando a Nancy donde el ser común mantiene continuamente abierto, ese extraño estar-el-uno-con-el-otro al cual estamos expuestos (Nancy, 1991:xxxix). Prudente es señalar que toda generalización conlleva un amplio grado de error y que en ocasiones, extremas es la estupidez de la generalización la que nos impide advertir la generalización de la estupidez (de la cual, yo mismo no estoy exento, discurriendo como puedo estarlo más desde mi norte interior, académico, que desde mi sur humano: aludiendo a lo académico como una sofisticación y a un rumbo dentro de cierta especialización de lo humano).

Tal agrupación la llamo *'compluridad'*(o comunidad de comunidades) en una designación aventurada, ligera y que apenas comencé a bosquejar (Gutiérrez, 2012), la cual espero contribuya a apartar el vínculo común de la noción de comunión

Y es que el sur, o los sures, los identifico de manera amplia con la multitud de Spinoza,

que retoman Negri y Hardt como plano de singularidades, y juego abierto de relaciones, no homogéneo (2000:87). Cabe señalar que el propio Spinoza nació en 1632, 16 años antes de la culminación, en 1648, de la 'Guerra de los ochenta años', guerra de Flandes o revuelta neerlandesa, cuando Holanda era un Sur y el Norte, en tanto eje de la dominación, quedaba en España.

Al diseño del sur, a su turno, lo ubico allí donde el encuentro entre intelecto general y acción política insinúa una esfera pública no estatal sino republicana (Virno, 1996). Por supuesto como el propio Virno señala, este sur o la multiplicación de los sures, no remite a una frontera espacial sino a la proliferación de conocimientos, comunicaciones y capacidad de actuar en conjuntos cambiantes. Aquello que, conforme nos recuerda Virno (1996), consideraba negativo Hobbes en el *Leviatán* se torna positivo en un diseño convivencial ajeno a la uniformidad y la obediencia.

Es en el diseño que emancipa sures y no en la ciencia que controla nortes, donde los milagros suceden tanto eso "esperado inesperado" (Nelson & Stolterman, 2012). Es propio anotar que en trazo grueso, la multitud está compuesta por personas que para Virno (1996) no son ni productores ni ciudadanos, allí donde las personas nos des-etiquetamos.

El diseño del sur de la multitud puede o podría emplearse, procedente de diversos lugares del y condiciones del globo, para obstruir y desmontar mecanismos de representación política, y permitir a las gentes presentarse a sí mismas en toda su diversidad. En conexión con lo anterior, al sur del diseño, y conforme a Virno (1996) hay que buscar las "minorías que actúan", ninguna de las cuales, sin embargo, aspira a transformarse en mayoría (una generalización que cabría problematizar) sino a validar su capacidad de autodiseñarse. Gracias al diseño del sur, desde el sur del diseño, acaso sea posible convivir bien para gentes que no quieran poder para gobernar, sino ser para crear. Cada uno de los "muchos" es inseparable de la "presencia de otros", e inconcebible sin conversación para "actuar-en-concierto" (*cf.* Gutiérrez, 2012)

Brevemente, paso de lo abstracto a lo situado mediante algunos ejemplos en los que encuentro, desde mis contextos, colombiano y latinoamericano, algunos trazos de lo que puede ser el diseño del sur ubicado al sur del diseño, en ellos se conjuntan (más que se comparten) algunos "modos otros" de relaciones entre los humanos y los artefactos mediante imarginaciones que se alejan del fin mercantil único: Primero, en la región del Chaco argentino, denominada "el Impenetrable" y habitada principalmente por los pueblos indígenas wichis y tobas, la recorre *pro bono* hace 16 años el ingeniero Fernando Ibarra "Balalo" en un viejo camión Ford modelo 1947 que él adecuó como gasógeno de vapor para que funcione mediante leña; su intención es articular equipos de personas dispuestos a generar proyectos que puedan desarrollar, manejar y operar por sí mismas, como neveras que funcionan asimismo con leña, su empeño quedo registrado en el documental *Driving Change* (Conduciendo el cambio) dirigido por Marcelo Pérez que financió la cadena Al Jazeera (2014) tras seleccionarlo entre miles del mundo entero.

La postura de Balalo crea centros periféricos, pues no implica que la comunidad se vincule al progreso con toda la depredación que este trae, sino a que florezca en sus términos.

Segundo ejemplo, está en el movimiento ciudadano 100en1día (2014) que nació en 2012 en la ciudad de Bogotá, del encuentro entre un colectivo de estudiantes colombianos llamado "Acciones Urbanas" y la propuesta de ciudadanía activa de un grupo de estudiantes del team 17 de la escuela danesa de nuevos negocios *Kaospilot*, a partir de ello fueron diseñadas unas jornadas de intervención ciudadana en las problemáticas urbanas, replicadas en varias ciudades en Colombia y el mundo. La propuesta base de 100en1día es abrir camino a la acción de la gente para iniciativas de construcción armónica de su entorno desde abajo (¿desde cada sur social?), sin depender necesariamente de los mandatos del gobierno.

Tercero, el proyecto de maestría del diseñador colombiano Pablo Calderón Salazar (2013) para la Academia de Diseño de Eindhoven titulado *TheOtherMarket* (el otro mercado), en la línea del diseño social, es una plataforma materializada en un sistema de carretillas de mano, para comercializar productos y servicios sin mediar dinero; esto es empleando el diálogo como eventual sustituto del dinero. Todos los carros del proyecto de Pablo, fueron elaborados a partir de una estética informal contrastante con lo propio de una sociedad sobre-diseñada y sobre-planeada; tal fue también el desencadenante inicial para dialogar en las calles. Sin proyectos, planos o mediciones. Con muy poca intención, salvo la manifestación honesta de materiales recogidos de la basura y de las herramientas y procesos disponibles para transformarlos.

Cuarto y último, la empresa Error314, del diseñador tadeísta colombiano Julio Rodríguez Bernal (2014), quien valora la basura como valiosa materia prima -téngase presente que la concepción de basura no existe en muchos pueblos ajenos a las dinámicas noratlánticas- y considera que el diseño debe ser público y transferible a todos, "cuando diseño", dice, "no me gusta que la gente me pregunte, ¿cuánto vale?, sino ¿cómo se hace?". Para Julio, el conocimiento es un derecho más que una mercancía, y la condición de servicio está por encima de la de lucro o fama como determinantes de la acción profesinal.

Cuando las cosas importan menos que lo que las cosas causan. El diseño vira al sur, algo que no es en modo alguno nuevo, ni innovador, siempre ha estado ahí.

Sólo hay que querer vivirlo y construir en esa dirección.

Referencias bibliográficas (fuentes de consulta)

100en1día (2014), Movimiento ciudadano en http://100en1dia.com/como-empezo-este-sueno/ [versión electrónica consultada en 10.06.2014]

Calderon, Pablo (2013), *TheOtherMarket* y *It is what it is: The Other Market*, consultada a 10.06.2014, em http://www.youtube.com/watch?v=RIhJeLi0viE

Cassano, Franco (2009), *Tre modi di vedere il Sud*. Bologna: Il mulino.

Cavaleri, Salvattore (2009), "Tremodi di vedereil Sud", consultada en 14.05.2014, em http://www.kom-pa.net/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=538

Comaroff, Jean; John L. Comaroff. (2012), *Theory from the South: or, How Euro-America is evolving toward Africa*. Boulder, Colo: ParadigmPublishers.

Escobar, Arturo (2012), *Notes on the Ontology of Design* (borrador-draft), consultada a 08.11.2014 em http://sawyerseminar.ucdavis.edu/files/2012/12/ESCOBAR_Notes-on-the-Ontology-of-Design-Parts-I-II-_-III.pdf

Flusser, Vilém (2006), 'Skin' en *Flusser Studie*s 02, consultada a 08.06.14 em http://www.flusserstudies.net/sites/www.flusserstudies.net/files/media/attachments/flusser-skin02.pdf-

Gay, Aquiles & Samar, Lidia ([1994]/2007), *El diseño industrial en la historia*. Ediciones teC

Gutiérrez, Alfredo (2012), Palabras diseño comunidades mariposas: Alfredo Gutierrez at TEDxPasto consultado a 05.12.2014 em https://www.youtube.com/watch?v=fbjW86i-_Fk

Hosie, Simón (2009), «Carta abierta de un arquitecto. "La metodoilogicología" Arte y Sentido de lo común» *proyectodiseño*, 61, 18-25 y 56-58.

Illich, I. (1978), *La convivencialidad,* consultada a 14.05.2014 em http://habitat.aq.upm.es/boletin/n26/aiill.html

Krippendorff, Klaus (2007), "Design research, an oxymoron?", *in* Ralph Michel (org). *DesignResearchNow — Essays and SelectedProjects*. Zürich; BirkhaüserVerlag, 67-80

Krippendorff, Klaus (2006), *The semantic turn: a new foundation for design*. Boca Raton: CRC/Taylor & Francis.

Mignolo, Walter (2003), *Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal.

Morin, Edgar (2011), "Para un pensamiento del sur", consultada a 14.05.2014 em http://www.ipcem.net/documentos/pensamiento-sur-edgarmorin.

Murray, Kevin (2008), "Keys to the south", *Australian Humanities Review,* 44 consultada a 14.05.2014 em http://www.australianhumanitiesreview.org/archive/Issue-March-2008/murray.html

Murray, Kevin (s.f), "Acerca de la idea del sur", consultada a 14/05/14 em http://ideaofsouth.net/about

Nancy, Jean-Luc (1991), *The inoperative community*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

Negri, Antonio; Hardt Michael. (2000), *Imperio*. Traducción de Eduardo Sadier de la edición de Harvard University Press, Cambridge, Massachussets.

Nelson, H. G., & Stolterman, E. (2012), *The design way: Intentional change in an unpredictableworld*. Cambridge, Massachusestts: The MIT Press.

Obarrio, Juan (2013), "Pensar al sur", *Intersticios de la política y la cultura. Intervenciones latinoamericanas* 3, 5-13.

Papanek, Victor (1977), *Diseñar para el mundo real: ecología humana y cambio social*. Madrid: H. Blume.

Papastergiadis Nikos (2010), "What is the south?". *Thesis Eleven*. Vol. 100, pp. 141-156.

Pérez Marcelo (2014), *Viewfinder - Drivingchange*, Al Jazeera, video consultada a 10.06.2014 em http://www.youtube.com/watch?v=aDaIdtQ6p8c

Potter, Norman (2002), *What is a designer: things, places, messages*. London: Hyphen.

Ramírez González, José Luis (1997), "La teoría del diseño y el diseño de la teoría" en *Astrágalo - Cultura de la Arquitectura y Ciudad*, abr.,6. consultada a 14.05.2014 em http://www.ub.edu/geocrit/sv-70.htm

Rittel, Horst W. J (1988), "The Reasoning of Designers", *Working Paper A-88-4*, Institut fur Grundlagen der Planung, Stuttgart

Rodríguez, Julio (2014), sito web de Error314. http://www.error314.com/ consultada en 10.06.2014]

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a new common sense: Law, science, and politics in the paradigmatic transition.* New York: Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa (2003), *Crítica de la razón indolente Para un nuevo sentido común: la ciencia, el derecho y la política en la transición paradigmática*. Palimpsesto, 18. Bilbao, Desclée de Brouwer.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *La Universidad popular del siglo XXI.* UMSNM. Lima, Perú

Santos, Boaventura de Sousa (2009), *Una epistemología del sur: La reinvención del conocimiento y la emancipación socia*l. México: Siglo Veintiuno.

Training Seminar de Jóvenes Investigadores en Dinámicas Interculturales, & Centre d'Informació i Documentació Internacionals a Barcelona (2011), *Formas-otras: Saber, nombrar, narrar, hacer*. Barcelona: Fundació CIDOB.

Virno, Paolo (1996), "Virtuosity and Revolution: ThePoliticalTheory of Exodus", in Paolo Virno

y Michael Hardt, (orgs.), *Radical Thought in Italy* (Minneapolis: University of Minnesota Press), 189-210. consultada a 10.06.2014 em http://www.generation-online.org/c/fcmultitude2.html

Artículos de Wikipedia empleados y citados conforme a lo que dicha enciclopedia colaborativa consigna en sus versiones en español e inglés para APA como Citar artículo o Cite This Page respectivamente:

Abya Yala. (2015, 5 de febrero). *Wikipedia, La enciclopedia libre*. Fecha de consulta: 02:28, febrero 23, 2015 desde http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Abya_Yala&oldid=79855292.

Baruch Spinoza. (2015, 11 de febrero). *Wikipedia, La enciclopedia libre*. Fecha de consulta: 02:47, febrero 23, 2015 desde http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Baruch_Spinoza&oldid=79964090.

Guerra de los Ochenta Años. (2015, 22 de febrero). *Wikipedia, La enciclopedia libre*. Fecha de consulta: 02:46, febrero 23, 2015 desde http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra_de_los_Ochenta_A%C3%B1os&oldid=80184728.

Jindyworobak Movement. (2014, May 18). In *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Retrieved 02:27, February 23, 2015, from http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Jindyworobak_Movement&oldid=609090237

Mitakuye Oyasin. (2015, January 16). In *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Retrieved 02:25, February 23, 2015, from http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Mitakuye_Oyasin&oldid=642686896

Satyagraha. (2015, February 14). In *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Retrieved 02:31, February 23, 2015, from http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Satyagraha&oldid=647117945

Tikanga Māori. (2014, January 1). In *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Retrieved 02:31, February 23, 2015, from http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Tikanga_M%C4%81ori&oldid=588598585

Turtle Island (North America). (2014, December 30). In *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Retrieved 02:24, February 23, 2015, from http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Turtle_Island_(North_America)&oldid=640287698

Tropicalismo. (2014, 12 de febrero). *Wikipedia, La enciclopedia libre*. Fecha de consulta: 02:30, febrero 23, 2015 desde http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Tropicalismo&oldid=72516503.

Ubuntu (filosofía). (2014, 27 de noviembre). *Wikipedia, La enciclopedia libre*. Fecha de consulta: 02:26, febrero 23, 2015 desde http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Ubuntu_(filosof%C3%ADa)&oldid=78407084.

Participação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis no Processo de Desativação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, Brasil

Andréa de Moraes Barros[1]

Resumo

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010 enseja aspectos ambientais para a reformulação das práticas de destinação de resíduos sólidos no Brasil. Ao mesmo tempo este estatuto legal apresenta normas de caráter social com a finalidade de fomentar a elaboração de política públicas para garantir o direito ao trabalho dos catadores e catadoras que desenvolvem atividades de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis. Este artigo tem como objetivo analisar o conceito de inclusão social,presente na supra citada lei, a partir da participação de catadores e catadoras de materiais recicláveis no processo encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, cidade de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. Esta análise tem seu foco na identificação de desafios e perspectivas de inclusão social para este grupo a partir de sua atuação profissional e política.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Inclusão Social. Políticas Públicas. Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

Abstract

The Waste Management National Policy, Act 12.305/2010 contains environmental aspects to promote the opportunity of reformulating the practices of solid waste disposal in Brazil. This law also contains social norms in order to protect the right of working of the garbage pickers in activities when collecting recyclable waste. This article aims at analyzing the concept of social inclusion after this Act 12.305/ 2010 and it will be analyzed from the recyclable materials collector's perspective who participated of the Metropolitan Landfill of Jardim Gramacho, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brazil closing. This analysis aims at identifying challenges and prospects for social inclusion for this group of workers according to their professional and political activities.

KeyWords: Waste. Waste Management National Policy Social. Public Policies. Inclusion. Garbage Pickers.

---

1 Doutoranda em Ciências Econômicas e Sociais na Universidade de Osnabrück (UOS) /Alemanha. Doutoranda visitante do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do IFCS/UFRJ/Brasil (2011-2012). Mestre (Magister Legum – LL.M.) em Direito de Resíduos Sólidos na Ludwig-Maximilians-Universität München (LMU) /Alemanha (2005-2007). Bacharel em Direito pela Fundação Educacional D. André Arcoverde (FAA)/Valença/Brasil (1993-1997). Atua na pesquisa e prática nas áreas de Direito Público (Direito do Saneamento/Resíduos Sólidos), Direitos socioeconômicos e culturais e Política Públicas.

Desde a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305 de 2010, está em curso a redefinição tanto da gestão de resíduos sólidos, como também da organização do trabalho daqueles grupos de catadores e catadoras que desenvolvem atividades de coleta de materiais recicláveis em áreas de disposição final de resíduos sólidos.

Com base neste contexto, este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa realizada no período de maio de 2011 a junho de 2012 vinculada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Osnabrück, na Alemanha. A questão central da investigação se traduz na apresentação de um conceito de inclusão socioprodutiva[2] de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis através de um estudo de caso sobre o processo de encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG), localizado no Município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no Brasil.

O Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho foi fundado em 1975 pela Companhia de Limpeza Urbana do Município do Rio de Janeiro (COMLURB) (Bastos, 2008:16)[3]. A área de 1.300.000.000 m² destinada a criação de um aterro sanitário, se transformou, em seguida a sua fundação, em um lixão. Neste local se instalaram, no final da década de 1970, milhares de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. O Município do Rio de Janeiro depositava o total de 70% de seus resíduos sólidos nesta área (Bastos, 2008:91). Este aterro era também utilizado por outros Municípios da Região Metropolitana, inclusive o Município de Duque de Caxias, que por abrigar em seu território este empreendimento, depositava resíduos sólidos sem incidência de custos para a administração pública municipal.

Durante o período de sua existência foram depositados no AMJG em média 8.000 toneladas de resíduos sólidos diariamente. A partir de 1996, como desenvolvimento das orientações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro 1992, a área sofreu uma intensa reestruturação envolvendo ações técnicas de cunho socioambientais (Bastos, 2008:17). O lixão foi requalificado como um aterro controlado, ou seja, passou a ter um sistema de drenagem e tratamento de efluentes. Porém, isso se aplicaria aos resíduos sólidos que fossem depositados a partir da implantação desta técnica. Aos resíduos sólidos depositados anteriormente não havia ação prevista, como se pode aferir de um relatório do "Projeto de Recuperação do Aterro Metropolitano de Gramacho" elaborado pela COMLURB em 1993. Segundo o mesmo, sobre *velho* se implantaria um aterro *novo*, o qual seria tratado como um aterro independente, com sistema próprio de drenagem e tratamento de efluentes (COMLURB, 1993:2). O trabalho de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis continuou, porém, organizado e controlado pela COMLURB. Houve a identificação dos catadores e das catadoras que ali trabalhavam,

2 O termo inclusão socioprodutiva tem sido utilizado para se referir aos termos "inclusão social e emancipação econômica" cunhados pela Lei 12.305 de 2010. Muitas vezes também se utiliza apenas o termo inclusão social para se referir aos mesmos, como veremos neste texto.

3 Os dados relativos à fundação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, bem como o volume de resíduos sólidos depositados e o número de catadores existentes no local, variam bastante nas diversas publicações sobre o aterro. Diante das divergências optamos em utilizar os dados presentes na tese de Valéria Bastos publicada em 2008.

e ainda a imposição de regras para a organização de seu trabalho, tais como horários de entrada e saída, bem como o uso de coletes de identificação. Na época do encerramento mais de 1200 catadores e catadoras trabalhavam no AMJG sob estas regras. Sua minoria estava vinculada a organizações coletivas[4]; a maioria (cerca de 90% do total) trabalhava, todavia, de forma individual e não tinham inclinação para o trabalho coletivo, muito embora formassem um grupo dentro do aterro, denominado Frente de Serviço.

Mesmo que tenha sido registrado em 1993 no supracitado relatório da COMLURB (1993:1), que esta área de disposição final de resíduos sólidos teria apenas 6 anos de vida útil remanescente, um processo efetivo e continuado de encerramento desta atividade no local iniciou-se apenas em 2011 através de medidas emanadas pelo Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Vale observar que em 2006 a COMLURB realizou uma pesquisa ao longo de 30 dias a fim de apurar a quantidade de materiais recicláveis escoada diariamente do AMJG. Eram extraídas da massa de lixo em média 200 toneladas diariamente (Bastos, 2008:92).

O significado do trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES) aponta a existência de 400.000 a 600.000 catadores e catadoras no Brasil (2012:25). O mesmo estipulou "metas com o objetivo de inclusão social e garantia de trabalho digno" para até 600.000 catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis até o ano de 2014 (PLANARES, 2012:27). A existência desta forma de trabalho com resíduos sólidos em áreas de disposição final de resíduos sólidos e logradouros públicos está relacionada a questões estruturais que levam à situação de pobreza e miséria e, ao mesmo tempo, à resistência a esta situação através do desenvolvimento de uma atividade laboral. Esta mesma que foi facilitada pela inexistência de políticas públicas para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequados de resíduos sólidos até o presente. Nesse sentido alguns tipos de resíduos sólidos vêm sendo reaproveitados após o descarte, bem como têm sido comercializados em baixa escala por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, há mais de 50 anos no Brasil. No entanto, há cerca de 20 anos se intensificou o mercado de materiais reutilizáveis e recicláveis. Isso implica afirmar que aos resíduos sólidos se pode conferir um outro significado social. Podendo representar o mesmo, sobretudo, um bem econômico, ou seja, uma mercadoria.

Ao mesmo tempo em que se lhe confere um "valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania", como indicado na Lei 12.305 de 2010 (artigo 6º, inciso VIII). Os processos de recuperação de resíduos sólidos no Brasil apresentam índices elevados

4 Em Jardim Gramacho formaram-se as seguintes organizações de catadores de materiais recicláveis: Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (COOPERGRAMACHO), Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG), Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Jardim Gramacho (COOPERJARDIM), Cooperativa de Materiais Recicláveis de Duque de Caxias (COOPERCAXIAS) e Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (COOPERCAMJG)

para um país, onde não há sistemas de coleta seletiva institucionalizados. Em 2013 foram recuperados 27% do potencial de resíduos sólidos recicláveis (CEMPRE, 2013). Em termos monetários isso representa a soma de 10 milhões de reais (cerca de 3 milhões de euros). O processo de transformação de resíduos sólidos em mercadorias inicia atualmente no Brasil com o trabalho dos catadores e das catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, mesmo porquê neste setor "a participação dos resíduos sólidos recuperados pelos programas de coleta seletiva formais ainda é muito pequena" (PLANARES, 2012:11).

A expansão histórica do setor de reciclagem "guarda estreita relação com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores." (Bosi, 2008:102). Estas mudanças no mundo do trabalho foram internalizadas pelo setor da reciclagem representando o seu crescimento, que "desde o início, teve como base de sustentação os próprios catadores, porque não encontrou uma solução mais barata de recolhimento e seleção dos materiais recicláveis." (Bosi, 2008:102). Ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de um setor econômico, os catadores "não são pagos pelo trabalho socialmente necessário (que integraria o salário) que supostamente permitiria a sobrevivência e reprodução destes trabalhadores enquanto força de trabalho" (Burgos, 2008:59). Desta forma, "não são reproduzidos como trabalho socialmente necessário, parece que estamos diante do consumo integral destes trabalhadores, que numa analogia ao conceito de trabalho sobrante, corresponderia a uma mais valia de 100%" (Burgos, 2008:60). O trabalho dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis se explicita, porém, bem distante do processo produtivo iniciado pelos mesmos. Podendo parecer que não representa trabalho produtivo, pois os catadores e as catadoras não estão presentes na linha de produção: "Seu trabalho está consubstanciado nos resíduos que chegam à indústria em estágio já adiantado de processamento". (Burgos, 2008:54). Isso acontece ao desviarem materiais potencialmente recicláveis das áreas de disposição final de resíduos sólidos e ao retirá-los da massa de lixo nos lixões e aterros, reintroduzindo-os ao ciclo produtivo. Desta maneira, os catadores e catadoras contribuem com o serviço público de manejo de resíduos sólidos e com a logística reversa. Sendo assim, o resultado da atividade econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Brasil deve ser considerado como serviço público, como serviço de interesse geral no âmbito da logística reversa e como trabalho social – excluídos dos processos formais de prestação de serviço público e de produção, porém, incluídos através de seu trabalho na efetivação de uma função pública e privada relacionada à preservação do meio ambiente (responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida dos produtos) e nos processos de acumulação do capital.

Reflexões sobre o termo inclusão social

A partir da perspectiva de uma sociedade de classes, observa-se a histórica manutenção de

privilégios para determinados grupos sociais. Enquanto outros segmentos sociais se mantem alheios a garantias e aos direitos fundamentais. A estes lhes é permitido apenas o acesso a deveres sociais, quando não estão apartados também desta esfera da sociabilidade. Portanto, entende-se que "riqueza e pobreza são parte de um mesmo fenômeno que está determinado pelas estruturas econômicas, políticas e instituições imperantes, que – por sua vez – são fonte de iniquidade, estratificação, exclusão e pobreza." (Oliveira, 2011:3) Nesse sentido, interpreta-se aqui o termo inclusão social não apenas relacionado aos grupos minoritários e estruturalmente discriminados, porém também aos extratos sociais privilegiados, impondo-lhes a obrigação de se aterem a deveres junto à sociedade: "Nesse sentido, ao se falar em estado de direito, se pretende tratar do estado da inclusão. No qual todos tenham iguais oportunidades de exercerem seus direitos e de serem cobrados quanto a seus deveres" (Oliveira, 2011:5). No contexto da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos pode-se relacionar essa noção de inclusão social ao princípio da responsabilidade compartilhada, salientando que o mesmo representa o principal avanço desta Lei como nos confirma Araújo e Juras (2011:71): "A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, objeto dos arts. 30 a 36 da Lei 12.305/2010, constitui a tema-chave na Política Nacional de Resíduos Sólidos".

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é uma diretriz normativa de cunho ambiental e social, que depende da efetiva cooperação entre entes federados (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) e destes com setores privados da sociedade para sua implementação. Esta ideia é reforçada pela presença do princípio da cooperação junto aos princípios e objetivos gerais desta Lei. No artigo 6º, inciso VI, "a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade" é um princípio. E o artigo 7º, inciso VIII dispõe como objetivo da PNRS a "articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos." A concretização da inclusão social de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis enquanto política pública deve ser entendida sob esta perspectiva. A responsabilidade sobre a inclusão social de catadores na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos é comum a todos os entes federados. Portanto, a União, o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias compartilham a competência sobre as consequências de desativação do AMJG, bem como a esferas privadas no que toca a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos no âmbito da implantação de sistemas de logística reversa.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos intitula como principais instrumentos para a implementação da gestão integrada e do gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos "a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos" (artigo 8º, incisoIII, PNRS). Com isso os deveres dos titulares dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são reiterados, ao mesmo tempo em que é instituída a

responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes sobre o ciclo de vida de produtos que por meio de sua atividade econômica sejam colocadas no mercado para o consumo[5]. Nesse sentido, este é o significado do termo inclusão social em relação a estes atores sociais. Em relação aos catadores e catadoras de materiais recicláveis, a inclusão social significa o direito de atuarem profissionalmente nestes espaços. Isso representa a inserção efetiva desta categoria profissional na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, ou seja, a partir de sua participação como prestadores de serviço em sistemas de coleta seletiva e logística reversa.

No que tange a formalização do trabalho dos catadores e das catadoras através da denominada "inclusão social" a implementação da PNRS se constitui, não apenas em uma questão técnica, mas também de justiça social. Em suma não se trata de inclusão, uma vez que estão incluídos no processo de formação do valor do material reciclável e sendo assim nos processos de acumulação de capital. A inclusão social é, sobretudo, o reconhecimento do papel de catadores e catadoras dentro destas estruturas econômicas e do serviço público. Para isso o papel do Estado ao emanar políticas públicas de segurança social se faz fundamental. Trata-se de prover a garantia de direitos, cunhados no costume, na prática reiterada da prestação de um serviço público e do exercício de uma atividade econômica de relevância ambiental e social.

No entanto, este contexto está marcado por grande tensão baseada em interesses econômicos e políticos dos atores sociais públicos e privados envolvidos. A PNRS ao estabelecer que os municípios, titulares dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, devam priorizar a contratação de cooperativas de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis facilitados pela dispensa de licitação (artigo 24, inciso XXVII, da Lei 8666 de1993) não garante a aceitação desta norma pelas municipalidades. As forças políticas locais compostas também pelas empresas que até então realizam a coleta regular dos resíduos sólidos urbanos nos municípios intentam se apropriar de um setor que antes era ocupado apenas por catadores e catadorasde materiais reutilizáveis e recicláveis e outros atores do setor informal de comercialização de resíduos sólidos, qual seja a coleta seletiva de materiais recicláveis.

No que se relaciona às obrigações dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes sobre ciclo de vida dos produtos a competência jurídica decisória encontra-se na relação entre governo federal e entidades representantes dos atores sociais responsáveis pela instituição de acordos setoriais para regulamentar esta atividade. Poderia dizer que não faria sentido investir, por exemplo, em cooperativas de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis

5 Muito embora os consumidores também sejam integrados no conceito de responsabilidade compartilhada não trataremos aqui de suas responsabilidades, as quais se relacionam, principalmente, dentre outras ao acondicionamento e disponibilização correta dos resíduos sólidos quando determinado pelos titulares dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, pois tratamos no momento da implementação da política pública de inclusão social de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis no que tange as responsabilidades do setor público responsável pela coleta seletiva e do setor privado responsável pela logística reversa.

e recicláveis que não apresentassem qualquer potencial de crescimento junto aos serviços públicos de coleta seletiva. No meio a este complexo conjunto de relações sociais localizam-se ainda as organizações não governamentais que atuam junto a catadores e catadoras de materiais recicláveis. Estas pretendem conjugar num mesmo ambiente de execução de projetos para a instituição de sistemas de coleta seletiva e logística reversa os interesses dos três níveis do poder executivo, dos catadores e das catadoras, do setor privado e ainda eventualmente de entidades financiadoras externas. Juntam-se a este processo as entidades da sociedade civil organizada por meio do princípio do controle social no planejamento, execução e monitoramento dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (artigo 3º, inciso VI, da PNRS). Os catadores e as catadoras de materiais recicláveis, principais atingidos nesse contexto, participam dos processos de implementação desta política pública, a fim de garantir espaços conquistados e expandir o direito de trabalhar na prestação do serviço de coleta seletiva de forma estruturada e remunerada nos municípios.

O controle social tem por objetivo a atuação de setores organizados da sociedade civil junto a seus representantes legais a fim de que os mesmos atendam a seus interesses através da elaboração de políticas públicas (Correia, 2002). A concepção de controle social brasileira parte dos movimentos sociais para a democratização no final da década de 1970, se incorporando ao Estado de Direito com a Constituição Federal de 1988. E tem como significado a ampla participação nas políticas públicas – desde sua formulação (planos, programas e projetos), passando pelo acompanhamento de sua execução e até definições de alocação de recursos públicos. No que se refere às políticas públicas de saneamento básico sua origem está nos movimentos sociais de demandas por melhores condições de saneamento e saúde também no final dos anos 1970 (Jacobi, 1989). Na área dos serviços de saneamento básico o preceito do controle social foi ancorado em leis específicas. A Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico (LDNBS), no artigo 2º, inciso X, enumera o controle social como um de seus princípios, sob o qual os serviços públicos de saneamento básico deverão ser prestados. Nesta mesma lei o artigo 3º, inciso IV, define controle social como o "conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulações de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico." Nesse sentido a PNRS adota a mesma definição da LDNSB em seu artigo 3º, inciso VI. Estas leis apontam para a participação social também no momento do planejamento das ações para prestação do serviço e processo de formulação de políticas públicas relacionadas.

Como vimos anteriormente, no contexto de reformulação da gestão de resíduos sólidos no Brasil,a elaboração do conceito de inclusão social de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, assim como sua implementação, dependem do resultado de forças sociais em espaços de participação. Considera-se, portanto, que a interação dessas forças sociais e políticas no âmbito da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos determina no caso concreto a participação política e profissional dos catadores e das catadoras.

Pode-se afirmar que o conceito de inclusão social representa o resultado do movimento conjunto de todos os atores sociais no sentido de tornar seus interesses hegemônicos no âmbito do espaço de realização das políticas públicas, do qual participam. Assim, questiona-se como se apresentava a relação de forças sociais no contexto do encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e quais resultados se pode aferir para o desenvolvimento do processo de inclusão social de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis daquela área.

A premissa de inclusão social de catadores e catadoras que trabalham em lixões provém, dentre outras, da norma estabelecida no inciso V do artigo 17, da Lei 12.305 de 2010. Este dispositivo legal determina que devem ser estabelecidas no plano estadual de resíduos sólidos "metas para eliminação e recuperação de lixões, associados à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais recicláveis". Nesse sentido foi instituído no Estado do Rio de Janeiro o Programa Pacto para o Saneamento que apresenta um Subprograma denominado Lixão Zero (artigo 8º, § 2º, Decreto Estadual nº 42.930 de 2011), que tem como objetivo o encerramento dos lixões fluminenses: "O Subprograma Lixão Zero terá como metas a erradicação do uso dos lixões no território estadual até 2014"[6]. No âmbito deste subprograma se desenvolveu o processo de encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Para tanto, foi elaborado um plano de ações e estratégias, a fim de proporcionar inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis presentes nesta área de disposição final de resíduos sólidos. Observa-se que eram também responsáveis pelo encerramento do AMJG o Município do Rio de Janeiro, que desde sua fundação se responsabilizou pela administração desta área de disposição final de resíduos sólidos. Através da COMLURB planejou-se e executou-se a transferência dos resíduos sólidos, que até então eram depositados no AMJG, para uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos em Seropédica, um empreendimento privado gerido pela empresa Ciclus. Enquanto, que à SEA cabia coordenar ações para a concretização de políticas públicas federais, estaduais e municipais, visando o fomento da inclusão socioprodutiva dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis do AMJG.

Orientada pelo princípio do controle social para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos a Secretaria Estadual do Ambiente constituiu espaços para a discussão e concepção de ações e estratégias para minimizar o impacto causado pelo encerramento das atividades de disposição final de resíduos sólidos no Bairro de Jardim Gramacho e sobre o trabalho dos catadores e catadoras de materiais de reutilizáveis e recicláveis. Foram estruturados três eixos temáticos consolidados no formato de Grupos de Trabalho (GT): Infraestrutura Urbana e Ambiental e Educação (GT1), Geração Trabalho e Renda (GT2) e Saúde e Assistência Social (GT3). Ao longo do processo de desativação do AMJG, no entanto, outra instância participativa se formou.

6 Prazo determinado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos para a implantação da gestão de resíduos sólidos ambientalmente adequada

Os catadores e as catadoras se organizaram independentemente em um mecanismo de representação denominado Conselho de Lideranças, que incialmente tinha como objetivo a capacitação dos mesmos para a participação em estudo da gravimetria dos resíduos sólidos do aterro, que teria sido financiado pelo Governo Federal. Este grupo se reestruturou, porém, em torno do objetivo comum de identificar impactos da desativação do AMJG sobre o contexto social dos catadores diretamente atingidos e elaborar demandas ao poder público competente. Em suma, a discussão principal girou em torno da instituição do "Fundo de Participação dos Catadores" (Fundo) e na disputa sobre sua utilização. O grupo de catadores e catadoras organizados em cooperativas pretendia utilizar os recursos do Fundo para fomentar a geração de trabalho e renda para os mesmos no setor da reciclagem ou outra atividade econômica. O grupo de catadores e catadoras da Frente de Serviço, que não tinha qualquer vinculação com a organização coletiva do trabalho, reivindicava o pagamento de uma compensação em espécie após o encerramento do aterro.

O recurso deste Fundotem sua origem na condicionante do contrato de concessão da exploração do biogás gerado a partir da matéria orgânica depositada na área do AMJG. Este sistema, classificado como um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), se propõem a diminuir a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Originalmente este recurso deveria ter sido destinado à criação do "Fundo de Participação dos Catadores", onde seriam depositadas parcelas anuais de pouco mais 1,5 milhão de reais ao longo de 15 anos[7]com a finalidade de desenvolver estratégias para a geração de trabalho e renda para os catadores e as catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis do AMJG:

> Segundo o contrato de concessão firmado com o Consórcio Novo Gramacho responsável pela operação do AMJG, 36% dos ganhos com a venda dos créditos de carbono serão revertidos, em partes iguais, à COMLURB e à Prefeitura de Duque de Caxias, que administrará sua parcela através de um fundo para recuperação do bairro de Jardim Gramacho. (...) O projeto traz ainda uma inédita visão social, através da criação de um Fundo de Participação dos Catadores no valor anual de R$ 1.588.524,71 pelos próximos 15 anos, para capacitação dos catadores a novas técnicas de reciclagem de resíduos, após o encerramento do Aterro, ou a sua requalificação profissional. (Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 02/08/2012)

Em dezembro de 2011 a COMLURB executava o cronograma de redução da destinação de resíduos sólidos para o AMJG. Resíduos sólidos gerados no Município do Rio de Janeiro passavam ser enviados para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Seropédica. A execução do cronograma de "saída das carretas" como os catadores e as catadoras se referiam ao fato, impactava a renda destas pessoas numa razão diretamente proporcional. No entanto, não havia qualquer medida concreta minimizadora deste efeito, tanto no sentido

7 15 anos é o período estimado de exploração de gás natural naquela área.

de garantia de assistência e seguridade social para os atingidos, quanto no sentido de garantia de trabalho, o que representaria o atendimento do preceito da inclusão social dos catadores e das catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis contido na Lei 12.305 de 2010. O risco de chegarem a esta situação fora alertado pelas lideranças dos catadores e das catadoras organizados em cooperativas em diversos momentos durante o processo de negociações nos espaços de participação dos atores sociais envolvidos.

Exemplificativamente citamos alguns momentos que demonstram a participação dos catadores e das catadoras na reivindicação por inclusão socioprodutiva. Em julho de 2011, um catador representante das cooperativas do Bairro Jardim Gramacho questionava em uma reunião institucional, também com a presença do Secretário do Ambiente, "quais ações e a que tempo estas seriam executadas" (Diário de campo, 14/07/2011) para cumprir o cronograma de ações para a minimização do impacto que causaria a desativação do AMJG. Nesta mesma feita, este catador denunciou publicamente o atraso neste cronograma, iniciado em abril de 2011.

Em outubro de 2011, ou seja, dois meses antes da supracitada reunião, a Presidente de uma das cooperativas de catadores/as do Bairro Jardim Gramacho havia apresentado suas preocupações e reivindicações publicamente no seminário organizado pela SEA para a discussão sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Encaminhando, inclusive, um documento a esta Secretaria Estadual contendo reivindicações de providências para assegurar uma forma de compensação de renda para um período de transição, que se encontraria entre o momento da desativação do AMJG e da integração dos/as catadores/as na coleta seletiva de Duque de Caxias.

Em dezembro de 2011 em uma reunião na Secretaria Estadual do Ambiente, onde estavam presentes os principais atores sociais envolvidos, dentre eles, o Secretário de Estado do Ambiente, o Procurador do Ministério Público Estadual para a área de Meio Ambiente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e os representantes do Consórcio Novo Gramacho, responsável pela operação do AMJG, esta mesma catadora questionava o fato do cronograma de "retirada das carretas" está sendo executado sem a implantação de coleta seletiva no Município do Rio de Janeiro e sem que se desse uma alternativa concreta aos catadores que trabalhavam no aterro, solicitando ainda o posicionamento do Ministério Público, frente a seu representante, uma vez que "todo mundo sabe não pode enterrar resíduos sólidos" (Diário de campo, 1/12/2011).

Dentre as inúmeras reuniões de planejamento que aconteceram para o encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, ainda se discutia na última reunião daquele ano, em dezembro de 2011, a questão da necessidade de garantir trabalho e renda para os/as catadores/as após o encerramento do AMJG.O encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, como área de destinação final de resíduos sólidos, aconteceu nos dias 3 de junho de 2012. Os catadores e as catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, que

exerceram atividades de catação nesta área, receberam a quantia de pouco mais de 14 mil reais pagas pelo Governo Municipal do Rio de Janeiro.

Em função da necessidade de se encerrar prontamente a destinação final de resíduos sólidos nesta área, o recurso do "Fundo de Participação dos Catares" foi, então, adiantado pelo Governo Municipal do Rio de Janeiro aos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis em uma única parcela. Esta forma de pagamento único do recurso foi legitimada na Assembleia de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do AMJG no dia 30 de março de 2012:

> Acordo firmado pelas representações dos catadores e o Governo Municipal, por ocasião do encerramento do AMJG, levaram ao pagamento, à vista, do valor de R$ 14.000,00 para cada um dos 1709 catadores cadastrados, em atividade ou não. (Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 02/08/2012)

Conclusões

O processo de desativação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho como área de disposição final de resíduos sólidos deveria ter sido capaz de ensejar o planejamento e a articulação de ações que pudessem, imediatamente após seu fechamento, garantir àqueles/as catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, que ali trabalhavam, sua inserção em sistema de coleta seletiva em condições adequadas de trabalho, e gerando renda, na mesma medida ou superior àquela, que lhes era possível obter no desenvolvimento de sua atividade de catação realizada anteriormente no aterro. Além de sua inserção em programas assistência e proteção social, inclusive de habitação.

A estratégia da SEA para a inclusão dos catadores e das catadoras após o encerramento do aterro se baseava, principalmente, na utilização do "Fundo de Participação dos Catadores" para prover a infraestrutura necessária à atividade de coleta, triagem e beneficiamento de resíduos sólidos urbanos potencialmente recicláveis e o planejamento e acompanhamento inicial do Programa de Coleta Seletiva de Duque de Caxias. Essa estratégia fundava-se na Cláusula Terceira do Convênio Nº 93/2006, firmado entre o Município de Duque de Caxias e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Município do Rio de Janeiro:

> Cláusula Terceira – das Atribuições da PMDC: Por esse termo de acordo, ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias: [...] b) instituir o Fundo de Participação dos Catadores, com o objetivo de desenvolver ações que promovam geração de trabalho e renda dos catadores do Aterro de Gramacho, preferencialmente aquelas voltadas para a coleta e segregação de materiais recicláveis no município de Duque de Caxias; [...]. (Duque de Caxias, 2006:3s)

No âmbito das ações do GT2 "Geração de Trabalho e Renda", instância participativa de planejamento do encerramento do AMJG, foram realizadas diversas reuniões com a finalidade de estruturarem um programa de coleta seletiva para o Município de Duque de Caxias. Nestas participavam a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Abastecimento e Agricultura e a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, órgão de participação da sociedade civil organizada integrado ao Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Duque de Caxias. O planejamento do Projeto Piloto do Programa de Coleta Seletiva Solidária[8] para o Município Duque de Caxias criaria condições para a inclusão socioprodutiva de 400 catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis organizados em cooperativa. No entanto, no decorrer das reuniões o Município de Duque de Caxias não conferiu legitimidade ao GT2 e em consequência não acatou tampouco o planejamento do programa de coleta seletiva, onde catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis participariam de forma autônoma e emancipatória, tendo controle sobre a coleta seletiva nos domicílios e, ainda posteriormente, sendo contratados para a prestação deste serviço.

Os catadores e as catadoras da Frente de Serviço rejeitavam qualquer solução de geração de trabalho e renda que implicasse na organização coletiva do trabalho. Isso pode ser conferido a diversos motivos, dentre os quais, aqueles que envolvem o baixo resultado econômico das cooperativas locais. Somente quando o processo de encerramento do AMJG foi se aproximando do fim, principalmente, pela execução do cronograma de "retirada das carretas", e impactou diretamente o trabalho deste grupo, gerando a escassez de seu objeto de trabalho e diminuição significativa de sua renda, lhes foi possível organizar-se no denominado Conselho de Lideranças juntamente com os catadores e as catadoras organizados em cooperativas. A Frente de Serviço reivindicava a implementação do "Fundo de Participação dos Catadores" através de seu pagamento em espécie, a fim de "cuidarem de suas vidas", conforme proferiam. Os catadores e as catadoras organizados em cooperativas aderiram a reivindicação da Frente de Serviço, porém mantiveram-se no processo de luta pelo trabalho através da reivindicação de inclusão socioprodutiva na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, a começar pela disponibilização de infraestrutura para o trabalho de beneficiamento de materiais reutilizáveis e recicláveis. Após o encerramento do AMJG as articulações continuaram em torno da estruturação do Polo de Reciclagem de Gramacho:

> O projeto do polo de reciclagem inclui, dentre outras ações, o planejamento de toda a infraestrutura física do empreendimento, com a construção de seis galpões, aquisição de moderno maquinário, construção de duas unidades de processamento de resíduos e de um centro administrativo para cursos de qualificação profissional para os catadores, creche, elaboração de plano de gestão e assessoramento e elaboração de um plano de qualificação profissional. (Secretaria Estadual do Ambiente, 2012).

8 A denominação "Solidária" faz referência à participação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no programa de coleta seletiva do município.

Um dos galpões do Polo de Reciclagem de Gramacho está em funcionamento desde novembro de 2013. O Município de Duque de Caxias, porém, ainda não instituiu o serviço de coleta seletiva, o que prejudica o abastecimento do Polo de Reciclagem com matéria prima para seu processo produtivo. O Município do Rio de Janeiro que administrou o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho participou do processo de encerramento principalmente em dois momentos, na execução do plano de redução de disposição de resíduos sólidos na área e no pagamento do "Fundo de Participação dos Catadores", eximindo-se de qualquer responsabilidade que pudesse ter com a inclusão socioprodutiva de catadores/as, que trabalharam no aterro de forma institucionalizada e organizada pela COMLURB.

No estudo de caso apresentado, observou-se que somente os catadores e as catadoras organizados em cooperativa, representando cerca de 10% do total do grupo do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, mantiveram-se orientados para a concretização do direito ao trabalho digno, ou seja, para a inclusão social a partir da prestação do serviço público de coleta seletiva de materiais recicláveis em sua localidade. Dentre outros motivos, isso se deve ao fato de que a maioria destes indivíduos vinha de processos de organização anteriores à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao processo de participação do encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Nesse contexto, se modela um conceito de inclusão social, que é analisado sob duas perspectivas diferentes, porém complementares. Do ponto de vista do trabalho como elemento emancipatório humano, esse processo pode representar um retrocesso para a categoria profissional. Pois, ao passo que as cooperativas de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis não são integradas como prestadoras do serviço de coleta seletiva nos municípios, estes trabalhadores perdem o controle sobre seu objeto de trabalho, o material reciclável, e consequentemente, sobre a gestão de seu trabalho. Por outro lado, analisando o processo de implementação do preceito de inclusão social, pode-se verificar avanços no sentido político deste grupo social, que se reafirmaram como sujeitos de direitos. O processo de encerramento de Gramacho permitiu que estes sujeitos sistematizassem um conhecimento cunhado a partir de sua participação no mesmo. Ou seja, atuando politicamente na reivindicação de espaços de inserção na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, estes/as catadores/as se fortaleceram enquanto indivíduos integrantes de uma organização coletiva. Assim, o sujeito histórico se constitui, enquanto categoria profissional, no processo de reivindicação pelo direito de prestação dos serviços de coleta seletiva.

O conceito de inclusão social se relaciona, portanto, ao conceito de cidadania, significando o mesmo a habilidade para exercer direitos e cumprir deveres (Oliveira, 2011:4). Isso pode significar, neste contexto, a habilidade para reivindicar junto aos entes federados a cooperação na elaboração de políticas públicas orientadas para a manutenção e ampliação de sua função histórica na sociedade. Acrescenta-se que a "inclusão social" relacionada a inserção de catadores/as organizados em cooperativa nos serviços de coleta seletiva não representa um conceito acabado. Muito pelo contrário encontra-se em pleno desenvolvimento, visto

que sistemas de coleta seletiva e logística reversa ainda estão em fase de concepção e consolidação no país. Portanto, pode se constituir como um processo permeado por avanços e retrocessos:

> A relação entre carências e exclusão de benefícios urbanos com a emergência de lutas reivindicatórias não pode ser estabelecida de forma mecânica, mas permeada por mediações que nos permitem estabelecer elos entre a vivência-percepção e a ação propriamente dita. (Jacobi, 1989:12 s).

Nesse sentido, resta a questão para futuras reflexões sobre quais seriam as perspectivas que podem ser apresentadas para este grupo social. Considerando que são capacitados a constituir categoria profissional, outro questionamento seria já que há sua organização política, qual seria a efetiva cooperação entre entes federados e setores privados da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, Suely Mara Vaz Guimarães de; Juras, Ilidia da Ascenção Garrido Martins (2011), *Comentários à Lei dos Resíduos Sólidos: Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010 (e seu regulamento)*. São Paulo: Editora Pilares.

Bastos, Valéria Pereira (2008), *Catador: Profissão. Um Estudo do Processo de Construção Identitária, do Catador de Lixo ao Profissional Catador. Jardim Gramacho, De 1996 Aos Dias Atuais.* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO. Tese de doutorado. Versão Eletrônica, consultado a 30.07.2014, em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13053@1.

Bosi, Antônio de Pádua (2008), "A organização capitalista do trabalho 'informal'. O caso dos catadores de recicláveis". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (67).101-116.

Burgos, Rosalina (2008), *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo. Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico.* Universidade Estadual de São Paulo. Tese de doutorado.

CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem, (2013). *"Review 2013".* Versão Eletrônica, consultado a 30.07.2014, em http://www.cempre.org.br/download/CEMPRE_review_2013.pdf

COMLURB - Companhia de Limpeza Urbana. "Projeto de Despoluição da Baia de Guanabara. Relatório Nº 2. Manual de Operação." (DOC 3585. Reg. 7732. Projeto de Despoluição do At. COM 1560. Relat. 2 Manual de Operação.). Rio de Janeiro, 1993. 29

Convênio nº 93/2006. *Convênio entre Município de Duque de Caxias e Companhia Municipal*

de Limpeza Urbana – COMLURB.

Correia, Maria Valéria Costa (2002), "Controle Social". Consultado a 30.07.2014, em http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Controle_Social_-_rec.pdf

Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. "Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – AMJG – Desativado", RJ, 02 ago. 2012. Ano XXVI, Nº 94, 61-64.

Jacobi, Pedro (1989), *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-84*. São Paulo: Cortez.

Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Versão Eletrônica, consultado a 30.07.2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm.

Lei nº 12.305 de 3 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Versão Eletrônica, consultado a 30.07.2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

Oliveira, Patrícia Fonseca Carlos Magno de (2011), "Erradicação da pobreza na atuação da defensoria pública: as várias dimensões do acesso à Justiça na defesa dos direitos humanos dos catadores de materiais recicláveis, à luz da Lei 12.305/10". Consultado a 30.07.2014, em http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/13149/Patricia_F._Carlos_Magno_de_Oliveira.pdf.

Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente. Brasília, agosto de 2012. Versão Eletrônica, consultado a 30.07.2014, em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18253

Secretaria Estadual do Ambiente (2011). "Programa Estadual Pacto pelo Saneamento. Decreto Estadual nº42.930 de 18 de abril de 2011." Consultado a 30.07.2014, em http://download.rj.gov.br/documentos/10112/637435/DLFE-41103.pdf/Decreto42939.pdf

Secretaria Estadual do Ambiente (2012). "Polo de Reciclagem de Gramacho". Consultado a 30.07.2014, em http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1055432

A Contribuição das Comunidades Tradicionais na Promoção ao Direito ao Desenvolvimento Sustentável

Márcia Rodrigues Bertoldi[1]
Letícia Baron[2]

Resumo

As comunidades ou sociedades tradicionais propõem arranjos sociais, calcados na ideia da preservação e conservação ambiental de seus habitats, na permanência de suas culturas tradicionais, na produção econômica sustentável e na organização social equitativa, que constituem um contraponto às nocivas relações estabelecidas nas sociedades de consumo. Ante as constantes ameaças que os interesses do capital oferecem a tal organização social e tradicional, as Nações Unidas aprovaram e implementaram a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). No Brasil, a questão está compreendida na Medida Provisória 2186-16. Assim, o objetivo desse trabalho é examinar os instrumentos jurídicos internacional e brasileiro de reconhecimento e proteção dos conhecimentos tradicionais e das sociedades titulares, enquanto promotoras do direito ao desenvolvimento sustentável.

Palavras chaves: Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável, Comunidades Tradicionais, Convenção sobre a Diversidade Biológica

Abstract

The communities and traditional societies propose social organizations based on preservation idea and environment conservation, tradicional's cultural protection, sustainable economic development and equal social organization that are the opposite of capitalism organization. They promote a better life quality and the sustainable development. Otherwise, the capitalism is a threat to the social conservation, reason why the international community has developed the Convention on Biological Diversity. It has worked to recognize and protect this societies and they traditional knowledge, as well their development according their values. In Brazil, this question is regulated by MP 2186-16. In this way, this paper propose the analyses about the international and Brazilian's laws that protect the traditional knowledge and traditional societies, while they promote the healthy development.

Keywords: Biodivertity, Healthy Development, Tradicional Comunities, Convention on Biological Diversity

1 Doutora em Direito pelas Universidades Pompeu Fabra de Barcelona (UPF) e de Girona (UdG), Pós-Doutora pela UNISINOS. Professora do curso de Direito da Universidade Federal de Pelotas.

2 Bolsista de Iniciação Científica. Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

Introdução

Um dos maiores desafios da pós-modernidade é apontar alternativas para conciliar os interesses vinculados à expansão do capital com o esgotamento dos recursos naturais (principalmente a deterioração do solo, da atmosfera, das águas e a crescente redução da biodiversidade) e os processos de exclusão social, cuja consequência primeira é a restrição no acesso aos direitos humanos fundamentais.

O sistema capitalista se desenvolveu ocasionando efeitos deletérios, sobretudo, em relação aos direitos a um meio ambiente equilibrado. Por isso, mais que necessário o questionamento acerca do modelo econômico estatuído, não só para a preservação da geração atual, como também pelo dever de garantir às presentes e vindouras gerações, condições de perpetuação da vida. Daí a pertinência das discussões em torno de um desenvolvimento que permita as sustentabilidades econômica, sociocultural e ambiental, capaz de compreender a interligação entre os diversos processos que ocorrem no mundo e ademais, apto a permitir que todas as sociedades participem, contribuam e desfrutem de forma equânime da geração de recursos.

Há pressa na difusão de práticas alternativas, que possibilitem o exercício da alteridade e compartilhem entre todos a responsabilidade pelos efeitos das atividades humanas e o comprometimento com melhorias ecológicas, de distribuição econômica, culturais e sociais, em prol da uniformização do acesso aos direitos a todos e em todos os lugares. Nesse cenário, no qual os modelos estatuídos não dão conta das injustiças socioambientais e econômicas crescentes, ganha relevo os valores e práticas englobadas nos princípios que constituem o urgente paradigma do desenvolvimento sustentável.

Segundo Veiga (2010:10) a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. Daí porque pensar o desenvolvimento sustentável, cujo conceito se desdobra em três objetivos principais: a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e econômica no tempo e no espaço local e global.

Para que cumpra o objetivo ambiental do conceito, indispensável desenvolver mecanismos de proteção dos recursos naturais vinculados à biodiversidade. As espécies e seus recursos genéticos são elementos chave à expectativa de desenvolvimento projetada pela revolução biotecnológica, que pese sua novidade prometer avançar nossas perspectivas de futuro nas mais diversas áreas: alimentação, medicina e indústria. Consequentemente, os ecossistemas, que envolvem essas espécies e seus recursos genéticos, também ingressam na lista. Esses três elementos compõem a biodiversidade.

Contudo, a biodiversidade deve ser compreendida enquanto inserida em um contexto de relações simbióticas com o ambiente. Ao seu conceito, se soma um elemento adjetivo, imaterial ou intangível e essencial à sua conservação e uso sustentável: os conhecimentos,

inovações e práticas tradicionais das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, pescadores, etc), o denominado patrimônio cultural imaterial. Esse elemento, conforme Santili (2005:192) compreende das técnicas aos métodos de caça e pesca, os conhecimentos sobre os ecossistemas e propriedades da fauna e flora utilizados pelas comunidades tradicionais.

Cabe entender que são sistemas que evoluíram simultaneamente, o biológico e o cultural[3]; portanto, não se pode conceber conhecimentos tradicionais e biodiversidade senão que sistemicamente, entendidos no neologismo sociobiodiversidade. São sistemas inseparáveis, complementares, organizados e dinâmicos: mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar transversalmente as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referências sociais e individuais.

Esse trabalho tem o objetivo de expor as intrínsecas relações entre a sociobiodiversidade, entendida como a afinidade entre os sistemas ambiental (em especial os elementos que compõem a biodiversidade) e cultural/social (povos, sociedades ou comunidades tradicionais e seus saberes associados ao uso sustentável e à conservação da biodiversidade) e sua potência para promover ou servir de panorama para o estabelecimento de instrumentos e valores universais necessários à implementação do princípio/objetivo/programa/paradigma e do direito ao desenvolvimento sustentável. Cumpre ressaltar que, para analisar o objeto proposto, a pesquisa teve como suporte o método qualitativo e na sua construção utilizou-se da revisão bibliográfico-documental.

Um conceito complexo: considerações sobre o desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável originou-se a partir dos estudos da economia ambiental, foi emprestado ao âmbito jurídico pelo Relatório Brundland e consolidado na Eco/92 com a Agenda 21, e com a adoção como princípio[4], pela Declaração do Rio, que o definiu como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras."

Dada sua abrangência, é um conceito carregado de expectativas, fomentador das mais diversas alternativas que lhe conferem a faculdade de transitar pelos mais variados discursos, o que lhe traz vantagens e inconvenientes.

Decerto, o conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe uma pluralidade de

3 Explica Flores que o processo cultural coincide com o processo de humanização, tanto da natureza humana (imaginário social e imaginário radical) como da natureza física e social (imaginário ambiental bio-socio-diverso) no marco de uma consideração relacional do conceito de meio ambiente. Através da construção cultural nos humanizamos, isto é, vamos adquirindo a capacidade de explicação, de interpretação e de transformação/adaptação do conjunto de relações que mantemos com os outros, com nós mesmos e com a natureza (Flores, Joaquín Herrera. Cultura y naturaleza: La construcción del imaginário ambiental bio(sócio)diverso. In Hiléia. Revista de Direito Ambiental da Amazônia. Ano 2. Número 2. Janeiro-junho de 2004. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado de Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, 2004:43.

4 Princípio 3: O Direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

dimensões, que implicam a observancia de um enfoque integral e integralizado com as dimensões sociais, econômicas e políticas, que visam a utilização sustentável dos recursos naturais. Em palavras de Ruiz (1999:33), o desenvolvimento sustentável persegue o logro de três objetivos essenciais: um objetivo puramente econômico - a eficiência na utilização dos recursos e o crescimento quantitativo - um objetivo social e cultural - a limitação da pobreza, a manutenção dos diversos sistemas sociais e culturais e a eqüidade social - e um objetivo ecológico, a preservação dos sistemas físicos e biológicos (recursos naturais *lato sensu*) que servem de suporte à vida dos seres humanos.

Além disso, não se restringe às gerações atuais o benefício sobre os resultados do manejo adequado da sustentabilidade. Conforme assinala Machado (1993:182), o desenvolvimento pressupõe preocupações de equidade social entre as gerações, preocupação que deve estar presente, logicamente, numa mesma geração:

> o meio-ambiente global é uma herança que nós - geração atual - devemos herdar de nossos ancestrais e transmitir à geração futura com possibilidades de desenvolvimento. Esta responsabilidade nós a chamamos "responsabilidade patrimonial" segundo a fórmula do Prof. J. Sax. O direito ambiental global deve poder assumir esta responsabilidade patrimonial, qualquer que seja o problema: CO2 , floresta tropical úmida ou a diversidade biológica (Machado, 1993:403/404)

Nesse sentido, Winter destaca acerca da necessidade de lançar mão de uma maior proteção à biodiversidade. Esclarece que o desenvolvimento sustentável significa que o desenvolvimento socioeconômico permanece "sustentável", visto que suportado por sua base, a biosfera. Daí a necessidade de preservação dos recursos naturais e vivos assentados sobre a superfície, porquanto a biosfera pode existir sem os humanos, mas os humanos não podem existir sem ela. O equilíbrio entre a natureza, a economia e a sociedade seria comparável, portanto, a um composto trifásico, em que necessariamente a faixa dos recursos naturais dever ser mais expressiva, com potencial para resultados profícuos quando equilibradamente integrados estes três elementos de balanceamento.

Conforme se pode aferir, é um conceito de difícil execução, porque contrário à realidade que prevalece hoje: os recursos podem ser explorados de qualquer maneira, salvo que existam intensas razões para conservá-los (Weiss, 1999:80). O esperado equilíbrio entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais, cuja ausência leva inexoravelmente à pobreza e à degradação do ambiente remete à questão da dificuldade da efetiva valoração das capacidades. A exclusão social está presente mesmo em países ricos, quando a capacidade não é talhada para decidir prioridades com razoabilidade. Com efeito, o valor da capacidade da pessoa pode mover uma comunidade a demandas por moderna tecnologia, a qualquer custo, ao invés de investimento em educação e cultura, por exemplo. Não se

subestima que a renda seja um veículo para obter capacidades, mas o seu molde dependerá da efetiva liberdade de uma pessoa ou de um povo efetivamente poder escolher e decidir com liberdade, potencializando os resultados dessas escolhas dotadas de alteridade e auto-determinação.

Na linha de raciocínio de Amartya Sen (2000:112), a capacidade pode melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins.

Daí a necessidade da sociedade decidir com liberdade sobre o que deseja preservar em espaços cidadãos de participação livre, em igualdade de oportunidades e prévio acesso a informações atuais e verossímeis. Inescapavelmente isso representaria o caminho efetivo para a justiça social e ao esperado desenvolvimento sustentável.

Em suma, o desenvolvimento sustentável pressupõe o meio ambiente equilibrado, que dentre outros fatores, depende da preservação da biodiversidade. Um Estado Ecológico de Direito só se realiza numa sociedade equilibrada ecologicamente. Conforme lição de Paulo Affonso Leme Machado (2010:60) "cada ser humano só fruirá plenamente de um estado de bem-estar e de equidade se lhe for assegurado o direito fundamental de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado."

1. Equilíbrio ambiental, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica: o encontro comunidades tradicionais e o desenvolvimento sustentável

Conforme dito, a preservação da biodiversidade é requisito essencial para se atingir o ideal de desenvolvimento sustentável. Por isso, é desafio da ciência e da política desenvolver formas de proteção e de desenvolvimento que protejam a diversidade de espécies da fauna, da flora e de microorganismos, a diversidade de ecossistemas e a diversidade genética dentro de cada espécie, ou patrimônio genético.

Tais soluções nunca serão simplistas, mas serão de extrema necessidade para a manutenção da vida na terra, visto que a biodiversidade compreende a total variedade de espécies, seus genes e ecossistemas do Planeta, os quais constituem uma das propriedades fundamentais do meio ambiente e do equilíbrio da biosfera, assim como das relações entre todos os seres vivos, visto que seus componentes compõem um processo sistêmico ou holístico da vida. É fonte de desenvolvimento humano, de aquisição de bens e serviços mediante as atividades agrícola, pesqueira, florestal e a indústria biotecnológica. Assim, pode ser definida como a vida sobre/na/da Terra e o bem mais valioso, junto à água, que dispomos. Este valor é o resultado dos aspectos ecológico, social, econômico, científico, cultural, histórico, geológico, espiritual, recreativo e estético que compõem esse elemento ambiental.

Nesse cenário, aponta como modelo de desenvolvimento sustentável as relações que as comunidades tradicionais mantêm com a biodiversidade. Através dos conhecimentos sobre as melhores formas de interagir com a natureza - tirando dela seu sustento sem comprometer sua existência - tais sociedades interferem positivamente na preservação da natureza. Tais conhecimentos, saberes ou memórias coletivas tradicionais constituem a dimensão cultural do conceito de biodiversidade, representada pelos valores, visões de mundo, conhecimentos e práticas que têm íntima relação com o uso direto e os processos relacionados à biodiversidade. (Souza, 2009:72).

Essas comunidades compartem estilos de vida particulares, fundados na natureza, no conhecimento sobre ela e nas melhores práticas utilizá-la sustentavelmente, respeitando desse modo sua capacidade de recuperação e conservação. Diferentemente das sociedades capitalistas[5], pouco cobiçam a acumulação de riquezas materiais, privilegiando a acumulação de conhecimentos sobre o mundo natural - e também sobrenatural - com o fim máximo de sobrevivência, os quais são transmitidos oralmente de geração a geração, constituindo um legado cultural e coletivo indispensável ao equilíbrio do Planeta e à promoção da justiça socioambiental das presente e futuras gerações.

Os conhecimentos tradicionais desses povos evidenciam o quanto é possível estabelecer uma relação saudável entre a natureza e o homem e, cada vez mais, estabelecem notória resistência à monocultura científica. Tal como evidenciado, praticam a preservação e conservação ambiental de seus habitats, a permanência de suas culturas tradicionais, a produção econômica sustentável e a organização social equitativa, promovendo uma melhor qualidade de vida e, por consequência, o desenvolvimento sustentável.

De fato, são reveladores de valores diversos acerca da individualidade, alteridade, coletividade, natureza e economia, como ressalta Cruz (2010:915), na análise de um grupo de quilombolas do Vale do Guaporé, na região norte do Brasil:

> Assim, percebemos mulheres e homens remanescentes de quilombos com práticas sociais que destoam da visão do mundo individualista, que contribuem com seus modos de vida para constituir práticas que se situam em outras perspectivas tanto do ponto de vista das relações interpessoais quanto das relações com a natureza; são valores diferentes das sociedades industrialistas.

Decerto, para esses povos, o ambiente natural não é um espaço meramente produtivo, é

5 Dentro de uma perspectiva marxista (especialmente dos antropólogos neomarxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (Diegues, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocável*. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2001:82.)

também vida, sociabilidade, ambiente cultural, trabalho, desenvolvimento intelectual, econômico, humano, social...

Para ilustrar o referido entrosamento, referimos um grupo de mulheres negras que vivem na Comunidade de Capoã, situada no município de Barra dos Coqueiros do Estado de Sergipe, se dedicam à cata da mangaba[6]. As catadoras, tal como se autodeterminam, demonstram uma verdadeira gestão de seus recursos, pois possuem saberes de grande precisão que denotam grande avanço, envolvendo em tais práticas recursos regenerativos. Partilham regras comuns que se perfazem no dia a dia do trabalho, as quais são transmitidas por meio da oralidade, como inclusive repassam a maioria das informações que compõem seus saberes. Tais regras dizem respeito a evitar a quebra de galhos das plantas, a proibição de corte das árvores, a retirada do "leite" com parcimônia, o respeito pelo direito de coleta dos catadores que por ventura tenham tido acesso às arvores anteriormente. Nesse sentido, assumem ideias comuns concernentes ao sentimento de respeito, cuidado e responsabilidade pelas plantas e consequentemente pela sua reprodução.

As catadoras realizam a cata cantando músicas conhecidas por todas as mulheres, que retratam suas histórias e que reconhecem na atividade sua razão de viver e sobreviver. A fruta serve para alimentação e obtenção de renda para a criação de seus filhos e, portanto, é considerada uma fruta poderosa.

Ressalte-se que, a partir de saberes e práticas construídos na relação direta com os recursos em que praticam o extrativismo, as catadoras de mangaba cuidam de um território, conservando-o e interferindo minimamente na sua transformação, reinventando um futuro às suas gerações.

Contudo, a prática das mangabeiras - assim como a de muitos outros grupos que promovem o desenvolvimento sustentável - vive sob constante ameaça, principalmente em razão das políticas culturais homogeneizantes, da ausência de recursos estruturais para sua permanência, experiência, valorização e compreensão/identificação pelas novas gerações e, inclusive, pelas crescentes dificuldades de transmissão que também decorrem dos efeitos da globalização cultural. Do mesmo modo, em razão à prática da biopirataria.

Ademais, o advento da biotecnologia moderna - que se utiliza desses conhecimentos para que o tempo entre pesquisa e produção comercial de determinado produto seja consideravelmente diminuído - sublimou o valor do bioconhecimento na busca por soluções - nos campos da medicina, alimentação e agricultura, energia, entre outros - para satisfazer as intermináveis necessidades da sociedade contemporânea. As comunidades tradicionais constituem importantes bioprospectores, posto que têm um conhecimento apurado acerca

6 A mangaba é fruto proveniente da mangabeira, árvore de porte médio a alto da família Apocynaceae que ocorre nos tabuleiros, restingas e cerrados do Brasil. Seu nome científico é *Hancornia speciosa* Gomes atribuído em homenagem ao botânico Philip Hancorn e "speciosa" que significa bela, magnífica, vistosa. Mota, Dalva Maria da.]et al]. No Rastro da Mangabeira. In: *A mangabeira, as catadoras, o extrativismo***.** Belem, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011, p. 47.

do terreno físico que habitam e dos recursos que nele se encontram, o que dista muito do que possam ter outros buscadores de tesouros genéticos.

Conhecedora da realidade de expropriação indevida desses conhecimentos assim como da condição de hipossuficiência a que estão submetidas as comunidades frente aos comandos do capital o direito internacional lançou mão, em 1992, do primeiro diploma jurídico para proteção desses conhecimentos: a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

A proteção das comunidades tradicionais: a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Medida Provisória 2186/00

A Convenção sobre a Diversidade Biológica foi implementada ao longo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92, que ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Do evento participaram líderes de 178 Estados, além de representantes de diversas organizações não governamentais (ONGs), todos com o intuito de promover acordos internacionais tendo em consideração à redução da pobreza, controle da poluição e diminuição do desperdício de recursos.

Foi estruturada sobre três bases principais: a conservação e uso sustentável da diversidade biológica (objetivo ambiental) e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos (objetivo econômico).

Nesse sentido, a fim de cumprir seus objetivos de proteção à biodiversidade, a CDB reconheceu que as comunidades tradicionais e seus saberes mantêm uma relação de cooperação com o meio ambiente, que passam pela primeira vez a serem protegidos por meio da redação emprestada ao artigo 8-j, que segue abaixo transcrito:

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

> (...)
>
> j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;

Neste contexto, a CDB prevê o reconhecimento das sociedades tradicionais como vetores na manutenção, conservação e uso sustentável da biodiversidade e das culturas tradicionais.

As medidas efetivas e as experiências (positivas e negativas) dos Estados, que visem

à proteção das referidas sociedades e seus saberes ante as inúmeras adversidades - a exemplo da biopirataria, que obsta as possibilidades de continuidade - bem como o direito ao desenvolvimento de acordo com suas singularidades são discutidas, entre outros temas, em um órgão decisório supremo, a Conferência das Partes (COP). A COP é composta por delegações oficiais dos 193 países-membros, observadores de países não-parte, representantes de organismos internacionais, organizações acadêmicas, organizações não-governamentais, organizações empresariais, lideranças indígenas, imprensa e demais observadores.

Durante a COP, que já ocorreu por 12 vezes em diversos países da Ásia, Europa e America Latina, promove-se um amplo espaço de exposições de experiências entre países, bem como consultorias a lideranças das comunidades tradicionais e organizações ambientais. Também, durante as reuniões acontece o Segmento Ministerial da COP, oportunidade em que Ministros do Meio Ambiente dos países membros desfrutam da possibilidade de demonstrar os avanços, ideias e desafios da implementação da Convenção em seus Estados.

No que tange à proteção dos conhecimentos tradicionais, foram proferidas 15 decisões referentes ao disposto no artigo 8-j, dilatadas nas 13 reuniões ordinárias, versando sobre os princípios e diretrizes para a melhor interpretação do referido artigo, assim como instituir metas para sua implementação no ordenamento jurídico nacional dos Estados-Parte.

Tais decisões têm inovado no entendimento acerca da importância dos saberes tradicionais, reconhecendo sua propriedade e domínio sobre os conhecimentos, recursos e territórios, assim como desenvolvendo mecanismos que respeitem sua cultura, organização social e seus valores. Pode-se observar, por exemplo, que na decisão VI/10, foram feitas recomendações para realizar enriquecimentos na compreensão dos aspectos culturais, ambientais e sociais dos saberes tradicionais, valorizando a participação interventiva dos seus representantes ao longo das decisões. Nesse sentido, a decisão prevê:

> As comunidades indígenas e locais devem participar plena e eficazmente no processo de avaliação. Os conhecimentos tradicionais relacionados com a diversidade biológica das comunidades indígenas e locais devem ser aplicados conjuntamente com metodologias e procedimentos de avaliação científica moderna. As consultas a estas comunidades devem ser feitas em idioma apropriado e conforme as suas culturas.

Também são reconhecidos que os saberes das comunidades tradicionais são essenciais para a preservação da biodiversidade e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por isso, no âmbito da aplicação da CDB devem ser tratados com a mesma importância que os conhecimentos acadêmicos, respeitando o direito das comunidades para controlar o acesso aos seus saberes, técnicas e inovações.

Dessa compreensão surgiu a necessidade de promover um sistema *sui generis* de proteção

desses saberes. Segundo decidido na 10ª Reunião da COP, o sistema de proteção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades indígenas e locais deve ser desenvolvido considerando-se o direito consuetudinário dos membros, as práticas e protocolos comunitários, contando com sua participação efetiva e sua aprovação. Devem ser protegidas todas as formas de manifestações desse conhecimento, incluindo as línguas, crenças religiosas e suas práticas, músicas e danças tradicionais, a história oral e os saberes vinculados aos usos curativos de plantas e animais.

A decisão evidenciou que existem sistemas eficazes que podem ser elaborados, adaptados ou reconhecidos em diversos níveis, a fim de erradicar o uso e aplicação indevidos dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades indígenas, um dos principais objetivos da CDB.

Contudo, para que os efeitos das decisões e dos dispositivos da CDB adquiram eficácia prática, indispensável que eles sejam objeto de tratamento no ordenamento jurídico interno nos países membros. No caso brasileiro – no que pese o Brasil ser signatário da declaração desde 1992 – a tutela dos conhecimentos tradicionais somente foi positivada no ano de 2001, através da Medida Provisória 2186 - 16. Ela foi pioneira em adotar importantes conceitos da Convenção, como passamos a ver.

Instituída às pressas pelo Poder Executivo Federal, em razão de um contrato controverso de acesso ao patrimônio genético amazônico entre a Bioamazônia e a Novartis Pharma AG, em maio de 2000, a MP 2186-16 (MP)[7] regula o acesso ao patrimônio genético situado no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva; a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; a repartição de benefícios e o acesso e transferência de tecnologias, em obediência ao disposto nos artigos 15, §1º e 8j da CDB.

Os artigos 8º e 9º da medida provisória tratam da proteção ao conhecimento tradicional associado das comunidades tradicionais. O primeiro protege o conhecimento dessas comunidades contra a utilização e exploração ilícita, enquanto o segundo regulamenta as garantias das comunidades - como a de ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações, de impedir terceiros não autorizados de utilizar, realizar testes, pesquisas ou exploração relacionadas ao conhecimento; de divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integrem ou constituam o conhecimento e perceber benefícios derivados da exploração econômica.

Ademais, o instrumento jurídico confere às comunidades o direito de decidir sobre o uso de seus conhecimentos, através da redação emprestada ao artigo 16, §9, que determina que a autorização de acesso (anuência prévia) da comunidade tradicional está adstrita à concordância anterior, termo equivalente ao princípio do consentimento prévio informado

7 Importante registrar que desde junho de 2014, a sociedade brasileira, por fim, conta com um projeto de lei referente ao tema, ainda em processo legislativo no Congresso Nacional. Para maiores informações: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2014/msg170-junho2014.htm

apontado na CDB.

O consentimento prévio informado é uma espécie de pré-contrato de concessão, que é a base regulamentária ou a medida de controle do acesso aos recursos genéticos e permite ao provedor do recurso genético ou dos conhecimentos tradicionais associados negociar, em melhores condições, os termos de um futuro contrato de acesso e a repartição dos benefícios. Permite a troca de informações necessárias (sobre o uso, os métodos de coleta e o tratamento dos dados, os benefícios a serem gerados e os meios de recompensa, o lugar de origem do conhecimento, etc.) e a ampla participação na concordância ou não dos membros da comunidade.

Uma vez autorizada pela comunidade, o acesso ao conhecimento tradicional para qualquer um dos fins previstos (pesquisa, desenvolvimento tecnológico, bioprospecção) deverá ser autorizado pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), órgão administrativo, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, de caráter deliberativo e normativo.

Essa legislação ofereceu por primeira vez ao Estado Brasileiro, depois de 500 anos de apropriação indevida fundada no princípio do livre acesso, sem a anuência e participação das comunidades detentoras de tais saberes nos benefícios gerados do uso, um horizonte de possibilidades para evitar ou prevenir práticas desprezíveis que prejudicaram, sobretudo, comunidades amazônicas.

Considerações finais

Os conhecimentos que os povos tradicionais construíram, por séculos, sobre as melhores formas de manejar e extrair do meio ambiente todos os recursos indispensáveis à sua subsistência, sem comprometer sua existência futura é importante exemplo a ser observado pela sociedade capitalista, constituída sob a superexploração.

Esses saberes, que há muito são utilizados pela indústria, são promovem o desenvolvimento sustentável. Por meio das práticas consuetudinárias os povos tradicionais desenvolveram formas equitativas de distribuição de poder e recursos e de respeito à natureza, concretizando, via de regra, o ideal desenvolvimento humano com a implementação de modelos singulares de equidade social e econômica e conservação ambiental.

Disso decorre a necessidade de reconhecimento e proteção dos conhecimentos tradicionais conferidos pela CDB em âmbito internacional e pela MP 2186/16 no Brasil. Por meio desses instrumentos, as comunidades tradicionais passaram a influir com mais autonomia sobre os seus saberes, podendo deliberar as condições e limitações das atividades de acesso a seus saberes.

A CDB tem se configurado como importante instrumento na busca pela efetivação dos direitos das sociedades tradicionais, reconhecendo a relevância dos seus conhecimentos e

cultura, recomendando que os Estados e organizações regionais desenvolvam mecanismos de proteção legais e fomentando a participação em seus âmbitos decisórios das principais lideranças locais. Tais circunstância são fundamentais para que a Convenção atinja seus objetivos.

Ao encontro do disposto pela CDB, no âmbito do ordenamento jurídico interno brasileiro, a Medida Provisória tem regulamentado, ainda que timidamente, o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais, mediante o órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

Ainda que latente e pendente de maior eficácia, são notórios os esforços da comunidade internacional e local no reconhecimento da importância e amparo dos saberes tradicionais e povos detentores, o que é fundamental para garantir sua continuidade. Decerto, para que o planeta consiga sobreviver aos efeitos nefastos da superexploração, os saberes e modos de vida tradicionais tem e terão exponencial importância, além de oferecer importantes lições às sociedades de massa, especialmente em razão a seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

Cruz, Tereza Almeida, (2010), "Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente". *Revista de Estudos Feministas*, 18, 54-68.

Machado, Paulo Affonso Leme (1993), "Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira", *in* Antônio Herman V. Benjamin (Org.), *Brasil. Dano Ambiental – prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Machado, Paulo Affonso Leme (2010), *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editora.[18ª ed.]

Mota, Dalva Maria da. (2011), "As senhoras da mangaba", *in* D. M. da Mota; J. F. da Silva Junior; H. Schmitz; R. F. Rodrigues (org.), *A mangabeira, as catadoras, o extrativismo*. Pará: Embrapa Amazônia Oriental; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 105-137.

Ruiz, José Juste (1999), *Derecho Internacional del Medio Ambiente*. Madrid: MacGraw-Hill.

Santilli, Juliana (2005), *Socioambientalismo e Novos Direitos.* São Paulo: Peirópolis.

Sen, Amartya (2000)*, Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, Gabriela Coelho de (2009), "Conhecimentos tradicionais: aspectos do debate brasileiro sobre a quarta dimensão da biodiversidade", *in* J. Kleba; S. Kishi (org.), *Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Direito, Política e Sociedade*. Belo Horizonte: Método, 69-86.

Conferência das Partes (1996), “Decisão III/14 - Aplicación Del Artículo 8j. consultada a 07.02.2014 em http://www.cbd.int/doc/decisions/cop-03/full/cop-03-dec-es.pdf

Conferência das Partes (2010). *Decisão X/18 - Aplicación Del Artículo 8j*. Página consultada em 07.02.2014 em http://www.cbd.int/doc/decisions/cop-10/full/cop-10-dec-es.pdf

Veiga, José Eli da (2010), *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.* Rio de Janeiro: Garamound. [5ª ed]

Weiss, Edith Brown, (1999), Un mundo justo para las nuevas generaciones: Derecho internacional, patrimonio común y equidad intergeneracional. Madrid: Mundi-Prensa. [3ª ed.]

Contratações Públicas Sustentáveis: um direito fundamental?

Maria Anáber Melo e Silva[1]

Resumo

A obrigação da promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações públicas do Brasil foi positivada na Lei 12.349/2010, que alterou o art. 3º da Lei 8.666/93, e está apresentado como um dos objetivos para a seleção da proposta mais vantajosa na busca da satisfação do interesse público; na União Europeia, de acordo com suas Diretrizes, os países membros devem fazer uso de critérios ecológicos para as chamadas compras ecológicas (*green procurements*). O meio ambiente tem sido devastado e maltratado, a todo instante vulnerável a riscos, realidade que exige medidas enérgicas da Administração Pública em colaboração com a sociedade. Ao formalizar as compras públicas com critérios ecológicos (sustentáveis) o Estado contribui com critérios não somente econômicos e fomenta a "indústria ecológica". Este trabalho visa analisar as experiências normativas do Brasil (sul) e as de Portugal (norte) sobre as compras sustentáveis (ecológicas), enquanto um meio de garantia do direito fundamental ao ambiente.

Palavras-chave: Contratação Pública – Sustentável - Meio Ambiente - Direito Fundamental

Abstract

The mandatory promotion of national sustainable development in Brazilian public procurement was established in Act 12.349/2010, an amendment of Article 3 of Act 8.666/93. It is presented as one of the objectives for choosing what is the most beneficial proposal in terms of satisfying public interests; in the European Union, member countries must apply ecological criteria - in accordance with guidelines - for what is known as ecological procurement, or green procurement. The environment has been devastated and abused, and is constantly exposed to risks. This is a reality that requires effective measures to be implemented by public administration in collaboration with society. By formalising public procurement based on ecological (sustainable) criteria, the State not only provides economic criteria, it also encourages "industrial ecology". This study aims to analyse regulatory experiments in southern Brazil and northern Portugal concerning sustainable (ecological) procurement, as a means of guaranteeing fundamental rights for the environment.

Keywords: public procurement- sustainable – environment - fundamental rights

1 Especialista em Direito Processual e Gestão Estratégica e Qualidade, mestra em Ciências Sociais, doutoranda no Programa "Direito, Justiça e Cidadania no Século, XXI" – Universidade de Coimbra; bolsista da CAPES – Proc. nº BEX 1579/13-4. maria.adv.prof@gmail.com.

Introdução

Ter o meio ambiente equilibrado com o uso racional de seus recursos é um dos grandes desafios do chamado mundo globalizado. Proteger o meio ambiente para proteger a humanidade e os seres vivos que habitam a Terra reflete na necessidade de uma atuação coletiva mais intensa no sentido de proteger (o ambiente) para proteger (os seres vivos). Os problemas ambientais causados pelo mal uso dos recursos naturais podem provocar reflexos globais, e dirimi-los presume-se a realização de uma tarefa partilhada com o Estado e a sociedade civil (o que não é Estado), cada um de acordo com suas responsabilidades. Duas responsabilidades de efeito muito positivo são a implementação de uma educação ambiental ampla e a adoção de critérios ecológicos nas contratações públicas. A educação por contribuir com a mudança de hábitos de forma efetiva e as contratações públicas por trazer um novo objetivo para o alcance do interesse público, ambos fundamentados na promoção do desenvolvimento sustentável.

Apesar de a educação ambiental não ser o foco do presente trabalho, convém esclarecer sobre importantes eventos internacionais em torno do tema, em face do reflexo sobre as diversas áreas: sociais, políticas, econômicas ou simplesmente públicas (da administração). Os debates a respeito da proteção ambiental tomaram força a partir de 1972 com a Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo (Suécia), convocada pela ONU em face do Relatório do Clube de Roma sobre o uso dos recursos naturais; um dos resultados do evento foi a identificação da educação como um dos instrumentos para resolução dos problemas ambientais. Outro acontecimento de grande repercussão internacional sobre a ideia de educação ambiental foi o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental realizado em 1975, em Belgrado (Iugoslávia), quando os participantes atribuíram a necessidade dos países membros da ONU desenvolverem políticas dirigidas à educação ambiental. Outro evento de importante reflexo nas discussões sobre o tema foi a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi-Geórgia, de 14 a 26 de outubro de 1977, e que resultou numa declaração onde afirma a educação ambiental como fonte criadora de práticas positivas e ainda capaz de fazer o indivíduo compreender o meio ambiente como um bem de todos (Tazoni-Reis, 2004).

A importância de preservar o meio ambiente vem gradualmente sendo incorporado no ordenamento jurídico, e no âmbito da legislação das contratações públicas surge como uma medida protetiva não condicionada estritamente ao critério econômico da adjudicação da proposta, fator que historicamente tem sido o principal ponto decisório das disputas. O critério ecológico nos procedimentos de contratação pública passa a ser visto como uma importante medida de proteção ambiental, apesar de seu resultado nem sempre emergir de imediato, mas a longo prazo mostra-se como um importante instrumento de proteção dos recursos naturais.

A maioria das práticas danosas ao meio ambiente é reflexo dos interesses econômicos de empresas que buscam auferir ganhos financeiros frutos da exploração dos recursos naturais ou que prejudiquem o meio ambiente; conta ainda com a negativa colaboração de pessoas que não usam com sustentabilidade os recursos naturais disponíveis. Cada um dentro de sua parcela de responsabilidade age sem as precauções e os cuidados necessários. As consequências dessas práticas danosas têm levado a iniciativas no sentido de agir para proteger: as discussões fomentadas em debates, congressos, colóquios, seminários, entre outras; a criação de leis que criminalizam práticas danosas ao meio ambiente; diretivas e normas indicadoras de critérios ecológicos para contratações públicas; programas governamentais de educação ambiental; incentivos fiscais de práticas ecológicas para as empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de produtos, etc.

Apesar dos avanços já conquistados com previsões legais protetivas, muitas delas não são efetivadas por deficiência da máquina estatal ou por conta das manipulações do poder económico de empresas que a qualquer custo buscam a obtenção do lucro.

O Estado, na condição de potencial adjudicante, utiliza milhões do erário para contratar com terceiros. Na condição de grande "cliente" pode ser alvo de empresas de elevado poder econômico que são capazes de manipular fatos, pessoas e até mesmo o direito, no intuito de lograrem êxito nas disputas dos contratos públicos. A relevância social e o caráter financeiro da contratação pública são características que fundamentam inegavelmente uma urgente sintonia com o desenvolvimento nacional sustentável, e ainda por servir de "[...] instrumento interventivo estatal para produzir resultados mais amplos do que o simples aprisionamento de bens e serviços [...]" (Justen Filho, 2012:62).

O procedimento de contratação pública, formado por atos sucessivos com o objetivo de contratar bens ou serviços para satisfação do interesse público baseado nas ações e programas de governo, é hodiernamente considerado um meio de consolidação do direito fundamental ao meio ambiente sustentável na medida que incorpora critérios ecológicos voltados a esse fim.

A preocupação de preservar o meio ambiente deve estar na "agenda do dia" da Administração Pública quando for estabelecer os critérios da contratação, sem olvidar os princípios que a norteiam. Partindo deste enredo, o presente trabalho visa analisar as normas sobre as contratações públicas brasileira e portuguesa quanto a utilização de critérios ecológicos favoráveis à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Direito fundamental ao meio ambiente

Os direitos fundamentais à luz da Declaração do Homem e do Cidadão de 1789 são direitos naturais, inalienáveis e sagrados, também direitos imprescritíveis, incluindo a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. No decorrer da história os direitos

fundamentais têm sofrido contínuas mudanças aliadas às conquistas democráticas, e como consequência incorporou direitos de diversas categorias. Paulo Bonavides (2012) define os direitos fundamentais em quatro categorias: os de primeira geração, pertinentes aos direitos da liberdade, dos direitos civis e políticos; os de segunda geração que envolvem os direitos sociais, culturais e econômicos, os direitos coletivos ou de coletividade; os de terceira geração assentes na fraternidade-solidariedade, no direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade; os de quarta geração estão na esfera dos direitos à democracia, à informação e ao pluralismo. Os direitos fundamentais podem ser classificados por diversos critérios devido a complexidade e heterogeneidade (Andrade, 2012), e devem estar protegidos pela ordem jurídica de um Estado sob a forma de normas para sere efetivados (concretizados) por sua estrutura administrativa. São normas jurídicas vinculativas protegidas através do controle jurisdicional da constitucionalidade por estarem positivados na Constituição, e representam os direitos naturais e inalienáveis do indivíduo (Canotilho, 2003).

Considerando a classificação suso mencionada, o meio ambiente pertence a mesma categoria do desenvolvimento, pois não há como dissociá-los; o meio ambiente depende do modo como o desenvolvimento é realizado. O direito ao desenvolvimento pertence a categoria dos direitos de terceira geração que pressupõe o dever de colaboração de todos os estados, lhe fornecendo assim uma dimensão coletiva, podendo ser aclamado como *direito dos povos* (Canotilho, 2003:386).

A Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano realizada em 1972 foi um importante marco para o reconhecimento do direito ao meio ambiente como um direito fundamental. O documento apresenta 26 princípios dirigidos aos povos do mundo como inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano. Destacam-se os princípios 13 e 14 que tratam sobre a responsabilidade de os Estados adotarem um plano integrado com o objetivo de melhor ordenar os recursos naturais, como medida de conciliação das diferenças que possam surgir entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente (Declaração de Estocolmo). Na mesma linha está a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia que ratifica a proteção do ambiente e a implementação de uma política integrada dos Estados-membros para esse fim e melhoria de sua qualidade, de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável (art. 37º).

As características específicas dos direitos fundamentais internacionais exprimem "o denominador comum de sensibilidades bastante diversas, próprias de países com diferenças, por vezes radicais, de organização política, de estrutura social e econômica, de tradição religiosa e cultural" (Andrade, 2012:34). As normas são produzidas de acordo com os valores e interesses de cada sociedade, e mesmo com as diferenças que lhe são características, o direito fundamental ao meio ambiente sustentável é presença garantida em múltiplos ordenamentos jurídicos por ser um direito difuso imprescindível à sobrevivência da Terra.

Representa um denominador comum à vida planetária!

O direito fundamental ao meio ambiente equilibrado está atrelado diretamente ao viver com dignidade. Ter um ambiente propício à dignidade dos humanos e não humanos impõe a necessidade de elaboração e de implementação de uma política governamental voltada a ações preventivos e reparadores aos danos ocasionados ao meio ambiente, aliadas a uma crescente adoção de critérios ecológicos nas contratações públicas, que a médio e longo prazo podem trazer resultados significativos. A licitação (contratação pública) não é um direito fundamental, é um meio capaz de consagrar muitos desses direitos que fazem parte da realidade das pessoas, por exemplo: a) o direito à saúde e à vida podem estar configurados na edificação de um hospital destinado ao atendimento de pacientes portadores de uma determinada doença grave; b) o direito à educação de qualidade pode exigir a construção e estruturação de uma escola na periferia de uma cidade; c) o direito ao ar menos poluído pode impor a contratação de um serviço de transporte coletivo que utilize veículos "ecológicos", etc. São exemplos de procedimentos de contratação para a satisfação do interesse público/ direitos fundamentais. Segundo Justen Filho (2012), a licitação é um instrumento para produzir uma contratação administrativa vantajosa e obter os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades administrativas, com base em critérios orientados sob o prisma do desenvolvimento nacional sustentável.

A responsabilidade de realizar o desenvolvimento nacional é indispensável para assegurar a disponibilidade de recursos destinados à realização dos direitos fundamentais, em cujo núcleo se encontra a dignidade da pessoa humana (Justen Filho, 2012). É uma obrigação que deve ser assumida por todos (Estado e sociedade), do local (nacional) ao global (internacional), em face dos interesses comuns que os unem.

Panorama do ordenamento brasileiro

O artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e o concebe como bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida; determina uma responsabilidade partilhada com o Poder Público e a coletividade para defendê-lo e preservá- lo em favor das presentes e futuras gerações; define ainda as responsabilidades de o poder público assegurar a efetividade desse direito[2]; apesar de não constar no título II dos direitos e garantias fundamentais não perde seu *status* de direito fundamental, juntamente com tantos outros artigos da Carta.

Uma importante partida para consolidação do direito ao meio ambiente saudável, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreu com a Lei nº. 6.938/1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicações, entre outras determinações. Posteriores contribuições infraconstitucionais

2 Constituição Federal da República Federativa do Brasil - Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações. [...].

ratificaram a demanda, tais como a criminalização de atos contra o meio ambiente instituído pela Lei nº 7.347/85 - Ação Civil Pública; o melhor ordenamento do território com a Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade. As leis de proteção ambiental podem ser de iniciativa do legislativo federal, estadual ou municipal, de acordo com as competências estabelecidas nos artigos 23 e 24 da Constituição Federal.

A "promoção do desenvolvimento nacional sustentável" está no inciso II do art. 3º da Constituição Federal e constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que obriga o Estado a promovê-lo nas mais variadas dimensões. No contexto das contratações públicas a administração deve contratar bens e serviços e com critérios ecológicos o quanto possível para cumprir a determinação de promover o desenvolvimento nacional sustentável ratificado no art. 3º da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

O fundamento da contratação por licitação como exigência para toda a administração pública está no inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que apesar de obrigar o uso da licitação[3] para contratar com terceiros, admite, conforme o caso concreto, hipóteses de contratações diretas por meio de dispensa (art. 24) ou inexigibilidade (art. 25) da Lei 8.666/93; independente de existir ou não disputa o procedimento de contratação pública no Brasil deve incorporar critérios voltados à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. A nova dimensão ecológica dada aos contratos públicos foi concebida em face da nova redação do art. 3º da Lei 8.666/93 atribuída pela Medida Provisória nº 495/2010, após quase vinte anos da promulgação da referida lei.

Além das iniciativas legislativas na produção de leis, o governo federal brasileiro lançou o "Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal", onde o próprio governo afirma que a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável no cenário mundial contribuiu para mudanças nas políticas públicas e a um novo pensar das compras públicas como indutora da economia fomentada por critérios ecológicos. Antes dessa nova tendência em torno da preocupação do desenvolvimento sustentável no âmbito das contratações públicas que envolve fatores ambientais, sociais e econômicos, os responsáveis em autorizar e realizar as contratações públicas não consideravam o impacto nem o valor intrínseco dos produtos que compravam, dos serviços que contratavam e também das obras que empreendiam sobre o meio ambiente (Guia de Compras Sustentáveis, 2010). As compras públicas podem induzir a um novo estilo de aquisição de bens e serviços em face de seu grande potencial de compra (quadro 1).

3 Licitação é o termo usado no Brasil para definir o procedimento administrativo prévio à compra de bens, contratação de serviços e alienação de bens para selecionar a aproposta mais vantajos para o atendimento do interesse público. Quando não há competição não há licitação, neste caso a Administração contrata diretamente por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação. "Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse." Meirelles, Hely Lopes (1998), *Direito administrativo brasileiro.* 23. ed., São Paulo: Malheiros, p. 237.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Logistica e Tecnologia da Informação – SLTI

Valor das compras públicas, segundo o tipo de processo – Órgãos SISG

Modalidade	Valor de Compra[1]					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013[2]
Concorrência	9.167.855.840,53	14.546.704.831,43	12.393.154.773,52	6.377.263.000,50	12.678.890.659,73	5.140.841.080,08
Concorrência Internacional	146.359.305,34	1.053.839.103,41	1.032.577.330,98	85.951.777,18	140.937.239,77	12.378.228,84
Concurso	372.625,43	1.151.347,51	2.974.844,09	901.562,48	2.581.625,00	3.357.349,09
Convite	163.181.777,33	73.198.638,70	49.330.037,37	32.885.611,90	22.409.868,60	14.808.398,04
Dispensa de Licitação	15.134.384.857,80	8.725.194.787,66	11.876.471.129,88	7.646.697.849,80	13.802.507.425,32	9.442.357.296,24
Inexigibilidade de Licitação	3.210.978.280,03	5.824.096.648,18	7.731.978.598,76	11.513.800.634,23	10.872.115.922,26	11.738.434.680,30
Pregão Eletrônico	21.277.510.721,75	22.026.596.987,24	28.656.588.714,71	24.646.715.336,42	33.639.555.907,00	40.963.356.588,24
Pregão Presencial	2.802.208.233,56	3.117.945.219,90	1.313.059.935,34	1.017.601.729,99	1.152.980.871,26	726.223.535,31
Tomada de Preços	745.677.499,84	696.300.483,06	557.320.756,89	462.949.801,53	507.064.775,89	394.789.405,35
Total	**52.648.529.141,60**	**56.065.028.047,08**	**63.413.456.121,54**	**51.784.767.104,03**	**72.619.044.094,83**	**68.436.546.561,49**

[1] Valores corrigidos pelo IPCA Dessazonalizado.
[2] janeiro a dezembro.
Fonte: Comprasnet.
Elaboração: SLTI/MP.

Quadro 1 – Dados colhidos no *site* oficial www.comprasgovernamentais.gov.br. Ano 2013

Os dados demonstram que entre janeiro e dezembro de 2013 as compras governamentais federais brasileiras movimentaram R$ 68,43 bilhões (dados do comprasgovernamentais.gov.br), valor que ratifica o elevado poder de compra da administração pública, e a possibilita atrair empresas para contratação delimitada por critérios favoráveis à sustentabilidade ambiental.

Os valores apresentados não identificam as compras sustentáveis, mas sim os valores empenhados pelos órgãos da administração pública federal, por cada modalidade de licitação; em outro endereço eletrônico, o Ministério do Panejamento, através da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, disponibiliza no *site* cpsustentaveis.planejamento.gov.br - a relação das compras sustentáveis promovidas por órgãos e entidades federais, ressaltando critérios favoráveis à proteção ambiental. Segundo Marçal Justen Filho (2012:67), a proteção do meio ambiente não autoriza contratações economicamente ineficientes, porque o entendimento de desenvolvimento nacional sustentável deve compreender resultados satisfatórios de crescimento econômico e aperfeiçoamento social, sem danos ao meio ambiente, mas haverá casos em que será necessário restringir a dimensão económico-social, e noutros a proteção ambiental que exigirá uma solução baseada em compromissos para ser escolhida a melhor opção.

É importante considerar o impacto das compras públicas sobre a sociedade e sua possibilidade de servir como instrumento institucional de mudanças de condutas, considerando que no Brasil as compras governamentais movimentam recursos de 10% do PIB e mobilizam setores importantes da economia; na Europa o poder de compra na área pública gira em torno de 1 trilhão de euros, equivalente a cerca de um 15% do PIB de toda a União Europeia (Guia de Compras Sustentáveis: 10). Uma solução equilibrada deve ser objeto de discussão (audiência) com a participação da sociedade, se necessária e adequada para compor as estratégias mais favoráveis a dar o equilíbrio necessário entre a proteção ambiental e o alcance do interesse público na contratação, impulsionada pelo alto poder de compra governamental e pela responsabilidade de preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento

sustentável repartida entre a sociedade e a administração pública.

Os órgãos e entidades da administração pública direta e a indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios têm a obrigação constitucional de formalizar os contratos de bens e serviços por meio de concorrência pública (licitação), sem deixar de selecionar a proposta mais vantajosa a partir de critérios benéficos ao desenvolvimento nacional sustentável, exigência contida no art. 3º da Lei 8.666/93. Nesse sentido, a administração pública deve estabelecer no ato convocatório "[...] o critério de avaliação da vantagem [...], vale dizer, como a Administração buscará realizar excelentemente os interesses coletivos e qual ângulo deles que preponderará" (Justen Filho, 2012:74).

A responsabilidade dos governos realizarem políticas que estimulem o desenvolvimento nacional sustentável está presente em várias normas brasileiras especiais (sobre meio ambiente), uma delas é a Lei nº 12.187/2009, de 29 de novembro, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); é específica ao impor a adoção de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa (inciso XII art. 6º). Esta previsão fortalece e impõe a responsabilidade de a administração pública realizar contratações adequadas à proteção ambiental, considerado os demais elementos envolvidos.

Panorama europeu a partir da realidade portuguesa

Os contratos públicos ecológicos (*Green Public Procurement)* surgem com a promessa de reduzir o impacto ambiental das suas próprias atividades, e ao mesmo tempo fomentar a inovação e a mudança de atitudes do mercado no sentido de investir mais em serviços e produtos ecológicos (Estorninho, 2012).

Após a aprovação das Diretivas dos contratos públicos em 2004 (2004/17/CE e 2004/18/CE) foi lançado o *Handbook on Environmental Public Procurement* pela Comissão Europeia, visando promover a política de compras públicas verdes a partir de novos fatores de desempenho ambiental, e traz diversas sugestões de critérios ecológicos para bens e serviços que podem ser acolhidos pelas entidades adjudicantes. Normatizações anteriores como o desempenho energético dos edifícios (Diretiva 2002/91/CE, de 16 de Dezembro), o uso de eletricidade a partir de fontes renováveis (Diretiva 2001/77/CE) e avaliações de impacto ambiental (Diretiva 97/11/CEE), são iniciativas que contribuíram para inserção de determinados critérios e objetivos ambientais dirigidos às compras públicas ecológicas (Estorninho, 2012).

O Código de Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, procedeu a transposição das Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, atualmente revogadas pelas Diretivas 2014/24/UE e 2014/25/EU; o prazo de transposição das diretivas em vigor é de dois anos, ou seja, até abril de 2016, prazo final para as regras nacionais de contratação pública serem alteradas.

As especificações técnicas exigidas nos procedimentos de contratação, de acordo com o artigo 49º do CCP, devem ser fixadas de modo a preservar a concorrência e a isonomia entre os participantes, com base nas regras técnicas nacionais compatíveis com o direito comunitário, fixadas no caderno de encargos, incluindo práticas e critérios ambientais, definidos de forma clara e objetiva para os concorrentes formularem bem suas propostas e a entidade adjudicante escolher com segurança a mais vantajosa entre as apresentadas de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

Um dos meios válidos de comprovação técnica dos critérios ecológicos de produtos ou serviços pode ocorrer com o uso dos *rótulos ecológicos* desenvolvidos com base em informações científicas (Estorninho, 2012); são instruções presentes nº 75 da nova Diretiva nº 2014/24/EU, e que reforçam a importância do uso de determinados rótulos (rótulo ecológico europeu, rótulos ecológicos plurinacionais ou qualquer outro) com requisitos atrelados ao objeto contratual, nomeadamente no que toca à descrição do produto e à sua apresentação, incluindo requisitos de acondicionamentos. São características que devem estar previstas no instrumento convocatório sempre que possíveis e necessárias, sem contudo deixar de observar o princípio da concorrência para permitir a apresentação do maior número de propostas compatíveis com os requisitos almejados pela entidade adjudicante. É importante haver um controle das disposições ambientais, sociais e laborais nas fases do procedimento de contratação (nº 41 da Diretiva nº 2014/24/EU).

A nova Diretiva nº 2014/24/EU confirma a importãncia da contratação pública na Estratégia Europa 2020 e delibera sobre a atuação dos Estados-membros, observando o seguinte: i) a necessidade de integração adequada dos requisitos ambientais, sociais e laborais nos procedimentos de contratação pública (nº 37); ii) a previsão de medidas ou sistemas de gestão ambiental na realização de um contrato público (nº 88); iii) a execução de políticas e de ações integradas que visem o desenvolvimento sustentável (nº 91). São algumas das instruções favoráveis à mudança da realidade das contratações públicas para incluir de imediato critérios ecológicos nos bens ou serviços pleiteados pela administração, em confronto com a histórica realidade da melhor proposta baseada no critério do menor preço. As normas e os tribunais têm direcionado no sentido de admitir que a entidade adjudicante opte pela proteção ambiental quando da análise das propostas, mesmo quando se refute a adjudicação da proposta de menor preço, sem perder a vantagem da adjudicação.

A Comissão Europeia lançou o *Manual de contratos públicos ecológicos* (revisado em outubro de 2011) para ajudar as autoridades públicas nas compras de bens e serviços com menor impacto ambiental, vindo a servir como referência para decisões políticas e também como contributo na elaboração das *propostas verdes* apresentadas pelas empresas interessadas; no manual estão descritas características e formas de bens e serviços que podem viabilizar a sustentabilidade ambiental (Livro Verde).

O Livro Verde da modernização da política de contratos públicos da UE é um dos instrumentos

de divulgação das políticas de compras públicas, em conformidade com a estratégia Europa 2020 para a conquista de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Os contratos públicos devem contribuir para melhorar as condições-quadro da inovação empresarial: a partir de políticas que estimulem o investimento das empresas nesse sentido; criando formas de apoio na transição de uma economia hipocarbónica, que utilize eficazmente os recursos e contribuam para a formalização de contratos públicos ecológicos; melhorar o ambiente empresarial para fomentar as inovações. A inclusão de critérios ligados ao ambiente, à eficiência energética, ao acesso ou à inovação na fase de adjudicação, e não apenas a nível das especificações técnicas ou das condições de execução do contrato, incentivam empresas a investir em produtos inovadores. (Livro Verde, 2011).

As ações sobre o meio ambiente podem ter efeitos positivos ou negativos com repercussão não só local, devido aos possíveis efeitos de propagação efeitos em espaços além das fronteiras nacionais. Contratar com critérios ecológicos pode produzir efeitos para "aliviar" os prejuízos de longos anos de exploração do meio ambiente (e ainda pode continuar) e "reforçar" outras iniciativas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, é uma exigência marcada em muitos espaços globais. O impacto gerado pelo ambiente sobre as vidas humanas deve ser considerado quando o ambiente for objeto de valoração, tendo o cuidado de observar a sua relação com as vidas, especialmente as vidas humanas (Sen, 2010).

Em razão dessa realidade não isolada, mas globalizada, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUD) anunciou no RIO+20 várias e importantes responsabilidades assumidas por diversos Estados, através da realização de programas de incremento da economia verde. O incremento da economia verde favorece à mudança de mercados (vendas de bens e serviços) relacionados com as compras dos governos, considerando que as contratações públicas sustentáveis representam hoje de 15% a 25% do PIB, percentuais que ratificam o potencial crescente nessa área, capaz de transformar mercados, estimular a competitividade de eco indústrias, economizar dinheiro público, conservar recursos naturais e promover a criação de empregos. Há exemplos do potencial transformador da contratação pública sustentável sobre o mercado com estímulos à ampliação da competição entre as eco indústrias, à preservação de recursos naturais e à promoção de empregos em todas as partes do mundo (*United Nations Environment Programme* - UNEP).

Conclusão

Nota-se uma crescente movimentação da sociedade para proteger o meio ambiente, frequentemente demonstrada nas passeatas de ativistas em prol do meio ambiente, nas leis de iniciativa popular, nas intervenções populares em congressos, seminários, fóruns, etc. São fatos que realçam a inquietação e insatisfação da sociedade quanto à proteção ambiental. Aliado ao empenho dos movimentos sociais e iniciativas da sociedade civil como um todo, é inegável a grande parcela de responsabilidade (positivada) do Estado sobre a proteção do

meio ambiente, valioso bem dos humanos e dos não humanos. O movimento ambientalista tem seu papel de destaque na defesa da justiça ambiental e na criação de alianças desde os níveis locais aos globais em torno da realização dos direitos humanos e dos direitos da natureza (Serra, 2012).

A inserção de critérios ecológicos nas contratações públicas funciona como um hábil instrumento na promoção do desenvolvimento sustentável e como um potente fomentador de um novo mercado. Infelizmente, os critérios ecológicos ainda não fazem parte da maioria dos contratos públicos formalizados no Brasil e em Portugal, apesar de assim determinarem as novas diretivas da União Europeia e o novo princípio inserido no artigo 3º da Lei 8.666/93. A participação da sociedade na administração pública deve ser mais intensa para exigir a mudança do atual e tradicional modelo de compras para o modelo de compras sustentáveis com mais intensidade (mais contratações sustentáveis), visando dirimir os prejuízos causados ao meio ambiente, protegendo o ambiente ainda saudável e em constante risco, bem como preservando os cofres públicos, porque mesmo que uma compra baseada em critérios ecológicos possa ser mais cara em razão do valor a ser empenhado, ela pode evitar futuros investimentos destinados a corrigir problemas ambientais. É um "caro" que pode sair "barato"!

É mesmo possível perseguir o objetivo de ampliar as compras ecológicas quando muitos atuam no sentido inverso, principalmente as grandes empresas? "No mundo dos negócios, o resultado almejado é ganhar dinheiro, com o menor investimento possível, com a máxima rentabilidade possível, com a concorrência mais forte possível e no menor tempo possível (Boff, 2012:1)[4]." Não se pode esperar muito das empresas no sentido de proteger o meio ambiente, exceto quando beneficiadas por incentivos fiscais ou quaisquer outros favoráveis ao alcance do lucro atrativo; dos cidadãos (associados ou individuais) espera-se a tomada de consciência quanto a necessidade urgente de contribuir para o desenvolvimento sustentável e que assuma um papel de destaque nesse processo.

É inegável a capacidade de fomento do Estado favorável ao desenvolvimento sustentável no âmbito das contratações públicas, principalmente em razão do seu poder de compra, capaz de motivar investimentos das empresas em características ecológicas dos bens e serviços que lançam no mercado. É urgente que as entidades adjudicantes exerçam seu poder de compra de modo social e ambientalmente responsável (Estorninho, 2012).

Notam-se iniciativas legislativas com a publicação de leis e normas em geral, bem como ações governamentais no sentido de ser intensificada a proteção ao meio ambiente, a exemplo da adoção cada vez maior de critérios ecológicos nas contratações públicas. Ainda que representem um avanço, nem sempre as responsabilidades positivadas são efetivas, principalmente quando colidem com o poder econômico das grandes empresas ou mesmo com a consecução de uma má gestão pública. Segundo Leonardo Boff (2012),

4 Boff, Leonardo (2012) "Desenvolvimento sustentável: crítica ao modelo padrão", http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/desenvolvimento-sustentavelcritica-ao-modelo-padrao/, s/d. Acesso 15.09.14.

verificam-se avanços na produção de baixo carbono, na utilização de energias alternativas, no reflorestamento de regiões degradadas e na criação de melhores sumidouros de dejetos, desde que não se afetem os lucros, nem se enfraqueça a competição.

O direito ao meio ambiente saudável é um direito fundamental constitucionalmente declarado que deve ser garantido pelo Estado, e a participação dos cidadãos na administração pública representa um importante requisito para impor ao Estado o cumprimento de sua obrigação. Não há hipótese de alcançar determinados objetivos consignados nas normas sem a participação popular, um importante da democracia capaz de dirimir o grande problema dos nossos dias: a eficácia dos direitos constitucionalmente declarados (Barros, 2005).

Para a efetiva promoção do desenvolvimento sustentável e realização mais ampliada das contratações públicas ecológicas não bastam as previsões normativas, é preciso o empenho de todos: sociedade e Estado, em face da realidade ainda marcada pela forte influência do poder econômico em detrimento do interesse público, que gera muitas vezes, grandes desigualdades sociais. Infelizmente ainda "defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar" (Preâmbulo da Agenda 21)[5].

Muito há por ser feito em favor de um desenvolvimento realmente sustentável. Os desafios ambientais do mudo contemporâneo precisam ser mais esclarecidos, e perceber os elementos contidos na qualidade de vida pode contribuir na compreensão da questão, como também esclarecer sobre as exigências do desenvolvimento sustentável e sobre o conteúdo e relevância daquilo que realmente pode ser identificado como uma questão ambiental (Sen, 2010).

Colocar a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável no centro das discussões sociais e políticas é uma medida necessária para chamar a atenção de todos sobre o assunto e, mesmo singelas, todas as contribuições são valorosas, inclusive as compras ecológicas.

Referências bibliográficas

Andrade, José Carlos Vieira de (2012), *Os direitos fundamentais na constituição portuguesa de 1976,* 5 ed., Coimbra: Almedina.

Barros, Cássio Mesquita (2005), *Direitos humanos fundamentais do trabalho,* in: Princípios constitucionais fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ives Gandra da Silva Martins. Coordenadores Carlos Mário da Silva Velloso et al., São Paulo: Lex Editora.

Boff, Leonardo (2012), *Desenvolvimento sustentável: crítica ao modelo padrão,*

5 A Organização das Nações Unidas- ONU realizou em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92, em indicação à cidade onde aconteceu o encontro da chamada "Cúpula da Terra"; reuniu chefes de Estado de vários continentes. A Agenda 21 é o documento resultado da conferência.

consultada a 15.09.14, em http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/desenvolvimento-sustentavelcritica-ao-modelo-padrao/.

Bonavides, Paulo (2012), *Curso de direito constitucional,* 27 ed. Malheiros: São Paulo.

Canotilho, J. J. Gomes (2003), *Direito constitucional e teoria da constituição,* 7 ed., Coimbra: Edições Almedina.

Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, consultada a 09.07.2014, em http://www.direitoshumanos.usp.br.

Estorninho, Maria João (2012), *Curso de direito dos contratos públicos: por uma contratação pública sustentável,* Coimbra: Edições Almedina.

Governo Federal do Brasil (2010), *Guia de Compras Sustentáveis para o Governo Federal*, consultada a 10.07.2014, em http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.

Governo Federal do Brasil (s/d), *Compras Públicas do Governo Federal*, consultada a 12.07.14, em www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas.

Justen Filho, Marçal (2012), *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.* 15 ed., São Paulo: Dialética.

Meirelles, Hely Lopes (1998), *Direito administrativo brasileiro,* 23. ed., São Paulo: Malheiros.

Sen, Amartya (2010), *A ideia de justiça,* Coimbra: Edições Almedina.

Serra, Rita (2012), *Ambientalismo,* in: Dicionário das Crises e das Alternativas, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: Edições Almedina.

Tazoni-reis, Marília Freitas de Campos (2004), *Educação ambiental: natureza, razão e história.* Campinas, SP: Autores Associados.

União Europeia (s.d), *Livro Verde*, consultada a 02.09.14, em http://eur-lex.europa.eu.

United Nations Environment Programme (UNEP), *Nova Iniciativa Global de Contratação Pública Sustentável Utiliza o Poder do Gasto Público para Acelerar a Transição para uma Economia Verde*, consultada a 02.09.14, em http://www.onu.org.br/rio20/iniciativa-global-de-contratacao-publica-sustentavel-utiliza-o-poder-do-gasto-publico-para-acelerar-a-transicao-para-uma-economia-verde.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Constituição da República Portuguesa de 1976.

Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro. Diário da República, 1ª série – nº 20.

Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia,

L 134/114, de 31 de março de 2004.

Diretiva 24/2014/EU. Jornal Oficial da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, de 28.03.2014, L 94/95.

Lei nº 8.666/93 de 21 de junho. Diário Oficial da União de 22.6.1993, republicado em 6.7.1994 e retificado em 6.7.1994.

Lei nº 12.187, de 29 de novembro de 2009.Diário Oficial da União de 30.12.2009.

Lutas Sociais e Conquista do Sistema Único de Saúde no Brasil

José João Lanceiro da Palma[1]
Marisilda Silva[2]

Resumo

O Movimento de Saúde da Zona Leste constitui-se na cidade de São Paulo a partir da segunda metade dos anos 1970, ainda sob a ditadura, na luta por equipamentos de saúde e melhores condições de vida. Nesse processo, viria a criar os primeiros conselhos populares de saúde do Brasil – experiência de auto-organização que serviria de referência para outros movimentos sociais. Busca-se, aqui, a presença desse movimento na conquista do Sistema Único de Saúde (SUS) e na sua institucionalização na Constituição de 1988. Interessa-nos um debate crítico sobre essa experiência, seus limites, problemas e possibilidades, no contexto da invasão da lógica de mercado e da terceirização nos equipamentos públicos de saúde – considerando seu impacto na participação social, na luta social e no próprio movimento, que, apesar de todas as dificuldades, ainda é importante fonte de energia emancipatória, em risco permanente.

Palavras-chave: Movimento de Saúde da Zona Leste; movimentos sociais; Conselhos de saúde, Participação social, Sistema Único de Saúde-Brasil.

Abstract

The Health Movement of the East Zone was established in the city of São Paulo in the second half of the 1970s, still under the dictatorship, amidst the struggle for health equipment and better living conditions. This process would originate the first popular health councils of Brazil – a self-organizing experience that would serve as a reference for other social movements to come. The goal is to show how the presence of this movement influeced the conquest of the Unified Health System (SUS) and its institutionalization in the Constitution of 1988. We are interested in a critical debate on this experience, its limits, problems and possibilities, within the context of the invasion of market logic and outsourcing of public health equipments - considering its impact on social participation, social struggle and the movement itself, which, despite all its difficulties, is still an important source of emancipatory energy, at permanent risk.

Keywords: health movements; social movements; health councils, social participation, Unified Health System-Brazil.

1 José João Lanceiro da Palma é médico sanitarista, mestre em Medicina Preventiva e Social pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo, atual Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde do Brasil. jjpalma@uol.com.br

2 Marisilda Silva é jornalista, mestre em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo e militante dos movimentos populares de saúde em São Paulo. marisilda.silva@gmail.com

Neste artigo, queremos partilhar o resultado de duas pesquisas recentes[3] sobre o Movimento de Saúde da Zona Leste, que se constitui a partir nos anos 1970 e 1980 na cidade de São Paulo, na luta por equipamentos de saúde e melhores condições de vida. Nesse processo seriam criados os primeiros conselhos populares de saúde do país – forma de auto-organização livremente eleita, independente do Estado, de partidos e igrejas – e conselhos gestores em equipamentos de saúde conquistados, experiências que se tornariam nacionalmente conhecidas, e que se encontram na origem dos atuais conselhos de saúde – marca distintiva do sistema de saúde brasileiro, o SUS – que também é conquista das lutas sociais do período.

Os novos movimentos populares em São Paulo

A emergência dos movimentos populares na década de 1970 em São Paulo dar-se-ia de forma fragmentária, numa conjuntura de forte repressão política, em que eram frequentes as prisões, as torturas e os assassinatos pelo aparelho de Estado, pela ditadura implantada em 1964. Mediante a insegurança e o medo, impedia-se a articulação das pessoas e dos grupos envolvidos nas lutas sociais. A interdição dos canais de representação e expressão política, como partidos de oposição, sindicatos e organizações populares, associada à censura, acabava por estimular laços primários de solidariedade, como relações de trabalho, vizinhança, parentesco ou amizade, gerando toda uma série de movimentos moleculares, como associações de moradores e clubes de mães, localizados e dispersos, tendo por base relações de confiança mútua entre seus membros (Singer e Brant, 1982).

Um mapeamento desses novos movimentos sociais e populares que emergem na São Paulo do final dos anos 1970 a meado dos 1980 mostrará a presença de movimentos por melhoria dos transportes, por creches, por água e saneamento, nos bairros, vilas, loteamentos clandestinos, cortiços e favelas. Identificará também a presença de movimentos culturais – no campo da música, do teatro, do cineclubismo, da comunicação popular, com os jornais alternativos –, do movimento feminista, do movimento negro, do movimento homossexual e dos movimentos pela anistia aos presos, exilados e perseguidos políticos, além do movimento estudantil, que, a partir de 1977, enfrentando a polícia, ganharia as ruas.

O novo movimento sindical, forjado junto às oposições sindicais e às comissões de fábrica, também marcaria forte presença no período, especialmente com as grandes greves operárias das cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, o ABCD paulista. O caráter de afrontamento ao regime presente nessas greves contava com o apoio popular e

3 A primeira pesquisa (Palma, 2013) busca mapear a presença e a atuação do Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL) na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos conselhos de saúde, junto a um amplo conjunto de militantes, entidades e movimentos, a partir da realidade social concreta da cidade de São Paulo. Tem por base a reconstrução histórica do período que vai de fins da década de 1970 até o ano de 2007, do ponto de vista dos movimentos e da participação social, e de informações produzidas por pesquisa participante realizada em 2006-2007, pelo próprio MSZL. A segunda pesquisa (Silva, 2014), tendo como ponto de partida um processo de avaliação e mobilização desenvolvido no interior da mencionada pesquisa participante, coletou um conjunto de material escrito que fora guardado pelos próprios participantes do movimento, ao longo do tempo, resgatados como documentos da história do MSZL, coletivo constituído majoritariamente por mulheres, numa experiência, autônoma e singular, de participação e luta por melhores condições de vida e saúde.

com ativa participação dos movimentos sociais, mediante a constituição dos fundos de greve e a coleta de alimentos para a manutenção das famílias dos grevistas e demitidos.

Nesses movimentos, a ruptura do silêncio e o desocultamento de muitos mecanismos de opressão eram importantes novidades, que também passavam a se expressar na esfera pessoal, da família e da vida cotidiana, transformando costumes e comportamentos.

Por outro lado, a especificidade das lutas desses e de outros movimentos contraculturais era muitas vezes classificada como "desvio" ante o que deveria ser o foco fundamental da luta de classes. É importante notar que essa posição fortalecia o surgimento de um novo campo de esquerda, crítico das ortodoxias e do autoritarismo do "socialismo realmente existente" no leste europeu, que viria a ter desdobramentos fundamentais a partir daquele período, como a própria formação do Partido dos Trabalhadores (PT)[4].

Os movimentos demonstrariam também alegria e criatividade em suas manifestações, com o uso do teatro, da música, da poesia, de pesquisas e da produção gráfica, e seus membros passavam a transitar entre diversos movimentos, que se articulavam, se dissolviam e se recompunham. O aprendizado cultural e político de seus participantes dava-se junto às lutas sociais, espaço privilegiado de formação de consciência crítica.

No campo da saúde, esse processo mobilizava também a universidade que, com base em seus departamentos de medicina preventiva e escolas de saúde pública, seria responsável por uma importante produção crítica, que alimentaria as lutas sociais.

O movimento de saúde da zona leste da cidade de São Paulo e a criação dos conselhos populares

A periferia leste da cidade de São Paulo era então composta por zonas de ocupação relativamente recentes, em expansão, associadas a intenso fluxo migratório e à ausência de condições mínimas de moradia e equipamentos públicos, como escolas, creches, transporte, asfalto, iluminação, coleta de lixo, água encanada e esgoto (Rolnik, 2000). Nesse cenário, a luta pela saúde associava-se imediatamente às demais lutas e demandas locais, que se espraiavam numa região com mais de dois milhões de habitantes, das várzeas do Rio Tietê, ao nordeste, às regiões vizinhas ao ABCD, ao sudeste da capital.

Na sua origem, o Movimento de Saúde da Zona Leste emerge da experiência de ação de vários grupos de mulheres, donas de casa, moradoras de diferentes vilas, que apoiaram e obtiveram apoio de outros movimentos sociais.

Veja-se, assim, dois boletins produzidos, em 1978, pela primeira Comissão de Saúde, que se organiza no Jardim Nordeste, bairro do distrito de Itaquera, periferia leste da cidade de São Paulo, nos quais se observa a persistência da luta dessas mulheres pela implantação do posto

4 Para esse debate, veja-se Santos, 2005:256-70.

de saúde; a afirmação de que se tratava de luta por direitos; e a reivindicação da formação de um conselho do posto.

NOSSOS DIREITOS

nº 2

NO

POSTO DE SAÚDE

A Comissão de Saúde tem encontrado muita dificuldade para conseguir um posto de saúde para o Jardim Nordeste (inclui Santa Luzia, Parque das Paineiras, Jardim Nordeste, Coimbra, São Nicolau e Vila União).

Há quase dois anos atrás a Secretaria da Saúde aprovou um posto para o bairro. Para este posto funcionar, nós tivemos que arrumar uma casa. Mesmo assim, a Secretaria dificultou a inauguração, por isso fomos a Itaquera, São Miguel e Guarulhos.

Fizemos também um abaixo-assinado que já tem 5 mil assinaturas, exigindo a abertura e o bom funcionamento do posto. O abaixo-assinado ainda será entregue ao Secretário da Saúde.

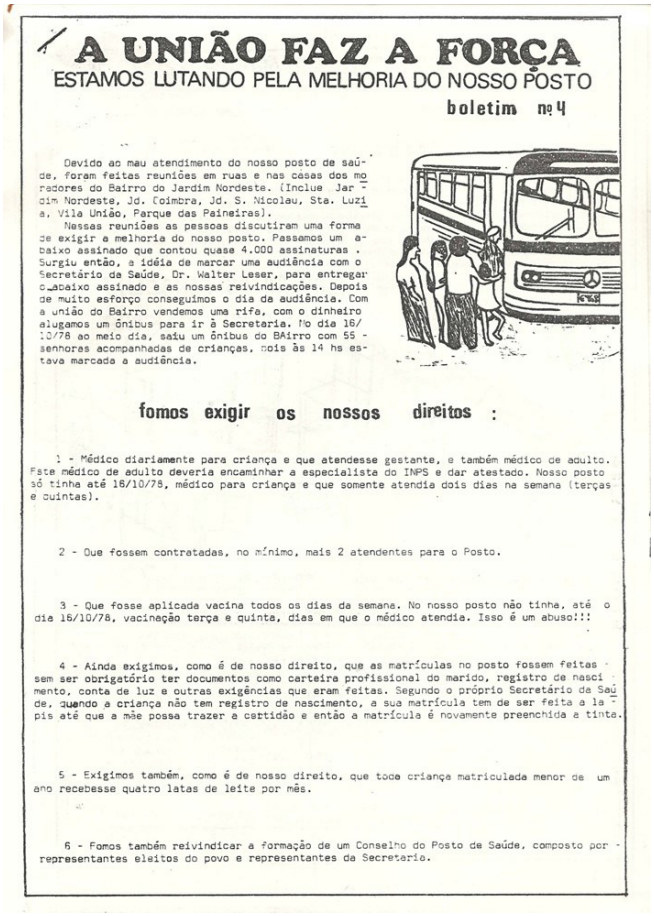
Depois de tantas reclamações a Secretaria inaugurou o posto e iniciou um funcionamento irregular, não atendendo aos nossos direitos.

Agora que o posto está aí (Rua Crateus 283) é importante que todos estejam informados de como está seu funcionamento e quais são os nossos direitos.

matrícula

Primeiro - Matrícula- Nosso posto só faz matrícula na terça e na quinta-feira, dias do médico. Além disso, fazem uma porção de exigências como conta de luz, registro de nascimento, carteira profissional do marido, etc. Isso é errado por lei. Temos direito a matrícula todos os dias da semana com ou sem documentação. Se a criança não tem registro, eles são obrigados a fazer a matrícula a lápis até que a mãe traga a certidão de nascimento. Não é necessário qualquer outro documento.

Imagem 1 – Boletim de Saúde, n. 2 (1978), São Paulo: Comissão de Saúde do Jardim Nordeste, 2 p.
Fonte: Silva, 2014:129.



A UNIÃO FAZ A FORÇA

ESTAMOS LUTANDO PELA MELHORIA DO NOSSO POSTO

boletim nº 4

Devido ao mau atendimento do nosso posto de saúde, foram feitas reuniões em ruas e nas casas dos moradores do Bairro do Jardim Nordeste. (Inclue Jardim Nordeste, Jd. Coimbra, Jd. S. Nicolau, Sta. Luzia, Vila União, Parque das Paineiras).

Nessas reuniões as pessoas discutiram uma forma de exigir a melhoria do nosso posto. Passamos um abaixo assinado que contou quase 4.000 assinaturas. Surgiu então, a idéia de marcar uma audiência com o Secretário de Saúde, Dr. Walter Leser, para entregar o abaixo assinado e as nossas reivindicações. Depois de muito esforço conseguimos o dia da audiência. Com a união do Bairro vendemos uma rifa, com o dinheiro alugamos um ônibus para ir à Secretaria. No dia 16/10/78 ao meio dia, saiu um ônibus do BAirro com 55 senhoras acompanhadas de crianças, pois às 14 hs estava marcada a audiência.

fomos exigir os nossos direitos :

1 - Médico diariamente para criança e que atendesse gestante, e também médico de adulto. Este médico de adulto deveria encaminhar a especialista do INPS e dar atestado. Nosso posto só tinha até 16/10/78, médico para criança e que somente atendia dois dias na semana (terças e quintas).

2 - Que fossem contratadas, no mínimo, mais 2 atendentes para o Posto.

3 - Que fosse aplicada vacina todos os dias da semana. No nosso posto não tinha, até o dia 16/10/78, vacinação terça e quinta, dias em que o médico atendia. Isso é um abuso!!!

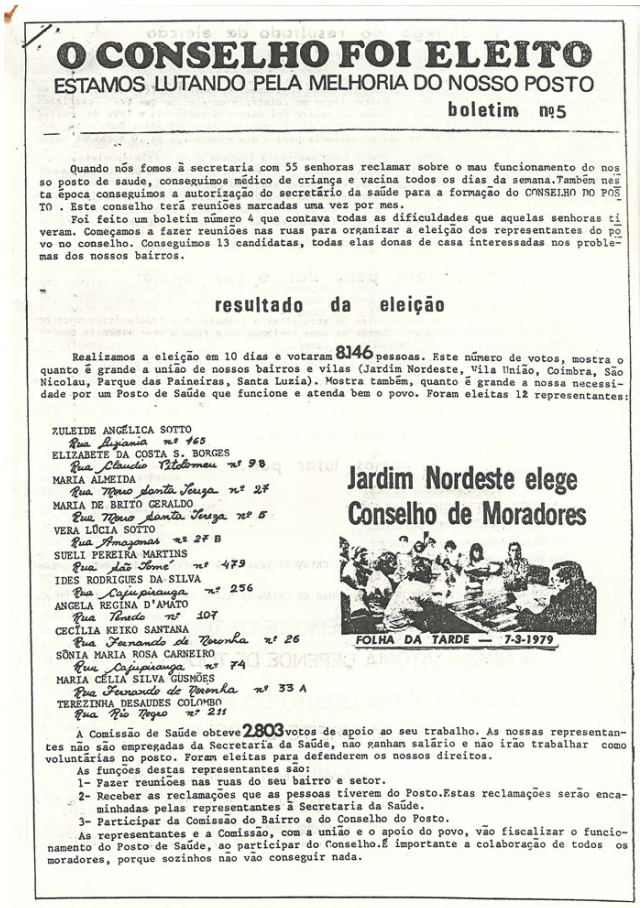
4 - Ainda exigimos, como é de nosso direito, que as matrículas no posto fossem feitas sem ser obrigatório ter documentos como carteira profissional do marido, registro de nascimento, conta de luz e outras exigências que eram feitas. Segundo o próprio Secretário da Saúde, quando a criança não tem registro de nascimento, a sua matrícula tem de ser feita a lapis até que a mãe possa trazer a certidão e então a matrícula é novamente preenchida a tinta.

5 - Exigimos também, como é de nosso direito, que toda criança matriculada menor de um ano recebesse quatro latas de leite por mês.

6 - Fomos também reivindicar a formação de um Conselho do Posto de Saúde, composto por representantes eleitos do povo e representantes da Secretaria.

Imagem 2 – A união faz a força: estamos lutando pela melhora do posto, n. 4 (1978), São Paulo: Comissão de Saúde do Jardim Nordeste, 2 p.
Fonte: Silva, 2014:130.

Em 1979, pelo voto direto, 8.146 votantes escolhem 12 mulheres, duas para cada vila do bairro do Jardim Nordeste, para compor o primeiro Conselho Popular de Saúde.



O CONSELHO FOI ELEITO

ESTAMOS LUTANDO PELA MELHORIA DO NOSSO POSTO

boletim nº5

Quando nós fomos à secretaria com 55 senhoras reclamar sobre o mau funcionamento do nosso posto de saude, conseguimos médico de criança e vacina todos os dias da semana. Também nesta época conseguimos a autorização do secretário da saúde para a formação do CONSELHO DO POSTO . Este conselho terá reuniões marcadas uma vez por mes.

Foi feito um boletim número 4 que contava todas as dificuldades que aquelas senhoras tiveram. Começamos a fazer reuniões nas ruas para organizar a eleição dos representantes do povo no conselho. Conseguimos 13 candidatas, todas elas donas de casa interessadas nos problemas dos nossos bairros.

resultado da eleição

Realizamos a eleição em 10 dias e votaram 8146 pessoas. Este número de votos, mostra o quanto é grande a união de nossos bairros e vilas (Jardim Nordeste, Vila União, Coimbra, São Nicolau, Parque das Paineiras, Santa Luzia). Mostra também, quanto é grande a nossa necessidade por um Posto de Saúde que funcione e atenda bem o povo. Foram eleitas 12 representantes:

ZULEIDE ANGÉLICA SOTTO
Rua Ilyiana nº 465
ELIZABETE DA COSTA S. BORGES
Rua Claudio Ptolomeu nº 98
MARIA ALMEIDA
Rua Mauro Santa Teresa nº 27
MARIA DE BRITO GERALDO
Rua Mauro Santa Teresa nº 5
VERA LÚCIA SOTTO
Rua Amazonas nº 28 B
SUELI PEREIRA MARTINS
Rua São Tomé nº 479
IDES RODRIGUES DA SILVA
Rua Cajupiranga nº 256
ANGELA REGINA D'AMATO
Rua Peredo nº 107
CECÍLIA KEIKO SANTANA
Rua Fernando de Noronha nº 26
SÔNIA MARIA ROSA CARNEIRO
Rua Cajupiranga nº 74
MARIA CÉLIA SILVA GUSMÕES
Rua Fernando de Noronha nº 33 A
TEREZINHA DESAUDES COLOMBO
Rua Rio Negro nº 211

Jardim Nordeste elege Conselho de Moradores

FOLHA DA TARDE — 7-3-1979

A Comissão de Saúde obteve 2.803 votos de apoio ao seu trabalho. As nossas representantes não são empregadas da Secretaria da Saúde, não ganham salário e não irão trabalhar como voluntárias no posto. Foram eleitas para defenderem os nossos direitos.

As funções destas representantes são:

1- Fazer reuniões nas ruas do seu bairro e setor.
2- Receber as reclamações que as pessoas tiverem do Posto. Estas reclamações serão encaminhadas pelas representantes à Secretaria da Saúde.
3- Participar da Comissão do Bairro e do Conselho do Posto.

As representantes e a Comissão, com a união e o apoio do povo, vão fiscalizar o funcionamento do Posto de Saúde, ao participar do Conselho. É importante a colaboração de todos os moradores, porque sozinhos não vão conseguir nada.

Imagem 3 – O conselho foi eleito: estamos lutando pela melhoria do nosso posto, n. 5 (1979), São Paulo: Comissão de Saúde do Jardim Nordeste, 3 p.
Fonte: Silva, 2014:134.

Nove meses depois das eleições, o Diário Oficial do Estado publicaria o nome das conselheiras eleitas. Estava oficialmente instituído o primeiro Conselho Popular de Saúde da cidade de São Paulo.

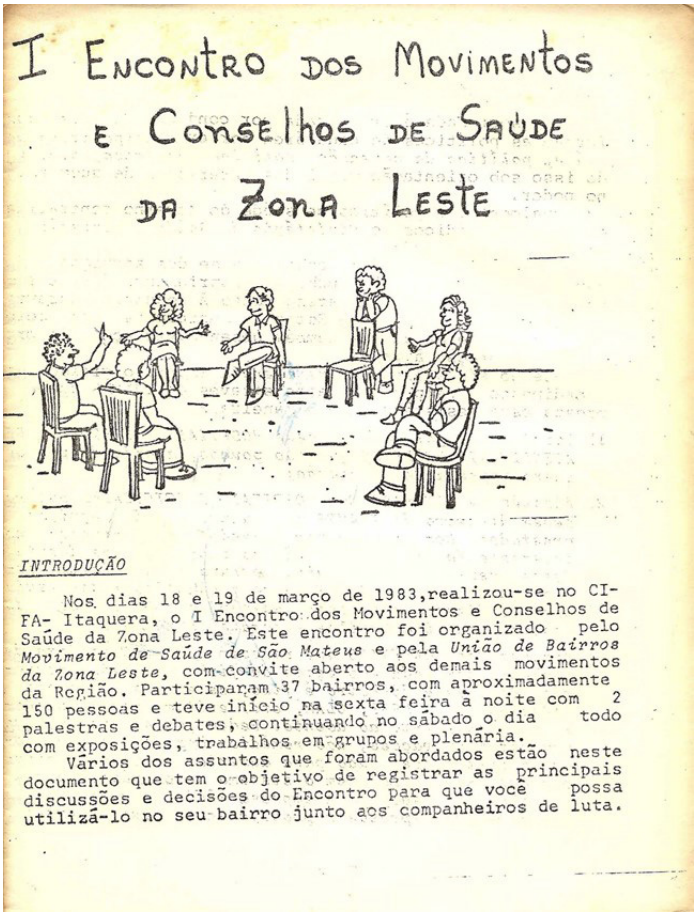
Em 1981, aconteceria a eleição unificada de 18 Conselhos de Centros de Saúde, com 313 conselheiros e 90.457 votos. Sua posse conjunta ocorreria em 15 de novembro de 1981 em ato-denúncia contra a ausência de eleições democráticas, na praça do bairro de São Mateus[1].

Note-se que a noção de *conselhos populares* encontra-se presente em três matrizes discursivas que, rompendo com antigas tradições, também emergem nesse período, e informam o movimento. Seja na práxis da Teologia da Libertação, seja nas comissões de fábrica do novo sindicalismo, seja na matriz marxista de uma nova esquerda (Sader, 1995).

1 Até os anos 1990, aconteceriam eleições em 1985 – 50 conselhos populares, mil conselheiros e 170 mil votos – e em 1988 – 80 conselhos, mil e quinhentos conselheiros e 200 mil votos. Novos conselhos seriam eleitos ainda em 1991, 1993, 1998, 2001, 2004 e 2007. *Apud* Neder, 2001; e Uma Fotografia, 2007.

Nelas estão presentes memórias e experiências de antigas lutas emancipatórias, da comuna de Paris à revolução russa, da guerra civil espanhola à revolução cubana – todas experiências fundadas em conselhos e tentativas de construção do poder popular.

Em março de 1983, no I Encontro dos Movimentos e Conselhos de Saúde da Zona Leste, seria aprovada a unificação de todos os movimentos da região, além de um programa de lutas de curto, médio e longo prazo.



I ENCONTRO DOS MOVIMENTOS E CONSELHOS DE SAÚDE DA ZONA LESTE

INTRODUÇÃO

Nos dias 18 e 19 de março de 1983, realizou-se no CIFA- Itaquera, o I Encontro dos Movimentos e Conselhos de Saúde da Zona Leste. Este encontro foi organizado pelo *Movimento de Saúde de São Mateus* e pela *União de Bairros da Zona Leste*, com convite aberto aos demais movimentos da Região. Participaram 37 bairros, com aproximadamente 150 pessoas e teve início na sexta feira à noite com 2 palestras e debates, continuando no sábado o dia todo com exposições, trabalhos em grupos e plenária.

Vários dos assuntos que foram abordados estão neste documento que tem o objetivo de registrar as principais discussões e decisões do Encontro para que você possa utilizá-lo no seu bairro junto aos companheiros de luta.

Imagem 4 – I Encontro dos movimentos e conselhos de saúde da zona leste (1983), São Paulo: Movimento de Saúde de São Mateus e União de Bairros, 8 p.
Fonte: Silva, 2014: 123.

Estava criado o Movimento de Saúde da Zona Leste.

Dos conselhos populares aos conselhos de saúde

Em novembro de 1983, na praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo, alguns milhares de pessoas iniciavam o Movimento pelas Diretas Já. Mesmo ignorada pela mídia, a ação suprapartidária, apoiada por inúmeras entidades e movimentos, rapidamente se espalharia por todo o país, envolvendo milhões de pessoas, exigindo que o próximo presidente da República fosse eleito pelo voto direto, e não por um Colégio Eleitoral criado pelo regime militar. Uma emenda parlamentar garantindo eleições diretas unificava o movimento.

Em 24 de abril de 1984, véspera da votação, um monumental "panelaço" ocorreu em diversas cidades, tomando as ruas e engrossando concentrações populares e vigílias, marcando de modo emocionante, para quem o viveu, a possibilidade de novos tempos. No dia seguinte a emenda constitucional seria rejeitada. Faltaram 22 votos.

Essa derrota provocaria uma divisão no movimento. Enquanto um setor significativo buscava a continuidade da luta, outro – composto pelo PMDB, PCB e PCdoB – passava a discutir a ida ao Colégio Eleitoral, o que viria a acontecer com a candidatura de Tancredo Neves e apoio de "dissidentes" do regime. Eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo, doente, não tomaria posse. Seu vice, José Sarney, influente líder civil da ditadura, assumiria a presidência. Iniciava-se o governo da "nova república".

Essa divisão política se faria presente também no campo da saúde. Agora, destacados militantes da área da saúde, especialmente os ligados ao PMDB e ao PCB, que já haviam elaborado o programa de saúde de Tancredo Neves, eram governo. Sob firme oposição do PT e de parcela significativa dos movimentos sindicais, sociais e populares. Tornavam-se agora claras, no campo da saúde, divergências internas no chamado "movimento da reforma sanitária", que a todos unia, e que sob a ditadura não haviam se explicitado[2].

Em junho de 1985, Sarney encaminharia ao Congresso a proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte, e no mês seguinte convocaria a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), marco histórico da luta pelo direito à saúde.

Nesta conferência, para além dos 1.014 delegados oficialmente previstos – praticamente sem participação popular –, caravanas e representantes de entidades e movimentos de todo o país deslocaram-se até Brasília, elevando o número de participantes para cerca de quatro mil pessoas.

Foi esta "invasão" da 8ª CNS que permitiu a presença dos movimentos sociais e populares nos seus grupos de discussão e Plenária Final. A leitura da transcrição de seu relatório final traz elementos importantes para a compreensão das origens da proposta de participação e controle que viria a nortear a Assembleia Nacional Constituinte:

2 Sobre esse debate, veja-se Cohn, 1989; e Campos, 1988.

> Para assegurar o direito à saúde a toda a população brasileira é imprescindível: [...] 5º) estimular a organização da população e sua interferência nos núcleos decisórios, nos vários níveis, assegurando o controle social sobre as ações do Estado, mediante representação e participação, **através de conselhos eleitos pela comunidade** [...].[3] (o destaque é nosso).

A expressão "conselhos eleitos pela comunidade" era clara referência à experiência dos Conselhos Populares de Saúde, que já se espalhava pelo país. Aqui, mais uma vez, os movimentos populares se mostravam presentes, como se mostrariam no processo constituinte, não apenas elegendo representantes como participando ativamente do processo, junto a um amplo conjunto de atores, com grande capacidade propositiva, conquistando importantes vitórias, mesmo diante de uma maioria parlamentar conservadora.

Fruto das lutas pelo direito à saúde e pela redemocratização do país, o Sistema Único de Saúde (SUS) seria institucionalizado na Constituição Federal de 1988, sob a égide da "saúde como direito de todos e dever do Estado", tendo como princípios a *universalidade*, a *integralidade*, a *equidade* e a *participação da comunidade.*

Enquanto a vitória de Fernando Collor à presidência da República, em 1988, abria um período de risco para as conquistas recentes, a vitória de prefeitos progressistas iniciaria a implementação do SUS em cidades como São Paulo, Campinas, Santos, Porto Alegre e Vitória.

Desse modo, em meio a um processo conturbado, marcado por conflitos, vetos e recuos, seria sancionada a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS. Estavam agora institucionalizados em lei federal as conferências e os conselhos de saúde, estes últimos com caráter permanente e deliberativo, obrigatórios em todas as esferas de governo, cuja composição privilegia as entidades e os movimentos da sociedade civil, os quais têm garantidas por lei 50% de suas vagas, sendo a outra metade dividida entre representantes dos trabalhadores (25%) e dos prestadores de serviços (25%), encontrando-se nesta fração os governos, os setores filantrópico e privado lucrativo.

Estimamos que existam hoje cerca de 80 mil conselheiros municipais e estaduais de saúde, em 5.570 cidades, 26 Estados e no Distrito Federal, afora os conselheiros de unidades locais e regionais, em constante expansão.

Em defesa do SUS

Interessa-nos aqui, 35 anos depois de criado o primeiro conselho popular de saúde, 25 anos

3 Extraído da Transcrição da plenária final da 8ª CNS, localizada no acervo do Departamento de Arquivo e Documentação, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, Coleção VIII CNS, Caixa 6, 00077, páginas 639-640. É interessante notar a supressão deste item – ainda que aprovado pela Plenária Final -, da publicação "8ª Conferência Nacional de Saúde, Relatório Final" (Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1986).

depois de instituído o SUS, um debate crítico sobre a experiência do Movimento de Saúde da Zona Leste – a exemplo de outros movimentos populares que se constituem nesse mesmo período – frente a seus limites, problemas e possibilidades no momento atual, e seu futuro.

É importante relembrar que o SUS, desde sua origem, tem se mantido na contramão de processos ideológicos, políticos e econômicos de exclusão social, e em meio ao desmonte de políticas sociais e aparatos técnicos e institucionais do Estado, características da lógica do mercado e da globalização neoliberal. Na sociedade brasileira contemporânea, em que pese o sentido contra-hegemônico do SUS e de outras políticas sociais, são notáveis as marcas e heranças desse processo, e insuficientes ou contraditórias as respostas, mesmo porque produzidas, reproduzidas ou contaminadas pelas próprias práticas do mercado e do capital, que também lhes confere limites[4].

Nesse contexto, passa a ocorrer uma crescente terceirização da gerência dos serviços públicos de saúde, pelas chamadas "Organizações Sociais" (OSs), que se expandem por todo o Brasil, desde a proposta de "reforma do Estado brasileiro" de 1995, à época do presidente Fernando Henrique Cardoso. Fundada em bases neoliberais, a reforma propunha como "estratégia de transição" a "transferência do setor estatal para o público não-estatal", sob a forma de "organizações sociais", processo que visava não apenas o setor saúde, mas "tendo prioridade os hospitais, as universidades e escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus"[5].

Para melhor compreensão das implicações desses processos sobre o SUS e seus mecanismos de participação, anotamos duas dimensões do problema. A primeira diz respeito à invasão dos serviços públicos de saúde pela racionalidade própria do setor privado, num claro esvaziamento do debate sobre a dimensão política da atenção à saúde, substituída pela hipertrofia da dimensão técnica, pretensamente neutra, e que subsume o social, agora devidamente fatorado e transformado em custos e produção.

Uma segunda dimensão refere-se ao impacto dessas novas formas de gestão sobre a participação social e os mecanismos de controle público. A introdução da lógica privada sob gerência terceirizada, além de colocar fim aos concursos públicos e a direitos conquistados pelos trabalhadores da saúde, tem reduzido ou mesmo impedido o controle e a participação da população. Com isso, conselhos municipais ou estaduais de saúde têm seu papel reduzido à checagem do cumprimento ou não das metas previstas em "contratos de gestão", firmados entre as OSs e o Estado, de cuja elaboração não participaram. Esvazia-se, assim, a dimensão política da participação e do controle.

Afora isso, é preciso dizer que, mesmo na esfera da gestão pública – onde a participação da sociedade se faz presente de modo mais intenso –, são notáveis os crônicos problemas de subfinanciamento e a presença da lógica privada.

4 Veja-se, a respeito, Laurell, 1995.
5 *Apud* Presidência da República, Brasil, 1995.

A esses processos, os movimentos têm resistido com diferentes modos e intensidades. Na cidade de São Paulo, enfrentaram, de 1996 a 2000, o chamado Plano de Atenção à Saúde (PAS), que tinha por base o gerenciamento de hospitais e unidades básicas de saúde por entidades privadas empresariais travestidas de cooperativas, marcadas por corrupção e fortes interesses lucrativos, que desestruturaram todo o sistema de saúde da cidade. O Conselho Municipal chegaria a ser expulso do prédio da Secretaria, ao qual retornaria após mobilização vitoriosa. Ainda na resistência, é criada a União dos Movimentos Populares de Saúde na cidade de São Paulo.

Nos anos seguintes, de 2001 a 2004, num período de reconstrução do SUS, o movimento popular mobilizaria sua militância nos conselhos gestores, mecanismos locais de participação junto às unidades e distritos de saúde. Tratava-se de grande conquista do movimento que há mais de duas décadas havia ousado criar o primeiro Conselho Popular de Saúde no bairro do Jardim Nordeste. Esta vitória trouxe consequências importantes, ampliando a participação institucional, ao mesmo tempo que impactando a base política e social do movimento.

A partir de 2005 passa a se reproduzir na cidade o modelo de gestão da política de saúde baseado nas Organizações Sociais, já adotado no Estado de São Paulo desde 1998.

Os movimentos em movimento: rumo a um novo ciclo emancipatório

Em 2006, o Movimento de Saúde da Zona Leste, procurando se mobilizar na defesa de seus interesses, desenvolveu um processo de pesquisa que envolveu 30 pesquisadores e 914 entrevistados, todos militantes e ex-militantes do movimento. Visava-se um diagnóstico participativo sobre a situação do direito à saúde na região e, simultaneamente, a construção de um perfil dos militantes e ex-militantes, sua trajetória, motivações para entrada, continuidade ou saída do movimento, sua opinião sobre vitórias e conquistas, problemas e dificuldades, além de buscar captar opiniões atuais sobre o passado, presente e futuro do movimento[6].

Entre todos os "achados" da pesquisa, merece destaque o fato de que – em que pesem todas as dificuldades – o movimento se mostrava vivo, atuante, em renovação e passando por mudanças. Mudanças que são em parte resultado de suas próprias conquistas, que também o transformavam, impactando sua base política e social.

A pesquisa mostra um incremento de 28% no total de seus membros, entre 2000 e 2006, o maior desde a década de 1980. Renovação que traz consigo, entre outras mudanças, o aumento da participação masculina – que passa a ser agora de um homem para cada três mulheres, além de um crescimento da escolaridade, especialmente do nível médio. O conjunto de indicadores sócio-demográficos dos entrevistados, por sua vez, indica a permanência da base popular do Movimento de Saúde da Zona Leste.

6 Os resultados da mencionada pesquisa encontram-se em CDHS, 2007.

Outro conjunto de mudanças diz respeito às motivações de entrada no movimento e características de seu ativismo. Se nos anos 1970 eram as lutas por melhores condições de vida, infraestrutura para os bairros e serviços de saúde que constituíram o movimento, ocorrerá neste século, em parte como fruto de suas próprias vitórias, uma inversão rumo à qualidade dos serviços, trazendo novas questões, como a mudança do modelo assistencial, em temas como os da saúde da mulher, saúde mental e do trabalhador, além da participação e dos conselhos de saúde. Questões por vezes antigas que emergem sob novas formas, em um novo tempo, ainda marcado pelas lutas que, do passado, garantiram suas possibilidades de futuro.

Outra tendência importante diz respeito à diminuição da participação em outros movimentos, para além da saúde, já visível entre os egressos dos anos 1990, e que se expressará com mais intensidade entre os ingressantes dos anos 2000. Tomando como polos os anos 1970 e os anos 2000, a militância simultânea em partidos políticos terá uma queda de 51% para 29%, em movimentos da igreja de 52% para 43%, e no movimento sindical diminuirá de 16% para apenas 5%.

Enquanto isso, a militância nos conselhos gestores, institucionais, consumiria grande parte das energias do movimento, mobilizando entre 63% e 68% de seus membros ativos, proporção significativamente maior que a dos militantes presentes nos conselhos populares, que embora ativos e mantendo seu processo de renovação, vêm apresentando tendência à queda de participação. Considerando a história do movimento, entendemos que reside aqui seu maior risco – a diminuição de sua capacidade de auto-organização livre e independente frente às demandas da participação institucional, com riscos de captura do movimento e de seus militantes por essa lógica, com todas as consequências que daí podem advir. Um paradoxo produzido por suas próprias vitórias.

O Movimento de Saúde da Zona Leste, como se evidenciou nas entrevistas e nas plenárias realizadas para devolução dos resultados, não ficou preso ao passado, e sabe dele tirar sua força, se modificando e trazendo à pauta novas questões – que podem ajudá-lo a se atualizar e se reinventar. Visando a construção de uma base social e política capaz de sustentar o projeto contra-hegemônico que é o SUS, e nele garantir a efetivação da participação e do controle social, servindo de exemplo às demais políticas públicas, e abrindo possibilidades à construção de um novo tempo.

Em maio de 2014, em Brasília, durante a XVIII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, realizou-se uma reunião de participantes dos movimentos sociais presentes, buscando um reconhecimento mútuo e uma maior organização desse campo, visando o fortalecimento da luta popular pela saúde e da participação popular nos conselhos e na 15ª Conferência Nacional de Saúde – a realizar-se no ano de 2015.

Desta reunião, com presença do Movimento de Saúde da Zona Leste, participaram cerca

de uma centena de pessoas, de entidades e movimentos populares, urbanos e rurais, de todo o país, e ainda de pessoas em situação de rua, quilombolas, membros de comunidades extrativistas da Amazônia, de assentamentos rurais, sindicatos, educadores populares, religiosos, militantes do movimento negro, de mulheres, de entidades comunitárias, associações de moradores e militantes da luta por terra e moradia, entre muitos – pequena mostra da ampla diversidade de sujeitos presentes nos conselhos e nas lutas sociais, que em seu conjunto, e com base em sua ação, representam hoje a principal força emancipatória do SUS.

Referências bibliográficas

Brasil, Constituição (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília (DF): Senado Federal.

Campos, Gastão Wagner de Sousa (1988), "Tréplica: o debate necessário à construção de uma teoria sobre a reforma sanitária", Saúde em Debate, Rio de Janeiro (23),7-12.

CDHS – Centro de Direitos Humanos do Sapopemba "Pablo Gonzáles Olalla" (2007), *Avaliação do direito à saúde na zona leste da cidade de São Paulo*, Relatório técnico, São Paulo.

Cohn, Amélia (1989), "Caminhos da reforma sanitária", *Lua Nova*, São Paulo (19).123-140

Laurell, Asa Cristina (org.) (1995), *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*, São Paulo: Cortez/Cedec.

Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União. 31 dez. 1990; Seção 1: 25694. Brasil.

Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social (1986), *8ª Conferência Nacional de Saúde*, Relatório Final, Brasília, DF. Versão eletrônica, consultada a 26.1.2012, em http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_8.pdf.

Neder, Carlos Alberto Pletz (2001), *Participação e gestão pública*: *a experiência dos movimentos populares de saúde no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Palma, José João Lanceiro (2013), *Lutas sociais e construção do SUS*: *o movimento de saúde da zona leste da cidade de São Paulo e a conquista da participação popular na saúde*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

Presidência da República, Brasil (1995), *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, Câmara da Reforma do Estado. Brasília, DF; 1995. Versão eletrônica, consultada a 26.1.2012, em http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi8.htm.

Rolnik, Raquel (2000), *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios*

em transição. Relatório de Pesquisa. Campinas: PUC-Campinas, jan. 2000. CD-ROM.

Sader, Eder (1995), *Quando novos personagens entraram em cena*: *experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*, Rio de Janeiro: Paz e Terra [2.ª ed.].

Santos, Boaventura de Sousa (2005), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez [10.ª ed.].

Silva, Marisilda (2014), *Escritos guardados: sobre a experiência de participação e luta social do Movimento de Saúde da Zona Leste.* Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

Singer, Paul; Brant, Vinicius Caldeira (orgs.) (1982), *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/Cebrap [3.ª ed.].

Uma Fotografia: Movimento popular de saúde da zona leste (2007), São Paulo: CDHZ/MSZL.

Experiências Político-Educativas Contra-Hegemônicas: Diálogos Emergentes entre América Latina e Caribe

Maria Elly Herz Genro[1]
Pâmela Marconatto Marques[2]
Jaime José Zitkoski[3]
Eliane Almeida Souza[4]

Resumo

A Educação Popular e os Movimentos Sociais na América Latina, em pleno início do século XXI, encontram-se desafiados a construir novas formas de organização e mobilização popular para que, além de resistir à dominação do poder dos sistemas hegemônicos, possam construir novos espaços políticos que alavanquem processos mais vigorosos, através da participação cidadã e aprofundamento da democracia. Nesse contexto, um dos maiores desafios para os povos latino-americanos é inventar, de modo criativo e autêntico, novas formas de fazer política, frente à intensa desmobilização resultante das estratégias do neoliberalismo e da globalização econômica em curso. Tendo como pano de fundo o cenário da educação universitária em Chile, Haiti e Brasil, nos propomos à análise do espaço latino-americano e caribenho como eixo de experiências emergentes, surgidas na contracorrente das forças políticas hegemônicas. No âmbito chileno e haitiano serão estudados seus movimentos estudantis, seus saberes e fazeres como sujeitos políticos capazes de tensionar a democracia formal, na perspectiva de desmercantilização e descolonização das relações sociais e políticas contemporâneas. Em relação à experiência brasileira, apresentaremos o modo como o sistema de ações afirmativas foi implementado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e como vem se propondo a incluir grupos historicamente excluídos por meio das cotas. Nas três realidades a Universidade Pública, em concerto com movimentos sociais, aparece como laboratório de fazeres comprometidos com uma democracia de maior intensidade e torna-se espaço público a ser observado na busca de um novo repertório de saberes e práticas contra-hegemônicos do Sul.

Palavras-chave: experiências educativas contra-hegemônicas; ações afirmativas; movimento estudantil; América Latina; Caribe.

Abstract

The Popular Education and Social Movements in Latin America, in the middle of the XXI century, have been challenged to build new forms of popular organization and mobilization that, in addition to resist the domination of hegemonic systems of power, can build new political spaces that leverage more vigorous processes through citizen participation and deepening democracy. In this context, a major challenge for Latin American peoples is inventing in a creative and authentic way, new ways of doing politics, facing the intense demobilization resulting from neoliberal strategies and economic globalization in progress. Against the backdrop of the stage of university education in Chile, Haiti and Brazil, we propose the analysis of Latin American and Caribbean spaces as emerging axis of experiences encountered in counter- hegemonic political forces. In Chile and Haiti, within their student movements, their knowledge and practices as political subjects can stress formal democracy, the prospect of de-commodification and colonization of contemporary social and political relations will be studied. Regarding the Brazilian experience , we present how the system of affirmative actions was implemented by the Federal University of Rio Grande do Sul and as has been proposing to include historically excluded groups by quotas. In these three realities, Public University in concert with social movements, emerge as social laboratories committed to a democracy of greater intensity and becomes the public space to be seen in search of a new repertoire of knowledge and counter- hegemonic practice from South.

Key-Words: counter-hegemonic educational experiences; affirmative actions; student movement; Latin America; Caribbean.

Resumen

La educación popular y los movimientos sociales en América Latina, en la mitad del siglo XXI, tienen el reto de construir nuevas formas de organización popular y la movilización que, además de resistir a la dominación de los sistemas hegemónicos de poder, sean capaces de construir nuevos espacios políticos más vigorosos a través de la participación ciudadana y la profundización de la democracia. En este contexto, un desafío importante para los pueblos de América Latina está en el invento, de forma creativa y auténtica, de nuevas formas de hacer política, frente a la desmovilización intensa resultante de las estrategias del neoliberalismo y de la globalización económica en curso. Desde el contexto de la educación universitaria en Chile, Haití y Brasil, se propone el análisis del espacio de América Latina y el Caribe como eje de experiencias ancoradas en las fuerzas políticas contrahegemónicas emergentes. En el Chile y Haití, analisaremos sus movimientos estudiantiles, el modo como sus conocimientos y prácticas como sujetos políticos pueden desestabilizar la democracia formal, y la posibilidad de desmercantilización y descolonización de las relaciones sociales y políticas contemporáneas. En cuanto a la experiencia brasileña, se presenta cómo el sistema de acción afirmativa fue implementado por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul y como se ha propuesto para incluir a grupos históricamente excluidos por medio de cuotas. En estas tres realidades la universidad pública, en concierto con los movimientos sociales, pasa a ser vista como laboratorio social donde se esta produciendo, o intentado hacerlo, una democracia de mayor intensidad. Así que se convierte en el espacio público para ser visto en busca de un nuevo repertorio de conocimientos y prácticas contrahegemónicas en el Sur.

Palavras-clave: experiencias educativas contrahegemónicas; acciones afirmativas; movimiento estudiantil; América Latina; Caribe.

1 Doutora em Educação pela UFRGS. Professora de Filosofia da Educação na FACED-UFRGS e Pesquisadora no Programa de Pós Graduação em Educação na mesma Universidade. Email: mariaellyh8@gmail.com
2 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação e Integração Latinoamericana. Bacharel em Ciências Sociais e em Direito. E:mail: pmarconatto@gmail.com
3 Doutor em Educação na UFRGS. Professor de Filosofia da Educação na FACED-UFRGS e Pesquisador no Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS. Email:Jaime.jose@ufrgs.br
4 Doutoranda em Educação no PPGEdu-UFRGS. Militante social no Movimento Negro, Participa ativamente do Núcleo dos Direitos Humanos no governo do Estado do Rio Grande do Sul. Email: negrasim2004@yahoo.com.br

Introdução

Desde a reforma de Córdoba de 1918, a preocupação com a formação de um sujeito político nas Universidades Públicas pressiona as instituições e a formação universitária latino-americana. Nossa proposta é que essa discussão supere a busca de estratégias formadoras de estudantes, acreditando que a formação política se faz em concerto, envolvendo estudantes, gestores, técnicos, docentes, pesquisadores, comunidade.

A aposta nessa perspectiva nos parece ter sido o diferencial e a grande força da instituição latino-americana de educação superior. Uma força que pode se diluir nos novos referenciais hegemônicos que orientam políticas educativas que apontam para as universidades o caminho único de sua internacionalização sem que tenham resgatado o caminho sensível da sua localização em sua região. Neste contexto, da globalização hegemônica, se produziu um discurso e uma ação de forte homogeneidade, em que o princípio do mercado se sobrepôs ao princípio do Estado, a financeirização da economia sobrepôs os interesses do capital aos interesses do trabalho, o protagonismo das empresas multinacionais foi agente regulador de uma política que submeteu diferentes esferas da ação humana aos interesses da economia global.

A lógica mercantil acirrou o processo de mercantilização da educação. O processo se produziu com o concurso da ação política dos atores globais privados e das agências financeiras internacionais. Nos diferentes contextos da AL e Caribe as reformas educacionais, nas quais se inseriram, como exemplo, os processos de avaliação das IES, incidiram fortemente sobre o pensamento e a ação educacionais, privilegiaram a preparação profissional em detrimento da formação cidadã e instituíram um modo de redesenho das universidades, atravessado pelas lógicas da mercantilização. Importante sinalizar que este processo não ocorreu sem contradições, sem fissuras, sem resistências. Estas se fizeram presentes através de diferentes experiências de sujeitos coletivos que apontaram para a desmercantilização do mundo, um 'outro mundo possível' cujos caminhos seriam tecidos pela democracia participativa no combate a todas as formas de totalitarismos e opressões, trazendo o testemunho sobre outros caminhos possíveis para a democracia igualitária.

Essas experiências que identificamos como contra-hegemônicas repudiam veementemente as práticas mercadológicas e as tentativas imperialistas de homogeneização e uniformização da educação superior. Nessa esteira, reivindicam um caminho para que a Universidade seja um espaço público de formação de sujeitos, que se configure como ambiente para o debate, a crítica e a interação política. Dessa forma, a educação superior ganha status de prática social e desponta como caminho gerador de condições objetivas e subjetivas para o fortalecimento dos sujeitos e o acúmulo de experiências ao apostar na direção de uma democracia de alta intensidade.

É nessa perspectiva que passamos a analisar experiências vivenciadas no início do século XXI,

do Caribe ao Cone Sul, em busca de exemplos vivos e inspiradores.

1. A experiência do Movimento Estudantil Chileno

O Chile é um caso emblemático de continuidade das políticas hegemônicas neoliberais na AL, gestadas no contexto da ditadura militar (1973-1990) e, permanecendo nos sucessivos governos de concertação social, amparados na constituição ditatorial de 1982. Nesta experiência de laboratório do neoliberalismo entra em cena, em 2011, o movimento estudantil universitário, constituindo um Movimento pela Educação pública, agregando diferentes segmentos sociais (professores, secundaristas e familiares), apoiados, segundo pesquisa de opinião, por 65% da população chilena.

A educação superior no Chile foi privatizada pelo governo ditatorial de Pinochet, através da segmentação do sistema, das taxas cobradas dos estudantes das universidades públicas e do financiamento bancário de bolsas para estudantes, nas universidades privada, com baixo poder aquisitivo, para desenvolverem seus estudos. Neste cenário o movimento estudantil foi uma voz, junto a outras, de combate à ditadura militar e de resistências às políticas de educação superior. Estas políticas, com o fim da ditadura, se mantêm numa lógica de mercantilização como um princípio da vida humana, o propalado fundamentalismo do mercado, constituinte da ordem hegemônica.

No processo de transição democrática nos anos 90, inicia-se um novo ciclo de mobilizações estudantis secundaristas que poderá ser, segundo Morales (2011), antecedente direto do atual movimento de 2011. Nos governos pós ditadura, intitulados Governo de Concertación Social, composto de cinco partidos, aprofundam-se as políticas neoliberais, sendo a educação formal, principalmente a educação superior, cada vez mais um privilégio das camadas mais abastadas da população chilena. Nos governos seguintes à ditadura constata-se redução da pobreza absoluta, mas permanecendo o Chile um dos 15 países mais desiguais do mundo.

Frente à atuação do governo e dos meios de comunicação no sentido de criminalização do movimento estudantil, na desqualificação da sua capacidade e legitimidade, outras forças se juntam a este movimento, como estudantes universitários, professores e outros profissionais. Este movimento articulado gerou grandes manifestações de protestos e solidariedade, chegando a um milhão de pessoas, no maior protesto estudantil que se tem memória no Chile, desencadeando uma jornada de paralisação nacional.

O desdobramento deste movimento e suas articulações sinalizam que a crítica dos estudantes possibilitou uma passagem das reivindicações pontuais (passe livre escolar, isenção de taxa e outras) para um questionamento de um modelo educativo mercantil, descompromisso do Estado com a Educação, afetando assim, uma cultura cívica, republicana e promovendo a perda da qualidade da educação como um bem publico. Isto se efetivou na defesa de um consenso de que os recursos públicos devem destinar-se a educação pública.

Umas das vozes marcantes neste episódio é do filosofo e biólogo chileno, de la Universidad de Chile, Humberto Maturana. Numa entrevista dada (junho de 2006), ressalta que a "Rebelião dos Pinguins" é um sintoma de uma dor espiritual, em que os jovens secundaristas são tratados como mercadorias, carecendo de um sentido a educação formal. A potencialização da nossa condição de sujeitos, rebeldes competentes, como sujeitos históricos, pressupõe nossa participação na construção de significados e sentidos para a vida em suas diferentes dimensões. Ser sujeito não se reduz a operacionalização dos processos, ao acesso a conhecimentos parcelares, especializados, mas à compreensão dos valores, sentidos e consequências das experiências humanas, sempre permeadas pela nossa capacidade de interrogação, incerteza, escuta, de sensibilidade e intencionalidade.

O processo de democratização social e de defesa da desmercantilização das políticas sociais caracteriza assim dinâmicas instituintes na sociedade, políticas de inconformidade com um modo de vida cristalizado pelas políticas hegemônicas. As respostas de diferentes governos na América latina e Caribe sobre o tema da educação está fortemente marcado de um conteúdo economicista e tecnocrático.

O movimento estudantil participa como sujeito político, presente numa teia de relações, da reelaboração de propostas econômicas, sociais e culturais amplas e sustenta princípios emancipatórios, projetados para uma sociedade como um todo, conquistando assim, uma legitimidade por parte da sociedade.

No ano de 2011 os protestos ressurgiram no Chile, impulsionados principalmente por universitários e com demandas muito mais estruturais: fim do lucro na educação, gratuidade no ensino superior. Em sete meses, foram realizadas cerca de 30 grandes marchas e as aulas foram suspensas, e centenas de escolas e universidades foram tomadas pelos estudantes. O movimento chegou a ter 86% de aprovação entre os chilenos, e a população se deu conta da urgência de se lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

As mobilizações, protestos e demandas do movimento estudantil chileno, durante o ano de 2011, chamam a atenção para a crescente articulação de diferentes atores políticos (universitários, secundaristas, docentes, familiares, etc.), pela progressiva massificação dos protestos, pela forma criativa e expressiva dos estudantes universitários, por uma agenda de conteúdo educacional e social em que se constitui um movimento social por "La Educación Chilena".

Quanto à criatividade desta mobilização salientamos a presença de uma racionalidade para além da instrumental, que podemos caracterizar como uma racionalidade estética expressiva, nas palavras de Santos. As manifestações artísticas, como dramatizações, performance e expressões musicais empreendidas pelos estudantes foram sinalizadores da possibilidade de articulação de diferentes racionalidades e obtenção da empatia por parte da população.

A partir dos dados coletados percebemos uma maturidade política do Movimento estudantil

construída ao longo da sua história, em que os últimos protestos foram um fator importante. Em 2011, os estudantes tomaram centenas de escolas e universidades em todo o Chile. A mais expressiva foi a *toma* da Casa Central da Universidade de Chile por cinco meses. O prédio, construído em 1872, é considerado um dos símbolos da educação no Chile.

O primeiro documento produzido pelo movimento estudantil (Rossi, 2012) foi resultado de reordenamentos e incorporações de análise e propostas ao longo de processos de mobilizações e manifestações. Este documento afirma a necessidade da revitalização da universidade pública (fundo para Universidades Tradicionais) para combater a privatização e centralização do poder.[5] A extensão da ideia de democratização aparece na defesa da liberdade de expressão, de cátedra e de associação, como condição para produzir bem estar na universidade e qualidade educativa.

Para captar as pistas, sinais e tendências latentes do movimento estudantil, captamos nas diferentes manifestações de movimentos nas redes sociais, experiências e experimentações animadas por um *ethos* redistributivo, implicando o princípio da igualdade e o do reconhecimento da diferença. Outras manifestações importantes na contraposição à naturalização do existente está presente na entrevista Camila Vallejo Dowling (2010). Ela ressalta a importância do movimento estudantil, da FEUCH, como resultado de experiências históricas em que as demandas e propostas construídas foram resultados de um debate político.

> Se plante la reforma tributária como solución al financiamento da la educación, pero entendendo que la educación no es solamente n derecho universal sino es una inversión social. Toda la sociedade, toda la gente invierte en la educación a través del Estado, que recauda impuestos, para desarollo cultural, social y material que requiere el país. (Dowling, 2010:17).

As propostas apontam uma mudança de paradigma, passando de uma ideia de educação como um bem de consumo para a ideia de educação como um direito social, uma educação pública, gratuita e de qualidade, garantido pelo estado: garantia de fundo básico e liberdade na utilização destes, pelas universidades do Conselho de Reitores, pelo fim do autofinanciamento, fim efetivo do lucro em todo o sistema de educação chileno, eliminação da banca privada para solucionar o problema do endividamento das famílias.

Posicionamentos importantes, extraídos de algumas entrevistas com lideranças do

5 São 25 instituições tradicionais agrupadas no *Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas* e inclui as principais instituições de educação superior do país. O ingresso a elas é feito através de um sistema de seleção a nível nacional, feito através da *Prueba de Selección Universitaria* (PSU). Apesar disso a pontuação no PSU não é o suficiente para o aluno entrar e se manter na universidade, já que ultimamente há tido estudantes que entraram nas universidades tradicionais, mas tiveram que abandonar por problemas econômicos, já que o financiamento dado pelo estado a esses alunos não corresponde ao valor total, devendo o aluno pagar a diferença. Também há universidades privadas que se autofinanciam.

movimento estudantil chileno, realizadas em março de 2013, atestam a condição atuante destes sujeitos em diferentes organizações.

> De fato, 70% das matrículas no ensino superior concentram-se em instituições privadas. O grande problema das universidades privadas é que elas não têm regulação: o Estado não sabe claramente de que maneira pode entrar nessas instituições. No Chile, predomina a ideia de que não se pode regular a atuação da iniciativa privada, então ninguém regula os empresários da educação. Como estamos tão à deriva, como nossas demandas são tão latentes, como vivemos sob constante ameaça de perder inclusive nossas casas devido à dívida acumulada, pedimos a estatização das universidades. (sujeito D – MESUP).

Estas manifestações atestam a necessidade da profundidade das mudanças no país e na América Latina e Caribe, considerando as cicatrizes deixadas pelas ditaduras militares. O repensar o sentido da política, agrega-se a defesa da descolonização do espaço público pelo interesse privatista, em que a diversidade das vozes seja pautada pelo bem comum, construído no cotidiano do fazer a educação.

Consideramos necessário desenvolver um processo educativo para potencializar o sujeito político, articulando o plano individual, social e político nos múltiplos espaços sociais, dentre eles o dos movimentos sociais, na universidade.

2. Uma experiência haitiana

No Haiti, o segundo mandato de Jean Bertrand Aristide (2001-2004) - primeiro presidente eleito democraticamente após a longa ditadura Duvalier que, depois de um golpe de estado contra seu governo e um período asilado pelos Estados Unidos voltou ao Haiti profundamente transformado - esteve marcado por episódios especialmente delicados de confronto com a Universidade e, mais especificamente, seu movimento estudantil. Um deles foi eleito como caso a ser analisado nesse trabalho à medida que nos dá pistas importantes sobre o status da comunidade acadêmica e da própria Universidade em seu entorno, as preocupações que suscita e o modo como interage e é vista pela sociedade que a circunda, suas organizações e movimentos. Além disso, serve para que pensemos a dinâmica acionada pelo movimento estudantil e seu potencial pedagógico, político e democrático no Haiti.

O evento referido começou com a decisão do Ministério de Educação Nacional – mais precisamente da Ministra Myrtho Celestin Saurel –, em 27 de Julho de 2002, de dissolver, unilateralmente, o Conselho Executivo da Universidade de Estado do Haiti, eleito democraticamente em 1998, no que ficou conhecido como “golpe de Saurel” (Colbert, 2002). No mesmo ato, a Ministra determinou que o Conselho fosse substituído por um comitê

provisório, indicado pelo governo, que ficaria responsável pela condução de novas eleições e realização de "algumas reformas no âmbito do Ensino Superior público", tendo como objetivo sua "despolitização" (idem).

A atitude de Saurel foi veementemente condenada pelos conselhos Executivo e Universitário da UEH, que, utilizando-se das mídias independentes do país, convocaram a sociedade civil haitiana a se rebelar contra essa "ingerência inaceitável".[6] A convocação foi endossada pela Federação Nacional dos Estudantes Universitários do Haiti, em um "apelo à solidariedade e ao apoio na luta pela autonomia e independência da Universidade" (Goston, 2002). Neste apelo, convocou-se a população a uma marcha pacífica de protesto, encabeçada pela recém criada "Frente de Resistência pela Defesa da Autonomia e Independência da UEH", composta por estudantes, alguns professores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.[7]

Durante as mobilizações a Frente de Resistência organizou uma "Comissão de Reforma", responsável pela elaboração de um "Quadro de discussão sobre a Reforma da UEH". Esse documento foi amplamente divulgado na capital Porto Príncipe, por meio das mídias já citadas.[8] Trata-se de uma extensa pauta, onde os principais problemas e desafios da UEH foram listados e discutidos por seus autores, que, dessa forma, deixam antever seu entendimento da missão a que deve estar dedicada a Universidade Pública no Haiti.

Em sua introdução, a iniciativa de luta por independência e autonomia à UEH é apresentada como parte de um processo de "engajamento pela democracia" que pressupõe a descentralização, a admissão aberta e a democratização da UEH. Ainda na introdução, perguntas como "a Universidade Pública haitiana pode contribuir à materialização do desenvolvimento social do país?" e "de que modo a reforma curricular, administrativa e de espaço físico da UEH pode contribuir à construção da Democracia no Haiti?" são levantadas. Evidencia-se, aí, a vontade de fazer da Universidade, a um só tempo, laboratório de práticas democráticas e acervo de saberes ativos, posicionados, éticos, capazes de cumprir papéis políticos construtivos no desenvolvimento do país.

Na seção nomeada "Quadro de referência da Reforma", ao mencionar-se a necessidade de reforma curricular, critica-se a "transmissão de conhecimentos universalistas e generalizantes", propondo-se lugar aos saberes "criolos" que compõem a identidade nacional, capazes de tornar a educação "agente de realização da síntese da herança deixada pelas civilizações ameríndia, africana e ocidental no Haiti". Ainda, ao propor a reforma curricular como parte da reforma universitária, propõe-se que a questão sobre "que tipo de indivíduos pretende-se

6 A convocação se deu através de mídias independentes, sobretudo, o jornal ALTERPRESSE, auto-nomeado "veículo alternativo de informação no Haiti", dirigido por jornalistas e sociólogos haitianos, mas também ao "AYITI KALE JE", jornal independente de divulgação de notícias em *créole*, espanhol e francês e à Kiskeya, rádio comunitária haitiana, com sítio web próprio "http://www.radiokiskeya.com". Há, entretanto, inúmeros outro veículos de informação semelhantes a esses.

7 Pelo que foi possível compreender a partir das fontes consultadas, há duas frentes de organização dos professores da UEH: o *Sindicato de Professores Universitários* e o *Coletivo de Professores*. Enquanto o primeiro guarda uma distância considerável em relação ao movimento estudantil e às bandeiras levantadas pelos alunos, o segundo é apoiador intenso e presente na grande maioria das ações organizadas pelo movimento estudantil.

8 O documento está disponível em http://www.alterpresse.org/spip.php?article506

formar nessa Universidade?" atue como balizadora das discussões a esse respeito, ao mesmo tempo em que se levanta a necessidade de um currículo capaz de inspirar as "decisões econômicas, políticas e culturais a serem tomadas tendo em vista o benefício da população".

Na seção intitulada "O serviço social e a pedagogia ativa do trabalho", postula-se, por meio da referida pedagogia, "a possibilidade, de um lado, de sintetizar os conhecimentos universais e os saberes locais e, de outro, de revelar ao estudante o papel da prática na compreensão da realidade". Acrescenta-se, ainda, que "os problemas práticos que se apresentam como desafios ao desenvolvimento do país são importantes instrumentos pedagógicos para a sensibilização dos estudantes quanto ao papel que desempenharão na sociedade e na Universidade". Percebe-se, aí, a compreensão, amplamente encontrada na literatura haitiana, de problemas como desafios e oportunidades pedagógicas. Ainda nessa seção, afirma-se a importância do serviço social a ser prestado pela Universidade à comunidade na "abertura do espírito ao outro" e na "manifestação de uma solidariedade concreta no processo de solução conjunta dos problemas vivenciados pela sociedade".

Quanto à "Reforma administrativa da UEH", reivindica-se a gestão democrática da Universidade e a criação de uma vice-reitoria específica para a extensão, encarregada de "difundir os conhecimentos produzidos e conduzir as atividades do serviço social em geral, funcionando como mediadora entre a sociedade e a Universidade e como observadora dos processos sociais".

Infelizmente, não foi possível, a partir das fontes consultadas, saber se o documento produzido pela Frente de Resistência foi valorizado nas inúmeras discussões conduzidas sobre a reforma universitária. Ainda que sua simples elaboração - marcada pela cooperação entre movimento estudantil e outros movimentos sociais e setores populares - evidencie um esforço conjunto de pensar a Universidade de forma coletiva, solidária e generosa, para além dos cânones da excelência e competitividade ditados pelo mercado, imaginamos que a ausência de uma resposta institucional deixe de completar um círculo democrático virtuoso iniciado pela mobilização estudantil.

Ao se defender, nesse ponto, uma Universidade politizada, em contraponto à tecnicista, percebemos se defender, sobretudo, a noção de Universidade enquanto espaço público de diálogo entre diferentes, intercâmbio e construção conjunta de saberes, alicerçados em e revelados por meio de práticas democráticas e emancipadoras. Alexis (1970) compartilha dessa concepção de política enquanto movimento, possibilidade de mudança e inovação, e aposta no papel ativo a ser desempenhado a partir da educação, que não deve reduzir-se a "testemunhar o real e explicá-lo", devendo engajar-se em "transformar o mundo". Para isso, "o estudante deve tomar partido, ele deve ser um combatente" (Alexis, 1970:152).[9]

9 Esse homem combatente lembra o *homem bom* esperado por Hannah Arendt, na medida em que se opõe ao sujeito conformado com o *status quo*. O *homem bom*, capaz de cuidar o mundo é, para a autora, aquele que se sente parte dele, conectado ao seu grupo, ciente de sua responsabilidade pelo que virá, já que ele é "*a promessa de ação e a ação é uma promessa de novos começos*" (Arendt apud Courtine-Denamy:2004)

Este "tomar partido" de que fala Alexis não diz respeito a partidarismos, trata-se de saber/fazer que se adquire na prática, por meio de uma formação que não seja estranha ao debate, à contestação, ao conflito, e tampouco às contradições que atravessam e constituem a realidade social. Esse processo, centrado no conflito – entendido não como oposição à paz, mas como oposição à comodidade e à inércia – nos parece capaz de disparar os movimentos complexos de "interrupção, ruptura e conexão" de que nos fala Glissant (1989), aptos a pôr fim em saberes/práticas autocentrados e mesquinhos, romper com tradições autoritárias e/ou desmobilizantes e a ativar, conectar-se com novos saberes, práticas e relações na e entre Universidade e sociedade, constituidoras do que o autor concebe como política: "esta urgência para cada um de nomear-se diante do mundo, isto é, esta necessidade de não desaparecer da cena do mundo e de contribuir, ao contrário, à sua ampliação" (Glissant, 1981:04)[10].

Entendemos, assim, que as leituras negativas sobre a atuação do movimento estudantil no Haiti, associando-o à desordem e à confusão, partem de uma concepção social fundada na ordem, e que, no Haiti, nesse momento histórico, está associada ao silencio imposto, a uma paz artificial, mantida pela força e pela intimidação, a um desaparecimento forçado da cena do mundo, e/ou renúncia/desistência de contribuição à sua manutenção. Acreditamos, ainda, que a presença desse conflito coletiva e publicamente manejado, evidencia um importante posicionamento político desses jovens estudantes haitianos, em oposição ao poder (dentro e fora da Universidade) que teima em reproduzir uma lógica excludente, autoritária, e por isso injusta e antidemocrática no Haiti. A Universidade Haitiana e a atuação de seu movimento estudantil tornam-se, assim, eficiente observatório, verdadeiro termômetro democrático no país.

3. Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Considerando o contexto americano, identificamos que as políticas de *ações afirmativas* inauguraram-se no governo Kenedy nos Estados Unidos. Após quase cinquenta anos destas politicas implantadas nesse contexto, houve sensível diminuição das discriminações raciais. Em todas as fases de implementação dessas políticas os movimentos sociais se fizeram presentes, principalmente o movimento negro, colimando com a aprovação do marco legal das políticas afirmativas. Líderes como Malcolm X, Martin Luther King não estavam sozinhos em suas lutas antirracistas, pois estas lideranças Internacionais agregaram forças para avançarem significativamente nas conquistas das politicas de afirmação dos grupos discriminados historicamente.

No Brasil, a diáspora não se deu de forma tranquila, pois as situações de discriminação e preconceito ainda hoje são preocupantes e revelam a necessidade de avançarmos na

10 Maffesoli (2008) falaria em harmonia conflitual para amenizar a carga negativa que paira sobre a palavra conflito. Eu, entretanto, opto por assumi-la assim, inteira e solitária, mas associada a novos significados, esvaziada de seu sentido puramente destrutivo.

democratização da sociedade.[11] Hoje, constatamos que, devido a este processo diaspórico acima mencionado, são os negros que, embora trabalhando nas mesmas funções, geralmente tem recebido salários menores que os brancos e, na maioria das vezes, estão desprovidos de seus direitos sociais, pois são aqueles que ficam mais excluídos do acesso à educação, saúde, moradia, entre outros.

Evidenciamos as impressões de Freire quando de sua visita à África:

> Ao pisar pela primeira vez em chão africano, senti-me nele como quem voltava e não como quem chegava. Daquele momento em diante, as mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim de mim. A cor do céu, o verde azul do mar, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas a minha bem amada banana-maçã; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores ecoando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-lo, desenhando o mundo; a presença entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava. (Freire, 1978:13 e 14).

Este pensamento fala de pertencimento, de cores, o som dos tambores, enfim, fala do quanto de Brasil tinha em África e vice-versa onde em muitos lugares esta historicidade insiste em ser apagada ou escondida. Pois entender-se negro, ou descendente de negro no Brasil, traz à tona dores e feridas ainda expostas. Então, como avançar na perspectiva de futuro se ainda não resolvemos o nosso passado? Santos contribui para essa reflexão afimando que estes grupos não são minorias, foram feitos minorias. Portanto, são estes que precisam urgentemente destas políticas (Santos, 2013).

Entretanto, não basta dar-se conta que vivemos ainda hoje numa sociedade discriminatória, excludente e racista. É necessário um compromisso e luta social coletiva na busca da superação do racismo e suas formas correlatas de discriminações, bem como políticas que possibilitem maior oportunidade de visibilidade e valorização das diferentes culturas étnico-raciais que compõem o nosso país em sua grande diversidade e riqueza cultural.

Assim, no Brasil, as Políticas Públicas de Ações Afirmativas seguem um marco histórico, que de acordo com Santos (2000) e Munanga (1996), começou na década de 80, ampliando-se em 90 e, principalmente com os dois períodos do Governo Lula. Nesse momento, o governo brasileiro, influenciado pelas demandas do movimento negro, começou a direcionar suas

11 Diáspora – Foi originalmente usada para designar o estabelecimento dos judeus fora de sua pátria. Este conceito é utilizado por extensão, para designar os negros de origem africana deportados para outros continentes – os filhos de escravos na América (Munanga, 2004:82)

políticas sociais mais especificamente para a comunidade negra.

Nesse contexto, evidencia-se a relação entre Universidade e movimentos sociais que fez frente à luta pela adoção das políticas de ação afirmativa nas Instituições de Ensino Superior. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi a 17ª Universidade Pública a implementar estas políticas, em 2008, após um difícil e complexo processo que teve desfecho positivo, devido às pressões dos movimentos sociais - Movimento Indígena, LGBT, MST, Levante da Juventude, Acadêmicos e estudantes de várias escolas, lideranças de Quilombos - em especial do Movimento Negro. Nesta experiência, o Movimento Negro desempenhou papel central de articulação política, [12] de modo que a vitória das cotas na Universidade gaúcha, nas palavras de uma de suas lideranças "foi fruto da mobilização da comunidade negra e dos universitários. O resultado é a reparação de uma grande injustiça cometida contra o povo negro".[13] Dos Anjos analisa o modo como inclusive a religiosidade afro-brasileira se fez presente nesse momento histórico, quando umbandistas entoavam cânticos rituais às portas da sala em que se decidiram pela adoção ou não das cotas na UFRGS (Dos Anjos, 2012) próximo também a paredes cujas pichações diziam que "lugar de negro é na cozinha do RU".

Nos dias de hoje, após quase uma década das políticas de ações afirmativas na UFRGS, de acordo com o CONSUN (Conselho Universitário), tem-se o percentual de 40% de vagas reservadas **exclusivamente a egressos do ensino médio no sistema público** e obedece as seguintes categorias: **a)** candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita; **b)** estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, com registro de autodeclararão etnicorracial (preto, pardo ou indígena); **c)** candidatos com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita; **d)** alunos autodeclarados e com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita.

As vagas para ingresso na UFRGS são divididas entre o Concurso Vestibular e o SISU (Sistema de Seleção Unificada, que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio). O Vestibular fica com 70% das vagas e o SISU com as 30% restantes. O índice de 40% reservados para as Ações Afirmativas no ingresso em 2015 serão válidos tanto para o Vestibular quanto para o SISU.

Assim como nos casos chileno e haitiano já acima apresentados, percebemos uma intensa relação entre o movimentos sociais nesse processo de democratização do acesso à Universidade, o que evidencia o reconhecimento da mesma enquanto espaço público potente e apto a promover transformação social e, ao encontro disso, vieram as ações afirmativas na UFRGS. Segundo Oliven:

12 Para ter-se ideia de como essa interação foi reconhecida à epoca dos debates, ver as seguintes notícias, divulgadas em sites do movimento negro no Brasil: "COTAS NA UFRGS: Amplia o debate junto ao Movimento Negro" em http://www.palmares.gov.br/?p=2079; "Vitória do Movimento Negro: UFRGS aprova cotas" em http://m.vermelho.org.br/rs/noticia/ufrgs_aprova_cotas/19542-113

13 Fala de Antônio Mattos divulgada no Portal Vermelho, disponível em http://m.vermelho.org.br/rs/noticia/ufrgs_aprova_cotas /19542-113

> O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança (Oliven, 2006:02).

Esse processo retrata a importância da política de ações afirmativas em diálogo com a sociedade, pois o enfrentamento da exclusão social não é tarefa apenas da comunidade negra, e sim de toda a sociedade, e requer uma mudança cultural e não apenas de conjuntura. Ou seja, as políticas de ações afirmativas remetem para o tensionamento das desigualdades sociais:

> As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (Santos, 1996:42).

Um dos resultados da implementação dessa política, que confirma um ciclo virtuoso de transformações, é o fato de que, apesar de haver sido gestada pelo movimento negro e, assim, criada principalmente para a inclusão do negro nas universidades brasileiras, acabou beneficiando também outros segmentos, tais como: indígenas, alunos provenientes de classes populares e alunos com necessidades especiais.

Também podemos mencionar como um avanço o fato de que, tendo passado mais de nove anos da implementação destas ações na UFRGS, se pode observar uma mudança significativa nas ações de acompanhamento dos alunos cotistas, de que é exemplo o Programa Conexões de Saberes[14]. Quanto aos olhares referentes à cultura, memória e identidades negras, agora seus agentes estão mais presentes no espaço universitário e podem ser diretamente ouvidos a esse respeito. Ou seja, antes os professores conversavam *sobre*, e hoje começam a dialogar *com.*

Assim, verica-se uma mudança importante nas condições de acesso e permanência na

14 O Programa Conexões de Saberes está voltado para o apoio à permanência de estudantes de graduação oriundos de classes populares na Universidade, o programa conta nesta edição com 40 bolsistas de diferentes cursos de graduação atuando em quatro eixos temáticos: Ações Afirmativas; Cidadania e Direitos Humanos; Cultura, Identidade e Patrimônio e Educação Ambiental e Saúde. O Programa prevê ações de formação, de pesquisa, de extensão e de divulgação. Estas ações visam fornecer um aprimoramento da formação científico-tecnológico e política do aluno, bem como garantir que as ações de interação estabelecidas com as comunidades e parceiros se dêem de forma competente, responsável e respeitosa, orientadas pelos princípios de troca de saberes e de respeito às diferenças. Para mais informações, acessar http://www.ufrgs.br/deds/programas-e-acoes/programa-conexoes-de-saberes

universidade. Indício disso é o fato de que os alunos cotistas vêm apresentando excelentes resultados acadêmicos[15]. Kosik trata de maneira interessante da categoria de parte-totalidade: "totalidade não é tudo. Totalidade é você abstrair uma parte do todo, ressignificá-la e depois devolvê-la para esse todo. Assim, o todo tem as partes e vice-versa". (Kosik, 2002:44). A nosso ver, essa categoria é elucidativa para abordar a importância da política de ações afirmativas como parte de um processo de democratização da universidade e sua relação com a sociedade.

Este breve retrato confirma que no passado recente no Brasil as Universidades dialogavam *sobre* os negros, indígenas e alunos oriundos de escolas públicas. Hoje, a academia se vê confrontada com o desafio de dialogar *com* esses atores. Este resultado tem evidenciado a importância do reconhecimento social desse processo que garante o ingresso mais democratizado na Universidade Pública e, igualmente, nas ações que visam garantir a qualidade da permanência desses alunos cotistas para que os mesmos tenham uma formação universitária potente e ampliada.

Reconhecemos esse novo contexto de interações sociais criado na UFRGS pela implementação das cotas como resultado imediato da ação concertada do movimento estudantil com o movimento negro, reforçando a ideia da Universidade como espaço público de interação entre diferentes, lugar para novidade, experimentação e política.

Conclusão

Percebemos nos casos trazidos à tona como exemplos de contra-hegemônicas nas Universidades Públicas e seus movimentos estudantis na América Latina e Caribe. A **capacidade de indignação** vem sendo a força que mobiliza uma potência democrática. Não nos referimos à indignação como sentimento egoísta e individual, "reação de cólera ou desprezo a algo considerado uma injustiça contra si" (Houaiss, 2001), mas como um sentimento compartilhado, solidário e politizado. A indignação que sai da esfera privada do "indignar-se" e, passa a integrar o **público**, inspirando mobilizações e intervenções coletivas. Este salto do indivíduo à coletividade representa a subjetividade num movimento concreto e concertado. Entendemos que esse processo, somente exercerá seu potencial de democratização e justiça social, se a ação pública e coletiva for seguida pelo processamento e qualificação de suas demandas e na elaboração de respostas políticas efetivas. Apoiamo-nos em Marques (2013), como uma síntese, para caracterizar um ciclo virtuoso: I) a **indignação coletiva** contra um ato considerado injusto; II) a expressão pública e coletiva dessa indignação por meio de sua **denúncia;** III) a elaboração concertada de uma resposta alternativa ao contexto desumanizador contra o qual se dirige a indignação, entendida, aqui, como **anúncio**

15 Para mais informações, acessar: Bello, Luciane. *Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/35089

de outras possibilidades, aptas a reverter, superar a indignidade inicial; IV) a **resposta do Estado,** a partir do processamento dessa denúncia/anúncio.

Os desafios de uma democracia de alta intensidade segundo Santos (2007), significa transformar as relações de poder em relações de autoridade partilhada. Nesse sentido, é fundamental fortalecer as diferentes formas de organização da sociedade civil, com suas articulações possíveis, numa perspectiva de controle público do Estado e suas políticas pela cidadania ativa.

Este processo é virtuoso e transformador, na medida em que o tempo e a acumulação de experiências elevam a capacidade e a qualidade de propostas da sociedade civil para imprimir uma agenda propositiva aos governos. Assim, podemos viabilizar a intensificação da democracia na América Latina e Caribe, balizada pelas diferentes experiências e pensamentos em ação que tem como espaço/tempo de encontro a Universidade Pública na primeira década do século XXI.

Referências bibliográficas

Alexis, Jacques Stéphen (1970), «Prolégomènes à un manifeste du réalisme merveilleux des Haïtiens». *Dérives*. Montréal, 12, 245-271. Versão em português disponível em http://www.ufrgs.br/cdrom/alexis/jalexis.pdf, com acesso em 13 de janeiro de 2013;

Colbert, Ronald (2002), "Tentative de Mise em Cuope réglée de l´Université d´Etat d´Haiti. Análise publicada" em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d´information* em 29 de Julho. Consultado a 10.01.2013 em http://www.alterpresse.org/spip.php?article948

CONSEIL DE L´UNIVERSITÉ D´ETAT D´HAITI (2003), "Lettre à la Nation" em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d´information*. Porto Príncipe – Haiti, 15 de Dezembro. Consultado a 10.01.2013 em http://www.alterpresse.org/spip.php?article947

Courtine-Denamy, Sylvie (2004), *O cuidado com o mundo: Diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG;

Dos Anjos, José Carlos Gomes (2012), "A religiosidade afro-brasileira e a política de reserva de vagas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul", in Jocélio Teles Santos (org), *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO, 183-208.

Freire, Paulo (1978), *Cartas à Guiné-Bissau.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Front De Résistance Pour L´Indépendance et L´Autonomie De L´Ueh, (2003), "Cadre de discussions sur la Réforme de l´UEH", Pourt-au-Price-Haiti, 20 mai 2003. Consultado a 03.01.2013 em http://www.alterpresse.org/spip.php?article506.

Glissant, Édouard (1989), "Espaço fechado, palavra aberta" *Estudos Avançados,* 3(7),

159-169. Consultado a 09.12.2012 em http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S010340141989000300009&lng=en&nrm=iso.

Gotson, Pierre (2002), "Crise de l'Université: appel à la solidarité et maintien de la mobilisation", *AlterPresse – Réseau Alternatif haitien d´information*. Porto Príncipe - Haiti, 15 de Outubro de 2002. Disponível em: http://www.alterpresse.org/spip.php?article108 acesso em 10 de janeiro de 2013;

Houaiss, Antônio (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Kosik, Karel (2002), *A dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra,

Maffesoli, Michel (2008). *Elogio da razão sensível*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Marques, Pâmela Marconatto (2013), *Pelo direito ao grito: as lutas silenciadas da Universidade Pública Haitiana por reconhecimento, independência e democracia*. Dissertação de mestrado em Educação pela UFRGS. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70615/000878272.pdf?sequence=1

Maturana, Humberto (2011), "Os jovens estão à procura de dar sentido a suas vidas". Página consultada em 8\09\2013 em http:\translate.google.pt.

Morales, Alexis Córtes (2011), "Juventude.br", *Revista Teórico e Política do Centro de Estudos e Memória da Juventude*, 5, 1-6. consultada a 08.06.2013, em http://www.academia.edu/1495700/O_que_ha_de_novo_no_Movimento_Estudantil_Chileno.

Munanga, Kabengele (org.) (1996), *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo, Edusp.

Munanga, Kabengele (2004). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. Belo Horizonte, Autêntica.

Oliven, Arabela C (2006), "Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras: uma Questão Política, um Desafio Pedagógico" *in* M.E.D.P. Franco; E. D. Krahe (orgs), *Programa de ações afirmativas da UFRGS: 2008-2012*/ UFRGS- Editora UFRGS, Porto Alegre.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, São Paulo: Editora Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social,* São Paulo: Boitempo.

Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos.* São Paulo, Cortez.

Santos, Milton de Almeida (1996), *Por uma Geografia Cidadã: Por uma epistemologia da Existência*. Porto Alegre.

A UNILA COMO UM PROJETO DE UNIVERSIDADE CONTRA HEGEMÔNICA[1]

Manolita Correia Lima[2]
Gisele Ricobom[3]
Claudia Cristiane dos Santos Silva[4]

Resumo

No contexto da sociedade intensiva em conhecimento é desconcertante colocar a Educação e a Universidade em dúvida. Até que ponto a política de educação superior do Governo Lula gerou condições favoráveis à criação de universidades públicas orientadas por projetos contra hegemônicos? Seria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) expressão desse esforço? O ensaio aprofunda os contornos da crise que se instala na educação e a emergência de concepções de universidade orientadas por projetos de instituições universitárias contra-hegemônicas. Para tanto, ressaltam-se as características que fazem da Unila uma instituição diferenciada, ponderando os limites de suas possibilidades de romper com a crise da Educação e da Universidade.

Palavras chave: Crise da educação, Crise da universidade, Política pública para educação superior, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Abstract

In the context of knowledge intensive society seem bewildered to put Education and the university in doubt. To what extent did higher education policy adopted by the Lula government lead to the conditions of the creation of public universities orientated by counter-hegemonic projects? Would be the Federal University of Latin American Integration (Unila) a representation of this effort? This paper deepen the contours of the crisis in education and the emergence of university conceptions orientated towards a university counter-hegemonic project. Therefore, it highlight the features that make Unila a distinguished institution, assessing the limits of its chances to break up with the crisis of education and university.

Keywords: Education crisis, University crisis, Public policy for higher education, Support Program of Federal Universities Restructuring and Expansion Plans, Federal University of Latin American Integration

Resume

En el contexto de la sociedad del conocimiento intensivo parece intrigante poner Educación y la universidad en cuestión. Hasta que punto la política de educación superior adoptada por el gobierno Lula llevó a la condición para la creación de universidades públicas dirigidas por proyectos contrahegemónicos? Sería la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (Unila) una representación de este esfuerzo? Este artículo profundizan los contornos de la crisis que se ha producido en la educación y el surgimiento de las concepciones de la universidad porque se guían por proyecto de universidad contra-hegemónica. En esa dirección, el propósito de este texto es recalcar las características que hacen de la UNILA una institución distinta, analizando los límites de su capacidad de romper con la crisis de la educación y la universidad.

Palabras clave: Crisis de la educación, Crisis de la universidad pública, La política pública para la educación superior, Programa de apoyo de planes de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales, Universidad Federal de Integración Latinoamericana

---

1 O ensaio reúne as primeiras reflexões derivadas de uma pesquisa financiada pelo Cnpq e apoiada pelo CAEPM. Em um próximo texto a problematização será aprofundada com a interpretação de dados resultantes de um questionário direcionado aos estudantes internacionais vinculados à Unila.

2 Graduação em Ciências Sociais (Université de Paris III), Mestrado em Sociologia (Université de Paris VII) e Doutorado em Educação (Universidade de São Paulo).

3 Graduação em Direito (Universidade Federal do Paraná), Mestrado em Direito (Universidade Federal de Santa Catarina) e Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento (Universidade Pablo de Olavide).

4 Graduação em Turismo (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e Mestrado em Gestão Internacional (ESPM).

Introdução

O levantamento da literatura publicada em línguas coloniais mais recorrentemente utilizadas identifica autores e obras que não economizam análises cujo teor delineia os contornos de uma crise que se instala na Educação. Enquanto alguns autores aprofundam a reflexão sobre a referida crise considerando o sistema de educação, outros se atêm às instituições educacionais ou aos atores sociais implicados.

No contexto da sociedade intensiva em conhecimento parece desconcertante colocar a Educação e particularmente a Universidade em dúvida. Isso remete a algumas questões de fundo. A crise que se instala na educação, particularmente na universidade, corresponde uma crise mais ampla? Não seria a Educação, particularmente a Universidade, importante peça na engrenagem que integra um processo de renovação social? A concepção de universidade que serviu de referência na expansão do sistema universitário para o Novo Mundo (*novi orbis*) e que tem servido de referência na intensificação do processo de internacionalização do ensino superior não dá sinais de esgotamento e sinaliza a urgência na formulação de um outro projeto para a Universidade? Até que ponto a política de educação superior adotada durante o Governo Lula gerou condições que favoreceram a criação de universidades públicas diferenciadas porque orientadas por projetos contra-hegemônicos? Seria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) um caso revelador desse esforço de revitalização do sentido público da universidade?

As reflexões reunidas neste ensaio acadêmico aprofundam os contornos da crise que se instala na educação, para em seguida se debruçar sobre a emergência de concepções renovadas de universidade porque orientadas por valores e práticas inscritos em um projeto de uma instituição universitária que se afirma contra-hegemônico. Nessa trilha, o objetivo do texto reside em ressaltar as características que fazem da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) uma instituição diferenciada, problematizando os limites de sua possibilidade de romper com a crise da educação e da universidade. Para tanto, em um primeiro momento se apresentará apontamentos doutrinários sobre os elementos que configuram a crise na educação, para então compreender o contexto da Unila e seu significado na propositura de uma universidade emancipadora.

Os contornos da crise na educação e sua repercussão sobre a Universidade

Transformações recentes têm influído sobre o ambiente educacional e colaborado para imprimir uma aparência caótica à educação na medida em que desencadeiam problemas inéditos e desafios complexos. Exemplos disso seriam a crise e mudança observadas nos paradigmas científico e pedagógico (Pereira, 2002); a revolução na tecnologia da informação imprimindo velocidade à geração e difusão do conhecimento (Castells, 1999); a revolução dos meios de transporte favorecendo o fluxo internacional de pessoas (Urry, 2007), particularmente de acadêmicos (Lima; Contel, 2011); as mutações no mercado de trabalho e

crescente exigência de qualificação (Antunes e Alves, 2004; Pochmann, 2005); a emergência de políticas de inclusão no ensino superior e a repercussão sobre a heterogeneidade de instituições, estudantes e professores (Speller; Robl; Meneghel, 2012); a transformação das estruturas familiares na direção de família monoparentais e o empobrecimento material e emocional dos jovens, além da proliferação do uso de drogas lícitas e ilícitas (Lessard e Tardif, 2013). Estes aspectos repercutem sobre a razão de ser das universidades, o exercício profissional e os percursos da carreira docente, as expectativas que embalam estudantes e respectivas famílias sobre a formação universitária. Indícios desse fenômeno foram problematizados, tanto no âmbito dos estudantes, quanto dos professores, das instituições e do sistema educacional.

Na década de 1980, sobretudo de 1990 em diante, as publicações revelam o mal-estar que se instala no ambiente educacional. Em 2004, Marc Le Bris publica o livro «*Et vos enfants ne sauront pas lire... ni compter!*» cuja ênfase reside na crescente diminuição do repertório dos estudantes ingressantes nas instituições educacionais, em virtude do crescente acesso à escola. Por outro lado, em 2010, Peter Gumbel publica o livro «*On achève bien les écoliers*» e chama atenção para o nível de estresse a que os estudantes estão submetidos, uma vez que a sociedade antecipa cada vez mais a educação formal, sobrecarregando os jovens com currículos ricos em conteúdo e pobres em sentido. Em 2012, ao publicar o livro «*Des élèves malades de l'école: révélations sur une médicalisation abusive*», Évelyne Tschirhart detalha os resultados de uma investigação que associa os problemas comportamentais dos estudantes à perda de sentido das instituições educacionais. As salas de aulas estariam povoadas de "alienígenas", como sugerem Beill Green e Chris Bigum (1995:213)? Mas, quem seriam os alienígenas, os estudantes ou os professores?

Do final dos anos 1980 em diante, a publicação de quatro livros ajuda a se perceber que o mal-estar dos docentes ultrapassa a ideia de fronteira: enquanto Véronique Bouzou (França) assina o texto «*Ces profs qu'on assassine*»; Charlotte Charpot (Bélgica) assina o texto intitulado «*Madame, vous êtes une prof de merde! Quand enseigner devient un enfer*»; José Manuel Esteve Zarazaga (Espanha), por sua vez, propõe um diagnóstico da situação docente em "*El malestar docente*»; e Jussara Paschoalino (Brasil) analisa as razões que têm contribuído para o desencantamento dos professores em "*O professor desencantado: matizes do trabalho docente*".

Nesse contexto, compreensivelmente, as instituições educacionais são retratadas de forma preocupante. Em texto de 2005, Jean-Paul Brighelli vislumbra o fim da escola ao publicar «*La fabrique du crétin – la mort programmée de l'école*». Em 2007, Alain Finkielkraut publica «*La querelle de l'école*»; no mesmo ano, Laurent Lafforgue e Liliane Lurçat (2007) organizam obra intitulada «*La débâcle de l'école: une tragédie incomprise*». Um ano depois, Mara Goyet (2008) escreve «*Tombeau pour le collège*» e no mesmo ano, o mercado editorial publica dois textos emblemáticos: um de Michel Segal (2008) nomeado «*L'autopsie de l'école republicaine*?» e o outro se trata de obra coordenada por Claude Carpentier intitulada «*L'école dans un*

monde en crise – entre globalisation et héritage». Nesse último caso, o conteúdo aprofunda a situação da educação em países periféricos e semiperiféricos que têm em comum um passado colonial: África do Sul, Argélia, Brasil, Camboja, México, Romênia, Ruanda, e Turquia. Em 2011, Didier Fischer problematiza se ainda é possível salvar a escola ao publicar «*Peut-on sauver l'école de la République*?».

Há autores que situam a referida crise no âmbito do sistema educacional. Em 1995, Neil Postman publica «*The end of education - redefining the value of school*». Em 2006, Rui Canario coloca em dúvida determinada concepção de escola ao questionar se «*A escola tem futuro?*», embalado por um exercício que transita da problematização crítica acerca *das promessas e das incertezas* vividas pela instituição e evolui para reflexões propositivas, capazes de apontar novos sentidos para a escola. Em 2010, enquanto Émilie Sapielak publica «*L'école de la honte. La bête noire des enfants, l'angoisse des parents, le cauchemar des serviteurs de l'État*»; Claire Mazeron assina o livro «*L'autopsie du mammouth. L'éducation nationale respire-t-elle encore*?». Os professores, por meio dos textos publicados, explicitam suas desconfianças no futuro da escola embalados por claro desencantamento em relação à educação, simultaneamente sinalizam a necessidade de se implantar medidas que ultrapassem os limites de reformas pontuais.

As universidades estariam resguardadas do processo de desencantamento que assola a educação? Definitivamente, não! Em 1983 Laurent Schwartz publica «*Pour sauver l'université*» e não poupa críticas ao que nomeia de "imobilismo" da instituição. Quatro anos depois (1987), Philippe Lucas escreve «*L'université captive*». Em 1995, Michel Freitag publica «*Le naufrage de l'université*» e Boaventura de Sousa Santos dedica um capítulo do livro «*Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna*» aos contornos da crise enfrentada pela universidade pública a partir de três vetores: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional. Em 1997, Bill Readings publica "*The university in ruins*"; no mesmo ano a Association de Réflexion sur les Enseignements Supérieurs et la Recherche assina o livro intitulado «*Quelques diagnostics et remèdes d'urgence pour une université en péril*».

Em 2006, Aline Giroux coloca em dúvida o destino da universidade contemporânea em «*Le pacte faustien de l'université*». No mesmo ano, Guy Burgel publica «*Université, une misère française*» e um ano depois Christophe Charle e Charles Soulié (2007) dirigem a obra colegiada «*Les ravages de la 'modernisation' universitaire en Europe*» em que os autores discutem os desafios enfrentados pela universidade na Alemanha, Espanha, França, Grã Bretanha, Grécia, Itália, e Japão. Se em 2008 Alain Renaut questionava o futuro das universidades em «*Quel avenir pour nos universités*?» é porque não conseguiu propor alternativas para a questão que discutiu seis anos antes (2002): «*Que faire des universités*?». Em 2009, o importante periódico «Revue du Mauss» dedica uma edição temática à discussão da questão «*L'université en crise, mort ou résurreition*?».

Em 2011, inspirado pelas reflexões derivadas de uma vida dedicada à universidade, Jordi Llovet escreve «*Adiós a la universidad – el eclipse de las humanidades*», cujo conteúdo aprofunda questões relativas a uma concepção de universidade que perdeu o sentido. Sentido que a academia buscou imprimir em textos que se tornaram referência obrigatória para os estudiosos desta instituição, a exemplo de: "*O conflito das faculdades*" de autoria de Emmanuel Kant; "*A ideia de universidade*", de Karl Jaspers; "*Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim*", de Wilheim Von Humboldt; "*Plano dedutivo de uma instituição de ensino superior a ser edificada em Berlim*", de Johann Gottlieb Fichte; "*O futuro de nossos estabelecimentos docentes*", de Friedrich Nietzsche; "*A ideia de universidade*", de Jürgen Habermas; "*A ideia de uma universidade*", de John Newman, entre outros. Sentido possivelmente reivindicado por uma legião de estudantes, acadêmicos e profissionais da área de Economia quando colocam em dúvida o desenho do currículo dos cursos de Economia, oferecidos por universidades internacionalmente respeitadas (Oliveira, 2013).

A universidade latino-americana e a universidade brasileira foram poupadas dessa crise? Novamente, a resposta é não. Três coletâneas revelam que o mal-estar também está presente nos trópicos, evidenciado que a crise que se instala na educação não é um fenômeno isolado, afinal a matriz da universidade exportada para Novo Mundo é a mesma. Assim sendo, em 1999, inspirado pelas reflexões de Bill Readings (1997) e perplexo com a política de educação superior adotado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, Hélgio Trindade organiza a coletânea «*Universidade em ruínas, na república dos professores*»; em 2000, José Dias Sobrinho e Dilvo Ilvo Ristoff organizam a coletânea «*A universidade desconstruída, avaliação institucional e resistência*»; e em 2001, Pablo Gentili também recorre a uma metáfora e organiza «*Universidades na penumbra*: neoliberalismo e reestruturação universitária».

Em 2003, o então ministro da educação no Brasil (Cristovam Buarque) divulga o texto «*Universidade numa encruzilhada*» e inaugura o seminário «*Universidade: por que e como reformar*?» na expectativa de mobilizar os acadêmicos brasileiros para um debate propositivo acerca dos rumos da universidade. Nessa ocasião, experientes acadêmicos, tais como Jorge Werthein, Marilena Chauí, Eduardo Portella, Carlos Vogt, Renato de Oliveira, Luiz Antônio Cunha, Edson Nunes, Hélgio Trindade, entre outros, expuseram as suas reflexões sobre a crise da universidade e apontaram horizontes possíveis para a instituição.

As metáforas associadas à universidade convergem no diagnóstico uma vez que todas têm em comum as consequências dos "ventos do progresso" (Chauí, 2001). Nos termos da autora (2001:190), a concepção de universidade clássica, orientada pelo conhecimento, é descaracterizada quando a Instituição passa a se orientar pelo mercado, ganhando a expressão de uma "universidade funcional" (anos 70). Em seguida, ao se orientar pela lógica empresarial, a Instituição adquire os contornos de "uma universidade de resultados". Finalmente, volta-se para si mesma e ganha feições de uma "universidade operacional" (anos 90). Contudo, isso não significa um retorno a si, mas uma perda de si mesma, esclarece

a autora. Referenciando Michel Freitag (*Le naufrage de l'université*, 1995), Marilena Chauí adverte que esse processo promove uma transformação estrutural da universidade uma vez que ela perde as características de uma instituição social e ganha as feições de uma organização social, subordinada à lógica do capital. Possivelmente o mal-estar que mobiliza acadêmicos de variadas cores e filiações seja reflexo do que Sheila Slaughter e Larry L. Leslie (1997) definiram como "*academic capitalism*". Assim sendo, caberia questionar: a universidade carece de uma reforma, como preconizou Cristovam Buarque ou de uma revolução capaz de criar condições que favoreçam a reinvenção da universidade enquanto instituição social?

A crise na educação e sua repercussão sobre o sentido da universidade

Apesar do aumento exponencial da demanda por ensino superior (enquanto em 1970 se contava 28,6 milhões de estudantes, em 2007 esse número saltou para 152,5 milhões (Unesco, 2009), com a reforma do Estado e a ampliação da influência das agências multilaterais sobre a educação mundial, as políticas públicas têm sinalizado a incapacidade de o Estado arcar sozinho com o investimento requerido pelo ensino e pela pesquisa. Isso tem levado os países centrais a evoluírem na direção da pós-massificação: na América do Norte e Europa Ocidental, em 37 anos (de 1970 a 2007), a matrícula no ensino superior mais que duplicou, passou de 30% para 71% (Unesco, 2009).

No esforço de preservar os respectivos sistemas de educação superior e a credibilidade acadêmica historicamente alcançada, as instituições públicas têm buscado alternativas que permitam a diversificação das fontes de recursos financeiros, na direção do autofinanciamento. Exemplos disso seriam a exploração intensiva da capacidade de trabalho dos professores/pesquisadores; a diversificação do portfólio de serviços educacionais oferecido; a conquista de novos mercados educacionais, em âmbito mundial etc. Enquanto as universidades de pesquisa comercializam a capacidade de geração de ciência e tecnologia e ampliam o número de patentes; as universidades de ensino atraem estudantes solvíveis no competitivo mercado mundial do ensino superior (Charle *et al*., 2004). Entre os países periféricos e semiperiféricos o reflexo disso tem sido um processo de privatização acelerado (Lima; Contel, 2011). Na medida em que, gradativamente, a universidade estatal perde o caráter público e seu vínculo com um projeto de nação, retorna a si mesma para sobreviver, constrangida por uma globalização hostil ao público e ao democrático (Genro, 2004).

Entretanto, os formuladores da agenda mundial de educação mobilizam as lideranças mundiais, promovem reuniões e divulgam relatórios cujos conteúdos reafirmam as exigências de uma sociedade intensiva em conhecimento e ressaltam as responsabilidades que recaem sobre a educação, a universidade e os professores. Curiosamente, indícios apontam para o crescente desinteresse dos jovens pelos estudos. No caso brasileiro, os números sinalizam retração da matrícula no Ensino Médio, crescimento da evasão no Ensino Superior, e elevação

do contingente daqueles que não estudam, nem trabalham, tampouco procuram emprego. Em dois anos (2009-2011), a parcela de estudantes de 15 e 17 anos caiu de 85,2% (2009) para 83,7% (2011) (Pnad/IBGE, 2012). Levando em conta o Ensino Superior, entre 2010 e 2011, aproximadamente um milhão de estudantes não renovou a matrícula (18%). O quadro é mais nebuloso quando se leva em conta o número de jovens que não estuda, trabalha ou procura emprego: a edição 2009 – 2012 da pesquisa do Pnad (IBGE, 2013) revela que eles representam 19,5% (5,3 milhões) dos 27,3 milhões de jovens entre 18 e 25 anos. A perda de sentido dos estudos para o jovem corresponde a uma das razões desse fenômeno e chama atenção porque sem a mobilização do aprendente, não ocorre aprendizagem, tampouco renovação pelo conhecimento (Almeida Filho, 2007).

A referida perda de sentido resulta da combinação de fatores externos e internos às instituições educacionais. Atendo-se a fatores internos, chama-se atenção para a escolha prematura da profissão (Mello, 2002); o tipo de seleção dos ingressantes; a predominância de desenhos curriculares congelados em grades curriculares e alheios aos interesses dos estudantes (Demo, 1998); a redução dos estudantes a "baldes" a serem preenchidos com conteúdos enlatados em livros textos (Machado, 2009); o uso de estratégias de ensino que reforçam a ciência como produto e desconsideram a ciência enquanto processo (Not, 2003); a crescente desvalorização social do diploma universitário; a presença de professores competentes em suas áreas de expertise, mas pedagogicamente frágeis (Masetto, 2003), e politicamente silenciosos (Chauí, 2006).

É nesse contexto que se deseja compreender projetos de universidades que desde a origem há compromisso em fazer sentido para os atores sociais implicados, mesmo que para isso tenha que dar as costas para a universidade que transitou entre os interesses dos Estudantes, da Igreja, do Estado, e recentemente do Mercado. Universidades que levem em conta a qualidade formal e política (Demo, 1998) e, por isso mesmo, além de contribuir para o desenvolvimento de competências transversais, seja capaz de colaborar para a inclusão social, influir sobre os rumos da transformação social pela emancipação dos sujeitos, contribuindo para a emergência de um ambiente marcado pela globalização solidária e cooperativa.

O REUNI – criando universidades com potencial de transformar a sociedade

Apesar da criação tardia da universidade brasileira, é possível afirmar que o sistema universitário do País conta com instituições consolidadas na medida em que transitam entre ensino e pesquisa nos diversos campos do saber, oferece cursos de graduação, mestrado e doutorado, investe em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Chama-se atenção para o fato de desde a sua origem, as universidades brasileiras se orientarem por concepções estranhas à realidade social, cultural, política e econômica do País, uma vez que teve como fontes de inspiração as concepções de universidade que se cristalizaram entre os países coloniais da Europa Ocidental, particularmente a lusitana e a franco-alemã (Cunha, 2007). O fato de a universidade brasileira não ter sido contaminada pelos ideais que deram lastro a

reforma universitária de Córdoba (Bernheim, 2008) é muito revelador da influência exógena a que esteve exposta desde o seu nascedouro.

Corroborando a tese de que a "*reforma da universidade é o mesmo que a reforma social*" (Roca, 1978 *apud* Rubião, 2013:111), em uma aula magna proferida na Universidade Federal de Juiz de Fora, o ministro da pasta da educação, Tarso Genro, assegura que "a orientação do Presidente Lula é no sentido da retomada do crescimento e da recomposição das funções públicas do Estado". Evidência disso reside na adoção de uma política de fortalecimento da universidade pública com a criação de diversos programas a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)[5]. O referido programa se compromete a acelerar o crescimento do ensino superior público no País, gerando condições que favoreçam a expansão física e a renovação acadêmico e pedagógico na rede federal de educação superior. Apesar de as mudanças na educação serem conhecidamente lentas, essa iniciativa já aponta para resultados quantitativos e qualitativos. Com os recursos canalizados para o Reuni, o Governo federal tem conseguido ampliar o sistema universitário público com a criação de novas universidades e *campi* universitários, promovendo não apenas a ampliação de vagas no sistema público, mas a sua interiorização. Com isso reduz as assimetrias existentes entre as regiões Norte e Sul (Quadro 1). Atualmente o País conta 63 universidades federais e 321 *campi,* distribuídos em 272 municípios.

5 Ele faz parte das ações derivadas do Plano de Desenvolvimento da Educação. Foi criado em 2007, durante o Governo Lula e regulamentado pelo Decreto nº 6.096.

Universidades	Cidade / Estado	Ano de criação
Universidade Federal do Tocantins	Palmas/TO*	2000
Universidade Federal do Vale do São Francisco	Petrolina/PE*	2002
Universidade Federal do ABC	Santo André/SP	2005
Universidade Federal de Alfenas	Alfenas/MG*	2005
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba/MG	2005
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Diamantina/MG*	2005
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Mossoró/RN*	2005
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Curitiba/PR*	2005
Universidade Federal da Grande Dourados	Dourados/MS	2005
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Cruz das Almas/BA*	2005
Universidade Federal do Pampa	Bagé/RS*	2008
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Porto Alegre/RS	2008
Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira	Redenção/CE	2009
Universidade Federal do Oeste do Pará	Santarém/PA*	2009
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Foz do Iguaçu/PR	2010
Universidade Federal do Cariri	Juazeiro do Norte/CE	2013
Universidade Federal do Sul da Bahia	Itabuna/BA*	2013
Universidade Federal do Oeste da Bahia	Barreiras/BA*	2013
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Maraba/PA*	2013

Quadro 1 – Universidades Federais Recentemente Criadas (2000 – 2013).
Fonte: Pesquisa realizada nos sítios das universidades (2014) *Universidades multicampi

Nesse ambiente marcado pelo resgate das funções públicas do Estado emerge um movimento em prol da renovação da universidade pública brasileira, liderado por acadêmicos com reconhecida experiência em gestão universitária. Os professores Hélgio Trindade[6], Paulo Speller[7], Dilvo Ilvo Ristoff[8], Naomar de Almeida Filho[9] seriam exemplos do que se deseja chamar atenção. Nas palavras de Almeida Filho (2008:172), "precisamos construir no Brasil um tipo diferente e renovado de instituição acadêmica, capaz de atuar como um instrumento de integração social e política entre os países, culturas e povos, em contraposição aos efeitos perversos do globalismo". O que dizer da dimensão qualitativa dessa iniciativa? Algumas universidades já consolidadas – a exemplo da Universidade Federal da Bahia – e as universidades recém criadas – a exemplo da Federal do ABC (2005), Federal do Pampa

6 Link de acesso ao CV Lattes do professor Trindade: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4788228J3
7 Link de acesso ao CV Lattes do professor Speller: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4787372J4
8 Link de acesso ao Cv Lattes do professor Ristoff: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783330A4
9 Link de acesso ao CV Lattes do prof. Almeida Filho: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783580U6

(2008), Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (2009), Federal da Integração Latino-Americana (2010), Federal do Sul da Bahia (2013), entre outras – têm se destacado frente a determinação da equipe responsável pela concepção e implantação do projeto de criação em colaborar para o fortalecimento de um sistema universitário que leve em conta a realidade brasileira e se nutra pelo desejo de influir na transformação dessa realidade. Nos limites deste texto será aprofundado o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

UNILA – UMA INSTITUIÇÃO SOLIDÁRIA E CONTRA-HEGEMÔNICA

A Unila foi criada em 2010 com a responsabilidade de pensar a universidade a partir da realidade latino-americana, ao mesmo tempo em que se alinha à política educacional voltada à interiorização e expansão do ensino superior público no Brasil. A Instituição também reflete a retomada do processo de integração latino-americano, promovido pelo protagonismo brasileiro na região, que adotou como estratégia de sua política externa a valorização do continente e da cooperação Sul-Sul, como forma de garantir maior primazia do Brasil nos temas da agenda mundial, buscando maior independência em relação aos tradicionais parceiros comerciais da Europa e América do Norte. Coerente com as motivações expostas, a missão da Unila consiste em

> contribuir por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, próprias das instituições universitárias, para uma América Latina mais justa, plural, democrática e solidária, procurando desenvolver (através do conhecimento) uma cultura de integração entre os povos latino-americanos que valorize o estudo de questões sociais, econômicas e culturais, em áreas de interesse comum à região e a inserção soberana do continente no contexto internacional. (IMEA, 2009:19).

Assim sendo, compromete-se a implementar um projeto que tem como princípios estruturantes o bilinguismo, adotando o português e o espanhol com línguas oficiais; a diversidade expressa pela meta de acolher estudantes brasileiros e estudantes provenientes dos demais países latino-americanos, além da abertura da Instituição a docentes brasileiros e internacionais; a inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão, com destaque para a formação interdisciplinar e a articulação com o social (IMEA, 2009). Frente ao exposto, a Unila seria um projeto que aproxima os interesses dos ministérios da Educação e das Relações Exteriores?

Como proposta de organização curricular, todos os cursos oferecidos são concebidos a partir de núcleos temáticos, partindo de um ciclo de formação geral comum, para o conhecimento sobre a América Latina, adotando abordagem interdisciplinar, e contando com o suporte de tutoria e co-tutoria como mecanismo de interlocução entre professores e estudantes. Coerente com o propósito de colaborar para a promoção da integração regional, a instituição

trabalha para que os cursos de graduação deem ênfase aos temas comuns da América Latina. O ciclo comum objetiva contribuir para fundamentar a construção de uma visão latino-americana numa perspectiva de integração pelo conhecimento e solução de problemas. Na medida em que os acadêmicos priorizarem projetos de pesquisa cujos propósitos estejam voltados para a resolução de problemas estruturais e conjunturais da América Latina, a pesquisa desenvolvida tende a exercer relevância social. (IMEA, 2009)

Os princípios e características da Unila reafirmam os valores ressaltados na Conferência Mundial de Educação Superior (Unesco, 1998). Debates que reafirmaram o compromisso com a promoção da justiça e da equidade social como principal papel da Universidade no século XXI (CMES, 1998). Naquele momento, a Educação foi considerada um bem público e instrumento fundamental para mitigar a desigualdade e fazer prevalecer uma sociedade e cultura de paz. Passados 16 anos, observa-se que essa concepção de universidade se alterou frente à lógica da Educação como produto, resultado dos processos globalizantes em curso.

A 5ª Assembleia da União das Universidades da América Latina (1967) gerou recomendações que sensibilizaram as universidades da região a contribuir para o desenvolvimento do continente latino-americano. Dentre elas, destacam-se o estudo de valores culturais latino-americanos, sua promoção e difusão; a revisão de textos de histórias dos países latino-americanos, a criação de centros de estudos comuns, o intercâmbio de professores e estudantes, e a homologação de títulos universitários entre os países latino-americanos (Trindade, 2012). Recomendações ainda não alcançadas, mas que expressam a centralidade dos valores presentes em uma internacionalização solidária, que deve ser entendida como a forma mais expressiva de uma internacionalização contra-hegemônica, porque não tem preocupação de incluir a universidade nos ranqueamentos internacionais, e sim priorizar uma região marcada pelas mesmas dificuldades quando se leva em conta os desafios intrínsecos às sociedades intensivas em conhecimento. A Unila simboliza a integração solidária na medida em que nasce com vocação internacional e com o compromisso de

> ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (De acordo com a Lei nº 12.189 de 12 de janeiro, artigo 2º).

Quatro anos depois de criada (2014), entre estudantes (1600), professores e demais servidores (400), a Unila reúne aproximadamente 2.000 pessoas. Das 1.600 matrículas efetuadas no período, mais da metade (57%) é de estudantes internacionais, originários da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A matrícula de estudantes brasileiros não ultrapassa 43%. Destas, um pouco menos da metade

(20,7%) se trata de estudantes iguaçuenses. O que estes números revelam? Representantes dos países que integram a região conhecem e apoiam o projeto de criação da Unila? A instituição é favorecida por se localizar em uma cidade fronteiriça? A aproximação com as culturas vizinhas favorece o acolhimento dos estudantes forâneos? A população iguaçuense reconhece a importância política, econômica e social da referida universidade e incentiva os jovens a realizar os cursos oferecidos pela Instituição? A população brasileira conhece pouco as singularidades que caracterizam o projeto de criação da Unila?

No mesmo período, apesar do crescimento do número de cursos oferecidos, do necessário investimento em pesquisa e desenvolvimento de projetos de extensão, o número de professores é modesto e a proporção de docentes internacionais é ainda menor: não ultrapassa 20% do total. Isso apenas revela o tamanho dos desafios enfrentados pela jovem instituição.

A internacionalização solidária se expressa também pela estratégia de mobilidade, cooperação e formação de redes com instituições de ensino latino-americanas, bem como da valorização de publicações e da prática em espanhol, sem ignorar a importância de ampliar a cooperação para outras regiões do mundo e sem desconsiderar a influência da língua inglesa no ambiente acadêmico.

Considerações finais: desafios que ameaçam a implantação do projeto de criação da Unila

As reflexões desenvolvidas reúnem indícios que fortalecem a tese de que a crise que se instalou na Educação, dos anos 1970 em diante, corresponde a uma crise mais ampla, fortemente associada à perda do caráter público e a predominância de interesses privados visíveis na gestão da educação superior. A “universidade funcional” que marcou os anos 70, a “universidade de resultados” que prevaleceu nos anos 80 e a “universidade operacional” que se afirmou dos anos 90 em diante geraram condições que favoreceram a emergência de uma espécie de capitalismo acadêmico. Lógica que atinge não apenas as universidades de pesquisa (Slaughter e Leslie, 1997), mas também impactaram as universidades de ensino (Charle *et al*., 2004; Lima e Contel, 2011). Contudo, frente a um governo determinado a recuperar as funções públicas do Estado, a universidade pública no Brasil ganha fôlego de 2003 em diante e inaugura projetos de universidade cuja razão de ser das jovens instituições combina missão acadêmica com missão social, ampliando as condições que favorecem o fortalecimento de um processo de renovação social.

O ensaio evidencia que a concepção de universidade que serviu de referência na expansão do sistema universitário para o Novo Mundo e que tem servido de referência na intensificação do processo de internacionalização do ensino superior dá sucessivos sinais de esgotamento. E ao sinalizar a urgência de se formular um outro projeto para a universidade, encontra

no Brasil do governo Lula um ambiente favorável porque enquanto em diversas partes do mundo se observa um processo crescente de enfraquecimento do Estado social, associado à diluição negativa das fronteiras entre Estado e Sociedade, no Brasil tem havido algum esforço de percorrer a direção contraria. Mas, levando em conta que a universidade pública no País não é uma universidade de Estado e sim de Governo, é possível que os projetos de criação das universidades que emergiram nos últimos 13 anos estejam ameaçados.

Em uma universidade vocacionada para a integração, a legislação brasileira e a restrição da autonomia universitária geram dificuldades. Os conflitos decorrentes de projetos pedagógicos inovadores e as diretrizes curriculares nacionais, o desafio de adotar uma abordagem interdisciplinar no desenho dos currículos, os entraves às inovações pedagógicas que requerem a presença de professores tutores, a dificuldade de contratar professores internacionais, as resistências ao investimento requerido pelo suporte aos estudantes forâneos, o desafio de adotar uma gestão universitária democrática, os problemas relativos à revalidação de diplomas expedidos são apenas alguns exemplos dos entraves enfrentados pelos atores sociais implicados na etapa de execução do projeto de criação da Unila.

A autonomia e o co-governo, que pautaram a reforma de Córdoba (Bernheim, 2008), é um tema de difícil harmonização. A gestão democrática enfrenta empecilhos legais, mas também encontra resistências internas, principalmente por parte de representantes das áreas de conhecimento menos sensíveis a centralidade do compromisso social. A criação de centros interdisciplinares e a composição paritária do Conselho Superior Universitário constitui significativo avanço, mas considerado insuficiente para enfrentar o movimento de docentes e técnicos que advogam por uma concepção hegemônica de universidade.

Finalmente, a sustentabilidade econômica e a legitimação regional são desafios estruturais que podem impedir a sobrevivência de uma universidade voltada para a integração regional. A primeira porque é fundamental a garantia de assistência estudantil diferenciada, já que se trata de uma universidade inclusiva e por isso mesmo precisa financiar a permanência de estudantes brasileiros e internacionais que de outro modo não teriam acesso à formação universitária; a segunda porque só o reconhecimento de outras instituições de ensino e dos demais estados latino-americanos permitirá a Unila cumprir com a sua vocação. A contrapartida internacional para envio de estudantes é fundamental para o reconhecimento de que não se trata de mais uma universidade brasileira, legitimando assim a sua vocação regional.

Referências Bibliográficas

Almeida Filho, Naomar Monteiro de (2007), *Universidade Nova*: textos críticos e esperançosos. Brasília: UNB; Salvador: UFBA.

Almeida Filho, Naomar (2008), “Universidade Nova no Brasil”, *in* Boaventura de Sousa Santos;

Naomar Almeida Filho. *A universidade no século XXI*: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 79-182.

Antunes, Ricardo; Alves, Giovanni (2004), "As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital." *Educação e Sociedade*, 25(87), 335-351.

Association de Réflexion sur les Enseignements Supérieurs et la Recherche (1997), *Quelques diagnostics et remèdes d'urgence pour une universite en péril*. Paris: Seuil.

Bernheim, Carlos Tünnermann (2008), *Noventa años de la reforma universitaria de Córdoba*: 1918-2008. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Bouzou, Véronique (2009), *Ces profs qu'on assassine*. Paris: Jean-Claude Gawsewitch Éditeur.

Brighelli, Jean-Paul (2005), *La fabrique du crétin*. La mort programmée de l'école. Paris: Jean-Claude Gawsewitch Éditeur.

Buarque, Cristovam (2003), "Universidade numa encruzilhada". *Conferência Mundial de Educação Superior + 5*, UNESCO, Paris, 23-25 de junho.

Burgel, Guy (2006), *Université, une misère française*. Paris: Hachette.

Canario, Rui (2006), *A escola tem futuro*? Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed.

Carpentier, Claude (2008), *L'école dans un monde en crise* – entre globalisation et héritage. Paris: L'Harmattan.

Castells, Manuel (1999), *A sociedade em rede*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Charle, Christophe *et al*. (2004), "Ensino superior: o momento crítico", *Educação & Sociedade*. 25(88), 961-975.

Charle, Christophe; Soulié, Charles (2007), *Les ravages de la «modernisation» universitaire*. Paris: Éditions Syllepse.

Charpot, Charlotte (2009), *Madame, vous êtes une prof de merde*! *Quand enseigner devient un enfer.* Paris: Les Éditions de l'Arbre.

Chauí, Marilena de Souza (2001), *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Chauí, Marilena (2003), "A universidade pública sob nova perspectiva". *Conferência de abertura da 26a Reunião Anual da ANPED*. Poços de Caldas, Outubro. Página consultada a 15.09.2014, em http://www.anped.org.br/26/marilenachauianped2003.doc

Chauí, Marilena de Souza (2006), "Intelectual engajado, figura em extinção" *In* Adauto Novaes, *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo. Cia das Letras.

Cunha, Luiz Antônio Constant Rodrigues da (2007), A *universidade temporã*: *o ensino superior*

da colônia à era Vargas. São Paulo: Editora UNESP.

Demo, Pedro (1998), *Conhecimento moderno*: *sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

Dias Sobrinho, José; Ristoff, Dilvo Ilvo (2000), *Universidade desconstruída*: *avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular.

Fichte, Johann Gottlieb (1999), *Por uma universidade orgânica: plano dedutivo de uma instituição de ensino superior a ser edificada em Berlim, que esteja estreitamente associada a uma Academia de Ciências*. Rio de Janeiro: Eduerj.

Finkielkraut, Alain (2007), *La querelle de l'école*. Paris: Stock.

Fischer, Didier (2011), *Peut-on sauver l'école de la république*? Paris: Ellipses Marketing.

Freitag, Michel (1995*), Le naufrage de l'université. Et autres essais d'épistémologie politique*. Québec: Nuit Blanche Éditeur ; Paris: Découverte.

Genro, Tarso (2004), *Aula Magna proferida na Universidade Federal de Juiz de Fora*, Março. (mimeo)

Gentili, Pablo (2001), *Universidades na penumbra*. *Neoliberalismo e reestruturação universitária.* São Paulo: Cortez.

Giroux, Aline (2006), *Le pacte faustien de l'université*. Québec: Liber Québec.

Goyet, Mara (2008), *Tombeau pour le collège*. Paris: Flammarion.

Green, Beill; Bigum, Chris (1995), "Alienígenas em sala de aula", *in* Tomaz Tadeu da Silva, *Alienígenas em sala de aula* (org.). Petrópolis: Vozes, 208-241.

Gumbel, Peter (2010), *On achève bien les écoliers*. Paris: Grasset.

Humboldt, Wilhelm Von (1979), «Sur l'organisation interne et externe des établissements scientifiques supérieurs à Berlin», *in* Ferry, Luc; Renaut, Alain (sous la dir. de). *Philosophies de l'université.* Paris: Payot.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), *Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Consultada a 03.04.2014, em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2012/default_tab_pdf.shtm

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), *Uma análise das condições de vida da população brasileira.* Consultada a 08.04.2014, em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2013/default_tab_pdf.shtm

IMEA – Instituto Mercosul de Estudos Avançados (2009), *A Unila em construção*. Foz do Iguaçu: IMEA.

Jaspers, Karl; Kurt Rossmann (1961), *Die idee der universität für die gegenwärtige situation.* Berlin: Springer Verlag.

Kant, Emmanuel (1988 [1798]), *Le conflit des facultés*. 4a édition, Paris: Vrin.

Lafforgue, Laurent; Lurçat, Liliane (2007), *La débâcle de l'école*. Paris: François-Xavier de Guibert Éditeur.

Le Bris, Marc (2004), *Et vos enfants ne sauront pas lire... ni compter*! La faillite obstinée de lécole française. Paris: Stock.

Lei n.º 12189/10 de 12 de janeiro de 2010. Diário Oficial da União de 12 de janeiro 2010, Brasília.

Lessard, Claude; Tardif, Maurice (2013), "As transformações atuais do ensino: três cenários na evolução da profissão de professor?" *in* Claude Lessard; Maurice Tardif. *O ofício de professor*: história, perspectivas e desafios internacionais. Rio de Janeiro: Vozes, 256-277.

Lima, Manolita Correia; Contel, Fábio Betioli (2011), *Internacionalização da Educação Superior*. *Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

Llovet, Jordi (2011), *Adiós a la universidad*: el eclipse de las humanidades. Barcelona: Círculo de Lectores.

Lucas, Philippe (1987), *L'université captive*. Paris: Publisud.

Machado, Nilson José (2009), "Imagens do conhecimento e ação docente no Ensino Superior", *in* Selma Garrido Pimenta; Maria Isabel de Almeida (org.). *Pedagogia universitária*. São Paulo: EDUSP, 165-209.

Masetto, Marcos Tarcísio (2003), *Competências pedagógicas do professor universitário*. São Paulo: Summus Editorial.

Mazeron, Claire (2010), *Autopsie du mammouth*. L'éducation nationale respire-t-elle enconre? Paris: Jean-Claude Gawsewitch Éditeur.

Mello, Fernando Achilles (2002), *O desafio da escolha profissional*. São Paulo: Papirus.

Newman, *John Henry* (1968), *L'idée d'université*. *Les discours de 1852.* Ottawa: Le Cercle du Livre de France.

Nietzsche, Friedrich Wilhelm (1973), *Sur l'avenir de nos établissements d'enseignement*. Paris: Gallimard.

Not, Louis (2003), *Ensinando a aprender*: elementos de psicodidática geral. São Paulo: Summus Editorial.

Oliveira, Helena (2013), «O protesto nas universidades por um no ensino de Economia» *Jornal de Negócios*, 30/11/2013. Consultado a 17.09.2014, em http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-protesto-nas-universidades-por-um-no-ensino-da-economia/7/29693

Paschoalino, Jussara B. de Q. (2009), *O professor desencantado*: *matizes do trabalho docente.* Belo Horizonte: Armazém de Ideias.

Pereira, Reinaldo Arruda (2002), *A ciência moderna, a crise dos paradigmas e sua relação com a escola e com o currículo.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Pochmann, Márcio (2005), *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo.

Postman, Neil (1995), *The end of education - redefining the value of school*. New York: Knopf.

Readings, Bill (1997), *The university in ruins*. Cambridge: Harvard University Press.

Renaut, Alain (2002), *Que faire des universités*? Paris: Bayard.

Renaut, Alain (2008), *Quel avenir pour nos universités*? Essai de politique universitaire. Paris: Timée Éditions.

Revue du Mauss (2009), "L'Université en crise. Mort ou résurrection ? », Paris: La Découverte, n° 8.

Rubião, André (2013), *História da universidade* – genealogia para um "modelo participativo". Coimbra: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Pela mão de Alice*. O social e o político na transição pós-moderna. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa; Almeida Filho, Naomar (2008), *A universidade no século XXI*: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina.

Sapielak, Émilie (2010), *L'école de la honte*. La bête noir des enfants, l'angoisse des parents, le cauchemar des serviteurs de l'État. Paris: Éditions Don Quixotte.

Schwartz, Laurent (1983), *Pour sauver l'université*. Paris: Éditions du Seuil.

Schmidt, Benício Viero *et al*. (2000), *Entre escombros e alternativas*: ensino superior na América Latina. Brasília: Editora Unb.

Segal, Michel (2008), *Autopsie de l'école républicaine*. Marceille: Autres Temps.

Slaughter, Sheila; Leslie, Larry L. (1997), *Academic Capitalism*: politics, policies and the entrepreneurial university, Baltimore, Johns Hopkins Press.

Speller, Paulo; Robl, Fabiane; Meneghel, Stela Maria (2012) (orgs.), *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década*. Brasília: Unesco, CNE, MEC. Consultada a 14.09.2014, em http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964por.pdf

Tschirhart, Évelyne (2012), *Des élèves malades de l'école*: revelations sur une médicalisation abusive. Paris: Les Editions de Paris-Max Chaleil.

Trindade, Hélgio (org.) (2000), *Universidade em ruínas* - na república dos professores. 2. Ed. Petrópolis: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDES.

Trindade, Hélgio (2012), "Por um novo projeto universitário: da "Universidade em Ruínas" à "Universidade Emancipatória"", *in* José Geraldo de Sousa Junior. *Da universidade necessária à universidade emancipatória*. Brasília: Unb,89-142.

UNESCO (1998), *Conferência mundial sobre educação superior no século XXI*. Paris: Unesco.

UNESCO (2009), *Recueil des donneés mondiales sur l'éducation*: statistiques comparées sur l'éducation dans le monde, Montreal: Unesco.

Urry, John (2007), *Mobilities*. Cambridge: Polity Press.

Zarazaga, José Manuel Esteve (1987), *El malestar docente*. Barcelona: Laia.

Mobilizações acerca dos direitos sexuais e reprodutivos: organizações não-governamentais e o enfrentamento da criminalização do aborto no Brasil

Ivan Augusto Baraldi[1]

Resumo

A mobilização jurídica e social em torno dos direitos humanos envolve diversos tipos de relações e práticas discursivas, incluindo-se a mobilização a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos e da interrupção voluntária da gravidez. O aborto é considerado crime no Brasil e na grande maioria dos países latino-americanos, podendo ser realizado em poucas situações, e ocasionando a morte de mulheres que se submetem a procedimentos inseguros. Este artigo procura discutir o trabalho de Organizações Não-Governamentais (ONGs) no Brasil que se mobilizam e questionam a criminalização do aborto no país.

Palavras-chave: Brasil; aborto; direitos sexuais e reprodutivos; organizações não-governamentais; mobilização.

Abstract

The legal and social mobilization of human rights involves several types and levels of relationships and discursive practices, including the mobilization about sexual and reproductive health and rights, and the voluntary interruption of pregnancy. However, abortion is considered a crime in Brazil and at most Latin American countries, where it can be performed just in few situations, and where many women die because of unsafe procedures. Thus, this paper seeks to discuss the work of Brazilian Non-Governmental Organizations (NGOs) that have criticized the problems about the criminalization of abortion in the country.

Keywords: Brazil; abortion; sexual and reproductive health and rights; non-governmental organizations; mobilization.

1 Doutorando no Programa "Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI", do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Introdução

O presente trabalho é parte de uma investigação Doutoral em curso no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e se preocupa em articular a discussão em torno do aborto e do acesso à saúde reprodutiva com a mobilização das organizações não-governamentais (ONGs) e perceber como esta mobilização é construída. O objetivo é analisar quais são as estratégias utilizadas por estas instuições para se discutir os direitos sexuais e reprodutivos e as consequências resultantes da criminalização do aborto em três cidades brasileiras: São Paulo, Brasília e Recife.

Parte-se do enquadramento legal sobre o aborto no país, e de alguns casos emblemáticos de engajamentos de ONGs sobre o tema. São abordadas as Conferências Internacionais do Cairo e de Pequim e as respectivas mobilizações das ONGs. A última parte do artigo trata das estratégias de mobilização utilizadas pela ONGs que foram identificadas durante a investigação no Brasil entre 2013 e 2014. A metodologia da pesquisa inclui recolha de dados através de observação participante e entrevistas.

1. Enquadramento da discussão sobre aborto no Brasil

A interrupção voluntária da gravidez (IVG) no Brasil é considerada crime de acordo com o Código Penal de 1940, sendo permitida apenas para salvar a vida da gestante, ou se a gravidez resultar de estupro.[2] Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal Brasileiro (STF) declarou a não incidência do tipo penal "aborto" no caso da interrupção da gravidez por anencefalia,[3] facto que permite à mulher optar pela não continuidade desta gestação sem a necessidade de uma autorização judicial.

A criminalização do aborto, todavia, não tem evitado a prática da conduta, seja no Brasil, seja na quase totalidade dos países sul americanos que também criminalizam a conduta. O elevado número de abortamentos realizados indica a importância da discussão sobre o tema. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o número de abortos inseguros realizados na América do Sul durante o ano de 2008 foi de aproximadamente 2.990.000 (World Health Organization, 2011:19). Durante o mesmo ano, o número de mortes maternas devido a abortos inseguros no continente foi 700 (World Health Organization, 2011:28). É importante ressaltar que a ilegalidade do aborto na região torna mais difícil precisar com exatidão os reais números relacionados às interrupções gestacionais.

2 Artigo 128. Não se pune aborto praticado por médico:
Aborto necessário. I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
Aborto no caso de gravidez resultante de estupro. II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.
Vide: BRASIL. Código penal. Legislação brasileira. São Paulo: Saraiva, 42 edição, 2004.

3 Serrano, Pedro Estevam. *A decisão do STF sobre anencefalia.* Artigo publicado na Revista Carta Capital em 16 de abril de 2012. Vide: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-decisao-do-stf-sobre-anencefalia/ . Acesso em 05 de junho de 2014.

De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde Brasileiro, foram induzidos 1.054.242 abortos no país em 2005. A fonte de dados para o cálculo foram as internações por abortamento registadas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) (Ministério da Saúde, 2009:14). Mostra-se relevante destacar as consideráveis desigualdades sociais e regionais existentes no país, e que os estados da região Norte e Nordeste, que possuem os mais baixos indicadores de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), são também os que apresentam as taxas de abortamento mais altas (Ministério da Saúde, 2008:9). Inclusivamente, em algumas cidades destes estados o aborto inseguro tem permanecido por décadas como a primeira causa de mortalidade materna.

Quando se trata da criminalização do aborto, igualmente se mostra importante realizar uma análise de ordem socioeconómica e racial. De acordo com Leila Barsted, "a criminalização [do aborto] tem elevado as taxas de mortalidade materna especialmente entre as mais pobres" (Barsted, 2007:97), que se submetem ao sistema público de saúde no Brasil, e são perseguidas pela Justiça Criminal, algumas vezes até sendo presas (Cunha *et. al*., 2012:202). Quando se considera a taxa de mortalidade materna em decorrência de aborto, "as mulheres negras estão expostas a um risco três vezes maior do que as brancas" (Freitas *et. al*, 2011:29).

Frente a este quadro, é importante destacar no Brasil o trabalho de organizações não-governamentais (ONGs) que têm colaborado para questionar os problemas referentes à criminalização do aborto, reivindicar a prestação do serviço de abortamento legal nos hospitais públicos, discutir a IVG em caso de malformação fetal gravíssima, e se mobilizar a respeito das temáticas vinculadas à saúde sexual e reprodutiva.

Como exemplos de mobilização de ONGs brasileiras frente à temática do aborto, citam-se três casos de destaque. A partir da metade da década de 1980, o movimento pelo aborto legal passou a reivindicar que os hospitais públicos brasileiros realizassem o aborto legal previsto na legislação penal.[4] A mobilização de diversos atores sociais, incluindo as ONGs, alcançou resultado no debate e efetivação da prestação do serviço médico na rede pública de saúde. O primeiro serviço de atendimento aos casos de aborto legal do país foi implementado na cidade de São Paulo, em 1989, no Hospital Arthur Ribeiro de Sabóia (Hospital do Jabaquara).

Outro momento relevante foi a interposição da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 54-8/DF junto ao STF no ano de 2004,[5] feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). Este instrumento constitucional foi utilizado com o propósito de que a gestante de um feto anencéfalo pudesse optar pela interrupção da gravidez sem recorrer às vias judiciais, e obteve o apoio técnico de uma organização não-

4 "The legal abortion movement sought to institutionalize procedures for hospitals to establish the legality of an abortion. Linking feminist reproductive rights activists and NGOs, doctors, gynecologists, and other health practitioners, members of the media, workers in the Ministry of Health, and some congressmen, the movement has been successful in building public awareness about legal abortion and securing some changes" (Htun, 2003:157).

5 Texto da ADPF na íntegra, vide: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (2004), *Anencefalia e Supremo Tribunal Federal*. Brasília: Letras livres, 69-119.

governamental cuja atuação é voltada para a capacitação em bioética na América Latina.[6]

Por fim, faz-se necessário mencionar um caso que repercutiu nacional e internacionalmente, ocorrido na cidade de Alagoinha, estado de Pernambuco, em 2009. Uma criança de 09 anos de idade, após sofrer abusos sexuais pelo seu padrasto durante um longo período de tempo, encontrava-se em processo gestacional de gêmeos. O aborto legal seria possível tanto pelo contexto da violência sexual, quanto pela gravidez colocar em risco a vida da gestante, de acordo com as análises médicas realizadas. A menina foi encaminhada para um centro médico de referência na capital de Pernambuco, onde a gravidez poderia ser interrompida. Devido à pressão feita pela Igreja Católica o aborto não pode ser realizado. Foi preciso a intervenção e mobilização de duas ONGs de Recife, o Grupo Curumim e o SOS Corpo, para que o direito ao aborto legal fosse garantido em outro hospital público. O arcebispo de Olinda e Recife excomungou os médicos envolvidos no procedimento e também a mãe da menina grávida (Nogueira, 2013:100).

2. Conferências Internacionais e mobilização de ONGs

Todos os indivíduos, homens e mulheres, devem ter autonomia para tomar decisões no que diz respeito ao âmbito da reprodução, segundo Flávia Piovesan (2007). Este entendimento encontra fundamento no facto de os direitos reprodutivos serem direitos humanos reconhecidos pela Conferência Internacional das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (*International Conference on Population and Development –ICPD*), realizada no Cairo em 1994. Consta no texto do Programa de Ação resultante desta Conferência que "a saúde reprodutiva é um estado de completo desenvolvimento físico, mental e bem-estar social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, em todos os assuntos relacionados com o sistema reprodutivo e às suas funções e processos.[7]"

Anita Hardon, ao tratar do Programa de Ação adotado no Cairo, enfatiza a relevância que foi dada aos direitos reprodutivos e à saúde sexual, deixando os objetivos demográficos num patamar de menor importância. A autora relaciona esta modificação ocorrida à mobilização de mulheres e de ONGs:

> [...] the *Program of Action* adopted at the 1994 ICPD placed reproductive rights and reproductive and sexual health at the heart of plans to address population growth. In this way, it decreased the importance of the demographic objectives of population programmes. This change in emphasis can largely be credit to the activism of women working at the

6 Trata-se da ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, que trabalha com ações de *advocacy* junto ao Poder Legislativo e à mídia, baseadas nos princípios da bioética feminista, dos direitos fundamentais das mulheres e da justiça entre os gêneros. Possui sede em Brasília. Vide: http://www.anis.org.br.

7 No original: "§ 7.2. Reproductive health is a state of complete physical, mental and social well- being and not merely the absence of disease or infirmity, in all matters relating to the reproductive system and to its functions and processes". Vide: http://www.iisd.ca/Cairo/program/p07002.html. Acesso em 05 de junho de 2014.

> grassroots level and non-governmental organizations (NGOs) (Hardon, 1997:5).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, (*Fourth World Conference on Women – FWCW*) realizada em Pequim em 1995, também trata dos direitos reprodutivos. A sua Plataforma de Ação explicita que os direitos reprodutivos se traduzem no direito de todos os casais e indivíduos decidirem livre e responsavelmente sobre o número de filhos e quando tê-los. Recomenda aos países a revisão de leis que contenham medidas punitivas contra as mulheres que tenham realizado abortos ilegais.[8]

Verifica-se que também na Conferência de Pequim houve a participação de mulheres e de ONGs, especificamente ONGs feministas, já com articulação melhor estruturada do que no Cairo. Destaca-se, inclusive, um movimento organizado de ONGs feministas latino-americanas que desenvolveram atividades preparatórias pré *FWCW*, desempenhando papel de liderança e também de consultoria sobre questões de política de gênero. A este respeito, segundo Sonia Alvarez:

> Feminist NGOs decidedly took center stage during the Latin American Beijing process. It was these relatively new movement actors (…) who were called in as consultants by ECLAC [Economic Commission for Latin American and Caribbean] and many national governments to provide "expert" input into official preparatory documents; (…) and it was NGOs, according to most women´s movement participants and observers, who dominated the political and organizational dynamics and who controlled the purse strings of the women´s movements´ parallel Beijing preparatory process in Latin America and elsewhere (Alvarez, 1998:308).

Relativamente às ONGs feministas latino-americanas engajadas nas estratégias e atividades pré *FWCW*, é necessário falar da participação de ONGs feministas brasileiras. Foi formada uma aliança nacional: a Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo a Pequim, que organizou um grande número de encontros locais e debates desde o início de 1994 até o primeiro semestre de 1995. O maior evento foi a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras Rumo a Pequim, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1995, com a participação de 700 mulheres de 24 estados do Brasil. Além disto, aproximadamente 300 brasileiras foram à China, no Fórum Paralelo de ONGs em Huairou (*NGO Forum of the FWCW*) que contou com a presença de 1800 mulheres latino-americanas (Alvarez, 1998:309).

Os debates travados no Cairo e em Pequim mostram que a reprodução humana não é apenas

8 No original: "§106. By Governments, in collaboration with non-governmental organizations and employers' and workers' organizations and with the support of international institutions: k) In the light of paragraph 8.25 of the Programme of Action of the International Conference on Population and Development, (…) consider reviewing laws containing punitive measures against women who have undergone illegal abortions". Vide: http://www.un-documents.net/bpa-4-c.htm. Acesso em 05 de junho de 2014.

uma questão demográfica, mas envolve aspectos sociais, políticos e, inclusive, o direito dos indivíduos a optar ou não pela procriação. Outro fator presente na Conferência de 1994 e, principalmente, na de 1995, foi a mobilização de mulheres e ONGs feministas com o intuito de dar visibilidade à agenda política feminista.

Após apresentar este panorama sobre a situação do aborto no Brasil e a mobilização das ONGs acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, o próximo tópico discutirá e analisará as estratégias utilizadas por organizações brasileiras para enfrentar a criminalização do aborto no país.

3. Organizações Não-Governamentais e a discussão sobre aborto no Brasil

ONGs feministas na América Latina começaram a desenvolver suas atividades a partir da década de 1970, durante a Segunda Vaga do Feminismo. Os processos de democratização após as ditaduras militares na região, durante os anos 1980, fortaleceram a profissionalização ou a "ONGuização" de significantes setores dos movimentos feministas latino americanos. De acordo com Sonia Alvarez:

> NGOs have played a central role [...] in producing and circulating innumerable newsletters and publications, organizing issue-focused conferences and seminars, establishing electronic networks and a wide gamut of other communications media [...]. Latin American NGOs have been vital in fashioning and circulating the discourses, transformational goals, and ethical–political principles that are *constitutive* of the movement, even as these are continually contested and resignified by the diverse women who today identify as feminists (Alvarez, 1999:185).

A profissionalização ou "ONGuização" do feminismo no Brasil também ganhou força durante a década de 1980, consolidando-se durante os anos 1990, que foi o período de democratização do país. Os principais temas que preocuparam e motivaram a mobilização das ONGs foram aqueles referentes à saúde sexual e reprodutiva das mulheres e à violência doméstica. As organizações faziam trabalhos e atividades com trabalhadoras rurais, mulheres negras, mulheres portadoras do VIH/Sida, trabalhadoras domésticas, profissionais do sexo, entre outras (Pinto, 2003:97). Segundo Mala Htun, "Brazilian feminist NGOs have, among other activities, worked to educate women on their legal rights, have provided family planning and sex education services, and have trained police officers and judges to better handle cases of violence against women" (Htun, 2002:736).

Esta parte do trabalho tratará da recolha de dados feita no Brasil durante o ano de 2013 e início de 2014 em três cidades: São Paulo (região sudeste), Brasília (região centro-oeste)

e Recife (região nordeste). Os nomes das organizações não-governamentais envolvidas na investigação não serão mencionados em virtude da criminalização do aborto no país. O objetivo é discutir o trabalho desenvolvido pelas instituições sem expô-las a qualquer tipo de risco. O número total de ONGs que fazem parte desta investigação é dez: quatro de São Paulo, duas de Brasília e quatro de Recife[9]. A metodologia utilizada na investigação envolve pesquisa qualitativa através de observação participante e entrevistas.

O principal objetivo da investigação é analisar quais são os tipos de mobilização destas organizações não-governamentais, identificando as estratégias desenvolvidas para lidar com a criminalização do aborto e conscientizar as mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. Os próximos sub-tópicos estãos organizados de acordo com as estratégias identificadas durante o trabalho de campo. Cada ONG pode utilizar apenas uma ou mais de uma estratégia simultaneamente.

3.1 Orientação pessoal sobre saúde sexual e reprodutiva

Este tipo de estratégia consiste na disponibilização pela ONG de uma consulta sobre saúde reprodutiva, por meio da qual a mulher pode conversar e esclarecer dúvidas relacionadas ao seu corpo e à sua sexualidade. Mulheres que procuram por este serviço, geralmente, possuem questionamentos sobre a primeira relação sexual, contracepção, ciclo menstrual, assuntos de natureza ginecológica, ou dúvidas sobre uma gestação não desejada. No que se refere a este último tópico, é importante ressaltar que, embora a prática de um aborto ilegal ser uma conduta criminalizada no Brasil, conversar e clarificar questões referentes à interrupção de uma gravidez é algo permitido. Quando uma mulher procura por este serviço para falar sobre uma gestação indesejada, isto pode se dar em duas situações. A) No caso de uma gravidez resultante de violência sexual. O aborto nesta situação é legalizado no país e realizado por alguns hospitais públicos. Apesar de permitido, é comum existir dúvidas sobre o procedimento ou a vítima ter vergonha de falar e explicar a violência sexual sofrida. Assim, a mulher vai até a ONG para ter uma orientação sobre o que é preciso ser feito, que hospital faz o aborto legal, às vezes procurando também por ajuda psicológica. B) Em caso de interrupção voluntária da gravidez. O aborto voluntário é criminalizado, mas a organização desenvolve a consulta segundo a perspetiva da redução de danos: se a mulher está decidida a interromper a gestação, serão dadas todas as orientações para se proteger a vida e a saúde desta mulher. A ONG não comercializa medicamentos ou provoca abortos, mas dá orientações sobre o uso do misoprostol, caso a mulher tenha o remédio.[10] Este tipo de estratégia tem por objetivo resguardar a mulher das consequências de um aborto inseguro, que é uma grave causa de mortalidade materna.

9 É importante especificar que das quatro ONGs pertencentes à região nordeste do Brasil, três são de Recife e uma de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, localizada a 120 km de Recife. Por causa da proximidade entre as cidades foi possível conhecer a instituição paraibana e o trabalho desenvolvido por seus membros.

10 O nome comercial do misoprostol é cytotec. Este é o medicamento utilizado no aborto farmacológico. A Organização não-governamental holandesa *Women On Waves* tem em seu *website* as informações sobre como provocar um aborto com pílulas, e estas informações estão disponíveis em diversos idiomas, incluindo Português e Espanhol. *Website*: http://www.womenonwaves.org/pt/page/702/how-to-do-an-abortion-with-pills-misoprostol-cytotec.

3.2 Monitoramento de projetos de lei e *advocacy*

Monitoramento de projetos de lei: todos os dias a instituição monitora os *websites* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para averiguar quais projetos de lei relacionados aos direitos das mulheres estão na agenda. A ONG analisa estes projetos e formula as estratégias apropriadas. *Advocacy*: sua abordagem objetiva afetar o painel político local ou nacional, como por exemplo a alteração de uma legislação, ou influenciar a implementação de políticas públicas de que a sociedade necessita. Também importante ressaltar que ao fazer *advocacy,* a organização precisa se ater ao processo de tradução política desta ferramenta na América Latina, que não é uma questão meramente técnica, como seria nos países do norte global, mas sim um fazer nitidamente político, que envolve as realidades econômicas, sociais e culturais da região. De acordo com Marlene Libardoni, *advocacy* envolve "iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil" (Libardoni, 2000:208). *Advocacy* pode ser propositivo, através do qual procura-se expandir ou criar novos direitos para as mulheres, ou reativo, por meio do qual busca-se evitar retrocessos nas garantias e direitos das mulheres.

3.3 Atividades de pesquisa e investigação

Relaciona-se à pesquisa teórica e etnográfica sobre saúde da mulher, ética e bioética. Esta estratégia é utilizada principalmente com o objetivo de fortalecer os estudos e ações em favor dos direitos das mulheres. Em relação ao aborto legal, existem pesquisas procurando melhorar o serviço dos hospitais públicos que realizam o procedimento, e também expandir o serviço para outras cidades que não têm acesso ao tratamento no Brasil. Sobre a interrupção voluntária da gravidez, há investigações apresentando dados e informações sobre os abortos inseguros realizados no país. Há uma ONG, por exemplo, com vasta experiência na pesquisa acerca de aborto em caso de anencefalia, com vários textos publicados e documentários produzidos. Estas atividades de investigação colaboram para se mostrar que, apesar da criminalização do aborto, ele continua sendo realizado e coloca em risco a vida de um grande número de mulheres.

3.4 Educação popular

Esta estratégia procura esclarecer e conscientizar mulheres acerca dos seus direitos, especialmente as mulheres pobres e de pouca escolaridade. Dependendo do contexto, a ONG pode trabalhar em âmbito urbano ou rural, lidando com temas de direitos sexuais e reprodutivos, questões económicas e trabalhistas, desigualdade de género e patriarcado, violência doméstica, entre outros. Há uma ONG que faz trabalhos de capacitação com mulheres de pequenas comunidades, principalmente mulheres católicas, tornando-as "multiplicadoras", que irão compartilhar e multiplicar este conhecimento com outras mulheres. Duas outras ONGs atuam junto à trabalhadoras domésticas e rurais, discutindo questões económicas e sobre sexualidade. Outra organização tem atividades com mulheres negras e pobres

das periferias e favelas de São Paulo. Uma instituição, inclusive, trabalha unicamente com homens jovens e adultos, discutindo masculinidades e paternidades de forma a contribuir para a promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Conclusões

O cenário atual não se mostra muito favorável à descriminalização do aborto no Brasil. Fundamentalismos religiosos e políticos são ameaças aos direitos das mulheres. Um Bloco Religioso composto por representantes das Igrejas Evangélica, Católica e Espírita trabalha no Congresso Nacional Brasileiro fazendo oposição aos avanços em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, principalmente no que se refere à legalização do aborto.

As ONGs estão buscando trabalhar dentro deste contexto, mas estão encontrando dificuldades em fazer progresso no que se refere à descriminalização da IVG, principalmente porque existem poucos aliados políticos no Congresso Nacional a favor da matéria e porque as Agências Financiadoras ou estão diminuindo o valor do financiamento para as ONGs brasileiras ou estão se retirando do país.

Outro facto que tende a agravar a situação refere-se à eleição presidencial no país em 2010. Declarações antigas de Dilma Rousseff favoráveis à descriminalização do aborto quase fizeram-na ser derrotada por seu opositor. A então candidata comprometeu-se a não modificar a legislação penal sobre o tema, mantendo o aborto criminalizado, com o intuito de vencer as eleições. Durante o seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2015, a presidenta parece manter o mesmo posicionamento de não discussão sobre o aborto.

Apesar desta conjuntura, as ONGs feministas brasileiras estão lutando e enfrentando as adversidades, pelos direitos das mulheres em caso de aborto legal, mobilizando-se em várias frentes para evitar retrocessos legislativos em relação ao tema do aborto, e dando visibilidade à agenda política feminista.

Referências

Alvarez, Sonia (1999), *Advocating feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom'*. International Feminist Journal of Politics, 1(2), 181-209. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/146167499359880.

Alvarez, Sonia (1998), "Latin American Feminisms "Go Global": trends of the 1990s and challenges for the new millennium", in Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar (org.), *Cultures of Politics/Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements.* Boulder: Westview Press, 293-324.

Barsted, Leila Linhares (2007), "Direitos Humanos e Descriminalização do Aborto", *in* Flávia Piovesan, Daniel Sarmento (org.), *Nos Limites da Vida: aborto, clonagem humana e eutanásia*

sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 93-110.

Cunha, José Ricardo *et al.* (2012), "Trajetórias de mulheres incriminadas por aborto no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos atores e dos discursos do sistema de Justiça Criminal", *in* Fabiana Luci de Oliveira (org.), *Justiça em foco: estudos empíricos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 177-204.

Freitas, Angela *et al*. (2011), *Aborto: guia para profissionais de comunicação.* Recife: Grupo Curumim.

Hardon, Anita (1997), "Reproductive Rights in Practice", *in* Anita Hardon, Elizabeth Hayes (org.), *Reproductive Rights in Practice: a feminist report on quality of care*. London: Zed Books.

Htun, Mala (2003), *Sex and the State: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Htun, Mala (2002), *Puzzles of Women's Rights in Brazil*, Social Research 69, no 3, 733-751.

Libardoni, Marlene (2000), "Fundamentos Teóricos e Visão Estratégica da Advocacy". *Revista de Estudos Feministas*, 8(2), 207-221.

Ministério da Saúde (2009), *Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisas no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde (2008), *Magnitude do Aborto no Brasil. Aspectos Epidemiológicos e Sócio-Culturais. Abortamento Previsto em lei em situações de violência sexual.* Brasília: Ministério da Saúde.

Nogueira, Thays de Souza (2013), *Movimento feminista e Estado: aproximações e afastamentos a partir do debate sobre a ilegalidade do aborto* [tese de Mestrado]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Pinto, Céli Regina Jardim (2003), *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Piovesan, Flávia (2007), "Direitos Sexuais e Reprodutivos: Aborto Inseguro como Violação aos Direitos Humanos," *in:* Flávia Piovesan, Daniel Sarmento (org.), *Nos Limites da Vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 53-72.

World Health Organization (2011), *Unsafe abortion: global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2008.* Geneva: WHO. Accessed on: http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe_abortion/9789241501118/en/

Algumas considerações sobre emancipação e subalternidade na performance feminina negra no funk e no hip-hop (Brasil e Portugal)[1]

Marina Pereira de Almeida Mello[2]

Resumo

Ainda que à partida o funk feminino produzido no Brasil e em Portugal nos remeta às suas origens estadunidenses, o gênero tem se diversificado e em cada região, reflete e repercute dilemas e particularidades das populações jovens de cada contexto em que é desenvolvido, alcançando popularidade ímpar, mobilizando de forma predominante porém não exclusiva, a juventude negra das periferias.

Tais performances esboçam de alguma maneira, um outro lócus para a construção da felicidade feminina, para além daquela forjada pelo modelo patriarcal que a vincula inextricavelmente à esfera do privado, do doméstico, associados ao casamento e à maternidade, subjugadas ao culto de uma beleza canônica e tornada cada vez mais exclusiva e inacessível.

É possível ainda, localizar transgressão no uso das linguagens e corporeidades que se insubordinam aos sistemas de representação masculinos.

Defendo pois, que essas categorias de atuação feminina transpõem as fronteiras da lógica de apropriação e violência ao empreender processos de cosmopolitismo subalterno.

Palavras-chave: racionalidade estético-expressiva, funk; hip hop; feminismos negros; interseccionalidade; erotismo.

Abstract

Although female funk produced in Brazil and Portugal leads us to their American origins, it is true that the style has diversified according to the particularities of each region and the dilemmas faced by young populations of each context in which this is produced and developed.

It is certain that this phenomenon reaches unparalleled popularity that mobilizes predominantly but not exclusively, the black and poor youth of the suburbs.

Such performances delineate, somehow, another locus for the construction of female happiness, beyond those, forged by the patriarchal model that leads inextricably to the domestic sphere, associated with marriage and the motherhood , and also subjugated to the worship of a canonical beauty and increasingly exclusive and inaccessible.

It is still possible, locate transgression on the use of languages and corporealities insubordinates when compared to the male representation systems. We argue that these categories of female engagement cross the borders of the appropriation and violence to undertake subaltern cosmopolitanism processes.

Keywords: aesthetic-expressive rationality, funk; hip hop; black feminisms; intersectionality; eroticism.

1 A primeira versão deste texto foi apresentada no âmbito dos Seminários Avançados do Projeto ALICE-Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo; não tendo caráter conclusivo, refere-se a considerações preliminares do projeto.

2 Professora associada do CEA/USP- Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. Investigadora associada ao Projeto ALICE (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra) com financiamento da CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior).

Uma breve introdução ao tema

Caracterizada como o primeiro gênero de música eletrônica no Brasil e protagonizado por pioneiras como Deise Tigrona, Bonde das Popozudas (que integrou desde sua origem a hoje célebre Valesca Popozuda) e Tati quebra-barraco (ainda hoje uma das grandes expoentes desse estilo), o funk sensual, subgênero do proibidão (também conhecido como rap de contexto ou funk de facção), se particulariza dentre as várias modalidades desenvolvidas pelo estilo funk no Brasil: funk melody, funk consciente, funk de raiz, funk ostentação etc.

Ainda que à partida o funk produzido no Brasil remeta às suas origens estadunidenses (James Brown sobretudo, mas também à inserção do *miami bass* que é uma variação do hip hop afro americano, nos bailes black na década de 1980), o gênero tem se diversificado e pode-se dizer que, em cada região do Brasil e do mundo, reflete e repercute dilemas e particularidades das populações jovens de cada contexto em que é desenvolvido, alcançando popularidade ímpar, mobilizando de forma predominante porém não exclusiva, a juventude negra das periferias.

Porém, como nossa matriz civilizatória é assimilacionista e integracionista não são raras as tentativas de cooptação, purificação, higienização e absorção do funk pelas classes médias, ao mesmo tempo incomodadas e atraídas pelo gênero. Tanto que esse estilo de funk, conhecido também como funk carioca se dissemina a partir da repercussão da dissertação de mestrado do antropólogo Hermano Vianna, defendida em 1987, que tece elogios ao funk e, dentro desse contexto, traz para a cena midiática nacional e internacional a figura do DJ Marlboro[3].

Sendo a vertente menos palatável do funk, o funk sensual[4], avalizado por fenômenos da venda de discos e espetáculos[5] como a cantora Tati Quebra-Barraco (Tatiana dos Santos Lourenço) no Brasil e a cantora e performer Blaya (Karla Rodrigues) em Portugal, intriga pelas questões que suscitam em torno das contradições e ambiguidades que as suas performances e a recepção a elas evidenciam.

Ambas – mulheres jovens e negras, também chamam a atenção por serem portadoras de personalidade e carisma capazes de mobilizar centenas e milhares de jovens das mais variadas classes, cores e sexos, e ao mesmo tempo serem alvo de opiniões e reações violentamente hostis por parte de uma gama igualmente variada de sujeitos, que se valem de argumentos centrados na cor, classe e moralidade para desqualificar esse gênero musical assim como seus simpatizantes.

3 Luís Fernando Mattos da Matta, também conhecido como DJ Marlboro, a quem é atribuído o primeiro lançamento comercial de funk carioca, bem como o de ser o que primeiro repercutiu outros subgêneros como o rap de contexto, ligado *aos feitos e lutas das faccoes criminosas* (Essinger, 2005 apud Palombini, 2014).

4 Optei por utilizar o termo "funk sensual" que, embora seja um desdobramento do que é popularmente conhecido como "funk carioca", enseja uma dimensão mais abrangente para o objeto que aqui discuto.

5 De acordo com a FGV, em 2008, o faturamento total dos principais selos de funk somados ao de 248 equipes de vendedores ambulantes cuja renda dependia dos bailes, somaram mais de R 17 milhões de dólares americanos somente na cidade do Rio de Janeiro (FGV Opinião 2008, 79 apud Palombini,2014)

No Rio de Janeiro por exemplo, a cultura funk foi criminalizada pela Lei 3410 de 29 de maio de 2000, revogada e substituída em 2008 pela Lei 5625 que passou a incluir também as *raves* na proibição. Somente em 2009, por ação de associações como a APAFUNK (Associação de Profissionais e Amigos do Funk), dentre outras que é sancionada a lei 5625 de 22 de setembro de 2009, de autoria dos deputados Marcelo Freixo e Wagner Montes, determinando dentre outras mudanças, que o funk (carioca) é um movimento cultural e musical de caráter popular e que compete ao poder público a garantia da realização de seus eventos, sem quaisquer regras discriminatórias.

Mesmo as poucas vozes relativamente abalizadas pela opinião pública, que se lançam em defesa do fenômeno, o fazem a partir de parâmetros que ratificam as perspectivas de controle e docilização do comportamento das massas juvenis, inexplicavelmente dominadas pelo funk.

> Quem se preocupa com a ameaça do funk deveria ver que essas jovens multidões que enchem os bailes e pulam e gritam e suam e se esfregam e se divertem estão extravasando tensões e raivas e ressentimentos que, muitas vezes, levam à violência, às drogas e ao crime. Protegeriam melhor suas famílias se estimulassem os bailes, essas panelas de pressão dançantes, onde a sexualidade é o grande alívio das tensões. Agora, se a sua, ou a minha, filha gosta de ser chamada de cachorra, se gosta que o seu garoto lhe dê uns tapinhas e se, além de tudo, esse garoto não é branco[...] Mas não é culpa do funk. A libido dos jovens é exacerbada e os tempos são violentos. Como eles dançam, como se vestem e se despem, a língua que falam, o que gostam, querem e acreditam são fruto da cultura de rua das periferias das grandes cidades. Da pobreza e da exclusão nasceram um ritmo, uma atitude e uma liberdade sexual que, juntos, ficaram tão gostosos que todos, até a classe média careta, quer brincar. É este o filme. O funk é só a trilha sonora.[6]

Sim, da pobreza e da exclusão nasceram um ritmo que para além da brincadeira que seduz as classes médias caretas, têm sinalizado transformações emancipatórias no que tange às relações de gênero, poder e corpo.

Sem desconsiderar que, sobretudo nos últimos anos têm sido publicadas importantes reflexões abordando as relações do funk sob a perspectiva geracional, cultural, de gênero ou política (Borges, 2007; Dayrell, 2002; Medeiros, 2006; Palombini, 2012; Vianna,1990; Travis, 2012; Wolfe, 2008), meu intuito neste sentido, é tecer algumas considerações em uma dimensão interseccional, ou seja, perceber aspectos das intricadas articulações entre gênero, classe, sexualidade e outras hierarquias sociais no funk protagonizado no Brasil por Tati Quebra Barraco e em Portugal por Blaya.

6 Nelson Motta. In: Tati Quebra-Barraco em Berlim. FSP, Caderno OPINIÃO, São Paulo, sexta-feira, 26 de novembro de 2004.

Nesse sentido, o aporte dos feminismos negros será de fundamental importância, posto que:

> La apropiación de la historia por parte de los feminismos de las mujeres blancas ha despojado de su propia historia a los otros feminismos. Apropiándo-se de la memoria histórica se apropian también de la definición de la opresión así como del diseño de las estrategias políticas transformadoras. Anulando las historias particulares inventan una sola historia, la que ha protagonizado el movimiento feminista blanco desde el periodo ilustrado. Y desde esa historia, se legitiman como el movimiento feminista por excelencia.
>
> Incorporar a las otras en un discurso en el que se reconozcan. Entenderlas desde sus propios códigos. (Collins, 1990 apud Jabardo, 2012:17)

Sugiro também que um aprofundamento do entendimento destas manifestações à luz do conceito de erotismo poderia quiçá, delinear um modelo crítico mais abrangente e menos sujeito às armadilhas dos feminismos essencialistas ou hegemônicos.

Tanto no Brasil como em Portugal as distinções entre o que poderia, de algum modo, se assemelhar ao funk carioca – e Blaya admite essa e outras influências – e a cultura hip hop são nítidas. Há marcantes diferenças tanto no que diz respeito ao conteúdo das letras e performances dos artistas, quanto no tocante ao público receptor e a assunção de discursos em que a perspectiva feminina efetivamente se imponha.

No Brasil no hip hop protagonizado por mulheres negras como Nega Gizza, Yeda Hills, Amanda, Flora Mattos (mestiça), Sharylaine, Dina Di dentre outras, o discurso evidencia posicionamentos mais eloquentes (como dizem: o papo é reto, sem caô) e questões negligenciadas pelas performances do funk (frustrações, desencantos, sexismos, violência, racismos, religião, truculência policial etc.) são expostas de forma escancarada e sem rodeios. Proferem em alto e bom som críticas incisivas ao sistema-mundo, que para além das denúncias declamadas, são encenados também por meio da indumentária usada, dos gestos e da empostação da voz.

Evidentemente que tais comportamentos e posturas, não sendo abalizados nem tampouco ratificados pelas mídias tradicionais, engendram o que Gilroy (2001) assinala como uma disputa acirrada entre a expressão vernacular negra e a censura repressiva ao trabalho artístico, promovendo por outro lado, espaços compartilhados para conscientização, reflexão e empoderamento por parte das mulheres negras das periferias.

Ainda, parafraseando Ângela Davis (2012), acredito que trata-se da construção de espaços sociais nos quais as mulheres negras respondem e resistem às construções ideológicas que definem sua sexualidade como primitiva e exótica e por esse caminho, desafiam o patriarcado e suas falácias.

Ainda que raros, há exemplos de mulheres negras atuando na cultura hip hop portuguesa como *Lady R, G Fema e Dama Bete*, que em entrevista ao programa *Benvindos* da RTP África[7], assinalam suas dificuldades para atuar em um mundo tão marcadamente dominado por homens mas no qual as mulheres vêm alcançando certa notoriedade. Geralmente, o acesso ao meio se dá por intermediação de algum homem próximo (irmão, tio, primo) e relatam que a afirmação neste ambiente marcadamente masculino, implica negociações, bem como uma certa dose de resiliência de modo a que, paulatinamente, consigam fazer prevalecer a especificidade de seus ideais no mundo do hip hop.

Com relação ao funk, embora não se possa nomear a produção de Blaya, (que é brasileira de nascimento mas criada desde pequena em Portugal) estritamente como funk, a despeito das confessadas influências, dado que ela própria se designa como rapper e dançarina, é a própria que enfatiza muitas vezes suas referências brasileiras e sua ligação com o funk brasileiro.

> Sobre o EP Superfresh: …Assim, lá dentro está o cotidiano de muitas pessoas, muitos jovens… falo de festas, falo de inveja, também este cd é muito para raparigas… é minha vida, eu falo da minha vida… é muito eletrónica … foi produzido por um rapaz do Brasil[[...]]e então trouxe o funk…quero sempre estar ligada ao Brasil, então trouxe comigo
>
> Eu nasci no Brasil…sim, a minha familia é toda de lá só que vim pra Portugal com 2 meses, mas pronto…meu sangue é brasileiro… sim, sim há sempre (a ligação com o Brasil), o ritmo é muito brasileiro, é mesmo muito brasileiro…É…Uma vez por acaso, eu tentei num funk, tentei usar kuduro, num funk brasileiro eu tava em casa, tava a treinar …e então… até ficava bem, sim até ficava bem .. e alguns passos às vezes no kuduro que eu faço de funk...mas é mesmo muito rápido, é bom.[8]

As diferenças entre a atuação das mulheres negras do funk sensual e as mulheres negras do hip hop carregam, a despeito de alguma sintonia, perspectivas de enfrentamento ao racismo, sexismo e machismo, diferentes e peculiares.

Embora haja elementos que permitem traçar equivalências entre as culturas do funk e do hip hop (criatividade e invenção por meio da improvisação e da transgressão dos códigos linguísticos, uso do coloquial, suposta falta de raízes em razão da irreverência às tradições, manifestação de sentidos alternativos à relação corpo/sexualidade/classe etc.), dado às limitações do espaço/tempo, optei neste momento por concentrar minhas reflexões nas performances de Blaya (caso português) e Tati Quebra-Barraco (no caso brasileiro).

A escolha destes exemplos em um universo tão densamente diversificado como é o do

7 Lady R, G Fema & Marta "16Barras" (ENTREVISTA) (RTP ÁFRICA: programa ''BENVINDOS'') – publicado em https://www.youtube.com/watch?v=xxAngzIn-tw. Publicado em 18/06/2013

8 Entrevista de Blaya à CMTV. Disponível em http://videos.sapo.ao/2zeeoEK46ITzT0QCzg2S

funk e do hip-hop deve-se ao fato de que, especificamente estas artistas, ao mesmo tempo em que desafiam os cânones da beleza, da verdade e da autenticidade com letras e movimentos que exaltam a lubricidade e a luxúria, alinhavarem em suas performances e trajetórias, ambiguidades e contradições por si, bastante reveladoras de um repertório de possibilidades (emancipatórias, por que não?) que a meu ver, fogem dos modelos de análise tradicionalmente legados pelas epistemologias tradicionais, exigindo maior tempo e fôlego para sua apreciação.

Chama a atenção, por exemplo, o fato de ambas terem se submetido ao longo de suas respectivas carreiras a transformações estéticas que vão desde a alterações meramente visuais (estilos de cabelo, roupas, dança) até transformações radicais. Tati por exemplo, afirma ter feito até o momento, 26 cirurgias plásticas) e, se durante a primeira década do século XXI sua permanência na mídia era viabilizada pelo profundo incômodo que provocava em razão da obscenidade atribuída a suas letras e performances, nos últimos anos, as notícias vêm cada vez mais, destacando sua adesão à cultura do embelezamento e do culto ao corpo.

Desse modo, a despeito de seu sucesso em músicas com letras provocativas, sempre teve uma performance acanhada em público e tem se rendido cada vez mais ao culto de uma imagem consoante aos ideais celebrados pela cultura de massas: magreza, cabelos loiros e lisos, aparelho ortodôntico estão dentre as transformações que têm lhe garantido espaço nas notícias relacionadas ao mundo das celebridades.

> "Tem mulheres que morrem de medo de entrar na faca e preferem "se matar" na academia a acabarem no consultório de um cirurgião. A funkeira Tati Quebra Barraco definitivamente não faz parte deste time. Aos 34 anos, a carioca contabiliza 26 cirurgias plásticas: abdômen, nariz, peito e papada são algumas da lista.
>
> A última delas foi feita há pouco mais de um ano. "Uma lipoescultura de corpo inteiro", contou ao Terra. A técnica, que retira gordura e redistribui os excessos dando mais curvas ao corpo, foi a solução encontrada pela funkeira, mãe de três filhos e avó de Kauan de quatro anos, para sair dos mais de 90 kg que a balança acusava. [...]Mas há três meses ela parou de fugir dos treinos para dar um jeito nas consequências do efeito sanfona. "Malho mais para endurecer porque estou flácida demais". Com este objetivo definido, ela tem se exercitado com a ajuda do personal trainer Douglas Mariano, que cuida também da funkeira Valesca Popozuda. Com uma rotina puxada de viagens – Tati faz, em média, 10 shows por mês – as idas à academia variam entre uma e três vezes na semana. "Viajo mais que fico no Rio, mas quando vou ele pega pesado", conta.[9]

9 *Após 26 plásticas, funkeira se rende à malhação: "flácida"* in: http://beleza.terra.com.br/corpo-em-forma/a3179b0a11596410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html

O que intriga na notícia acima é que a ênfase dada ao esforço por embelezamento obscurece pontos importantes da biografia e da rotina da cantora que afinal de contas, além de ser mãe de três filhos e avó de Kauan, tem uma inserção significativa na comunidade onde mora e à qual deve grande parte de seu sucesso.

Nesse sentido, Tati que sempre declarou-se vaidosa, nunca assumiu estar sucumbindo aos modismos e exigências do mercado, argumentando que todas essas mudanças são para que possa "sentir-se bem consigo mesma". Afinal é dela o antológico bordão " Sou feia, mas tô na moda"

> Eta lele, eta lelé
>
> Eu fiquei 3 meses sem quebrar o barraco,
>
> Sou feia mais to na moda,
>
> to podendo pagar hotel pros homens
>
> isso é que mais importante.
>
> Quebra meu barraco, quebra meu barraco[...][10]
>
> "Até melhorei um pouquinho, mas acho
>
> que sou feia, sim", avalia[...]"Quando comecei,
>
> as pessoas diziam: 'Ah, é essa que canta essa música?
>
> Mas ela é feia!' Aí falei: 'Sou, mas estou na moda'.[11]

Inscritas na zona abissal - à qual são atribuídas carências intransponíveis em razão da falta de inteligibilidade, de pendores, de lógica, ou seja, em uma zona em que só são reconhecidas carências e faltas, creditar legitimidade às performances desta juventude feminina negra e pobre é desafiador, sobretudo em razão das ambiguidades que são subjacentes ao fenômeno, no universo das culturas de massa.

Defendemos que essas categorias de atuação feminina transpõem as fronteiras da lógica de apropriação e violência, ao empreender processos de globalização contra hegemônica. Neste sentido corroboramos a ideia de Boaventura de Sousa Santos para quem a globalização:

> é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival[...] o que convencionamos chamar por globalização não é pois, um fenômeno genuíno: é sempre a globalização bem sucedida de um determinado localismo; a globalização sempre requer localização. (Santos, 2003:29)

10 Sou feia mas tô na moda in: LP "Boladona", lançado em 2004.
11 SANCHES, Pedro Alexandre. In FOLHA de SP de 20 de junho de 2009.

A transgressão se manifesta, por esboçarem, de alguma maneira, um outro lócus para a construção da felicidade feminina, para além daquela forjada pelo modelo patriarcal que a vincula inextricavelmente à esfera do privado, do doméstico, associado ao casamento e à maternidade, subjugadas ao culto a uma beleza canônica e tornada cada vez mais exclusiva e inacessível.

Confrontam deste modo, as lógicas legadas pelo colonialismo impondo novas gramáticas também caracterizadas pela preeminência da oralidade, da corporalidade, das linguagens gráficas, de performances que priorizam a dramatização, a encenação, a repetição e, assim, não apenas enunciam ou anunciam – mas incorporam o outro – rompem, de algum modo, com as perspectivas eurocêntricas de poder e desejo.

No caso específico, trata-se de mulheres jovens e negras que por meio de discursos verbais e corporais colocam em xeque estruturas objetivas e cognitivas concernentes aos princípios androcêntricos de organização mental e social.

Ademais, tais experiências evocam a existência e a persistência de modelos alternativos de sociabilidade que, permeados pelos sistemas hegemônicos de compreensão e visão de mundo, exprimem possibilidades de transigir e negociar valores, comportamentos e crenças acerca do bom, do belo e do verdadeiro.

Outrossim, esta análise privilegiará a música, o gesto e a dança como formas de comunicação com a mesma importância que o dom do discurso (Gilroy, 2001:161).

Razões da escolha do tema

A ideia de buscar entender o funk surgiu a partir do incômodo motivado pela constatação, em minhas aulas nos cursos de pedagogia e música da faculdade onde leciono, em Osasco, cidade da Grande São Paulo, de que o funk se constitui em um fenômeno capaz de provocar reações tão virulentas e viscerais de aversão, raiva, vergonha e ressentimento, por parte de pessoas que, para desqualificá-lo se valem de argumentos e justificativas que, longe de representarem a afirmação de vontades ou perspectivas autônomas de vida, reverberam as ideias de negação e desconfiança que recaem sobre si próprias.

E a história é mais intrigante quando se tem em vista o fato de que falo de jovens mulheres e rapazes, em sua maioria pobres, moradoras e moradores das periferias, grande parte oriunda de famílias chefiadas por mulheres e homens cujo principal ofício gira em torno de funções de executores de serviços domésticos: cozinheiras, babás, motoristas e seguranças, tendo sua ascensão recente ligada ao acesso à educação superior.

Com relação ao hip hop, noto que as reações têm se transformado a cada dia. Me lembro da primeira vez em que, em uma aula de história para adolescentes numa escola da periferia de São Paulo usei as letras do Racionais MC's não apenas para ilustrar o tema, mas como

documento histórico; a empatia foi imediata e desde então, essas questões têm acompanhado minha prática e minhas reflexões.

Refiro-me ao que diz respeito a poder, direitos e reconhecimento, porquanto as performances do funk e do hip hop remetam a saberes plurais, evocativos de uma pluralidade de ordens que, a despeito de sua marginalidade, se integram na ordem estruturada (Santos, 2002).

Parafraseando Spivak, o que me move ao explorar tal tema são as relações entre poder, desejo e interesse no sentido de proveito ou vantagens que possam ser auferidas no processo de enunciação de sujeitos tornados transparentes pelo processo em que as dimensões de raça, classe e gênero foram apagadas em prol de um universalismo genérico. (Silva, 2006: Spivak, 2010).

Nesse sentido, corroboro Spivak (2010) em sua ideia de que a subalternização produz uma categoria de indivíduos e grupos que, embora alijados do poder, não podem ser entendidos como uma categoria monolítica, uniforme ou essencializada, posto que as experiências de sujeição aos poderes instituídos e hegemônicos propiciam, em cada canto subjetividades particularmente afetadas pelas relações que a opressão caracterizada pelo silenciamento e invisibilidade daí resultantes, provocam.

E para além de pensar as funkeiras e rappers negras como meros objetos de pesquisa acadêmica e, ainda reverberando Spivak, penso que o intelectual não pode e não poderia falar por ninguém, mas pode e deve amplificar as vozes, sobretudo daquelas e daqueles que, por algum motivo não se enquadram ou não se engajam a partir dos padrões e modelos de movimentos sociais assumidos e ratificados pela academia e pela política em seus sentidos estritos, posto que a violência epistêmica também se perpetra e se perpetua por esta via: a do reconhecimento ou não de que estes sejam sujeitos falantes, pensantes ou , melhor dizendo: “cantantes” e “dançantes”.

Nesse caso, postulo problematizar a questão a partir das duas possíveis acepções do conceito de representação:

1. como “falar por” (vertretung), relacionada com as instituições políticas e a suposição de conhecimento e substituição do representado ou o que é mais pertinente neste caso:

2. re-presentação como (darstellung), vinculada às dimensões estéticas e de encenação, portanto como atuação, como performance, que aí sim, pode contribuir para a compreensão deste fenômeno.

Assim como Spivak rejeito a suposta oposição ou dicotomia entre a teoria que descolaria o pensamento e a prática, o pensamento e ação, dado que a teoria é também uma prática.

Vivendo numa sociedade fundamentalmente anti-intelectual, é difícil

> para os intelectuais comprometidos e preocupados com mudanças sociais radicais afirmar sempre que o trabalho que fazemos tem impacto significativo. Nos círculos políticos progressistas o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo; na verdade expressões mais visíveis de ativismo concreto (como fazer piquetes nas ruas ou viajar para um pais do Terceiro Mundo e outros atos de contestação e resistência) são considerados mais importantes para a luta revolucionaria que o trabalho mental. E essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual, isto é, uma atividade útil. (Hooks, 1995)

Sendo assim, minha inscrição no tema – não na acepção corriqueira que se dá à função da intelectual, tampouco como objeto – mas como sujeito de enunciação, se dá pelas vias do incômodo ao perceber que, a despeito da mimese ensaiada por aquela juventude negra e encarcerada – que condena o funk como imoral, pernicioso, sujo e discriminatório às mulheres – se esconde a contradição de que, por outro lado, em suas festas (e eu participei de algumas delas, inclusive em que a maioria das pessoas se dizia cristã evangélica), a celebração da alegria e da vida eram pautadas justamente – por muito funk, configurando performances no sentido cunhado por Victor Turner (1974), ou seja, como momentos em que o contido ou suprimido revela-se. Tratam-se pois, de experiências que promovem a irrupção da espontaneidade a partir de momentos de interrupção das formas reguladas e normatizadas de organização social.

Boaventura Sousa Santos em Crítica da Razão Indolente (2002), trata das potencialidades emancipatórias presentes no princípio da comunidade e da racionalidade estético-expressiva. No sentido de paradigmas emergentes de vigor emancipatório: por sua abertura, por sua incompletude, sobretudo pelo fato destas representações não terem sucumbido à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna que, colonizou por sua vez, Estado e mercado.

Era portanto, como se a existência daquelas pessoas pudesse ou devesse se desenvolver a partir de um jogo em que a realidade exposta pelo discurso não deve nunca coincidir com o que, efetivamente é praticado pelo corpo e pela mente – do lado de dentro das casas e quintais, com os “seus”, longe das possibilidades de vigilância, controle e docilização inerentes ao aburguesamento (desejado mas, ao mesmo tempo, temido).

No caso das festas e bailes funk, a cumplicidade extraída da partilha de condições existenciais similares ainda que não os configure como uma classe per si, ou seja, como portadores de uma consciência coletiva de classe que viabilize o enfrentamento sistematizado às estruturas de poder e dominação, enseja por outro lado, a dimensão do enfrentamento pela recusa à docilização verbal, gestual, corporal e à colonialidade característica da organização colonial/

moderna do gênero. (Lugones, 2008)

Racionalidades estético-expressivas hoje

Funk e hip hop são hoje expressões transculturais e globalizadas das culturas juvenis. Ambos têm sua origem identificada às culturas diaspóricas (Guilroy, 2001; Hall, 2009) do mundo estadunidense e portanto, desde sempre associadas aos legados e à mistura (ameríndia, africana e europeia) que caracteriza a modernidade daquelas e destas experiências que procurei investigar: no caso ligadas ao mundo ibero-americano representado por Brasil e Portugal.

Assim como nas raves (outra importante expressão das culturas juvenis), nos bailes funk – a transgressão – pelo sexo e pelo consumo de drogas existe, mas se nas raves concentra-se uma rebeldia aburguesada e calcada no consumo de uma estética do belo, do bom e do verdadeiro, da música eletrônica de pista, cujo principal efeito é o entorpecimento, nas posses (locais de reunião dos hapers) e bailes funk concentra-se basicamente o povo da favela – negligenciado como o território do mal e do mau, do feio, do perigoso – em que a mesma sexualização juvenil, e uma música também eletrônica mas diferente (o batidão) são encarados de forma pejorativa e preconceituosa.

A despeito da expressiva atração que os fenômenos emergidos das culturais juvenis marginais e marginalizadas (estilos de ser, estar pensar e relacionar-se) provocam nas juventudes dos centros urbanos e industrializados, suas versões midiáticas pouco ou nada refletem do caráter insurgente e transgressor de tais manifestações.

A opinião pública em sentido geral e comum rejeita, reprova e se indigna, taxando de imorais, perigosas e libertinas as meninas do funk, que por sua vez, redimensionam as linguagens e as gramáticas dos ambientes machistas e patriarcais em que circulam. Não apenas postulam, mas agem e convencem por meio de saberes tidos e ditos "irracionais, potencialmente perturbadores e intrusos" (Santos,2007).

> [...] acha que a Globo não gosta dela. "Lá não gostam de favelado, preto, pobre, polêmico. Têm preconceito, mas, se estoura, eles chamam, como aconteceu com o Bonde do Tigrão.
>
> É consciente do sucesso que faz à margem[...]quase sem aparecer em TV, rádio ou CD[...] (é mais fácil achá-la na internet do que nas lojas). «Hoje tenho meu nome, mas sei que isso vai acabar. O sucesso não me sobe à cabeça, nem vai subir», Tati fecha questão.[12]

Pelo protagonismo feminino verificado nos depoimentos de mulheres do funk de todas as idades, a sedução converte-se em instrumento de emancipação. Por mais contraditório que

12 Sanches, Pedro Alexandre. In FOLHA de São Paulo, Caderno Ilustrada de 25 de setembro de 2004.

pareça e seja, mulheres mães, mulheres trabalhadoras, mulheres financeira e emocionalmente independentes proferem, por meio da escrita feminina do funk e do hip hop, discursos de resistência ancorados em outras lógicas, centradas em outras perspectivas de maternidade, de distribuição de recursos, outras formas de avaliação do mundo, da sexualidade, do corpo e do prazer.

É neste sentido que escandalizam: pois as culturas produzidas pelas periferias emergentes sugerem novas e diferentes formas para gerir o tempo, os espaços e os recursos tanto nas esferas do trabalho, quanto do sexo, da autoridade e das subjetividades e intersubjetividades. (Lugones, 2008).

Santos (2002) defende que o princípio da comunidade e da racionalidade estético-expressiva, configurando as representações mais inacabadas da modernidade ocidental, nos conclama à análise de suas potencialidades epistemológicas para restabelecer as energias emancipatórias que a modernidade deixou transformar em hubris regulatória, no sentido de procurar assimetrias que sobreponham a emancipação à regulação.

Pela perspectiva de análise aventada pela "ecologia de saberes" deve-se conferir simetria a saberes produzidos aleatoriamente, em espaços e tempos não necessariamente simultâneos nem compatíveis no sentido legado pelas epistemologias tradicionais (ocidentais/ eurocentradas).

Assim o coloquial, o deslocado, o fora da norma adquire expressividade contestatória e mobilizadora. (Santos, 2007)

Aventamos que no caso das "mulheres e meninas do funk e do hip-hop" transgride-se a subalternidade pela negação da inferioridade e da condição de submissão à hegemonia masculina, questionando-se os valores legados pelo patriarcalismo, pelo machismo e pelo racismo.

GILROY E O INEFÁVEL: "EMBORA INDIZÍVEL, O TERROR RACIAL (DA ESCRAVIDÃO) NÃO É INEXPRIMÍVEL"

Segundo Paul Gilroy (2001) as experiências de terror representadas pela escravidão produziram um *topos* de indizibilidade acerca dos horrores e do sofrimento que no entanto, não inviabilizou e, ao contrário, particulariza as produções culturais negras na diáspora pelo Atlântico.

Neste sentido, na música, no gesto e, por extensão, no drama que aí se encena é que reside o potencial de tradução de culturas que se singularizam pela expressividade sincrética.

Pensar pois, sobre a música (e a performance a ela referente) - *como uma forma não figurativa nem conceitual de pensamento torna-se portanto desafiador, também pelas possibilidades de se evocar aspectos de subjetividade corporificada que não são redutíveis ao cognitivo e ao*

ético. (Gilroy, 2001:163).

E a música produzida na diáspora pode ser utilizada para contestar as concepções privilegiadas tanto da língua como da literatura enquanto formas dominantes de consciência humana tendo em vista que, conforme defende Gilroy, *o poder e significado da música no âmbito do Atlântico negro têm crescido em proporção inversa ao limitado poder expressivo da língua.*

Neste sentido, Gilroy propõe uma análise do lugar da música negra dentro da diáspora africana pelo Atlântico, que incida sobre:

1. A autocompreensão articulada por quem a produz;
2. O uso simbólico que lhe é dado por outros artistas e escritores negros;
3. As relações sociais que têm produzido e reproduzido essa cultura expressiva, cuja singularidade reside no fato de terem na música um elemento central e mesmo fundamental.

Ou seja, a proposta é de que se promova a compreensão das formas culturais negras pós escravidão por meio de uma abordagem que faça convergir a análise da música negra e das relações sociais que a sustentam.

Assim, dos pontos levantados por Gilroy para o enfrentamento das questões implicadas nos julgamentos críticos, avaliativos, axiológicos e (anti) estéticos a respeito das músicas produzidas por negras e negros do Atlântico diaspórico e também acerca do lugar da etnicidade e da autenticidade no interior desses julgamentos, penso que, ao menos um deles, se articula em maior grau com os pressupostos delineados para essa pesquisa, qual seja:

- Onde a música é pensada como emblemática e constitutiva da diferença racial, sexual e de gênero apenas associadas a esta; como a música é utilizada para especificar questões gerais pertinentes ao problema da autenticidade racial e a consequente auto identidade do grupo étnico?

Dos caminhos que este autor aponta para equacionar a questão, destaca-se a atenção que se deve dar para o uso de padrões distintivos do uso da língua, do gestual e da musicalidade que contrastam com os padrões oficiais e oficializados.

Sobretudo no que diz respeito às especificidades gestuais e corporais, Gilroy chama a atenção para a ênfase que se tem dado à participação e à desenvoltura de indivíduos negros nos esportes, no atletismo e na dança quando o que ele aponta é a necessidade de que tal perspectiva se amplie.

Neste sentido, sugere análises orientadas pela perspectiva das performances que caracterizam as produções culturais negras, de modo a alargar enfoques baseados *exclusivamente na textualidade e na narrativa e não na dramaturgia, na enunciação e no gestual, os ingredientes*

pré e antidiscursivos da metacomunicação negra (GILROY, 2001:162).

Colonialidade de gênero e colonialidade de poder

Sob o conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2000), o corpo é considerado como o espaço em que se exerce a dominação e a exploração, sendo intrinsecamente racializado e perpetuado pelos esquemas familiares burgueses que supõem e se assentam sobre 3 princípios básicos, a saber:

1. A liberdade sexual dos homens.
2. A fidelidade das mulheres
3. A prostituição não remunerada

Lugones (2008), legatária de Aníbal Quijano quanto às suas considerações sobre o padrão de colonialidade global sob o capitalismo, assentado na racialização das diferenças, questiona e amplia por sua vez, esse conceito, entendendo que o moderno sistema de dominação patriarcal está estruturado sob aquilo que denomina de *o sistema moderno colonial de gênero*, que naturaliza a heterossexualidade.

Sendo o capitalismo assentado na racialização das diferenças que submete a todos em um sistema mundo pautado na classificação e na hierarquização das diferenças, Lugones defende que as diferenças que definem essas hierarquias não são apenas as de raça, mas também e fundamentalmente as que vinculam raça e gênero.

Desde a década de 80, teóricas do feminismo negro brasileiro como Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e Lélia Hernandez insistiam na necessidade da interseccionalidade, porém sob outros conceitos e definições.

Reportando-me à situação da mulher negra especificamente no patriarcado construído no mundo ibérico, mediante o papel da mestiçagem como fundamento da construção de identidades nacionais, estabelece-se o lugar de privilégio do homem branco.

Tal privilégio assenta-se na posição conferida ao *homem branco,* a quem é atribuído o papel do procriador por excelência, aquele incumbido de promover a formação da raça nacional por meio de seu *desejo* e de seu *poder* sobre todas as fêmeas: negras, ameríndias e brancas. É também aquele que detém a autoridade jurídica e econômica sobre a produção e a reprodução de bens e pessoas. É o *pater famílias* que monopoliza *o afeto* pelo paternalismo e o *poder* pelo patriarcalismo, ocupando o lugar de privilégio na *família* – entidade reguladora da vida sexual e da moralidade.

Nesse panorama, todos os outros estariam portanto, subjugados ao poder e ao desejo do homem branco e à *branquitude,* estabelecendo e definindo a colonialidade sob o colonialismo

de gênero, que exclui todos os outros - homens e mulheres não brancos da história e, ao mesmo tempo promove a dissolução dos vínculos de solidariedade entre as vítimas desse sistema. Estabelece-se assim, a sujeição ao poder patriarcal (branco, cristão, heterossexual) - o desejo e interesse na branquitude, na pureza, na ordem, no sexo para procriação e reprodução da ordem.

Nesse cenário, cabe à mulher não branca – hiperssexualizada o papel de instrumento do branqueamento da estirpe nacional (ou quando muito, como força nutriz da nacionalidade: ama de leite, cozinheira)

O homem negro por sua vez, submete-se como força de trabalho, também hiperssexualizado: ainda que reprodutor, é exilado da paternidade – e constituído em símbolo da ameaça e do perigo corruptor da pureza – da mulher branca e da sociedade por extensão.

Para Lugones, na família burguesa, a subalternização ou submissão das mulheres de todas as raças e a supremacia masculina são elementos que constituem a colonialidade. Daí que tudo que, de alguma forma, contrarie a lógica embutida nesta estrutura é tida e lida como estranha.

A ideologia do branqueamento produz nestas circunstâncias, dentre outros efeitos, a quebra e a inviabilidade dos laços de solidariedade racial.

A colonialidade implica pois na construção de uma realidade social absolutamente circunscrita à tal racionalidade, que condiciona e determina todas as instâncias da vida social, notadamente as que se referem ao controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva, das subjetividades e intersubjetividades

Erotismo x pornografia

Repudio tanto o epíteto de pornográfico (do grego: pornographos: registro daquela que se vende, que se põe à venda) quanto a suposta nobreza conferida pelos saberes nomeados como *"clássicos"* ao termo erótico (neste caso, também ratificando a cultura greco-latina por meio do mito de *Eros*, companheiro e servo da Beleza).

Consignando uma outra dimensão para a discussão, Georges Bataille (2013) nos indica como possibilidade a definição do erótico como momento de emergência do humano no ato radical de separação da natureza em que o sexo, para além de servir à reprodução (atendendo à lógica racional de aquisição e produção do mundo material) "implica uma alternância de repulsão e atração, de negação e de afirmação, uma alternância imediata em que é humano (erótico) e não simplesmente sexual animal". Pois o erótico institui o humano através da oposição entre as regras produtivas (da história e da economia) e assim institui a transgressão não pelo retorno à animalidade mas pela insubmissão às normas regulatórias. (Silva,2006).

Pelo erotismo, o humano se instaura posto que implica no sexo como escolha, como

possibilidade deliberada da entrega radical e da transgressão à regulação.

Para Bataille não tanto as regras, mas o estabelecimento de regras mais a sua transgressão, distinguem a sexualidade humana. (Bataille, 2013)

> Para Bataillle, o outro, o objeto do desejo sexual, não pode ser reduzido nem à regra histórica, nem à patriarcal, pois só existe como uma rejeição a ambas. Como tal, o erótico é o máximo significante de liberdade. Não apenas não marca uma volta para a animalidade, um retorno à natureza sem a mediação das regras que a arrancam dela, como também apenas existe por ser uma transgressão das regras, as regras que definem a humanidade. Nem um efeito da necessidade (como a natureza o concebe), nem um objeto de regulação (apropriação da natureza pelos próprios seres humanos), o erótico, na representação de Bataille, significa humanidade e aquilo que a especifica, a vida, sem regulação (Silva, 2006)

O erótico seria pois, o momento máximo da transgressão da racionalidade produtiva e de sua consequente regulação e, desta forma, teria seu potencial identificado à plenitude só possível se exilada, se proscrita, se não autorizada.

Portanto, a lascívia e a luxúria que caracterizam as performances sobretudo do funk feminino, remetem ao amor-lúbrico, que extrapola os limites do controlado, do organizado, do higienizado, do domesticado, agora não mais circunscrito às “fêmeas não brancas” visto que o fenômeno se expande e atrai cada vez mais as classes médias.

Um exemplo do questionamento que oferecem às perspectivas individualistas e individualizantes de vida pode ser sinalizado pela preeminência dos bailes comunitários aos shows dominados por empresas e empresários do “entertainement”, do ”showbusiness”.

Do mesmo modo, as artistas se agrupam em “bondes” e não bandas, indicando o caráter popular do movimento.

Ao mesmo tempo, impulsionam expressões de raiva, inconformismo e repúdio ao status-quo que classifica, hierarquiza e perpetua desigualdades ainda assentadas no trinômio classe/raça/gênero.

Nas narrativas nacionais, cuja matriz assimilacionista foi também forjada à luz dos mitos caracterizados pelo lusotropicalismo, o silenciamento das mulheres (negras, mestiças e brancas) se processa justamente pela negação de seu desejo em prol da regulação produtiva. Especificamente no tocante às mulheres não-brancas predominam os sentidos ligados à mais absoluta abnegação e vitimização.

Tais sentidos são em parte pervertidos (senão revertidos) nas performances de Tati e Blaya. Digo em parte, pois se em ambas é possível identificar alguns traços de emancipação

(em Tati pelas letras que canta e em Blaya pela dança), em nenhuma das duas a alusão a aspectos étnico-raciais se faz presente (diferentemente do que ocorre com o rap), o que não desqualifica em absoluto, o potencial emancipatório de suas performances.

Como adverte Lugones (2008), embora a racialização das diferenças seja um construto fundamental dos racismos que caracterizam o padrão global capitalista e eurocentrado, a colonialidade traduzida pelo controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva, das subjetividades e intersubjetividades permeia, portanto, todos os aspectos da existência social, não se referindo somente à classificação racial.

Blaya, que em realidades lusotropicais mais se enquadraria na categoria de *mestiça*, transita com muita tranquilidade por todos os extratos sociais (fala bem, é desenvolta, é fluente no inglês) enfatiza esse pendor cosmopolita em sua produção e tenta se afirmar em um mundo controlado por homens, afirmando-se pela negação das expectativas (não apenas nessa letra mas nas entrevistas, em seus posts na net).: *Rappers elogiam e falam do ass/Mas acredita nenhum deles toca no meu bef [...]/ Tou a conquistar meio mundo que nem os da Vinci/ Mas eu não sou a lei oh eu sou bem maior/ Bitch eu não queira o teu marido nem por meia hora.*

Popularizada como a "*a dançarina do grupo Buraka Som Sistema*", a despeito de afirmar seus vínculos com o grupo e seu amor pela dança, tem procurado se estabelecer também como cantora e compositora (em seu EP de estreia – *Superfresh* – algumas letras foram feitas pelo rapper Regula) e deixa transparecer em suas falas, as dificuldades para ser reconhecida também por esta faceta.

> [...] Comecei a escrever mesmo, com 14 anos. Até me lembro que tinha um dossiê é…com palavras em crioulo… que era para meter nas minhas rimas (risos). E então … Isso no Alentejo! Onde não se passa nada! Eu fiz umas músicas, uns raps (rs). Depois deixei o rap, fui prá dança… e…vim prá Lisboa, continuei a dançar, entrei pro Buraka .. anh…pra dançar só, pedi prá cantar uma música e um deles já sabia que eu já tinha rappado e feito compilações e um EP mesmo já há muito (sic) tempos atrás e então pedi pra cantar uma música, eles disseram que sim e pronto: fui cantando 1 musica, 2 músicas, 3 músicas [...]- o Buraka vem sempre em primeiro lugar pra mim …e depois o meu projeto solo é um aparte, é a outra metade de mim mas Buraka pra mim é minha primeira cena …[13]

Quanto a Tati, penso que sua suposta irascibilidade, marcada pela linguagem chula, gestos desabridos e uma postura destemida diante de seus detratores, está ainda a desafiar uma análise mais detida em que seja possível explorar com maior alcance do que o que aqui me é possível, as dimensões relacionadas à colonialidade de gênero e a ecologia de saberes, pois evidentemente o entendimento e os limites do que sejam sexo, família, intimidade, vida pública e vida privada, dentre outros não se equivalem ao que é suposto pelas culturas e

13 Entrevista concedida à MCTV em julho de 2013. Disponível em: http://videos.sapo.ao/2zeeoEK46ITzT0QCzg2S

teorias hegemônicas.

Equiparadas às experiências das cantoras negras do *blue* estadunidense nos anos que se seguiram à abolição da escravidão, analisadas por Ângela Davis (2012), pode-se dizer igualmente que estas experiências das cantoras do funk, ao desafiar os padrões da normalidade e da boa conduta, resistem a refletir em suas letras, trajetórias femininas marcadas pela resignação e pela impotência, constituindo-se ademais em referentes para as mulheres pobres para as quais o discurso hegemônico coloca no papel de vítimas ou no estereótipo de *Jezebel,* mulheres dominadas por seu apetite sexual e vitimizadas por seus excessos. (Jabardo,2012)

Considerações finais

Pierre Bourdieu (2002: 7) postula que:

> a ordem do mundo, tal como ela é, grosso modo respeitada, com seus sentidos únicos e os seus sentidos proibidos, e com o fato de não existirem mais transgressões ou subversões, delitos e "loucuras" o mais surpreendente, é ainda que a ordem estabelecida, com as suas relações de dominação, com os seus direitos e os seus atropelos, com os seus privilégios e as suas injustiças, se perpetue infinitamente com tanta facilidade[...]"

Daí a interrogação contida no texto (emancipação ou subalternidade?): pois implica a dúvida sobre o potencial transgressor que essas mulheres engendram às ideias de fixidez, sofrimento e feiura, tão recorrentemente associadas às mulheres negras.

A pergunta que não quer calar é: -Quando ocupam exatamente o lugar da permissividade, não estariam portanto tais mulheres, reiterando lugares e papeis conferidos às mulheres não brancas ao longo do processo histórico ocidental?

Neste momento defendo que se o fenômeno representa ao mesmo tempo possibilidades para reversão de estereótipos referentes às mulheres – em sentido geral e genérico – coloca sob suspeição, por outro lado, os lugares destinados à mulher negra, quais sejam: o lugar do pecado, do interdito e do proibido: o do sexo que se pratica fora de casa, o da mulher que não se nomeia e à qual não se permite participar daquilo que é normatizado e normalizado.

Se a realidade social concebe relações hierarquicamente polarizadas pela construção de uma masculinidade edificada em contraposição à ideia de feminilidade, também entre as mulheres as oposições se perpetuam entre o grupo das presumidas "puras", imaculadas, intocadas (mães, esposas, irmãs) confrontadas às presumidas "outras" – as vagabundas, as impuras, as erradas e por extensão e analogia, as que não se enquadram no referencial de perfeição e ordem estabelecidos.

O que surpreende nos fenômenos representados pelo funk e usando o exemplo de Tati Quebra Barraco como emblema é que, a despeito da repulsa que a negritude, a favela, o barulho, a falta de gosto e pendores para a arte que este lado do abismo representa para as mentalidades, a audácia de Tati ao proferir "To feia mas to na moda" exemplifica a capacidade de convencer-se a si e também a outras que, tal como ela se sintam inferiorizadas , a se perceberem, de algum modo, como a alterar a ordem predefinida das coisas.

Do mesmo modo, Blaya ainda que demonstre ter plena consciência do furor erótico que suas performances são capazes de provocar, prefere verbalizar nas letras que canta, discursos de liberdade e autonomia com relação às expectativas.

Coloca também sob suspeição a ideia de que a virilidade implicada no ato de possuir também e sobretudo pelo sexo não condiriam deste modo, com atitudes femininas de reversão deste lugar – em razão de que mais do que associada aos espaços domésticos - locus da natureza cultivada e da reprodução social – o comportamento feminino domesticado implica na sujeição da mulher, no aspecto sexual , ao pedido e à vontade do homem, detentor naturalizado dos poderes que lhe associam à lógica da proeza, da façanha que exalta a virilidade.

De modo que pelo princípio da colonialidade de gênero, com as mulheres não brancas em um sentido lato, e negras em um sentido estrito ocupando a base da pirâmide – no que diz respeito à sua absoluta sujeição – em termos de trabalho, sexo, autoridade coletiva e subjetividade, os exemplos de enfrentamento representados pelas mulheres negras do funk e hip hop adquirem relevância ainda maior.

Relações hierarquicamente polarizadas de construção da virilidade e da feminilidade, tornaram possível no imaginário acerca da sexualidade feminina acepções "autorizadas" estabelecidas pela pornografia e sadomasoquismo que repercutem por inúmeras imagens e representações (na mídia, na moda, na publicidade, na literatura e no cinema), vinculando a sexualidade às ideias de dominação e consequentemente, de submissão, humilhação, violência, dor e vergonha.

Tornou-se tácita entre nós a ideia de que as possibilidades de sexualidade estejam associadas a tais sentimentos.

A pornografia e o sadomasoquismo, naturalizados pela cultura de massa contemporânea, excluem o amor e o afeto da sexualidade.

Uma definição positiva da sexualidade feminina certamente possibilitaria às mulheres maior liberdade e a consequente emancipação relativas ao machismo e ao patriarcado. Por que? Porque essa seria uma maneira de sancionar o erotismo e neutralizar a pornografia associada ao sexo comprado, corrompido pelo poder machista, se afigurando então como condição de emancipação (Greer apud Wolf, 1992:204).

Nas culturas hegemônicas a sexualidade feminina é definida e elaborada de forma negativa e

a educação sexual conferida a meninas e meninos busca garantir a vulnerabilidade.

Em algum momento sugeri que as experiências de sofrimento e humilhação são, na maior parte das vezes (relatos, músicas, literatura, cinema) mascarados – nas expressões afro brasileiras: não nas representações sobre negras e negros, mas nas criações de negras e negros e isso de certa forma, vai de encontro ao que Paul Gilroy defende como traço distintivo das expressões negras do atlântico – essa memória do terror racial – que perpassaria de forma indizível mas não indescritível todas as manifestações negras.

No funk – letras e performances – privilegiando a hipersexualização – soaria, presumo, como que um retorno da animalização e objetificação atribuída a mulheres e homens negros pelas representações oficiais.

Mostrar-se portanto, como um ser que à revelia das expectativas geradas pelo patriarcalismo de constituição da mulher negra como iguaria para cama e mesa (confinada no espaço doméstico para serviço das senhoras e nas alcovas para serviço dos senhores) as atitudes de enfrentamento e resiliência manifestadas nas letras e performances revertem o lugar da sujeição.

Ouso pensar ou colocar como provocação a ideia de que, a despeito do que defendem as feministas negras norte americanas, acerca do potencial signo de ameaça e perigo – ocupados pela sexualidade de mulheres e homens negros nas sociedades construidas sob o colonialismo pós diáspora – vinculados à animalização, à perversão, à incontinência e ao incontido, que os saberes e conhecimentos postulados por mulheres que assumem o controle de seus corpos defendem o erotismo como jogo dissociado dos ideais celebrados pelo amor romântico e pelo amor burguês.

A luxúria, nesse sentido, deixa de ser pecado, tornando-se legitimada e enaltecida como instrumento de deslegitimação das concepções burguesas de família, assentadas na contenção das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bataille, Georges (2013), *O erotismo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Borges, Roberto Carlos da Silva (2007), *Sou feia, mas tô na moda*. Tese de doutoramento. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Bourdieu, Pierre (2002), *A dominação masculina*. traducao: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Collins, Patricia Hill (2000) *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, Londres, Routledge. [orig. 1999].

Dayrell, Juarez. (2002), “O rap e o funk na socialização da juventude”, *Revista Educação e Pesquisa*, 28 (1), 117-136.

Davis, Ângela (2012), “I Used To Be Your Sweet Mama. Ideología, sexualidad y domesticidad”, *in* Mercedes Jabardo (org)m *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Proyecto Editorial Traficantes de Sueños, 135-186. [orig. 1999].

Essinger, Silvio (2005), *Batidão: uma história do funk*.São Paulo, Record.

Gilroy, Paul (2001), *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed.34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afroasiáticos.

Hall, Stuart (2009), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Hooks, Bell (1995),“Intelectuais Negras”, *Estudos Feministas*. 3, 2-95.

Jabardo, Mercedes (2012), “Construyendo puentes: en diálogo desde /con el feminismo negro”, *in* Mercedes Jabardo (org). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Proyecto Editorial Traficantes de Sueños, 27-56.

Lugones, Maria (2008), “Colonialidad y Género”, *Tabula Rasa*. 9,73-101.

Medeiros, Janaina (2006), *Funk carioca: crime ou cultura?: o som dá medo e prazer*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

Palombini, Carlos (2012), “Proibidão em tempo de pacificação armada.”, *in* academia.edu. consultado a 03.04.2014 em https://www.academia.edu/5156488/_Soul_brasileiro_e_funk_carioca_.

Palombini, Carlos (2014), “Soul brasileiro e funk carioca”, *in* academia.edu. consultado a 03.04.2014 em em https://www.academia.edu/5156488/_Soul_brasileiro_e_funk_carioca_.

Quijano, Anibal (2000), “Colonialidad del poder y clasificación social”, *Journal of World-System Researc*. 2,342-386.

RTP ÁFRICA, (2013), programa ‘’BENVINDOS’’ Lady R, G Fema & Marta “16Barras” Consultado 06.02.2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxAngzIn-tw. Publicado em 18/06/2013

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. Vol. 1. São Paulo: Cortês.

Santos, Boaventura de Sousa (2003), *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a

uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Silva, Denise Ferreira da (2006), "À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo." *Estudos Feministas, Florianópolis*, 14(1): 61-83.

Spivak, Gayatri Chakravorty (2010), *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Travis JR. Raphael (2013), "Rap Music and the Empowerment of Today's Youth: Evidence in Everyday Music Listening, Music Therapy, and Commercial Rap Music". Child and Adolescent Social Work Journal, 30(2)139.

Turner, Victor (1974), *O Processo Ritual: Estrutura e Anti Estrutura*. Vozes.

Vianna, Hermano (1990), "Funk e cultura popular carioca." *Estudos Históricos* 3(6) 244-253.

Wolf, Naomi (1992), *O mito da beleza. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.* Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco.

Wolfe. Liblong (2008), *Mulheres do morro: The Representation of Women in Brazilian Funk*. Master's Programme: MA Area Studies (Latin America). Institute for the Study of the Americas School of Advanced Study University of London. Supervisor: Prof. David Treece.

A DEMOCRACIA INTERCULTURAL: DA QUESTÃO NACIONAL À QUESTÃO PLURINACIONAL

Vivian Urquidi[1]

Resumo

A América Latina vem passando por um processo de etnização da política como resultado, principalmente, da luta de movimentos sociais inconformados com o lugar que os projetos nacionais vinham reservando-lhes desde os estatutos republicanos. A etnização da política introduz uma nova problemática à *questão nacional*, qual seja a questão *pluri*nacional. Ao longo do século XX, a *questão nacional* na América Latina esteve no centro do pensamento social e das lutas políticas. A *questão nacional* seriam as diversas dimensões da *dependência* dos Estados, a *heterogeneidade social* e a falta de *integração* - principalmente dos indígenas-, além da necessária formação de *Estados nacionais*. Condições todas da democracia social e política. Como resultado, as contribuições do pensamento social latino-americano dos anos 60 e 70 –incluído o *indianista*- forneceram um importante aporte ao pensamento crítico pós-colonial e às lutas libertárias mundo afora. Favoreceram também a ampliação do espectro político para debater a *questão plurinacional* como base da democracia intercultural contemporânea –principalmente na Bolívia e no Equador. Neste trabalho apresentamos as contribuições, ao longo do século XX e início do XXI, do pensamento social e político latino-americano sobre a *questão nacional*, até desembocar na *questão plurinacional*, cujas formulações sobre democracia –a despeito dos problemas concretos em cada experiência histórica- podem ser consideradas como as experiências mais avançadas.

Palavras-Chave: Pensamento Crítico Latino-americano, Democracia, Questão nacional, Questão plurinacional, Povos Indígenas

Abstract

Latin America has experienced in the last years a process of ethnicization of politics as a result mainly of the struggle of social movements unsatisfied with their position in national projects since Republicans statutes were instituted. The ethnicization of politics introduces a new problem to the *national question* that is the *pluri*national question. Throughout the 20th century, the *national question* was located in the center of social thoughts in Latin America and in the political struggles. The *national question* would be the different dimensions of the *dependency of the states*, *social heterogeneity* and lack of *integration* - especially with indigenous peoples-, besides the necessary formation of *national states.* These all are conditions of social and political democracy. As a result, contributions of 60s and 70s Latin American social thought -including the *indianist* one- have provided an important contribution to the postcolonial critical thought and to the libertarian struggles around the world. They also favored the expansion of the political spectrum to discuss the *plurinational question* as the basis of contemporary intercultural democracy -mainly in Bolivia and Ecuador. We present the contributions of the Latin American social and political thought on the *national question* - throughout the 20th century and the beginning of 21st one- until it became in *plurinational question,* those formulations about democracy can be considered as the most advanced experiences -despite the specific problems in each historically experience.

Keywords: Latin American Critical Thought, Democracy, National Question, Plurinational Question, Indigenous People

1 Docente pesquisadora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

A DEMOCRACIA INTERCULTURAL: DA QUESTÃO NACIONAL À QUESTÃO PLURINACIONAL

O processo de construção e a aprovação dos textos constitucionais dos Estados Plurinacionais no Equador (2008) e na Bolívia (2009) indicam o alargamento dos sentidos da democracia para além do campo da política ou do social: introduzem-se concepções outras de organização do poder e da justiça, e se reconhece a formação territorial a partir de parâmetros culturais, o que permite a existência legítima de tempos de produção e a apropriação diversa do espaço.

Parecem ser os textos constitucionais, assim, uma resposta promissora para certa compreensão de democracia mais ampliada, em termos de interculturalidade e a partir da formação estatal específica que é a *plurinacional*.

Com a aposta na formação de *Estados Plurinacionais* parece ser que se busca uma resposta para pendências históricas em América Latina –embora não apenas nesta região- que desde o século XIX, desde os estatutos republicanos, vêm sendo tratadas como a *questão nacional*: o desafio para dar conta da *carga colonial* e do *atraso* material das economias regionais, em cenários em que o capitalismo já teria se consolidado globalmente, e de integrar territórios nacionais não totalmente controlados pelo Estado ou, principalmente, de gerir as comunidades indígenas e afrodescendentes dentro dos projetos de *Estado-Nação*.

Neste trabalho recuperaremos o debate secular sobre a *questão nacional* no pensamento crítico latino-americano. Propomos avaliar a contribuição desta linha de pensamento que, muito embora não tenha conseguido impor sua hegemonia ao longo do século XX contra a corrente liberal-positivista, também secular, conseguiu, porém, aportar -desde nosso ponto de vista- com um projeto intelectual e político que ora permite o alargamento dos direitos e da democracia nos projetos *plurinacionais*.

Saldamos assim, também, uma dívida com autores que, desde o início do século XX, mas principalmente depois dos anos 1960, e ao longo das duas décadas seguintes, contribuíram para pensar a *questão nacional* como projeto intelectual e político *localmente* engajado. Posteriormente, o cenário de ditaduras até final dos anos 1980, e o choque das reformas estruturais neoliberais posteriores, teriam obrigado a deixar de lado a principal produção crítica deste movimento intelectual e político, para dar lugar a um novo pensamento crítico com características pós-coloniais. A tese que nos propomos a desenvolver neste trabalho é que, muito embora a aparente ruptura entre ambos os momentos do pensamento crítico latino-americano, há não obstante uma continuidade nas reflexões sobre a *questão nacional*, adaptadas aos novos desafios que propõe a *questão plurinacional*.

Começaremos, então, pelas contribuições do marxista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) e sua crítica sobre a *questão nacional* para um Peru de início de século XX, que poderia valer para um projeto Indo-americano.

O socialismo indo-americano de José Carlos Mariátegui

Como estudioso profundo do marxismo, José Carlos Mariátegui pensou a *questão nacional* inspirado na revolução socialista a partir de um setor popular socialmente heterogêneo: um proletariado urbano pequeno, reduzidas classes médias intelectuais, mas um contingente largamente majoritário de camponeses indígenas, os quais, muito embora desarticulados organicamente, haviam iniciado já, na década de 1920, uma série de revoltas rurais que anunciavam o esgotamento do modelo econômico dominante no Peru, a agricultura *gamonal*[2]. Ao considerar o potencial dos indígenas, Mariátegui conseguiu vislumbrar um horizonte revolucionário possível para o *socialismo indo-americano*, já que a sobrevivente estrutura comunitária do *ayllu*, de características de trabalho e propriedade coletivas, poderia ser a base das novas relações materiais.

Este modelo -aqui sumariamente apresentado- sintetizava o modo original como Mariátegui interpretaria a solução da *questão nacional* no Peru, desde um marxismo relutante com a ortodoxia da *3ª. Internacional Comunista* que, então, estava em franca expansão na América Latina com seu projeto *etapista* da revolução. Sabe-se que depois da Revolução Russa de 1918, as lutas nacionalistas antioligárquicas e anti-imperialistas da burguesia no Leste Asiático induziram a *Internacional* a pensar que o processo revolucionário deveria começar pelo desenvolvimento de uma burguesia nacional e nacionalista, para logo em seguida os comunistas se engajarem na verdadeira revolução proletária.

Mas Mariátegui entendia que na América Latina, diferentemente do leste asiático, a incipiente burguesia -no começo basicamente comercial- não havia desenvolvido seus interesses particulares de classe antagônicos ao latifúndio *gamonal*, como seria de se esperar. Pelo contrário, no Peru a burguesia atuava aliada ao *gamonalismo*, intermediando o capital internacional, pelo que seria incapaz de desenvolver qualquer projeto estatal de ambição nacionalista liberal. Pelo contrário, à medida que as forças populares se organizavam, o autor observou que a posição liberal-democrática da burguesia se transfigurava em versões mais coercitivas de exercício do poder, com matizes saudosos, inclusive, a valores aristocráticos coloniais, o que incluía também uma aversão doentia à nação indígena.

Por esse motivo Mariátegui desconfiava da burguesia, e se negava a compactuar com o *nacionalismo democrático* transclassista de intelectuais como o do militante Victor Haya de la Torre (1895-1979), que também com um programa anti*gamonal* e anti-imperialista, incluíam porém a burguesia local.

Ao negar-se a aceitar o caráter revolucionário da burguesia peruana, Mariátegui apontou

2 O *gamonalismo* é o tipo de poder particular que o latifúndio estabeleceu regionalmente no Peru, a partir de formas locais de servidão impostas ao *camponês-indígena*. Por extensão o conceito permite explicar as relações de produção do latifúndio na América indígena na maior parte do século XX. É um poder econômico e político que nasce com a usurpação e posse das terras comunitárias, e que se estende à família do *gamonal* pelo controle de todo o suporte administrativo e político regional. Assim, o *gamonalismo* é a combinação de posse de terra, controle político regional e um modo peculiar de exploração de mão de obra indígena (Mariátegui, 2007 [1928]; Flores Galindo, 2001; Quijano, 2007).

precocemente para o caráter do que seriam as democracias liberais latino-americanas: "*La palabra democracia no sirve ya para designar la idea abstracta de la democracia pura, sino para designar el Estado demo-liberal-burgués. La democracia de los demócratas contemporáneos es la democracia capitalista. Es la democracia-forma y no la democracia-idea*." (Mariátegui, 1928b:25).

Apostou, em oposição, num novo bloco socialista de setores populares, em que os operários teriam a tarefa de articular as classes médias intelectuais e as comunidades indígenas sob uma ética pautada pelo *indo-socialismo*.

Aqui subjaz uma das interpretações mais originais até então produzidas sobre a situação latino-americana e que denunciava as teses dualistas, de resto comuns na leitura liberal ou no marxismo mais ortodoxo, que se concebiam o *progresso* ou *desenvolvimento* das forças produtivas como horizonte de transformação para os setores *atrasados* e *tradicionais*.

A posição de Mariátegui contrariava tanto os positivistas quanto a *Internacional Comunista*. Para ele, na América Latina os tempos produtivos não se sucediam, mas coexistiam sem profundas contradições: a economia comunitária era subsumida à produção "*semifeudal*" gamonal que, pelo seu turno, se adaptava de modo subordinado e funcional à lógica do capitalismo mundial (Mariátegui, 1928a, 1929, 2007[1928]). Por isto, o processo europeu, em que um modo de produção fora superado por outro, ou o asiático, em que a burguesia nacionalista se impôs sobre o regime dinástico, na América Latina se dava, conforme o autor, como uma totalização de diversas modalidades produtivas funcionalmente articuladas ao capital internacional.

Ao romper com o pensamento dualista e historicista, Mariátegui pôde enxergar, então, que as condições para a revolução já estavam estabelecidas na experiência comunitária indígena, pelo que as lutas latino-americanas deveriam ser ao mesmo tempo *antigamonais*, anticoloniais e anti-imperialistas, e se organizar rumo ao *socialismo indo-americano* a partir da estrutura complexa indígena já existente.

Estas premissas inspiraram, como veremos, as futuras lutas libertárias latino-americanas.

Assim, o caráter da *questão nacional* e o caminho da revolução socialista indo-americana para Mariátegui indicam também o sentido que ele outorga ao caminho *democrático* das transformações na região, como mero *reformismo* nacionalista (Mariátegui, 1959).

A morte prematura de Mariátegui esvaiu seu projeto socialista, enquanto diversos processos ditatoriais se espalharam na América Latina até fins do século XX. Nesse período, também, a influência norte-americana foi se consolidando em políticas de *modernização* orientadas para as *etapas de crescimento*[3].

3 "*Etapas do crescimento econômico*", obra de Walter Whitman Rostow (1916-2003) publicada em 1952, ofereceria a chave do desenvolvimento econômico das sociedades tracionais para alcançar o alto consumo massivo. O governo Kennedy (1961-1963) encarregou-se de promover as *etapas* na América Latina, com assessoria do próprio Rostow, que era economista e político liberal. Programas como a *Aliança para o Progresso* (1961-1971), cujo foco era o investimento produtivo na forma de

As teses da *industrialização pela substituição de importações*, a partir de categorias como *centro-periferia* da CEPAL traduzem a aposta na *modernização*. Desta linha de pensamento, desprende-se a obra *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns dos seus Principais Problemas*, escrita em 1949 por Raúl Prebisch (1901-1986), cuja influência foi decisiva nos programas de *modernização* dos regimes civis e ditatoriais da época na América Latina, principalmente os modelos *populistas* da segunda metade do século que deram base e sustentação ao que se chamou de *modernização conservadora*.

Democracia, Populismo e *Modernização Conservadora*

Modernização conservadora é o qualificativo com que Otavio Ianni (1983) designa a política de desenvolvimento industrial acelerado no Brasil, que introduz desde a década de 1930, também, uma base técnica nova na produção rural. O aspecto conservador se refere ao fato de tal modelo ter mantido a estrutura fundiária altamente concentrada.

A falta de processos democráticos também marca este modelo, embora a tutela do povo pelo Estado garanta ao governo apoio massivo do povo. A este tipo de modernização sem perfil democrático, mas apoiado no fenômeno da massa, a teoria política tem dado o nome polêmico de *populismo.*

As experiências mais conhecidas do fenômeno do *populismo* na América Latina, o *varguismo* no Brasil, o *peronismo*, na Argentina e o *cardenismo*, no México, vieram da década de 1930. Nas décadas seguintes tiveram vez Velasco Ibarra no Equador, Velasco Alvarado no Peru, Arbenz na Guatemala, Ibañez no Chile, e Paz Estenssoro na Bolívia.

O resultado direto deste modelo foi o abalo das estruturas regionais de poder fundiário, com impacto negativo nas estruturas comunitárias do campo e dos indígenas que foram desmontadas, incidindo no êxodo desmedido às cidades e na degradação das paisagens urbanas.

As análises do *populismo* (Ianni, 1975; Chonchol, 1994) costumam frisar que a migração gerou certa disponibilidade moral da massa a aceitar as expressões da autoridade ou da vontade do governo, independentemente do seu teor democrático. Para tal, o carisma paternalista do líder garantiria a fidelidade da massa.

Pela análise, a politização teria cedido lugar a uma moral *clientelar,* e, por isso, o impacto do *populismo* se daria também na formação das classes. Segundo Ianni (1975), as oligarquias fundiárias perderam espaço na política latino-americana, sem que ao mesmo tempo uma nova classe liberal se alce para substituí-las. Igualmente, o *fenômeno da massa* teria impactado no desenvolvimento do proletariado como classe em formação.

capital, tecnologia e experiência dos Estados Unidos na região, eram o resultado desta política. A aposta no sucesso do modelo *rostowniano* tinha também o propósito de neutralizar a *cubanização* do continente.

Como resultado, as classes se combinariam e aglutinariam na *massa* sob uma ideia difusa de *nação* ou, melhor, sob um sentimento contra o que se considerava de *antinação:* o imperialismo e as oligarquias tradicionais.

O problema nesta interpretação mais difundida do *populismo* está nos silêncios que comete no tratamento da *questão nacional*: silêncios quanto ao *conteúdo nacional* em termos culturais dos setores populares, e quanto à substância democrática que se desenvolve também nos setores subalternos ora descaracterizados como *massa*.

Atrelar a *questão nacional* ao desenvolvimento da *substância democrática* de um povo não é uma questão banal para uma região como a latino-americana, onde a *matriz colonial* tem impedido *nacionalizar* a sociedade e formar um *Estado-nação*:

> [...] en ningún país latinoamericano es posible encontrar una sociedad plenamente nacionalizada ni tampoco un genuino Estado-nación. La homogeneización nacional de la población, según el modelo eurocéntrico de nación, sólo hubiera podido ser alcanzada a través de un proceso radical y global de democratización de la sociedad y del Estado. Primero que nada, esa democratización hubiera implicado, y aún debe implicar, el proceso de la descolonización de las relaciones sociales, políticas y culturales entre las razas, o más propiamente entre grupos y elementos de existencia social europeos y no europeos. No obstante, la estructura de poder fue y aún sigue estando organizada sobre y alrededor del eje colonial. La construcción de la nación y sobre todo del Estado-nación ha sido conceptualizada y trabajada contra la mayoría de la población, en este caso, de los indios, negros y mestizos. La colonialidad del poder aún ejerce su dominio, en la mayor parte de América Latina, contra la democracia, la ciudadanía, la nación y el Estado-nación moderno (Quijano, 2000:236-7).

Lembrar que na América Latina os projetos nacionais de Estado foram incompletos e mantiveram a colonialidade nos permite atenuar a noção de *massa* no *populismo*. Ianni (1975), quando analisa o fenômeno, parte do pressuposto da existência empírica de um *Estado-Nação*, e não parece caracterizar, como observamos, a composição *nacional* a partir da diversidade cultural pré-existente, mas apenas em oposição à *antinação*. De resto, desaparece da análise, também, qualquer aposta nas populações rurais da América Latina ou no seu potencial emancipatório a partir de suas experiências históricas e culturais, conforme o fizera Mariátegui.

O reparo feito aqui às premissas sobre o *populismo* se faz necessário já que elas vêm sendo usadas para interpretar o fenômeno dos *Estados Plurinacionais*. O termo de *neopopulismo* (Baquero, 2010; Demers, 2001, Vélez Rodríguez, 2011) designa a "*baixa institucionalidade política"* da Bolívia de Evo Morales, do Equador de Rafael Correa ou da Venezuela de Hugo

Chaves, mas qualifica e desabona também o *Lulismo* no Brasil ou a Nicarágua de Daniel Ortega.

Como outrora, o *neopopulismo* seria um fenômeno de *massa* como política de Estado, embora agora de *esquerda* e com respeito a procedimentos democráticos. Por isso, pode designar e julgar também as experiências sindicais, posições de intelectuais e de partidos populares contemporâneos, quando identificados com os movimentos populares, já que o foco seria ainda o *trabalhador* urbano, *policlassialmente* concebido, e os *novos movimentos sociais*. E é sobre eles que repousa a *política clientelar* e *assistencialista* do *neopopulismo*.

As experiências recentes latino-americanas, entretanto, merecem abordagens mais cuidadosas (Laclau, 2008, Santos, 2010, Villa; Urquidi, 2006) que entendam a formação *policlassista* destas experiências, mas sempre que atrelada aos pressupostos do *bloco plural* histórico que se forma em torno de um *núcleo popular*, isto é, sob um esquema que lembre antes o *nacional-popular* na acepção gramsciana, que o *populismo* acima referido, conforme veremos mais adiante.

Sem este cuidado, as análises contemporâneas do (neo)*populismo* latino-americano se arriscam a reduzir a heterogeneidade de experiências a um *dualismo* pobre e treinado nas epistemologias eurocêntricas sobre Estado e suas instituições *fortes* ou *fracas*. Como alternativa a esta leitura dualista propomos o conceito de *nacional-popular* que envolve as diversas dimensões da política e da diversidade social.

Especificidade da Dependência Regional

A superação da interpretação dualista da modernização latino-americana se dá na crítica seminal de obras como *Siete Tesis Equivocadas sobre América Latina*, publicada em 1965 pelo sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen. Na obra, o autor denuncia que o confronto de uma sociedade *"arcaica, tradicional, agraria, estancada o retrógrada"* com a "*moderna, urbanizada, industrializada, dinámica, progresista y en desarrollo"* teria sido devastador para entender os problemas de crescimento socioeconômico e político dos países latino-americanos: as economias rurais –a produção camponesa e indígena- foram consideradas obstáculo do desenvolvimento; apostou-se no potencial revolucionário nulo da burguesia regional e no frágil nacionalismo das classes médias urbanas; a via *mestiça* das alianças sociais e da integração teve impacto etnocida; e a esquerda apostou no dogma classial como base da articulação da frente popular.

Pelo contrário, deveria se denunciar as sequelas do capitalismo global para o Terceiro Mundo e sua posição periférica mediante leituras da *dependência* nas múltiplas dimensões da vida social. Esta tarefa resultou nas *teorias da dependência*, as mais criativas leituras da *situação periférica* no sistema-mundo capitalista. O *marxismo* localmente situado destes estudos –que se opunham a interpretações mais ortodoxas- foi basilar para compreender as *relações*

coloniais e a impossibilidade do crescimento regional quando atrelado ao capitalismo imperialista.

A análise *dependentista* da questão nacional aportou com elementos novos aos projetos anticoloniais mundo afora (Young, 2001), mas de fato na América Latina pouca luz trouxe para superar as relações coloniais. Até a década de 1960, a maior parte das lutas sociais na região teve um tom *obreirista* e urbano[4] que somente foi superado pelo *guevarismo* (Guevara, 1964; 1967) e a ação da *igreja dos pobres* fundada nos princípios filosóficos da *teologia da libertação* (Freire, 1967; Gutierrez, 1971, Dussel,1997). O campesinado estará no foco de estas experiências socialistas, o que não implica que a questão indígena também fosse vinculada.

Isto somente irá ocorrer pelo aparecimento dos primeiros intelectuais e líderes de origem indígena, avessos à ideia da integração dos índios nas políticas indigenistas. Muito embora no início, estes autores tenham buscado nas lutas libertárias do período pós revolução cubana uma fonte de inspiração, com o tempo eles assumiram uma agenda própria –às vezes oposta à marxista e à religião ocidental (Bonfil Batalha, 1981)- pautada no projeto da *descolonização*.

Então, a *questão nacional* passa a ser, segundo o sociólogo mexicano Pablo Gonzalez Casanova (1922-_), um eufemismo do *colonialismo interno*.

Questão Indígena e Colonialismo Interno

As políticas de modernização e populismo atuaram com especial violência física e simbólica sobre os povos indígenas. O *populista* Velasco Alvarado (1968-1975), por exemplo, decretou a reforma agrária no Peru, mas instituiu também a transformação do índio em *camponês-comunário*. Já no Brasil, enquanto o Estado abre estradas nas regiões amazônicas, em 1973, o Estatuto do Índio submete os povos indígenas à tutela do Estado.

Assim, as *políticas indigenistas* da América Latina têm sido exemplo eloquente do pensamento *moderno* colonial que reconhece a diversidade, mas a submete ao imperativo do progresso e do desenvolvimento. A história oficial do *indigenismo* latino-americano começa em 1940, quando o *Congresso Indigenista* de Patzcuaro, no México, harmoniza um corpo comum doutrinário e as tarefas dos governos participantes para resolver "o problema do índio". Sua "*Declaração Solene de Princípios*", no discurso inaugural do presidente mexicano Lázaro Cárdenas, anuncia: "nuestro problema no es conservar indio al indio, ni en indigenizar a México, sino en mexicanizar al indio. Para ello es necesario dotarlo con tierra, crédito y educación" (apud Pineda, 2012).

4 No "Marxismo na América Latina", Michael Löwy (1999) afirma que as diretrizes do Comitern aos partidos comunistas da região eram de preparar a *revolução por etapas*, a se iniciar pela revolução democrático-burguesa. Esta diretriz deu o tom classista e urbano às lutas regionais, impedindo que a preparação da luta se dirigisse, também, aos camponeses-indígenas. A exceção foi a insurreição armada em El Salvador, em 1932, liderada por Agustín Farabundo Martí (1893-1932), e sua tentativa de construção do socialismo a partir de conselhos de operários, soldados e camponeses. A luta armada se iniciou nas plantações de café e foi formada por camponeses indígenas.

O discurso de Cárdenas ilustra o espírito do indigenismo em marcha. Reconhece a contribuição dos povos indígenas à história mexicana, mas afirma a intenção de incorporá-los ao projeto nacional. Simbolicamente, ao ser um presidente *populista,* o *indigenismo* é transformado em versão *populista* da política de massa para os índios.

As lutas armadas deflagradas na Indo-américa a partir da década de 1960 serão por isso uma resposta à ética *populista* do *indigenismo*: emergem daí os primeiros intelectuais e líderes *indianistas* e os alvores da organização indígena contemporânea, lutando pela terra e contra as diversas formas de exploração do índio. Posteriormente, um plano mais abstrato de princípios e direitos será esboçado na retórica *indianista*, à medida que os movimentos avançam suas posições políticas na sociedade (Barré, 1983).

Um levantamento[5] minucioso (Bonfil Batalla, 1981) nos principais documentos do *indianismo* da época sintetizou algumas tendências fundacionais e tarefas deste projeto: reafirmar o pensamento político índio em contraposição ao da civilização ocidental; denunciar o colonialismo vigente nas relações racializadas e na razão genocida; reinterpretar a *história índia* na *história colonial* e denunciar a *invasão* e o *etnocídio* em oposição ao discurso da *conquista*; revalorizar os valores morais e comunais; recuperar os conhecimentos ancestrais e restabelecer a relação harmoniosa com a natureza. Finalmente, denunciar as mazelas da miséria, a fome, as doenças e condutas antissociais, como heranças da situação colonial e da erradicação dos métodos pré-coloniais de produzir a terra (Bonfil Batalla, 1981).

Observou também que, muito embora, até final da década de 1970, alguns movimentos indígenas atuavam aliados à luta armada ou em comunidades de base da igreja católica, os ideólogos *indianistas* tendiam também a se emancipar das religiões ocidentais e do marxismo, fontes concebidas de eurocentrismo e de valores civilizatórios alheios:

> El 'soplo vital' del pensamiento de Occidente es la razón. De Sócrates a Kant, y de Kant a Marx, la razón marcha en línea recta […]. Occidente desde su mito: la serpiente del paraíso que tienta a Eva, y Caín que mata Abel; hasta el resplandor de Atenas […], la Roma […], la noche de 12 siglos de feudalismo medieval; la revolución francesa […], la revolución rusa; Alemania de Hitler […] Hiroshima y Nagassaki… es la marcha de la razón en tiempo rectilíneo. […] El pensamiento en el Nuevo Mundo no es la 'razón genocida'. Es la razón cósmica: razón vital […] sin hambre ni opresión. (Reinaga 1981a:74). [6]

Crescentemente, esta crítica se concentrará na relação entre a mentalidade colonial e a

5 Trata-se de documentos históricos e de análise produzidos por intelectuais e movimentos indígenas, que foram organizados e publicados por Bonfil Batalla (1977; 1981). Reúnem-se neles projetos políticos que começam a se configurar, e as conclusões dos primeiros encontros regionais dos movimentos. A *Declaração de Barbados II*, publicada em 1977, por exemplo, sintetiza a situação social, econômica e política conforme os indígenas, e apresenta o projeto de autonomia para os povos indígenas. O debate contemporâneo sobre o direito às autonomias indígenas nasce, assim, nesta época.

6 Originalmente publicado em 1974.

opressão capitalista[7], buscando firmar uma civilização *paníndia*[8] que reunirá a diversidade de povos e culturas indígenas, vítimas comuns da história colonial, em prol de um futuro descolonizado.

De fato, o *indianismo* tem características nem sempre conciliadas entre intelectuais ou com os movimentos indígenas. Assim, um viés mais essencialista ou restaurador do passado pode se opor a um foco mais reformista ou afinado com os ideários revolucionários socialistas. Para um setor, a situação de classe era considerada parte das relações coloniais, e gerava uma solidariedade entre classes e etnias oprimidas. Mas para outro, uma classe oprimida não era igual a uma etnia oprimida, mas pelo contrário, poderia ser também opressora.

Este *indianismo* vingou até final da década de 1970. Seus ideólogos foram os bolivianos *quéchua-aimaras* Fausto (1981a) e Ramiro Reinaga (1981b), os peruanos *quéchuas* Guillermo Carnero Hoke e Virgílio Roel Pineda, além do *maya* Antonio Pop Caal, da Guatemala; e o *mixteco* mexicano, Franco Gabriel Hernandez (Bonfil Batalla, 1981), entre outros. Criou também instrumentos políticos importantes como o *Manifesto Tiawanaku,* de 1973, que deu suporte ideológico ao *Movimento Katarista* da Bolívia. A *Declaração de Barbados II*[9], em 1977, se dispôs a pensar os procedimentos da *Descolonização.*

Foi um rico período de emergência de um pensamento índio. Destes debates resultaram duas conclusões categóricas: não é possível entender o problema indígena, sem também trabalhar as dimensões *nacional* e *política*, pois: "el contenido profundo de la lucha de los pueblos indios es su demanda de ser reconocidos como *unidades políticas*". Daqui, o segundo aspecto: "[as organizações indígenas], implícita o explícitamente, afirman que los grupos étnicos son entidades sociales que reúnen condiciones que justifican su derecho a gobernarse a sí mismas, bien sea como naciones autónomas, o bien como segmentos claramente diferenciados de un todo social más amplio" (Bonfil Batalla, 1981:50). O reconhecimento da unidade política das comunidades e seu direito a autonomia são, pois, a *questão nacional* para os povos indígenas, e sua compressão do procedimento *democrático*. Evidentemente, tal será o espírito das resoluções da *III Declaração de Barbados,* em 1993, quando os termos das autonomias estarão no centro do debate.

Desde então, os povos indígenas têm avançado posições para legitimar e legalizar as

7 "Únicamente [...] el dominio sobre la mente permite el dominio de las riquezas, del trabajo, de los gobiernos, etc. Imperialismo económico y coloniaje mental son causa y efecto, uno del otro, en un proceso incansable y creciente" (Reinaga, [1972], 1981b: 88).

8 A *Declaração de Barbados II*, de 1977, coloca a primeira orientação para as lutas libertárias que passam por "[c] onseguir la unidad de la población india, considerando que para alcanzar esta unidad el elemento básico es la ubicación histórica y territorial en relación con las estructuras sociales y el régimen de los Estados Nacionales, en tanto se está participando total o parcialmente en estas estructuras. A través de esta unidad, retomar el proceso histórico y tratar de dar culminación al capítulo de colonización" (Declaración de Barbados, [1977], 1981: 415)

9 Diferentemente da *Declaração de Barbados I,* de 1971, que reuniu antropólogos da região, gerando vários documentos de referência para os indígenas com foco na autonomia e no colonialismo de Estado, a *Declaração de Barbados II,* seis anos mais tarde, teve importante participação e protagonismo dos indígenas. Aqui se definiram os rumos do *indianismo* (Bonfil Batalla, 1981).

autonomias onde fossem demandadas[10]. E são questão central do debate político nos Estados Plurinacionais, em que pese à consagração de um corpo doutrinário específico, as comunidades indígenas ainda enfrentam a rigidez das formas clássicas do Estado centralizador e colonial para garantir este direito (Santos; Exeni Rodriguez, 2012; Santos; Grijalva, 2012).

Além das lutas autonômicas, a denúncia das relações coloniais está na base do pensamento *indianista* e de uma linha de análise de teóricos críticos latino-americanos sintetizada sob o conceito de *colonialismo interno*, recuperado pelo sociólogo mexicano, Pablo Gonzalez Casanova, na década de 1960.

A ideia que repousa sob o conceito, "[e]ufemísticamente llamado de *cuestión nacional*" (Gonzalez Casanova, 2006:413), trata das relações metrópole-colônia que se reproduzem ao interior das colônias:

> Los pueblos, minorías o naciones colonizados por el Estado-nación sufren condiciones semejantes a las que los caracterizan en el colonialismo y el neocolonialismo a nivel internacional: habitan en un territorio sin gobierno propio; se encuentran en situación de desigualdad frente a las elites de las etnias dominantes y de las clases que las integran; su administración y responsabilidad jurídico-política conciernen a las etnias dominantes, a las burguesías y oligarquías del gobierno central o a los aliados y subordinados del mismo; sus habitantes no participan en los más altos cargos políticos y militares del gobierno central, salvo en condición de 'asimilados'; los derechos de sus habitantes y su situación económica, política, social y cultural son regulados e impuestos por el gobierno central; en general, los colonizados en el interior de un Estado-nación pertenecen a una 'raza' distinta a la que domina en el gobierno nacional, que es considerada 'inferior' o, a lo sumo, es convertida en un símbolo 'liberador' que forma parte de la demagogia estatal; la mayoría de los colonizados pertenece a una cultura distinta y habla una lengua distinta de la 'nacional'. (González Casanova, 2006:410)

Para Gonzalez Casanova, há três componentes que sustentam a *questão nacional*: (a) a *marginalidade*, típica de sociedades subdesenvolvidas em que uma parte importante da população não participa dos benefícios do desenvolvimento que são controlados pelo setor dominante, (b) a *pluralidade social* que divide a sociedade pela origem castiça, branca ou mestiça, de um lado, e do outro os *indígenas* e *afrodescendentes*, e (c) articulando-se com ambas, o "preconceito, discriminação, [e] exploração do tipo colonial" (Gonzalez Casanova, 1980:104).

10 A autonomia dos *Miskitos* na Nicarágua, na década de 1980, foi a experiência inaugural de *autonomia,* em acordo de paz assinado com o Estado. Duas décadas mais tarde, foi a vez dos zapatistas, no México, já no início do século XXI, quando as autonomias são anunciadas à margem da ordem institucional e em territórios em que o Estado historicamente esteve, e decidiu continuar, ausente.

Sem negar as contradições de classes, o *colonialismo interno* agrega a diversidade às divisões sociais, trazendo à tona a exploração de comunidades étnicas, de nações independentes, de regiões dentro de um mesmo país, de povos que exploram outros, que impõem sua forma de governo, sua legislação e justiça, e que impedem a possibilidade ulterior do povo oprimido exercer sua autonomia e alteridade.

Muito embora na década de 1960, quando o conceito foi reavido não implicasse formas de dominação posteriormente advertidas pela crítica pós-colonial -relações de gênero ou hierarquias epistemológicas, por exemplo-, o *colonialismo interno* permitiu ampliar o suposto da exploração para além das *classes*. O cenário de renovação socialista, pós-59, das lutas libertárias do mundo afora, e contra a modernização conservadora de fato contribuiu para esta ampliação de conceito.

A consciência dos poderes coloniais e da luta contra o *colonialismo interno*, entretanto, não irá impedir a cilada da mistificação da etnicidade na política. Não é incomum que as lutas étnicas menosprezem o debate de conteúdo classista e que as lutas anticoloniais pela democracia e a emancipação ocorram separadas das lutas contra as relações de produção. As esquerdas ainda insistem também em subordinar a dimensão étnica à dimensão de classe.

A situação de dependência econômica, de desintegração social e nacional, ou territorial, finalmente, ainda não encontrou uma resposta consistente no discurso anticolonial, de modo que as lutas pelas autonomias indígenas não podem ser um objetivo em si mesmo, alheio à situação nacional de dependência num sistema mundo capitalista.

De qualquer modo, quando os indígenas irromperam diretamente na política nacional, contrariando seu destino de *massas passivas e manipuláveis*, não foi possível continuar a ignorar suas diferentes concepções de fazer política e sua vontade de se autogovernar.

A teoria crítica eurocêntrica tem relacionado o grau de desenvolvimento das forças produtivas de um país, ao nível de consciência de uma classe para desempenhar suas tarefas históricas. Porém, a luta dos povos indígenas latino-americanos, em cenários despidos de progresso -no sentido moderno da palavra-, indica que paralelamente à luta pela manutenção das suas culturas, os indígenas adquiriram uma capacidade política em termos de autodeterminação, base fundamental da democracia.

Indicaram, assim, que os povos indígenas podem ser base e núcleo, também, de um novo bloco popular na América Latina e que essa alternativa deve ser a base de um projeto de Estado-Plurinacional.

Questão Nacional e a Formação de um Bloco Popular

A tendência da teoria política a tratar dos Estados Plurinacionais como fenômenos contemporâneos de *neopopulismo* impediu perceber tal grau de desenvolvimento político dos povos indígenas e o conteúdo do *nacional-popular* nos projetos iniciados em países

como a Bolívia e o Equador.

Aliás, a teoria política tem considerado como sinônimos os conceitos de *populismo* e *nacional-popular* (Germani, 1962). Mas há entre eles uma distinção ontológica importante: o *nacional-popular* pressupõe a existência de um conteúdo social emergente e potencialidades que a análise do *populismo* latino-americano torna invisível.

Tomamos emprestada a noção de *nacional-popular* da nova esquerda europeia, particularmente da teoria crítica inglesa (Forgacs, 1993) preocupada com o avanço da política de massa conservadora na Europa.

A distinção que inspirou a *nova esquerda* nasceu nos trabalhos de Antonio Gramsci (1891-1937), e sua preocupação por articular os setores populares dispersos num *bloco histórico* e numa nova hegemonia sob a liderança do proletariado. O sentido de *nacional-popular* em Gramsci (2000; 1982) não se refere a uma *massa* abstrata, mas ao conteúdo político e cultural dos setores subalternos que compõem a *ampla base* de classes populares, cujos interesses são potencialmente coincidentes: emanam da *vontade coletiva* e da *concepção* compartilhada *de mundo* geralmente contra a opressão. É nesse sentido que Gramsci (1970) afirma que *todo homem é um filósofo*, cuja *concepção de mundo* pode se transformar em *consciência crítica do mundo*.

A ideia que sustentava o *nacional-popular* e que originaria depois a tese do *bloco histórico* propunha superar a estreita concepção corporativa de classe, adentrando no plano subjetivo que Gramsci nomeia de *vontade coletiva*: "vontade como consciência ativa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo". Logo, pergunta:

> Quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? Em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país em questão e uma representação 'dramática' das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos (Gramsci, 2000:17).

O *nacional popular* em Gramsci distingue o conteúdo social que é qualificado pela *consciência prática* de um povo, numa realidade concreta e a partir de suas experiências contra sua situação de opressão.

Nasce da urgência histórica de dar uma resposta ao fascismo, quando o bloco conservador de poder econômico e militar, que se sustentava na enorme base dos camponeses, tornava inviável qualquer ação revolucionária frontal na Itália.

O projeto de Gramsci seria construir uma contra-hegemonia a partir de um *bloco histórico* novo com o partido comunista, cujo papel seria articular as forças populares emergentes em torno do proletariado, e logo realizar com o *bloco* a transição para a verdadeira Revolução.

Muito embora o termo em Gramsci careça de sentido político imediato, pois é antes uma articulação cultural da hegemonia, o *nacional-popular* e seus derivados –*popular-nacional*, *povo-nação*, *nação-povo* (Gramsci, 2000, 1982) - lhe permitem idealizar um projeto a partir *também* da cultura em países como a Itália que, até o início do século XX não havia sido unificada sob uma cultura nacional. O projeto *nacional-popular* fará coincidir, assim, Estado e *nação* com o que existe de *povo*.

Levemos a reflexão para o que nos interessa: aparentemente a questão é distinguir como a *política de massa* do Estado -ou de outras instâncias de organização social- ativa a vontade popular, com foco na formação de um bloco alternativo e contra-hegemônico. O fator classista para Gramsci é essencial, pela centralidade do proletário no projeto político, mas a valorização de aspectos culturais e da vontade popular introduz no debate fatores subjetivos qualitativamente distintos daqueles que as teorias sobre o *populismo* observam na emotividade e passividade da *massa*.

Foi em Gramsci que alguns dos teóricos mais importantes do pensamento crítico latino-americano -como Rodolfo Stavenhagen, Enrique Dussel, René Zavaleta Mercado, para citar apenas alguns em si bastante distintos- inspiram suas reflexões sobre as culturas populares e os projetos *nacional-populares*.

René Zavaleta Mercado (1935-1984), sociólogo boliviano, avançou com originalidade na compreensão de "*Lo Nacional-Popular en Bolivia*", obra póstuma publicada em 1986. O conceito lhe permitiu explicar o país de composição social heterogênea –que chama de *abigarrada*[11]-, de difícil inteligibilidade pelas categorias explicativas das sociedades ocidentais. Zavaleta Mercado tinha também uma urgência política: entender como, um país *abigarrado* poderia desenvolver um grau de *autodeterminação* social capaz de protagonizar grandes feitios, como a Revolução Nacionalista de 1952, ou as multitudinárias manifestações camponesas-indígenas em defesa da democracia, no final dos anos 1970.

A tese de Zavaleta Mercado (1983, 1986) é que em sociedade *abigarrada*, a forma estatal não traduz a diversidade de povos que contém.

Assim, para conhecer o conteúdo latente das sociedades *abigarradas*, Zavaleta Mercado propôs a análise das *crises,* pois, "[l]a crisis […] no sólo revela lo que hay de nacional en Bolivia, sino que es en sí misma un acontecimiento nacionalizador. Los tiempos diversos se alteran con su irrupción" (Zavaleta Mercado, 1983:19).

O pressuposto é que nas grandes convulsões sociais –como a Revolução de 1952- as formas rotineiras de mediação social, principalmente as coercitivas, entram em situação de colapso, e nos interstícios do bloco que se fratura, as *massas* podem finalmente expressar em ações

11 O significado de *abigarrado* encontra-se disseminado na obra de Zavaleta Mercado. Luis Tapia (2002) sintetiza o conceito de modo muito rico: o *abigarrado* é uma diversidade múltipla, de tempos históricos e de Histórias diversas, com formas políticas ou estruturas de autoridade que implicam diversidade cultural ou, em sentido mais amplo, de civilizações que coexistem dentro do que se chama nação ou país. Aqui, tempo histórico é a organização do movimento das sociedades a partir do princípio organizativo de seu momento produtivo ou de seu próprio padrão de transformação da natureza.

toda a experiência dormida da *nação real:*

> [U]n número no demasiado grande de hombres, con sentido de la concentración y algún grado de temeridad táctica, puede expresar tendencias que están escondidas en el "sueño" de la sociedad. [...] Una parte [*da massa*] quiere (querer, equivale a "querer" de modo estatal, a voluntad de poder) en nombre de otra o, de alguna manera, manifiesta lo que la otra contiene y no conoce aún. (Zavaleta Mercado, 2009a:139).

Na crise, a massa ensina –no sentido de instruir e também revelar- o que sabe e acumulou historicamente nas experiências de luta como classe e como etnia desde a colonização. Mostra suas forças e as coloca à prova, exercita seus conhecimentos e valores, suas melhores práticas e propostas, e também expõe os limites do seu horizonte político. Por isso, também, a aparição da massa como fenômeno social durante a crise é pedagógica para si mesma e para os outros: permite entender *a história das diversidades* e o rumo das suas potencialidades.

A esta vontade e conhecimento prático acumulados, Zavaleta Mercado chama indistintamente de '*acumulação no seio da massa*' ou '*da classe'* pois nas sociedades em que as classes sociais estão inevitavelmente mediadas pela situação étnica colonial, não é possível distinguir uma experiência histórica concreta desde o dado cultural apenas ou pela posição do sujeito na produção. Assim, o conceito de *massa*, completa o conceito de *classe*.

Mas a *massa* somente aparece no momento da *crise*, quando irrompe na mobilização com seu conteúdo essencialmente anti-estatista, e o faz articulando o heterogêneo e a dispersão social, para transformar-se potencialmente num *bloco social* alternativo.

Rejeita, assim, o sentido que os estudiosos do *populismo* dão ao conceito de *massa*, pois o *nacional-popular* parte da premissa de que existe um conteúdo político que é capaz de constituir um *bloco popular* formado nos atos da *massa*.

Eis a contribuição de Zavaleta: os outrora setores *atrasados*, agora são considerados capazes de manifestar aspirações e vontade coletiva em torno a projetos emancipatórios. A forma coercitiva e *aparente* do *Estado* impediu à teoria social entender o conteúdo real histórico deste povo, restando apenas considerá-lo como *massa* típica do [neo]*populismo*. Esta incompreensão é maior quando se trata dos povos indígenas, cuja alteridade é menos compreendida pelo pensamento colonizado. Por isso, a dificuldade de notar o projeto emancipatório *nacional-popular* constituído em países de grande presença indígena.

A partir dos anos 1980, as reformas desnacionalizadoras do aparato e da autonomia estatal fraturaram também o eixo da organização das resistências da esquerda na América Latina, especialmente os sindicatos e os partidos tradicionais. Mas isto permitiu, também, a visibilização do movimento indígena na América Latina, com suas agendas diferenciadas.

Surge, então, um pensamento renovado na América Latina, na trilha da crítica pós-colonial, em que novas questões como o gênero são colocadas junto às lutas étnicas. Os críticos pós-coloniais latino-americanos (Quijano, 2000; Dussel, 2004; Mignolo 2000, Lander, 2000) vem denunciando a *matriz colonial* que se impôs ao resto das civilizações nos planos material e filosófico, e as práticas que em conformidade com as hierarquias eurocêntricas privilegiam o *homem heterossexual/ branco/ patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/ europeu* (Grosfoguel, 2010).

Não se trata mais, agora, de integrar dentro do Estado-nação a diversidade de povos marginalizados, mas de assumir que há um problema com a própria forma estatal, e que as hierarquias coloniais a ela atreladas criaram um *território existencial ilegítimo e ininteligível,* separado do território *reconhecido* como *universal* (Santos, 2007).

O acesso a diversas instâncias de poder pelos movimentos sociais, principalmente os indígenas, permitiu mais que nunca enxergar quanto a matriz de poder estaria arraigada na forma concreta do *Estado-Nação*. Por isto, este molde institucional e jurídico é o foco das críticas a partir do qual se busca construir um projeto descolonizado de Estado. Daqui surge, progressivamente, com foco revigorado, a famigerada *questão nacional*, mas em moldes novos, como a *questão plurinacional*.

Na *questão nacional* havia a necessidade de resolver a integração da diversidade –cultural, política, territorial e econômica- num projeto nacional, estatalmente constituído com o povo, e que fosse capaz de consolidar o crescimento e desenvolvimento do país numa cenário de dependência econômica internacional capitalista.

A *questão plurinacional* ainda se desenvolve no cenário hostil das relações econômicas de centro-periferia típicas do sistema mundo-capitalista, muito embora o espírito *autonomista* –entendido como *autodeterminação* ou *soberania* no sentido que as relações internacionais reconhecem ao termo- dos instrumentos constitucionais criados nas constituições que reconhecem a questão plurinacional, i.e., na Bolívia e no Equador.

Quanto ao cenário interno, a *unicidade dos projetos nacionais* cedeu, pelo menos nos projetos constitucionais, à diversidade, com critério de *igualdade legítima*, em que o Estado reconhece e viabiliza a existência das diversas formas de organização política e reprodução social, ou de gestão do território e da propriedade. No princípio jurídico, é um Estado que aceita a *alteridade* vivida nos diversos modos de justiça e de conhecimentos da natureza, ou nos vários princípios de *bem viver*. Os Estados Plurinacionais, por isto, representam a expressão normativa mais depurada dos anseios de autonomia dos povos indígenas, e são um desafio para a imaginação política porque se definem como o campo mais avançado das lutas anticapitalistas e anticolonialistas.

O novo constitucionalismo (Santos, 2010:71-111) busca uma nova institucionalidade que inclua a plurinacionalidade, como reconhecimento de que a nação, como síntese da

identidade, está incompleta. Abre desse modo, a possibilidade de coexistência da diversidade de nações na comunidade cívica do mesmo Estado e do mesmo território.

Aceita uma nova territorialidade, com níveis distintos de autonomia e com diversos tipos de instituições, em que se possam exercer as experiências democráticas particulares, bem como a justiça comunitária e os novos critérios de gestão pública.

Finalmente, ao definir um novo Estado, a partir do princípio do *Sumaj Kawsay* (Vivir Bien), o novo constitucionalismo pode estar colocando as bases de uma alternativa distinta ao capitalismo, à dependência, ao extrativismo e ao modelo agroexportador, ora vigentes. O reconhecimento dos direitos da Mãe Terra (*Pachamama*), junto ao princípio do bom viver, implicam uma proposta de relação distinta com a natureza, em que ela não é mais considerada como capital, mas como patrimônio. Daqui pode emergir uma lógica de autodeterminação que controle o ritmo e o tipo de desenvolvimento nacional.

Entretanto, por ora, aparentemente, quando se esperava "la muerte del Estado-nación, que es la expresión colonial del Estado liberal y de la República, y la construcción del Estado plurinacional, comunitario y autónomo", o que se observa ainda é que "[s]e ha restaurado al Estado-nación y su mapa institucional con sus normas y estructuras liberales. Así, en vez de descolonizarnos, estamos recolonizándonos" (Prada Alcoreza, 2012:410).

Se esta constatação é um fato definitivo, ainda está por se ver. Por ora, possivelmente a conclusão possível seja que a *questão (pluri)nacional* na América indígena ainda é uma pendência a ser resolvida.

Referências Bibliográficas

Barré, Marie-Chantal (1983), *Ideologías Indigenistas y movimentos índios*. México: Siglo XXI.

Baquero, Marcello (2010), "Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política". *Sociedade e Cultura*, 13(2), 181-192.

Bonfil Batalla, Guillermo (org.) (1981), *Utopía y Revolución: El pensamiento Político Contemporáneo de los Indios en América Latina*. México: Ed. Nueva Imagen.

Bonfil Batalla, Guillermo et al. (1977), "La Declaración de Barbados II y Comentarios". *Revista Nueva Antropología*, II(7), 109-125.

Chonchol, Jacques (1994), *Sistemas Agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México: Fondo de Cultura Económica.

Demers, Jolle (org.) (2001), *Miraculous Metamorphoses: The neoliberalization of Latin American Populism*. New York, ZED.

Dussel, Enrique (1997), *Oito Ensaios sobre Cultura Latino-Americana e Libertação*. São Paulo:

Paulinas.

Dussel, Enrique (2004), “Transmodernidad e Interculturalidad: Interpretación desde la Filosofia de la Liberación”, *in* Raúl Fornet-Betancourt, *Crítica Intercultural de la Filosofía Latinoamericana Actual*, Editorial Trotta: Madrid, 123-160.

Flores Galindo, Alberto (2001), *Los Rostros de la Plebe*. Barcelona: Crítica.

Forgacs, David (1993), “National popular: genealogy of a concept”, *in* Simon During (org.). *The Cultural Studies Reader*. London: Routledge, 177-190.

Freire, Paulo (1967), *Educação como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GERMANI, Gino (1962). “Clases Populares y Democracia Representativa en la América Latina”. *Desarrollo Económico* 2(2),23-43. Consultado a 29.05.2013 em http://www.jstor.org/

A Questão do Conhecimento na Contemporaneidade: A Universidade e a Ecologia de Saberes por uma Cidadania Planetária

Silvia Elisabeth Moraes[1]
Ludmila de Almeida Freire[2]

Resumo

Este ensaio resulta de dois estudos sobre a questão do conhecimento na universidade contemporânea, visando à formação de uma Cidadania Planetária (CP) e tendo como categoria basilar a ecologia de saberes. A Ciência, diante de novas formas de interação e organização social, tem visto seu papel tradicional ser colocado em cheque. Nesse novo contexto epistemológico, a ecologia de saberes apresenta-se como postura de diálogo entre vozes antes alijadas. CP é concebida como significante flutuante que se articula em projetos concretos de acordo com os contextos discursivos em que estão inseridos e nos quais circulam idéias como internacionalismo, sustentabilidade, justiça social, que, em estreita relação com o conhecimento científico natural, vêm atribuir à CP seu conteúdo crítico. Destacamos a universidade como território de articulação da CP em toda a sua importância e abrangência.

Palavras-chave: conhecimento - universidade - ecologia de saberes – significante flutuante - cidadania planetária

Abstract

This text is about two studies on the issue of knowledge in contemporary university, aiming at the formation of a Planetary Citizenship (PC) and having as basic category the ecology of knowledges. Science, facing new forms of interaction and social organization, has seen its traditional role be put in check. In this new epistemological context, the ecology of knowledge is presented as a dialogue between voices that have been for long ignored. PC is conceived as a floating signifier. Floating signifiers are articulated into concrete projects according to the different contexts in which they are inserted and in which ideas such as internationalism, sustainability, social justice circulate in close relationship with the natural scientific knowledge. This is how PC acquires its critical content. We highlight the university as territory of articulation of PC in all its importance and scope.

Keywords: knowledge – university – ecology of knowledge – floating signifier – planetary citizenship

1 Graduada em Letras (Universidade Federal do Ceará), Mestre em Speech Communication (University of Illinois), Doutora em Educação (UNICAMP), com pós-doutorado na Universidade de São Paulo. Realizou Estágio Sênior/Capes no Instituto de Educação, Universidade de Londres (2013-2014). Professora da Faculdade de Educação da UFC, atua na área de Didática e Currículo. silviamoraes@ufc.br

2 Graduada em Pedagogia (Universidade Federal do Ceará-UFC), Mestre em Educação (UFC) com pesquisa sobre interdisciplinaridade no currículo das licenciaturas. Doutoranda em Educação pela UFC, realizou Estágio Doutoral (CAPES/DS – 2013-2014) no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. ludmilafreire@yahoo.com.br

1. Introdução

Esse ensaio resulta de dois estudos realizados pelas autoras sobre a questão do conhecimento no currículo da universidade contemporânea. O primeiro (Moraes 2014; 2015), iniciado no contexto da disciplina Didática para as licenciaturas da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2009, e continuado no Instituto de Educação da Universidade de Londres (2013), abordou *Cidadania Global como tema inter/transdisciplinar no currículo*. O estudo foi realizado em cinco universidades britânicas e contou com a participação de dez professores-pesquisadores dessas instituições.

O segundo estudo, em andamento, faz parte de uma pesquisa de doutorado em Educação na Universidade Federal do Ceará e contou com bolsa de estágio doutoral na Universidade de Coimbra em 2014 onde foi desenvolvido o tema *A universidade e a questão do conhecimento: o currículo acadêmico na perspectiva da ecologia de saberes.* A temática principal da tese em desenvolvimento se debruça sobre experiências epistemológicas emancipadoras no seio da universidade. Nesse sentido o estágio teve como objetivo a apropriação do referencial teórico do Prof. Boaventura de Sousa Santos, especialmente no que concerne a categoria ecologia de saberes no âmbito da sociologia das ausências.

Ao unirmos os dois estudos, Cidadania Global veio a se transformar em Cidadania Planetária pois o termo global carrega significados fortemente associados à globalização econômica que exclui grande parte dos habitantes do planeta. Cidadania Planetária, a nosso ver, inclui todas as outras esferas deixadas de lado pela lógica do mercado global.

No que concerne ao papel da universidade nesse cenário, a Ciência, eleita entre os diversos saberes como pedra angular do currículo acadêmico, diante do crescente acesso aos meios de comunicação e de informação que vêm delineando novas formas de interação e organização social, recebeu a sociedade civil como forte interlocutor e mecanismo regulador para além do Estado e da Indústria, fato esse que colocou em cheque seu papel tradicional.

Nesse novo contexto epistemológico, a ecologia de saberes apresenta-se como postura de diálogo e articulação entre saberes antes alijados, permitindo novas configurações do conhecimento consonantes com uma cidadania mais ampla. Essa cidadania, que chamamos de planetária, é concebida nesse trabalho como significante flutuante que se articula em uma variedade de projetos concretos de acordo com os contextos discursivos em que são inseridos. Tais contextos abrigam ideias como internacionalismo, cosmopolitismo, sustentabilidade, direitos humanos, justiça social, interdependência. Destacamos o papel da universidade como território de articulação da cidadania planetária em toda a sua importância e abrangência.

2. Contextualizando a questão

A universidade há muito tem sofrido certo descompasso entre as novas práticas sociais

e o conhecimento que em seu chão é desenvolvido. A análise dessa crise não é simples, pois implica tanto questões engessadas e conservadoras da própria cultura acadêmica e científica em seus diversos contextos, como a nível mais amplo esbarra em um momento de reestruturação social frente à formação de uma nova cultura globalizada que aproxima simultaneamente o global e o local, o real e o virtual.

Para Lyotard (1986), estando a humanidade na era da expansão tecnológica, dos textos eletrônicos, da difusão dos computadores e da informação, estamos à disposição das cambiantes configurações que essa nova realidade sugerir. Em Pereira (2000), o cenário atual produz diferentes formas de organização social que enfraquecem velhos hábitos e vínculos sociais, tornando a realidade hibrida, caótica e imprevisível.

A conjuntura apresentada tem recebido por alguns autores o nome de pós-modernidade (Lyotard, 1986; Hall, 2002), pois estes acreditam estarmos vivendo um momento de superação da perspectiva estruturalista, das metanarrativas, da visão teleológica da história, do abalo da confiança na ciência e racionalidade moderna. Para outros autores não se trata de um momento de ruptura com a Modernidade, mas sim algo como uma *Modernidade Líquida* (Bauman, 2001), ou uma *Hipermodernidade* (Lipovetsky, 2004), ou ainda uma *Alta Modernidade* (Guiddens, 1991), onde os pressupostos da razão moderna continuariam presentes, mas haveria agora uma maximização e uma potencialização de suas características, devido ao alto nível de avanço tecnológico em um momento de reorganização do capital, que tornam a realidade ainda mais incerta e transitória[3].

Os autores de ambas vertentes parecem convergir na percepção de que o atual momento histórico tem gerado para a sociedade em seus mais profundos aspectos um momento de crise, de mudança paradigmática, onde os pressupostos da era moderna parecem não dar mais conta da complexa realidade que criamos, gerando assim um processo de transição para um novo paradigma cuja organização ainda está em plena fase de maturação (Japiassú, 1986; Kuhn, 2001; Epstein, 1988).

Para Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas,* um paradigma consta de um conjunto de princípios e teorias aceitos por uma comunidade científica que devem reger e orientar todas as outras formulações a serem produzidas. Essa compreensão se evidencia com muita clareza nas chamadas Ciências Naturais. No caso das Ciências Sociais ou Ciências Humanas, Sousa Santos (2011a:67) irá destacar que mesmo tendo estas um caráter pré-paradigmático devido ao fato da própria natureza subjetiva do objeto e do pesquisador não promoverem um consenso paradigmático, "pelo que o debate tende a atravessar verticalmente todo o conhecimento adquirido", ainda assim, mesmo nestas ciências, a seta norteadora é a do paradigma da ciência moderna, apesar de estas já estarem a revelar há

3 Em nosso entendimento demarcar o atual momento histórico com essas nomenclaturas não é em si o mais importante, podendo mesmo tornar-se restritivo, visto a constatação da nossa limitação em acompanhar com profundidade as consequências geradas pelos últimos avanços tecnológicos e por essa nova dinâmica de comunicação e difusão da informação. Interessa-nos, sobretudo, a problematização realizada por esses autores sobre essas transformações, especialmente suas implicações epistemológicas.

algum tempo os sintomas de sua crise.

O cenário apresentado evidencia a necessidade de muitas instituições sociais precisarem ser revisadas no sentido de se ter repensada sua missão e remodelamento dentro de uma sociedade em mudança. No que tange à universidade pública brasileira, assistimos a polarização de dois discursos: o primeiro argumento esboça o reconhecimento de que a universidade passa por uma crise de legitimidade frente aos novos desafios sociais que lhes são postos, mas defendem a redefinição de sua identidade e, por conseguinte, sua missão social, reivindicando seu papel imprescindível na consolidação de um projeto político para a sociedade.

Na outra ponta, orquestrado pelo produtivismo neoliberal, encontramos um discurso que ataca a universidade, defendendo o seu desmantelamento a partir da justificativa de um anacronismo estanque. Para essa perspectiva a universidade é uma instituição falida e não corresponde às demandas do capital, travestidas muitas vezes nesse discurso como prementes necessidades para adequação ao novo século.

Nossa compreensão é a de que não é possível negar as mudanças irreversíveis de um mundo cada vez mais interconectado, imbuído de toda polissemia que o termo globalização pode assumir. Essa realidade implica, inevitavelmente, na mudança organizacional, cultural, epistemológica, mas sobretudo, ideológica das instituições sociais. Seguindo essa direção, a universidade é colocada numa posição tanto de repensar suas bases, como se fazer ativa no processo, contribuindo na consolidação de um novo paradigma.

É de fundamental importância destacar que o conhecimento e a tecnologia assumiram nessa sociedade de *capitalismo tardio* (Mandel, 1985) um papel econômico central na força produtiva, determinando assim o patamar hierárquico das nações de acordo com seu arsenal científico.

Da mesma forma, há que se considerar que mesmo o Estado mais desenvolvido em termos de domínio desse conhecimento não consegue resolver as profundas contradições e desigualdades sociais geradas pela dinâmica vigente. Desse modo, em uma instituição como a universidade pública, que no caso do Brasil vem se imbricando ao longo de todo século XX com a consolidação de um projeto político nacional (Santos, 2011b), resta a difícil tarefa de se posicionar de forma contra-hegemônica, mas ao mesmo tempo coerente com as transformações em curso.

Tendo em Boaventura de Sousa Santos grande expoente que contribui com obra para os mais diversos campos científicos, destacamos sua pertinência teórica para nos ajudar nesta reflexão na designação de dois elementos fundamentais presente em sua literatura: profícuo alicerce teórico no que diz respeito à análise de questões de cunho epistemológico, bem como o forte cariz político impresso em seu pensamento, onde identificamos a militância por um conhecimento engajado, comprometido com projetos sociais emancipatórios.

Ambos os elementos são tratados pelo autor de maneira indissociável nas relações sociais, assim como acreditamos que devem ser considerados no vasto esteio de interações que é a Educação. Desse modo, desejamos captar de seus escritos as possibilidades junto à Educação, especialmente no que concerne a questão do conhecimento desenvolvido na universidade, privilegiando seu potencial para contribuir com esse novo paradigma epistêmico sobre as bases políticas e identitárias que já começamos a defender que a universidade precisa assumir e que serão melhor detalhados no próximo tópico.

3. A Ecologia de Saberes como alternativa à monocultura do saber científico

A Ecologia de Saberes, perspectiva basilar da análise aqui procedida, deve ser compreendida no âmbito mais amplo da *sociologia das ausências,* investimento teórico desenvolvido por Santos (2006a). Trata-se de uma investigação que visa trazer à visibilidade uma vasta gama de possibilidades culturais, epistemológicas, experienciais, tornadas invisíveis por uma lógica hegemônica que não só desqualifica e deslegitima estas outras formas do fazer social, como as torna não presentes, indignas de serem consideradas como razoáveis frente a lógica racional em curso.

O autor destaca que há diversas formas de produzir esta não existência, mas que todas obedecem a uma mesma lógica de monocultura, onde as experiências que não interessam são colocadas irrevogavelmente fora de suas fronteiras e, portanto, não passíveis de serem consideradas importantes ou relevantes. O estabelecimento desses espaços hegemônicos de verdade caracteriza pelo menos cinco âmbitos de monoculturas: a *monocultura do saber e do rigor do saber*, a *monocultura do tempo linear*, a *monocultura da naturalização das diferenças*, a *monocultura do universal e do global* e a *monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista (*Santos*,* 2006a*).*

A explicitação dessas formas de monocultura estende-se a toda tessitura social, e todas nos oferecem elementos importantes, mas para efeito de nosso estudo a primeira e mais poderosa delas se sobressai em relevância, a *monocultura do saber e do rigor cientifico*. Versa sobre a constituição da ciência moderna e da alta cultura como as únicas formas possíveis de verdade e estética. A partir do estabelecimento de um cânone, com seus critérios próprios de legitimação, que não são imparciais e nem servem a grupos indistintos, tudo o que não se adequa a este cânone é descartado ao limbo da ignorância e da não cultura. Todas as instituições que lidam com a questão do conhecimento e da arte estão profundamente imbricadas na reprodução ou rompimento com essa lógica, a depender das escolhas que fazem de trazer ou não à cena atores e elementos presentes na heterogeneidade do mundo.

A segunda *monocultura*, a do *tempo linear*, diz respeito a crença de que história tem direção e sentido únicos, produzidos nos últimos séculos a partir de ideias como desenvolvimento, modernização e, de maneira mais recente, globalização. Em consonância com o tempo estão os países ditos desenvolvidos, centrais no processo de avanço e modernização, e todos

àqueles que não acompanham essa ótica ou que produzem maneiras muito distantes desta no fazer social são relegados ao selo do subdesenvolvimentos e atraso no tempo. No âmbito da estruturação do conhecimento essa ótica pode ser sentida no próprio movimento dos avanços científicos que, linearmente, gradativamente, vão se tornando mais complexos na medida desse tempo. Da mesma forma, a maneira como nos são apresentados os conteúdos escolares no currículo tradicional, sua concepção e organização, ou seja, toda percepção de tempo ocidental baseia-se nessa perspectiva.

A terceira monocultura, a *naturalização das diferenças,* consiste na naturalização da distribuição da população em classes sociais arbitrárias que obedecem a hierarquias. Essa categorização encontrou maior protuberância na classificação racial e sexual, o padrão do homem branco visto como superior se dá de forma natural, não intencional de quem impõe, produzindo a invisibilidade de todas as outras formas de classificação que não merecem lhe ser postas em paralelo, mesmo que com atributos interessantes.

A quarta dinâmica monocultural tem seu estabelecimento no âmbito das escalas, na *monocultura do universal e do global*. Nesta lógica hegemônica considera-se legitimo, relevante, os conhecimentos, as experiências, que possuem sua existência independente de contextos locais; realidades universais são mais dignas de crédito que realidades específicas. Da mesma forma, junto ao fenômeno da globalização ganha destaque entidades que conseguem ampliar seu alcance de atuação a nível global, apresentando-se como credível em detrimento de outras percepções que não possuem a mesma difusão, portanto, locais e sem ressonância.

A quinta monocultura está bastante ligada a lógica capitalista de mercado, a *monocultura das produtividades.* A partir desta lógica, tanto a natureza, como o trabalho humano devem ser balizados pelos critérios de eficácia capitalista, maximizando as possibilidades de lucro no ciclo de produção. A não-existência ou invisibilidade produzida por esta monocultura dá-se, muitas vezes, pela não consideração de outras experiências de interação com a natureza e no descarte de trabalho humano considerado desqualificado profissionalmente diante das demandas do mercado.

A *sociologia das ausências* tem então o intuito de demonstrar, em todos os âmbitos sociais, inclusive ao que concerne a questão do conhecimento, que uma serie de possibilidades plurais tem sido deixada de fora por uma ótica hegemônica que pretende se estabelecer como única. A invisibilização de todas essas realidades é designada por Santos como sendo um *desperdício da experiência* (idem, 2006a). Apenas partindo do reconhecimento dessas outras vozes e experiências sociais e desvelando as intencionalidades que lhes querem calar, podemos corajosamente olhar para o futuro de maneira criativa na proposição de projetos emancipatórios alternativos.

Nesse sentido propositivo, o autor designa cinco tipos de ecologias que, respectivamente, devem fazer frente a cada tipo de monocultura. Tratam-se de apontamentos construídos

a partir de várias experiências de pesquisas[4] desenvolvidas por Santos junto a grupos e realidades até então ignoradas ou desperdiçadas. São estas ecologias: a *ecologia de saberes*, a *ecologia das temporalidades*, a *ecologia dos reconhecimentos*, a *ecologia das trans-escalas* e a *ecologia das produtividades* (ibidem 2006a).

Como já referido, oferecemos especial ênfase ao primeiro tipo de ecologia, a *ecologia de saberes,* que pretende fazer frente a *monocultura do saber e do rigor do saber.* Nessa perspectiva é necessário reconhecer que outras formas de saberes permeiam as práticas sociais, gozando de legitimidade e relevância para os que os põe em prática. Tratam-se de saberes tradicionais, por vezes apreendidos por via de uma cultura oral, mas que demonstram força e significado social em sua permanência junto às comunidades. Podem ser provenientes de crenças religiosas, sabedoria popular, conhecimento tácito, que se consolidam independente do conhecimento cientifico.

Vale sempre destacar que por trás da desconsideração desses saberes esconde-se um histórico de exclusão social de grupos minoritários, a quem foi negada a possibilidade de inserção nessa cultura científica, mas que foram se desenvolvendo com suas razões e signos próprios. O autor destaca então, que toda injustiça social esconde também uma injustiça cognitiva.

A credibilidade a qual usufruem estes saberes alijados junto a seus atores, deve ser condição suficiente para o estabelecimento do diálogo com outras formas de saber, como o saber científico, sem que estes sejam considerados inferiores ou subalternos. Essa afirmação encontra uma premissa muito contundente na obra do autor, a de que não há ignorância em geral e nem conhecimento em geral, mas que *toda ignorância é ignorante de um certo conhecimento, e todo conhecimento é a superação de uma ignorância particular* (Santos, 2005:25). Este sentido de incompletude do conhecimento é que torna possível uma postura dialógica entre os saberes, sobretudo no encaminhamento de respostas a determinada situação social, que nunca é simples e constitutiva de apenas uma face, relacionada apenas a um tipo de saber.

No que tange a universidade a *ecologia de saberes* pode ser compreendida como um aprofundamento da pesquisa-ação e possui a missão de reorientar de forma solidária a relação entre universidade e sociedade (Santos, 2011b). A escolha institucional por proporcionar experiências nesse sentido possibilita tanto a formação para a solidariedade e compromisso social dos estudantes, como buscam corrigir injustiças com os grupos sociais detentores desses saberes que venham a compor essa parceria.

A ecologia de saberes na universidade é uma espécie de extensão ao contrário, segundo o autor, onde a universidade busca abrir espaços para os saberes de fora da universidade a adentrarem, estabelecendo um diálogo com os saberes acadêmicos. Trata-se também de

4 Parte dos resultados dessas pesquisas podem ser encontrados em uma série de publicações provenientes de uma pesquisa desenvolvida pelo autor intitulada "Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos". Os títulos completos de todas as obras podem ser encontrados no site http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/

uma postura reparadora da própria universidade, que há muito tem sido responsável por certo epistemicídio (idem:76) dessas outras formas de elaborações, desqualificando-as e reforçando o fosso da desigualdade entre as elites e o sujeito comum.

Em contraposição a monocultura do tempo linear apresenta-se a perspectiva da *ecologia das temporalidades,* que esclarece que a ótica de tempo eleita e praticada pela cultura ocidental - uma percepção linear do tempo emergida a partir da secularização da escatologia judaico-cristã - não é a única, mas que existem diversas outras dinâmicas de temporalidades que não seguem essa lógica e que precisam deixar de serem consideradas insignificantes e residuais. A proposição da ecologia das temporalidades tem grande relevância devido ao fato da monocultura do tempo linear reproduzir uma das formas de dominação mais resistentes, pois ao considerar experiências que são contemporâneas, mas em que uma delas não obedece a mesma dinâmica de tempo, está termina por ser considerada inferior e periférica, como é o caso de uma economia familiar de subsistência sendo atropelada pelo apartado funcionamento do agronegócio; a primeira experiência, exposta a um outro tempo, diante de outra ótica, é considerada como primitiva e atrasada.

A terceira ecologia, a dos reconhecimentos, assenta-se na defesa das diferenças não hierarquizadas, já que contrapõe-se à monocultura da naturalização das diferenças. Nesta ecologia busca-se novas articulações de reciprocidade entre os princípios da igualdade e da diferença, onde "temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 2006b: 316).

A ecologia das trans-escalas, quarta proposição do autor, visa fazer frente à *monocultura do universal e do global* através do reconhecimento de práticas sociais locais que não foram contempladas pela chamada globalização hegemônica. O local, que foi integrado à ótica da globalização hegemônica, é o que o autor chama de globalismo localizado. Desse modo, esta ecologia tem como principal característica desvelar a diversidade social que foi suprimida ou abafada pelos globalismos localizados. Para tanto, faz-se necessária uma atitude de imaginação cartográfica, que permitiria tanto conhecer, em cada escala de representação, não só o que é perceptível, mas o que está oculto, como para reconhecer diferentes mapas cognitivos que atuam em simultâneo, promovendo articulações global/local (2004).

Por último, fazendo frente à monocultura da produtividade capitalista, a ecologia das produtividades visa evidenciar e valorizar sistemas alternativos de produção que a ótica de desenvolvimento e crescimento econômico capitalista faz questão de deslegitimar, apontando-os como constituídos de uma suposta improdutividade e esterilidade.

4. Ampliando a cidadania: a perspectiva planetária

Nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica Brasileira (Brasil, MEC, DCNEB, 2013) encontramos que a ideia de cidadania no Brasil sugere uma noção de "acesso dos indivíduos

aos bens e serviços de uma sociedade moderna", discurso contemporâneo de uma época em que os inúmeros movimentos sociais brasileiros lutavam, essencialmente, para obter do Estado condições de existência mais digna, do ponto de vista dominantemente material. Esse discurso se modificou para uma cidadania agora compreendida como a participação ativa dos indivíduos nas decisões públicas significando obter direitos e assumir deveres, solicitar ou assegurar certas condições de vida minimamente civilizadas. No cenário em que a escola de Educação Básica se insere, e em que o professor e o estudante atuam, pergunta-se: de que tipo de educação os homens e as mulheres dos próximos 20 anos necessitam, para participarem da construção desse mundo tão diverso? A que trabalho e a que cidadania se refere? Em outras palavras, que sociedade florescerá?

A inclusão dos temas transversais no currículo da escola básica - ética, orientação sexual, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural (PCN 2008) - ocasionou um grande passo na formação de uma cidadania mais consciente que caminha para reflexões exigidas por tais perguntas. O transversal é extremamente *político*, no sentido dado por Hanna Arendt: o ato de falar e interagir um com o outro no espaço público, *locus* ideal para o exercício da liberdade humana. O transversal nos obriga a *situar* os conceitos (Apple, 1981), ou seja, explicar as reflexões latentes ou codificadas dos modos de produção material, valores ideológicos, relações de classe e estruturas de poder social – racial, sexual, político-econômico – no processo de conscientização das pessoas numa situação histórica ou socioeconômica determinada. Aliam-se conceitos às maneiras como as instituições, pessoas e modos de produção, distribuição e consumo são organizados e controlados e dominam a vida cultural. A finalidade última dos temas transversais é, portanto, desenvolver nos alunos a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva e que distorcem a visão do homem com relação à natureza (Moraes 2005).

O tema Cidadania Global surgiu principalmente no contexto da disciplina Didática I da Universidade Federal do Ceará. A ementa da disciplina, bem de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação, estabelece que o aluno ao final do semestre deverá compreender o currículo como construção que envolve conflitos, interesses e relações de poder, favorecendo o pensamento crítico e a contextualização dos conteúdos mediante práticas interdisciplinares e transversais. Diante disso, enfatizou-se a elaboração de projetos onde são abordados temas da atualidade dentro do *universo temático* (Paulo Freire, 1987) dos grupos participantes.

No caso em questão, são alunos das licenciaturas noturnas que fazem parte de uma realidade econômica e social bastante difícil em sua maioria, pois convivem com a precariedade e a violência de uma cidade como Fortaleza, que, embora geograficamente longe do "norte global", sofrem as influências do mundo globalizado através de seus celulares, Iphones, Ipads comprados a prazo, com acesso à internet nos laboratórios de informática da universidade, familiarizados com Facebook, Orkut. Esses alunos deram um rumo peculiar aos projetos: De que cidadania estamos falando? De qual ética? O que significa para pessoas excluídas aceitar

a diversidade? Quais as questões ambientais mais prementes ao se conviver com esgoto a céu aberto, com a proximidade de um lixão, com a água poluída do riacho que corta o bairro? Qual a relação entre os problemas dessas comunidades periféricas e das várias outras comunidades periféricas ao redor do globo? Qual a relação entre essas comunidades e os centros de poder global?

Chegamos a uma espécie de consenso quanto ao andamento do trabalho: transformar aqueles projetos em momentos de auto-reflexão, de considerações sobre o papel da ciência na sociedade, sobre perspectivas de vida, sobre problemas locais que se desdobram em globais, e também em modos de aplicação da metodologia em sala de aula das escolas onde irão trabalhar. Isso tudo ao redor de temas científicos/sociais. Constatamos na prática o que diz Santos (2008): *todo conhecimento científico-natural é científico-social; todo conhecimento é local e total; todo conhecimento é autoconhecimento.*

Os temas abordados ultrapassaram o contexto local, regional e nacional, assumindo uma perspectiva mais ampla: A Televisão e os adolescentes; Origem do Universo; Células-tronco; Álcool; Lixo e Meio Ambiente; Novas tecnologias; A crise econômica de 2008; Evolução; A fome no mundo; As Inteligências Múltiplas (Gardner, 1983) e o ensino da informática; A Música e os domínios do significado (Phenix, 1964); Evolução Humana; Os Esportes na vida dos jovens; Terapias Alternativas; Biodiesel; Preconceito; Nacionalismo; Fábulas; África; Cultura Nordestina; Educação Ambiental; DST e os Jovens; Reciclagem; Água (usaram os princípios da educação para o desenvolvimento da consciência crítica de Paulo Freire (1987); Cigarro; Som; Força; Poluição Urbana; O uso do celular; Bullying, Amazônia.

Por exemplo, no projeto *Consumismo das crianças e adolescentes*, trataram da relação entre os jovens e o consumo; como o comportamento e a mentalidade mudaram devido à influência do mercado local e global; como exercer uma influência positiva nas gerações mais jovens. No projeto *Energias Renováveis* discutiram a relação desarmônica entre o homem e a natureza, através da exploração e uso de recursos não-renováveis e as suas consequências para as gerações futuras no Brasil e no mundo; as possibilidades de desenvolvimento da energia eólica e solar num estado como o Ceará, famoso pela luz do sol e brisa do mar. No projeto Água os alunos abordaram a poluição dos mares pelas grandes companhias como a Petrobrás, Chevron e British Petroleum que estava deixando vazar milhares de litros de óleo no Golfo do México. E assim, em todas as turmas, o universo temático daqueles alunos foi se ampliando em busca de uma cidadania cujas fronteiras regionais e nacionais eram naturalmente transpostas. Apesar de demonstrarem uma visão bastante crítica das questões, eles não chegavam a se aprofundar na discussão dos problemas por faltar-lhes maior conhecimento da situação mundial e amadurecimento teórico - algo perfeitamente compreensível desde que essa atividade ocorre principalmente no contexto de uma disciplina.

5. O Global segundo os professores ingleses

A vinda para a Universidade de Londres teve o objetivo de ampliar a visão do tema, situando-o na Inglaterra, que a partir de 2000 adotou Dimensão Global como tema inter/transdisciplinar em escolas e universidades, através de diretrizes curriculares emitidas pelo Departamento de Educação.

Nessa pesquisa Cidadania Global foi concebida como um significante flutuante. Significantes flutuantes são articulados em projetos concretos de acordo com os contextos discursivos em que são inseridos (Laclau 2007). Os entrevistados foram escolhidos de acordo com sua função de professores-pesquisadores, orientadores de mestrado e doutorado, coordenadores de programas de graduação, pós-graduação e de projetos de pesquisa que envolvem alunos de universidades britânicas e de outros países. Eles estão empenhados em articular este significante através de projetos.

Para retratarmos a diversidade de pontos de vista, diversificamos as áreas de atuação dos participantes: Medicina, Economia, Educação, Antropologia, Biologia, Ciências Políticas, Filofia e Artes. As entrevistas focalizaram basicamente as seguintes questões: qual(is) o(s) significados que você atribui à Cidadania Global? Que habilidades devem os jovens adquirir a fim de atuar como cidadãos do mundo? Qual o apoio institucional que você teve nos projetos de CG? Qual o papel da universidade e da ciência na articulação desse significante flutuante? As falas foram gravadas, transcritas em inglês, enviadas aos participantes para verificação/edição, traduzidas para o português e depois analisadas para extração dos tópicos principais.

Eis um resumo de suas respostas no que se referem a Cidadania Global.

Cidadania Global (CG) comporta múltiplas associações: internacionalização, sustentabilidade, cosmopolitismo, conservação de recursos naturais com lugar de destaque para a Ciência, justiça social, direitos humanos, democracia participativa e descentralizada, tolerância. CG tem a ver também com mercado global, empregabilidade, domínio cultural, imperialismo, interesse comercial, conhecimento e visão de mundo predominantemente ocidental. O global é associado à globalização econômica, o mundo dos G8 que tentam impor regras para o resto. O mercado global significa homogeneização de produtos, levando à perda de identidades culturais e estimulando a exploração e desigualdades entre os países. Não há muitas regras éticas no mercado global. A palavra global é um constructo comercial. Tem a ver com mercados. Não tem a ver com sensibilidades intelectuais. Os três maiores negócios globais são drogas, armas e seres humanos.

6. Cidadania planetária como significante flutuante e seus projetos articuladores

A ideia de significante flutuante remonta a Saussure (1979) que definiu um signo linguístico

como sendo composto por um "significante" (*signifiant*) - a forma que o signo tem - e o "significado" (*signifié*) - o conceito que representa. O signo é o todo que resulta da associação do significante com o significado, ou seja, uma combinação reconhecível de um significante com um especial significado. Desde então tivemos contribuições de Claude Levi-Strauss (1968), Chandler (2013), Lacan (1977), Goldman & Papson (1994). Um significante vazio ou flutuante é aquele que tem um significado vago, altamente variável, não especificável ou não existente. Tais significados significam coisas diferentes para pessoas diferentes: eles podem significar qualquer coisa que seus intérpretes queiram que ele signifique

Stuart Hall, em palestra intitulada *Raça: o significante flutuante,* proferida no Goldsmith College, Universidade de Londres, em 1997, diz que, ao classificarmo-nos em tipos distintos de acordo com as características físicas ou intelectuais, obedecemos a um impulso cultural positivo pois só assim podemos gerar significados. Entretanto, o importante é identificar quando os sistemas de classificação tornam-se objetos de distribuição do poder. O que o racismo como filosofia sustenta é que há uma conexão natural entre a aparência, diferenças de cor, cabelo e ossos e o que as pessoas pensam e fazem, o quão inteligente elas são, se são bons atletas, bons dançarinos ou mesmo civilizados. Os racistas acreditam que estas características não são o resultado do meio ambiente, mas da nossa genética. Entretanto, todas as tentativas de fundamentar o conceito de raça cientificamente, no que se poderia chamar de fundamentos biológicos ou genéticos têm-se demonstrado amplamente insustentáveis. Raça, portanto, é um significante flutuante.

Em nossa análise utilizamos o conceito de significante flutuante de to Laclau, professor de teoria política da Universidade de Essex onde fundou e dirigiu por muitos anos o programa de pós-graduação em Ideologia e Análise do Discurso, assim como o Centro de Estudos Teóricos em Humanidades e Ciências Sociais. Em suas obras Laclau discute universalidade/particularidade, articulação, cadeia de equivalência, cadeia diferencial, pontos nodais, hegemonia, significante vazio/significante flutuante. Infelizmente o Professor Laclau faleceu em abril de 2014 em Sevilha, deixando enorme lacuna no pensamento pós-marxista contemporâneo.

Em entrevista realizada em dezembro 2013 para este estudo, o Prof Laclau esclareceu que um significante não é um conceito por si, porque um conceito deve ter um conteúdo concreto. Um significante é um nome e a diferença entre um nome e um conceito é que um nome não tem um conteúdo concreto. Um nome opera como suporte para uma certa forma de articulação, é o que sustenta a unidade da coisa; não é que a coisa tem algo próprio que transmite a um nome. Para Laclau (2007) existem dois tipos de significantes: o vazio e o flutuante. Um significante vazio é aquele que tenta quebrar sua relação com qualquer significado a fim de representar um campo heterogêneo. Um significante flutuante é aquele que pode articular-se com uma variedade de projetos concretos. Então, porque ele se move entre os projetos, ele não é vazio, ele é flutuante.

Laclau exemplificou significante vazio com o movimento *Solidarność* liderado por Lech Walesa nos estaleiros Lenin, em Gdansk, Polônia, nos anos 1980. O movimento se iniciou ligado a um conjunto de demandas precisas dos trabalhadores da indústria naval, mas com o tempo passou a abarcar muitas outras demandas em diferentes áreas. No final *Solidarność* tornou-se o significante de algo muito mais amplo. Quando se tem essa universalização, corta-se a ligação entre este significante e o significado para o qual foi anexado no início e ele tende a se tornar vazio. No caso do *Solidarność*, no início teve um significante, mas as demandas aumentaram tanto que a referência a um significado particular foi diluída.

Um significante flutuante é diferente. Ele pode ser conectado a diferentes contextos, portanto a função de significação em cada contexto é plenamente realizada. Ele pode até ser ambíguo: uma sobre-determinação ou sub-determinação de significados impede que ele seja totalmente resolvido. No entanto, ainda não significa que seja vazio. Ele flutua entre diferentes formas de articulação, em diferentes projetos. Muitas vezes os dois conceitos, flutuante e vazio, se sobrepõem, porque você nunca vai ter um significante que é tão precisamente ligado a um significado que o vazio desaparece, mas você não vai ter um significante que é tão vazio que nenhuma referência é incluída por ele.

Os projetos articuladores do significante flutuante Cidadania Global dos professores entrevistados incluem currículos que devem necessariamente ser inter e transdisciplinar, com contextualização dos tópicos numa perspectiva global, desenvolvendo projetos e parcerias com grupos de outros países. Currículos que combinam humanidades, ciências sociais e ciências naturais vêm sendo criados com o intuito de preparar o aluno para trabalhar em uma ampla gama de setores da economia mundial, bem como para se matricular na maioria dos programas de pós-graduação. Eles incluem a prática de pesquisa, o ensino de línguas estrangeiras, sendo o espanhol e o mandarin as mais procuradas.

Uma das iniciativas recentes que vem tendo impacto no meio universitário britânico são as Academias Globais da Universidade de Edinburgh: Saúde, Sociedade & Meio Ambiente, Desenvolvimento Mundial e Justiça. Elas se propõem a desenvolver uma rede de especialistas capazes de encontrar soluções inovadoras para os problemas do mundo que pela sua complexidade e abrangência exigem a colaboração entre especialistas de várias disciplinas. Os cursos de Medicina, embora enfatizando o conhecimento disciplinar, estão introduzindo projetos que valorizam o trabalho em equipe, a colaboração e a resolução de problemas.

As Ciências Naturais e Exatas para alguns entrevistados constituem uma língua franca, internacional; para outros, uma visão parcial, enraizada na perspectiva ocidental, válida mas não única. À pergunta sobre o papel da Ciências na articulação do significante Cidadania Global foi respondido que tanto as Exatas quanto as Naturais estão seabrindo para uma participação mais efetiva, dando um passo epistemológico em direção às Ciências Sociais.

Projetos como *Saúde Global* estão estabelecendo parcerias com outros povos em busca de remédios e tratamentos locais que dão resultados há muito tempo. Poderíamos até dizer que

está em curso um reconhecimento de saberes científicos locais na área da Saúde. É não só desejável como necessária a discussão de questões controversas da Ciência à luz dos direitos humanos, justiça social, sustentabilidade.

A pesquisa científica relativamente livre das influências do mercado e do poder econômico é cara, o que está levando as universidades inglesas a impasses quanto a financiamento de seus projetos. Os acadêmicos mostram o perigo da interferência direta do mercado nos rumos da Ciência.

Sendo a história inglesa cheia de referências a cientistas que fizeram grande diferença no mundo, a visão da ciência como a resposta para todos os problemas é bem forte entre acadêmicos das Ciências Naturais. O que nos leva a concluir que se os cientistas naturais participassem das discussões sobre CG, muitas dúvidas poderiam ser esclarecidas à luz das pesquisas científicas: o racismo, por exemplo, perde totalmente força quando confrontado com a pesquisa genética, como o mostra Stuart Hall em palestra supracitada. Como observamos no quadro de Johnson & Morris, a Ciência só aparece relacionada à questão ambiental e mesmo assim nas reuniões internacionais sobre Cidadania Global há poucos cientistas naturais entre os palestrantes.

É unânime a visão de que é necessário o ensino de outras línguas além do Inglês. Já há quem chame o inglês, espanhol e mandarin de línguas globais mas sem retirar a importância das outras línguas. As propostas da universidade pressupoem o conhecimento de pelo menos uma língua diferente do inglês. Nesse ponto os britânicos se veem em desvantagem porque a maioria das pessoas com quem interagem no contexto da universidade fala inglês, não criando neles a necessidade de aprender outras línguas. Inclusive no item multiculturalismo, a desvantagem se torna ainda maior pois, embora reconhecendo a necessidade, são impedidos de conhecer mais a fundo outras culturas por conta de sua carência linguística. Na Ciência esse aspecto não fica tão patente porque nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia e Economia as publicações e congressos são realizados em inglês.

As faculdades globais vêm cada vez mais expandindo o ensino de línguas, o que mostra uma atitude diferente do passado não tão remoto quando os nativos da língua inglesa do “global north” não se incomodavam em aprender outras línguas. A configuração mundial tem mudado de tal forma que bilíngues, trilíngues ou polilíngues estão em ampla vantagem. As universidades analisadas todas têm programas de intercâmbio com instituições onde os alunos vão aprender outras línguas. Para algumas disciplinas, a literatura ensinada é toda em inglês, como por exemplo, a filosofia.

A universidade britânica hoje se encontra diante de dilemas tais como a pressão do mercado, dos ditames de um governo conservador que está se retirando do financiamento acadêmico, e por outro lado sua obrigação institucional e essencial de construir o pensamento crítico, de se posicionar de forma independente diante dos excessos da globalização. O declínio no

financiamento do contribuinte está sendo compensado por um aumento acentuado das taxas cobradas aos alunos e esse talves seja o maior dilema da universidade na Inglaterra: o financiamento.

Santos (2012) levanta o que ele chama de "perguntas fortes" a respeito do papel da universidade na nova ordem mundial. Ao todo são doze perguntas dentre as quais três são particularmente interessantes para a discussão do financiamento da universidade: Tendo em conta que, nos últimos trinta anos, a tendência para transformar o valor do conhecimento no valor de mercado do conhecimento se tornou cada vez mais forte, poderá haver algum futuro para um conhecimento não-conformista, crítico, heterodoxo, não mercantilizável, bem como para os professores, investigadores e estudantes que desenvolverem este tipo de conhecimento? Podem os imperativos do mercado ser relativizados como critérios para uma pesquisa de valor e as necessidades da sociedade serem levadas suficientemente em conta?

7. Conclusão

Este ensaio defende um conhecimento mais próximo às necessidades sociais, e sobretudo mais justo e igualitário desenvolvido no chão da universidade e solidariamente fora dela. Para que *a universidade não ensine somente o conhecimento dos vencedores, mas também o dos vencidos*[5], *a* via da ecologia de saberes nos parece a mais coerente e democrática não só no sentido epistemológico como também da cidadania.

Compreendemos que a pluralidade de contextos discursivos onde este conhecimento se desenvolve faz jus à etimologia da palavra universidade. Este espaço de fecunda heterogeneidade de saberes, visões de mundo, e mesmo contradições dialéticas deve constituir-se como lugar de formação e exercício do diálogo, da escuta, da desconstrução crítica do aparente e por vezes hegemônico, forjando uma cidadania cada vez mais ampliada no sentido de suas escalas, como também de sua profundidade política.

A defesa da ecologia de saberes no âmbito das atividades acadêmicas significa a defesa da compreensão de comunidades epistêmicas mais amplas, onde setores da sociedade podem e devem ser co-produtores desse conhecimento. Isso deve implicar na própria agenda de prioridades de pesquisas a serem desenvolvidas, reorientando-as para as necessidades de quem irá usufruir de seus resultados num sentido emancipador, ou seja, para grupos excluídos da sociedade ou mesmo para a maior parte da população que, no Brasil, financia a pesquisa nas universidades públicas através de seus altos impostos.

A idéia de significante flutuante aqui explicitada nos leva a defender que, para efetivamente termos uma Cidadania Planetária, os projetos que a articulam devem necessariamente

5 Expressão parafraseada do professor Boaventura de Sousa Santos em palestra de abertura do *Encontro Internacional Ecologia de Saberes: Construindo o Dossiê Sobre os Impactos dos Agrotóxicos na América Latina*, ocorrido na Concha Acústica da Universidade Federal do Ceará (UFC) em outubro de 2013. Conferir reportagem no site: http://www.opovo.com.br/app/opovo/radar/2013/10/23/noticiasjornalradar,3151128/sociologo-boaventura-prega-valorizacao-dos-multiplos-saberes.shtml. Acessado em 26 de maio de 2014.

incluir os saberes formais junto com os outros saberes, levando portanto a universidade a uma política de inclusão epistemológica, convidando outros parceiros há muito deixados fora de seus muros.

Somente através do diálogo com essas outras vozes sociais é que a universidade dará conta de estabelecer uma relação entre os diversos elementos no campo discursivo. Projetos que incluam significados como internacionalismo, cosmopolitismo, sustentabilidade, direitos humanos, justiça social, interdependência, em estreita relação com o conhecimento científico natural, vêm atribuir ao significante flutuante Cidadania Planetária seu conteúdo crítico.

No que diz respeito a maior intencionalidade social que deve possuir uma instituição de ensino como a universidade, que é a formação de cidadãos, o significado da palavra cidadania permanece em aberto aos contextos e opções de projetos a que ela se permitir articular. Reside então no significante flutuante fortes possibilidades de ser criativo, inovador, plural, aberto à heterogeneidade do mundo que precisa encontrar no espaço acadêmico oxigênio para florescer em todo seu potencial emancipador.

Após analisarmos os resultados dos dois estudos concluímos que a ideia de Global é excludente pois só aqueles que participam do mercado global podem ser chamados de cidadãos. O Global implica domínio cultural, conhecimento e visão de mundo predominantemente ocidentais, homogeneização de produtos, levando à perda de identidades culturais e estimulando a exploração e desigualdade entre os países. Por outro lado, o planetário inclui todos os seres viventes, diversidade cultural, colaboração, solidariedade, dialogicidade, com forte conotação de sustentabilidade e ecologia.

Referências Bibliográficas

Apple, M. (1981), “On analyzing hegemony”, *in* H. Giroux; A. Penna; W. Pinnar, *Curriculum and Instruction*. California: McCutchan Publ. Corp, 109-123.

Bauman, Zigmund (2001), *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Epstein, Isaac (1988), *Revoluções Científicas*. São Paulo: Ática.

Chandler, Daniel (2013), *Semiotics for Beginners*. aber.ac.uk. Consultado a 14.11.2013 em www.dominicpetrillo.com/ed/Semiotics_for_Beginners.pdf.

Freire, Paulo (1987), *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª edição

Gardner, H. (1983), *Frames of mind*: the theory of multiple intelligences. New York: Basic Books.

Giddens, Anthony (1991), *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

Goldman, Robert & Papson, Stephen (1994), “Advertising in the Age of Hypersignification”, In

Theory, Culture & Society, 11(3),23-53

Hall, Stuart (2002), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A.

Hall, Stuart. (1997) *Race, the floating signifier*. Northampton, Massachussetts: Media Education Foundation. Consultado a 26.02.2014 em: http://www.mediaed.org.

Japiassú, Hilton (1986), *Introdução ao pensamento epistemológico*. 4.ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves Editora.

Kuhn, Thomas (2001), *A estrutura das revoluções científicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva.

Lacan, Jacques (1977), *Écrits: A Selection*. London: Tavistock

Laclau, Ernesto (2007), *Emancipation*(s) London:Verso.

Lévi-Strauss, Claude (1968), "Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss" in Marcel Mauss, *Sociologie et anthropologie* Paris: Les Presses Universitaires de France, 4éme édition

Lyotard, Jean François (1986), *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

Lipovetsky, Gilles; Charles, S (2004), *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

Mandel, Ernest (1985), *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural.

Pereira, Elisabeth (2000), "Pós-Modernidade: desafios à universidade", *in* Silvia Elisabeth Moraes & José Camilo Santos Filho (orgs), *Escola e Universidade na Pós-modernidade*. Campinas: Mercado de Letras, 163-200.

Moraes, Silvia Elisabeth (2005), "Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 86(213/214), 38-54.

Moraes, Silvia Elisabeth (2014), "Global citizenship as a floating signifier: Lessons from UK universities", *International Journal of Development Education and Global Learning.* 6(2), 27-42.

Moraes, Silvia Elisabeth (2015), "Cidadania Global como tema interdisciplinar em universidades inglesas", in Arlindo Philippi Jr & Valdir Fernandes (orgs) *Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa*. Barueri, SP: Manole, 2-46.

Phenix, Philip (1964), *Realms of Meaning*: a philosophy of the curriculum for general education. NewYork: McGraw Hill Book Company.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), *O Fórum Social Mundial: Manual de uso*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf

Santos, Boaventura de Sousa (2005), O fórum social mundial: manual de uso. São Paulo: Cortez

Santos, Boaventura de Sousa (2006a) “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *in* César Barreira (org.), *Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 97-103.

Santos, Boaventura de Sousa (2006b), “A construção intercultural da igualdade e da diferença.”, *in* In: Boaventura de Sousa Santos, *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 279-316

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 78, 3-46

Santos, Boaventura de Sousa (2008), *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo:Cortez

Santos, Boaventura de Sousa (2011a), *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2011b), *A Universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.* – 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da nossa época; v. 11)

Santos, Boaventura Sousa (2012), “A encruzilhada da universidade europeia.” *Revista do SNESip*, 41,Julho-agosto-setembro.

Saussure, Ferdinand (1979), *Cours de Linguistique Générale*. Paris:Payot

Gandhi and AAP: Decentralisation and Swaraj against Political-Colonialism

Cristiano Gianolla[1]

Abstract

Elections represent the central participatory moment in liberal democracy. By voting in elections, voters provide political legitimacy to the political elite to take decisions for the whole society. The result is the centralisation of power in the elite and the submission of wider society. Such an outcome is one of the limits of representative democracy and corresponds to what is here defined as 'political-colonialism'. In order to 'democratise democracy', which include the combination of representative democracy with participatory practices, decentralisation may be a method able to counteract to political-colonialism by providing space for power and leadership sharing and by increasing social participation in the political sphere. The Mahatma Gandhi has developed a multicentre idea of democracy based on 700.000 Indian village republics. He used the word 'Swaraj' (self-rule) to characterise this model. The Aam Aadmi Party today advocates Swaraj for villages and cities. This paper aims at exploring the idea and existing empirical cases of Swaraj and decentralised democracy in India.

Keywords: Decentralisation; Democratisation; Elites; Political-Colonialism; Swaraj.

Resumo

As eleições representam o momento participativo central na democracia liberal. Ao votar nas eleições, os eleitores fornecem legitimidade política para a elite política de tomar decisões para toda a sociedade. O resultado é a centralização do poder na elite e a submissão da sociedade em geral. Tal resultado é um dos limites da democracia representativa e corresponde ao que é aqui definido como "colonialismo político". A fim de "democratizar a democracia", que incluem a combinação da democracia representativa com práticas participativas, a descentralização pode ser um método capaz de contrariar a o colonialismo politico, fornecendo espaço de poder e de partilha de liderança e aumentando a participação social na esfera política. O Mahatma Gandhi desenvolveu uma ideia multicêntrica de democracia baseada em 700.000 repúblicas indianas da aldeia. Ele usou a palavra 'Swaraj' (auto-governo) para caracterizar este modelo. O Aam Aadmi Party hoje defende Swaraj para as aldeias e as cidades. Este trabalho tem por objetivo explorar a ideia e os casos empíricos existente de Swaraj e democracia descentralizada na Índia.

Palvras-Chave: Descentralização; Democratização; elites; Político-colonialismo; Swaraj

1 This article was developed in the context of the research project «ALICE, strange mirrors, unsuspected lessons», coordinated by Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt) at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra – Portugal. The project is funded by the European Research Council, 7th Framework Program of the European Union (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

Cristiano Gianolla studied computer science, political philosophy, human rights and democratisation (E.MA) in Italy, Germany and Portugal. His main fields of expertise are interpersonal and intercultural dialogue, cosmopolitanism, global justice, democracy and Web 2.0. Since 2001, he worked in the Information and Communication Technology field, NGO sector in France and Uganda, at the Delegation of the European Commission to China and Mongolia, at the European Inter-University Centre for Human Rights and Democratisation (EIUC - based in Venice). Since October 2011 he is researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra and he is enrolled in the Ph.D. programme "Democracy in the XXI Century" and is enrolled in the Ph.D. programme "Political Studies" at the University of Rome La Sapienza.

Introduction

Robert Dahl affirms that at minimum 'democratic theory is concerned with processes by which ordinary citizens exert a relatively high degree of control over leaders' (Dahl, 2006:3). This is a mainstream basic definition of representative democracy and is the canon of 'democracy' in the common sense, however there may not be only one definition because 'there is no democratic theory - there are only democratic theories' (Dahl, 2006:1). Assuming that any group of people is never flatten but rather changes with the variation of the people that it includes and by their life experiences, democracy – as a form of these people to share life experiences – is not an objective to achieve but a permanent transition. It refers to the way a group of people organise itself in different historical contexts. It implies that the democratic debate shall not be limited to a set of procedures, rules and institutions that can define how the decision-making should take place; even less, it can be limited to the definition of a part of the group as those people who will take over the democratic debate and ways to control them. A good part of democratic debate concentrates on forms to bring people's will at the centre of the democratic agenda. However, the western mainstream concept of democracy – as it emerged in the last two centuries – is characterised by a limitation of people's will in democracy. Santos and Avritzer (2005) highlight that the debate in the west has been dominated by two forms of hegemony that reduce the role of the people and burst the role of the elite. These hegemonies have given raise to political-colonialism that is a deviation from the idea of democracy and the acquisition of a formal model of democracy where for a set of democratic conditions most substantial democratic questions are neglected. Chantal Mouffe defines 'Democratic Deficit' the dominant liberal tendency that identifies democracy with the rule of law and protection of human rights neglecting popular sovereignty (Mouffe, 2000:1–2). The path to find ways to overcome this deficit shall include the critical identification of the deficit itself and the proposal of alternatives able to alleviate or eliminate it.

This article is divided in three parts, in the first one it explores the way in which political elitism has dominated the democratic debate and has established a political-colonial regime in which the elite subdues wider society. In the second part, it explores a Gandhian democratic perspective, as a non-western example of a more substantiated democratic approach, and, finally it focuses on the political proposal of the Aam Aadmi Party (AAP) an attempted empirical alternative to elitist politics. The aim is to investigate if and how Gandhi and AAP provide contributions to democratise the democratic debate and to overcome political colonialism.

Political Elitism

The historical review of the development of democracy made by Dino Costantini (2012) proposes a dualism between two groups of political theorists: the first advocating the

supremacy of a dominant group of people (bourgeoisie) over the majority of the people, based on the persuasion that the people (or masses) cannot govern themselves. In this work, we refer to it as the 'elitist' approach. Thinkers of the second group defend instead the necessity of keeping the people as the core of the democratic exercise. This is what we call here the 'self-rule' approach. The dualism between elitist and self-rule approach was elucidated in the 'Critique of Hegel's Philosophy of Right' by Marx (1970) who advocated the capacity of self-determination of the people and the supremacy of civil society over law and state. In Hegel (1991) the state is a superior entity with respect to the people that he contains. For Hegel the state encompasses and regulates civil society; for Marx civil society has the power to define its own constitution, which become crystallised in the institutions forming the state. This way Marx perspective subverts the predominance of the state in favour of the self-determination of the people. Costantini suggests that the philosophical dualism between state and civil society has also drafted the line between an elitist and self-rule views. The former defends the pre-ordered dominance of the social and political elite, and thereby advocates a protection of the institutional order of the state; the latter considers civil society as the legitimate holder of the right to define democratic institutions and interaction that would be crystallised in forms that are always amendable by the people. The debate on the development of democracy in the last three centuries shows how the confrontation between these two positions has emerged with remarkable dominance of the elitist view that until date defines the theoretical and empirical forms of democracy as we know them in the liberal representative model. This paragraph explores the historical trajectory of political elitism emerging from the research of Costantini.

Constant (1988) and Tocqueville (2010) had manifested the division of the elite from the people by expressing a concrete fear that the masses could come in power and mix-up political leadership with ignorance. Marx (Marx & Engels, 2008; Marx, 1970, 1904) highlighted the polarisation of the democratic concept emerging from the conservative perspective and the fact that the elite did not represent the interest of whole society but rather defended their own. In such view the American and French revolution have produced a formal democratisation but not a substantive one. Formal democracy is a system of institutions having democratic legitimacy but limited participation of the people in the democratic life; substantive democracy emerges instead as a search to make people's will effective in democratic decision-making.

Weber (1994a, 1994b, 1994e, 1994d, 1994c) enriches the formal model with a speculation on the risk that bureaucratic rationalisation would de-humanise democracy and make it a purely administrative rather than political affair. In his view, modern democracy has to limit the excess of bureaucratisation via an active politics devoted to the interest of the nations by political parties in the parliament and under the guidance of a charismatic leader. The leader – whose charisma is measured by the support and social obedience raised among the people – has the visionary role of keeping the nation and its political leadership active

and focused on national prosperity. The parliament is subdue to the leader and provides the mediating space for different social views – as transmitted by political parties that filter social diversity and conflicting democratic aspiration – in debates with a focus on the interest of the nation. Political equality is achieved via universal suffrage which serves also the purpose of dominating and direct social instincts towards the interest of the nation (Costantini, 2012:50–52). While the elitism by Constant and Tocqueville was based on the fear of self-rule by the masses, Weber structures a more Hegelian elitist concept based on the nation as superior and unitary interest.

The elitist approach to democracy has raised to its philosophical formulation in the first half of XX century; however, it was not exhausted and rather developed after this phase. An elitist approach to democracy was developed further by other political thinkers such as Schumpeter and Kelsen as we will see later.

The classical stream of thoughts known as political elitism emerged from the theoretical perspective elaborated by Mosca, Pareto and Michels. Mosca (1939) stresses the political fact of the inescapable presence of an elite and that society is divided between ruler and ruled. Legitimation of the elite comes from external sources (God gave the mandate to the King), in democracy it shall come from the people, therefore the need of elections. In the most advanced democracies, elites are chosen with meritocracy, however they remain oligarchic and the good government is the one that defends freedom of the citizens and social order building on a shared moral base. Pareto (1935) highlights that all historical society were dominated by elites however different elites have adopted different forms to incorporate the best of the governed among the governors. Pareto does not believe in political evolutionism for which all elites would lead to social amelioration, but rather the history of elites shows a wave motion. The modern parliament is the seat of elites' power and democratic theory serves to justify the power of a specific elite. For Michels (1915) the masses are formless and politically passive, they need to be organised. Political parties uptake this role, their organisation it pyramidal under the direction of a leader. Elections are the tribute to formal equality and are the expression and annihilation of people's sovereignty. Professional political leaderships is based on the oratory capacity and the political power on the one hand is strengthened by experience and on the other hand experience produce an estrangement from ideals and an increase of power yearning.

For Santos and Avritzer (2005), Kelsen's proceduralism (Kelsen, 2000, 1955) reduces democratic legitimacy to democratic legality and aims at articulating moral relativism with forms of dispute resolution and conflict management based on the centrality of political parties as instrument to group and make effective the citizen's political perspectives. Santos and Avritzer also believe that Schumpeter and Bobbio developed Kelsen's proceduralism in democratic elitism. Schumpeter (2003), as Constant (1988) and Mill (2004) had anticipated, argued that self-governance by the people is applicable only to small-scale democracy and

not to modern nation-states (see also Dahl, 1998), therefore democracy implies the selection of the political leadership via electoral voting. Schumpeter maintains that the political elite develops the political discourse because the common good is not univocally definable and equality is not possible because people are unequal. Real democracy is for Schumpeter a system to achieve political decision based on an electoral system to elect those who will take decisions. People shall elect their representatives and become otherwise politically passive leaving the political work to the leaders. Moreover, the government must not represent the people, should rather govern and respect the will of the majority of the voters. The electoral law should favour the creation of a majority end limit political fragmentation that would limit the governability. And Bobbio confirms that democracy is 'characterized by a set of rules (primary or basic) which establish who is authorised to take collective decisions and which procedures are to be applied' (Bobbio, 1987:24). Lipset (1994) listed the conditions of liberal democracy which include the western-centrist approach, an elitist view, institutions based on parliamentary system, two party system and electoral validation. For Lipset democracy is also sustained by individualism and must be based on capitalism, with a weak state and a strong market.

Gandhi's thinking of a Democratised Democracy

Gandhi dreamt of an alternative model of democracy compared to the elitist one and he devoted his entire life to the visionary ambition to make India the champion of it. Independence from the colonial rule was for him one side of full independence that could be achieved only through a democratic development of the country in light of a self-rule vision of democracy.

Gandhi bases his democratic vision on a moral conception in which self-rule is the objective to attain via the emancipation of the individual and of the community. In this view, duties are the base of the polity and right derive from them. He develops his idea concentrated on the substantial dimension of democracy as opposed to the formal one. Such view would develop from the grass-root level. His ideal of democracy for India would be a decentralised, scalar – formally essentialist – network of 700.000 village republics as self-sufficient, self-organised, self-governing, co-operative, non-violent and moral communities aimed by the search after truth. 'Gandhi was deeply uneasy with the modern state. It was abstracted from society, centralized, bureaucratic, obsessed with homogeneity, and suffused with the spirit of violence. [...] For Gandhi a society based on Swaraj, a "true democracy" as he called it, was the only morally acceptable alternative to the modern state' (Parekh, 2001:99).[2]

2 One of the main critics made to Gandhi and his vision of democracy is that it may well apply in small scale and in rural areas but it is not appropriate for modern countries. Parekh brightly clarify this point as follow: 'Gandhi's impoverished view of human life prevented him from appreciating the central principles and internal dialectic of modern civilization. [...] Gandhi's emphasis on the human need for roots and the value of small communities is well taken, but his local communities are too isolated and self-contained to be realistic and too parochial and self-absorbed to avoid becoming moral prisons. [...] Gandhi was too realistic not to see this and kept modifying his views. But his heart hankered after the simplicity of rural life and remained in tension with his head' (Parekh, 2001:121–122).

Gandhi was not a systematic writer. One year before being assassinated, he stated '[w]hat I have done will endure, not what I have said or written' (H 1-5-1947).[3] Nonetheless, he was a prolific writer; the 100 volumes of his collected works (English version) testify this. He affirmed: 'writing is a by-product; I write to propagate my ideas. Journalism is not my profession' (H 18-8-1946). His writing was strictly related with his social activism, 'using the print media for the dissemination of his ideas was part of a clear strategy' (Chadda, 2010: XXI–XXII). Gandhi wrote and edited a number of journals that substantially characterise his social and political thoughts including: *Indian Opinion* (In South Africa), *Young India* and *Harijan*.

The style of his written contribution manifest Gandhi's indivisible aim to reconnect theory and practice. In order to understand his thought the reader must be aware of the historical value of his texts as tools of social emancipation. He did not mean to write a comprehensive theory inherent to the spheres of knowledge and life experience in which he worked during his life. He was neither preoccupied to be coherent in writing but yes in the 'search after truth' (H 29-4-1933).[4]

A reading of Gandhi in light of his social activism must begin with his seminal work *Hind Swaraj or Indian Home Rule* (Gandhi, 1938) which was initially published in Gujarati in the columns of *Indian Opinion* (11-18 December 1909). In this book Gandhi criticises the model of western civilisation which is based on achievement of material comfort and development and he put forward the Indian alternative stating that 'the Gujarati equivalent for civilization means "good conduct"' which include accomplishment of duty and mastery over mind and passion resulting in a moral life (Gandhi, 1938:45).[5] In *Hind Swaraj* Gandhi opposes but does not coherently negate the value of western civilisation (P A Mishra, 2012:20) and he 'toned down his statements in this respect in later years' (Hardiman, 2003:71). His own sources included western and non western authors and text including, the Bible, Upanishads and Gita, religious personalities such as Buddha, Socrates, Jesus and the prophet of Islam, and modern thinkers, political and spiritual leaders such as Raychandbhai (or Shrimad Rajchandra), Gopal Krishna Gokhale, William Mackintire Salter, Henry Thoreau, Leo Tolstoy and John Ruskin.

Gandhi did not attempt a bold negation the value of western civilisation or to sanction an unconditional incompatibility of western modernity and India. Gandhi was aimed by the heuristic attempt to contradict the supposed inferiority of the Indian culture assigned by the British trough the colonial dichotomy modern-civilised vs retrograde-uncivilised and he

3 Journals cited hereafters in short as follow: *Harijan* (published between 1933-1956): H DD-MM-YYYY; *Young India* (published between 1919-1932): YI DD-MM-YYYY.

4 Gandhi wrote a number of books (including *Hind Swaraj*, *Satyagraha in South Africa*, *The Story of My Experiments with Truth* and *Constructive Programme Its Meaning and Place*). Gandhi's disciples compiled many other books on specific arguments collecting parts of Gandhi's public articles and texts. Among others, *The mind of the Mahatma Gandhi* (Gandhi, 1967), deserves a special mention for its remarkable consideration among Gandhian scholars. Gandhi had read and approved the first edition (1945).

5 Hardiman underlines that the *sudharo,* used by Gandhi in the original Gujarati version of *Hind Swaraj*, may be translated with 'good way of life': *su* meaning 'good' and *dharo* meaning 'way of life' (Hardiman, 2003 68).

wanted to centre the civilizational discourse in the concept of *Swaraj* or *Self-Rule* (P A Mishra, 2012:18). He structures his arguments reinforcing the value of Indian civilisation and one of the merits of the book was to make many people (Indians and foreigners) to reconsider the concept of civilisation and to give the Indian people a self-consciousness (Hardiman, 2003:71; Parekh, 1989:208–9). Hind Swaraj is the text in which Gandhi polarises the dichotomy of civilisations with the geo-political objective of independence for India and the political intension of developing a self-rule, substantial democracy in the country.

Hind Swaraj is a milestone for the understanding of Gandhi's political thinking in contrast with the western elitist model. It outlines an alternative concept of democracy, progress and development which includes the political, economic, social and spiritual dimensions in which he wants to 'reconcile individual freedom with community concerns' (Joseph, 2013:485). He affirms that '[n]o society can possibly be built on a denial of individual freedom' (H 1-2-1942) but that at the same time '[w]illing submission to social restrain for the sake of the well-being of the whole society enriches both the individual and the society of which one is member' (H 27-5-1939). The path of Swaraj includes a sophisticated social, political and economic organisation in which the individual would become his/her own master aimed at the service of society living in harmony in the community, with nature and God. 'Gandhian conception of individual is fundamentally different from that of liberalism and it has a different implication for democracy' because in liberalism democracy is the aggregative system of self-interested individuals (K P Mishra, 2012:206–7), while in Gandhi emancipated and self-less individuals give raise to the democratic cosmovision.

The democratic discourse and the anti-colonial one merge in Gandhi's work and this joint approach is not limited to the historical colonialism suffered under the British. It rather extends to political-colonialism because for him 'independence should be political, economic and moral [...]' (H 5-5-1946) where the British ruler should not be substitute by Indian counterparts. Otherwise it would be the 'English rule without the Englishman, [...] the tiger's nature, but not the tiger; that is to say [...] make India English' (Gandhi, 1938:26). Independent India would remain politically colonial with a westernised elite (Parekh, 1989: 113). The Gandhian democratic concept is not strictly political but includes all sphere of life and attain the spiritual, beyond physical, dimension.

The neutralisation of western influence affects primarily true democracy in which 'every man and woman is thought to think for himself or herself' (H 14-7-1946). The emancipation of the individual and his/her subsequent availability for social contribution is of central importance. A new educational model must therefore achieve a training where practical work is valued and free the subject from any source of servitude (domination from outside and artificial needs) and educate for 'real life' (H 10-3-1946 and H 2-2-1947). In 'nai talim' – Gandhi's educational scheme – practical education combined with literary and spiritual education would result in the education of the person as an independent and freely cooperative member of the democratic polity. The final stage is 'university education [which aim] should

be to turn out true servants of the people who will live and die for the country's freedom' (H 25-8-1946). The political and civic value of education concern a wide concept of freedom that embraces freedom from political-colonialism: '[a]gitation is only for those who have completed their studies. While studying, the only occupation of students must be to increase their knowledge... All education in a country has got to be demonstrably in promotion of the progress of the country in which it is given' (H 7-9-1947). Civil disobedience and Satyagraha (resistance based on the insistence on the force of Truth) are the non-violent resort that include non-cooperation as well as openness to negotiation. Political education serves the purpose of overcoming people's 'voluntary servitude' (Boétie, 2011) – meaning the persuasion that the victim is powerless against the oppressor and that cooperation with the oppressor is the only option – and emancipation of the oppressed by the self-inflicted slavery by reactionary political actions (Parekh, 1989:155–6).

Politics for Gandhi means participation, social support, struggle against injustice (Parekh, 1989:101). Ideal democracy for Gandhi shall emerge in a non-violent society and *Ahimsa* (non-violence) is the main characteristic of it and the guarantee for individual freedom (H 27-5-1939). His philosophy, which is reflected in his democratic conception, proposes a non-anthropocentric cosmovision where human being contribute to the universe including through social service and respecting nature as living being. Translated in the public sphere this implies that harming the other means arming oneself and enriching the other means enriching oneself; love is activism and social service (Parekh, 1989: 86–99). Gandhi's political philosophy is an attempt to reconcile the individual, the political community, the whole humanity (Parekh, 1989:197–8) and the cosmic dimension which include nature and the divine.

For Gandhi a state-centric political culture is dehumanising (Parekh, 1989:28). For Weber and Hegel that dualism state – civil society was constitutional, for Gandhi is not so. Gandhi developed a concept of civil society among the Indian population in South Africa until 1914. When he went back to India, before taking position or giving opinion on any political issue, he travelled the whole country in order to understand the needs of the people and to work with them as promised to his political mentor Gopal Krishna Gokhale. The difference between the philosophical position of Hegel and Weber, with regards to state and civil society, from the philanthropic spirit of Gandhi of being one with his people is evident in the title of 'Mahatma' ('great soul') which was assigned to him by Rabindranath Tagore and the title of 'Father of the Nation' given by Subhas Chandra Bose. Being one with the people he moved from support to obstruction against the British Empire and the Indian nation he wanted to build was not close to what in Europe was known as nation-state – which he considered a machine without responsibility (Parekh, 1989:110–1) –, it was rather an intercultural community based on diversity and enriched by it. The focus on diversity makes impossible in the eye of Gandhi to consider democracy from the perspective of a centralised state, indeed Gandhi advocates a minimal state and a very deep democratic decentralisation based on the trans-scale, starting

from the village dimension. The democratic community is not dependent from central decision but is auto-centred and advocates the virtuous growth of the individuals at the base of the community. As for Weber, the result would limit bureaucratisation; however, in Gandhi this takes place from the bottom-up – rather than a top-down – perspective.

Gandhi maintains that 'political power is not an end but one of the means of enabling to better their condition in every department of life. Political power means capacity to regulate national life trough national representatives' (YI 2-7-1931). For Gandhi democratic power shall be shared by all and elected representative are civil servants constantly in communication and dialogue with the people (YI 1-12-1927). Gandhi traces a line between democracy and 'mobocracy' which takes place when passive masses are used without a personal learned engagement of the individual. Mobocracy is the opposite of his self-reflexive mobilisation of the people (YI 8-9-1920). Civil disobedience is the instrument to educate and motivate masses not for mobs but for democracy against the political-colonial rule of the elite.

Led by the political-colonial elite, western democracy is not true democracy but rather a political-colonial regime, '[a]t best it is merely a cloak to hide the Nazi and the Fascist tendencies of imperialism' (H 18-5-1940). In one of his last contributions, Gandhi wished that the congress dissolved in favour of the creation of the Lok Sevak Sangh (Association for the Service of the People) that would establish the system of decentralised 'Panchayats' (the local democratic unit). Leaders directly or indirectly elected by the people would 'serve' both the country and their areas and they derive their power from the service. (H 15-2-1948).

Gandhi is aware that this was the 'India of his dreams' and he did not hesitate to comment also on matters related with the conditions of the existing democratic system forged by the western model. He highlighted the importance of the *public opinion* and self-consciousness of the people in order to extend popular sovereignty and reduce the power of the representatives. Public opinion is the tool to reduce the abuses of democracy (Jain, 2009:36). Gandhi was also a strenuous defender of minority rights against the dictatorship of the democratic majority. The rule of the majority would not overrule the freedom of individual judgment because it contains the moral value upon which the democratic framework is built: '[d]emocracy is not a state in which people act like sheep. Under democracy, individual liberty of opinion and action is jealously guarded' (YI 3-2-1922). *Economic equality* is the bases for democratic equality, it provides for equality of wages and include the 'abolishing of the eternal conflict between capital and labour' (Gandhi, 1945:20). Possession would not be an aim but a tool.

From Gandhi's perspective, the role of *political parties* may contrast with the aim of democracy because it favours the creation of powerful political elite as opposes to the civil service based on duties that should characterise political activism. He is in favour of universal suffrage and believes that at the lowest level of the democratic pyramid (which is the most relevant to him) political parties are not necessary at all (Jain, 2009:42–6).

Gandhi was a religious person but he was convinced that the state should be completely

secular, meaning that there should be no interference of the state in the personal religious decisions of each individual. He believed that the religious path is a personal one and is fundamental in the search after truth. All religions should be respected and protected in the same way (Jain, 2009:47).

After Gandhi several activists have engaged in experiences to bring his theory into the practice and the Aam Aadmi Party (the party of the common person) is one of them.

From Gandhians to AAP

Gandhi refused to take over any official political position in independent India, likewise he refused to take part to the constituent assembly and entrusted – for that purpose – personalities with a stronger sympathy for the western liberal model of democracy: Bhim Rao Ambedkar, Jawaharlal Nehru, Vallabhbhai Patel, Rajendra Prasad and Abdul Kalam Azad. The result was a constitution providing for a 'modern' parliamentary democratic modelled on the western example. The Indian constitution incorporated some Gandhian perspectives including fundamental rights, opposition to untouchability, protection of minorities and universal suffrage from a Gandhian political philosophy (Gupta, 2013:53, 63–5; Prasad, 2011: 248–9; Rudolph & Rudolph, 2006:20–31). But the constitution that Gandhi would have wonted is very different.

Many Gandhians followed Gandhi's example and decided to dedicate their lives to social work as opposed to covering institutional roles, amongst the most famous Vinoba Bhave (1895-1982) and Jayprakash Narayan (known as JP, 1902-1979). Even currently, activists operates with a Gandhian approach, however different that approach may be among them. Aruna Roy and Anna Hazare are two amongst others renown Gandhians that in the last years have succeeded in focusing the country's attention in striking social concerns and created a pressure able to deliver important legislation for the sake of transparency (Right to Information – RTI) and anti-corruption (Jan Lokpal Bill). They work at the grass-root with the people and for the people. Their work has attracted many volunteers active in long and difficult campaigns that have the merit to mobilise the attention of the whole country. The anti-corruption movement produced two main effects: 'First, it was the apparent failure of the Indian representative democracy to satisfy people's expectations. In other words, the legitimacy of the elected representatives was questioned. Consequently, citizen's participation in the decision-making emerged as an important issue in the context of Indian democracy. Secondly, Gandhian method of political action captured the attention of commons who could get a glimpse of what a non-violent movement was like' (K P Mishra, 2012:206). Roy initiated the Right to Information Campaign that lead to the enactment of the Right To Information Act (RTI) in 2005 and Hazare was also very active in particular in Maharashtra state.

Arvind Kejrival has cooperated with both, Aruna Roy and Anna Hazare before deciding to

originate the Aam Aadmi Party (AAP – 'Party of the Common Person') on 26 November 2012. Roy and Hazare have expressed the will to remain neutral with respect to the party system and, as Gandhi, to carry on social service from without the representative democratic arena. Kejriwal has decided instead to work to change the political system from within and therefore he created the party together with other activists including Prashant Bushan and Yogendra Yadav. 'Hazare and Kejriwal agreed on 19 September 2012 that their political ideologies regarding their role in politics were diametrically opposite' (Sachdeva, 2014:71). As any other political party AAP collects criticism from civil society and social activists but he has also contributed to raise new hope for a real change in Indian politics (Hazare, 2014).

AAP ideology is elucidated in the book *Swaraj* written by Kejriwal (2012) before the foundation of the party. Kejriwal critics Indian political-colonialism and reasserts the force and value of Swaraj quoting examples of virtuous local experiment of village democracy which are inspired by the Gandhian model such as Hazare's model village of Ralegan Siddhi. Hiware Bazar is a village about forty km away from Hazare's village and undertook a similar development under the 'visionary leadership' of Prapat Rao Pawar who assert (2014) that the democratic model in his village is a Gandhian participatory and bottom-up approach while the mainstream politicians disregard this example because are interested only in the electoral result. Kejriwal suggest forms to implement a decentralised system in the current Indian constitutional framework and the main point is to grant economic, social and political independence to the local community (Kejriwal, 2012:109–136). The novelty of Kejriwal's Swaraj is the application to the city level where the Gram Sabha (village assembly) is replaced by the Mohalla Sabha (assembly of the neighbourhood).

The growth of AAP was rapid and, after a little more than a year since its foundation, it participated to the first state elections in Delhi in December 2013 winning 28 seat out of 70 achieving an unexpected result which excited the political atmosphere of the country (Parsai, 2013).The victory was also followed by criticism for the lack of political experience and a clear political programme (Gudavarthy, 2013). Since no party had an absolute majority in the State, AAP – second largest party after the Bharatiya Janata Party with 32 seats – had to evaluate the possibility of forming a coalition government. In a short initial phase after elections AAP – in compliance with its criticism to the political system and other party's corruption – rejected to form a coalition with any other party and fresh election where requested (Ali, 2013a, 2013b). However the social and media pressure convinced AAP leaders to consult the people to decide the steps ahead (Pandey, 2013a, 2013b; Ali, 2013c). The people of Delhi were given the possibility to express their opinion of whether AAP should form a coalition government and the majority was in favour of such decision.

The AAP government in Delhi was innovative, provocative and – to some extents – contradictory. It was criticised for political immaturity and lack of political vision. However, it gave to the party the protagonist role in Indian politics, media covered was very high and other political parties were forced to emulate AAP's anti-corruption terminology. AAP

governed for only 49 days in Delhi's state. The decision to resign was taken by AAP leadership when the other parties of the parliament voted against the scheduling of discussion of the anti-corruption bill in the Delhi on 14 February 2014 (Ali, Kant & Ashok, 2014). Resignation from Deli's government sounded like a political strategy of AAP aimed at winning consensus for the national elections scheduled two month after. However, the party lost momentum as well as media coverage. People disliked the lack of concreteness of the party and only after a few month Kejriwal admitted that it had been a mistake. AAP performed electorally way below expectations in the national context winning only four seats out of the 545 of the national parliament.

Conclusion

This article analyses in which terms we can refer to Political-Colonialism – starting from an elitist reading of liberal democracy – and substantiate how Gandhi and AAP propose perspectives to think about a more substantially democratic form of democracy centred on the self-rule by the people. Gandhi's ideal democracy provides not simply for another formal democratic structure but for an alternative concept of social organisation. Both Gandhi and AAP faced criticism and social constraints in implementing their democratic proposals, however it does not invalidate the possibility of thinking and consider their importance in the anti-political-colonial struggle. They contribute to raise new questions that help to problematize the way in which a different understanding of democracy can be conceived. Their contribution to the democratic debate is therefore solid both for their direct implication and for the thinking space that they create. Some of the questions that they leave open relate to the role of the leadership in amplifying and making more effective a decentralised democratic approach. Gandhi was a great leader and the most famous Gandhian activists are also recognised as such. Gupta (2013) define them an 'elite of calling'. Does it imply that even self-rule democracy shall depend on the work of an elite, although a selfless one? It is indeed impossible to think to the party of the 'common person' without his leader, likewise it would be difficult to mention the RTI and anti-corruption movements without Roy, Hazare and the other social workers that freely and silently cooperate with them.

'[T]o Gandhi democracy is not merely a form of government. It is also a gospel of the social system. It is a principle of self-reliance, equality, freedom, emancipation of all' (Jain, 2009:54). The comparison between liberal democracy and the Gandhian Ideal is audacious because the former is an actual system while the latter is an abstract model that is experimented only in the small scale. However, this moral and theoretical dimension represents the reason why the Gandhian model is so interesting as an alternative to liberal democracy and not simply a variant within it. It does not aim at mitigating political-colonialism but at identifying a model of 'high intensity democracy' which includes complementarity between participatory and representative democracy (Santos & Avritzer, 2005:LXVI). It propose an alternative to the

political-colonial system. Looking at AAP's experience as a possible partial form of implanting Gandhi's ideal, it becomes evident the complexity of such complementarity: what is the possible inter-play of self-rule democratic experiment with the elitist representative system? Santos underlines that the last three decades marked a change in the relationship between the elite and the people because the state is increasingly contested and new social actors are part taking in sovereignty, including trough forms of participatory democracy such as the experience of the Participatory Budgeting of Porto Alegre (Santos, 2005:311–2). Will AAP be able to resist and penetrate the complexity of the complementary of participatory and representative democracy? This would imply that AAP is taking further Gandhi's vision of democracy giving it an experimental implementation.

A new political culture, based on the horizontality of a solidary community, can be built only on self-rule, decentralisation and participatory democracy (Santos, 2001:181). Although many more elements must be considered in analysing the APP case and its potential, looking at the mere electoral results the strategy of entering in the representative system to change it from inside has failed in the way it was implemented. The adoption of the party logic and the implementation of an aggressive electoral strategy did not deliver the expected revolutionary results because the idea of Swaraj was relegated after the electoral priority. This is the indication that a different approach must be adopted.

Self-rule democracy does not merely imply an alternative political party. As AAP knows very well, what is missing must be far more radical. It is an alternative model to liberal democracy and 'the critical task ahead cannot be limited to generating alternatives. Indeed, it requires an alternative thinking of alternatives' (Santos, 2007:63) which look at the substance of political-colonialism and declares it incompatible with true democracy thereby engaging in changing it from within.

References

Ali, Mohammad (2013a), "Aam Aadmi party gets ready for fresh elections", *The Hindu*, 12th December, consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/news/national/aam-aadmi-party-gets-ready-for-fresh-elections/article5448779.ece. New Delhi.

Ali, Mohammad (2013b), "AAP rules out deal-making", *The Hindu*, 14th December, consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/todays-paper/aap-rules-out-dealmaking/article5457780.ece. New Delhi.

Ali, Mohammad (2013c) "AAP set to form government", *The Hindu*, 23rd December, Consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/todays-paper/aap-set-to-form-government/article5491388.ece. New Delhi.

Ali, Mohammad, Kant, Vishal and Ashok, Sowmiya (2014), "Kejriwal quits over Jan Lokpal", *The Hindu*, 15th February, Consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/todays-

paper/kejriwal-quits-over-jan-lokpal/article5691612.ece. New Delhi.

Bobbio, Norberto (1987), *The Future of Democracy: A Defence of the Rules of the Game*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Boétie, Étienne de La (2011), *Discorso sulla servitù volontaria*. Milano: Chiarelettere.

Chadda, Kusum Lata (2010), *Gandhi The Master Communicator*. New Delhi: Kanishka Publishers, Distributors.

Constant, Benjamin (1988), "The Liberty of Ancients Compared with that of Moderns", in B. Fontana (org.) *Constant: Political Writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 50-129.

Costantini, Dino (2012), *La democrazia dei moderni. Storia di una crisi*. Firenze: Firenze University Press.

Dahl, Robert A. (2006), "A preface to democratic theory", *Expanded* ed. in Consultado a 11.08.2014 em http://www.loc.gov/catdir/enhancements/fy0666/2006042052-b.html. Chicago: University of Chicago Press.

Dahl, Robert Alan (1998), *On democracy.* New Haven: Yale University Press.

Gandhi, Mohandas Karamchand (1945), *Constructive Programme its Meaning and Place* Second. Ahmedabad: Navajivan.

Gandhi, Mohandas Karamchand (1938), *Hind Swaraj or Indian Home Rule*. Ahmedabad: Navajivan.

Gandhi, Mohandas Karamchand (1967), *The Mind of Mahatma Gandhi* Second. R.K. Prabhu and U.R. Rao (orgs), Ahmedabad: Navajivan.

Gudavarthy, Ajay (2013), "Surviving politics", *The Hindu*, 15th December, consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/todays-paper/tp-features/tp-sundaymagazine/surviving-politics/article5460756.ece.

Gupta, Dipankar (2013), *Revolution from above: India's future and the citizen elite*. New Delhi: Rainlight.

Hardiman, David (2003), *Gandhi in his Time and Ours*. Ranikhet: Permanent Black.

Hazare, Hanna (2014), *Interview*. Ralegan Siddhi, 13.02.2014.

Hegel, Georg Wilhelm Fredrich (1991), *Elements of the Philosophy of Right*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Jain, Vaishali (2009), *Crisis in Indian Democracy and Gandhian Alternative*. New Delhi: Regal.

Joseph, Silby K. (2013), 'Development Discourse: Mainstream and Gandhian', *Gandhi Marg* 34(4), 471–494.

Kejriwal, Arvind (2012), *Swaraj*. New Delhi: HarperCollins.

Kelsen, Hans (2000), "Essência e valor da democracia", in Hans Kelsen *A Democracia*,. São Paulo: Martins Fontes, 23–108.

Kelsen, Hans (1955), "Foundations of Democracy", *Ethics* 66(1 part 2), 1–101.

Lipset, Seymour Martin (1994), "The Social Requisites of Democracy Revisited: 1993 Presidential Address", *American Sociological Review* 59(1), 1–22.

Marx, Karl (1904), *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Chicago: Charles H. Kerr & Company.

Marx, Karl (1970), *Critique of Hegel's 'Philosophy Of Right'* J. O'Malley (org.). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Marx, Karl and Engels, Friedrich (2008), *The Communist Manifesto*. London: Pluto Press.

Michels, Robert (1915), *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York: Heart's International Library Co.

Mill, John Stuart (2004), *Considerations on Representative Government*. University College, PA: Pennsylvania State University.

Mishra, K. P. (2012), 'Gandhian Views on Democracy', *Gandhi Marg* 34(2&3), 205–216.

Mishra, Prem Anand (2012), *Hind Swaraj: A Deconstructive Reading*. New Delhi: Abhijeet Publications.

Mosca, Gaetano (1939), *The Ruling Class* II. A. Livingston (org.), Available from: http://archive.org/details/rulingclass031748mbp (accessed 13 August 2014). New York: McGraw Hill Book Company.

Mouffe, Chantal (2000), *The Democratic Paradox*. London: Verso.

Pandey, Devesh K. (2013a), "AAP gets 4.2 lakh responses on govt. formation", *The Hindu*, 19th December, consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/todays-paper/aap-gets-42-lakh-responses-on-govt-formation/article5476390.ece. New Delhi.

Pandey, Devesh K. (2013b), "Chorus for AAP forming govt gets louder", *The Hindu*, 22nd December, consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/news/cities/Delhi/chorus-for-aap-forming-govt-gets-louder/article5489037.ece. New Delhi.

Parekh, Bhikhu (2001), *Gandhi: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Parekh, Bhikhu (1989), *Gandhi's Political Philosophy: a Critical Examination*. London:

Macmillan.

Pareto, Vilfredo (1935), *The mind and society <Trattato di sociologia generale>* A. Livingston (org.), consultado a 13.08.2014 em http://archive.org/details/mindsocietytratt01pare. New York: Harcourt, Brace and Company.

Parsai, Gargi (2013), "The AAP has arrived", *The Hindu*, 9th December, consultado a 14.04.2014 em http://www.thehindu.com/todays-paper/the-aap-has-arrived/article5438271.ece. New Delhi.

Pawar, Papat Rao (2014), *Interview*. Hiware Bazar, 12 Feb 2014.

Prasad, S. B. (2011), "Gandhian Impact on the Constitution of India", *Gandhi Marg* 33(2), 245–250.

Rudolph, Lloyd I. and Rudolph, Susanne Hoeber (2006), *Postmodern Gandhi and Other Essays: Gandhi in the World and at Home*. Chicago: University of Chicago Press.

Sachdeva, Amit (2014), *The Rise of Arvind Kejrival*. Gurgaon: Liveweek Business.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to Ecologies of Knowledges", *Review* XXX(1), 45–89.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Los nuevos movimientos sociales", *Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL* 5, 177–188.

Santos, Boaventura de Sousa (2005), "Two Democracies, two legalities: Participatory Budgeting in Porto Alegre, Brazil", in Boaventura de Sousa Santos; C. Rodríguez-Garavito (orgs) *Law And Globalization From Below: Towards A Cosmopolitan Legality*, New York: Cambridge University Press, 310–38.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2005) 'Introduction: Opening up the Canon of Democracy', in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Democratizing Democracy. Beyond the Liberal Democratic Canon*. London, XXXIV–LXXIV.

Schumpeter, Joseph A. (2003), *Capitalism, Socialism and Democracy*. London, New York: Routledge.

Tocqueville, Alexis de (2010), *Democracy in America* E. Nolla (ed.). Indianapolis: Liberty Fund, Incorporated.

Weber, Max (1994a), "Parliament and Government in Germany under a New Political Order", in P. Lassman (org.) *Political Writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 130–271.

Weber, Max (1994b), "Socialism", in P. Lassman (org.) *Political Writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 272–303.

Weber, Max (1994c), “Suffrage and Democracy in Germany”, in P. Lassman (org.) *Political Writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 80–129.

Weber, Max (1994d), “The President of the Reich”, in P. Lassman (org.) *Political Writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 304–308.

Weber, Max (1994e), “The Profession and Vocation of Politics”, in P. Lassman (org.) *Political Writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 309–369.

Contrarrevolución urbana y democracia participativa

Hipólito Rodríguez Herrero[1]
Rosío Córdova Plaza[2]

Abstract

Las reformas neoliberales no solo han construido un nuevo orden normativo para el desarrollo urbano en México. También han reconfigurado las modalidades de segregación y exclusión social. El acceso a la ciudad por parte de los estratos populares ha cambiado. Los programas de vivienda social privilegian ahora a las empresas privadas que construyen los espacios habitacionales en periferias distantes de la ciudad central, encareciendo el transporte y el acceso a los servicios públicos. La fragmentación y el alejamiento del espacio urbano popular hace más dificil el ingreso a los mercados de trabajo y cancela las oportunidades de construir espacios públicos participativos. El nuevo orden social, impulsado por el Estado mexicano, rompe con las conquistas de los movimientos sociales urbanos de los años setenta y ochenta, a los cuales plantea al empezar el siglo XXI nuevas interrrogantes de cara a una ciudad excluyente y poco sustentable.

Palabras clave: hábitat popular, reforma urbana, México, neoliberalismo.

Resumo

As reformas neoliberais construíram uma nova ordem normativa para o desenvolvimento urbano no México. O acesso à a cidade na parte das camadas populares tem mudado. Os programas de vivenda social privilegiam agora às companhias privadas, que constroem os espaços habitacionais em periferias distantes da cidade central, o que aumenta o preço do transporte e o acesso aos serviços públicos. A fragmentação e a distância do espaço urbano popular, fazem o acesso aos mercados do trabalho mais difícil e cancelam as oportunidades de construir espaços públicos participativos. A nova ordem social imposta pelo estado mexicano supõe uma ruptura com as lutas do movimento urbano popular dos anos setentas e oitentas. A nova situação impede a democracia participativa e gera uma cidade excludente e pouco sustentável.

Palavras-chaves: habitat popular, reforma urbana, México, neoliberalismo.

Abstract

Neo-liberal reforms have built a new regulatory order for urban development in Mexico. Access to the city by the poorest sectors has changed. At present, governmental housing programs encourage private investment in low budget residential areas far from city centers, making transportation more expensive and access to public services more difficult. Fragmentation and the removal of urban areas dominated by the lower classes, has made it more difficult to access labor markets and hinders opportunities for building participatory public spaces. The new social order promoted by the Mexican State implies a break with the conquests of the grass roots urban movement in the 1970s and 1980s. The new situation prevents participatory democracy and is generating unsustainable and non-inclusive city.

Keywords: habitat popular, urban reform, México, neoliberalism.

1 Investigador del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, Unidad Golfo), doctor en Ciencias Sociales, estudia la dinámica regional y la problemática ambiental de las ciudades del Golfo de México así como la historia ambiental de Veracruz, México. Entre sus últimas publicaciones están *Capitalismo y necesidades. Hacia una teoría crítica del consumo* (Itaca, 2010) e *Historia, ambiente y ciudad* (IVEC-Conaculta, 2013). hipolito@ciesas.edu.mx.

2 Investigadora del Instituto de Investigaciones Históricas y Sociales de la Universidad Veracruzana, doctora en Ciencias Antropológicas, especialista en estudios de género, trabajo sexual y migración y grupos domésticos. Los resultados de sus trabajos han aparecido en artículos especializados en diversas publicaciones. Recientemente ha publicado *Carne, deseo, cultura* (IVEC-Conaculta, 2013). rosiocordova@hotmail.com

Introducción

En este texto presentamos una reflexión sobre el impacto social y ambiental que han tenido las reformas neoliberales en el orden urbano de México. En primer término examinamos el modo en que esas reformas implican una ruptura de los sistemas normativos que ponían límites a un urbanismo que buscaba privatizar la mayor parte de los procesos de apropiación del suelo y de producción del espacio urbano (vivienda, infraestructuras, equipamientos). En segundo lugar analizamos las consecuencias de esa pérdida de límites, poniendo particular atención a los procesos de expansión física de las ciudades, de formación de dos tipos de periferia (una popular y degradada y otra elitista y cerrada), y de erosión de los espacios públicos y de las posibilidades de integración social. Finalmente, esbozamos los desafíos teóricos y prácticos que esos procesos de segregación plantean a las luchas por construir un tejido urbano alternativo, donde la exclusión y la desigualdad puedan revertirse.

El derecho a la ciudad y la privatización de los procesos urbanos

En julio de 2013, en la Ciudad de México, el Tribunal Permanente de los Pueblos (TPP) realizó una audiencia para escuchar las denuncias presentadas por diversas organizaciones sociales de todo el país respecto del papel jugado por el capital y el Estado mexicano en el ordenamiento de los procesos de desarrollo urbano.[3] La mayor parte de las denuncias exhibió los obstáculos que enfrentan los gupos sociales con menos recursos para construir un hábitat popular, la violación de sus derechos a la ciudad, a un medio ambiente sano, y el respeto a sus derechos fundamentales (derecho a la seguridad, al agua, a una vivienda decente). Las denuncias, basadas en evidencias y testimonios de cientos de personas y colectivos, mostraron que asistimos, desde los años ochenta del siglo pasado, a un nuevo escenario urbano. Las ciudades que se han configurado en las últimas décadas son el producto de una serie de reformas de Estado que han alterado radicalmente el horizonte de las luchas de emancipación urbana. ¿En que consisten estas reformas de estado o mercado? ¿Qué cambios institucionales han hecho posible la diversidad de procesos de degradación y exclusión que impugnan los nuevos movimientos sociales urbanos?

Se trata de reformas que se instalan gradualmente y que modifican las atribuciones o responsabilidades que tenía el Estado respecto a la regulación de los modos de producir vivienda, de acceder a la propiedad del suelo, de construir equipamientos colectivos, de

3 Los orígenes y la larga historia del Tribunal Permanente de los Pueblos (TPP) en sus 35 años de actividad y las decenas de casos que ha tratado son accesibles a través de las publicaciones disponibles en Internet (www.internazionaleleliobasso.it). A partir de la Declaración Universal de los Derechos de los Pueblos (Argel, 1976), el papel del TPP ha sido el de ofrecer una alternativa a los pueblos que no encuentran respuestas en las instituciones (nacionales e internacionales) que oficialmente representan el derecho de los Estados. El TPP busca transformarse en una tribuna de visibilidad, de toma de palabra, de narración de las violaciones sufridas, de análisis, evaluación y juicio sobre las causas y los responsables de crímenes que pretenden transformar a mujeres y hombres sujetos de derechos inviolables (individuales y colectivos) en víctimas despojadas y depredadas. Las audiencias que el TPP realizó en México tuvieron lugar desde el21 de octubre de 2011 hasta noviembre de 2014. Sus resultados pueden consultarse en http://www.tppmexico.org/

generar infraestructuras de movilidad, de ordenar el medio ambiente, de autorizar los usos del suelo y de configurar espacios de cooperación o participación ciudadana en referencia a la producción del orden urbano.

Se trata de reformas que en el curso del tiempo (prácticamente tres décadas: 1980-2010) han conseguido alterar la estructura de nuestras ciudades. Puede afirmarse por ello que se trata de una contrarrevolución, un proceso que cancela o pervierte las conquistas logradas por el movimiento social en la primera mitad del siglo XX. Las ciudades han perdido el marco institucional que hizo posible desarrollos habitacionales de naturaleza colectiva o convivial, y en consecuencia ahora se impide o minimiza la capacidad de los colectivos sociales para hacer su propio espacio, producir vivienda y equipamientos urbanos, generándose un orden que obstaculiza la posibilidad de los estratos populares para hacer de la ciudad un espacio de convivencia equitativo y solidario.

El nuevo orden institucional que emerge al cabo de treinta años de reformas es el que ha hecho posible lo que se denomina "urbanismo salvaje", un conjunto de procesos en los que se despliegan fenómenos de privatización o despojo del suelo, expropiación de espacios de uso social (parques, jardines, áreas naturales, plazas públicas), instalación de infraestructuras de movilidad que fragmentan el tejido social, generación de asentamientos en zonas de alto riesgo, destrucción de los ecosistemas que sostienen nuestros metabolismos, y en general dinámicas de producción de espacios habitacionales que no cumplen las normas mínimas de lo que podríamos llamar una vivienda adecuada, decente, digna o sustentable.

¿En qué consisten estas reformas institucionales? En primer término, se trata de reformas que colocan a las economías del sur en línea con las normas institucionales que ha venido impulsando el Banco Mundial y otros organismos internacionales desde 1980. Se trata de reformas que impulsan el libre comercio. Estas reformas suponen reducir las atribuciones del Estado para intervenir y regular la producción de la ciudad (vivienda, equipamientos, infraestructuras, dispositivos de movilidad o vialidad), e incluyen una modificación radical de las reglas de acceso al suelo. En México, una de las conquistas fundamentales de la Revolución de 1910 consistió en la construcción de un orden legal que reconoció a la propiedad social –el ejido- como un modo de apropiación del territorio que merecía apoyo y defensa jurídica. En 1992, al inicio de las reformas neoliberales, se alteró la legislación agraria con el propósito de permitir la privatización de la propiedad social, la cual hasta ese momento no podía mercantilizarse.

Con las reformas, se buscó de modo deliberado impedir el desarrollo de opciones fuera del mercado, opciones que a lo largo de las décadas anteriores habían permitido a los grupos populares hacer ciudad de acuerdo a normas más equitativas. En consecuencia, a partir de ellas, la desigualdad en el acceso a la ciudad se acrecienta: acceder a las ventajas de la ciudad solo puede ocurrir para quien tiene dinero.

Con las reformas, el Estado abandona o acota severamente a las instituciones que permitían

el financiamiento de proyectos de vivienda social. Los sindicatos, los colectivos populares, las organizaciones sociales, pierden o ven mermada la posibilidad de acceder a créditos accesibles o de bajo costo financiero para producir espacios habitacionales populares. En su lugar, se instalan mecanismos que abren la puerta a las instituciones financieras privadas para asignar créditos en condiciones onerosas y abusivas. La libertad que se concede a los bancos para conceder créditos hipotecarios es lo que explica las diversas crisis que dañan severamente la economía popular y la pérdida del patrimonio de millones de familias. La desregulación financiera, como sabemos, propicia la especulación y la formación de burbujas inmobiliarias.

Con las reformas, el Estado se convierte ahora en un *facilitador*. Si antes podía financiar o co-producir el espacio habitacional y el equipamiento colectivo, ahora se limita a *facilitar* que sean las empresas privadas las que asuman esa función, bajo una lógica de lucro que opera en condiciones sumamente abusivas. La corrupción no es una situación de excepción sino un fenómeno que lubrica todos los procesos de asignación de obra pública, construcción de vivienda y adquisición de suelo para fines habitacionales. Las reformas han fabricado un diseño institucional que facilita precisamente la complicidad de las instancias de gobierno con las dinámicas de acumulación. Ningún procedimiento de transparencia ha podido ventilar los mecanismos que hacen posible la continua cooperación entre funcionarios estatales y agentes privados para disponer de los recursos públicos en los procesos de enriquecimiento de particulares.

Las reformas han generado un horizonte en el cual se obstaculizan los procesos de autoproducción de vivienda. No solo se ha encarecido el suelo disponible para emprender proyectos habitacionales accesibles a los estratos pobres o populares, asalariados o autoempleados, sino que se han generado dispositivos institucionales que despojan a los colectivos de la capacidad de producir o gestionar su propio espacio.

Expertos en el desarrollo urbano y la producción de vivienda han señalado que la normatividad urbana está provocando un crecimiento desordenado de la periferia (Coulomb y Schteingart, 2006; Pirez, 2014). Dado que el Estado ya no asume la función de construir reservas de suelo, es decir, espacios que permitan la edificación de vivienda a bajo costo, las empresas inmobiliarias buscan el suelo más barato ahí donde esté disponible, es decir, lejos de los centros urbanos y de las infraestructuras. Estos desarrollos urbanos desmedidos se construyen en zonas muy periféricas, donde el suelo es más barato, pero van induciendo una expansión espacial de la área urbana carente de sustentabilidad económica y medioambiental, y generan un incremento del parque vehicular y de los traslados con la consecuente congestión adicional del tránsito.

> La mayoría de los conjuntos habitacionales se ubican en la periferia. Las cosas se dan porque se dan. La razón es el costo de la tierra. Es más barato en la periferia. Si se tasa una vivienda en 150,000 pesos, 230,000 pesos,

> es imposible hacerlos cercanos al centro. Es un problema serio, porque quisiéramos estuviesen cerca, pero sale muy caro el suelo. La gente que no tiene dinero compra donde puede pagar y aunque gasta mucho en transporte es su única forma de tener una vivienda. Es un problema porque estamos extendiendo la mancha urbana. Pero es un problema de tipo económico. Es evidente que lo mejor sería densificar las ciudades, pero económicamente no se puede. Entonces las cosas son como son (Entrevista al director del departamento técnico del consorcio GEO, 7 de noviembre de 2003)" (Coulomb y Schteingart, 2006:453).

El crédito para proyectos colectivos prácticamente ha desaparecido y ahora sólo se asigna a los individuos que demuestren capacidad de pago. La atomización que resulta de ese mecanismo económico bloquea la posibilidad de generar espacios autogestivos. Ahí donde las organizaciones populares han logrado reunir fondos para hacer ciudad, el Estado ha generado un entorno que hostiga o agrede estas iniciativas. Las instancias que en términos constitucionales están obligadas a garantizar el respeto a la propiedad, han tolerado diversos procesos de invasión, despojo, robo y secuestro del territorio. En múltiples ciudades de México se han documentado procesos en los cuales los responsables institucionales de proteger la seguridad de la tierra, el patrimonio y la vida de las personas, han dejado hacer, con total impunidad, a grupos paramilitares que subvierten el estado de derecho y que pueden adscribirse a una nueva forma de terrorismo. La tolerancia a estos grupos agresivos forma parte del surgimiento de un escenario de inseguridad que genera incertidumbre y vulnerabilidad en la población que busca alternativas fuera del orden económico dominante.

El Estado ha fragmentado su propia estructura de responsabilidades y esto ha propiciado los procesos que llamamos de *urbanización salvaje*. Los ciudadanos que buscan atenuar las dinámicas de abuso por parte de las grandes empresas productoras de vivienda a bajo costo, no cuentan con instancias legales que brinden una atención integral a sus reclamos. Las autoridades locales no asumen responsabilidades por los cambios en el uso del suelo que permiten la instalación de proyectos inmobiliarios en zonas de riesgo o no aptas para uso residencial. Las autoridades responsables del respeto a la normatividad ambiental han fragmentado los ámbitos de su competencia, de modo tal que los reclamos ciudadanos por la destrucción y contaminación del agua, las áreas verdes y la biodiversidad, el aire o el suelo, no pueden hallar forma de detener los procesos que dañan su entorno de vida. Hacer justicia a las legítimas demandas para sancionar a las empresas que deterioran los ecosistemas en los que anidan los espacios habitacionales se ha vuelto difícil: el diseño institucional abre huecos a los procedimientos legales que siempre son aprovechados por las empresas.

Las empresas que ahora asumen buena parte de los procesos de producción de la ciudad, sea en la fabricación de vivienda, o en la construcción de infraestructuras de vialidad y transporte, o en la edificación y mantenimiento de equipamientos sociales, cuentan con

todas las facilidades para concentrar recursos y operar en la creación de mega-proyectos. Las pequeñas empresas y los colectivos ciudadanos no pueden competir con esas empresas que concentran capital y pueden adquirir grandes extensiones de tierra, grandes tecnologías, permisos y créditos para dominar el mercado.

> Los grandes consorcios inmobiliarios manejan bases de datos sobre usos del suelo, densidades, redes de infraestructura, catastro, tipo de propiedad, precio del suelo, lineamientos especiales de la planeación urbana, etcétera, la mayoría de las veces integradas en sistemas de información geográfica, lo que les permite identificar los terrenos más viables para el desarrollo de sus proyectos inmobiliarios. Disponer de esta información los coloca en una posición ventajosa frente otros desarrolladores inmobiliarios de menor tamaño (Coulomb y Schteingart, 2006:454).

Los usuarios de la ciudad se encuentran ante la emergencia de un orden tecnológico que propicia un ecosistema artificial que debilita o impide el desarrollo de una ciudad más convivencial y cercana a las necesidades de la gente. Controlar los mega-proyectos es una tarea casi imposible en el nuevo diseño institucional, ya que los funcionarios otorgan todas las facilidades para que esos megaproyectos operen a espaldas de los ciudadanos: las reformas neoliberales han hecho muy difícil el control democrático de estas dinámicas. Las pocas instancias que contempla el nuevo diseño institucional para frenar los procesos depredadores ofrecen más facilidades que frenos a los mismos. Los ciudadanos que los cuestionan disponen de espacios marginales para hacer efectivo su reclamo.

La resistencia social al nuevo orden que emerge de las reformas de mercado encuentra por tanto múltiples dificultades para defender a la ciudadanía. Se le criminaliza y coloca en situaciones de inseguridad. De ahí que sea imperativo el examen de ese orden institucional para construir alternativas que protejan y potencien las luchas de emancipación urbana. Reformas que ideológicamente se plantean como positivas porque impulsan el desarrollo económico, al cabo de tres décadas de vigencia se revelan como plataformas para que prospere la desigualdad, la exclusión, la inseguridad y la vulnerabilidad. Por consiguiente, resulta fundamental proponer una ciudad diferente, alternativa, convivial, descolonizada, que trascienda la actual configuración, donde prospera la ciudad fragmentada, no sustentable, polarizada, insegura y desigual.

La manera en que tienden a organizarse los recientes procesos de urbanización hacen necesaria la búsqueda de nuevos mecanismos de organización social para impulsar un orden urbano más equitativo.

El desarrollo de las periferias urbanas y las nuevas formas de segregación social

¿Cuál es la situación del sistema urbano en México? Al empezar el siglo XXI, México registra un avanzado proceso de urbanización (Garza y Schteingart, 2010). Ocho de cada diez mexicanos viven en zonas urbanas y seis de cada diez habita en una zona metropolitana. En 50 años, la población que vive en ciudades se triplicó y hoy enfrenta severos problemas de movilidad, vivienda, inseguridad, pobreza, falta de suministro de agua y de gobernabilidad. Casi 64 millones de mexicanos (el 56.8 por ciento de la población total según el Censo de Población del año 2010) habitan en zonas metropolitanas que abarcan 367 municipios. Estudios recientes (Sedesol, 2010), muestran que en el país existen 29 zonas metropolitanas de 100 mil a 499 mil habitantes; 19 donde habitan más de 500 mil y menos de un millón de personas; 10 metrópolis que superan el millón de habitantes pero no rebasan los 5 millones; y una megaciudad, el Valle de México, superior a los 20 millones y que es la quinta ciudad más grande en el mundo. De acuerdo con un estudio auspiciado por ONU-Hábitat (Sedesol, 2011), se pronostica que en los próximos años el mayor crecimiento poblacional se dará en las ciudades intermedias de México, por lo que en 2030 existirán 20 ciudades con más de un millón de habitantes. Así, de acuerdo con este estudio, el país enfrentará en los próximos años desafíos de gran envergadura:

> "El advenimiento de cerca de 20 ciudades con más de un millón de habitantes para 2030 implica retos para la política de desarrollo económico y social; en específico, para la planeación urbana, económica y social del sistema urbano y de cada ciudad, debido a que dichas ciudades requerirán de transporte masivo eficiente y ambientalmente sostenible, vivienda, infraestructura urbana, agua, electricidad, educación, espacios de recreación, etcétera" (Sedesol, 2011:20).

Los problemas que plantea la nueva ola de urbanización derivan de la estructura de oportunidades que surge al cabo de años de liberalización económica. La masiva llegada a las ciudades medias de inmigrantes procedentes del mundo rural y de personas provenientes de ciudades pequeñas, la falta de crecimiento de las economías urbanas que les permita incorporarse a la actividad productiva formal, la ausencia de un marco institucional que permita la adquisición de suelo por medios legales, y un entorno de privatización de los servicios públicos, constituyen situaciones que impiden el efectivo acceso al derecho a la ciudad. Al no contar con empleos formales y recursos económicos suficientes, estos inmigrantes se verán obligados a buscar suelo para la vivienda en aquellas zonas en donde el valor de la tierra es más barato debido a su localización (alejada del centro) y la condición jurídica de la misma (irregular, o con un uso del suelo no apto para la vivienda). La dificultad de acceso a espacios habitacionales con servicios en la ciudad central contribuye a la formación de un patrón de

desarrollo urbano que se conoce como periurbanización.

La noción de periferia es indisociable del problema de la movilidad, pues la periferia exige desplazamientos desde ámbitos distantes hacia los espacios urbanos y sus mercados de trabajo. La periurbanización no es un fenómeno exclusivo de los países en desarrollo. La periferia es un espacio de transición entre la zona metropolitana y el espacio rural. Las transiciones son difíciles de asir pues en el mismo medio rural se empiezan a desplegar actividades productivas típicas de las ciudades. Los habitantes de estas zonas sostienen, con altos costos económicos y sociales, un vínculo funcional entre el centro y las zonas metropolitanas: la población que habita en los suburbios realiza desplazamientos pendulares regulares para cumplir sus labores cotidianas. Los sistemas de transporte moderno hacen posible este fenómeno, pero con costos ambientales y energéticos que es preciso cuantificar.

¿Por qué estas periferias presentan tasas de crecimiento acelerado? La respuesta se encuentra en la distribución desigual del ingreso monetario, un fenómeno que la economía neoliberal ha venido a acentuar. Los salarios de la población trabajadora no alcanzan para adquirir o rentar una vivienda de calidad en las zonas centrales.[4] Cuando no hay crecimiento, entonces los límites salariales inducen a la búsqueda de vivienda al margen del mercado inmobiliario formal. Las periferias ofrecen alternativas: déficit de infraestructura e incertidumbre jurídica reducen los precios del suelo. El tema de la nueva ruralidad puede originar interpretaciones erróneas, ya que se lo reduce a la transformación de las zonas rurales debido a la influencia de las actividades urbanas. Sin embargo, es preciso atender a la dimensión laboral que subyace al fenómeno: la periferia se expande porque se requiere suelo a bajo costo para atender las necesidades de vivienda de los estratos de trabajadores que no obtienen remuneraciones adecuadas. Los mercados de trabajo urbano y rural se mezclan, de manera estacional, ya que la población trabajadora alterna las ocupaciones que brinda la agricultura durante ciertos periodos del año con los empleos que abre la economía urbana de modo informal y precario.

La periferia en expansión posee una doble composición: por un lado, están los asentamientos residenciales pobres, ocupados por los trabajadores poco calificados y mal remunerados, y por el otro, los espacios habitacionales construidos para los estratos de alto y mediano ingreso. ¿Cómo se relaciona el desarrollo económico con el crecimiento de estos dos tipos de periferias?

4 De acuerdo a un funcionario de la CEPAL, las remuneraciones de los asalariados mexicanos, medidas respecto del valor total de los bienes y servicios producidos en la economía, han caído a su nivel más bajo en al menos cuatro décadas. En 1970, los salarios participaban con 36 por ciento del producto interno bruto, proporción que se elevó a 40.2 por ciento hacia 1975, antes de la devaluación del peso ocurrida en 1976, cuando la moneda mexicana se depreció por primera vez en 22 años. A partir de entonces, la participación de los salarios en el PIB cayó a poco más de 30 por ciento al inicio de los años 80 del siglo anterior, cuando el país entró en una crisis que derivó en la llamada década pérdida para el crecimiento económico. Era un nivel que es un poco mayor a la proporción que actualmente (2014) tienen los salarios en el producto interno bruto, de sólo 27 por ciento (Intervención realizada el 26 septiembre 2014 por Hugo Beteta, director de la subsede regional en México de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), en el XX Congreso del Colegio Nacional de Economistas y recogida por el periódico *La Jornada* el 28-09-2014).

De un lado se observa que la disponibilidad de mayores ingresos hace posible la compra de automóviles y la proliferación de estos contribuye a facilitar el desplazamiento a mayores distancias. Del otro, se observa que los nuevos proyectos inmobiliarios solo son accesibles a las familias con altos ingresos, las cuales buscan mejorar sus condiciones de vida con viviendas amplias y en zonas verdes (se desea evitar las externalidades negativas de la ciudad, la contaminación y el congestionamiento del tráfico de vehículos). Asimismo, al privilegiarse la construcción de megaproyectos, la posibilidad de construir nuevas infraestructuras de transporte facilita el desarrollo de la periferia. De esta forma, poco a poco, las ciudades se vuelven policéntricas, con la multiplicación de subcentros. Todo ello propicia una nueva etapa en la dinámica de segregación residencial: los hogares de estratos altos se aíslan a la vez que los de estratos bajos se marginan, formándose en ambos casos zonas con creciente homogeneidad. En términos ambientales, esta forma de despliegue de lo urbano implica altos costos ambientales: más consumo de energía en el transporte y más consumo/pérdida de suelo con zonas arboladas y dedicado a fines agropecuarios.

Los estratos populares se desplazan a la periferia porque ahí encuentran suelo barato debido a la carencia de servicios de infraestructura. Las empresas también lo hacen por las mismas razones: las telecomunicaciones facilitan el proceso y pueden relocalizarse funciones centrales. Es claro que el mercado del suelo y la debilidad institucional son los factores que están facilitando el crecimiento de la periferia. Un elemento que también incide es el mercado de crédito, que sin embargo no concede apoyo a los estratos más pobres. Y a ello hay que añadir la corrupción, que bloquea los procedimientos para regularizar las propiedades pero propicia los cambios en el uso del suelo violando las normatividades que protegen el patrimonio natural y los recursos hídricos. En su conjunto, todo ello ocurre ante el abandono de la planificación racional y el mayor protagonismo del sector privado. La desregulación financiera incide al ampliar la oferta de capital inmobiliario (Naredo, 1996).

Al examinar los impactos sociales de este modelo de expansión de la periferia, es necesario apuntar que la nueva segregación genera barreras a la constitución de espacios de movilidad social (Kaztman, 2001). Al alejarse de los espacios donde se abren las oportunidades de empleo, los estratos populares experimentan fenómenos de exclusión; y, al mismo tiempo, la creciente homogeneidad de los espacios habitacionales populares impide la diversificación social, de modo que los trabajadores ven reducirse las fuentes de información y movilidad laboral. El desplazamiento a la periferia también suscita una ruptura de las redes sociales y familiares de apoyo. A ello hay que agregar los impactos ambientales, pues el crecimiento desordenado de la periferia genera consecuencias no desdeñables, como son la deforestación y la contaminación de ríos y arroyos. Desde una perspectiva económica, la expansión de la mancha urbana también se traduce en una pérdida de la eficiencia del metabolismo urbano: aumentan los tiempos de desplazamiento y el costo para realizarlos.

Si bien hasta ahora hemos puesto énfasis en la problemática territorial local, es necesario recordar que todo ello forma parte de los efectos que la globalización ha tenido en

la organización espacial. De un lado, relocalización de empresas; del otro, creciente desplazamiento de los estratos populares hacia periferias accesibles a las formas precarias de ingreso monetario que derivan de la desregulación de los mercados laborales. Se aprecia una nueva geografía de las tasas de crecimiento demográfico: los centros pierden población en tanto que las periferias crecen. Al lado de las grandes metrópolis, se han multiplicado las ciudades medias.

Las nuevas periferias urbanas se configuran como territorios donde proliferan de manera mezclada múltiples usos del suelo: agricultura tradicional, conjuntos habitacionales producidos de modo industrial, parques industriales, sitios de recreación, plazas comerciales, desarrollos suburbanos para estratos altos (gated communities) (Dumont y Hellier, 2010). Las nuevas coronas urbanas tienen esos rasgos: cambio acelerado de usos del suelo y coexistencia de lo rural con lo urbano, mezcla de intereses territoriales (residencial, abastecimiento, industrial, esparcimiento, reservas ecológicas, centros comerciales, comunidades cerradas, agriculturas de exportación o dedicadas al abasto local, etcétera).

Sin embargo, este mosaico de funciones de las nuevas áreas urbanas parece omitir la presencia de espacios públicos, espacios dedicados a la colectividad, espacios donde puedan reunirse los ciudadanos a manifestar sus preocupaciones como conjunto orgánico. La proliferación de las periferias se produce sin incluir otro espacio de socialización que los grandes centros comerciales, a los cuales se acude sólo como ente privado, como agente económico. De ahí las observaciones críticas de Kowarick (1991) respecto al nuevo significado de nociones como la de “ciudadano privado”, que contrastan con nociones como la de “espacios ciudadanos”, espacios entendidos como plazas públicas, ágoras de expresión del interés colectivo, que tienden a desaparecer en la modernidad tardía, pues en ésta sólo prevalece el ciudadano privado:

> Entretanto, hay que decir que la idea de ‘ciudadano privado’ es una paradoja, pues los términos contenidos en el binomio son incompatibles entre sí. El concepto de ciudadanía apela a destinos y proyectos históricamente compartidos, a procesos de conquista colectivos, al principio de alternidad basado en una concepción de universalidad cuyo fundamento es el derecho a tener derechos: ‘ciudadanía’ apela a la condición de cosa pública (Arendt, 1989). Al contrario, privado tanto significa particular como restricto; que habla respecto a pocos y que alude a lo aislado, lo oculto, como una condición de exclusión, pérdida o privación. En ambas acepciones el término constituye la inversión de los principios de extensión de la ciudadanía (Kowarick, 1991:91).

Ante esta pérdida de los espacios públicos, asistimos a un fenómeno singular donde los medios de comunicación eliminan y sustituyen a los espacios de proximidad física (Duahu y Giglia, 2008). El espacio público en la actualidad no supone ya un espacio inclusivo. Lo

público se convierte en un 'no lugar', un territorio indiferenciado donde los individuos parecen desplazarse como átomos, sin más preocupación que su seguridad, y donde la suma de individuos privados convive bajo la multiplicación de formas de control y vigilancia. Nos hallamos, en las nuevas ciudades, con una privatización de los espacios de uso público y una segmentación social de lo público, o, como dicen Duahu y Giglia, una segmentación de los públicos congregados en diferentes lugares, que resulta de que, por una parte, los lugares frecuentados por las clases medias y acomodadas serían ahora sobre todo lugares de propiedad y gestión privadas o, al menos, aquellos donde el público asistente es (socialmente) *filtrado* tanto por mecanismos de auto exclusión, derivados del hecho de sentirse *fuera de lugar* debido al modo de vestir, la apariencia física y los hábitos y niveles de consumo, o lisa y llanamente mediante la aplicación de dispositivos explícitos de exclusión aplicados a ciertas categorías sociales -mendigos, *homeless*, vendedores ambulantes (Duahu y Giglia, 2008: 60).

Hábitat popular y derecho a la ciudad

La situación denunciada por las organizaciones populares ante el TPP al inicio de este texto indica que, al lado de la lucha por el derecho a la ciudad, se encuentra también la lucha por espacios de vivienda accesibles a los estratos más pobres de la economía urbana, es decir, la lucha por el hábitat popular. Estas luchas, sin embargo, han dejado de tener la visibilidad que poseyeron en las grandes movilizaciones sociales que tuvieron lugar en las décadas pasadas. Como apunta Priscilla Connolly:

> Al mismo tiempo, el hábitat popular ha dejado de ocupar un lugar central en las luchas políticas, como se puede observar en el movimiento para el "Derecho a la Ciudad". Iniciado con la Carta Europea de Salvaguarda de los Derechos Humanos en la Ciudad, firmada por más de 400 ciudades, el movimiento ha logrado el Estatuto de la Ciudad de Brasil en 2001, la Carta de la Ciudad de México por el Derecho a la Ciudad en 2010 (Carta, 2010) entre otras. La noción del "Derecho a la Ciudad" sustituye en cierta forma la ideología de la modernidad en la medida en que los habitantes ya no se conciben como "marginados" o "excluidos" del progreso, sino privados de sus derechos de gozar lo que debe y puede proporcionar la ciudad, existente o soñada (Connolly, 2012: 30).

El problema en la actualidad consiste en determinar si las dinámicas que privatizan los procesos de construcción de la ciudad son compatibles con el reconocimiento y adopción del Derecho a la Ciudad como un nuevo derecho humano colectivo. La Carta de la Ciudad establece la necesidad de enfrentar las causas y manifestaciones de la exclusión: económicas, sociales, territoriales, culturales, políticas y psicológicas. Y formula la necesidad de construir una respuesta social, como contrapunto a la ciudad-mercancía y como expresión del interés colectivo. Se trata, como bien apuntan los autores de La Carta de la Ciudad, de "articular los

derechos humanos en su concepción integral (derechos civiles, políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales) con la democracia en sus diversas dimensiones (representativa, distributiva y participativa)". Para lograr sus objetivos, La Carta formula la necesidad de "superar la visión y la atención sectorial y desarticulada de los problemas en la ciudad, para enfrentar situaciones que afectan por igual a todos sus habitantes y visitantes, como la contaminación, el deterioro ambiental, la violencia, el tránsito vehicular y la segregación urbana."

En el orden neoliberal que emerge de las reformas institucionales neoliberales, el ciudadano ha sido convertido en cliente y ha sido despojado de su capacidad para controlar su territorio. La ciudad, como tejido social de soporte de la vida, ha sido reducida a un catálogo de objetos a los cuales solo se puede acceder mediante el dinero. De este modo, la autonomía de los colectivos se encuentra erosionada. Si antes de las reformas, los barrios populares y los colectivos que los animan contaban con espacios donde podían auspiciar relaciones de cooperación y convivialidad, ahora la vivienda se ha vuelto una isla en la cual se repliegan las familias como sujetos heterónomos dependientes del mercado. En esas circunstancias, la inseguridad y el riesgo proliferan.

Revertir este proceso exige revertir el diseño institucional neoliberal. La construcción de un orden alternativo nos obliga a mirar el pasado: no sólo para recuperar el urbanismo popular, sino también para replantear en el umbral del siglo XXI los arreglos institucionales que pueden permitir la autogestión colectiva del territorio. El espacio urbano no está compuesto de cosas: son redes de cooperación y socialidad, un conjunto de recursos de uso compartido a los cuales solo la acción organizada de un nuevo sujeto colectivo puede otorgar sentido.

La construcción de una democracia participativa implica la movilizacion de ese sujeto colectivo, un proceso en el cual las iniciativas ya en curso son múltiples y tocan aspectos que van desde la problemática ambiental hasta los desafios que plantea la seguridad, pasando por una reestructuración de los modos en que se construyen los espacios habitacionales, se organizan las oportunidades laborales, las tecnologías del transporte, los sistemas de abasto y la forma en que se configuran los espacios públicos. Las reformas neoliberales de mercado omiten, de modo estructural, los problemas que plantea el medio ambiente y la gestión del territorio, y es por ello que la ciudad se constituye, al empezar la nueva centuria, en un escenario fundamental para la democratización de nuestras sociedades, con la formación de nuevas formas de cooperación, alianzas en las cuales una diversidad de organizaciones sociales busca poner límites al autoritarismo que suele acompañar a los procesos de privatización.

La defensa que el Estado mexicano hace del neoliberalismo, con su impulso a las reformas de mercado que cancelan todos los mecanismos de regulación construidos por el movimiento social progresista en el curso del siglo XX, sólo ha contribuido a generar un espacio vacío favorable a las exclusiones y a la desigualdad. Por ello, como bien apuntaba Boaventura

de Sousa Santos (2004:15), "es dentro de este vacío de regulacion y de emancipación que están surgiendo en todo el mundo iniciativas, movimientos, organizaciones que luchan simultáneamente contras las reformas de regulación que no regulan y contra las formas de emancipación que no emancipan".

Referencias

Carta de la Ciudad de México por el Derecho a la Ciudad (2010), consultado a 29.09.2014 em http://www.hic-al.org/eventos.cfm?evento=941&id_categoria=13

Connolly, Priscilla (2012), *La ciudad y el hábitat popular: Paradigma latinoamericano*, México, UAM, Azcapotzalco. consultado a 29.09.2014 em http://www.ungs.edu.ar/catedrasur/wp-content/uploads/2012/11/12_CONNOLLY_VF.pdf

Coulomb, René; Schteingart M. (org.) (2006), *Entre el Estado y el mercado. La vivienda en el México de hoy*, México, UAM, Azcapotzalco.

Duahu, Emilio; Giglia A. (2008), *Las reglas del desorden: habitar la metrópoli*, México, Siglo XXI editores.

Dumont, Marc; Hellier E. (2010), *Les nouvelles périphéries urbaines*, Francia, Presses Universitaires de Rennes.

Garza, Gustavo; Schteingart M. (org.) (2010), *Desarrollo urbano y regional*, México, El Colegio de México, Los grandes problemas nacionales.

Kaztman, Rubén (2001), "Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos", *Revista de la CEPAL*, 75, 171-189.

Kowarick, Lucio (1991), "Ciudad y ciudadanía. Análisis de metrópolis del subdesarrollo industrializado", *Nueva Sociedad*, 114, 84-93.

Naredo, José Manuel (1996), *La burbuja inmobiliario-financiera en la coyuntura económica reciente (1985-1995),* España, Siglo XXI editores.

Pirez, Pedro (2014), "La mercantilización de la urbanización. A propósito de los 'conjuntos urbanos' en México". *Estudios Demográficos y Urbanos*, 29(3),(87) 481-512.

Sedesol (2010), *Delimitación de las Zonas Metropolitanas en* México, México, SEDESOL.

Sedesol (2011), *Estado de las ciudades en México*, México, ONU-Hábitat SEDESOL.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Democratizar la democracia*, México, Fondo de Cultura Económica.

"Padrão FIFA" e "Primavera Árabe" na Baía de Guanabara: Protestos Sociais e Alternativas às Matrizes Políticas Clássicas[1]

Wilson Madeira Filho[2]
Edson Alvisi Neves[3]

Resumo

Com a ocorrência de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, como as Olimpíadas de 2016, e, notadamente, a final da Copa do Mundo de futebol da FIFA, em julho de 2014, diversos protestos vem ocorrendo na cidade e em diversas outras cidades do Brasil, desde junho de 2013, por ocasião da Copa das Confederações. Na Baía de Guanabara, que separa as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, em especial, esse processo está associado a todo um complexo projeto de revitalização urbana, calcado em Operações Urbanas Consorciadas, que visam remodelar bairros inteiros. Por sua vez, o descaso com temas centrais do cotidiano político, pulverizado na baixa qualidade de serviços de transporte público, em especial, no caso concreto, o serviço de barcas, levou e tem levado a protestos massivos, sendo as avenidas da cidade ocupadas por milhares – e mesmo milhões – de cidadãos. Esses eventos, não de todo pacíficos, têm gerado, por sua vez, confrontos com autoridades policiais, a depredação de patrimônios públicos e levado ao fortalecimento de aparatos repressivos. Importante investigar até que ponto a retomada das ruas pelos protestos de cidadania nesse cenário, corresponde ou não a um revigorar democrático, a uma mudança de percurso das novas gerações ou à resistência a matrizes de gentrificação urbana em processo de internacionalização.

Palavras-Chave: Copa do Mundo no Brasil; Democracia; Gentrificação: Protestos; Neo-colonialismo.

Abstract

With the incident of mega events in the city of the Rio de Janeiro, like the Olympic Games of 2016, and, especially, the end of the FIFA's Worlds Cup, in July of 2014, several protests is taking place in the city and in several other cities of Brazil, from June of 2013, for opportunity of the Confederations Cup. In the Bay of Guanabara, which separates the cities of the Rio of Janeiro and Niteroi, in special, this process is associated to the whole complex project of urban revitalization, based on Urbane Joined Operations, which aim to remodel whole districts. For his time, the disregard with central subjects of the political daily life pulverized in the low quality of services of public transport, in special, in the concrete case, the service of barges, it got a beating and it has been leading to protests, being the avenues of the city occupied by thousands – and even millions – of citizens. These events, not of all peace-loving ones, have been producing, for his time, confrontations with police authorities, depredation of inheritances public and led to the strengthening of repressive apparatus. Important to investigate up to what I provide the recovering of the streets with a bridge for the protests of citizenship in this scenery, it corresponds or not reinvigorating democratic one, to a change of distance of the new generations or to the resistance the wombs of gentrification urbane in process of internationalization. Important to investigate up to which point the recovering of the streets for the protests of citizenship in the Rio de Janeiro, inert around 30 years, corresponds or not reinvigorating democratic one, to a change of distance of the new generations or to the resistance the wombs of gentrification urbane in process of internationalization.

Keywords: World Cup Brazil; Democracy; Gentrification; Protests; Neo-colonialism.

---

1 O presente trabalho se insere no projeto de pesquisa "Na baía a mobilidade é barca", apoiado com recursos da FAPERJ, edital Jovem Cientista do nosso Estado 2012-2015.

2 Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFF. Contato: wilsonmadeirafilho@hotmail.com.

3 Professor Titular e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Contato: ealvisi@ig.com.br

Introdução

Só vendo como é que dói só
Vendo mesmo como é que dói
Trabalhar em Madureira, viajar na Cantareira
E morar em Niterói
(Fagner, Mambo da Cantareira)

O clima de expectativas com os movimentos de protestos nas ruas do Brasil, a poucos dias do início do esperado evento da Copa do Mundo de 2014, e às vésperas de eleições para renovação dos principais cargos nos poderes Executivo e Legislativo do Brasil, desenhou um rico cenário onde ganharam destaque reavaliações políticas e culturais, sobretudo se conjugadas às questões que conjecturaram eventuais rupturas no modelo de cidadania brasileira em relação às matrizes clássicas europeias.

De um lado, o "país do futebol" recebia de volta a Copa do Mundo, após mais de 60 anos do maior trauma esportivo/cultural nacional, a derrota por 2 x 1 para a seleção do Uruguai no *Maracanaço*, em 16 de julho de 1950 – havendo elaborado no correr dessas décadas e até então uma grandiosa mitologia cívica de valorização da identidade nacional através de um estilo próprio, cordial e festivo, especialmente externalizado no carnaval e nas torcidas de futebol – mitograma esse que volta a sofrer novo trauma no *self* cultural após a fragorosa derrota por 7 a 1 para a Alemanha em plena semifinal, o placar mais humilhante de todos os tempos. De outro lado, uma nova geração de protestos políticos, vinha ocupando as ruas desde junho de 2013, data em que ocorrera no Brasil a Copa das Confederações. As obras no país para receber o megaevento da Copa do Mundo associavam-se, no caso do município do Rio de Janeiro, às expectativas com o novo *Maracanaço* e com as obras para sediar as Olimpíadas de 2016. O chamado "Padrão Fifa", que exigia diversos itens para recepcionar o que se tornou o maior evento esportivo do planeta, entre os quais, reforma dos estádios, construções de estádios novos, política especial de segurança, criação de sessões de justiça expressa durante os jogos e alterações legislativas para autorizar venda de produtos associados à estrutura de organização, terminou por reverberar em crítica social, que, através de imensas passeatas, postulava cartazes exigindo "Padrão Fifa" para educação, saúde, política de transportes, mobilidade urbana, segurança pública e combate à corrupção, entre diversas outras demandas. Os protestos, que foram deflagrados a partir de um aumento de tarifa de ônibus em 2013, voltaram a ter os transportes como principal mote gerador, externalizados, em longas greves de motoristas de ônibus, e, especificamente no caso do Rio de Janeiro, na situação de crise no transporte marítimo na Baía de Guanabara, com os seguidos protestos em face dos atrasos e ausência de qualidade de serviços nas barcas.

Os movimentos sociais emergentes e algumas reavaliações de percurso por parte de setores

partidários fizeram crer que, apesar dos expoentes que sinalizam momentos críticos, a estrutura geral das disputas pelos bens de base econômica e política não se encontram especialmente abalados. A principal disputa estaria a se configurar no campo simbólico, capaz de promover novos agenciamentos a médio e a longo prazo.

"Não se deve subestimar a voz das ruas" alertam críticos e a oposição ao Governo do Partido dos Trabalhadores. Ora, estariam a se insurgir novas práticas políticas diferenciadas, dissociadas dos comandos partidários e das heranças políticas, sejam oligárquicas ou populistas? Em escala mais ampla, teriam se tornado obsoletas, ou pelo menos dissociadas em compasso, as matrizes europeias que padronizaram o modelo civilizatório liberal no Ocidente?

Esse trabalho pretende, a partir do estudo de caso da qualidade de serviços das barcas na travessia Rio-Niterói, colaborar com esse debate pela abordagem de três indagações: 1) resistiria o mito do brasileiro cordial e malandro, configurando, através do futebol alegre, um país pleno de oportunidades?; 2) tratam-se os protestos de *ponta do iceberg* de uma revolta social reestruturando um modelo de cidadania calcado em direitos sociais tutelados pelo Estado?; 3) a crise estaria a ser gerada por uma espécie de "efeito manada" diante de um cenário político-social de insegurança?

Figura 1 – Propaganda na internet contra a Copa do Mundo de futebol no Brasil, em 2014
https://www.facebook.com/coletivomariachi/photos/a.291536030986255.1073741828.280853248721200/411527092320481/?type=1&theater, acessado em 07 de junho de 2014.

1. PADRÃO FIFA E O ESPETÁCULO-MERCADORIA

Estranhos dias vivemos
Dias de eventos extremos
E de excessos em excesso
Mas se com tudo que vemos
Os olhos viram do avesso

Outros eventos veremos
Outros extremos virão
Prepare seu coração
Que isso é só o começo
É só o começo
Isso é só o começo
É só o começo
(Lenine, Isso é só o começo)

A pátria de chuteiras marcha em protestos nas ruas de todas as capitais. A greve de motoristas de ônibus em São Paulo desde maio de 2014 causou o maior colapso na história do transito e da acessibilidade na maior cidade do país, orquestrando uma concertação caótica para a cidade sede do jogo de abertura da Copa do Mundo de 2014. O lema "Não vai ter Copa", corrente nas redes alternativas na internet demonstrava como o megavento parecia convergir para a deflagração de movimentos sociais variados e protestos coletivos. O próprio fato das manifestações assumirem como pano-de-fundo o clima ufanista próprio do envolvimento emocional da quase totalidade da população entorno da participação da seleção brasileira de futebol em Copas do Mundo, notadamente em 2014, quando o fenômeno social atingiu um clímax, por se tratar o Brasil também do país sede do evento após a ocorrência lendária e traumática em 1950, revelava também que o quadro simbólico tornou-se, pela primeira vez, em momento oportuno para emprestar visibilidade à série de demandas.

Gastaldo (2013:5)[4] utiliza o conceito de Marcel Mauss (2003) sobre "fato social total" – elaborado em contexto de sociedades "arcaicas" - para demonstrar a abrangência do fenômeno no Brasil:

> Assim, embora deva ser usada certa cautela ao empregar essa noção tão fora de seu contexto original, acredito que, no Brasil, a participação da seleção brasileira em uma Copa do Mundo (evento que pode ocorrer em qualquer parte do mundo) possa ser considerada um fato social total. Mais do que isso. Uma vez que nesse fato social total específico se emblematizam, ritualizam, dramatizam e negociam significados profundos acerca da identidade nacional brasileira, eu diria se tratar *do* «fato social total brasileiro» por excelência. Explico a ênfase: outros fatos sociais totais ocorrem regularmente no Brasil – mas não apenas não se restringem somente ao Brasil quanto não expressam ou ritualizam a simbólica da «brasilidade», em ritos públicos e privados. Ou seja, fatos sociais totais (na segunda acepção) de extraordinária importância na sociedade brasileira

4 Édison Gastaldo é também diretor dos documentários *Ritos da nação* (2007) e *Uma tarde de junho no país do futebol* (2010), ambos disponíveis no Youtube.

> como o Natal ou o *réveillon*, por exemplo, mobilizam múltiplos campos sociais e elementos simbólicos entrelaçados, mas não apresentam o vínculo forte com a ideia de "nação brasileira" que as ritualizações ocorrentes durante as partidas da seleção brasileira em Copas do Mundo trazem a cada quatro anos.A força simbólica da ideia dos "90 milhões em ação" (em 1970) expressa mais clara e profundamente do que qualquer outro fato social total (em qualquer sentido do termo), a dimensão simbólica do pertencimento nacional no Brasil. Daí a ênfase na ideia de que a participação da seleção brasileira em uma Copa do Mundo seja "o" fato social total brasileiro.

Os protestos durante e entorno da Copa no Brasil não derivam apenas um oportunismo político como sublinham o enfrentamento simbólico ao espetáculo enquanto momento de alienação generalizada, sobretudo à associação elaborada durante os anos de enfrentamento à ditadura militar de que a promoção à seleção e ao tri-campeonato mundial mascaravam a repressão e a censura generalizada.

1.1 Fifa Fan Fest

A Copa do Mundo de futebol é um megaevento que se notabiliza no início do século XX, como forma de conflagração de solidariedades nacionais, em processos de invenção de tradições dando consequência ao ideal de identidade nacional nos países industrializados. A primeira Copa ocorreu em 1930, no Uruguai, como um derivado dos Jogos Olímpicos de Verão de 1932, cujo comitê organizador decidiu não incluir o futebol, em razão de sua baixa popularidade nos EUA. Foi quando o francês Jules Rimet que assumira o comando da Federation International Football Association (FIFA) criou evento próprio. A escolha do Uruguai como sede deveu-se à projeção da seleção uruguaia de futebol amador, que vinha se destacando nos jogos olímpicos anteriores, sagrando-se campeã em 1924 e 1928.[5]

Os megaventos ganharam ainda maior popularidade com advento da televisão e passaram a se tornar investimento lucrativo a partir dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984. No caso das Copas do Mundo de futebol, o fenômeno do acompanhamento coletivo das transmissões dos jogos, que, com os avanços tecnológicos, permitiu ampliar os churrascos caseiros em verdadeiros shows, ganhou maior notabilidade, com as transmissões dos jogos em espaços públicos em grandes telas. A própria FIFA se apropriou desses eventos criando, a partir da Copa de 2006, que ocorreu na Alemanha, as FIFA Fan Fests, em parcerias com as cidades-sede, encampado a venda de produtos licenciados para eventos públicos e gratuitos em eventos de dia inteiro (Borges, 2013).

No Brasil as FIFA Fan Fests ocorreram em todas as cidades sede da Copa. No Rio de Janeiro,

5 O futebol é um mito sulamericano. A época de auge da seleção uruguaia, que viria a ser reavivada com a vitória no *Maracanaço*, é ainda presente na literatura nacional do Uruguai. Raúl Vallarino (2008), por exemplo, em *Los sueños del delantero centro*, narra a divertida história de um jovem desajeitado que se torna ídolo do futebol local em pequena cidade às margens do rio Uruguai, ambientando nos anos 1930 conflitos territoriais e identitários na fronteira com a Argentina.

foi construído um palco com tela de 133 metros com alta definição na praia de Copacabana, com shows entre 11h e 22h[6].

Figura 2 - Fifa Fan Fest em Copacabana, Rio de Janeiro, Brasil
Foto de Wilson Madeira Filho, em 17/06/2014

Em tempos de sociedades individualizadas (Bauman, 2008), a deflagração de um Megaevento como a Copa do Mundo funciona como efeito catalisador de um espírito de solidariedade e de identidade coletiva. As FIFA Fan Fests, em geral, funcionam nas mesmas cidades que sediam jogos da Copa, procurando reproduzir o clima de estádio. O comércio no entorno – que vai desde a promoção das bebidas dos patrocinadores, especialmente a cerveja, até a alimentação correlacionada às marcas autorizadas dos mesmos detentores do direito de venda, se espraia nos produtos de esporte, como uniformes de times e bolas, passando por acessórios como roupas de cachorro e cobertores, num padrão comercial próximo a um *duty free* (Guedes, 2013:9).

Essa mercantilização alienígena é um dos elementos que tem causado maior reação aos coletivos elaborados através da internet, que não raras vezes procuraram destacar o evento como uma festa das elites. Em sentido correlato, as obras de infraestrutura para os megaeventos, e seus altos custos, são criticadas enquanto estratégia de transformação da própria cidade em mercadoria (Harvey, 2006).

O acirramento de relações de confronto sociais durante a Copa do Mundo no Brasil acabou resultando em um duplo sucesso das lógicas políticas estabelecidas: de um lado, a mídia

6 http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/fifa-fan-fest-no-rio-tera-shows-durante-25-dias-veja-atracoes.html, 02/06/2014.

mapeou e soube, dessa vez, controlar a informação, e de outro lado, o poder público arregimentou forças neoinquisitoriais e mapeou os 'vândalos', antecipando-se e prendendo suas lideranças mais evidentes. Esses capítulos, sobre o pão e circo televiso durante a Copa de 2014, e sobre as circularidades narrativas para a construção de uma didática penal a elaborar um *sabá* contemporâneo, ainda estão por ser escritos, e não o faremos aqui.

Mas importa sinalizar um sentimento de mudança, expressa como vetor externo e a encontrar parâmetros "nacionais' de uma revolta geracional. Nesse sentido, por exemplo, podemos destacar em Slavoj Zizek (2012:9), esse traço perceptivo:

> A língua persa tem uma ótima expressão, *war nam nihadan*, que quer dizer "matar uma pessoa, enterrar o corpo e plantar flores sobre a cova para escondê-la". Em 2011, nós testemunhamos (e participamos de) uma série de eventos destruidores, da Primavera árabe ao movimento Occupy Wall Street, dos protestos nos subúrbios do Reino Unido à loucura ideológica de Breivik. Desse modo, 2011 foi o ano em que sonhamos perigosamente em duas direções: houve sonhos de emancipação, que mobilizaram manifestantes em Nova York, na praça Tahir, em Londres e Atenas, e houve sonhos destrutivos e obscuros, que serviram de impulso para Breivik e para populistas racistas de toda a Europa, da Holanda à Hungria. A tarefa primeira da ideologia hegemônica era neutralizar a verdadeira dimensão desses eventos: a reação predominante da mídia não foi exatamente um *war nam nihadan*? A mídia estava matando o potencial emancipatório radical desses eventos ou encobrindo sua ameaça à democracia, e então plantando flores sobre o cadáver enterrado. Por isso é tão importante esclarecer as coisas, situar esses eventos dentro da totalidade do capitalismo global, o que significa mostrar como eles estão relacionados com o antagonismo central do capitalismo hoje.

Por sua vez, as manifestações no Brasil trouxeram um compósito de questões, que oscilaram entre o padrão republicano com reivindicações de ordem pública e um mosaico anarco-pícaro que se expressava por atos de ocupação simbólica de espaço públicos e por performances de *bad boys* mascarados, num ritual carnavalizado (Madeira Filho, 2013).

Essa oscilação entre esferas da ordem e da desordem já perfaziam, na literatura sociológica de Antônio Cândido (1970), uma particular expressão cultural do povo brasileiro, a qual, de forma distinta do modelo anglo-americano - moldado sob uma moral protestante e relacionado a uma introjeção de valores da ordem estatal -, penderia entre o comportamento malandro e popular e a estratégia utilitarista das benesses do poder. Essa "dialética da malandragem", descrita por Cândido, não seria, todavia, um traço negativo do caráter brasileiro; muito pelo contrário, essa irreverência malandra sinalizaria uma espécie de resistência popular às formas de colonização da elite, por parte de novos setores sociais – os trabalhadores livres – já não

identificados com as formas massivas de exploração, como a mão-de-obra escrava.

Esse entremear de protestos com o acompanhamento dos resultados das partidas de futebol, ambos em igual grandeza, pareceu reiterar a dialética da malandragem, fazendo conjeturar que o pão e o circo estavam a ser saboreados, ao tempo em que as exigências de uma política de mobilidade e de desenvolvimento urbano vinham sendo observadas com preocupação.

Figura 3 – Cartoon na internet http://atingidoscopa2014.wordpress.com/tag/naovaitercopa/, acessado em 10 de junho de 2014

Uma questão, porém, já chamava a atenção a partir das assinadas matrizes de responsabilidade entre União, cidades sede e FIFA desde 2010: mobilidade era, sem dúvida, a principal preocupação e alvo das intervenções das autoridades governamentais (Leal-Lahorgue e Cabette, 2013). Ou como bem o destaca o filósofo político italiano Antonio Negri ao comentar os eventos no Brasil: "Pode se dizer que a classe operária estava para a fábrica como a multidão hoje está para a metrópole" (Duarte, 2014).

2. EFEITO MANADA

O povo foge da ignorância
Apesar de viver tão perto dela
E sonham com melhores tempos idos
Contemplam essa vida numa cela...
Esperam nova possibilidade
De verem esse mundo se acabar
A Arca de Noé, o dirigível
Não voam nem se pode flutuar

(Zé Ramalho, Admirável gado novo)

O termo "efeito manada" tem sido derivado de tendências na aplicação em mercado de

capitais, destacando situações de crise em investimentos que levam os acionistas a se precipitarem numa mesma direção. Porém, o mesmo termo passou a ser utilizado também para relatar a precipitação social em eventos coletivos, quando atos de depredação, de saques e de vandalismos, que dificilmente seriam perpetrados pelos cidadãos individuais, passam a entrar em suas esferas de permissibilidade quando inseridos em eventos de massa.

A flutuação dos preços de mercado dos ativos tem sido objeto de distintas concepções entre duas correntes de pensamento: de um lado estão os que defendem que os preços se formam de maneira aleatória, e que os investidores tomam decisões racionais, dentro dos pressupostos de eficiência do mercado. De outro lado, há os que consideram que a realidade é muito mais complexa e que ninguém é capaz de levar em conta todas as variáveis na hora de investir e que parte dessa decisão tem também um componente humano ou emocional (Santos e Santos, 2005). Estes últimos são os defensores das teorias ligadas às finanças comportamentais. A flutuação dos preços de mercado dos ativos, por sua vez, sobrevaloriza a liquidez dos investimentos, em especial em momentos de crise, onde a incerteza em relação ao futuro é tida como mais elevada, aumentando a maior demanda pelo ativo dinheiro, à espera de circunstâncias mais propícias para ativos menos líquidos que carreiem retornos mais elevados (Andrade e Prates, 2012).

Tanto na expectativa de retorno financeiro dos acionistas quanto na expectativa de retorno político nas manifestações sociais, os componentes racional e emocional se digladiam como os desejos de liquidez parecem ponderar por um minimalismo cidadão. Vale dizer, oscila também de forma dialética a atuação individual relacionada ao cosmo das solidariedades e de sua realidade econômica particular e a atuação coletiva, espraiada em um imaginário multireferencial de base estatal-patriarcal-liberal, onde os protestos ganham apelo de espetáculo catártico.

Nesse sentido, a conjugação do investimento em megaeventos é tema de pouco impacto no senso comum, onde não estão de fato em disputas os retornos financeiros, mas o aparente distanciamento que esses assuntos parecem possuir em face da esfera de ações cotidianas. Desse modo, por exemplo, parece que não importavam expectativas de retorno financeiro no plano macroeconômico: “Os resultados apontam para um crescimento adicional médio de 1,2% no PIB das cidades-sede e a geração do equivalente a 158 mil empregos” (Domingues, Betarelli Jr e Magalhães, 2011). Importa a noção pulverizada de uso e abuso do recurso público. Como destacam Damo e Oliven (2013):

> Se o time de futebol tende a dramatizar certos aspectos da identidade nacional, suscitando questões atinentes à constituição da nação, o time de governantes que comanda a organização da copa dramatiza um aspecto mais restrito, mas não menos importante, relacionado à dimensão moderna do Estado-nação. Sendo a gestão imparcial e eficaz dos bens públicos um dos eixos fundamentais da constituição do Estado moderno, e

> considerando-se que a organização da Copa pressupõe o aporte de dinheiro público, fica evidente que a gestão desses recursos é objeto de interesse da nação. Não é que a Copa seja o único empreendimento no qual a tensão entre os interesses públicos e privados estão imbricados, mas ela é, de antemão, um tipo *sui generis*, pela extensão, visibilidade e, sobretudo, pelo fato de que até o mais humilde cidadão sente-se encorajado a opinar, afinal a Copa é parte do universo do futebol. (58)

Nesse sentido, os grandes projetos urbanos são apresentados como estratégias de desenvolvimento econômico e social (Oliveira, 2013). E a estrutura dos megaeventos no território das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, que vivem conjuntamente tanto a projeção enquanto cidades-mercadorias em ambiente de disputa espacial por reformas substantivas, quanto vivem também a crise por mobilidade, em especial na Baia de Guanabara, enquanto espaço interativo entre ambas, permite apontar os limites, os custos e as potencialidades dessas estratégias.

2.1 A Revolta da Cantareira

No caso de Niterói, além da mudança funcional dos bairros, que perderiam a vocação de bairros históricos e culturais para se tornarem bairros residenciais verticalizados, nota-se ainda uma valorização imobiliária dos mesmos e uma modificação no perfil socioeconômico dos moradores.

A partir da década de 1970, após a transferência da administração estadual de Niterói para o Rio de Janeiro; a construção da ponte Rio-Niterói (inaugurada em 1974) e o expressivo adensamento populacional decorrente; e a expansão de outras regiões da cidade (em especial para Icaraí e Região Oceânica) e posteriormente a consolidação destes centros urbanos secundários, a região central experimentou sérios problemas urbanísticos e um processo de "decadência" no que tange ao uso residencial.

E justamente por ter sofrido um adensamento populacional menor, os bairros niteroienses vieram sendo retratados pelo governo municipal e alguns setores da indústria imobiliária como "decadentes" e "degradados", em uma perspectiva evidentemente desenvolvimentista que prefere utilizar crescimento populacional como indicador a analisar propriamente o bem estar e a qualidade de vida experimentados pelos moradores. Desse modo, as barcas Rio-Niterói, que concentram em torno de si boa parte da população circulante no local, transforma-se também em símbolo para a massa reivindicatória, a ser disputado politicamente.

As longas filas das barcas nas manhãs de Niterói e nas tardes do Rio de Janeiro, acompanhando o trajeto pendular, são constantes manchetes nas mídias. Policiais de Batalhões de Choque são em geral chamados a atuar para garantir a ordem. As barcas transportam diariamente cerca de 110 mil passageiros, número superior a capacidade de carga das embarcações.

Figura 4 – Longas filas nas barcas Rio-Niterói Foto: Cadu Bruno / Agência O Dia.
Disponível em http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-02-27/passageiros-enfrentam-longas-filas-na-estacao-das-barcas-na-praca-xv.html

O sistema de navegação entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói existe desde 1853. O Transporte de passageiros e cargas entre as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói era explorado por empresa privada cuja propriedade pertencia à família Carreteiros, que também explorava o sistema de transporte coletivo de passageiros em Niterói através dos ônibus elétricos. Com a revolta da Cantareira, o Governo Federal decidiu encampar a empresa privada, transformando-a em empresa pública, que passou a ser denominada Serviços de Transportes da Baia de Guanabara (STBG), doando-a, em seguida, ao Estado do Rio de Janeiro, culminando com a transformação para a então Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (CONERJ). Em 1998 um consórcio de empresas privadas assumiu o controle acionário da CONERJ, sob regime de concessão, dando origem à Barcas S/A. Em 2012, o Grupo CCR assumiu o controle acionário da concessionária Barcas S/A, adquirindo 80% das ações da empresa. Com a chegada da CCR, um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina, a concessionária passou a se chamar CCR Barcas.

As açoes de protesto ocorridas nas barcas durante o período de junho de 2013 a julho de 2014, que refletem as manifestações durante as Copas das Confederações e até a Copa do Mundo, refletiram também a conjugação do individual com o coletivo, onde o caminho de retorno para casa se transforma no inferno de uma multidão indesejada, cuja claustrofobia coletiva ganha contornos simbólicos diante da progressiva privatização de serviços públicos.

Como contraparte simbólica, avultava, como fantasma, a singular Revolta da Cantareira, que, em 1959, levou à destruição das embarcações e da sede da empresa que então detinha a concessão de serviços. Apesar de conseguir diminuir o tempo de travessia entre as duas cidades com a modernização dos serviços, o Grupo Carreteiro, concessionária das barcas na época, passou a cobrar um valor cada vez maior pela tarifa do transporte. Também eram constantes os atrasos e a superlotação nas barcas e o constante aumento de subsídios estatais. A situação chegou ao ápice em maio de 1959. Em um contexto de inúmeras greves que ocorriam nos principais centros urbanos do Brasil contra as condições de vida e de trabalho, os marítimos estraram em conflito com o Grupo Carreteiro, que se recusou a pagar o aumento salarial estipulado pelo governo. Frente a essa situação, o sindicato dos marítimos deflagrou uma greve na madrugada do dia 22 de maio de 1959. Os fuzileiros navais foram solicitados para organizar o embarque da população nas barcas que estavam sendo disponibilizadas pela Marinha, atuando com truculência. Como as barcas não comportavam a população que necessitava do transporte, uma grande aglomeração de pessoas formou-se na estação Cantareira, em Niterói. Algumas pedras foram arremessadas contra os fuzileiros que responderam com rajadas de metralhadoras. As barcas foram atacadas e depredadas, a Estação Cantareira foi incendiada. De lá os manifestantes deslocaram-se para a sede da empresa, onde móveis e documentos foram incendiados na rua. Mas a revolta popular não se conteve nesse local. A três quilômetros do escritório da empresa, ficava a mansão da família Carreteiro. Os manifestantes deslocaram-se para o local e invadiram a mansão. Móveis de luxo foram arremessados à rua e destruídos. Objetos de valor da família foram saqueados. Por fim, a mansão foi incendiada.

Vale dizer, o que ocorreu também foi uma carnavalização da revolta, pois ao adentrarem na residência dos Carreteiros, os manifestantes usaram as joias, roupas e perfumes das mulheres dos empresários, carregando na atitude um simbolismo da luta (Pinto, s/d).

Figura 5 – Estação Cantareira incendiada, em maio de 1959
Imagem: Odyr Amorim / Agência JB, publicada em "Testemunha Ocular", editado em 1981 pelo Círculo do Livro

O início das manifestações especificamente voltadas contra as Barcas S.A., em abril de 2013, teve como ponto de partida um ato organizado por membros da Comissão de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, cujos deputados falavam para o público sobre as indignações e ausência de compreensão pela falta de qualidade dos serviços e a passividade da estrutura executiva do Estado perante a situação. Militantes adentraram ao evento com falas corroboradoras ao acrescentar mais elementos como filas enormes, falta de condições de operacionalidade das embarcações, isenção de impostos concedidos para a concessionária, preço das passagens, desrespeito às cláusulas do contrato de concessão e a posterior retirada das mesmas. Ao assumir o serviço de transporte aquaviário o Estado o teria dotado de equipamentos, depois transferidos para a concessionária. Esta teria descumprido o contrato e não aumentou ou modernizou a frota. Para despersonalizar o controle do serviço foi o adotado o sistema de agencias por meio da AGETRANSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro), cujos membros são nomeados pelo Governador, vigorando ao longo do tempo escolhas que não privilegiam técnicos ou representantes dos usuários, predominando determinado grupo político em movimento de vai e vem de seus membros em alternâncias nos mandatos de conselheiros. Se o calor da pressão aumentou por se tratar 2013 do ano de revisão quinquenal das tarifas em busca do reequilíbrio financeiro econômico, compensando investimentos no sentido de manter a qualidades dos serviços, e os movimentos começaram a desenhar um novo movimento de Revolta das Barcas, o governo agiu. Em socorro ao serviço, o Governador anunciou investimentos públicos na ordem 300 milhões para aquisição de novas embarcações. O Secretário de Transporte alegou

a impossibilidade de saber o quantitativo de passageiros diários, mesmo sendo utilizado o serviço de catracas controladas, não sendo possível, portanto, mensurar se um aumento próximo de 100% era abusivo, mas criou artifícios para que grande parte do valor do aumento fosse arcada com o dinheiro público e repassada diretamente à concessionária. Na discussão, a questão que se colocara foi sobre o papel da AGETRANSP, e a resposta veio por meio do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ, processo nº 108.045-8/13):

> Achado 01. Baixa eficácia do acompanhamento das receitas operacionais (fls. 248v/249v)
>
> a. Situação encontrada: (...) Tal controle, da forma como é executado, é, por óbvio, um acompanhamento das receitas operacionais. No entanto, é de baixa eficácia já que não atesta a integridade entre os valores físicos e financeiros uma vez que a Agência simplesmente compara relatórios vindos de uma mesma fonte (Barcas S.A.), não conseguindo assim, alcançar eventuais equívocos por parte da concessionária na contagem física dos passageiros, com a consequente contabilização de receitas em valores que não expressem a realidade da demanda. Além disso, não afere se a quantidade informada de usuários transportados no sistema equivale à demanda efetivamente realizada.
>
> b. Critérios: Eficácia da fiscalização. Considerando o elevado risco da assimetria de informações, espera-se que os procedimentos de controle e fiscalização sejam eficazes para mitiga-los. Assim, quanto maior a capacidade desses procedimentos em reduzir o risco (resultado esperado), maior será sua eficácia. (...)
>
> d. Causas: Insuficiência dos procedimentos de fiscalização.
>
> e. Efeitos: Risco de manipulação dos resultados econômico-financeiros por parte da Concessionária, no intuito de auferir ganhos indevidos por meio do aumento de tarifas e/ou compensação financeira recebida pelo Estado.
>
> Achado 03. A atuação da AGETRANSP não garante a atualidade tecnológica na prestação de serviços (fls. 250/252v)
>
> (...) d. Causas: Baixo uso do poder coercitivo da AGETRANSP. Investimento insuficiente na concessão por parte do Concessionário.
>
> e. Efeitos: Ineficiência em função do alto custo de manutenção e de combustível, onerando assim a tarifa; baixa qualidade dos serviços prestados.
>
> Achado 04. A AGETRANSP não dispõe de parâmetros objetivos, índices e/ou indicadores que permitam avaliar a qualidade dos serviços (fls. 252v/254)
>
> (...) d. Causas: Escassez de mão de obra técnica qualificada na Catra

> [Câmara Técnica de Transportes e Rodovias] e Morosidade na tramitação do processo E-33/110.078/2005 na AGETRANSP.
>
> Achado 06: Descumprimento de normativos relacionados à transparência pelas câmaras técnicas da AGETRANSP (fls. 255/256v)
>
> (...)e. Efeitos: Prejuízo do controle social.
>
> f. Proposta de encaminhamento: Determinar a CAPET para que mantenha atualizados, no sítio eletrônico da AGETRANSP, as informações relativas às tarifas dos serviços de transporte aquaviário, bem como inclua as planilhas de custos e outros elementos utilizados para a fixação do reajuste, em atendimento ao disposto no inciso V do art. 2º da Portaria AGETRANSP n.º 101, de 03 de julho de 2012 e art. 2º da Lei Estadual n.º 5.619, de 22 de dezembro de 2009; Determinar a CATRA para que mantenha atualizadas todas as informações relativas à sua fiscalização no sítio eletrônico da AGETRANSP, tais como programação semanal, relatórios de fiscalização, registros de eventos, indicadores operacionais, em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 2º da Portaria AGETRANSP n.º 101, de 03.07.2012

Significa dizer, a reposta do Governo do Estado do Rio de Janeiro foi a de auxiliar financeiramente a Empresa concessionária, intervindo para alterar o acionista majoritário, cortando todos os aumentos de passagem, como também, como forma de contrabalançar, cortando a cobrança de ICMS

Na nova Revolta das Barcas, as manifestações começaram, mas não houve tempo para a carnavalização. Talvez a carnavalização desta vez não se encontrasse com os manifestantes.

Considerações Finais

Tratam-se os protestos de *ponta do iceberg* de uma revolta social reestruturando um modelo de cidadania calcado em direitos sociais tutelados pelo Estado? A resposta parece não ser simples. Não que não estejam sejam engendradas ações pontuais de cidadania, ampliando a malha de recursos e atuações democráticas. Todavia, em contrapartida, não existe, ou não parece existir mais, um Estado homogêneo, monocrático, o que acarreta que setores diferenciados da sociedade se espelham em setores também diferenciados da máquina estatal.

De forma correlata, Buford (2010:16-17) ao realizar a etnografia de "vândalos" nas torcidas de futebol inglesa, relata esse fascínio de participar num espetáculo violento de massas, onde a violência significa um protesto, válvula de escape para frustrações de natureza profunda:

> [...] Havia um estreito corredor humano e juntei-me à multidão que avançava aos empurrões em busca de um lugar para assistir à partida.

> Só que não havia lugar algum. Havia um aperto em movimento [...] Havia uma única direção: para frente. Por alguma razão, havia uma vantagem, uma vantagem pela qual valia a pena brigar, em estar um passo adiante de qualquer lugar que você casualmente se encontrasse. E era ali que todos procuravam chegar.
>
> Havia um certo número de táticas para conseguir isso. A mais comum era a *pressão simples*: erguendo o braço imprensado entre dois corpos que o prendiam no lugar, deslizando para a frente e torcendo o corpo de modo que este, obedecendo a princípios naturais, acompanhasse definitivamente seu braço, você conseguiria avançar um bocadinho em direção aquele misterioso lugar logo à sua frente. A pressão simples era popular – presumi que a maior parte das pessoas tivesse aprendido a técnica ao tentar comprar uma bebida nos *pubs* londrinos – e todos a aplicavam, até serem interrompidos pela *onda*.
>
> O princípio da onda era o seguinte: alguém, atrás de você, frustrado por não conseguir alcançar um misterioso lugar apenas um passo adiante, desistiria e jogaria seu peso na pessoa que estivesse à frente; em seguida, em meio a gritos de 'seu filho da puta', todos tropeçavam para a frente. Ninguém caia, no mínimo porque cada qual estava tão imprensado contra a pessoa à sua frente, que, por sua vez, estava tão imprensada contra aquele que estava à sua frente, que ninguém, aparentemente, enfrentava o menor perigo *real*. Mas fiquei imaginando a pessoa que estaria à frente de todas e não tive dúvidas de que alguém deveria estar se sentindo muito amedrontado diante da perspectiva, cada vez mais plausível, de ser esmagado contra uma parede – pois a certa altura deveria existir uma parede. E deveria ser esse medo, percebido pelo indivíduo que ocupava a linha de frente, tomado de pânico, a sufocar lentamente, com as costelas dolorosamente vergadas, que contribuiria para a *contraonda*, um esforço de intensidade animal, que parecia ocorrer pouco depois que você abandona a pressão simples e, vendo-se incapaz de impedir a si mesmo de tropeçar descontroladamente para diante, resignava-se à autoridade do impulso, quando súbita e inexplicavelmente surgia a contraonda e você se flagrava deslocando-se descontroladamente para trás. Buford (2010:16-17)

Essa ação que soa bem humorada e irracional ao mesmo tempo, e contudo é perfeitamente familiar a cada torcedor de futebol que frequenta estádios, também fala muito sobre a emoção nas passeatas políticas e nas reivindicações populares e protestos. Quando um entusiasmo por mudança e por participação deflagra em cada indivíduo o desejo de participar em um mundo onde os interesses poderiam ser convergentes e onde a bandeira da pátria poderia fazer tanto sentido quanto a de um time campeão.

As manifestações, ao tempo, em que atenderam ao "efeito manada" das reivindicações, criaram seus fluxos de *onda* e de *contraonda*, soçobrando como indicadores de uma crise política a ser capitalizada. Na ausência de reivindicações objetivas, as máquinas políticas elaboraram suas reengenharias: a polícia política fortaleceu-se, fichando, controlando, perscrutando e autuando os "inimigos", ideologicamente concebidos – as advogadas dos manifestantes tiveram sua escuta telefônica autorizada pela Justiça, a operação Lava-Jato atuou como um desmonte ministerial do "governo do PT", candidatos homofóbicos e neofascistas tiveram recordes de votação na eleição de outubro de 2014.

As manifestações nas Barcas não possuem mais a nostalgia da revolta, apenas a angústia do mambo de Fagner, representando a dureza de uma longa e tortuosa volta para casa após um árduo dia de trabalho. O capitalismo, antes expresso em uma família de elite, numa empresa e numa mansão, agora é capital fluído, com operações de difícil percepção e ações estratégicas de controle e investimento por parte do Estado investidor. Da mesma forma os movimentos sem dono, sem bandeiras, sem partidos, são capitalizados, como *contraondam*, pela direita e por setores do oportunismo vigilante.

Portanto, retomando nossas questões iniciais:

1. Resistiria o mito do brasileiro cordial e malandro, configurando, através do futebol alegre, um país pleno de oportunidades? Mitos não desaparecem, por isso são mitos, e a malandragem é um mito como a Fênix, quando se pretende que não exista mais, essa há de ter sido sua grande malandragem. Nelson Rodrigues (2013) já pontuava, após a análise da derrota de 1950, que o brasileiro tinha uma baixa alto-estima, um complexo de cachorro vira-lata frente às fortes nações, todavia, após a vitória na era JK, compusera a pátria de chuteiras, trazendo alma popular ao sopro de modernidade que se apresentava. A derrota para a Alemanha, o 7 x 1 traumático, por sua vez, apresentou um cenário invertido, o orgulho arrogante do "melhor do mundo" perdia em casa, mas, no fundo, não se deu por vencido, pois identificou-se com o alemão que dançara com os índios e torceu por eles contra o arquirrival argentino, banhando com tempero caseiro, a questão central, muito maior que o futebol, nossa cosmologia.

2. Tratam-se os protestos de *ponta do iceberg* de uma revolta social reestruturando um modelo de cidadania calcado em direitos sociais tutelados pelo Estado? Não é a melhor análise. Mais crucial é afirmar tratar-se de remodelação de ordem liberal a forjar um modelo político ainda com baixa participação social, onde os plebiscitos espelham mais um reclame pelo fortalecimento de um Estado interventor, do que propriamente uma expansão republicana de intercâmbio de direitos e deveres, e quiçá uma modelagem deliberativa distributiva.

3. A crise estaria a ser gerada por uma espécie de "efeito manada" diante de um

cenário político-social de insegurança? É a leitura mais próxima de um contexto onde a sociedade deixa de se ver como compacta, para se enxergar como soma de individualidades, que disputam tempos e espaços, e cujas camisas dos times representam um olhar nostálgico para algo que cada vez mais é menos.

Referências

Andrade, Rogerio P. de; Prates, Daniela Magalhães (2012), "Dinâmica da taxa de câmbio em uma economia monetária periférica: uma abordagem keynesiana.", *Nova Economia*, , 22(2), 235-257.

Bauman, Zygmunt (2008), *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar.

Borges, Fernando (2013), "O papel da FIFA Fan Fest™ na Copa do Mundo da África do Sul.", *Horizonte Antropológico*, 19(40),201-230. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832013000200008.

Buford, Bill (2010), *Entre os vândalos: a multidão e a sedução da violência*. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Companhia das Letras.

Candido, Antonio (1970), "Dialética da malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias)", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 8, 67-89.

Damo, Arlei Sander; Oliven, Ruben George (2013), "O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios.", *Horizontes antropológicos*, 19(40),19-63. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832013000200002

Domingues, Edson Paulo; Betarelli Junior, Admir Antônio; Magalhães, Aline Souza (2011), "Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil", *Estudos Econômicos*, 41(2). São Paulo Apr./June. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612011000200008.

Duarte, Letícia (2014), "Antônio Negri: "É a multidão que comanda a história". http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html, 08/06/2014.

Gastaldo, Édison (2013), "O fato social total brasileiro: uma perspectiva etnográfica sobre a recepção pública da Copa do Mundo no Brasil.", *Horizonte Antropológico*, 19(40),185-200. Porto Alegre, July/Dec. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832013000200007.

Harvey, David (2006), *Espaços de esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Loyola.

Leal-Lahorgue, Mario; Cabette, Amanda (2013), "A cidade e a Copa do Mundo: projetos e

transformações urbanas em Porto Alegre – Brasil." *EURE*, 39(117), 5-24. Disponível em http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000200001.

Madeira Filho, Wilson (2013), "Por trás das máscaras: *V de vingança* vai às ruas.", *3º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito*, 3(13), 68-104.

Mauss, Marcel (2003), "Ensaio sobre a dádiva", *in* Marcel Mauss *Sociologia e antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 183-314.

O DIA (2014). *Passageiros enfrentam longas filas na Estação das Barcas na Praça XV.* Disponível em: http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-02-27/passageiros-enfrentam-longas-filas-na-estacao-das-barcas-na-praca-xv.html.

Oliveira, Alberto de (2013), "Os grandes projetos urbanos como estratégia de crescimento econômico." *EURE*, 39(117), 147-163, Disponível em http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000200007.

Pinto, Tales (s/d). *Revolta das Barcas em Niterói, 1959*. Disponível em: http://www.brasilescola.com/historiab/revolta-das-barcas-niteroi-1959.htm.

Rodrigues, Nelson (2013). *Somos o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Santos, José Odálio dos; Santos, José Augusto Rodrigues dos (2005), "Mercado de capitais: racionalidade versus emoção." *Revista Contabilidade & Finanças*, l.16(37), 103-110. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772005000100008.

Vallarino, Raúl (2008). *Los sueños del delantero centro*. Montevideo, Uruguay: Grupo Editora Planeta. [Originalmente lançado em 1999, com o pseudônimo de Richard Durant, com o título *Sueños de centreforward*].

Zizek, Slavoj (2012). *O ano em que sonhamos perigosamente*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo.

Rolezinhos: Ausências e emergências no bonde da ostentação[1]

Fernanda Belizário[2]

Resumo

Desde fins de 2013, o Brasil debate o que pode ser a emergência de um novo movimento social. Os rolezinhos atraíram grande atenção midiática nacional e internacional pelo seu conjunto contraditório de discursos: jovens protestam em espaços comerciais para reivindicar o direito de estarem ali. Querem acessar os shoppings como espaços de lazer porque são consumidores de marcas de luxo. Querem afirmar a periferia como condição identitária alternativa, não como espaço de desigualdade. Ao analisar os discursos da mídia *mainstream* brasileira, o objetivo do trabalho é propor uma análise sobre os rolezinhos a partir de uma Sociologia das Ausências, como tentativa de pensar criticamente o movimento para além das respostas óbvias que vem sendo dadas.

Palavras-chave: rolezinhos, movimentos sociais, Sociologia das Ausências, Mídia, Esfera Pública.

Abstract

Since December, 2013, Brazil has been debating the probable emergency of a new social movement. Called *rolezinhos*, they have been attracting enormous attention from local and international media due to their contradictory panoply of discourses: supposedly low class teenagers *rioting* in commercial places to claim the right of being there,. Although coming from low-income neighborhoods, they are high purchasing power consumers, who consider shopping malls their second home, hence creating alternative representations and meanings about their position in urban hierarchy. By analysing Brazilian mainstream media discourses, the objective of this paper is to propose an analysis of *rolezinhos* from a Sociology of Absences as an attempt to think critically the representations of the movement beyond obvious responses.

Keywords: rolezinhos, social movements, Sociology of Absences, Media, Public Sphere.

---

1 Este trabalho é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência PD/BD/52257/2013.

2 Doutoranda em Pós Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Formada em Comunicação Social e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e Mestra em Sociologia do Consumo. Contato: fernandabelizario@ces.uc.pt.

No início de dezembro de 2013, a mídia brasileira começou a dar atenção a um fenômeno que ocorrera em um centro comercial de região semi-periférica da capital paulista: 6 mil Jovens entre 15 e 18 anos entraram no Shopping Itaquera, cantaram *funk*, foram perseguidos pelos seguranças e pela polícia. Lojistas amedrontados fecharam suas lojas, pessoas temerosas esconderam-se em banheiros, saíram em derrocada estacionamento afora, policiais encurralaram jovens e fizeram revistas coletivas. O Governador falou. A Academia falou. O shopping falou. A imprensa falou. Estava inaugurado o rolezinho.

Os rolezinhos foram apresentados como encontros de jovens, na maioria entre 15 e 18 anos, vindos de regiões periféricas das cidades brasileiras, que reúnem-se aos milhares em centros comerciais geralmente localizados nas periferias. Embalam-se ao som de funk ostentação, ritmo que celebra um estilo de vida luxuoso (como os vídeos e letras de cantores como MC Guimê e MC Gui, cujas letras embalam os subtítulos deste trabalho) e ostentam marcas de luxo, tradicionalmente voltadas para um público de classe média tradicional.

Na cidade de São Paulo, *locus* eleito para este trabalho, a história dos rolezinhos começa a ter destaque nacional e internacional em 7.12.2013 no Shopping Itaquera. Uma semana depois, 14.12.2013, era a vez do Shopping Internacional Guarulhos

> Dentro do shopping lotado, decorado com miniaturas do Partenon grego, da Torre de Pisa, do Coliseu, bonecos animados de renas e Papai Noel embalavam as compras de Natal [...] Seria um arrastão? Saque? Quebra-quebra? Helena de Assis Pregonezzi, 55, empresária do ramo de caminhões de mudança, jurava ontem na praça de alimentação lotada ter visto jovens com revólveres. “Tem de proibir esse tipo de maloqueiro de entrar num lugar como este”, discursava entre garfadas na pizza de picanha com Catupiry (Capriglione, 2013: s/p).

Houve tumulto e 23 pessoas detidas. Na semana seguinte, 21.12.2013, era a vez do rolezinho ser no Shopping Campo Limpo, onde a polícia proibia a entrada destes jovens se estivessem desacompanhados de seus pais. No dia seguinte, 22.12.2014, antevéspera de Natal, muita movimentação e rolezinho no Shopping Interlagos, ,para quem a justiça concede uma liminar que obrigavs a polícia a acompanhar o rolezinho. Os lojistas fecham as portas por algumas horas, mas o *tumulto* foi controlado. No dia 04.01.2014 no Shopping Metrô Tucuruvi, os 200 rolezeiros foram expulsos pela Polícia Militar e as lojas fecham as portas por algumas horas.

O rolezinho do dia 11.01.2014 foi o mais violento, segundo a Polícia Militar, mais de 1 mil rolezeiros foram ao shopping. Começaram a chegar às 17h, uma hora depois, as lojas já começaram a fechar suas portas. A polícia tentou expulsar os jovens, que revidaram. Houve spray de pimenta, balas de borracha e 20 detidos para averiguação.

A partir do dia 11.01.2014, em novo rolezinho do Shopping Itaquera, a Associação Brasileira

de Shopping Centers (Abrasce) e a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping Centers (Alshop) ganharam na justiça o direito de impedir a entrada de rolezeiros nos estabelecimentos comerciais. As associações reuniram-se também com a Ministra da Igualdade Racial e a Ministra da Cultura para pedir a criação de soluções como espaços de lazer na periferia, para que não fosse preciso os jovens se deslocarem aos centros comerciais. Em 13.02.2014, o Secretário Municipal de Igualdade Racial de São Paulo realizou uma reunião com representantes dos rolezeiros para levar esses eventos a espaços *preparados* para receber este público, como o Parque do Ibirapuera[3].

O evento, marcado para 15.02.2014 no referido parque aconteceu sem polícia, sem tumulto, e quase sem rolezeiros. A virada interessante da semana foi o anúncio da criação da "Associação Cultural Rolezinho Voz do Brasil", formada por supostos líderes dos rolezinhos, os 60 jovens mais famosinhos[4] de São Paulo (cada um com mais de 25 mil seguidores). A associação passa a organizar os encontros, que passam a ser acordados entre a associação de rolezeiros, organizações patronais de shopping centers e órgãos da prefeitura.

O bonde passou, as novinha observou: observações a respeito da polarização esquerda/direita na construção da representação dos rolezinhos

A originalidade do rolezinho é a sua natureza contraditória. É uma forma de protesto dentro de espaços comerciais, mas não para criticar espaços de consumo, suas contradições e marcas de classificação social,, ao contrário, rolezeiras e rolezeiros ocupam aquele espaço porque reconhecem o direito de estarem ali. O rolezinho dá visibilidade a movimentos de periferia em espaços centrais da cidade, mas não o faz para afirmar a periferia como condição identitária da pobreza e da marginalidade, mas para questionar estereótipos da relação centro-periferia urbanos.

Essas meninas e meninos provocam um grande incômodo por onde passam fazendo o seu rolê, sabem disso, mas não tem uma pauta política clara por trás do seu movimento[5], ao contrário, sempre que questionados, falam que o rolezinho serve para "beijar, conhecer pessoas, comer no Mc Donald's".

Embora seja possível tratá-los como consumidores ou como jovens de periferia que reivindicam um status identitário condizente com as suas capacidades de consumo, é preciso ir além dos institutos de pesquisa de mercado (ver Neuman, 2014) para perceber que, muito embora haja a promessa de que o capital econômico é o único fator que legitima a participação

3 O Parque do Ibirapuera é um monumento turístico de referência na cidade de São Paulo. Com grandes áreas abertas é um local muito cotado para receber eventos de grande porte.

4 O famosinho ou a famosinha é um/a adolescente que acumula muitos fãs no Facebook pelas fotos e videos que posta, geralmente de si mesmo ou si mesma ou com amigos e familiares. Um exemplo pode ser visto no perfil pessoal de Yasmin Oliveira, em https://www.facebook.com/yasmin.oliveira.9041/about.

5 Claro que a Associação dos Rolexinhos, quando foi criada, teve uma proposta política de aproveitar os rolezinhos para fazer campanhas de conscientização, como a mais recente, voltada para a prevenção do uso de lança perfume, chamada "#OLançaMata". Porém a pauta política é posterior à organização dos rolezinhos.

e sobretudo aceitação no mercado de circulação de bens, existem diversas invisibilidades, diversos acordos tácitos baseados no capital cultural, no *habitus* de classe (Bourdieu, 2007), nas linhas tácitas de divisão do espaço urbano, nas inscrições de subalternização de corpos, com base na raça, na classe social e diversos outros marcadores de diferenças.

As inscrições nessas diversas formas de marginalidade que se intersectam não são capazes de sobrepujar o poder econômico, dessa forma, rolezeiros e rolezeiras sabem que nunca serão entendidos como um jovem de classe média ou classe alta, branco, paulistano. Serão sempre negras e negros, portando marcas e códigos que buscam um reconhecimento do seu poder econômico, mas também da expressão de uma identidade alternativa que busca subverter os códigos tácitos de circulação no espaço urbano. Não à toa, diversas matérias falam sobre supostos roubos, portes de armas ou furtos durante os rolezinhos que entretanto nunca foram confirmados. Parece-nos mais a operação do estereótipo de um jovem negro, em um espaço que não é o seu, só pode estar lá para praticar crimes ou "arrumar confusão".

Claro que esta proposta de reapropriação do consumo e das marcas de luxo não vem sem reações radicais daqueles que se sentem ameaçados. Seja desqualificação, medo e raiva expressos nas pessoas que aplaudiam as apreensões policiais nos shopping centers, na exposição de meninos sem camisa sentados no chão de uma praça de alimentação revistados e encurralados pela polícia, ou na preocupação das consequências simbólicas que podem ter as marcas portadas por rolezeiras e rolezeiros em outros grupos sociais.

A partir deste contexto, compreende-se este trabalho como uma arqueologia da trajetória midiática dos rolezinhos, tendo como pontos de observação os discursos de mídias hegemônicas à esquerda e à direita e as vozes que silenciaram ou fizeram emergir deste movimento - caracterizadas aqui por jornais e revistas de grande circulação no Brasil, chefiadas por grandes conglomerados de empresas de comunicação e tendo nomes consagrados como Revista Veja, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Editorial de notícias do portal de internet UOL.

Busca-se fazer uma arqueologia da produção da mídia acerca dos rolezinhos no período que vai de dezembro de 2013 a abril de 2014, problematizando a sua evolução como pauta insurgente e seus pontos de convergência com a literatura que trata do uso intensivo do espaço público feito por jovens. Para isso foram analisadas 60 produções midiáticas no período mencionado.

Na mídia brasileira o que se assistiu foi uma polarização, ao mesmo tempo uma orquestração de vozes que juntas selaram o destino dos rolezinhos, da agenda emancipatória à regulação pelas margens da subalternidade. A percepção inicial dessas mídias sobre rolezeiras e rolezeiros começa caracterizando-os como jovens que tinham saído da periferia para protestar nos centros comerciais contra sua exclusão da sociedade de consumo. Sua indumentária, de ostentação de marcas de luxo, era um "traje à rigor", a melhor roupa que tinham. Em

16.12.2013, a Folha de São Paulo, noticiava:

> Um fantasma rondava ontem o Shopping Internacional de Guarulhos, o fantasma do funk. O medo era de que se repetissem as cenas de pânico e correria, vistas no sábado, quando centenas de adolescentes, concentrados em uma das portarias, entoaram em uníssono uma espécie de hino de guerra, enquanto avançavam para dentro do centro de compras [...] Seria um arrastão? Saque? Quebra-quebra? [...] Adeptos do chamado "funk de ostentação", são em geral garotos pobres tentando forçar a entrada no mundo do consumo, fingindo-se de íntimos do luxo Ainda a anos-luz desse ideal, os meninos que assustaram o Papai Noel do shopping Internacional compareceram ao "rolê" convocado pelo Facebook com o traje a rigor de nove entre 10 funkeiros: boné da Quiksilver, tênis da marca Mizuno, bermuda, camiseta, anéis e colares de prata ou ouro, óculos escuros da Oakley (Marsiglia, 2014:s/p).

Conforme seguem os rolezinhos o movimento ganha força e presença na esfera pública, há uma mudança na abordagem: da ameaça de grupos de jovens pobres e marginalizados para a desqualificação como pauta insurgente, referindo-se a jovens que só querem se divertir, basta ver a jornalista Bárbara Gancia (2014) em uma matéria cantando ironicamente "o povo unido jamais será vencido" para que finalmente esses adolescentes pudessem protestar por alguma coisa, como ela mesma diz: Quer conhecer um "rolezeiro"? Olhe para o adolescente ao seu lado. O que você vê? Na maioria das vezes, um ser cujo único compromisso é com a ostentação, não? Então é ele". Essa nova abordagem do tema foi liderada por alguns articulistas de direita, como o jornalista Reinaldo Azevedo

> Setores da imprensa e alguns subintelectuais, com ignorância alastrante, tentaram ver o "rolezinho" como manifestação da luta de classes. Os shoppings, chamados de "templos de consumo" por bocós dos clichês superlativos, seriam a expressão mais evidente e crua do "fetichismo da mercadoria", uma estrovenga que "sedizentes" marxistas não conseguem definir sem engrolar incongruências e abstrações inanes (Azevedo, 2014: s/p).

Esta mudança na abordagem foi feita à custa de um grande investimento descritivo. Mais de 60% das matérias analisadas dedicavam pelo menos 3/4 de seu espaço para caracterizar rolezeiras e rolezeiros, seus hábitos, sua vida, sua ascendência, onde viviam e o que queriam. Nesta estratégia de objetificação, o recurso mais recorrente era agregar o movimento ao já exaustivo enquadramento exotizado da nova classe média ou a nova classe C brasileira, um grupo social que ascendeu economicamente, mas que resguarda preferências muito diversas da chamada "classe média tradicional". Essas meninas e meninos da nova classe média só

querem se divertir, estão de férias, inventando coisas novas, são famosinhos e fãs, nada mais (Ricci, 2014), ostentando suas roupas, bonés e acessórios, comprados com o dinheiro dos pais que perfazem a nova classe média brasileira.

Diante disso, se o desafio anterior era banir os rolezeiros dos espaços comerciais, o novo desafio era garantir a segurança para que todos pudessem conviver bem no mesmo espaço, enquanto associações patronais envolviam-se em pressionar o poder público para a busca de lugares adequados para que essas meninas e meninos pudessem se divertir *à vontade*, leia-se sem colocar em causa a sua existência naqueles espaços como um movimento insurgente – afinal, o shopping não é um espaço alheio ao rolezeiro, ele o frequenta assiduamente, o problema é quando o seu corpo não é mais uma exceção invisível, mas pujante.

Um fator importante a ser levado em conta é que mídias e articulistas de esquerda nunca apresentaram o rolezinho na forma de notícia, ou seja, como um relato objetivo do que é o movimento ou de quem são os rolezeiros. As intervenções dos grupos de esquerda se deram sempre na forma de opiniões e artigos autorais. Portanto, ao não entrarem em disputa pela interpretação hegemônica do que deveriam ser os rolezinhos, na forma de produção de relatos pretensamente objetivos do fenômeno, coube a eles um papel reativo, de resposta às interpretações que se produziam à sua revelia.

Para acrescentar, em muitos momentos falar sobre os rolezinhos como um movimento reivindicatório colocava os discursos clássicos de esquerda em situação muito desconfortável, principalmente em relação ao consumo de marcas de luxo. Assim, acadêmicos como Alba Zaluar chegaram a afirmar que não se poderia considerar o rolezinho um movimento de reivindicação, seguida de muitos outros que mostraram hesitação no momento de desenhar a sua análise (Martin & Bedinelli, 2014:s/p).

Talvez o maior desafio fosse acomodar dentro de uma pauta de esquerda, um movimento em que se reivindica o direito de pertencer fora de categorias pré-determinadas: legitimado pela ostentação, sem agência clara e em oposição a figuras clássicas de retrato e objetificação das periferias brasileiras como lugares de luta, de sofrimento, de resistência.

Diante de um movimento errático, foi preciso olhar não para a agência, a vontade e as pautas de reivindicação, mas para os motivos que fizeram os rolezinhos serem um movimento de insurgência, de dissonância. Por que motivo causa horror um grupo de jovens em grande número dentro de centros comerciais, uma vez que é prática comum em algumas épocas do ano, durante as praxes universitárias de jovens de classe média e alta, por exemplo. O rolezinho coloca na agenda pública a questão da segregação do espaço urbano ou do *apartheid social* ou do fascismo social (Santos, 2002). A cidade tem limites invisíveis porém conhecidos sobre os lugares que cada classe pode frequentar

> Há questões mais sutis, como os espaços de serviços nos apartamentos. A mensagem é de que o pobre tem que saber o seu lugar; pode circular

humildemente, fazendo o seu serviço. Mas, se circula fazendo ostentação, mostrando que é dono de sua própria vida, tem carro, joias, ofende e afronta a elite brasileira (Souza apud Lucena, 2014: s/p).

Conceitos em disputa ou novas explicações?

A constatação de que os rolezinhos são um conceito em disputa pela mídia de direita e de esquerda no Brasil não resolve duas questões fundamentais. A primeira é que esse corpus de conhecimento sobre os rolezinhos invisibiliza partes do fenômeno para fazê-lo se encaixar em seus esquemas já consagrados de representação: a esquerda valoriza a pauta do *apartheid* social e desvaloriza o gosto pelo funk ostentação e a direita valoriza o poder de consumo dos jovens e o desejo pela segurança nos centros comerciais. Cada um dos aparatos discursivos acionam, a partir de seu repertório anterior, as ideias que podem encadear uma análise do rolezinho propriamente dito.

Em segundo lugar, é preciso buscar outras formas de conhecimento que possam criar novas representações, novas formas de organização da realidade para fazer emergir alternativas mais sofisticadas do que as dualidades rico-pobre, centro-periferia, violência-repressão. Será que os rolezinhos são um movimento de aceitação do capitalismo tal como ele é? É possível ser o consumo emancipatório?

O sociológo Boaventura de Sousa Santos propõe uma Sociologia das Ausências e enuncia que "para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos" (Santos, 2002). Tornar presente, neste contexto, é ser uma alternativa possível às experiências hegemônicas, quando "a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política" (idem).

Da mesma forma que Balmurli Natrajan (2003) descreve que a estratégia hegemônica é criar representações de fenômenos sociais no espaço público, de modo que não produzam divergências ao projeto de sociedade, é ter o "controle sobre discursos culturais que constituem condições sociais objetivas e portanto define formas de comportamento apropriadas a eles" (Asad apud Natrajan, 2003:215).

A produção da ausência do rolezinho como uma pauta insurgente, nos termos de Santos, reside no momento que passou de movimento trangressor das regras ocultas dos locais autorizados de circulação no espaço público para encontro de famosinhos do Facebook.

Essa transformação teve como viés o tratamento ideológico do tema para que ele pudesse circular sem grandes transtornos pelos meios hegemônicos de conformação da esfera pública. A produção da ausência, conforme Santos, ou a produção da máscara, conforme

Natrajan, anulou o poder de reivindicação que o movimento vinha conquistando, num projeto de orquestração esquerda e direita, fazendo ver que, de um lado e de outro, nem toda a experiência social é inteligível ou adequada.

Isso foi feito pela esfera da regulação. Em meados de janeiro, começam a surgir na mídia os líderes dos rolezinhos, famosinhos da internet e produtores de funk (como Ricardo Sucesso, produtor do MC Chaveirinho) que fundaram uma organização cultural, a "Associação Cultural Rolezinho A Voz do Brasil", responsável por mapear locais nas periferias da cidade que poderiam abrigar atividades culturais, como bailes funk. Esses mesmos líderes fizeram uma reunião com a Prefeitura de São Paulo, liderada pelo Secretário da Igualdade Racial para transferir os eventos para parques públicos e reportavam com orgulho que essas lideranças conseguiram desarticular 30 rolezinhos que já estavam marcados para os Shoppings (ver Ramalhoso, 2014).

O saldo dessa nova transformação no movimento do rolezinho foi se aproximar ainda mais da eliminação da sua própria emergência. A principal reivindicação do rolezinho estava na transgressão do espaço, na ressignificação do shopping, que passara de um espaço para comprar e circular calmamente flanado pelas vitrines, para um lugar de afirmação de identidade. Conforme William Sewell Jr. (2001:68), "o espaço é um objeto e uma matriz de poder. Todo o poder é, em última instância, poder sobre pessoas. Uma maneira de exercer controle sobre elas é controlando os espaços onde elas vivem e trabalham"[6].

A possibilidade do rolezinho como pauta insurgente foi a promessa de expandir o espaço público, expandir as regras de co-presença, as regras de reconhecimento. A potencialidade estava em trazer a possibilidade de alcançar o reconhecimento de que novas formas de estar são possíveis e precisam ser mais do que toleradas, reconhecidas em sua diversidade.

Os movimentos de insurgência geralmente rompem os significados consensuais dados aos espaços e fundam neles outras formas de presença, participação e pertencimento (Delgado, 2011). Ao dissociar o rolezinho do uso contrahegemônico do espaço, descaracterizou-se a insurgência e força para criação de novas apropriações.

Assim, os rolezinhos persistem, mas a partir de uma agenda difusa, o termo virou uma gíria apropriada por agentes de saúde e outros atores de campanhas de conscientização, que anunciaram o "rolezinho da doação de sangue" ou "rolezinho do bem", para doação de alimentos ou brinquedos para crianças carentes. A ideia do rolezinho do bem, opõe-se àquele rolezinho do mal, da baderna, da confusão e também da futilidade, da não-cultura, ou mesmo do assustador e do abjeto.

A esfera da regulação também produziu outro movimento. Em sua incapacidade de tornar os rolezinhos inteligíveis como manifestações erráticas de jovens, colocando em causa a sua autorização simbólica de circulação no espaço público, a mídia ajudou a criar e legitimar porta-

6 Citação original "Space is an object ad a matrix of power. All power is, ultimately, power over people. One way of exercising control over people is by controlling the spaces where people live and work".

vozes. Assim, Leandro Beguoci (2014) atenta para o conflito conhecido entre subalternidade e representação, rolezeiras e rolezeiros são representados por vozes que não são as deles: são representantes de organizações, de governos, de entidades patronais, mas, toda a vez que um rolezeiro entrou em cena foi para corroborar com o projeto político da sua exotização, seja como um adolescente, seja como um pobre com dinheiro, seja como um consumidor voraz – e não-autorizado - de marcas de luxo.

Ao apresentar a análise das mídias apresentadas, a proposta foi traçar uma pequena arqueologia dos rolezinhos e a transição de pauta insurgente para pauta regulada, mostrando como a mídia e outros atores, inclusive acadêmicos e militantes de esquerda e de direita corroboraram com este projeto - na incapacidade de tornar o movimento suficientemente inteligível para as suas pré-determinadas categorias de análise – o discurso frágil da direita sobre a violência e a pobreza que ameaçam e o discurso parcial da esquerda sobre um movimento de corpos negros reivindicando pertença a um espaço que a eles é negado.

A Sociologia das Ausências, neste contexto, oferece-nos a possibilidade de perceber as potencialidades invisibilizadas pelas dicotomias tradicionais, das quais a mídia *mainstream*, farta-se de alimentar e retroalimentar, com a consequência de produzir representações de mundo, autorizar e desautorizar, celebrar ou lançar em descrédito.

Referências Bibliográficas

Azevedo, Reinaldo (2014), "Rolezinho e mistificações baratas", *Folha de São Paulo,* de 17 de janeiro. Consultado a 24.01.2014 em http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1…oazevedo/2014/01/1398857-rolezinho-e-mistificacoes-baratas.shtml

Beguoci, Leandro (2014), "Rolezinho e a desumanização dos pobres", *Observatório de Imprensa*, de 21 de fevereiro. Consultado a 24.02.2014 em http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed782_rolezinho_e_a_desumanizacao_dos_pobres_.

Bourdieu, Pierre (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo: Edusp.

Canônico, Marco Aurélio (2014), "Antropólogo vê busca por visibilidade e reação desproporcional a rolezinhos", *Folha de São Paulo,* de 18 de fevereiro. Consultado a 20.02.2014 em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1399636-antropologo-ve-busca-por-visibilidade-e-reacaodesproporcional a-rolezinhos.shtml.

Capriglione, Laura (2013), "Mesmo sem crimes, rolezinho causou pânico e levou polícia a shopping de Guarulhos", *Folha de São Paulo*, em 16 de dezembro. Consultado a 20.02.2014 em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1386132-mesmo-sem-crimes-rolezinho-causou-panico-e-levou-policia-a-shopping-de-guarulhos.shtml.

Delgado, Manuel (2011), "Distinción y estigma. Los jóvenes y el espacio público urbano",

in Jaume Trilla, (org.), *Jóvenes y Espacio Público: del estigma a la indignación*, Barcelona: Ediciones Bellaterra.

Gancia, Barbara (2014), "Rolezinho para leigos", *Portal GGN*, de 24 de janeiro. Consultado a 10.03.2014 em http://jornalggn.com.br/noticia/rolezinhos-para-leigos-por-barbara-gancia.

Lucena, Eleonora (2014), "Rolezinhos tem raízes na luta pelo espaço urbano, diz pesquisador", *Folha de São Paulo,* de 19 de janeiro. Consultado a 20.01.2014 em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1399681-rolezinhos-tem-raizes-na-luta-pelo-espacourbano.shtml.

Marsiglia, Ivan (2014), "Jessé Souza: classe média despreza os pobres", *Estadão,* de 20 de janeiro. Consultado a 22.02.2014 em http://www.rodrigovianna.com.br/geral/jesse-souza-e-os-rolezinhos-apartheid-brasileiro-criou-dois-planetas-distintos.html.

Martín, María e Talita Bedinelli (2014), "Quatro intelectuais discutem a natureza dos rolezinhos, analisam a resposta do Estado e da sociedade e até onde o movimento pode chegar" *Edição Brasil do El Pais*, de 14 de janeiro. Consultado a 22.01.2014 em http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/14/politica/1389736517_226341.html

Natrajan, Balmurli (2003), "Masking and Veiling Protests Culture and Ideology in Representing Globalization", *Cultural Dynamics*, 15 (2), 213-35.

Neuman, Camila (2014), "Grife em rolezinho pode elevar vendas, mas afastar elites, dizem consultores" Uol Economia, de 03 de fevereiro. Consultado a 10.04.2014 em http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/03/grife-em-rolezinho-pode-elevar-vendas-mas-afasta-elite-dizem-consultores.htm.

Ramalhoso, Wellington (2014), "Rolezeiros devem criar associação para promover trabalhos sociais", *UOL São Paulo*, de 13 de fevereiro. Consultado a 15.02.2014 em http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/13/rolezeiros-querem-montar-associacao-voltada-a-projetos-sociais.htm.

Ricci, Rudá (2014), "O maior fenômeno sociológico do Brasil: a nova classe média",

Rizek, Cibele Saliba and Wagner de Melo Romão (eds.) (2006), *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*, Editora UFMG.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista crítica de ciências sociais*, 63, 237-80.

Sewell Jr., William (2001), "Space in contentious politics", in Ronald Aminzade, et al. (orgs.), *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics* (Cambridge: Cambridge University Press), 51-88.

"Democracia deliberativa intercultural: una forma alternativa de democracia a partir de consensos interculturales"

Diana Carrillo González[1]

Resumen

Este documento plantea la posibilidad de construir una «Democracia Deliberativa Intercultural», basada en un procedimiento legislativo que reestructure la comprensión constitucional, y fracture las relaciones de poder y los estados de dominación entre los sujetos; para, en su lugar, promover el re-conocimiento ético de las diversas formas de vida, y permitirle a los sujetos generar consensos y legitimar democráticamente los modos a través de los cuales estos deciden la manera de (con)vivir. Para lo cual, es necesario introducir escenarios en «lo político», fundamentados en una interculturalidad crítica y en la edificación relacional del derecho como resistencia, desde ámbitos internos (locales y Estado), y externos (globales).

Palabras clave: «Democracia Deliberativa Intercultural»; Procedimiento legislativo intercultural; Derecho como resistência; Interculturalidad.

Abstract

This document raises the possibility of building an «Intercultural Deliberative Democracy», based on a legislative process that restructures the constitutional understanding, and fractures the power relations and states of domination between subjects; for, instead, promote ethical re-knowledge of the various forms of life, and allow subjects to generate consensus and democratically legitimize the way they choose to live(together). For this, it is necessary to introduce political scenarios, based on a critical interculturality and a relational uplift of the law as resistance, grounded in internal (local and State) and external (global) levels.

Keywords: «Intercultural Deliberative Democracy»; Intercultural legislative procedure; Law as resistance; Interculturality.

---

1 Abogada, Especialista y Magíster en Derecho Constitucional de la Universidad Nacional de Colombia. Docente de Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales de la misma Universidad. Integrante del Grupo de Investigación Colectivo de Estudios Poscoloniales/Decoloniales en/de América Latina (Grupo Copal) de la Universidad Nacional de Colombia.

Homi Bhabha (2000) explora la nación a través de la ambivalencia del rostro de Jano, es decir, fronteras culturales antagonistas reconocidas como tesoros que albergan sentidos que deben ser cruzados, borrados y traducidos en el proceso de producción cultural. Esta elaboración representa “una agencia de narración ambivalente que sostiene la cultura en posición más productiva, como una fuerza para la ‘subordinación, fractura, difusión, reproducción, tanto productora, creadora y guía’” (214ff).

En ese sentido, la narrativa sobre la cultura nacional se enmarca en un proceso de producción cultural, en donde, en nombre de la voluntad general, la intervención sobre lo marginal o las “minorías” trasciende sustancialmente la racionalización de las tendencias autoritarias y “normalizadoras” de una cultura a otra; para, en su lugar, promover un proceso de hibridación que incorpora “nuevos ‘pueblos’ “en relación con el cuerpo político, generando otros espacios de significado e, inevitablemente, en el proceso político, produciendo sitios desguarnecidos de antagonismo político y fuerzas impredecibles para la representación política” (Bhabha, 2004:215).

Por ello, el modelo constitucional de diversidad étnica y cultural, de algunas naciones latinoamericanas -como la colombiana-, no puede confundirse con la ficción según la cual, en las naciones “multiétnicas” existe una tensión entre los derechos de las mayorías y los de las minorías (Velasco, 2011); ficción que se resuelve, como principio de interpretación constitucional, *maximizando la autonomía de las minorías* y *minimizando sus restricciones*, salvaguardando el interés general o de superior jerarquía, concebido como el núcleo intangible de los derechos humanos (Ariza, 2010: 99ff) liberales. De ser así, el proceso de aculturación dejaría su sentido transcultural para transformarse en una asimilación unilateral, integrada por los actos de violencia y asimetrías propios de fuerzas homogeneizantes que destruyen las culturas que le resisten (Velasco, 2011).

Así, este modelo debe fracturar las premisas multiculturales: dar cuenta de una sociedad heterogénea que no puede coexistir bajo procedimientos que determinan la supremacía de los derechos de unos sobre otros, naturalizando la diferencia; como tampoco de mecanismos de supervivencia de otredades, en donde estas luchan en contra de su exclusión, negación y subalternización ontológica y epistémico-cognitiva (Walsh, 2010); sino a través del reconocimiento de las múltiples epistemologías e intereses de los sujetos políticos que allí convergen con el propósito de “construir relaciones -de saber, ser, poder y de la vida misma- radicalmente distintas [y][…] cuestionar las ausencias -de saberes, tiempos, diferencias, etc.- y pensar y trabajar desde las emergencias que se revelan ‘a través de la ampliación simbólica de pistas o señales’ de la experiencia misma” (Walsh, 2010:91).

Para ello, es necesario desmitificar la retórica sobre la «voluntad general» y la democracia de mayorías: en estos Estados rige la dictadura de una minoría o varias minorías que concurren para mantener en el espacio público una concepción normalizadora de cultura que se impone de forma excluyente sobre las demás (Velasco, 2011:69). El ejemplo de

la Constitución Política colombiana es bastante ilustrativo, en tanto no representa un pacto político unívoco, producto de una voluntad general, sino que incorpora diferentes formas de percibir «la política», así como diversas epistemologías e intereses; las cuales, desafortunadamente, fueron positivizadas sin que mediara consenso o diálogo alguno entre ellas. Esta heterogeneidad conduce a que se generen tensiones entre los diversos proyectos políticos consagrados en la carta magna, incapacitando al sistema político para mantener la cohesión social democráticamente y, en su lugar, auspicia la exaltación de los presupuestos constitucionales abanderados por sujetos con poder y el sacrificio de aquellos respaldados por quienes no lo detentan (Mejía, 2005).

Por ello, la noción de democracia no puede fundamentarse sobre la presunción de una sociedad concebida en los niveles representativos y cuantitativos, como tampoco de un significante vacío como es la voluntad general. Este principio debe construirse en el marco de consensos entre sujetos políticos que se re-conozcan a través de la promoción del diálogo entre ellos, y de la legitimidad de los procesos para lograrlo.

Ante el fracaso de la nación-moderna, los diferentes modos de vida deben reconducir sus esfuerzos a formas legítimas de diálogo permanente y (con)vivencia. Así, el derecho a la «libre determinación interna» (Anaya, 2005) adquiere una connotación especial, en tanto fundamenta las 'formas de vida' alternativas a las hegemónicas, y permite anclar políticamente a la otredad, como sujetos políticos con derecho a participar activamente en la construcción del orden constitucional (Mejía, 2005).

Este fenómeno cuestiona la emergencia de la soberanía popular como expresión política de la voluntad general. En su lugar, abraza la propuesta anarquista de un sistema de organización social basado en la dinámica de asociaciones (Mejía, 2010), que más allá de espontáneas, deben concebirse como estratégicas. Así, es procedente concebir el ejercicio de la «soberanía popular» desde su «compleja multiplicidad plural», en contraste con las nociones de procedimiento democrático-liberal juridizado o expresión ideológico-alienante de la sociedad capitalista.

La «soberanía popular», al fundamentarse en la dinámica entre múltiples sujetos y, en consecuencia, de diversos discursos públicos, debe ser procedimentalizada democráticamente, sin que ello implique caer en la juridización liberal. La legitimidad procedimental-democrática deviene de la institucionalización de una serie de procesos éticos y consensuales, así como de condiciones de formación y voluntad política, de tipo formal e informal, que, a su vez, fijan el marco normativo y el contenido sustancial de los procesos jurídico-institucionales (Mejía, 1997:42) que han de establecerse en el marco de un diálogo de re-conocimiento.

El «Principio de Democracia», por lo tanto, no supone la supremacía de mayorías o minorías, sino el consenso normativo ciudadano, producto de la deliberación pública. El ejercicio de la razón pública no pertenece al Estado sino a la «esfera de la opinión pública» (*apud* Mejia, 1995:42). Esta última, encuentra fundamento en el «espacio político público», concebido

como “una caja de resonancia que permite el desplazamiento de los problemas del mundo de la vida a la esfera de la discusión del sistema político” (Mejia, 2010: 50).

El ejercicio deliberativo en el «espacio político público» no se agota en una instancia predeterminada o, en su defecto, en un texto constitucional infalible, sino que se traslada al espacio de «lo político», siendo este permanente, constante y dinámico. También responde a mutaciones generacionales, problemas políticos, modos de vida, discursos entrecruzados, sujetos participantes y la injerencia de estos en el sistema político y en el texto constitucional. Es un proceso cíclico que se determinará como «poder comunicativo de la sociedad» (Mejía, 1997:43).

El «espacio político público» tiene vigencia mientras se detecten cuestiones políticamente relevantes que no sólo ameriten su deliberación sistemática, sino también la posibilidad de transformación institucional. En ese caso, el espacio político público también alimenta la esfera de la opinión pública, su red comunicacional y, en consecuencia, lo que Habermas denomina «sociedad civil» (*apud* Quintana, 1997:43). Por ello, el diálogo intercultural es vital, en tanto logra neutralizar las políticas que deben ser puestas ante el paredón, impidiendo la hegemonía de una ‘forma de vida’ sobre las otras.

1. El derecho y (con)vivir.

El «modelo sociológico deliberativo de doble vía» posibilita la regulación imparcial sobre los diversos mundos de vida a través del flujo constante: por un lado, como praxis discursiva de los múltiples sujetos que se re-conocen en la sociedad; por el otro, como condición de un marco de derechos constitucionales mínimos (Mejía, 1997:42) que permitan la (con)vivencia. Lo anterior, blindado legítimamente la construcción de la «soberanía popular» desde un procedimiento democrático.

El derecho como resistencia (Fitzpatrick, 2011), constituye tanto el ámbito social de «dimensión relacional» como el carácter procedimental para replantear una nueva integración social y reconstruir el presupuesto de legitimidad. Así, pude concebirse, respectivamente, como una «categoría de mediación social» entre la multiplicidad de formas de la vida y la positividad funcional-sistémica necesaria para transformar y relegitimar a las sociedades contemporáneas (Mejía, 1997:34).

Esta noción del derecho permite trascender su contenido sustancial: así, la instrumentalización del derecho dependerá del uso estratégico que hagan los sujetos políticos de él, a partir de los espacios inaccesibles para el Estado. Lo anterior, teniendo en cuenta que ambas dimensiones pueden ser usadas de manera estratégica para resistir las relaciones de dominación o, en su defecto, para reproducirlas (Fitzpatrick, 2011). La inclinación de la balanza será definida por la capacidad de los sujetos de anclarse en el ámbito de «lo político».

Por ello, es necesario demarcar las diferencias entre los procedimientos de racionalidad

práctica y los de producción de normas legales. Las primeras, "fundamentan normativa e intersubjetivamente las relaciones abstractas e institucionalizadas de la sociedad" (Mejía, 1997:35); mientras, las segundas, garantizan la funcionalidad-sistémica. La integración social del derecho, luego de su resistencia, surge en el momento en que el pacto constitucional garantiza el flujo del poder comunicacional y logra traducir los consensos normativos, producto de la deliberación ciudadana, en regulaciones sistémico-funcionales vinculantes (Mejía, 1997:13), sin perder de vista la sinergia entre sus dimensiones extraordinaria y relacional. Esta distinción resulta importante en la medida en que la indeterminación de los procesos jurídicos permitirán la manipulación de los contenidos por intereses dominantes y atraerán maliciosamente a los sectores sociales, bajo la promesa de establecer parámetros duraderos y soluciones objetivas, sin proveer ni lo uno ni lo otro (Fitzpatrick, 2011).

De esta manera, el diálogo político siembra raíces en la consagración constitucional de los consensos sobre principios mínimos, que posibilitarán el (con)vivir de diferentes eticidades y sujetos políticos (Mejía, 1997:14). Lo anterior, presupone la reconstrucción discursiva del derecho y la fundamentación normativa de un Estado constitucional, afirmado en un sistema normativo de contenido intercultural. Por una parte, puesto que la posibilidad de (con)vivir de los sujetos políticos, debe descansar en un procedimiento discursivo que promueva consensos desde "un interpensamiento e interrelacionamiento que no [tengan] la pretensión de asumir la perspectiva del otro sino de permitir que la diferencia intervenga" (Walsh, 2009:19) entre cada uno, dando apertura a procesos para con- vivir, o vivir con el otro, en términos de equidad e imparcialidad. Por el otro, porque la plena realización de la autodeterminación de los sujetos políticos, en su carácter individual y colectivo, depende de que el sistema de derechos sobre el que se sostiene no sólo enfrente el pecado original de las relaciones de poder y los estados de dominación entre los ciudadanos, sino que los proteja de este.

Por lo cual, no es atrevido afirmar que el principio de la democracia se deriva de "la interpenetración del principio discursivo y la forma legal, [comprendiendo] esta interpenetración como una lógica génesis de derecho" (Habermas, 2005:120-121), la cual, a su vez, debe erigirse sobre un principio intercultural. De esta forma, es posible imaginar una Democracia Deliberativa Intercultural; para lo cual, resulta necesario establecer un procedimiento legislativo que responda a este orden.

2. Procedimiento legislativo intercultural.

La relación entre «lo político» y el derecho encuentra su legitimidad en un procedimiento legislativo que garantice el diálogo entre ambos, permitiendo la interacción entre ambas dimensiones.

El procedimiento legislativo debe ser transversalizado por el principio intercultural, de tal forma que su objetivo sea el consenso sobre un marco normativo que garantice el (con)vivir

de las diversas formas de vida. Por ello, el «vínculo unificador» (Mejía, 1997:15), emerge de la posibilidad de “crear nuevos horizontes de inteligibilidad recíproca” (*apud* Cruz, 2013:71), que confluyan en un pacto político democrático y legítimo, capaz de tatuar el re-conocimiento ético en relaciones políticas radicalmente distintas, a partir del diálogo entre los sujetos. Así, el valor de justicia es concebido como la capacidad de reconocer al otro como igual y diferente al mismo tiempo (Cruz, 2013:42).

El procedimiento legislativo intercultural culmina en consensos sobre sistemas que garantizan el (con)vivir de las diferentes formas de vida. Eventualmente estos serán sometidos a la revisión jurídica, por parte de un amplio tribunal constitucional integrado interinstitucionalmente por los diversos sujetos, incluidos en la «política» como autoridades autodeterminadas del orden constitucional.

El diseño reconoce que el ejercicio intersubjetivo no es pacífico, especialmente en sociedades complejas acostumbradas a interactuar a partir de relaciones de poder o estados de dominación. Por lo cual, este debe tener génesis en una **primera instancia de recomendaciones pragmáticas**, que conduzca, en un nivel discursivo, a un proceso de intercambio de carácter formativo: el diálogo debe fomentar el conocimiento entre unos y otros, entrar en relación y valorar las experiencias como un bien en sí mismo (Cruz, 2013:41). Es un reconocimiento que conserva las especificidades propias. En el escenario de intercambio, “los sujetos se cercioran de la relatividad de sus opiniones y al mismo tiempo de la necesidad que tienen, tanto epistémica como prácticamente, de las perspectivas de los participantes” (Hoyos, 2001:57).

El nivel discursivo no solo supone estrategias para intercambio y formación sino también para fijar un horizonte normativo respecto a la interacción. En ese sentido, por un lado, es posible presumir que toda promoción de relaciones de poder o estados de dominación será neutralizada por las reglas que regirán en el nivel argumentativo; por el otro, determinará los mecanismos para respetar la autodeterminación de aislamiento voluntario de algunos, en tanto no es posible coaccionar a todos los sujetos para que se involucren.

En **segunda instancia**, se deben establecer los **objetivos ético políticos** para lograr consensos alrededor de la forma de (con) vivir de las distintas formas de vida. La base de este ejercicio es la autodeterminación de los sujetos, a través de un nivel argumentativo. Así, el procedimiento intercultural no persigue una yuxtaposición de cosmovisiones, ni un híbrido cultural, ni un eclecticismo sin principios. Por el contrario, los principios que lo rigen son: transformar en horizontales las relaciones verticales entre sujetos políticos, recordando el pasado para lograr otro futuro; y, segundo, anclar dichas transformaciones en un marco constitucional (Santos, 2009).

Es importante tener en cuenta que quienes participan en la esfera dialógica son sujetos que originalmente han sido objetivizados y transformados a través de estados de dominación y relaciones de poder. El reto del sistema de derecho es garantizar que el proceso discursivo

no se vea distorsionado por estas subjetividades, sino que, en contraposición, promueva prácticas de autoformación de los sujetos, a través de «técnicas del cuidado del sí» (Foucault, 2000:258).

Las «técnicas del cuidado del sí» constituyen prácticas ascéticas, en el sentido general de "un ejercicio de sí sobre sí por el cual uno intenta elaborarse, transformarse y acceder a un determinado modo de ser" (Foucault, 2000:258). Estas prácticas no sugieren una liberación plena del sujeto, sino la búsqueda de su libertad a través de la asimilación del *logoi*, es decir, de un proceso que le permita reencontrarse y reconciliarse consigo mismo, recuperar su propia naturaleza, retomar su origen y, en general, restaurarse plena y positivamente para conocerse, cuidarse, formarse y superarse a sí mismo. En ese sentido, la "libertad es la condición ontológica de la ética. Pero la ética es la forma reflexionada que toma la libertad" (Foucault, 2000:260).

El cuidado del sí es ético en sí mismo, pero implica incursionar en relaciones complejas con otros. Es posible extender esta práctica hacia los otros, es decir, este *ethos* como capacidad de conducirse respecto a los demás en la sociedad, y como relación con el otro a través de la comunicación. En ese sentido, el cuidado del sí no sólo apunta al bien propio, sino que por esa vía también permite el cuidado de los demás (Foucault, 2000:260).

La autodeterminación -base de la segunda instancia del procedimiento legislativo intercultural- tiene el potencial jurídico para institucionalizar la práctica del sí públicamente. Para los efectos pertinentes, los consensos deben fundamentarse en la autodeterminación, concebida como el valor ético-político que permite a los sujetos estas prácticas.

De esta forma, los sujetos, que al entrar a la esfera pública tienen garantizado el derecho de libre determinación, poseen herramientas para esquivar relaciones de poder y estados de dominación, y pueden promover deliberaciones con un grado mayor de legitimidad democrática.

Sin embargo, también resulta necesario traer cinco premisas para la transformación de estas relaciones de poder y estados de dominación: 1) es necesario conducir el debate entre universalismos y relativismos culturales hacia diálogos transculturales; 2) la autodeterminación debe sujetarse a nociones propias de dignidad; 3) todas las culturas son incompletas y problemáticas, especialmente frente a su comprensión de la dignidad; 4) las culturas no son monolíticas; y 5) en las culturas las igualdades no son idénticas y las diferencias son desiguales (Santos, 2009:450).

Como eje de importancia en esta segunda instancia, encontramos a la «hermenéutica diatópica», la cual debe concebirse como un "procedimiento que responde a la pregunta cómo entender los valores y concepciones de una cultura desde el *topos*, los valores y concepciones, de otra" (Cruz, 2013:71), asumiendo la imposibilidad de la comprensión integral desde la perspectiva del otro, pero sobretodo, sobre la idea de incompletiud de cada

cultura, en tanto los *topos* de estas, "no importa lo fuertes que sean, son tan incompletos como la cultura misma" (Santos, 2009:451)

Así, la «hermenéutica diatópica» tiene origen en el ejercicio reiterado de incompletitudes recíprocas, que transforman progresivamente los diálogos de tal forma que, las culturas en presencia (y en ausencia) no pierden sus raíces, pero sean capaces de crear, a partir de ellas, nuevas opciones (Santos, 2009:124). Es también una transformación autoreflexiva de la consciencia, que permite la comprensión propia a través de la comprensión y el diálogo con el otro (Santo, 2009:451).

Por último, se plantea una **instancia de formulación de contextos normativos morales**, en donde la elección racional de validez universal no proyecta un modo de vida desde una perspectiva metafísica, sino que se sustenta en un sentido fenomenológico que alberga una multiplicidad de modos de vida (Hoyos, 2001) que se plasman en consensos con carácter legislativo.

La siguiente tabla, de elaboración propia, representa un bosquejo de cómo es posible plantear un procedimiento legislativo intercultural, que cumpla con los presupuestos expuestos:

Instancia	Orientación	Base	Nivel	Forma argumentativa
Recomendaciones pragmáticas	Elección libre de decisiones instrumentales	Intereses y valores preferenciales	Discursivo	Intercambio-formación
Objetivos ético-políticos	Validación de consensos sobre las formas de (con) vivir	Autodeterminación	Argumentativo	Hermenéutica diatópica
Contexto normativo moral	Autodeterminación de la voluntad	Elección racional de validez universal	Decisión legislativa	Consenso sobre (con)vivir

En ese orden, la arquitectura organizacional del Estado constitucional esta hecha para formalizar la auto-organización del consenso sobre cómo las diferentes formas de vida eligen (con)vivir. Decisión que será garantizada por un sistema de derechos que permite el intercambio dialógico-equitativo permanente, y reacciona frente a relaciones de poder y estados de dominación que puedan tener lugar entre los sujetos políticos (Hoyos, 2001), promoviendo así una Democracia Deliberativa Intercultural.

3. Emergencia de los públicos complejos

Existe el peligro de que el procedimiento legislativo intercultural sea eclipsado por el embrujo de sistemas especializados promovidos por culturas hegemónicas que logren

encapsular al Estado. Así, se corre el riesgo de producir burbujas deliberativas en las cuales se instituyan racionalizaciones normalizadoras del ejercicio de «lo político» que, a su vez, logren determinar desde el poder administrativo el procedimiento deliberativo, la democracia, la igualdad formal de los asociados y la idea del interés general, impidiendo, en últimas, la re-estructuración de los poderes en su interior. Por ello, es necesario observar la complejidad de las sociedades y su capacidad de reconfigurar internamente el derecho como resistencia, a partir de su construcción relacional desde lo externo.

Las sociedades complejas se comprenden integradas por públicos fuertes, débiles e híbridos que se articulan e interactúan en democracias deliberativas postliberales. Por ello, es necesario explorar los cruces entre los sujetos y esperar que de la articulación e interacción social de los públicos hegemónicos y contrapúblicos subalternos se lleguen a formas de negociación, recombinación de relaciones (Fraser, 2008) y fractura de subjetivaciones.

Los «contrapúblicos subalternos» representan "espacios discursivos paralelos", donde las Epistemologías de los sujetos autodeterminados son definidos como «contra-discursos» que se oponen a las subjetividades que les son impuestas; estas, emergen de las zonas de penumbra de la acción estatal y sirven como fundamento del derecho en su «dimensión relacional» y en su «carácter global-local» (Santos, 2009).

De esta forma, el «potencial emancipatorio» de los «contrapúblicos subalternos» nace de la dialéctica entre el doble carácter que adquieren en sociedades jerarquizadas, las cuales funcionan como campos para detectar momentos de retiro de «la política» y de reagrupamiento en «lo político»; en donde, en el primer escenario, se constituyen bases y campos de entrenamiento, las cuales sustentarán, en lo segundo, las actividades de agitación dirigidas a públicos más amplios (Fraser, 2008).

Este entendimiento permite visualizar con mayor claridad la línea que separa las dimensiones relacional y extraordinaria del derecho (Fitzpatrick, 2011); hasta el punto de que empiezan a emerger públicos no estatales, de iniciativa societal (Mejía, 1997:21).

La concepción de los públicos no es armónica, por el contrario, tiene tintes esquizofrénicos dado que, bajo el entendido de la incompletitud, se produce desde diversas voces y en distintos escenarios, buscando configurarse como un modelo pedagógico de experimentación sobre la auto-organización y el auto-aprendizaje, a partir de diálogos desde lo interno y con lo externo. Esta ruptura, busca estructuras y estrategias inéditas de articulación de procesos culturales y sociales en todos los niveles y esferas, "dando así agenciamiento a los públicos, al favorecer su capacidad de acción y superar las limitaciones de las divisiones tradicionales de actor, espectador, productor y consumidor" (Mejía, 1997:21).

Por ello, no es extraño que este proceso trascienda las fronteras territoriales de los Estados, por cuanto la independencia de la sociedad civil de este último implicó su desbordamiento, frente a la configuración de constelaciones transnacionales y globales. Incluso, el

fundamento de la desvinculación de lo público del Estado, para aventurarse globalmente, se muestra necesario y como estrategia de los contra-públicos subalternos contra los públicos hegemónicos, logrando, así, consolidar herramientas y estrategias de negociación más contundentes (Fraser, 2008).

Lo anterior, también puede asociarse a procesos de globalización como el «cosmopolitismo subalterno», el cual puede enriquecer la reflexión, al evidenciar que las estructuras desiguales y jerarquizadas de los Estados tan solo reproducen procesos globales del sistema-mundo (Santos, 2009:394). Por lo cual, es posible concluir que el ejercicio de «lo político» se encuentra inmerso en redes globales que no pueden ser desconocidas y que, a su vez, constituyen ejercicios dialecticos que deben ser develados dentro de un procedimiento deliberativo intercultural.

4. Los pueblos indígenas en la odisea pública ¿Quién le teme al gobierno de los pueblos indígenas?

La articulación de los pueblos indígenas en la multiplicidad de públicos no sólo es holística, sino que también navega en océanos que trascienden el Estado-nación. Esto se explica por las relaciones de territorialidad que conservan los pueblos indígenas dentro de las fronteras estatales y las reivindicaciones políticas a nivel internacional, que se traducen en la construcción de «la política» y el derecho a partir de las Epistemologías del Sur. Ambos procesos constituyen una dialéctica, por lo tanto, el éxito de las estrategias en cualquiera impacta las unas con las otras.

Cabe recordar cómo las luchas de los movimientos sociales en América Latina se producen a partir de una interrelación de lo global, lo regional y lo local; siendo posible afirmar que esta interrelación funciona bajo el efecto dominó: el movimiento de una pieza incide sobre la inercia de las demás (Santos, 2009).

En los procesos deliberativos, los pueblos indígenas participan en las esferas públicas, por un lado, como sujetos políticos que buscan la correlación con el Estado; y, por el otro, como contrapúblicos subalternos que han logrado estremecer el marco liberal desde el cual se construye el discurso de «la política» y del derecho.

La participación de los pueblos indígenas en el modelo sociológico de política deliberativa de doble vía, es dual: por un lado, dentro de la estructura que he denominado «proceso legislativo intercultural», el ejercicio de autodeterminación de estos, como valor ético-político, es definitivo respecto al re-conocimiento que alcancen con los demás sujetos en el escenario público de «lo político» y, en consecuencia, frente a la posibilidad de legitimar democráticamente el consenso que logren; por el otro, en «la política» como Estado, fundamentado en su ejercicio como gobierno en el modelo organizativo constitucional de diversidad étnica y cultural.

De ahí que, para garantizar el pacto constitucional y la neutralidad del Estado frente a las diversas formas de vida, el tribunal constitucional no es el único convocado para la interpretación constitucional, las autoridades indígenas, como poder reconocido administrativamente, también están legitimadas para la revisión jurídica constitucional. A partir de este razonamiento ya se empieza a fracturar al Estado como «monólogo de la razón moderno-occidental» (Bautista, 2012).

La competencia de las autoridades indígenas para revisar jurídicamente el modelo constitucional debe ser producto de la interpenetración del poder comunicativo en el poder administrativo (Mejía, 1997). Esto implica, necesariamente, definir a través de procedimientos legítimo-democráticos, la forma inter-administrativa mediante la cual se establece el diálogo entre el gobierno indígena y el tribunal constitucional.

La aparente contradicción en el modelo sociológico de deliberación pública, que admite la presión por ambas vías, debe ser revisada con cautela, en tanto las diferencias entre una y otra son estructurales. Por un lado, los pueblos indígenas, como sujetos políticos, integran el poder comunicacional de la opinión pública; su interacción y articulación están sometidos al sistema jurídico de derechos. Por el otro, la autoridad indígena, como gobierno, tiene el deber de garantizar la neutralidad del Estado frente a las diversas formas de vida que (con)viven; y, a su vez, evaluar constitucionalmente las inquietudes frente a un posible desequilibrio del modelo constitucional. En este sentido, se deben regir por el poder administrativo.

La distinción entre pueblo y autoridad indígena también es fundamental para concebir esta dualidad. En Colombia, por ejemplo, perviven 102 pueblos indígenas, cada uno con una forma de vida distinta al otro (Ochoa, 2010). Por ello es fácil concluir que la participación de cada uno de estos pueblos varía respecto a la sistematización sus intereses y los mecanismos para valorar las disposiciones que del poder administrativo se cuestionan. En ese sentido, hay un ambiente abstracto frente a los pueblos indígenas en la esfera pública.

Por el contrario, el derecho debe mediar para definir concretamente el alcance de las funciones gubernamentales de las autoridades indígenas. Esto implica, por un lado, aclarar políticamente cuáles son las autoridades legítimas -a nivel organizativo institucional-, para el proceso y, por el otro, diseñar el marco procedimental de interacción con los demás órganos gubernamentales.

Por lo pronto, y en atención al carácter generacional de los pactos constitucionales, es necesario crear escenarios aptos para garantizar el papel que le corresponde a las autoridades indígenas respecto al pacto constitucional. Para tal efecto, se puede escarbar en antecedentes jurisprudenciales constitucionales –como la sentencia de tutela SU 510 de 1998- o, en su defecto, las audiencias públicas que la Corte Constitucional colombiana celebra en seguimiento de las órdenes que ha emitido –caso de la sentencia de tutela T-025 de 2004-. El objetivo es descentralizar la decisión del tribunal constitucional y lograr un ejercicio inter-administrativo entre este y la autoridad indígena.

Asunto que no es imposible: en una de las sentencias más emocionantes sobre Jurisdicción Especial Indígena, la Corte Constitucional colombiana desafía el tradicional monólogo jurisdiccional y constituye un precedente para motivar el diálogo intercultural entre las altas cortes y las autoridades indígenas. Lo anterior, a pesar de que en su conclusión reprodujo las dicotomías de las que esta presa, imposibilitando la conciliación entre la Constitución y la soberanía popular (Mejía, 2005). Esta providencia, además de aplicar una metodología más democrática para orientar su decisión judicial, el alto tribunal constitucional establece como regla que:

> [S]e hace necesario entablar una especie de diálogo o interlocución –directa o indirecta- entre el juez constitucional y la comunidad o comunidades étnica y cultural (...). La función de una actividad como la mencionada, persigue la ampliación de la propia realidad del juez y del horizonte constitucional a partir del cual habrá de adoptar su decisión, con el ethos y la cosmovisión propios del grupo o grupos humanos que alegan la eficacia de su derecho a la diversidad étnica y cultural. A juicio de la Corte, sólo mediante una fusión como la mencionada se hace posible la adopción de un fallo constitucional inscrito dentro del verdadero reconocimiento y respeto de las diferencias culturales y, por ende, dentro del valor justicia consagrado en la Constitución Política (SU510/98 de 18 septiembre).

Esta providencia prueba que, como fuente de derecho, el diálogo intercultural entre las instancias judiciales y los pueblos indígenas, más que un discurso utópico, es una realidad que depende de la voluntad del juez y el carácter vinculante o no del precedente judicial. Además, explica que esta metodología le permite al juez ejercer los postulados constitucionales de manera integral y conforme a lo efectivamente pactado políticamente. De esta manera, no es imposible imaginar una procedimentalización de la soberanía popular, al menos de manera tangencial.

En cuanto a la interacción de los pueblos indígenas en públicos transnacionales, como contrapúblicos subalternos, cabe manifestar que el modelo constitucional colombiano, en su sentido multicultural, puede ser comprendido como el escenario que, tras una construcción fallida de nación desde la racionalidad autoritaria, entrecruza las fronteras culturales para dar lugar a una narrativa híbrida de dominio público.

Téngase en cuenta que la «hermenéutica diatópica» también supone que las Epistemologías del Sur puedan ser parte de la deliberación pública, como parte del lenguaje que los contrapúblicos subalternos introducen para evidenciar la incompletitud del discurso hegemónico del derecho. La combinación de ambas esferas genera un marco de interlegalidad en donde confluyen y se transforman en un espacio-tiempo que organiza la interculturalidad (Santos, 2009). Así, la pregunta sobre la identidad cultural no puede responderse desde el ámbito del nacionalismo, sino fuera de él. La reconstrucción histórica del derecho a la

libre determinación y, especialmente, la configuración de Epistemologías del Sur son ejes de la resistencia en el marco del sistema-mundo (Santos, 2009); así como motivos para transnacionalizar el discurso del modelo de diversidad étnica y cultural nacional.

5. Educación para la ciudadanía

Lo anteriormente expuesto, debe aceptar que la revisión de la democracia debe ser paralela a la promoción de una ciudadanía que fundamente la constitución de sujetos a partir de la ética y del cuidado del sí (Foucault, 2000); por ello, una educación ciudadana de tipo intercultural, siempre será un asunto que no podrá abandonarse, ni tratarse a la ligera (Hoyos, 2001).

Por ello, una propuesta de este rango sólo es plausible, a partir de la puesta en marcha de una «educación para la ciudadanía» que se desarrolle de manera paralela al proceso deliberativo intercultural. Este tipo de educación se caracteriza por los siguientes principios: (i) es transversal a todas las formas de vida de los sujetos políticos; (ii) no se fundamenta en la información, cultura científica o producción moral de un sujeto; (iii) busca des-construir culturas dogmáticas para reconstruirlas interculturalmente; y, (iv) promueve el reconocimiento para la participación democrática inter y transnacional (Hoyos: 2001).

Conclusiones

En estas líneas se intentó una Democracia Deliberativa Intercultural, con la intención de re-significar la comprensión de aquellos pactos políticos que se rigen bajo la voluntad general de una cultura hegemónica, a pesar de constituirse como modelos de diversidad étnica y cultural en el orden constitucional. Así, este objetivo procura contrarrestar el desolador escenario de violencia epistémica del modelo multicultural,que legítima las relaciones de poder y estados dominación sobre los sujetos.

Por el contrario, el constitucionalismo debería ser comprendido como el punto de encuentro en donde (con)vergen las distintas voces y formas de interrelación social, política y cultural de los sujetos políticos que persiguen, a través de un pacto político, su autodeterminación. Los modelos democráticos sobre los que se erigen los órdenes constitucionales deberían promover el diálogo permanente entre los diversos modos de vida que recoge, garantizando su (con)vivencia desde el re-conocimiento ético del otro.

El procedimiento legislativo intercultural propuesto busca promover las distintas formas de vida y establecer procedimientos democráticos legítimos capaces de definir el (con)vivir de estas, a partir de diálogos de re-conocimiento, deliberaciones desde la autodeterminación y consensos fundamentados en la herméneutica diatópica.

La interculturalidad, entendida críticamente, tiene el potencial político para responder procedimentalmente a estas nuevas formas de construir el constitucionalismo, y el derecho,

como resistencia, permite abordar estos procesos desde dimensiones relacionales, que no son posibles desde la versión multicultural que enfrenta derechos. Ello, entendiendo que estos ámbitos integran escenarios internos (Estado) y externos (globales).

Un primer acercamiento a esta propuesta, se fundamenta en las relaciones que los pueblos indígenas colombianos han promovido con la Corte constitucional nacional, a través del ejercicio jurisdiccional reconocido a ambas, así como del ejercicio del poder deliberativo y administrativo ejercido por estos.

Por ello, finalmente, estas lógicas deben inscribirse de manera paralela a la promoción de una educación ciudadana que le permita a los sujetos recrearse en un diálogo intercultural y romper las subjetividades que le son impuestas a través de relaciones de poder y estados de dominación. Es decir, que a través del cuidado del sí, se le permita a los sujetos redefinirse. De lo contrario, el problema ético que verdaderamente subyace a las relaciones intersubjetivas regirá en cualquier tipo de modelo que se pretenda promover.

Para ello, es necesario recordar que la dignidad, la equidad, la justicia y la libertad son más que palabras o metarelatos, son perspectivas que recrean la profundidad y la posición de cada sujeto en los escenarios desde los cuales deliberan. De ahí que todos estos elementos confluyen en una premisa superior: la democracia es un camino que se hace caminando interculturalmente.

Referencias

Anaya, James (2005), *Los pueblos indígenas en el derecho internacional.* Madrid: Trotta. [1st ed.].

Ariza, Rosembert (2010), *El derecho profrano. Justicia Indígena, justicia informal y otras maneras de realizar lo justo.* Bogotá: Universidad Externado de Colombia. [1st ed.].

Bautista, Rafael (2012), *Pensar Bolivia: del Estado colonial al Estado plurinacional.* La Paz: Rincón Ediciones. [1st ed.].

Bhabha, Hommi (2000), “Narrando la nación”, *in* Fernández, Álvaro (org.), *La invención de la nación*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 211-219. [1st ed.]

Cruz, Edwin (2013), *Pensar la interculturalidad: una invitación desde Abya-Yala/América Latina*. Quito: Ediciones Abya-Yala. [1st ed.]

Fitzpatrick, Peter (2011), *El derecho como resistencia*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. [1st ed.].

Foucault, Michel (2000), “La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad”, *Nombres, Revista de Filosofía*, X (15), 215-280.

Fraser, Nancy (2008), *Escalas de Justicia.* Barcelona: Herder. [1st ed.]

Habermas, Jürgen (2005), *Facticidad y validez*. *Sobre el derecho y el Estado democrático del derecho en términos de teoría del discurso.* Trotta: Madrid. [4th ed.]

Hoyos, Guillermo (marzo 2001), "Comunicación Intercultural para Democratizar la Democracia", *Tres espacios lingüísticos ante los desafíos de la mundialización*. *I Coloquio Tres Espacios Lingüísticos ante los Desafíos de la Mundialización. Paris, Francia. Marzo 2001*. Electronic version, accessed on 10.12.2014, at http://www.oei.es/valores2/hoyos.htm

Mejía, Oscar (1997), "La Teoría del Derecho y la Democracia en Jürgen Habermas. En torno a Faktizität und Geltung", *Ideas y valores*, 103, 32-52.

Mejía, Oscar (2005), "Poder constituyente, crisis política y autoritarismo en Colombia", in Oscar Mejía (org.), *Poder constituyente, conflicto y constitución en Colombia* Bogotá: Uniandes, 199 – 229. [1st ed.]

Mejía, Oscar (2010), "Patriotismo de la Constitución y opinión pública", in: *Diálogo de Saberes* 32,135-158. Electronic version, consultado a 20.12.2014, em http://www.unilibre.edu.co/dialogos/admin/upload/uploads/Articulo%209.pdf.

Ochoa, Ana Manuela, et al (2010), *Palabra Dulce, Aire de Vida. Forjando caminos para la pervivencia de los pueblos indígenas en riesgo de extinción en Colombia*. Bogotá: Organización Nacional Indígena de Colombia. [1st ed.]

Santos, Boaventura de Sousa (2009), *Sociología Jurídica Crítica. Para un nuevo sentido común en el derecho*. Bogotá: ILSA. [1st ed.]

Sentencia SU 510/98, 18 de septiembre. Corte Constitucional. Bogotá. Electronic version, consultado a 15.01.2015, em http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/su510-98.htm.

Velasco, Ambrosio (2011), "Multiculturalismo, Estado-nación y democracia", in Schmidt-Welle, Friedhelm (org.), *Multiculturalismo, transculturación, heterogeneidad, poscolonialismo. Hacia una crítica de la interculturalidad.* México: Herder, 61-88. [1st ed.].

Walsh, Catherine (2009), *Interculturalidad, Estado, Sociedad*. Quito: Ediciones Abya Yala. [1st ed.].

Walsh, Catherine. (2010), "Interculturalidad crítica y educación intercultural", in: Viaña, Jorge, et al, *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: III-CAB, 75-96. [1st ed.].

Alicia a Través del Prisma: Caminando por el Pluriverso.

Begoña Dorronsoro[1]

Resúmo

Pela mão de Alice, Boaventura de Sousa Santos nos fez caminhar pelo social e político na pós-modernidade (1994). Tenho a intenção de descobrir o que aconteceria se a inquieta Alice conhecera a onco-rata (Onco-MouseTM) de Donna Haraway (1997).

Seguindo os passos do roedor transgênico, Alice iria a chegar até uma enorme geoda cujos prismas va trespassar, onde além dos jogos de espelhos e reflexos que acompanham o pensamento de Santos, passara pelas refrações e difrações que ocorrem nos prismas, tal como Haraway articula.

Atravessando o prisma Alice topa-se com as diferentes Alices e mundos contidos nel presente, a capacidade de acessar o pluriverso, de conhecer o mundo onde caibam muitos mundos, onde de fato estam já, com suas expressões de existência, resistência e re-existência.

Palavras-chave: *Pluriverso, Difracções, Descolonização, Despatriarcalização.*

Resúmen

De la mano de Alicia, Boaventura de Sousa Santos nos hizo caminar por lo social y lo político en la posmodernidad (1994). Pretendo averiguar qué ocurriría, si la inquieta Alicia se encontrara con la onco-ratona (Onco-MouseTM) de Donna Haraway (1997).

Siguiendo los pasos de la roedora transgénica, Alicia iría a dar con una enorme geoda cuyos prismas atravesará, donde más allá de los juegos de los espejos y reflexiones que acompañan el pensamiento de Santos, al atravesar los prismas se producen refracciones y difracciones como las que articula Haraway.

Atravesando el prisma Alicia se encuentra con las diferentes Alicias y mundos contenidos en éste, la posibilidad de acceder al pluriverso, de conocer ese mundo donde quepan muchos mundos, donde de hecho ya caben, con sus expresiones de existencia, resistencia y re-existencia.

Palabras clave: *Pluriverso, Difracciones, Descolonización, Despatriarcalización.*

Abstract

By the hand of Alice (Pela mão de Alice), Boaventura de Sousa Santos made us walk through social and political in postmodernity (1994). I intend to find out what would happen if the restless Alice would meet Donna Haraway´s onco-mouse (Onco-MouseTM) (1997).

Following in the footsteps of the transgenic rodent, Alice would end up after a huge geode whose prisms she will traversed, where beyond the games of mirrors and reflections that accompany the thought of Santos, passing through the prisms also occur the refractions and diffractions that Haraway articulates.

Walking through the prism Alice meets the different Alices and worlds contained in this one, the chance to access to the pluriverse, a world where many other worlds fit in, where they already fit in fact, with their expressions of existence, resistance and re-existence.

Keywords: *Pluriverse, Difractions, Descolonization, Despatriarchalization.*

---

1 Begoña Dorronsoro - Bióloga de formación, experta en pueblos indígenas y género, trabaja por 10 años con contrapartes indígenas de Bolivia, Colombia y Guatemala. Realiza el *Master Universitario en Estudios Feministas y de Género* en la Universidad del País Vasco donde presenta la investigación *"Contextualizando la descolonización del feminismo desde la perspectiva indígena. Una mirada múltiple"* (2009).

A MODO DE INTRODUCCIÓN

Este trabajo nació como una apuesta personal, por incorporar elementos artísticos dentro de una propuesta de ensayo al uso. Por eso debo agradecer en primer lugar, al dibujante tailandés Salah Nakbumrung[2], su personaje nacido al amparo de su Blackfat Project[3], que sirvió como inspiración para la Alicia en la que yo estaba pensando y con quien poder caminar este cuento-ensayado o ensayo-contado.

La Alicia con quien voy a hacer este recorrido, la imagino no blanca, no delgada y no forzosamente heteronormativa, y por tanto perteneciente a un Sur global con el que quiero dialogar; mientras que yo procedo de un Norte global y de una formación académica oficial científica en Biología, que posteriormente, por mi militancia y trabajo en el sector de las ongs, llevó a un acercamiento teórico y práctico hacia la perspectiva de género. En los años más recientes inicié un proceso personal de desaprendizaje descolonizador y despatriarcalizador, que me impulsan a seguir en esta senda hacia el pluriverso con Alicia.

"De la mano de Alicia" (1994) Boaventura de Sousa Santos ya nos hizo caminar por lo social y lo político en la posmodernidad, donde analizaba problemas sobre la transición entre paradigmas societarios, que tras el estallido de la mal llamada crisis económico-financiera de 2008, cobran nueva vigencia y relevancia.

Alicia sigue siendo tan inquieta como siempre, y en una de sus carreras, se encuentra con la onco-ratona (Onco-MouseTM), que Donna Haraway visibiliza en su obra de 1997[4].

La onco-ratona, que refiere Haraway es un ser vivo creado en laboratorio, un ratón modificado genéticamente para desarrollar tumores de forma muy rápida y estudiar en ellos posibles soluciones a distintos cánceres humanos, como el cáncer de seno en las mujeres. La onco-ratona nos increpa desde su condición de un ser vivo patentado y utilizado por la ciencia moderna, en pro de un alegado "bien mayor" como es la cura de una enfermedad humana. Pero su condición de ser vivo objetificado nos interpela en cuanto a nuestras relaciones y asunciones científicas occidentales, que hacen uso de los seres vivos y los patentan para obtener además grandes beneficios económicos aliados con las grandes empresas farmacéuticas.

No es casual que Alicia haya encaminado sus pasos para encontrarse con la onco-ratona de Donna Haraway, después de haber acompañado a Boaventura de Sousa Santos. Ambos autores son dos de mis principales referencias teóricas, para poder abordar la tarea de avanzar en una propuesta que trabaje con el mismo ímpetu y al mismo tiempo, en la despatriarcalización y descolonización, de nuestros saberes, prácticas, acciones, vivencias, experiencias… y de nosotros/as mismos/as en ese proceso.

2 Quien amablemente me dio permiso para usar sus diseños en mi presentación durante el Colóquio Internacional ALICE.

3 http://www.salahtoon.com/Blackfat-project.html

4 Testigo_Modesto@Segundo_Milenio. HombreHembra©_Conoce_Oncoratón®: Feminismo y tecnociencia

Cuando Santos habla de la incompletud de los conocimientos, Haraway plantea que todos los conocimientos son situados y parciales, estableciéndose así una posibilidad de diálogo entre ellos. Santos gusta del juego de los espejos y las reflexiones ópticas, Haraway juega más con las difracciones y los prismas; lo interesante de ambos abordajes, es que ninguno de los dos agota al otro, y por tanto, se pueden dar de forma complementaria y simultánea, ampliando el espectro de nuestras metáforas y de las significaciones teóricas que conseguimos con ellas.

Ilusiones ópticas como metáforas: los espejos y los prismas

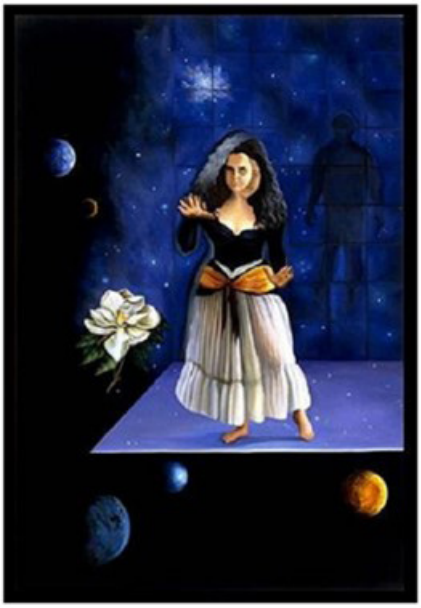
En esos juegos de ilusiones ópticas, hay que reivindicar la figura de Hassan Ibn al-Haytham (nacido en lo que hoy sería Irak), quien 700 años antes que Isaac Newton, formuló los principios físicos de la óptica, y por tanto el título de padre de la óptica debería corresponderle a él y no a Newton. Ibn al-Haytham empieza a ser considerado además como padre del método científico, por lo que tal vez haya que replantear nuevamente los orígenes de la ciencia moderna incluso geográficamente, como parte del sur global.

No vamos a abandonar los juegos de los espejos y reflexiones que acompañan el pensamiento de Santos, pues es una fórmula que está muy lejos de agotarse y en la que hay que seguir profundizando. Pero al mismo tiempo podemos atravesar prismas, jugando con las refracciones[5] y difracciones[6] como las que articula Haraway.

Donna Haraway teoriza en varias de sus publicaciones, acerca de las difracciones y sus alcances:

> Los modelos de difracción graban la historia de la interacción, la interferencia, el refuerzo, la diferencia. La difracción trata sobre la historia heterogénea y no sobre originales. A diferencia de las reflexiones, las difracciones no desplazan lo mismo a otra parte, de una forma más o menos distorsionada, dando por tanto lugar a destrezas metafísicas (Haraway, 1997:309).

5 p.ej., efecto de los arco-iris al atravesar la luz del sol las gotas de lluvia
6 p.ej., efecto de superprisma cuando incide la luz sobre la superficie de un CD-Rom



Difracción (1992) Lynn Randolph 60x40 óleo sobre tela.

Figura 1 - Difracción (1992) óleo de Lynn Randolph (Ibid:307)

Tal vez lo más interesante de las difracciones sea que además de las diferencias que también aparecen en los reflejos, podemos ver los efectos que éstas producen, y por tanto podemos analizar no solo dichos efectos, sino los recorridos o las trayectorias que han conducido a dichos efectos.

Atravesando el prisma hacia el pluriverso

Siguiendo los pasos de la roedora transgénica, Alicia va a dar con una enorme geoda, en cuyo interior cuelgan del techo, y sobresalen del suelo, enormes cristales cuyos prismas atraviesa. Al atravesar el prisma Alicia se encuentra con las diferentes versiones de Alicia. Una diversidad de Alicias que a su vez ven las diversas realidades que existen en el "«pluriverso» formado por un conjunto de descripciones de la realidad distintas, en el que habremos abolido la influencia que tienen las relaciones de poder sobre los discursos (Maturana, 1997 *apud* Bergua, 1999:567)." Se da así un doble juego en el que atravesamos el prisma y vemos la realidad transformada, y al mismo tiempo, el prisma nos atraviesa y nos transforma. Veamos hacia dónde nos conduce este caminar.

Arturo Escobar aborda de manera especial este concepto en su obra, "en la conocida fórmula de los zapatistas, el pluriverso puede ser descrito como `un mundo donde quepan muchos mundos´. Tal vez de manera más abstracta, el pluriverso indica las luchas por lograr 'mundos y conocimientos de otro modo' —es decir, mundos y saberes construidos sobre la base de los

diferentes compromisos ontológicos, configuraciones epistémicas y prácticas del ser, saber y hacer" (Escobar, 2012:49).

Escobar sitúa en este pluriverso de alternativas al movimiento zapatista, y a la irrupción del *Sumak kawsay*, *Suma qamaña*… Traducidos conjuntamente como "Buen Vivir", son la expresión de formas de entender y entenderse en el mundo, que diversos pueblos indígenas, entre ellos el quechua y aymara, de la zona andina, han llegado a introducir en las nuevas Constituciones Políticas de Ecuador (2008) y Bolivia (2009), resignificando conceptos, unificando cultura y naturaleza, y asignando derechos a la Madre Tierra. Esta concepción de la Madre Tierra como sujeto de derechos no es necesaria para los pueblos indígenas (pues en sus cosmovisiones la *pachamama* hace parte de ellos, y viceversa); pero sí es precisa para hacer frente al saqueo y expoliación de las empresas extractivistas. Desafortunadamente y desde entonces, lejos de aplicarse lo que se consiguió avanzar en ambas constituciones, los gobiernos de uno y otro país, parecen seguir una política neoliberal, que no tiene en cuenta las promesas y esperanzas que se articularon desde los procesos asamblearios constituyentes.

En el norte global también hay gente en ese mismo camino, buscando soluciones a las desiguales relaciones norte-sur, y al problema de la finitud del planeta, mediante propuestas como la del decrecimiento (Sergio Latouche), la ecología política (Joan Martínez Alier) y las experiencias de los movimientos y regiones en transición que están pensando en cómo dar respuesta al pico de petróleo, que ha de llegar. Ante esa realidad próxima, deberíamos comenzar a disminuir nuestra dependencia de los hidrocarburos y sus derivados, que hoy en día están presentes no solo en nuestros consumos energéticos, sino también en nuestros productos de consumo diario, desde los plásticos hasta la pasta de dientes.

Caminando por diferentes sendas

En ese caminar por el pluriverso con Alicia, nos encontramos con otros movimientos y referencias que creo importante reseñar, ya que abren espacios complementarios en ese trabajo despatriarcalizador y descolonizador.

En mi tierra vasca de origen en el norte global, se lleva avanzando en encuentros y diálogos entre el Decrecimiento y Buen Vivir. Unas jornadas que cuentan con reflexiones y aportes teóricos y prácticos, por parte de representantes, movimientos y organizaciones que en el sur global, trabajan en experiencias de decrecimiento y de transición hacia el pico de petróleo en el norte, y de buen vivir en el sur. Los encuentros y diálogos permiten tejer y fortalecer alianzas entre movimientos de ambos contextos geográficos, y en el caso concreto de Euskadi, se ha consolidado la red de ciclos cortos de consumo; y la puesta en marcha en Bilbao, ampliándose a la provincia de Bizkaia, de la moneda local llamada Ekhi.

A nivel internacional fue un avance realmente estratégico, la alianza que establecieron la MMM Marcha Mundial de Mujeres y el movimiento de la Vía Campesina, desde su

participación conjunta en el Foro internacional por la Soberanía Alimentaria en Nyélény, Mali en 2007. La MMM asumió en ese momento incorporar la lucha por la soberanía alimentaria, como uno de los puntos principales dentro de su agenda feminista, y por su parte, la Vía Campesina se beneficia de la experiencia de la Marcha, para avanzar en las cuestiones de género dentro de la estructura y organización del movimiento en su conjunto, así como de llegar a permearlo también a las diferentes organizaciones y movimientos que conforman la Vía.

La propuesta del feminismo comunitario indígena surge de las mujeres mayas y xinkas de la organización AMISMAXAJ[7] de Guatemala, y de las mujeres aymaras del Grupo Comunitario Mujeres Creando Comunidad de Bolivia, quienes inician la labor de construir una epistemología feminista indígena "para aportar a la pluralidad de feminismos construidos en diferentes partes del mundo, con el fin de ser parte del continuum de resistencia, transgresión y epistemología de las mujeres en espacios y temporalidades, para la abolición del patriarcado originario ancestral y occidental" (Cabnal, 2010:12). Lorena Cabnal (mayaxinka) y Julieta Paredes (aymara) son sus principales valedoras, y quienes están dando a conocer esta propuesta desde los niveles locales, regionales e internacionales, mediante la presentación en talleres con mujeres indígenas en sus comunidades, y con mujeres feministas blancas en el norte, y estableciendo alianzas con movimientos sociales del norte como las que trabajan en torno al decrecimiento previamente citado.

Hay otros aportes de feministas decoloniales como Ochy Curiel, Yuderkys Espinosa, y María Lugones (2008) (con la crítica y ampliación a la colonialidad del poder de Aníbal Quijano, complementándolo con la colonialidad del género), quienes junto con feministas chicanas como Chela Sandoval (con su trabajo sobre el amor decolonial y la metodología de los oprimidos), son la avanzada de propuestas que trabajan propiamente la despatriarcalización y descolonización.

Una publicación reciente (2013) editada por Harsha Walia[8], recoge entre sus páginas, textos, cartas y escritos de varias mujeres y hombres activistas de Estados Unidos y Canadá, que están llevando adelante propuestas que se asientan en la práctica de las organizaciones de las que hacen parte, para reformular los derechos de las y los inmigrantes analizando y confrontando el capitalismo, en clave transnacional, integrándolos con las luchas contra la explotación laboral, el colonialismo y la construcción de estados e imperios racializados. La propia Harsha está atravesada por un recorrido transnacional desde su lugar de origen en Bahrain, hasta Canadá, pasando por Delhi; y sus experiencias como activista por la justicia social[9] y periodista. Se aglutinan en este libro experiencias y prácticas muy diversas, como las que aportan dos mujeres indígenas, una de Estados Unidos y otra de Canadá, con propuestas audaces. Andrea Smith, nativa americana de Estados Unidos, es cofundadora de INCITE[10] una

7 AMISMAXAJ: Asociación de Mujeres Indígenas de Santa María Xalapán, Jalapa (Guatemala)
8 Walia, Harsha (ed.)(2013) *Undoing Border Imperialism*, Oakland: AK Press.
9 Harsha Walia forma parte del colectivo NOII No One is Illegal de Canadá, http://noii-ottawa.blogspot.pt/
10 http://www.incite-national.org/

red de feministas radicales de color; y Jessica Danforth, indígena de Canadá, hace parte de la Native Youth Sexual Health Network[11], feminista también y ambas abordando propuestas que resignifican lo queer, desde el momento en que su realidad es atravesada por la de los two-spirit people, quienes conforman una concepción genérica distinta en varios pueblos indígenas. En muchas de esas comunidades existen hasta cuatro y cinco géneros diferentes; y donde solo existen dos, lo hacen en una manera dual complementaria, opuesta al binarismo de oposición y jerárquico que se da en occidente.

Hay otro libro colectivo aún más reciente[12] (donde colabora también Harsha Walia, entre mucha otra gente), que reflexiona sobre las movilizaciones y protestas del movimiento Idle No More[13], que desde diciembre de 2012, se convocan y organizan, contra el gobierno canadiense y los recortes en derechos hacia los pueblos indígenas. Movimiento liderado por numerosas mujeres.

En este viaje acompañando a Alicia y la onco-ratona, vemos reflejado el papel protagónico de las mujeres en las luchas de resistencia y re-existencia. Ellas siempre estuvieron allí, pero no siempre visibilizadas.

Bitácoras de descolonización y despatriarcalización

Al salir de la cueva-geoda, Alicia lleva consigo un trozo del prisma que obstinadamente consiguió arrancar, un prisma birrefringente, como el espato de islandia que permitía a los vikingos navegar incluso con el cielo completamente nublado. Una bitácora con la que poder mirar esos otros mundos, esas otras gentes y a sí misma, desde el doble enfoque descolonizador y despatriarcalizador.

Ese doble enfoque permite aportes y conversaciones entre los diferentes saberes, en un ejercicio de ecología de saberes y de traducción (Santos, 2002), que desplaza el centro del debate de las identidades y las relaciones, desde el trabajo asalariado hacia una concepción de los trabajos más global que incluya los cuidados y todos aquellos no monetarizados, avanzando de este modo también en el enfoque desmercantilizador, en procesos democratizadores entendidos desde la demodiversidad (Santos; Avritzer, 2004).

En este pluriverso repensado desde los cuidados, entran en diálogo voces, que incluyen micronarrativas que nos permitan comprender los efectos de las diferencias (difracciones, juego de prismas) además de las propias diferencias (reflexiones, juego de espejos). La propuesta significa avanzar en el cuidado de los seres humanos y no humanos, y de las relaciones entre ellos, incluyendo lo no vivo, y más allá de lo percibido por la vista, lo no visible, lo espiritual, lo percibido por otros sentidos… y los espacios-tiempos de los sueños… con razones y con emociones, donde mujeres y hombres, de todo tipo, condición y opción,

11 http://www.nativeyouthsexualhealth.com/
12 Kino-nda-niimi Collective, The (2014) *The Winter We Danced*, Winnipeg: ARP Books.
13 Idle No More http://www.idlenomore.ca/

nos reclamemos e identifiquemos, que somos cultura y somos naturaleza, con razones, emociones, pasiones y compasiones.

En este pluriverso replanteado desde los cuidados, mi punto de partida personal se da como bióloga feminista del norte global, pero con tendencia a caminar por la periferia en compañía de otras Alicias transgresoras. Mi proceso individual de descolonización, despatriarcalización y desaprendizaje (de muchas cargas que portaba en mi mochila norteña), pasa necesariamente por un trabajo colectivo de diálogo e interaprendizaje.

Asumir los cuidados como centro de análisis, en el norte global supone descentrar el punto fulcral que durante los últimos siglos han configurado la condición de la dignidad humana, como particularmente basada en el trabajo asalariado. El capitalismo, y su versión más neoliberal, consiguen excluir de este modo a las personas desempleadas, a inmigrantes que saltaron las fronteras, a personas de la tercera edad que ya no son productivas… de poder acceder a la mayoría de los derechos y a la propia ciudadanía, al no poder ejercer esos derechos que les son negados o limitados. Este cambio de perspectiva y recentramiento, precisa entonces, de colocar en el centro del debate a los cuidados vs el trabajo asalariado, y a la vida vs los mercados.

El recentramiento de los cuidados requiere de una crítica a las cadenas globales (mundiales) de cuidados (Pérez Orozco, 2007), que en el norte global (incluyendo los que se encuentran en el sur), han supuesto el trasvase de los cuidados de los hijos y de las personas mayores por parte de algunas mujeres del norte, hacia mujeres llegadas del sur. Estas mujeres del norte para conseguir desarrollar su proyecto profesional y personal emancipado, sin cuestionar las relaciones de poder en el espacio doméstico con los hombres (o habiéndolas negociado en parte), hacen que mujeres migradas desde el sur deban abandonar el cuidado de sus propios hijos e hijas, a mano de las abuelas y las tías, en su tierra de origen. Toda una cadena de poder jerarquizado de las mujeres del norte sobre las del sur, funcional al sistema que explota a todas ellas para perpetuar el capitalismo heteropatriarcal neocolonial.

Avanzar en una propuesta que apueste por la vida frente al capital, significa avanzar hacia una ampliación de la gramática de la dignidad humana para todos aquellos seres humanos que hasta ahora quedaban excluidos de la misma. Los aportes teóricos y experienciales en este camino, incluyen algunas voces del norte, pero que se piensan desde la periferia, como son las voces de feministas, y de economistas feministas, que plantean este cambio de paradigma; y de voces y experiencias del sur global (algunas también en el norte) acerca de la comunalidad y la comunitariedad, el bien común y la interdependencia que apuntan hacia la humanidad como centralidad en saberes y prácticas como las relacionadas con el *Unhu/ Ubuntu* en diferentes países africanos.

Amaia Pérez Orozco, es una de esas voces de economistas feministas del norte, quien en su libro más reciente, aborda cómo articular ese cambio de centro, entre trabajo asalariado y

cuidados, poniendo la vida y no los mercados en el centro de las preocupaciones y debates, en base a dos supuestos:

> el primer supuesto habla de que la vida es vulnerable y precaria y de que esa condición humana básica hay que resolverla en común, en interdependencia. Habla de asumir una responsabilidad colectiva para poner las condiciones de posibilidad del buen vivir; y dice que lograrlo es incompatible con el capitalismo, de otra manera, está nombrando el conflicto capital-vida. En el segundo supuesto, podríamos decir que se unifican los criterios éticos, que aquí defendemos como irrenunciables, de universalidad y singularidad: buscamos un marco universal de buenos vivires en el que la diversidad no signifique ni desigualdad ni exclusión (Pérez Orozco, 2014:23).

La afrenta cometida por el capital en esta especie de auto-golpe, que es en realidad la mal llamada crisis financiera y económica que nos abate desde 2008, precisa de repensar y modificar estrategias de lucha que contemplábamos hasta ahora, como señala Silvia Federici:

> inevitablemente, un ataque histórico como este a la vida humana, eternizado por las políticas de «crisis permanente», ha conducido a muchas de nosotras a repensar nuestras estrategias y perspectivas políticas. En mi caso, me ha impulsado a reconsiderar la cuestión del salario para el trabajo doméstico y a investigar el significado del creciente llamamiento que dentro de los círculos políticos radicales a nivel internacional se hace al desarrollo y producción de «lo común» (Federici, 2013:29).

El pluriverso replanteado desde los cuidados, no se agota en lo humano, su camino nos orienta también hacia lo no humano, y lo no vivo. Dentro de las propuestas avanzadas desde los ecofeminismos del norte y del sur, tal vez sea el ecofeminismo crítico de la filósofa Alicia Puleo (2011), el que integra con mayor amplitud las diferentes visiones, incluso de aquellas modernidades que quedaron silenciadas, excluidas y olvidadas; en una interesante reflexión que busca el diálogo intercultural para la sostenibilidad.

> Sostenibilidad es solidaridad con el conjunto de la ciudadanía, una ciudadanía ecológica que no conoce fronteras y con la cual nos comprometemos a preservar el espacio de vida común. Es responsabilidad con las generaciones futuras. Es preocupación por las personas más vulnerables a la contaminación y a la degradación medioambiental: mujeres, niñas y niños, trabajadoras y trabajadores afectados por la industria y la agricultura tóxicas, indígenas y pueblos empobrecidos del Sur. Es escucha y apertura a sus iniciativas transformadoras, a su nuevo protagonismo que apela a nuestra solidaridad y nos ayuda a encontrar alternativas al

> desarrollo inhumano y ecocida. Y, en el convencimiento de que "no hay camino sino estelas en la mar"[14], para nuestra mirada postmetafísica que se enfrenta a la radical finitud de un universo indiferente en el que sólo nuestras huellas trazan las sendas, sostenibilidad es también compasión y justicia para ese Otro, el animal no humano, silencioso e ignorado, pero capaz de anhelar, amar y sufrir (Puleo, 2011:435).

En esta ampliación del concepto de gramáticas de la dignidad, hacia lo no humano, también hay aportes interesantes de algunas disciplinas científicas como la Biología Evolutiva y la Etología (Whiten et al., 1999, Lestel, 2002, Laland, 2003, Nimmo, 2012), la Ecología (la Hipótesis Gaia de James Lovelock y Lynn Margulis) o la Primatología (Jane Goodall, Dian Fossey, Virute Galdikas) donde se han establecido además nuevos conceptos sobre los derechos de la tierra (2000)[15] y de los animales, en una reflexión más próxima a las de los pueblos indígenas y originarios en muchos aspectos.

La concepción de la interdependencia en los pueblos Lakota en la expresión *Mitakuye oyasin*, incorpora todas las relaciones que establecen un parentesco entre los humanos, ampliado a los no humanos y a los no vivos. En los pueblos andinos el *Sumak kawsay* y *Suma qamaña*, hablan de un buen vivir, con-vivir o vivir en completud, donde la reciprocidad, dualidad no binaria, complementariedad e interdependencia, incluye a los otros seres que nos acompañan, humanos o no, vivos o no, en una concepción de espacio-tiempos no lineares.

En los procesos de las asambleas constituyentes, que dieron paso a las nuevas constituciones de Ecuador y Bolivia, los diálogos entre las visiones indígenas y originarias, con la sociedad no indígena, permitió incorporar en sus escritos, parte de estos saberes y sus propuestas. Se ha llegado a promover una Ley por los Derechos de la Madre Tierra en Bolivia, y la propuesta de la Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra antes las Naciones Unidas (2012).

Pero como ya comentaba en un apartado anterior, la práctica de su articulación más allá de lo escrito en los textos, deja mucho que desear hasta la fecha, y las acciones de estos gobiernos, se enmarcan en una política neoextractivista que se aleja de las propuestas por el buen vivir.

Cuerpos transgresores-invasores en el pluriverso

Caminando por el pluriverso, acompañando a las diversas Alicias, nos vamos encontrando con las exclusiones que impiden atravesar espejos y nos reflejan del otro lado pero sin poder contactar; y nos difractan a través del prisma pero sin poder converger.

En las desiguales relaciones de poder, a uno y otro lado de lo que Boaventura de Sousa Santos definió como línea abismal, nos encontramos con personas cuya existencia, conocimientos, experiencias y vivencias se niegan y excluyen. Resulta imprescindible entender cómo

14 Citando al poema de Antonio Machado "Caminante, no hay camino".

15 Texto de la Carta de la Tierra http://www.earthcharterinaction.org/contenido/pages/La-Carta-de-la-Tierra.html

se generan estas negaciones y exclusiones, y para poder dar cuenta de ello, resulta muy esclarecedora la propuesta de la sociología de las ausencias (Santos, 2004:14).

Para poder superar dichas ausencias y reclamar como existentes y visibles, lo producido como no-existente, Santos propone un proceso de acabar con las cinco lógicas de racionalidad hegemónica que establece 5 monoculturas: monocultura del saber y del rigor científico, monocultura del tiempo linear, lógica de la clasificación social (raza, género), lógica de la escala global y monocultura de la productividad capitalista (Ibid:18-21), a las que últimamente plantea añadir una sexta (del miedo abismal, de la seguridad y la vigilancia integrales).

Nirmal Puwar, en una publicación de 2004[16], nombraba como "invasores de espacios" aquellos cuerpos racializados y generizados, que en su investigación accedían por primera vez a ocupar un puesto en la cámara de los comunes británica. Cuerpos que no se esperaba que estuvieran en ese espacio, y que cuando llegan son a veces transformados y asimilados por el espacio al que se integran; pero en otras ocasiones, comienzan a transformar, aunque sea mínimamente, ese espacio, reconfigurándolo así sea en parte.

Han sido varios los ejemplos que en esta ruta hemos ido acompañando, donde los cuidados irrumpen como una difracción "es una cartografía de la interferencia, no de la réplica, el reflejo o la reproducción. Un modelo difractado no indica dónde aparecen las diferencias, sino dónde aparecen los efectos de la diferencia (Haraway, 1999:126)". Poniendo los cuidados en el centro del debate, hemos podido atravesar prismas que nos conducen a cuerpos e incorporaciones que invaden espacios, tanto en el espacio humano, como en el no humano.

Al iniciar este camino por los pluriversos, no fue casual la elección como acompañante de una Alicia racializada y del sur global; no forzosamente heteronormativa; y que para nada responde a los pretendidos cánones de belleza o de físico socialmente aceptables en el norte, huyendo de las *barbies* anoréxicas siliconadas y de los *ken* metrosexuales. Esta Alicia está más en consonancia con las "tenientas corruptas" de Virginie Despentes; "escribo desde la fealdad, y para las feas, las viejas, las camioneras, las frígidas, las mal folladas, las infollables, las histéricas, las taradas, todas las excluidas del gran mercado de la buena chica (Despentes, 2007:7)".

Cualquier persona que no entre dentro de los cánones de lo considerado normal por la sociedad, queda marcada con un estigma, una tara. Hasta ahora mismo esas marcas son consideradas como defectos que les excluyen de la totalidad de los derechos que sí se les conceden a las personas declaradas normales. La marca puede ser física, motriz, sensorial, mental… y aún hoy en día, denominadas por muchos como anormalidades o discapacidades. Lejos de ser aquellos cuerpos dóciles o extraños e indiferentes (Santos, 2003:276), éstos son unos cuerpos subversivos y que se rebelan; y para analizar su poder transformador, haremos una aproximación más cercana en este viaje, a las personas con diversidad funcional y su derecho a la sexualidad.

16 Puwar, Nirmal (2004) *Space Invanders: Race, Gender and Bodies Out of Place*, London: Berg Publ. Books Intl.

La lucha por ser reconocidas como personas con plenos derechos, incluye el que no reciban calificativos tan despectivos como personas discapacitadas, retrasadas… aún hoy, en demasiados artículos científicos e incluso en los medios de comunicación queda mucho por avanzar, para que se generalice el uso del término de personas con diversidad funcional (que a su vez puede ser intelectual, auditiva, visual, motora…) Conseguir que la sociedad se adapte para su integración plena, está llena de obstáculos y barreras, empezando por las arquitectónicas, que les excluyen de poder vivir y desarrollar sus vidas como el resto de los comunes.

En el norte global, dicha exclusión aparece bien delimitada por las categorías de no existencia que marca la razón metonímica (Santos, 2002:240): ignorante, residual, inferior, local/particular, improductiva. Personas consideradas especialmente como inferiores e improductivas, (e ignorantes al no poder acceder a determinados niveles de educación, o a una educación adaptada a sus necesidades), y que resultan incómodas a una sociedad capitalista pensada para individuos competitivos. Dicha incomodidad se manifiesta en el cuestionamiento constante de lo poco que la sociedad las tiene en cuenta y de lo mucho que las sigue excluyendo. Y resultan especialmente incómodas visualmente, en una sociedad occidental que idolatra los cuerpos bellos y jóvenes, y se horroriza ante todo aquello que no cumpla esa estética, escondiéndolo y ocultándolo, o ignorándolo.

Sin embargo, el mayor tabú que deben superar, es el referente a su sexualidad. No solo en cuanto a lograr los derechos a tener una sexualidad como cualquier otra persona, sino el propio derecho a ser consideradas como personas con cuerpos deseables, apetecibles, sensuales, erotizables y erotizantes. La sociedad ignora su sexualidad, e incluso no les considera como personas que deban reproducirse. Por suerte, la institucionalización de las prácticas eugenésicas como las esterilizaciones forzadas, que desarrollaron científicos no solo de la Alemania nazi, sino también de EEUU, Canadá, Suecia…, ya no existen oficialmente; pero de facto, hay un grado de eugenesia social que dificulta, cuando no impide, que muchas de estas personas puedan desarrollar una vida plena también a la hora de decidir tener descendencia, sobre todo en el caso de las personas con diversidad funcional mental o cognitiva.

¿Qué se puede hacer, cuando te encuentras en una de estas situaciones, y quieres al mismo tiempo poder experimentar y satisfacer las necesidades e impulsos sexuales que todo ser humano tenemos? Aquí además de con el estigma de ser considerados como sujetos no eróticos, entra en juego la doble moral. Estas personas podrían beneficiarse de los servicios de las trabajadoras sexuales (y de los trabajadores sexuales para las mujeres, aunque hay menos y parece que se crean más tabús para recurrir a ellos), y de hecho así han debido hacerlo, pero ahí nos encontramos con la estigmatización añadida de la prostitución y el debate nunca resuelto, sobre su abolición o su legalización. La película norteamericana “Las Sesiones” de 2012, que se basa en las experiencias autobiográficas del periodista y poeta Mark O´Brien, seguramente es la aproximación más sincera y desinhibida, que haya podido

llegar a un mayor número de público hasta el momento.

Para las mujeres con diversidad funcional la cuestión es aún más complicada en este sistema heteropatriarcal que niega, reprime y cosifica la sexualidad de las mujeres. Incluso las propias familias asumen con mucha más normalidad que un hijo con diversidad funcional conforme se va desarrollando, exprese la necesidad de poder desarrollar también su parte afectivo-sexual; pero cuando se trata de una hija con diversidad funcional, surgen toda una serie de tabús y prejuicios, que incluyen además la posibilidad de un embarazo y, si así lo decide, posterior parto, que se problematizan más para estas mujeres.

Ante toda esta suma de estigmas y barreras, que se complican aún más en aquellas personas completamente postradas en cama; las familias han vivido situaciones en las que "una sexualidad no bien resuelta trae problemas de conducta, como bien saben los trabajadores de los centros ocupacionales o los padres, que son en muchas ocasiones los que tienen que masturbar a sus hijos. ¿No sería mejor que lo hiciera un profesional?"[17] Quien hace esta reflexión, Jaume Girbau[18] pertenece a uno de los colectivos que están promoviendo el cambio en la concepción de la sexualidad de las personas con diversidad funcional, cuestionando a la sociedad que las excluye, pero también a la propia sexualidad tal y como es concebida en la sociedad heteropatriarcal, mercantilista y colonial.

No todas las personas con diversidad funcional se encuentran con esta dificultad en sus vidas, hay quienes establecen relaciones afectivas y sexuales esporádicas, estables, matrimoniales… sin mayores problemas que las personas sin dicha condición. Para quienes no accedían a esas formas de relacionamiento, parecía que hasta ahora la única salida es la que comentaba Girbau, una profesional, que podía ser una trabajadora sexual, una terapeuta sexual… en cualquier caso, alguien con quien se establece una transacción económica por un servicio.

La asistencia sexual planteada por otros colectivos como Tandem Team Barcelona[19], tiene una concepción diferente, ya que no hay una transacción económica y por lo tanto cuentan con el potencial de establecer unas relaciones afectivo-sexuales desmercantilizadas. Un cambio que cuestiona la razón proléptica (Ibid:241), una emergencia que permite crear un nuevo imaginario sobre la sexualidad no solo de las personas con diversidad funcional.

Traigo aquí los principios de dicho colectivo, recogidos de su página web, y que expresan del mejor modo posible, ese derecho a la plena sexualidad para todas las personas:

1. Los seres humanos no hacemos sexo, somos sexo, somos sexuados desde el momento en que nacemos.

2. Hay tantos tipos de sexualidad como de seres humanos.

17 http://www.20minutos.es/noticia/1872397/0/discapacitados/asistentes-sexuales/legalizacion/ Entrevista 20minutos.es (19/07/2013).

18 Jaume Girbau tiene diversidad funcional motora desde la infancia, y es uno de los impulsores del colectivo Sex Asistent Cataluña http://sexesasitent.blogspot.com.es/?zx=2df8b8288fb825f5

19 http://www.tandemteambcn.com/#!tandem-intimity/c1gxi

3. Una caricia, una mirada o una felación pueden dar el mismo tipo de placer en función del momento, de la persona o del lugar donde se realicen.

4. No podemos separar la sexualidad de la emocionalidad o de la identidad de un ser humano. Si negamos la condición sexuada de una persona la estamos negando como persona.

5. Creemos que una persona que se expresa sexualmente tiene mejor calidad de vida. La asistencia sexual que promovemos no pretende tener un efecto terapéutico específico, más allá del efecto saludable que el sexo puede tener en cualquier ser humano.

La asistencia sexual lleva más de 20 años legalizada en otros países (Suiza, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Alemania), como un servicio de salud más, y en el estado español ha iniciado su accionar a través de los colectivos catalanes ya mencionados. Pero más allá del concepto de ampliar el derecho a la sexualidad a todo ser humano, a través de los testimonios de algunas personas usuarias de dicha asistencia, y otras que voluntariamente deciden ser asistentas sexuales, podemos ver cómo se deconstruyen las monoculturas, y cómo surge la posibilidad de crear y recrear otra sexualidad, una sexualidad alejada de los estereotipos marcados por las películas, las series de tv, los anuncios y el porno que satura internet.

> Entré en contacto con él, le busqué los ojos y lo miré piel adentro. Los dos fuimos capaces de aceptar el reto de poder participar de un momento íntimo en un lugar cómodo donde pudimos compartir el diálogo del cuerpo, piel con piel, energía con energía— V. (Asistente Íntima y Sexual)[20].

Frente a la monocultura de saberes, este conocimiento y reconocimiento del otro, como no diferente, sino como otro-yo igual que yo, permite explorar el acercamiento y la aproximación de los cuerpos con todos los sentidos. Explorar una afectividad que no tiene por qué concluir en una penetración sexual heteronormativa, sino que puede iniciarse en una penetración emocional que dé paso a diálogos con palabras o sin ellas, de complicidades y sensaciones compartidas.

Obviando las monoculturas de los tiempos lineares, lejos de las prisas y el “polvo rápido”, los otros sentidos se ponen en juego, porque se puede vivir la sexualidad con otros ritmos, con otras sensaciones, recuperando la sensualidad y la emotividad, que el sexo heteropatriarcal tantas veces desprecia y olvida.

Un relacionamiento afectivo-sexual de este tipo propicia enfrentar la lógica de la clasificación social, que etiqueta cuerpos y personas como objetos de consumo o no, deseables o no, deseados o no. El autoconocimiento y reconocimiento del otro como otro-yo elimina dichas cosificaciones.

20 http://www.tandemteambcn.com/#!testimonis/coak

> Tuve la asistencia y fue muy enriquecedora tanto sensual como emocionalmente. Me volví a sentir más positivo y más completo. Para mí fue muy importante poder volver a dar y recibir sensaciones físicas y emocionales. El hecho de volver a sentirme deseado me ha hecho ganar más seguridad y autoestima— O. (Usuario con LM)[21].

Una sexualidad donde el eros es importante, pero también el afecto, las sensaciones, las emociones[22], el intercambio de una experiencia que va más allá de lo físico, y que sitúa a ambas personas, asistente y asistida, en un espacio-tiempo propio. La monocultura de las escalas globales, queda también confrontada de este modo, creando espacios-tiempos propios, donde lo importante sean las personas y sus interacciones.

> Al cruzar la puerta, siento que esa persona lo es todo para mí. En ese momento no existe nadie más en el mundo. Mi única prioridad es dejarme llevar, es decir, acoplar mi cuerpo y mi mente como si estuviera compartiendo un baile— A. (Asistente Íntima y Sexual)[23].

La monocultura de la productividad capitalista, queda cuestionada por personas con capacidades para dar y recibir emotividad, más allá de la presunta validez que el sistema capitalista solo otorga a las personas clasificadas dentro de la categoría de empleadas con trabajo asalariado, más allá del trabajo productivo, el trabajo reproductivo y de cuidado (incluido el autocuidado) es parte consustancial de nuestra experiencia humana.

En la potencialidad transgresora de esta ampliación en la concepción de las sexualidades diversas, será importante contemplar para ellas la posibilidad de diferentes orientaciones y opciones sexuales; y abordar la maternidad y paternidad desde un abordaje social, que además de para estas personas, pueda propiciar para todos y todas, una colectivización de los cuidados de los seres humanos, desde que nacemos hasta que morimos, permitiendo que cada persona sea libre de realizarse individual y colectivamente a todos los niveles.

Las redes sociales están ardiendo, y nunca mejor dicho, con la emergencia de estos nuevos colectivos, que no por casualidad, se están encontrando en el camino con otras personas cuya sexualidad también se ve cuestionada, como quienes participan de los movimientos LGTB; y los más recientes activismo y feminismo gordos[24], otras personas con cuerpos considerados como no eróticos y sometidos a la dictadura de las tallas. Los feminismos lésbicos a su vez, llevan mucho teorizado y experimentado, en esas concepciones diferentes sobre la sexualidad y la sensualidad, y sus reflexiones y aportes encuentran nuevos espacios de interpelación con

21 Ibid

22 Brian Goodwin aboga por reconocer "la importancia de los sentimientos y las emociones como fuentes importantes de creación de conocimiento, y como esenciales para «sanar nuestra fragmentada cultura» (Goodwin, 2007 *apud* Escobar, 2013:36)."

23 Ibid

24 https://www.facebook.com/stopgordofobia?fref=nf

estos otros movimientos.

Entre todos estos grupos y colectivos se están produciendo interesantes intercambios, que tienen mucho de traducción intercultural, y aunque se desarrollen en el norte, establecen dinámicas del sur global. En torno a la producción del documental "Yes, we fuck"[25] del colectivo homónimo en el estado español que quiere reflejar la sexualidad en personas con diversidad funcional, se están organizando personas, colectivos y movimientos que están traspasando fronteras, y que encuentran su eco en Portugal, a través del colectivo "Sim, nós fodemos"[26], quienes están teniendo que superar, en no pocas ocasiones, mojigatas censuras en internet. Cuerpos que resultan incómodos en la sociedad del culto a la perfección aunque dicha perfección se consiga a base de bisturí, resultan todavía más incómodos expresando abiertamente su sexualidad.

Cada uno de estos ejemplos, demuestra con su subversión, cómo las ausencias, se pueden transformar en emergencias que permitan una coexistencia de esas otras realidades del pluriverso, en prácticas de existir y resistir re-existiendo; siguiendo el camino y continuando invadiendo espacios con Alicia, con las diversas Alicias y onco-ratonas acompañantes.

Bibliografía

Bergua, J. Ángel (1999), "El pluriverso del agua: Discursos, imaginarios y contratos en el conflicto del agua" en Martínez Gil, Francisco Javier y Arrojo Agudo, Pedro *El agua a debate desde la Universidad: hacia una nueva cultura del agua: 1er Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación de Aguas*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 567-586.

Cabnal, Lorena (2010), "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala" en *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, Madrid: Acsur Las Segovias, 1125.

Despentes, Virginie (2007), *Teoría King Kong*, Editorial Melusina.

Escobar, Arturo (2012), "Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso." *Revista de Antropología Social*, 2012, 21, 23-62.

Escobar, Arturo (2013), "En el trasfondo de nuestra cultura: la tradición racionalista y el problema del dualismo ontológico" en *Tabula Rasa*, No.18, enero-junio 2013, Bogotá, 15-42.

Federici, Silvia (2013), *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*, Madrid: Traficantes de Sueños.

Haraway, Donna (1999), "Las promesas de los monstruos: una política regeneradora para otros inapropiados/bles". *Política y sociedad*, Nº 30, 121-164.

25 http://www.yeswefuck.org/
26 https://www.facebook.com/simnosfodemos/timeline

Haraway, Donna (2004[1997]),*Testigo_Modesto@Segundo_Milenio. HombreHembra © _ Conoce_Oncoratón ®*: Feminismo y *tecnociencia*. Barcelona: Editorial UOC.

Kino-nda-niimi Collective, The (eds.) (2014) *The Winter We Danced. Voices From the Past, the Future and the Idle No More Movement*, Arbeiter Ring Publishing.

Laland, Kevin N.; Hoppitt, William (2003), "Do Animals Have Culture?" *Evolutionary Anthropology*, 12, 150–159.

Lestel, Dominique (2002), "The biosemiotics and phylogenesis of culture" *Social Science Information*, 4(1), 35-68.

Lugones, María (2008), "Colonialidad y género" Tabula Rasa, Núm. 9, juliodiciembre, 2008, 73101.

Maturana, Humberto (1997), *La objetividad. Un argumento para obligar*, Santiago de Chile: Dolmen Ediciones.

Nimmo, Richie (2012), "Animal Cultures, Subjectivity and Knowledge: Symmetrical Reflections beyond the Great Divide", *Society & Animals*, 20 (2012), 173-192.

Pérez Orozco, Amaia (2007), *Cadenas Globales de Cuidado*, Santo Domingo: UN-INSTRAW.

Pérez Orozco, Amaia (2014), *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*, Madrid: Traficantes de Sueños.

Puleo, Alicia H. (2011), *Ecofeminismo para otro mundo posible.* Madrid: Cátedra Feminismos.

Puwar, Nirmal (2004), *Space Invanders: Race, Gender and Bodies Out of Place*, London: Berg Publ. Books Intl.

Santos, Boaventura de Sousa (1999 [1994]), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.* Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociología das ausencias e uma sociología das emêrgencias", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63,237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2003[2000]) *Crítica de la razón indolente: contra el desperdicio de la experiencia. Para un nuevo sentido común: la ciencia, el derecho y la política en la transición paradigmática. Volúmen 1*, Bilbao: Ed. Desclée de Brouwer.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf Consultada (23/02/2015)

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo. (2004), "Introducción: para ampliar el canon democrático", en Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Democratizar la democracia: los caminos de la democracia participativa*, México:Fondo de Cultura Económica, 35-74.

Walia, Harsha (ed.) (2013), *Undoing Border Imperialism*, Oakland: AK Press.

Whiten, Andrew et al. (1999), “Cultures in Chimpanzees” *Nature,* 399, 682-685.

Encontro de Saberes: Um Desafio Teórico, Político e Epistemológico

José Jorge de Carvalho[1]
Carla Águas[2]

Resumo

A presente proposta visa discutir o projeto Encontro de Saberes, uma iniciativa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), sediado na Universidade de Brasília (UnB), que integra o Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil. Consiste num processo teórico-político que permite aos mestres/as dos saberes tradicionais latino-americanos atuarem como professores nas universidades. O Encontro de Saberes representa uma ruptura com o modelo eurocêntrico, cuja meta é propiciar um espaço de experimentação pedagógica e epistêmica.

Palavras-chaves: Encontro de Saberes, epistemologia, educação, cultura tradicional, mestres

Abstract

This article aims to discuss the Meeting of Knowledge project, an initiative of the National Institute of Science and Technology of Inclusion in Higher Education and Research (in Portuguese, INCTI), based at the University of Brasilia (UNB), Brazil, which integrates the Program National Institutes of Science and Technology of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). This is a theoretical and political process that allows masters of traditional Latin American knowledge work as professors at universities. The Meeting of Knowledge breaks with the Eurocentric model, whose goal is to provide a space of pedagogical and epistemological experimentation.

Keywords: Meeting of Knowledge, epistemology, education, traditional culture, masters

1 Coordenador geral do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI); professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB).

2 Pesquisadora do INCTI, doutora em Sociologia (Pós-Colonialismos e Cidadania Global) pela Universidade de Coimbra (CES/FEUC).

1. Resistências disciplinares aos Estudos Culturais

Propor uma inovação nas áreas de Humanidades e Ciências Sociais na América Latina significa questionar um cânone acadêmico marcado pela rigidez das fronteiras disciplinares e por uma atitude cronicamente eurocêntrica, que privilegia os saberes da ciência ocidental moderna e exclui inteiramente os saberes criados e reproduzidos no interior das milhares de comunidades e grupos étnicos do nosso continente.[3] Desta maneira, uma reestruturação dos conhecimentos acadêmicos no continente latino-americano deve enfrentar os seguintes desafios: a interdisciplinaridade; a pedagogia intercultural; a luta antirracista; e a inclusão dos saberes indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades tradicionais como parte do cânone dos saberes válidos a serem ensinados e desenvolvidos, em igualdade de condições com os saberes ocidentais modernos, em todas as nossas universidades. O que se segue é uma proposta nestas direções.

O projeto Encontro de Saberes, executado há quatro anos na Universidade de Brasília (UnB) e atualmente em fase de expansão para outras instituições de ensino superior do Brasil, é uma iniciativa que avança na promoção de diálogos sistemáticos entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes indígenas, quilombolas e de outras comunidades. Seu objetivo central é incluir como docentes do ensino superior os mestres e mestras que representam a rica diversidade epistemológica existente no país nas mais diversas áreas (Artes, Saúde, Tecnologia, Meio Ambiente, etc.), viabilizando aprendizados mútuos.

A proposta baseia-se em uma perspectiva pedagógica que integra o pensar, o sentir e o fazer, o que sublinha o seu caráter vanguardista, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, se pensamos no desequilíbrio entre essas dimensões do aprendizado nos cursos vigentes, os quais hipertrofiam uma delas ao preço de atrofiar as outras duas. Além disso, rompendo com a dicotomia sujeito/objeto, enfatiza o protagonismo de indivíduos e coletividades geralmente enquadrados como objetos de estudos. Desta maneira, como veremos mais adiante, coloca a ciência em intenso diálogo com um manancial de conhecimentos das comunidades negras, indígenas, quilombolas, e dos demais povos tradicionais historicamente invisibilizados.

Para inovar teórica e politicamente, devemos atuar em duas frentes: uma frente interna à universidade e uma frente externa, ali onde o mundo acadêmico é somente uma parte da sociedade como um todo (Carvalho, 2006). A frente interna é marcada pela crise geral do paradigma disciplinar decimonônico ainda vigente e pela asfixia da formação curricular imposta nos cursos, tendo em conta que o atual quadro acadêmico brasileiro é de uma esmagadora fragmentação das disciplinas.

Essa segmentação metonímica disciplinar se parece com um movimento de avestruz:

3 Este artigo, apresentado por Carla Águas no Colóquio Internacional Epistemologias do Sul em Coimbra, em julho de 2014, é uma versão traduzida, resumida e adaptada do artigo publicado por José Jorge de Carvalho, em espanhol, na revista colombiana *Tabula Rasa* (Carvalho 2010). O artigo original vincula mais diretamente a inovação teórica e metodológica do Encontro de Saberes com uma proposta de refundação dos Estudos Culturais na América Latina.

quanto mais complexas se mostram as teorias, mais defensivas se tornam as disciplinas das Humanidades e das Ciências Sociais. Nesse contexto de sectarismo temático e teórico, os Estudos Culturais aparecem como a possibilidade de um espaço não sectário, eclético, interdisciplinar e aberto a uma construção transdisciplinar de convivência dos saberes tradicionais e modernos no interior do universo acadêmico.

É por esses motivos que Immanuel Wallerstein (2005), em seu livro *As Incertezas do Saber,* ao falar da crise das Ciências Sociais, menciona duas áreas acadêmicas que, em sua opinião, poderiam superar a divisão das chamadas "duas culturas", segundo a já clássica distinção feita por C. P. Snow (2000) entre as Ciências Exatas e Humanas. Essas duas novas áreas seriam as Teorias da Complexidade, pelo lado das Ciências Exatas; e os Estudos Culturais, pelo lado das Humanidades. Isso pode ser somente uma fantasia de Wallerstein, mas assinala uma imagem consistente de abertura e de busca de renovação epistêmica que está associada à história dos Estudos Culturais. É este o sonho (ou desejo, como denominou Frederic Jameson) que deve nos guiar na reformulação dos Estudos Culturais na América Latina, não para canonizá-los, mas para colocá-los como um lugar de fronteira, não apenas entre as duas culturas de C. P. Snow (as quais já estão incluídas, ainda que separadas), mas entre os saberes orais e os escritos, entre os tradicionais e os modernos, entre o velho território historicamente controlado pelos acadêmicos brancos e o novo território surgido com as políticas de inclusão étnica e racial.

2. Estudos Culturais e Teorias da Complexidade

Podemos transformar esse legado teórico inovador dos Estudos Culturais europeus em uma ferramenta mais útil e menos alienada para resolver os dilemas específicos de nossas sociedades latino-americanas se abrirmos um espaço de diálogo com as lógicas igualmente complexas das cosmovisões indígenas e africanas que fazem parte de nossas culturas e das chamadas "epistemologias do sul" em geral, que até agora foram confinadas à condição de objetos de estudo dos antropólogos e dos demais cientistas sociais. Se formos capazes desse salto, podemos então começar a construir uma agenda concreta de descolonização do nosso universo acadêmico.

Devemos atualizar e ampliar a complexa gramática teórica que transita ao redor dos Estudos Culturais para abrirmos o diálogo e para nos inspirarmos nas gramáticas equivalentes das Teorias da Complexidade das últimas décadas, tais como as desenvolvidas por Edgar Morin (2002), Basarab Nicolescu (1999), Ilya Prigogine, Isabelle Stengers (2004), Pablo González Casanova (2006), entre tantos outros. Podemos tentar, por exemplo, expandir a teoria da emergência, com base na história da Índia proposta por Homi Bhabha (1998) , em diálogo com os teóricos da emergência do lado das Ciências Exatas, como Murray Gell-Mann.

É preciso enfatizar também que os Estudos Culturais englobam diferenças, mas não têm como missão construir um algoritmo teórico-político para integrá-las em uma convivência

pacífica; pelo contrário, as diferenças legitimadas podem seguir sendo conflitivas entre si. A atitude que se busca é de acolhimento às diferenças em um espaço de diálogo, porém sem retirar delas suas mútuas incomensurabilidades axiológicas ou ideológicas.

Quando se englobam diversas tendências teóricas e políticas, não há garantia de acordo prévio nem de prioridade. Por exemplo, o chamado giro descolonizador é um giro simultâneo a outros giros. A ideia dos Estudos Culturais nesse novo ambiente étnica e racialmente inclusivo e multiepistêmico é que se abracem todas as diferenças, sem privilegiar nenhuma em particular. Mas, obviamente, se todas as contradições devem ser externalizadas, também a opressão mundial causada pelo capitalismo tardio não pode ficar ausente. Assim, é tarefa desses novos Estudos Culturais investigar tanto a microfísica do poder, postulada por Foucault, quanto o macro poder do sistema-mundo teorizado por Immanuel Wallerstein, Aníbal Quijano, Frederic Jameson e David Harvey; e, além desses os saberes e as experiências concretas de economia solidária praticadas historicamente pelas comunidades indígenas afro-brasileiras e dos demais povos tradicionais.

Obviamente, será mais fácil avançar nessas frentes teóricas e metodológicas se nos fixarmos em nossos processos locais e regionais de emergência, dos quais cito dois breves exemplos do Brasil. O primeiro é a emergência absolutamente imprescindível e vertiginosa da luta pelas cotas para negros e indígenas nas universidades; o segundo é a retomada histórica de grupos étnicos que se acreditava extintos e que agora emergem por caminhos simbólicos e políticos insólitos, projetados para além dos processos de afirmação de etnicidade já identificados pelos etnógrafos e historiadores.

3. Luta antirracista e ações afirmativas

Até agora, a discussão concentrou-se na frente interna do mundo acadêmico, o qual é polêmico, tenso, conflituoso e que demanda uma mudança epistêmica, temática e teórica no interior da universidade. No entanto, outra dimensão importante da institucionalização é a relação com a frente externa, referente às demandas que a sociedade faz à universidade.

No caso do Brasil, a questão da desigualdade étnico-racial é dramática. Nossas universidades são racistas e segregacionistas desde sua criação, sendo que a porcentagem de professores brancos nas universidades públicas chega a 99%. Nesse contexto, a Universidade de Brasília pode ser considerada uma universidade federal pioneira na luta pelas ações afirmativas no país: em 1999, apresentamos a primeira versão da proposta de cotas para negros e indígenas, aprovada apenas em 2003. Mas há que se lutar simultaneamente pela inclusão de negros e indígenas e pela inclusão dos saberes negros e indígenas, e as duas lutas têm que ser constitutivas dessa refundação dos Estudos Culturais.

A ordem institucional de nossas universidades foi constituída em um momento do passado. Copiado integralmente da organização das disciplinas científicas criada na Europa na

segunda metade do século XIX, esse modelo mostra-se anacrônico, tanto como estrutura organizacional quanto como paradigma epistêmico.[4] No momento em que esse paradigma foi criado, o Ocidente vivia o auge de seu poder sobre o resto do mundo e não havia nenhuma dúvida, na cabeça dos acadêmicos europeus, de que sua ciência era superior a qualquer outra tradição intelectual desenvolvida pelas demais civilizações, vivas ou mortas. Parte desse saber aceito como incontestável foi uma forma de transmissão do conhecimento – uma pedagogia – racionalizada nos currículos. E todo esse arranjo foi pensado exclusivamente para uma sala de aula composta por estudantes de origem e formação intelectual europeia, falantes de idiomas europeus e – obviamente – pertencentes ao fenótipo europeu branco dominante.

Todo esse universo, tanto na dimensão institucional como na imaginária, foi transladado às universidades da América Latina e até muito recentemente ainda não havia sido posto em questão. E nossa concepção de mérito e de excelência está baseada em uma adequação inteira a esse modelo de organização universitária e de um produtivismo científico tipicamente neoliberal. Portanto, propor agora uma intervenção nesse modelo de universidade implica em executar a inovação em vários planos, simultaneamente:

a. Uma inovação na ordem institucional que favoreça a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;

b. Uma política de inclusão através de ações afirmativas para estudantes indígenas e afrodescendentes;

c. Uma ampliação do universo de saberes, para que passemos de uma universidade monoepistêmica a uma universidade multiepistêmica;

d. Uma reestruturação dos saberes e teorias na linha proposta por Wallerstein, de superação das chamadas “duas culturas” (Ciências Humanas e Ciências Exatas);

e. Uma reestruturação pedagógica que admita uma diversidade de formatos de aula, de espaços de ensino, de horários e períodos, e de sistemas de avaliação de rendimentos;

f. Uma ampliação radical do corpo docente universitário, que inclua os mestres e sábios indígenas e afrodescendentes como professores de cursos regulares das diferentes carreiras, em diálogo constante com colegas de formação ocidental.

Deste modo, faremos um reconhecimento e uma revalorização dos saberes afrodescendentes e indígenas, que foram inteiramente excluídos ao longo dos últimos quinhentos anos das colônias e repúblicas racistas excludentes.

4 O modelo básico mais famoso dessa ordem institucional foi a reforma da Universdade de Berlin proposta por Wilhelm Humboldt em 1809 (Humboldt, 2003). Para uma análise minuciosa desse projeto, ver Castro-Gómez (2005).

4. O Encontro de Saberes

Em sintonia com todas essas inovações, vem sendo pensada uma proposta de criar na Universidade de Brasília um Centro de Estudos Transdisciplinares, ligado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), capaz de acolher um Doutorado e um Pós-Doutorado nas linhas de Políticas de Inclusão, Encontro de Saberes e Diálogos entre Civilizações.[5] Conforme mencionado, estas intenções fazem parte de um processo de luta descolonizadora e antirracista, cujo primeiro passo foi abrir as portas para os jovens afrodescendentes e indígenas para que também tivessem o direito de entrar como estudantes em nossas universidades. A seguir, nos propusemos a ampliar essa tarefa, convidando os sábios afrodescendentes e indígenas para que viessem à universidade como docentes.

Desta maneira, um grupo de jovens não-brancos está entrando, pela primeira vez na história do nosso sistema acadêmico, através das cotas, para estudar com professores brancos; por sua vez, é também a primeira vez que os estudantes brancos têm a oportunidade de aprender com sábios negros e indígenas. Com o Encontro de Saberes, então, unificamos a luta pela superação, de uma só vez, do racismo fenotípico e do eurocentrismo monoepistêmico, ambos profundamente instalados em nossas universidades.

O projeto Encontro de Saberes é uma iniciativa estruturante do INCTI, que resulta de uma parceria estabelecida junto à UnB, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Ministério da Cultura (MinC), ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Através desta proposta, foi formatada a metodologia para a implementação da disciplina "Encontro de Saberes: Artes e Ofícios dos Mestres Tradicionais", que faz parte da grade horária regular da graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, na modalidade de módulo livre.

Os mestres atuam lado a lado com professores parceiros, dotados de conhecimentos acadêmicos de áreas afins, tais como Educação Ambiental, Música, Artes Cênicas, Arquitetura e Ciências da Saúde. É a partir deste encontro que emergem as convergências epistemológicas viabilizadas pelo projeto, de caráter inédito no cenário educacional brasileiro.

O Encontro de Saberes teve início em julho de 2010 com um Seminário Internacional para intercâmbio de experiências sul-americanas de inclusão dos saberes tradicionais nas universidades, a partir de uma perspectiva descolonizadora e intercultural. O evento mais extraordinário ocorrido no Seminário foi a conferência magistral de abertura, que esteve a cargo de Mapulu Kamayurá, uma xamã do Parque Nacional do Xingu. Provavelmente foi esta a primeira vez, na história das universidades brasileiras, que uma conferência magistral em um seminário internacional foi proferida por um indígena (e, nesse caso, uma mulher), que falou em seu idioma (Kamayurá) com tradução simultânea – exatamente como é costume

5 Os INCTs são grandes projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

se fazer quando um conferencista ilustre fala em francês, inglês, alemão ou outro idioma de prestígio.

Desde 2010, quatro edições da disciplina já foram realizadas. No total, apenas na UnB, o Encontro de Saberes já envolveu mais de 200 estudantes, 31 mestres e assistentes, oito professores parceiros, além de diversos pesquisadores do Brasil e do exterior.

Atualmente, o Encontro de Saberes encontra-se em pleno processo de expansão. Após a implementação do projeto-piloto na UnB, outras instituições de Ensino Superior, em parceria com o INCTI, vêm abraçando a proposta: a partir de 2014, o projeto passou a ser também executado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Pará (UFPA), nos *campi* Belém e Bragança.

Além deste momento de ampliação em território nacional, o projeto vem sendo replicado na Pontíficia Universidad Javeriana, uma instituição de excelência no Ensino Superior colombiano. E, também naquele país, a proposta encontra-se em vias de experimentar o seu próprio processo de expansão.

Diante de tais ramificações dentro e fora do Brasil, o projeto Encontro de Saberes já estabeleceu uma rede acadêmica internacional, capaz de articular e fomentar o diálogo em torno do tema, congregando pesquisadores, mestres, instituições públicas e demais intervenientes envolvidos nas ações e no debate.

Um dos temas-chave referentes à ruptura acadêmica com o eurocentrismo promovida pelo Encontro de Saberes é a possibilidade de aproximação entre duas posturas que se tornaram antípodas em nossas universidades marcadas por um eurocentrismo periférico: a escrita e a oralidade. A nossa escrita científica está hipertrofiada, enquanto a oralidade está quase inteiramente atrofiada, e as duas modalidades de transmissão foram separadas artificialmente, séculos atrás, a um preço muito alto para ambas. Quando, ao abandonar as técnicas mnemônicas, a universidade moderna rejeitou a prática de memória longa, formou gerações de cientistas, humanistas e profissionais de memória curta e, em alguns casos, inteiramente dependentes dos artefatos protéticos das operações mentais que envolvem a memória longa.

Além disso, a própria separação escrita-memória é artificial, incompleta e obviamente fetichizada negativamente por uma ideologia iluminista datada, hegemônica em nossas universidades, que celebra uma suposta libertação do *logos* frente às amarras do *mythos* (e aqui a referência de lucidez e plenitude é exclusivamente a Grécia antiga, sem nenhuma menção dos ricos saberes integrados dos nossos povos tradicionais). Alguns críticos dessa proposta poderão argumentar que o contexto da oralidade é radicalmente diferente do contexto da escrita e que, por esta razão, querer trazer os mestres ao espaço da escrita hipertrofiada é atentar contra a vida da oralidade plena. Contudo, como argumentou,

entre outros, Jaques Derrida, ambas as formas, oralidade e escrita, estão atravessadas pela incompletude; assim, a oralidade não está necessariamente mais próxima da verdade do *sujeito suposto saber* que a escrita, o que nos coloca a necessidade de reintroduzir na sala de aula, principalmente através dos mestres tradicionais, aquilo que Amadou Hampaté Bâ chamava de "memória viva".

Sintetizando um argumento complexo, podemos dizer que os saberes acadêmicos, e em particular as Humanidades e as Ciências Sociais, têm sido ao mesmo tempo produtores e vítimas do fetichismo do escrito. No entanto, justamente esse suporte aparentemente seguro é também (e inseparavelmente do seu papel de remédio, ou *phármakon*) um veneno para a memória (Derrida, 1975). Além disso, ambas – oralidade e escrita – sofrem também de seus respectivos "males de arquivo", para usar outra expressão de Derrida: nossas universidades dependem totalmente de bibliotecas e nossa condição material é sempre precária e subalterna, pois decidimos politicamente avaliar a nós mesmos segundo os parâmetros das universidades dos países ocidentais centrais, que são cada vez mais poderosas. Por outro lado, muitos sábios de tradição oral também passam atualmente por crises de transmissão de seus saberes e o diálogo com o mundo da escrita pode ajudá-los. Enfim, há uma escrita viva e inspiradora e uma escrita em crise; assim como há uma oralidade igualmente viva e inspiradora e uma oralidade em crise.[6]

Para reconectar o que havia sido desconectado, faz-se necessário, em primeiro lugar, que os mesmos sábios acadêmicos letrados reconheçamos, no nosso horizonte epistêmico pessoal, o saber dos sábios ágrafos. Descolonizar-se, para um acadêmico latino-americano, significa, entre outras coisas, admitir que não fomos capazes de incorporar plenamente os saberes dos mestres afros e indígenas, simplesmente porque atribuímos a posição de mestria apenas aos sábios dos países centrais do Ocidente.

Exemplificando alguns dos desafios colocados por essa proposta inovadora, podemos expandir nosso conceito de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Exatas, para além do marco (fortemente eurocêntrico, ainda que lúcido) que fundamenta as análises de Wallerstein. Para dialogar com os sistemas lógicos inconsistentes não-triviais (que poderiam fundamentar a complexidade das identidades na sociedade contemporânea, tais como as teorizadas por Stuart Hall, por exemplo), podemos nos aproximar de vários mitos de grupos amazônicos, como alguns dos Barasana, que assinalam geometrias para-consistentes analisadas por Guillermo Páramo (1996, 2000). Do lado das tradições religiosas afrodescendentes, estão também narrativas míticas e formas rituais que desafiam as ontologias ocidentais clássicas.

Não se há que minimizar as dificuldades que se apresentam quando se tenta promover um encontro de saberes tradicionais ágrafos com os saberes letrados ocidentais em um ambiente universitário conservador e eurocêntrico. No entanto, já contamos com algumas experiências interculturais desse tipo, que nos podem servir de referência, apesar das consideráveis

6 Sobre o mal do arquivo, ver Derrida (1997).

diferenças. Um exemplo atual na linha das propostas de interculturalidade é a *Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas "Amawtay Wasi",* do Equador.[7] Outro exemplo de reorganização institucional universitária é a Universidade Tibetana em Exílio, em Dharamsala, Índia, onde muitos dos sábios tibetanos que escaparam de seu país ocupado guardam, cada um deles, dezenas de livros inteiros em suas memórias e os transmitem por esse meio; e, paralelamente, as ciências transmitidas pela escrita, orientais e ocidentais, são ensinadas aos estudantes.

Finalmente, a Universidade Obafemi Awolowo, em Ilé-Ifé (a cidade sagrada dos Iorubás), na Nigéria, por muitos anos promoveu uma reunião anual internacional de *babalawos*, sacerdotes de Ifá, o deus Iorubá do oráculo, que se manifesta através de longos textos mítico-poéticos chamados *odú.* Cada sacerdote aprende a memorizar milhares de odús. Esses encontros, organizados sob a liderança de Wande Abimbola (simultaneamente acadêmico e sacerdote adivinho de Ifá), quando foi reitor da Universidade de Ilé-Ifé, assinalaram um movimento concreto de descolonização do padrão eurocêntrico de universidade imposto pelos britânicos, ao introduzir nela saberes tradicionais africanos.[8]

Com certeza, os protocolos de interculturalidade são muitos, sendo a refundação dos Estudos Culturais na América Latina uma parte desse esforço político-intelectual por construir uma universidade descolonizada que tenha as seguintes características, dentre outras:

a. O ensino deve ser poliglota e deve refletir a pluralidade linguística de cada país;

b. O ensino deve alternar ou combinar conteúdos de tradição oral com conteúdos baseados na escrita;

c. Os estudantes devem ser negros, brancos, indígenas e das demais minorias – idealmente em uma proporção equivalente à porcentagem de cada grupo na sociedade como um todo;

d. Os protocolos pedagógicos devem ser variados e sempre sensíveis à realidade de cada disciplina ou campo de saber;

e. Os professores devem ser de dois tipos: os sábios professores que tiveram estudos formais em universidades ocidentalizadas; e os sábios sem formação ocidentalizada regular, como os xamãs, pajés, babalaôs, artesãos, etc.;

f. Não deve haver exclusão nem hierarquia prévia dos saberes de nossas sociedades, por suas origens epistêmicas, étnicas, raciais, geográficas, por seu suporte oral ou escrito, ou qualquer outro tipo;

g. A autoridade relativa de cada saber será construída como resultado do Encontro

7 Sobre o tema, ver Catherine Walsh (2006) e Luís Fernando Sarango (n.d.). Sobre uma síntese das várias experiências interculturais indígenas nas universidades de doze países latino-americanos, ver Daniel Mato (2008).

8 Ver a proposta pedagógica descolonizadora de Abimbola (2003).

de Saberes.

Ainda que reconhecendo o caráter resumido e esquemático desse protocolo, que sempre alcançará uma complexidade imprevisível quando tentarmos consolidar qualquer proposta completa de intervenção, sugiro que o utilizemos para comentar o processo de descolonização de que tanto falamos nos últimos anos na América Latina.

Bibliografia

Abimbola, Wand (2003), *Ifa Will Mend our Broken World*. Roxbury, Mass: Aim Books.

Bhabha, Homi (1998), *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Carvalho, José Jorge (2006), *Inclusão Étnica e Racial no Brasil.* São Paulo: Attar Editorial.

Carvalho, José Jorge (2010), "Los Estudios Culturales en America Latina: Interculturalidad, Acciones Afirmativas y Encuentro de Saberes," *Tabula Rasa*, 12, 229-252.

Casanova, Pablo González (2006), *As Novas Ciências e as Humanidades.* São Paulo: Boitempo Editorial.

Castro-Gómez, Santiago (2005), *La Hybris del Punto Cero*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

Derrida, Jaques (1997), *Mal de Archivo*. Madrid: Trotta.

Derrida, Jaques (1975), *La Diseminación*. Madrid: Fundamentos.

Humboldt, Wilhelm (2003), "Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim", *in* Gerhard Casper; Wilhelm Humboldt, *Um Mundo sem Universidades?* Rio de Janeiro: EDUERJ, 79-100.

Mato, Daniel (org.) (2008), *Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior.* Caracas: IESALC-UNESCO.

Morin, Edgar (2002), *Educação e Complexidade: Os Sete Saberes e Outros Ensaios*. São Paulo: Cortez Editora.

Nicolescu, Basarab (1999), *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM.

Páramo, Guillermo (2000), "Mito y Consistencia Lógica". *Revista de la Academia Colombiana de Ciencias*, 24(93),477-492.

Páramo, Guillermo (1996), "Mito, Lógica y Geometría. La Cerbatana de Wma Watu y el Espejo de Poincaré". *in* C. B. Gutiérrez (org.). *El Trabajo Filosófico de Hoy en el Continente*. Bogotá: Universidad de los Andes.

Prigogine, Ilya e Isabelle Stenghers (2004), *La Nueva Alianza. Metamorfosis de la Ciencia*. Madrid: Alianza.

Sarango, Luis Fernando. (S.D.), *Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas «Amawtay Wasi» – Resumen Propuesta Filosófica y Pedagógica*. Quito: Amawtay Wasi.

Snow, C. P. (2000), A*s Duas Culturas e Uma Segunda Leitura*. São Paulo: EDUSP, 1995.

Wallerstein, Immanuel (2005), *Las Incertidumbres del Saber*. Barcelona: Gedisa.

Walsh, Catherine (2006), "Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial", *in* Catherine Walsh; Álvaro García Linera; Walter Mignolo. *Interculturalidad, Descolonización del Estado y del Conocimiento*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.

"Ampliando o cânone da dignidade: algumas contribuições de feministas islâmicas"

César Augusto Baldi[1]

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar um painel das formulações do feminismo islâmico, concebido como uma atuação feminista associada à reinterpretação das fontes islâmicas e sua tentativa de ampliar o cânone da dignidade.

Palavras-chave: feminismo islâmico; feminismo secular; eurocentrismo.

Abstract

This paper aims to display a panel of formulations of Islamic feminism, feminist praxis associated to the reinterpretation of islamic sources and your intent to increase canon of dignity.

Keywords: islamic feminism; secular feminism; eurocentrism.

1 Mestre em Direito (ULBRA/RS), doutorando Universidad Pablo Olavide (Espanha), organizador do livro "Direitos humanos na sociedade cosmopolita" (Ed. Renovar, 2004).

Introdução

Desde o 11 de setembro, o Ocidente tem trabalhado com a noção de "salvar" as mulheres islâmicas. No entanto, tem sido ignorado pela teoria crítica e- em especial as feministas seculares- um intenso dinamismo das mulheres islâmicas. Intenta-se destacar algumas contribuições- para alargamento da concepção de direitos humanos- do movimento que vem sendo denominado feminismo islâmico, que, dentro de um referencial islâmico-centrado, procura trabalhar versões mais amplas de dignidade, questionando o patriarcalismo, o sexismo, o eurocentrismo e também o secularismo. Apresentam-se algumas contribuições e o que elas vêm mostrando de invisibilidade em outras lutas por dignidade.

Para tanto, será realizada uma reavaliação da questão do secularismo, que, em muitas análises, vem sendo contraposto às perspectivas de direitos humanos. Assim, a partir de outras narrativas não hegemônicas, podem ser destacados conhecimentos que foram silenciados, ignorados ou considerados como irrelevantes para as lutas contra as distintas opressões, em especial no campo doméstico, mas também no âmbito do que se convencionou denominar "espaço público".

Passa-se, adiante, analisar a pluralidade de concepções jurídicas do que se denomina "direito islâmico", procurando-se salientar distintas rearticulações dos discursos de direitos humanos, sexualidade e espiritualidade, bem como da diversidade de alternativas buscadas pelas feministas islâmicas na ampliação do cânone ocidental. Especial atenção também é dado ao corpo como sujeito político de direitos. A pesquisa busca referencial na bibliografia que vem sendo desenvolvida por estas autoras, radicadas não somente nos Estados Unidos, mas também na Ásia e África, evidenciando-se, assim, a pluralidade de argumentações.

1. Contra narrativas do secularismo.

O secularismo tem sido visto como um processo de progressiva "privatização" de determinadas questões- família,religião- delimitando-se um espaço público e cívico. Neste, a religião não estava incluída, porque o seu destino é o "espaço privado".

Maldonado-Torres (2008:360-380) demonstra os acordos provisórios, as rearticulações entre os dois pólos e, mesmo reformulações, que mantêm inquestionada a hegemonia "epistêmica ocidental". O secularismo foi-se transformando "na religião do mundo moderno". A etimologia-"viver no século"- como "chamada para deixar o passado para trás e conformar novos padrões de significado e racionalidade" é uma referência temporal útil para articular a "transição de um mundo pré-moderno (metafísico e religioso) do feudalismo e aristocracia para um mundo moderno de capitalismo e burguesia" e, portanto, a "legitimação de critérios de modernidade, civilidade e racionalidade", baseados no progresso e desenvolvimento, que se tornam "o presente da Europa e o futuro de todos os demais" (Maldonado-Torres, 2008: 360-362, 366-367 e 369).

Necessária uma crítica que desafie "a concepção de espaço e tempo sobre a qual repousa".O cristianismo, na primeira modernidade (a ibérica), não é apenas uma religião, mas uma "narrativa organizada que definiu propósitos imperiais e que moldou, de diversas formas, as instituições e subjetividades dos povos colonizados. Esta primeira modernidade, baseada na religião, daria lugar à segunda (francesa/inglesa/holandesa), fundada na noção de civilidade (e seu racismo correlato), de tal forma que o discurso secularista se torna necessário para manter os grupos populares sob controle, por meio de uma clara distinção de espaço cívico e público ou privado, de forma a legitimar a colonização: os "outros coloniais eram concebidos como primitivos vivendo em estágios onde a religião e a tradição dominavam os costumes e formas de vida", uma forma de os manter subjugados sob os "auspícios de razão e civilização".

O confronto Europa cristã/Europa moderna secular é "um evento intra-imperial": **a oposição à religião não se dá porque esta é imperial, mas sim porque não é suficientemente imperial.** O espaço público vai-se "purificando" de tudo que é não-nacional, não-civilizado, convertendo-se em espaço central ("sagrado"), ao passo que, no espaço privado, estão "os colonizados e as subjetividades racializadas".A religião se torna a forma mais eficiente de subalternização de conhecimentos e de povos, simultânea à articulação hierárquica entre o cristianismo e as outras religiões: a religião cristã é mais moderna e completa, o Islã é uma religião violenta, o budismo é místico, etc.

A injustiça cognitiva é a outra face do processo de secularização, mantendo-se as fronteiras moderno/não-moderno, ocidental/não-ocidental. No campo religioso, a gramática "imperial" das duas modernidades mantêm pontos de contato, e o religioso só existe em função do seu "outro", o secular (e em posição subalterna), porque ele se torna o equivalente do fanatismo e da irracionalidade.

Joan Scott (2009) destaca que, no processo de secularização, as mulheres ("personificação do sexo") foram associadas à religião e crenças religiosas: a religiosidade feminina era vista como uma força que ameaçava a racionalidade que constituía a política, relegada ao espaço privado (o público é, pois, o "espaço da racionalidade"); e os poderes coloniais, muitas vezes, justificaram suas conquistas em termos de tratamento da mulher como índice de "civilização". Assim, "não é claro que o secularismo é uma explicação histórica suficiente para as alegadas mais abertas e flexíveis relações entre os sexos".

Na Ásia, por exemplo, religião e gênero estão profundamente unidos e "qualquer compromisso com justiça de gênero necessariamente também deve incluir uma abordagem de identidade religiosa": uma abordagem "secular formal" não aborda "as formas como a religião estabelece mediações no acesso aos direitos das mulheres, nem como define ou pode ser parte integral de uma vida diária". Adotar posição similar equivale a estabelecer, para as mulheres, "eleger entre seus direitos de igualdade de gênero e os direitos à liberdade de religião."(Kapur, s.d).

Daí porque Saba Mahmood (2006:328) e Talal Asad (2008:210-211) assentem a

"normatividade" do secularismo: ele não se destina tanto à separação Estado e religião, nem em garantir a liberdade religiosa, mas na **forma de subjetividade que a cultura secular autoriza, as formas religiosas que resgata, e a forma peculiar de história e tradição histórica que receita.** A dimensão religiosa não é indiferente ao Estado, pois é ele quem determina, pela visão secular, "como" e "quando" a afiliação religiosa pode e deve ser expressa na vida pública (daí a questão do véu, das festividades religiosas, das datas da Pátria, etc).

As inter-relações entre público e privado, e, assim, entre secular e profano são, pois, muitos mais complexas (Mahmood e Hirschking, 2002:351): somente certas expressões de "fé pessoal" -e não outras- são toleradas nas sociedades liberais e, assim, o que é "relegado para a esfera do pessoal é ainda uma decisão **pública**", devendo-se questionar a ideia de que se os islâmicos recolhem sua fé para o espaço privado seu comportamento se tornaria aceitável para as sensibilidades seculares.

A adoção da educação secular compulsória para crianças entre seis e treze anos de idade, na França, em 1882, como forma de "cultivar futuros cidadãos que poderiam tomar parte na formação da opinião pública responsável", ocorre simultaneamente ao processo de extensão do processo colonial (Tunísia em 1881, Marrocos em 1907, etc), ao estatuto de läicité (1905) e do Crémieux Decrée de 1870, pelo qual reconheceu-se o status de cidadão integral às minorias judaicas, negando-se às islâmicas (Asad, 2009).

Em suma: a) o processo de secularização implicou o desprezo pelos conhecimentos tanto da mulher, quanto da religião, "apagando" marcas de um racismo epistêmico; b) não há vinculação automática e imediata entre secularismo e direitos da mulher, nem mesmo direitos humanos; c) o privilégio da razão secular subordinou a linguagem religiosa; d) o espaço público foi construído como o âmbito da racionalidade, da civilização e da normalidade (inclusive sexual), e o espaço doméstico foi visto como incivilizado/bárbaro, irracional/ religioso e anormal; e) a decisão sobre o que é público e privado e, portanto, religioso e profano é, fundamentalmente, "pública", a partir de determinadas "normatividades", que estabelecem o que é aceito, rejeitado ou tolerado. **Colonialidade, sexismo e racismo são o outro lado desse processo.**

2. Islãs e "feminismos"

Dentro de um quadro altamente plural (seis escolas jurídicas principais e duas correntes religiosas significativas), a questão envolvendo direitos humanos e direitos de gênero- a grande obsessão ocidental- é mais complexa do que parece à primeira vista. Existem várias estratégias de "legitimação interna", das quais a mais conhecida é a Abdullahi An-na'im (An-na'im, 1996:180ss), que a partir de Mahmood Taha, sustenta a existência de duas mensagens corânicas.

Outra, formulada por Recep Senturk (Senturk, 2006:24-49), sustenta uma tensão, na tradição

islâmica, entre os conceitos de "ismah", inviolabilidade aos direitos de vida, propriedade, religião, razão, família e honra; e "âdamiyyah", humanidade no sentido de qualidade de ser humano (o Corão usa "Adam" no sentido de "ser humano", a partir da origem "adama"-terra, de onde saem "âdami", homem, e "âdamiyya", mulher). Estas duas visões restam em permanente tensão até o advento da República Turca. Para ele, não há somente uma justificação para os direitos humanos, nem motivo para excluir outras versões, a partir de outras linguagens. "Âdamiyyah" deve ser revivida como fundação dos direitos humanos, para muçulmanos ou não muçulmanos (Senturk,2006b:406-407):

> "eu sou, logo eu tenho direitos. Minha mera existência justifica meus direitos. Eles são indivisíveis e inalienáveis. (...) Meus direitos são justificados por meus deveres. (...) E é um dever para mim reconhecer a todos os meus companheiros seres humanos como pessoas iguais e proteger seus direitos da mesma forma que faço com os meus."

No tocante à questão de gênero (Baldi,2011), existem outras noções do que significa ser "humano/a" no mundo, competindo com as concepções que o feminismo defende? O feminismo poderia aprender com movimentos não liberais? Se o feminismo quer ser um movimento vibrante e com uma tradição mais larga, deveria "expandir seus horizontes para a consideração de projetos, aspirações e desejos que não reproduzem seus pressupostos e telos- mas que os desafiam."(Mahmood, 2008:165).

O que tem sido denominado –com toda sua pluralidade interna – de "feminismo islâmico", ou seja, a busca, dentro de um referencial islamicamente centrado, de possibilidades emancipatórias no discurso e na prática, em relação às mulheres, coloca em xeque alguns dos pressupostos do chamado "feminismo internacional." Trata-se de "um discurso de gênero que era e é feminista na aspiração e nas demandas, ainda que islâmico na linguagem e nas fontes de legitimidade." (Mir-Hosseini, 2006:640) Salientem-se alguns.

1. A (des)centralidade do secularismo como veículo emancipatório.

Esta característica já foi destacada no tópico anterior.

2. A rearticulação da gramática dos direitos humanos.

A teoria crítica (Santos, 2010:30-31), atualmente, foi perdendo os "substantivos" (socialismo, luta de classes, alienação, etc) e ficando com os "adjetivos" (sustentável, subalterno, insurgente, radical, participativa). Ou seja, **entra no debate sem discutir os termos do debate**. Se, por um lado, as lutas indígenas vão introduzindo novos vocabulários ou ressemantizando conceitos (pachakuti, suma kawsay, território, pachamama, etc), as lutas das feministas islâmicas vão, de um lado, "descolonizando" a linguagem (não somente o inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e português, mas fundamentalmente a recaptura de termos

árabes ou persas), e, por outro, recuperando tradições não ocidentais que foram suprimidas, ignoradas ou silenciadas.

Amina Wadud (Wadud, 2006) mobiliza a “jihad” para o gênero, erradicando-se todas as formas de injustiça para “a inteira humanidade da mulher”, em nome do Islã, mas também para não muçulmanos e não heterossexuais muçulmanos. Asma Barlas utiliza a vedação de “zulm” (transgressão) como limite à opressão: o patriarcado transgride o direito das mulheres, e o Corão não pode endossar tais conceitos, nem a imagem de um Deus masculino, nem a sacralização da figura paterna. Desta forma,“como as escrituras são para todas as épocas, elas também devem englobar uma série de formações e possibilidades históricas, incluindo as que são apresentadas pelo presente e pelo futuro, e não apenas pelo passado.”(Barlas, 2009) Heba Ezzat (2004:50), por sua vez, vai defender um “secularismo islamicamente democrático”, que abrace uma “pacífica luta por uma civil jihad contra a pobreza e a discriminação.”

3. A rearticulação entre espiritualidade e sexualidade.

O feminismo hegemônico, ao associar a repressão aos direitos sexuais e reprodutivos somente ao âmbito religioso, ao mesmo tempo em que esqueceu as conexões entre sexo, raça, colonialismo e sexismo, obscureceu a conexão entre fé/espiritualidade/sacralidade e sexualidade/gênero, que já fora explorado por místicos cristãos, como Santa Teresa de Ávila, mas que é evidente na tradição “sufi” do Islã.

Sa’diyya Shaikh (Shaikh,2009), vai, a partir das leituras de Ibn Arabi, reinterpretar os “hadiths”, que é o corpo de ensinamentos, ditos e relatos da vida do profeta Maomé, dentro de uma visão que considera o Islã como uma religião “sex positive”, que (re)afirma o valor espiritual da sexualidade, procurando leituras “alternativas”, atentas às inclinações patriarcais, explícitas ou implícitas. Segundo o filósofo andaluz (sec.XIII), “a humanidade reflete o potencial para compreensivamente manifestar a totalidade dos atributos divinos”, e o “standard de perfeição” é acessível tanto a homens quanto a mulheres (Shaikh,2009:800-802). A partir dele, Scott Kugle (Kugle,2003:190-234) defende uma “queer jihad”, a partir da diversidade na religião, salientando: “´por que não continuar a estender este desafiante foco de justiça para as esferas mais íntimas de nossas vidas sexuais, de forma a pensar de forma mais clara como as nossas vidas eróticas se cruzam com as nossas vidas espirituais?”

Ghazala Anwar (Anwar,2007:69-71) propõe uma “Samadiyyah Shariah”, que englobe as aspirações de dignidade de sexualidades dissidentes. “Samad” é um dos 99 atributos de Deus como “único, incomparável e inigualável” e, desta forma, igual a Deus, “as duplas de mesmo sexo não se reproduzem, mas amam, criam e cuidam de relações que são ligadas não pela matriz terrena, mas pela compaixão divina”. Afinal, “dentro da comunidade islâmica homossexual, a mesma gama de crenças, atitudes e práticas com respeito ao Islã é representada como existente no restante da comunidade islâmica.”

4. A revisão das fontes jurídicas e da interpretação.

Mais que questionar o domínio patriarcal nas interpretações, o feminismo islâmico vai buscar uma nova hermenêutica (Badran,2009): a) revisitando os versos do Corão para reinterpretar histórias de corrente circulação; b) citar versos que inequivocamente enunciam a igualdade entre homem e mulher; c) desconstruir versos e interpretações que se referem a diferenças entre homens e mulheres. Sa'diyya Shaikh (Shaikh,2007:75), além de reelaborar os "hadiths", amplia o questionamento do monopólio da produção de interpretação ("tafsir"), mostrando que o mundo do texto corânico "é uma arena de engajados, dinâmicos e polissêmicos encontros", um verdadeiro "**tafsir da práxis**", que emerge das experiências humanas de dor, marginalidade e opressão. Kecia Ali (Ali,2010), depois de reavaliar todo um sistema altamente patriarcal e hierárquico em que os juristas associavam casamento a escravidão, maridos a mestres e esposas a escravas, defende uma nova jurisprudência do casamento, que coloque em primeiro plano a mútua proteção entre homens e mulheres (sura[2] 9:71), antes que a manutenção pelo homem (sura 4:34) ou que tenha foco na cooperação e harmonia dos esposos na declaração corânica de que são "vestimentas" um do outro (sura 2:187).

Com isso, recupera-se a tradição de diversidade e pluralismo que sempre caracterizou o direito islâmico: nas suas fontes, nas suas escolas jurídicas, na diferenciação decorrente do poder colonial prevalente ou da realidade geocultural (Masud,2009:65; Baldi, 2006).

5. A diversidade na igualdade e a "artesania" das práticas.

Não há uma forma "universal" para a igualdade de gênero: a diversidade existente tanto na vida das mulheres quanto em sua relação com as características pluriétnicas das sociedades obriga a não uniformidade de táticas e propostas de luta de direitos humanos das mulheres.

Existem inúmeras organizações de defesas de direitos de mulheres islâmicas que têm sido invisibilizadas. A ONG nigeriana "BAOBAH for Women's Human Rights" optou pela via jurídica em cortes de "sharia islâmica" para reverter (com sucesso) a sentença de morte de Amina Lawal em 2002; a malaia "Sisters in Islam" impediu, com argumentos islâmicos, a alteração de diversas leis contrárias a direitos das mulheres. Desde 2007, a partir do grupo MUSAWAH, busca-se uma coalizão internacional para demonstrar que a igualdade, nos códigos de família, é não somente necessária, mas possível, a partir de três princípios: a) os valores universais e islâmicos de igualdade, não discriminação, justiça e dignidade são a base das relações humanas; b) cidadania integral e igual, incluindo participação integral em todos os aspectos da sociedade, é direito de todo indivíduo; c) igualdade entre homem e mulher requer igualdade na família (MUSAWAH).

A pluralidade de saberes implica, muitas vezes, diferenciação de coalizações e articulações: em determinados momentos, é necessária a luta conjunta de feministas e antirracistas ou juntamente com ecologistas ou com indígenas, ou, no caso do feminismo islâmico, inclusive

2 Nome dado a cada capítulo do Corão (em número de 144), dividido em versículos denominados "ayat".

com feminismos seculares. A reforma do código da família do Marrocos ("Moudawana"), em 2004, não seria possível sem a conjugação de esforços de feministas seculares e islâmicas, contemplando reivindicações de todos os grupos, ainda que salientando, em seu preâmbulo, ensinamentos corânicos de distintas tradições a sustentar as alterações.

O reconhecimento das incompletudes e virtualidades de cada discurso é também o da diversidade de práticas sociais eficazes e libertadoras ("artesania das práticas"), que se dá "a partir da interpelação cruzada dos limites e das possibilidades de cada um dos saberes em presença" (Santos, 2009:473). Não somente **interseccionalidade e transversalidade** de opressões, mas também de lutas.

6. O corpo como sujeito político.

Sobre o corpo da mulher islâmica tem sido construída toda uma "retórica da vitimização" e de sexualidade, em que a utilização do véu e a racialização disfarçada da diferença religiosa reflete uma história que une patriarcado, colonialismo, sexismo e orientalismo, fazendo os sentimentos eurocentrados variarem entre "desejo, pena, lástima, desprezo, ultraje" e, pois, do harém ao véu, simultaneamente. O que lhe confere uma singularidade, bem salientado por Asma Barlas: os corpos das mulheres islâmicas têm sido "transformados em 'locus' de uma dupla opressão", uma levada em nome de ideais religiosos, outra de "liberdades seculares." (Barlas, 2009b). Em relação ao corpo tem predominado uma visão que o associa à base material e concreta de dominação/sofrimento[3], mas não como fonte de "saberes impertinentes"(Vargas Valente, 2008:324-325), como lugar político que "incorpore e recupere tudo aquilo que dê reconhecimento a múltiplas matrizes políticas que configuram experiências muito diversas e corpos diferentes."

Daí porque Saba Mahmood (2006b, 131e 150) tem recordado que a "capacidade de agência pode ser encontrada não só em actos de resistência às normas como também nas múltiplas formas em que essas normas são incorporadas", e o véu pode ser "visto como uma prática disciplinar que constitui subjectividades devotas". Trata-se, portanto, de recuperar a agência feminina contra uma toda uma "retórica da vitimização"(Kapur, 2005:95-136), que insistindo na ideia de mulher oprimida, indefesa e silenciosa, não reconhece nem valoriza as lutas de resistência contra as distintas opressões, nem a capacidade de articulação, inovação e desafio das condições políticas. A luta das feministas islâmicas, nesse sentido, repõe o corpo feminino como espaço de luta contra a racialização da diferença religiosa, o colonialismo da diferença tida como "cultural", o sexismo das autoridades e o etnocentrismo de algumas propostas feministas. Requer, como diz Beatriz Preciado, situar toda "prática corporal (moderna ou tradicional, autóctone ou colonial) em entramado de fluxos de intercâmbio e significação, de apropriação e resistência dentro da economia capital-sexo-raça global" (Carrillo, 2007:404)

São também lutas para explorar os paradigmas subjacentes a cada interpretação (Toldy,

3 Vide, para uma discussão da construção do corpo islâmico como sujeito de tortura e suas ligações com patriotismo e misoginia: Butler, 2008.

2010:180) (as androcêntricas/patriarcais e aquelas que buscam versões igualitárias), inserindo-se dentro de um processo de "descolonização epistêmica", porque, afinal, "culturas e religiões são repositórios de conhecimentos e fontes de teoria" e é necessário "reconhecer e captar recursos epistêmicos de filosofias não europeias" que ofereçam alternativas à modernidade eurocentrada (Maldonado-Torres, 2008:379).

Considerações Finais

A análise dos discursos de algumas expoentes do "feminismo islâmico" evidencia a necessidade de ampliar o cânone dos direitos humanos, reconhece um papel- pouco salientado no geral- para a questão religiosa, bem como possibilidades de intersecções entre os âmbitos de sexualidade e espiritualidade. As feministas islâmicas, para tanto, têm se valido não somente da tradição filosófica de suas culturas, mas também de reinterpretações da jurisprudência, das fontes legais e de discursos clássicos, ampliando, desta forma, o âmbito da hermenêutica e questionando aspectos coloniais, sexistas e patriarcais de algumas leituras "canônicas" de direitos humanos. Neste ponto, muitas delas têm salientado a dupla opressão das mulheres islâmicas, tanto pelo discurso ocidental, quanto pelo discurso feminista, procurando romper com tais parâmetros.

Referências Bibliográficas

Ali, Kecia (2010), *Sexual ethics & Islam: feminist reflections on Qu'ran, hadith, and jurisprudence.* Oxford: Oneworld; ALI, Kecia. *Marriage and slavery in Early Islam.* Cambridge: Harvard University.

An-Na'Im, Abdullahi Ahmed (1996), *Toward an islamic reformation.* Syracuse: Syracuse University.

Anwar, Ghazala (2007), "Elements of a Samadiyyag Shariah.", in Marvin Ellison; Judith Plaskow (org). *Heterosexism in contemporary world religion; problem and prospect.* Cleveland: Pilgrim Press, 69-98.

Asad, Talal (2008), *The present as history; critical perspectives on global power.* New Delhi: Stanza, 210-220.

Asad, Talal (2009). *Reflections on secularism and the public sphere*. Consultado a 09.07.2014, em http://www.islamamerica.org/ArticleLibrary/ReflectionsonSecularismandthePublicSphere.aspx

Badran, Margot (2009), *Feminism in Islam. Secular and religious convergences.* Oxford: Oneworld.

Baldi, César Augusto (2006), *What you get is (not) what you see: para uma epistemologia*

não colonial do Islã e dos direitos das mulheres. Consultado a 09.07.2014, em http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao015/Cesar_Baldi.htm

Baldi, César Augusto (2011), "Dia internacional das mulheres. E as islâmicas?" *Carta Capital,* 24/03/2011, Consultado a 09.07.2014, em http://www.cartacapital.com.br/internacional/dia-internacional-da-mulher-e-as-islamicas.

Barlas, Asma (2009), "O Corão, a Sharia e os direitos das mulheres." *Consultor Jurídico*, 9 de Novembro de 2009. Consultado a 09.07.2014, em http://www.conjur.com.br/2009-nov-09/corao-sharia-direitos-mulheres-contradicoes

Barlas, Asma (2009b), "Islam and body politics: inscribing (im)morality." *Reykjavik,* Consultado a 09.07.2014, em http://www.asmabarlas.com/PAPERS/Iceland.pdf

Butler, Judith (2008), "Sexual politics, torture, and secular time." *The British Journal of Sociology,* 59(1): 1-23.

Carrillo, Jesús (2007), "Entrevista com Beatriz Preciado." *Cadernos Pagu* (28), 375-405. Consultado a 09.07.2014, em http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/16.pdf

Ezzat, Heba & ABDALA, Ahmed Mohammed. (2004), "Towards an islamically democratic secularism.", *in* Valérie Amiraux *et al*. *Faith and secularism*, 32-54

Kapur, Ratna (2005), "The tragedy of victimisation rhetoric: ressurecting the 'native' subjet in international/postcolonial feminist legal politics", *in Erotic justice:law and politics of new colonialism.*95-136.

Kapur, Ratna (s.d). *Desafiando al sujeto liberal: ley y justicia de género en el Asia meridional.* Disponível em: http://www.idrc.ca/es/ev-111815-201-1-DO_TOPIC.html

Kugle, Scott Siraj al-Haqq (2003), "Sexuality, diversity and ethics in agenda of progressive muslim", *in* Omar Safi *Progressive muslims.* Oxford: Oneworld, 190-234.

Mahmood, Saba (2006), "Secularism, Hermeneutics, and Empire: the politics of Islamic Reformation", *Public Culture,* (18): 2, 323-347.

Mahmood , Saba (2006b), "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico egípcio", *Etnográfica,* vol. X (I), 121-158. Acesso a 09.07.20-14, em http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a07.pdf

Mahmood, Saba (2008). IN: SHAIKH, Nermeen. *The present as history: critical perspectives on global power.* New Delhi: Stanza, 150-170.

Mahmood, Saba; Hirschkind, Charles (2002), "Feminism, the Taliban and the politics of counterinsurgency". *Anthropological Quarterly,* 2002, 75, 2, 339-354.

Maldonado-Torres, Nelson (2008), "Secularism and religion in the modern/colonial world-system: from secular postcoloniality to post secular transmodernity", *in* Mabel Moraña, Enrique Dussel; Carlos A. Jáuregui (org). *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate.* Durham: Duke University, 360-380.

Masud, Muhammad Khalid (2009), "Ikhtilaf al-Fuqaha: diversity in Fiqh as a social construction", *in* Zanah Anwar (org). *Wanted: Equality and Justice in the Muslim Family.* Kuala Lumpur: Musawah, 65-94. consultado a 09.07.2014, em http://www.musawah.org/docs/pubs/wanted/Wanted-MKM-EN.pdf;

Mir-Hosseini, Ziba (2006), *Muslim Women's quest for equality: between Islamic Law and Feminism.* consultado a 09.07.2014, em http://www.smi.uib.no/seminars/Mir-Hosseini/Questforequality.pdf

Musawah: http://www.musawah.org/docs/framework/Musawah-Framework-EN.pdf

Santos, Boaventura de Sousa (2009), "Um Ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal", *in* Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (org), *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Almedina/CES, 445-486.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Refundación del Estado en América Latina; perspectivas desde uma epistemología del Sur.* Lima: Instituto de Derecho y Sociedad.

Scott, Joan W (2009), "Sexularism", Florence: European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies distinguished lecture, june 2009. Consultado a 09.07.2014, em http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/11553/RSCAS_DL_2009_01.pdf?sequence=1

Senturk, Recep (2006), "Sociology of rights: inviolability of the other in Islam between Universalism and Communalism", *in* Abdul Azis Said, Mohammed Abu-Nimer; Meena Sharify-Funk (org). *Contemporary Islam: dynamic, not static.* London: Routledge, 24-49.

Senturk, Recep (2006b), Sociology of Rights: "I am therefore I have rights": "Human rights in Islam between Universalistic and Communalist Perspectives", *in* Mashood Baderin;, Mahmood Monshipouri; Lynn Welchman; Shadi Mokhtari. *Islam and Human rights: advocacy for social change in local contexts.* New Delhi: Global Media, 2006, 400-420.

Shaikh, Sa'diyya (2007), "A tafsir of práxis: gender, marital violence, and resistance in a south african muslim community", *in* Sa'diyya Shaikh; Daniel C. Maguire *Violence against women in contemporary world religions.* Cleveland: Pilgrim Press, 66-89.

Shaikh , Sa'diyya (2009). "In search of al-Insan: Sufism, Islamic law, and gender", *Journal of the American Academy of Religion.* December 2009, 77(4), 781-822.

Toldy, Teresa Martinho (2010), "A violência e o poder da(s) palavra(s): a religião cristã e as

mulheres”, *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 89, 171-183.

Vargas Valente, Virgínia (2008). “Las nuevas tendencias sociológicas en América Latina: entre la emancipación y el conservadurismo. apuntes de en proceso”, *in Feminismos en América Latina: su aporte a la política y a la democracia.* Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales/Flora Tristán, 317-326.

Wadud, Amina. *Inside the gender jihad: women’s reform in Islam.* Oxford: Oneworld, 2006.

Democratizar la Democracia en Nayarit (Mexico). La Posible Emergencia de una Contrahegemonía Regional

Carlos Rafael Rea Rodríguez[1]

Resumen

En medio de un proceso de paulatina articulación entre actores sociales de naturaleza diversa en Nayarit, México, la lucha de las comunidades originarias, agrícolas y pesqueras de la Cuenca del Río San Pedro por mantener el río en libertad, organizadas en el Consejo Intercomunitario y el Consejo Indígena Naáyeri, se ha erigido como uno de los referente fundamentales de esta constelación de acción social emergente. El otro polo que viene conformándose incluye a un conjunto de colectivos juveniles que operan en la Ciudad de Tepic, los cuales se han erigido como uno de los sectores más dinámicos, innovadores y propositivos del proceso. Entre ambos polos está generándose un fenómeno de reconocimiento mutuo e inteligibilidad recíproca creciente, que está permitiendo el intercambio de saberes y prácticas sociopolíticas y la gestación de formas organizativas articuladoras de carácter reticular.

Palabras clave: Movimiento por un Río San Pedro Libre, colectivos urbano-juveniles, traducción, contrahegemonía, democratización de la democracia.

Abstract

In a gradual process of articulation between social actors of different orientations in Nayarit, the fight of indigenous, agricultural and fishing communities along San Pedro river basin carried out to keep the river free, organized in the Inter-communal Council and the Naáyeri Indigenous Council, it has become one of the fundamental references in this constellation of emerging social actions. Another pole is conforming by youth groups that operate in Tepic city, which have become one of the most dynamic, innovative and proactive sectors in this process. Between both poles, it is emerging a phenomenon of mutual recognition and reciprocal growing intelligibility that is allowing the interchange of knowledge and socio-political practices along with the development of articulator social networks.

Keywords: “Movimiento por un Río San Pedro Libre”, urban youth groups, translation, counterhegemony, democratization of democracy.

1 Profesor-investigador de la Universidad Autónoma de Nayarit (México). Correo electrónico: carlosrea@yahoo.fr

Introducción

Durante el lustro reciente, en Nayarit (estado situado al noroeste de México), han surgido embriones de organización social nucleados en torno a una alianza de comunidades agrícolas, pesqueras e indígenas que luchan contra la construcción de la presa Las Cruces promovida por el gobierno federal, por la defensa del río San Pedro Mezquital[2] Libre y de los territorios, sitios sagrados y centros ceremoniales de los pueblos originarios de la región (el Naáyeri y el Wixárika, especialmente).

Simultáneamente, en el contexto urbano, numerosos grupos juveniles han iniciado una efervescente actividad mediante la cual reivindican la habitabilidad democrática y sustentable de la ciudad, la defensa de las áreas verdes, la recuperación del espacio público frente a la violencia reciente ocasionada por los conflictos entre cárteles del narcotráfico, y la autenticidad de su existencia como jóvenes, multiplicando sus expresiones culturales independientes y acrecentando la resonancia de su acción entre la ciudadanía.

Poco a poco, entre ambos polos empiezan a ocurrir encuentros más o menos estables, para el intercambio de opiniones y experiencias así como para brindarse apoyo mutuo en sus respectivas luchas, y a dichos encuentros se incorporan gradualmente algunas organizaciones sociales tradicionales y otras de creación reciente.

En términos generales, ha dado inicio un ejercicio de traducción en el que distintas generaciones, grupos, géneros, culturas políticas, demandas y expectativas colectivas, dan forma a un proceso de escucha y reconocimiento recíprocos, de intercambios de ideas y propuestas, de construcción de relaciones sin centro o, en todo caso, policéntrico, a múltiples voces y con diferentes temporalidades, que les ha conducido a realizar acciones mancomunadas y a empezar a construir un diagnóstico común de la realidad estatal, para definir un programa mínimo de acción compartida. Los más recientes esfuerzos en este sentido, son el I Foro Estatal de Organizaciones de la Sociedad Civil Independiente de Nayarit (OSCIN), realizado el 24 y 25 de mayo del 2014, del que emanaría la RED OSCIN, y la constitución del Frente de Colectivos Independientes por la defensa de la Vida, la Justicia y el Cambio Social, al fragor de las jornadas de lucha por la aparición con vida de los 43 estudiantes normalistas de Ayotzinapa desaparecidos a finales del 2014.

En este proceso social multiforme y polifónico, la posición de las comunidades originarias se ha erigido poco a poco como el referente fundamental de esta constelación, tanto por su autoridad histórico-cultural en la región, como por el nivel de generalidad y la madurez del conflicto del que forman parte en la Cuenca del Río San Pedro, irradiando a grupos de jóvenes de la ciudad que se han erigido como los actores más dinámicos, innovadores y propositivos del proceso de encuentro inter-organizacional.

2 Este río nace en el estado de Durango, y en Nayarit atraviesa los municipios norteños de Ruiz, Rosamorada, Tuxpan y Santiago Ixcuintla.

1. Antecedentes de la acción sociopolítica en Nayarit

Pensar la democratización de la democracia, nos conduce en ciertos contextos, a poner el énfasis analítico en fenómenos sociopolíticos que todavía no son claramente visibles, sino latentes e incipientemente emergentes; es decir, en fenómenos que transcurren en esa región de la realidad social donde cobra vida el *Todavía No* analizado por Santos (2009). En Nayarit vienen transcurriendo recientemente procesos sociales de esa naturaleza, que el presente trabajo se propone caracterizar, para identificar las posibilidades de nacimiento de una articulación contrahegemónica regional.

Nayarit es un estado de los más pobres del país, con una economía relativamente cerrada e históricamente copada por muy contados grupos económicos locales;[3] es igualmente una entidad en la que las estructuras corporativistas y clientelares han demostrado -hasta hoy- una eficacia extrema[4], que les ha permitido reproducirse por décadas y resistir incluso a los trastocamientos vividos por las estructuras de poder a escala nacional, en el contexto de la crisis del régimen de partido de estado y de la alternancia electoral, durante los años 2000.

Paralelamente, la oposición política de izquierda en la región y, con ella, muy buena parte de la izquierda social, enfrentó un declive constante después de haberle sido arrancado el triunfo en las elecciones a la Gubernatura en 1975, hasta encontrarse plenamente desfigurada en la actualidad. En otro sentido, los gobiernos que se han sucedido durante los últimos años en el estado -priistas-, han mantenido un comportamiento sumamente ineficiente en su gestión, extraordinariamente corrupto, de entrega acelerada de recursos y territorio a capitales extranjeros, pero fuertemente arraigado en los sectores sociales más pobres de la entidad, gracias a una actividad de manipulación mediática y a políticas gubernamentales asistencialistas muy activas.

Por último, Nayarit enfrentó recientemente una lacerante ola de violencia provocada por las pugnas entre cárteles del narcotráfico, que la colocó durante un par de años, entre las entidades con mayor incidencia de delitos asociados a este fenómeno a nivel nacional, lo cual vino a fragilizar extraordinariamente su vida institucional, su tejido social y su exiguo espacio público.

2. El contexto estatal: despojo extractivista y ruptura intergeneracional

Resulta muy importante explorar las razones principales que explican la emergencia de nuevas formas de acción colectiva en esta región del país. La primera de ellas es de carácter estructural económico, y tiene que ver con la tendencia nacional e internacional de despojo de patrimonios naturales valiosos; en ese sentido, Nayarit posee hermosas playas, ríos libres, tierras fértiles, recursos minerales cuantiosos y está situado en un punto

3 En los años recientes, el Grupo Empresarial Álica es el más notable.
4 Bajo el control del Partido Revolucionario Institucional.

geográfico que lo conecta con regiones estratégicas desde el punto de vista económico-comercial internacional.[5] Por ello, grandes capitales nacionales e internacionales vinculados al gran turismo, a la privatización de los recursos hídricos, a la agroindustria de exportación, incipientemente a la maquila y, probablemente en el futuro próximo, a la actividad portuaria de carácter comercial, están incrementando sensiblemente su presencia en la entidad, con los consecuentes conflictos que van aparejados a este tipo de proyectos, provocados por la depredación, el despojo, la explotación y el etnocidio.

Por otra parte, es posible lanzar la hipótesis de que las matrices de cultura política (Rea, 2007) tradicionales en la entidad que alimentaban la acción sociopolítica hasta la década de los 90, se han desgastado hasta resultar inoperantes como referentes de significación y de generación de lealtades colectivas, así como de intervención eficaz en la vida público-política local. Como un efecto paradójico, esto ha permitido el inicio de nuevas y muy fértiles búsquedas simbólico-culturales y políticas por parte de sectores juveniles, especialmente, y la visibilización pública de las capacidades de resistencia de los pueblos originarios de la región. Ya no están vigentes el marxismo-leninismo y las tradiciones de lucha agrarista y magisterial, afluentes que convergían en la cultura política *gasconista*[6] predominante entre la izquierda política y social durante la década de los 70's y los 80's en Nayarit (de la cual sólo persisten muy pequeños grupos marginales de carácter testimonial y con vocación estrictamente identitaria); no son tampoco los afluentes maoístas y ecleciásticos de base que estuvieron presentes durante los 80's y parte de los 90's en buena parte de la acción urbano-popular; tampoco el ideario perredista de restitución del modelo nacional-popular que constituyó el principal referente sociopolítico durante parte de los 90's y la primera década de los años 2000, periodo en el que la dinámica de reiterada alternancia electoral y la incursión de empresarios entre sus filas, terminaron por desdibujar ideológica y programáticamente a prácticamente todas las opciones de izquierda electoral en la entidad.

Ahora, son el zapatismo, la lucha de los indignados, el movimiento Yo soy 132, el feminismo y, sobre todo, la muy marcada tendencia a la experimentación colectiva de nuevas formas de sociabilidad y de acción colectiva, los abrevaderos simbólicos de las nuevas expresiones de acción social. Al mismo tiempo, la cosmovisión de los pueblos originarios emergió con una fuerza inusitada en el espacio público hasta entonces copado por el pensamiento mestizo-occidental, encontrando una igualmente inédita receptividad a la misma entre muchos jóvenes y adultos de la ciudad y el campo en la entidad. Un último elemento a destacar es la activa participación de universitarios (investigadores, profesores y estudiantes) que, particularmente desde la máxima casa de estudios de la entidad, la Universidad Autónoma de Nayarit, vienen desarrollando un importante trabajo de innovación cultural y de organización social en el seno de estas nuevas formas de acción colectiva, impulsando visiones críticas al desarrollismo, como el buen vivir, el equilibrio sustentable (Zermeño, 2010), el diálogo de

5 Por un lado está la cercanía relativa con los Estados Unidos, por otra, la pertenencia a la región conocida como la Cuenca del Pacífico, que interconectaría la entidad incluso con China.

6 En referencia a Alejandro Gascón Mercado, dirigente histórico de la izquierda nayarita.

saberes (Leff, 2004, 2008), y privilegiando como imperativo ético el respeto a las comunidades, grupos sociales e individuos, la consolidación de sus capacidades de acción autónoma y el mejoramiento de su calidad de vida, desde lo que ella decida que eso significa.

3. El proyecto hidroeléctrico Las cruces y El Movimiento por el Río San Pedro Libre

A finales del año 2008, el gobierno federal da a conocer su intención de construir el mega-proyecto hidroeléctrico Las Cruces en el estado de Nayarit, donde ya existen tres presas de enormes proporciones en funcionamiento (Aguamilpa, El Cajón y La Yesca). Ante tal declaración, de inmediato surgió la preocupación entre grupos de universitarios y organizaciones de la sociedad civil nacional e internacional, por los probables efectos ambientales, productivos y socioculturales de esta obra en una región ambientalmente estratégica (en ella se sitúa una importantísima zona de humedales y manglares conocida como Marismas Nacionales), y en la cual se asientan comunidades del pueblo Naáyeri y sitios sagrados que este pueblo comparte con el pueblo Wixárika. Además se trata de una región sensiblemente afectada por la construcción de la presa Aguamilpa en el Río Santiago y por el canal de Cuautla, que han provocado la intrusión excesiva de agua salada y han alterado el equilibrio ecosistémico en esta región.

A partir del trabajo informativo llevado a cabo por un equipo universitario conocido como Pro-regiones (UAN/UNAM[7]), los pobladores de la región empezaron a conocer de la existencia del proyecto hidroeléctrico, así como de los riesgos que entrañaba una obra de estas características en un ecosistema costero previamente dañado de forma considerable. Esto hizo posible que gradualmente naciera un movimiento de resistencia a la construcción de dicha presa (Rea et al., 2015). Los habitantes de Presidio de los Reyes, comunidad originaria del pueblo Naáyeri o cora en el municipio de Ruiz, y de Tuxpan, ejido agrícola conocido como el más grande del país, que se caracteriza por una larga y combativa tradición de lucha social agrarista, junto con ejidos, cooperativas, sociedades de producción rural y habitantes de otras comunidades indígenas de la zona, decidieron conformar, a convocatoria del equipo universitario de Pro-regiones, el 19 de julio del 2009, el Consejo Intercomunitario para el Desarrollo Sustentable de la Cuenca del Río San Pedro. A la postre, este organismo se convertiría en el actor social fundamental dentro de la corriente opositora a la presa, al que se vino a sumar el Consejo Indígena Naáyeri, del que forman parte numerosas comunidades originarias de la zona serrana. Mientras tanto, el equipo universitario de Pro-regiones Nayarit pasó en lo sucesivo a cumplir el papel de acompañante del movimiento.

En relación con las orientaciones principales detectadas en la posición de los pobladores, encontramos que en Tuxpan prevalece una orientación predominantemente económica, más centrada -por lo menos en la fase inicial del proceso- en la preocupación por la afectación

7 Coordinado por el Dr. Sergio Zermeño García Granados, del Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM.

a los recursos de los que depende su dinámica productiva, y en su interés por modificar los montos y los criterios con los que se asignan los recursos públicos por parte de los distintos órdenes de gobierno para mejorar sus condiciones de vida. Se aprecia, igualmente, debido a sus antecedentes de cultura y participación sociopolítica con fuertes reminiscencias agraristas-, una mayor proclividad a la radicalización en sus formas de lucha, a reivindicar la necesidad de alianzas amplias entre actores y sectores de la región, y a mantener una postura autónoma por parte del conjunto de la movilización anti-presa de la que forman parte.

En lo que respecta a Presidio de los Reyes, la dimensión de los recursos coexiste, pero subordinada gradualmente a una visión cosmogónica, espiritual, holística y biocéntrica. Esta última es una postura estructurada por la búsqueda de equilibrio entre ser humano y entorno natural; entre las pretensiones de desarrollo local, bienestar comunitario material y espiritual, y salud del conjunto del ecosistema. Lo que la gente de Presidio de los Reyes persigue es recursos y participación política en la toma de decisiones que les incumbe, ciertamente, pero aun de manera más significativa, armonía ecosistémica[8], respeto a su cultura y organización social, y reconocimiento a sus derechos ancestrales a sus lugares sagrados, a la tierra y al agua como patrimonio (Arrojo, 2006).

Como saldo general de esta rica experiencia social hasta el momento, es evidente la emergencia y/o consolidación de numerosos liderazgos naturales locales a lo largo de toda la Cuenca, gracias al trabajo desarrollado por el Consejo Intercomunitario. En segundo lugar, resalta el posicionamiento claro y sumamente amplio en oposición a la presa, respaldado por parte de miles de pobladores de la región.[9] Otro aspecto crucial a destacar, es el nacimiento del Consejo Indígena Naáyeri, el cual ha permitido conectar la defensa del río libre y la defensa de los sitios sagrados de esta cultura, con otras demandas históricas e iniciativas de este pueblo originario. Esta dinámica ha permitido que emerja y se desarrolle cada vez más la articulación de las comunidades Naáyeris con otros pueblos originarios de la región –fundamentalmente con los Wixaritaris, particularmente en la defensa común de los sitios sagrados de Wirikuta y Hara mara. Asimismo, esta efervescente dinámica ha hecho posible el acercamiento gradual aunque intermitente con ONG's, colectivos y movimientos sociales de la capital del estado, así como otros de carácter estatal, regional, nacional e internacional. En conjunto, estos procesos, junto con campañas estratégicamente concebidas para promover el contacto entre los pobladores de toda la Cuenca, a partir de su relación común con el Río San Pedro, han permitido el nacimiento y desarrollo de identificaciones ecosistémicas de alcance regional.

8 En términos touraineanos, estaríamos hablando del registro de las orientaciones culturales propias de la historicidad (Touraine, 1972).

9 Para enero de 2013, más de 5 mil personas habían firmado el primer pronunciamiento lanzado a la opinión pública en 2008 por el Consejo.

4. Los colectivos urbanos

En la ciudad de Tepic, capital del estado, durante los años recientes, han visto la luz un importante número de colectivos juveniles que destacan por una actividad constante y un impacto creciente entre la sociedad. Tras una serie de tropiezos en los que intentaron, sin lograrlo, conformar expresiones locales de los movimientos de los Indignados y del movimiento estudiantil Yo soy 132, entre otros, los jóvenes tepicenses aprendieron poco a poco a definir de mejor manera sus proyectos de acción social, a plantear más claramente sus objetivos, a proponer formatos organizacionales y repertorios de acción innovadores, viables y atractivos para más jóvenes y para el conjunto de la ciudadanía.

Nucleados en buena medida por estudiantes o egresados universitarios o de escuelas tecnológicas, así como por sobrevivientes de anteriores proyectos artístico-culturales y, en mucha menor medida por jóvenes procedentes de organismos partidistas, surgen proyectos como Tepic en bici, Mujeres Creadoras, Tianguis cultural, La Jerga, Defendamos La Loma, Y sin embargo se mueve, Sembrando semillas, entre muchos otros, que representan alternativas socioculturales que lograron sobrevivir y se consolidan cada vez más. En torno a ellas se han aglutinado otros organismos de corte ambientalista de más larga data en la ciudad de Tepic y, más recientemente, han logrado también establecer contactos con grupos en defensa de los derechos de personas con capacidades diferentes, con grupos que exigen transparencia, con grupos que pugnan por una mejor habitabilidad del espacio urbano. Estos nuevos colectivos están con frecuencia compuestos por jóvenes que pueden practicar una militancia múltiple y flexible, al mismo tiempo combinando la participación virtual y la presencial; son grupos que se ven articulados entre sí formando parte de redes cuyos nodos son individuos con una militancia plural; son colectivos con capacidad de interlocución con actores sociales y políticos, que están atreviéndose a exigir un mejor desempeño de las instituciones formales y de los políticos, así como a elaborar propuestas técnicamente bien sustentadas y a ponerlas a la consideración pública, a través, en buena medida, de la utilización inteligente de las redes electrónicas y el espacio mediático.

En los discursos y las prácticas de esta constelación de colectivos podemos identificar como centrales: a) la reivindicación de libertad, autonomía, creatividad, expresividad, autenticidad; b) la preocupación por el rescate de lo público, por el ejercicio y la defensa de los derechos ciudadanos y del espacio comunitario, aspirando a mejores formatos de convivencia social, de habitabilidad, de sustentabilidad, de respeto a la diferencia, en los que sea posible que el común de la gente recupere y ejerza la palabra, la voz, la imaginación, la iniciativa, la inteligencia colectiva; c) la iniciativa por recuperar la política desde lo social, no situándose a ultranza contra la política y los políticos profesionales, sino afirmándose primero como sociedad civil autónoma, pensante y actuante, para exigir legalidad, transparencia, rendición de cuentas y respeto a los derechos de la ciudadanía por parte de políticos profesionales y de las instituciones políticas convencionales.

Dada la forma reticular informal como los colectivos urbanos suelen estar relacionados, debido a la presencia en ellos de miembros con militancia múltiple y a la confluencia en acciones que tienen que ver con asuntos de interés común, los contactos entre dichos colectivos no son extraños; aunque esto no implique la ausencia de diferencias e incluso distancias entre algunos de ellos debido a diferencias de distintos órdenes. En ese andar por múltiples y diversas vías, se ha logrado sin embargo establecer una dinámica de colaboración entre organizaciones en torno a proyectos específicos y a término, que se vuelven cada vez más frecuentes. Esto hizo posible que recientemente se empezaran a esbozar formatos más integradores de interacción y colaboración.

Los elementos que están haciendo posible dicho acercamiento, aparte de los ya mencionados en relación con el cambio emergente en el nivel de la cultura política y en la composición de los grupos, tienen que ver con el modelo de desarrollo que se impulsa en la ciudad capital. Se trata de un "modelo" desarticulado, técnicamente mal planeado y cortoplacista, espontaneista y hasta caótico, orientado a privilegiar la movilidad automotora y, por ende, que procura el recubrimiento de concreto de la mayor superficie posible dentro de la ciudad, por medio de la construcción de los llamados bulevares inteligentes; un modelo que tiene impactos altamente depredadores sobre las áreas verdes y especialmente sobre las zonas de captación, escurrimiento y recarga de las aguas pluviales; finalmente, es un modelo orientado por la actividad severamente desordenadora que ha impuesto la especulación inmobiliaria en la ciudad. Por tanto es un modelo que no es incluyente ni participativo, y sí claramente privatizador de los espacios públicos, los cuales se vuelven cada vez más vigilados, y que supeditan las dinámicas de sociabilidad dentro de ellos a fines estrictamente comerciales.

5. El Foro de la Sociedad Civil Independiente

Los esfuerzos convergentes han llegado hasta los dos polos de acción social arriba descritos. El movimiento por el Río San Pedro Libre, en la búsqueda de solidaridad activa para enfrentar a adversarios económicos y políticos poderosísimos, ha definido una estrategia de vinculación con los actores sociales -también políticos- de la capital del estado, así como del resto de la entidad, lo mismo que con actores de carácter nacional e internacional, buscando incidir de una forma favorable sobre la opinión pública y las instituciones políticas del estado. Por esta vía se intenta generar una presión social sobre las instancias que deben dirimir jurídicamente el conflicto que el movimiento mantiene con los promotores de la presa, para impedir que sea la intervención político-gubernamental la que se imponga en la resolución del diferendo, por encima de la legalidad y de la opinión de la población.

Por su parte, los jóvenes de los colectivos urbanos, en su intento de realización personal desde la autonomía, la autenticidad y el compromiso social, que les ha permitido cultivar una postura crítica frente al modelo sociocultural, económico y político hegemónico, pero más allá, frente a las concepciones civilizacionales cosificadas y desarrollistas, se han abierto

a una búsqueda de nuevos referentes culturales, a la vez epistémicos y espirituales, lo mismo que políticos. Esto los ha colocado en una situación bastante proclive para identificarse con la lucha de los pescadores, agricultores y pobladores de los pueblos originarios de la Cuenca del Río San Pedro, que es una lucha por el territorio, la autonomía, el respeto, la dignidad, la defensa de sus derechos humanos y la defensa de los sitios naturales y culturales que son fundamentales para ellos. En ese marco, se fueron configurando las circunstancias favorables para los encuentros entre estos dos polos de acción social, que se han expresado en iniciativas de solidaridad mutua, tanto declarativa como presencial.

La dinámica de contacto, encuentro, diálogo y acción conjunta creciente, hizo posible que miembros del Grupo de Opinión Sentipensante, junto con los de muchas otras organizaciones campesinas, urbano-populares, juveniles, de indígenas, de mujeres, etc., hayan decidido organizar el I Foro Estatal de las Organizaciones de la Sociedad Civil Independiente de Nayarit, realizado el 24 y 25 de mayo en la ciudad de Tepic. Durante las actividades preparatorias (que duraron seis meses) se realizaron reuniones que tenían como propósito el conocimiento mutuo de las organizaciones y colectivos, así como dar a conocer los temas en torno a los cuales cada uno actúa, la forma como lo hacen, las demandas y propuestas que enarbolan y su diagnóstico general sobre la situación que se vive en la entidad. Con todo ello, se buscaría definir los ejes temáticos y la metodología más adecuada para la realización del foro.

El evento se estructuró finalmente con base en seis mesas temáticas que sintetizan las preocupaciones de este universo de organizaciones tendencialmente convergentes: 1) obras y servicios públicos, 2) las dinámicas rurales, 3) el ámbito del trabajo, 4) las diferencias socioculturales, 5) procesos políticos y participación social y 6) modelo de desarrollo actual y modelo necesario. En el foro se discutieron 50 ponencias, y acudieron alrededor de 30 organizaciones sociales independientes.

Como parte de los acuerdos generales a los que se llegó al final del foro están: a) la creación de una comisión interorganizacional de seguimiento a los resolutivos del evento; b) orientar el esfuerzo de articulación interorganizacional a partir de cinco ejes temáticos: *i)* la acción contra el plan hidráulico interconectado del noroeste, en el que se inscribe la presa Las Cruces; *ii)* la defensa de los derechos de los pueblos originarios y de sus sitios sagrados y centros ceremoniales; *iii)* las acciones por impulsar una habitabilidad urbana incluyente, participativa, adecuadamente planeada y técnicamente bien fundamentada y sustentable; *iv)* la disputa por el modelo de desarrollo costero en la entidad y, finalmente, *v)* el impulso de una cultura democrática. Actualmente, el proceso ha desembocado en la formalización de la Red de Organizaciones de la Sociedad Civil Independiente de Nayarit y del Foro Todas las Voces.

El proceso convergente más reciente registrado en Nayarit se presentó en el contexto de las movilizaciones que se extendieron a todo lo largo y ancho del país en ocasión de la desaparición de los estudiantes normalistas de Ayotzinapa, Guerrero. Los afluentes más importantes

que coinciden en esta experiencia en el caso de Nayarit, son grupos comunistas, urbano-culturales (algunos de ellos ya presentes en la RED OSCIN) y estudiantiles de la Universidad Autónoma de Nayarit. Juntos decidieron conformar el ya mencionado Frente de Colectivos Independientes en Defensa de la Vida, la Justicia y el Cambio Social, visiblemente dirigido por los jóvenes comunistas, con un posicionamiento ideológico-político cercano al ideario zapatista y con un activismo constante, orientado a la disputa política radical antisistémica y enclavado en la ciudad de Tepic..

Traducción y articulación hegemónica: ¿un diálogo posible?

Procesos sociopolíticos como los aquí abordados nos permiten abrir una breve reflexión –por el espacio del que aquí disponemos[10]- de carácter teórico, que en mi opinión es fundamental, dado que obliga a dar cuenta de la naturaleza crecientemente compleja de la acción social, con ejercicios analíticos igualmente más complejos. Específicamente, para analizar fenómenos como el nayarita –y sospecho que el ejercicio puede hacerse extensivo a muchos otros contextos-, propongo iniciar el diálogo entre la teoría de Boaventura de Sousa Santos con la de Ernesto Laclau (Laclau, 2000 y 2004; Critchley y Marchart, 2008). Así podremos pensar los procesos diversos de articulación social a través de la presencia de *preocupaciones isomórficas* (en términos de Santos) entre las diferencias socioculturales y políticas que existan en un contexto social determinado, que pueden dar lugar a la aparición/definición de *zonas de contacto* y/o emerger como *significantes vacíos*[11] que operen como *universales histórico-concretos*[12] (es decir, parciales, precarios y provisionales, y no abstractos y absolutos como lo pretendía el discurso de la modernidad). Siendo congruente con la idea de la *proliferación de las totalidades* de Santos, así como con el reconocimiento de la necesidad ineluctable y nunca plenamente realizable de integración social que propone Laclau, sostengo que es necesario entender la construcción de la *contrahegemonía* como un proceso *policéntrico, pluriescalar y multitemporal* (siguiendo a Santos), en el que pueden estar presentes e interconectarse una o varias zonas de contacto y uno o varios significantes vacíos o universales histórico-concretos. Al mismo tiempo considero que para que un proceso convergente llegue a ser efectivamente (contra) hegemónico, requiere necesariamente de la aparición de uno o varios *universales* -en los términos aquí asumidos-, interrelacionados coherente y consistentemente dentro de un marco de interpretación y acción social y política que sea de alcance general y de largo aliento. Pero para salir del marco de la contrahegemonía[13], es

10 Esta idea la desarrollo extensamente en Rea (2014 y s/f).

11 Es decir, como referentes que adquieren la capacidad de representar la plenitud comunitaria ausente, llenándose en ese movimiento de otros significados que exceden al original y que lo vacían tendencialmente del mismo, permitiendo el establecimiento de cadenas equivalenciales entre los elementos presentes en el contexto social. Sin embargo, dicha comunidad será siempre la idea de una plenitud comunitaria que será inevitablemente precaria y provisional.

12 Esto es, significantes vacíos que de ser anteriormente elementos particulares dentro de un universo social, adquieran -de forma contingente- la capacidad de representación de otros particulares presentes en el mismo espacio, es decir, que adquieran la capacidad –nunca plena ni definitiva- de *universal,* en los términos que yo propongo, de *universal histórico-concreto*.

13 Santos se refiere a la contrahegemonía como la apropiación creativa por parte de las clases populares, *para sí,* de

decir de la resistencia y la oposición, para poder pensar la posibilidad de la *alterhegemonía* (la afirmación positiva de un proyecto propio de alcance civilizacional), es definitivamente indispensable la profundización y expansión de las dinámicas de traducción para definir y estabilizar significados socioculturales de alcance societal y de duración epocal.

En el caso que nos ocupa, encontramos elementos que nos ilustran muy claramente la diversidad de "centros", de escalas y de tiempos en interacción tensional. En primer término, la Cuenca del Río San Pedro y dentro de ella, la zona serrana habitada por el pueblo Naáyeri, así como la ciudad de Tepic y en menor medida –hasta ahora-, la zona costera de Bahía de Banderas, constituyen los puntos desde los que por ahora se nuclea la acción social en Nayarit. Algunas de estas experiencias se concentran más en una localidad, como es el caso de la ciudad de Tepic, donde son las acciones colectivas de carácter eminentemente urbano las que logran un nivel importante de actuación y visibilidad, quedando fuera toda el área rural del municipio; otras experiencias logran un impacto a nivel de un conjunto de municipios, como es el caso del movimiento por la Defensa del Río San Pedro, que se desenvuelve a escala de toda la Cuenca (conformada por los municipios de Santiago, Tuxpan, Ruiz y Rosamorada), y que cada vez más logra una resonancia a escala estatal, nacional e incipientemente internacional. Entre las experiencias convergentes aquí registradas, el Frente de Colectivos Independientes circunscribe claramente su acción a la ciudad de Tepic, mientras que la Red OSCIN pretende tener también una incidencia en varias regiones del interior del estado. En cuanto a las temporalidades, es posible apreciar procesos de una temporalidad lenta, profunda, secular, como la que transcurre en el contacto entre pueblos originarios Naáyeri y Wixárika; procesos coyunturales de carácter estratégico-político, como el que dio lugar a la conformación del Frente de Colectivos Independientes; o procesos de largo aliento que persiguen la transformación de la cultura política para avanzar en la construcción de una ciudadanía democrática, como es el caso de muchos de los colectivos urbano-juveniles y del planteamiento de la Red OSCIN.

En la interacción de todos estos componentes, es posible igualmente dar cuenta de la coexistencia de procesos de traducción y de articulación hegemónica. En el caso de la *traducción,* ésta se registra con mayor o menor profundidad y éxito, en el contacto entre las comunidades Naáyeris y Wixaritaris (traducción regional de carácter interétnico), por un lado, y entre las primeras y los grupos sociales de las localidades agrícolas y pesqueras de la Cuenca, por otro (traducción regional de carácter general); de la misma forma la encontramos en el proceso de gestación del Foro de las OSCIN (traducción que pretende ser de alcance estatal). En el contacto entre Naáyeris y Wixaritaris, la defensa del territorio, de los sitios sagrados compartidos, de su identidad y su cultura, se traduce fundamentalmente en la reivindicación de su dignidad como pueblos, en la exigencia de respeto por parte de los mestizos y de las instancias gubernamentales, y en la reivindicación emergente de su

esos instrumentos [la democracia representativa, el derecho, los derechos humanos y el constitucionalismo] con el fin de hacer avanzar sus agendas políticas más allá del marco político-económico del Estado liberal y de la economía capitalista (Santos, 2010:68).

autonomía comunitaria[14]. En lo que respecta a la gestación de la Red OSCIN, a pesar de ser un proceso muy joven y con futuro incierto, su concepción y funcionamiento ha respondido a la intención explícita de abrir espacios para la intelegibilidad recíproca y la experimentación sociopolítica entre los participantes.

Por otra parte, encontramos ejemplos de articulación hegemónica en el predominio que entre toda la constelación de posiciones presentes en la Cuenca del Río San Pedro, ha adquirido la defensa del mismo que hace el pueblo Naáyeri (articulación hegemónica de alcance regional); asimismo, dicha posición gana cada vez más en centralidad y en capacidad de articulación de otras demandas, de cara al conjunto de luchas sociales del estado (embrión de articulación hegemónica de alcance estatal). La centenaria tradición de resistencia sociocultural del pueblo Naáyeri; las circunstancias jurídico-políticas y de opinión pública propias del contexto internacional configuradas durante los últimos 20 años, que otorgan una atención especial a las luchas de los pueblos originarios; la trascendencia biológica y socioproductiva de la Cuenca y el daño acumulado que ésta ha experimentado en los años recientes; la creciente conciencia social sobre los riesgos ambientales y la aceptación del discurso de la sustentabilidad en el contexto urbano; y el singular carácter de la coyuntura en la que se vieron involucrados estudiantes indígenas en Ayotzinapa, entre otros factores, han propiciado que el lento y concienzudo trabajo de sensibilización y organización social llevado a cabo en la zona serrana de la Cuenca posicionen la postura Naáyeri como el referente fundamental de la acción social independiente en aquella región al norte del estado y poco a poco en toda la entidad. Más recientemente, en el marco de la movilización social que surgió a finales del 2014 para exigir la presentación, vivos, de los 43 normalistas de Ayotzinapa, en Nayarit nació el Frente de Colectivos Independientes por la Vida, la Justicia y el Cambio Social. Al iniciar 2015, estos son las dos grandes movilizaciones que parecen nuclear la acción social independiente en Nayarit; aunque de entre ellas, pareciera que la defensa del Río San Pedro apunta, por el motivo que la produce, sus características y su trayectoria, a un proceso de mayor profundidad y calado, por su naturaleza sociocultural, aunque su discurso sea aparentemente menos radical que el del Frente de Colectivos Independientes, el cual asume un discurso político de carácter claramente antisistémico.

Conclusiones: traducción en curso y ¿contrahegemonía en ciernes?

A partir de la revisión realizada sobre los contactos, encuentros y articulaciones que están teniendo lugar entre actores sociales de distinta naturaleza en Nayarit, podemos extraer algunas conclusiones provisionales sobre este proceso emergente. En primer lugar, es posible afirmar que existe un escenario sociocultural inédito que potencialmente constituye el caldo de cultivo para nuevas expresiones de acción colectiva, nucleadas en torno a los temas de:

14 Al respecto, en febrero de 2015 se dio a conocer públicamente la constitución de la primera policía comunitaria de la región, en la comunidad de Santa Teresa, municipio de El Nayar, como reacción ante los constantes atropellos en la región por parte de la delincuencia organizada y de la Policía Nayarit.

a) la defensa de los patrimonios naturales fundamentales vinculados a la gestión hídrica (tanto a nivel de cuenca como de las costas), b) la exigencia de respeto a la cosmovisión, las demandas y propuestas de los pueblos originarios del estado, c) los planteamientos sobre formas alternativas de habitar individual y colectivamente la ciudad y d) la búsqueda de libertad, autonomía y afirmación personal por parte de los jóvenes, particularmente en el medio urbano (a lo que Geoffrey Pleyers (2009) le ha denominado la vía de la subjetividad). En segundo lugar, los dos principales nodos de acción colectiva que se están configurando (el movimiento por un Río San Pedro Libre y los colectivos que se articulan en torno a la habitabilidad urbana, y de manera más reciente en torno a la exigencia de la aparición de los normalistas de Ayotzinapa), encuentran cada vez más las ocasiones propicias para suscitar acercamientos y eventuales articulaciones entre sí. Lo que ha incentivado tal encuentro es el modelo de desarrollo implementado en la entidad, así como una ruptura intergeneracional en el terreno de la cultura política. Igualmente, a esto se viene a sumar el rol activo que asumen actores universitarios para propiciar y alimentar dichos encuentros en el plano local y estatal. Coyunturalmente, el desgaste de la clase política, que ha llegado a extremos inmanejables debido a la exacerbación de la violencia provocada por el narcotráfico y, más recientemente, por la violación sistemática de los derechos humanos por parte del Estado mexicano, ha contribuido al desencadenamiento de fuerzas colectivas que dotan de nuevos bríos y significados a las dinámicas convergentes de lucha social. En ese marco general, mediante una emergente dinámica de *experimentalismo democrático* (Santos y Avritzer, 2004) y desde nodos, escalas y temporalidades distintas, un complejo proceso de producción de contrahegemonía parece estar teniendo lugar en Nayarit, combinando traducciones y articulaciones hegemónicas parciales que poco a poco se comunican entre sí, anunciando la posibilidad del cambio sociopolítico y cultural regional, y por qué no, de una difícil, prolongada e incierta construcción de alterhegemonía.

Bibliografía

Arrojo, Pedro (2006), *El reto ético de la nueva cultura del agua. Funciones, valores y derechos en juego*, Barcelona: Paidós.

Critchley, Simon y Oliver Marchart (org.) (2008), *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra,* México: FCE.

Laclau, Ernesto (2000), *La guerre des identités. Grammaires de l'emmancipation.* París : La Découverte/M.A.U.S.S.

Laclau, Ernesto; Chantal Mouffe (2004), *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia.* México: FCE [2ª. Edición].

Leff, Enrique (2004), *Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza,* México: S. XXI.

Leff, Enrique (2008), *Discursos ambientales.* México: Siglo XXI.

Pleyers, Geoffrey (2009), "Autonomías locales y subjetividades en contra del neoliberalismo: hacia un nuevo paradigma para entender los movimientos sociales", in Mestries, Pleyers y Zermeño (orgs.), *Los movimientos sociales: de lo local a lo global*. México: Anthropos, UAM-A, 126-153.

Rea, Carlos (2007), "El gasconismo: surgimiento de una cultura política regional", *Desacatos Revista de Antropología Social,* 25, 145-162.

Rea, Carlos (2014), "Diálogo de saberes, traducción y hegemonía en Nayarit. Los nodos emergentes de una sociedad que se organiza", *ponencia presentada en el 6º. Congreso Internacional de Sociología. Construcción de ciudadanías: nuevas realidades y miradas interpretativas.* Ensenada: UABC.

Rea, Carlos (s/d), "La útil relación entre el diálogo de saberes, la traducción y la hegemonía". *Documento de trabajo*. Tepic.

Rea, Carlos, Ceballos, Angélica; Villaseñor, Bertha (2015), "Equilibrio sustentable y resistencia social en la Cuenca del Río San Pedro en Nayarit", *Desacatos Revista de Antropología Social,* 47,116-131.

Santos, Boaventura (2009), *Una epistemología del sur.* México: Clacso Ediciones, Siglo XXI.

Santos, Boaventura (2010), *Refundación del estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del sur.* México: Universidad de los Andes, Siglo del Hombre Editores, Siglo XXI.

Santos, Boaventura; Leonardo Avritzer (2004), "Introducción: para ampliar el canon democrático", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar la democracia. Los caminos de la democracia participativa,* México: FCE, 35-74.

Touraine, Alain (1972), *La production de la société*. París: Seuil.

Zermeño, Sergio (2010), *Reconstruir a México en el siglo XXI. Estrategias para mejorar la calidad de vida y enfrentar la destrucción del medio ambiente.* México: Océano.

Direitos Fundamentais Urbanísticos, Estatuto da Cidade e a Experiência Emancipatória da Democracia Deliberativa

Lucas Rêgo Silva Rodrigues[1]

Resumo

A dificuldades geralmente evidenciadas para a realização de programas jurídico-normativos com potencial emancipatório como o que caracteriza o Estatuto da Cidade trás à lume a discutida questão da efetividade das leis no Brasil. Diante deste contexto de inquietação quanto à instrumentalização do Direito tendo em vista a transformação social, buscou-se analisar a tensão entre a projeção de uma realidade urbana socialmente justa que emerge do discurso jurídico do Estatuto da Cidade, fundado, sobretudo, na disciplina legal que regula a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e a facticidade de uma disputa complexa pelo espaço urbano, caracterizada pelos modelos diferentes modelos de cidade que se antagonizam nas arenas públicas de discussão formais e informais. Para tanto, refletiu-se sobre as condições efetividade do Estatuto da Cidade a partir da proposta de produção normativa do PDDU segundo o modelo de democracia deliberativa articulada na teoria discursiva do Direito a partir de um estudo de caso sobre a formação do PDDU de Salvador.

Palavras-chave: Direito. Democracia. PDDU. Habermas.

Abstract

The difficulties often evidenced into the implementation of legal and regulatory programs with emancipatory potential, as example the City Statute, brings out the discussed issue on the effectiveness of laws in Brazil. This context of concern about the instrumentalization of law in view of a social transformation, we tried to examine the tension between the projection of a socially urban reality, based on justice, that emerges from the City Statute legal discourse, founded mainly on the legal discipline that regulates the creation of the Master Plan for Urban Development against the factuality of a complex dispute over urban space, characterized by different models of city that antagonize themselves in the public arenas of formal and informal discussion . To this end, we conducted research on the effectiveness conditions of the Statute of the City from the proposed rules PDDU production, using the model of deliberative democracy articulated in the discourse theory of law from a case study on the formation of PDDU Salvador.

Keywords: Law. Democracy. PDDU. Habermas.

---

1 Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Salvador. Professor de Teoria do Direito e Coordenador de Iniciação Científica da Faculdade de Direito do Centro Universitário Jorge Amado - Unijorge. Professor do curso de Direito da Faculdade Batista Brasileira. Professor convidado da Pós-Graduação em Direito Público da Universidade Salvador - Unifacs. Advogado e Consultor com área de atuação em Direito Público.

Introdução

As dificuldades geralmente evidenciadas para a realização de programas jurídico-normativos socialmente includentes, como o que caracteriza o Estatuto da Cidade, chamam atenção para a discutida questão da efetividade das leis no Brasil.

O Estatuto da cidade, criado pela Lei 10.257/01, contempla diretrizes que apontam para a conformação de cidades socialmente justas fundadas na garantia do bem estar de seus habitantes e sistematiza os instrumentos de política urbana necessários à viabilização de direitos fundamentais urbanísticos ali previstos, entre os quase se insere o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – denominado de PDDU, principal de instrumento de política urbana a ser criado mediante lei municipal com vista ao planejamento urbano das cidades brasileiras. O Estatuto da Cidade prevê um conteúdo mínimo para o PDDU, de modo que no seu conjunto normativo deve constar a previsão para a utilização de outros importantes instrumentos de política urbana, o que acaba por ressaltar a centralidade do PDDU no que toca às expectativas de efetivação do discurso jurídico do direito à cidade frente a um contexto social marcado por uma distribuição excludente e elitista do espaço urbano, resultado do processo de urbanização das cidades brasileiras no século XX.

Desta forma, diante de um compreensível e atual ceticismo quanto à instrumentalização do Direito tendo em vista a transformação social, buscou-se analisar as condições de concretização do discurso jurídico da Lei 10.257/01 com base nas possibilidades emancipatórias assentes na forma jurídica estabelecida para composição do PDDU, que o próprio Estatuto da Cidade determina seja feita mediante o aproveitamento da participação popular.

Desta análise resultaram algumas reflexões sobre as contribuições que a forma deliberativa da democracia pode oferecer ao enfretamento da tensão entre a pretensão normativa do Estatuto da Cidade e realidade urbana complexa das cidades brasileiras, caracterizada por inúmeros conflitos fundiários, culturais e sociais.

Para refletir sobre as possibilidades de legitimação e efetivação de leis com grande potencial de transformação social a partir a partir de um nexo entre procedimento e participação popular, valeu-se do modelo teórico democracia deliberativa articulado na teoria discursiva do Direito de Jurgen Habermas.

Esta teoria se estrutura sobre uma dimensão de uma transdiciplinaridade adequada à análise de problemas complexos que se colocam no plano das esferas política, jurídica e social, além de se caracterizarem por compreenderem a realidade social a partir de um ângulo crítico e socialmente engajado.

Para tanto, em um primeiro momento, após situar o programa normativo urbanístico na ordem jurídica brasileira em sua vinculação estreita com a orientação socialmente transformadora que emerge do discurso jurídico constitucional brasileiro, desenvolveu-se o delineamento

da fronteira epistemológica entre a teoria discursiva do direto e literatura política sobre aos problemas relativos à participação popular em países de democracia de larga escala[2], passou a desenvolver o estudo de caso sobre a construção do atual PDDU de Salvador.

Nesta ocasião confrontaram-se os problemas detectados no que se refere à participação popular na elaboração, na criação do PDDU de Salvador com os aspectos centrais da teoria do direito habermasiana relativos aos processos de fundamentação das normas jurídicas a fim de se averiguar as suas possíveis contribuições na legitimação dos planos diretores de desenvolvimento urbano.

1 Fundamentos Constitucionais do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o Estatuto da Cidade

Inicialmente, convém destacar que a opção pela análise das condições de legitimidade dos planos diretores na sociedade contemporânea, a partir do estudo de caso da formação do destacar PDDU atual de Salvador, levou em considerações as perspectivas emancipatórias do discurso jurídico do referido instrumento de política urbana fundadas na transformação social e urbanística do espaço urbano, bem como a forma jurídica estabelecida para sua composição, fundada na dimensão da democracia participativa.

A relevância social do PDDU acentua-se quando se considera as diversas possibilidades de instrumentalização de seu programa normativo em *contextos* urbanos marcados pela exclusão social e por inúmeros conflitos fundiários e culturais, além de serem atualmente caracterizados pela pluralidade de atores sociais que disputam o espaço urbano e seus respectivos modelos de cidade.

No plano teórico, o plano diretor tem suas linhas mestras conceituais definidas com a promulgação da Constituição Federal de 88 e mais adiante aprimoradas e complementadas com o advento do Estatuto da Cidade. Sua elaboração legislativa deve se pautar pelos fundamentos constitucionais da democracia participativa, tal como determinada em seu artigo 40 o referido Estatuto da Cidade e seu conteúdo deve colimar a transformação social da realidade urbanística das cidades brasileiras.

Esta forma de composição dos planos diretores expressa a auto-compreensão do legislador infraconstitucional quanto à necessidade de se garantir novos canais de escoamento da participação popular para além da via da representatividade político-legislativa, estimulando o processo legislativo a superar as barreiras existentes entre as instituições políticas e a população, além de fomentar uma aproximação mais real e constante entre povo e seus representantes.

Neste contexto, a participação popular na elaboração da referida lei municipal, *ex vi* do artigo

2 Souza, Marcelo Lopes de (2004), *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

40 da Lei 10.257/01, poderá funcionar como uma instância de descolonização[3] do espaço público, ao tempo que terá condições de questionar o papel central do Estado com indutor de políticas sociais. A participação passa a ser concebida pelo ângulo dos grupos interessados e não apenas pela perspectiva dos interesses globais definidos exclusivamente pelo Estado[4].

Disto resulta a conformação do espaço democrático garantido pelo Estatuto da Cidade para a construção do plano diretor de desenvolvimento urbano, que por usa vez consubstancia-se na dimensão participativa da democracia brasileira, consagrada, primariamente, no único do art.1º da Constituição Federal, no qual se vislumbra a viga mestra que deve amparar todos os dispositivos legais que estimulem, determinem e propiciem a participação política ativa e direta do indivíduo na vida de sua sociedade.

2 Um Encontro Possível Entre a Teoria Discursiva do Direito de Jürgen Habermas e a Formação de Planos Diretores Legítimos

Cortejando o que foi exposto sobre os obstáculos encontrados ao aproveitamento da participação popular na elaboração de políticas públicas, onde se insere a política pública de desenvolvimento urbano, é possível mapear um campo de possiblidades exploração prática de exploração teórica que colocam o discurso de fundamentação da teoria do direto de Habermas em condições de levar adiante o empreendimento investigativo ao qual se aludiu anteriormente.

A teoria discursiva desenvolve, a partir de um diagnóstico sociológico do desenvolvimento do direto moderno e da filosofia da justiça, os seus discursos de fundamentação do direito. Nesse trajeto Habermas pensa o processo de formação e construção do direito positivo moderno (da ordem jurídica) no campo das deliberações políticas e desenvolve no nível de seu projeto teórico de uma reconstrução crítica da sociedade, as bases para a proposição de um modelo discursivo de construção da ordem jurídica fundado no paradigma da razão comunicativa, categoria conceitual central na obra do autor.

Diante da amplitude de riqueza teórica utilizada por Habermas, o resultado foi uma teoria que se não opera uma transformação radical na forma de se conceber o fenômeno jurídico na atualidade, por outro lado não deixa de ser autêntica em seus paradigmas e objetivos. Habermas inova justamente na forma de conceber a construção da ordem jurídica. É nesse ponto que floresce a grande contribuição da teoria discursiva do direito nos debates sobre a função do direito na atualidade. É aí também que sobressai o vínculo estreito que existe entre o Direito e a sua teoria da sociedade.

Feitos esses esclarecimentos, chama-se atenção para o principal fator que reveste a teoria

3 Pereira, Rodolfo Viana (2008), *Direito Constitucional Democrático. Controle e Participação como Elementos Fundantes e Garantidores da Constitucionalidade.* 1ª ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, p. 163.

4 Moreira Neto, Diogo Figueiredo (2007), *Mutações do direito administrativo*. 2ª ed., Rio de janeiro: Renovar, 2001 Apud: Mencio, Mariana (2007). "Regime jurídico da audiência pública na gestão democrática das cidades". Belo Horizonte: Fórum.

discursiva do Direito de condições para descortinar caminhos que possibilitem a construção de planos diretores legítimos. Neste caso, deve-se ter em conta que a legitimidade do direito na teoria discursiva só se faz possível mediante um projeto legislativo ancorado em profunda participação popular atrelado à perspectiva procedimentalista vinculada ao um uso público da razão, que aproxima as múltiplas esferas públicas da sociedade, e via de consequência, faz reverberar o fluxo comunicativo que ecoa numa dimensão da soberania popular em processo, em movimento, que se revigora e se reinventa na medida em que busca influenciar as esferas públicas formais que caracterizam a dimensão institucional da política.

Esta proposta harmoniza-se com a determinação legal para que o processo de elaboração de planos diretores seja conduzido também mediante a participação popular, de modo que a moldura institucional do procedimento de elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano reclama um aumento na demanda por legitimidade. Isto porque a legitimidade das leis que se apoiam na participação popular deve ter capacidade de justificar suas normas perante um público plural e diverso, onde os interesses são múltiplos e apontam para diversas direções, razão pela qual a legitimidade será medida pelos graus de satisfação das pretensões lançadas no processo democrático-participativo de construção das referidas leis.

A ideia que se deve ter mente quando se fala de um aproveitamento da participação popular no PDDU é a de uma formação conjunta entre poder público municipal e população de um projeto capaz de contemplar os interesses de todos os envolvidos neste processo, consolidando reflexivamente o que se pode chamar de uma vontade política racional e discursiva dos destinatários do conteúdo das normas jurídicas que compõe o plano diretor de desenvolvimento urbano.

A democracia deliberativa como visto visa assegurar as condições favoráveis à participação da sociedade civil na formulação das leis e das políticas públicas de seus respectivos interesses, perpassando exatamente a forma deliberativa por onde a participação popular se expressa nos discursos públicos de fundamentação do direito.

3 Análise do Processo de Formação do Atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador

A investigação do processo de formação do plano diretor de desenvolvimento urbano de Salvador como estudo de caso sobre a viabilidade de instrumentalização da teoria discursiva do direito a serviço de sua própria legitimação se desenvolveu a partir da análise das atas das audiências públicas de discussão do PDDU realizadas pela Câmara Municipal de Salvador.

Isto porque, a partir delas foi possível reconstruir, desde o ângulo teórico do princípio do discurso da teoria do direito de Habermas, todo o percurso por onde essa participação perpassou, quais as dificuldades para sua materialização e quais os caminhos que poderiam

levá-la a atravessar a fronteira da mera ponte de formalização legal até se configurar em um indispensável substrato da composição de projeto de lei capaz de garantir as condições para que se pudesse promulgar uma lei legítima de criação do PDDU.

As audiências públicas constituem o foro adequado e legalmente definido para o aproveitamento da participação popular no processo de elaboração do plano diretor de desenvolvimento urbano. Elas tem notoriamente o potencial para funcionar, em harmonia com o que prescreve o referencial teórico habermasiano, como um procedimento democrático de formação política e racional da vontade, onde os cidadãos podem participar discursivamente dos processos deliberativos de decisões importantes para a legislação[5].

Vale dizer, de acordo com arcabouço teórico articulado pela teoria discursiva do direito, estas audiências públicas podem se configurar como uma alternativa, à semelhança das corporações deliberativas representativas, para a institucionalização dos pressupostos comunicativos necessários à fruição dos diversos discursos morais, pragmáticos e éticos, que razão prática fornece ao processo de fundamentação discursivo das normas jurídicas.

A escolha de Salvador como estudo de caso se deu por dois motivos. O primeiro deles diz respeito à necessidade de se enfrentar um processo de produção do PDDU que deu sinais de estar restrito à condução dos representantes legais do poder público e dos especialistas que, sob a lógica de uma racionalidade instrumental, sustentavam um discurso técnico onde expressões como *"aumento do gabarito da orla de Salvador"* não eram propositadamente decodificadas em linguagem clara e acessível, nem seus reais defensores explicitavam em público os reais interesses que subjaziam à discussão de temas como este.

O outro motivo foi a inobservância dos valores democráticos propugnados no Estatuto da Cidade no processo de revisão do PDDU em tela, o que parecia esvaziar o canal de circulação do poder político, centralizando o processo de formação da política urbana do município exclusivamente na burocracia estatal interna do Poder Legislativo. Tudo parecia estar sendo processado de forma a bloquear o fluxo discursivo do processo de plano diretor de Salvador para outras camadas da população, reduzindo, assim, a participação dos cidadãos na definição do conteúdo da lei municipal, responsável pela delimitação de importantes marcos legais do planejamento da cidade nos próximos dez anos.

A legitimidade do processo de formação do plano diretor estava posta em suspeição face à preponderância de interesses supostamente técnicos na sua formulação, em detrimento da necessidade de se problematizar os seus objetivos e conteúdos sobre a dimensão dos interesses de uma sociedade complexa e desigual tal qual a que habita Salvador. eh esspcialsita das c proveitos envolvimenbto da população.

5 Habermas, Jurgen. *Direito e Democracia - entre facticidade e validade* (2003a), [volume I], 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 164.

3.1 Obstáculos à Participação Popular e as Estratégias da Teoria Discursiva Para Legitimação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano

A análise sobre o processo de discussão do projeto de lei 216/07 quando em trâmite na CMS demonstrou que há muito que se aprimorar no que toca à criação de condições para um aproveitamento da participação popular no processo de elaboração do plano diretor. A participação da população foi bastante reduzida, embora de certo modo entusiasmada, em alguns momentos, quanto à crença de que poderiam influenciar na formulação das normas jurídicas do plano diretor.

Constatou-se que sem uma perspectiva procedimentalista para condução desses debates, posta em bases concretas institucionais, a participação popular tende a ser absorvida como o rito de legal de passagem, sem repercussão concreta na composição final da lei-plano.

A participação democrática no planejamento das cidades passava de uma diretriz legal, axiologicamente relevante, da lei 10.257/01, para uma mera condição simbólica da legislação referente à formulação sobre planos diretores municipais[6].

Quer-se, com essa analogia, chamar a atenção para o fato de que a participação popular legalmente prevista na lei 10.257/01 para a elaboração do PDDU não poderá ser operada no plano factual sem que sejam consideras outras variáveis internas, mais propriamente referidas às oscilações da integridade da práxis argumentativa e do potencial democrático e comunicativo do discurso de fundamentação das normas jurídicas.

Desta maneira, os entraves acima apontados, podem ser agrupados em três grandes grupos de problemas averiguados no processo de legitimação do plano diretor de desenvolvimento urbano; problemas relacionados à ausência de normas procedimentais para as discussões públicas ocorridas nestas audiências, problemas relacionados à ausência de normas capazes de evitar a violação da integridade discursiva inter-subjetiva pressuposta na observância irrestrita dos direitos fundamentais e, por fim, problemas relacionados à ausência de normas procedimentais capazes de assegurar uma substantiva comunicação entre as esferas públicas mobilizadas socialmente e os procedimentos institucionalizados na forma das audiências públicas para a captação do fluxo comunicativo advindo da sociedade civil.

3.1.1 Ausência de Procedimentalização Jurídica na Condução dos Debates Ocorridos Durante a Realização das Audiências Públicas.

Da análise das quinze atas das audiências realizadas durante o período em que o projeto de lei de n.216/07 tramitou na CMS foi observado uma absoluta carência de normas capazes de

6 A essa insuficiência do discurso positivista da efetividade instrumental da norma jurídica, o professor Marcelo Neves alcunha o conceito de legislação álibi: "O legislador, muitas vezes sob pressão direta do público, elabora diplomas normativos para satisfazer as expectativas dos cidadãos, sem que com isso haja o mínimo de condições de efetivação das normas. A essa atitude referiu-se Kindermann com a expressão 'legislação álibi. Através dela o legislador procura descarregar-se de pressões políticas ou apresentar o Estado como sensível às exigências e expectativas dos cidadãos." In: Neves, Marcelo. *A Constitucionalização Simbólica (2007),* São Paulo: Martins Fontes,36-37.

procedimentalizar a discussão entre poder público municipal e população sobre as normas a serem criadas para o PDDU de Salvador. A ausência de normas processuais de ordem metodológica e a ausência de institucionalização de formas comunicativas para o fluxo dos discursos racionais durante a realização das audiências públicas se inserem neste problema visualizado na investigação feita sobre as respectivas atas anexas.

Todas as audiências públicas contaram com a presença de populares, sempre em baixa quantidade, mas que se propuseram a levantar diversas questões sobre a base normativa do projeto de lei em tramitação.

Ocorre que, devido à ausência de uma mínima regulação sobre a forma da condução destes debates, todos os questionamentos levantados não resultaram, em momento algum, na fundamentação discursiva das normas jurídicas que compunha o plano diretor, e, via de consequência, não foi possível chegar a um consenso sobre qualquer que fosse o assunto nestas deliberações.

O início destas audiências, obedecendo aos parâmetros legais estabelecidos pela resolução de nº 25 do Ministério das Cidades[7], ocorria com uma breve exposição do representante da Secretaria de Planejamento do município sobre o tema destacado para a condução dos debates. Em seguida, era facultado aos manifestantes fazer uso da palavra, quando então verbalizavam, em sua grande maioria, demandas sociais relativas, principalmente, à precária infra-estrutura urbana de seus respectivos bairros e ao escasso acesso às redes municipais de saúde e de educação.

Não havia, entretanto, solução de continuidade para demandas levantadas pelos participantes-cidadãos do discurso racional sediado nestas audiências. Às questões levantadas pela população não se seguiam remissões ao complexo normativo do plano diretor em análise por parte dos representantes públicos, o que causava a impressão nos participantes de que a discussão ali travada não avançaria em termos de uma parceria[8] entre vereadores e população.

As audiências públicas seguiram-se umas às outras sem que nenhuma base procedimental houvesse sido instaurada sob os auspícios críticos de todos os participantes dos discursos, vez que não dispunha de regras capazes de garantir uma formação política e racional da vontade no interior do sistema político parlamentar. Como consequência, as falas dos atores se sucediam sem um nexo de continuidade temática com as assertivas antecedentes, o que inviabilizava o desenvolvimento de um debate ancorado numa prática argumentativa, sem a qual a perspectiva de legitimação das normas jurídicas assente numa democracia procedimental e deliberativa não ocorre.

7 Conforme Resolução n. 25 do Ministério das Cidades em seu art. 5, III – serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes. In: MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Resolução n. 25, de 18 de março de 2005*. Brasília: Imprensa Nacional – DOU, 2005.

8 Souza, Marcelo Lopes de (2004), *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,157.

Foram muitas, e por razões diversas, as manifestações de descontentamento com a falta de uma base normativa procedimental para a condução das audiências públicas, de maneira a transmitir a segurança de que participação da sociedade civil pudesse, de fato, se refletir em alterações ou contribuições para o melhoramento do plano. Todas, entretanto, não foram respondidas na mesma base argumentativa de onde foram lançadas.

Traçando um paralelo com a concepção da teoria discursiva, constata-se que nesta última, a deliberação pública para formação política e racional da vontade no âmbito do sistema político parlamentar pode ser organizada com base em procedimentos diversos, desde que estes procedimentos tenham em vista o objetivo de alargar o espaço discursivo de justificação das normas jurídica.

Estes procedimentos poderiam funcionar na regulação de tratados, na definição de como uma cooperação pode transcorrer ou até nas formas das regras processuais capazes de organizar as consultas parlamentares[9], que no modelo habermasiano mais se aproxima do objetivo a que se propõe o instituto da audiência pública na formação do plano diretor de desenvolvimento urbano de Salvador.

Conviria que fossem criadas normas de procedimento para estimularem os cidadãos a participarem ativamente nas discussões sobre os mais variados temas, organizando a teia discursiva de outros discursos racionais que permeiam o jogo argumentativo desenvolvido nestas deliberações públicas.

O resultado deste processo deu causa a discussões simplórias ou quase inexistentes, com reduzida densidade argumentativa, aproximando-as de mais um cumprimento de rito formal previsto em lei que se exaure na sua mera observância. Neste contexto, pode-se afirmar que os problemas relacionados à ausência de normas processuais capazes de organizar metodologicamente o modo pelo qual a práxis argumentativa deve transcorrer durante a realização das audiências e pode ser enfrentado com a institucionalização de normas procedimentais capazes de organizar a fruição dos discursos de fundamentação da legislação racional, o que seria um começo razoável para a criação de condições procedimentais necessárias à legitimação do plano diretor.

3.1.2 Violações às Estruturas Jurídicas de Proteção de Intersubjetividade Discursiva.

Da análise das atas foi possível levantar problemas ao aproveitamento da participação popular consistentes nas violações às estruturas jurídicas de proteção da intersubjetividade discursiva.

Da análise das atas das audiências públicas, que os participantes dos debates ocorridos nas referidas audiências públicas ocorridas na Câmara Municipal Salvador não dispunham de garantias legais quanto ao uso pleno e irrestrito da palavra em público. Foi demonstrado

9 Habermas, Jurgen. *Direito e Democracia - entre facticidade e validade* (2003a), [volume I], 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,221.

em várias ocasiões que este direito foi subitamente suspenso, interrompido, ou mesmo pressionado para que o seu exercício fosse feito de maneira curta e breve.

Nesse mesmo esteio, foi possível observar que não havia uma simetria entre o tempo disponibilizado para uso da palavra pelos vereadores e pelo público de modo geral. Este problema afeta necessariamente um dos alicerces da teoria discursiva do direito que diz respeito à preservação da estrutura jurídica de proteção da complexa noção de autonomia em Habermas.

Trazendo a guisa o desenvolvimento dos debates públicos, foi possível observar que exatamente a dimensão política da liberdade dos cidadãos de se manifestarem publicamente, que equivale à dimensão da autonomia pública habermasiana, não foi plenamente observada por alguns dos representantes políticos do poder legislativo municipal.

As manifestações públicas dos cidadãos em diversas vezes foram indiretamente pressionadas para que ocorressem de maneira breve sob a justificativa de que o tempo das discussões estava acabando, embora não se tenha verificado qualquer menção quanto tempo de duração das audiências públicas. Essa disparidade pôde ser percebida quando se viu que os representantes do poder público, de outra ponta, não se viam coagidos a observar qualquer limite legal em suas manifestações, o mesmo ocorrendo com alguns representantes de algumas instituições públicas e civis, a exemplo do Ministério Público ou da Ordem dos Advogados do Brasil – Bahia.

O outro vetor coercitivo imposto aos discursos realizados nas audiências consistiu nas recomendações e pressões feitas pelos vereadores que presidiam as sessões, para que as manifestações dos cidadãos fossem feitas por escritos e se fizessem recebidas na forma de emendas.

No caso do PDDU de Salvador, o tempo curto no qual os cidadãos se viram obrigados a falar não favoreceu a prática argumentativa. Com três minutos se discute e se argumenta com muita dificuldade, de maneira que as pretensões de validade normativas satisfatórias e robustas levantadas por participantes do discurso em condições assimétricas de disponibilidade temporal para com suas respectivas manifestações podem vir a se tornar inviáveis.

3.1.3 Ausência de Comunicação Entre o Processo de Formação Política e Racional da Vontade Desenvolvido nas Audiências Públicas e as Esferas Públicas Mobilizadas Socialmente.

Desde o prisma da democracia deliberativa foi possível constatar outro relevante problema na avaliação das atas das audiências públicas, referente à ausência de regras procedimentais capazes de aproximar os debates públicos ali conduzidos com as esferas públicas pulverizadas pela sociedade civil.

Esta aproximação é de suma importância para o projeto habermasiano de legitimação do direito, pois a premissa de uma comunidade jurídica de autores-destinatários do direito,

capazes de criar normas que lhe serão, em última instância, endereçadas, só se afigura viável se os procedimentos políticos de deliberação pública institucionalizados no sistema político – que neste caso se assemelham ao instituto das audiências públicas – se fizerem abertos ao fluxo livre de temas, informações e pressões oriundas da sociedade.

A legitimidade do direto em Habermas se ancora nesta participação direta dos cidadãos no processo de legiferação racional, como meio de evitar a legitimação a partir da mera legalidade, típicas das doutrinas positivistas. Neste trajeto, o princípio do discurso, em seus termos semânticos, deixa claro que as normas de ação, entre as quais se inserem as normas jurídicas, só serão consideradas válidas se estribadas no assentimento racionalmente motivado de todos os possíveis atingidos por seus efeitos, na qualidade de participantes dos discursos racionais[10].

Sendo assim, o processo de legislação racional proposto para a formação democrática do plano diretor de desenvolvimento urbano só poderá se efetivar se for capaz, por um lado, de mobilizar e conferir condições para que população possa participar na definição sobre o planejamento sócio-urbanístico de sua cidade e, de outro, se o processo político de formação da vontade, no interior das corporações parlamentares, lograr estabelecer canais diretos e permanentes de comunicação com as esferas públicas da sociedade civil.

Na teoria do discurso, a formação do direito deve estar ligada às demandas normativas que provém do entendimento comunicativo de cidadãos que participam dos debates públicos, em níveis seguros de uma intersubjetividade discursiva, no âmbito das esferas públicas. É por essa razão que o direito pode ser o meio pelo qual o poder comunicativo, formado sob essas condições, pode influir na composição e no funcionamento do poder administrativo[11].

No plano das audiências se verificou, porém, através de delimitação do leque temático da pauta de discussões ali travadas e do desconhecimento por parte da população quanto ao conteúdo do mesmo PDDU, que sua organização não privilegiou o contato com o restante da população, que por razões diversas não se fez presente em grande número naquelas audiências.

Em que medida, entretanto, essas condições ao processamento discursivo do projeto de lei do PDDU acima declinadas poderiam contribuir para o estreitamento da comunicação entre a esfera pública constituída nas audiências com as esferas públicas de formação informal da opinião e da vontade espalhadas na sociedade?

Com o conhecimento sobre o conteúdo do projeto de lei do PDDU e da pauta temática que seria tratada nas audiências, os cidadãos poderiam discutir este mesmo tema nas esferas públicas da qual tomam parte enquanto indivíduos inseridos na sociedade, de maneira que

10 Habermas, Jurgen. *Direito e Democracia - entre facticidade e validade* (2003a), [volume I], 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.142.

11 Villas Bôas Filho, Orlando. *Legalidade e Legitimidade no pensamento de Jürgen Habermas*. In: Nobre, Marcos; Terra, Ricardo (org.s) (2008). *Direito e Democracia: Um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros Editores, 157.

muito possivelmente poderiam trazer dessas arenas discursivas outras demandas além daquelas que a princípio lhes conviria levar às deliberações públicas.

Como reflexo imediato desta medida poderia ocorrer a intensificação da comunicação pleiteada na teoria do direto de Habermas, entre as categorias da sociedade e do sistema político, representadas respectivamente pelas esferas públicas informais e as esferas públicas políticas. Com essa medida as discussões poderiam estar mais próximas geograficamente, e de modo natural, também mais sensível ao fluxo comunicativo corrente nessa localidade.

A realidade apurada das audiências públicas investigadas, porém, revelou um encapsulamento discursivo das deliberações que ali ocorreram, afetando, conseqüentemente, o envolvimento da sociedade na construção do PDDU. Sem o envolvimento da população o concerto da legitimação das normas jurídicas explanado no segundo capítulo fica irremediavelmente inviabilizado.

4. Conclusão

A pesquisa sobre as possibilidades de contribuição a democracia deliberativa ao nível da teoria discursiva do Direito para legitimação popular de planos diretores de desenvolvimento urbano, tendo em vista o caso de Salvador, indicou pontos positivos, capazes de serem explorados, em uma dimensão ampliada, nos processos de legitimação de planos diretores de modo geral.

Foi possível observar que o arquétipo de um modelo democracia deliberativa e seu aporte procedimentalista pode contribuir com a *democratização* do processo democrático da construção de lies fundada no modelo da democracia participativa, como no caso do plano diretor de desenvolvimento.

Nessa linha, a pesquisa sobre os caminhos para a legitimação do PDDU de Salvador, a partir de sua concepção coencpçque tramitaca çdor ds democrático-participativa, evidenciou que boa parte dos obstáculos ao aproveitamento da participação popular no processo de discussões públicas conduzidas pela CMS resulta de uma carência de ordem metodológica na forma de condução das audiências e das bases procedimentais aptas organizar a práxis argumentativa ali instalada. Esses problemas bloqueiam o escopo derradeiro do discurso de fundamentação, que é o de produzir consensos matizados na aceitação racional da força do melhor argumento.

Essa carência já fora apontada por Rodolfo Viana[12] como um dos principais problemas para eficácia da dimensão participativa da democracia presente em modelos de construção de leis e políticas públicas pesquisadas sob os mais variados critérios. Outro importante aspecto deste modelo de democracia deliberativa que merece ser destacado, tendo em vista o seu caráter mais institucionalista, direcionado à racionalização da prática política no

12 Cf. Pereira, op. cit., 2008.

âmbito institucional, é a possibilidade de sua instrumentalização no aprimoramento dos mecanismos de participação política, na medida em que lhe aponta eventuais problemas que podem limitar o desenvolvimento da participação popular no campo das arenas públicas institucionais.

O estudo do caso da revisão do PDDU de Salvador indicou, também, uma disposição de participar daqueles cidadãos que se fizeram presentes nas audiências, o que de certo modo revela que o problema maior não diz respeito à alienação política ou à participação "encomendada" nos processos discursivos e sim à necessidade de se assegurar condições plenas ao exercício da faculdade política de manifestação pública dos cidadãos que participam destas deliberações.

Conforme se observou do presente trabalho, o desequilibro de poder interno nas discussões públicas foi apontado como outro importante problema para o aproveitamento da participação popular na legitimação do PDDU de Salvador, fato que também se apresenta com um problema recorrente em outros espaços públicos de produção normativa de políticas públicas, o que decerto permite que estratégias de solução à luz da teoria discursiva do Direito possam ser generalizadas nas experiências de formulação de outros planos diretores de desenvolvimento urbano.

Diante dessas considerações, convém chamar atenção para uma importante faceta do princípio do discurso, sobre o qual se ancora o modelo teórico de democracia deliberativa em questão, é que ele opera, por assim dizer, numa lógica reconstrutivista da realidade[13] que leva em consideração a todo tempo o modelo de auto-justificação sociológica de seus fundamentos.

Esse aparente paradoxo de uma idealidade discursiva construída sobre bases sociológicas dos modelos clássicos de democracia faz com que o princípio do discurso dependa sempre de um contexto adverso aos seus enunciados teóricos. Essa é a forma com que Habermas articula o seu pensamento, tendo a realidade com ponto de partida e sua transformação ou reconstrução como ponto de chegada.

Essa premissa revela que o aporte teórico da democracia deliberativa dispõe de condições razoáveis de aplicação em contextos desiguais e complexos socialmente.

Referências

Estatuto Da Cidade (2002), Comentários à Lei Federal 10.257/2001. 2ª. ed. São Paulo: Malheiros.

Habermas, Jurgen (2003a), *Direito e Democracia - entre facticidade e validade*, [volume I], 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

13 Simioni, Rafael Lazzarotto. *Direito e Racionalidade Comunicativa – A Teoria discursiva do Direito no pensamento de Jünger Habermas.* Curitiba: Juruá Editora, 2007,307.

Habermas, Jurgen (2003b), *Direito e Democracia - entre facticidade e validade*, [volume II], 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Mencio, Mariana (2007), *Regime jurídico da audiência pública na gestão democrática das cidades.* Belo Horizonte: Fórum.

Ministério das Cidades (2005), Plano Diretor Participativo – guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. 2ª. ed. Brasília: Ministério das Cidades – CONFEA.

Moreira Neto, Diogo Figueiredo (2007), *Mutações do direito administrativo*. 2ª ed., Rio de janeiro: Renovar. Apud Mencio, Mariana. "Regime jurídico da audiência pública na gestão democrática das cidades". Belo Horizonte: Fórum.

Neves, Marcelo. (2007), *A Constitucionalização Simbólica.* São Paulo: Martins Fontes, 36-37.

Nobre, Marcos; Terra, Ricardo (org) (2008), *Direito e Democracia: Um guia de leitura de Haberm*as. São Paulo: Malheiros Editores.

Pereira, Rodolfo Viana (2008), *Direito Constitucional Democrático. Controle e Participação como Elementos Fundantes e Garantidores da Constitucionalidade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

Resolução n. 25, de 18 de março de 2005. Brasília: Imprensa Nacional – DOU, 2005.

Simioni, Rafael Lazzarotto (2007), *Direito e Racionalidade Comunicativa – A Teoria discursiva do Direito no pensamento de Jünger Habermas.* Curitiba: Juruá Editora,

Souza, Marcelo Lopes de (2004), *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Villas Bôas Filho, Orlando (2008), "Legalidade e Legitimidade no pensamento de Jürgen Habermas.", *in* Marcos Nobre; Ricardo Terra (orgs) *Direito e Democracia: Um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros Editores, 147-172.

O sul para além de agora: as epistemologias imaginadas da ficção científica

Elsa Margarida Rodrigues[1]

Resumo

Usando a imaginação como ferramenta, o cinema de ficção científica forneceu, ao longo de mais de um século, mapas do universo desconhecido e cenários de futuro que podem ser analisados utilizando as coordenadas norte/sul. Dependendo dos contextos de produção, o espaço, última fronteira a ser conquistada, tanto representou um sul a ser explorado e colonizado pelo homem branco ocidental, auxiliado por descobertas científicas, aparelhos tecnológicos e poder militar, como representou um norte conquistador, capaz de invadir a Terra, destruir lugares simbólicos e extrair recursos, sem empatia ou piedade pela espécie humana. Mas além da crítica ao imperialismo do norte, a ficção científica também fornece representações positivas do sul. *Avatar*, realizado por James Cameron, apresenta a riqueza do sul indígena, intuitivo, sensitivo e espiritual confrontada com os interesses económicos e militares do norte, promovendo a esperança em epistemologias que permitam construir um mundo sem norte.

Palavras-chave: ficção científica, epistemologias do sul, cinema, espaço,

Abstract

Using extrapolative imagination, science fiction cinema provides new maps for the known and the unknown space, which can be analyzed using the geographical and epistemological north and south coordinates. Space, '*the last frontier*', is, in most of these films, conquered by the white men of the western north, aided by its scientific discoveries and technological gadgets. In others films it is represented as north, able to conquer the Earth, destroy its symbolic places and extract its resources with no mercy for mankind. But science fiction does not only give a critical view of the northbut also provides positive representations of the south. James Cameron's *Avatar* represents the rich cultural difference of the south confronted with the imperialist and morally wrong northern western men and values, ending with the hope in the epistemological difference of epistemologies that can build a world without north.

Keywords: science fiction, epistemologies of the south, cinema, space.

---

1 Investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, é doutorada em Sociologia da Cultura pela Faculdade de Economia com a tese 'Alteridade, Tecnologia e Utopia no Cinema de Ficção Científica Norte Americano' e autora dos livros *Do Oitavo Passageiro ao Clone Número Oito* e *Ecos do Mundo Zero: Guia de Interpretação de Futuros, Aliens e Ciborgues*, publicados em 2012 pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

Começo este artigo partindo de uma das frases promocionais do colóquio internacional Epistemologias do Sul: "*um sentimento de esgotamento assombra a Europa. Aparentemente o velho continente está sem capacidade para repensar o seu passado e o seu futuro".* Esta frase traduz o sentimento de exaustão, simultaneamente existencial e intelectual, do mundo ocidental, a constatação de que não sabemos viver e pensar o presente, nem antever os futuros que dele podem resultar. É, simultaneamente, o reconhecimento do esgotamento do Ocidente enquanto modelo e da racionalidade enquanto ferramenta.

Este sentimento geral de exaustão do norte ocidental e da racionalidade moderna enquanto ferramenta para o pensar é acompanhado, nas últimas décadas, por um ressurgir da fantasia enquanto género narrativo capaz de construir universos que fogem ao paradigma realista. Na literatura, como no cinema e na televisão, o fantástico conquista um mercado cada vez maior, construindo universos alternativos onde princípios lógicos e leis científicas não se aplicam e onde criaturas e entidades sobrenaturais controlam o destino dos humanos.

O triunfo da fantasia sobre a ficção realista, mais metonímica, pode ser interpretado como uma afirmação da imaginação sobre a razão pura moderna e sobre o mundo por ela mapeado. No entanto, a imaginação desligada da realidade pode ser epistemologicamente pouco fértil. Ainda que o fantástico opere metaforicamente, nem sempre as metáforas são claras para a audiência e, em muitos casos, o impacto epistemológico consiste na mera recusa do mundo empírico para satisfação das necessidades sublimativas.

Como já defendi[2], a tese central é que a ficção científica, sendo igualmente escapista, é cognitivamente mais fértil uma vez que a imaginação, enquanto capacidade de projetar e de reconfigurar o existente, é usada como capacidade de criação e de pensamento crítico, epistemologicamente válido, como possibilidade de dilatar o real mantendo o respeito pelas suas evidências e a obediência às suas leis. Enquanto forma de projeção do aqui e agora noutros espaços e tempos, a ficção científica formula hipóteses verosímeis e justificáveis, fundadas na racionalidade científica e tecnológica mas transcendendo-a, podendo mesmo questioná-la ou criticá-la. Deste modo, é na ficção científica que encontramos as narrativas que melhor traduzem as incertezas epistemológicas, ontológicas e identitárias pós-modernas, oferecendo resoluções imaginadas para as dicotomias da realidade e pensamento contemporâneos. Fredric Jameson (2005) é um dos autores que defende o valor da ficção científica, não pelo seu poder utópico mas pelo modo como trabalha os problemas ideologicamente fundamentais da modernidade tardia. Em *Progresso e Utopia*, texto de 1982, Jameson argumenta que as ficções científicas constituem deslocações para o futuro das contradições ideológicas do presente, mostrando, muitas vezes, a nossa incapacidade de imaginar melhores futuros. Por estas razões, poderemos afirmar que a ficção científica, principalmente na sua forma cinematográfica, não se dirige meramente à satisfação de necessidades sublimativas, mas cumpre funções de crítica epistemológica, social e ecológica, conduzindo a modos de pensar e sentir que estruturam a nossa cognição do mundo. Difundida num *medium* que facilita o

2 Sobre a importância da ficção científica, cf. Rodrigues: 2012.

seu consumo enquanto entretenimento, ela obriga o espetador a refletir sobre o mundo que conhece, atuando na percepção, na afetividade e nos sistemas de atribuição de sentido. Ela é a imaginação, não do impossível como a fantasia, mas do que ainda está por vir, nos limites do possível. Opera como mapa de futuro, como real condicional, como elenco de presentes prováveis para o universo que habitamos.

Manipulando as coordenadas espaciais e temporais, ela obriga a um reposicionamento do espetador, a um reajustamento da percepção e a uma reflexão sobre a relatividade da sua cosmovisão, o que pode ser (também) analisado usando as coordenadas geo-epistemológicas norte/sul.

Para ilustrar esta afirmação, proponho uma breve panorâmica sobre as geografias imaginadas pela ficção científica ao longo das últimas décadas, terminando com uma comparação entre dois filmes de James Cameron, realizados com quase trinta anos de diferença, para ilustrar o modo como a ficção científica, enquanto imaginação sublimativa pode simultaneamente traduzir e imprimir visões de mundo.

Norte, Sul e Distopias[3]

A conquista do espaço pareceu, durante quase um século, um dos últimos grandes desafios da humanidade. Fosse por impulso conquistador ou por disputa política, consistia em mais um empreendimento de 'descobertas', ou seja, na corrida para encontrar um novo sul. Desse modo, é natural que o espaço se tenha tornado um dos aspetos essenciais da visão de mundo científica e da ficção científica enquanto capacidade de lhe dar uma forma imaginada, o que se traduz num conjunto de filmes de conquista espacial durante a década de cinquenta, de que é exemplo o filme *Destination Moon* (Irving Pichel,1950).

No entanto, ao mesmo tempo que, aberta a porta do espaço, quer a oeste quer a leste, o norte se posiciona como conquistador de novos mundos, o imaginário coletivo começa a ficcionar sobre os 'outros' que poderão entrar por essa porta e os receios em relação aos habitantes do espaço crescem, traduzidos em narrativas de invasão, destruição, vigilância e possessão, ou seja, epistemicídios a cometer sobre o norte por um norte mais longínquo, situado a galáxias de distância.

Na ficção científica são exemplo desse medo os filmes *The Day the Earth Stood Still* (Wise, 1951), *The Thing from Another World* (Nyby, 1951), *When Worlds Collide* (Maté, 1951), *Invaders from Mars* (William Menzies, 1953), *It Came from Outer Space* (Jack Arnold, 1953), *War of the Worlds* (Byron Haskin, 1954), *Plan 9 from Outer Space* (Wood Jr., 1956), *Invasion of the Body Snatcher*s (Don Siegel, 1956) e *The Blob* (Irvin Yeaworth Jr, 1958), entre outros, todos eles a assumirem os humanos como alteridades científica e tecnologicamente atrasadas,

3 Alusão ao capítulo *Norte, Sul e Utopia*, do livro de Boaventura Sousa Santos (1994), *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-modernidade.*

incapazes de se defender, prontos a serem destruídos ou pilhados. O sul do espaço, portanto.

Mas a monstruosidade, seja de origem alienígena, seja resultado de mutações genéticas, explorada por estes e outros filmes (frequentemente de baixo orçamento) leva o género a ganhar a designação *bug-eyed monster movies,* esgotando-se, ao longo da década, o seu potencial narrativo e crítico pela repetição de ícones e fórmulas descredibilizadas.

Durante a década de sessenta sofre-se ainda os efeitos dessa descredibilização e, além dos filmes de Stanley Kubrick, não há cinema de ficção científica relevante. Destaque-se, no entanto, que *2001- Odisseia no Espaço*, volta a colocar a Humanidade fora da terra e a fazer do espaço o ponto de partida para uma nova fase da evolução.

A década de setenta é marcada pela ascensão da nova geração de realizadores, de que são exemplo Steven Spielberg e George Lucas, e pela saga *Star Wars,* iniciada em 1977, que, apesar dos *gadgets* tecnológico, é, na realidade um filme de fantasia. Também é nesta década que se afirma a série televisiva *Star Trek*, que anuncia no seu genérico o espaço como última fronteira a ser conquistada na saga da humanidade. Apesar do genérico inicial, a Enterprise revela-se uma nave perdida, sem intenções bélicas, que usa os alienígenas e a própria tripulação como ilustrações pedagógicas e moralistas para a diversidade cultural humana e para os diferentes modos de existir.

Os anos oitenta são os anos da presidência Reagan e da consolidação do capitalismo, que se traduzem cinematograficamente em filmes de ação, promotores dos valores nacionalistas e conservadores americanos. Apesar de profundamente distópicos, essencialmente pela presença de uma tecnologia ambivalente, os filmes desta década propõem uma visão claramente imperialista do espaço. Nos filmes *Aliens* (James Cameron, 1986), *Total Recall* (Paul Verhoeven, 1990) ou *Blade Runner* (Ridley Scott, 1982), o planeta terra possui colónias espaciais que utiliza como fonte de recursos suplementares, posicionando a terra como um norte imperial, mas simultaneamente como um planeta esgotado e sem recursos, como acontece também no recente *Elysium* (Neil Blomkamp, 2013), em que a Terra é um imenso sul onde habitam os pobres, os excluídos, os não-cidadãos.

O fim da Guerra Fria, a explosão do Challenger, a afirmação da diferença na forma de movimentos sociais, políticos e culturais, a consciência dos problemas ecológicos e a globalização do mundo podem apontar-se como algumas das razões que obrigam a uma deslocação da atenção para a Terra, abandonando-se a temática da conquista espacial. O cinema de ficção científica dos anos 1990 e 2000 é sintomático desta tendência. Nestas décadas tornam-se frequentes os filmes de catástrofe que aproveitam os medos coletivos que acompanharam a transição de milénio, projetando os mais diversos desastres num futuro muito próximo, comprometendo a configuração geopolítica e até a sobrevivência do planeta. Susan Sontag, num texto de 1965 intitulado *The Imagination of Disaster* (*in* Redmond, 2004:40-47), considera que aquilo que caracteriza a ficção científica não é a ciência, mas o desastre.

A sua estética é a da destruição, convidando, não à reflexão mas a uma visão desapaixonada da violência que gera apatia em relação aos processos de radiação, contaminação e destruição, não havendo nestes filmes qualquer criticismo social ou científico. Algumas das características que Sontag aponta a este subgénero da ficção científica estão presentes nos filmes da transição do milénio. *Armageddon (Bay, 1998)*, *Volcano* (Jackson, 1997), *Dante's Peak* (Donaldson, 1997), *The Day after Tomorrow* (Emmerich, 2004), *2012* (Emmerich, 2009), *Terminator* (Cameron, 1984 e 1991), *Outbreak* (Petersen, 1995) e *Resident Evil* (Anderson, 2002) são filmes onde catástrofes naturais, nucleares ou biológicas são retratadas recorrendo à fórmula cinematográfica do herói solitário e do *happy end*, embora quase todos destruam símbolos identitários do norte ocidental, com especial destaque para *The Day after Tomorrow* em que o sul geográfico representa a única esperança de sobrevivência para as populações do norte, assistindo-se, no final, a um fluxo migratório no sentido norte/sul.

Nas últimas décadas ressurgem também os filmes de invasão alienígena, que sublinham a vulnerabilidade do planeta e da espécie e a fragilidade das instituições. *Independence Day* (Emmerich, 1996), *Mars Attacks!* (Burton, 1996), *War of the Worlds* (Spielberg, 2005) e *Cowboys & Aliens* (Jon Favreau, 2011) são filmes exemplificativos desta tendência. Todos eles nos colocam novamente a sul do universo, como um planeta pronto a ser conquistado. No entanto, todos sublinham também a capacidade humana de resistir e sobreviver, por heroísmo ou acaso, sem que as relações de domínio se estabeleçam efetivamente.

Iniciada também na década de 1990, há uma outra tendência, mais fértil do ponto de vista crítico, que consiste numa deslocação do espaço e tempo reais para um espaço crescentemente virtual. É um espaço descentrado (sem norte nem sul) que existe paralelamente à geografia espacial, topográfica, da realidade, aquilo que Scott Bukatman (1993:186) designa por para-espaço cibernético, onde se corporiza a descorporização pós-moderna. O binómio realidade/virtualidade torna-se central, sublinhando o caráter ilusório da realidade, dando contornos às teorias de Baudrillard (1991), para quem o simulacro e a simulação permitem a construção de sentido sem referência à realidade.

No cinema de ficção científica, esta desorientação alimenta narrativas em que se questiona a experiência natural do tempo e do espaço e os limites da percepção. Em filmes como *Dark City* (Alex Proyas, 1998), *The Matrix* (irmãos Wachowski, 1999) ou *The Thirteenth Floor* (Rusnak, 1999), *Virtuosity* (Brett Leonard, 1995), *Strange Days* (Kathryn Bigelow, 1995) ou *Oblivion* (Joseph Kosisnski, 2013), há uma realidade consensual que se dissolve, mostrando que a percepção é uma ilusão, e o mundo é, afinal, uma caverna platónica onde espreita um génio maligno cartesiano (Rodrigues, 2012:174).

Estas tendências continuam a manifestar-se no cinema dos primeiros anos do século XXI, com a conclusão de sagas como *The Matrix – Revolutions* (irmãos Wachowski, 2003), *Star Trek* (J. J. Abrams, 2009) e *Terminator – Salvation* (McG, 2009), a que se junta o acentuar dos medos em relação à criação ou reconstrução artificial da vida humana, patente em

filmes como *The 6th Day* (Roger Spottiswoode, 2000), *Godsend* (Nick Hamm, 2004) e *The Island* (Michael Bay, 2005), juntamente com as questões identitárias que delas derivam, como acontece em *I Robot* (Proyas, 2004), *Paycheck* (John Woo, 2003), *Surrogates* (Jonathan Mostow, 2009), *Oblivion* (Joseph Kosinski, 2013), *Transcendence* (Wally Pfister, 2014) e até em *Avatar* (Cameron, 2009).

A desintegração e dissolução de fronteiras são temas dominantes nesta década, refletindo uma complexificação do mundo que transcende as coordenadas geopolíticas convencionais.

Norte, sul e outras geografias imaginadas

Esta panorâmica pela ficção científica das últimas décadas permite perceber que as deslocações geográficas que ela propõe permitem uma leitura sobre as relações de poder, para concluir que o futuro imaginado, ainda que a partir de outros quadrantes da galáxia, tendencialmente nos reserva a continuidade das geopolíticas norte/ sul e que o norte ocidental, embora ameaçado por perigos vários, tende a encontrar em si os recursos para sobreviver.

No entanto, como as narrativas são sempre fruto dos seus contextos de produção, podemos encontrar em alguns filmes mais recentes uma aproximação às 'epistemologias do sul', que propõem visões de mundo e de ser alternativas às que são propostas pelo norte ocidental. Um desses filmes é *Avatar*, realizado por James Cameron em 2009. Visto tratar-se de um realizador com uma longa carreira na ficção científica, propõe-se uma comparação entre dois dos seus filmes para que se possa perceber as diferenças no tratamento das questões políticas, relações de poder, respeito pela alteridade e pelo espaço ecológico.

Num resumo breve, *Aliens* é o segundo filme da saga que começa com *Alien - O oitavo passageiro* (Ridley Scott, 1979). O filme é lançado em 1986, em plena década dos heróis de ação que promovem os valores do norte ocidental. Narra a história de Helen Ripley, a heroína do primeiro filme, e de um grupo de marines norte americanos que vai regatar os colonos de LV426, o planeta onde originariamente Ripley tinha encontrado uma espécie alienígena destrutiva.[4]

O filme é assumido desde o início como um filme de guerra contra a espécie alienígena (a frase promocional é *This time is war*), usado os dispositivos narrativos deste subgénero.

O filme inicia com uma panorâmica que permite identificar a Terra à distância, a que se seguem imagens de uma estação espacial onde a vida normal decorre, levando a crer que o planeta se encontra praticamente inabitável e que as instituições decisoras se deslocaram para a estação espacial, enquanto a maior parte dos humanos está dispersa por trezentos mundos conhecidos.

4 Para mais sobre os filmes *Alien*, cf. Rodrigues, 2012a.

É criada uma comissão militar para resgatar os colonos de LV426, que se encontram incubados pela espécie alienígena. Os marines lutam contra os aliens; Ripley encontra uma sobrevivente (Newt) com a qual vai estabelecer uma relação maternal; Burke, o homem da Companhia, mostra-se muito mais preocupado com o lucro que os aliens representam enquanto armas biológicas do que com os seus companheiros humanos; descobre-se que os aliens têm uma rainha e a derradeira luta é travada entre Ripley e a rainha alienígena, duas fêmeas que protegem ou vingam as suas crias. No final, a espécie é destruída e os sobreviventes iniciam a viagem de regresso à Terra, permitindo-se sonhar.

Avatar é a história de um militar paraplégico que é levado a assumir a função do seu irmão gémeo, um cientista entretanto falecido, que fazia parte de uma equipa que procura conhecer Pandora e os seus habitantes, usando para isso avatares – projeções de si próprios em corpos alienígenas (a questão da realidade e virtualidade também aqui presente); as instituições económicas e militares veem em Pandora uma fonte de recursos para uma terra moribunda e decidem tomá-los pela força; O herói, Jack, inicialmente é informador do exército, mas acaba por perceber que o modo de vida e os valores da tribo são os mais corretos e lidera os nativos na luta contra os invasores. Os humanos acabam expulsos de Pandora, à exceção daqueles em que ocorre a mudança epistemológica e ontológica necessária para que possam Ser.

Além de James Cameron e Sigourney Weaver (no papel de Ripley em *Aliens* e de Dra. Grace Augustine em *Avatar*), os filmes têm em comum um conjunto alargado de aspetos:

Ambos se passam num futuro; a ação do filme decorre num planeta estranho; em qualquer dos filmes a terra é um planeta esgotado; em ambos a Terra é retratada como um norte capitalista, patriarcal, colonial, superior do ponto de vista tecnológico, científico e militar; qualquer dos planetas alienígenas possui um recurso que os humanos desejam; ambos são filmes de guerra conta a espécie alienígena; fazem a ligação entre poder económico e militar e retratam os interesses capitalistas como o pior inimigo da humanidade.

Sendo as semelhanças muitas, as diferenças tornam-se ainda mais acentuadas. Antes de mais, no modo como é retratada a espécie alienígena: no caso de *Aliens*, trata-se do radicalmente outro, um estranho com o qual não há qualquer possibilidade de comunicação ou entendimento. Numa das cenas, enquanto Ripley caracteriza a espécie, a marine Vasquez interrompe-a para dizer 'só preciso de saber uma coisa: onde estão!'. A designação para os aliens é 'bugs', reduzindo à mesma categoria todas as espécies alienígenas dos 300 mundos conhecidos. Este modo de tratar o alienígena (que simboliza o estranho, o diferente) é típico dos filmes da década de oitenta, trate-se de diferença biológica ou tecnológica (ciborgues ou androides). O diferente é sempre negativo e o humano tem as características redentoras que lhe permitem a vitória sobre a alteridade, que pode claramente ser lida como uma metáfora de uma minoria (por exemplo, os afro-americanos em *Predador*, os imigrantes ilegais em *MIB* ou os homossexuais em *Independence Day*).

No filme *Avatar* a espécie alienígena é claramente positiva. Além das caraterísticas estéticas

que a tornam mais bela do que os humanos, é antropomorfizada: é inteligente e comunica e representa um retorno aos valores humanos nucleares. Ao contrário do que acontece em *Aliens*, a espécie de *Avatar* tem um nome: Navii, o que lhe atribui diferenciação e identidade, e cada um dos indivíduos é único. São sensitivos, tendo um sexto sentido: uma trança com terminais que lhes permitem a ligação a outros seres vivos; a sua forma de comunicação é oral (não há escrita), são emocionais e possuem uma espiritualidade holística, de comunhão com a natureza, correspondendo às características apontadas por Boaventura de Sousa Santos (2007) como sendo as necessárias a uma nova epistemologia.

Também há diferenças significativas no modo como é retratada a natureza: o planeta de *Aliens* é LV426. O facto de ter uma designação alfanumérica é ilustrativo da sua importância relativa e da ausência de identidade dos mundos conhecidos. É um planeta árido e escuro, deserto e assustador, à imagem do que a terra poderá vir a ser. Foi terraplanado para construir uma colónia e é uma estação nuclear controlada por uma grande companhia: a Weyland-Ytani. A própria Terra se assume esgotada e sem recursos, visto que a vida humana decorre em estações orbitais.

Pelo contrário, em *Avatar* Pandora é um planeta luxuriante, rico, vivo, exótico. Aproxima-se, não do que a terra poderá vir a ser, mas do que a terra poderá primordialmente ter sido. Natureza e habitantes vivem em completa harmonia, fundindo-se quando necessário. Pandora é simbolicamente, o sul. Os habitantes da tribo vivem numa árvore e sabem que a natureza, se respeitada, dar-lhes-á tudo o que necessitarem, incluindo a vida.

Também a ligação entre o poder militar e económico é diferente nos dois filmes: no filme de 1986, Cameron assume que, numa situação de conflito entre interesses capitalistas e humanistas, os militares saberiam defender os valores moralmente superiores. É Burke, o típico yuppie dos anos oitenta, que representa o que de pior existe na humanidade. Em 2009, Cameron coloca interesses capitalistas e militares lado a lado, fundindo-os na personagem do coronel Miles Quaritch. No entanto, ao contrário de *Aliens*, a resposta militar dos Navii é claramente uma afirmação contra os conquistadores: Jack Scully, o herói, diz, num ponto: "Eles pensam que podem vir e tomar tudo o que querem... Vamos mostrar-lhes que não podem!". A mensagem não é a de que a luta militar é boa, mas a de que há lutas necessárias, que têm de ser travadas contra os poderes que silenciam a diferença.

Quanto à organização política da espécie alienígena, em *Aliens*, James Cameron introduz a figura da rainha, o que dá um centro e uma hierarquia à espécie, aproximando-a do modelo das abelhas ou formigas, em que a liberdade individual é anulada. Em *Avatar*, a estrutura aproxima-se do sistema tribal, havendo uma organização de poder simultaneamente patriarcal e matriarcal (cabe ao homem a liderança física e à mulher a liderança espiritual do povo), que, não podendo ser considerada democrática à luz da construção teórica ocidental, é plural e participada, como acontece nos sistemas políticos do sul não ocidentalizado.

Conclusão

Assumindo que as linhas abissais norte/sul de que fala Boaventura Sousa Santos (2007) são linhas imaginadas, construções que operam metaforicamente, será também na e pela imaginação que podemos operar mudanças paradigmáticas que conduzam a novas cartografias mentais.

O cinema, pelas características da sua linguagem, permite a construção de narrativas que, literalmente, produzem novas visões de mundo (ou visões de mundos novos), estruturadas a partir de valores alternativos à racionalidade moderna ocidental. A sensorialidade e a emoção, o respeito e comunhão com a natureza, a vivência coletiva e a espiritualidade, o saber oral e a tradição por oposição à escrita logocêntrica, a integração comunitária como práxis política, são práticas pré-modernas em que assentam as epistemologias do sul e que podem ser difundidas como contra-narrativa autofágica do norte. *Avatar* é um filme exemplar desta nova narrativa. Ainda que produzido pelo sistema capitalista que critica, representa uma mudança epistemológica na representação da relação norte/sul. *Avatar* é uma alegoria à riqueza da diferença cultural do sul, confrontada com os interesses económicos e militares do branco ocidental opressor. Já em 1986 o discurso de *Aliens* (como de qualquer outro filme de ficção científica da década) apresenta os interesses do norte capitalista como imperialistas e moralmente errados, no entanto *Avatar* vai mais longe: não se limita a representar os perigos que o norte capitalista encerra, mas oferece uma representação visual de um sul imaginado, indígena, intuitivo, exuberante, espiritual, sem dicotomias ou ambiguidades, um Novo Mundo capaz de lutar e vencer a velha racionalidade tecnológica e militar de um norte que nada mais tem a oferecer do que uma supremacia violenta e cruel.

Não deixa de ser irónico notar que o filme mais caro de todos até hoje realizados, o primeiro inteiramente digital e, por isso, sem um referente real que lhe sirva de base, seja um elogio às epistemologias do sul, ainda que ao serviço dos objetivos capitalistas da indústria que o gerou. Independentemente dos propósitos comerciais, a mensagem que transmite representa a esperança de que a diferença epistemológica possa construir um futuro e uma humanidade em que o pensamento monológico e dicotómico dê lugar ao reconhecimento da pluralidade holística que supera as geografias espaciais ou imaginárias da racionalidade moderna.

Referências Bibliográficas

Bukatman, Scott (1993), *Terminal Identity: The Virtual Subject in Postmodern Science Fiction*. Durham and London: Duke University Press.

Jameson, Fredric (2005), *Archaeologies of the Future: The Desire Called Utopia and Other Science Fictions*. New York: Verso.

Redmond, Sean, ed. (2004), *Liquid Metal: The Science Fiction Film Reader*. London, New York: Wallflower Press.

Rodrigues, Elsa M. (2012), *Ecos do Mundo Zero – Guia de Interpretação de Futuros, Ciborgues e Aliens*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rodrigues, Elsa M. (2012a), *Do oitavo passageiro ao clone número oito*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-modernidade.* Coimbra: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-6.

O Silêncio das Imagens

Catarina Laranjeiro[1]

Resumo

Encarando a memória como um sistema cultural de atribuição de significado em permanente e constante atualização, a análise documental de fotografias da luta de libertação na Guiné-Bissau possibilita o estudo sobre os processos de recordação e esquecimento através da análise de como são guardadas, transformadas, apagadas e validadas estas memórias no presente.

Palavras- Chave: Fotografia, Memória, Guerra, Guiné-Bissau

Abstract

Taking the memory as a cultural system of attribution of meaning in permanent and constant change, the analysis of photographs of the liberation struggle in Guinea-Bissau allows the study of the processes of remembering and forgetting by analyzing how these memories are stored, processed, deleted and validated in the present.

Keywords: Photography, memory, liberation war, Guinea-Bissau

1 Catarina Laranjeiro é doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A sua tese foca nos modos de silenciar e salvaguardar a memória da guerra de libertação na Guiné-Bissau. É licenciada em Psicologia Social pela Universidade de Lisboa, com de pós-graduação em Culturas Visuais Digitais pelo ISCTE-IUL e é mestre de Antropologia Visual da Universidade Livre de Berlim. Trabalhou em diferentes associações de imigrantes em Portugal e em educação para o desenvolvimento na Guiné-Bissau.

Introdução - A fotografia e o fantasma

O artigo abordará a fotografia enquanto meia de memória da guerra: as fotografias que os antigos combatentes e guerrilheiros guardam da guerra e as histórias que as fotografias congelam e transportam. Procurarei analisar aquilo que as fotografias revelam e aquilo que elas escondem. No âmbito da minha pesquisa de mestrado, procedi a uma etnografia visual da luta de libertação na Guiné-Bissau, para a qual recolhi fotografias pessoais de antigos líderes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) durante o período da luta de libertação. No livro "Ensaio Sobre a Fotografia", Susan Sontag defende que "colecionar fotografias, é colecionar o mundo" (2012:6). Há uma expectativa inerente ao ato de colecionar ou recolher fotografias: a expectativa de compreender porque é que aquela fotografia foi tirada, qual o seu propósito, porque foi este momento tão importante para ficar registado numa fotografia e guardado. Porque a fotografia revela-nos sempre um momento escolhido para permanecer: "[enframing] is the way in which the real reveals itself as standing-reserve" (Heidegger, 1977:23). Se o enquadramento que se coloca à realidade permite aceder ao conhecimento sobre esta, o meu objectivo era analisar a memória da emancipação do povo guineense através das fotografias daqueles que nela participaram enquanto combatentes.

A partir das reflexões sobre o trabalho de Aby Warburg – sobretudo no Atlas Mnemosyne – Didi-Huberman afirma que a história das imagens é uma "história de fantasmas para gente adulta" (2012:175). Esta frase podia ser também o título desta fotografia.

Fig. 1 - Guerrilheiros do PAIGC.
Fotografia do espólio pessoal de Manecas dos Santos.

Consequência de um erro técnico, a dupla exposição, estes dois guerrilheiros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) permanecem etéreos e sem rosto. Tal como esta imagem, a memória da luta de libertação do povo da Guiné-Bissau e de

Cabo Verde foi submetida a um processo de apagamento, destruição e dissolução que roça os limites da sua existência e ameaça o seu desaparecimento.

Como nos alerta Enzo Traverso:

> A analogia mais impressionante é sem dúvida a do anticolonialismo, cuja memória pública conheceu um eclipse quase total. Uma gigantesca revolta dos povos colonizados contra o imperialismo foi esquecida, recobertas por outras representações do "Sul" do mundo, acumuladas durante três décadas: primeiro, a das valas comuns do Camboja e do Ruanda; depois, "as guerras humanitárias"; e por último, o terrorismo islâmico, cujos porta-vozes substituíram a imagem do guerrillero. (2012:127).

Encarando a memória como um sistema cultural de atribuição de significado em permanente e constante atualização, a análise documental de fotografias recolhidas possibilita o estudo sobre os processos de recordação e esquecimento através da análise de como são guardadas, transformadas, apagadas e validadas estas memórias no presente.

Metodologicamente, esta investigação centrou-se na análise de fotografias enquanto suporte de memórias. Segundo Dubous a fotografia e a memória humana são de uma enorme proximidade, uma vez que a fotografia é uma espécie de equivalente visual da lembrança (2001:315). Por esse motivo Susan Sontag defende que as fotografias são: "muito mais uma invenção ou um substituto da memória do que um seu instrumento" (2012:160). A memória congela e vive de imagens. Ainda, a fotografia além de constituir um objecto de análise *per si*, foi usado como um elicitador de memórias. Esta técnica conhecida por *photo-elicitation* foi desenvolvida com o intuito de obter respostas que seriam enriquecidas pela intensidade provocada pela visualização da fotografia e pela nitidez das memórias aí documentadas (Prosser 1998). Porque falar sobre uma imagem é em grande medida falar de si próprio, e consequentemente, os arquivos de imagens pessoais podem ser utilizados como fontes que conectam os dados à história oral e à memória. Deste modo, facilmente nos tornamos brilhantes contadores de histórias na presença de fotografias, dado que estas "[...] operate not only simply as visual history but are performed [...] as a form of oral history, linked to sound, gesture and thus to the relationships in which and through which these practices are embedded" (Edwards, 2006:29). Associado à imagem física está a palavra, o discurso baseado no visual, uma vez que "the text constitutes a parasitic message designed to connote the image, to "quicken" it with one or more second-order signifies" (Barthes, 2010:25). Revela-se, por isso, essencial aceder às histórias que as fotografias revelam e escondem – " o ar" – que, segundo Barthes é uma impressão que emana das imagens que nos projeta num passado particular ou nos conduz a uma questão existencial, é o que está latente e que espera pelo olhar do espectador para se manifestar (2010:119).

Gostaria de destacar que foram recolhidas fotografias e realizadas as respectivas entrevistas

a 18 antigos combatentes do PAIGC, de entre os quais 6 são mulheres. Por este motivo, o meu corolário de análise é de tipo indutivo e não pode ser extrapolado para um universo.

Contexto e Análise do Trabalho de Campo

A recolha das fotografias a que me propus revestiu-se de dificuldades múltiplas, cuja apreciação crítica detalhada considero de extrema relevância para o objectivo proposto. A primeira de todas as dificuldades deveu-se à indisponibilidade de muitos líderes históricos do PAIGC para se encontrarem comigo ou procurarem as fotografias que eu pretendia. De forma geral, evocaram estar muito ocupados com atividades do partido e de facto dali a dois meses teria lugar um congresso do PAIGC que tinha sido deposto do poder em consequência de um golpe de Estado.

Esta situação era absolutamente antagónica com a suposta facilidade de aproximação e contacto. Bissau é uma cidade pequena e eu estava hospedada em casa de um militante do PAIGC, que teve um papel muito relevante na organização de atividades subversivas na cidade de Bissau durante o período colonial, sendo-lhe reconhecido o seu mérito pela capacidade de resistência quando foi preso e torturado pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Por esse motivo, com um surpreendente à vontade, fui convidada para os espaços das suas casas. Contudo, as horas das refeições arrastavam-se encurtando o tempo disponível para a mostra de fotografias. Estes eram os casos em que a resistência em colaborar na minha investigação era subtil, porque muitas vezes não o era. Por exemplo, Dona Arlete Cabral de Almada, viúva do líder histórico do PAIGC Fidelis Cabral de Almada fez-me esperar em sua casa três horas. Quando chegou preparou o almoço, comemos tranquilamente e no final disse-me:

> Eu peço-lhe desculpa, mas eu acho que não lhe vou ser útil; eu tive uma vida absolutamente normal. Nasci na Martinica, depois fui para França e quando começaram os problemas com a Argélia, eu era tomada por Argelina e tive muitos problemas. Fui para a Guiné-Conacri, onde conheci o PAIGC e casei com um camarada. Mas eu não sei nada, a minha vida, como vê, não tem nada de extraordinário. (Arlete Cabral de Almada, 2013).

Por insistência e cumplicidade da filha, Mary Cabral de Almada, tive acesso a fotografias tão valiosas quanto estas.

Fig. 2- Fidelis Cabral de Almada com Fidel Castro.
Fotografia do espólio pessoal da família de Fidelis Cabral de Almada.

Fig. 3- Fidelis Cabral de Almada na guerrilha.
Fotografia do espólio pessoal da família de Fidelis Cabral de Almada.

Mais tarde, a Mary confidenciou-me:

> Eu sei que eles tinham uma grande coleção de fotografias, por isso eu insisti para ela falar e te dar as fotos, para isto não se perder assim com o tempo. E sei que são coisas valiosas e eu achei que era bom utilizar-se isso. (Mary Cabral de Almada, 2013).

As fotografias de família Cabral de Almada encontravam-se extremamente desorganizadas e algumas em risco de degradação. Mas esta não foi a exceção, mas sim a regra. As fotografias a que eu consegui aceder encontravam-se em álbuns dos quais tinham sido arrancadas folhas e fotografias ou em caixas e envelopes misturadas com outros objetos. Elisabeth Edwards

infere que “the narrative structure of albums must be considered as an active element in the replaying of those histories” (2006:34). Pressupondo que as fotografias são antes de tudo memórias (Sontag) que significado atribuir a esse descuido e abandono?

Fig. 4- Teodora Gomes em Kiev, ex-URSS.
Fotografia do espólio pessoal de Teodora Gomes.

Fig. 5- Reunião com a população nas Zonas Libertadas.
Fotografia do espólio pessoal de Teodora Gomes.

A minha primeira hipótese foi da ausência de um culto da imagem. Talvez eu estivesse a partir de uma visão demasiado eurocêntrica sobre o papel da fotografia na manutenção da memória familiar e colectiva. Contudo, as paredes das suas casas estavam repletas de imagens de casamentos, férias, da visita do Papa João Paulo II à Guiné-Bissau, refutando por completo a minha hipótese. Importa salientar que é o uso social das imagens (a sua disposição em álbuns, nas paredes, em molduras) que permite a criação de um rito de memorização e de integração para futuras gerações.

Mas a minha terceira e mais intrigante dificuldade era o silêncio a que essas fotografias remetiam. As fotografias são mapas do mundo (Flusser, 1998), mas neste caso em concreto elas não me guiaram na recolha das histótias de vida dos meus entrevistados. Não houve qualquer vestígio nas minhas entrevistas do "ar" de que Roland Barthes trata, projetando-nos as fotografias a um silêncio constrangedor e a um passado, não particular, mas muito vago. De facto, salvo algumas exceções, que indicarei ao longo do presente texto, enquanto os antigos combatentes me mostravam as suas fotografias, o que delas emergia eram respostas espartanas, curtas, contrariadas e cruzadas por tensos e longos silêncios, interrompidos com novas questões, o que se torna evidente na leitura da entrevista abaixo transcrita.

> **Armando Ramos (AR)**- Ali a mesma coisa, é o Presidente da Coreia do Norte, o avô do atual.
>
> **Catarina Laranjeiro (CL)**- Mas o que é que foram fazer à Coreia do Norte?
>
> **AR**- Foi uma grande volta que demos praticamente a toda a Ásia em 1962.
>
> **AR**- Isto é na China, agora não me lembro bem.
>
> **AR**- Isto foi uma visita a uma academia militar. Não me lembro bem.
>
> **AR**- Um exercício militar, não me lembro aonde.
>
> **CL**- Quem são as pessoas que estão na fotografia?
>
> **AR**-Alguns posso dizer, agora o resto... Sobretudo os estrangeiros, eu não me lembro.
>
> **CL**- Diga os que souber...
>
> **AR**- Isto é na Checoslováquia, antes da independência.
>
> **CL**- Quem está na fotografia?
>
> **AR**-Temos aí, eu, o Luís Cabral, a Ana Maria Cabral. Alvarenga, Mário Pinto de Andrade... Foi na Checoslováquia, lembro-me que estava frio, mas não me lembro de mais nada. (Armando Ramos e Catarina Laranjeiro, 2013).

A minha insistência e persistência não foi suficiente e foi até contraproducente para combater esta resistência em partilhar as histórias das suas fotografias. Segundo Alessandro Portelli, os conhecimentos mais preciosos estão nos silêncios, nas reticências e nas deformações (2013:35). Ainda, o mesmo autor sugere que uma das grandes vantagens da história oral é o facto de o narrador que hoje relata ser diferente daquele que tomou parte nos acontecimentos de que fala (2013:32). A fotografia, por sua vez, é a prova que aquele momento existiu – "Uma fotografia passa por ser uma prova incontroversa de que uma determinada coisa aconteceu" (Sontag, 2012:14) – e os fragmentos de realidade que cada fotografia revela tornam-se hoje fragmentos do passado, coexistindo com o presente, permitindo-nos aceder às evidências daquele determinado momento.

Quem são, quem foram e em quem se transformaram os homens e mulheres que eu entrevistei?

Os líderes do PAIGC são, na sua maioria, pessoas que na época colonial viviam em centros urbanos, pertencentes a uma elite sociocultural assimilada Mais tarde, seria esta classe assimilada que iria ter contacto com outros movimentos de libertação para depois incorporar e difundir os ideais de emancipação africana emergentes na década de sessenta. No caso das colónias portuguesas, este fenómeno foi muito evidente com a Casa dos Estudantes do Império (CEI). O regime do Estado Novo criou a CEI enquanto associação capaz de contribuir para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colónias. Contudo, o convívio entre africanos de diferentes colónias na metrópole, despertou nestes uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais a que o sistema colonial os sujeitava e uma vontade de descobrir e valorizar as culturas dos povos colonizados (Castelo, 2011:2). E foram estas as pessoas que agarraram o "espírito desse tempo" como é descrito num dos testemunhos mais emotivos que recolhi:

> [...] com a independência das ex-colónias francesas ao nosso redor [...] Isso influenciou. Foi uma época, a época da descolonização [...] E interferiu bastante na nossa consciência. Começamos a ver que também deveríamos aceder à nossa independência. Naquela altura praticamente todos os jovens queriam ser independentes [...]. Quando se criou o partido foi uma avalanche... Os homens da minha idade naquela altura... Aderimos todos (Xico Bá, 2013).

A luta pela independência era, nas palavras do líder histórico do PAIGC, Amílcar Cabral, acima de tudo um ato de cultura. Cabral, defendia que o valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro residia no facto de esta ser a manifestação da realidade material e histórica da sociedade a dominar. A cultura desta forma é um elemento essencial da história de um povo, sendo a característica principal de qualquer projeto colonial a negação ou interrupção do processo histórico do povo dominado (Cabral, 2011:359-360).

Mas para esta cultura ter força, ela tinha de ser produto e produtora de unidade nacional, o que num país com cerca de 27 etnias e com uma classe social assimilada e privilegiada requeria uma estratégia de consolidação. Para tal, o pensamento e o comportamento dos líderes que iniciaram a luta deveriam convergir e fundir-se com o pensamento e o comportamento das classes populares, de forma a que cada um destes grupos se alterasse mutuamente. Cabral argumentava que este encontro entre classes promoveria uma "re-africanização" dos líderes, que os levaria a perder o seu "sentimento de superioridade".

Ao mesmo tempo que defendia que a re-africanização cultural era essencial para a luta de libertação nacional, Cabral alertava que a luta não poderia nunca servir os interesses de classes

privilegiadas, sob pena de trair os objectivos económicos, políticos, sociais e culturais da luta. Deste modo, Cabral previa e temia que certas elites esperassem que a sua participação na luta fosse tomada como um processo válido para que, servindo-se dos sacrifícios das classes sociais mais baixas, conseguirem eliminar a opressão colonial sobre a sua própria classe e estabelecer assim o domínio político sobre a restante população (2011:365).

Carlos de Matos Gomes defende que o nacionalismo africano foi fundado num paradoxo, ao condenar a realidade que os nacionalismos não puderam deixar de impor com seu projeto; isto é "condenaram o uso da gravata, sabendo que a teriam de usar quando chegasse ao lugar onde esta é obrigatória" (2013:134). Por esse motivo, é presente na Guiné-Bissau, à semelhança de outras jovens nações africanas, o sentimento que a elite nacional traiu a causa anticolonial. Os homens e mulheres de quem eu procurei recolher imagens, foram aqueles que depois de terem lutado pela soberania do país, tiveram a seu cargo a tomada de decisões pós-independência. Por serem instruídos em escolas coloniais, não existiam outros a quem pudesse ter sido reconhecida a capacidade de dominar as práticas constitucionais e institucionais no mundo das soberanias do Estado-nação (Davidson, 2000:41). Consequentemente, na formação da Guiné-Bissau enquanto Estado-nação herdaram-se as estruturas sociais do colonialismo e o ideal de desenvolvimento social e económico (que tomou como referência o Norte desenvolvido) calou "os sobreviventes étnicos desta luta" (Davidson, 2000:55).

Por outro lado, a urgência do progresso e do desenvolvimento levou a que a questão da libertação dos homens e mulheres africanos da exploração colonial não fosse um objectivo concretizável. Após a independência, as jovens nações africanas continuaram integradas no sistema capitalista de trocas desiguais, onde à semelhança da era colonial, se exportam matérias-primas em bruto, para comprar os produtos elaborados com alto valor acrescentado. Consequentemente, após a independência, as pessoas que eu entrevistei não tiveram condições de concretizar o que as fotografias que guardam evocam. Assim, o único objectivo que lhes restou foi criar um Estado-nação e governá-lo, replicando o que já existia (Gomes, 2013:135). Interpretar os percursos de vida dos antigos combatentes do PAIGC, significa então, procurar compreender como viveram estas rupturas e descontinuidades políticas e ideológicas e como se (re) posicionam face aos novos Estados africanos independentes.

Perante este contexto, a memória do movimento de libertação é silenciada. O testemunho de uma mulher que encontrei no Norte da Guiné-Bissau, ilustra bem essa situação:

> Quando eles (os dirigentes) foram para Bissau, esqueceram-se de nós. Nós passámos muita canseira no mato, muita canseira na luta, mas até hoje estamos nessa canseira. Cansámo-nos para nada. Até hoje não vimos a retribuição [...] todos esses (dirigentes) eram amigos do meu pai. Mas olha, nós somos antigos combatentes puros, nós somos filhos de antigos combatentes puros. Mas se nós soubéssemos, não tínhamos lutado

> contra os brancos. Ficávamos como estávamos. Agora só estamos na mão de Deus, porque para ser assim, melhor os brancos, melhor ficar com os portugueses. A independência é boa, mas não nos valeu de nada, não temos escola, não temos nada. (Josefina, 2013).

O sentimento de frustração perante os objectivos da luta, está presente no discurso de Ana Maria Soares, em que claramente se evidencia um *antes* e um *depois* da luta:

> No outro dia foste a Brufa,[2] e disseste-me que a população disse que depois da guerra nunca mais viram as pessoas que estiveram com eles, e eu senti-me triste por dentro porque eles não tem uma vida melhor. Estão livres do colonialismo português, mas a vida que o partido queria para a população, não têm. Eu vou a lugares, como Sara e gente da minha geração, [3] só vejo um ou dois. Todos morreram e não é bom, porque lutaram muito pela independência. (Ana Maria Soares, 2013).

Amílcar Cabral considerava que o povo não lutava por ideais, mas sim por vantagens materiais, isto é, para viver melhor e em paz. Por esse motivo, defendia que não se devia mobilizar as pessoas com base na luta contra o colonialismo pois esta seria uma causa abstracta. Em vez disso defendia que a consciencialização da população para a luta armada devia ter por base problemas concretos:

> Já pagaste os teus impostos? Quanto ganhas com a tua mancarra? Já pensaste o que lucras com a tua mancarra? E o trabalho que ela custou à tua família? Quem é que já esteve preso? (Cabral, 1974:19).

E foram essas vantagens materiais a que população não teve acesso. De facto, se na década de 70 o mundo "dito desenvolvido" assistiu ao poder do nacionalismo, enquanto força libertadora, na década de 80 assistiu ao seu inverso (Davidson, 2000:23). Infelizmente, os países outrora colonizadores não tiveram qualquer capacidade de autocrítica que evitasse reflexões e intervenções puramente negativas (Davidson, 2000:245) o que originou uma ausência de ruptura com o pensamento colonial.

Como sublinha Enzo Traverso:

> Os ex-colonizados ainda não adquiriram o estatuto de sujeitos históricos, transformaram-se simplesmente em "vítimas", objetos de salvamento pelos países desenvolvidos, que continuam a cumprir, como no século XIX, "a sua missão civilizadora", agora envolta na capa ideológica dos "direitos do homem". Assim enterrada, a recordação do comunismo e do

2 Brufa é uma tabanca (aldeia) no norte da Guiné-Bissau.
3 Sara é uma tabanca (aldeia) no norte da Guiné-Bissau.

> anticolonialismo como movimentos emancipadores, como experiência de constituição dos oprimidos em sujeitos históricos, subsiste como memória escondida, por vezes como contra-memória oposta às representações dominantes. (2012:127).

Tomando como referencia o conceito de "pensamento abissal" de Boaventura de Sousa Santos (2010) podemos dizer que houve "uma ativa produção da não existência" (Santos, 2013:10) da memória da luta de libertação na Guiné-Bissau. Segundo este autor, as linhas cartográficas abissais que demarcavam o Velho e o Novo mundo na era colonial permanecem no pensamento moderno ocidental, originando a divisão da realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha", sendo o último produzido como inexistente (Santos, 2010: 24). Se as lutas anticoloniais e os processos de independência provocaram grandes mudanças estruturais nas relações coloniais, o silenciamento da memória desta luta revela que o "pensamento abissal do Norte sobreviveu" e hoje os países do Norte encontram-se em condições de continuar a sua missão civilizadora (Santos, 2013:11).

É necessário assim que se criem silêncios e lacunas, para que a História se construa de forma coerente e sequencial. E esta é uma possível justificação para o facto de que por muitas histórias que tenham para contar, as fotografias da luta os remetam ao silêncio. Alessando Portelli reinventa o conceito de ucronia (utilizado na literatura de ficção científica), propondo-o para designar a realidade caso um determinado evento do passado não tivesse acontecido (Portelli, 1988:99-116). Para este autor, a História foi sempre muito reticente em relação às ucronias, na medida em que considera a realidade atual não apenas como a única possível, como a única desejável. Contudo, Portelli alerta que "as realidades que não aconteceram demonstram em si a consciência de injustiças e a insatisfação com elementos do mundo presente, incorporando em si propostas de um mundo desejável em contraste com o mundo existente" (Portelli, 1988:101). É para a ucronia que as fotografias nos remetem, colocando-nos numa dialéctica entre o que poderia ter acontecido e o que aconteceu.

A ucronia: o que são estas imagens hoje?

E assim, perante o silêncio, o que nos resta? Didi-Huberman responde-nos: "Imagens, apesar de tudo: apesar da nossa própria incapacidade de sabermos olhar para elas como mereceriam, apesar do nosso próprio mundo repleto, quase sufocante de mercadoria imaginária", alertando-nos para a necessidade de prestar às imagens a mesma atenção que se presta às palavras das testemunhas (2012:41). Segundo este autor, linguagem e imagem são absolutamente solidárias, não cessando de compensar as suas respectivas lacunas: "uma imagem surge amiúde no momento em que a palavra parece falhar, uma palavra surge frequentemente quando é a imaginação que nos parece falhar" (2012:43). Parece-me por isso essencial interrogar o silencio destas imagens.

Na sua famosa distinção entre o que chama de *studium* e *punctum*, Barthes descreve que o *punctum* "é uma espécie de fora-de-campo subtil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que dá a ver" (2010:67). Encontro nesta afirmação uma corroboração com a sociologia das ausências e com a sociologia das emergências, na qual Boaventura de Sousa Santos (2006) defende que a realidade não pode ser reduzida ao que já existe, insistindo na necessidade de reclamar uma versão mais ampla da História, capaz de incluir as realidades que foram silenciadas e marginalizadas. Neste contexto, poderão as imagens decifrar o que usamos para construir o silêncio? Isto é, poderão as imagens quebrar esta dialéctica asfixiada entre a História e a memória?

Hoje, as imagens desta luta não nos revelam "toda a verdade", são "minúsculas amostras de uma realidade complexa, breves instantes de um contínuo" [...] (Didi-Huberman, 2012:72). Tendo a primeira imagem do presente ensaio como referência, reflito que é necessário tomar o passado, não como uma sombra da qual nos vamos afastando, mas antes como um fantasma cujas marcas dificilmente se diluem no tempo (Cardina, 2010:208). Adicionalmente, as imagens despertam em nós, a necessidade perturbadora de um gesto de sobrevivente (Didi-Huberman, 2012:42). Porque elas são o que nos resta para voltar ao passado, questionando a linearidade do tempo, problematizando a distância que está entre "o que foi" e "o que é".

Roland Barthes tem uma contribuição fundamental para a elucidar sobre esta relação. O seu ensaio mais marcante, "Câmara Clara", inicia-se precisamente com esta fundamentação: "Um dia, há muito tempo, encontrei uma fotografia do irmão mais novo de Napoleão, Jerôme (1852). Disse então para comigo, com um espanto que, desde então, nunca consegui reduzir: Vejo os olhos que viram" (2010:11). Desta forma, o autor argumenta que a fotografia possui o tempo do presente da visualização e o presente da captura do referente. Para corroborar a dupla temporalidade da fotografia, o filósofo escreveu a propósito da imagem de Lewis Payne, condenado à morte " [...] ele vai morrer. Leio ao mesmo tempo: isto será e isto foi" (2010:107).

À semelhança de Walter Benjamin, Barthes defende que a imagem possui uma relação física, mas contingente com o referente, razão pela qual é algo concreto e polissémico. Segundo Christopher Pinney, esta é uma das dificuldades que se coloca na análise da imagem: "Photographs are usually taken to tell a story: their "difficulty" stems from their insistence on always telling their own story. Photography's "enactment" [...] produced an effect of manifestation that commonly exceeded the particularity of the event of its making" (2011:80). Por essa razão é fundamental o papel da análise: "para repor como as pessoas viam, o que viram, com o olhar consciência no tempo em que o viram" (Grilo, 2006:41). Desta forma, o nosso olhar perante uma imagem não só vê (passivamente) como produz, razão pela qual pode ser considerado um acumulador de capital simbólico fundamental para a reprodução ou transformação social e política.

Assim, não revelando a verdade sobre uma determinada época, a imagem é um documento

capaz de manifestar "o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro" (Le Goff, 1990:6), razão pela qual deve ser entendida como o resultado de uma montagem das diversas épocas sucessivas durante as quais continuou a existir e a ser manipulada (ibidem:538). Se a História se dedica a memorizar os monumentos do passado (Foucault, 2004:8), é essencial compreender que há História para além daquela que se dedica a transformar os documentos em monumentos. E assim sendo, um documento que é preservado traz para o presente certas imagens do passado e não outras, enquanto que um documento que é silenciado, incorpora em si as razões para o seu silenciamento. Desta forma e regressando a Benjamin, "articular historicamente o passado", não pressupõe reconhecê-lo "tal como foi", mas sim apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge num momento de crise (*apud* Santos 2010:54). Para tal, é necessário agirmos de acordo com o "conhecimento de montagem", isto é jogar com a aproximação de imagens e de textos produzidos sobre estas, descrever as relações que entre estas se estabelecem; imaginar, interrogar, desmontar e remontar. Deste processo, podemos esperar "imagens-clarão" fugazes que nos possibilitam a postura ética de Benjamin de "escovar a História a contrapelo" (Didi-Huberman, 2012:235).

Mas acima de tudo, as fotografias são, sem dúvida, objetos ucrónicos. Objetos que nos remetem não apenas para o que foi, mas para o que podia ter sido, porque como argumenta Barthes (2010) a fotografia possui o presente da captura do referente - "Vejo os olhos que viram". Desta forma, não vemos apenas o que vemos, com o conhecimento do que sabemos que aconteceu; mas vemos também o que não aconteceu e criamos a nossa narrativa do que poderia ter acontecido. Por esse motivo, esta análise de fotografias num processo de montagem com outros elementos, remete-nos para uma estranha mistura entre o sensorial e o verbal que nos possibilita que olhemos para aqueles lugares e acontecimentos com a sensação de que "what is our narrativization of history is seen not only 'as it really was', but implicitly 'as it ought to be" (Spivak 1999:222 citado por Gomes e Meneses, 2012:4)

Conclusão ou O que nos pode a fotografia contar?

A História é sempre um exercício de poder – "*who controls the past controls the future*. Who controls the present controls the past" (Orwell), pelo que as lutas pela memória dos novos espaços geopolíticos continuam marcados pelos impactos da fratura abissal colonial moderna (Santos, 2010). Consequentemente, "o terceiro mundo" não consegue escrever e inscrever a sua história na macro-narrativa da História hegemónica.

Hoje muito permanece por se contar sobre os contornos das lutas nacionalistas, assim como das suas implicações geoestratégicas no contexto da Guerra Fria (Meneses e Martins, 2013:18). Como sugeriu Walter Benjamin, "a consciência de destruir o contínuo da História é própria das classes revolucionárias no momento da sua ação" (2010:18). Mas a História não é (só) feita de rupturas, mas também de continuidades. E hoje a História continua a ser escrita pelo Norte, remetendo para fora-de-campo muito do que se sabe que não se sabe. Homi

Bhabha sugere que "colonial power is possessed entirely by the coloniser" (*apud* Pinney, 2003:10). Contudo, no caso específico da fotografia, o que dela vai emanar, isto é, como é que a fotografia vai ser olhada, está fora do alcance do fotógrafo, sendo esta falta de controle que permite que este seja um meio privilegiado para explorar o passado.

Apesar de tudo, restam-nos as imagens, que nos revelam que afinal "aconteceu", que afinal "quase foi possível". E mais do que isso é difícil ver. Porque é inerente a quem olha, a incapacidade de saber ler a fotografia como ela merece. E partimos com a sensação de ficar muito aquém do potencial de conhecimento que a imagem contém em si. Mas o que a imagem nos provoca é a pergunta- O que é e o que foi?- da qual nasce a necessidade de pensar – e pensar é sempre montar – as fotografias em justaposição com as palavras, os silêncios e as tensões que delas emanam. E daí talvez se vislumbrem imagens-clarão do que poderia ter sido e do que aconteceu que não se escreveu.

E agora, qual o papel que estas imagens desempenham na História e na memória daqueles que lutaram pela independência e soberania na Guiné-Bissau? Num mundo repleto de ucronias, o outro que está para lá da linha abissal é o próprio, que quando se vê projetado no passado, não se revê.

> Eu quando vejo estas imagens sinto-me mal, mas a luta foi assim, sinto-me mal, porque o nosso projeto, tem Estado, mas o projeto não foi concretizado, porque estes golpes não estavam previstos, porque quando tínhamos um inimigo comum, mas eu não esperava a morte de Cabral (Ana Maria Soares, 2013).

O percurso que me propus a analisar destes antigos combatentes não termina na guerra. Atravessa outras fronteiras. E pensar a fronteira desta forma, permite-nos reconhecer que estas são instrumentos ao serviço de estratégias de dominação, remetendo-nos para a construção de limites e das relações de poder subjacentes aos mesmos. Neste sentido, estas pessoas encontram-se *na fronteira entre a utopia revolucionária em que se formaram* e as *formas convencionais de Estado-nação que lhes coube governar*. Dado que neste caso particular, o atravessamento da fronteira significou ocupar um lugar específico e determinado na manutenção da ordem dos Estados-nação, pode-se inferir que esta fronteira revela que que os espaços do colonizador e do colonizado não são puros, nem fechados e muito menos intransponíveis.

Neste contexto, a análise da dimensão discursiva e performativa da fotografia surge como uma abordagem para o estudo da memória que salvaguarda, apesar de tudo, algumas histórias que a História, enquanto instrumento político, insiste em apagar. A fotografia traz-nos assim a consciência de que o conhecimento que detemos não é tanto "sobre o 'passado como foi', mas sobre o passado como é (significa/importa) para o presente (Gomes e Meneses: 2012:5). Tendo em mente a premissa de Didi-Huberman que devemos dar à fotografia a

mesma atenção que aos testemunhos (2012:43), talvez os álbuns e as caixas de fotografias, se possam constituir como lugares intersticiais, lugares de "[...] sobreposição e deslocamento de domínios da diferença [...]", propostos por Homi Bhabha (2005:20), capazes de interpelar e ampliar uma variedade de narrativas que acompanharam a História.

Referências Bibliográficas

Barthes, Roland (2010), *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70.

Benjamin, Walter (2011), *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Bhabha, Homi (2005), *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila *et al*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

Cabral, Amílcar (1974), *Guiné-Bissau: a nação africana forjada na luta*. Lisboa: *Nova Aurora*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Cabral, Amílcar (2011), "Libertação Nacional e Cultura". *Malhas que os impérios tecem: Textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais*, Lisboa: Edições 70.

Castelo, Cláudia (2011), "A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória

Anticolonial", *in 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, 9, Lisboa - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: atas. Lisboa: CEA.

Cardina, Miguel (2010), "Política, Punição e Silenciamento nas oposições radicais ao Estado Novo. Política, Punição e Silenciamento nas oposições radicais ao Estado Novo". O *Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC*. Nº 4.

Davidson, Basil (2000), *O fardo do homem negro: os efeitos do Estado-Nação em África*. Porto: Campo das Letras.

Didi-Huberman, Georges (2012), *Imagens Apesar de Tudo*. KKYM, Lisboa. Portugal.

Dubous, Phillipe (2001), *O ato fotográfico*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas (SP): Papirus.

Flusser, Vilém. (1998), *Ensaio sobre a fotografia: para uma filosfia da Técnica*. Lisboa: Relógio d´Água.

Gomes, Catarina; Meneses, Maria Paula. (2012), *História e Colonialismo: Por uma Inter-historicidade*. Collections A traduire, Recueil Alexandries.

Gomes, Carlos Matos (2013), "Introdução: O Exército Alcora no jogo das alianças secretas", *in* Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins*. As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Edições Almedina, 15-27.

Grilo, João Mário (2006), *O Cinema da Não-Ilusão*- Histórias para o Cinema Português, Lisboa, Livros Horizonte.

Edwards, Elisabeth (2006), "Photographs and the Sound of History." *Visual Anthropology Review*, 21,27-46.

Foucault, Michel. (2004), *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*. Donald F. Bouchard; Sherry Simon (org.), Ithaca, New York:Cornell University Press.

Heidegger, Martin. (1977), *The Question Concerning Technology and Other Essays*. Harper & Row: London

Le Goff, Jacques. (1990), "Documento/Monumento", *in* Jacques Le Goff, *História e memória*. Campinas: Unicamp, 535-554.

Meneses, Maria Paula; Martins, Bruno Sena. (2013), "A Africanização na Guerra Colonial e as suas Sequelas Tropas Locais - Os Vilões nos Ventos da História", in Meneses, Maria Paula; Martins, Bruno Sena. *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados.* Coimbra: Edições Almedina.

Pinney, Christopher. (2003), "Introduction", *in* Peterson Pinney, *Photography's Other Histories*. London: Reaktion Books, 1-14.

Pinney, Christopher (2011), *Photography and Anthropology*. London: Reaktion Books.

Portelli, Alexandro (1988), "Uchronic Dreams: Working-Class Memory and Possible Worlds", *Oral History 16(2):46-56.*

Portelli, Alexandro (2013), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Edições Unipop.

Prosser, Jon (1998), *Image based research. A Sourcebook for Qualitative Researchers*. Oxford: Farmer Press.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", in Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses, *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 23-71.

Santos, Boaventura de Sousa. (2013). "Prefácio". In Meneses, Maria Paula.; Martins, Bruno Sena. *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados.* Coimbra: Edições Almedina, 9-13.

Sontag, Susan (2012), *Ensaio Sobre a Fotografia*. Lisboa, Quetzal Editores.

Traverso, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar*. Edições Unipop.

Fontes Orais

Entrevista a Armando Ramos realizada em Bissau em Março de 2013.

Entrevista a Manecas dos Santos realizada em Bissau em Março de 2013.

Entrevista a Xico Bá realizada em Bissau em Março de 2013.

Entrevista a Ana Maria Soares realizada em Bissau em Março de 2013.

Entrevista a Josefina Gomes realizada em Olossato em Abril de 2013.

Espólios Fotográficos

Espólio Fotográfico de Manecas dos Santos

Espólio Fotográfico de Francisca Pereira

Espólio Fotográfico de Ana Maria Soares

Espólio Fotográfico de Teodora Gomes

Espólio Fotográfico da família Cabral de Almada

Descolonizar el pensamiento y conquistar la tierra:

Soberanía alimentaria y movimiento campesino internacional.

Javier García Fernández[1]

Resumen

Pensar desde el Sur es pensar desde abajo, es un pensar junto a la tierra, es un pensar que por tanto, está lleno de particularidades, como es particular cada tierra. Pensar desde el Sur es también un pensar que nace de la comunión entre pensamiento, acción política y lucha por la dignidad. Un pensar situado y rebelde. *Un pensar digno*.

En plena crisis europea, crisis capitalista, crisis de la civilización europea y occidental emerge desde el sur global la reconstrucción de los tejidos comunitarios como formas de supervivencias y confrontación de los pueblos frente al Sistema/mundo/moderno/colonial. Trataremos de plantear que supone pensar desde el sur dentro del Norte global hegemónico, la cuestión de la recuperación de los saberes que emergen de las luchas sociales y la recuperación de la memora y de Historia de los pueblos desde una perspectiva que evada el eurocentrismo, que supere el colonialismo epistemológico en el marco de la reflexión epistemológica para la subversión y la superación de los debates en el seno de las Ciencias Sociales occidentales. Trataremos de analizar y compartir las propuesta de soberanía alimentaria que están siendo propuestas desde las articulaciones campesinas internacionales como La Vía Campesinas donde desde Andalucía ha habido unas aportaciones fundamentales.

El Sur también existe dentro del Norte, no es solo un concepto geográfico, sino un conjunto plural de cosmovisiones que se levantan ante la apisonadora de la modernidad/colonialidad y la miran y desafían de frente. En el seno de lo que hoy conocemos como Europa sufrimos y seguimos sufriendo el ataque directo de lo que supuso el nacimiento y perduración de esa máquina de guerra que es el Estado moderno y el sistema/mundo/moderno/colonial.

Pero pensar desde el Sur no puede ser solo hablar de un pueblo, sino hablar en, desde y con ese pueblo, entendiendo el pueblo como la plural comunión de almas y personas que conforman un identidad y forma de vida colectiva concreta; una colectividad siempre alerta ante la guerra civil mundial que nos acecha pretendiendo una comunión global en el vació de una ilusión de progreso, desarrollo y movimiento constante que no revela más que una profunda parálisis histórica fruto del agotamiento que sufre la civilización occidental.

Palabras clave: *Campesinado, descolonización, emancipación, socialismo, conocimiento*.

Abstract

Thinking from the South is thinking from the below, is thinking close to the land, is therefore a way of thinking full of particularities, as is particular each land. Thinking from the South is also the thinking that borns from the Communion between thought, political action and the struggle for dignity. A situated and rebel thinking. *A worthy thinking.*

In the midst european crisis, capitalist crisis, European and western civilization crisis , the reconstruction of the comunitaries tissues is emerged from the global south as ways of survival and confrontation of the peoples against to the System/ world/modern/ colonial.

We will try to suggest what means thinking from the south inside the hegemonic global North. The issue is the recovery of the knowledge that comes from the social struggle and the recovery of the memory and the peoples History from a perspective that evades eurocentrism that goes beyond the epistemological colonialism within the frame of the epistemological reflection for the subversion and the overcoming of the debates within western social sciences.

We will try to analyze and share the proposals of food sovereignty that are being proposed from the peasant international networks as La Vía Campesina where Andalucía has provided key inputs.

The South does exist within the North, is not only a geographic concept, but a plural whole of cosmovisions that beats the steamroller of modernity/coloniality and challenge and face it. Within of what we know today as Europe, we suffer and keep suffering the direct attack of what meant the origin and persistence of that war machine that is the modern State and the system/world/modern/colonial

But to think from the South cannot be only talking about a people, but talking in, from and with that people, understanding people as the plural communion of souls and individuals that make up an identity and a concrete collective way of living; a collectivity that is on the alert faced with the world civil war that stalks us expecting the global communion in the emptiness of the illusion of progress, development and constant movement that reveals just a deep historical paralysis product of the burnout that suffers the western civilization.

Keywords: *Peasantry, decolonization, emancipation, socialism, knowledge.*

---

1 Javier García Fernández es investigador del Grupo andaluz de Estudios Campesinos *Juan Díaz del Moral* y del Insituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba. Además de ser militante del Sindicato Andaluz de Trabajadores/as y de las Candidaturas Unitarias de Trabajadores/as de Andalucía. Es historiador, pequeño agricultor y sindicalista y trabaja en diferentes articulaciones de soberanía alimentaria y de reconstrucción de historia y memoria desde abajo en Andalucía.

"Una civilización que se muestra incapaz e resolver los problemas propios de su funcionamiento es una civilización decadente.

Una civilización que escoge cerrar los ojos ante sus problemas más cruciales es una civilización herida. Una civilización que le hace trampas a sus principios es una civilización moribunda.

El hecho es que la civilización llamada europea y occidental, es incapaz de resolver los dos principales problemas que su existencia ha originado: el problema del proletariado y el problema colonial. Lo cual hace que Europa sea moral y espiritualmente indefendible.

Los colonizados saben que, en lo sucesivo, poseen una ventaja sobre los colonialistas. Saben que sus amos provisionales mienten. Y por lo tanto, que sus amos son débiles."

Aimé Cesaire. Discurso sobre el colonialismo[2].

1. Descolonizar los saberes para la emancipación

1.1. Colonialidad, Eurocentrismo y ciencias sociales.

Para nosotros las Ciencias Sociales se entienden hoy como herramientas propuestas desde los centros de poder y discurso hegemónicos como herramientas de control y regulación, pero a la vez destacamos su potencial emancipador cuando son producidas o puestas al alcance de los movimientos sociales y las luchas populares. Desde diferentes centros de producción de epistemologías en el Sur global en las últimas décadas se han trazado importante aristas teóricas de lo que se viene denominando como esfuerzos para la des-colonización de las ciencias sociales euro-céntricas. Autores como, Enrique Dussel[3], Ramón Grsofogel y Santiago Castro-Gómez[4] o Edgardo Lander[5], Silvia Rivera Cusicanqui[6] tratan de interpelar el sentido específico que comporta, la posmodernidad y la tras-modernidad, es decir las diferentes superaciones de la modernidad capitalista, euro-céntrica, colonial y patriarcal desde un enfoque de las epistemologías *otras*, epistemologías y cosmovisiones que la modernidad eurocéntrica a tachado de creencias no científicas, primitivas, salvajes o atrasadas. El proyecto descolonial retoma un modo crítico de pensar la ciencia y establece diálogos constructivos con otros proyectos intelectuales y políticos que emergen desde el Sur.

2 Cesaire, Aimé: Discurso sobre el colonialismo. AKAL. 2006. Madrid.

3 Dussel, Enrique. 2000. "*Europa, modernidad y eurocentrismo"*. En: Edgardo Lander (org.) (2000), La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO.

4 Grosfogel, Ramón y Castro-Gómez, Santiago: *El giro decolonial Refl exiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores. Bogotá. 2007.

5 Lander, Edgardo: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoaméricanas. Buenos Aires. CLACSO.

6 Rivera Cusicanqui, Silvia. 2006. Chhixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores". En: Mario Yupi (comp.). Modernidad y pensamiento descolonizador. Memoria del Seminario Internacional. La Paz: U-PIEB – IFEA

La manifestación de los esfuerzos por descolonizar las ciencias sociales se produce en el contexto de las condiciones desplegadas por factores como la crisis de la modernidad capitalista euro-céntrica, la globalización neo-colonial y neo-imperialista y en definitiva todo lo que comporta la crisis civilizatoria que padecemos. Todo ello lleva irreductiblemente a un choque entre las historias locales y los paradigmas globales impuestos de manera neo-imperialista en torno a conceptos como conceptos como nación, cultura, democracia, justicia o derechos humanos.

La redención del mito de la modernidad que propone Dussel y con la que coincide Quijano se trata de desmontar y negar el mito eurocéntrico en tanto que, para ellos las estructuras culturales del mundo entran en contacto, lo que lleva a la constitución de un nuevo *patrón de poder global*, además de un cambio del mundo como tal, lo que a su vez lleva a la percepción de cambio histórico, lo que comporta la idea de futuro y de superioridad en el seno de la división Norte/Sur. Todo esto insta unas nuevas relaciones políticas económicas sustentadas, según Quijano, en el dualismo radical cartesiano que disocia de manera implícita el concepto de "razón" del concepto de "cuerpo". Fruto de esta disociación aparecen las pretensiones objetivas y universalizantes del "saber" científico europeo. Esta misma dialéctica es la que articula las relaciones entre *lo primitivo* y *lo civilizado*, lo *arcaico* y lo *moderno*, lo europeo y lo no europeo, lo capitalista y lo pre-capitalista. La réplica propuesta por Quijano, desmonta de manera demoledora el proceso modernizador mediante el cual se ha construido no solo la "Historia Universal" sino también la historiografía a escala mundial.

La noción de "colonialidad del poder" establecida por Quijano, pretende clarificar la condición de colonial de un poder que supuestamente, tras la independencia dejó de serlo, para ser autónomo. Nosotros decimos al igual que la Marcha Patriótica colombiana, *luchamos por la segunda y definitiva independencia*. Entre aquella primera independencia y la segunda, reina esto que llamamos la "colonialidad del poder". Con ello el autor pretende diferenciar los conceptos "colonial" y "colonialidad". La construcción de una estructura de poder por parte de los colonizadores que responde solo y exclusivamente a las necesidades y al arbitrio de la metrópoli configuran las relaciones político-económicas que definen a la periferia. La dependencia tecnológica, económica y cultural (lo que Lander (2000) llama *colonialidad del saber*) instituyen un poder visiblemente colonial que ejerce una copia del vasallaje mediante la conformación de un poder a escala mundial en base a las categorías y diferenciaciones emergidas con el colonialismo. *La colonialidad del saber* es un concepto que insiste en el plano subjetivo del saber del oprimido y la imposición de la otredad por el colonizador, preguntándose por la carga simbólica a la que fueron sometidas las sociedades locales y los cambios en su manera de comprenderse en el mundo que esto provocó. En pos de esta constitución, se llevaba a cabo una codificación del conocimiento desde la modernidad y hacia universalidad de cada lugar, bajo una perspectiva euro-céntrica típica de las potencias coloniales, creando y justificando las nuevas realidades sociales, lo que supuso la entrada de las subjetividades colonizadas en la órbita del eurocentrismo.

Ramón Grosfoguel nos propone un complemento para la famosa construcción realizada por Wallerstein de "Moderno sistema-mundo", en cuanto que esta noción comporta una estructura de poder mundial a la cual no se puede dejar de adscribir un profundo elemento colonial que da texto y contexto a esta supra-estructura. La conformación planetaria de un poder único, neoliberal, pos-fordista, patriarcal, capitalista y colonial basado en las relaciones Norte Eurocentrado/Sur Global conlleva, de manera diáfana, la conformación a su vez de un "sistema mundo moderno/colonial /capitalista".

En este sentido y en estos términos entendemos que en el tejido epistémico que articula las relaciones humanas en el contexto de las actuales relaciones post-coloniales, el discurso científico occidental eurocentrado encuentra su sentido en la imposición códigos foráneos sobre percepciones locales, lo que lleva a irreductiblemente a la desterritorialización de los imaginarios. La *colonialidad del saber* se presenta como el locus de enunciación colonizador ulterior que adopta el lenguaje y las formas de un nuevo sistema teológico. Dios no ha muerto, dios se articula como el patrón de saber colonial moderno y euro-céntrico, los textos sagrados son hoy las referencias bibliográficas. La infinita búsqueda de categorías universales que nos entregue el verdadero código de la naturaleza humana supone un proceso de subalternización de los saberes locales, periféricos respecto del centro. Se trata de la dimensión de lo no-representado, de lo subalternizado. Se trataría pues de rescatar saberes, empoderar discursos de resistencia, traducir inter-culturalmente diferentes epistemologías desde la interrelación de sujetos activos comprometidos en la reformulación de sus marcos vitales avanzando hacia la Gran Afirmación de Benedetti.

1.2. Saberes para la emancipación: El saber que nace de la luchas.

Hoy el pensamiento se ha desplazado de la Universidad. Podemos decir que los movimientos sociales y las luchas populares que se viven hoy en el Sur Global logran generar más epistemología que cualquier manual de metodología de antropología, sociología, economía o ciencias sociales.

En esta fase crítica del tardo-capitalismo, las concepciones de la realidad, los universalismos y nuestro propio modo de ver y comprender la realidad, se ven desbordados, por un lado por la descomposición del sistema político y económico internacional y por otro por las concepciones propias y el pensamiento emergente que nace de las luchas sociales. Podemos decir, que al minarse las condiciones sociales y políticas que sostenían, argumentaban y daban consistencia a un determinado sistema filosófico de pensamiento, a saber, el occidental, blanco, colonial, capitalista, patriarcal, las bases para un nuevo pensamiento florecen al calor de las luchas sociales que tratar de construir las afinidades necesarias para hacer efectivas las transformaciones que se requieren.

Para nosotros los sujetos sociales y políticos se constituyen en torno a aprendizajes de los procesos de lucha. Los espacios de confrontación, aquellos, donde las diferentes subjetividades

se ínter-conectan mediante sensibilidades y necesidades comunes, constituyen los espacios para la política y el espacio también de construcción epistemológica de las realidades tanto personales como comunitarias.

El espacio de las luchas, es aquel donde emergen los elementos más trascendentes de nuestra existencia además de ser la herramienta de análisis colectivo que dota, a la comunidad que nace, de principios explicativos ante los conflictos más existenciales. La lucha comunitaria se despliega en el momento en que la realidad tal y como la aprendimos nos supera como principio irrevisable. Podemos hablar entonces que el espacio de lucha es también donde se vuelven a re-desplegar los mapas y territorios del pensamiento, donde re-ajusta las coordenadas y las reglas del juego.

Es el espacio de la creación, es fábrica y taller de nuevas y diferentes epistemologías para la existencia, donde surgen nuevos códigos y lenguajes colectivos que ya son propios. El saber que emerge de las luchas populares podemos decir entonces que, por estar nacido del antagonismo político, fragmenta los cimientos políticos de las epistemologías del poder, por cuanto, des-institucionalizar, desnaturaliza, esa forma concreta del saber, para situarla como *una de las formas de saber*, generando así un nuevo mapa del conflicto.

Nacen así nuevos territorios para pensar y situarnos. Aquí, dar de lado, rechazar una forma de pensamiento, supone erradicar políticamente una forma de existencia que ya no quiere ser vivida, siendo este un vinculo, desde su propio nacimiento, colectivo, un hecho político señal de otras cosas.

Por sus anclaje con elementos fundamentales de nuestras vidas (como pueden ser el derecho a la vida, a la vivienda, a las relaciones sociales y políticas comunitarias, al cultivo de la tierra y al trabajo cooperativo) llevan aparejados a sí, nociones de aprendizajes colectivos que pasan ya a ser elementos constitutivos de las nuevas formas de entender y comprender esa realidad que nos es propia, forma de pensar nuestra propia Historia, la forma de mirar las reglas de la economía, las nuevas leyes y normas comunitarias del nuevo derecho, la manera de pretender articulaciones comunitarias ,las herramientas psicológicas de apoyo, todas ellas nuevas y espontáneas oportunidades de aprendizaje colectivo al mismo tiempo que se niega y se re-afirma nuestra Historia, se construyen entomologías existenciales para la resistencia y la construcción de la Utopía.

1.3. Estado, biopolítica, emancipación y Frente de la Historia como motor de la lucha de clases.

La Historia no es una compilación de datos, ni siquiera una construcción honesta del del pasado, en base a documentos que han sobrevivido al pasado. Para nosotros la Historia contemporánea de los conflictos sociales y la violencia política no es un hecho descifrable, sino un hacer-relato de la memoria de las personas que vivieron estos procesos en el pasado como herramienta de emancipación en el tiempo del presente.

La Historia del estado nacional es un absoluto biopolítico que se pretende sin afuera, reviste y asevera todas las dimensiones de la existencia, comporta todo aquello que se ha dado, que ha sido. Diremos de la biopolítica que es cierta tendencia del Estado Moderno a controlar todos los procesos vitales de las personas. Así como el Estado Moderno trata de controlar, educación, creencias, producción y reproducción, alimentación y formas de participación política y social, el Estado Moderno también procura el control de otras necesidades básicas de la comunidad como el pensamiento y el pasado. La Historia nacional o Universal decimonónica se pretende como una secuencia ordenada de obviedades producida desde las instituciones estatales con el fin, a nuestro juicio, de justificar la lucha de clases en el seno de los pueblos. La Historia de lo-que-realmente-ocurrió es la objetualización de los cuerpos, su mercantilización y su puesta en valor. La Historia nace del encuentro de sensibles constituyentes, de relatores y receptores de la Historia. Las cátedras de Historia son el dominio mas evidente del funcionamiento tecnoburocrático-imperial de las relaciones biopolíticas de la Historia.

La construcción de la Historia Nacional desde la Institución Pública, ha revelado la dimensión mercantil de la fuerza de trabajo y su dominación por la economía política del capital. En el seno del Estado moderno/colonial y su necesidad de una Historia Nacional, la exigencia de orden reviste la forma de la exigencia de dominación más absoluta.

Para nosotros, se trata de concebir cierta legitimidad constituyente, cierta relación contextual entre los cuerpos y las palabras de la Historia. Se trataría por tanto de c*onstruir-el-modo-de-construir* un método que no contemple un hecho situado, sensible de estudio, de un ente delimitado definido y estructurado del que se extraer mediante datos las verdades semi-objetivas o subjetivizantes, sino que por el contrario que parta del carácter de inexistencia fáctica del hecho histórico (el pasado no existe) mas allá de esas voces de nuestro interior que construyen su espacio de efectividad. Se trataría por tanto de construir no tanto un espacio de cuerpos que producen voces, sino un espacio de voces que terminar por constituir cuerpos, esto es, soñar palabras que nos hagan construir lugares, pensar *la Historia como motor de la Historia*[7].

La cuestión ahora sería como pensar la manera en la que los tejidos de palabras vivas dan lugar a las verdades, no absolutas, sino encarnadas, verdades de la tierra, no de los cielos, aunque las verdades de la tierra den lugar a las verdades de los cielos. El problema de la escritura de la Historia de los conflictos recientes mediante el testimonio oral, no concierne a objetos, no son tematizaciones de objetos, tenemos por tanto que pensar un tipo de análisis social que redefina los conceptos de subjetividad y objetividad, dada la incapacidad de expresión del subalterno.

En lo que respecta a la universalidad de ciertas palabras o conceptos, para nosotros es

7 García Fernández, Javier, ZUÑIGA OBON, Alberto: *El historiador frente al sujeto viviente: Apuntes muy provisionales para una Historia Reciente de la Sociedad contra el Estado*. En: Ortega López, Teresa, Del Arco Blanco. Miguel Ángel (org): *Actas del XI Congreso de Historia Contemporánea de la AHC*. Editorial Comares. Granada. 2013.

interesante no solo hacer una historia desde las luchas sociales en tanto que federaron fuerzas autónomas en la construcción de una nueva realidad material, sino también pensar la forma en la los diferentes sujetos articularon una vocación colectiva de construir alianzas más amplias dentro de un ecología de los conflictos desde una conciencia opositiva de comunes constituyentes.

Durante los dos últimos lustros, la teoría evolucionista de la Historia lineal y la razón instrumental de la ciencia han producido una ontología del conocimiento que liga de manera hipócrita a sociedad y Estado. Este sería el terreno de las contradicciones que incluso de manera dialéctica, no puede dar lugar a totalidades mayores. Diremos que el conflicto entre Sociedad y Estado nace de la tensión propia de intentar combinar cosas irreconciliables.

Para nosotros y desde nuestra experiencia de investigación militante, la Historia oral como herramienta de los movimientos sociales desde abajo, se revela como una ejercicio del que emanan verdades que son propias de nuestra necesidad comunitaria. La Historia oral sería pues un esfuerzo de interacción comunitaria, de dialogo consciente en el que los sujetos viviente comunican su testimonio contribuyendo así a la construcción de un relato des alienante, un verdadero ejercicio comunicativo por y para la comunidad en el que relatores y perceptores de la Historia llevan a cabo un ejercicio de mutuo entendimiento. Para Estos relatores y perceptores de la Historia por lo general son grupos generacionales de diferente ámbito.

Recuperar el estatus cognoscitivo de la experiencia humana, significa democratizar el saber que emana de esta experiencia ya que el proceso por el que se genera el conocimiento histórico es horizontal entre dos sujetos que reflexionan en torno al hecho histórico y perciben el modo en el que el otro siente este hecho. Para nosotros lo interesante y más aún lo importante del relato histórico no es el conocimiento de los mecanismo de explotación y de dominación, sino una visión comunitaria y opositiva capaz de pensar al grupo como seres capaces de vivir algo diferente de ese destino de explotados. Para nosotros solo tiene valor el pensamiento que generamos en la acción, un pensamiento fundado en un hacer, lejos de la concepción científica de un conocimiento de despachos, un conocimiento que se generen en la acción, y esto en política tiene un sentido mucho mayor. El verdadero valor de un pensamiento político es el hecho irrefutable de haberse fundado en el espacio de construcción de lo político. Pensar por tanto la acción política de nuestros antepasados, es situarse hoy en la guerra en curso, es situar la Filosofía de la Historia que viene. Apropiarse de un lenguaje común, es situarse en uno de los bandos.

2. La conquista de la tierra

2.1. Tardo capitalismo y lucha campesina internacional en el mundo contemporáneo

Para las fuerzas del capitalismo realmente existente el campesinado, tal y como plasmaron

las primeras teorías tanto desde el librecambismo como desde el marxismo ortodoxo, el campesinado era un sujeto destinado a desaparecer, un sujeto desfasado e incapaz de adaptarse las transformaciones actuales de la economía global. La Historia del capitalismo, es la historia de las más terribles catástrofes humanas (solo suavizadas por los periodos de la contracción imperialista y de regulación estatal de la economía capitalista) que hoy capitaliza y la narrativa de los fracasos, de aquel fracaso del *socialismo-realmente-existente*, de aquel fracaso de los nacionalismo del tercer mundo y del fracaso de la regulación capitalista social-demócrata que surge especialmente en Europa, como colchón social ante de las demandas sociales y laborales surgidas debido a la existencia de la experiencia socialista de la URSS en el este y centro de Europa. Esta narrativa de fracasos, patrimonio hoy del tardo-capitalismo colonial euro céntrico, ha tenido una narrativa de erradicación respecto de las economías y sociedades campesinas. La penetración del capitalismo agrario en las zonas rurales, primero de Europa, pero más tarde de América Latina, África y Asia, ha sido la experiencia de saqueo, extractivismo, y transformación de las comunidades, de la naturaleza y de los bienes en aquello que los discursos capitalistas de la propiedad vienen a denominar, capital natural, concepto muy cercano a aquel otro, esta vez propuesto por un progresista, Pierre Bordieu, de capital militante.

Como nos advierte Eduardo Sevilla Guzmán a lo parto de su extensa obra[8], todas las sociedades pre-capitalistas anteriores a la modernidad capitalista, colonial y euro-céntrica era mayoritariamente campesinas y sus economías estaban vertebradas por una cosmovisión de subsistencia, concepción siempre diametralmente opuesta a la lógica de extracción del máximo capital. Pero lo cierto es que las sociedades campesinas concentran hoy casi la mitad de la humanidad, cerca de 3.000.000 de seres humanos, las cuales podemos dividirlas entre las agroindustriales beneficiarias de la Revolución verde y de la industria agroalimentaria por un lado y las sociedades campesinas tradicionales, con sistemas agrarios poco mecanizados, con objetivos de supervivencia, ecológicamente sustentables e insertos en raíces y tejidos comunitarios.

El sistema capitalista ha tenido y esta teniendo la capacidad de destruir estas sociedades, con mecanismos como el acaparamiento de tierras, la privatización de la semillas, el control de los bienes como el agua, empobreciendo así las sociedades campesinas y expulsando forzosamente la mano de obra a las ciudades, acumulando por la desposesión más absoluta. Construir y destruir, integrar e excluir, son las dos caras de los procesos de transformación capitalista que se viven en las zonas rurales de todo el mundo, construir espacios de agroindustria y destruir las economías campesinas, integrar el agro-negocio en el sistema mundo colonial y en la división internacional del trabajo y excluir a las comunidades, condenándolas a la migración, a la miseria y a la desterritorialidad.

Los defensores del modelo capitalista eurocentrico explican que la solución al problema

8 Sevilla Guzmán, Eduardo: Desde el pensamiento social agrario. Servicio de publicaciones Universidad de Córdoba. Córdoba 2006.

agrario en Europa fue el éxodo rural y la creación del excedente de mano de obra en las ciudades que supusiera la superación de los sistemas artesanales hacia la producción industrial. Las economías del Sur, no tienen ya capacidad de absorción de mano de obra pues no disponen de economías industriales desarrolladas, por lo que para ser competitivos han de profundizar en la tecnología industrial que en principio exige poca mano de obra. El sistema-mundo capitalista al resolver el problema agrario en los países del centro, creo un problema agrario a nivel mundial, un problema irresoluble. La Transición al socialismo debe asumir, la transición agraria a la soberanía alimentaria y a la agro-ecología. Las sociedades campesinas son hoy las únicas que han demostrado poder ser garantes de la vida a escala planetaria, ya que la Tierra antes de espacio para la economía es un espacio para la vida.

El movimiento campesino internacional desarrollado durante los siglos XIX y XX y hasta la actualidad podemos decir que ha sido parte integrante y estructural de la casi totalidad de procesos revolucionarios que se han dado y que permanecen en el imaginario colectivo de la izquierda revolucionaria, en el seno de las cuales, trataron de forjar su camino, de luchar por fortalecer sus palabras y su mirada. Aun siendo considerado el “problema” campesino o el “problema” agrario siempre como una cuestión secundaria.

El desarrollo y la implantación del capitalismo en la zonas rurales y agrarias significó una estrategia de transformación radical de sus condiciones de vida y de sus espacio de posibilidades. Las desamortizaciones, privatizaciones de tierra, de agua, de semillas y de la producción, la comercialización a gran escala, la preeminencia de la política internacional de precios en base al control de las corporaciones de las exportaciones, la desvalorización de la cultura, de la sabiduría y de los modos de subsistencia campesina, el atropello de la relación entre las comunidades la naturaleza supusieron y suponen la destrucción de una cosmovisión ancestral y del modo campesino de vida y compresión de la tierra.

Todos estos malestares campesinos podemos decir que tuvieron dos manera de ser articulados. En aquellos países donde existían luchas sindicales de ámbito industrial como pate de procesos más amplios de movilización social transformadora los movimientos campesinas se integraron mayoritariamente en estos procesos tomando el Sindicato como el sujeto protagónico de transformación. En la mayoría de los casos estos Sindicatos de corte agrario estaban sometidos a las directrices de otros sujetos políticos de naturaleza urbana, por general, estaban sometidos a la idea bolchevique de “Partido” ya sea de naturaleza burguesa reformista o de carácter marxista rupturista. En otros lugares donde no existía este contexto de movilización general, o no de se daba un contexto político de acumulación de fuerzas populares, los sectores campesinos tomaron posiciones más radicales y más alejadas de las demás fuerzas sociales en lucha.

Desde mediados del siglo XIX con el desarrollo del capitalismo agrario en las zonas rurales de Europa, remodeló todas las estructuras de los sectores agrícolas, ganaderos, recolectores y forestales hacia la producción agraria industrial y hacia el desplazamiento del excedente de

mano de obra a las ciudades a partir de este contextos es desde el que podemos decir que surgen los movimientos campesinos contemporáneos.

Generalmente los campesinos han desplegado dos modos de lucha frente a la serie de transformaciones que se daban ante ellos, por un lado una serie de resistencias cotidianas que algunos autores como James Scott[9] han llamado el arte de las resistencias y por otro lado la oposición abierta y la articulación de sujetos de clase, mayormente sindicatos agrarios, guerrillas campesinas y otros sujetos siempre vinculados y articulados con una serie de políticas de movilización social más amplia, en la mayoría de los casos. Por citar algunas de las grandes experiencias de procesos de lucha campesina, donde han sido estos la vanguardia del proceso podemos citar la Revolución mexicana o la china, procesos claramente articulados desde las propuestas campesinas. En todas las demás grandes revoluciones hemos de destacar la gran importancia de los sectores y elementos campesinos, tales como la Revolución rusa, la francesa, la revolución cubana, la Revolución española y gran parte de los procesos revolucionarios vividos durante el siglo XX.

Tal y como dice Silvia Pérez-Vitoria[10], los campesinos eran considerados "conservadores" por que los "progresisas" querían hacerlos desaparecer. Desde comienzos de las sociedades del capitalismo industrial y de la ilustración euro-centrada las sociedades campesinas siempre han sido inferiorizadas como una etapa previa al desarrollo, como una forma económica y política primitiva, ya que los discursos que emergían de los centros de poder era siempre discursos urbanos, y para el crecimiento de estos centros de poder eran necesario ese éxodo de campesinos desposeídos a las ciudades, por lo tanto ha sido siempre requisito indispensable para el desarrollo urbano e industrial la destrucción y desarticulación de las economías campesinas y la implantación del capitalismo agrario en las zonas rurales lo cual significa la desaparición de las comunidades campesinas cuyas lógicas de vida eran diametralmente opuestas a las lógicas del capitalismo de explotación y obtención del máximo beneficio a través de la explotación del trabajo y de los recursos naturales. En los comienzos de la sociedad industrial los campesinos eran sectores radicalmente opuestos a la modernización capitalista de las agriculturas campesinas ya que con ello se llegaría a la desaparición de su cosmovisión y así como a la desaparición fáctica de las comunidades. Esta sentimiento de amenaza lo sintieron ante las desamortizaciones en los inicios del Estado burgués europeo, ante las privatizaciones de los regímenes capitalistas europeos pero también en las modernizaciones soviéticas y toda vez que los poderes de los centros hegemónicos aplicaran una modernización de tipo industrial, centralizadora, productivista y/o capitalista.

2.2. La Vía Campesina a la soberanía alimentaria

La Vía Campesina es una coordinadora internacional de organizaciones campesinas, pequeños

9 Scott, James: Los dominados y el arte de la resistencia. Txapalarta. País Vasco. 2003.
10 Perez-Vitoria, Silvia: El retorno de los campesinos. Icaria. Barcelona. 2010.

agricultores, jornaleros, campesinos y migrantes de todo el mundo con organizaciones de más de 150 países. Surge en el contexto de las Rodas de Uruguay y de la transformación del GATT a la Organización Mundial del Comercio, de la liberalización del comercio y de la supresión de los aranceles y de las políticas proteccionistas a escala mundial. Como muy bien señala Anette Aurélie Desmarais en su obra La Vía Campesina: Globalización y poder del campesinado, ante la desprotección que significaba la falta de protecciones a la agricultura y a la producción campesina los diferentes movimientos campesinos no vieron otra salida que la de poner sobre la mesa las diferentes cuestiones problemáticas que amenazaban la vida de los campesinos y comprobando que en ciertas cuestiones se enfrentaban los campesinos de todos los continentes, del Sur y del Norte a las mismas problemáticas fundamentalmente al acaparamiento de tierras por parte de las grandes corporaciones, a la implantación de las semillas modificadas genéticamente , a los precios de los insumos y de los fertilizantes, la privatización de semillas, al control de las corporaciones sobre los recursos como el agua, el control de los precios por parte de las multinacionales.

Las organizaciones que componen La Vía Campesina articulan sus acciones y sus campañas de movilización en torno a varias premisas fundamentales la defensa de las comunidades campesinas, la soberanía alimentaria, la bio-diversidad, la autonomía campesina y la unidad de acción del campesinado internacional.

La soberanía alimentaria es una propuesta que surge de las movilizaciones que lleva a cabo La Vía Campesina durante comienzos de los años 90 durante el trascurso de la Ronda de Uruguay que finaliza en Marrakech en 1994. El lanzamiento de la propuesta de la Soberanía Alimentaria se produce en 1996 durante la celebración de la Cumbre Mundial de la Alimentación en Roma, en la que la sociedad civil y los movimientos sociales llaman al Foro Social para la Seguridad Alimentaria. La seguridad alimentaria es un concepto que surge en los años 70 por parte de la FAO y que se define como la capacidad de las instituciones para garantizar el acceso y la disponibilidad de alimentos para consumo general combatiendo así los periodos de escasez de alimentos o la falta de estabilidad en los mercados internacionales de productos alimentarios de primera necesidad. La soberanía alimentaria se entiende como la capacidad de los pueblos y territorios a regular, gestionar y participar en sus propias políticas alimentarias, tanto a nivel agrícola como a nivel consumidor, por tanto supone un reclamo y una alianza internacional entre productores y consumidores. La soberanía alimentaria parte de la idea de la agro-ecología, del consumo sustentable, del acceso a la tierra y de la defensa de los valores naturales y de la bio-diversidad. La soberanía alimentaria es una lucha internacional por la tierra, el agua, las semillas y a la naturaleza y por la defensa de las comunidades campesinas. La soberanía alimentaria es una demanda en clave medioambiental, social y democrática. La soberanía alimentaria que defiende La Vía Campesina es una demanda por el derecho al territorio, por el derecho a la tierra. La Tierra no solo es un recurso económico, la tierras es el hogar, la tierra es el territorio de la vida.

La Vía Campesina podemos decir que es una articulación campesina desde abajo que rompe

con algunas de las viejas cuestiones que estancaron los sujetos transformadores del siglo XX.

En primer lugar podemos decir que se trata de una experiencia que de deconstruye la direccionalidades hegemónicas centro-periferia y Norte Sur, estableciendo un dialogo cognitivo entre periferias y en el seno del Sur global.

Aúna criterios de luchas transformadores entre sujetos por arriba de la línea de humano como son los sindicatos agrarios del norte de Europa cuyos objetivos en muchos caso son las mejoras de las cuotas de los productos o la modificación concreta de ciertos aspectos de la Política Agraria Comunitaria frente a sujetos que se sitúan bajo la línea de lo humano como los campesinso del Sur cuya demanda básica es el acceso a la tierra como pueden ser el MST o el SOC-SAT.

La Vía Campesina pone en entre dicho el legado de conocimiento y pensamiento occidental eurocéntrico, cuestionando la supuesta neutralidad del conocimiento científico y tratando de rescatar los saberes campesinos e indígenas, los saberes locales y ancestrales. por lo que podemos decir que se funda en una idea de ecología de saberes.

La Vía Campesina cuestiona los sistemas políticos y económicos eurocentricos y capitalistas y los conceptos de democracia, desarrollo y justicia que han aplicado los centros de poder militar económico y político occidentales tales como la UE, los EEUU, la OMC, el FMI o el BM. No habrá paz sin pan como decía nuestro gran Diamantino García Acosta.

Bibliografia

Cesaire, Aimé (2006), *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: AKAL.

Lander, Edgardo (org.), (2000) La colonialidad del saber: *Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: CLACSO.

García Fernández, Javier, Zuñiga Obon, Alberto (2013), "El historiador frente al sujeto viviente: Apuntes muy provisionales para una Historia Reciente de la Sociedad contra el Estado.", *in* Teresa López Ortega; Miguel Ángel Del Arco Blanco (org.), *Actas del XI Congreso de Historia Contemporánea de la AHC*. Editorial Comares. Granada.

Grosfogel, Ramón; Castro-Gómez, Santiago (2007), *El giro decolonial Refl exiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores. Bogotá.

Desmarais, Anette Aurélie (2007), *La Vía Campesina: Globalización y poder del campesinado.* Editorial popular. Madrid, 2007.

Perez-Vitoria, Silvia (2010), *El retorno de los campesinos*. Icaria. Barcelona. 2010.

Rivera Cisicanqui, Silvia (2006), "Chhixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores". *in* Mario Yupi (org.). *Modernidad y pensamiento descolonizador*. Memoria

del Seminario Internacional. La Paz: U-PIEB – IFEA, 3-16.

Scott, James (2003), *Los dominados y el arte de la resistencia*. Txapalarta. País Vasco.

Sevilla Guzmán, Eduardo (2006), *Desde el pensamiento social agrario*. Servicio de publicaciones Universidad de Córdoba. Córdoba.

Toledo, V.M. (2000), *La Paz en Chiapas*. Ediciones Quinto Sol. México.

Wallerstein, Immanuel (1988), *El capitalismo histórico.* Madrid: Siglo XXI.

A Cartografia e os Mapas enquanto Ferramentas de Análise do Social: Releitura a partir de Algumas das Contribuições Facultadas por Boaventura de Sousa Santos

Francisco Freitas[1]

Resumo

Os mapas ou cartogramas constituem elementos de comunicação e representação sobre o real. São ferramentas de leitura do espaço e, por inerência, de leitura do tempo, mas serão sobretudo ferramentas da análise das intrincadas relações estabelecidas entre estes dois conceitos. Constituem instrumentos para leitura do intangível e do desconhecido. Permitem visibilizar, permitem invisibilizar, podem fornecer sentido a um lugar pela sua construção simbólica ou, por outro lado, objetar a sua leitura. Têm servido múltiplos campos do conhecimento e a sua presença hoje é, no mínimo, alargada - quase todos recorremos a mapas de natureza diversa em menor ou maior grau de aquiescência. Os mapas, na sua ligação ao direito internacional, foram e continuam a ser instrumentos primeiros de afirmação de poder. Constituem, desde há muito, ferramentas de emancipação. Podem, como tal, constituir ferramentas de resposta ao desafio essencial de reforço de formas alternativas de pensar alternativas, tal como é sugerido por Boaventura de Sousa Santos.

O papel da cartografia relativamente aos modos de produção de poder ou na sua ligação ao direito e ao direito internacional já foi alvo de uma exaustiva análise por parte de Boaventura de Sousa Santos (1987; Santos 1988; Santos 1995). Partindo destas formulações, a proposta constante deste ensaio constará de duas dimensões distintas. Por um lado, haverá espaço para uma tentativa de apreender o significado dos mapas enquanto mecanismos da representação e construção do real. Por outro lado, será visada uma discussão sobre alguns dos significados diretamente derivados da cartografia, concretamente algumas das divisões instituídas e quais os fundamentos históricos das mesmas.

Palavras-Chave: Mapa, Cartografia, Cartografia Simbólica, Sistemas de Projeção, Sul Global.

Abstract

The maps, or cartograms are elements of communication and representation on the real. Are reading tools of space and, by extension, the reading time, but will be especially intricate analysis tools relations established between these two concepts. Constitute instruments for reading of intangibles and the unknown. Allow you to visualize, allow making, can provide meaning to a place for their capital buildings or, on the other hand, object to read. Have served multiple fields of knowledge and your presence today is, at least, extended-almost all we use maps of diverse nature to a lesser or greater degree of acquiescence. The maps, in its connection to the international law, have been and continue to be first instruments to claim power. Are long, tools of emancipation. Can, as such, constitute essential tools for response to the challenge of strengthening of alternative ways of thinking about alternatives, as suggested by Boaventura de Sousa Santos.

The role of cartography in relation to production modes of power or connection to law and international law has been the subject of an exhaustive analysis by Boaventura de Sousa Santos (1987; Santos 1988; Santos 1995). Leaving these formulations, the proposal in this essay will appear in two distinct dimensions. On the one hand, there will be space for an attempt to apprehend the meaning of maps as mechanisms of representation and construction of reality. On the other hand, will be aimed at a discussion about some of the meanings directly derived from the mapping, specifically some of the divisions imposed and which the historical foundations of the same.

Keywords: Map, mapping, Symbolic Cartography, projection systems, Global South.

1 Francisco Freitas [franciscofreitas@ces.uc.pt] é presentemente investigador júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra [www.ces.uc.pt]. Para lá da cartografia e dos mapas, os seus interesses de investigação centram-se nos grandes dados e nas metodologias de investigação, incluindo os métodos e técnicas digitais

"São precisos diferentes pontos de vista para se ver a verdade"[2]

Introdução

Este ensaio visa analisar alguns aspetos definidores da cartografia enquanto forma de representação e de construção do real, cruzando elementos distintos, dados por um lado pelo rigor e precisão advindos da ciência cartográfica e suas projeções matemáticas, por outro lado por toda a herança advinda da construção de mapas enquanto forma de arte. Estes são dois polos relacionados entre os quais navegam, desde há muito, as diferentes propostas de representação cartográfica[3].

Num primeiro momento, este ensaio versará alguns recortes da obra de Boaventura de Sousa Santos, nas suas referências à cartografia simbólica, no recurso que efetua a várias metáforas de cunho espacial e cartográfico. Para tal, será importante dar conta da própria topografia do pensamento deste autor, para enquadramento destas referências. Numa fase ulterior, procurará versar-se a cartografia em si, procurando responder à questão do que é um mapa efetivamente e quais as consequências que a criação e acumulação de significados cartográficos gerou na perceção de várias das geografias de um ponto vista político. Reportamo-nos aqui a elementos tais como as noções de Norte Global ou Sul Global, procurando-se apresentar o papel assumido pela própria cartografia na constituição das próprias linhas abissais em que se funda a modernidade ocidental.

Uma certa cartografia do pensamento de Boaventura de Sousa Santos

São várias as referências à cartografia e à geografia na obra de Boaventura de Sousa Santo. Será, por isso, importante facultar uma breve representação do amplo terreno teórico oferecido por este autor. Nesta descrição, haverá naturalmente espaço para referências topológicas. Significará isso dar boa conta de alguns dos marcos teóricos no pensamento deste autor, que contextualizem ou situem os mapas, geográficos ou não, na sua obra. Significará, também, dar conta de todos os acidentes no terreno, ou seja, explicitar quais as principais mutações nos referentes utilizados por este pensador, dado que cuidamos aqui de um pensamento dinâmico, que abarca mais de três décadas e que tem progredido ao longo do tempo em várias direções e à luz, desde logo, das constantes transformações sociais que vão sendo operadas.

Será eventualmente possível referenciar ou destacar três momentos fundamentais: pós-modernidade, pós-colonialidade e pós-abissalidade. A superação do paradigma da modernidade é debatido, num momento inicial, no livro Um Discurso Sobre as Ciências

2 A partir do mapa "What's Up? South!", do coletivo ODT. Tradução do autor.

3 Uma primeira versão deste ensaio foi revista e comentada em todo o detalhe por Teresa Cunha, pelo que o resultado deste trabalho é devedor do apoio prestado e das ideias partilhadas por essa via - é feita, como tal, a devida nota de reconhecimento e de agradecimento.

(1987). É nesta publicação que enceta a análise sobre as insuficiências da ciência moderna na anulação de outras formas de conhecimento, assim como para as dicotomias advindas do projeto da modernidade e que encontramos, novamente, nas publicações que servirão de base a este ensaio. É já aqui proposta uma complementaridade entre ciência moderna, por norma reducionista, e senso comum. A dupla rutura epistemológica é depois sugerida em Introdução a uma Ciência Pós-Moderna (1989). A lógica da pós-modernidade é novamente instigada em Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade (1994).

Será provavelmente em A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência (2000) que é assumido um corte com uma versão do marxismo que, na busca pela totalidade, gera visão do mundo restrita e excludente. Constituirá este um novo momento de reconhecimento de diversidade. Na Gramática do Tempo: Por Uma Nova Cultura Política (2006), o autor, num registo de autocrítica, abandona o princípio de pós-modernidade a partir de uma diferenciação entre pós-modernismo celebratório e, mais importante, pós-modernismo de oposição, no qual se posiciona. O primeiro anula a lógica de ação dada pelos projetos coletivos e a utopia da transformação social, o segundo remete para uma pluralidade de projetos coletivos e a substituição de uma teoria geral sobre a transformação social, um ensejo inalcançável.

É neste ponto que introduz a questão colonial. De facto, um projeto emancipatório implica ter em conta o colonialismo, uma vez que a matriz pós-colonialista não é capaz de articular devidamente a relação entre colonialismo e capitalismo, não tendo como tal em conta as diferenças económicas, sociais e políticas, o que remete para a "reinvenção da emancipação social" segundo Boaventura de Sousa Santos. É uma tentativa de superação de elementos tais como o reordenar da história, de explicitação da relação entre modernidade e colonialismo no sistema mundo, da história do eurocentrismo, do racismo, do patriarcado, do poder, das ambivalências da modernidade, concretamente do racionalismo técnico e científico e da racionalidade histórica instituídos por esta. É desta forma que surge espaço para o conceito de Sul Global[4] na sua obra, um Sul não-geográfico, como a metáfora do sofrimento humano e eco das relações Norte-Sul, que cristalizaram uma geopolítica gerada a partir da expansão colonial europeia e que é apresentada hoje sob a capa da globalização neoliberal. O corolário desta aceção remete para o princípio de o término do colonialismo enquanto relação política não ter significado o término do colonialismo enquanto relação social, algo que poderá ser lido em múltiplas esferas (Santos 2004).

Será posteriormente com as Epistemologias do Sul (2009) que são veiculados vários dos preceitos teóricos anteriormente referidos a partir de outras formulações epistemológicas, com um cariz inclusivo e alternativo. Este será um momento de pensamento pós-abissal, em que diversas premissas são estabelecidas. A saber: a epistemologia moderna assumiu um cariz dominante e universal e foi imposta através de meios violentos a populações não-ocidentais

4 Originalmente a partir da Conferência de Bandung de 1955, momento fundamental de procura por visão não-ocidental de uma visão para o mundo e de promoção das relações Sul-Sul entre países de África e da Ásia na sua luta pela libertação e pela oposição ao colonialismo.

e não-cristãs; o colonialismo e o patriarcado "vis-à-vis" com o capitalismo suprimiram os conhecimentos locais e toda a riqueza que se associa aos mesmos, procurando impor uma forma única de ver o mundo e com isso gerando desperdício de experiência. As alternativas à epistemologia dominante deverá provir das Epistemologias do Sul, com o intuito de, desde logo, reparar as consequências causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. O corolário destas premissas é conhecido: a existência de dois "universos" distintos, o assumir da impossibilidade de coexistência nos dois lados da linha/fratura abissal, assim como a produção de não existência como resultado da ação da ciência moderna (Santos and Meneses 2009, 24).

Espaço e tempo como elementos de suporte à análise

Na vasta obra de Boaventura de Sousa Santos, da qual foram destacadas algumas entradas apenas, os mapas e a cartografia surgem como mecanismos de natureza, sobretudo metafórica, de ilustração da realidade. São mecanismos com uma forte componente sensorial, que permitem a quase obtenção de imagens a partir de descrições em texto, com base em ilustrações em que é central a variável espaço. No mesmo sentido operam os espelhos enquanto objetos de representação/reprodução da realidade, uma outra importante componente do seu trabalho, uma analogia que estabelece múltiplos pontos de contacto com a cartografia[5]. A um nível mais alargado e para uma introdução à dimensão de experiência sensorial da própria visão, conferir a proposta de Markus Banks, que refere que enquanto experiência sensorial, ver não será algo natural, é uma interpretação, como não serão naturais as representações derivadas da visão, sejam pinturas, filmes, desenhos ou fotografias. A explicação para esta assunção baseia-se na ideia de que a imagem que se forma na retina e é interpretada pelo cérebro, segue num fluxo contínuo, enquanto as representações de segunda ordem são discretas e produtos de uma determinada intencionalidade (Banks 2005, 7).

Como é realizada, então, a construção de quadros teóricos e a definição de determinados conceitos fundacionais através da sua ancoragem em elementos de espacialidade? Qual a vantagem dos mesmos? Será a cartografia um elemento importante para a descolonização do saber e para a construção de um pensamento pós-abissal, tal como é requerido? Qual a sua prevalência na intricada relação entre espaço e tempo? O que representa a cartografia para as tentativas de superação de visões de tempo linear, de acordo com a formulação de o Carl Schmitt (1950)?

O conhecimento humano prático requer familiaridade com o mundo físico. À semelhança de outros filósofos do Iluminismo, John Locke debruçou-se, de forma exaustiva, sobre estes mecanismos de perceção sensorial, mais concretamente para a capacidade para, de forma

5 Sobre esta tematização dos espelhos, conferir os capítulos "Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Inter-Identidade" (Santos 2006) e o registo de autoetnografia oferecido no capítulo "The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada" (Santos 1995).

passiva, inclusivamente, se captar ideias a partir do mundo exterior[6]. Parte-se desta ideia simples de espaço derivado das perceções visuais e táteis, numa separação tridimensional de corpos distintos. Locke apresenta o espaço como um "continuum", com partes inseparáveis e inamovíveis. Locke descarta, de forma enfática, a identificação da filosofia natural cartesiana do espaço com o corpo (Locke, 1689, XIII). Para o tempo, é estabelecido um padrão de análise semelhante. Se considerada, por exemplo, a sucessão de ideias através do movimento de objetos externos, tal permite o emergir da ideia de duração, conceito a partir do qual se derivam todos modos de medição de tempo e de duração temporal.

As noções de espaço e tempo ficam então sujeitas a uma analogia sistemática, sendo concebidas como experiências limitadas, ainda que sejam aplicáveis a durações infinitas. Espaço e duração são contínuos e indiferenciados, mas permitem a designação de local e tempo em relação a pontos rígidos de referência. O tempo e o espaço são divisíveis até ao infinito, ainda que as suas partes sejam inseparáveis (Locke, 1689, XV). É neste quadro de organização da experiência de cada um, no seio de um espaço tridimensional, que se funda a ideia de tempo linear. É este princípio de tempo linear que é alvo de crítica por parte de Boaventura de Sousa Santos, que sugere esta conceção de tempo como um resultado da expansão do capitalismo, que reduz a multiplicidade de tempos através de conceitos como progresso, por exemplo.

Como é percetível, os usos da cartografia por parte de Boaventura de Sousa Santos não remetem para mapas geográficos em si, mas mais para elementos simbólicos ou para os conceitos que se associam a estas representações pictográficas que auxiliam a leitura dos quadros teóricos apresentados. Naturalmente são arrematados elementos da ciência cartográfica, mas a explicitação de determinado mapa faz-se sobretudo pela construção de analogias e de produção de elementos metafóricos na leitura que é produzida sobre o real. Tal insere-se nos princípios de "spatial turn" (SP) ou "topographical turn"[7] (TT).

Por SP, entende-se a mudança operada no pensamento nas humanidades e nas ciências sociais e que passou pela inclusão do espaço como dimensão explicativa da realidade. Constituiu uma mudança paradigmática, encetada inicialmente pelos finais dos anos 80 do século passado. Trata-se de uma nova visão do mundo, que visa implicar novos atores e instituições não considerados até esse momento. Neste exercício de interpretação, é explicitado, contudo, que o espaço por si não determina a ação social, fornecendo antes um contexto de atuação. O espaço, por isso, poderá facilitar a ação social e criar um estímulo para a ação social. São visões provindas do pós-modernismo e do princípio de desconstrução, influenciadas por autores tais como Michael Foucault[8] ou Edward Said[9]. Esta é uma forma de, desde logo, conferir alguma sobressaliência à variável espaço, utilizando-a para a

6 Conferir capítulos II e IV do mesmo livro para descrições mais detalhadas do entendimento sobre conhecimento sensível.

7 Também *topological turn*.

8 Por exemplo no artigo "Of other spaces: utopias and heterotopias" (1997).

9 Em *Orientalism* (1978).

compreensão da realidade humana.

Este enfoque no espaço teve uma motivação particular na sua génese. Constituiu, de facto, uma resposta por parte das áreas de conhecimento referidas a um viés ontológico e epistemológico que privilegiava o tempo relativamente ao espaço em todas as ciências humanas[10], incluindo as disciplinas que implicam um enfoque especial na dimensão espacial, tais como a geografia ou a arquitetura (Soja 2009). Este SP visa, assim, o espacializar das narrativas históricas (Weigel 2009). Isso não significa, todavia, que seja possível perceber qual a dimensão exata da influência do espaço nas interações sociais, como pode gerar-se aquilo que é designado como a armadilha do espaço – o conflito entre o significado que é atribuído a determinado espaço, a partir da interpretação, e o significado que tal espaço assume, que é construído, uma vez que o espaço, por si só, não tem qualquer significado[11] (Hess-Lüttich 2012)topological turn.

Os estudos culturais relembram, desta forma, que cada conceito remete para referências geográficas, para um determinado espaço, para um determinado contexto. É nesse sentido que é assumido que não apenas os espaços são constituídos socialmente, como ainda que as relações sociais são constituídas espacialmente (Santos 1995, 404).

Na obra de Boaventura de Sousa Santos, na linha dos estudos culturais, o conceito de espacialidade permite uma articulação entre relações sociais e o espaço. O conceito de espacialidade permite, por sua vez, uma ligação às temporalidades. Esta formulação é importante porque demarca, com clareza, a ligação entre espaço e tempo, especificamente os espaços como espaços-tempo e as espacialidades como temporalidades (Santos 1995, 456). Boaventura de Sousa Santos parte destas referências para introduzir, por exemplo, as noções de copresença e contemporaneidade, explicando que, numa conceção sociológica, os processos sociais juntam num determinado espaço-tempo diferentes temporalidades e espacialidades, alguns processos sociais que podem ser performativos ou autorreflexivos (Santos 1995, 457).

A cartografia simbólica é uma conceptualização proposta por Boaventura de Sousa Santos para uma análise do papel do Direito. Face ao paradigma nos mapas de escala/projeção/simbolização, que são devidamente aclarados pelo autor, é sugerida uma substituição por um paradigma de correspondência/não correspondência[12] para minimização de todos mecanismos de distorção da realidade inculcados pela cartografia (Santos 1995, 460). A cartografia simbólica deverá ter em conta dimensões fundamentais, tais como as metáforas espaciais. Se a escala, projeção e simbolização não constituem elementos neutros, significa que implicam escolhas, como a promoção de determinados interesses e a supressão de outros. A proposta que subjaz a este quadro é direta: uma cartografia simbólica do Direito, combinada com uma conceção do legal do Direito pluralista. Tal permitirá lidar com as especificidades da

10 Não é explorada, todavia, a importante noção de tempo não-linear.
11 Ou seja, este significado é um resultado de algo que é culturalmente construído.
12 Originalmente uma analogia Direito nos livros, Direito em ação.

imaginação legal e da construção legal da realidade com uma maior profundidade analítica, em novos mapas. Em definição e a partir desta proposta, a cartografia simbólica do Direito funciona como mecanismo de reconhecimento de outras formas de Direito (Santos 1995, 470–473).

O que é a cartografia e o que representa um mapa?

A cartografia[13] é a ciência que trata da conceção, produção, difusão e estudo dos mapas (ou cartas). Os mapas são, como tal, elementos da cartografia e correspondem a representações visuais de determinado elemento ou espaço. O recurso a mapas será pelo menos tão antigo quanto a comunicação escrita e o seu florescimento não remete para a ascensão do ocidente ou para o período do chamado excecionalismo europeu, ao contrário do que tantas vezes é sugerido[14]. A história dos mapas e da cartografia implica tarefas várias de descolonização do saber exatamente porque, no decurso da história, não raras vezes os mapas serviram propósitos políticos, através de representações do espaço para sustentação de um projeto de dominação, como será clarificado num momento subsequente.

O termo cartografia foi proposto no século XIX pelo visconde de Santarém e adotado internacionalmente. Das muitas definições propostas, refere-se aqui a definição marcadamente abrangente adotada pela Associação Cartográfica Internacional (1966):

> (…) conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, têm como objetivo a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, fenómenos físicos e socioeconómicos, bem como a sua utilização.

A existência dos mais diversos tipos de plantas, cartas e mapas permite que utilizadores das mais variadas formações profissionais, através da sua utilização, desenvolvam estudos, análises e pesquisas relativos à sua área de atuação ou suporte até a determinada teorização. A cartografia é um instrumento fundamental no auxílio ao planeamento, organização e administração dos governos. É uma ferramenta vital para todo um conjunto de atividades porque assume essa dimensão de conhecimento e, concomitantemente, de poder. A cartografia tem-se, também, revelado uma ferramenta importante no identificar nas dinâmicas sociais.

13 Do Grego *chartis* (mapa) e *graphein* (escrita).

14 Ver, por exemplo, a cartografia gerada na China num momento muito anterior ao expansionismo Europeu. Os Chineses detinham, desde há muito, uma grande tradição na produção de mapas, anterior ao "anno domini". Como evidência deste conhecimento, pode referir-se o domínio do magnetismo terrestre, força que move a agulha de uma bússola para Norte e que foi utilizada pelos chineses décadas antes de introduzida no Ocidente. De referir, contudo, que muitos dos mapas deste período representam a China ao centro e não evidenciam um grande conhecimento de outros países ou continentes (Bristish Library 2014). Ainda assim, não se identificando claramente o seu começo, o mesmo inscreve-se num período longínquo, como subsistem também grandes zonas de sombra e a história da cartografia chinesa ainda tem de ser devidamente aclarada (Yee 1994).

Estas são definições genéricas, de âmbito alargado, que permitem a inclusão de uma série de práticas muitos distintas sob este mesmo rótulo. Veremos, seguidamente, exemplos de conceptualizações que se afastam das práticas facultadas pela ciência cartográfica. Um elemento comum subsiste: em todo o caso estamos sempre perante representações de determinada realidade ou figuração, de espelhos mais ou menos fieis à realidade. Os mapas são o produto da cartografia e correspondem a formas visuais de organizar conhecimento sobre determinada realidade ou território. São, concomitantemente, formas de fragmentação da realidade, de redução de elementos tridimensionais para um plano, ou seja, representações bidimensionais (Kryger and Wood 2005).

Os mapas geográficos servem, de forma simples, para anular o efeito curvo da superfície terrestre e, com isso, conseguir a sua representação num plano bidimensional. Através do recurso a uma escala de representação, é possível reduzir um determinado espaço, exatamente através de uma representação, a um tamanho que seja possível de manusear e visualizar. Tudo isto é operado de uma forma sistemática. Consequências destas ações? Diversas. No âmbito da ciência cartográfica, um mapa significa a utilização de um sistema de projeção, de uma escala, de coordenadas, de todo um reportório rigoroso baseado nas projeções matemáticas. Passaremos a indicar de que consta cada um e porque, em conjunto, permitem a definição de um sistema de coerente de comunicação com uma dimensão política que não deve ser ignorada.

Os mapas e a cartografia estão intimamente ligados à ascensão do Estado-Nação ou do Estado Moderno, oferecendo uma materialidade e uma representação a essa entidade abstrata. O Estado é teorizado por Boaventura de Sousa Santos como uma realidade artificial, uma criação da modernidade por comparação com a sociedade civil[15] (1995, 411). De facto, os mapas funcionaram como instrumento de poder e como instrumento de afirmação do próprio Estado Moderno, desde logo porque permitiram oferecer uma imagem do mesmo ou situá-lo, de uma forma relacional, face aos demais estados, através da demarcação de fronteiras. Por vezes, os mapas não se apoiaram em limites geográficos ou na orografia existente, sendo o caso paradigmático deste tipo de ação o reinterpretar do continente Africano a partir da Conferência de Berlim no século XIX, num dos exemplos mais dramáticos de apropriação real e simbólica do espaço.

Os mapas cruzam inúmeras vezes elementos da ciência cartográfica com desígnios políticos, de poder e de controlo. Os mapas são uma forma poderosa de pensar acerca da terra (Kryger and Wood 2005). Podem assumir as mais diversas formas. A orientação de um mapa é dada pela relação entre a direção no mapa e a direção correspondente de uma bussola na realidade que é representada. A principal convenção cartográfica indica que o Norte está colocado no topo do mapa. Esta não é uma convenção universal. Deriva da tradição ocidental de cartografia. Para Denis Wood (2010) no final do seu livro sobre o poder destes dispositivos para introduzir

15 A conceptualização é, todavia, mais complexa e é estabelecida a partir precisamente da distinção entre Estado e Sociedade Civil, incluindo posteriormente o Mercado, uma tríade que não será explorado no presente ensaio.

desta discussão, são os mapas que pela sua articulação com a cidadania dão forma ao Estado e às suas fronteiras policiadas, que enquadram os corpos taxáveis[16], os corpos que podem ser tornados em soldados, do corpo do trabalhador, do corpo que pode ser remetido para a prisão (2010, 254–255). Este erigir de fronteiras é, novamente, a representação do estado moderno. Reportamos, portanto, uma noção muito específica de fronteiras, que remete para a divisão e controlo político de determinado território. A definição de um território apoia-se no seu mapeamento, mapas que por um lado representam, por outro lado constroem. Sabe-se, todavia, que esta é uma noção ocidental de território, que remete para o pensamento político ocidental, que se consubstancia com uma ampla história de formação desta visão de ordenamento do mundo através de mecanismos de divisão, controlo e administração (Elden 2013).

Mapas e a realidade: uma correspondência imperfeita

Um regresso ao entendimento de Boaventura de Sousa Santos sobre os mapas permite apreender o papel dos mesmos enquanto elementos conceptuais. Para este autor, os mapas são elementos de distorção da realidade através dos mecanismos de redução e generalização, que comprimem ou expandem formas e distâncias, uma vez que, para serem funcionais, estes não podem ser coincidentes ponto por ponto com a realidade. Esta distorção da realidade é sistemática e controlada, através dos mecanismos da escala, da projeção, e da simbolização (Santos 1995, 458–459). Esta é uma interpretação que se afasta da idealizada pela ciência cartográfica. De facto, existem mecanismo de precisão, de rigor, de controlo de qualidade, ou até o facto de a cartografia se servir de vários mapas para a ilustração de vários temas, em conjuntos coerentes, permitem questionar esta visão determinística de cartografia. Por outro lado, também é verdade que existem os fatores sensoriais, que influenciam a leitura que é proporcionada por qualquer mapa, algo aflorado anteriormente. Em todo o caso e fim de delimitar estas duas visões contrastantes de cartografia, será importante assinalar que Boaventura de Sousa Santos remete para um uso simbólico, ilustrativo, da aceção de mapa e de todo o conjunto de metáforas geográficas que atravessam muita da sua obra. Se os mapas constituem em em si representações, o uso dos mesmos passa pela comunicação efetiva de algo a determinada audiência (i.e. para quem não conhece o território) e essa é uma avaliação que não é proporcionada se se pensar unicamente na representação, seja metafórica, seja geograficamente constituída. Esta é uma visão na linha oferecida por Jorge Luís Borges, que descreveu de uma forma precisa a relação entre mapa e território e, concomitante, dos limites de uma representação[17]:

> Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não

16 Do termo em inglês *body*, uma formulação coincidente com o arquétipo facultado por Michael Foucault e que, neste contexto, tem o mesmo sentido, até porque remete para a dimensão de poder do Estado enquanto instituição.

17 Partindo de *Sylvie and Bruno Concluded* de Lewis Carroll (1889).

> bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade entregaram-no às Inclemências do sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Borges 1982, 117)

Por outras palavras, a ideia de uma representação ponto por ponto da realidade é impossível, ao contrário do que o saber absoluto hegeliano ou a ciência de índole iluminista tentaram tantas vezes sugerir, e tal como é contestado por Boaventura de Sousa Santos. Na prática, um mapa é sempre uma modelação limitada, nunca total, ainda que determinados conceitos ou métodos possam sugerir o contrário. Borges explica-nos que o sucesso absoluto da representação seria o seu próprio fim. Não se abdicando da representação, será certamente útil questionar em todo o caso a própria representação e sua convencionalidade, algo que deverá, então, ser transposto para os mapas. Depois, porque uma representação implica uma visão do mundo nas suas metáforas, através de tudo o que é fornecido, oferecido, herdado, sem que seja vivido por vezes. Por último, porque evidentemente o mapa perfeito é uma aspiração impossível de concretizar, tal não significa o não recurso a este instrumento enquanto espelho de determinada realidade - daí o recurso a metadados de ordem diversa sempre que se produz cartografia.

O POLÍTICO A PARTIR DOS MAPAS E DA CARTOGRAFIA: UMA ORIGEM

No século XV assistiu-se se a um renascer da cartografia devido essencialmente a três fatores: terá sido descoberta e traduzida de árabe para latim o já referido tratado de Ptolomeu “Geografia”, surge a invenção da imprensa pelo germânico Gutemberg, que veio facilitar consideravelmente não só a produção, reprodução, como também a própria divulgação dos mapas e, por fim, surge a expansão ultramarina a partir do espaço europeu, com consequências ao nível do conhecimento do mundo e da forma de o representar nos cartogramas de então. Estes cartogramas passam a constituir ferramentas vitais para suporte a um projeto de dominação. O Mundo passa a ser visto globalmente, como um todo. É estabelecido um centro. São cunhadas designações que ainda hoje subsistem. Desta visão global, emergem divisões várias, são reforçadas as ideias ou, mais corretamente, as abstrações dadas por Norte, Sul, Ocidente, Oriente, entre muitas outras.

Este esforço de representação significa, então, a criação de abstrações, de espaços, de significações. O celebrado Mapa de Waldseemüller ou Universalis Cosmographia poderá constituir um exemplo desse cunhar da realidade através da cartografia. O Mapa de Waldseemüller é um mapa do mundo impresso pelo cartógrafo e monge germânico Martin

Waldseemüller, originalmente publicado por volta de 1507. Será o primeiro mapa-mundo a utilizar o termo "America"[18]. Este mapa foi elaborado a partir de uma modificação da segunda projeção de Ptolomeu, expandindo-a para acomodar as Américas e as latitudes mais elevadas. A acompanhar o mapa, surgiu um texto denominado Cosmographiae Introductio, da autoria de Martin Waldseemüller e Matthias Ringmann.

Mapa 1: Mapa de Waldseemüller. Este mapa de parede de grande dimensão e detalhe consta de doze folhas no total. Sobrevive uma única cópia, em exibição na Biblioteca do Congresso de Washington DC. Este mapa é importante porque levanta inúmeras questões para as quais não existem respostas conclusivas. Como foi, por exemplo, desenhar tão detalhadamente e com tanto rigor a América do Sul? Como foi possível representar um vasto oceano a oeste do continente americano antes de ocorridas as explorações europeias no próprio Pacífico por Vasco Nûnez de Balboa ou Fernão de Magalhães? Como foi possível produzir um mapa tão rigoroso contemplando conhecimentos sobre determinadas áreas que não estariam disponíveis à data da elaboração? Porque subsiste uma cópia unicamente? Como o tão pequeno grupo de cartógrafos conseguiu produzir algo radicalmente diferente do que existia à época e tão próximo da visão do mundo que subsiste presentemente? (Hessler 2008).

18 Uma hipótese explicativa para esta designação, advém de Americus, a derivação em latim do nome Amerigo. Amerigo Vespucci foi um explorador, navegador, cartógrafo e financeiro de Florença, o primeiro a evidenciar que o Brasil e as Índias Ocidentais não representariam a parte leste da Ásia, tal como terá sido proposto por Cristovão Colombo nas suas quatro expedições. Este seria, assim, um outro continente, um supercontinente, identificado a partir dos contributos de Amerigo e outros navegadores. Este espaço foi entretanto batizado de *Mundus Novus* por Amerigo numa carta em que descreve as expedições efetuadas entre 1501 e 1502 e na qual explica que este território, ao contrário do que se supunha, não estava conectado ao Antigo Mundo, representando um novo continente (Lester 2009).

Mapa 2: Detalhe da Índia no Mapa de Waldseemüller

Este mapa representa, por si só, um marco na história da cartografia. Isto porque a tríade Europa, Ásia e África é atualizada e uma parte mais passa a ser incluída, formulando-se uma nova visão do mundo. Estes três continentes são representados durante séculos das mais diversas formas, uma crença milenar que entretanto é desmantelada, quebrando-se a aura de mito existente até aí sobre um território que ainda não tinha sido possível identificar (Lester 2009).

Mapa 3: America

Anos mais tarde, Waldseemüller abandona a designação América, substituindo-a por Terra Incógnita. O mapa terá sido aliás sujeito a um conjunto de atualizações e correções, explicitadas pelo próprio autor. Não subsistem dúvidas que este mapa é uma evidência da alteração na forma como se passa a ver o mundo, subsistindo contudo demasiados questionamentos. Uma das hipóteses para resposta a muitas das interrogações ancoradas neste mapa assenta no jogo político da época, desde logo entre portugueses e castelhanos e sua influência na produção cartográfica, sujeitando-a a manipulações de vária ordem de acordo com os seus interesses (Alexander 2007).

Um dos ditames subjacentes aos estudos pós-coloniais tem sido o de evidenciar a história para lá da própria história, da história de narrativa única, de cunho marcadamente eurocêntrico, que não dá conta da diversidade do mundo e das outras narrativas que estão para lá do cânone ocidental e do ascendente que foi preconizado em determinado espaço temporal. Tal como já foi aflorado, a cartografia assumiu um papel na construção de determinadas narrativas. Nesse sentido, adivinha-se que a mesma tenha um registo duplo, tanto de explicitação dos diferentes mundos, como de encobrimento da realidade.

Face à narrativa expansionista europeia, o que significou o ano de 1500? Constituiu momento fundador para algo? Representará, desde logo, um marco de referência do período de excecionalismo[19] europeu e do projeto colonial encetado a partir de tal espaço, que se prolongou por cinco séculos e por diferentes centro de poder. Denis Wood faz uso deste marco histórico exatamente para explicar que houve história e existiram mapas muito antes desta época. Como aliás já foi referido, sempre existiram mapas, antes da própria escrita até, e não está em questão esta asserção de cariz marcadamente civilizacional. Contudo a evolução da cartografia tem seguido cadências diferentes. Com os adventos científicos e tecnológicos, haverá razões para pensar que estaremos a viver um momento de desenvolvimento acelerado no tocante à produção de cartografia e à participação dos cidadãos na produção da mesma (2010). É, em todo o caso e visando um projeto de dominação, a partir do século XVI, que a cartografia assume uma importância até aí inusitada para a humanidade. Isso significa, por exemplo, ter em conta todos os mapas que foram elaborados em momentos anteriores da história, ter em conta que a produção cartográfica floresceu a partir deste momento, ou ter em conta aspetos de índole mais técnica, tais como o surgimento das pré-condições necessárias para esse próprio florescimento ou a própria necessidade/utilidade de representar algo (Wood 2010, 22–27). Isso não significa, em todo o caso, um sonegar da história ou um refutar que o excecionalismo europeu denotou aumentos significativos na produção cartográfica e conhecimento que se associa à cartografia. Significa, sim, reconhecer que já existia cartografia na China ou no denominado continente americano[20], que a história da cartografia não é uma história europeia e ocidental.

Conclusões

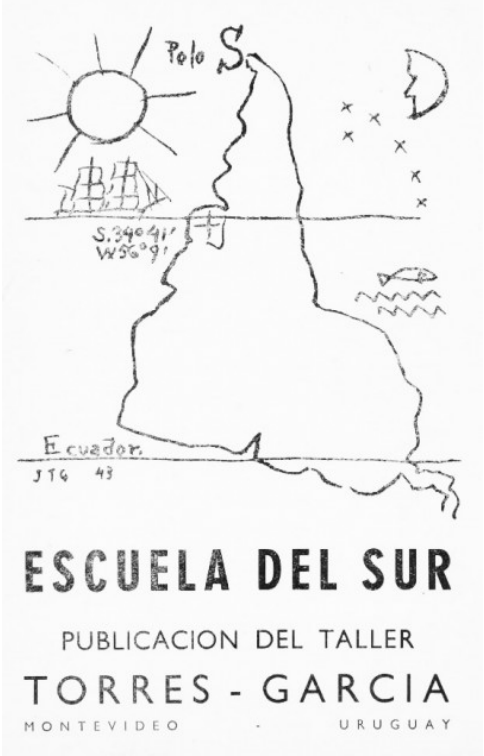
A cartografia tem servido para a representação do mundo, mas ainda para a construção de realidades. Os mapas geográficos são, marcadamente, instrumentos políticos, capazes de cunhar novas realidades ou suscitar novas linhas abissais. Uma herança significativa relacionada com a história da própria cartografia remete paras consequências advindas do ascendente ocidental no mundo que marcou os últimos 500 anos. Esse assomar ocidental teve na cartografia uma das suas principais ferramentas. Esse mapeamento do mundo foi realizado para fins de dominação, de suporte às suas narrativas de carácter macro que

19 Aqui entendido como momento histórico de sobressaliência europeia, uma fase expansionista que, com todas as consequências geradas, acarretou o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento.

20 Conferir, por exemplo, a compilação de Jordana Dym e Karl Offen em *Mapping Latin America* (2011).

entretanto emergiram, já que a escala de atuação foi alargada, algo que pode ser confirmado através de vários exemplos. Tal como é referido por Boaventura de Sousa Santos, a primeira linha abissal global moderna foi fundada pelo Tratado de Tordesilhas, que remetia para uma divisão do mundo em duas áreas distintas, repartidas por Portugal e Espanha (Santos 2007; Santos 2009). Esta divisão constituiu, como é óbvio, uma posição de poder apoiada pela Igreja Católica e da qual a cartografia foi subsidiária, já que a representou e a carregou de sentido. Outras linhas abissais globais se seguiram.

De forma homóloga foram instituídos os termos Norte Global e Sul Global, não geográficos, a partir de critérios económicos e culturais. Estas são entidades inventadas, que remetem para classificações particulares, mas que necessitam de mapas para que se afirmem, para que estabeleçam algum tipo de nexo. À semelhança de outras conceptualizações e outros sistemas de classificação, também a relação Norte/Sul se faz pela desvalorização do segundo. São conceitos relacionais. A cartografia poderá, em sentido inverso, ela própria constituir uma ferramenta de questionamento de várias destas premissas tão fortemente enraizadas. Será um trabalho de crítica e de contraponto a muitos dos mapas cujo sentido foi naturalizado. É disso exemplo o mapa através, através do qual é afirmado que não deveria, de todo, existir Norte, exceto em oposição ao seu Sul. O mapa foi, por isso, colocado na sua "posição verdadeira", e não da forma que o resto do mundo o gostaria de ter ou, presume-se, se habituou a ver a América Latina:



Mapa 1: "Upside-Down Map" de Joaquín Torres-García (1943)

Este é um mapa ilustrativo das convenções que há muito foram adotadas e que devem ser questionadas se se pensar que a cartografia representou um instrumento de dominação. É um mapa ilustrativo, também, de usos contra-hegemónicos e dos esforços desenvolvidos no seio da América Latina para o reclamar do seu papel no mundo. A ideia do autor foi exatamente o de evidenciar, através de um mecanismo visual, a importância do continente. Tal significa, necessariamente, um questionar da própria conceção de mundo detida até esse momento. Talvez só um mapa possa resumir, de forma tão completa, os inúmeros elementos envolvidos na complexa discussão em causa.

Referências Bibliográficas

Alexander, David (2007), "Map That Named America Is a Puzzle for Researchers." Reuters. http://www.reuters.com/article/2007/12/03/us-usa-map-idUSN0332239320071203?sp=true.

Banks, Markus (2005), *Visual Methods in Social Research*. London: Sage Publications.

Borges, Jorge Luís. 1982. "Sobre O Rigor Na Ciência." *in* Jorge Luís Borges *História Universal Da Infâmia*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Bristish Library (2014) ,"Mapping History." http://www.bl.uk/learning/artimages/maphist/mappinghistory.html.

Dym, Jordana, and Karl Offen, (org) (2011), *Mapping Latin America: A Cartographic Reader*. Chicago: The University of Chicago Press.

Elden, Stuart (2013), *The Birth of Territory*. Chicago: University of Chicago Press.

Foucault, Michel (1997), "Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias." in Neil Leach (org), *Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory*, New York City: Routledge, 330–336.

Hessler, John W. (2008),*The Naming of America: Martin Waldseemuller's 1507 World Map and the Cosmographiae Introductio*. London: GILES.

Hess-Lüttich, Ernest W. B. (2012), "Spatial Turn: On the Concept of Space in Cultural Geography and Literary Theory." *Journal for Theoretical Cartography 5*. http://meta-carto-semiotics.org/index.php?page=hess_luettich.

Kryger, John, and Denis Wood (2005), *Making Maps: A Visual Guide to Map Design for GIS.* New York: The Guilford Press.

Lester, Toby (2009), *The Fourth Part of the World: The Race to the Ends of the Earth, and the Epic Story of the Map That Gave America Its Name.* New York: Free Press.

Locke, John. (1689), A*n Essay Concerning Human Understanding.* Book II: Ideas. http://www.gutenberg.org/ebooks/10615.

Said, Eduard. (1978), *Orientalism.* New York: Vintage Books.

Santos, Boaventura de Sousa. (1987). "Law: A Map of Misreading. Toward a Postmodern Conception of Law." J*ornal of Law and Society* 14 (3): 279–302.

Santos, Boaventura de Sousa (1988), "Uma Cartografia Simbólica Das Representações Sociais: Prolegómenos a Uma Concepção Pós-Moderna Do Direito." *Revista Crítica de Ciências Sociais* (24): 139–172.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social E O Político Na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), T*oward a New Common Sense: Law, Science and Politics in The Paradigmatic Transition.* London: Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica Da Razão Indolente: Contra O Desperdício Da Experiência.* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), "Do Pós-Moderno Ao Pós-Colonial E Para Além de Um E Outro." In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos

Sociais.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), A *Gramática Do Tempo. Para Uma Nova Cultura Política*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2007) "Para Além Do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes." *Revista Crítica de Ciências Sociais* (78): 1–55.

Santos, Boaventura de Sousa (2009) "Para Além Do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes." in Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (org) *Epistemologias Do Sul*, Coimbra: Almedina, 23–72..

Santos, Boaventura de Sousa, and Maria Paula Meneses, (org) (2009). Epistemologias Do Sul. Coimbra: Edições Almedina.

Schmitt, Carl. (1950), T*he Nomos of the Earth. In The International Law of Jus Publicum Europaeum*. Berlin: Duncker & Humblot.

Soja, Edward. (2009), "Taking Space Personally." in Barny Warf and Santa Aria (org), *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*, Oxon: Routledge, 11–35.

Weigel, Sigrid. (2009) ,"On the 'Topographical Turn': Concepts of Space in Cultural Studies and Kulturwissenschaften. A Cartographic Feud." European Review 17 (1) (February 27): 187–201. doi:10.1017/S1062798709000659. http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1062798709000659.

Wood, Denis. (2010), *Rethinking the Power of Maps*. New York: The Guilford Press.

Yee, Cordell D. K. (1994). "Reinterpreting Traditional Chinese Geographical Maps." In The History of Cartography. *Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies*, 2, Book2:35–70. Chicago: The University of Chicago Press.

Índice Remissivo de Autores

A

Adriana Nogueira Vieira Lima 373
Alexandre Fonseca 357
Alex Valle Franco 251
Alfredo Gutiérrez Borrero 745
América Cesar 623
Ana Cecília Cossi Bizon 459
Ana Poças 677
Andityas Soares de Moura Costa Matos 199, 211
Andréa de Moraes Barros 761
Andreia Soares 677
Antoni Jesús Aguiló Bonet 665
António Pedro Dores 275

B

Begoña Dorronsoro 999
Bernd Reiter 31
Bruna Bertoglio Lorenzoni 175

C

Carlos Garrido Castellano 69
Carlos Rafael Rea Rodríguez 1041
Carmen Leticia Díaz Alba 495
Carolina Mendes 151
Catarina Laranjeiro 1079
Celso Maran de Oliveira 129, 139
César Augusto Baldi 1029
Cláudia Elisabeth Pozzi 139
Claudia Moraes de Souza 221
Cristiano Gianolla 921

D

Daniela Cordovil 431
David Silvestre Chabai Mudzenguerere 163
Diana Carrillo González 983
Dina Maria Martins Ferreira 57

E

Edna Raquel Hogemann 47
Edson Alvisi Neves 953
Eliane Almeida Souza 819
Elsa Margarida Rodrigues 1069

F

Fernanda Belizário 973
Fernanda Viegas Reichardt 573
Flora Strozenberg 47
Francine Rossone de Paula 443
Francione Oliviera Carvalho 115
Francisco Freitas 1111

G

Giovanni Pampanini 409
Gisele Ricobom 835
Giuseppa Maria Daniel Spenillo 589

H

Hans Dieleman 729
Helena Singer 293
Hieda Maria Pagliosa Corona 185
Hipólito Rodríguez Herrero 939

I

Ivan Augusto Baraldi 853

J

Jaime José Zitkoski 819
Javier García Fernández 1097
Joana Ricarte 81
Jocilaine Mezomo 185
Jorge Paiva da Silva 175
Jörg Nowak 715
José Geraldo Wizniewky 607
José João Lanceiro da Palma 805
José Jorge de Carvalho 1017
José Manuel Rodríguez Victoriano 689, 705
José María Manjavacas Ruiz 325
Joyce Karine de Sá Souza 199, 211
Júlio Gonçalves Santos 677
Junia Maria Ferrari de Lima 421

L

Leonilson Rocha dos Santos 647
Letícia Baron 777
Lia Zóttola 511

Lucas Rêgo Silva Rodrigues 1055
Ludmila de Almeida Freire 903
Luis Miguel Uharte Pozas 637
Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite 47

M

Magdalena Abt Giubergia 559
Manolita Correia Lima 835
Marcela Castro 559
Márcia Rodrigues Bertoldi 777
Maria Anáber Melo e Silva 791
Maria Creusa de Araújo Borges 343
Maria do Socorro Silva Cavalcante 343
Maria Elisa De Paula Eduardo Garavello 573
Maria Elly Herz Genro 819
Mariana de Castro Moreira 523
Maria Nazaré Lima 623
Maria Victoria Ramos Ballester 573
Marilda do Couto Cavalcanti 459
Marina Pereira de Almeida Mello 863
Marina Requena i Mora 689
Marina Requena Mora 705
Marisilda Silva 805
Michel Fernandes da Rosa 235
Miguel Mandujano Estrada 385
Mila Dezan 677
Murilo Gaspardo 97

N

Nára Beatriz Chaves Alves 607

P

Pâmela Marconatto Marques 819
Paola Griggio 559
Pedro Luciano Colenci 129

R

Raúl Márquez 373
Rosa Silva 677
Rosío Córdova Plaza 939
Rui Silva 677

S

Sandra Regina Chaves Nunes 115
Sara Poças 677
Sérgio Borges 399
Sérgio H. Rocha Franco 539
Silvia Elisabeth Moraes 903
Silvia Maria Guerra Molina 573
Silviana L. Henkes 307

V

Vanise Baptista 175
Vilma de Fátima Machado 647
Vivian Urquidi 885

W

Wilson Madeira Filho 953

Z

Zilda Márcia Grícoli Iokoi 477

Índice de Títulos

Political and Economic Alternatives from the South: Learning from Black and Indigenous Communities in Colombia

Bernd Reiter 31

Etnodiversidade: política de reconhecimento à luz do Ubuntu

Edna Raquel Hogemann, Flora Strozenberg, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite 47

Nordeste Brasileiro - Colonialidade e Preconceito No Hemisfério Sul?

Dina Maria Martins Ferreira 57

Genealogías artísticas transnacionales y disenso: Espacios artísticos auto-gestionados en el Caribe insular.

Carlos Garrido Castellano 69

Para descolonizar os Estudos para a Paz: o contributo de Boaventura de Sousa Santos e o resgate do sentido crítico do pensamento sobre a paz

Joana Ricarte 81

Democracia e Policentrismo do Poder – Uma Análise da Proposta de Democracia Cosmopolita frente à Organização Institucional Brasileira

Murilo Gaspardo 97

Além das fronteiras: identidades bolivianas em La Paz e São Paulo

Francione Oliviera Carvalho 115

Sandra Regina Chaves Nunes

Planejamento urbano e participação cidadã: partilha de experiências entre São Carlos (Brasil) e Coimbra (Portugal)

Celso Maran de Oliveira, Dulce Lopes, Pedro Luciano Colenci, Isabel Cristina Nunes de Sousa 129

A Democracia Hídrica No Plano Internacional Sul-América e Brasil

Celso Maran de Oliveira, Cláudia Elisabeth Pozzi, Laura C. L. Bueno Ferrati, Fernanda Soares Cardoso 139

A Sociedade Civil Organizada: um contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização em Luanda

Carolina Mendes 151

Modernização das Tradições como Desafio Epistemológico da Filosofia Africana

David Silvestre Chabai Mudzenguerere 163

Salão, Salãozinho e Feira de Ensino e Popularização da ciência: experiências democráticas em uma universidade do Sul do Brasil

Jorge Paiva da Silva, Bruna Bertoglio Lorenzoni, Vanise Baptista 175

Cooperoeste: uma resposta ao desenvolvimento excludente

Jocilaine Mezomo 185

Hieda Maria Pagliosa Corona

Contra cultura e democracia radical: Copa do Mundo, exceção e resistência na pátria das chuteiras

Andityas Soares de Moura Costa Matos 199

Joyce Karine de Sá Souza

Assembleias populares e participação política no Brasil: a experiência da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte

Andityas Soares de Moura Costa Matos 211

Joyce Karine de Sá Souza

"Filhas de Eva na Maldição de Caim: história de vida de mulheres na imigração em São Paulo"

Claudia Moraes de Souza 221

Discutindo saúde ambiental a partir de uma Ecologia de Saberes

Michel Fernandes da Rosa 235

Ciudadanía Inclusiva: La participación política de los migrantes como mecanismo de fortalecimiento de la democracia en Ecuador

Alex Valle Franco 251

Os desafios da Democracia participativa na cultura política brasileira: Um estudo sobre o Orçamento Participativo do Distrito Federal\Brasil.

Angela Vieira Neves, Priscila Nolasco de Oliveira, Melina Sampaio de R. Barros 263

Ciências Sociais e Bem Viver

António Pedro Dores 275

Territórios Educativos e a Transformação Social

Helena Singer 293

Reflexões Sobre a Legitimidade Coletiva na Tomada de Decisão: Um Estudo da Transposição do Rio São Francisco/Brasil

Silviana L. Henkes 307

Experiencias de presupuestos participativos en Andalucía: una necesaria reflexión crítica

José María Manjavacas Ruiz 325

O Potencial Emancipatório do Conselho Escolar na Gestão Democrática da Escola Pública: Considerações a Partir do Papel da Comunidade

Maria do Socorro Silva Cavalcante 343

Maria Creusa de Araújo Borges

Que Leitura Da Revolução Dos "Outros"? Um estudo comparativo das narrativas sobre a "Primavera Árabe" e a revolução Haitiana no Ocidente

Alexandre Fonseca 357

A Multiplicidade de Regulação no Interior das Ocupações Urbanas de Salvador, Bahia: Questionando Alguns Esquemas Dicotômicos

Raúl Márquez 373

Adriana Nogueira Vieira Lima

El 'Buen gobierno comunitario': la experiencia purépecha en el más allá del canon occidental de la democracia moderna.

Miguel Mandujano Estrada 385

Espaços Democráticos e o Aperfeiçoamento da Democracia no Brasil: Breve Balanço e Perspectivas

Sérgio Borges 399

Theory of Global Democracy and UN Reform

Giovanni Pampanini 409

Alguma coisa está fora da [velha] ordem mundial

Junia Maria Ferrari de Lima 421

Ativismo e militância política entre adeptos da Wicca no Brasil

Daniela Cordovil 431

The decolonial thinking and the limits of geographical imagination

Francine Rossone de Paula 443

Globalização e internacionalização: democracia vertical de um convênio estudantil brasileiro?

Ana Cecília Cossi Bizon 459

Marilda do Couto Cavalcanti

Deslocamentos Populacionais: Diversidades e Direitos aos Humanos

Zilda Márcia Grícoli Iokoi 477

La Marcha Mundial de las Mujeres: traducciones y aprendizajes

Carmen Leticia Díaz Alba 495

"Un diálogo posible: psicología socio-comunitaria y epistemologías del sur para dar respuesta/s a las disputas que ponen en riesgo a las poblaciones"

Lia Zóttola 511

Do esgotamento à reinvenção dos modos de participação da sociedade civil organizada: uma cartografia de controvérsias no Brasil

Mariana de Castro Moreira 523

Learning from the "local" South: re-considerations from the Participatory Budgeting of the Brazilian city of Belo Horizonte

Sérgio H. Rocha Franco 539

EFAs: un espacio de resistencia al desarrollismo, de búsqueda y co-construcción de alternativas emancipatorias

Paola Griggio, Marcela Castro, Magdalena Abt Giubergia, Lía Zottola 559

Águas no Xingu: Direitos e Deveres na Relação Inextrincável entre Humanos e a Água

Fernanda Viegas Reichardt, Maria Elisa De Paula Eduardo Garavello, Silvia Maria Guerra Molina, Maria Victoria Ramos Ballester 573

Redes Sociais de Resistências – Subjetividades e Sentimentos nas Ações Coletivas Recentes

Giuseppa Maria Daniel Spenillo 589

Uma dança entre inovação e regulação

Nára Beatriz Chaves Alves 607

José Geraldo Wizniewky

Políticas linguísticas, escola indígena, interculturalidade: conquistas e desafios

Language policies , indigenous school, interculturalism: achievements and challenges

América Cesar 623

Maria Nazaré Lima

Ecuador Siglo XXI: Narrativas Democraticas Desde el Sur

Luis Miguel Uharte Pozas 637

Naturalização e Instrumentalização do Sujeito de Direito: uma Análise dos Conflitos Agrários em Torno das Demarcações de Terras Indígenas no Brasil.

Vilma de Fátima Machado 647

Leonilson Rocha dos Santos

El 15M: democracia más allá de las urnas

Antoni Jesús Aguiló Bonet 665

Construir diálogos e partilhar desafios na aprendizagem com o Sul: lições aprendidas do Programa de Cooperação Sul-Sul pelo Direito à Educação entre países Lusófonos -PCSS-Lusófonos.

Andreia Soares, Júlio Gonçalves Santos, Mila Dezan, Ana Poças, Sara Poças, Rui Silva, Rosa Silva 677

Por una democracia de alta intensidad. Los movimientos sociales como portadores del cambio social

Marina Requena i Mora 689

José Manuel Rodríguez Victoriano

Del desencanto indignado a la indignación desencantada: cuatro décadas de democracia de baja intensidad en la sociedad española

José Manuel Rodríguez Victoriano 705

Marina Requena Mora

Workers Rights, Universal Claims and Democracy in the Global South

Jörg Nowak 715

Epistemology of the South and Transdisciplinarity; a comparison

Hans Dieleman 729

El Sur del Diseño y el Diseño del Sur

Alfredo Gutiérrez Borrero 745

Participação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis no Processo de Desativação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, Brasil

Andréa de Moraes Barros 761

A Contribuição das Comunidades Tradicionais na Promoção ao Direito ao Desenvolvimento Sustentável

Márcia Rodrigues Bertoldi 777

Letícia Baron

Contratações Públicas Sustentáveis: um direito fundamental?

Maria Anáber Melo e Silva 791

Lutas Sociais e Conquista do Sistema Único de Saúde no Brasil

José João Lanceiro da Palma 805

Marisilda Silva

Experiências Político-Educativas Contra-Hegemônicas: Diálogos Emergentes entre América Latina e Caribe

Maria Elly Herz Genro, Pâmela Marconatto Marques, Jaime José Zitkoski, Eliane Almeida Souza 819

A UNILA como um projeto de universidade contra hegemônica

Manolita Correia Lima, Gisele Ricobom, Claudia Cristiane dos Santos Silva 835

Mobilizações acerca dos direitos sexuais e reprodutivos: organizações não-governamentais e o enfrentamento da criminalização do aborto no Brasil

Ivan Augusto Baraldi 853

Algumas considerações sobre emancipação e subalternidade na performance feminina negra no funk e no hip-hop (Brasil e Portugal)

Marina Pereira de Almeida Mello 863

A democracia intercultural: da questão nacional à questão plurinacional

Vivian Urquidi 885

A Questão do Conhecimento na Contemporaneidade: A Universidade e a Ecologia

de Saberes por uma Cidadania Planetária

Silvia Elisabeth Moraes 903

Ludmila de Almeida Freire

Gandhi and AAP: Decentralisation and Swaraj against Political-Colonialism

Cristiano Gianolla 921

Contrarrevolución urbana y democracia participativa

Hipólito Rodríguez Herrero 939

Rosío Córdova Plaza

"Padrão FIFA" e "Primavera Árabe" na Baía de Guanabara: Protestos Sociais e Alternativas às Matrizes Políticas Clássicas

Wilson Madeira Filho 953

Edson Alvisi Neves

Rolezinhos: Ausências e emergências no bonde da ostentação

Fernanda Belizário 973

"Democracia deliberativa intercultural: una forma alternativa de democracia a partir de consensos interculturales"

Diana Carrillo González 983

Alicia a Través del Prisma: Caminando por el Pluriverso.

Begoña Dorronsoro 999

Encontro de Saberes: Um Desafio Teórico, Político e Epistemológico

José Jorge de Carvalho 1017

Carla Águas

"Ampliando o cânone da dignidade: algumas contribuições de feministas islâmicas"

César Augusto Baldi 1029

Democratizar la Democracia en Nayarit (Mexico). La Posible Emergencia de una Contrahegemonía Regional

Carlos Rafael Rea Rodríguez 1041

Direitos Fundamentais Urbanísticos, Estatuto da Cidade e a Experiência Emancipatória da Democracia Deliberativa

Lucas Rêgo Silva Rodrigues 1055

O sul para além de agora: as epistemologias imaginadas da ficção científica

Elsa Margarida Rodrigues 1069

O Silêncio das Imagens

Catarina Laranjeiro 1079

Descolonizar el pensamiento y conquistar la tierra: Soberanía alimentaria y movimiento campesino internacional.

Javier García Fernández 1097

A Cartografia e os Mapas enquanto Ferramentas de Análise do Social: Releitura a partir de Algumas das Contribuições Facultadas por Boaventura de Sousa Santos

Francisco Freitas 1111

www.ces.uc.pt
alice.ces.uc.pt

Centro de Estudos Sociais (Coimbra)
Colégio de S. Jerónimo
Largo D. Dinis
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal
Tel.: +351 239 855 570
Fax: +351 239 855 589

Centro de Estudos Sociais (Lisboa)
Picoas Plaza
Rua do Viriato 13 - Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 216 012 848

ces@ces.uc.pt
alice@ces.uc.pt

ces
Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra